



**CONGRESSO NACIONAL**

**ANAIS DO SENADO FEDERAL**

ATAS DA 160ª SESSÃO À 163ª SESSÃO DA 4ª SESSÃO  
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA

VOLUME 30 Nº 49  
2 OUT. A 5 OUT.

SENADO FEDERAL  
SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES  
**SUBSECRETARIA DE ANAIS**  
BRASÍLIA – BRASIL  
2006

## VOLUMES NÃO PUBLICADOS DOS ANAIS DO SENADO FEDERAL

**1919, 1920, 1927 a 1930, 1936, 1937, 1949 a 1952, 1963, 1964 e 1966.**

Anais do Senado / Senado Federal, Subsecretaria de Anais. – 1823-.  
Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Anais, 1823-  
v. ; 27 cm.  
Quinzenal.

Volumes anteriores a 1977 publicados sob numerações próprias, com periodicidade irregular. Editado pela Diretoria de Anais e Documentos Parlamentares no período de 1950-1955; pela Diretoria de Publicações no período de maio de 1956 a 1972 e pela Subsecretaria de Anais a partir de 1972.

Variações do título: Annaes do Senado do Império do Brazil, 1826-1889. Annaes do Senado Federal, 1890-1935. Anais do Senado Federal, 1946-

1. Poder legislativo – Anais. I. Brasil. Congresso. Senado Federal, Subsecretaria de Anais.

CDD 341.2531  
CDU 328(81)(093.2)

**Senado Federal  
Subsecretaria de Anais - SSANS  
Via N 2, Unidade de Apoio I.  
CEP - 70165-900 – Brasília – DF – Brasil.**



## **SENADO FEDERAL**

### **COMISSÃO DIRETORA (2005-2006)**

<b>PRESIDENTE</b>	<b>Senador RENAN CALHEIROS (PMDB-AL)</b>
<b>1º VICE-PRESIDENTE</b>	<b>Senador TIÃO VIANA (PT-AC)</b>
<b>2º VICE-PRESIDENTE</b>	<b>Senador ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT)</b>
<b>1º SECRETÁRIO</b>	<b>Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB)</b>
<b>2º SECRETÁRIO</b>	<b>Senador JOÃO ALBERTO DE SOUZA (PMDB-MA)</b>
<b>3º SECRETÁRIO</b>	<b>Senador PAULO OCTÁVIO (PFL-DF)</b>
<b>4º SECRETÁRIO</b>	<b>Senador EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB-TO)</b>

### **SUPLENTES DE SECRETÁRIO**

<b>1º Senadora</b>	<b>SERYS SLHESSARENKO (PT- MT)</b>
<b>2º Senador</b>	<b>PAPALÉO PAES (PSDB-AP)</b>
<b>3º Senador</b>	<b>ALVARO DIAS (PSDB-PR)</b>
<b>4º Senador</b>	<b>AELTON FREITAS (PL-MG)</b>

## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

**Bahia**  
PFL – Rodolpho Tourinho\*<sup>S</sup>  
PFL – Antonio Carlos Magalhães \*\*  
PFL – César Borges\*\*

**Rio de Janeiro**  
BLOCO-PT – Roberto Saturnino\*  
PRB – Marcelo Crivella\*\*  
PMDB – Sérgio Cabral\*\*

**Maranhão**  
PMDB – João Alberto Souza \*  
PFL – Edison Lobão\*\*  
PFL – Roseana Sarney \*\*

**Pará**  
PMDB – Luiz Otávio\*  
BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa\*\*  
PSDB – Flexa Ribeiro\*\*<sup>S</sup>

**Pernambuco**  
PFL – José Jorge\*  
PFL – Marco Maciel\*\*  
PSDB – Sérgio Guerra\*\*

**São Paulo**  
BLOCO-PT – Eduardo Suplicy\*  
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante\*\*  
PFL – Romeu Tuma\*\*

**Minas Gerais**  
BLOCO-PL – Aelton Freitas\*<sup>S</sup>  
PSDB – Eduardo Azeredo\*\*  
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira\*\*<sup>S</sup>

**Goiás**  
PMDB – Maguito Vilela\*  
PFL – Demóstenes Torres \*\*  
PSDB – Lúcia Vânia\*\*

**Mato Grosso**  
PSDB – Antero Paes de Barros \*  
PFL – Jonas Pinheiro \*\*  
BLOCO-PT – Serys Shlessarenko\*\*

**Rio Grande do Sul**  
PMDB – Pedro Simon\*  
BLOCO-PT – Paulo Paim\*\*  
PTB – Sérgio Zambiasi\*\*

**Ceará**  
PSDB – Luiz Pontes\*  
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes\*\*  
PSDB – Tasso Jereissati\*\*

**Paraíba**  
PMDB – Ney Suassuna \*  
PFL – Efraim Morais\*\*  
PRB – Roberto Cavalcanti \*\*<sup>S</sup>

**Espírito Santo**  
PSDB – João Batista Motta\*<sup>S</sup>  
PSDB – Marcos Guerra\*\*<sup>S</sup>  
BLOCO-PL – Magno Malta\*\*

**Piauí**  
PMDB – Alberto Silva\*  
PFL – Heráclito Fortes\*\*  
PMDB – Mão Santa \*\*

**Rio Grande do Norte**  
PTB – Fernando Bezerra\*  
PMDB – Garibaldi Alves Filho\*\*  
PFL – José Agripino\*\*

**Santa Catarina**  
PFL – Jorge Bornhausen \*  
BLOCO-PT – Ideli Salvatti\*\*  
PSDB – Leonel Pavan \*\*

**Alagoas**  
P-SOL – Heloísa Helena\*  
PMDB – Renan Calheiros\*\*  
PSDB – Teotonio Vilela Filho\*\*

**Sergipe**  
PFL – Maria do Carmo Alves \*  
PMDB – Almeida Lima\*\*  
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares\*\*

**Amazonas**  
PMDB – Gilberto Mestrinho\*  
PSDB – Arthur Virgílio\*\*  
PDT – Jefferson Péres\*\*

**Paraná**  
PSDB – Alvaro Dias \*  
BLOCO-PT – Flávio Arns\*\*  
PDT – Osmar Dias\*\*

**Acre**  
BLOCO-PT – Tião Viana\*  
PMDB – Geraldo Mesquita Júnior\*\*  
BLOCO-PT – Sibá Machado\*\*<sup>S</sup>

**Mato Grosso do Sul**  
PSDB – Juvêncio da Fonseca\*  
PT – Delcídio Amaral \*\*  
PMDB – Ramez Tebet\*\*

**Distrito Federal**  
PTB – Valmir Amaral\*<sup>S</sup>  
PDT – Cristovam Buarque \*\*  
PFL – Paulo Octávio \*\*

**Tocantins**  
PSDB – Eduardo Siqueira Campos\*  
BLOCO-PL – João Ribeiro \*\*  
PC do B – Leomar Quintanilha\*\*

**Amapá**  
PMDB – José Sarney \*  
PMDB – Geovani Borges\*\*<sup>S</sup>  
PSDB – Papaléo Paes\*\*

**Rondônia**  
PMDB – Amir Lando\*  
BLOCO-PT – Fátima Cleide\*\*  
PMDB – Valdir Raupp\*\*

**Roraima**  
PTB – Mozarildo Cavalcanti\*  
PDT – Augusto Botelho\*\*  
PMDB – Romero Jucá\*\*

### Mandatos

\*: Período 1999/2007 \*\*: Período 2003/2011

## ÍNDICE TEMÁTICO

	Pág.		Pág.
<b>AGRONEGÓCIO</b>			
Considerações sobre a queda do PIB do agronegócio, repercutindo negativamente no PIB nacional. Senador Flexa Ribeiro. ....	255	Registro do artigo intitulado “Primeira promessa não cumprida”, publicada na seção Notas & Informações do jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 29 de agosto de 2006. Senadora Lúcia Vânia. ....	77
Comentário sobre as dificuldades enfrentadas pelas pessoas que estão ligadas ao setor do agronegócio no Brasil. Aparte ao Senador Flexa Ribeiro. Senador Marcos Guerra. ....	256	Registro da matéria intitulada “Para excluídos, Lula abortou projeto popular”, publicada no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 1º de setembro de 2006. Senadora Lúcia Vânia. ....	203
Críticas à política de agronegócio do Presidente Lula. Senador João Batista Motta. ....	439	Registro do artigo intitulado “A ‘mexicanização’ da economia brasileira”, publicado no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 5 de setembro de 2006. Senador Sérgio Guerra. ....	205
<b>AMAZÔNIA</b>			
Justificação do pedido de informações ao Ministro das Relações Exteriores acerca de pretensão do projeto do governo inglês de internacionalização da Amazônia. Senador Arthur Virgílio. ....	263	Comentários à matéria intitulada “Sutis diferenças” veiculada pelo jornal <i>Correio Braziliense</i> , edição de 4 de outubro de 2006. Senadora Ideli Salvatti. ....	362
Defesa de uma posição contundente das autoridades brasileiras na preservação da soberania nacional no tocante a idéia absurda de internacionalização da Amazônia. Senadora Ideli Salvatti. ..	264	Registro do editorial intitulado “Favorito em fuga”, publicado no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 8 de setembro de 2006. Senador Sérgio Guerra. ....	370
Comentário a respeito do plano divulgado no México, pelo Secretário de Meio Ambiente britânico, de transformação da floresta amazônica em uma grande área privada. Senador Flexa Ribeiro. ....	278	Registro da matéria intitulada “PIB de 4% é ficção, afirmam analistas”, publicada no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 8 de setembro de 2006. Senadora Lúcia Vânia. ....	372
Considerações sobre a notícia de uma possível internacionalização da Amazônia. Senador Arthur Virgílio. ....	386	Registro da matéria intitulada “Doação da Petrobrás favorece prefeituras do PT e de aliados”, publicada no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 12 de setembro de 2006. Senador Juvêncio da Fonseca. ....	373
<b>ARTIGO DE IMPRENSA</b>			
Registro do artigo intitulado “O mensalão das artes”, de autoria do articulista Diogo Mainardi, publicado na revista <i>Veja</i> , edição de 30 de agosto de 2006. Senador Leonel Pavan. ....	75	Registro da matéria intitulada “Patrimônio de mensaleiro sobre 1.153%”, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 15 de agosto de 2006. Senador Flexa Ribeiro. ....	374
Registro da matéria intitulada “Lula sabia sim do mensalão, afirma ex-governador tucano”, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 5 de setembro de 2006. Senador Sérgio Guerra. ....	76	Registro da matéria intitulada “Revista envolve campanha de Lula em negociação de dossiê”, publicada no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 20 de setembro de 2006. Senador Marcos Guerra. ..	375
		Registro da matéria intitulada “Crise do dossiê derruba assessor especial de Lula”, publicada no	

	Pág.		Pág.
jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 19 de setembro de 2006. Senador Leonel Pavan. ....	376	eleições de Mesa. Aparte ao Senador Alvaro Dias. Senador Antonio Carlos Magalhães. ....	210
Registro do editorial intitulado “Os erros do presidente”, publicado no <i>Jornal do Brasil</i> , edição de 13 de setembro de 2006. Senador Antero Paes de Barros. ....	378	Considerações a respeito do voto secreto para matéria disciplinar, para vetos presidenciais e eleições de Mesa. Aparte ao Senador Alvaro Dias. Senador Sibá Machado. ....	211
Registro da matéria intitulada “Fotos mostram dinheiro do dossiê”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 30 de setembro de 2006. Senador Antero Paes de Barros. ....	453	Considerações a respeito da aprovação da Câmara dos Deputados em pôr fim ao voto secreto para toda e qualquer matéria. Aparte ao Senador Alvaro Dias. Senador Sibá Machado. ....	212
Registro da matéria intitulada “MST freia invasões no País para favorecer campanha de Lula”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 12 de setembro de 2006. Senador Juvêncio da Fonseca. ....	454	<b>CONSELHO DE ÉTICA</b>	
Registro do artigo intitulado “Dez razões para não votar em Lula”, de autoria do escritor e jornalista Gilberto de Melo Kujawski, publicado no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 14 de setembro de 2006. Senadora Lúcia Vânia. ....	455	Transcrição de depoimento prestado pela Senadora Serys Slhessarenko no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Senador Eduardo Suplicy. ....	427
Registro da matéria intitulada “Estamos aproveitando mal o crescimento global”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 6 de setembro de 2006. Senador Sérgio Guerra. ....	456	<b>CONSTITUIÇÃO FEDERAL</b>	
Registro da matéria intitulada “Vendas no varejo recuam pelo segundo mês, diz IBGE”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 20 de setembro de 2006. Senador Marcos Guerra. ..	457	Encaminhamento para votação do Requerimento nº 1.025, de 2006, que requer a consignação de Voto de Louvor pela passagem dos dezoito anos da promulgação da Constituição Federal de 1988, da República Federativa do Brasil. Senador Marco Maciel. ....	401
Registro da matéria intitulada “TCU abre investigação formal sobre desvio de verba na Secom”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 14 de setembro de 2006. Senador Leonel Pavan. ....	459	Lembrança da participação do Senador Humberto Lucena na elaboração da Constituição Brasileira. Senador Roberto Cavalcanti. ....	443
Registro da matéria intitulada “Líder do MST é preso por ‘incitação ao crime’”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 22 de agosto de 2006. Senador Flexa Ribeiro. ....	461	(CPI)	
Registro do editorial intitulado “Escapismos de volta”, do jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 4 de agosto de 2006. Senador Papaléo Paes. ....	462	Considerações sobre o relatório do Senador Jefferson Péres no processo contra S.Exa. no Conselho de Ética. Senador Ney Suassuna. ....	264
Registro da matéria intitulada “TSE descobre grampo em telefones de 3 ministros”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 18 de setembro de 2006. Senador Alvaro Dias. ....	463	Apelo para que a cozinheira Zildete Leite dos Reis, testemunha da CPI dos Bingos, receba proteção policial por estar sendo ameaçada de morte. Senadora Heloísa Helena. ....	361
<b>CONGRESSO NACIONAL</b>		<b>DESENVOLVIMENTO REGIONAL</b>	
Anuncio da aprovação, em primeiro turno, na Câmara dos Deputados, do fim do voto secreto para as deliberações de grande importância. Senador Alvaro Dias. ....	210	Comentário sobre o abandono das cidades do entorno de Brasília, que pertencem ao Estado de Goiás. Senador Maguito Vilela. ....	437
Considerações a respeito do voto secreto para matéria disciplinar, para vetos presidenciais e		<b>ELEIÇÕES</b>	
		Congratulações ao Senador Cristovam Buarque pela atuação na campanha eleitoral, como candidato à Presidência da República. Senador Heráclito Fortes. ....	55
		Gratidão aos mais de 2,5 milhões de eleitores que lhe deram seus votos, abraçando como	

Pág.	Pág.
bandeira a radical mudança no quadro educacional brasileiro. Apelo aos seus eleitores no sentido de transformar a campanha eleitoral em um movimento político, social e ideológico em favor da educação. Senador Cristovam Buarque. ....	163
Cumprimentos a Cristovam Buarque, por ter sido o primeiro brasileiro a candidatar-se à presidência do Brasil e por cumprido um importante papel nessa eleição. Aparte ao Senador Cristovam Buarque. Senador Paulo Octávio. ....	164
Agradecimentos à população pelos votos que o elegeram vice-governador do Distrito Federal. Satisfação com o resultado da eleição para Presidente da República, que será decidida no segundo turno. Senador Paulo Octávio. ....	166
Comentários sobre a importância histórica das eleições de 2006, que demonstraram a consolidação da democracia no País. Expectativa com a existência de debates no segundo turno, na abordagem do tema sobre as desigualdades sócio-econômicas. Senador Roberto Saturnino. ....	166
Comentário sobre a derrota do Presidente Lula no primeiro turno das eleições de 2006 e expectativa de ocorrência de debates na campanha do segundo turno eleitoral. Aparte ao Senador Roberto Saturnino. Senador Heráclito Fortes. ....	169
Comentários sobre o resultado das eleições de 1º de outubro de 2006 e desejo de que o período que antecede o segundo turno seja pleno de debates, para o fortalecimento da democracia brasileira. Senador Heráclito Fortes. ....	173
Reflexões sobre o processo eleitoral e seus resultados definitivos ou parciais. Cumprimentos à vitória do Professor Arnobio Marques e do Senador Tião Viana, que conseguiram a maioria dos votos do povo acreano. Senador Geraldo Mesquita. ....	174
Considerações sobre o processo eleitoral no Estado do Rio Grande do Sul e a expectativa do debate necessário para o segundo turno. Senador Paulo Paim. ....	175
Considerações sobre a distribuição justa dos frutos do trabalho de todos os brasileiros tendo em vista que isso é algo essencial para a política brasileira e para a constituição do Estado. Expectativa em torno de um grande debate nacional sobre a concentração de renda, durante a campanha para o segundo turno das eleições. Senador Roberto Saturnino. ....	176
Agradecimentos pelos votos dos eleitores, que habilitaram o candidato Geraldo Alckmin ao segundo turno. Comentários sobre o Projeto de Lei, de autoria do Senador Jorge Bornhausen, que visa	178
a reforçar a legislação das eleições para o ano de 2006. Senador José Jorge. ....	183
Comentário sobre a legislação eleitoral e sobre a necessidade de ela ser aprimorada. Aparte ao Senador José Jorge. Senador Romeu Tuma. ..	186
Comentário sobre o período de debates eleitorais para o segundo turno das eleições presidenciais de 2006. Aparte ao Senador José Jorge. Senador Eduardo Suplicy. ....	186
Agradecimentos à expressiva votação recebida do povo da Paraíba. Críticas à falta de preservação da impessoalidade contra sua candidatura como Senador pelo Estado da Paraíba, bem como ao massacre que sofreu por parte da imprensa. Senador Ney Suassuna. ....	186
Considerações sobre as eleições no Brasil, e em particular na Bahia. Chamada de atenção à população brasileira para os debates do segundo turno das eleições. Senador Antonio Carlos Magalhães. ....	186
Satisfação com a existência do segundo turno para a consagração do Presidente que foi eleito em 29 de outubro de 2006. Senador Ramez Tebet. ...	186
Comentário sobre o primeiro e segundo turno das eleições nos Estados de Santa Catarina e Mato Grosso do Sul. Aparte ao Senador Ramez Tebet. Senador Leonel Pavan. ....	186
Conselhos de conduta ao Presidente Lula e ao candidato Geraldo Alckmin. Senador Jefferson Péres. ....	186
Pedido de correção no <i>Jornal do Senado</i> de dados das eleições. Cumprimentos ao PT pelos resultados alcançados no recente pleito eleitoral. Senadora Ideli Salvatti. ....	186
Comentário sobre os temas que devem ser o centro dos debates entre os candidatos à Presidência Geraldo Alckmin e Lula. Aparte à Senadora Ideli Salvatti. Senador Eduardo Suplicy. ....	186
Considerações sobre as eleições de 2006 e a posição do PSOL. Agradecimentos ao povo brasileiro pela delicadeza e atenção com que S.Exa. foi cercada durante a campanha. Senadora Heloísa Helena. ....	186
Cumprimentos à Senadora Heloísa Helena pela campanha competente e enérgica que fez, revelando ao Brasil uma nova liderança. Aparte à Senadora Heloísa Helena. Senador José Jorge. ..	186
Cumprimentos à Senadora Heloísa Helena, pela forma transparente e ética com que disputou a Presidência da República, dando uma contribuição extraordinária para o País. Aparte à Senadora Heloísa Helena. Senador Efraim Morais. ....	186

	Pág.		Pág.
Comentário sobre a importância e contribuição nacional da candidatura à presidência da Senadora Heloísa Helena. Aparte à Senadora Heloísa Helena. Senador Marco Maciel. ....	189	preço da campanha eleitoral do Presidente Lula. Aparte ao Senador Alvaro Dias. Senador Roberto Saturnino. ....	286
Comentários sobre a defesa do Presidente Lula ao TSE no processo que investiga se sua campanha está ou não envolvida com a fabricação e compra de dossiês. Críticas a demora na divulgação das investigações sobre a compra de dossiê pelo PT. Mobilização no Estado de Mato Grosso para consolidação das propostas do candidato Geraldo Alckmin. Senador Antero Paes de Barros. ....	193	Questionamentos quanto ao dinheiro gasto na campanha do Presidente Lula. Aparte ao Senador Alvaro Dias. Senador João Batista Motta. ....	287
Defesa da candidatura de Geraldo Alckmin à Presidência da República, por fato dele está preparado para governar o Brasil. Aparte ao Senador Antero Paes de Barros. Senador Leonel Pavan. ..	195	Críticas à Rede Globo de Televisão pela divulgação de resultados enganosos realizados pelos institutos de pesquisas. Senador Almeida Lima. ..	359
Agradecimentos aos eleitores do Estado de São Paulo e a todos que contribuíram para que S.Exa. possa continuar sua luta no Senado Federal. Senador Eduardo Suplicy. ....	197	Considerações sobre a disputa ao cargo presidencial para o segundo turno. Senadora Ideli Salvatti. ....	362
Agradecimentos aos eleitores do Pará que ajudaram na vitória do Governador Almir Gabriel, no primeiro turno. Senador Flexa Ribeiro. ....	255	Comentário sobre a reportagem argentina, publicada no <i>La Nación</i> , que indicou o candidato Geraldo Alckmin como favorito para a vitória na campanha de segundo turno. Aparte à Senadora Ideli Salvatti. Senador Eduardo Suplicy. ....	364
Análise acerca das eleições no Estado da Bahia e agradecimentos aos inúmeros e incansáveis militantes e a todos que contribuíram com o seu trabalho para o partido. Senador Rodolpho Tourinho. ....	257	Observações sobre as eleições de 2006. Senador Marco Maciel. ....	388
Congratulações ao Senador Rodolpho Tourinho por sair vitorioso na campanha eleitoral de 2006, com uma votação expressiva em diversas cidades da Bahia. Aparte ao Senador Rodolpho Tourinho. Senador César Borges. ....	259	Pronunciamento sobre o resultado das eleições de 2006 e sobre as conseqüências do processo eleitoral e do processo partidário. Aparte ao Senador Marco Maciel. Senador Antonio Carlos Valadares. ....	391
Balanço das eleições de primeiro de outubro de 2006, atendo-se mais à Região Norte. Senador Sibá Machado. ....	268	Aplausos às campanhas da Senadora Heloísa Helena e do Senador Cristovam Buarque à Presidência da República. Elogios ao candidato Geraldo Alckmin, considerando-o preparado para exercer o cargo pleiteado. Senador Mão Santa. ....	393
Comentários sobre as últimas eleições na Bahia, onde o resultado não reflete o bom governo realizado pelo Governador Paulo Souto. Expectativas com relação ao segundo turno eleitoral para presidente da República. Senador César Borges. ....	270	Comentário a respeito do segundo turno das eleições presidenciais e sobre a expectativa de explicação dos fatos envolvidos na compra do dossiê, para que o povo brasileiro possa votar tendo conhecimento da verdade em relação ao Presidente Lula. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Marcos Guerra. ....	418
Comentário sobre a tranquilidade do Presidente Lula na organização da campanha eleitoral para o segundo turno. Aparte ao Senador César Borges. Senador Sibá Machado. ....	272	Agradecimentos à população do Acre pelos votos que reelegeram S.Exa. para o Senado Federal. Senador Tião Viana. ....	421
Comentários sobre as eleições no Estado de Sergipe. Senador Antonio Carlos Valadares. ....	278	Demonstração de alegria com a reeleição do Senhor Tião Viana ao Senado Federal. Aparte ao Senador Tião Viana. Senador Mão Santa. ....	423
Comentários sobre as eleições no Estado do Amazonas. Senador Arthur Virgílio. ....	280	Comentário sobre a expressiva vitória eleitoral conquistada pelo Senador Tião Viana no Estado do Acre. Aparte ao Senador Tião Viana. Senador Sibá Machado. ....	425
Agradecimento à população do Paraná pela vitória nas eleições. Senador Alvaro Dias. ....	284	Citação de dados da eleição no Estado do Acre que reelegeu o Senador Tião Viana. Aparte ao Senador Tião Viana. Senador Marcos Guerra. ....	426
Pedido de esclarecimentos com relação à referência feita pelo Senador Alvaro Dias ao alto		Considerações sobre a composição partidária no Estado de Goiás que irá apoiar a candidatura de S.Exa. no segundo turno das eleições de 2006. Senador Maguito Vilela. ....	437



	Pág.	V	Pág.
Comentário sobre a candidatura do Senador Maguito Vilela. Aparte ao Senador Maguito Vilela. Senador Eduardo Suplicy. ....	438	Comentário sobre o que S.Exa. tem ouvido do povo do Estado do Rio Grande do Norte sobre o episódio do dossiê. Senador José Agripino. ....	287
Demonstração de apoio à candidatura do Senhor Maguito Vilela para o Governo do Estado do Goiás. Aparte ao Senador Maguito Vilela. Senadora Fátima Cleide. ....	438	Considerações sobre o comentário do presidente do diretório do Partido dos Trabalhadores de São Paulo a respeito dos envolvidos no episódio do dossiê. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Antero Paes de Barros. ....	289
Demonstração de apoio à candidatura do Senhor Maguito Vilela para o Governo do Estado do Goiás. Aparte ao Senador Maguito Vilela. Senador Sibá Machado. ....	439	Questionamentos sobre o episódio do dossiê. Estupefação diante de declarações à imprensa, pelo Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, sobre a divulgação do resultado das apurações sobre o dossiê após o segundo turno das eleições. Senador José Agripino. ....	414
Comentário sobre as alianças político-partidárias na democracia brasileira. Aparte ao Senador João Batista Motta. Senador Sibá Machado. ....	442	Demonstração de censura ao comportamento não-digno do Ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos no episódio da compra do dossiê, pela falta de credibilidade e imparcialidade demonstrada. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Almeida Lima. ....	416
Considerações sobre as eleições no Estado de Rondônia. Senadora Fátima Cleide. ....	444		
Considerações sobre a brilhante campanha eleitoral desenvolvida pela Senadora Fátima Cleide em Rondônia. Aparte à Senadora Fátima Cleide. Senador Valdir Raupp. ....	446	GOVERNO FEDERAL	
Considerações a respeito do processo eleitoral no Estado de Rondônia. Aparte à Senadora Fátima Cleide. Senador Sibá Machado. ....	446	Críticas ao Presidente Lula e aos assessores que o cercam no Palácio do Planalto, pela péssima conduta moral e administrativa. Senador Antonio Carlos Magalhães. ....	169
Comentário a respeito do segundo turno das eleições presidenciais e sobre a necessidade de o candidato Geraldo Alckmin aprofundar melhor as suas propostas, quando diz que vai fazer um “choque de gestão”. Senador Sibá Machado. ....	447	Exortação ao Senador Antonio Carlos Magalhães por ofender ao invés de simplesmente criticar respeitosamente o Presidente Lula. Aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães. Senador Eduardo Suplicy. ....	171
Agradecimentos ao carinho do povo do Estado de Rondônia para com o PMDB, tendo em vista a expressiva votação naquele Estado. Senador Valdir Raupp. ....	451	Críticas ao Governo Lula e comentário sobre a necessidade de esclarecimentos que este deve prestar ao País, principalmente no que tange aos destinos dos recursos das ONGs. Aparte ao Senador Antero Paes de Barros. Senador Heráclito Fortes. ....	195
Comentários sobre a reeleição do Governador Paulo Hartung e sua consagração como o governante estadual mais votado do País. Senador Marcos Guerra. ....	457	Críticas ao Governo Lula por fazer “corpo mole” na hora de atender as comunidades brasileiras e por culpar a Oposição pela não votação de projetos que beneficiem diretamente a população. Aparte ao Senador Leonel Pavan. Senador Heráclito Fortes. ....	200
ELETRICIDADE		Críticas ao Governo Lula pela quantidade de escândalos que marcou sua presidência e a repercussão disso no resultado das eleições. Aparte ao Senador César Borges. Senador Arthur Virgílio. ..	271
Justificação de requerimento solicitando informações ao Ministro de Minas e Energia sobre o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico. Senador Arthur Virgílio. ....	273	Comentários a declarações do Presidente Lula a respeito de S.Exa. Senador Antonio Carlos Magalhães. ....	276
ÉTICA		Críticas ao Presidente Lula por dirigir-se de maneira inaceitável a um Parlamentar individual	
Expectativa no sentido de que sejam esclarecidos todos os fatos relativos ao episódio do dossiê. Senador Eduardo Suplicy. ....	282		
Considerações sobre a questão dos escândalos éticos levantados pela oposição no Governo Lula. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy. Senador Roberto Saturnino. ....	284		

	Pág.		Pág.
mente com termos ofensivos e debochados. Aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães. Senador Jefferson Péres. ....	277	Homenagem à Senadora Heloísa Helena pelos seus conselhos, garra e determinação como parlamentar. Aparte à Senadora Heloísa Helena. Senador Leonel Pavan. ....	184
Comentário sobre a conduta do Presidente Lula ao ordenar a pelo menos três de seus Ministros a esquecerem seus trabalhos ordinários e se dedicarem à campanha eleitoral de reeleição presidencial. Aparte ao Senador Alvaro Dias. Senador Arthur Virgílio. ....	286	Elogios à Senadora Heloísa Helena, pela campanha eleitoral que fez e por não deixar morrer a idéia do socialismo democrático. Aparte à Senadora Heloísa Helena. Senador Antero Paes de Barros. ....	185
Críticas ao Presidente Lula por afirmar não ter conhecimento de quais foram as pessoas que promoveram o escândalo do “mensalão”. Aparte ao Senador José Agripino. Senador João Batista Motta. ....	288	Homenagem à Senadora Heloísa Helena pela sua excelência no Senado Federal e na sua campanha eleitoral. Aparte à Senadora Heloísa Helena. Senador Demóstenes Torres. ....	188
Comentários ao artigo do jornalista Arnaldo Jabor intitulado “A verdade está na cara, mas não se impõe”, sobre a corrupção no Governo Federal. Senador João Batista Motta. ....	439	Saudações ao advento da festa e da procissão do Círio de Nazaré, que é a maior manifestação de religiosidade do Estado do Pará. Senador Luiz Otávio. ....	206
Comentário sobre a postura do Governo em relação ao papel fiscalizador das agências reguladoras. Aparte à Senadora Ideli Salvatti. Senador Flexa Ribeiro. ....	364	Registro público de reconhecimento da atuação parlamentar respeitosa e proveitosa para o País do Senador Rodolpho Tourinho. Aparte ao Senador Rodolpho Tourinho. Senadora Ideli Salvatti. ....	259
Comentário sobre tentativa do Partido dos Trabalhadores de tirar a responsabilidade dos ombros do Presidente Lula pelo dossiê montado contra o Senhor José Serra. Senador Antero de Barros. ...	367	Cumprimentos ao Senador Rodolpho Tourinho e lamento pelo resultado da eleição de 2006, que fez com que a Bahia perdesse um representante de qualidade no Senado. Aparte ao Senador Rodolpho Tourinho. Senador Eduardo Azeredo. ....	259
Comentário sobre a questão da compra do dossiê contra o Senhor José Serra e sobre a postura do Governo em relação a isso. Aparte ao Senador Antero Paes de Barros. Senador Flexa Ribeiro. ...	369	Elogios ao Senador Rodolpho Tourinho, por ter feito em tão pouco tempo tanta coisa pelo Senado da República. Aparte ao Senador Rodolpho Tourinho. Senador Mão Santa. ....	260
Críticas ao Presidente Lula e ao Partido dos Trabalhadores pelo caso da compra de dossiê contra o candidato José Serra. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Mão Santa. ....	415	Depoimento a respeito da competência, capacidade, honestidade e seriedade do Senador Rodolpho Tourinho como parlamentar. Aparte ao Senador Rodolpho Tourinho. Senador Paulo Paim. ....	260
Defesa do Presidente Lula e do Ministro de Estado Márcio Thomaz no que diz respeito ao episódio da compra do dossiê. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Sibá Machado. ....	416	Cumprimentos ao Senador Rodolpho Tourinho pela conduta como parlamentar e relator nesta Casa. Aparte ao Senador Rodolpho Tourinho. Senador Ramez Tebet. ....	261
Saudação aos novos integrantes da bancada federal e ao novo Senador capixaba, Renato Casa Grande. Senador Marcos Guerra. ....	457	Testemunho da forma tão dedicada com que o Senador Rodolpho Tourinho abraçou projetos complexos sob sua relatoria, dando uma contribuição do mais alto nível a todos nesta Casa. Aparte ao Senador Rodolpho Tourinho. Senador Eduardo Suplicy. ....	261
<b>HOMENAGEM</b>		Registro de alegria e admiração pela lisura do Senador Rodolpho Tourinho, o qual jamais deixava politizar assuntos técnicos no parlamento. Aparte ao Senador Rodolpho Tourinho. Senador Ney Suassuna. ....	261
Registro público de amizade e de apreço pessoal para com o Senador Ney Suassuna. Aparte ao Senador Ney Suassuna. Senador Geraldo Mesquita Júnior. ....	168	Admiração pela qualificação técnica do Senador Rodolpho Tourinho demonstrada durante seu mandato. Aparte ao Senador Rodolpho Tourinho. Senador Alvaro Dias. ....	261
Cumprimentos à Senadora Heloísa Helena pela extraordinária jornada que a mesma teve como fundadora do P-SOL. Aparte à Senadora Heloísa Helena. Senador Eduardo Suplicy. ....	181		

Pág.	Pág.
Testemunho público de admiração intelectual profunda e grande apego pessoal que S.Exa. tem com relação ao Senador Rodolpho Tourinho. Aparte ao Senador Rodolpho Tourinho. Senador Arthur Virgílio. ....	199
261	
Homenagem e agradecimento pelo convívio com o Senador Rodolpho Tourinho nesta Casa. Aparte ao Senador Rodolpho Tourinho. Senador Sibá Machado. ....	199
262	
Voto de reconhecimento ao pugilista brasileiro Acelino Popó de Freitas. Senador Arthur Virgílio. .	
287	
Transcrição nos Anais do Senado Federal do discurso de homenagem aos 100 anos de nascimento do Deputado Paulo Pinheiro Chagas, em primeiro de setembro de 2006. Senador Eduardo Azeredo. ....	
379	
Congratulação ao Senador Tião Viana, pela administração desenvolvida frente ao Governo do Acre. Aparte ao Senador Tião Viana. Senadora Fátima Cleide. ....	354
424	
Reconhecimento das qualidades políticas do Senador Tião Viana. Aparte ao Senador Tião Viana. Senador Maguito Vilela. ....	354
424	
Cumprimentos ao Senador Tião Viana pelo brilhante desempenho de suas atividades parlamentares. Aparte ao Senador Tião Viana. Senador Eduardo Suplicy. ....	354
425	
Reconhecimento das qualidades políticas do Senador Tião Viana. Aparte ao Senador Tião Viana. Senador Romeu Tuma. ....	354
427	
<b>HOMENAGEM PÓSTUMA</b>	
Encaminhamento do Requerimento nº 1.020, de 2006, em homenagem pelo falecimento do Senhor Gilberto Maciel da Fonseca, candidato a Deputado Estadual em Tocantins, ocorrido em 4 de outubro de 2006. Senador Eduardo Siqueira Campos. ....	278
357	
<b>IGREJA</b>	
Anúncio da comemoração do Círio de Nossa Senhora de Nazaré, santa padroeira do Pará. Senador Flexa Ribeiro. ....	312
366	
<b>IMPOSTO</b>	
Esclarecimentos sobre a apreciação do projeto de sua autoria, em tramitação na Comissão de Assuntos Econômicos, que isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) a compra de motocicletas a serem usadas no transporte de passageiros por mototaxistas. Senador Leonel Pavan. ....	312
261	
Comentário sobre a importância do Projeto de autoria do Senador Leonel Pavan que prevê a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para a compra de motocicletas a serem usadas no transporte de passageiros por mototaxistas. Aparte ao Senador Leonel Pavan. Senador Eduardo Suplicy. ....	312
262	
Considerações a respeito da votação do Projeto de Lei nº 68, de 2006 – Complementar, do Senador Rodolpho Tourinho, que dispõe sobre os impostos dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências para prorrogar os prazos previstos em relação à apropriação dos créditos do ICMS. Senador Flexa Ribeiro. ....	312
287	
Considerações a respeito da votação do Projeto de Lei nº 68, de 2006 – Complementar, do Senador Rodolpho Tourinho, que dispõe sobre os impostos dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências para prorrogar os prazos previstos em relação à apropriação dos créditos do ICMS. Senadora Ideli Salvatti. ....	312
379	
<b>JUROS</b>	
Comentário sobre o problema das altas taxas de juros praticadas pelo Banco Central e pelos bancos de todo o Brasil. Senador Antonio Carlos Valadares. ....	278
424	
<b>MEDIDA PROVISÓRIA</b>	
Medida Provisória nº 297, de 2006, que regulamenta o § 5º do art. 198 da Constituição Federal, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006, e dá outras providências. ....	312
424	
<b>MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA</b>	
Mensagem nº 223, de 2006 (nº 833/2006, na origem), de 27 de setembro último, restituindo autógrafos de Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2005 (nº 6.999/2002, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre	

	Pág.		Pág.
a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Superior Regional do Trabalho da 15ª Região e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 11.348, de 27 de setembro de 2006. ....	8	MOVIMENTO TRABALHISTA	
Mensagem nº 224, de 2006 (nº 834/2006, na origem), de 27 de setembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2005(nº 2.170/2003, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 11.349, de 27 de setembro de 2006. ....	8	Controvérsias sobre a imposição do pagamento da contribuição sindical dos empregados não sindicalizados. Senador Valmir Amaral. ....	207
Mensagem nº 225, de 2006, (nº 837/2006, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor Bernardo Pericás Neto, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Cuba, e, cumulativamente, o cargo de Embaixador do Brasil em Antígua e Barbuda, desde que obtido o agrément do governo desse país. ....	8	PARECER	
Mensagem nº 226, de 2006 (nº 836/2006, na origem), de 27 de setembro de 2006, pela qual o Presidente da República, solicita autorização para contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até sessenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, de principal, entre o Governo do Estado do Pará e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, destinada ao financiamento parcial do Programa Pará Rural. ....	8	Parecer nº 1.094, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Arthur Virgílio, que acrescenta o seguinte § 5º ao art. 239 da Constituição Federal, para permitir que os recursos do Pasep sejam aplicados diretamente pelos Estados e Municípios. Senador João Batista Motta. ....	34
Mensagem nº 455, de 2006, que submete à deliberação desta Casa o texto da Medida Provisória nº 296, de 8 de junho de 2006, que “dispõe sobre a criação de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas no âmbito do Ministério da Educação, para fins de constituição dos quadros de pessoal das novas instituições federais de educação profissional e tecnológica e das novas instituições de ensino superior”. ....	34	Parecer nº 1.095, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, ao Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2006 – Complementar, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 101, de 2000, estabelecendo a obrigatoriedade da execução do orçamento, nos termos da Lei das Diretrizes Orçamentárias. Senador Osmar Dias. ....	38
Mensagem nº 456, de 2006, que submete à elevada deliberação desta Casa o texto da Medida Provisória nº 297, de 9 de junho de 2006, que “Regulamenta o § 5º do art. 198 da Constituição, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006, e dá outras providências”. ....	301	Parecer nº 1.096, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2002, de autoria do Senador Moreira Mendes, que “acrescenta parágrafo ao artigo 55 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, para permitir a concessão de visto a estrangeiro portador de documento de viagem emitido por governo não reconhecido pelo Governo brasileiro.” Senador Gilberto Mestrinho. ....	41
		Parecer nº 1.097, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 313, de 2003, de autoria do senador Luiz Otávio, que acrescenta o inciso XXII ao art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para isentar do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas quaisquer rendimentos percebidos por maiores de oitenta anos de idade. Senador Eduardo Azeredo. ....	48
		Parecer nº 1.098, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 216, de 2006 (nº 739/2000 na origem), do Presidente da República, que propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação financeira entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Nigéria no valor de US\$151.953.792,35 referente ao contrato bilateral de reestruturação de dívida, assinado em 29 de dezembro de 2005, no âmbito do Clube de Paris. Senador Ney Suassuna. ....	112

Pág.	IX Pág.
<p>Parecer nº 1.099, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 219, de 2006 (nº 779/2006 na origem), do Presidente da República, que encaminha pleito da Prefeitura Municipal de Joinville (SC), solicitando autorização do Senado Federal para que possa contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA), no valor total de até US\$11.800.000,00 de principal, destinada ao financiamento parcial do Programa Eixo Ecológico Leste e Estruturação de Parques Ambientais – Linha Verde. Senador Flexa Ribeiro. ....</p>	<p>de Conversão nº 20, de 2006 (Medida Provisória nº 296, de 2006). Senador Antero Paes de Barros. .. 332</p>
<p>Parecer nº 1.100, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 397, de 1999 Complementar, de autoria do Senador Edison Lobão, que dispõe sobre a elaboração dos demonstrativos dos efeitos decorrentes dos benefícios tributários, financeiros e creditícios, de que trata o art. 165, § 6º, da Constituição e dá outras providências. Senador Luiz Otávio. ....</p>	<p>Parecer nº 1.105, de 2006, de Plenário, sobre a Medida Provisória nº 297, de 2006, que regulamenta o § 5º do art. 198 da Constituição Federal, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006, e dá outras providências. Senador Rodolpho Tourinho. .... 341</p>
<p>Parecer nº 1.101, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 397, de 1999 Complementar, de autoria do Senador Edison Lobão, que dispõe sobre a elaboração dos demonstrativos dos efeitos decorrentes dos benefícios tributários, financeiros e creditícios, de que trata o art. 165, § 6º, da Constituição e dá outras providências. Senador Eduardo Suplicy. ....</p>	<p>Parecer nº 1.106, de 2006, da Comissão Diretora, que apresenta redação final do Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2006. Senador Antero Paes de Barros. .... 350</p>
<p>Parecer nº 1.102, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 226, de 2006 (nº 836/2006, na origem), do Presidente da República, que encaminha pleito do Estado do Pará, solicitando autorização do Senado Federal para que seja contratada operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado do Pará e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor total de até US\$60.000.000,00 destinada ao financiamento parcial do Programa Pará Rural (Pará Integrated Rural Development Project). Senador César Borges. ....</p>	<p><b>PARTIDO POLÍTICO</b></p> <p>Observação sobre a facilidade que tem o PT de se metamorfosear. Senador Heráclito Fortes. . 70</p>
<p>Parecer nº 1.103, de 2006, de Plenário, sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2006, proveniente da Medida Provisória nº 296, de 8 de junho de 2006, que dispõe sobre a criação de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas no âmbito do Ministério da Educação. Senador Roberto Saturnino. ....</p>	<p><b>PETRÓLEO</b></p> <p>Satisfação com a inclusão do Estado da Paraíba como um dos Estados priorizados, pelo Governo Federal, para prospecção de Petróleo. Senador Roberto Cavalcanti. .... 443</p>
<p>Parecer nº 1.104, de 2006, da Comissão Diretora, que apresenta redação final do Projeto de Lei</p>	<p><b>POLÍCIA</b></p> <p>Declaração de amor e respeito pela Polícia Federal. Aparte ao Senador Antero Paes de Barros. Senador Romeu Tuma. .... 196</p>
<p></p>	<p><b>POLÍTICA</b></p> <p>Comentário sobre a necessidade imprescindível de se discutir e se votar a chamada reforma política. Senador Marco Maciel. .... 388</p> <p>Discussão da reforma política e lembrança dos dez anos de sucesso da urna eletrônica. Aparte ao Senador Marco Maciel. Senador Eduardo Azevedo. .... 389</p>
<p></p>	<p><b>POLÍTICA PARTIDÁRIA</b></p> <p>Saudação pela aplicação da cláusula de barreira que irá auxiliar o futuro Presidente da República no seu relacionamento com o Congresso Nacional. Senador Ramez Tebet. .... 173</p> <p>Saudação à vitória do partido de S.Exa. nas eleições de 2006, que ultrapassou a cláusula de barreira. Senador Jefferson Péres. .... 175</p>

	Pág.		Pág.	
<b>PRIVATIZAÇÃO</b>				
Comentário sobre as privatizações realizadas durante o governo do Senhor Fernando Henrique Cardoso. Aparte ao Senador Sibá Machado. Senador João Batista Motta. ....	449	Projeto de Lei do Senado nº 267, de 2006, que acrescenta § 2º ao art. 1º da Lei nº 8.004, de 14 de março de 1990, para conceder ao cessionário de mútuo habitacional legitimidade para propor ação contra o agente financeiro. Senador Valdir Raupp. ....	221	
<b>PROGRAMA SOCIAL</b>				
Considerações a respeito do Programa Bolsa-Família. Senador Eduardo Suplicy. ....	282	Projeto de Lei do Senado nº 268, de 2006, que regulamenta o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, para instituir o Plano de Gerenciamento da Floresta Amazônica. Senador Valdir Raupp. ....	222	
<b>PROJETO DE LEI DA CÂMARA</b>				
Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2006, (nº 1.410/2003, na Casa de Origem, de iniciativa do Presidente da República), que altera os arts. 67, 70, 92 e 137 e acrescenta o art. 69-A à Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1990 – Estatuto dos Militares, tratando sobre licença para acompanhar cônjuge ou companheiro(a). ....	396	Projeto de Lei do Senado nº 269, de 2006, que altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da administração pública, para garantir a preservação de segredos científicos, tecnológicos, industriais ou estratégicos. Senador Marcelo Crivella. ....	225	
<b>PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL</b>				
Projeto de Lei nº 24, de 2006–CN, (Mensagem nº 110, de 2006–CN; nº 800/2006, na origem), que abre crédito ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito especial no valor de R\$ 112.400,00 para os fins que especifica, e dá outras providências. ....	1	Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2006, que regulamenta os §§ 4º e 5º do art. 198 da Constituição, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006, e dá outras providências. Senador Rodolpho Tourinho. ....	341	
Projeto de Lei nº 25, de 2006–CN, (Mensagem nº 110, de 2006–CN; nº 835/2006, na origem), que abre ao Orçamento de Investimento para 2006, em favor de empresas do Grupo Eletrobrás, crédito suplementar no valor total de R\$408.871.889,00 e reduz o Orçamento de Investimento de empresas do mesmo Grupo no valor global de R\$ 758.445.333,00, para os fins que especifica. ....	82	Projeto de Lei do Senado nº 271, de 2006, que altera o art. 108 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, para adotar valor vinculado ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), como critério a determinar a necessidade de escritura pública, nos negócios jurídicos relacionados a direitos reais sobre imóveis. Senador Valdir Raupp. ....	409	
<b>PROJETO DE LEI DO SENADO</b>				
Projeto de Lei do Senado, nº 265, de 2006, que altera os arts. 126, 129 e 130 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para instituir a hipótese de remição da pena pelo estudo. Senador Cristovam Buarque. ....	33	<b>PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO</b>		
Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2006, que altera e acrescenta artigos à Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), no que diz respeito ao processo disciplinar. Senador Alvaro Dias. ....	218	Proposta de Emenda à Constituição nº 44, de 2006, que altera o art. 45 da Constituição Federal, para instituir a representação dos brasileiros que moram no exterior na Câmara dos Deputados. Senador Marcelo Crivella. ....	214	
<b>RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS</b>				
Comentário sobre a Lei Kandir, que trata do repasse de recursos para os Estados. Senadora Ideli Salvatti. ....	267	<b>REQUERIMENTO</b>		
Requerimento nº 1.004, de 2006, solicita que seja inserido em ata, voto de pesar aos familiares pelas vítimas do vôo 1907 da Gol – Linha Aérea Inteligente. Senador Paulo Paim. ....				157

Pág.	Pág.
<p>Requerimento nº 1.005, de 2006, que requer a inserção em ata de voto de aplauso à Associação dos Amigos do Livro Mato-grossense – ALIMEMTO pela coordenação da Literamérica – Feira Latino Americana do Livro 2006 e pela homenagem à Escritora Nélida Piñon. Senadora Serys Slhessarenko. ....</p>	<p>acerca de pretensão projeto do Governo inglês de internacionalização da Amazônia. Senador Arthur Virgílio. ....</p>
158	263
<p>Requerimento nº 1.006, de 2006, que requer a inserção em ata de voto de aplauso a Senhora Clarice Veras, Coordenadora do Prêmio Sebrae Mulher Empreendedora 2006 lançado no último dia 2 de Setembro, em Cuiabá, durante a 18º Convenção da Federação das Associações de Mulheres de Negócios e Profissionais (BPW) – CONFAM. Senadora Serys Slhessarenko. ....</p>	<p>Requerimento nº 1.013, de 2006, que requer Voto de Pesar pela morte dos passageiros e tripulantes do vôo 1907, da GOL, que cumpria a rota Manaus-Brasília- Rio, no dia 29 de setembro de 2006. Senador Arthur Virgílio. ....</p>
158	265
<p>Requerimento nº 1.007, de 2006, que requer a inserção em ata de voto de aplauso a Pró-Reitora de Extensão e Assuntos Comunitários da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, Profª Maria Aparecida Barbosa Carneiro, pela realização do Mini-Curso “Violência contra a mulher”, no dia 4 de setembro. Senadora Serys Slhessarenko. ....</p>	<p>Requerimento nº 1.014, de 2006, que solicita informações ao Senhor Ministro de Estado das Minas e Energia sobre atas das reuniões do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE. Senador Arthur Virgílio. ....</p>
158	273
<p>Requerimento nº 1.008, de 2006, que requer a inserção em ata de voto de aplauso ao Prefeito de Salvador, Senhor João Henrique, pela criação do Fundo Municipal para o Desenvolvimento Humano e Inclusão Educacional de Mulheres Afrodescendentes (Fiema) e pelo lançamento do Programa de Combate ao Racismo Institucional (PCRI), no último dia 30 de Agosto. Senadora Serys Slhessarenko. .</p>	<p>Requerimento nº 1.015, de 2006, que solicita informações a Senhora Ministra- Chefe da Casa Civil sobre a abertura de processo administrativo contra o Sr. Freud Godoy. Senador Arthur Virgílio. ....</p>
158	274
<p>Requerimento nº 1.009, de 2006, que requer a inserção em ata de voto de aplauso a Dra. Ana Maria Gonçalves Louzada, juíza da 1ª Vara de Família de Brasília, por ter concedido no último dia 31 de agosto sentença favorável para retificação do nome do autor da ação, com a consequente alteração de sexo no registro, de feminino para masculino. Senadora Serys Slhessarenko. ....</p>	<p>Requerimento nº 1.016, de 2006, que requer que o Projeto de Lei da Câmara nº 511, de 2006, seja examinado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Senador Alvaro Dias. ....</p>
159	274
<p>Requerimento nº 1.010, de 2006, que requer voto de pesar pelo falecimento do Professor Candido José Mendes de Almeida, Diretor da Universidade Candido Mendes, no dia 27 de setembro de 2006, no Rio de Janeiro. Senador Marco Maciel. ....</p>	<p>Requerimento nº 1.017, de 2006, que requer a tramitação em conjunto do PLS nº 44, de 2006, com o PLS nº 110, de 2006, por versarem sobre a mesma matéria. Senador Sibá Machado. ....</p>
190	275
<p>Requerimento nº 1.011, de 2006, que requer que o Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2006 que, “Institui a obrigatoriedade de incluir o quesito cor/raça nas fichas de matrícula e nos dados cadastrais das instituições de educação básica e superior, públicas ou privadas, em suas diversas modalidades de ensino” seja encaminhado à Comissão de Educação para que esta se pronuncie sobre o mesmo. Senador Wellington Salgado de Oliveira. ....</p>	<p>Requerimento nº 1.018, de 2006, que requer Voto de Reconhecimento ao pugilista brasileiro Acelino Popó de Freitas, detentor de uma das mais brilhantes trajetórias no boxe do Brasil e que no dia 4 de outubro de 2006, em Salvador, anunciou sua aposentadoria dos ringues. Senador Arthur Virgílio. ....</p>
229	275
<p>Requerimento nº 1.012, de 2006, que requer informações ao Ministro das Relações Exteriores,</p>	<p>Requerimento nº 1.019, de 2006, que requer Voto de Aplauso ao Doutor Carlos Eduardo Caputo Bastos, que assume, dia 5 de outubro de 2006, o cargo de Ministro Efetivo do Tribunal Superior Eleitoral – TSE. Senador Arthur Virgílio. ....</p>
	276
	<p>Requerimento nº 1.020, de 2006, que requer Voto de Pesar pelo falecimento do candidato pelo PL a Deputado Estadual no Estado do Tocantins, Gilberto Maciel da Fonseca, ocorrido no dia 4 de outubro de 2006. Senador Eduardo Siqueira Campos. ....</p>
	354
	<p>Requerimento nº 1.021, de 2006, que requer que seja considerada como desempenho de missão no exterior, a de S.Exª participação no período de 9 a 10 de outubro de 2006 na Reunião da Mesa Diretora da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul e na Reunião do Grupo Técnico de Alto Nível – GTAN, bem como do seminário “Identificando prioridades da agenda positiva do Mercosul” organizado pela Fundação Friedrich Ebert, que se realizará na ci-</p>

	Pág.		Pág.
dade de Montevideu, no Uruguai. Senador Sérgio Zambiasi. ....	369	Comentário sobre a imensa falta que a Senadora Heloísa Helena fará ao plenário do Senado Federal. Aparte à Senadora Heloísa Helena. Senador Romeu Tuma. ....	184
Requerimento nº 1.022, de 2006, que requer que seja realizada Sessão Especial, por ocasião da abertura da Segunda Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência do Senado Federal, na manhã do dia 21 de novembro do ano de 2006. Senador Renan Calheiros. ....	370	Demonstração de orgulho por ter tido nesta Casa a presença tão ilustre da Senadora Heloísa Helena, a qual marcou suas posições com dureza e afeto quando necessário. Aparte à Senadora Heloísa Helena. Senador Heráclito Fortes. ....	185
Requerimento nº 1.023, de 2006, que requer a retirada da Proposta de Emenda à Constituição nº 70, de 2003, da qual S.Exa. é o primeiro signatário. Senador Sérgio Cabral. ....	400	Comentário sobre a falta que a Senadora Heloísa Helena fará ao Senado Federal e ao Estado como um todo. Admiração e agradecimento pela participação que Heloísa Helena teve na campanha eleitoral de S.Exa. Aparte à Senadora Heloísa Helena. Senador Antonio Carlos Valadares. ....	187
Requerimento nº 1.024, de 2006, que requer a retirada – para reexame e realização de audiência pública – do PLS nº 312, de 2004, de autoria de S.Ex <sup>a</sup> . Senador Marcelo Crivella. ....	400		
Requerimento nº 1.025, de 2006, que requer Voto de Louvor pela passagem dos dezoito anos da promulgação da Constituição Federal de 1988, da República Federativa do Brasil. Senador Marco Maciel. ....	400	<b>TRABALHO</b>	
Requerimento nº 1.026, de 2006, que solicita Voto de Aplauso para a Escola Pública Integrada Professora Letícia Possamai, da comunidade de Aterrado, em Pouso Redondo – SC. Senadora Ideli Salvatti. ....	406	Apelo para que alguém do Governo possa falar no plenário a respeito do regime jurídico que foi estabelecido para os agentes comunitários de saúde. Senadora Heloísa Helena. ....	337
<b>SALÁRIO MÍNIMO</b>		Comentário sobre a disposição do Partido dos Trabalhadores e do Governo em dar urgência na tramitação e votação do Projeto de Lei do Senador Rodolpho Tourinho que trata da questão de se colocar ou não os agentes comunitários de saúde sob o regime da CLT. Senador Eduardo Suplicy. ..	337
Análise sobre o trabalho da Comissão Mista designada pelo Presidente do Senado Federal para construir uma política permanente de recuperação do salário mínimo e também dos benefícios dos aposentados e pensionistas. Senador Paulo Paim. ....	410	Comentário sobre a questão de se colocar ou não os agentes comunitários de saúde sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. Senador Rodolpho Tourinho. ....	337
Comentário sobre a luta pelo salário mínimo no Congresso, liderada pelo Senador Paulo Paim. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Mão Santa. ....	413	Registro da irresponsabilidade do Governo Federal para com os milhares de agentes comunitários de saúde do Brasil. Senador Almeida Lima. ....	338
<b>SAÚDE</b>		Registro do compromisso assumido pelo Governo com relação à definição do regime jurídico ao qual devem ser submetidos os agentes comunitários de saúde. Senador Sibá Machado. ....	338
Informação aos agentes de saúde presentes nas galerias que será apreciada matéria do interesse da classe. Senador Antonio Carlos Magalhães. ....	276	Considerações sobre o regime jurídico que deve amparar os agentes comunitários de saúde. Senador Arthur Virgílio. ....	339
<b>SENADO FEDERAL</b>		Preocupações em relação ao regime da CLT para os trabalhadores dos Municípios e para os da Funasa. Senadora Heloísa Helena. ....	339
Demonstração de orgulho por ter a oportunidade de trabalhar ao lado da Senadora Heloísa Helena por vários anos no Senado Federal. Aparte à Senadora Heloísa Helena. Senador Cristovam Buarque. ....	184	Comentário sobre a definição do regime jurídico ao qual devem ser submetidos os agentes comunitários de saúde. Senador Rodolpho Tourinho. ....	345
		Discussão do Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2006, que regulamenta os §§ 4º e 5º do art. 198 da Constituição, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art.	



Pág.	Pág.
2º da Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006, e dá outras providências. Senador José Agripino. ....	345
Discussão do Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2006, que regulamenta os §§ 4º e 5º do art. 198 da Constituição, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006, e dá outras providências. Senador Arthur Virgílio. ....	345
<b>TRANSPORTE AÉREO</b>	
Voto de pesar aos familiares das vítimas do acidente envolvendo um avião da Gol e uma aeronave Legacy. Senador Heráclito Fortes. ....	55
Votos de condolências e pêsames as mais de 150 famílias de passageiros da GOL envolvidas no fatídico acidente com um avião da empresa que vinha de Manaus com destino à Brasília. Senador Paulo Octávio. ....	61
Justificação de requerimento de voto de pesar aos familiares das vítimas do acidente aéreo ocorrido no dia 26 de setembro de 2006, em Mato Grosso, com um <i>Boeing</i> da GOL. Senador Paulo Paim. ....	156
Necessidade de esclarecimentos dos fatos sobre o acidente aéreo envolvendo uma aeronave da empresa Gol e uma aeronave privada de fabricação da Embraer, momento que envolve o contingenciamento de recursos para investimentos no setor aeronáutico. Senador Heráclito Fortes. ....	201
Comentário sobre o acidente aéreo que envolveu o Boeing da Gol e o Legacy, no ano de 2006, e alerta à ANAC e demais órgãos competentes para tomarem providências no sentido de prevenir acidentes dessa ordem. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Senador Eduardo Suplicy. ....	202
Comentário sobre o desastre aéreo entre o avião da Gol e o Legacy ocasionando um clima de terror em Manaus. Senador Arthur Virgílio. ....	266
Lamento pelo acidente que vitimou 155 pessoas em avião da GOL. Lembranças do alerta feito por S.Exa. em julho de 2006, sobre a falta de capacidade operacional dos aeroportos e das empresas aéreas brasileiras. Senador Almeida Lima. ....	418
Comentário sobre a necessidade de esclarecimentos a respeito do acidente envolvendo a aeronave da Gol, em Manaus. Aparte ao Senador Almeida Lima. Senador Marcos Guerra. ....	420
Solidariedade aos familiares das vítimas do acidente que envolveu o avião da empresa Gol. Senador Maguito Vilela. ....	437
<b>VOTAÇÃO</b>	
Considerações a respeito do processo de votação do Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2006, do Senador Rodolpho Tourinho. Senadora Ideli Salvatti. ....	340
Comentário a respeito da votação do Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2006, do Senador Rodolpho Tourinho. Senador Arthur Virgílio. ....	340



# Ata da 160ª Sessão Não Deliberativa, em 2 de outubro de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Cristovam Buarque, Heráclito Fortes, Roberto Saturnino  
e Geraldo Mesquita Júnior*

*(Inicia-se a sessão às 14 horas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Cristovam Buarque. PDT  
– DF) – Havendo número regimental, declaro aberta  
a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos  
trabalhos.

Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

## **PROJETO DE LEI Nº 24, DE 2006-CN**

### **MENSAGEM Nº 108, DE 2006-CN**

**(nº 800/2006, na origem)**

**Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito especial no valor de R\$ 112.400,00 para os fins que especifica, e dá outras providências.**

#### **O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

**Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da Seguridade Social da União (Lei nº 11.306, de 16 de maio de 2006), em favor do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito especial no valor de R\$ 112.400,00 (cento e doze mil e quatrocentos reais), para atender às programações constantes do Anexo I desta Lei.**

**Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta Lei.**

**Art. 3º O Plano Plurianual 2004-2007 passa a incorporar a alteração constante do Anexo III desta Lei, em conformidade com o art. 5º, § 11, da Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004.**

**Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.**

Brasília,

ORGÃO : 5500 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME  
 UNIDADE : 5501 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME

ANEXO I

CRÉDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E	S	M	P	O	D	I	M	O	U	T	E	VALOR
<b>0401 GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS</b>															<b>32.400</b>
<b>OPERAÇÕES ESPECIAIS</b>															
08 212	0401 0000	CONTRIBUIÇÃO A REDE SOCIAL DA AMÉRICA LATINA E CARIBE - REDLAC													32.400
08 212	0401 0060 0001	CONTRIBUIÇÃO A REDE SOCIAL DA AMÉRICA LATINA E CARIBE - REDLAC - NACIONAL													32.400
															32.400
<b>TOTAL - FISCAL</b>															<b>0</b>
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>															<b>32.400</b>
<b>TOTAL - GERAL</b>															<b>32.400</b>

ORGÃO : 5500 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME  
 UNIDADE : 5501 - FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ANEXO I

CRÉDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E	S	M	P	O	D	I	M	O	U	T	E	VALOR
<b>1385 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL</b>															<b>90.000</b>
<b>ATIVIDADES</b>															
08 244	1385 2831	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL													90.000
08 244	1385 2831 0373	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA TRANSPORTE DE DEFICIENTES FÍSICOS DO BAIRRO ROSEIRAL / BELA VISTA - PATY DO ALFERES - RJ													90.000
															90.000
<b>TOTAL - FISCAL</b>															<b>0</b>
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>															<b>90.000</b>
<b>TOTAL - GERAL</b>															<b>90.000</b>

ORGÃO : 5000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME  
 UNIDADE : 55101 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME

ANEXO II

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMAVACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R D	R P D	M O D	I U D	F T E	VALOR
0750		APOIO ADMINISTRATIVO							32.400
		ATIVIDADES							
06 301	0750 2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES							32.400
06 301	0750 2004 0001	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NACIONAL							32.400
			5	3	2	90	0	151	32.400
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									32.400
TOTAL - GERAL									32.400

ORGÃO : 55000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME  
 UNIDADE : 55901 - FUNDO NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

ANEXO II

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMAVACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R D	R P D	M O D	I U D	F T E	VALOR
1305		PROTECAO SOCIAL ESPECIAL							80.000
		ATIVIDADES							
06 244	1305 2101	ESTRUTURACAO DA REDE DE SERVICOS DA PROTECAO SOCIAL ESPECIAL							80.000
06 244	1305 2101 0062	ESTRUTURACAO DA REDE DE SERVICOS DA PROTECAO SOCIAL ESPECIAL - AQUISICAO DE VEICULO PARA TRANSPORTE DE DEFICIENTES FISICOS DO BAIRRO ARROZAL - PATY DO ALPERES - RJ							80.000
			1	4	2	40	0	100	80.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									80.000
TOTAL - GERAL									80.000

## ANEXO III

Plano Plurianual 2004 - 2007

Anexo Crédito Ações Plurianuais

Valores em R\$ 1,00

Megaobjetivo *Promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia*Desafio *Promover os valores e os interesses nacionais e intensificar o compromisso do Brasil com uma cultura de paz, solidariedade e de direitos humanos no cenário internacional*Programa **0681 Gestão da Participação em Organismos Internacionais** Órgão Responsável **35000 Ministério das Relações Exteriores (MRE)**Tipo *Gestão de Políticas Públicas*Objetivo *Assegurar a presença do governo brasileiro nos organismos internacionais de seu interesse*Público-alvo *Governo e sociedade brasileiros*

## AÇÕES DO ORÇAMENTO FISCAL

## Operação Especial

Ação	Título	Órgão Executor	Produto (unidade de medida)	Regionalização	Financeiro/Físico			
					2004	2005	2006	2007
0060	Contribuição à Rede Social da América Latina e Caribe - REDLAC	MDS	- (-)	Nacional R\$	-	-	32.400	11.350

**EM nº 00176/2006/MP****Brasília, 12 de setembro de 2006.****Excelentíssimo Senhor Presidente da República,**

1. **Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar Projeto de Lei que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União (Lei nº 11.306, de 16 de maio de 2006) crédito especial no valor de R\$ 112.400,00 (cento e doze mil e quatrocentos reais), em favor do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e dá outras providências.**

2. **A solicitação visa à inclusão de categoria de programação no orçamento vigente do referido Ministério, no âmbito de sua Administração direta, com vistas a viabilizar o pagamento de contribuição à Rede Social da América Latina e Caribe, organismo de cooperação internacional voltado à prestação de assessoria técnica aos países membros, bem como à organização de cursos e eventos.**

3. **Adicionalmente, o crédito objetiva a adequação da programação vigente do Fundo Nacional de Assistência Social, mediante a inclusão de subtítulo à ação Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Especial, a fim de ajustar a descrição de programação constante da Lei Orçamentária de 2006, que permitirá a aquisição de veículo para transporte de deficientes físicos no Bairro Roseiral/Bela Vista, localizado no Município de Paty do Alferes - RJ.**

4. **O pleito viabilizar-se-á mediante Projeto de Lei a ser encaminhado ao Congresso Nacional à conta de anulação de dotações orçamentárias, em conformidade com o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições contidas no art. 167, inciso V, da Constituição.**

5. Ressalta-se, a propósito do que determina o art. 63, § 13, da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2006 (LDO-2006), que a abertura do presente crédito não afeta a obtenção da meta de resultado primário estabelecida para o corrente exercício, tendo em vista tratar-se de remanejamento entre despesas primárias do Poder Executivo para priorização da execução das novas programações, e que o art. 1º, § 3º, do Decreto nº 5.780, de 19 de maio de 2006, condiciona a execução das despesas objeto dos créditos abertos e reabertos aos limites estabelecidos no referido Decreto.

6. Integra o presente Projeto de Lei, em atendimento ao disposto no art. 5º, § 11, da Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004, anexo específico com as informações sobre as projeções plurianuais e os atributos da ação 0B60 - Contribuição à Rede Social da América Latina e Caribe - REDLAC, que passa a integrar o Plano Plurianual 2004-2007 (PPA 2004-2007).

7. Cabe ressaltar, finalmente, que, no âmbito do Fundo Nacional de Assistência Social, o presente crédito não implica alteração do PPA 2004-2007, uma vez que se trata de inclusão de subtítulo de ação constante do referido Plano.

8. Nessas condições, submeto à deliberação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa a abertura do referido crédito especial.

Respeitosamente,

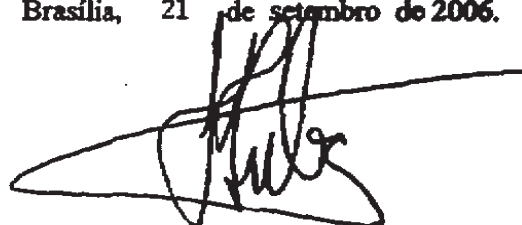
*Assinado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva*

Mensagem nº 800

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que "Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito especial no valor de R\$ 112.400,00 para os fins que especifica, e dá outras providências".

Brasília, 21 de setembro de 2006.



## **LEGISLAÇÃO CITADA**

### **LEI Nº 11.308, DE 16 DE MAIO DE 2006.**

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2006.

---

### **LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.**

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

---

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

II - os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

---

### **LEI Nº 11.178, DE 20 DE SETEMBRO DE 2005.**

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2006 e dá outras providências.

---

Art. 63. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, também em meio magnético, de forma consolidada, de acordo com as áreas temáticas definidas no Parecer Preliminar sobre a proposta orçamentária de 2006, ajustadas a reformas administrativas supervenientes, preferencialmente na segunda quinzena de maio e na primeira de outubro, sem prejuízo do disposto no art. 66 desta Lei.



.....  
§ 13. Os projetos de lei de créditos adicionais destinados a despesas primárias deverão conter demonstrativo de que não afetam o resultado primário anual previsto no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, ou indicar as compensações necessárias, em nível de subtítulo.  
.....

**DECRETO Nº 5.780, DE 19 DE MAIO DE 2006.**

Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2006, e dá outras providências.

.....  
Art. 1º Os órgãos, os fundos e as entidades do Poder Executivo, integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, poderão empenhar as dotações orçamentárias aprovadas na Lei nº 11.306, de 16 de maio de 2006, observados os valores disponibilizados no Anexo I deste Decreto  
.....

§ 3º Os créditos suplementares e especiais que vierem a ser abertos neste exercício, bem como os créditos adicionais reabertos a partir da data de publicação deste Decreto, relativos aos grupos de despesa "Outras Despesas Correntes", "Investimentos" e "Inverções Financeiras", ressalvadas as exclusões de que trata o § 1º deste artigo, terão sua execução condicionada aos valores disponibilizados para empenho e pagamento.  
.....

**LEI Nº 10.933, DE 11 DE AGOSTO DE 2004.**

Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2004/2007.

.....  
~~Art. 5º A alteração ou a exclusão de programas constantes do Plano Plurianual, assim como a inclusão de novos programas, será proposta pelo Poder Executivo, por meio de projeto de lei de revisão anual ou específico, ressalvado o disposto nos §§ 11, 12 e 13 deste artigo. (Redação dada pela Lei nº 11.044, de 2004)~~

Art. 5º A alteração ou a exclusão de programa constante do Plano, assim como a inclusão de novo programa, será proposta pelo Poder Executivo, por meio de projeto de lei de revisão anual ou específico, ressalvado o disposto nos §§ 9º, 10 e 11. (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006)

.....  
~~§ 11. As alterações de que trata o inciso III do § 6º deste artigo poderão ocorrer por intermédio de lei orçamentária e de seus créditos adicionais, desde que mantenha a mesma codificação e não modifique a finalidade da ação ou a sua abrangência geográfica. (Incluído pela Lei nº 11.044, de 2004)~~

§ 11. A inclusão de ação orçamentária, se plurianual, poderá ocorrer por meio de crédito especial ou extraordinário, desde que esses apresentem, a partir do exercício de 2006, em anexo específico, as informações referentes às projeções plurianuais e aos atributos constantes do Plano. (Redação dada pela Lei nº 11.318, de 2006)

**O SR. PRESIDENTE** (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Nos termos das normas constantes da Resolução nº1, de 2001 – CN (Ofícios CN nºs 823 e 824, de 2004), a Presidência estabelece o seguinte calendário para tramitação do projeto:

Até 7-10 Publicação e distribuição de avulsos;  
Até 15-10 Prazo final para apresentação de emendas;  
Até 20-10 Publicação e distribuição de avulsos das emendas;  
Até 30-10 Encaminhamento do parecer final à Mesa do Congresso Nacional.

O projeto que acaba de ser lido vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Sobre a mesa, mensagens que passo a ler.

São lidas as seguintes:

#### MENSAGENS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

- Nº 223, de 2006 (nº 833/2006, na origem), de 27 de setembro último, restituindo autógrafos de Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2005 (nº 6.999/2002, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Superior Regional do Trabalho da 15ª Região e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 11.348, de 27 de setembro de 2006; e
- Nº 224, de 2006 (nº 834/2006, na origem), de 27 de setembro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2005 (nº 2.170/2003, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 11.349, de 27 de setembro de 2006.

**O SR. PRESIDENTE** (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Será encaminhada à Câmara dos Deputados um exemplar de autógrafo de cada um dos projetos sancionados.

Os processados vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, mensagem que passo a ler.

É lida a seguinte:

#### MENSAGEM Nº 225, DE 2006

(Nº 837/2006, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição; o art. 42, § 1º, da Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986; o art. 18, § 1º, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986; e os arts. 39 e 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Bernardo Pericás Neto, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Cuba, e, cumulativamente, o cargo de Embaixador do Brasil em Antígua e Barbuda, desde que obtido o **agrément** do governo desse país.

Os méritos do Senhor Bernardo Pericás Neto que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 27 de setembro de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM Nº 370 DP/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 20 de setembro de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição Federal; o artigo 42, § 1º da Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986; o artigo 18, § 1º, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, e os artigos 39 e 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação do Senhor Bernardo Pericás Neto, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diploma do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Cuba.

2. Caso mereça a aprovação do Senado Federal, o Senhor Bernardo Pericás Neto poderá ser nomeado, também, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil, cumulativamente, em Antígua e Barbuda, desde que obtido o **agrément** do governo desse país.

3. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre os países e **curriculum vitae** do Senhor Bernardo Pericás Neto, que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte dos seus ilustres membros.

Respeitosamente, – **Samuel Pinheiro Guimarães Neto**.

## INFORMAÇÃO CURRICULUM VITAE

### MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE BERNARDO PERICÁS NETO

CPF.: 7507372472

ID.: 343 MRE/DF

- 1941 Filho de Bernardo Pericás Durán e Rachel S. da Mota Pericás, nasce em 14 de junho, em Curitiba/PR
- 1961 Aspirante a Oficial da Reserva, Curso de Cavalaria, CPOR de Curitiba/PR
- 1962 CPCD - IRBr
- 1964 Terceiro Secretário em 20 de janeiro
- 1964 Cerimonial, assessor
- 1964 Orden del Libertador San Martín, República Argentina, Cavaleiro
- 1964 Gabinete do Ministro de Estado, Oficial de Gabinete
- 1965 Divisão de Produtos de Base, assistente
- 1965 Ordem do Mérito, Senegal, Oficial
- 1965 Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito, Universidade do Brasil/RJ
- 1967 Missão junto às Nações Unidas, Terceiro e Segundo Secretário
- 1967 Segundo Sécretario, por merecimento, em 31 de março
- 1971 Embaixada no México, Segundo Secretário
- 1972 Secretaria-Geral, Assessor-Chefe
- 1973 Primeiro-Secretário, por merecimento, em 1 de janeiro
- 1974 Departamento Geral de Administração, Chefe do Gabinete
- 1974 Embaixada em Bruxelas, Primeiro Secretário
- 1976 Embaixada em Maputo, Encarregado de Negócios
- 1976 Divisão da África-II, Chefe, substituto e Chefe
- 1979 Gabinete do Ministro de Estado, Secretário de Informações
- 1980 Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 26 de junho
- 1980 Ordem da Águila Azteca, México, Placa
- 1981 Ordem de Boyacá, Colômbia, Grande Oficial

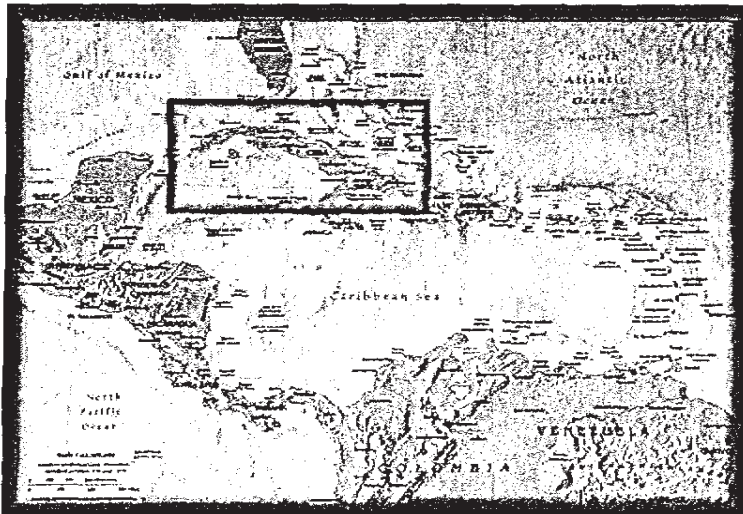
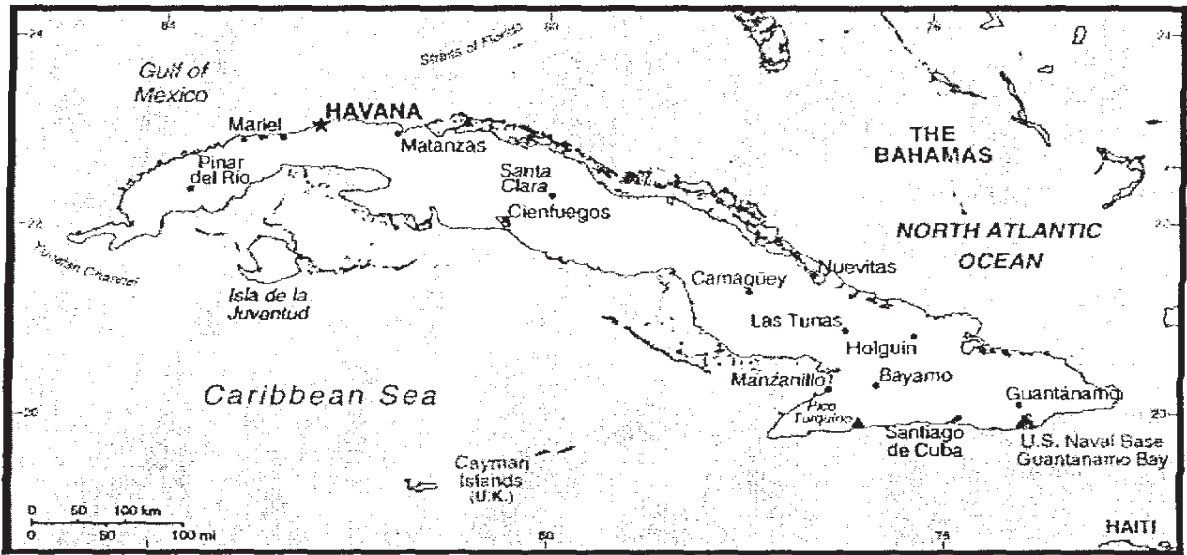
- 1981 Ordem Francisco de Miranda en la Segunda Clase, Venezuela
- 1981 Ordem do Infante Dom Henrique, Portugal, Grande Oficial
- 1982 Ordem do Mérito, Equador, Grande Oficial
- 1984 Ministro de Primeira Classe, merecimento, em 29 de junho
- 1984 Ordem do Mérito Militar, Brasil, Grande Oficial
- 1984 Ordem do Libertador Bernardo O'Higgins, Chile, Grã-Cruz
- 1984 Departamento de Organismos Internacionais, Chefe
- 1987 Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos Multilaterais e Especiais, Subsecretário-Geral
- 1987 Ordem do Mérito das Forças Armadas, Brasil, Grande Oficial
- 1989 Missão junto à Organização dos Estados Americanos, Representante Permanente
- 1992 Conselho Permanente da OEA, Presidente
- 1992 Comissão Especial Encarregada da Reforma da Carta da OEA, Presidente
- 1994 Embaixada em Bruxelas, Embaixador
- 1998 Ordem de Leopold II, Bélgica, Grã-Cruz
- 1998 Embaixada em Assunção, Embaixador
- 2000 Ordem do Mérito, Paraguai, Grã-Cruz
- 2000 Secretaria-Geral Adjunta, Secretário-Geral Adjunto
- 2000 Coordenador Nacional da Cúpula das Américas
- 2000 Coordenador Nacional da Cúpula Iberoamericana
- 2000 Coordenador Nacional da Cúpula União Européia, América Latina e Caribe
- 2000 Coordenador Nacional do Grupo do Rio
- 2000 Coordenador Nacional do Foro de Consulta e Concertação Política do MERCOSUL
- 2001 Presidente da Comissão Nacional de Apoio da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP)
- 2001 Subsecretaria-Geral de Política Bilateral, Subsecretário-Geral
- 2002 Delegação Permanente do Brasil junto à ALADI, Representante Permanente
- 2003 Comissão de Representantes Permanentes do MERCOSUL, Representante Permanente

  
DENIS FONTES DE SOUZA PINTO  
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

**Ministério das Relações Exteriores  
Subsecretaria-Geral da América do Sul  
Departamento das Américas do Norte, Central e Caribe  
Divisão do México, América Central e Caribe (DCC)**

**REPÚBLICA DE CUBA**  
Setembro de 2006

**DADOS BÁSICOS**



<b>CAPITAL:</b>	Havana
<b>ÁREA:</b>	110.922 km <sup>2</sup>
<b>POPULAÇÃO (2005):</b>	11.346.670
<b>ETNIAS:</b>	Mulatos (51%), brancos (37%), negros (11%) chineses (1%).
<b>IDIOMAS:</b>	Espanhol (oficial)
<b>PRINCIPAIS RELIGIÕES:</b>	A maior religião organizada é a Igreja Católica Romana. Religiões afro-cubanas também são muito praticadas. Oficialmente, Cuba foi um estado ateu durante a maior parte da era castrista, mas as restrições ao culto religioso foram diminuídas desde 1991 e o estado secularizado. Existem também minorias de protestantes, judeus e testemunhas de Jeová
<b>SISTEMA POLÍTICO:</b>	Regime de partido único (PCC) e um órgão supremo (Assembléia Nacional do Poder Popular)
<b>CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO:</b>	O Chefe de Estado e Chefe de Governo é o Presidente Fidel Castro Ruiz
<b>CHANCELER:</b>	Felipe Pérez Roque
<b>PIB (2005):</b>	US\$ 35,4 bilhões (preço de mercado)
<b>PIB PER CAPITA:</b>	US\$ 3.161 (preço de mercado)
<b>UNIDADE MONETÁRIA:</b>	Peso cubano conversível

## Perfis Biográficos

### Fidel Castro Ruz - Presidente

- Nasceu em 13 de agosto de 1926. Formou-se em Direito pela Universidade de Havana (Doutor em Direito Civil e Licenciado em Direito Diplomático), tendo-se dedicado por breve período à advocacia.
- Em 1953, chefiou o ataque ao Quartel de Moncada, em Santiago de Cuba, pelo que foi condenado a quinze anos de prisão, dos quais cumpriu dois.
- Exilado nos Estados Unidos e no México, retornou a Cuba em 1956 para comandar guerrilha contra Fulgencio Batista. Com a vitória da revolução, em 01.01.59, tornou-se o líder do novo regime cubano, posição que ocupa desde então.
- Além de Presidente dos Conselhos de Estado e de Ministros, ocupa o cargo de Primeiro Secretário do Comitê Central do Partido Comunista Cubano (PCC).

### Raúl Castro Ruz – Presidente em Exercício

- Nascido em 3 de Junho de 1931, é o mais novo dos três irmãos Castro. É Ministro das Forças Armadas Revolucionárias, Primeiro Vice-Presidente dos Conselhos de Estado e de Ministros e Segundo Secretário do Comitê Central do PCC.

- Graduado em Ensino Superior Militar, foi membro do Movimento de 26 de julho em 1953, tendo passado 22 meses na prisão. Durante seu exílio no México, conheceu Ernesto Ché Guevara e foi quem o trouxe para o grupo de revolucionários cubanos.
- Participou da Campanha de Sierra Maestra, em 27 de fevereiro de 1958, contra o Governo de Fulgencio Batista.
- Como chefe das Forças Armadas, esteve envolvido na participação militar de Cuba em Angola e na Etiópia durante os anos setenta, assim como nos esforços militares para sanear a economia cubana após o fim dos subsídios da União Soviética.
- Atribui-se a Raúl Castro as reformas de mercado na agricultura feitas no início dos anos noventa, que aumentaram o suprimento de alimentos após a crise no setor gerada pela cessação dos subsídios soviéticos.
- Casado há mais de 45 anos com Vilma Espin Guillois, veterana revolucionária e presidente da Federação Cubana de Mulheres. O casal tem três filhas e um filho.

### **Felipe Pérez Roque – Ministro das Relações Exteriores**

- Nascido em Havana, em 28.03.65.
- Eleito Presidente nacional da federação dos Estudantes do Ensino Médio em 1982. Representou Cuba, em 1985, como delegado ao XII Festival Mundial da Juventude e dos estudantes em Moscou
- Integra, em 1986, o Secretariado nacional da Federação Estudantil Universitária, até 1988, quando é eleito Presidente da mesma Federação e se gradua como Engenheiro Eletrônico pela Faculdade de Engenharia do Instituto Superior Politécnico “José Antonio Echeverría”.
- Eleito, em 1986, deputado na Assembléia Nacional, passa a integrar, a partir de 1993, o Conselho de Estado.
- Em 1991, começa a trabalhar na Equipe de Coordenação e Apoio do Presidente Fidel Castro, acompanhando-o em suas visitas a outros países. Condecorado pelo Conselho de Estado com a medalha “José Antonio Echeverría”. Considerado o assessor jovem mais próximo de Fidel Castro.
- Casado, tem dois filhos.
- Tomou posse no cargo de Ministro das Relações Exteriores em maio de 1999, em substituição a Roberto Robaina.
- Juntamente com o Vice-Presidente Carlos Lage, esteve em visita ao Brasil, em 2 e 3 de julho de 2003, ocasião em que entregaram propostas de acordos de cooperação (alguns dos quais foram assinados em Havana, na visita presidencial de 26 e 27 de setembro de 2003).
- Em comunicado de 31 de julho passado, Fidel delegou a execução financeira do programa de Governo garantida por fundos próprios a Carlos Lage, ao Ministro Presidente do Banco Central, Francisco Soberón Valdés, e ao Chanceler Felipe Pérez Roque, conjuntamente.

### **Carlos Lage Dávila – Vice-Presidente do Conselho de Estado**

- Nascido em 15 de novembro de 1951, é médico, especialista em pediatria.
  - É Secretário do Comitê Executivo do Conselho de Ministros, Vice-Presidente do Conselho de Estado e Membro do Bureau político do PCC.
  - Dirige a economia cubana desde o outono de 1993, tendo sido encarregado pelo Presidente Fidel de realizar as reformas econômicas necessárias após o fim dos subsídios da União Soviética, que permitiram a criação de pequenos negócios e posse limitada da terra.
- Lage é atualmente responsável pela coordenação de questões de energia, comércio e monetárias. A ele é atribuído o programa nacional cubano de Revolução da Energia e a colaboração com outros países nessa área. Recentemente, negociou com a Venezuela a garantia de petróleo subsidiado em troca de médicos e medicamentos cubanos.
- Em 31 de julho passado, Fidel delegou a Carlos Lage a execução financeira do programa de governo, em conjunto com Pères Roque e Soberón Valdés.

## **PERFIL DO PAÍS**

### **Política Interna**

No primeiro semestre de 2005, o Presidente Fidel Castro deu reiteradas demonstrações de vontade de reforçar a plena vigência dos valores do processo revolucionário cubano, sem deixar margem a dúvidas quanto à suposta fragilização do regime político do país. No mês de abril, o Presidente cubano ocupou por mais de 10 dias, em cadeia nacional, os horários nobres de rádio e televisão, em pronunciamentos que versaram sobre: i) a situação política, social e econômica de Cuba, com ênfase no fato de que o Estado estaria bem financeiramente e, portanto, o Governo Revolucionário estaria procedendo à distribuição da riqueza acumulada entre os mais necessitados por meio de medidas assistencialistas (distribuição de eletrodomésticos, geladeiras, panelas) e mediante os aumentos do salário mínimo, das pensões e aposentadorias, que seriam incrementados em até 250% a partir de 1º de maio de 2005; e ii) a determinação de Cuba em manter seu sistema, a despeito de fortes pressões externas em torno da questão dos direitos humanos.

No plano social, o Governo tem exortado a população ao cumprimento da mais estrita legalidade, mediante o fortalecimento das organizações de massa – Partido Comunista, Conselhos de Defesa da Revolução, etc. - e a repressão à criminalidade. A forma pela qual vinham sendo anunciadas as medidas adotadas pelo Governo deixava claro o objetivo de se conseguir uma eventual transição de mando sem que isso significasse uma transição de regime.

Cabe ressaltar que a repentina doença e cirurgia de Fidel Castro, somadas a sua idade, trazem de forma definitiva a questão da transição do poder para a ordem do dia na política interna cubana e de forma que ainda não se pode saber como terminará. A interinidade de Raúl Castro na Presidência dos Conselhos de Estado e de Ministros representa uma transição dentro da normalidade e de acordo com as leis cubanas em vigor, e pode ter a importante função de diminuir o impacto que uma repentina ausência de Fidel Castro teria para a ilha.



## Política Externa

O fim da Guerra Fria e a crise que se seguiu à interrupção da ajuda econômica soviética resultaram na reordenação das prioridades externas do Governo cubano, que se viu repentinamente isolado e obrigado a buscar novas formas de relacionamento. O objetivo imediato da política externa cubana passou a ser a busca de investimentos externos e o incremento do comércio exterior. Canadá e União Européia – particularmente a Espanha, na área turística – estão entre os principais investidores em Cuba, tornando-se importantes contrapontos à política norte-americana de bloqueio econômico.

Em seguida à visita à Cuba do Presidente eleito da Bolívia, Evo Morales, em 30 e 31 de dezembro de 2005, os Presidentes de Cuba, Bolívia e Venezuela firmaram, em Havana, no dia 29 de abril passado, o Acordo para a Construção da Alternativa Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA) e os Tratados de Comércio entre os Povos (TCP) dos três países.

As relações entre Cuba e Estados Unidos deterioraram-se ao longo do primeiro semestre de 2006 em função de eventos como a expulsão da delegação cubana do Hotel Sheraton no México, em fevereiro, a marcha de mais de um milhão de cubanos contra o bloqueio e pela extradição do suposto terrorista Posada Carrilles, os enérgicos discursos dos Presidentes Fidel Castro e Hugo Chávez, bem como a inauguração da Praça de Bandeiras em frente à Seção de Interesses dos EUA.

A comunidade internacional, por sua vez, entrou em compasso de espera. As próprias declarações públicas dos Estados Unidos vão naquela direção, apesar do inquestionável apoio dado ao chamado “Comitê de Coordenação Política para a Transição Cubana”, criado pela administração Bush há três anos. As mais diversas autoridades do Governo de Washington têm-se firmado na posição de que “cabera ao povo cubano decidir democraticamente sobre seu destino”. É a mesma posição pública do Canadá e dos países da União Européia, entre os quais se destaca a Espanha por suas ligações especiais com Cuba. E outra não é a posição dos países da América Latina e do Caribe, que mantêm, todos, boas relações com o governo de Havana.

A comunidade cubana em Miami, sempre influente nas tomadas de posição do Governo norte-americano sobre os assuntos cubanos, parece bastante dividida quanto à linha de ação a ser adotada. Essa divisão, a que se acrescenta a realização das próximas eleições parlamentares nos Estados Unidos, pode representar um enfraquecimento momentâneo da influência da Flórida sobre as decisões que venham a ser tomadas em Washington a respeito das ações a tomar com relação à sucessão de Fidel Castro.

É fato que, em seguida à passagem de poder de Fidel para Raúl Castro, aumentaram significativamente as transmissões para Cuba da TV Martí - feitas, agora, seis vezes por semana e a partir de uma aeronave civil. Poucos acreditam em uma flexibilização, a curto prazo, do embargo estabelecido pelas disposições da Lei Helms-Burton. Entretanto, cumpre assinalar que, recentemente, o Secretário-de Estado Assistente, Thomas Shannon, reafirmou disposição do governo norte-americano de estudar uma flexibilização do embargo comercial, sempre na medida em que a transferência de poder em Cuba se faça acompanhar do que ele próprio chama de processo de transição democrática e abertura econômica.

Em entrevista ao jornal “Granma”, em 18 de agosto, o Presidente Raúl Castro, ao focalizar as relações com os Estados Unidos, afirmou que Cuba está preparada para prevenir agressões e que nenhum inimigo poderá derrotá-la.

Com relação ao tratamento do assunto da transição em Cuba pela OEA, a avaliação da Missão Brasileira é de “não crer que exista, na atual conjuntura, uma janela de oportunidade para que a situação de Cuba venha a ser incorporada aos debates na OEA, em nível institucional, com a finalidade de chegar-se a iniciativas políticas concretas. É possível que os EUA realizem avaliação similar e prefiram não se sujeitar a um provável impasse político, caso tentem propor discussão com esse objetivo. Entretanto, o peso das pressões internas poderia, eventualmente, levar os norte-americanos a levantar o assunto, nem que seja para expor sua visão e tomar o pulso das reações”. Aquela mesma Missão estima que, se conviesse vir a ser desempenhado um papel político pelos países da região, isto poderia ser feito pelo Grupo do Rio.

## Economia

A economia cubana vem atravessando períodos de turbulência, tendo em vista as crises que nos últimos anos assolaram duas de suas principais atividades: o setor de turismo e o setor açucareiro, afetado pelo processo de reestruturação iniciado em 2001 (a safra de 2004/2005 foi de 1,6 milhão de toneladas, similar aos níveis de produção dos anos 50). As medidas norte-americanas do primeiro semestre de 2004, que restringiram remessas de dinheiro e ida de turistas a Cuba, contribuíram para minorar ainda mais a rentabilidade do setor turístico. Ademais, o choque de preços imposto por decreto à economia local em maio de 2004 (que gerou um aumento de preços médio de 14,2% dos bens disponíveis no mercado local) também teve efeitos nocivos, na queda dos níveis de consumo e conseqüente fechamento de bares, lojas e mesmo hotéis. A passagem dos furacões Charlie e Ivan (agosto e setembro de 2004) e a crise energética observada desde abril de 2005 (e ainda não totalmente superada) também golpearam duramente a produtividade da economia cubana.

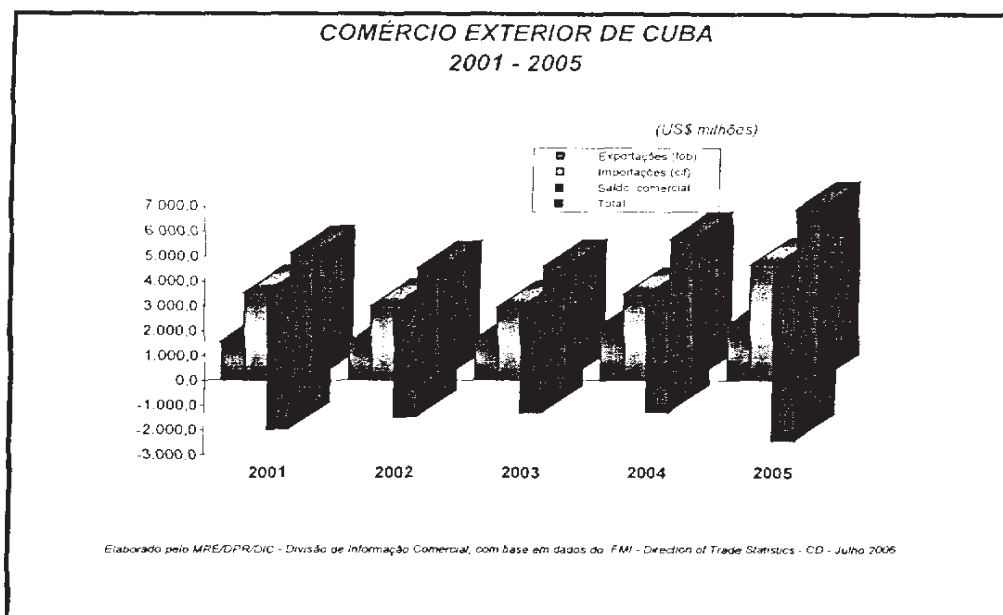
No contexto atual, estatísticas oficiais apontam para o crescimento de 8% da economia cubana ao longo de 2005. Tal número, entretanto, contrasta com a continuidade da crise dos setores açucareiro e turístico, que é patente, ainda que as estatísticas oficiais sejam otimistas. O setor do níquel, porém, foi beneficiado pela valorização dos preços internacionais do produto (que passaram de 12 mil dólares/tonelada para mais de 33 mil dólares/tonelada, entre 2005 e 2006, praticamente triplicando no espaço de apenas um ano).

A alteração do atual cenário de recessão passaria por uma reforma na estrutura da economia cubana, hoje amarrada pelo centralismo estatal excessivo (reforçado inclusive ao longo de 2004 com a reversão de políticas liberalizantes implantadas nos anos 90), assim como pela inibição da iniciativa empresarial da população local. A exploração do níquel é uma das principais fontes de divisas de Cuba. O país possui uma das maiores reservas do mundo, sendo o metal explorado comercialmente desde os anos 40. O setor vem passando por processo de reestruturação desde meados de 1990, que incluiu investimentos em logística, capacitação técnica e empresarial e introdução de novas tecnologias. A manutenção da competitividade do setor é, portanto, essencial para a saúde e mesmo para a sobrevivência econômica do país.

Com parceiros como Venezuela e Bolívia, Cuba discute possibilidades de cooperação no setor energético, que está sendo objeto de profunda reestruturação, com vultosos investimentos.

O relacionamento entre Cuba e China foi enfatizado pelo Presidente Fidel Castro em 2006. Em janeiro, anunciou o recebimento de 12 locomotivas produzidas na China, nação a qual o líder cubano se referiu como “principal locomotora del desarrollo económico del mundo”. Os competitivos preços dos produtos chineses, associados às favoráveis condições de financiamento para sua compra, alçaram a China à condição de segundo parceiro comercial de Cuba, atrás da Venezuela. O intercâmbio comercial sino-cubano, de cerca de US\$ 650 milhões em 2004,

alcançou a cifra de pouco mais de US\$ 900 milhões no ano passado. Dentre os principais produtos de procedência chinesa, o governo cubano conferiu destaque às compras de 1.000 ônibus (parte dos quais já em circulação nas várias províncias do país), de 1,3 milhões de televisores (principal item de significativa pauta de eletrodomésticos) e de 12 locomotivas.



## EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES BRASIL-CUBA

Desde o reatamento de relações diplomáticas com Cuba, em 1986, o Brasil mantém construtivo relacionamento de cooperação com o país. A visita do Presidente Lula, em setembro de 2003, quando foram assinados doze atos, foi um marco histórico no relacionamento bilateral. Os atos assinados versam sobre pesca e aqüicultura, alfabetização de jovens e adultos, turismo, cooperação técnica em saúde animal e sanidade vegetal, troca de experiência em saúde bucal, meio ambiente, indústria sidero-mecânica e agropecuária. Dado o montante da dívida total cubana com o Brasil, foi assinado acordo que prevê a liquidação dos débitos cubanos com o Banco do Brasil e com empresas privadas brasileiras, mediante a destinação de percentual fixo do valor das exportações cubanas de certos produtos para a amortização da dívida. Destacam-se, igualmente, o acordo sobre compra de biofármacos, também vinculado ao tema da liquidação de débitos, e o Protocolo de Intenções em Educação, Saúde e Trabalho, que objetiva solucionar o problema do reconhecimento dos diplomas cubanos na área de saúde.

O Chanceler Pérez Roque visitou o Brasil entre 2 e 3 de fevereiro de 2005, quando se deu prosseguimento às discussões sobre os acordos firmados em 2003. No âmbito da reunião de consultas políticas Brasil-Cuba, que se realiza anualmente, alternadamente no Brasil e em Cuba, o Embaixador José Eduardo M. Felício, Subsecretário-Geral para a América do Sul, reuniu-se com seu homólogo em Havana em dezembro último, para revisar o andamento dos assuntos pendentes na agenda bilateral.

Os Ministros Tarso Genro (de 31 de janeiro a 4 de fevereiro de 2005) e o Ministro Fernando Haddad (de 11 a 13 de fevereiro de 2006) visitaram Cuba com o objetivo de aprofundar a cooperação educacional entre os dois países.

Os Deputados Amauri Gasques (PL/SP), André Figueiredo (PDT/CE) e Ann Pontes (PMDB/PA) participaram, em Havana, nos dias 26 e 27 de junho, da Conferência Interparlamentar “A Situação dos Desastres Naturais e Sanitários nos Países da América Latina e no Caribe”, bem como de reuniões das Comissões do PARLATINO de Saúde; Meio Ambiente e Turismo; e Agricultura, Pecuária e Pesca.

No final de agosto de 2006, realizou visita oficial ao Brasil o Professor Fidel Castro Díaz-Balart, Assessor Científico do Conselho de Estado de Cuba. O filho do Presidente Fidel Castro Ruz é a principal autoridade neste país para os temas de Ciência e Tecnologia (dirigiu o Instituto de Pesquisas Nucleares de Cuba) e mantém amplas relações na comunidade científica e tecnológica internacional.

## **PRINCIPAIS PROJETOS DE COOPERAÇÃO DO BRASIL EM CUBA**

**I) Projetos via Agência Brasileira de Cooperação - ABC:** Os projetos coordenados pela ABC envolveram em 2004, 2005 e 2006 treinamento em áreas como: sistemas de trens urbanos, gestão integrada em qualidade e produtividade, geriatria, saúde do trabalhador, automação, manufatura e mecatrônica. Entre 1998 e 2004, a ABC coordenou a realização das duas primeiras fases do projeto “Diplomado em Banca Comercial”, com treinamento ministrado por técnicos do Banco Central brasileiro a funcionários do Banco Central de Cuba. A terceira fase do projeto se encontra no momento em fase de implantação, e deverá ser dedicada à formulação de modelos econométricos e à formação de especialistas em recursos humanos no setor bancário.

O Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), em parceria com a ABC, realizará missão a Havana para a instalação de três Telecentros Comunitários, compostos de vinte e dois computadores, no âmbito da Atividade Isolada “Instalação de Telecentros Comunitários e Capacitação em Software Livre”. Os telecentros estão sendo oferecidos pelo Governo brasileiro por ocasião da visita do Ministro de Estado das Relações Exteriores ao país.

### **III) Projetos via Ministérios:**

- **Ministério da Agricultura:** Existem projetos na área de pesquisa agropecuária, coordenados pela EMBRAPA e pelo Ministério da Agricultura de Cuba, no âmbito do Memorando de Entendimento para a Cooperação no Setor da Pesca e Aqüicultura. Também no campo da agropecuária, a PESAGRO-RIO (Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro) vem desenvolvendo amplo intercâmbio de conhecimentos técnicos com instituições cubanas desde 2001. A Parte cubana manifestou sua satisfação com os resultados alcançados na primeira fase do projeto interinstitucional “Programa Integrado sobre Controle de Carrapato em Gado Bovino no Estado do Rio de Janeiro” e a PESAGRO-RIO reiterou a necessidade de apoio financeiro para a implementação da segunda fase do referido projeto.

O projeto “Fortalecimento Institucional na Área de Investigação Agropecuária do Ministério da Agricultura de Cuba” foi concluído em dezembro passado e, por ocasião da VI Reunião do Grupo de Trabalho, em outubro deste ano, as partes darão início a uma segunda fase do projeto.

Missão cubana veio ao Brasil, com vistas à habilitação de estabelecimentos exportadores de leite e derivados. A missão ocorreu no período de 1º a 11/08/06 e teve seguimento de 14 a 26/08/06, quando os mesmos técnicos cubanos que vieram ver a produção de lácteos, estenderam sua permanência no Brasil e visitaram locais de abate de aves e de suínos visando à renovação de licenças de exportação e à habilitação de novos estabelecimentos.

- **Ministério da Ciência e Tecnologia:** Encontra-se em análise no MCT projeto de cooperação com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Meio-Ambiente de Cuba (CITMA), para a utilização de tecnologia brasileira para a provocação de “chuva artificial” em províncias orientais de Cuba (sobretudo Holguín e Camagüey), afetadas há mais de dois anos por intensa seca.

- **Ministério da Cultura**

O Minc coordena programa de cooperação com a Escola Internacional de Cinema de Santo Antonio de los Baños, localizada nos arredores de Havana.

- **Ministério da Educação:** O “Programa Estudante-Convênio de Graduação” (PEC-G) e o “Programa Estudante-Convênio de Pós- Graduação” (PEC-PG) acolhem estudantes cubanos. Por ocasião da visita oficial do Ministro Tarso Genro a Cuba (31 a 04/02/05), foi assinado acordo de cooperação entre o MEC e o Ministério da Educação Superior de Cuba, para o acesso de pesquisadores cubanos ao Banco de Dados da “Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior” (CAPES). O Ministro Fernando Haddad visitou Cuba no dias 11 a 13 de fevereiro de 2006. O principal objetivo da viagem foi o aprofundamento da cooperação educacional entre os dois países, com destaque para os temas da educação à distância, da universalização do ensino superior, da implantação, no Brasil, do método de alfabetização cubano “Sim, eu posso”, bem como da utilização de docentes cubanos para o ensino do idioma espanhol em escolas brasileiras.

- **Ministério dos Esportes:** Este ano, houve doação de equipamentos ao Instituto Nacional de Educação Física e Recreação de Cuba (INDER), para a instalação em Cuba de unidade de produção de materiais esportivos.

- **Ministério das Minas e Energia:** Encontram-se em fase de estudos projetos a serem implementados em cooperação com a “Oficina Nacional de Recursos Minerais” de Cuba sobre: geoestatística, manejo e uso racional de recursos de águas minerais e avaliação da degradação ambiental em jazidas cubanas de cobre.

- **Ministério da Saúde:** Existem projetos de cooperação em áreas como: combate à AIDS, controle de qualidade de imunobiológicos, saúde ambiental, odontologia e nutrição. A minuta do projeto “Fortalecimento da Odontologia e da Estomatologia no Brasil e em Cuba”, enviada pela Assessoria Internacional do Ministério da Saúde do Brasil, está sendo analisada pela ABC, que deverá se posicionar quanto a sua próxima assinatura.

O MS deverá se manifestar, por sua parte, quanto à proposta do projeto na área de DST/AIDS, paralisado desde agosto de 2005.

Pretende-se firmar os Ajustes Complementares para a implementação dos referidos projetos por ocasião da VI Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica Brasil-Cuba, a ser realizada na cidade de Havana, Cuba, em outubro do corrente ano.

- **Ministério do Meio Ambiente:** No âmbito do Projeto “Intercâmbio Técnico e Institucional na Área de Planejamento e Gerenciamento de Recursos Hídricos, em Nível de Bacias Hidrográficas”, realizou-se, na sede da Agência Nacional de Águas (ANA), no dia 25 de agosto passado, cerimônia de encerramento da missão de técnicos cubanos ao Brasil. A missão teve início no dia 13 de agosto. Foram realizadas visitas técnicas a estações hidrográficas localizadas nos arredores de Brasília e às instalações do Operador Nacional de Sistema (ONS), além de apresentações sobre o arranjo institucional de recursos hídricos no Brasil e atribuições da ANA, o funcionamento do sistema de planejamento e operação da rede hidrometeorológica, telemetria e equipamentos automáticos, cadastro de estações, arquivamento e disponibilização de dados,

tratamento de dados e sobre o uso racional da água na indústria, no abastecimento urbano e na agricultura irrigada.

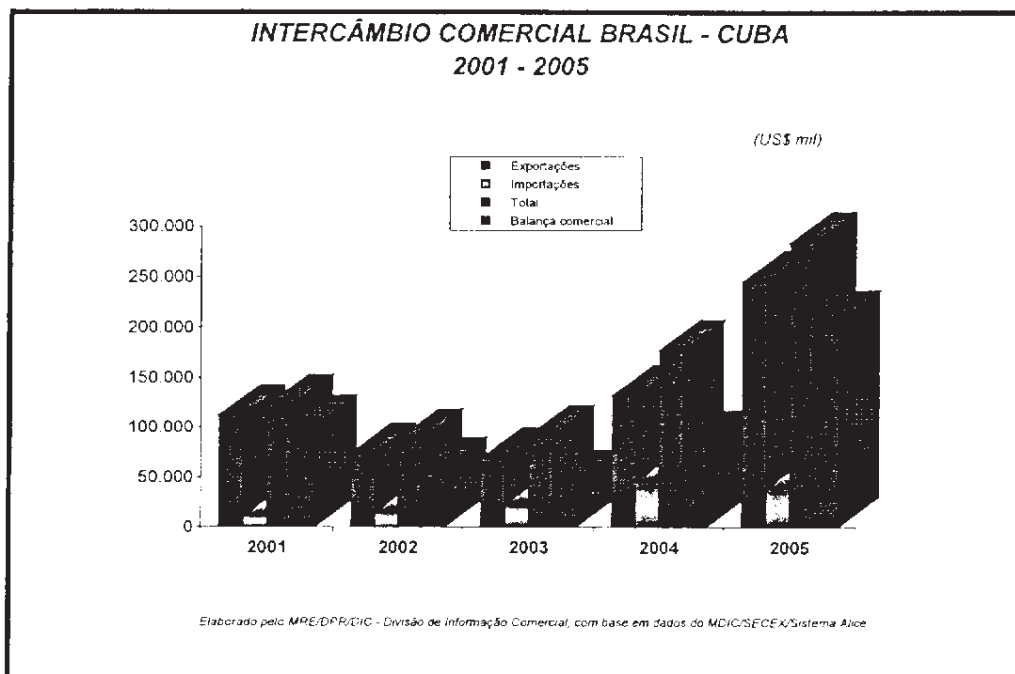
- **Outros projetos:**BACEN: As atividades do Projeto “Diplomado em Banca Comercial FASE III” estão em fase final de implementação, com a missão a Cuba do Banco Central do Brasil (BACEN), a ser realizada no mês de setembro de 2006, para a realização de cursos e palestras nas áreas de bancos comerciais, comércio internacional, tesouraria, gestão de pessoas e planejamento e marketing.

## RELAÇÕES ECONÔMICAS BRASIL-CUBA

A cooperação econômica entre o Brasil e Cuba tem-se expandido significativamente. Encontram-se em análise, em instâncias governamentais e empresariais cubanas, diversos projetos de cooperação de empresas brasileiras com empresas cubanas, entre as quais destacam-se os setores sucro-alcooleiro, de níquel e de produção conjunta de medicamentos e vacinas.

### BALANÇA COMERCIAL BILATERAL (US\$ milhões):

<i>BRASIL ⇒ CUBA</i>	2001	2002	2003	2004	2005	2006 jan-jul
Exportações	111,9	73,9	69,5	131,9	245,5	187,5
Importações	10,6	14,1	22,4	45,3	38,8	16,7
Superávit brasileiro	101,3	59,8	47,1	86,6	206,6	169,8



INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - CUBA (US\$ mil, fob)	2001	2002	2003	2004	2005
<b>Exportações</b>	<b>111.953</b>	<b>73.895</b>	<b>69.515</b>	<b>131.954</b>	<b>245.501</b>
Variação em relação ao ano anterior	18,4%	-34,0%	-5,9%	89,8%	86,1%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a ALADI	0,9%	0,7%	0,5%	0,7%	1,0%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,2%	0,1%	0,1%	0,1%	0,2%
<b>Importações</b>	<b>10.603</b>	<b>14.117</b>	<b>22.385</b>	<b>45.309</b>	<b>38.877</b>
Variação em relação ao ano anterior	-48,9%	33,1%	58,6%	102,4%	-14,2%
Part. (%) no total das importações brasileiras da ALADI	0,1%	0,2%	0,3%	0,5%	0,3%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,2%	0,0%	0,0%	0,1%	0,1%
<b>Total</b>	<b>122.556</b>	<b>88.012</b>	<b>91.900</b>	<b>177.263</b>	<b>284.378</b>
Variação em relação ao ano anterior	6,3%	-28,2%	4,4%	92,9%	60,4%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-ALADI	0,6%	0,5%	0,4%	0,6%	0,8%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%
<b>Balança comercial</b>	<b>101.350</b>	<b>59.778</b>	<b>47.130</b>	<b>86.645</b>	<b>206.624</b>

Elaborado pelo MRE/IN-PR/DCI - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Sistema Alca  
(1) Dados preliminares

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-CUBA <sup>(1)</sup> (US\$ mil, fob)	2005 (Jan-Jun)	2006 (Jan-Jun)
<b>Exportações</b>	<b>108.685</b>	<b>154.659</b>
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	79,2%	42,3%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a ALADI	0,9%	1,1%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,2%	0,3%
<b>Importações</b>	<b>23.108</b>	<b>13.729</b>
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	-3,6%	-40,6%
Part. (%) no total das importações brasileiras da ALADI	0,4%	0,2%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,1%	0,0%
<b>Total</b>	<b>131.793</b>	<b>168.388</b>
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	55,7%	27,8%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-ALADI	0,8%	0,8%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,2%	0,2%
<b>Balança Comercial</b>	<b>85.577</b>	<b>140.930</b>

Elaborado pelo MRE/IN-PR/DCI - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Sistema Alca  
(1) Dados preliminares

### PRINCIPAIS ATOS BILATERAIS EM VIGOR ENTRE BRASIL E CUBA

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Promulgação	
			Decreto nº	Data
Restabelecimento de Relações Diplomáticas.	14/06/1986	14/06/1986		
Acordo, por Troca de Notas, para Celebrar Encontros Periódicos entre Funcionários Diplomáticos para consideração de Temas de Conjuntura Internacional.	18/03/1987	18/03/1987		
Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica.	18/03/1987	08/06/1990	46	01/03/1991
Memorando para a Criação de uma Comissão "Ad Hoc" para Revisão dos Instrumentos Legais Vigentes entre a República Federativa do Brasil e a República de Cuba.	18/03/1987	18/03/1987		
Acordo de Cooperação Cultural e Educacional	29/04/1988	03/11/1989	98784	03/01/1990
Convênio Comercial.	16/10/1989	29/11/1990	99844	18/12/1990
Acordo por Troca de Notas, Relativo à Compra de Medicamentos Cubanos.	08/04/1993	08/04/1993		
Ajuste Complementar, por Troca de Notas, ao Acordo de Cooperação Cultural e Educacional, de 29 de abril de 1988.	16/09/1993	16/09/1993		
Memorando de Entendimento sobre a Questão da Dívida de Cuba.	04/03/1994	04/03/1994		
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica Técnica e Tecnológica, de 18/03/87, em Matéria de Mineração e Geologia.	29/08/1994	29/08/1994		
Acordo de Cooperação para Redução da Demanda Prevenção do Uso Indevido e Combate à Produção e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas.	29/08/1994	26/04/1996	1950	08/07/1996
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, de 18/03/87, sobre Biotecnologia e Novos Materiais.	29/08/1994	29/08/1994		

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Promulgação	
			Decreto nº	Data
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, sobre o Aproveitamento de Lignina e Celulose de Bagaço de Cana-de-Açúcar.	27/06/1995	27/06/1995		
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica para a Cooperação na Área de Transportes.	30/01/1996	03/06/1997	2700	30/07/1998
Ajuste Complementar, ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica para a Promoção e o Desenvolvimento dos Correios e das Telecomunicações.	22/02/1996	22/02/1996		
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica em Matéria de Saúde Relativo ao Município de Caxias.	08/05/1996	08/05/1996		
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica em Matéria de Saúde Relativo ao Município de Angatuba.	08/05/1996	08/05/1996		
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica de 24 de Março de 1987 em Matéria de Administração Tributária e Aduaneira.	27/05/1998	30/11/1998		
Acordo sobre Serviços Aéreos.	27/05/1998	21/04/2000	3465	17/05/2000
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica para Implantação do Projeto "Fortalecimento do Programa Nacional de DST/AIDS".	19/10/1999	19/10/1999		
Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Saúde da Família.	19/10/1999	19/10/1999		
Memorando de Entendimento na Área de Transferência de Tecnologia na Produção de Medicamentos.	04/12/2000	04/12/2000		
Protocolo de Intenções em Matéria de Trabalho e Emprego.	19/09/2001	19/09/2001		
Aditivo ao Memorando de Entendimento sobre a Questão da Dívida de Cuba, de 4 de março de 1994.	12/10/2001	12/10/2001		
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica para Implementação do Projeto Fortalecimento do Programa Nacional de DST/AIDS de CUBA; FASE II.	08/11/2002	08/11/2002		
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica para a Implementação do Curso Diplomado Banca Comercial.	08/11/2002	08/11/2002		
Acordo de Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos.	24/09/2002	02/09/2003		
Termo de Cooperação Técnica na Área de Micro e Pequena Empresa	27/08/2003	27/08/2003		
Protocolo de Intenções sobre Cooperação Educacional na Área de Saúde	26/09/2003	26/09/2003		
Memorando de Entendimento para a Promoção do Desenvolvimento Industrial	26/09/2003	26/09/2003		
Memorando de Entendimento na Área de Saúde	26/09/2003	26/09/2003		
Memorando de Entendimento para a Troca de Experiência em Saúde Bucal	26/09/2003	26/09/2003		
Protocolo de Entendimento em Matéria de Meio Ambiente	26/09/2003	26/09/2003		
Protocolo de Intenções na Área de Agropecuária	26/09/2003	26/09/2003		
Protocolo de Intenções na Área de Educação, Saúde e Trabalho com Vistas ao Reconhecimento Recíproco de Diplomas de Graduação e de Pós-Graduação "Stricto Sensu" na Área da Saúde	26/09/2003	26/09/2003		



Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Promulgação	
			Decreto n°	Data
Protocolo de Intenções para a Cooperação Internacional em Alfabetização de Jovens e Adultos	26/09/2003	26/09/2003		
Acordo Marco	26/09/2003	26/09/2003		
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica para Implementação do Projeto Fortalecimento do Programa Nacional de DST/AIDS de Cuba-Fase II	29/10/2004	29/10/2004		
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica para Implementação do Projeto Fortalecimento das Capacidades Locais para Impulsionar a Economia Territorial das Províncias Cubanas no Marco do Programa de Desenvolvimento Humano Local de Cuba-PDHL	29/10/2004	29/10/2004		
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica para Implementação do Projeto Fortalecimento Institucional do Ministério da Agricultura de Cuba na Área de Investigação Agropecuária	29/10/2004	29/10/2004		
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica para Implementação do Projeto Capacitação para a Aplicação de Geoestatística na Exploração Mineira de Cuba	29/10/2004	29/10/2004		
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica para Implementação do Projeto Avaliação e Diagnóstico sobre a Degradação Ambiental da Mina "El Cobre" de Cuba	29/10/2004	29/10/2004		
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica para Implementação do Projeto de Estudos para Manejo e Uso Racional dos Recursos de Águas Minerais (Águas Subterrâneas) SIAGAS-Cuba	29/10/2004	29/10/2004		
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica Para Implementação do Projeto Aplicação de Modelos Econométricos	27/06/2005	27/06/2005		
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação científica e Tecnológica para a Implementação do Projeto "Diplomado em Banca Comercial"	27/12/2005	27/12/2005		
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica para a Implementação do Projeto "Intercâmbio Técnico e Institucional na Área de Planejamento e Gerenciamento de Recursos Hídricos em Bacias Hidrográficas".	5/12/2005	5/12/2005		

### Demandas do Brasil e de Cuba

As relações entre os dois países são corretas e não apresentam itens ou demandas que constituam foco de irritação.

#### Tópicos de Interesse Bilateral

**Direitos humanos:** O Brasil tem grande interesse na continuidade da cooperação, do diálogo bilateral e do intercâmbio de visitas na área dos direitos humanos. Em reunião com o Embaixador do Brasil, em março passado, o Chanceler cubano expressou, mais uma vez, a expectativa de Cuba sobre uma mudança de posição brasileira em futuras votações de resoluções condenatórias de Cuba no âmbito do Conselho de Direitos Humanos.

**Nações Unidas.** O Brasil atribui importância à reforma do sistema das Nações Unidas, de modo a habilitá-lo a enfrentar de maneira mais efetiva novos desafios. O Governo brasileiro tem ressaltado a importância de aumentar o grau de representatividade dos países em desenvolvimento no Conselho de Segurança com novos membros permanentes. O Vice-Ministro Abelardo Moreno informou ao Embaixador Tilden Santiago que, embora o Governo cubano tenha algumas restrições quanto à forma como vem sendo conduzido o processo de reforma, não votaria contra o projeto do G-4, pois não teria intenções de prejudicar os interesses brasileiros no que se refere ao CSNU.

**Mercosul:** Ocorreram, em Havana (12 a 16 de junho de 2006) reuniões objetivando dar seguimento às negociações dos termos e condições (regimes de preferências tarifárias, de origem, de salvaguardas, mecanismo de solução de controvérsias) de um acordo comercial no formato 4+1, a partir dos acordos bilaterais já existentes no âmbito da ALADI. As negociações foram continuadas em Córdoba, por ocasião do Diálogo Aberto dos Presidentes na Cúpula do Mercosul, em 27 de julho passado.

**Cooperação bilateral:** O Governo brasileiro tem manifestado satisfação com o interesse cubano em intensificar a cooperação bilateral. O Embaixador de Cuba, Pedro Mosquera, realizou visita de cortesia ao Diretor da ABC, Embaixador Luiz Henrique Pereira da Fonseca, em agosto passado, e aproveitou a ocasião para assinalar a satisfação do governo cubano com a efetiva implementação e andamento do Programa de Cooperação Técnica bilateral, pautado nos Ajustes Complementares e respectivos projetos, assinados durante a V Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica Brasil-Cuba, que se realizou em Brasília, em dezembro de 2005. O Embaixador Mosquera adiantou o interesse cubano na realização da VI Reunião do Grupo de Trabalho, em Havana, possivelmente no próximo mês de outubro, em data de mútuo acordo.

**Candidatura de Roberto Blois:** A Direção de Assuntos Multilaterais da Chancelaria cubana informou, em 28 de junho passado, da decisão do Governo cubano de conceder apoio à candidatura do Engenheiro Roberto Blois à Secretaria Geral da UIT, nas eleições a serem realizadas durante a Conferência de Plenipotenciários da organização (Antalya, Turquia, de 06 a 24 de novembro de 2006).

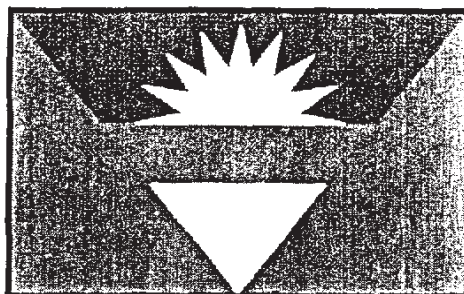
**Construção da Nova Sede da Embaixada:** O Embaixador do Brasil em Cuba relatou ao Chanceler cubano os encontros com o arquiteto Oscar Niemeyer e equipe e informou sobre o atual estágio do projeto, assim como sobre a próxima visita de arquitetos da equipe de Niemeyer e do Itamaraty à Havana. A maquete foi entregue em junho passado. Pérez Roque se comprometeu a tomar todas as providências com vistas ao processo de legalização da doação do terreno ao Brasil.

**Fidel Castro:** Em mensagem de 1º de agosto, o Presidente Lula transmitiu ao Presidente Fidel Castro os votos de pronta recuperação.

**O Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Cultural e Educacional entre Brasil e Cuba** será assinado por ocasião da visita do Ministro de Estado a Cuba.

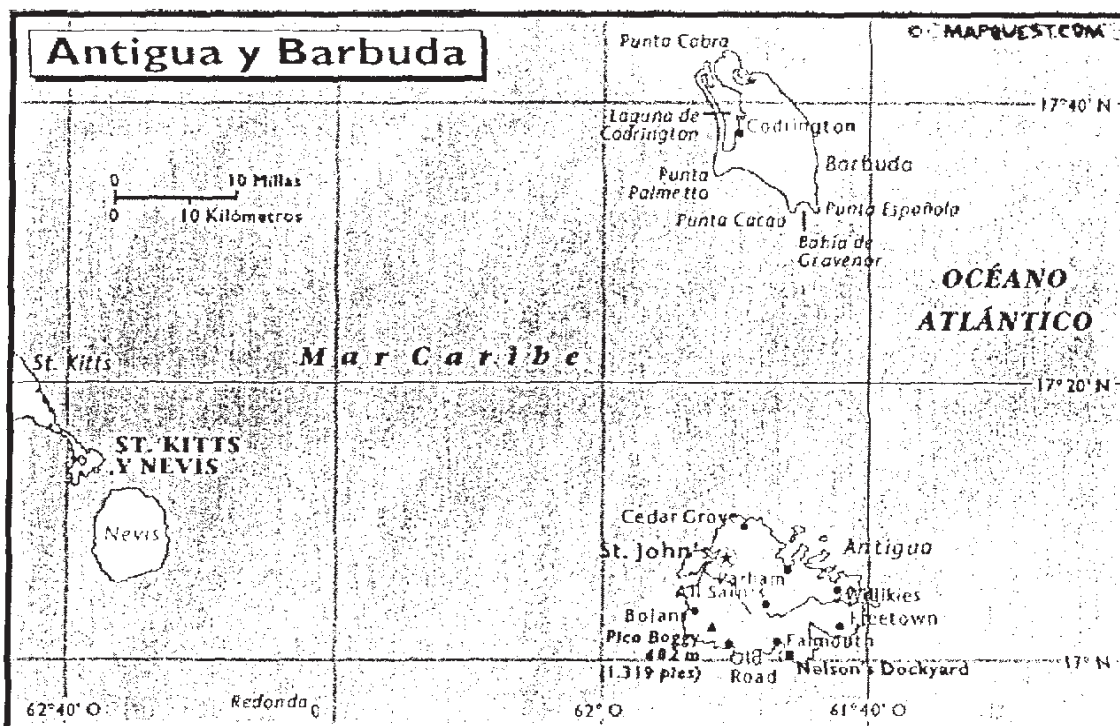
Ministério das Relações Exteriores  
 Subsecretaria-Geral da América do Sul  
 Departamento das Américas do Norte, Central e Caribe  
 Divisão do México, América Central e Caribe

ANTÍGUA E BARBUDA



1º de setembro de 2006

DADOS BÁSICOS



Governador Geral	JAMES B. CARLISLE (desde 1993)
Primeiro-Ministro e Chanceler	BALDWIN SPENCER (desde 2004 - chanceler desde 2005)
Capital	Saint John's

<b>Independência</b>	1º de novembro de 1981
<b>Superfície</b>	443 km²
<b>População</b>	68.722 habitantes (Estimativa 2005)
<b>PIB</b>	US\$ 750 milhões ppp (Estimativa 2002) US\$ 860 milhões nominal (Estimativa 2004)
<b>Renda per capita</b>	US\$ 10.977,00 ppp (Estimativa 2002) US\$ 11.421, 00 nominal (Estimativa 2004)
<b>Próximas eleições</b>	2009 – eleições parlamentares (House of Representatives)
<b>IDIOMAS:</b>	Inglês (oficial) e alguns dialetos locais.
<b>PRINCIPAIS RELIGIÕES:</b>	Cristã (predominantemente Anglicanos)
<b>SISTEMA POLÍTICO:</b>	Monarquia Constitucional
<b>UNIDADE MONETÁRIA:</b>	Dólar do Caribe Oriental

## BIOGRAFIA

**DR. WINSTON SPENCER** Primeiro Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros

- Winston Baldwin Spencer nasceu em 8 de outubro de 1948 e é Primeiro Ministro desde 24 de Março de 2004, quando seu partido de oposição, o United Progressive Party, venceu as eleições parlamentares. Ele exerce, também, a função de Ministro dos Negócios Estrangeiros, desde 6 de janeiro de 2005, além dos cargos de Ministro dos Negócios de Barbuda, Ministro da Agricultura, Recursos Marinhos e agroindústrias; Ministro da Defesa, Ministro da Informação e Comunicação e Ministro da Segurança Nacional.
- Frequentou o Greenbary Primary School e a Princess Margaret Secondary School. É casado e tem dois filhos.
- Spencer possui os seguintes títulos acadêmicos: Diploma em Liderança Social, Coady International Institute, Canadá; Diploma em Trabalho e Estudos Econômicos, Ruskin College, Oxford University, Diploma em Trabalho e Sistemas de Relações Industriais, Oslo University, Noruega.
- Spencer é sindicalista e tem dado apoio significativo a igrejas, grupos comunitários e outras organizações voluntárias lidando com assuntos econômicos e sociais.

## PERFIL DO PAÍS

### 1. POLÍTICA INTERNA

Antígua e Barbuda é um Estado insular, composto de duas ilhas caribenhas situadas entre o Mar do Caribe e o Atlântico Norte, que são as maiores em extensão territorial entre as Ilhas Leeward britânicas. O território de Antígua e Barbuda mede 443 km<sup>2</sup>, sendo que Antígua mede 280 km<sup>2</sup> e Barbuda 161 km<sup>2</sup>. O Estado de Antígua e Barbuda também inclui Redonda, com 1,6 km<sup>2</sup>. O país possui 153 km de costa. A Capital é Saint John's.

O Estado é dividido administrativamente em 6 regiões e duas dependências (Barbuda, Redonda, Saint George, Saint John, Saint Mary, Saint Paul, Saint Peter e Saint Phillip).

O país foi explorado por Cristóvão Colombo em 1493 e deve seu nome à Igreja de Santa Maria de la Antigua, em Sevilha. Antígua foi efetivamente colonizada em 1632, pela Grã-Bretanha, enquanto que Barbuda recebeu seus primeiros colonos apenas em 1678. O país uniu-se à Federação das Índias Ocidentais em 1958. Ao dissolver-se a Federação, tornou-se um dos Estados Associados das Índias Ocidentais em 1967, com autonomia em relação aos assuntos internos, até que, em 1º de novembro de 1981, foi-lhe concedida total independência.

A indústria do açúcar, introduzida nas ilhas a partir de São Cristóvão, sofreu forte golpe com a abolição da escravatura em 1834 e seu declínio culmina em 1985, ano a partir do qual não se produziu mais açúcar em níveis industriais.

As ilhas vinham sendo governadas pela família Bird desde que Vere C. Bird fundou o Partido Trabalhista de Antígua, em meados de 1940.

Turismo e serviços financeiros transformaram o país em um dos mais prósperos do Caribe. Contudo, o país adquiriu reputação de centro de lavagem de dinheiro, tráfico de drogas e contrabando de armamentos. Inúmeros escândalos mancharam a reputação da família Bird, especialmente a condenação do irmão do então Primeiro-Ministro Lester Bird, Ivor, em 1995. Em 2000, acompanhando 35 outros centros bancários *offshore*, o país concordou com reformas visando à prevenção da lavagem de dinheiro.

O Primeiro Ministro, Baldwin Spencer, tomou posse em 24 de março de 2004, após vitória nas eleições que puseram fim a mais de 60 anos de liderança da dinastia Bird, da qual fazia parte seu predecessor, Lester Bird. Spencer acumula a Pasta dos Negócios Estrangeiros desde 6 de janeiro de 2005.

### 2. POLÍTICA EXTERNA

Antígua e Barbuda é membro do CARICOM, das Nações Unidas, da Organização dos Estados Caribenhos Orientais, do Sistema de Segurança Regional do Caribe Oriental, da Commonwealth e da Organização dos Estados Americanos.

Como membro do CARICOM, Antígua e Barbuda apoiou a Resolução 940 das Nações Unidas sobre o Haiti. Ele também concordou em contribuir com tropas para a força multilateral que restaurou o governo democrático eleito no Haiti em outubro de 1994.

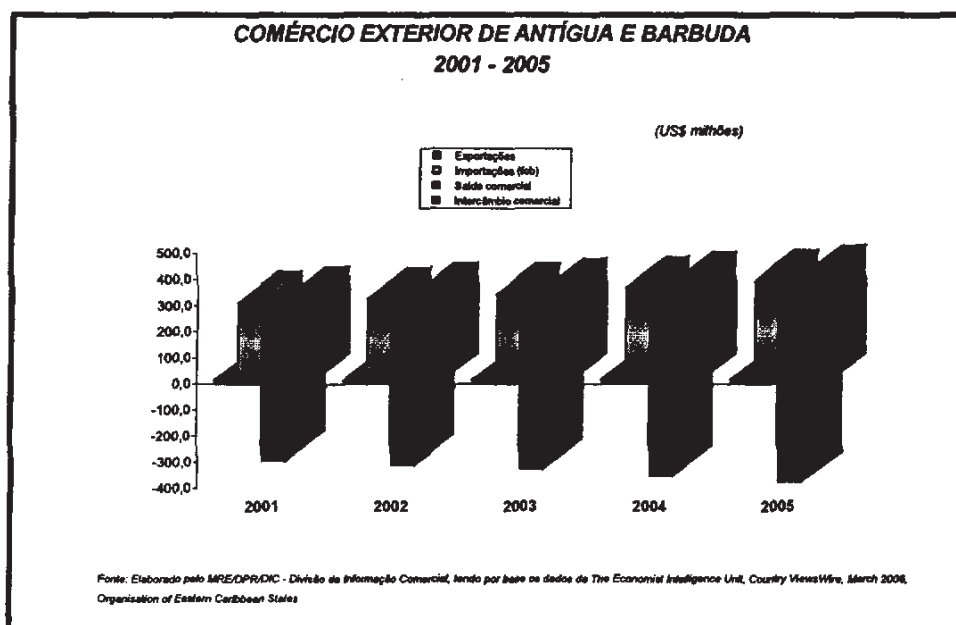
Como membro da AOSIS, o país defende o combate imediato ao problema das mudanças climáticas, que põe em risco sua própria sobrevivência, em razão da intensificação dos fenômenos climáticos extremos e a elevação do nível do mar.

No dia 24 de fevereiro, a Associação dos Estados Caribenhos (cujos Estados-membros são Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Dominica, República Dominicana, El Salvador, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, México, Jamaica, Nicarágua, Panamá, São Cristóvão e Névis, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Suriname, Trinidad e Tobago e Venezuela) emitiu comunicado expressando satisfação com os resultados da eleição presidencial no Haiti e a vitória do Presidente René Préval. O comunicado foi assinado pelo Secretário-Geral daquela Associação (a qual tem ainda como membros associados Aruba, Antilhas Holandesas e a França, em nome da Guiana Francesa, Guadalupe e Martinica), Sr. Ruben Silié, o qual enalteceu o modo exemplar de cumprimento dos deveres cívicos demonstrado pelo povo haitiano e manifestou esperança de que o Haiti venha a ingressar num período de estabilidade política, institucionalização democrática e prosperidade econômica. Antígua e Barbuda, assim como os demais países da CARICOM, recebeu René Préval, Presidente do Haiti durante a Cúpula de Chefes de Estado e de Governo, em São Cristóvão e Névis, em 3 de julho de 2006, quando ocorreu o reingresso oficial do Haiti na CARICOM.

### 3. ECONOMIA

O turismo domina a economia e corresponde a mais da metade do PIB. A partir de 2000, o governo adotou políticas fiscais rígidas. A produção agrícola concentra-se no mercado doméstico e se ressentiu da escassez de água e mão-de-obra. A produção industrial restringe-se à montagem de produtos para exportação, como camas, artesanato e componentes eletrônicos.

Perspectivas para o desenvolvimento econômico estão diretamente vinculadas ao crescimento da renda nos países desenvolvidos, especialmente nos EUA, que responde por cerca de um terço do volume de turistas que visitam a ilha.



## EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES BRASIL-ANTÍGUA E BARBUDA

O Brasil estabeleceu sua Embaixada em Saint John's, cumulativa com a Embaixada residente e Havana – Cuba, em 17 de fevereiro de 1982, poucos meses após a independência do país. As relações bilaterais, contudo, em nível político foram muito tênues, limitando-se basicamente a solicitações de votos e apoio nos organismos multilaterais.

Em 17 de agosto de 1982, foi assinado Acordo de Cooperação Cultural, Científica e Técnica, que entrou em vigor após mais de doze anos, na data de sua promulgação – 24 de outubro de 1996.

As relações do Brasil com Antígua e Barbuda têm-se caracterizado pela cordialidade, apesar de distantes. Mais recentemente, têm-se pautado pelo reconhecimento mútuo do potencial para seu estreitamento. Tomados em conjunto, os países caribenhos representam um mercado bastante atraente. Tais considerações vêm conduzindo a uma análise pelo Itamaraty dos meios para adensar as relações do Brasil com os países da região, buscando estabelecer uma pauta que adote um enfoque integrado para as atividades brasileiras na América Central e no Caribe. Nesse sentido, o Brasil aderiu à Associação dos Estados Caribenhos (AEC), na qualidade de observador, e tem procurado intensificar o fluxo de visitas recíprocas, entre as quais se destaca a presença do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na cúpula da CARICOM, em fevereiro de 2005, a primeira de um Chefe de Estado brasileiro naquele fórum.

Antígua e Barbuda tem sinalizado, repetidas vezes, seu interesse em aproximar-se do Brasil. Tal interesse foi demonstrado em várias instâncias, passando pela designação de uma Embaixadora para o Brasil, a solicitação de beneplácito para instalação de Consulado Honorário em São Paulo, a proposta de acordo para isenção de vistos e solicitação de projetos na cooperação técnica em infra-estrutura. Essa aproximação oferece excelente oportunidade para consolidar a posição brasileira em favor da cooperação Sul – Sul e do aprofundamento das relações entre países em desenvolvimento.

Merece especial destaque a realização, em abril de 2004, de Feira de Produtos Brasileiros, realizada naquele país por iniciativa da representação do Antígua and Barbuda Investment Bank em São Paulo, que foi coroada de amplo sucesso.

O então Ministro Gonçalo Mello Mourão, acompanhado do Chefe da Divisão do México, América Central e Caribe, Conselheiro Igor Kipman, realizou missão a sete Estados do Caribe (Comunidade das Bahamas, Federação de São Cristóvão e Névis, Antígua e Barbuda, Comunidade da Dominica, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas e Granada), entre os dias 24 de junho e 1º de julho de 2005, com a finalidade de trocar impressões sobre a situação atual e o futuro próximo do Haiti, na perspectiva, inclusive, da realização da Cúpula de Chefes de Estado da CARICOM, que teve lugar em Santa Lúcia, no período de 3 a 6 de julho de 2005.

Joan Underwood é a Embaixadora não residente de Antígua e Barbuda para o Brasil desde 2005. O país solicitou abertura de Consulado Honorário em São Paulo em julho de 2005.

Visita do Primeiro-Ministro Spencer ao Brasil foi cancelada em agosto de 2005, em razão de problemas de agenda.

De 10 a 21 de outubro de 2005, realizou-se missão conjunta de prospecção ABC/DCC com a participação de técnicos da Embrapa, Ministério da Saúde e Secretaria Nacional de Defesa Civil à

Comunidade das Bahamas, Barbados, São Cristóvão e Névis, Antígua e Barbuda, Dominica, São Vicente e Granadinas, e Trinidad e Tobago. Na ocasião, foram também propostos Acordos de Cooperação Técnica com os respectivos países e identificada possibilidade de capacitação nas áreas de defesa civil, agricultura, transportes, saúde e etanol. O Primeiro-Ministro Baldwin Spencer, de Antígua e Barbuda, informou que seu Governo, bem como os dos demais países que formam a Organização dos Estados do Caribe Oriental(OECS),veria com muito agrado alguma contribuição financeira do Brasil ao Fundo de Desenvolvimento Regional da CARICOM.

Outro ponto de interesse entre os dois países é a cooperação na área de saúde, particularmente no que se refere ao tratamento da AIDS/HIV, tendo como marco a visita do Ministro de Estado de Saúde de Antígua e Barbuda, Sr. John Maginley, em abril de 2005. Uma Carta de Intenções, negociada entre o Pan Caribbean Partnership Against HIV/AIDS (PANCAP) que reúne, no âmbito da CARICOM, 77 organizações regionais e nacionais, e o Programa Nacional de AIDS, foi assinada dia 27 de abril de 2006, durante a reunião do Conselho para o Desenvolvimento Humano e Social (COHSOD) em São Cristóvão e Névis. A carta de intenções prevê doação de medicamentos para os seguintes membros da PANCAP: Antígua e Barbuda, Anguilla, Ilhas Virgens Britânicas, Comunidade da Dominica, Granada, Montserrat, São Cristóvão e Névis, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas.

Foi realizada, em 7 de junho último, em Georgetown - Guiana, a cerimônia de formalização do credenciamento do Embaixador do Brasil na Guiana, Arthur Vivacqua Correa Meyer, como Representante Plenipotenciário do Brasil junto ao Secretariado da Comunidade dos Estados do Caribe, da qual Antígua e Barbuda é membro. O credenciamento, inédito, de representante plenipotenciário brasileiro junto à CARICOM reflete a intensificação das relações do Brasil com aquele grupo regional em anos recentes, com aumento de visitas de alto nível, intensificação do comércio e ampliação de projetos de cooperação. Existem vários projetos em curso entre o Brasil e os países caribenhos, em áreas como saúde, agricultura, pecuária, biocombustíveis e transporte aéreo. Durante os contatos mantidos entre o Embaixador Arthur Meyer e os Chefes de Governo de Antígua e Barbuda, São Vicente e Granadinas, Santa Lúcia, Jamaica, Haiti, Belize e Guiana, durante a 27ª Conferência de Chefes de Governo da CARICOM foi enfatizada a vontade dos referidos países em estreitar seus laços com o Brasil.

Além dos pontos já citados, são parte da atual agenda de conversações entre os dois países os seguintes tópicos:

**a) Cooperação técnica na área de infra-estrutura.** A Missão Permanente de Antígua e Barbuda junto às Nações Unidas submeteu, em junho de 2005, por carta a Missão brasileira, projetos de cooperação “para imediata consideração” e sugeriu encontro bilateral para discutir dois projetos específicos: a) reconstrução e reparo de estradas, para o qual seria necessária assistência bilateral no valor de USD 50 milhões; e, b) construção de estação de tratamento de esgoto; assistência bilateral requerida no montante de USD 75 milhões.

A proposta de Antígua e Barbuda de cooperação técnica em infra-estrutura oferece excelente oportunidade para consolidar a posição brasileira em favor da operação Sul – Sul. A Missão do Brasil na ONU vem defendendo em suas intervenções a necessidade de incrementar a cooperação entre países em desenvolvimento, com o suporte financeiro de organismos internacionais. A receptividade à proposta brasileira tem sido favorável.



**b) Isenção de Vistos.** Antígua e Barbuda propôs um acordo de isenção de vistos para portadores de passaportes diplomáticos e oficiais. O país já isenta, unilateralmente, os cidadãos brasileiros de visto de entrada, para qualquer finalidade.

**c) Financiamento de projetos.** Ambos os países possuem interesse em explorar a possibilidade de ação do CARICOM junto ao BID para obter o financiamento dos projetos de infra-estrutura propostos por Antígua e Barbuda. Durante a 27ª Conferência de Chefes de Governo da Comunidade do Caribe (CARICOM), em Basseterre, São Cristóvão e Névis, de 3 a 6 de julho, o Primeiro-Ministro Baldwin Spencer, de Antígua e Barbuda, informou que seu Governo, bem como os dos demais países que formam a Organização dos Estados do Caribe Oriental(OECS),veria com muito agrado alguma contribuição financeira do Brasil ao Fundo de Desenvolvimento Regional da CARICOM.

**d) Reforma das Nações Unidas.** O Brasil defende uma reforma estrutural nas Nações Unidas que atenda às expectativas de ambos os países. Nesse sentido, é importante lembrar que Antígua e Barbuda é membro da CARICOM. Por serem, em sua maioria, países pequenos e alguns micro-Estados, os membros da Comunidade vêm na união e na atuação conjunta a melhor via para afirmarem sua presença no cenário hemisférico e internacional. Atuam, assim, como um bloco coeso e disciplinado nos foros internacionais de que participam. A CARICOM detém aproximadamente 44% dos votos na OEA e cerca da mesma proporção de vozes nas negociações hemisféricas como a ALCA e as negociações América Latina-Caribe-UE. Além disso, representa cerca de 7% dos assentos na Assembléia Geral da ONU. Na OMC, a CARICOM atua por meio do Mecanismo Regional de Negociação, que, além dos 15 países da Comunidade, inclui também Cuba e República Dominicana.

#### Acordo Bilateral em Vigor

Título	Data		Promulgação	
	Assinatura	Vigor	Decreto nº	Data
Acordo de Cooperação cultural, científica e técnica	17/08/1982	19/07/1996	2045	24/10/1996

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR		2004 <sup>(1)</sup>	Part % no total
<b>EXPORTAÇÕES (US\$ mil)</b>			
Embarcações e estruturas flutuantes		137.062	77,0%
Plásticos e suas obras		11.595	6,5%
Peixes e crustáceos, moluscos		4.626	2,6%
Cereais		3.304	1,9%
Combustíveis, óleos e ceras minerais		3.159	1,8%
<b>Subtotal</b>		<b>159.746</b>	<b>89,7%</b>
<b>Demais Produtos</b>		<b>18.280</b>	<b>10,3%</b>
<b>Total Geral</b>		<b>178.026</b>	<b>100,0%</b>
<b>IMPORTAÇÕES (US\$ mil, cif)</b>			
Embarcações e estruturas flutuantes		207.186	36,4%
Combustíveis, óleos e ceras minerais		46.066	8,1%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos		31.426	5,5%
Veículos automóveis, tratores, ciclos		26.749	4,7%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos		16.599	2,9%
Pérolas, pedras preciosas, moedas		10.741	1,9%
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira		10.297	1,8%
Carnes e miudezas, comestíveis		7.556	1,3%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço		7.229	1,3%
Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres		6.792	1,2%
Móveis, mobiliário médico-cirúrgico, colchões		6.408	1,1%
Aparelhos de relojoaria e suas partes		5.526	1,0%
Frutas, cascas de cítricos e de melões		4.331	0,8%
Produtos farmacêuticos		3.846	0,7%
Plásticos e suas obras		3.701	0,6%
Peixes e crustáceos, moluscos		3.450	0,6%
Leite e laticínios, ovos, mel natural		3.295	0,6%
Ferro fundido, ferro e aço		3.219	0,6%
Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia		2.882	0,5%
Aeronaves e aparelhos espaciais		2.707	0,5%
<b>Subtotal</b>		<b>410.006</b>	<b>72,0%</b>
<b>Demais Produtos</b>		<b>159.490</b>	<b>28,0%</b>
<b>Total Geral</b>		<b>569.496</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Elaborado pelo MRE/DFR/DIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados da UNCTAD/ITC/TradeMap.

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2004.

Divergências nos dados estatísticos são explicadas pela utilização de fontes distintas.

(1) Última posição disponível.

## RELAÇÕES ECONÔMICAS BRASIL-ANTÍGUA E BARBUDA

O quadro apresentado abaixo, mostra o intercâmbio comercial Brasil – Antígua e Barbuda no período de 2000 a 2006. A balança comercial, ainda que superavitária para o Brasil em todo o período, é muito pouco expressiva, com as vendas brasileiras girando em torno de um milhão de dólares enquanto as importações brasileiras apenas têm alguma expressão em 2003 e 2006. Os itens mais importantes na pauta brasileira de exportação são ladrilhos de cerâmica e produtos alimentícios industrializados, enquanto as vendas de Antígua e Barbuda se concentram em produtos eletrônicos como câmaras de vídeo, digitalizadores e outros produtos de informática, como partes e peças para a montagem de computadores.

Aviso nº 1.149 – C. Civil

Em 27 de setembro de 2006

Assunto: Indicação de autoridade

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Bernardo Pericás Neto, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Cuba, e, cumulativamente, o cargo de Embaixador do Brasil em Antígua e Barbuda, desde que obtido o **agrément** do governo desse país.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

**O SR. PRESIDENTE** (Cristovam Buarque. PDT – DF) – A mensagem que acaba de ser lida vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 265, DE 2006**

**Altera os arts. 126, 129 e 130 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para instituir a hipótese de remição da pena pelo estudo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O arts. 126, 129 e 130 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, passam a vigor com a seguinte redação:

“Art. 126. O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semi-aberto poderá remir, pelo trabalho ou estudo, parte do tempo de execução da pena.

§ 1º A contagem do tempo para o fim deste artigo será feita à razão de:

I – 1 (um) dia de pena por 3 (três) de trabalho;

II – 2 (dois) dias de pena por 5 (cinco) de estudo.

.....  
§ 4º Não poderão ser cumuladas, no mesmo período, a remição pelo trabalho e pelo estudo.”(NR)

“Art. 129. A autoridade administrativa encaminhará mensalmente ao Juízo da Execução cópia do registro de todos os condenados que estejam trabalhando ou estudando e dos dias de atividade a remir de cada um deles.

..... “(NR)

“Art. 130. Constitui o crime do art. 299 do Código Penal declarar ou atestar falsamente prestação de serviço ou frequência escolar para fim de instruir pedido de remição.”(NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

#### **Justificação**

A presente proposição pretende instituir a possibilidade de remição da pena pelo estudo.

Com efeito, estabelece a Lei de Execução Penal ser dever do Estado a prestação de assistência educacional aos presos, com o objetivo de prevenir o crime e orientar o retorno à sociedade (arts. 10 e 11 da LEP).

Já prevê igualmente a legislação a possibilidade de diminuição da pena pelo trabalho, sendo certo também que muitos juízes das Varas de Execução Criminal pelo País já admitem, por analogia, a possibilidade de remição da pena pelo estudo.

É oportuna, portanto, a alteração legislativa ora proposta, no intuito de estabilizar e cristalizar a aplicação do instituto.

No que concerne ao inciso II, do § 1º, entendemos por bem fixar que se convertam dois dias da pena privativa de liberdade por cinco dias de estudo. Veja-se que a conversão dos dias de trabalho tem outra relação: de apenas um dia de pena, por três de trabalho. Essa condição diferenciada, porém, ao contrário de beneficiar graciosamente o preso, será capaz de estimular ainda mais a sua recuperação, já que a opção preferencial pelo estudo, em nosso entender, resultará na possibilidade de o preso vir a desenvolver trabalhos mais qualificados posteriormente, seja ainda na prisão ou já como egresso em nosso competitivo mercado de trabalho.

Em suma, a presente proposição se coaduna com a idéia de uma revolução pela educação, fortalecendo os incentivos para que a população carcerária busque a instrução formal e contribui, assim, para o aperfeiçoamento da legislação penal.

Sala das Sessões, 2 de outubro de 2006 – Senador **Cristovam Buarque**.

*LEGISLAÇÃO CITADA*

LEI Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984

**Institui a Lei de Execução Penal.**

SEÇÃO IV  
**Da Remição**

(...)

Art. 126. O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semi-aberto poderá remir, pelo trabalho, parte do tempo de execução da pena.

§ 1º A contagem do tempo para o fim deste artigo será feita à razão de 1 (um) dia de pena por 3 (três) de trabalho.

§ 2º O preso impossibilitado de prosseguir no trabalho, por acidente, continuará a beneficiar-se com a remição.

§ 3º A remição será declarada pelo Juiz da execução, ouvido o Ministério Público.

(...)

Art. 129. A autoridade administrativa encaminhará mensalmente ao Juízo da execução cópia do registro de todos os condenados que estejam trabalhando e dos dias de trabalho de cada um deles.

Parágrafo único. Ao condenado dar-se-á relação de seus dias remidos.

Art. 130. Constitui o crime do artigo 299 do Código Penal declarar ou atestar falsamente prestação de serviço para fim de instruir pedido de remição.

*(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Cristovam Buarque. PDT – DF) – O projeto que acaba de ser lido vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

**O SR. PRESIDENTE** (Cristovam Buarque. PDT – DF) – A Presidência recebeu a **Mensagem nº 226, de 2006** (nº 836/2006, na origem), de 27 de setembro último, pela qual o Presidente da República, solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até sessenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, de principal, entre o Governo do Estado do Pará e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, destinada ao financiamento parcial do Programa Pará Rural.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

**O SR. PRESIDENTE** (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

**PARECER Nº 1.094, DE 2006**

**Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Arthur Virgílio, que acrescenta o seguinte § 5º ao art. 239 da Constituição Federal, para permitir que os recursos do Pasep sejam aplicados diretamente pelos Estados e Municípios.**

Relator: Senador **João Batista Motta**

**I – Relatório**

Vem à análise desta Comissão a Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2005, de iniciativa originária do eminente Senador Arthur Virgílio, a qual acrescenta o seguinte § 5º ao art. 239 da Constituição Federal, **in verbis**:

“Art. 239. ....  
.....

§ 5º Pertence à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios o produto da arrecadação das contribuições previstas neste artigo, devida por ele, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem, a ser aplicado em ações e serviços de amparo aos respectivos servidores públicos, inclusive para efeito de formação e requalificação profissional e de pagamento de benefícios previdenciários e assistenciais.”

O art. 239 estabelece o destino da arrecadação e outras determinações decorrentes das contribuições para o Programa de Integração Social, criado pela Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970, bem como pelo Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, criado pela Lei Complementar nº 8, de 3 de dezembro de 1970.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

**II – Análise**

Cabe a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da matéria e também quanto ao seu mérito, nos termos dos arts. 354 e seguintes do Regimento Interno.

Quanto aos pressupostos de admissibilidade inscritos no art. 60 da Constituição Federal, não vemos óbice que possa impedir a tramitação e apreciação da proposta em análise. Igualmente, no que toca à sua juridicidade e à sua regimentalidade não observamos nenhum impedimento ao prosseguimento da sua tramitação.

No que se refere ao mérito, cabe aqui fazer algumas digressões a respeito da matéria. O Fundo PIS-Pasep é resultante da unificação dos fundos constituídos com recursos do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP). Esta unificação foi estabelecida pela Lei Complementar nº 26, de 1975, com vigência a partir de 1º de julho de 1976 e regulamentada pelo Decreto nº 78.276, de 1976, e gerido pelo Decreto nº 4.751, de 17 de junho de 2003, o qual determina ao Conselho Diretor, coordenado por representantes da Secretaria do Tesouro Nacional, a representação ativa e passiva do supracitado fundo.

O Conselho Diretor, responsável pela gestão do fundo, é composto de representantes do Ministério da Fazenda, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, do Ministério do Trabalho e Emprego, da Secretaria do Tesouro Nacional, além de representantes dos Participantes do PIS e dos participantes do Pasep.

Os objetivos do PIS e do Pasep são:

- integrar o empregado na vida e no desenvolvimento das empresas;
- assegurar ao empregado e ao servidor público o usufruto de patrimônio individual progressivo;
- estimular a poupança e corrigir distorções na distribuição de renda; e
- possibilitar a paralela utilização dos recursos acumulados em favor do desenvolvimento econômico-social.

Com a promulgação da Constituição Federal, em 1988, esses objetivos foram consolidados pelo art. 239, vinculando-se a arrecadação do PIS-Pasep ao custeio do seguro-desemprego e do abono aos empregados com média de até dois salários mínimos de remuneração mensal, e, acessoriamente, treinamento profissional. Quarenta por cento dos recursos são emprestados ao BNDES, com o objetivo de financiar operações ativas daquele banco e, ao mesmo tempo, remunerar o patrimônio do PIS-Pasep.

Com a proposta legislativa sob análise desta Comissão, busca-se possibilitar nova configuração à administração dos recursos de PIS-Pasep. Como já

destacado, tal contribuição financia o pagamento do seguro-desemprego pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para trabalhadores demitidos e sua requalificação profissional.

Porém, no que tange aos servidores públicos que dispõem de estabilidade no emprego, ocorre flagrante prejuízo, pois os mesmos não são beneficiados por programas de treinamento, como o Plano de Qualificação Profissional (PLANFOR). Portanto, para corrigir essa situação, a presente Proposta de Emenda à Constituição propõe a aplicação de recursos do FAT em cada uma das unidades de governo do País que, deste modo, passariam a reter a parcela da contribuição atualmente arrecadada e transferida ao Governo Federal.

É importante destacar que a manutenção dos recursos em cada ente da federação, como proposto nesta iniciativa legislativa, permitirá a melhoria da qualidade da prestação do serviço público, particularmente nos Estados, Distrito Federal e Municípios. A manutenção dos recursos em cada ente da federação também implicará aumento da eficiência na utilização dos mesmos, visto que os recursos serão geridos autonomamente e mais próximo do público alvo.

### III – Voto

A Proposta de Emenda à Constituição em análise constitui-se em importante contribuição para o aperfeiçoamento do atual Fundo PIS-Pasep, estando de acordo com a ordem jurídica vigente. Assim, voto pela aprovação da matéria apresentando a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº 1 – CCJ  
(à PEC nº 59, de 2005)

Dê-se ao § 5º do art. 239 da Constituição Federal, nos termos do que dispõe o art. 1º da PEC nº 59, de 2005, a seguinte redação:

“Art. 239. ....

.....

§ 5º Pertence à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios o produto da arrecadação das contribuições previstas neste artigo, devida por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem, a ser aplicado em ações e serviços de amparo aos respectivos servidores públicos, inclusive para efeito de formação e requalificação profissional e de pagamento de benefícios previdenciários e assistenciais.”

Sala da Comissão, 6 de setembro de 2006.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PEC Nº 59 DE 2005

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 06/10/2006, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE : <i>Antônio Carlos Magalhães</i>	
RELATOR: <i>João Batista Motta</i> <b>Sen. João Batista Motta</b>	
<b>BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)</b>	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (Presidente)	1-ROMEU TUMA <i>Romeu Tuma</i>
CÉSAR BORGES <i>César Borges</i>	2-MARIA DO CARMO ALVES
DEMÓSTENES TORRES	3-JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO <i>Edi. X</i>	4-JORGE BORNHAUSEN <i>Jorge Bornhausen</i>
JOSÉ JORGE	5-RODOLPHO TOURINHO <i>Rodolpho Tourinho</i>
JOÃO BATISTA MOTTA (RELATOR)	6- TASSO JEREISSATI <i>Tasso Jereissati</i>
ALVARO DIAS <i>Alvaro Dias</i>	7-EDUARDO AZEREDO
ARTHUR VIRGÍLIO <i>Arthur Virgílio</i> (1º signatário)	8-LEONEL PAVAN
JUVÊNCIO DA FONSECA	9-LÚCIA VÂNIA
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, FSB, <sup>(1)</sup>, PL, PPS e PRB <sup>(5)</sup>)</b>	
ALOIZIO MERCADANTE	1- (VAGO) <sup>(6)</sup>
EDUARDO SUPLYC <i>Eduardo Suplyc</i>	2- PAULO PAIM
FERNANDO BEZERRA	3-SÉRGIO ZAMBIASI
MAGNO MALTA	4- PATRÍCIA SABOYA GOMES
IDELI SALVATTI <i>Ideli Salvatti</i>	5-SIBÁ MACHADO
ANTONIO CARLOS VALADARES <i>Antonio Carlos Valadares</i>	6-MOZARILDO CAVALCANTI
SERYS SLHESSARENKO <i>Serys Slhessarenko</i>	7-MARCELO CRIVELLA <sup>(2,3)</sup>
<b>PMDB</b>	
RAMEZ TEBET	1-LUIZ OTÁVIO <i>Ramez Tebet</i>
NEY SUASSUNA	2-GEOVANI BORGES
ROBERTO CAVALCANTI <sup>(4)</sup> <i>Roberto Cavalcanti</i>	3-SÉRGIO CABRAL
ROMERO JUCÁ	4-ALMEIDA LIMA
AMIR LANDO	5-WELLINGTON SALGADO
PEDRO SIMON <i>Pedro Simon</i>	6-GARIBALDI ALVES FILHO
<b>PDT</b>	
JEFFERSON PÉRES	1-OSMAR DIAS

Atualizada em: 04/09/2006

(1) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 08/06/2005.

(2) O Senador Marcelo Crivella filiou-se ao PMR em 28.09.2005.

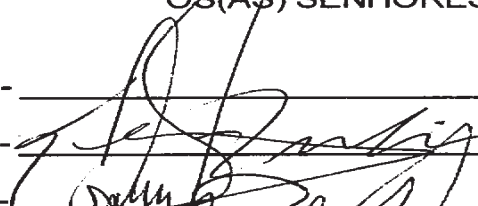
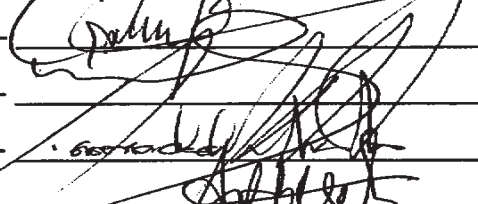
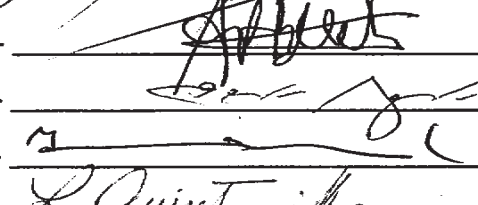
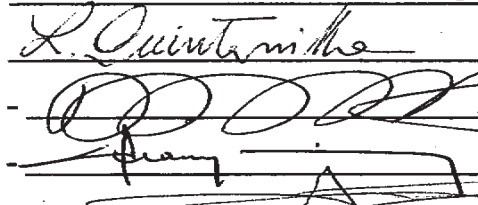
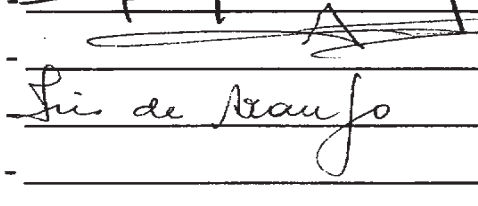
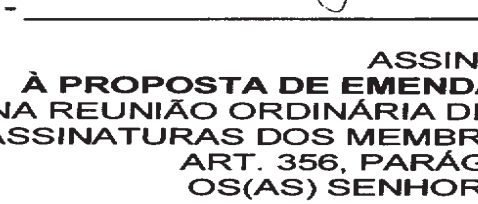
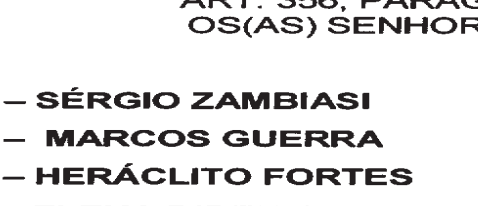
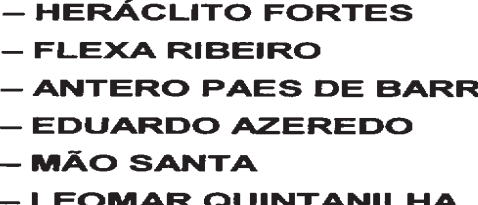
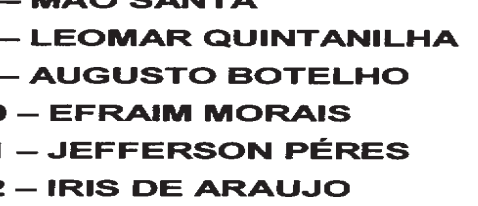

(3) O Partido Municipalista Renovador (PMR) passou a denominar-se Partido Republicano Brasileiro (PRB), conforme certidão expedida pelo TSE em 27.03.2006.

(4) Vaga cedida pelo PMDB ao PRB.

(5) O Partido Republicano Brasileiro (PRB) passou a integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 16.08.2006.

(6) O Senador Antônio João deixa o exercício do cargo em 30.08.2006 em virtude de reassunção do titular.

ASSINAM O PARECER  
 À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 59, DE 2005,  
 NA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 06/09/06, COMPLEMENTANDO  
 AS ASSINATURAS DOS MEMBROS DA COMISSÃO, NOS TERMOS  
 DO ART. 356, PARÁGRAFO ÚNICO, DO R.I.S.F.,  
 OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS):

- 1 - \_\_\_\_\_ - Zambiasi
- 2 -  - sen Marcos Guerra
- 3 -  - Senador Heráclito Fortes
- 4 -  - Senador Flexa Ribeiro
- 5 -  - Sen. Antero
- 6 -  - Senador Eduardo Azeredo
- 7 -  - Senador Mão Santa
- 8 -  - LEOMAR QUINTANILHA
- 9 -  - Augusto Botelho
- 10 -  - Senador Efraim Morais
- 11 -  - Senador Jefferson Péres
- 12 -  - Iris de Araujo
- 13 - \_\_\_\_\_
- 14 - \_\_\_\_\_

ASSINAM O PARECER  
 À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 59, DE 2005,  
 NA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 06/09/2006, COMPLEMENTANDO AS  
 ASSINATURAS DOS MEMBROS DA COMISSÃO, NOS TERMOS DO  
 ART. 356, PARÁGRAFO ÚNICO, DO R.I.S.F.,  
 OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS):

- 1 - SÉRGIO ZAMBIASI
- 2 - MARCOS GUERRA
- 3 - HERÁCLITO FORTES
- 4 - FLEXA RIBEIRO
- 5 - ANTERO PAES DE BARROS
- 6 - EDUARDO AZEREDO
- 7 - MÃO SANTA
- 8 - LEOMAR QUINTANILHA
- 9 - AUGUSTO BOTELHO
- 10 - EFRAIM MORAIS
- 11 - JEFFERSON PÉRES
- 12 - IRIS DE ARAUJO

**LEGISLAÇÃO CITADA**

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI COMPLEMENTAR Nº 7,  
DE 7 DE SETEMBRO DE 1970**Institui o Programa de Integração Social, e dá outras providências.**LEI COMPLEMENTAR Nº 8,  
DE 3 DE DEZEMBRO DE 1970**Institui o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, e dá outras providências.**LEI COMPLEMENTAR Nº 26,  
DE 11 DE SETEMBRO DE 1975**Altera disposições da legislação que regula o Programa de Integração Social (PIS) e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP).**

DECRETO Nº 4.751, DE 17 DE JUNHO DE 2003

**Dispõe sobre o Fundo PIS-Pasep, criado pela Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, sob a denominação de PIS-Pasep, e dá outras providências.**

IDENTIF.	DATA	SITUAÇÃO	EMENTA
DEC 78.276/1976	17/08/1976	REVOGADO	REGULAMENTA A LEI COMPLEMENTAR 26, DE 11/09/1975 (QUE ALTERA DISPOSICOES DA LEGISLACAO QUE REGULA O PROGRAMA DE INTEGRACAO SOCIAL (PIS) E O PROGRAMA DE FORMACAO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO (PASEP) E DA O

**PARECER Nº 1.095, DE 2006****Da Comissão de Assuntos Econômicos, ao Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2006 – Complementar, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 101, de 2000, estabelecendo a obrigatoriedade da execução do orçamento, nos termos da Lei das Diretrizes Orçamentárias.**Relator: Senador **Osmar Dias****I – Relatório**

O Senador Antônio Carlos Valadares apresentou o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 84, de 2006 – Complementar, no intuito de inserir na Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), para vigorar a partir da data da publicação da nova norma legal, o art 10-A, que estipularia ser responsabilidade do Poder Executivo a fiel execução do orçamento, nos termos da lei das diretrizes orçamentárias (LDO).

O projeto, conforme a sua própria Justificação, inspirou-se no Estudo nº 79, de 4 de setembro de 2001, da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados (COFF/CD). Esse estudo constata que, seja qual for o instrumento legal que se adote para compelir os gestores públicos à total realização das ações orçamentárias, nada garantirá que o orçamento será integralmente executado e tampouco que a execução integrada dele será a melhor alternativa para a Administração Pública. A luz dessa constatação, concluiu-se que podem ser instituídas algumas regras que visem restringir o excesso de discricionariedade que pode haver na execução, orçamentária (...); tendo o cuidado, porém de não tornar o processo orçamentário exageradamente burocrático. Assim, propõe-se incluir um artigo na Lei de Responsabilidade Fiscal, que tornaria obrigatória a execução do orçamento para o Poder Executivo nos termos da lei de diretrizes orçamentárias, que, por sua vez, definiria quais as ações que devem ser obrigatoriamente executadas.

O PLS nº 84, de 2006 – Complementar, apresentado em 11 de abril de 2006, foi encaminhado a esta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para que seja apreciado, sendo que coube a mim relatá-lo.

**II – Análise**

O art. 99, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) atribui a competência para que a CAE opine sobre proposições que versem sobre finanças públicas. Dessa forma, ressalte-se que não foram vislumbrados óbices de natureza constitucional, regimental ou legal para a apresentação do PLS em comento. Em relação ao mérito, contudo, entendemos que o projeto não introduz inovação relevante no presente ordenamento legal do País.

Por meio da LRF, pretende-se que o Poder Executivo execute fielmente o orçamento, nos termos da



LDO. Ora, o art. 9º § 2º, da LRF já prevê que cabe à LDO definir as despesas que não sofrerão contingenciamento. Lê-se, nesse dispositivo, que não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, e as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias. Além do mais, esse dispositivo mantém estreita relação com o art. 4º, I, **b**, que atribui às LDOs competência para que disponham sobre os critérios e a forma de limitação de empenho, a ser efetivada se ver ficado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais (art. 9º, **caput**) ou para obter o resultado primário necessário à recondução da dívida consolidada de um ente da Federação ao respectivo limite (art. 31, § 1º, II).

Assim, o ordenamento legal em vigor já permite que a LDO discipline e restrinja a discricionariedade do Poder Executivo no cumprimento da programação orçamentária. O verdadeiro desafio está em, a cada exercício, incluir os dispositivos apropriados na LDO. Como esta lei, conforme o art. 165, II, da Constituição Federal, é competência daquele Poder, trata-se de tarefa por si só bastante complexa do ponto de vista político.

A questão da iniciativa de apresentação de minuta de LDO também conspira contra a eficácia do PLS em exame. Caso a diretriz emanada do projeto não seja incorporada ao processo de planejamento orçamentário da União, o que julgamos provável, os próprios Parlamentares precisarão divisar meios adicionais para limitar o sobre poder do Executivo. Em termos de otimização do processo legislativo, parece que a melhor alternativa é concentrar os esforços do Legislativo na fixação do rol de despesas que não poderão ser objeto de limitação de empenho.

Para que haja uma efetiva limitação da discricionariedade do Poder Executivo no campo orçamentário, será preciso modificar a própria Constituição Federal. A esse respeito, há cinco Propostas de Emendas à Constituição (PECs) tramitando nesta Casa atualmente, quais sejam:

**a)** nº 2, de 2000, cujo primeiro signatário é o ex-Senador José Alencar, que insere dispositivo na Constituição Federal para tornar obrigatória a execução da programação

orçamentária decorrente de emendas a parlamentares;

**b)** nº 77, de 1999, cujo primeiro signatário é o ex-Senador Íris Resende, que imprime força cogente à lei orçamentária anual;

**c)** nº 22, de 2000, cujo primeiro signatário é o Senador Antonio Carlos Magalhães, que modifica de indicativa para impositiva a natureza da lei orçamentária anual e dá outras providências;

**d)** nº 28, de 2000, cujo primeiro signatário é o Senador Pedro Simon, que remete a regulamentação da abertura de créditos adicionais e a anulação de créditos orçamentários à lei complementar prevista no art. 165, § 9º, da Constituição Federal;

**e)** nº 24, de 2003, cujo primeiro signatário é o Senador Paulo Paim, que veda o bloqueio ou contingenciamento de dotações do orçamento da seguridade social.

Acerca da primeira proposição, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou, em 21 de junho de 2000, o Parecer nº 678, de 2000, de autoria do Senador Pedro Simon, favorável à matéria. Já em 9 de setembro de 2004, esse mesmo Senador encaminhou à CCJ parecer pela rejeição da Emenda nº 1, de Plenário. Trata-se de matéria pronta para ser apreciada por aquela Comissão.

As demais proposições tramitam em conjunto e foram objeto do Parecer nº 103-CCJ, de 10 de dezembro de 2003, de autoria do Senador César Borges, favorável à PEC nº 22, de 2000, e pela prejudicialidade das PECs nºs 77, de 1999, 28, de 2000, e 24, de 2003. Em 19 de abril de 2006, a CCJ aprovou novo parecer, de autoria do Senador há pouco citado, acolhendo as Emendas nºs 1 a 3, de Plenário, na forma das subemendas apresentadas, e, na íntegra, a Emenda nº 4, também de Plenário.

É por meio dessas PECs e não do PLS nº 84, de 2006 – Complementar, que a questão da obrigatoriedade da execução do orçamento poderá ser equacionada satisfatoriamente.

### III – Voto

Diante do exposto, opino pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2006 – Complementar.

Sala da Comissão,

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS  
PROJETO DE LEI DO SENADO FEDERAL Nº 84, DE 2006-COMPLEMENTAR  
NÃO TERMINATIVO

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 05/10/06, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: *[Assinatura]*

RELATOR(A): *[Assinatura]*

Bloco da Minoria (PFL e PSDB)

CÉSAR BORGES (PFL) <i>[Assinatura]</i>	1-JOSÉ AGRIPINO (PFL)
EDISON LOBÃO (PFL) <i>[Assinatura]</i>	2-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL)
JONAS PINHEIRO (PFL) <i>[Assinatura]</i>	3-HERÁCLITO FORTES (PFL) <i>[Assinatura]</i>
JORGE BORNHAUSEN (PFL)	4-DEMÓSTENES TORRES (PFL)
RODOLPHO TOURINHO (PFL)	5-JOSÉ JORGE (PFL)
ROMEU TUMA (PFL) <i>[Assinatura]</i>	6- ROSEANA SARNEY (PFL)
HUR VIRGÍLIO (PSDB)	7- JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB) <i>[Assinatura]</i>	8-ÁLVARO DIAS (PSDB)
LÚCIA VÂNIA (PSDB)	9-LEONEL PAVAN (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB)	10-FLEXA RIBEIRO (PSDB) <i>[Assinatura]</i>
TASSO JEREISSATI (PSDB)	11-JOÃO TENÓRIO (PSDB)

PMDB

AMEZ TEBET	1- ROMERO JUCÁ <i>[Assinatura]</i>
LUZ OTÁVIO	2- GEOVANI BORGES
BARBALDI ALVES FILHO	3- WELLINGTON SALGADO
MÃO SANTA <i>[Assinatura]</i>	4-PEDRO SIMON <i>[Assinatura]</i>
SÉRGIO CABRAL	5- VAGO
ROBERTO MESTRINHO	6-VAGO
VALDIR RAUPP <i>[Assinatura]</i>	7-ALMEIDA LIMA
NEY SUASSUNA <i>[Assinatura]</i>	8-LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB)*

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)

ALOIZIO MERCADANTE (PT)	1-ANTONIO JOÃO (PTB)
ANA JÚLIA CAREPA (PT)	2-AELTON FREITAS (PL) <i>[Assinatura]</i>
DELI SALVATTI (PT)	3-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
EDUARDO SUPLYCY (PT) <i>[Assinatura]</i>	4-ROBERTO SATURNINO (PT)
FERNANDO BEZERRA (PTB)	5-FLÁVIO ARNS (PT)
JOÃO RIBEIRO (PL)	6-SIBÁ MACHADO (PT)
PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB) <i>[Assinatura]</i>	7-SERYS SLHESARENKO (PT)

PDT

ISMAR DIAS	1- JEFFERSON PÉRES
------------	--------------------

*LEGISLAÇÃO CITADA*  
*ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

LEI COMPLEMENTAR Nº 101,  
DE 4 DE MAIO DE 2000

**Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.**

SEÇÃO II

**Da Lei do Diretrizes Orçamentárias**

Art. 4º A lei de diretrizes orçamentárias atenderá o disposto no § 2º do art. 165 da Constituição e:

I – disporá também sobre:

b) critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses previstas na alínea b do inciso II deste artigo, no art. 9º e no inciso II da § 1º do art. 31;

Art. 9º Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subseqüentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1º No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

§ 2º Não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, e as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias.

§ 3º No caso de os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público não promoverem a limitação no prazo estabelecido no **caput**, é o Poder Executivo autorizado a limitar os valores financeiros segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias. (Vide ADIN nº 2.238-5)

§ 4º Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão referida no § 1º do art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.

§ 5º No prazo de noventa dias após o encerramento de cada semestre, o Banco Central do Brasil apresentará, em reunião conjunta das comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional, avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas

monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços.

SEÇÃO III

**Da Recondução da Dívida aos Limites**

Art. 31. Se a dívida consolidada de um ente da Federação ultrapassar o respectivo limite ao final de um quadrimestre, deverá ser a ele reconduzida até o término dos três subseqüentes, reduzindo o excedente em pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) no primeiro.

§ 1º Enquanto perdurar o excesso, o ente que nele houver incorrido:

II – obterá resultado primário necessário à recondução da dívida ao limite, promovendo, entre outras medidas, limitação de empenho, na forma do art. 9º.

CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II  
**Dos Orçamentos**

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

II – as diretrizes orçamentárias;

§ 9º – Cabe à lei complementar:

**PARECER Nº 1.096, DE 2006**

**Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2002, de autoria do Senador Moreira Mendes, que “acrescenta parágrafo ao artigo 55 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, para permitir a concessão de visto a estrangeiro portador de documento de viagem emitido por governo não reconhecido pelo Governo brasileiro.”**

Relator: Senador **Gilberto Mestrinho**

**I – Relatório**

Essa Comissão é chamada a opinar sobre o Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2002, que acrescenta parágrafo ao artigo 55 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, para permitir a concessão de visto a estrangeiro portador de documento de viagem emitido por governo não reconhecido pelo Governo brasileiro.

O referido Projeto de Lei, que foi distribuído a essa Comissão para decisão terminativa pretende, ao

acrescentar parágrafo ao art. 55 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, que define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, permitir a concessão de visto a estrangeiro portador de documento de viagem emitido por governo não reconhecido pelo Governo brasileiro.

Esclarece a Justificação que a proposição em tela visa a corrigir uma situação que se afigura anômala nos dias de hoje, de crescente globalização e intensos fluxos de bens, capitais e pessoas por todo o mundo.

Do ponto de vista político, prevalece ainda o sistema consagrado pelo Direito Internacional clássico de reconhecimento entre os Estados, para que se permita a concessão de vistos de entrada nos territórios respectivos.

Nesse contexto, podemos citar o caso específico de Taiwan, país considerado pela China como uma província rebelada, o que coloca os demais países em delicada situação, porquanto a China continental exige o não-reconhecimento de Taiwan como condição para manter relações diplomáticas com tais países.

No entanto, na prática, verifica-se um grande fluxo de comércio e investimentos entre o Brasil e Taiwan.

Por essa razão, propõe o nobre Senador Moreira Mendes o Projeto de Lei em pauta, que acresce um parágrafo ao art. 55 da Lei dos Estrangeiros, de forma a permitir que o Governo, discricionariamente, possa conceder vistos temporários no próprio documento de viagem emitido pelo país de origem para viajantes procedentes de países não reconhecidos pelo Brasil.

É o relatório.

## II – Análise

A prática relativa à concessão de vistos a viajantes procedentes de países que não mantêm relações políticas com o Brasil tem sido a de conceder documento especial de viagem chamado **laissez passer** (art. 54 da Lei nº 6.815), de validade temporária, documento no qual figurará o visto concedido especialmente para o ingresso do viajante no Brasil em ocasião determinada.

Esse procedimento significa que o viajante deverá obter o **laissez passer** acima referido, e mais o visto, a cada entrada sua em território nacional, pagando uma taxa por cada um dos documentos. Uma vez utilizado, o **laissez passer** é recolhido pelas autoridades de imigração. Tal prática afigura-se onerosa para o viajante, e acarreta ainda grandes demoras, tendo em vista os trâmites burocráticos envolvidos, razão pela qual deve o Brasil buscar corrigir essa anomalia.

Cabe ressaltar que o parágrafo a ser adicionado ao art. 55 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, prevê a concessão do visto ao portador de documento de viagem emitido por governo não reconhecido pelo Brasil, ou não válido para o Brasil, desde que ele esteja em viagem de negócios ou em missão comercial ou econômica.

Não obstante, entendemos que a permissão da concessão de visto deve-se estender não apenas àqueles que estejam em viagem de negócios ou em missão comercial ou econômica, como deve também abranger àqueles que estejam em viagem de turismo, o que proporcionará ao país a entrada de divisas e geração de empregos na recepção desses visitantes.

## III – Voto

Em face dos argumentos aqui expostos, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2002, nos termos do substitutivo que estamos apresentando:

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 3 (SUBSTITUTIVO), DE 2002

**Acrescenta parágrafo ao art. 55 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, para permitir a concessão de visto a estrangeiro portador de documento de viagem emitido por governo não reconhecido pelo Governo brasileiro”.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 55 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, redeterminando-se seu atual parágrafo único:

Art. 55. ....

§ 1º .....

§ 2º O Governo brasileiro poderá conceder visto temporário, pelo prazo máximo de noventa dias, a estrangeiro portador de documento de viagem emitido por governo não reconhecido pelo Governo brasileiro, ou não válido para o Brasil, desde que ele esteja em viagem de negócios turismo, em missão comercial ou econômica. (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

## Justificação

A proposição visa a corrigir uma situação que se afigura anômala nos dias de hoje, de crescente globalização e intensos fluxos de bens, capitais e pessoas por todo o Planeta. Em que pese ainda a prevalência do sistema clássico de reconhecimento político entre os Estados para que se permita a concessão de vistos de entrada nos territórios respectivos, há que se levar em conta hoje que os negócios e interesses econômicos globalizados fazem com que, muitas vezes, a nacionalidade de origem dos investidores não obedeça aos critérios políticos para o destino de suas aplicações.

Essa hipótese aplica-se com exatidão ao caso de Taiwan. A China continental exige o não-reconhecimento de Taiwan, como critério para estabelecer re-

lações políticas com os demais Países. Obviamente, o poderio da China faz com que a maior parte das demais nações se dobre a essa exigência, inclusive os Estados Unidos da América.

Não obstante, entendemos que a permissão da concessão de visto deve ser estendida não apenas àqueles que estejam em viagem de negócios ou em missão comercial ou econômica, como deve também abranger àqueles que estejam em viagem de turismo, respeitados os limites ditados pela conveniência política (e econômica). Os Países devem buscar uma acomodação não-agressiva dessa conjuntura, de forma a propiciar boas condições para o fluxo de pessoas que interessem ao país receptor,

tendo em vista as disponibilidades de recursos externos a serem aplicados e a conseqüente geração de trabalho e de desenvolvimento no País.

Com esse entendimento, propomos o presente Substitutivo, ao Projeto de Lei nº 3 de 2002, de autoria do eminente Senador Moreira Mendes, que acresce um parágrafo ao art. 55 da Lei do Estrangeiros, de forma a permitir que o Governo, discricionariamente, possa conceder vistos temporários para viajantes procedentes de Países não reconhecidos pelo Brasil, mas cuja entrada seja de interesse recíproco do ponto de vista do Governo brasileiro.

Sala da Comissão, 10 de outubro de 2003.

**SENADO FEDERAL  
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL**

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 3, DE 2002.	
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 16/10/03, OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)	
<b>PRESIDENTE:</b>	<i>[Assinatura]</i>
<b>RELATOR:</b>	<i>[Assinatura]</i>
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB E PL)</b>	<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB E PL)</b>
<b>EDUARDO SUPLYCY (PT)</b>	1- FLÁVIO ARNS (PT)
<b>HELOÍSA HELENA (PT)</b> <i>Helena Helena</i>	2- FÁTIMA CLEIDE (PT)
<b>JOÃO CAPIBERIBE (PSB)</b>	3- ALOIZIO MERCADANTE (PT)
<b>MARCELO CRIVELLA (PL)</b>	4- DUCIOMAR COSTA (PTB)
<b>FERNANDO BEZERRA (PTB)</b>	5- AELTON FREITAS (PTB)
<b>TIÃO VIANA (PT)</b>	6- SIBÁ MACHADO
<b>PMDB</b>	<b>PMDB</b>
<b>GILBERTO MESTRINHO</b> <i>[Assinatura]</i>	1- PEDRO SIMON <i>[Assinatura]</i>
<b>JOÃO ALBERTO SOUZA</b>	2- RAMEZ TEBET
<b>LUIZ OTÁVIO</b>	3- VALDIR RAUPP
Vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo	4- JOÃO BATISTA MOTTA
<b>HÉLIO COSTA</b>	Vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo
<b>PFL</b>	<b>PFL</b>
<b>ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES</b> <i>[Assinatura]</i>	1- EDISON LOBÃO
<b>JOÃO RIBEIRO</b>	2- MARIA DO CARMO ALVES
<b>JOSÉ AGRIPINO</b>	3- RODOLPHO TOURINHO <i>[Assinatura]</i>
<b>MARCO MACIEL</b> <i>[Assinatura]</i>	4- ROSEANA SARNEY
<b>PSDB</b>	<b>PSDB</b>
<b>ARTHUR VIRGÍLIO</b> <i>[Assinatura]</i>	1- ANTERO PAES DE BARROS
<b>EDUARDO AZEREDO</b> <i>[Assinatura]</i>	2- TASSO JEREISSATI
<b>LÚCIA VÂNIA</b> <i>[Assinatura]</i>	3- SÉRGIO GUERRA
<b>PDT</b>	<b>PDT</b>
<b>JEFFERSON PÉRES</b> <i>[Assinatura]</i>	1- JUVÊNCIO DA FONSECA
<b>PPS</b>	<b>PPS</b>
<b>MOZARILDO CAVALCANTI</b>	1- PATRÍCIA SABOYA GOMES

SENADO FEDERAL  
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL DO PLS Nº 32002

EDUARDO SUPLÍCY (PT)					
HELOÍSA HELENA (PT)	X			FLAVIO ARNS (PT)	
JOÃO CAPIBERIBE (PSB)				FÁTIMA CLEIDE (PT)	
MARCELO CRIVELLA (PL)				ALOIZIO MERCADANTE (PT)	
FERNANDO BEZERRA (PTB)				DUCIOMAR CASTA (PTB)	
TIÃO VIANA (PT)				AELTON FREITAS (PL)	
				SIBÁ MACHADO (PT)	
GILBERTO MESTRINHO	X			PEDRO SIMOM	X
JOÃO ALBERTO SOUZA				RAMEZ TEBET	
LUÍZ OTÁVIO				VALDIR RAUPP	
Vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo				JOÃO BATISTA MOTTA	
HÉLIO COSTA					
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	X			EDISON LOBÃO	
JOÃO RIBEIRO				MARIA DO CARMO ALVES	
JOSE AGRIPTINO				RODOLPHO TOURINHO	X
MARCO MACIEL	X			ROSEANA SARNEY	
ARTHUR VIRGÍLIO	X			ANTERO PAES DE BARROS	
EDUARDO AZEREDO	X			TASSO JEREISSATI	
LÚCIA VANIA	X			SERGIO GUERRA	
JEFFERSON PERES	X			JUVÊNCIO DA FONSECA	
MOZARILDO CAVALCANTI				PATRICIA SABOYA GOMES	

TOTAL 11 SIM 10 NÃO - AUTOR - ABS -

SALA DE REUNIÃO, EM 16/10/2003.

OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, RISF)

Atualizado em 16/10/2003

*PPM Suatino*

EMENDA Nº 1-CRE – (SUBSTITUTIVO)

TEXTO FINAL

**DO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 3, DE 2002, APROVADO E ADOTADO PELA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL EM REUNIÕES DOS DIAS 16 DE OUTUBRO DE 2003 E 5 DE SETEMBRO DE 2006, RESPECTIVAMENTE**

**Acrescenta parágrafo ao art. 55 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, para permitir a concessão de visto a estrangeiro portador de documento de viagem emitido por governo não reconhecido pelo Governo brasileiro.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 55 da Lei nº 6.815, de 19 agosto de 1980, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, re-denominando-se seu atual parágrafo único:

Art. 55. ....

§ 1º.....

§ 2º O Governo brasileiro poderá conceder visto temporário, pelo prazo máximo de noventa dias, a estrangeiro portador de documento de viagem emitido por governo não reconhecido pelo Governo brasileiro, ou não válido para o Brasil, desde que ele esteja em viagem de negócios turismo, em missão comercial ou econômica. (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 5 de setembro de 2006 – **Roberto Saturnino** Presidente.

*LEGISLAÇÃO CITADA*

*ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

LEI Nº 6.815, DE 19 DE AGOSTO DE 1980

**Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração.**

TÍTULO VI

**Do Documento do Viagem para Estrangeiro**

Art. 54. São documentos de viagem o passaporte para estrangeiro e o *laissez-passer*. (Renumerado nela Lei nº 6.964, de 9-12-81)

Parágrafo único. Os documentos de que trata este artigo são de propriedade da União, Cabendo a seus titulares a posse direta e o uso regular.

Art. 55. Poderá ser concedido passaporte para estrangeiro: (remunerado pela Lei nº 6.964, de 9-12-81)

I – no Brasil:

a) ao apátrida e ao de nacionalidade indefinida;

b) a nacional de país que não tenha representação diplomática ou consular no Brasil, nem representante de outro país encarregado de protegê-lo;

c) a asiladon ou a refugiado, como tal admitido no Braisl.

II – no Brasil e no exterior, ao cônjuge ou à viúva de brasileiro que haja perdido a nacionalidade originária em virtude do casamento.

Parágrafo único. A concessão de passaporte, no caso da letra **b**, do item I, deste artigo, dependerá de prévia consulta ao Ministério das Relações Exteriores.

OF. N 172/2006 – CRE

Brasília, 5 de setembro de 2006

Senhor Presidente,

1. Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão, em reunião no dia 16 de outubro de 2003, aprovou a Emenda nº 1– CRE (substitutivo) do Senador Gilberto Mestrinho ao Projeto de Lei do Senado nº 3 de 2002, de autoria do Senador Moreira Mendes, que “acrescenta parágrafo ao artigo 55 da lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, para permitir a concessão de visto a estrangeiro portador de documento de viagem emitido por governo nio reconhecido pelo governo brasileiro”.

2. Informo, ainda, que a matéria constou na pauta da reunião de 5 de setembro de 2006, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, do Regimento Interno do Senado Federal. Durante a discussão não foram oferecidas emendas, assim, o substitutivo foi definitivamente adotado sem votação, conforme disposto no art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. – **Roberto Saturnino**, Presidente.

**DOCUMENTO ANEXADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS TERMOS DO ART. 250, PARAGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO.**

## RELATÓRIO

Relator: Senador **Gilberto Mestrinho**

### I – Relatório

Essa Comissão é chamada a opinar sobre o Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2002, que acrescenta parágrafo ao artigo 55 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, para permitir a concessão de visto a estrangeiro portador de documento de viagem emitido por governo não reconhecido pelo Governo brasileiro.

O referido Projeto de Lei, que foi distribuído a essa Comissão para decisão terminativa pretende, ao acrescentar parágrafo ao art. 55 da Lei nº 6.815 de 19 de agosto de 1980, que define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, permitir a concessão de visto a estrangeiro portador de documento de viagem emitido por governo não reconhecido pelo Governo brasileiro.

Esclarece a Justificação que a proposição em tela visa a corrigir uma situação que se afigura anômala nos dias de hoje, de crescente globalização e intensos fluxos de bens, capitais e pessoas por todo o mundo.

Do ponto de vista político, prevalece ainda o sistema consagrado pelo Direito Internacional clássico de reconhecimento entre os Estados, para que se permita a concessão de vistos de entrada nos territórios respectivos.

Nesse contexto, podemos citar o caso específico de Taiwan, país considerado pela China como uma província rebelada, o que coloca os demais países em delicada situação, porquanto a China continental exige o não-reconhecimento de Taiwan como condição para manter relações diplomáticas com tais países.

No entanto, na prática, verifica-se um grande fluxo de comércio e investimentos entre o Brasil e Taiwan.

Por essa razão, propõe o nobre Senador Moreira Mendes o Projeto de Lei em pauta, que acresce um parágrafo ao art. 55 da Lei dos Estrangeiros, de forma a permitir que o Governo, discricionariamente, possa conceder vistos temporários no próprio documento de viagem emitido pelo país de origem para

viajantes procedentes de países não reconhecidos pelo Brasil.

É o relatório.

### II – Análise

A prática relativa à concessão de vistos a viajantes procedentes de países que não mantém relações políticas com o Brasil tem sido a de conceder documento especial de viagem chamado **laissez-passer** (art. 54 da Lei nº 6.815), de validade temporária, documento no qual figurará o visto concedido especialmente para o ingresso do viajante no Brasil em ocasião determinada.

Esse procedimento significa que o viajante deverá obter o **laissez-passer** acima referido, e mais o visto, a cada entrada sua em território nacional, pagando uma taxa por cada um dos documentos. Uma vez utilizado, o **laissez-passer** é recolhido pelas autoridades de imigração. Tal prática afigura-se onerosa para o viajante, e acarreta ainda grandes demoras, tendo em vista os trâmites burocráticos envolvidos, razão pela qual deve o Brasil buscar corrigir essa anomalia.

Cabe ressaltar que o parágrafo a ser adicionado ao art. 55 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, prevê a concessão do visto ao portador de documento de viagem emitido por governo não reconhecido pelo Brasil, ou não válido para o Brasil, desde que ele esteja em viagem de negócios ou em missão comercial ou econômica.

### III – Voto

Por todo o exposto, e tendo em vista que há que se levar em conta hoje que os negócios e interesses econômicos globalizados fazem com que, muitas vezes, a nacionalidade de origem dos investidores não obedeça aos critérios políticos para o destino de suas aplicações, voto favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2002, que acrescenta parágrafo ao artigo 55 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, para permitir a concessão de visto a estrangeiro portador de documento de viagem emitido por governo não reconhecido pelo Governo brasileiro.

Sala da Comissão,



## REQUERIMENTO Nº 1.390, DE 2004

Requeiro, nos termos do Art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os Arts. 216 e 335, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores as seguintes informações, fundamentais para a instrução do Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2002, de autoria do Senador Moreira Mendes:

1. Quais são as implicações da aprovação do referido projeto de lei em termos diplomáticos e de política externa brasileira?

2. Qual é a posição do Ministério das Relações Exteriores sobre a referida proposta?

### Justificação

O Projeto de Lei nº 3, de 2002, de autoria do Senador Moreira Mendes, visa alterar a Lei de Estrangeiros, acrescentando parágrafo ao artigo 55 da Carta Magna, de maneira a permitir que o Governo brasileiro possa conceder visto temporário, pelo prazo máxi-

mo de 90 dias, a estrangeiro portador de documento de viagem emitido por governo não reconhecido pelo Governo brasileiro, ou não válido para o Brasil, desde que esteja em viagem de negócios ou em missão comercial ou econômica.

Quando de seu exame na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a referida matéria foi aprovada na forma de um Substitutivo, apresentado pelo Senador Gilberto Mestrinho, que amplia o benefício aos turistas.

Considerando que o projeto em questão promove alterações substanciais em nossa política externa, faz-se necessário conhecer a posição do Governo brasileiro, quanto às implicações, no caso de sua aprovação, para as relações diplomáticas do Brasil.

Sala das Sessões, 10 de novembro de 2004.

– Senadora **Ideli Salvatti**.

(À Mesa – para decisão)

Publicado no *Diário do Senado Federal* de 11 - 11 - 2004

Ofício Nº 6 AFEPA/DAOC I/DIM/DDF–MRE – PEXT

Brasília, 22 de abril de 2005

A Sua Excelência o Senhor  
Senador Efraim Moraes  
Primeiro-Secretário  
Senado Federal  
Brasília – DF

Senhor Senador,

Tenho a honra de referir-me ao Ofício nº 231, de 2005, pelo qual Vossa Excelência encaminha o Requerimento de Informação nº 1.390/2004, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, em que se solicitam as seguintes informações:

a) Quais são as implicações, em termos diplomáticos e de política externa brasileira, relativas à aprovação do Projeto de Lei nº 3/2002, de autoria do Senador Moreira Mendes – concessão de visto temporário a estrangeiro portador de passaporte de governo não reconhecido pelo Governo brasileiro, ou não válido para o Brasil, desde que esteja em viagem de negócios ou em missão comercial ou econômica?

A moldura do relacionamento entre o Governo brasileiro e as autoridades de Taipé se baseia nas condições

acordadas entre Brasília e Pequim em 1974, por ocasião do estabelecimento de relações diplomáticas. Em 15 de agosto de 1974, o Governo brasileiro reconheceu o Governo da República Popular da China (RPC), em decisão que implicou o estabelecimento de relações diplomáticas com o regime de Pequim e, consequentemente, o rompimento com o Governo alternativo instalado em Taipé, que dizia representar todo o povo chinês.

Em **aide mémoire** datado de 28 de novembro de 1974, o Governo brasileiro garantiu ao Governo chinês que

“1) estão efetivamente encerradas as relações diplomáticas e os demais contatos oficiais ou semi-oficiais entre o Brasil e Taiwan; 2) o pessoal diplomático e consular taiwanês já se retirou do Brasil, assim como o pessoal brasileiro de Taiwan; 3) as autoridades brasileiras não mais reconhecem quaisquer documentos oficiais emitidos em Taiwan; e 4) o Governo brasileiro não permitirá qualquer tipo de representação ou intercâmbio de caráter oficial ou semi-oficial seja taiwanês no Brasil, seja brasileira em Taiwan”.

Nessas condições, resguardando-se os compromissos com Pequim, têm sido buscadas desde então fórmulas pragmáticas para manter um relacionamento

comercial e cultural não governamental entre o Brasil e aquela ilha.

Desde o estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a República Popular da China, em 15 de agosto de 1974, os dois países acumularam trinta anos de um relacionamento positivo balizado por mais de oito dezenas de instrumentos bilaterais, freqüentes visitas de alto nível, ampla convergência de posições nos foros internacionais e produtivo diálogo político.

As dimensões dos dois países, o papel regional que exercem e a semelhança de posições nos foros internacionais propiciaram o estabelecimento, ainda nos anos noventa, de uma “Parceria Estratégica”, fundamentada não só no grande potencial das relações econômico-comerciais bilaterais, mas também numa visão multilateralista comum dos dois países, que buscam, a médio prazo, a construção de uma nova ordem internacional multipolar.

O diálogo político bilateral consolidou-se a partir da visita ao Brasil do ex-Presidente da China, Jiang Zemin, em 1993, e da visita de reciprocidade que o então Presidente Fernando Henrique Cardoso realizou à China, em 1995. O Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, realizou visita de alto nível à China, de 21 a 24 de março de 2004.

Entre 23 e 27 de maio de 2004, ocorreu a visita à China do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a qual se deu num momento de intensificação inédita e decisiva nas relações sino-brasileiras. Foi a primeira visita de um presidente brasileiro àquele país desde 1995 e sinalizou o destaque que o Governo brasileiro determinou fosse dado às relações bilaterais.

Em novembro de 2004, realizou-se a primeira visita do Presidente Hu Jintao à América Latina. O Brasil foi o primeiro país latino-americano a ser visitado pelo presidente chinês em seu périplo à região.

A troca de visitas de mandatários do Brasil e da China, no ano em que se comemoraram os trinta anos de estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países denota o elevado patamar em que encontra a parceria estratégica sino-brasileira. Durante essas visitas, foram celebrados vinte e um acordos governamentais, bem como inúmeros contratos empresariais de vulto.

É preciso ter presente a ofensiva iniciada pelas autoridades de Taipé, sob a liderança do Presidente Chen Shui-bian, buscando a afirmação de signos de independência da ilha, inclusive as modificações na capa de passaportes expedidos por aquelas autoridades, com a aposição do nome “Taiwan” junto a “República da China”. Tal iniciativa não passou despercebida pelo governo da República Popular da China, que dedica atenção prioritária ao tema da reintegração de Taiwan. Assim é

que as mais altas autoridades chinesas têm alertado o Governo brasileiro, no contexto de visitas recíprocas e reuniões de consultas políticas bilaterais, sobre o fato de as atuais autoridades taiwanesas estarem buscando a independência progressiva daquele território. Nessas condições, a mudança de tratamento pelo Brasil dos pedidos de vistos dos cidadãos taiwaneses, com o abandono do uso de “laissez passer” e sua aposição em passaportes emitidos pela “República da China”, teria repercussões negativas para as relações sino-brasileiras.

b) Qual é a posição do Ministério das Relações Exteriores sobre a referida proposta?

Na avaliação do Itamaraty, o Projeto de Lei nº 3, de 2002, formulado pelo Senador Moreira Mendes, se aplicado no caso específico de um passaporte de que conste a expressão “Taiwan” (o que é interpretado pelo governo de Pequim como símbolo de independência), poderá ter repercussões muito negativas sobre as relações do Brasil com a República Popular da China.

Convém ter presente, por fim, que o Decreto nº 5.311, de 15 de dezembro de 2004 (cópia em anexo), ao alterar a redação dos artigos 96 e 97 do Decreto nº 86.715, de 10 de dezembro de 1981, permitiu a concessão de “laissez passer” válido para múltiplas viagens e com validade de até dois anos. Dessa forma, tendo sido eliminado o principal entrave às viagens empresariais ao País por parte de cidadãos de nações cujos governos não são reconhecidos pelo Brasil, a medida proposta não traria vantagem material para aqueles viajantes.

Atenciosamente, **Celso Amorim**, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

#### **PARECER Nº 1.097, DE 2006**

**Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 313, de 2003, de autoria do senador Luiz Otávio, que acrescenta o inciso XXII ao art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para isentar do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas quaisquer rendimentos percebidos por maiores de oitenta anos de idade.**

Relator: Senador **Eduardo Azeredo**

#### **I – Relatório**

O Projeto de Lei do Senado nº 313, de 2003, (PLS nº 313) acima ementado, de autoria do eminente Senador Luiz Otávio, é composto de três artigos.

O art. 1º acrescenta inciso XXII ao art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para prever a isenção do Imposto de Renda sobre quaisquer rendimentos percebidos por contribuinte a partir do mês em que complete oitenta anos, com exceção daque-

les provenientes de aplicações financeiras sujeitas à retenção definitiva do imposto na fonte.

O art. 2º determina ao Poder Executivo que faça estimativa da renúncia fiscal decorrente da medida e a inclua no demonstrativo regionalizado do efeito sobre receitas e despesas resultante de isenções e benefícios fiscais, conforme previsão do Art. 165, § 6º, da Constituição Federal.

Após a cláusula de vigência, representada pelo caput do art. 3º, o parágrafo único do mesmo artigo estabelece que a Lei somente produzirá efeitos a partir do exercício seguinte ao implemento da providência requerida pelo artigo anterior.

Na justificação, o Autor destaca o envelhecimento da população brasileira e a deficiência no amparo ao idoso, exatamente no período da vida em que mais necessita de cuidados, como fatores preponderantes para a necessidade da medida.

Ressalta, ainda, o Autor que o art. 230 da Constituição Federal prescreve o dever de cuidado da sociedade para com o idoso.

Finalmente, explica que a isenção total do imposto de renda das pessoas físicas a maiores de oitenta anos visa a atenuar as dificuldades financeiras por que, em geral, passam os idosos dessa faixa etária.

Não foram apresentadas emendas a esse projeto, que tramita em caráter terminativo (art. 91 do RISF).

## II – Análise

Nos termos do art. 99, incisos IV e VII, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre proposições atinentes a tributos e outros assuntos relacionados, como é o caso. Além disso, no âmbito de suas atribuições, cabe-lhe apreciar a matéria em decisão terminativa, nos termos do art. 91, I, do Regimento.

No projeto em apreço, não se enxerga qualquer impedimento constitucional relativamente à iniciativa do processo legislativo por membro desta Casa (CF, art. 61, caput).

Outrossim, é atribuição do Congresso Nacional dispor sobre matéria de competência da União referente ao sistema tributário (CF, art. 48, I), no âmbito do Imposto sobre a Renda (CF, art. 153, III). A isenção proposta atende à exigência de lei específica para regular exclusivamente a matéria (CF, art. 150, § 6º).

Quanto à vedação de instituição de tratamento desigual entre contribuintes em situação equivalente, imposta pelo inciso II do art. 150, consideramos que os argumentos do Autor não deixam dúvidas quanto à razoabilidade e à possibilidade jurídica da diferença de tratamento que se deseja oferecer aos maiores de oitenta anos.

No mérito, o projeto de lei mostra-se oportuno e conveniente, sendo complemento importante à recente aprovação do Estatuto do Idoso, uma vez que representa medida efetiva em favor do bem-estar dos contribuintes com idade avançada.

Aliás, ainda quanto ao mérito, a expectativa de vida média do brasileiro, recentemente divulgada pelo IBGE, estimada em 71 anos de idade, permite concluir que a proposta atenderá a um número muito reduzido de brasileiros. Está, ainda, muito distante da idade que se deseja isentar. Tal fato nos leva a propor emenda estendendo o benefício aos maiores de setenta e cinco anos de idade.

Quanto à técnica legislativa, a proposição obedece ao disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, e não contém qualquer impropriedade de ordem regimental.

Por último, vale acrescentar que o projeto, no art. 2º e no parágrafo único do art. 3º, teve o cuidado de prever as providências necessárias para atender as exigências sobre renúncia de receita constantes do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000).

## III – Voto

A vista do exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 313, de 2003, nos termos das emendas propostas a seguir:

### EMENDA Nº 1 – CAE

Substitua-se, no final da ementa do Projeto de Lei do Senado nº 313, de 2003, a expressão “oitenta anos de idade” por “setenta e cinco anos de idade”.

### EMENDA Nº 2 – CAE

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 313, de 2003, a redação abaixo:

Art. 1º O art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, passa a vigorar acrescido do inciso XXII, com a seguinte redação:

“Art. 6º Ficam isentos do Imposto de Renda os seguintes rendimentos percebidos por pessoa física:

.....  
XXII – os valores recebidos a qualquer título, a partir do mês em que o contribuinte completar setenta e cinco anos de idade, excetuados os rendimentos de aplicações financeiras sujeitos à retenção definitiva do imposto na fonte. (NR)”

Sala da Comissão, 5 de Setembro de 2006.

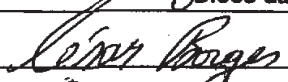







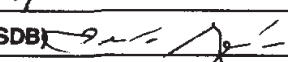
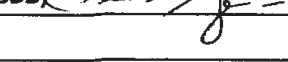
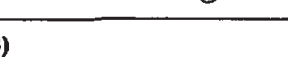
COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS  
PROJETO DE LEI DO SENADO FEDERAL Nº 313, DE 2003  
TERMINATIVO

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 05/09/06. OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):



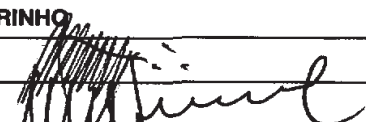
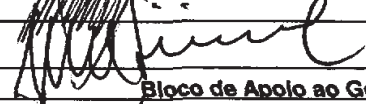
PRESIDENTE: 

RELATOR(A): 

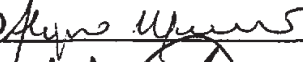





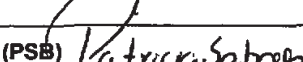
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)

CÉSAR BORGES (PFL) 	1-JOSÉ AGRIPINO (PFL)
EDISON LOBÃO (PFL) 	2-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL)
JONAS PINHEIRO (PFL) 	3-HERÁCLITO FORTES (PFL)
JORGE BOBNAUSEN (PFL) 	4-DEMÓSTENES TORRES (PFL)
RODOLPHO TOURINHO (PFL) 	5-JOSÉ JORGE (PFL)
ROMEU TUMA (PFL) 	6- ROSEANA SARNEY (PFL)
THUR VIRGÍLIO (PSDB) 	7- JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB) 	8-ÁLVARO DIAS (PSDB)
LÚCIA VÂNIA (PSDB) 	9-LEONEL PAVAN (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB) 	10-FLEXA RIBEIRO (PSDB)
TASSO JEREISSATI (PSDB) 	11-JOÃO TENÓRIO (PSDB)

PMDB

RAMEZ TEBET	1- ROMERO JUCÁ
LUIZ OTÁVIO	2- GEOVANI BORGES
GARIBALDI ALVES FILHO	3- WELLINGTON SALGADO
MÃO SANTA 	4-PEDRO SIMON 
SÉRGIO CABRAL	5- VAGO
CÉZAR MESTRINHO	6-VAGO
VALDIR RAUPP 	7-ALMEIDA LIMA
NEY SUASSUNA 	8-LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB)*

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)

ALOIZIO MERCADANTE (PT) 	1-ANTONIO JOÃO (PTB)
ANA JÚLIA CAREPA (PT) 	2-AELTON FREITAS (PL)
IDELI SALVATTI (PT) 	3-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
EDUARDO SUPLYCY (PT) 	4-ROBERTO SATURNINO (PT)
FERNANDO BEZERRA (PTB) 	5-FLÁVIO ARNS (PT)
JOÃO RIBEIRO (PL) 	6-SIBÁ MACHADO (PT)
PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB) 	7-SERYS SLHESSARENKO (PT)

PDT

OSMAR DIAS	1- JEFFERSON PÉRES
------------	--------------------

**LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PLS Nº 313, de 2003.**

TITULARES - Bloco de Minoria (PFL e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco de Minoria (PFL e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CEZAR BORRINI (PFL)	X				JOSE AGRIPINO (PFL)				
EDISON LOBAO (PFL)	X				ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL)				
JONAS PINHEIRO (PFL)	X				HERACLITO FORTES (PFL)	X			
JORGE BORNEHAUSEN (PFL)	X				DEMOSTENES TORRES (PFL)				
RODOLPHO TOURINHO (PFL)	X				JOSE JORGE (PFL)				
ROMEU TUMA (PFL)	X				ROSEANA SARNEY (PFL)				
ARTHUR VIRGILIO (PSDB)	X				JOAO BATISTA MOTTA (PSDB)				
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	X				ALVARO DIAS (PSDB)				
LUCIA VANIA (PSDB)	X				LEONEL PAVAN (PSDB)				
SÉRGIO GUERRA (PSDB)					FLEXA RIBEIRO (PSDB)	X			
TASSO JEREISSATI (PSDB)					JOAO TENÓRIO (PSDB)				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
RAMEZ TEBET					ROMERO JUCA				
LUIZ OTÁVIO (AUTOR)					GEOVANI BORGES				
GARBALDI ALVES FILHO					WELLINGTON SALGADO				
MÃO SANTA	X				PEDRO SIMON	X			
SÉRGIO CABRAL					VAGO				
GILBERTO MESTRINHO					VAGO				
VALDIR RAUPP	X				ALMEIDA LIMA				
NEY SUASSUNA	X				LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB)*				
TITULARES - Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALOIZIO MERCADANTE (PT)	X				ANTONIO JOAO (PTB)				
ANA JULIA CAREPA (PT)					AELTON FREITAS (PL)				
IDELI SALVATTI (PT)	X				ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)				
EDUARDO SUPLICY (PT)					ROBERTO SATURNINO (PT)				
FERNANDO BEZERRA (PTB)					FLAVIO ARNS (PT)				
JOAO RIBEIRO (PL)					SIBA MACHADO (PT)				
PATRICIA SABOYA GOMES (PSB)	X				SERYS SLHISSARENKO (PT)				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					JEFFERSON PERES				

TOTAL 6 SIM 12 NÃO 2 PREJ 0 AUTOR 1 ABS 1 PRESIDENTE 1

*[Handwritten Signature]*  
 Senador Luiz Otávio  
 Presidente

SALA DAS REUNIÕES, EM 05 / 07/06.

OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESEÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, RISF)  
 \* VAGA CEDIDA PELO PMDB

Atualizada em 02/08/06

**LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - Emenda nº 61 à CF - Propositada em 20/05/06 - PLB nº 313, de 2003.**

TITULARES - Bloco da Minoria (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco da Minoria (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CÉSAR BORGES (PT)	X				JOSE AGUIAR (PFL)				
EDSON LOBAO (PFL)	X				ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PFL)				
JOMAS PINHEIRO (PFL)	X				HERACLITO FORTES (PFL)	X			
JORGE BORNHAUSEN (PFL)	X				DEMÓSTENES TORRES (PFL)				
RODOLPHO TOURINHO (PFL)	X				JOSE FORGE (PFL)				
ROMEU TUMA (PFL)	X				ROSEANA SARNEY (PFL)				
ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)	X				JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB)				
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	X				ALVARO DIAS (PSDB)				
LÚCIA VANIA (PSDB)	X				LEONEL PAVAN (PSDB)				
SÉRGIO GUERRA (PSDB)	X				FLEXA RIBEIRO (PSDB)	X			
TASSO JEREISSATI (PSDB)	X				JOÃO TENÓRIO (PSDB)				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
RAMEZ TEBET					RÔMERO IJUCA				
LUIZ OTÁVIO (AUTOR)					GEOVANI BORGES				
GARIBALDI ALVES FILHO					WELLINGTON SALGADO				
MÃO SANTA	X				PEDRO SIMON	X			
SERGIO CABRAL	X				VAGO				
GILBERTO MESTRINHO	X				VAGO				
VALDIR RAUPP	X				ALMEIDA LIMA				
NEY SUASSUNA	X				LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB)*				
TITULARES - Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALOIZIO MERCADANTE (PT)	X				ANTÔNIO JOÃO (PTB)				
ANA JULIA CAREPA (PT)	X				ABELTON FREITAS (PL)				
IDELI SALVATHI (PT)	X				ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)				
EDUARDO SUPLICY (PT)					ROBERTO SATURNINO (PT)				
FERNANDO BEZERRA (PTB)					FLAVIO ARNS (PT)				
JOAO RIBEIRO (PL)					SIBA MACHADO (PT)				
PATRICIA SABOYA GOMES (PSB)	X				SERY S SHESSARENKO (PT)				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					JEFFERSON PÉRES				

TOTAL 16 SIM 15 NÃO 1 PREJ 0 AUTOR 0 ABS 0 PRESIDENTE 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 05 / 09 / 06.

  
Senador Luiz Otávio  
Presidente

OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, RISEF)

\* VAGA CEDITA PELO PMDB  
Atualizada em 02/08/06

## TEXTO FINAL

**APRESENTADO AO  
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 313, DE 2003**

**Acrescenta o inciso XXII ao art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para isentar do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas quaisquer rendimentos percebidos por maiores de setenta e cinco anos de idade.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, passa a vigorar acrescido do inciso XXII, com a seguinte redação:

“Art. 6º Ficam isentos do Imposto de Renda os seguintes rendimentos percebidos por pessoa física:

.....  
XXII – os valores recebidos a qualquer título, a partir do mês em que o contribuinte completar setenta e cinco anos de idade, excetuados os rendimentos de aplicações financeiras sujeitos à retenção definitiva do imposto na fonte. (NR)”

Art. 2º O Poder Executivo, com vistas ao cumprimento do disposto nos arts. 5º, II, 12 e 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante da renúncia fiscal decorrente do disposto nesta Lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, o qual acompanhará o projeto de lei orçamentária, cuja apresentação se der após decorridos sessenta dias da publicação desta lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Parágrafo único. A isenção de que trata esta Lei só produzirá efeitos a partir do primeiro dia do exercício financeiro imediatamente posterior àquele em que for implementado o disposto no art. 2º.

Sala da Comissão, 5 de setembro de 2006. – Senador **Luiz Otávio**, Presidente – Senador **Eduardo Azeredo**, Relator

*LEGISLAÇÃO CITADA*

*ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

LEI Nº 7.713, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1988

**Altera a legislação do Imposto de Renda, e dá outras providências.**

.....

Art. 6º Ficam isentos do imposto de renda os seguintes rendimentos percebidos por pessoas físicas:

.....  
XXI – os valores recebidos a título de pensão quando o beneficiário desse rendimento for portador das doenças relacionadas no inciso XIV deste artigo, exceto as decorrentes de moléstia profissional, com base em conclusão da medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída após a concessão da pensão. (Incluído pela Lei nº 8.541, de 1992) (Vide Lei 9.250, de 1995)

.....

CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....

SEÇÃO II  
**Das Atribuições do Congresso Nacional**

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

I – sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

II – plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado;

III – fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas;

IV – planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

V – limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União;

VI – incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembléias Legislativas;

VII – transferência temporária da sede do Governo Federal;

VIII – concessão de anistia;

IX – organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Oefensoria Pública da União e dos Territórios e organização iudiciária, do Ministério Público e da Defensorla Pública do Distrito Federal;

X – criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, b; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XI – criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XII – telecomunicações e radiodifusão;

XIII – matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações;

XIV – moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal.

XV – fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º; 150, II; 153, III; e 153, § 2º, I.

### SUBSEÇÃO III Das Leis

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

### SEÇÃO II Das Limitações do Poder de Tributar

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

§ 6º Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição, sem prejuízo do disposto no art. 155, § 2º, XII, g. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

### SEÇÃO III Dos Impostos da União

Art. 153. Compete à União instituir impostos sobre:

III – renda e proventos de qualquer natureza;

### SEÇÃO II Dos Orçamentos

Au. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

§ 6º O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anis-

tias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

Art. 230. A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.

### LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

**Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.**

### LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000

**Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.**

### SEÇÃO II Da Renúncia do Receita

Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I – demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II – estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no **caput**, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.



§ 2º Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o **caput** deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica:

I – às alterações das alíquotas dos impostos previstos nos incisos I, II, IV e V do art. 153 da Constituição, na forma do seu § 1º;

II – ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

OF. Nº 256/2006/CAE

Brasília, 5 de setembro de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em reunião realizada no dia 5 de setembro do corrente, o Projeto de Lei do Senado nº 313, de 2003, que “acrescenta o inciso XXII ao artigo 6º da Lei nº 7713, de 22 de dezembro de 1988, para isentar do Imposto sobre Renda das Pessoas Físicas quaisquer rendimentos percebidos por maiores de oitenta anos de idade”, com as Emendas nºs 1 e 2-CAE.

Respeitosamente, – Senador **Luiz Otávio**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

**O SR. PRESIDENTE** (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OF. Nº 172/2006 – CRE

Brasília, 5 de setembro de 2006

Senhor Presidente,

1. Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão, em reunião no dia 16 de outubro de 2003, aprovou a Emenda nº 1 – CRE (substitutivo) do Senador Gilberto Mestrinho ao Projeto de Lei do Senado nº 3 de 2002, de autoria do Senador Moreira Mendes, que “acrescenta parágrafo ao artigo 55 da lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, para permitir a concessão de visto a estrangeiro portador de documento de viagem emitido por governo não reconhecido pelo governo brasileiro”.

2. Informo, ainda, que a matéria constou na pauta da reunião de 05 de setembro de 2006, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, do Regimento Interno do Senado Federal.

Durante a discussão não foram oferecidas emendas, assim, o substitutivo foi definitivamente adotado sem votação, conforme disposto no art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Senador **Roberto Saturnino**, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

OF. Nº 256/2006/CAE

Brasília, 5 de setembro de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em reunião realizada no dia 5 de setembro do corrente, o Projeto de Lei do Senado nº 313, de 2003, que “acrescenta o inciso XXII ao artigo 6º da Lei nº 7713, de 22 de dezembro de 1988, para isentar do Imposto sobre Renda das Pessoas Físicas quaisquer rendimentos percebidos por maiores de oitenta anos de idade”, com as Emendas nºs 1 e 2-CAE.

Respeitosamente, – Senador **Luiz Otávio**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

**O SR. PRESIDENTE** (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Foi encaminhado à publicação o **Parecer nº 1095, de 2006**, da Comissão de Assuntos Econômicos, concluindo contrariamente ao Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, que *acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 101, de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, estabelecendo a obrigatoriedade da execução do orçamento, nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias.*

De acordo com o disposto no parágrafo único do art. 254, do Regimento Interno, fica aberto o prazo de dois dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que a matéria continue sua tramitação.

**O SR. PRESIDENTE** (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os **Projetos de Lei do Senado nºs 3, de 2002, e 313, de 2003**, sejam apreciados pelo Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Heráclito Fortes.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, gostaria de enviar aos familiares das vítimas do triste acidente envolvendo um avião da Gol e uma aeronave Legacy, ocorrido no final de semana, votos de profundo pesar, em meu nome e em nome de

meu Partido, com o acatamento – tenho certeza – de V. Ex<sup>a</sup> e de toda a Casa.

Esse acidente lamentável deixou enlutadas mais de uma centena de famílias, que perderam seus entes queridos de uma maneira inexplicável, Sr. Presidente.

Com a infinitude do nosso espaço aéreo, com o tamanho do nosso céu, quis o destino que dois aviões se encontrassem a 37 mil pés, numa colisão inexplicável. Um avião de fabricação brasileira, dirigindo-se de São Paulo para Manaus, e um avião da Gol de Manaus para Brasília. Mas o azar da coincidência provocou esse desastre, que está sendo exaustivamente investigado.

Queremos aqui, não só como Senador da República, mas como Presidente da Comissão de Infra-Estrutura, dizer da nossa confiança na Anac, nos órgãos técnicos do Ministério da Aeronáutica e na Embraer, envolvidos nessa apuração, para que tenham toda tranquilidade possível no sentido de uma apuração segura e esclarecedora sobre o triste episódio.

Evidentemente que, entre a falha humana e a falha mecânica que os técnicos concluirão, isso servirá apenas de consolo e justificativa, uma vez que as perdas são irreparáveis.

De qualquer maneira, queremos deixar também a nossa palavra de confiança aos que fazem a companhia Gol, por ter uma das suas aeronaves envolvida no acidente, e aos que fazem a Embraer, fabricante do segundo avião, e dizer que essa fatalidade não compromete a qualidade dos serviços da companhia aérea de passageiros, nem tampouco a do fabricante brasileiro. E esperamos esclarecimentos para que se evitem, no futuro, tragédias como essa.

Sr. Presidente, solicito a V. Ex<sup>a</sup> que determine à Casa a comunicação às famílias enlutadas, assim como aos que participam do episódio, ou como transportadores ou como fabricantes nesse triste episódio.

Faço este registro, repito, em nome do meu Partido e tenho certeza que em nome de toda a Casa, neste momento de profunda dor por que passa a Nação brasileira, ao ver famílias, na sua maioria, de jovens que se deslocavam do Amazonas, após uma semana de trabalho ou de lazer, para o encontro com seus familiares.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Senador Heráclito Fortes, a Mesa aceita o seu pedido. Encaminharemos carta a cada um dos familiares com os nossos pêsames. Agradeço a sua lembrança, a sua iniciativa.

O Senado não poderia deixar de se manifestar diante de um momento tão triste para tantos brasileiros.

No meu caso pessoal, como tantas dessas pessoas vinham para Brasília, são parentes de pessoas que moram em Brasília, alguns moravam em Brasília, então, em meu nome e como Senador pelo Distrito Federal, aproveito para subscrever a sua preocupação.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, meu segundo pedido pela ordem, contando com a generosidade de V. Ex<sup>a</sup>, é exatamente para parabenizar o Brasil e V. Ex<sup>a</sup>.

Encerrou-se ontem o primeiro turno das eleições majoritárias no Brasil; tivemos um pleito disputado até o último momento, e o Brasil teve a oportunidade de conviver com V. Ex<sup>a</sup> e, acima de tudo, com a coragem de V. Ex<sup>a</sup> em defender uma bandeira que deveria ser a de todo brasileiro, que é a bandeira da educação.

O papel de V. Ex<sup>a</sup>, a quem presto homenagem em nome do meu Partido – e, quero crer, interpretando também o sentimento do povo brasileiro –, foi histórico, juntamente com o da Senadora Heloísa Helena, que teve, durante todo esse período de campanha, a oportunidade de pregar, pelo Brasil afora, as suas idéias e, acima de tudo, defender as suas convicções.

Esse episódio eleitoral é engrandecedor. Tenho certeza de que várias lições foram colocadas para meditação do povo brasileiro.

A V. Ex<sup>a</sup> desejo que não abandone a luta em prol da educação, que, tenho a convicção, será de grande valia para o futuro deste País.

Parabéns, Senador Cristovam. Tenho certeza de que esta Casa continuará enriquecida com a sua colaboração e com a sua participação nos debates, engrandecendo a nossa convivência nos próximos quatro anos.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Senador Heráclito Fortes, agradeço muito as suas palavras, a sua gentileza. V. Ex<sup>a</sup> sempre está presente nessas horas. Sei que, durante esses meses de campanha, V. Ex<sup>a</sup> fez referência à minha candidatura, apesar de eu estar disputando com um candidato apoiado pelo seu Partido. Agradeço a sua gentileza.

Fiz questão de hoje me inscrever como primeiro orador para falar ao povo brasileiro e aos meus colegas Senadores e Senadoras.

Por isso, peço a sua compreensão para presidir a Mesa enquanto eu faço uso da palavra.

*O Sr. Cristovam Buarque, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Heráclito Fortes.*

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes. PFL – PI) – No momento em que registro a presença, neste ple-

nário, do vice-Governador eleito do Distrito Federal, Senador Paulo Octávio, a quem parabenoza pela extraordinária vitória obtida ontem, passo a palavra, com muito prazer, a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Cristovam Buarque.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, amigo e Senador Paulo Octávio, vice-Governador do Distrito Federal, fiz questão de me inscrever como primeiro orador nesta volta, depois do período das eleições, para falar ao povo brasileiro, aos meus colegas. Nesses três últimos meses, estive fora desta tribuna. Fiz questão de não vir a esta tribuna, apesar de as sessões continuarem, porque estava em uma grande luta, uma luta que muito me honrou. Honrou-me, em primeiro lugar, porque fui o primeiro candidato do PDT depois de Leonel Brizola. Substituí-lo é algo que honra profundamente qualquer pessoa. A mim especialmente, porque comecei a ouvir falar dele ainda muito jovem, em Pernambuco, durante o período em que ele lutava pela legalidade. Depois, acompanhei-o firmemente na disputa presidencial em 1989. Acompanhei toda a sua vida de luta, como político de duas grandes bandeiras: a soberania nacional e a educação de nosso povo.

Essa honra pelo privilégio que me foi oferecido pelo meu Partido, o PDT devo especialmente ao meu Presidente, Carlos Luppi; ao Secretário-Geral, Manoel Dias; a cada um dos militantes que discutiram conosco durante meses se deveríamos ou não ter candidato. Depois, se seria meu o nome. Tenho um débito com toda essa gente que apostou em que deveríamos ter um candidato e que me escolheu, cada um desses militantes que tiveram essa participação. Tenho um débito muito grande também com uma figura histórica deste País, o Senador Jefferson Péres, que aceitou ser o vice na minha chapa. Eu disse muitas vezes, e repito, que Jefferson Péres era um vice do qual eu gostaria de ser o vice. Este é que é um bom vice: aquele que nos orgulha se o vice fôssemos nós e ele, o cabeça da chapa.

Mas tenho gratidão, sobretudo, aos mais de 2,5 milhões de eleitores que ontem saíram de casa para votar no meu nome, no meu número. Essas pessoas não saíram apenas para votar em um nome e em um número. Posso dizer, com orgulho, que essas pessoas saíram para votar em uma causa, em uma causa de que, durante esses meses todos, fui o portador. Poderia ter sido qualquer outro escolhido pelo meu Partido, mas o destino fez com que fosse eu o portador dessa causa, a causa que, podemos dizer, tem duas partes intimamente ligadas.

A primeira é a idéia de que não há saída para o Brasil a não ser por meio de um processo muito mais

radical do que os pequenos ajustes que costumam ser propostos pelos políticos que disputam eleições.

Defendi, em nome dessa militância do meu Partido e em nome, antecipadamente, desses 2,5 milhões de pessoas, a palavra revolução.

Defendi a idéia de que o Brasil precisa fazer uma revolução. E outra coisa imbricada como causa, junto a essa revolução, é a idéia de que essa revolução pode ser feita de maneira pacífica, tranqüila, docemente, através da educação.

Não temos saída para fazer o Brasil dar um salto adiante a não ser que tomemos a decisão, adiada há décadas e décadas – e posso dizer até há séculos – de derrubarmos dois muros que amarram o Brasil. O primeiro é esse muro infame da desigualdade com que já nos acostumamos como se fosse algo normal como esses cheiros ruins com que, de tanto viver ao lado, terminamos nos acostumando. O Brasil é um País que insiste em ter como sua característica fundamental a desigualdade. Desigualdade essa que surgiu no nascimento do Brasil separando aqueles que vieram da Europa dos índios que aqui estavam, numa separação brutal que se manifestava não apenas pelo lado religioso, racial, cultural, mas também, e sobretudo, pelo desprezo e pela maldade com que nossos índios foram tratados.

A desigualdade surgiu com esse muro que separou durante 400 anos os negros e os brancos, os escravos e os homens e mulheres livres deste País. Foram 400 anos de brutal perversidade de um País construído graças ao repetido seqüestro de africanos trazidos para o Brasil para trabalhar e produzir, a fim de beneficiar uma minoria. As estatísticas dizem que, para cada duas toneladas produzidas no Brasil, um negro africano morria, seja no trajeto até aqui, seja durante o trabalho brutal a que era submetido. Essa desigualdade não parou depois da abolição da escravatura. Embora não com a mesma explicitação do período em que separava brancos e negros, ela continuou separando os excluídos e os incluídos na modernidade. Continuou no País que fez uma República sem esquecer de construí-la, porque a República continuou com uma classe nobre separada de uma plebe. Todos podiam votar para escolher o presidente, mas estavam separados pelo analfabetismo de uns diante dos doutorados de outros; do consumo elevado de uns diante da miséria dos outros. Estavam separados até mesmo pela esperança de vida, para uns muito maior desde o nascimento, pois alguns tinham acesso aos recursos necessários à melhor qualidade de vida e outros, não. O Brasil continua um País dividido, tão brutalmente dividido como o foi durante o período colonial entre europeus e índios, entre brancos e negros.

E agora continua dividido entre pobres e ricos, entre incluídos e excluídos.

Essa desigualdade não vai desaparecer conforme as promessas feitas ao longo de todos estes anos. Prometemos a abolição; prometemos a República; prometemos o crescimento econômico, mas a desigualdade insiste em continuar dividindo o nosso País com um muro separando ricos e pobres.

Só uma revolução pode derrubar esse muro. Durante anos, prometemos mudança dizendo que essa revolução era o desenvolvimento, era o crescimento. E a renda cresceu, a riqueza aumentou e se concentrou. E, da mesma maneira de antes, continuamos com dois brasis separados, brutalmente separados. Prometemos que a riqueza chegaria a todos; e ela não chega, nem chegará, pelos mecanismos puramente econômicos.

Da mesma maneira, desde sempre, sonhamos em nos tornar uma Nação desenvolvida nos padrões dos Países ricos. Prometemos o crescimento e dissemos que iríamos chegar lá graças à economia. E não chegamos. Ao contrário, apesar de todo o sucesso do nosso crescimento, da nossa economia, o que nós vemos é um País cada vez mais distante dos Países que se desenvolvem.

Foram esses dois impedimentos ao futuro brilhante do meu País que me levaram a disputar a eleição presidencial. Foi o sonho de derrubar dois muros: o sonho de derrubar o muro da desigualdade e o sonho de derrubar o muro do atraso, e fazer o Brasil transformar-se em um País desenvolvido de modo que todo o povo brasileiro seja unificado.

Mas não foi só isso que me fez ir a essa disputa. O que mais me motivou foi o fato de ter uma bandeira alternativa para realizar a derrubada desse muro. O meio de que dispomos para derrubar o muro da desigualdade e o muro do atraso consiste na radical mudança do quadro educacional brasileiro. Algo que parece tão óbvio ainda é considerado subversivo no Brasil de hoje, porque a mentalidade que temos é a de que a economia leva à igualdade, de que o crescimento da riqueza reduz a pobreza e de que um País com alta renda **per capita** se transforma automaticamente em um País desenvolvido. Essa é uma ilusão que temos.

O sentimento profundo de que tudo isso é uma ilusão fez-me, um dia, deixar a cadeira de professor e transformar-me em um político e, agora, aceitar o desafio de disputar a Presidência da República.

Hoje está claro para mim, pelo menos – e isso tentei passar –, que aquela desigualdade que existia antes pelo fato de uns terem capital e outros terem trabalho apenas, aquela desigualdade que existia entre o

patrão e o trabalhador não ocorre mais pela propriedade – uns, com capital e outros, com as mãos.

Hoje quando olhamos a desigualdade, podemos perceber que ela vem da falta de conhecimento de uns e de outros. Aquilo que se chamava de mais-valia, que era a exploração que o capitalista exercia sobre o trabalhador, pagando-lhe um baixo salário hoje não é uma mais-valia por conta de uns serem donos do capital e outros só terem as mãos para trabalhar.

Hoje o que faz a desigualdade é o fato de uns terem acesso ao conhecimento, e outros não. A quebra da desigualdade não virá pelos salários, mas pela oportunidade igual para todos. É essa que vai fazer com que a renda se distribua, mas essa oportunidade igual não virá a não ser dos bancos das escolas.

Houve um tempo em que nordestinos como eu tomavam um pau-de-arara, chegavam a São Paulo, encontravam um emprego mesmo que tivessem apenas o curso primário incompleto, e graças a isso poderia até ascender. Isso não vai mais existir. Hoje aquele que chega a qualquer mercado de trabalho sem uma razoável formação pessoal, sem uma base educacional, sem uma qualificação profissional, vai ficar excluído, vai ficar desempregado ou ter empregos com baixíssimos salários.

Hoje a porta de entrada no mundo moderno é a escola. A porta de entrada não é o emprego em uma fábrica; é a passagem pelo banco da escola que vai proporcionar ao cidadão emprego em algum setor da economia. É a escola que carrega a possibilidade de construir a igualdade, ou pelo menos de quebrar a desigualdade, de garantir oportunidades iguais. Ao mesmo tempo, se a escola garante oportunidades iguais aos indivíduos brasileiros, a educação de todo o povo é que vai permitir criar um conhecimento superior na ciência e na tecnologia, graças ao qual o Brasil será um País desenvolvido.

Por isso caminhei este País inteiro. Por isso atravessei este País. Por isso carreguei, com uma dificuldade muito grande para mim e para a minha família – minha esposa Gladys está aqui presente –, todas as dificuldades de uma campanha presidencial. Mas fiz isso sem nenhum sofrimento; carreguei tudo como se a minha energia fosse infinita; carreguei como se vivesse uma lua-de-mel com o meu País. Este País que passei 40 anos estudando – e que vou continuar estudando-o, porque ainda não aprendi o suficiente –, mas com o qual o casamento se manifestou de fato na disputa presidencial.

Penso, meu caro – se me permite chamá-lo assim, sem as excelências todas – Paulo Octávio, que só há duas maneiras de amarmos realmente o País: como soldado numa guerra ou como candidato a presidente

da República. Como soldado numa guerra, felizmente, não está diante de nós essa chance. Tive o privilégio de ser candidato a presidente.

Não tive tempo ainda de ir atrás dos livros de História, embora o tempo todo esse número esteja desafiando a minha cabeça, mas calculo que não deva ter chegado a 70 ou 80 o número de candidatos a presidente nas, se não me engano, 17 eleições presidenciais dos períodos democráticos no Brasil. É um privilégio muito grande.

E é um privilégio muito grande poder não apenas estudar, mas querer dar resposta; não apenas dar resposta, mas querer vender essa resposta aos brasileiros, sabendo que 125 milhões estavam me ouvindo nas entrevistas, nos programas eleitorais, nos debates com outros candidatos, para saber se havia aí a semente de uma árvore que pudéssemos construir neste País. É um desafio do qual eu gostaria que todos pudessem usufruir.

Chego ao final sem nenhuma frustração, nem a frustração de ter tido uma votação muito inferior àquela que qualquer candidato deseja, mesmo aquele que não tem ilusões de que poderia ganhar naquele momento. Não tenho uma única frustração. Entendo perfeitamente por que a grande maioria dos eleitores não optou por esse caminho, apesar de minha convicção de que é o caminho certo. É natural porque se trata de uma proposta subversiva; uma proposta subversiva diante de uma mentalidade que põe o caminho da igualdade e do progresso nas mãos da economia. E ninguém pode ter votações grandes se traz propostas subversivas.

Além disso, acostumamo-nos, nos últimos 20 ou 30 anos, a perder a dimensão da transformação que Juscelino trouxe quando conseguiu passar para este País a palavra industrialização quando éramos uma Nação agrícola, exportadora. Chegou esse candidato e conseguiu seduzir, com a sua subversão, a opinião pública para o projeto de industrialização. Mas ali estava maduro, além de haver uma figura com o carisma de Juscelino.

A educação ainda não foi suficientemente absorvida por falta de amadurecimento nosso – não me excluo – e também porque, é óbvio, faltou o carisma de um Juscelino ou de outros grandes líderes. Isso não me inibe e nem me constrange. É apenas para usar uma retórica.

Cumpri o meu papel: trouxe a palavra revolução de volta para o dicionário da política na disputa do dia-a-dia, quando ela estava jogada nos dicionários da História. Mas trouxe algo mais: a idéia de que é possível uma revolução diferente, aquilo que chamei de uma “doce revolução”. Uma revolução que, em vez de fuzis, usa lápis; em vez de trincheiras, usa escola; em vez

de guerrilheiros, usa professores; em vez de divulgar preconceitos, ideologias, tenta divulgar conhecimento. É uma doce revolução, sobretudo porque, em vez de classes, de proletariado, de campesinato, põe a categoria “infância” como vetor do progresso.

Rompemos com a idéia de classes e luta de classes e passamos a ter a disputa e a luta entre quem tem e quem não tem conhecimento. Saímos da categoria de classe como instrumento da revolução e colocamos, como portadores de progresso, aquilo que, óbvio, é o portador de progresso: a infância. Tiramos a idéia de que revolução é algo azedo e colocamos a idéia de que a revolução pode ser algo doce.

Essa foi, de maneira muito curta, a idéia e o resumo da causa de haver a campanha e a causa da campanha. A causa da campanha é a educação e a revolução por ela. E a causa de haver a campanha é a necessidade de se quebrar o vazio do debate que temos visto ultimamente. O debate entre taxa de emprego e taxa de crescimento e não taxa de escolarização, que é o verdadeiro motor da liberdade; o debate de quantas cadeias a mais serão construídas e não o de quantas cadeias poderemos derrubar daqui a 20 anos; o debate de que o problema do Brasil está na taxa de juros alta e não na baixa taxa de crianças concluindo o ensino médio.

Essa, Senador Paulo Octávio – que está me pedindo um aparte –, foi a razão que me levou a essa grande, bela, bonita aventura. Aventura no sentido positivo, de algo difícil de ser feito e que me deu um prazer, Presidente Heráclito Fortes, que, confesso, não imaginava diante de tantas dificuldades.

Antes de concluir, quero passar a palavra ao nosso Vice-Governador eleito, Senador Paulo Octávio.

**O Sr. Paulo Octávio (PFL – DF)** – Senador Cristovam, manifesto o meu contentamento em ouvir o seu pronunciamento. Imagino que V.Ex<sup>a</sup> nem teve tempo para descansar dessa campanha tão bonita que fez, percorrendo todo o Brasil. Essa campanha foi anunciada há seis meses, quando, aqui no Senado, em conversa que tivemos, o amigo manifestou a vontade de pregar a educação em nosso País, tema muitas vezes esquecido. Pude observar que, em sua campanha, percorrendo o Brasil de ponta a ponta, com muita competência, soube levar a todos os brasileiros essa mensagem. Pode ter a certeza, Senador, V. Ex<sup>a</sup> que representa tão bem Brasília, de que não pregou no deserto, não pregou em vão. Muitas vezes, a sociedade demora a acordar para temas importantes. Educação é prioridade. Hoje, 50 anos depois que JK pisou em Brasília pela primeira vez, exatamente em 2 de outubro de 1956, é bom ver que Brasília já deu o seu primeiro candidato a Presidente da República. É de Brasília um

candidato a Presidente do Brasil e é, pela primeira vez, que temos um brasileiro se candidatando a Presidente do Brasil. Quero cumprimentá-lo, como brasileiro, como seu colega de Senado, e dizer que cumpriu um papel muito importante nessa eleição, um papel que jamais será esquecido pelo povo brasileiro, pelas suas mensagens e, ainda mais, pela mensagem prioritária que, por sinal, vai ser prioridade no Governo que pretendemos implementar em Brasília a partir do ano que vem: educação. Educação tem de ser prioridade em todos os Governos neste País. V. Ex<sup>a</sup> soube levar essa mensagem com muita dignidade e muita competência. Parabéns pela campanha limpa e correta de troca de idéias. V. Ex<sup>a</sup> orgulhou Brasília e o Brasil.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) –**  
Obrigado, Senador.

Sr. Presidente, não tomarei muito mais tempo. Falei até aqui do passado e falarei algumas poucas palavras sobre o futuro. Vou me dirigir, muito especialmente, a esses pouco mais de 2,5 milhões de brasileiros que saíram de casa ontem para votar no 12, na proposta de uma doce revolução pela educação.

Quero dizer a cada um de vocês que, a partir de hoje, a campanha que fizemos tem de se transformar em um movimento. Fiz questão de ser o primeiro a falar aqui, de estar hoje, cedinho, me inscrevendo, porque não queria deixar passar nem um minuto dessa beleza da campanha para falar da beleza do movimento.

Eu quero convocar vocês que porque ontem foi uma data definida pelo Tribunal Superior Eleitoral. Aquela fizeram esse voto, ao mesmo tempo em que agradeço a confiança, para não pararmos apenas foi uma data eleitoral. A nossa campanha é política, é muito mais do que eleitoral. A nossa campanha é por algo tão novo que não se esgota no dia de eleição. Chegou a hora de transformarmos a campanha eleitoral em um movimento político, social e ideológico, um movimento radicacionista da educação, um movimento abolicionista da educação, um movimento educacionista, como houve o movimento abolicionista.

Mas lembrem-se de que, naquela época, o movimento abolicionista contra a escravidão se chocava com pessoas que defendiam a abolição disfarçada, incompleta. Uns defendiam a extinção do tráfico de escravos, mas não queriam abolir a escravidão. Outros defendiam o ventre livre, mas não queriam abolir a escravidão. Outros ainda afirmavam que alguém com mais de 60 anos não deveria ser mais escravo, mas não desejavam a abolição.

Foi preciso surgir um grupo de loucos que disse: “Não bastam pequenas medidas corretivas de uma maldade; é preciso erradicar a maldade.” Precisamos dar esse salto. Não bastam pequenos gestos educa-

tivos; é necessária uma revolução na educação. Não basta aumentar um pouco os recursos para a educação, ou até aumentá-los muito, se não completarmos o projeto educacionista, que vai muito além de dinheiro. Ele exige que haja uma mudança de mentalidade no Brasil inteiro e que façamos educação não como um serviço a mais – como água, esgoto, estrada, energia. Não é só isso. Trata-se da educação como centro, eixo, vetor, motor do progresso, quase fazendo com que aquele lema “Ordem e Progresso” se transforme no lema “Educação é Progresso”. Basta alterar três ou quatro letras, mas muda tudo, se entendermos que educação é progresso, como já entendemos há algum tempo que indústria e exportação eram progresso. Não são. São necessários.

É preciso exportar e produzir mais, mas o que transforma, o que muda é uma revolução pela educação.

De certa maneira, peço desculpas por termos tido apenas 2,5 milhões de eleitores. Eu gostaria de ter tido o tempo e a competência – não era possível que a dedicação fosse maior, mas o tempo, sim, poderia ter sido maior – para ter chegado a um número muito maior, mas não chegamos. Peço desculpas a vocês por não ter conseguido que fôssemos mais de 2,5 milhões.

No entanto, apelo a vocês para que não sejam apenas eleitores, mas que sejam adeptos de uma causa. Não sejam eleitores de um candidato, pois o candidato passa e virá outro. Sejam adeptos de uma causa e exijam dos próximos candidatos – inclusive dos dois que vão disputar agora o segundo turno – que levem adiante a necessidade de derrubarmos os dois muros que amarram o progresso do Brasil: o muro da desigualdade interna e o muro do atraso em relação ao exterior.

Exijam vocês, os 2,5 milhões de adeptos, que o Brasil não volte mais ao tempo em que a educação era um mero coadjuvante do processo, algo que o governante tem obrigação de fazer e não algo que o País precisa que seja feito.

Nós, eleitores dessa causa, vamos nos transformar em adeptos dessa causa. Vamos fazer com que cada um de nós, os 2,5 milhões, sejamos portadores de uma bandeira. Vamos transformar cada comitê eleitoral em um ponto de luta pelo educacionismo no Brasil.

Vamos fazer com que não seja tão importante o nome dos candidatos a Presidente daqui para frente, mas que seja importante, sim, que esses candidatos não se contentem em apenas administrar, mas que queiram transformar o País. Que eles não se contentem apenas em tirar as minas que estão no terreno

por onde caminha a história do Brasil. Temos que desarmar essas minas. E o meu programa de Governo dizia como desarmar cada uma delas.

Todavia, o que basta não é apenas caminhar no terreno da História, mas também construir uma Nação diferente, uma Nação sem desigualdade interna e sem atraso para o exterior. Isso é possível, como eu disse no meu **slogan** de campanha. Isso não custa muito, porém exige grande mudança cultural em relação à maneira como a política é feita.

Posso dizer hoje que tentei. Podem dizer que não tive muitos votos. Podem dizer que não tive qualquer outra das razões necessárias para fazer com que essa idéia se transformasse em uma idéia hegemônica no Brasil inteiro. Entretanto, ninguém vai poder dizer que não tentei, que não usei a minha energia permanente, durante esses meses todos, para trazer um discurso novo ao meu País. Um discurso revolucionário na concepção do que é o progresso e de qual é o instrumento do progresso. Um discurso duplamente subversivo. Subversivo do ponto de vista cultural, porque exige mudança de postura da economia para a educação; subversivo porque é mister manejar o orçamento público brasileiro para destinar mais recursos à educação e subversivo porque exige que cada um de nós, professores, assumam o papel importante que temos e, se somos importantes, temos que ser muito, muito, e muito responsáveis com aquilo que fazemos.

Concluo, Sr. Presidente, agradecendo-lhe todo o tempo que me foi dispensado. Estou falando numa segunda-feira pós-eleitoral e quero que, nesta Casa, fique como minha marca que eu tentei e que, quando fui chamado, não fraquejei, não titubeei. Fiz atos que exigiram de mim grande esforço – e não vou omitir – e coragem, como o de sair de um Partido no qual tinha militado toda a minha vida de político, que, aliás, é uma vida muito curta. Fui eleito pela primeira vez já com 50 anos de idade. Foi uma coragem que excedeu o que eu imaginava ser capaz. Depois, coragem para aceitar o desafio de uma candidatura a presidente, chegando tarde no processo eleitoral, porque o terreno já estava dividido, polarizado entre duas candidaturas e mais uma. E sabia da dificuldade de penetrar num terreno dividido.

Quando começamos uma campanha no início, junto com os outros candidatos, saímos atrás de eleitores. Mas, quando começamos depois, temos de tomar eleitores dos outros, o que é muito mais difícil. E num Partido que me recebeu com tanto carinho, mas que ainda não é um Partido grande que se espalha pelo País inteiro. Eu sabia das dificuldades de uma bandeira diferente daquelas que hoje dominam o imaginário

brasileiro, que é a corrupção, a violência e o desemprego, e eu trazia uma coisa diferente.

Mas, talvez até por essas dificuldades, posso dizer ao povo brasileiro que tentei e que vou continuar tentando, porque, a partir disso que comecei, não há mais caminho de volta. A minha vida – não tem mais jeito – terá que ser dedicada a essa causa, a essa doce revolução por intermédio da infância, dos brasileiros e brasileiras pequeninhos e pequeninhas.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela paciência. E, a partir de hoje, já estou de volta, plenamente, a esta Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Senador Cristovam Buarque, a Presidência afirma a V. Ex<sup>a</sup> que essa liberalidade é uma homenagem a toda essa sua luta e toda caminhada percorrida nesse período eleitoral em que V. Ex<sup>a</sup> lançou uma cruzada. Evidentemente que, por não alcançar, por não colher frutos nas urnas, não significa que não plantou. Plantou e plantou bem tratado! E isto será só questão de tempo: V. Ex<sup>a</sup> colherá, para a alegria e para a vitória do Brasil.

Registro a presença da esposa do Senador, Dona Gladys, que está aqui lhe acompanhando e se solidarizando com a sua luta. E parabênzo, mais uma vez, V. Ex<sup>a</sup> pela coragem de, segundo alguns, assumir uma bandeira monocórdia, mas que é profícua.

Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup> pela lição que deu para eles.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Paulo Octávio.

**O SR. PAULO OCTÁVIO** (PFL – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Senador Heráclito Fortes, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, hoje, dois de outubro, acabamos de viver uma data histórica neste País, quando tivemos uma eleição geral, uma eleição com a participação de mais de cem milhões de brasileiros que foram às urnas e votaram, eleição transcorrida de uma forma democrática, normal.

Quero cumprimentar o nosso Partido, Senador Heráclito Fortes, o PFL, que fez um trabalho bonito, simplificando essa eleição. Foi no PFL que nasceram as mudanças eleitorais que reduziram as despesas de campanha, os showmícios, a distribuição de brindes, de camisetas. Enfim, soubemos fazer uma eleição mais justa, e esta eleição, sem dúvida, foi muito mais limpa, mais justa e mais correta do que as anteriores. Cumprimento o presidente nacional do nosso Partido, o Senador Jorge Bornhausen, que foi um dos responsáveis por essa diminuição dos gastos de campanha aprovada aqui no Senado Federal.

Hoje, dia 2 de outubro, também é uma data muito especial. Existe uma frase, lida a quem visita o Palácio da Alvorada, que diz:

Deste planalto central, desta solidão que em breve se transformará em cérebro das altas decisões nacionais, lanço os olhos mais uma vez sobre o amanhã do meu país e antevejo esta alvorada com fé inquebrantável e uma confiança sem limites no seu grande destino.

Trata-se de um trecho do texto escrito por Juscelino Kubitschek no Livro de Ouro de Brasília no dia 2 de outubro de 1956, em sua primeira visita ao local onde Brasília seria construída. A frase está afixada no Palácio da Alvorada e no Museu da Cidade. Isso foi há exatamente cinquenta anos, no dia 2 de outubro de 1956.

O tempo passa e nós, a cada dia, constatamos a importância do Presidente Juscelino, não só na construção de Brasília, mas na democratização, na liberdade do País e principalmente na capacidade de elaborar um projeto, um plano de metas, que foi respeitado do começo ao fim.

Na semana passada, estive aqui no Senado, com vários pronunciamentos, lembrando a necessidade de o Brasil ter um segundo turno. Parece, Senador Hércílio, que fomos atendidos. O Brasil, os brasileiros concedem ao País a possibilidade de uma disputa eleitoral em segundo turno, entre Geraldo Alckmin e o Presidente Lula.

O Brasil precisa deste debate, que será fundamental para esclarecer pontos duvidosos, pontos que precisam ser esclarecidos. E nada melhor que um debate transparente, claro, límpido, que certamente vai ocorrer nesse segundo turno eleitoral. O País viverá um momento bonito de democracia, um momento bonito de reflexão sobre o futuro que queremos.

Era exatamente isso que pregávamos aqui na semana passada.

Naqueles momentos ninguém acreditava que teríamos segundo turno. Mas eis que, de repente, o povo brasileiro, com a sabedoria que tem, leva a campanha presidencial ao segundo turno, e teremos a possibilidade de acompanhar um embate muito importante para o melhor esclarecimento das duas propostas de governo. O Brasil tem que escolher o seu caminho de futuro e vai escolhê-lo no debate desta campanha presidencial, o debate entre a proposta de Lula e a proposta de Geraldo Alckmin.

Quero, também, aproveitar para dizer que tivemos, aqui em Brasília, uma vitória bonita do nosso Partido, o PFL, uma vitória no primeiro turno, com a candidatura

vitoriosa do Deputado José Roberto Arruda, conseguindo mais de 50% dos votos dos brasilienses.

Aproveito para, desta tribuna, neste momento, agradecer a todos que confiaram seus votos, que depositaram a sua confiança na nossa chapa.

É um momento importante para Brasília, que caminha também para o seu cinquentenário de inauguração. Isso ocorrerá justamente em 21 de abril de 2010. Temos que ter a sabedoria, a inteligência e a força de vontade para transformar esta cidade e prepará-la para o seu grande salto, para o seu grande desafio: adequar Brasília – esta cidade que foi construída, com tanto sacrifício, por todos os brasileiros, que vieram de todos os cantos nessa missão de dar ao Brasil uma nova capital –, prepará-la para completar seus cinquenta anos e, logicamente, para ter um governo com uma proposta bem elaborada, um plano de metas, o qual fiz questão também, na última semana, de entregar aqui para que fique constando nos Anais do Senado Federal.

Por sinal, fomos o único candidato que teve esse privilégio de poder entregar, com antecipação, ao Senado Federal o seu plano de trabalho, o plano de metas para o futuro.

Entendo que, daqui para frente, cada vez mais, a sociedade brasileira vai querer discutir idéias, propostas, projetos. Entendo que os partidos devem preocupar-se muito com isso, até porque, durante algum tempo, o Brasil discutia nomes, discutia um debate muitas vezes personalista. De agora em diante, cada vez mais vamos discutir idéias, projetos, propostas, como acabou de muito bem colocar o Senador Cristovam Buarque, ele que tem uma proposta determinante para o futuro da educação brasileira. Discutir idéias é o que queremos para o futuro.

Hoje também, aqui em Brasília, temos um evento muito importante que é o tombamento da velha casa de fazenda do Gama, a qual foi recuperada depois de décadas de abandono e espera. Daqui a pouco, às 15 horas, teremos uma solenidade oficial de entrega do decreto de tombamento do Brasília Country Club, com a presença do médico pioneiro – esse sim, uma figura importantíssima na cidade – Dr. Ernesto Silva e de D. Zenaide, que foram testemunhas da visita de Juscelino ao Planalto Central cinquenta anos atrás. A casa serviu de alojamento para os primeiros operários que chegaram à região e de apoio para a pista de pouso que foi aberta ao lado.

É História, e o **Correio Braziliense** registra com muita competência essa data: 02 de outubro de 1956. Cinquenta anos depois, aqui estamos neste salão azul do Senado Federal, respirando liberdade e democra-



cia. A cada dia, enche-nos mais de orgulho viver neste País abençoado que é o Brasil.

Eu gostaria de aqui fazer minhas as palavras do Senador Heráclito Fortes, quando S. Ex<sup>a</sup> pede que sejam enviados a todas as famílias dos passageiros da Gol votos de condolências, de pêsames, a todas essas famílias. Mais de 150 famílias estão envolvidas nesse fatídico acidente com o avião da GOL que vinha de Manaus para Brasília.

Quero dizer a todos que hoje tive a oportunidade de fazer uma visita ao Sr. Neném Constantino e falei também com o Sr. Júnior Constantino – uma família de Brasília –, eles que fazem parte da diretoria da GOL, essa companhia que tem prestado um trabalho enorme ao País e que tem tido, nesse momento, uma postura transparente, clara, corajosa. Eles não se furtaram às entrevistas, não se furtaram a ajudar as famílias e querem realmente resolver a questão da forma menos dolorosa para as famílias.

Entendo que o que aconteceu merece uma reflexão muito grande por parte da Agência Nacional de Aviação Civil, bem como do Cindacta, porque, num espaço aéreo tão grandioso como o do Brasil, num espaço aéreo sem tanto tráfego como o é na região do Cachimbo, é inexplicável uma colisão entre dois aviões. Houve um erro e temos que saber efetivamente quem errou, se foi a torre de controle de Manaus, se foi a torre de controle de Brasília. Como se dá a mesma altitude para dois aviões em rotas convergentes?

Entendo que temos de saber exatamente o que houve e por que chegamos a um momento de tanta tristeza no Brasil, com o maior acidente de tráfego aéreo do nosso País. É importante um esclarecimento até para a segurança de milhares de pessoas que entram nos aviões todos os dias, até porque no Brasil não se tem, efetivamente, outro tipo de transporte. Já que não temos ferrovias e nossas rodovias estão dilaceradas, o transporte aéreo num país continental como o nosso é fundamental. Por isso, a Agência Nacional de Aviação Civil, cuja criação foi aprovada nesta Casa, tem um papel importantíssimo para o esclarecimento, descobrindo quem errou e punindo, mostrando, efetivamente, que está atendida na solução dos problemas brasileiros. Essa é uma questão grave, que não pode ser escondida.

A mesma transparência que está tendo a direção da Gol no atendimento à imprensa, às famílias, mostrando a vontade de solucionar o problema é importante que as autoridades também a tenham para, rapidamente, esclarecer o que aconteceu e como foi possível dois aviões se chocarem em pleno ar numa região com tão pouco tráfego aéreo.

Quero dizer também que tenho certeza de que o PFL de Brasília deu sua contribuição para a festa da democracia que vivemos. Aqui, tivemos a oportunidade de fazer uma união até então desconhecida no Brasil, quando dois candidatos com percentuais de votos semelhantes procuram fazer uma união numa indicação de candidato a governo e vice, dentro do mesmo Partido, uma união por muito tempo questionada, uma união que muitos acreditavam ser impossível. Hoje, posso subir à tribuna e dizer, como Presidente do Partido da Frente Liberal em Brasília, que a união foi vitoriosa. Foi graças a esse esforço, a esse trabalho, a essa dedicação, a esse desprendimento que nós conseguimos chegar à vitória no primeiro turno. Foi uma vitória sem a máquina administrativa do Governo estadual, que estava contrária à nossa candidatura, sem a máquina administrativa do Governo Federal, que também estava contrária à nossa candidatura, sem o apoio das grandes lideranças da cidade. Foi, enfim, uma campanha baseada só no trabalho, em propostas, em projetos, em diálogo com a sociedade, uma campanha vitoriosa graças ao esforço político de entender a necessidade da população brasileira.

Nesses últimos anos, percorremos todas as ruas, todas as quadras, andamos por todas as cidades, discutimos com todos os segmentos sociais e com todos os segmentos econômicos as necessidades do futuro. Lançamos, como eu disse há pouco, um projeto, um plano de metas que foi entregue aqui para os Anais do Senado que – isto é que é importante – queremos respeitar, que queremos cumprir na sua integralidade. Assim deve ser o dirigente do futuro, assim deve ser o político amadurecido para os novos tempos que o Brasil tanto requer. O Brasil exige, cada vez mais, do administrador público eficiência, competência, honestidade. Entendo que é isso que a população quer.

Quero deixar bem claro que vamos fazer um Governo voltado aos mais carentes, aos mais necessitados. O Governo deve voltar seus olhos a uma parcela da sociedade hoje marginalizada. No caso de Brasília, apesar de termos aqui bons indicadores sociais e econômicos, temos também um nível de desemprego muito alto. Chegamos a ultrapassar duzentos mil brasileiros desempregados, fora os desempregados que vivem nas regiões do Entorno da cidade.

Temos, então, uma situação dramática numa cidade jovem, que não tem indústrias, que não foi vocacionada para ser um grande centro empresarial e industrial, mas que superou as expectativas iniciais e hoje é uma referência na região Centro-Oeste. Eu

diria que Brasília é a capital da região Centro-Oeste e é uma cidade que cumpre muito bem não só o seu papel de capital de todos os brasileiros, de capital administrativa do País, como também de uma capital indutora do desenvolvimento de toda a região Centro-Oeste, que abriga brasileiros de todos os cantos. Aqui, temos uma miscigenação muito interessante, com a união de nordestinos, sulistas, cariocas, mineiros. Esta é a sociedade brasiliense, que representa muito bem o Brasil.

Tivemos, em Brasília, na eleição presidencial, a vitória de Geraldo Alckmin, bem à frente, com 44% dos votos válidos. É uma vitória expressiva, graças ao trabalho do PSDB, do PFL e de parte do PMDB que apóia o candidato Geraldo Alckmin. Tenho certeza de que agora, no segundo turno, vamos intensificar esse trabalho e que, sem dúvida, poderemos dar a Alckmin uma vitória mais ainda forte nesta cidade.

Sr. Presidente, quero agradecer a cada um dos brasilienses. Tivemos 663 mil votos. É a maior votação para o Governo de Brasília, histórica. Tivemos a oportunidade muito rica de obter a vitória no primeiro turno.

Quero dar um abraço no Deputado José Roberto Arruda, novo Governador de Brasília, nosso amigo, e também em todos os Deputados Federais, principalmente no Deputado Fraga e no Bispo Rodovalho, que assumem a partir do ano que vem, eleitos pelo PFL.

Quero cumprimentar também o Deputado Augusto Carvalho, do PPS, também coligado conosco. Que dar um abraço em cada um dos Deputados Distritais eleitos pelos Partidos coligados pela nossa união por Brasília. Nossa coligação tinha o nome "Amor por Brasília" e foi uma coligação vitoriosa: chegamos a fazer 11 dos 24 Deputados Distritais e 3 dos Deputados Federais.

Pelo trabalho que tivemos, pelo prazer de termos percorrido todas as ruas da cidade, de termos travado o bom combate, o bom debate, o debate construtivo, quero cumprimentar toda a nossa equipe, todas as pessoas que trabalharam por essa vitória.

Logicamente, ao terminar minhas palavras, quero agradecer e dedicar este pronunciamento, no dia em que Brasília completa 50 anos da chegada de JK às terras do cerrado, a todos os brasilienses que nos honraram com seus votos. Saberemos respeitar, saberemos dignificar essa votação tão expressiva que obtivemos. Saberemos corresponder à expectativa do povo de Brasília.

Meus cumprimentos ao meu querido Senador Geraldo Mesquita, que preside a sessão. Meus cumprimentos a todos os Senadores e muito obrigado,

Brasília, pela confiança que foi no PFL e em nós depositada.

*Durante o discurso do Sr. Paulo Octávio, o Sr. Heráclito Fortes, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Roberto Saturnino.*

*Durante o discurso do Sr. Paulo Octávio, o Sr. Roberto Saturnino, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Geraldo Mesquita Júnior.*

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Meus cumprimentos a V. Ex<sup>a</sup>, que os merece, pela eleição, pelo resultado colhido e pelo grande Senador que é.

Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Saturnino.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, nesta segunda-feira pós-eleições, cabem alguns comentários. É impossível deixar de fazer alguns comentários, ainda que breves, ainda que, de certa forma provisórios, na medida em que o debate sobre a eleição vai se desenvolver nos próximos dias, nas próximas semanas, até a realização do segundo turno.

Fica patente, fica evidente que a democracia brasileira, que muito custou a ser implantada e criar raízes na vida política nacional deste País junto à população, finalmente se consolidou. Uma das maiores democracias do mundo: cento e vinte e cinco milhões de eleitores foram às urnas, votando num sistema eletrônico, moderno, que foi capaz de mostrar à Nação o resultado da eleição até o fim do mesmo dia. Isto é, realmente, motivo de orgulho para os brasileiros democratas, motivo de orgulho para todos aqueles que sabem da importância da democracia como um valor em si mesmo, como o único sistema capaz de refletir, de dar legitimidade a um governo e refletir a vontade nacional.

Entretanto, Sr. Presidente, o Brasil é um País dividido. Tenho tido oportunidade de usar esta tribuna tantas vezes para ressaltar essa característica muito deprimente, negativa da nossa sociedade: a desigualdade no Brasil entre ricos e pobres, entre regiões ricas e regiões pobres. O Brasil é campeão mundial dessas desigualdades, para vergonha e para aflição nossa, à medida que achamos sempre que esse quadro de desigualdades é insustentável em longo prazo. Chega um momento em que há manifestações de inconformidade com esse quadro, que estão presentes, por exemplo, na recusa de cidadãos brasileiros de seguir a pauta da lei, buscando a sua realização pessoal por

meio da criminalidade por não suportarem a injustiça que é flagrante e que nos atinge: atinge todos os brasileiros, atinge a Nação brasileira e atinge sua imagem perante o mundo, é claro.

Sr. Presidente, esta eleição, pela primeira vez, explicitou de forma clara essa divisão, essa desigualdade brasileira. Pela primeira vez, a parte pobre do Brasil não se sujeitou, não se curvou, não se submeteu à pregação das políticas que sempre favorecem a parte rica, apresentadas como as melhores para o povo em geral. Quer dizer, o povo compreendeu que há políticas diferentes, capazes de produzir resultados diferentes em termos de harmonização da situação econômica e social do povo.

É claro que o Presidente Lula, no exercício do seu Governo, levantou, nos brasileiros mais pobres, a certeza de que é possível mudar, desenvolver programas sociais de longo prazo, com eficácia, em termos de distribuição de renda, de oportunidades, de riqueza e até de acesso à Lei, de modo geral.

O resultado, Sr. Presidente, está representado neste mapa publicado na página quatro da edição de **O Globo** de hoje, que mostra, com uma clareza insofismável, a divisão do Brasil. A cor vermelha compreende as Regiões Norte, Nordeste e Sudeste, onde o Presidente Lula ganhou. A cor azul compreende as Regiões Sul e Centro-Oeste, além de São Paulo, onde Geraldo Alckmin ganhou. A exceção foi o Estado de Roraima, que ficou sem explicação. Enfim, deve haver lá razões muito particulares que determinaram essa divergência.

Vou guardar este mapa, pois é antológico. Pela primeira vez, verifica-se que a democracia brasileira foi capaz de explicitar essa desigualdade. É claro que isso é um aspecto preocupante, porque mostra um País dividido.

No México, por exemplo, o resultado da última eleição foi muito semelhante a este mapa do Brasil. Só que, lá, a parte pobre é a sul; e a parte mais rica é o norte. Lá, também houve uma divisão de votos explicitada geograficamente.

É claro que, nas regiões, nos bolsões mais pobres, Lula foi vitorioso; e, nos bolsões mais ricos, Geraldo Alckmin foi vitorioso. Isso é muito importante porque a democracia finalmente emergiu no Brasil, com o povo tomando consciência e coragem de assumir as suas posições sem respeitar as fórmulas que sempre apareceram na mídia, que sempre foram apregoadas pelos cientistas econômicos como sendo as melhores para a maioria.

As políticas implantadas no primeiro mandato do Presidente Lula, que produziram esses resultados, são sempre classificadas de populistas, de forma de-

preciativa – o populismo, o populismo –, quando nada mais são do que políticas voltadas para a distribuição de renda, explicitamente voltadas para a distribuição de renda.

O resultado foi esse que apareceu, que mostrou que a democracia ganhou substância, que democracia não só no que diz respeito ao comparecimento, à realização pacífica, à presteza nos resultados, que não foram contestados absolutamente por ninguém. Tudo isso mostrou um avanço em termos de prática democrática que o Brasil ainda não tinha tido e mostrou também a verdade do País dividido, a verdade das opiniões que se formam num País dividido não só sob o ponto de vista de renda, mas geográfico, porque a pobreza se concentra numa região e a riqueza, em outra.

Foi um resultado antológico e pedagógico, que ensina muito, que explicita a desigualdade e a divisão existentes no Brasil.

É claro que esse haverá de ser tema de debate no segundo turno, que considero muito importante. Sr. Presidente, acho que é importante esse debate. É claro que não vou ser hipócrita a ponto de dizer que preferia o segundo turno. Não. O Presidente Lula é meu candidato, e eu preferia que ele vencesse no primeiro turno, mas reconheço a importância do segundo turno para que se trave esse debate de forma definitiva no Brasil, para que a democracia incorpore esse que é o maior problema do Brasil.

O maior problema do Brasil não é ter crescimento baixo ou atraso em tais ou quais setores, ou porque as estradas estão esburacadas. Não. O maior problema do Brasil é essa desigualdade, é essa diferença que não pode dar sustentação a esta Nação, à vida nacional sadia e democrática.

A própria democracia aflorou pela primeira vez para corrigir essas distorções, e o segundo turno possibilitará o debate de modo elevado. Espero que não haja baixarias nesse debate e que ele se processe da forma mais elevada possível. Confio nisso, porque a lição de democracia dada pelo povo há de calar nos candidatos e nos partidos, a fim de elevar o tom do debate para colocá-lo num ponto que reflita, enfim, os anseios da população, fazendo-os debruçar sobre esse problema magno da Nação brasileira, que é a divisão entre ricos e pobres – que, aliás, existe.

Citei o caso do México, mas situação semelhante ocorre na Bolívia, no Peru, no Equador, na Colômbia e na Venezuela. Na Argentina e no Chile, há situações diferentes, porque são histórias econômico-culturais distintas, que nunca atingiram esse grau de desigualdade que existe nos demais países da América Latina. Obviamente, esse grau de desigualdade refletirá

na democracia, no voto e na preferência manifestada de forma clara. Há que se definir.

Enquanto isso nunca se refletiu, havia uma distorção, algum fator que velava a vontade da população mais prejudicada, que não percebia que aquelas políticas sempre favoreciam os mais ricos. Agora, pela primeira vez, essa circunstância aflorou de maneira clara, razão pela qual manifesto o meu regozijo.

Acho que isso foi muito positivo.

Mas é perigosa essa divisão do País, é claro que isso oferece riscos, mas temos de enfrentar esses riscos, porque o grande problema do Brasil reside nessa desigualdade. E a democracia vai ensinando, a prática democrática vai formando a cultura política da população, especialmente da população mais carente, que não teve oportunidade ainda de refletir porque está sempre submetida às campanhas, às afirmações, aos aforismos ditados pela chamada ciência do mercado, que, no fundo, favorece os mais ricos, que são os que mandam no mercado.

Sr. Presidente, ao encerrar este comentário sobre estas eleições, quero fazer referência também ao Rio de Janeiro, que está incluído na zona vermelha, isto é, na zona mais pobre na qual o Presidente Lula teve maioria. O Rio de Janeiro tem um bolsão de riqueza importante na Zona Sul da capital, mas em seu todo, na periferia de sua capital e no interior, especialmente na região nordeste, é um Estado ainda pobre, tanto é assim que há muito se reivindica a inclusão do norte do Estado na zona favorecida pelos incentivos da Sudene, algo que não se conseguiu.

O Rio de Janeiro tem uma história de cultura política muito importante. E não obstante toda a campanha que atingiu a cidade do Rio de Janeiro, acho que essa história foi confirmada com a vitória dada ao Presidente Lula. A opinião pública do Rio de Janeiro sempre foi formada na Zona Sul, mas desta vez não foi assim. Quer dizer, a Zona Oeste, a zona pobre, a periferia do Rio não aceitou o julgamento da Zona Sul charmosa, onde a classe média pontifica, e manifestou seu ponto de vista dando uma bela vitória ao Presidente Lula, vitória que, aliás, foi seguida de uma votação expressiva na Senadora Heloísa Helena, que teve no Rio de Janeiro seu percentual mais elevado, superior ao de sua terra natal, Alagoas, o que significa que o Rio tem um candidato de vanguarda que está sempre à esquerda do pensamento brasileiro. Essa é uma característica do Rio que muito nos orgulha, porque é uma característica progressista do Rio.

**O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI)** – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)**  
– Isso foi muito importante, assim como um outro elemento que verificamos no Rio de Janeiro. Refiro-me ao fato de o PT, o Partido do Presidente Lula, ter obtido 122 mil votos de legenda. Quer dizer, o eleitorado manifestou sua confiança e sua preferência inegável pelo PT, na medida em que nenhum outro partido, nem de longe, obteve 120 mil votos de legenda. O voto de legenda é voto eminentemente político, é voto partidário, é voto que elege a lista partidária, que elege o partido por suas proposições, por suas posições, por seu significado, por sua história. Isso foi muito importante, realmente muito importante.

Na votação para Governador, o PT apresentou um candidato que estava ausente da vida política do País há muito tempo, o Sr. Vladimir Palmeira, que foi um líder estudantil histórico nos anos 70, mas que há muito tempo estava fora e, por falta de oportunidade, condições ou qualidades, seja o que for, não chegou ao segundo turno, ficou fora da disputa.

O candidato mais votado, o Senador Sérgio Cabral, somos obrigados a reconhecer, tem uma história de dedicação. Além de carregar em seu nome uma tradição – Sérgio Cabral é um nome ligado à política mais esquerdista do Rio de Janeiro, à política mais progressista que está associada a seu pai por sua história e pelo prestígio de que desfruta –, ele foi um Parlamentar que se dedicou muito a uma causa social importante: a causa dos idosos.

Então, há uma vertente também de natureza social que explica, a meu juízo, o comportamento do eleitorado do Estado do Rio de Janeiro de preferir Sérgio Cabral e não tomar o conhecimento necessário da candidatura de Vladimir, que era uma pessoa que estava fora do contexto político há muito tempo.

Sr. Presidente, faço esses comentários, porque penso ser o que se espera dos Parlamentares no dia seguinte à eleição. A maioria ainda está em seus Estados, mas eles devem comentar a eleição de alguma forma.

Os comentários que eu queria fazer são auspiciosos e confio muito no grande debate nacional que vai ser travado nesse segundo turno, e representará um momento histórico da maior importância para nós.

**O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI)** – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)**  
– Com muito prazer.

**O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI)** – Meu caro Senador Roberto Saturnino, ouvi-lo é sempre motivo de muita alegria para mim, porque V. Ex<sup>a</sup> tem uma maneira muito clara e direta de trazer à tribuna problemas do País e de seu Estado. V. Ex<sup>a</sup> iniciou seu pronunciamento

com um comentário sobre as eleições de ontem. V. Ex<sup>a</sup> se referiu à geografia da fome, como se a fome tivesse sido fator determinante do resultado das eleições de ontem: a fome teria votado em Lula e a outra parte teria votado contra Lula. Esse caminho, além de ser perigoso, é irreal. Pela primeira vez tivemos, Senador, uma eleição marcada pela geografia dos sentimentos, e V. Ex<sup>a</sup> traz logo a seguir uma prova do que digo: afirma que seu partido, o PT, obteve mais de 150 mil votos de legenda. Meu caro Presidente, votar em legenda, especialmente no caso de um Partido ideológico como foi o PT no passado, é a prova cabal da decepção com os nomes. Esse fenômeno que atinge o PT agora é exatamente produto da decepção de seus militantes com o Partido e com os nomes. Como eles acreditam na recuperação, um dia, da sigla, preferem votar na legenda para deixá-la viva e não nos homens que a compõem. Essa é maior prova de que tivemos menos fome e mais o sentimento da vergonha. Some-se a isso o fato de as ruas do Brasil não terem sido emolduradas neste pleito por aqueles “bandeiraços”, por aquela militância aguerrida; o que vimos ontem foi uma militância acanhada e envergonhada. E V. Ex<sup>a</sup> nos dá um segundo argumento, que é exatamente a votação que Heloísa Helena teve no Rio de Janeiro. Se V. Ex<sup>a</sup> retroagir no tempo, vai ver que, na eleição passada, foi exatamente a cidade do Rio de Janeiro que deu a maior votação ao Senhor Lula. E o que Lula fez pelo Rio de Janeiro? Nada! Quantos Ministros? Colocou a Benedita da Silva, que foi afastada com humilhação. O Rio de Janeiro não teve nenhuma influência administrativa nem política no Governo Lula. É preciso que essas coisas fiquem claras. Senador Saturnino, acho até que ainda aconteceu um ato de heroísmo com essa votação obtida pelo Presidente Lula, porque foi um voto de confiança pessoal dado a Sua Excelência, de alguns que ainda acreditavam nele. V. Ex<sup>a</sup> joga por terra toda a qualidade deste Presidente ao dizer que hoje Sua Excelência é o homem dos grotões, é o homem da fome, é o homem do Nordeste inacessível, é o homem que teve voto onde a dependência do Bolsa-Família faz com o que eleitor, amedrontado de perder aquele benefício, se amarre na votação. É lamentável. Mas o resultado das urnas está aí exatamente para mostrar isso. A ida do ex-Governador de São Paulo para o segundo turno foi a vitória da persistência e da humildade contra a arrogância e a corrupção. O que derrubou a fortaleza que era a candidatura do extrabalhador foram exatamente fatos de que a Nação toda tomou conhecimento. Daí por que vamos agora para esse segundo turno com sabor de vitória, e o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva entra com o semblante de derrota porque não estava, nem Sua Excelência nem

o Partido, preparado para esse revés. Jogaram até o último minuto com a garantia e com a certeza de que venceriam no primeiro turno. Sabemos todos nós que o segundo turno é a grande oportunidade para os debates. Só o que nós esperamos é que, agora, ele não fuja, que, agora, ele vá para o debate, tenha humildade e vá mostrar, no debate, ao povo brasileiro o que fez e o que deixou de fazer, o que houve no seu Governo que ele sabia e o que ele não sabia. A campanha do segundo turno começou, Senador Saturnino. Tenho certeza de que a grande oportunidade que o Brasil vai ter nos próximos dias é a de escolher quem vai presidir esta grande Nação. Muito obrigado.

#### **O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)**

– Senador Heráclito, também acho isso. Explícitei aqui que considero muito importante o debate do segundo turno. Não fui hipócrita a ponto de dizer que preferia o segundo turno. Não, sou partidário, eu preferia a vitória no primeiro turno. Mas, exaltei a importância do segundo turno e a oportunidade excelente que o segundo turno oferece ao Brasil. Ao Brasil, Senador! Procurei não falar aqui em políticos, em adversários em termos políticos, mas falar em termos de Nação brasileira, uma Nação dividida como o mapa mostra. V. Ex<sup>a</sup> falou em geografia da fome. Eu até aceito, mas, para mim, é mais uma geografia do sentimento, como V. Ex<sup>a</sup> diz, o sentimento de injustiça existente nas diferentes Regiões deste País e nos bolsões onde a injustiça é flagrante, mesmo nas regiões mais ricas.

De forma que, acho, foi uma eleição muito importante. O meu compromisso é com a Nação. Procurei fazer o comentário pensando em Nação brasileira e não pensando em candidato “a” ou “b”, em partido “a” ou “b”. Penso que o voto de legenda do PT é muito importante. Continuo a achar que é uma manifestação de uma cultura política muito elevada do eleitorado do meu Estado.

Sr. Presidente, encerro, enfim, essas minhas observações dizendo que quis tecer comentários sobre a importância histórica desta eleição que consolidou, que enraizou definitivamente a democracia brasileira e deixou aflorar o pensamento daquelas camadas da população sempre influenciadas pela mídia, que é pautada pelos interesses da parte mais rica da Nação dividida que é o Brasil.

Agradeço a benevolência de V. Ex<sup>a</sup>.

Era o que eu gostaria de dizer, Sr. Presidente.

#### **DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ROBERTO SATURNINO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

O GLOBO

# 'Espero que o povo ponha na urna seu sonho'

Lula vota em São Bernardo dizendo-se confiante na vitória em 1º turno: 'O Brasil tem um destino traçado', diz

Ricardo Galhardo

• SÃO BERNARDO DO CAMPO. Depois de votar às 10h em São Bernardo, no ABC paulista, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que estava confiante na vitória ainda no primeiro turno. Lula levou cerca de 40 segundos para votar e, em seguida, deu uma rápida e tumultuada entrevista no local da votação, no Colégio João Firmino. Apesar dos resultados das pesquisas da véspera da eleição, Lula dizia estar confiante na vitória.

— Acho que o povo brasileiro tem consciência do que está fazendo hoje (ontem) e tem muita maturidade. Estou confiante que vamos ganhar esta eleição hoje (ontem) — disse.

**"Este é um momento glorioso para nosso país"**

Num rápido pronunciamento, ao lado da primeira-dama, Marisa Letícia, do ministro do Trabalho, Luiz Marinho, e dos candidatos do PT ao governo de São Paulo, Aloizio Mercadante, e ao Senado, Eduardo

Suplicy, Lula ressaltou a importância da participação popular na eleição para consolidar o processo democrático.

— Este é um momento glorioso para nosso país. Primeiro, é um momento muito especial para o Brasil porque a eleição vai consolidar nosso processo democrático. Estamos confiantes de que o Brasil tem um destino traçado. O país tende a continuar crescendo. A vida do povo tende a continuar melhorando. E eu só espero que o povo brasileiro coloque na urna seu desejo, seu sonho e sua força para que a gente possa consolidar as mudanças que o Brasil precisa adotar. Posso desejar ao povo brasileiro toda sorte do mundo, que compareça, que vote, porque o voto vai consolidar definitivamente a nossa democracia — disse Lula.

Votação e entrevista foram tumultuadas. Antes da chegada de Lula, fiscais do PSDB e do PSB (oposição ao PT na cidade) provocaram assessores da Presidência e jornalistas. O fiscal tu-

cano tentou entrar no local de votação pela porta de saída e foi impedido pela segurança presidencial. Saiu gritando para os jornalistas:

— Bando de lulistas.

Já o fiscal do PSB evocou a legislação eleitoral para reclamar dos crachás da imprensa distribuídos pela campanha de Lula, que continha a estrela do PT. Ele chegou a pedir que os jornalistas virassem os crachás para não influenciarem os eleitores. Foi ignorado.

Quando o presidente deixou a sala onde funciona a seção eleitoral 70, onde votou, eleitores que tentavam deixar o colégio foram barrados pela segurança presidencial e começaram a gritar em protesto. Depois de votar, Lula foi diretamente para o aeroporto de Congonhas, onde embarcou para Brasília. Antontem, ele explicou a decisão de acompanhar a apuração no Palácio da Alvorada:

— Tenho que trabalhar na segunda-feira. Se ninguém trabalhar o governo não vai para a frente — disse ele. ■

## RESULTADOS PARCIAIS (TSE) PRESIDENTE DA REPÚBLICA

<b>Lula</b> (PT)
<b>48,79%</b>
45.796.036 votos

<b>Geraldo Alckmin</b> (PSDB)
<b>41,43%</b>
38.880.443 votos

<b>Heloísa Helena</b> (PSOL)
<b>6,85%</b>
6.429.759 votos

**Cristovam Buarque**  
(PDT)

**2,67%**

**2.503.027 votos**

# O VOTO PARA PRESIDENTE NOS ESTADOS

Estado	Eleitores	Urnas Apuradas	Lula	Geraldo Alckmin	Heloisa Helena	Cristovam Buarque	Em Branco	Nulos	Abstenção
<b>Acre</b>	412.840	94,39%	51,62%	42,70%	4,28%	1,16%	0,99%	4,28%	18,82%
<b>Ceará</b>	5.361.581	99,07%	71,20%	22,79%	3,73%	1,96%	1,76%	6,14%	17,36%
<b>Minas Gerais</b>	13.679.738	99,93%	50,80%	40,82%	5,68%	2,66%	2,81%	4,58%	17,89%
<b>Pernambuco</b>	5.834.512	99,83%	70,95%	22,85%	3,74%	2,14%	3,06%	6,36%	18,25%
<b>Rondônia</b>	988.631	99,97%	47,05%	45,06%	5,57%	2,01%	1,38%	4,14%	20,50%
<b>Alagoas</b>	1.859.487	99,42%	46,87%	37,77%	13,30%	2,83%	2,58%	6,72%	18,61%
<b>Distrito Federal</b>	1.655.050	99,98%	44,11%	37,06%	12,27%	6,15%	1,28%	3,40%	13,88%
<b>Mat. Grosso do Sul</b>	1.561.181	100,00%	56,25%	35,99%	5,57%	1,98%	1,12%	3,14%	17,44%
<b>Piauí</b>	2.073.504	99,06%	67,31%	28,00%	2,49%	1,97%	1,62%	6,53%	16,15%
<b>Roraima</b>	233.596	97,18%	59,56%	28,20%	11,76%	2,12%	0,93%	3,42%	14,77%
<b>Amazonas</b>	1.781.315	99,74%	79,03%	12,47%	6,61%	2,65%	1,06%	4,18%	17,74%
<b>Espírito Santo</b>	2.336.133	100,00%	52,97%	37,15%	5,95%	3,67%	2,20%	3,89%	16,83%
<b>Mat. Grosso</b>	1.940.270	98,36%	54,57%	38,87%	4,13%	2,19%	1,47%	4,05%	20,01%
<b>Paraná</b>	7.121.257	99,99%	53,01%	37,90%	5,41%	3,42%	2,04%	3,52%	16,20%
<b>Rio Grande do Sul</b>	7.750.583	99,98%	55,76%	33,07%	7,09%	3,86%	2,76%	3,30%	13,85%
<b>Amapá</b>	360.614	99,90%	54,40%	32,18%	10,06%	3,10%	0,69%	3,13%	14,28%
<b>Goiás</b>	3.734.185	99,99%	51,50%	40,16%	6,29%	1,81%	1,81%	4,84%	17,14%
<b>Pará</b>	4.157.735	95,62%	51,74%	41,51%	4,83%	1,71%	1,31%	3,10%	19,71%
<b>Rio de Janeiro</b>	10.891.293	100,00%	49,18%	29,86%	17,13%	4,47%	2,68%	5,88%	15,02%
<b>Bahia</b>	3.109.353	98,64%	66,68%	25,97%	4,32%	2,71%	2,21%	5,38%	20,64%
<b>Maranhão</b>	3.920.608	99,80%	75,49%	18,82%	2,87%	2,58%	1,41%	5,86%	20,84%
<b>Paraíba</b>	2.573.766	99,94%	65,31%	27,87%	4,17%	2,36%	2,22%	6,62%	16,30%
<b>Rio Grande do Norte</b>	2.101.144	99,98%	60,17%	31,57%	5,13%	2,76%	2,35%	7,47%	14,81%
<b>Santa Catarina</b>	4.168.495	100,00%	58,61%	33,22%	8,80%	3,24%	2,01%	3,97%	13,94%
<b>Sergipe</b>	1.299.785	100,00%	47,33%	44,36%	6,21%	1,78%	2,17%	5,91%	14,48%

**São Paulo**

28.037.734 eleitores  
 22,27% do eleitorado do país  
 Urnas apuradas ..... 91,70%  
 Geraldo Alckmin ..... 54,34%  
 Lula ..... 36,66%  
 Heloisa Helena ..... 7,04%  
 Cristovam Buarque.. 1,76%  
 Em branco ..... 2,53%  
 Nulos ..... 3,76%  
 Abstenção ..... 5,22%

**Tocantins**

887.728 eleitores  
 0,73% do eleitorado do país  
 Urnas apuradas ..... 99,88%  
 Lula ..... 50,62%  
 Geraldo Alckmin ..... 37,30%  
 Heloisa Helena..... 2,39%  
 Cristovam Buarque.. 1,47%  
 Em branco ..... 0,86%  
 Nulos ..... 0,15%  
 Abstenção ..... 18,23%

**Urnas apuradas**

Ate 23h24min

**98,06%****Total de votos apurados:****123.144.386****Total de votos em candidatos:****93.856.379**

Sobre este total (que exclui os votos em branco e nulos) é calculado o percentual de cada candidato

**EM BRANCO**

2,27%

2.800.313

**NULOS**

4,75%

5.845.429

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Muito bem, Senador Saturnino.

Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, antes de iniciar o assunto, que diz respeito ao resultado da eleição de ontem em todo o Brasil, quero aqui fazer uma pequena observação sobre a facilidade que tem o Partido dos Trabalhadores de se metamorfosear.

O Partido dos Trabalhadores combatia no passado a corrupção. Envolveu-se no mais profundo cenário policialesco de que já se teve notícia na história política deste País. O Partido dos Trabalhadores dizia, quando era Oposição, que os partidos no poder se sustentavam com o voto de cabresto, com o voto dos grotões.

Agora, o Partido dos Trabalhadores se vangloria do fato de ser vitorioso onde houver grotão; onde há liberdade, ele é derrotado. É realmente uma capacidade fantástica de metamorfosear-se.

Vejam: o Partido dos Trabalhadores combatia o Fundo Monetário Internacional, acusando os governos de então de serem os grandes responsáveis pelo estado social em que o Brasil se encontrava, uma vez que tudo que se arrecadava destinava-se ao pagamento de dívidas. Hoje, o Partido dos Trabalhadores priorizou exatamente as dívidas com o FMI, antecipando pagamentos para atender o então inimigo número um, que era o Fundo Monetário Internacional.

O Partido dos Trabalhadores se queixava de que o grande mal era exatamente a ida de toda a riqueza da Pátria para os banqueiros. Eram os juros altos os responsáveis por todos os males. Nadou três anos e oito meses com os banqueiros, permitindo que, nesta

quadra da vida pública brasileira, essa categoria auferisse os maiores lucros de toda a história do Brasil.

Nunca banqueiro ganhou tanto nesta Pátria como nos últimos três anos. Daí por que se justificar a tendência da grande maioria dos banqueiros em apoiar o atual Governo e ajudá-lo inclusive nas campanhas.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, gostaria, aqui e agora, de parabenizar um brasileiro com quem tive a oportunidade de conviver na Assembléia Nacional Constituinte e com quem, depois tomarmos rumos diferentes, voltei a conviver agora neste período de eleição e de campanha. Refiro-me ao brasileiro Geraldo Alckmin, que, determinado, humilde, percorreu este País enfrentando dificuldades, enfrentando a arrogância e a prepotência do Governo comandado pelo Partido dos Trabalhadores, mas que acredita, acima de tudo, na lucidez e determinação do povo brasileiro.

Geraldo Alckmin sai deste embate político extremamente fortalecido, graças à capacidade de costurar alianças e, acima de tudo, de harmonizar convivência de contrários, fazendo com que sua ida para o segundo turno das eleições se transformasse num fato de repercussão não só interna, mas também externa.

É evidente, Senador Saturnino, que essa vitória alcançada ontem nas urnas não deve somente aos méritos e à luta da Oposição; mas se deve principalmente aos erros cometidos pelo Governo ao longo do tempo.

Aliás, o Governo subestimou o destino, a sorte e chutou, como se diz na gíria carioca, o azar. Eles foram avisados há um ano e meio que dinheiro escuso transitando de maneira pouco clara para dar suporte a campanhas políticas, por meio de caixa dois, não era o melhor caminho; que a confecção de dossiês era reprovável. Mas insistiu no tema.



Lamentavelmente os Líderes do Governo não estão aqui. Eu tenho muita vontade de saber, hoje, o humor deles com relação ao que acham da Polícia Federal porque, quando essa apura o que é do seu interesse, o Governo a exalta como republicana; quando apura algo que o contraria e atinge os seus objetivos, ela passa a ter ligações com a Oposição. Aliás, o PT, quando Oposição, vangloriava-se muito do Ministério Público, em que vários procuradores se notabilizaram por cumprir o seu papel. Mas, a partir do momento em que, de maneira leviana e indevida, a Oposição fazia exaltação dos seus papéis e dava ao conteúdo do discurso uma certa intimidade com o magistrado, passava a impressão para a opinião pública de que havia uma ligação até de natureza ideológica. Acusou os que atuavam nessa área da Justiça brasileira por não atenderem aos seus interesses, e chamou um ex-Procurador da República de “engavetador-mor”.

Ora, o mesmo PT que fez acusações dessa natureza queria agora, e tentou por todos os meios, que se engavetassem fatos que a Nação Brasileira queria ver esclarecidos. Não se admitia, por exemplo, que o dinheiro apreendido na madrugada friorenta de São Paulo na mão de assessores de campanha do Sr. Lula fossem fotografados e mostrados ao povo.

Comemorou, em episódios passados, fatos que foram publicados da mesma maneira; daí por que é inaceitável e inadmissível, Sr. Presidente, que o Governo não tenha tido a humildade de tomar decisões quando esses fatos se deram já nos seus nascimentos.

Senador Geraldo Mesquita, se o Partido dos Trabalhadores, em vez de evitar a CPI do caso Waldomiro, tivesse feito a apuração original, a apuração inicial dos fatos e tivesse punido os culpados na origem, teria inibido outros militantes de percorrer aquele caminho.

Mas não. Passou a dar proteção, guardada a todos os que, no correr desses três anos e meio, foram se envolvendo em questões pouco claras.

Os que foram condenados em CPIs e tiveram os seus mandatos cassados ou os que renunciaram foram absolvidos e reintegrados ao palanque do candidato a Presidente da República. O Presidente chegou ao ponto de, em praça pública, beijar a mão de alguns correligionários novos que criticou durante a vida pública inteira, mas que passaram a ter grandes virtudes pelo simples fato de apoiá-lo. Aquela censura ética que o PT tanto prezava, aquela dureza na admissão de pessoas em seus quadros, aquelas restrições que fazia para pelo menos conviver, não só sob o teto do Congresso Nacional, mas também nas praças públicas, foram por água abaixo. E aí tudo passou a valer, desde que servisse para que o Partido atingisse um objetivo, qual seja, o de se perpetuar no poder. Subestimou o senso crítico

do povo brasileiro, observador silencioso, mas atento a tudo o que aconteceu no período em que o Partido está no poder. Mas esses fatos foram se agravando nos últimos meses.

É lamentável que tudo isso tenha acontecido envolvendo exatamente um trabalhador que, ao assumir a Presidência da República, empolgou o mundo pelas circunstâncias de sua ascensão ao poder e termina o seu mandato com a indiferença mundial, não só por não ter cumprido as metas prometidas, mas também, e principalmente, pelos fatos diariamente noticiados pela imprensa internacional e por ter se deixado carregar numa enxurrada de corrupção nunca vista, pelo menos nos últimos 50 anos.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o resultado de ontem, em todo o Brasil, mostra que a Oposição teve grandes vitórias e amargou grandes derrotas. Esse retrato natural, que só a democracia possibilita, exige o reconhecimento e a humildade dos que perderam, mas exige, acima de tudo, a humildade dos que ganharam. A transitoriedade da vitória não permite – nem é boa conselheira – o orgulho e a soberba.

Talvez, Senador Roberto Saturnino, os votos dados à legenda do Partido de V. Ex<sup>a</sup> sejam um aviso dos eleitores do Rio de Janeiro ao Partido dos Trabalhadores de que nem tudo está perdido, mas de que, se não mudarem o caminho, não terão mais votos.

V. Ex<sup>a</sup> me chamou a atenção para um fato que eu não tinha percebido ainda: a clareza com que o povo do seu Estado vota. É esse sinal pedagógico que nos alenta a continuar na vida pública. Penso até, Senador Geraldo Mesquita Júnior, que devemos fazer o levantamento para ver o que aconteceu no Brasil inteiro. Em vez da arrogância e da prepotência com que alguns membros do partido do Presidente Lula têm procurado justificar o resultado de ontem, eles deveriam vestir as sandálias da humildade, tão citadas aqui pela Senadora Heloísa Helena, e procurar ver, de maneira muito clara, o que aconteceu e o que as urnas brasileiras apontaram.

A ausência, Senador Roberto Saturnino, do Presidente Lula no debate da **TV Globo** foi justificável, não pelo fato em si, mas pelas circunstâncias. O Presidente tinha todo o direito de não ir àquele debate – o argumento maior era o de que já tinha faltado ao debate em outras emissoras –, mas não podia dizer que faltou ao debate porque ia a um comício na sua cidade de origem política, no ABC, e que isso era mais importante.

Ora, por maior que fosse a quantidade de pessoas naquela praça, ele estaria falando apenas para São Paulo, enquanto no debate ele estaria falando para o Brasil. Isso foi um desrespeito inclusive com os seus eleitores e admi-

radores nos grotões que V. Ex<sup>a</sup> tanto exaltou, que queriam que, naquela oportunidade, o Presidente da República lhes desse exatamente aquela palavra de confiança e a certeza de que ele não tinha nenhum envolvimento com a operação do dossiê de Mato Grosso.

O Presidente de República, ao faltar ao debate, após mandar seu batalhão precursor fazer varrições de segurança nas dependências da Rede Globo e enviar o nome dos convidados que o acompanhariam, frustrou a Nação. Ao agredir o programa, colocando em dúvida a condução de seu mediador, cometeu um ato de desrespeito para com a imprensa brasileira.

Senador Roberto Saturnino, nunca vi neste País alguém tão protegido e tão admirado pela imprensa brasileira ao longo dos anos. Mas, aos poucos, de desfeita em desfeita, de agressão em agressão, de desrespeito em desrespeito, foi perdendo essa grande riqueza, esse grande tesouro que era a admiração e a idolatria da nossa imprensa pela sua história, pela sua luta, pela sua glória. O desrespeito cometido contra a imprensa, a meu ver, foi fatal para Sua Excelência. Talvez fosse menos constrangedor Lula ter de enfrentar Cristovam Buarque ou Heloísa Helena, companheiros de luta de quem ele se afastou sem lhes dar esclarecimentos e sem apresentar justificativas à Nação sobre o fato. Talvez isso fosse melhor do que a ausência naquelas circunstâncias. A partir de então, o que se viu foi o brasileiro começar a definir o seu voto.

Senador Geraldo Mesquita Júnior, podemos observar que o que mais modificou o resultado de ontem foi a movimentação do eleitor indeciso, que espera até o último momento fatos que o levem às urnas com a convicção de que escolherá o melhor para o País.

Gostaria de finalizar, Senador Roberto Saturnino, dizendo que concordo em gênero, número e grau com o que V. Ex<sup>a</sup> disse há poucos minutos desta tribuna. Esperamos que este período até o segundo turno, tendo em vista os debates que serão travados nas televisões brasileiras, sirva para todos nós como esclarecimento, que cada candidato mostre as suas propostas e preste contas à Nação do que fez, do que deixou de fazer ou do que fará pelo Brasil.

Acho que o segundo turno, em que não há mais nenhuma justificativa para ausência em eventos como esse, será engrandecedor para a democracia brasileira.

Dou os parabéns aos que ontem foram vitoriosos em seus Estados. Também dou os parabéns aos que lutaram e não conseguiram êxito nas urnas, mas que deram uma colaboração efetiva para o fortalecimento da democracia brasileira.

No Estado do Piauí, reconheço a vitória do Governador Wellington Dias, reeleito, e do Senador João Vicente Claudino, desejando que ambos cumpram, com afinco

e, acima de tudo, em defesa do Piauí, os mandatos conquistados ontem nas urnas. Sr. Governador, fique certo de que continuaremos em trincheiras opostas, mas, todas as vezes em que o interesse e o bem comum do Estado do Piauí estiverem em jogo, estaremos juntos.

Deixo aqui um abraço muito especial ao Senador Aloizio Mercadante, derrotado ontem por um dos maiores brasileiros desta geração, José Serra. O Senador soube comportar-se de maneira elegante, principalmente no momento em que se viu envolvido por assessores no episódio triste do dossiê.

Tenho divergências pontuais com o Senador Aloizio Mercadante, mas, nem de longe, passa-me o sentimento de que S. Ex<sup>a</sup> tenha ligações diretas com esse episódio. O pecado é o pecado da companhia, o pecado de quem o cerca, e talvez, por isso, tenha pago esse preço. De qualquer maneira, temos a certeza de que, nos próximos quatro anos, o Senado da República, contando com seu concurso, terá a oportunidade de presenciar grandes debates.

O meu último abraço é para o Senador eleito por Santa Catarina, Raimundo Colombo. Com sua eleição, vamos ter a garantia de que uma ameaça feita certa vez, na tribuna desta Casa, não se consumará, e o Senado da República permanecerá tendo em seus quadros representantes que melhorarão seu nível, que colaborarão para o aperfeiçoamento da democracia, e não para a sua degradação.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Heráclito Fortes, o Sr. Geraldo Mesquita Júnior, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Roberto Saturnino.*

**O SR. PRESIDENTE** (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Geraldo Mesquita.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, caro amigo Senador Roberto Saturnino, Sr. Senador Heráclito Fortes, logicamente que o tema a ser abordado no dia de hoje não poderia ser outro a não ser o processo eleitoral, seus resultados definitivos ou parciais.

Senador Saturnino, tempos atrás, em momentos como este, o açodamento levava-me a tecer considerações e oferecer conclusões que, por vezes, se mostravam lá na frente precipitadas e um pouco apressadas. Acho que o avançar da idade vai-nos mostrando que, apesar de aparentemente os fatos guardarem definitividade, por vezes não é exatamente isso que ocorre. Portanto, farei, sim, alguns comentários acerca do processo, mas me reservo para, numa maior reflexão, o

direito de conversar e ouvir pessoas como V. Ex<sup>a</sup>, tão ponderado, tão vivido e de larga vida pública.

Mas há fatos ligados ao processo eleitoral que, não restam dúvidas, guardam uma carga de definitividade de muito grande. Refiro-me aos resultados parciais.

Aqui resgato o final da fala do Senador Heráclito, quando ele parabeniza todos que participaram do processo eleitoral. De fato, Senador Saturnino, creio que o resultado eleitoral pode ser adverso para a grande maioria, mas creio que todos saem vitoriosos nesse processo brasileiro, porquanto com as suas participações, mesmo com resultados negativos, contribuem enormemente para o aperfeiçoamento do processo democrático, da fixação daquilo que ansiamos. Que o Brasil se habitue, se acostume com a prática democrática, com a alternância de poder, sem sobressaltos, sem ameaças, sem insinuações de golpismo, seja lá com o que for.

Portanto, quero aqui parabenizar todos aqueles, mulheres e homens, jovens e de maior idade, que se aventuraram no processo democrático de uma eleição e contribuíram, mais uma vez, enormemente para – como me referi há pouco – o aperfeiçoamento do processo democrático.

Quero aqui, com a maior humildade e sinceridade, parabenizar, no meu Estado particularmente, a vitória do candidato do seu Partido, do PT, Professor Arnóbio Marques, que venceu as eleições por força da maioria dos votos dos acreanos, assim como o próprio Senador Tião Viana, que renovou o seu mandato, também com os votos da maioria do povo acreano.

Mas, como dizia antes, quero me referir, com uma satisfação muito grande, ao prazer de ter participado desse processo eleitoral. O meu Partido fez uma coligação no Estado com o PPS. Tivemos um candidato, o ex-Deputado Federal Márcio Bittar, que concorreu ao governo do Estado. Guerreiro, cumpriu o seu papel com estoicismo, com brilhantismo, com garra; não colheu o resultado favorável.

Temos de ter, Senador Saturnino, muito respeito e gratidão àqueles que nos vêem na perspectiva da pessoa pública que pode cumprir determinado papel em determinado momento histórico do nosso Estado ou do nosso País. Eu sempre tive lado, sempre escolhi lado. Eventualmente, posso sofrer conseqüências disso, mas nunca me omiti, nunca deixei de escolher meu lado no embate político, no meu Estado e no meu País.

Revelo aqui, mais uma vez, a minha satisfação, o meu prazer enorme de ter participado desse pleito. Portei-me com seriedade, com sinceridade, sem agredir ninguém, mas defendendo, com emoção até, a nossa coligação, o nosso candidato – repito – o ex-Deputado Federal Márcio Bittar. Empenhei-me na candidatura do

companheiro Airton Rocha, que concorreu ao Senado e teve uma votação belíssima.

Candidatos da nossa coligação que concorreram a cargos proporcionais, parabéns a todos, portanto. Creio que não podemos nos furtar a esse reconhecimento, a esse papel.

Senador Saturnino, fico feliz em que V. Ex<sup>a</sup> tenha permanecido no plenário. Ouvi atentamente o seu discurso, a sua análise acerca do que o processo eleitoral mostrou: uma divisão regional. E V. Ex<sup>a</sup> não refutou uma expressão que o Senador Heráclito usou, quando o apartou, de que o voto traçou a geografia da fome no nosso País.

Acredito que há uma carga de verdade muito grande nessa análise. Como disse no princípio, sem a precipitação de querer ter isso como algo consolidado, vou ainda refletir muito sobre o que vem acontecendo e sobre o que aconteceu até o dia de ontem.

Mas eu temo, Senador Saturnino... E aqui me permito respeitosamente divergir de V. Ex<sup>a</sup> na análise que fez. Entendo que V. Ex<sup>a</sup> está corretíssimo mostrando a imagem que nos foi oferecida pelo jornal **O Globo** do mapa onde o Presidente Lula teve a sua maior expressão eleitoral, onde o candidato Alckmin teve a sua maior expressão eleitoral – o senhor vê nisso a divisão do País. Considera inclusive o fato como algo perigoso, mas inserido no processo democrático. Tenho certeza absoluta de que vamos superar isso tudo.

Eu, como dizia, Senador Roberto Saturnino, permito-me divergir parcialmente de V. Ex<sup>a</sup>. Na verdade, o processo eleitoral brasileiro sempre teve uma participação muito grande daquilo que no País conhecemos ao longo dos tempos como a prática do coronelismo, que sempre se aproveitou da fome, da submissão, da subserviência, da dominação. O coronelismo sempre reinou em cima exatamente de problemas como esses, do investimento público rarefeito em determinadas regiões, da falta de atenção do poder público com determinadas regiões do ponto de vista de fazer algo que resulte na transformação da vida das pessoas, no incremento do processo de desenvolvimento nacional.

O coronelismo sempre viveu disso. Temo que estejamos vivendo, Senador Roberto Saturnino, nesse processo a federalização do coronelismo. Creio que o que ocorreu foi isso. Confesso a V. Ex<sup>a</sup> que fico absolutamente pesaroso, triste, quando vejo o Governo Federal enaltecendo e soltando foguetes diante da constatação de que aumentamos substancialmente o volume da oferta de bolsas-família, por exemplo.

Digo a V. Ex<sup>a</sup> que esse é um processo que nenhum candidato que venha a ser eleito e presida o Brasil nesses próximos quatro anos – e talvez até num período mais elástico – poderá se libertar dessa

amarra com facilidade. Milhões e milhões de pessoas ainda se encontram abaixo da linha de pobreza, passando extrema dificuldade e necessidade, merecendo a parceria e a solidariedade – e delas carecendo – do poder público até onde ele possa adentrar a resolução e a solução de um problema dessa ordem.

Creio que teremos motivo de festejar e de nos orgulhar quando pudermos anunciar que um número cada vez maior passou a não necessitar do Bolsa-Família, um número cada vez maior de famílias encontrou no mercado, na economia brasileira, a sua oportunidade de trabalhar, de ter uma atividade, de auferir renda e poder se sustentar e sustentar sua família.

No Nordeste, por exemplo, Senador Roberto Saturnino, não consta, salvo engano, investimento público, nesses últimos 3 ou 4 anos, que possa nos levar a afirmar que tais investimentos resultarão na indução do processo de desenvolvimento econômico. O Governo do Presidente Lula, na minha modesta opinião, equivocadamente assentou e tem como grande referência do seu Governo o Bolsa-Família, que assumiu o caráter cada vez mais assistencialista, meramente assistencialista. Isso me leva àquela afirmação que fiz há pouco de que, na verdade, o que se verifica hoje no nosso País é que o coronelismo se federalizou. É exatamente isso, porque esse é o programa que vive da fome, da necessidade das pessoas, da fragilidade de milhões e milhões de pessoas e de famílias que reclamam e clamam e anseiam por investimento público, pela intervenção do poder público como parceiro na criação de condições melhores, satisfatórias, que possam fazer a economia crescer, florescer e acolher cada vez mais um número maior de pessoas no seu seio.

Milhões e milhões de pais e de mães de família que hoje recebem o chamado Bolsa-Família, se tivessem na sua frente duas opções, o Bolsa-Família e um trabalho para se manter e sustentar sua família, eu não tenho dúvidas da escolha que seria feita. Não tenho dúvidas!

Portanto, Senador Saturnino, como eu disse, com todo o respeito, divirjo parcialmente de V. Ex<sup>a</sup>. Acho que esse mapa que surgiu do processo eleitoral no nosso País reflete algo muito mais preocupante. É o neocoronelismo que se está verificando e aperfeiçoando-se em nosso País, desta feita não mais pela prática dos pequenos coronéis dos grotões brasileiros, mas agora de uma instituição como o Governo Federal.

É lastimável. Tenho sérias preocupações a esse respeito. A minha constatação é a de que o Nordeste, em peso, vota no Presidente Lula, sendo o alvo prioritário e principal do programa meramente assistencialista, que talvez seja a única plataforma do Governo Lula lastimavelmente.

Sempre tive tanta esperança no Presidente Lula! Votei quatro, cinco vezes nele, talvez como V. Ex<sup>a</sup> e milhões de brasileiros. Ao assumir o Governo, não esperava que ele fizesse, coordenasse ou promovesse uma revolução em nosso País, mas que a sua participação significasse a possibilidade de voltarmos a atenção para aqueles que praticamente nada tem, que voltasse a sua atenção para a descontração da riqueza, não somente fazendo uma transferência de renda que não gera as condições para que as pessoas cresçam, desenvolvam-se e possam participar ativamente da economia do nosso País; pelo contrário, criam uma dependência, criam um vício cada vez mais difícil de ser estancado, cada vez mais difícil de ser retirado do cenário brasileiro.

Portanto, ofereço modestamente essas reflexões à Casa e ao povo brasileiro, na perspectiva do segundo turno do processo eleitoral.

Senador Saturnino, V. Ex<sup>a</sup> citou a eleição em Roraima como algo que destoou desse quadro que foi adredemente desenhado pelo processo eleitoral. O meu Estado também não fugiu à regra; lá o povo acreano elegeu regionalmente o professor Arnóbio Marques, reelegeu o Senador Tião Viana, mas, com a outra mão, concedeu ao candidato Alckmin a grande maioria dos votos depositados nas urnas. Esse fato me levará a refletir, a pensar muito no que está acontecendo, não só no Acre como em todo o nosso País.

Eu vou me preparar, como V. Ex<sup>a</sup> cobrou desta tribuna e como todos farão, aliás, para que possamos travar um debate elevado, um debate que faça com que o povo brasileiro participe da reflexão, da formulação e da execução das políticas públicas.

O povo brasileiro, via de regra, é chamado a participar do processo eleitoral e, em seguida, é afastado completamente da parceria, da execução das políticas, que normalmente acabam sendo depositadas na mão de poucas pessoas, as quais, em suma, decidem a vida de milhões de brasileiros.

Quero aqui, mais uma vez, saudar o processo democrático, parabenizar a todos os que participaram como candidatos desse processo difícil, a grande maioria sem condições de participar de um processo eleitoral, mas, mesmo assim, com estoicismo, com coragem, dando a sua participação, a colaboração indispensável ao aprimoramento da democracia brasileira. Parabenizo, sobretudo, aqueles que tiveram a oportunidade de colher regionalmente do povo brasileiro mandatos executivos e legislativos.

Quero aqui saudar a todos, parabenizar a todos e torcer para que, nesses próximos vinte e tantos dias, possamos ter um processo eleitoral em segundo turno do qual o povo brasileiro poderá se orgulhar de ter participado. E todos poderemos voltar às nossas ati-

vidades normais com a consciência tranqüila de que demos a nossa efetiva contribuição.

Era o que eu tinha a dizer.

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Obrigado, Senador Geraldo Mesquita.

Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Leonel Pavan, Sérgio Guerra e a Sr<sup>a</sup> Senadora Lúcia Vânia enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup> serão atendidos.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “O mensalão das artes”, de autoria

do articulista Diogo Mainardi, publicado na revista **Veja** em sua edição de 30 de agosto do corrente.

No seu artigo o jornalista mostra que personalidades do meio artístico que têm apoiado publicamente o Presidente Lula têm, “coincidentalmente”, recebido patrocínios de empresas estatais, como a Petrobras.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que o artigo acima citado seja considerado como parte deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

**DIOGO MAINARDI**

## O mensalão das artes

José de Abreu é ator. Apóia Lula. Os americanos decidiram boicotar Mel Gibson por seu anti-semitismo e Tom Cruise por sua cientologia. Podemos boicotar José de Abreu por seu lulismo. Ele é nosso Mel Gibson. É nosso Tom Cruise.

A Eletrobrás patrocinou o último espetáculo teatral de José de Abreu. É um monólogo em que ele interpreta José Dirceu, José Mentor e Gilberto Gil. Uma gente da melhor qualidade. Liguei para a assessoria de imprensa da Eletrobrás e perguntei quanto José de Abreu ganhou pelo espetáculo. Foram precisamente 145 900 reais. É muito? É pouco? Que sei lá eu? A rigor, qualquer investimento em teatro pode ser visto como um despropósito. O fato é que, contando com uma forcinha de José Sarney, José de Abreu ganhou o patrocínio da Eletrobrás. E após Lula. Em setembro, ele apresentará seu espetáculo no Amazonas. Amazonenses: boicotem-no.

Wagner Tiso também apóia Lula. Fui conferir sua agenda. Vi que ele rege a Orquestra da Petrobras, toca no Domingo na Funarte, coordena as Quintas no BNDES, viaja a Paris a convite do Ministério da Cultura, é mandado a Goiás pelo Ministério do Turismo, apresenta-se no Centro Cultural Banco do Brasil, e pede tutu da Lei Rouanet para gravar um CD comemorativo de sua carreira. Gosto de me intrometer na vida dos outros. Eu teria o maior interesse em saber quanto do faturamento de Wagner Tiso foi bancado pelo Estado nos últimos anos. E se o número aumentou ou diminuiu durante o mandato de Lula. Pensei em ligar para ele e perguntar-lhe diretamente,

mas fiquei envergonhado. Wagner Tiso é amigo de um amigo. Já amolei tanta gente que só me restou amolar os amigos dos amigos. Acabei telefonando para a assessoria de imprensa da Petrobras, para tentar descobrir o valor de seu contrato com a Orquestra. Ninguém quis me informar. A Petrobras é o maior patrocinador cultural do Brasil. Em 2005, investiu 235 milhões de reais em patrocínios. É o mensalão das artes.

Cada um vota como bem entende. Eu só acho que, por pudor, os lulistas deveriam fazê-lo escondido, em vez de

**“A Eletrobrás patrocinou o último espetáculo teatral de José de Abreu. É um monólogo em que ele interpreta José Dirceu, José Mentor e Gilberto Gil. Uma gente da melhor qualidade. José de Abreu ganhou 145 900 reais pelo espetáculo”**

anunciá-lo publicamente, como aconteceu na casa de Gilberto Gil, na última segunda-feira. Listei algumas personalidades do meio artístico que declararam voto em Lula e que merecem ser boicotadas. Todas elas já receberam alguma ajuda do Estado. O efeito do boicote será nulo. Mas é sempre uma farra perturbar os lulistas. Caso alguém queira acrescentar um nome, mande-o para mim. Por enquanto, minha lista é a seguinte: Paulo Betti, Arlete Salles, Bete Mendes, Jorge Mautner, Alcione, Jards Macalé, Renata Sorrah, Zeca Pagodinho, Fernanda Abreu, Luiz Carlos Barreto, Augusto Boal, Rosemary, Jorge Furtado, Marcos Winter, DJ Marlboro, Ariano Suassuna, Shel, Cara Branca, Magrelo e Moringa. Perai. Cancele a última parte. Estou confundindo tudo. É o problema de ler tantos jornais. Os quatro últimos apóiam o PT, mas não pertencem ao meio artístico. Pertencem ao PCC.

**O SR. SÉRGIO GUERRA** (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Lula sabia sim do mensalão, afirma ex-governador tucano”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** de 5 de Setembro de 2006.

A matéria destaca que o ex-governador de Goiás, Marconi Perillo, afirmou que alertou ao próprio Presidente Lula, em 2004, sobre o pagamento de mesada a parlamentares. Segundo Perillo, “Não adianta o Lula falar que não sabia de mensalão, porque eu avisei a

ele em Rio Verde, e ele disse: cuide de seus deputados que eu cuido dos meus”.

Sr. Presidente, para concluir, requiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.  
Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

## Eleições 2006

# Lula sabia sim do mensalão, afirma ex-governador tucano

Perillo lembrou ter alertado o presidente sobre escândalo em 2004

**Christiane Samarco**  
ENVIADA ESPECIAL  
JATAÍ

O ex-governador de Goiás Marconi Perillo, que é candidato do PSDB a senador, acusou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva de “patrocinar os maiores escândalos da história recente do Brasil” e complementou sua versão sobre o alerta que teria dado em 2004 ao próprio presidente sobre o pagamento de mesada a parlamentares.

“Não adianta o Lula falar que não sabia de mensalão, porque eu avisei a ele em Rio Verde, e ele disse: cuide de seus deputados que eu cuido dos meus”, afirmou Perillo no aeroporto da cidade goiana de Jataí, enquanto aguardava a chegada do candidato do PSDB a presidente, Geraldo Alckmin, que faria campanha na cidade.

Desde que o então deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) denunciou o mensalão, acusando o Palácio do Planalto de pagar

mesada a parlamentares para que votassem projetos de seu interesse e de financiar o troca-troca de legendas para reforçar sua base, Perillo foi o único governador que confirmou os rumores sobre sua existência. Também foi o único a afirmar que levava o assunto ao conhecimento do presidente Lula. A conversa entre os dois, segundo o tucano, teria ocorrido em maio de 2004, por ocasião de uma visita oficial de Lula à cidade goiana de Rio Verde.

### FRASES

#### Marconi Perillo Ex-governador de Goiás

“Não adianta o Lula falar que não sabia de mensalão, porque eu avisei a ele em Rio Verde, e ele disse: cuide de seus deputados que eu cuido dos meus”

“Como o Lula tem problema de amnésia, deve ter esquecido disso também”

Mas Perillo jamais havia contado que Lula o mandara “cuidar” de seus deputados, deixando que ele, presidente, cuidasse de sua base na Câmara. “Nunca disse isso a ninguém”, afirmou ontem. “Mas como o Lula tem problema de amnésia, deve ter esquecido disso também.”

Nas investigações sobre o mensalão, Perillo chegou a ser convidado a depor como testemunha no Conselho de Ética da Câmara, quando a deputada Raquel Teixeira (PSDB) denunciou o líder do PL na Casa, Sandro Mabel (GO). A deputada acusou Mabel de lhe ter oferecido R\$ 1 milhão para que trocasse de partido. O Conselho de Ética da Câmara decidiu ouvir Perillo porque Raquel garantira ter levado a seu conhecimento a “proposta” de Mabel.

### CARTA

O testemunho do então governador ao conselho foi dado por escrito. Em carta datada de 26 de julho do ano passado e dirigida

da ao presidente do Conselho de Ética, deputado Ricardo Izar (PTB-SF), o governador confirmou que alertara o presidente Lula a respeito do mensalão. Disse ter relatado ao presidente “que ouvira rumores sobre a existência de mesada a parlamentares em conversas informais em Brasília, porém sem provas concretas”.

Mais adiante, contou ter apenas repetido o inteiro teor das informações que havia recebido. Depois, completou: “O senhor presidente da República disse que não tinha conhecimento e que ia tomar as providências que o assunto requeria.”

Ainda na carta, Perillo acrescentou as razões que o levaram a dar esse assunto por encerrado. “Não tive mais informações”, explicou, acrescentando que nem possuía “provas concretas” a esse respeito, e estava “certo de que havia levado o assunto ao conhecimento da maior autoridade e mais alto magistrado do País”. ●

**A SRA. LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, volto à tribuna no dia de hoje para comentar o artigo intitulado “Primeira promessa não cumprida”, publicado na seção Notas & Informações do jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 29 de agosto do corrente.

Destaco, do artigo, o seu primeiro parágrafo: “Mais ganância e mais impostos: é esta a perspectiva anunciada aos brasileiros pelo governo central, no caso de reeleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva”.

## Primeira promessa não cumprida

**M**ais ganância e mais impostos: é esta a perspectiva anunciada aos brasileiros pelo governo central, no caso de reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Até quinta-feira o Executivo terá de enviar ao Congresso a proposta orçamentária para 2007. O governo desistiu de incluir na proposta a redução do gasto corrente prometida no primeiro semestre. (Promessa repetida no discurso-programa de Lula no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.) A decisão de como arrumar as contas ficará para o presidente eleito em outubro, segundo fonte citada pelo **Estado** na segunda-feira. Essa gentileza só pode agradar a um candidato disposto a governar com o cofre aberto.

A equipe econômica havia encenado um compromisso de austeridade ao formular, no semestre passado, o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Pelo projeto, deveria haver um corte na despesa corrente programada para 2007. A redução seria equivalente a 0,1% do PIB. Seria preciso economizar cerca de R\$ 13 bilhões.

Mas a prática do governo tem sido contrária a essa orientação. Na semana passada, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, já havia criticado a fixação de um teto para a arrecadação administrada pela Receita Federal. Esse teto, 16% do PIB, foi ultrapassado em 2005.

A rejeição de um teto para a cobrança de impostos é compreensível, quando os gastos federais crescem velozmente para atender aos objetivos eleitorais do governo.

Ao renegar, agora, o compromisso de um corte na despesa corrente para o próximo ano, o Executivo apenas se mantém coerente com a orientação definida há meses por seus coordenadores políticos.

Como o projeto da LDO ainda não foi aprovado, o governo se considera livre, segundo as explicações colhidas em Brasília, para esquecer a proposta de corte. Será necessário, naturalmente, ajeitar no Congresso o texto da LDO, para não haver conflito com a orientação agora explicitada. Mas isso, aparentemente, é um detalhe pouco preocupante para a equipe do Palácio do Planalto.

O abandono da regra incluída na proposta inicial da LDO será um retrocesso, disse on-

Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado passe a integrar este pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada.

### DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SR<sup>a</sup> SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

tem o ex-diretor do Banco Central Ilan Goldfajn. Isso equivale, segundo ele, a negar a existência de um teto não só para a despesa corrente, mas também para a carga tributária.

Mas o governo mantém, segundo o ministro da Fazenda e seus principais assessores, o compromisso de obter um superávit primário – o resultado fiscal sem o pagamento de juros – equivalente a 4,25% do PIB.

O superávit, no entanto, vem sendo obtido, há anos, sem uma efetiva redução da despesa. Só tem sido possível porque a carga tributária lançada sobre trabalhadores e empresas não pára de crescer.

Isso é uma caricatura de ajuste fiscal, porque o peso financeiro do Estado continua a crescer, dificultando o investimento produtivo, o consumo das famílias e o crescimento real da economia. O crescimento da despesa no ritmo observado até agora “desmoraliza o conceito de superávit primário”, como observou Goldfajn.

A maior parte do corte planejado para 2007, na proposta original da LDO, apenas compensaria a despesa ocasionada pelos au-

mentos do salário mínimo, dos salários e dos benefícios ao funcionalismo.

Aumentos desse tipo geram despesas permanentes. Seus efeitos vão aparecer não só nas contas de 2007, mas também nas despesas públicas dos anos seguintes. Uma efetiva compensação, portanto, só seria possível com medidas também permanentes. Mas nada permite prever, neste momento, novos esforços de austeridade fiscal nos próximos anos.

Ao contrário: todas as pressões políticas, agora, são orientadas para a expansão do gasto público e para um maior desequilíbrio fiscal. Para alcançar seus objetivos eleitorais, o governo tem-se afastado cada vez mais da prudência financeira, concedendo benefícios fiscais sem planejamento, reescalando dívidas e inflando os custos do pessoal e da Previdência.

Não há indício de crise fiscal em 2007, tem repetido o secretário do Tesouro, Carlos Kwall. Ele pode estar certo quanto a essa previsão, mas tudo está sendo preparado para uma piora das finanças federais nos próximos anos. Mantida essa disposição, não há como falar seriamente sobre redução substancial de juros e crescimento econômico sustentável.

**O SR. PRESIDENTE** (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte:

## ORDEM DO DIA

1

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 100, DE 2006-COMPLEMENTAR

*(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 987, de 2006 – art. 336, inciso II)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2006 – Complementar (nº 123/2004-Complementar, na Casa de origem), que *dispõe sobre o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte*.

Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Luiz Otávio.

2

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 68, DE 2006-COMPLEMENTAR

*(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 988, de 2006 – art. 336, inciso II)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2006 – Complementar, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que *altera o art. 33 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, que dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências, para prorrogar os prazos previstos em relação à apropriação dos créditos de ICMS*.

Parecer sob nº 1.059, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta.

Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos sobre a Emenda nº 2-Plen.

3

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 85, DE 2005

*(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 989, de 2006 – art. 336, inciso II)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 85, de 2005 (nº 2.306/2003, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *dispõe sobre a criação de cargos efetivos e em comissão no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região*.

Parecer favorável, sob nº 667, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

4

### SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 64, DE 1999

*(Votação nominal)*

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Suplicy, que *acrescenta parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao inciso XI do art. 84 da Constituição Federal* (comparecimento do Presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa).

Parecer sob nº 1.941, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante, oferecendo a redação para o segundo turno.

5

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 30, DE 2002

*(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Souto, que *acrescenta os §§ 12 e 13 ao art. 14 da Constituição Federal* (dispõe sobre a elegibilidade dos substitutos das Chefias do Poder Executivo nos seis meses anteriores às eleições).

Parecer favorável, sob nº 429, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.



6

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº  
66, DE 2005**

*(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador José Jorge (apresentada como conclusão do Parecer nº 2.054, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), que *acrescenta o inciso XVI e o § 2º ao art. 52 da Constituição, para atribuir ao Senado Federal competência para indicar membros do Conselho Diretor ou da Diretoria das Agências Reguladoras.*

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 29, DE 2003**

*(Votação nominal, caso não haja emendas)*

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que *dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal* (que trata da ordem social).

Parecer favorável, sob nº 156, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 57, DE 2005**

*(Votação nominal, caso não haja emendas)*

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.*

Parecer favorável, sob nº 779, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Ramez Tebet.

9

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 9, DE 2003**

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Requerimento nº 875, de 2006 – art. 167)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2003 (nº 5.937/2001,

na Casa de origem), que *altera os arts. 3º e 8º e os Anexos II e III da Lei nº 9.264, de 7 de fevereiro de 1996, e dá outras providências* (altera para Perito Papiloscopista a nomenclatura do cargo de Papiloscopista Policial da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal).

Parecer sob nº 665, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

10

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 31, DE 2004**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2004 (nº 5.211/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, dispondo sobre parcelamentos de imóveis rurais, destinados à agricultura familiar, promovidos pelo Poder Público.*

Parecer sob nº 995, de 2005, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Osmar Dias, favorável, com a Emenda nº 1-CRA, de redação, que apresenta.

11

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 65, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2005 (nº 841/99, na Casa de origem), que *dispõe sobre a denominação de medicamentos a ser utilizada em prescrições de médicos e odontólogos.*

Parecer sob nº 158, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

12

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 131, DE 1997**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 131, de 1997 (nº 573/97, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Parceria e de Cooperação em Matéria de Segurança Pública, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em Brasília, em 12 de março de 1997.*

Pareceres sob nºs 143, de 1998; 1.603 e 1.604, de 2005, das Comissões

– de Relações Exteriores e Defesa Nacional, 1º pronunciamento, Relator: Senador Romeu Tuma, favorável, com voto contrário, em separado, da Senadora Benedita da Silva; 2º pronunciamento, Relator *ad hoc*: Senador Jefferson Péres, favorável; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania (em audiência, por solicitação da Comissão

de Relações Exteriores e Defesa Nacional), Relator: Senador Jefferson Péres, favorável.

**O SR. PRESIDENTE** (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 16 horas e 23 minutos.)*

**(OS Nº 15328/2006)**

## Ata da 161ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 3 de outubro de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Efraim Moraes, Roberto Saturnino, Paulo Paim,  
Romeu Tuma e Eduardo Azeredo*

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES  
AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

### SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 3/10/2006 07:37:27 até 3/10/2006 20:31:00

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X						
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X						
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	X						
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X						
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X						
PFL	BA	CÉSAR BORGES	X						
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X						
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X						
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X						
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X						
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X						
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	X						
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X						
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X						
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	X						
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X						
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X						
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X						
PSDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	X						
Bloco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO	X						
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	X						
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	X						
PFL	PE	JOSÉ JORGE	X						
PSDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	X						
PCdoB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X						
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	X						
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X						
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	X						
PSDB	CE	LUIZ PONTES	X						
PMDB	GO	MAGUITO VILELA	X						
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X						
PFL	PE	MARCO MACIEL	X						
PSDB	ES	MARCOS GUERRA	X						
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	X						
Bloco-PSB	CE	PATRICIA SABOYA GOMES	X						
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	X						
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X						
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	X						
Bloco-PRB	PB	ROBERTO CAVALCANTI	X						
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	X						
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	X						
PFL	SP	ROMÉU TUMA	X						
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X						
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESARENKO	X						
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X						
PTB	DF	VALMIR AMARAL	X						
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX	X						

**Compareceram: 47 Senadores**

**O SR. PRESIDENTE** (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – A lista de presença acusa o comparecimento de 50 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Senhor Presidente,

Sirvo-me da presente para comunicar que o Senador Jefferson Peres (PDT – AM) continuará me substituindo na condição de Líder da Bancada do PDT no Senado Federal, até 30 de outubro de 2006.

Atenciosamente, Senador **Osmar Dias**.

**O SR. PRESIDENTE** (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – O Ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 35/2006 – GLDBAG–CSCOM

Brasília, 3 outubro de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Antonio Carlos Valadares, para integrar, como Titular, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em substituição a Senadora Ideli Salvatti, que passa a integrar, como Suplente, a referida Comissão, em substituição a Senadora Fátima Cleide.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Senadora **Ideli Salvatti**, Líder do Partido dos Trabalhadores e do Bloco de Apoio ao Governo.

**O SR. PRESIDENTE** (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Serão feitas as substituições solicitadas.

A Presidência comunica ao Plenário o recebimento da Mensagem nº 111, de 2006-CN (nº 853/2006, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 122 da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005, o Relatório de Gestão Fiscal referente ao

período de janeiro a agosto de 2006, bem com a retificação do período de janeiro a abril de 2006.

A mensagem lida vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

### **PROJETO DE LEI Nº 25, DE 2006–CN**

#### **MENSAGEM Nº 110, DE 2006–CN**

(Nº 835/2006, na origem)

**Abre ao Orçamento de Investimento para 2006, em favor de empresas do Grupo Eletrobrás, crédito suplementar no valor total de R\$408.871.889,00 e reduz o Orçamento de Investimento de empresas do mesmo Grupo no valor global de R\$ 758.445.333,00, para os fins que especifica.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento de Investimento (Lei nº 11.306, de 16 de maio de 2006) crédito suplementar no valor total de R\$ 408.871.889,00 (quatrocentos e oito milhões, oitocentos e setenta e um mil e oitocentos e oitenta e nove reais), em favor de empresas do Grupo Eletrobrás, para atender à programação constante do Anexo I a esta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º são oriundos de geração própria e de repasses da controladora, conforme demonstrado no “Quadro Síntese por Receita” constante do Anexo I a esta lei, e do cancelamento de parte de dotações aprovadas para outros projetos/atividades constante do Anexo II a esta lei.

Art. 3º Fica reduzido o Orçamento de Investimento (Lei nº 11.306, de 2006), relativamente às dotações orçamentárias de empresas do Grupo Eletrobrás, constantes do Anexo II a esta Lei, no valor global de R\$ 758.445.333,00 (setecentos e cinquenta e oito milhões, quatrocentos e quarenta e cinco mil e trezentos e trinta e três reais).

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ANEXO I		CREDITO SUPLEMENTAR	
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES R\$ 1,00	
QUADRO SINTESE POR FUNCOES			
25 ENERGIA		TOTAL - GERAL	408.871.889
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES			
126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO			22.157.857
752 ENERGIA ELÉTRICA		TOTAL - GERAL	408.871.889
QUADRO SINTESE POR FUNCOES/SUBFUNCOES			
25 ENERGIA			408.871.889
126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO			22.157.857
752 ENERGIA ELÉTRICA		TOTAL - GERAL	408.871.889
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS			
0273 LUZ PARA TODOS			176.193.996
0276 GESTAO DA POLITICA DE ENERGIA			18.952.774
0294 ENERGIA NA REGIAO NORDESTE			5.430.790
0295 ENERGIA NA REGIAO SUL			92.403.644
0296 ENERGIA NAS REGIOES SUDESTE E CENTRO-OESTE			25.437.679
0297 ENERGIA NA REGIAO NORTE			4.000.000
0476 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO SETOR DE ENERGIA			760.422
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO			43.611.391
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS			42.081.193
		TOTAL - GERAL	408.871.889
QUADRO SINTESE POR ORGAO			
32000 MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA		TOTAL - GERAL	408.871.889
QUADRO SINTESE POR RECEITA			
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO			252.856.639
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS			188.967.255
6.1.1.0.00.00 GERACAO PRÓPRIA			188.967.255
6.9.0.0.00.00 OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO			63.889.384
6.9.2.0.00.00 CONTROLADORA			63.889.384
TOTAL DA RECEITA	252.856.639	RECEITAS CORRENTES	188.967.255
		RECEITAS DE CAPITAL	63.889.384

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

ANEXO I		CREDITO SUPLEMENTAR	
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
TOTAL DO ORGAO : R\$ 408.871.889			
QUADRO SINTESE POR FUNCOES			
25 ENERGIA			408.871.889
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES			
126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO			22.157.857
752 ENERGIA ELÉTRICA			386.714.032
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS			
0273 LUZ PARA TODOS			176.193.996
0276 GESTAO DA POLITICA DE ENERGIA			18.952.774
0294 ENERGIA NA REGIAO NORDESTE			5.430.790
0295 ENERGIA NA REGIAO SUL			92.403.644
0296 ENERGIA NAS REGIOES SUDESTE E CENTRO-OESTE			25.437.679
0297 ENERGIA NA REGIAO NORTE			4.000.000
0476 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO SETOR DE ENERGIA			760.422
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO			43.611.391
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS			42.081.193
QUADRO SINTESE POR UNIDADES ORCAMENTARIAS			
32201 CENTRO DE PESQUISAS DE ENERGIA ELÉTRICA - CEPTEL			760.422
32204 ELETOBRAS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR			21.414.581
32223 CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETOBRAS			17.022.273
32224 CENTRAIS ELETRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A. - ELETRONORTE			14.170.000
32225 ELETRISUL CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.			87.679.244
32226 COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SAO FRANCISCO - CHESF			3.163.866
32228 FURNAS - CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.			21.234.414
32267 COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ACRE - ELETOACRE			44.679.820
32268 COMPANHIA ENERGETICA DE ALAGOAS - CEAL			11.155.001
32269 COMPANHIA ENERGETICA DO PIAUI - CEPISA			87.402.382
32270 CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S.A. - CERON			35.960.000
32273 MANAUS ENERGIA S.A.			40.786.886
32276 COMPANHIA DE GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA - CGTEE			14.482.000
32277 COMPANHIA ENERGETICA DO AMAZONAS - CEAM			9.000.000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA			
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO			408.871.889
TOTAL			
			408.871.889
QUADRO SINTESE POR RECEITA			
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO			252.856.639
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS			188.967.255
6.1.1.0.00.00 GERACAO PRÓPRIA			188.967.255
6.9.0.0.00.00 OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO			63.889.384
6.9.2.0.00.00 CONTROLADORA			63.889.384
TOTAL DA RECEITA	252.856.639	RECEITAS CORRENTES	188.967.255
		RECEITAS DE CAPITAL	63.889.384

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA  
 UNIDADE : 32201 - CENTRO DE PESQUISAS DE ENERGIA ELÉTRICA - CEPTEL

ANEXO I		CREDITO SUPLEMENTAR	
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 760.422			
QUADRO SINTESE POR FUNCOES			
15 ENERGIA			760.422

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES									
752 ENERGIA ELÉTRICA									760.422
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS									
0476 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO SETOR DE ENERGIA									760.422
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA									
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO									760.422
TOTAL									760.422
QUADRO SINTESE POR RECEITA									
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO									760.422
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS									760.422
6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA									760.422
TOTAL DA RECEITA		760.422	RECEITAS CORRENTES	760.422	RECEITAS DE CAPITAL				0

ORGAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA  
 UNIDADE : 32201 - CENTRO DE PESQUISAS DE ENERGIA ELÉTRICA - CEPTEL

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAQ/SUBTTITULO/PRODUTO	ESF	GN D	RP	MO D	I U	FT E	VALOR
0476 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO SETOR DE ENERGIA									760.421
		ATIVIDADES							
25	752	0476 2745							760.422
		PESQUISA DE TECNOLOGIA AVANÇADA NO CAMPO DOS EQUIPAMENTOS E SISTEMAS ELÉTRICOS							
25	752	0476 2745 0001							760.422
		PESQUISA DE TECNOLOGIA AVANÇADA NO CAMPO DOS EQUIPAMENTOS E SISTEMAS ELÉTRICOS - NACIONAL							
		PESQUISA REALIZADA (UNIDADE)	1	4 - INV	2	90	0	495	760.422
TOTAL - INVESTIMENTO									760.422

ORGAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA  
 UNIDADE : 32204 - ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 21.414.581									
QUADRO SINTESE POR FUNCOES									
25 ENERGIA									21.414.581
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES									
116 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO									4.000.000
752 ENERGIA ELÉTRICA									17.414.581
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS									
0296 ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE									17.356.521
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									4.058.060
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA									
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO									21.414.581
TOTAL									21.414.581

ORGAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA  
 UNIDADE : 32204 - ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAQ/SUBTTITULO/PRODUTO	ESF	GN D	RP	MO D	I U	FT E	VALOR
0296 ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE									17.356.521
		ATIVIDADES							
25	752	0296 6486							17.356.521
		USINA TERMONUCLEAR DE ANGRA III (RJ)							
25	752	0296 6486 0033							17.356.521
		USINA TERMONUCLEAR DE ANGRA III (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							
		SISTEMA IMPLANTADO (UNIDADE)	1	4 - INV	2	90	0	495	17.356.521

0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO		ATIVIDADES						4.058.050	
25 126	0807 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO						4.000.000	
25 126	0807 4103 0053	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO						4.000.000	
25 752	0807 4102	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	1	4 - INV	2	90	0	495	4.000.000
25 752	0807 4102 0033	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NO ESTADO DO R.O DE JANEIRO							58.060
			1	4 - INV	2	90	0	495	58.060
<b>TOTAL - INVESTIMENTO</b>								<b>21.414.581</b>	

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA  
 UNIDADE : 32223 - CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRAS

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 17.022.273

QUADRO SINTESE POR FUNCOES  
 25 ENERGIA 17.022.273

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES  
 126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO 7.516.465  
 752 ENERGIA ELÉTRICA 9.505.808

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS  
 0276 GESTÃO DA POLÍTICA DE ENERGIA 9.505.808  
 0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO 7.516.465

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA  
 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 17.022.273

TOTAL 17.022.273

QUADRO SINTESE POR RECEITA  
 4.2.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 8.500.000  
 4.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS 3.500.000  
 4.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA 8.500.000  
 TOTAL DA RECEITA 8.500.000 RECEITAS CORRENTES 8.500.000 RECEITAS DE CAPITAL 0

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA  
 UNIDADE : 32223 - CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRAS

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	OND	RP	MOD	IUFTE	VALOR	
0276 GESTÃO DA POLÍTICA DE ENERGIA		PROJETOS						9.505.808	
25 752	0276 3427	ESTUDOS DE INVENTARIO E PROJETOS DE VIABILIDADE DE IMPLANTACAO DE SISTEMAS DE GERACAO E DE TRANSMISSAO NA REGIAO AMAZONICA						9.505.808	
25 752	0276 3427 0010	ESTUDOS DE INVENTARIO E PROJETOS DE VIABILIDADE DE IMPLANTACAO DE SISTEMAS DE GERACAO E DE TRANSMISSAO NA REGIAO AMAZONICA - NA REGIAO NORTE						9.505.808	
		ESTUDO REALIZADO (% DE EXECUCAO FISICA) 12	1	4 - INV	2	90	0	495	9.505.808
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO		ATIVIDADES						7.516.465	
25 126	0807 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO						7.516.465	
25 126	0807 4103 0001	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NACIONAL						7.516.465	
			1	4 - INV	2	90	0	495	7.516.465
<b>TOTAL - INVESTIMENTO</b>								<b>17.022.273</b>	

ORGAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA  
UNIDADE : 32224 - CENTRAIS ELETRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A. - ELETRONORTE

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
<b>TOTAL DA UNIDADE : R\$ 14.170.000</b>			
<b>QUADRO SINTESE POR FUNCOES</b>			
25 ENERGIA		14.170.000	
<b>QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES</b>			
752 ENERGIA ELÉTRICA		14.170.000	
<b>QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS</b>			
0297 ENERGIA NA REGIÃO NORTE		4.000.000	
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO		5.000.000	
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS		5.170.000	
<b>QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA</b>			
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		14.170.000	
<b>TOTAL</b>		<b>14.170.000</b>	

ORGAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA  
UNIDADE : 32224 - CENTRAIS ELETRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A. - ELETRONORTE

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00							
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR	
<b>0297 ENERGIA NA REGIÃO NORTE</b>										<b>4.000.000</b>
<b>ATIVIDADES</b>										
25 752	0297 4462	MANUTENCAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA							4.000.000	
25 752	0297 4462 0010	MANUTENCAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA - NA REGIAO NORTE	I	4 - INV	2	90	0	495	4.000.000	
<b>0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO</b>										<b>5.000.000</b>
<b>ATIVIDADES</b>										
25 752	0807 4101	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS							5.000.000	
25 752	0807 4101 0010	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS - NA REGIAO NORTE	I	4 - INV	2	90	0	495	5.000.000	
<b>1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS</b>										<b>5.170.000</b>
<b>PROJETOS</b>										
25 752	1042 104Z	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO EM RORAIMA							1.000.000	
25 752	1042 104Z 0014	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO EM RORAIMA - NO ESTADO DE RORAIMA	I	4 - INV	2	90	0	495	1.000.000	
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 3							1.000.000	
25 752	1042 1885	RECAPACITACAO DAS UNIDADES GERADORAS 1 E 2 DA USINA HIDRELETRICA COARACY NUNES (AP) (ACRESCIMO DE 4 MW)							2.170.000	
25 752	1042 1885 0016	RECAPACITACAO DAS UNIDADES GERADORAS 1 E 2 DA USINA HIDRELETRICA COARACY NUNES (AP) (ACRESCIMO DE 4 MW) - NO ESTADO DO AMAPA	I	4 - INV	2	90	0	495	2.170.000	
		UNIDADE RECAPACITADA (% DE EXECUCAO FISICA) 1							2.170.000	
25 752	1042 3243	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO NO AMAPA							2.000.000	
25 752	1042 3243 0016	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO NO AMAPA - NO ESTADO DO AMAPA	I	4 - INV	2	90	0	495	2.000.000	
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 1							2.000.000	
<b>TOTAL - INVESTIMENTO</b>									<b>14.170.000</b>	



ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA  
 UNIDADE : 32225 - ELETROSUL CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
<b>TOTAL DA UNIDADE : R\$ 87.679.244</b>		
QUADRO SINTESE POR FUNCOES 25 ENERGIA		87.679.244
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES 752 ENERGIA ELÉTRICA		87.679.244
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS 0276 GESTÃO DA POLÍTICA DE ENERGIA 0295 ENERGIA NA REGIÃO SUL		6.175.600 81.503.644
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		87.679.244
<b>TOTAL</b>		<b>87.679.244</b>
QUADRO SINTESE POR RECEITA 5.0.8.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 6.9.8.8.00.00 OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO 6.9.2.8.00.00 CONTROLADORA		63.889.384 63.889.384 63.889.384
<b>TOTAL DA RECEITA</b>	<b>63.889.384 RECEITAS CORRENTES</b>	<b>0 RECEITAS DE CAPITAL</b> 63.889.384

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA  
 UNIDADE : 32225 - ELETROSUL CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0276 GESTÃO DA POLÍTICA DE ENERGIA									6.175.600
		ATIVIDADES							
25	752	0276 6508							6.175.600
25	752	0276 6508 0001							6.175.600
		ESTUDOS DE VIABILIDADE PARA AMPLIACAO DA GERACAO DE ENERGIA ELETRICA							
		ESTUDOS DE VIABILIDADE PARA AMPLIACAO DA GERACAO DE ENERGIA ELETRICA - NACIONAL							
		ESTUDO REALIZADO (UNIDADE)	I	4 - INV	2	90	0	495	6.175.600
0295 ENERGIA NA REGIÃO SUL									81.503.644
		PROJETOS							
25	752	0295 105K							81.503.644
25	752	0295 105K 0040							81.503.644
		AMPLIACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO NA REGIAO SUL (38 KM E REFORCOS EM 9 SUBESTACOES)							
		AMPLIACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO NA REGIAO SUL (38 KM E REFORCOS EM 9 SUBESTACOES) - NA REGIAO SUL							
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 7	I	4 - INV	2	90	0	495	81.503.644
<b>TOTAL - INVESTIMENTO</b>									<b>87.679.244</b>

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA  
 UNIDADE : 32226 - COMPANHIA HIDRO ELETRICA DO SAO FRANCISCO - CHESF

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
<b>TOTAL DA UNIDADE : R\$ 3.163.866</b>		
QUADRO SINTESE POR FUNCOES 25 ENERGIA		3.163.866
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES 752 ENERGIA ELÉTRICA		3.163.866
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS 0276 GESTÃO DA POLÍTICA DE ENERGIA		3.163.866
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		3.163.866
<b>TOTAL</b>		<b>3.163.866</b>

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA  
 UNIDADE : 32226 - COMPANHIA HIDRO ELETRICA DO SAO FRANCISCO - CHESF

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00							
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GN	RP	MOD	I	U	FT	VALOR
0276 GESTÃO DA POLÍTICA DE ENERGIA										3.163.866
ATIVIDADES										
25	752	0276 6508								3.163.866
25	752	0276 6508 0020								3.163.866
		ESTUDOS DE VIABILIDADE PARA AMPLIAÇÃO DA GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA								
		ESTUDOS DE VIABILIDADE PARA AMPLIAÇÃO DA GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - NA REGIÃO NORDESTE								
		ESTUDO REALIZADO (UNIDADE)	I	4 - INV	2	90	0	495		3.163.866
TOTAL - INVESTIMENTO										3.163.866

ORGAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA  
UNIDADE : 32228 - FURNAS - CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00							
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 21.234.414										
QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES										
25 ENERGIA										21.234.414
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES										
752 ENERGIA ELÉTRICA										21.234.414
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS										
0276 GESTÃO DA POLÍTICA DE ENERGIA										107.500
0296 ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE										8.081.158
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO										13.045.756
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA										
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO										21.234.414
TOTAL										21.234.414

ORGAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA  
UNIDADE : 32228 - FURNAS - CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00							
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GN	RP	MOD	I	U	FT	VALOR
0276 GESTÃO DA POLÍTICA DE ENERGIA										107.500
ATIVIDADES										
25	752	0276 6510								107.500
25	752	0276 6510 0001								107.500
		ESTUDOS DE VIABILIDADE PARA AMPLIAÇÃO DA TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA								
		ESTUDOS DE VIABILIDADE PARA AMPLIAÇÃO DA TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - NACIONAL								
		ESTUDO REALIZADO (UNIDADE)	I	4 - INV	2	90	0	495		107.500
0296 ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE										8.081.158
ATIVIDADES										
25	752	0296 8549								7.485.158
25	752	0296 8549 0001								7.485.158
		PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL DE EMPREENDIMENTOS DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA								
		PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL DE EMPREENDIMENTOS DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - NACIONAL								
			I	4 - INV	2	90	0	495		7.485.158
PROJETOS										
25	752	0296 3414								596.000
25	752	0296 3414 0033								596.000
		IMPLANTAÇÃO DE CICLO COMBINADO NA USINA TERMOELÉTRICA SANTA CRUZ - FASE I - COM ACRESCIMO DE 350 MW (RJ)								
		IMPLANTAÇÃO DE CICLO COMBINADO NA USINA TERMOELÉTRICA SANTA CRUZ - FASE I - COM ACRESCIMO DE 350 MW (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO								
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA)	I	4 - INV	2	90	0	495		596.000

0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURÁ DE APOÍO		13.045.756	
	ATIVIDADES		
25 752	0807 4102	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	13.045.756
25 752	0807 4102 0001	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NACIONAL	13.045.756
		I 4 - INV 2 90 0 495	13.045.756
<b>TOTAL - INVESTIMENTO</b>		<b>21.234.414</b>	

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA  
 UNIDADE : 32267 - COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ACRE - ELETROACRE

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 44.670.820

QUADRO SINTESE POR FUNCOES	25 ENERGIA	44.670.820
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES	126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO	830.000
	752 ENERGIA ELÉTRICA	43.840.820
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS	0273 LUZ PARA TODOS	33.883.795
	0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO	1.062.718
	1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS	9.724.307
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	44.670.820
<b>TOTAL</b>		<b>44.670.820</b>
QUADRO SINTESE POR RECEITA	6.8.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO	44.670.820
	6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS	44.670.820
	6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA	44.670.820
<b>TOTAL DA RECEITA</b>	<b>44.670.820 RECEITAS CORRENTES</b>	<b>44.670.820 RECEITAS DE CAPITAL</b>
		<b>0</b>

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA  
 UNIDADE : 32267 - COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ACRE - ELETROACRE

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GN	RP	MOD	I	U	FT	VALOR
0273 LUZ PARA TODOS										33.883.795
	ATIVIDADES									
25 752	0273 11X8	AMPLIACAO DA REDE RURAL DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA - LUZ PARA TODOS (ACRE)								33.883.795
25 752	0273 11X8 0012	AMPLIACAO DA REDE RURAL DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA - LUZ PARA TODOS (ACRE) - NO ESTADO DO ACRE								33.883.795
		REDE AMPLIADA (KQM) 2840	I	4 - INV	2	90	0	495		33.883.795
<b>0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO</b>										<b>1.062.718</b>
	ATIVIDADES									
25 126	0807 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO								830.000
25 126	0807 4103 0012	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NO ESTADO DO ACRE								830.000
			I	4 - INV	2	90	0	495		830.000
25 752	0807 4102	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS								232.718
25 752	0807 4102 0012	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NO ESTADO DO ACRE								232.718
			I	4 - INV	2	90	0	495		232.718

1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS								9.724.307
			ATIVIDADES					
25 752	1042 4877	MANUTENCAO DE SISTEMA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA NO ESTADO DO ACRE						1.870.341
25 752	1042 4877 0012	MANUTENCAO DE SISTEMA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA NO ESTADO DO ACRE - NO ESTADO DO ACRE	I	4 - INV	2	90	0 495	1.870.341
			PROJETOS					
25 752	1042 3367	AMPLIACAO DE REDE URBANA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA NO ACRE						5.931.876
25 752	1042 3367 0012	AMPLIACAO DE REDE URBANA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA NO ACRE - NO ESTADO DO ACRE REDE AMPLIADA (KM) 144	I	4 - INV	2	90	0 495	5.931.876
25 752	1042 7108	INTERLIGACAO DOS SISTEMAS ISOLADOS AO SISTEMA RIO BRANCO (AC)						1.922.090
25 752	1042 7108 0012	INTERLIGACAO DOS SISTEMAS ISOLADOS AO SISTEMA RIO BRANCO (AC) - NO ESTADO DO ACRE LINHA DE TRANSMISSAO IMPLANTADA (KM) 182	I	4 - INV	2	90	0 495	1.922.090
<b>TOTAL - INVESTIMENTO</b>								<b>44.670.820</b>

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA  
UNIDADE : 32268 - COMPANHIA ENERGETICA DE ALAGOAS - CEAL

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR  
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 11.185.001

QUADRO SINTESE POR FUNCOES  
25 ENERGIA | 11.185.001

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES  
752 ENERGIA ELÉTRICA | 11.185.001

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS  
0273 LUZ PARA TODOS | 11.185.001

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA  
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO | 11.185.001

TOTAL | 11.185.001

QUADRO SINTESE POR RECEITA  
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO | 11.185.001  
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS | 11.185.001  
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA | 11.185.001  
TOTAL DA RECEITA 11.185.001 RECEITAS CORRENTES 11.185.001 RECEITAS DE CAPITAL 0

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA  
UNIDADE : 32268 - COMPANHIA ENERGETICA DE ALAGOAS - CEAL

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR  
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAOSUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0273 LUZ PARA TODOS									11.185.001
			PROJETOS						
25 752	0273 11XE	AMPLIACAO DA REDE RURAL DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA - LUZ PARA TODOS (ALAGOAS)							11.185.001
25 752	0273 11XE 0027	AMPLIACAO DA REDE RURAL DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA - LUZ PARA TODOS (ALAGOAS) - NO ESTADO DE ALAGOAS REDE AMPLIADA (KM) 248	I	4 - INV	2	90	0 495		11.185.001
<b>TOTAL - INVESTIMENTO</b>									<b>11.185.001</b>

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA  
UNIDADE : 32269 - COMPANHIA ENERGETICA DO PIAUI - CEPISA

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR  
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 87.402.382

QUADRO SINTESE POR FUNCOES  
25 ENERGIA | 87.402.382

<b>QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES</b>		
126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO		7.211.392
752 ENERGIA ELÉTRICA		80.190.990
<b>QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS</b>		
0273 LUZ PARA TODOS		74.725.200
0294 ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE		5.430.790
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO		7.246.392
<b>QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA</b>		
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		87.402.382
<b>TOTAL</b>		<b>87.402.382</b>
<b>QUADRO SINTESE POR RECEITA</b>		
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		86.048.203
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS		86.048.203
6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA		86.048.203
<b>TOTAL DA RECEITA</b>	<b>86.048.203 RECEITAS CORRENTES</b>	<b>86.048.203 RECEITAS DE CAPITAL</b>
		0

ORGAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA  
 UNIDADE : 32269 - COMPANHIA ENERGETICA DO PIAUI - CEPISA

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
<b>0273 LUZ PARA TODOS</b>									<b>74.725.200</b>
<b>PROJETOS</b>									
25 752	0273 11YL	AMPLIACAO DA REDE RURAL DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA - LUZ PARA TODOS (PIAUI)							74.725.200
25 752	0273 11YL 0022	AMPLIACAO DA REDE RURAL DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA - LUZ PARA TODOS (PIAUI) - NO ESTADO DO PIAUI							74.725.200
		REDE AMPLIADA (KM) 2500	I	4 - INV	2	90	0	495	74.725.200
<b>0294 ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE</b>									<b>5.430.790</b>
<b>PROJETOS</b>									
25 752	0294 3379	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO NO PIAUI							5.430.790
25 752	0294 3379 0022	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO NO PIAUI - NO ESTADO DO PIAUI							5.430.790
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 3	I	4 - INV	2	90	0	495	5.430.790
<b>0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO</b>									<b>7.246.392</b>
<b>ATIVIDADES</b>									
25 126	0807 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO							7.211.392
25 126	0807 4103 0022	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NO ESTADO DO PIAUI							7.211.392
			I	4 - INV	2	90	0	495	7.211.392
25 752	0807 4101	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS							35.000
25 752	0807 4101 0022	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS - NO ESTADO DO PIAUI							35.000
			I	4 - INV	2	90	0	495	35.000
<b>TOTAL - INVESTIMENTO</b>									<b>87.402.382</b>

ORGAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA  
 UNIDADE : 32270 - CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S.A. - CERON

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
<b>TOTAL DA UNIDADE : R\$ 35.900.000</b>		
<b>QUADRO SINTESE POR FUNCOES</b>		
25 ENERGIA		35.900.000
<b>QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES</b>		
752 ENERGIA ELÉTRICA		35.900.000
<b>QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS</b>		
0273 LUZ PARA TODOS		34.000.000
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS		1.900.000
<b>QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA</b>		
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		35.900.000
<b>TOTAL</b>		<b>35.900.000</b>

<b>QUADRO-SINTESE POR RECEITA</b>				
6.0.0.0.00.00	RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO			31.465.054
6.1.0.0.00.00	RECURSOS PROPRIOS			31.465.054
6.1.1.0.00.00	GERACAO PROPRIA			31.465.054
<b>TOTAL DA RECEITA</b>	<b>31.465.054</b>	<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>31.465.054</b>	<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>
				<b>0</b>

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA  
UNIDADE : 32270 - CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S.A. - CERON

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						VALOR
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GN D	R P	M O D	I U	F T E	
<b>0273 LUZ PARA TODOS</b>									<b>34.000.000</b>
PROJETOS									
25 752	0273 11XI	AMPLIACAO DA REDE RURAL DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA - LUZ PARA TODOS (RONDONIA)							34.000.000
25 752	0273 11XI 0011	AMPLIACAO DA REDE RURAL DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA - LUZ PARA TODOS (RONDONIA) - NO ESTADO DE RONDONIA							34.000.000
		REDE AMPLIADA (KM) 1436	I	4 - INV	2	90	0	495	34.000.000
<b>1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS</b>									<b>1.900.000</b>
ATIVIDADES									
25 752	1042 4881	MANUTENCAO DO SISTEMA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA NO ESTADO DE RONDONIA							900.000
25 752	1042 4881 0011	MANUTENCAO DO SISTEMA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA NO ESTADO DE RONDONIA - NO ESTADO DE RONDONIA							900.000
		PROJETOS							
25 752	1042 3404	AMPLIACAO DE REDE URBANA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA EM RONDONIA							1.000.000
25 752	1042 3404 0011	AMPLIACAO DE REDE URBANA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA EM RONDONIA - NO ESTADO DE RONDONIA							1.000.000
		REDE AMPLIADA (KM) 2	I	4 - INV	2	90	0	495	1.000.000
<b>TOTAL - INVESTIMENTO</b>									<b>35.900.000</b>

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA  
UNIDADE : 32273 - MANAUS ENERGIA S.A.

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
<b>TOTAL DA UNIDADE : R\$ 40.786.886</b>			
<b>QUADRO SINTESE POR FUNCOES</b>			
25	ENERGIA		40.786.886
<b>QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES</b>			
126	TECNOLOGIA DA INFORMACAO		2.100.000
752	ENERGIA ELÉTRICA		38.686.886
<b>QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS</b>			
0273	LUZ PARA TODOS		22.400.000
0307	INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO		2.100.000
1042	ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS		16.286.886
<b>QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA</b>			
495	RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO		40.786.886
<b>TOTAL</b>			<b>40.786.886</b>
<b>QUADRO SINTESE POR RECEITA</b>			
6.0.0.0.00.00	RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO		6.337.755
6.1.0.0.00.00	RECURSOS PROPRIOS		6.337.755
6.1.1.0.00.00	GERACAO PROPRIA		6.337.755
<b>TOTAL DA RECEITA</b>	<b>6.337.755</b>	<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>6.337.755</b>
		<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>0</b>

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA  
UNIDADE : 32273 - MANAUS ENERGIA S.A.

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			CRÉDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
<b>0273 LUZ PARA TODOS</b>									<b>22.400.000</b>
PROJETOS									
25 752	0273 11XU	AMPLIACAO DA REDE RURAL DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA - LUZ PARA TODOS (MANAUS)							22.400.000
25 752	0273 11XU 0101	AMPLIACAO DA REDE RURAL DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA - LUZ PARA TODOS (MANAUS) - NO MUNICIPIO DE MANAUS - AM							22.400.000
		REDE AMPLIADA (KM) 142	I	4 - INV	2	90	0	495	22.400.000
<b>0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO</b>									<b>2.100.000</b>
ATIVIDADES									
25 126	0807 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO							2.100.000
25 126	0807 4103 0013	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NO ESTADO DO AMAZONAS							2.100.000
			I	4 - INV	2	90	0	495	2.100.000
<b>1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS</b>									<b>16.286.886</b>
ATIVIDADES									
25 752	1042 4886	MANUTENCAO DO SISTEMA DE TRANSMISSAO E SUBTRANSMISSAO EM MANAUS (AM)							3.200.000
25 752	1042 4886 0013	MANUTENCAO DO SISTEMA DE TRANSMISSAO E SUBTRANSMISSAO EM MANAUS (AM) - NO ESTADO DO AMAZONAS							3.200.000
			I	4 - INV	2	90	0	495	3.200.000
PROJETOS									
25 752	1042 3398	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO EM MANAUS (AM)							13.086.886
25 752	1042 3398 0013	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO EM MANAUS (AM) - NO ESTADO DO AMAZONAS							13.086.886
		LINHA DE TRANSMISSAO IMPLANTADA (KM) 5	I	4 - INV	2	90	0	495	13.086.886
<b>TOTAL - INVESTIMENTO</b>									<b>40.786.886</b>

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA  
 UNIDADE : 32276 - COMPANHIA DE GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA - CGTEE

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		CRÉDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
<b>TOTAL DA UNIDADE : R\$ 14.482.000</b>		
<b>QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES</b>		
25 ENERGIA		14.482.000
<b>QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES</b>		
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO		500.000
752 ENERGIA ELÉTRICA		13.982.000
<b>QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS</b>		
0295 ENERGIA NA REGIÃO SUL		10.900.000
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO		3.582.000
<b>QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA</b>		
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		14.482.000
<b>TOTAL</b>		<b>14.482.000</b>

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA  
 UNIDADE : 32276 - COMPANHIA DE GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA - CGTEE

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						VALOR
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	
0295 ENERGIA NA REGIÃO SUL									10.900.000
PROJETOS									
25 752	0295 3372	REVITALIZAÇÃO DA USINA TERMELETRICA PRESIDENTE MEDICI COM 446 MW EM CANDIOTA (RS)							10.900.000
25 752	0295 3372 0043	REVITALIZAÇÃO DA USINA TERMELETRICA PRESIDENTE MEDICI COM 446 MW EM CANDIOTA (RS) - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 38	I	4 - INV	2	90	0	495	10.900.000
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									3.582.000
ATIVIDADES									
25 126	0807 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO							500.000
25 126	0807 4103 0040	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NA REGIAO SUL	I	4 - INV	2	90	0	495	500.000
25 752	0807 4101	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS							1.700.000
25 752	0807 4101 0040	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS - NA REGIAO SUL	I	4 - INV	2	90	0	495	1.700.000
25 752	0807 4102	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS							1.382.000
25 752	0807 4102 0040	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NA REGIAO SUL	I	4 - INV	2	90	0	495	1.382.000
TOTAL - INVESTIMENTO									14.482.000

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA  
UNIDADE : 32277 - COMPANHIA ENERGÉTICA DO AMAZONAS - CEAM

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						VALOR
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 9.000.000									
QUADRO SINTESE POR FUNCOES 25 ENERGIA									9.000.000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES 752 ENERGIA ELÉTRICA									9.000.000
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS 1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS									9.000.000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO									9.000.000
TOTAL									9.000.000

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA  
UNIDADE : 32277 - COMPANHIA ENERGÉTICA DO AMAZONAS - CEAM

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						VALOR
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS									9.000.000
PROJETOS									
25 752	1042 3267	AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DO PARQUE DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA NO ESTADO DO AMAZONAS							9.000.000
25 752	1042 3267 0013	AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DO PARQUE DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA NO ESTADO DO AMAZONAS - NO ESTADO DO AMAZONAS CAPACIDADE DE GERAÇÃO AMPLIADA (% DE EXECUCAO FISICA) 18	I	4 - INV	2	90	0	495	9.000.000
TOTAL - INVESTIMENTO									9.000.000



ANEXO II		CREDITO SUPLEMENTAR	
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES R\$ 1,00	
QUADRO SINTESE POR FUNCOES			
25 ENERGIA			620.445.333
26 TRANSPORTE			138.000.000
	TOTAL - GERAL		758.445.333
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES			
126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO			7.186.068
752 ENERGIA ELÉTRICA			613.259.265
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO			138.000.000
	TOTAL - GERAL		758.445.333
QUADRO SINTESE POR FUNCOES/SUBFUNCOES			
25 ENERGIA			620.445.333
126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO			7.186.068
752 ENERGIA ELÉTRICA			613.259.265
26 TRANSPORTE			138.000.000
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO			138.000.000
	TOTAL - GERAL		758.445.333
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS			
0237 CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS			138.000.000
0276 GESTÃO DA POLÍTICA DE ENERGIA			5.620.000
0294 ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE			137.512.531
0295 ENERGIA NA REGIÃO SUL			88.843.907
0296 ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE			243.558.083
0297 ENERGIA NA REGIÃO NORTE			66.990.000
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO			29.815.735
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS			48.105.077
	TOTAL - GERAL		758.445.333
QUADRO SINTESE POR ORGAO			
32000 MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA			758.445.333
QUADRO SINTESE POR RECEITA			
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			602.430.083
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS			446.930.083
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA			446.930.083
6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			85.500.000
6.2.2.0.00.00 CONTROLADORA			85.500.000
6.9.0.0.00.00 OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO			70.000.000
6.9.2.0.00.00 CONTROLADORA			70.000.000
TOTAL DA RECEITA	602.430.083	RECEITAS CORRENTES	446.930.083
		RECEITAS DE CAPITAL	155.500.000
ORGAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA			
ANEXO II		CREDITO SUPLEMENTAR	
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
TOTAL DO ORGAO : R\$ 758.445.333			
QUADRO SINTESE POR FUNCOES			
25 ENERGIA			620.445.333
26 TRANSPORTE			138.000.000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES			
126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO			7.186.068
752 ENERGIA ELÉTRICA			613.259.265
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO			138.000.000
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS			
0237 CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS			138.000.000
0276 GESTÃO DA POLÍTICA DE ENERGIA			5.620.000
0294 ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE			137.512.531
0295 ENERGIA NA REGIÃO SUL			88.843.907
0296 ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE			243.558.083
0297 ENERGIA NA REGIÃO NORTE			66.990.000
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO			29.815.735
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS			48.105.077
QUADRO SINTESE POR UNIDADES ORÇAMENTARIAS			
32204 ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR			69.596.259
32223 CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRAS			8.522.273
32224 CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A. - ELETRONORTE			227.170.000
32225 ELETROSUL CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.			23.789.860
32226 COMPANHIA HIDRÓ ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO - CHESF			135.763.866
32228 FURNAS - CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.			169.401.824
32269 COMPANHIA ENERGETICA DO PIAUI - CEPISA			1.354.179
32270 CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S.A. - CERON			4.434.946
32272 BOA VISTA ENERGIA S.A. - BVENERGIA			1.571.588
32273 MANAUS ENERGIA S.A.			34.449.131
32276 COMPANHIA DE GERAÇÃO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA - CGTEE			73.391.407
32277 COMPANHIA ENERGETICA DO AMAZONAS - CEAM			9.000.000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA			
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			758.445.333
TOTAL			758.445.333
QUADRO SINTESE POR RECEITA			
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO			602.430.083
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS			446.930.083
6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA			446.930.083
6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMONIO LIQUIDO			85.500.000
6.2.2.0.00.00 CONTROLADORA			85.500.000
6.9.0.0.00.00 OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO			70.000.000
6.9.2.0.00.00 CONTROLADORA			70.000.000
TOTAL DA RECEITA	602.430.083	RECEITAS CORRENTES	446.930.083
		RECEITAS DE CAPITAL	155.500.000

ORGAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA  
UNIDADE : 32204 - ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
<b>TOTAL DA UNIDADE : R\$ 69.596.259</b>			
QUADRO SINTESE POR FUNCOES 25 ENERGIA		69.596.259	
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES 752 ENERGIA ELÉTRICA		69.596.259	
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS 0296 ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE		69.596.259	
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		69.596.259	
<b>TOTAL</b>		<b>69.596.259</b>	
QUADRO SINTESE POR RECEITA			
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		48.181.678	
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS		30.681.678	
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA		30.681.678	
6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		17.500.000	
6.2.2.0.00.00 CONTROLADORA		17.500.000	
<b>TOTAL DA RECEITA</b>		<b>48.181.678</b>	<b>RECEITAS CORRENTES 30.681.678</b>
			<b>RECEITAS DE CAPITAL 17.500.000</b>

ORGAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA  
UNIDADE : 32204 - ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00							
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR	
0296		ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE								69.596.259
ATIVIDADES										
25	752	0296 4477							19.279.833	
25	752	0296 4477 0033							19.279.833	
		MANUTENCAO DO SISTEMA DE GERACAO DE ENERGIA TERMONUCLEAR DE ANGRA I E II (RJ)	1	4 - INV	2	90	0	495	19.279.833	
		MANUTENCAO DO SISTEMA DE GERACAO DE ENERGIA TERMONUCLEAR DE ANGRA I E II (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO								
PROJETOS										
25	752	0296 1853							32.816.426	
25	752	0296 1853 0033							32.816.426	
		SUBSTITUICAO DE GRUPO DE GERADORES DE VAPOR DA USINA DE ANGRA I (RJ)	1	4 - INV	2	90	0	495	32.816.426	
		SUBSTITUICAO DE GRUPO DE GERADORES DE VAPOR DA USINA DE ANGRA I (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO								
		GERADOR SUBSTITUIDO (% DE EXECUCAO FISICA)								
25	752	0296 5E88							17.500.000	
25	752	0296 5E88 0033							17.500.000	
		IMPLANTACAO DA USINA TERMONUCLEAR DE ANGRA III	1	4 - INV	2	90	0	495	17.500.000	
		IMPLANTACAO DA USINA TERMONUCLEAR DE ANGRA III - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO								
		SISTEMA IMPLANTADO (UNIDADE) 1								
<b>TOTAL - INVESTIMENTO</b>									<b>69.596.259</b>	

ORGAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA  
UNIDADE : 32223 - CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRAS

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
<b>TOTAL DA UNIDADE : R\$ 8.522.273</b>			
QUADRO SINTESE POR FUNCOES 25 ENERGIA		8.522.273	
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES 752 ENERGIA ELÉTRICA		8.522.273	
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS 0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO		8.522.273	
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		8.522.273	
<b>TOTAL</b>		<b>8.522.273</b>	

ORGAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA  
UNIDADE : 32223 - CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRAS



0276 GESTÃO DA POLÍTICA DE ENERGIA								180.000
		ATIVIDADES						
25 752	0276 6508	ESTUDOS DE VIABILIDADE PARA AMPLIAÇÃO DA GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA					90.000	
25 752	0276 6508 0001	ESTUDOS DE VIABILIDADE PARA AMPLIAÇÃO DA GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - NACIONAL ESTUDO REALIZADO (UNIDADE)	I	4 - INV	2	90 0 495	90.000	
25 752	0276 6510	ESTUDOS DE VIABILIDADE PARA AMPLIAÇÃO DA TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA					90.000	
25 752	0276 6510 0001	ESTUDOS DE VIABILIDADE PARA AMPLIAÇÃO DA TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - NACIONAL ESTUDO REALIZADO (UNIDADE)	I	4 - INV	2	90 0 495	90.000	
0294 ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE								10.000.000
		PROJETOS						
25 752	0294 1891	EXPANSÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO ASSOCIADO A UHE TUCURUI NO ESTADO DO MARANHÃO (ACRESCIMO DE APROXIMADAMENTE 120 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO E DE 695 MVA DE TRANSFORMAÇÃO DE POTÊNCIA EM SUBESTAÇÕES)					10.000.000	
25 752	0294 1891 0021	EXPANSÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO ASSOCIADO A UHE TUCURUI NO ESTADO DO MARANHÃO (ACRESCIMO DE APROXIMADAMENTE 120 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO E DE 695 MVA DE TRANSFORMAÇÃO DE POTÊNCIA EM SUBESTAÇÕES) - NO ESTADO DO MARANHÃO SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 1	I	4 - INV	2	90 0 495	10.000.000	
0296 ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE								10.000.000
		PROJETOS						
25 752	0296 1887	EXPANSÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO MATO GROSSO (ACRESCIMO DE APROXIMADAMENTE 365 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO, IMPLANTAÇÃO DA SE JAURU (MT) 400 MVA E REFORÇO NAS SUBESTAÇÕES ASSOCIADAS EQUIVALENTE A 563 MVA)					10.000.000	
25 752	0296 1887 0051	EXPANSÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO MATO GROSSO (ACRESCIMO DE APROXIMADAMENTE 365 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO, IMPLANTAÇÃO DA SE JAURU (MT) 400 MVA E REFORÇO NAS SUBESTAÇÕES ASSOCIADAS EQUIVALENTE A 563 MVA) - NO ESTADO DO MATO GROSSO OBRA EXECUTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 3	I	4 - INV	2	90 0 495	10.000.000	
0297 ENERGIA NA REGIÃO NORTE								66.990.000
		ATIVIDADES						
25 752	0297 4467	MANUTENÇÃO DE SISTEMA DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NA REGIÃO NORTE					10.000.000	
25 752	0297 4467 0010	MANUTENÇÃO DE SISTEMA DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NA REGIÃO NORTE - NA REGIÃO NORTE	I	4 - INV	2	90 0 495	10.000.000	
		PROJETOS						
25 752	0297 1E89	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO ITAITUBA (PA) - PARINTINS / BARREIRINHA / MAUES / BOA VISTA DO RAMOS (AM)					20.000.000	
25 752	0297 1E89 0002	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO ITAITUBA (PA) - PARINTINS / BARREIRINHA / MAUES / BOA VISTA DO RAMOS (AM) - NA REGIÃO NORTE SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 35	I	4 - INV	2	90 0 495	20.000.000	
25 752	0297 1897	EXPANSÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO NO ESTADO DO PARA ASSOCIADO A UHE TUCURUI (ACRESCIMO DE 1.582 MVA NAS SUBESTAÇÕES ASSOCIADAS)					5.000.000	
25 752	0297 1897 0015	EXPANSÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO NO ESTADO DO PARA ASSOCIADO A UHE TUCURUI (ACRESCIMO DE 1.582 MVA NAS SUBESTAÇÕES ASSOCIADAS) - NO ESTADO DO PARA OBRA EXECUTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 1	I	4 - INV	2	90 0 495	5.000.000	

25 752	0297 1907	ESTUDO DE VIABILIDADE DE IMPLANTACAO DA USINA HIDRELETRICA DE BELO MONTE (PA)								4.000.000
25 752	0297 1907 0015	ESTUDO DE VIABILIDADE DE IMPLANTACAO DA USINA HIDRELETRICA DE BELO MONTE (PA) - NO ESTADO DO PARA								4.000.000
		ESTUDO REALIZADO (% DE EXECUCAO FISICA) 10	I	4 - INV	2	90	0	495		4.000.000
25 752	0297 5E68	APOIO DE INFRA-ESTRUTURA AS COMUNIDADES ATENDIDAS PELO SISTEMA ELETRICO - NA REGIAO AMAZONICA								26.000.000
25 752	0297 5E68 0058	APOIO DE INFRA-ESTRUTURA AS COMUNIDADES ATENDIDAS PELO SISTEMA ELETRICO - NA REGIAO AMAZONICA - NA REGIAO AMAZONICA								26.000.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 100	I	4 - INV	2	90	0	495		26.000.000
25 752	0297 7096	INTERLIGACAO ELETRICA DO SISTEMA ISOLADO ACRE/RONDONIA A REDE BASICA NACIONAL EM MATO GROSSO								1.990.000
25 752	0297 7096 0001	INTERLIGACAO ELETRICA DO SISTEMA ISOLADO ACRE/RONDONIA A REDE BASICA NACIONAL EM MATO GROSSO - NACIONAL								1.990.000
		SISTEMA DE TRANSMISSAO IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA)	I	4 - INV	2	90	0	495		1.990.000
<b>0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO</b>										<b>2.000.000</b>
<b>ATIVIDADES</b>										
25 752	0807 4102	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS								2.000.000
25 752	0807 4102 0010	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NA REGIAO NORTE								2.000.000
			I	4 - INV	2	90	0	495		2.000.000
<b>TOTAL - INVESTIMENTO</b>										<b>227.170.000</b>

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA  
 UNIDADE : 32225 - ELETROSUL CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

ANEXO II  
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR  
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 23.789.860

QUADRO SINTESE POR FUNCOES  
 25 ENERGIA

23.789.860

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES  
 126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO  
 752 ENERGIA ELÉTRICA

2.694.000  
 21.095.860

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS  
 0295 ENERGIA NA REGIAO SUL  
 0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO

15.452.500  
 8.337.360

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA  
 495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO

23.789.860

TOTAL

23.789.860

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA  
 UNIDADE : 32225 - ELETROSUL CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

ANEXO II  
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR  
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR	
<b>0295 ENERGIA NA REGIAO SUL</b>										<b>15.452.500</b>
<b>ATIVIDADES</b>										
25 752	0295 4471	MANUTENCAO DO SISTEMA DE TRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA								452.500
25 752	0295 4471 0001	MANUTENCAO DO SISTEMA DE TRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA - NACIONAL								452.500
			I	4 - INV	2	90	0	495		452.500
<b>PROJETOS</b>										

25 752	0295 12DQ	IMPLANTACAO DO COMPLEXO HIDRELETRICO SAO BERNARDO PARA A GERACAO DE ENERGIA ELETRICA								15.000.000
25 752	0295 12DQ 0040	IMPLANTACAO DO COMPLEXO HIDRELETRICO SAO BERNARDO PARA A GERACAO DE ENERGIA ELETRICA - NA REGIAO SUL								15.000.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 11	I	4 - INV	2	90	0	495		15.000.000
<b>0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO</b>										<b>8.337.360</b>
<b>ATIVIDADES</b>										
25 126	0807 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO								2.694.000
25 126	0807 4103 0040	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NA REGIAO SUL								2.694.000
			I	4 - INV	2	90	0	495		2.694.000
25 752	0807 4101	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS								1.900.000
25 752	0807 4101 0040	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS - NA REGIAO SUL								1.900.000
			I	4 - INV	2	90	0	495		1.900.000
25 752	0807 4102	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS								3.743.360
25 752	0807 4102 0040	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NA REGIAO SUL								3.743.360
			I	4 - INV	2	90	0	495		3.743.360
<b>TOTAL - INVESTIMENTO</b>										<b>23.789.866</b>

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA  
UNIDADE : 32226 - COMPANHIA HIDRO ELETRICA DO SAO FRANCISCO - CHESF

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR  
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 135.763.866

QUADRO SINTESE POR FUNCOES  
25 ENERGIA 135.763.866

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES  
126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO 4.492.068  
752 ENERGIA ELETRICA 131.271.798

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS  
0294 ENERGIA NA REGIAO NORDESTE 127.058.352  
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO 8.705.514

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA  
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO 135.763.866

TOTAL 135.763.866

QUADRO SINTESE POR RECEITA  
6.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO 132.600.000  
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS 132.600.000  
6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA 132.600.000  
TOTAL DA RECEITA 132.600.000 RECEITAS CORRENTES 132.600.000 RECEITAS DE CAPITAL 0

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA  
UNIDADE : 32226 - COMPANHIA HIDRO ELETRICA DO SAO FRANCISCO - CHESF

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR  
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR	
<b>0294 ENERGIA NA REGIAO NORDESTE</b>										<b>127.058.352</b>
<b>ATIVIDADES</b>										
25 752	0294 4476	MANUTENCAO DE SISTEMA DE GERACAO DE ENERGIA ELETRICA NA REGIAO NORDESTE								8.170.663
25 752	0294 4476 0020	MANUTENCAO DE SISTEMA DE GERACAO DE ENERGIA ELETRICA NA REGIAO NORDESTE - NA REGIAO NORDESTE								8.170.663
			I	4 - INV	2	90	0	495		8.170.663
<b>PROJETOS</b>										
25 752	0294 3370	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO NO NORDESTE								63.904.448
25 752	0294 3370 0020	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO NO NORDESTE - NA REGIAO NORDESTE								63.904.448
		OBRA EM SUBESTACOES E LINHAS DE TRANSMISSAO (% DE EXECUCAO FISICA) 3	I	4 - INV	2	90	0	495		63.904.448

25 752	0294 3390	IRRIGACAO DE LOTES NA AREA DO REASSENTAMENTO, COM 20.599 HA, NA USINA DE ITAPARICA (BA)								11.408.116
25 752	0294 3390 0029	IRRIGACAO DE LOTES NA AREA DO REASSENTAMENTO, COM 20.599 HA, NA USINA DE ITAPARICA (BA) - NO ESTADO DA BAHIA								11.408.116
		LOTE IRRIGADO (UNIDADE)	I	4 - INV	2	90	0	495		11.408.116
25 752	0294 5103	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DA USINA TERMELETRICA BONGI PARA ATE 430 MW								142.548
25 752	0294 5103 0026	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DA USINA TERMELETRICA BONGI PARA ATE 430 MW - NO ESTADO DE PERNAMBUCO								142.548
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA)	I	4 - INV	2	90	0	495		142.548
25 752	0294 5105	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DA USINA TERMELETRICA CAMACARI DE 174 PARA 350 MW								4.848.674
25 752	0294 5105 0029	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DA USINA TERMELETRICA CAMACARI DE 174 PARA 350 MW - NO ESTADO DA BAHIA								4.848.674
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA)	I	4 - INV	2	90	0	495		4.848.674
25 752	0294 5107	SISTEMA DE TRANSMISSAO DO NORDESTE (IMPLANTACAO DE 4 SUBESTACOES SECCIONADORAS DE 230 KV)								38.583.903
25 752	0294 5107 0020	SISTEMA DE TRANSMISSAO DO NORDESTE (IMPLANTACAO DE 4 SUBESTACOES SECCIONADORAS DE 230 KV) - NA REGIAO NORDESTE								38.583.903
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 5	I	4 - INV	2	90	0	495		38.583.903

**0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO**

**8.705.514**

		ATIVIDADES								
25 126	0807 4183	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO								4.492.068
25 126	0807 4103 0020	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NA REGIAO NORDESTE								4.492.068
			I	4 - INV	2	90	0	495		4.492.068
25 752	0807 4101	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS								578.775
25 752	0807 4101 0020	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS - NA REGIAO NORDESTE								578.775
			I	4 - INV	2	90	0	495		578.775
25 752	0807 4102	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS								3.634.671
25 752	0807 4102 0020	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NA REGIAO NORDESTE								3.634.671
			I	4 - INV	2	90	0	495		3.634.671

**TOTAL - INVESTIMENTO**

**135.763.866**

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA  
UNIDADE : 32228 - FURNAS - CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

**ANEXO II  
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)**

**CREDITO SUPLEMENTAR  
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

**TOTAL DA UNIDADE : R\$ 169.401.824**

**QUADRO SINTESE POR FUNCOES  
25 ENERGIA**

**169.401.824**

**QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES  
752 ENERGIA ELÉTRICA**

**169.401.824**

**QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS  
0276 GESTÃO DA POLÍTICA DE ENERGIA  
0296 ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE**

**5.440.000**

**163.961.824**

**QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA  
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO**

**169.401.824**

**TOTAL**

**169.401.824**

**QUADRO SINTESE POR RECEITA  
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO  
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS  
6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA**

**148.167.410**

**148.167.410**

**148.167.410**

**TOTAL DA RECEITA 148.167.410 RECEITAS CORRENTES 148.167.410 RECEITAS DE CAPITAL 0**

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA  
UNIDADE : 32228 - FURNAS - CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

ANEXO II  
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)CREDITO SUPLEMENTAR  
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	N G D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0276 GESTÃO DA POLÍTICA DE ENERGIA									5.440.000
ATIVIDADES									
25 752	0276 6508	ESTUDOS DE VIABILIDADE PARA AMPLIACAO DA GERACAO DE ENERGIA ELETRICA							5.440.000
25 752	0276 6508 0001	ESTUDOS DE VIABILIDADE PARA AMPLIACAO DA GERACAO DE ENERGIA ELETRICA - NACIONAL							5.440.000
		ESTUDO REALIZADO (UNIDADE)	I	4 - INV	2	90	0	495	5.440.000
0296 ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE									163.961.824
ATIVIDADES									
25 752	0296 2200	REFORÇOS NO SISTEMA DE TRANSMISSAO NA AREA DOS ESTADOS DE GOIAS, MATO GROSSO E DO DISTRITO FEDERAL							42.146.291
25 752	0296 2200 0050	REFORÇOS NO SISTEMA DE TRANSMISSAO NA AREA DOS ESTADOS DE GOIAS, MATO GROSSO E DO DISTRITO FEDERAL - NA REGIAO CENTRO-OESTE							42.146.291
			I	4 - INV	2	90	0	495	42.146.291
25 752	0296 4478	MANUTENCAO DO SISTEMA DE TRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE							60.557.412
25 752	0296 4478 0001	MANUTENCAO DO SISTEMA DE TRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE - NACIONAL							60.557.412
			I	4 - INV	2	90	0	495	60.557.412
PROJETOS									
25 752	0296 1A01	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO MACAE (RJ) - CAMPOS (RJ), 3º CIRCUITO (345KV - 92 KM)							3.324.049
25 752	0296 1A01 0033	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO MACAE (RJ) - CAMPOS (RJ), 3º CIRCUITO (345KV - 92 KM) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							3.324.049
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 20	I	4 - INV	2	90	0	495	3.324.049
25 752	0296 1D35	MODERNIZACAO DA USINA HIDRELETRICA DE MASCARENHAS DE MORAES (MG), COM CAPACIDADE INSTALADA DE 476 MW - FASE 2							22.138.500
25 752	0296 1D35 0030	MODERNIZACAO DA USINA HIDRELETRICA DE MASCARENHAS DE MORAES (MG), COM CAPACIDADE INSTALADA DE 476 MW - FASE 2 - NA REGIAO SUDESTE							22.138.500
		USINA MODERNIZADA (% DE EXECUCAO FISICA) 19	I	4 - INV	2	90	0	495	22.138.500
25 752	0296 3292	MODERNIZACAO DA UHE FURNAS DE 1.200 MW (MG)							26.117.291
25 752	0296 3292 0031	MODERNIZACAO DA UHE FURNAS DE 1.200 MW (MG) - NO ESTADO DE MINAS GERAIS							26.117.291
		USINA MODERNIZADA (% DE EXECUCAO FISICA)	I	4 - INV	2	90	0	495	26.117.291
25 752	0296 3360	SISTEMA DE TRANSMISSAO DE ITAIPU (PR) - SAO PAULO (SP) (REFORÇOS NAS TORRES DA LT 750 KV FOZ - IVAIPORA, LT IVAIPORA - ITABERA I E II E NA LT ITABERA - TIJUCO PRETO I E II)							3.462.494
25 752	0296 3360 0001	SISTEMA DE TRANSMISSAO DE ITAIPU (PR) - SAO PAULO (SP) (REFORÇOS NAS TORRES DA LT 750 KV FOZ - IVAIPORA, LT IVAIPORA - ITABERA I E II E NA LT ITABERA - TIJUCO PRETO I E II) - NACIONAL							3.462.494
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 5	I	4 - INV	2	90	0	495	3.462.494
25 752	0296 5119	IMPLANTACAO DE CICLO COMBINADO DA USINA TERMELETRICA SAO GONCALO COM ACRESCIMO DE 193 MW (RJ)							15.787
25 752	0296 5119 0033	IMPLANTACAO DE CICLO COMBINADO DA USINA TERMELETRICA SAO GONCALO COM ACRESCIMO DE 193 MW (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							15.787
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA)	I	4 - INV	2	90	0	495	15.787
25 752	0296 7066	MODERNIZACAO DA UHE LUIZ CARLOS BARRETO DE CARVALHO COM 1.050 MW (MG)							6.200.000
25 752	0296 7066 0031	MODERNIZACAO DA UHE LUIZ CARLOS BARRETO DE CARVALHO COM 1.050 MW (MG) - NO ESTADO DE MINAS GERAIS							6.200.000
		USINA MODERNIZADA (% DE EXECUCAO FISICA) 2	I	4 - INV	2	90	0	495	6.200.000

TOTAL - INVESTIMENTO

169.401.824



ORGAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA  
 UNIDADE : 32269 - COMPANHIA ENERGETICA DO PIAUI - CEPISA

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR  
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 1.354.179

QUADRO SINTESE POR FUNCOES  
 25 ENERGIA 1.354.179

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCIONES  
 752 ENERGIA ELÉTRICA 1.354.179

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS  
 0294 ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE 454.179  
 0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO 900.000

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA  
 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 1.354.179

TOTAL 1.354.179

ORGAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA  
 UNIDADE : 32269 - COMPANHIA ENERGETICA DO PIAUI - CEPISA

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR  
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAQ/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GN D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0294 ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE									454.179
PROJETOS									
25 752	0294 3407	AMPLIACAO DE REDE URBANA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA NO PIAUI							454.179
25 752	0294 3407 0022	AMPLIACAO DE REDE URBANA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA NO PIAUI - NO ESTADO DO PIAUI							454.179
		REDE AMPLIADA (% DE EXECUCAO FISICA) 1	I	4 - INV	2	90	0	495	454.179
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									900.000
ATIVIDADES									
25 752	0807 4102	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS							900.000
25 752	0807 4102 0022	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NO ESTADO DO PIAUI							900.000
			I	4 - INV	2	90	0	495	900.000
TOTAL - INVESTIMENTO									1.354.179

ORGAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA  
 UNIDADE : 32270 - CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S.A. - CERON

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR  
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 4.434.946

QUADRO SINTESE POR FUNCOES  
 25 ENERGIA 4.434.946

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCIONES  
 752 ENERGIA ELÉTRICA 4.434.946

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS  
 1041 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS 4.434.946

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA  
 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 4.434.946

TOTAL 4.434.946

ORGAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA  
 UNIDADE : 32270 - CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S.A. - CERON

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ES F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS 4.434.946									
ATIVIDADES									
25 752	1042 2775	MANUTENCAO DO PARQUE DE GERACAO DE ENERGIA ELETRICA NO ESTADO DE RONDONIA							2.330.000
25 752	1042 2775 0011	MANUTENCAO DO PARQUE DE GERACAO DE ENERGIA ELETRICA NO ESTADO DE RONDONIA - NO ESTADO DE RONDONIA	I	4 - INV	2	90	0	495	2.330.000
PROJETOS									
25 752	1042 3381	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO EM RONDONIA							2.104.946
25 752	1042 3381 0011	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO EM RONDONIA - NO ESTADO DE RONDONIA LINHA DE TRANSMISSAO IMPLANTADA (KM) II	I	4 - INV	2	90	0	495	2.104.946
<b>TOTAL - INVESTIMENTO 4.434.946</b>									
ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA UNIDADE : 32272 - BOA VISTA ENERGIA S.A. - BVENERGIA									

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
<b>TOTAL DA UNIDADE : R\$ 1.571.588</b>									
QUADRO SINTESE POR FUNCOES									
25 ENERGIA 1.571.588									
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES									
752 ENERGIA ELÉTRICA 1.571.588									
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS									
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO 150.588									
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS 1.421.000									
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA									
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 1.571.588									
<b>TOTAL 1.571.588</b>									
QUADRO SINTESE POR RECEITA									
6.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 1.571.588									
6.1.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS 1.571.588									
6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA 1.571.588									
<b>TOTAL DA RECEITA 1.571.588 RECEITAS CORRENTES 1.571.588 RECEITAS DE CAPITAL 0</b>									
ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA UNIDADE : 32272 - BOA VISTA ENERGIA S.A. - BVENERGIA									

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ES F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO 150.588									
ATIVIDADES									
25 752	0807 4101	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS							150.588
25 752	0807 4101 0014	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS - NO ESTADO DE RORAIMA	I	4 - INV	2	90	0	495	150.588
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS 1.421.000									
ATIVIDADES									
25 752	1042 4431	MANUTENCAO DE SISTEMA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA DE BOA VISTA (RR)							521.000
25 752	1042 4431 0014	MANUTENCAO DE SISTEMA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA DE BOA VISTA (RR) - NO ESTADO DE RORAIMA	I	4 - INV	2	90	0	495	521.000

		PROJETOS						
25 752	1042 101Z	AMPLIACAO DO SISTEMA DE SUBTRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA DE BOA VISTA (RR)						500.000
25 752	1042 101Z 0014	AMPLIACAO DO SISTEMA DE SUBTRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA DE BOA VISTA (RR) - NO ESTADO DE RORAIMA						500.000
			I	4 - INV	2	90	0 495	500.000
25 752	1042 3995	AMPLIACAO DA REDE URBANA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA DE BOA VISTA (RR)						400.000
25 752	1042 3995 0014	AMPLIACAO DA REDE URBANA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA DE BOA VISTA (RR) - NO ESTADO DE RORAIMA						400.000
			I	4 - INV	2	90	0 495	400.000
<b>TOTAL - INVESTIMENTO</b>							<b>1.571.588</b>	

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA  
 UNIDADE : 32273 - MANAUS ENERGIA S.A.

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 34.449.131

QUADRO SINTESE POR FUNCOES  
 25 ENERGIA 34.449.131

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES  
 752 ENERGIA ELÉTRICA 34.449.131

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS  
 0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO 1.200.000  
 1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS 33.249.131

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA  
 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 34.449.131

TOTAL 34.449.131

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA  
 UNIDADE : 32273 - MANAUS ENERGIA S.A.

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	FUN	GND	RP	MOD	I	U	FTE	VALOR
<b>0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO</b>										<b>1.200.000</b>
<b>ATIVIDADES</b>										
25 752	0807 4101	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS								1.000.000
25 752	0807 4101 0013	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS - NO ESTADO DO AMAZONAS	I	4 - INV	2	90	0	495		1.000.000
25 752	0807 4102	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS								200.000
25 752	0807 4102 0013	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NO ESTADO DO AMAZONAS	I	4 - INV	2	90	0	495		200.000
<b>1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS</b>										<b>33.249.131</b>
<b>ATIVIDADES</b>										
25 752	1042 2218	MANUTENCAO DE REDE URBANA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA EM MANAUS (AM)								900.000
25 752	1042 2218 0013	MANUTENCAO DE REDE URBANA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA EM MANAUS (AM) - NO ESTADO DO AMAZONAS	I	4 - INV	2	90	0	495		900.000
25 752	1042 2224	MANUTENCAO DE REDE RURAL DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA EM MANAUS (AM)								500.000
25 752	1042 2224 0013	MANUTENCAO DE REDE RURAL DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA EM MANAUS (AM) - NO ESTADO DO AMAZONAS	I	4 - INV	2	90	0	495		500.000



25 752	0295 3380	ADEQUACAO AMBIENTAL DA USINA TERMELÉTRICA PRESIDENTE MEDICI, FASES A E B, EM CANDIOTA (RS)								44.000.000
25 752	0295 3380 0043	ADEQUACAO AMBIENTAL DA USINA TERMELÉTRICA PRESIDENTE MEDICI, FASES A E B, EM CANDIOTA (RS) - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL								44.000.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 28	I	4 - INV	2	90	0	495		44.000.000

TOTAL - INVESTIMENTO

73.391.407

ORGAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA  
UNIDADE : 32277 - COMPANHIA ENERGÉTICA DO AMAZONAS - CEAM

ANEXO II  
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR  
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 9.000,000

QUADRO SINTESE POR FUNCOES  
25 ENERGIA

9.000.000

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES  
752 ENERGIA ELÉTRICA

9.000.000

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS  
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS

9.000.000

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA  
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

9.000.000

TOTAL

9.000.000

ORGAO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA  
UNIDADE : 32277 - COMPANHIA ENERGÉTICA DO AMAZONAS - CEAM

ANEXO II  
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR  
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GN D	RP	MOD	I U	F T E	VALOR
1042		ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS							9.000.000
ATIVIDADES									
25 752	1042 2009	MANUTENCAO DO SISTEMA DE GERACAO DE ENERGIA ELETRICA NO INTERIOR DO ESTADO DO AMAZONAS							2.200.000
25 752	1042 2009 0013	MANUTENCAO DO SISTEMA DE GERACAO DE ENERGIA ELETRICA NO INTERIOR DO ESTADO DO AMAZONAS - NO ESTADO DO AMAZONAS	I	4 - INV	2	90	0	495	2.200.000
PROJETOS									
25 752	1042 1183	REVITALIZACAO DO PARQUE DE GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA DA CEAM DE 71,2 KW							3.000.000
25 752	1042 1183 0013	REVITALIZACAO DO PARQUE DE GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA DA CEAM DE 71,2 KW - NO ESTADO DO AMAZONAS	I	4 - INV	2	90	0	495	3.000.000
		PARQUE DE GERACAO REVITALIZADO (% DE EXECUCAO FISICA) 14							3.000.000
25 752	1042 1721	IMPLANTACAO DE OLEODUTOS E INSTALACAO DE TANQUES DE ARMAZENAMENTO DE COMBUSTIVEIS NAS USINAS DA CEAM							1.800.000
25 752	1042 1721 0013	IMPLANTACAO DE OLEODUTOS E INSTALACAO DE TANQUES DE ARMAZENAMENTO DE COMBUSTIVEIS NAS USINAS DA CEAM - NO ESTADO DO AMAZONAS	I	4 - INV	2	90	0	495	1.800.000
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 65							1.800.000
25 752	1042 3277	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE CONTROLE DE IMPACTO AMBIENTAL CAUSADO PELA GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA							2.000.000
25 752	1042 3277 0013	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE CONTROLE DE IMPACTO AMBIENTAL CAUSADO PELA GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA - NO ESTADO DO AMAZONAS	I	4 - INV	2	90	0	495	2.000.000
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 51							2.000.000
TOTAL - INVESTIMENTO									9.000.000

**MENSAGEM Nº 835**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Abre ao Orçamento de Investimento para 2006, em favor de empresas do Grupo Eletrobrás, crédito suplementar no valor total de R\$408.871.889,00 e reduz o Orçamento de Investimento de empresas do mesmo Grupo no valor global de R\$758.445.333,00, para os fins que especifica”.

Brasília, 27 de setembro de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

EM nº 177/2006 – MP

Brasília, 14 de setembro de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à consideração de Vossa Excelência, nos termos do art. 167, inciso V, da Constituição, o anexo Projeto de Lei, que abre crédito suplementar ao Orçamento de Investimento para 2006 (Lei nº 11.306, de 16 de maio de 2006), no valor total de R\$408.871.889,00 (quatrocentos e oito milhões, oitocentos e setenta e um mil e oitocentos e oitenta e nove reais), em favor de empresas do Grupo Eletrobrás, e, ao mesmo tempo, reduz o Orçamento de Investimento de empresas do mesmo Grupo no valor global de R\$758.445.333,00 (setecentos e cinquenta e oito milhões, quatrocentos e quarenta e cinco mil e trezentos e trinta e três reais), para atendimento de pleito do Ministério de Minas e Energia.

2. Os créditos ora solicitados têm por finalidade adequar as dotações orçamentárias das respectivas empresas, em decorrência de novas prioridades estabelecidas para o corrente exercício.

3. A seguir, a destinação, por empresa, dos referidos créditos, bem como a discriminação das respectivas fontes de financiamento:

**a)** Centro de Pesquisas de Energia Elétrica – CEPEL – R\$760.422,00 destinados à atividade “Pesquisa de Tecnologia Avançada no Campo dos Equipamentos e Sistemas Elétricos”, de âmbito Nacional. Os recursos necessários a realização dos investimentos são provenientes de geração própria do CEPEL.

**b)** Eletrobrás Termonuclear S.A. – ELETRONUCLEAR – R\$21.414.581,00, sendo:

- R\$17.356.521,00 destinados à ação “Usina Termonuclear de Angra III”, no Estado do Rio de Janeiro;

- R\$4.000.000,00 para “Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Infor-

mação e Teleprocessamento”, no Estado do Rio de Janeiro; e

- R\$58.060,00 destinados à “Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos”, no Estado do Rio de Janeiro.

Os recursos necessários à realização dos investimentos propostos são provenientes do cancelamento de parte de dotações aprovadas para outros projetos/atividades da própria empresa.

**c)** Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS – R\$17.022.273,00, sendo:

- R\$9505.808,00 destinados ao projeto “Estudos de Inventário e Projetos de Viabilidade de Implantação de Sistemas de Geração e de Transmissão na região Amazônica”, na região Norte; e

- R\$7.516.465,00 para “Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento”, de âmbito Nacional.

Os recursos necessários à realização dos investimentos propostos são provenientes de geração própria e do cancelamento de parte de dotações aprovadas para outros projetos/atividades da própria empresa.

**d)** Centrais Elétricas do Norte Brasil S.A. – ELETRONORTE – R\$ 14.170.000,00, sendo:

- R\$4.000.000,00 destinados à atividade “Manutenção de Sistema de Transmissão de Energia Elétrica”, na região Norte;

- R\$5.000.000,00 para “Manutenção e Adequação de Bens Imóveis”, na região Norte;

- R\$1.000.000,00 destinados ao projeto “Implantação de Sistema de Transmissão em Roraima”, no Estado de Roraima;

- R\$2.170.000,00 destinados ao projeto “Recapacitação das Unidades Geradoras 1 e 2 da Usina Hidroelétrica Coaracy Nunes (AP) (Acréscimos de 4 MW, no Estado do Amapá.

- R\$2.000.000,00 destinados ao projeto “Implantação de Sistema de Transmissão no Amapá”, no Estado do Amapá.

Os recursos necessários à realização dos investimentos propostos são provenientes do cancelamento de parte de dotações aprovadas para outros projetos/atividades da própria empresa.

**e)** Eletrosul Centrais Elétricas S.A. – ELETTROSUL – R\$87.679.244,00, sendo:

- R\$6.175.600,00 destinados à atividade “Estudos de Viabilidade para Ampliação da Geração de Energia Elétrica”, de âmbito Nacional; e

- R\$81.503.644,00 para “Ampliação de Sistema de Transmissão na região Sul (381 km e Reforço em 9 Subestações)”, na região Sul.

Os recursos necessários à realização dos investimentos propostos são provenientes de repasses da controladora e do cancelamento de parte de dotações aprovadas para outros projetos/atividades da própria empresa.

**f)** Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – CHESF – R\$ 3.163.866,00 destinados à atividade “Estudos de Viabilidade para Ampliação da Geração de Energia Elétrica”, na Região Nordeste. Os recursos necessários à realização dos investimentos propostos são provenientes do cancelamento de parte de dotações aprovadas para outros projetos/atividades da própria empresa.

**g)** Furnas Centrais Elétricas S.A. – FURNAS – R\$21.234.414,00, sendo:

- R\$107.500,00 destinados à atividade “Estudos de Viabilidade para Ampliação da Transmissão de Energia Elétrica”, de âmbito Nacional;

- R\$7.485.158,00 destinados à ação “Preservação e Conservação Ambiental de Empreendimentos de Geração e Transmissão de Energia Elétrica”, de âmbito Nacional;

- R\$596.000,00 destinados ao projeto “Implantação de Ciclo Combinado na Usina Termelétrica Santa Cruz – Fase 1 – com crescimento de 350 MW (RJ)”, no Estado do Rio Janeiro; e

- R\$13.045.756,00 para a ação “Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos e Equipamentos”, de âmbito Nacional.

Os recursos necessários à realização dos investimentos propostos são provenientes do cancelamento de parte de dotações aprovadas para outros projetos/atividades da própria empresa.

**h)** Companhia de Eletricidade do Acre – ELETROACRE – R\$44.670.820,00, sendo:

- R\$33.883.795,00 destinados ao projeto “Ampliação da Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica – Luz para Todos (ACRE)”, no Estado do Acre;

- R\$830.000,00 destinados à “Manutenção e Adequação de Ativos de Informática,

Informação e Teleprocessamento”, no Estado do Acre;

- R\$232.718,00 para a ação “Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos”, no Estado do Acre;

- R\$1.870.341,00 destinados ao projeto “Manutenção de Sistema de Distribuição de Energia Elétrica no Estado do Acre”;

- R\$5.931.876,00 destinados ao projeto “Ampliação de Rede Urbana de Distribuição de Energia Elétrica no Acre”, no Estado do Acre; e

- R\$1.922.090,00 para a ação “Interligação dos Sistemas Isolados ao Sistema Rio Branco (AC)”, no Estado do Acre.

Os recursos necessários à realização dos investimentos propostos são provenientes de geração própria da empresa.

**l)** Companhia Energética de Alagoas – CEAL – R\$11.185.001,00 destinados ao projeto “Ampliação da Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica – Luz para Todos (Alagoas)”, no Estado de Alagoas. Os recursos necessários à realização dos investimentos são provenientes de geração própria da empresa.

**j)** Companhia Energética do Piauí – CEPISA – R\$87.402.382,00, sendo:

- R\$74.725.200,00 destinados ao projeto “Ampliação da Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica – Luz para Todos (Piauí)”, no Estado do Piauí;

- R\$5.430.790,00 para o projeto “Implantação de Sistema de Transmissão no Piauí”, no Estado do Piauí;

- R\$7.211.392,00 destinados à atividade “Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento”, no Estado do Piauí; e

- R\$35.000,00 destinados à ação “Manutenção e Adequação de Bens Imóveis”, no Estado do Piauí.

Os recursos necessários à realização dos investimentos propostos são provenientes de geração própria da empresa e do cancelamento de parte de dotações aprovadas para outros projetos/atividades da própria empresa.

**k)** Centrais Elétricas de Rondônia S.A – CERON – R\$35.900.000,00, sendo:

- R\$34.000.000,00 destinados ao projeto “Ampliação da Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica – Luz para Todos (Rondônia)”, no Estado de Rondônia;

- R\$900.000,00 para a atividade “Manutenção do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica no Estado de Rondônia”; e
- R\$1.000.000,00 destinados ao projeto “Ampliação de Rede Urbana de Distribuição de Energia Elétrica em Rondônia”, no Estado de Rondônia.

Os recursos necessários à realização dos investimentos propostos são provenientes de geração própria da empresa e do cancelamento de parte de dotações aprovadas para outros projetos/atividades da própria empresa.

I) Manaus Energia S.A. – R\$40.786.886,00, sendo:

- R\$22.400.000,00 destinados ao projeto “Ampliação da Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica – Luz pra Todos (Manaus)”, no Município de Manaus (AM);
- R\$2.100.000,00 destinados à atividade “Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento”, no Estado do Amazonas;
- R\$3.200.000,00 para a ação “Manutenção do Sistema de Transmissão e Subtransmissão em Manaus (AM)”, no Estado do Amazonas; e
- R\$13.086.886,00 destinados ao projeto implantação de Sistema de Transmissão em Manaus (AM)”, no Estado do Amazonas.

Os recursos necessários à realização dos investimentos propostos são provenientes de geração própria da empresa e do cancelamento de parte de dotações aprovadas para outros projetos/atividades da própria empresa.

m) Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica R\$14.482.000,00, sendo:

- R\$10.900.000,00 destinados ao projeto “Revitalização da Usina Termelétrica Presidente Médici com 446 MW em Candiota (RS)”, no Estado do Rio Grande do Sul;
- R\$500.000,00 destinados à atividade “Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento”, na Região Sul;
- R\$1.700.000,00 destinados à atividade “Manutenção e Adequação de Bens Imóveis”, na Região Sul; e
- R\$1.382.000,00: para a ação “Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos”; na Região Sul.

Os recursos necessários à realização dos investimentos propostos são provenientes do cancelamento de parte de dotações aprovadas para outros projetos/atividades da própria empresa.

n) Companhia Energética do Amazonas – CEAM – R\$9.000.000,00, destinados ao projeto “Ampliação da Capacidade do Parque de Geração Térmica de Energia Elétrica no Estado do Amazonas”. Os recursos necessários à realização dos investimentos propostos são provenientes do cancelamento de parte de dotações aprovadas para outros projetos/atividades da própria empresa.

4. A suplementação solicitada pelas empresas retro relacionadas possibilitará a realização de investimentos nos respectivos projetos/atividades, de modo a assegurar o abastecimento do mercado interno de energia elétrica, e corresponde ao valor mínimo necessário para a consecução dos empreendimentos prioritários estabelecidos na revisão do plano estratégico das empresas do Grupo Eletrobrás para 2006.

5. Cabe ressaltar que, com a abertura deste crédito, ocorrerá, no Orçamento de Investimento para 2006, do conjunto das empresas do Grupo Eletrobrás, redução líquida de R\$349.573.444,00 (trezentos e quarenta e nove milhões, quinhentos e setenta e três mil o quatro centos e quarenta e quatro reais), em razão de estar sendo proposto também neste Projeto de Lei cancelamento de dotações no valor total de R\$758.445.333,00 (setecentos e cinquenta e oito milhões, quatrocentos e quarenta e cinco mil e trezentos e trinta e três reais), em outros projetos/atividades das respectivas empresas.

6. Segundo as empresas, essa redução está em consonância com as prioridades estabelecidas para o corrente exercício e não comprometerá o desempenho das suas atividades, uma vez que está ocorrendo apenas adequação dos cronogramas de desembolso dos respectivos projetos/atividades em 2006.

7. Cabe esclarecer que a meta de Resultado Primário, para 2006, fixada para as empresas do Grupo Eletrobrás no Anexo III ao Decreto nº 5.861, de 28 de julho de 2006, no montante de R\$1.800 milhões, equivalentes a 0,09% do Produto Interno Bruto – PIB, não será comprometida com a abertura do referido crédito, uma vez que o cancelamento de investimentos supera a suplementação ora proposta em R\$350 milhões.

8. São essas as razões que me levam a propor a Vossa Excelência o encaminhamento à consideração do Congresso Nacional do anexo Projeto de Lei.

Respeitosamente, – **Paulo Bernardo Silva.**



## LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.306, DE 16 DE MAIO DE 2006

Estima a receita e fixa a despesa da  
União para o exercício financeiro de 2006.

DECRETO Nº 5.861, DE 28 DE JULHO DE 2006

Dá nova redação ao parágrafo único  
do art. 12 e aos Anexos VIII, IX, X e XI do De-

creto nº 5.780, de 19 de maio de 2008, que  
dispõe sobre a programação orçamentária  
e financeira e estabelece o cronograma  
mensal de desembolso do Poder Executivo  
para o exercício de 2006, e dá outras pro-  
vidências.

ANEXO - III  
(Anexo X ao Decreto nº 5.780, de 19 de maio de 2006)

## RESULTADO PRIMÁRIO DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS

DISCRIMINAÇÃO	R\$ mil	
	VALORES ACUMULADOS	
	QUADRIMESTRES	
	II	III
<b>A - Grupo ELETROBRÁS (I-II+III-IV)</b>	1.230.000	1.800.000
I - Receitas	21.958.573	31.139.581
II - Despesas	20.585.410	30.157.004
Investimentos	2.873.300	4.950.322
Demais Despesas	17.712.110	25.206.682
III - Ajuste Competência/Caixa	527.827	2.286.943
IV - Juros	670.990	1.469.520
<b>B - Grupo PETROBRÁS (I-II+III-IV)</b>	5.619.188	11.830.627
I - Receitas	126.763.480	194.699.271
II - Despesas	118.437.918	186.187.053
Investimentos	15.857.836	24.095.055
Demais Despesas	102.580.082	162.091.998
III - Ajuste Competência/Caixa	(2.444.477)	3.578.074
IV - Juros	261.897	259.665
<b>C - ITAIPU (I-II+III-IV)</b>	3.086.640	4.809.438
I - Receitas	4.694.236	7.090.768
II - Despesas	3.644.049	5.443.692
Investimentos	29.437	45.619
Demais Despesas	3.614.612	5.398.073
III - Ajuste Competência/Caixa	(19.536)	59.797
IV - Juros	(2.055.989)	(3.102.565)
<b>D - Demais empresas (I-II+III-IV)</b>	(624.368)	(577.519)
I - Receitas	14.320.034	21.934.963
II - Despesas	13.491.227	21.099.446
Investimentos	905.866	1.535.509
Demais Despesas	12.585.361	19.563.937
III - Ajuste Competência/Caixa	(1.662.841)	(1.660.382)
IV - Juros	(209.666)	(247.346)
<b>RESULTADO PRIMÁRIO EMPRESAS ESTATAIS (A+B+C+D)</b>	<b>9.311.460</b>	<b>17.862.546</b>

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos  
Públicos e Fiscalização.)

**O SR. PRESIDENTE** (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Nos termos das normas constantes da Resolução nº 1, de 2001 – CN (Ofícios CN Nºs 823 e 824, de 2004), a Presidência estabelece o seguinte calendário para tramitação do projeto:

Até 8-10 Publicação e distribuição de avulsos;  
Até 16-10 Prazo final para apresentação de emendas;  
Até 21-10 Publicação e distribuição de avulsos das emendas;  
Até 31-10 Encaminhamento do parecer final à Mesa do Congresso Nacional

O Projeto lido vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – A Presidência comunica ao Plenário o recebimento do Aviso nº 35, de 2006 (nº 1.668/2006, na origem), do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão nº 1.371, de 2006-TCU (Plenário), bem como dos Anexos I, II e III do Relatório Consolidado, do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes à consolidação dos trabalhos de fiscalização em obras públicas neste exercício de 2006, destinado a prestar informações ao Congresso Nacional e subsidiar a aprovação e o acompanhamento da Lei Orçamentária Anual de 2007. (TC nº 005.275/2006-4).

O expediente vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Sobre a mesa parecer que passo a ler.

São lidos os seguintes:

#### **PARECER Nº 1.098, DE 2006**

**Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 216, de 2006 (nº 739/2000 na origem), do Presidente da República, que propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação financeira entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Nigéria no valor de US\$151.953.792,35 (cento e cinquenta e um milhões, novecentos e cinquenta e três mil, setecentos e noventa e dois dólares dos Estados Unidos da América e trinta e cinco centavos), referente ao contrato bilateral de reestruturação de dívida, assinado em 29 de dezembro de 2005, no âmbito do Clube de Paris.**

Relator: Senador **Ney Suassuna**

#### **I – Relatório**

Nos termos do artigo 52, inciso V, da Constituição Federal, o Presidente da República encaminhou a esta Casa, por intermédio da Mensagem nº 216, de 2006, proposta para que seja a União autorizada a celebrar operação financeira com a República Federal da Nigéria, com vistas à reestruturação de seus créditos junto àquele país, no montante equivalente a US\$151,953.792,35 (cento e cinquenta e um milhões, novecentos e cinquenta e três mil, setecentos e noventa e dois dólares dos Estados Unidos da América e trinta e cinco centavos).

A operação sob exame decorre de contrato bilateral de reestruturação de dívida, assinado em 29 de dezembro de 2005, no âmbito do Clube de Paris.

A dívida da República Federal da Nigéria vem sendo objeto de discussão e negociação no âmbito do Clube de Paris desde 1984, muito embora, desde aquela época, havia impasse negocial, decorrente da recusa daquele país em reconhecer os créditos brasileiros. Assim, o Brasil foi impedido de participar das negociações, então em andamento, no Clube de Paris.

Após numerosas tentativas de aproximação e convencimento, a República Federal da Nigéria reconheceu créditos brasileiros como elegíveis no âmbito do Clube de Paris.

Como é sabido, os acordos negociados e firmados nessa instância de países levaram à definição de regras e condições gerais aplicáveis à consolidação e à reestruturação de dívidas junto a credores oficiais, originando, daí, contratos bilaterais específicos, celebrados entre cada credor e o respectivo país devedor.

O Contrato de Reestruturação da dívida da República Federal da Nigéria, ora submetido à apreciação do Senado Federal, é desdobramento das Atas de Entendimentos celebradas no Clube de Paris por representantes da Nigéria e de países credores, inclusive o Brasil, onde foram ajustadas a consolidação e a reestruturação de determinadas dívidas.

Dessa forma, o contrato ora submetido ao Senado Federal é resultante desses entendimentos e decorre de negociação direta procedida pela República Federal da Nigéria junto ao Governo brasileiro.

Destaque-se que a dívida a ser reestruturada é proveniente de operações de seguro de crédito à exportação, indenizadas pelo IRB – Brasil Resseguros S.A. São provenientes, assim, de créditos concedidos e segurados, nas décadas de 1970 e 1980 por órgãos públicos brasileiros, com o objetivo de promover exportações brasileiras para aquele país, no âmbito do extinto Fundo de Financiamento às Exportações (FINEX).

Os termos e as condições desse contrato de reestruturação de débitos foram definidos, concluídos e firmados entre o Brasil e a República Federal da Nigéria em 29 de dezembro de 2005.

Como de praxe, esse contrato foi assinado antes de sua apreciação e solicitação de sua autorização ao Senado Federal. Todavia, a inclusão de cláusula contratual que prevê a possibilidade de efeito suspensivo de sua eficácia, até que esse contrato esteja devidamente autorizado pelo Senado Federal, faz com que ele não contrarie ou restrinja o que determina o art. 52 da Constituição Federal.

A operação de reestruturação da dívida da República Federal da Nigéria, a exemplo de outros créditos reestruturados ou reescalados no âmbito do Clube de Paris, implica remissão parcial de dívida.

## II – Análise

Ao Senado Federal é assinalada competência privativa para autorizar operações externas de natureza financeira de interesse da União, nos termos do inciso V do art. 52 da Constituição Federal.

A Resolução nº 50, de 1993, regulamentou esse preceito constitucional, dispondo, entre outros aspectos, sobre as operações ativas de financiamento externo com recursos orçamentários da União. No art. 8º dessa resolução, é detenninado que as operações de renegociação ou rolagem de créditos externos do País, concedidos mediante empréstimo ou financiamento a devedores situados no exterior, sejam submetidos à apreciação do Senado Federal, prestadas todas as informações pertinentes.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por intermédio dos Pareceres PGFN/COF/Nº 1.236, de 2 de junho de 2006, e Nº 2.149, de 29 de dezembro de 2005, analisou os aspectos jurídicos envolvidos no contrato, não apontando quaisquer óbices legais à autorização da contratação pretendida, ressaltando, ainda, que o contrato atende ao art. 11 da Resolução nº 50, de 17 de junho de 1993, do Senado Federal, não contendo, dessa forma, cláusula de natureza política, atentatória à soberania nacional e à ordem pública, nem contrária à Constituição e às leis brasileiras.

Ademais, os autos do presente processo encontram-se instruídos com a documentação e as informações exigidas pela referida Resolução nº 50, de 1993, notadamente àquelas definidas em seu art. 9º, e encaminhadas ao Senado Federal pelo Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior (COMACE).

Enfatize-se que o contrato de reestruturação de débitos da República Federal da Nigéria dá prosseguimento à política brasileira de recuperação de créditos com o apoio do Clube de Paris. No presente caso, o contrato de refinanciamento obteve o reconhecimento da maior parte dos créditos pendentes com a Nigéria, cerca de 86,0%, constituindo-se numa oportunidade de regularização da dívida daquele país.

A Secretaria do Tesouro Nacional manifestou-se favoravelmente ao Contrato de Reestruturação de Dívida em exame nesta Comissão, esclarecendo, ainda, que no caso em tela, a redução da dívida não causa prejuízo às contas fiscais, dado que tais créditos não estão contabilizados nas reservas internacionais e não compõem a dívida Líquida do Setor Público (DLSP). Ao contrário, o recebimento da dívida implicará impacto fiscal positivo.

Por último, cumpre enfatizar que a modalidade de redução de dívida prevista pelo contrato de reestruturação em exame encontra respaldo na Lei nº 9.665, de 1998, que autoriza o Poder Executivo a conceder remissão parcial de créditos externos.

Em conclusão, o acordo firmado entre o Brasil e a República Federal da Nigéria contempla redução da

dívida que respeita e considera os procedimentos e as diretrizes definidas na legislação brasileira aplicável à matéria, assim como os entendimentos desenvolvidos e firmados no âmbito do Clube de Paris.

Por outro lado, sabe-se que não é vislumbrada qualquer outra forma de recuperação dos créditos dessa natureza que não aquela negociada no âmbito do Clube de Paris.

Nos termos dessas considerações, acreditamos na oportunidade e na viabilidade de êxito na recuperação desses créditos externos brasileiros.

## III – Voto

Assim sendo, somos a favor da concessão da autotização solicitada nos termos do seguinte:

### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 51, DE 2006

**Autoriza a União a contratar operação financeira com a República Federal da Nigéria, no valor de US\$151.953.792,35 (cento e cinquenta e um milhões, novecentos e cinquenta e três mil, setecentos e noventa e dois dólares dos Estados Unidos da América e trinta e cinco centavos), referente ao contrato bilateral de reestruturação de dívida, assinado em 29 de dezembro de 2005, no âmbito do Clube de Paris.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a União, nos termos do art. 52, inciso V, da Constituição Federal, autorizada a celebrar contrato de reestruturação de seus créditos junto à República Federal da Nigéria, no montante equivalente a US\$151.953.792,35 (cento e cinquenta e um milhões, novecentos e cinquenta e três mil, setecentos e noventa e dois dólares dos Estados Unidos da América e trinta e cinco centavos).

Parágrafo único. A operação financeira externa definida no caput dar-se-á nos termos do contrato bilateral de reestruturação de dívida, assinado em 29 de dezembro de 2005, no âmbito do Clube de Paris, entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Nigéria.

Art. 2º A operação de reestruturação da dívida da República Federal da Nigéria observará as seguintes condições financeiras:

I – dívida afetada: US\$151.953.792,35 (cento e cinquenta e um milhões, novecentos e cinquenta e três mil, setecentos e noventa e dois dólares dos Estados Unidos da América e trinta e cinco centavos), sendo que:

a) dívida reconhecida: US\$ 128.740.256,00,

b) dívida não-reconhecida: US\$ 23.213.536,35.

II – dívida a pagar: US\$67.293.786,00 correspondente ao montante a ser pago da seguinte maneira:

a) Pagamento pro rata temporis (31-10-2005): US\$352.403,00;

b) 1º Fase (31-10-2005): US\$42.611.588,00;

c) 2º Fase (12-12-2005): US\$9.432.865,00;

d) 3º Fase (31-5-2006): US\$14.896.930,00.

III – dívida a cancelar: US\$84.660.006,35, sendo que:

a) US\$23.213.536,35, correspondem a parcela de dívida não reconhecida, condicionada aos pagamentos da 1º Fase;

b) US\$25.193.322,00, condicionada ao pagamento da 1º Fase;

c) US\$25.956.756,00, condicionada ao pagamento da 2º Fase;

d) US\$10.296.392,00, condicionada ao pagamento da 3º Fase.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros poderão ser alteradas em função da data de eficácia plena do contrato.

Art. 3º O prazo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir de sua publicação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.


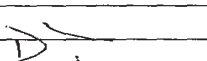
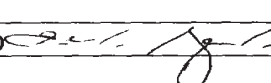
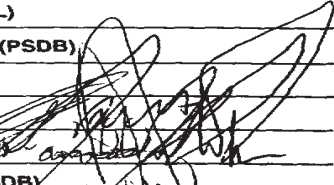

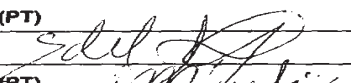
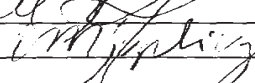
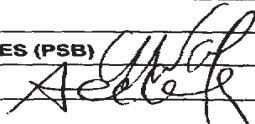
Sala das Comissões, 3 de outubro de 2006.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS  
MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 216, DE 2006  
NÃO TERMINATIVA

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 03/10/06. OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: 

RELATOR(A): 

Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
CÉSAR BORGES (PFL) 	1-JOSÉ AGRIPINO (PFL)
EDISON LOBÃO (PFL)	2-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL)
JONAS PINHEIRO (PFL)	3-HERÁCLITO FORTES (PFL)
JORGE BORNHAUSEN (PFL)	4-DEMÓSTENES TORRES (PFL)
RODOLPHO TOURINHO (PFL) 	5-JOSÉ JORGE (PFL)
ROMEU TUMA (PFL)	6-ROSEANA SARNEY (PFL)
HUR VIRGÍLIO (PSDB)	7-JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB) 	8-ÁLVARO DIAS (PSDB)
LÚCIA VÂNIA (PSDB)	9-LEONEL PAVAN (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB)	10-FLEXA RIBEIRO (PSDB) 
TASSO JEREISSATI (PSDB)	11-MARCOS GUERRA (PSDB)
PMDB	
RAMEZ TEBET 	1-ROMERO JUCÁ
LUIZ OTÁVIO	2-GEOVANI BORGES
GARIBALDI ALVES FILHO	3-WELLINGTON SALGADO
MÃO SANTA	4-PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5-MAGUITO VILELA
BERTO MESTRINHO	6-VAGO
VALDIR RAUPP	7-ALMEIDA LIMA
NEY SUASSUNA	8-LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB)*
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
ALOIZIO MERCADANTE (PT)	1-VAGO
ANA JÚLIA CAREPA (PT)	2-AELTON FREITAS (PL)
IDELI SALVATTI (PT) 	3-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
EDUARDO SUPLYCY (PT) 	4-ROBERTO SATURNINO (PT) 
FERNANDO BEZERRA (PTB)	5-FLÁVIO ARNS (PT)
JOÃO RIBEIRO (PL)	6-SIBÁ MACHADO (PT)
PATRICIA SABOYA GOMES (PSB)	7-SERYS SLHESSARENKO (PT)
PDT	
OSMAR DIAS	1-JEFFERSON PÉRES

\* Vaga cedida pelo PMDB.

Atualizado em 16/09/2006

**PARECER Nº 1.099, DE 2006**

**Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 219, de 2006 (nº 779/2006 na origem), do Presidente da República, que encaminha pleito da Prefeitura Municipal de Joinville (SC), solicitando autorização do Senado Federal para que possa contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA), no valor total de até US\$11.800.000,00 (onze milhões e oitocentos mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, destinada ao financiamento parcial do Programa Eixo Ecológico Leste e Estruturação de Parques Ambientais – Linha Verde.**

Relator: Senador **Flexa Ribeiro**

**I – Relatório**

É submetido à apreciação do Senado Federal pleito da Prefeitura Municipal de Joinville, por intermédio da Mensagem nº 219, de 2006, solicitando autorização para contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA).

Os recursos provenientes da operação de crédito em análise destinam-se ao financiamento parcial do Programa Eixo Ecológico Leste e Estruturação de Parques Ambientais – Linha Verde.

Segundo informações contidas em parecer da Secretaria do Tesouro Nacional, além desse empréstimo do Fonplata, a ser desembolsado em até sessenta meses, originalmente previstos para o período de 2005 a 2009, o programa contará com contrapartida de recursos do município, estimada no montante de até US\$2,95 milhões.

A operação de crédito externo pretendida e suas condições financeiras estão devidamente incluídas no Sistema de Registro de Operações Financeiras (ROF), do Banco Central do Brasil (BACEN), sob o nº TA384207. Dessa forma, a referida operação de crédito foi credenciada por intermédio da carta de credenciamento Decic/Diope/Suaut-2006/089, de 5 de junho de 2006.

Ademais, as condições financeiras do empréstimo são as usualmente praticadas pelo Fonplata, que, geralmente, se encontram em condições mais favoráveis do que as oferecidas pelas instituições privadas.

A presente operação de crédito com o Fonplata se processará na modalidade de empréstimo em moeda, na qual incidirão juros vinculados à Libor semestral,

mais despesas e margem relativa à remuneração de seu capital ordinário.

De acordo com cálculos da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o custo efetivo desse empréstimo deverá ser da ordem de 8,41% ao ano.

**II – Análise**

A Secretaria do Tesouro Nacional emitiu pareceres favoráveis ao pleito e à concessão de garantia da União nesta operação de crédito externo.

Nos pareceres, são fornecidas informações acerca da situação da Prefeitura Municipal de Joinville no que diz respeito ao cumprimento das exigências e condições, de natureza financeira e processual, estipuladas na Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, bem como as relativas às disposições constantes da Resolução nº 96, de 1989, que trata das premissas a serem observadas para que possa a União conceder garantia em operações de crédito.

Essas operações financeiras estão, portanto, numa primeira instância, sujeitas ao cumprimento das condições e exigências estabelecidas nas referidas resoluções que, além da observância dos aspectos de natureza estritamente financeira, exigem que a União observe as seguintes condições prévias à prestação de garantia:

1. oferecimento de contragarantias suficientes para o pagamento de qualquer desembolso que a União possa vir a fazer se chamada a honrar a garantia;
2. adimplência do tomador do empréstimo para com a União e com as entidades controladas pelo Poder Público Federal.

A Secretaria do Tesouro Nacional, de acordo com o Parecer Gerfi/Coref/STN Nº 365, de 3 de julho de 2006, informa que consulta realizada por meio eletrônico, na presente data, não indicou a existência de débito da Administração Direta do Município de Joinville junto à União ou a suas entidades controladas.

Ademais, há previsão do oferecimento de garantias por parte da Prefeitura Municipal de Joinville. Para tanto, é prevista a formalização de contrato entre o município e o Tesouro Nacional para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas a que se referem os arts. 158 e 159, complementadas pelas receitas próprias de que trata o art. 156, nos termos do art. 167, § 4º, todos da Constituição Federal, e outras em Direito admitidas.

Assim sendo, poderá o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados, diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do município.

Enfatize-se que o Município de Joinville procedeu ao refinanciamento de suas dívidas com a União, apresentando uma relação entre sua dívida consolidada e sua receita corrente favorável: 72% em 31 de dezembro de 2005, que se eleva para 80%, se consideramos os recursos da presente operação de crédito.

Entendemos, assim, como também é reconhecido pela própria STN, ser possível atender a esse pleito de garantia, pois (i) não apenas são consideradas suficientes e adequadas as contragarantias a serem prestadas, como, também, (ii) de acordo com a STN, a Prefeitura Municipal de Joinville conta com recursos suficientes, devidamente demonstrados, para o ressarcimento à União, caso essa venha a honrar compromisso na condição de garantidora da operação. Não são impostas, portanto, restrições à atual situação fiscal do município, nem são atribuídos ao Tesouro Nacional riscos superiores àqueles normalmente assumidos em operações já contratadas com agências oficiais de crédito.

Ademais, não há registro de compromissos honrados pela União em nome da Prefeitura Municipal de Joinville nos últimos anos.

Dessa forma, entendemos que estão sendo observadas as exigências definidas no § 9º do art. 3º da Resolução nº 96, de 1989.

Relativamente aos aspectos de natureza financeira, nos termos das condições e exigências definidas na Constituição Federal e nas Resoluções nºs 96, de 1989, e 43, de 2001, do Senado Federal, aplicáveis ao financiamento pretendido, cabem os seguintes esclarecimentos:

**a)** os limites de endividamento da União, estipulados na referida Resolução nº 96, de 1989, são atendidos, conforme informado no referido Parecer Gerfi/Coref/STN Nº 365, de 2006;

**b)** o Parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, PGN/COF/Nº 1.753/2006, encaminhado ao Senado Federal, no exame das cláusulas da minuta contratual, conclui que elas são admissíveis e estão de acordo com a legislação brasileira aplicável à espécie, tendo sido observado o disposto no art. 5º da Resolução nº 96, de 1989, que veda disposição contratual de natureza política ou atentatória à soberania nacional e à ordem pública;

**c)** relativamente à exigência constitucional de que programas ou projetos constem do Plano Plurianual e da Lei Orçamentária Anual, é informado que os investimentos previstos no programa mencionado constam na Lei nº

5.223, de 3 de junho de 2005, que dispõe sobre o Plano Plurianual Municipal, para o período 2006-2009, em que se inserem as ações do projeto em exame.

Ainda, de acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional, a Lei Municipal nº 5.359, de 14 de dezembro de 2005, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Joinville para o exercício financeiro de 2006, contempla dotações para a execução do projeto no ano em curso. Consta desse orçamento dotações relativas ao ingresso de recursos externos, à contrapartida do Município e ao pagamento de juros e demais serviços da dívida.

Como ressaltado pela STN, considerando as informações prestadas pelo Município e o cronograma de utilização de recursos, esta Secretaria entende que o mutuário dispõe das dotações necessárias à execução do Projeto no corrente ano de 2006.

**d)** os limites de endividamento da Prefeitura Municipal de Joinville, estipulados nas Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, foram calculados e considerados atendidos, conforme informado no Parecer GTCUR/STN/ Nº 86, de 7 de dezembro de 2005, também anexo à presente mensagem.

Dessa forma, como enfatizado no referido parecer, a operação de crédito em exame atende a todas as exigências previstas nos arts. 6º, 7º e 21 da Resolução nº 43, de 2006, do Senado Federal, observando, assim, os limites de endividamento nela estabelecidos, assim como o previsto na Resolução nº 40, de 2001, também do Senado Federal.

Ressalte-se ainda que a operação de crédito pretendida, ao incorrer em um custo efetivo equivalente a 8,41% a.a., de acordo com cálculos realizados pela Secretaria do Tesouro Nacional, incorpora custos aceitáveis, pois, embora sendo ligeiramente superior ao custo médio atual de captação do Tesouro em dólar no mercado internacional, que se situa na faixa de 8,1% a 8,4% ao ano, o município não conseguiria tais condições em captações no mercado internacional.

As demais condições e exigências estipuladas pelas Resoluções nºs 96, de 1989, e 43, de 2001, do Senado Federal, são atendidas pelo Município de Joinville, conforme evidenciado pelos documentos que acompanham a mensagem em questão.

Quanto ao mérito do programa, há que se enfatizar que ele visa orientar e induzir o desenvolvimento sustentável da cidade a partir da implantação de um eixo viário estrutural e da consolidação de uma rede

de parques para atividades de lazer, de recreação e de preservação e recuperação ambiental.

Mais ainda, como ressaltado no referido parecer da STN, a execução dos projetos que integram o presente programa apresenta viabilidade econômica pois, entre outros aspectos, contribuirá para a estruturação de uma região deprimida do Município de Joinville e pela criação de uma barreira ao avanço desordenado da mancha urbana em direção a regiões de preservação ambiental permanente.

### III – Voto

Em conclusão, o pleito encaminhado pela Prefeitura Municipal de Joinville encontra-se de acordo com o que preceituam as Resoluções nº 96, de 1989, e 40 e 43, de 2001, do Senado Federal, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte:

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 52, DE 2006

**Autoriza a Prefeitura Municipal de Joinville (SC) a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA), no valor de até US\$11.800.000,00 (onze milhões e oitocentos mil dólares dos Estados Unidos da América).**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º é a Prefeitura Municipal de Joinville (SC) autorizada a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA), no valor de até US\$11.800.000,00 (Onze milhões e oitocentos mil dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos advindos da operação de crédito referida no caput destinam-se ao financiamento parcial do Programa Eixo Ecológico Leste e Estruturação de Parques Ambientais – Linha Verde.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – *devedor*: Prefeitura Municipal de Joinville (SC);

II – *credor*: Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA);

III – *garantidor*: República Federativa do Brasil;

IV – *valor*: até US\$ 11.800.000,00 (onze milhões e oitocentos mil dólares dos Estados Unidos da América);

V – *prazo de desembolso*: cinqüenta e quatro meses, contdos a partir da data da vigência do contrato;

VI – *amortização*: em parcelas semestrais e consecutivas, pagas no prazo de vinte anos contados a partir da assinatura do contrato, vencendo-se a primeira no dia 21 do mês subsequente aquele em que se encerrar os cento e oitenta dias-calendário contados a partir da data prevista para o desembolso final;

VII – *juros*: exigidos semestralmente e calculados sobre o saldo devedor diário do empréstimo, a uma taxa anual composta pela LIBOR semestral para dólar americano, acrescidos de um spread de 2,75%, sendo que, caso o Mutuário finalize o Programa dentro do prazo originalmente previsto, o FONPLATA concederá redução de 0,25% no **spread**;

VIII – *juros de mora*: equivalente a 20% da taxa anual de juros;

IX – *comissão de compromisso*: até 0,75% ao ano sobre os saldos não desembolsados do empréstimo, exigida semestralmente nas mesmas datas de pagamento dos juros, entrando em vigor cento e oitenta dias após a assinatura do contrato, podendo este percentual ser aumentado para 1% ao ano, caso o prazo de desembolso, originalmente estabelecido, for ampliado;

X – *comissão à vista*: US\$113.500,00 (cento e treze mil e quinhentos dólares americanos), em uma única parcela na data do primeiro desembolso.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros, bem como o prazo de desembolsos, poderão ser alterados em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

Art. 3º Fica a União autorizada a conceder garantia à Prefeitura Municipal de Joinville na operação de crédito externo referida nesta Resolução.

Parágrafo único. O exercício da autorização prevista no **caput** fica condicionado a que a Prefeitura Municipal de Joinville celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas próprias de que trata o art. 156, das cotas de repartição de receitas de que tratam os art. 58 e 159, todos da Constituição Federal, e outras em Direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados, diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Município.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir de sua publicação.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 3 de outubro de 2006.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS  
MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 219, DE 2006  
NÃO TERMINATIVA

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 02/10/06, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: \_\_\_\_\_

RELATOR(A): \_\_\_\_\_

Bloco da Minoria (PFL e PSDB)

CÉSAR BORGES (PFL) <i>César Borges</i>	1-JOSÉ AGRIPINO (PFL)
EDISON LOBÃO (PFL)	2-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL)
JONAS PINHEIRO (PFL)	3-HERÁCLITO FORTES (PFL)
JORGE BORNHAUSEN (PFL)	4-DEMÓSTENES TORRES (PFL)
RODOLPHO TOURINHO (PFL) <i>Rodolpho Tourinho</i>	5-JOSÉ JORGE (PFL)
ROMEU TUMA (PFL)	6-ROSEANA SARNEY (PFL)
ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)	7-JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB) <i>Eduardo Azeredo</i>	8-ÁLVARO DIAS (PSDB)
LÚCIA VÂNIA (PSDB)	9-LEONEL PAVAN (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB)	10-FLEXA RIBEIRO (PSDB)
TASSO JEREISSATI (PSDB)	11-MARCOS GUERRA (PSDB)

PMDB

RAMEZ TEBET <i>Ramez Tebet</i>	1-ROMERO JUCÁ
LUIZ OTÁVIO	2-GEOVANI BORGES
GARIBALDI ALVES FILHO	3-WELLINGTON SALGADO
MÃO SANTA	4-PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5-MAGUITO VILELA
GILBERTO MESTRINHO	6-VAGO
VALDIR RAUPP	7-ALMEIDA LIMA
NEY SUASSUNA	8-LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB)*

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)

ALOIZIO MERCADANTE (PT)	1-VAGO
ANA JÚLIA CAREPA (PT)	2-AELTON FREITAS (PL)
IDELI SALVATTI (PT) <i>Ideli Salvatti</i>	3-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
EDUARDO SUPPLY (PT) <i>Eduardo Supply</i>	4-ROBERTO SATURNINO (PT)
FERNANDO BEZERRA (PTB)	5-FLÁVIO ARNS (PT)
JOÃO RIBEIRO (PL)	6-SIBÁ MACHADO (PT)
PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB)	7-SERYS SLHESARENKO (PT)

PDT

OSMAR DIAS	1-JEFFERSON PÉRES <i>Jefferson Pêres</i>
------------	--

\* Vaga cedida pelo PMDB.



## **PARECERES**

### **N<sup>o</sup>s 1.100 e 1.101, DE 2006**

Sobre o Projeto de Lei do Senado n<sup>o</sup> 397, de 1999 Complementar, de autoria do Senador Edison Lobão, que dispõe sobre a elaboração dos demonstrativos dos efeitos decorrentes dos benefícios tributários, financeiros e creditícios, de que trata o art. 165, § 6<sup>o</sup>, da Constituição e dá outras providências.

### **PARECER N<sup>o</sup> 1.100, DE 2006,**

### **DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**

### **RELATOR: Senador LUIZ OTÁVIO**

#### **I – RELATÓRIO**

Vem a esta Comissão, para análise de sua juridicidade, em atendimento a deliberação da Comissão de Assuntos Econômicos – CAE (cf. ofício de fls. 13), o Projeto de Lei do Senado n<sup>o</sup> 397, de 1999, ementado na epígrafe, de autoria do Senhor Senador EDISON LOBÃO.

O projeto compõe-se de oito artigos, assim descritos:

a) o art. 1<sup>o</sup> indica o objeto da Lei, que *disciplina a elaboração dos demonstrativos dos efeitos decorrentes dos benefícios tributários, financeiros e creditícios, de que trata o art. 165, § 6<sup>o</sup>, da Constituição;*

b) o art. 2<sup>o</sup> estabelece o conceito de *benefício tributário*, para os fins dessa Lei, dispondo em quatro parágrafos o que se inclui ou não e se subentende na regra objeto do *caput*;

c) o art. 3º estabelece o conceito de *benefício financeiro ou creditício*, para os fins dessa Lei, e, no parágrafo único, dispõe sobre o critério para determinação do valor atribuído à dispensa, redução ou equalização de taxa de juros;

d) o art. 4º determina que o *Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional, juntamente com o projeto de lei orçamentária anual, demonstrativos discriminando, segundo setor de atividade e macrorregião, os benefícios tributários, por tributo ou contribuição social, e os benefícios financeiros ou creditícios, por espécie de operação de crédito*. No parágrafo único, dispõe-se que *os demonstrativos serão acompanhados de texto com a metodologia adotada e de quadros analíticos comparativos das estimativas dos benefícios tributários e financeiros, com os valores realizados nos três exercícios financeiros imediatamente anteriores e texto explicativo das diferenças entre os valores estimados e os realizados*;

e) o art. 5º determina que o *Poder Executivo publicará, até 30 de setembro e juntamente com o balanço geral da União, demonstrativos referentes ao primeiro semestre e ao exercício financeiro, segundo setor de atividade e macrorregião, os benefícios tributários, por tributo ou contribuição social, e os benefícios financeiros ou creditícios, por espécie de operação de crédito*;

f) o art. 6º fixa o prazo de sessenta dias, contado da data da publicação, para o Poder Executivo regulamentar a Lei;

g) o art. 7º indica que a vigência da Lei ocorre na data da publicação;

h) o art. 8º contém cláusula de revogação das disposições em contrário.

O eminente Autor, na justificção, inicia por aludir ao fato de a redação do art. 165, § 6º, da Constituição, no seu entender, ser reconhecidamente imprecisa, confusa e, até mesmo, redundante, daí a necessidade de o projeto de lei conceituar benefício tributário e benefício financeiro ou creditício.

Segundo o Autor, decorridos mais de dez anos desde a promulgação da Constituição de 1988, o atendimento desse preceito constitucional, pelo Poder Executivo, continua sendo feito de maneira insatisfatória. Daí, o texto de proposição legislativa por ele proposto, que, a seu ver, deverá sanar o problema. Justifica, ainda, os arts. 5º e 6º do projeto, que tratam de outras providências correlatas, atribuídas ao Poder Executivo.

O projeto de lei foi encaminhado à CAE, em 4/6/1999, para apreciação em caráter terminativo, não lhe tendo sido apresentadas emendas no prazo regimental. Em 26/9/2001, foi anexada ao processado (fls. 8-10) cópia de minuta de relatório favorável ao projeto, com duas emendas, apresentada pelo Senhor Senador EDUARDO SUPPLY.

Em 8/11/2001, o Presidente do Senado oficiou ao Presidente da CAE (fl. 12) comunicando-lhe ter sido apresentado requerimento do Autor do PLS nº 397, de 1999, solicitando sua inclusão em Ordem do Dia; daí, encarecer-lhe a manifestação da Comissão, uma vez que a matéria já se encontraria devidamente instruída com relatório e pronta para inclusão na pauta de reuniões.

Em 4/12/2001, o Presidente da CAE oficiou ao Presidente da CCJ (fl. 13) encaminhando-lhe, *para análise de sua juridicidade*, o PLS nº 397, de 1999, em atendimento a deliberação da referida Comissão.

Nesse ínterim, findada a legislatura sem apreciação da CCJ, continuou tramitando o projeto, nos termos do art. 332, II, do Regimento Interno, com a redação dada pela Resolução nº 17, de 2002.

## II – ANÁLISE

Compete a esta Comissão, nos termos do Regimento Interno (art. 101, I), opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade de matéria que lhe for submetida por consulta de qualquer outra Comissão, como é o caso já relatado.

Em princípio, seria desnecessário examinar a matéria quanto à *constitucionalidade e regimentalidade*, por a solicitação ter-se restringido à

juridicidade. Entretanto, se encontrados defeitos dessa natureza no projeto de lei sob exame, não pode esta Comissão declinar de apontá-los, em face de sua originária competência regimental (arts. 101, I e V).

Quanto à técnica legislativa, será ela abordada na análise da juridicidade em sentido estrito, à vista da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que, nos termos do parágrafo único do art. 59 da Constituição, dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

Além disso, prevê o Regimento Interno que, tratando-se de inconstitucionalidade parcial, a CCJ poderá oferecer emenda corrigindo o vício (cf. § 2º do art. 101).

Esse projeto de lei propõe-se a regular o disposto no § 6º do art. 165 da Constituição, que reza:

**Art. 165.** Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I – o plano plurianual;

II – as diretrizes orçamentárias;

III – os orçamentos anuais.

(...)

§ 6º O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

(...)

A inconstitucionalidade parcial desse projeto de lei – que poderá ser corrigida mediante emenda da CCJ – resulta patente, desde logo, na epígrafe da proposição legislativa, a qual enuncia lei ordinária como título designativo da espécie normativa, e não lei complementar, exigida, no caso, por força do disposto no art. 163, I, da Constituição, que remete à lei complementar dispor sobre finanças públicas, e no art. 165, § 9º, I, segundo o qual cabe à lei complementar dispor sobre a elaboração e a organização da lei orçamentária anual.

Ora, para os fins sob análise, após apresentado o projeto de lei, foi promulgada a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (*estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências*), mais conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal.

Depois de promulgada a Constituição de 1988, enquanto não vigente a Lei de Responsabilidade Fiscal, matérias como a objeto do PLS nº 397, de 1999, ora sob análise, eram reguladas, anualmente, nas respectivas Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDOs), que, como sabido, decorrem da inovadora disposição, acima transcrita, do art. 165, II, da Lei Maior atual, e de seu § 2º, que dispõe: *A lei de diretrizes orçamentárias (...) orientará a elaboração da lei orçamentária anual (...).*

Tendo passando a vigorar a referida Lei de Responsabilidade Fiscal, parece-nos que essa matéria há de ser considerada, essencialmente, objeto da mencionada Lei Complementar nº 101, de 2000, que assim dispõe:

**Art. 5º O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas desta Lei Complementar:**

(...)

**II - será acompanhado do documento a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, bem como das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado;**

(...)

Por conseguinte, sem prejuízo de previsão mais minuciosa em futuras LDOs, as normas para a elaboração *do documento a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição* devem constar nos parágrafos desse art. 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal, o que não ocorre.

A solução é dada pela também mencionada Lei Complementar nº 95, de 1998, cujo art. 12, III, dispõe que, no caso, *a alteração da lei será feita (...) por meio de substituição, no próprio texto, do dispositivo alterado, ou acréscimo de dispositivo novo, observadas as seguintes regras, que enumera em alíneas.*

### III – VOTO

À vista do exposto, em atendimento à consulta formulada pela Comissão de Assuntos Econômicos, e sem prejuízo de sua competência, quanto ao mérito, concluímos pela juridicidade do Projeto de Lei do Senado nº 397, de 1999, desde que sanada a inconstitucionalidade parcial e os defeitos de técnica legislativa, na forma do Substitutivo adiante oferecido:

#### EMENDA Nº 1-CCJ (Substitutivo)

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 397 (SUBSTITUTIVO), DE 1999 – COMPLEMENTAR

Altera os arts. 5º, 49 e 53 da Lei Complementar nº 101, de 2000, para dispor sobre o documento a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição e sobre providências correlatas.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Esta Lei Complementar, nos termos do art. 2º, disciplina a elaboração do demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de benefícios de natureza tributária, financeira e creditícia, a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, e, nos termos do art. 3º, estabelece a divulgação, pelo Poder Executivo, de demonstrativos dessa natureza, junto com os relatórios resumidos da execução orçamentária do terceiro e último bimestres e com a prestação de contas da União.

**Art. 2º** O art. 5º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, passa a vigorar acrescido dos §§ 8º, 9º e 10, com a seguinte redação:

“Art. 5º .....

§ 8º O documento de que trata o inciso II deste artigo:

I será integrado por demonstrativos que discriminem, segundo setor de atividade e macrorregião do País:

- a) os benefícios tributários, por tributo e contribuição;
- b) os benefícios financeiros ou creditícios, por espécie de operação de crédito;

II – será acompanhado de:

- a) texto com a descrição da metodologia adotada na sua elaboração;
- b) quadros analíticos que comparem, com o mesmo detalhamento previsto no inciso I deste parágrafo, as estimativas dos benefícios tributários e financeiros, com os valores efetivamente realizados nos três exercícios financeiros imediatamente anteriores, além de texto com explicações sobre as diferenças eventualmente existentes entre os valores estimados e os realizados.

§ 9º Para os fins do § 8º:

I – entende-se por benefício tributário a desoneração de tributo ou contribuição, autorizada por lei que, excepcionando a legislação de referência, tenha objetivo específico e alcance grupo restrito de contribuintes, setor de atividade ou região;

II – entende-se como integrando a legislação de referência do tributo ou da contribuição, de que trata o inciso I deste parágrafo, as regras normalmente aplicáveis aos respectivos fatos geradores, incluídas, dentre outras, as deduções-padrão, as deduções necessárias ao auferimento da renda, as deduções de impostos ou de contribuições de natureza compulsória, os limites de isenção, bem assim a estrutura de alíquotas e suas alterações;

III – equiparam-se a alterações de alíquotas, de que trata o inciso II, parte final, deste parágrafo, as desonerações de tributo ou contribuição, de natureza objetiva;

IV – consideram-se implícitas no conceito de benefício tributário:

- a) a perda potencial de receita fiscal decorrente de desoneração de operação normalmente sujeita à incidência de tributo ou contribuição;
- b) a isenção, a anistia e a remissão, bem assim a desoneração constitucional de natureza subjetiva;

V – não se considera benefício tributário a desoneração de tributo ou contribuição:

- a) correspondente a indenização compensatória que não resulte em aumento de disponibilidade econômica para o contribuinte;
- b) que objetive viabilizar a realização de determinada operação econômica;

c) cujo usuário final seja a União ou o conjunto dos Estados e Distrito Federal ou dos Municípios;

d) que atenda a condição de reciprocidade de tratamento entre o Brasil e outro país.

§ 10. Ainda para os fins do § 8º:

I – entende-se por benefício financeiro ou creditício:

a) a dispensa, redução ou equalização da taxa de juros;

b) a dispensa ou redução de taxa de serviço, comissão ou encargo normalmente incidente em operação de crédito da espécie;

II – o valor atribuído à dispensa, redução ou equalização da taxa de juros, de que trata a alínea “a” do inciso I deste parágrafo, será determinado tomando-se como referência a taxa média de juros paga sobre os títulos da dívida pública emitidos pelo Tesouro Nacional. (NR)”

**Art. 3º** Os arts. 49 e 53 da Lei Complementar nº 101, de 2000, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 49**.....

*Parágrafo único.* A prestação de contas da União conterà:

I – demonstrativos discriminando, segundo setor de atividade e macrorregião do País, os valores efetivamente realizados no exercício a título de benefícios tributários, por tributo e contribuição, bem assim de benefícios financeiros ou creditícios, por espécie de operação de crédito, observado, no que couber, o disposto no art. 5º, II e §§ 8º, 9º e 10;

II – demonstrativos do Tesouro Nacional e das agências financeiras oficiais de fomento, incluído o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, especificando os empréstimos e financiamentos concedidos com recursos oriundos dos orçamentos fiscal e da seguridade social e, no caso das agências financeiras, avaliação circunstanciada do impacto fiscal de suas atividades no exercício. (NR)”

“**Art. 53**.....

§ 3º Os relatórios resumidos da execução orçamentária do Poder Executivo da União, referentes ao terceiro e último bimestres do exercício, a serem publicados no prazo a que se refere o caput do art. 52,



serão acompanhados, também, de demonstrativos discriminando, segundo setor de atividade e macrorregião do País, os valores efetivamente realizados no período a título de benefícios tributários, por tributo e contribuição, bem assim de benefícios financeiros ou creditícios, por espécie de operação de crédito, observado, no que couber, o disposto no art. 5º, II e §§ 8º, 9º e 10. (NR) ”

**Art. 4º** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 10 de março de 2004

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**

**PROPOSIÇÃO: PLS Nº 397 DE 1999**

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 10/03/2004, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE : <i>[assinatura]</i>	
RELATOR : <i>[assinatura]</i>	
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO</b>	
SERYS SLHESSARENKO	1-EDUARDO SUPLICY <i>[assinatura]</i>
ALOIZIO MERCADANTE	2-ANA JÚLIA CAREPA
TIÃO VIANA	3-SIBÁ MACHADO
ANTONIO CARLOS VALADARES	4-DUCIOMAR COSTA
MAGNO MALTA	5-GERALDO MESQUITA JÚNIOR
FERNANDO BEZERRA	6-JOÃO CAPIBERIBE
MARCELO CRIVELLA <i>[assinatura]</i>	7-AELTON FREITAS <i>[assinatura]</i>
<b>PMDB</b>	
LEOMAR QUINTANILHA	1-NEY SUASSUNA
GARIBALDI ALVES FERREIRA <i>[assinatura]</i>	2-LUIZ OTÁVIO (RELATOR)
JOSÉ MARANHÃO <i>[assinatura]</i>	3-RENAN CALHEIROS
JOÃO BATISTA MOTTA <i>[assinatura]</i>	4-JOÃO ALBERTO SOUZA
ROMERO JUCÁ	5-MAGUITO VILELA
PEDRO SIMON	6-SÉRGIO CABRAL <i>[assinatura]</i>
<b>PFL</b>	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	1-PAULO OCTÁVIO
CÉSAR BORGES <i>[assinatura]</i>	2-JOÃO RIBEIRO
DEMÓSTENES TORRES <i>[assinatura]</i>	3-JORGE BORNHAUSEN
EDISON LOBÃO	4-EFRAIM MORAIS
JOSÉ JORGE	5-RODOLPHO TOURINHO <i>[assinatura]</i>
<b>PSDB</b>	
ÁLVARO DIAS <i>[assinatura]</i>	1-ANTERO PAES DE BARROS
TASSO JEREISSATI <i>[assinatura]</i>	2-EDUARDO AZEREDO <i>[assinatura]</i>
ARTHUR VIRGÍLIO	3-LEONEL PAVAN
<b>PDT</b>	
JEFFERSON PÉRES	1-ALMEIDA LIMA
<b>PPS</b>	
MOZARILDO CAVALCANTI	1-PATRÍCIA SABOYA GOMES

## PARECER Nº 1.101, DE 2006

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS,

**RELATOR Senador Eduardo Matarazzo Suplicy**

### I. RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado nº 397, de 1999, da lavra do ilustre Senador Edison Lobão, submetido à análise desta Comissão de Assuntos Econômicos, em termos de decisão conclusiva, propõe a regulamentação do demonstrativo regionalizado dos efeitos, sobre as receitas e despesas, decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza tributária, financeira e creditícia, previsto no art. 165, § 6º, da Constituição:

*"Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:*

*I - o plano plurianual;*

*II - as diretrizes orçamentárias;*

*III - os orçamentos anuais.*

*§ 6.º O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia."*

Esse dispositivo constitucional visa explicitar, pelo Poder Executivo, para toda sociedade brasileira, os setores econômicos e as regiões que foram beneficiadas pelos incentivos governamentais.

O projeto em análise almeja regulamentar esse artigo constitucional que segundo a justificativa a *"redação desse dispositivo é reconhecidamente imprecisa, confusa e, até mesmo redundante, haja vista que as isenções, anistias e remissões são na verdade, espécies do gênero BENEFÍCIO TRIBUTÁRIO; de igual modo, subsídios de natureza creditícia ou financeiro não deixam de ser espécies DO 'GÊNERO BENEFÍCIO FINANCEIRO OU CREDITÍCIO'".* Essa proposta do Senador Edison Lobão também, discrimina e conceitua benefício tributário e financeiro (ou creditício) e *"estabelece a obrigatoriedade de encaminhamento ao Congresso Nacional, juntamente com o projeto de lei orçamentária anual, dos demonstrativos dos benefícios tributários e financeiros segundo setor de atividade [econômica] e macrorregião"* especificando no caso dos benefícios tributários, os tributos que geraram a renúncia fiscal e no caso dos financeiros, as operações de crédito a eles correspondentes.

Por fim, o projeto prevê a publicação, pelo Executivo Federal, dos demonstrativos dos benefícios tributários e financeiros junto com o relatório bimestral da execução orçamentária e com o Balanço Geral da União.

Em 26 de setembro de 2001 apresentei uma minuta de relatório favorável ao projeto com as emendas nºs 1 e 2 . com o intuito de aperfeiçoar a proposição do Senador Lobão.

Atendendo a deliberação da Comissão de Assuntos Econômicos, em 11 de dezembro de 2001, a proposição foi encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça para analisar a juridicidade do projeto.

Com o fim da legislatura, em 2002, a matéria continuou tramitando na CCJ em função do disposto no inciso II, art. 332, do Regimento Interno, com a redação dada pela Resolução nº 17, de 2002, do Senado Federal, e das instruções da Secretaria-Geral da Mesa, consolidadas pelo Ato do Presidente nº 97, de 2002, publicado no Diário do Senado Federal de 21.12.2002.

Em 10.03.2004, a CCJ aprovou o parecer do Senador Luiz Otávio, concluindo pela juridicidade do projeto, nos termos da Emenda nº 1 – CCJ (*Substitutivo*).

Vale registrar que após a apresentação do Projeto em análise, foi promulgada a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, norma que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, mais conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nesse sentido, o parecer aprovado pela referida Comissão adequou o PLS nº397 de 1999 ao novo marco legal que regulamenta às finanças públicas na forma do *Substitutivo* aprovado.

Finalmente, a proposição me foi reencaminhada para proferir novo parecer.

É o relatório.

## II. O VOTO

Consoante com o art. 90, XII, do Regimento Interno, às comissões compete opinar sobre o mérito das proposições submetidas para o seu exame, emitindo o respectivo parecer.

A proposição foi analisada pela Comissão de Constituição e Justiça que aperfeiçoou o projeto através da correção da inconstitucionalidade parcial e dos defeitos de técnicas legislativa, na forma do substitutivo oferecido.

No que tange ao mérito, a proposição do Senador Edison Lobão é oportuna e conveniente, pois proporciona uma maior transparência dos gastos do erário. Nesse sentido, concluo o meu parecer pela sua APROVAÇÃO com a introdução de duas alterações ao substitutivo oferecido pela CCJ, com o intuito de aperfeiçoar essa postulação.

A primeira alteração é a supressão do item b do inciso V, do art. 5 da Lei Complementar nº 101, de maio de 2000, que foi alterado pelo art. 2 do Substitutivo da CCJ. Tal subtração decorre do caráter redundante sendo perfeitamente dispensável.

A segunda alteração foi introduzida no item I, do parágrafo único, do art. 49, do mesmo marco legal, contido no art. 3 do Substitutivo oferecido pela CCJ, que visa atender a dois objetivos: primeiro, regionalizar os benefícios fiscais e creditícios por estados da federação, pois as macroregiões definidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, não contemplam as heterogeneidades intraregionais, não permitindo aferir a eficácia dos dispêndios realizados. Segundo, utilizar a taxonomia do IBGE para definir os setores econômicos beneficiários dos subsídios em tela. Essa classificação é utilizada em todo o território nacional e permite a padronização dos dados e por conseguinte a comparabilidade entre eles.

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 397 (SUBSTITUTIVO),  
DE 1999 – COMPLEMENTAR**

*Altera os arts. 5º, 49 e 53 da Lei Complementar nº 101, de 2000, para dispor sobre o documento a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição e sobre providências correlatas.*

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

**Art. 1º** Esta Lei Complementar, nos termos do art. 2º, disciplina a elaboração do demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de benefícios de natureza tributária, financeira e creditícia, a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, e, nos termos do art. 3º, estabelece a divulgação, pelo Poder Executivo, de demonstrativos dessa natureza, junto com os relatórios resumidos da execução orçamentária do terceiro e último bimestres e com a prestação de contas da União.

**Art. 2º** O art. 5º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, passa a vigorar acrescido dos §§ 8º, 9º e 10, com a seguinte redação:

**Art. 5º** .....

§ 8º O documento de que trata o inciso II deste artigo:

I – será integrado por demonstrativos que discriminem, segundo setor de atividade e macrorregião do País:

a) os benefícios tributários, por tributo e contribuição;

b) os benefícios financeiros ou creditícios, por espécie de operação de crédito;

II – será acompanhado de:

a) texto com a descrição da metodologia adotada na sua elaboração;

b) quadros analíticos que comparem, com o mesmo detalhamento previsto no inciso I deste parágrafo, as estimativas dos benefícios tributários e financeiros, com os valores efetivamente realizados nos três exercícios financeiros imediatamente anteriores, além de texto com explicações sobre as diferenças eventualmente existentes entre os valores estimados e os realizados.

§ 9º Para os fins do § 8º:

I – entende-se por benefício tributário a desoneração de tributo ou contribuição, autorizada por lei que, excepcionando a legislação de referência, tenha objetivo específico e alcance grupo restrito de contribuintes, setor de atividade ou região;

II – entende-se como integrando a legislação de referência do tributo ou da contribuição, de que trata o inciso I deste parágrafo, as regras normalmente aplicáveis aos respectivos fatos geradores, incluídas, dentre outras, as deduções-padrão, as deduções necessárias ao auferimento da renda, as deduções de impostos ou de contribuições de natureza compulsória, os limites de isenção, bem assim a estrutura de alíquotas e suas alterações;

III – equiparam-se a alterações de alíquotas, de que trata o inciso II, parte final, deste parágrafo, as desonerações de tributo ou contribuição, de natureza objetiva;

IV – consideram-se implícitas no conceito de benefício tributário:

a) a perda potencial de receita fiscal decorrente de desoneração de operação normalmente sujeita à incidência de tributo ou contribuição;

b) a isenção, a anistia e a remissão, bem assim a desoneração constitucional de natureza subjetiva;

V – não se considera benefício tributário a desoneração de tributo ou contribuição:

a) correspondente a indenização compensatória que não resulte em aumento de disponibilidade econômica para o contribuinte;

b) cujo usuário final seja a União ou o conjunto dos Estados e Distrito Federal ou dos Municípios;

- c) que atenda a condição de reciprocidade de tratamento entre o Brasil e outro país.

§ 10. Ainda para os fins do § 8º:

I – entende-se por benefício financeiro ou creditício:

- a) a dispensa, redução ou equalização da taxa de juros;
- b) a dispensa ou redução de taxa de serviço, comissão ou encargo normalmente incidente em operação de crédito da espécie;

II – o valor atribuído à dispensa, redução ou equalização da taxa de juros, de que trata a alínea “a” do inciso I deste parágrafo, será determinado tomando-se como referência a taxa média de juros paga sobre os títulos da dívida pública emitidos pelo Tesouro Nacional. (NR) ”

**Art. 3º** Os arts. 49 e 53 da Lei Complementar nº 101, de 2000, passam a vigorar com as seguintes alterações:

**“Art. 49.....**

**Parágrafo único.** A prestação de contas da União conterà:

I – demonstrativos discriminando, segundo setor de atividade, macrorregiões e estados do País, definidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, os valores efetivamente realizados no exercício a título de benefícios tributários, por tributo e contribuição, bem assim de benefícios financeiros ou creditícios, por espécie de operação de crédito, observado, no que couber, o disposto no art. 5º, II e §§ 8º, 9º e 10;

II – demonstrativos do Tesouro Nacional e das agências financeiras oficiais de fomento, incluído o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, especificando os empréstimos e financiamentos concedidos com recursos oriundos dos orçamentos fiscal e da seguridade social e, no caso das agências financeiras, avaliação circunstanciada do impacto fiscal de suas atividades no exercício. (NR)”

**“Art. 53.....**

.....

§ 3º Os relatórios resumidos da execução orçamentária do Poder Executivo da União, referentes ao terceiro e último bimestres do exercício, a serem publicados no prazo a que se refere o caput do art. 52, serão acompanhados, também, de demonstrativos discriminando, segundo setor de atividade e macrorregião do País, os valores efetivamente realizados no período a título de benefícios tributários, por tributo e contribuição, bem assim de benefícios financeiros ou creditícios, por espécie de operação de crédito, observado, no que couber, o disposto no art. 5º, II e §§ 8º, 9º e 10. (NR) ”

**Art. 4º** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 01 de agosto de 2006

,Presidente

  
**Senador Eduardo Matarazzo Suplicy, Relator**

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS  
 PROJETO DE LEI DO SENADO FEDERAL Nº 397, DE 1999  
 TERMINATIVO

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 01/09/06, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:

RELATOR(A):

Bloco da Minoria (PFL e PSDB)

CÉSAR BORGES (PFL)	1-JOSÉ AGRIPINO (PFL)
EDISON LOBÃO (PFL)	2-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL)
JONAS PINHEIRO (PFL)	3-HERÁCLITO FORTES (PFL)
JORGE BORNHAUSEN (PFL)	4-DEMÓSTENES TORRES (PFL)
RODOLPHO TOURINHO (PFL)	5-JOSÉ JORGE (PFL)
ROMEU TUMA (PFL)	6- ROSEANA SARNEY (PFL)
ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)	7- JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB)
1 JARDO AZEREDO (PSDB)	8-ÁLVARO DIAS (PSDB)
LÚCIA VÂNIA (PSDB)	9-LEONEL PAVAN (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB)	10-FLEXA RIBEIRO (PSDB)
TASSO JEREISSATI (PSDB)	11-JOÃO TENÓRIO (PSDB)

PMDB

RAMEZ TEBET	1- ROMERO JUCÁ
LUIZ OTÁVIO	2- GILVAM BORGES
GARIBALDI ALVES FILHO	3- WELLINGTON SALGADO
MÃO SANTA	4-PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5- VAGO
GILBERTO MESTRINHO	6-VAGO
1 DIR RAUPP	7-ALMEIDA LIMA
NEY SUASSUNA	8-LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB)*

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)

ALOÍZIO MERCADANTE (PT)	1-ANTONIO JOÃO (PTB)
ANA JÚLIA CAREPA (PT)	2-ABELTON FREITAS (PL)
IDELI SALVATTI (PT)	3-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
EDUARDO SUPLICY (PT)	4-ROBERTO SATURNINO (PT)
FERNANDO BEZERRA (PTB)	5-FLÁVIO ARNS (PT)
JOÃO RIBEIRO (PL)	6-SIBÁ MACHADO (PT)
PATRICIA SABOYA GOMES (PSB)	7-SERYS SLHESSARENKO (PT)

PDT

OSMAR DIAS	1- JEFFERSON PÉREZ
------------	--------------------

\* Vaga cedida pelo PMDB.



COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - Emenda nº 02-CAF (Substitutivo) apresentada ao PLS nº 397, de 1999.

TITULARES - Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CESAR BORGES (PFL)	X				JOSE AGRIPINO (PFL)				
EDISON LORÃO (PFL)			X		ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL)				
JONAS PINHEIRO (PFL)	X				HERACLITO FORTES (PFL)				
JORGE BORNHAUSEN (PFL)					DEMOSTENES TORRES (PFL)				
RODOLFO TOURINHO (PFL)	X				JOSE JORGE (PFL)				
ROMEU TUMA (PFL)	X				ROSEANA SARNEY (PFL)				
ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)	X				JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB)				
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	X				ALVARO DIAS (PSDB)				
LUCIA VANIA (PSB)					LEONEL PAVAN (PSDB)				
SERGIO GUERRA (PSDB)					FLEXA RIBEIRO (PSDB)	X			
TASSO JEREISSATI (PSDB)	X				JOÃO TENORIO (PSDB)				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
RAMEZ TEBET					ROMERO JUCA	X			
LUIZ OTAVIO					GILVAM BORGES				
GARBALDO ALVES FILHO					WELINGTON SALGADO				
MAO SANTA					PEDRO SIMON	X			
SERGIO CABRAL					VAGO				
GILBERTO MESTRINHO					VAGO				
VALDIR RAUPP					ALMEIDA LIMA				
NEY SUASSUNA					LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB)*				
TITULARES - Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALDIZIO MERCADANTE (PT)					ANTONIO JOAO (PTB)				
ANA JULIA CAREPA (PT)	X				AELTON FREITAS (PL)				
IDELI SALVATTI (PT)	X				ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)				
EDUARDO SUPPLICY (PT)	X				ROBERTO SATURNINO (PT)	X			
FERNANDO BEZERRA (PTB)	X				FLAVIO ARNS (PT)				
JOAO RIBEIRO (PL)					SIBA MACHADO (PT)				
PATRICIA SABOYA GOMES (PSB)					SERYS SLEISSARENKO (PT)	X			
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					JEFFERSON PERES	X			

TOTAL 19 SIM 17 NÃO 2 PREJ 2 AUTOR 1 ABS 2 PRESIDENTE 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 01/10/06.

Senador Luiz Otávio  
Presidente

OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, RISF)  
\* VAGA CEDIDA PELO PMDB

**EMENDA 2-CAE(SUBSTITUTIVO)**  
**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 397,**  
**DE 1999**

*Altera os arts. 5º, 49 e 53 da Lei Complementar nº 101, de 2000, para dispor sobre o documento a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição e sobre providências correlatas.*

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Esta Lei Complementar, nos termos do art. 2º, disciplina a elaboração do demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de benefícios de natureza tributária, financeira e creditícia, a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, e, nos termos do art. 3º, estabelece a divulgação, pelo Poder Executivo, de demonstrativos dessa natureza, junto com os relatórios resumidos da execução orçamentária do terceiro e último bimestres e com a prestação de contas da União.

**Art. 2º** O art. 5º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, passa a vigorar acrescido dos §§ 8º, 9º e 10, com a seguinte redação:

**Art. 5º** .....

§ 8º O documento de que trata o inciso II deste artigo:

I – será integrado por demonstrativos que discriminem, segundo setor de atividade e macrorregião do País:

- a) os benefícios tributários, por tributo e contribuição;
- b) os benefícios financeiros ou creditícios, por espécie de operação de crédito;

II – será acompanhado de:

a) texto com a descrição da metodologia adotada na sua elaboração;

b) quadros analíticos que comparem, com o mesmo detalhamento previsto no inciso I deste parágrafo, as estimativas dos benefícios tributários e financeiros, com os valores efetivamente realizados nos três exercícios financeiros

imediatamente anteriores, além de texto com explicações sobre as diferenças eventualmente existentes entre os valores estimados e os realizados.

§ 9º Para os fins do § 8º:

I – entende-se por benefício tributário a desoneração de tributo ou contribuição, autorizada por lei que, excepcionando a legislação de referência, tenha objetivo específico e alcance grupo restrito de contribuintes, setor de atividade ou região;

II – entende-se como integrando a legislação de referência do tributo ou da contribuição, de que trata o inciso I deste parágrafo, as regras normalmente aplicáveis aos respectivos fatos geradores, incluídas, dentre outras, as deduções-padrão, as deduções necessárias ao auferimento da renda, as deduções de impostos ou de contribuições de natureza compulsória, os limites de isenção, bem assim a estrutura de alíquotas e suas alterações;

III – equiparam-se a alterações de alíquotas, de que trata o inciso II, parte final, deste parágrafo, as desonerações de tributo ou contribuição, de natureza objetiva;

IV – consideram-se implícitas no conceito de benefício tributário:

- a) a perda potencial de receita fiscal decorrente de desoneração de operação normalmente sujeita à incidência de tributo ou contribuição;
- b) a isenção, a anistia e a remissão, bem assim a desoneração constitucional de natureza subjetiva;

V – não se considera benefício tributário a desoneração de tributo ou contribuição:

- a) correspondente a indenização compensatória que não resulte em aumento de disponibilidade econômica para o contribuinte;
- b) cujo usuário final seja a União ou o conjunto dos Estados e Distrito Federal ou dos Municípios;
- c) que atenda a condição de reciprocidade de tratamento entre o Brasil e outro país.

§ 10. Ainda para os fins do § 8º:

I – entende-se por benefício financeiro ou creditício:

- a) a dispensa, redução ou equalização da taxa de juros;
- b) a dispensa ou redução de taxa de serviço, comissão ou encargo normalmente incidente em operação de crédito da espécie;

II – o valor atribuído à dispensa, redução ou equalização da taxa de juros, de que trata a alínea “a” do inciso I deste parágrafo, será determinado tomando-se como referência a taxa média de juros paga sobre os títulos da dívida pública emitidos pelo Tesouro Nacional. (NR)”

**Art. 3º** Os arts. 49 e 53 da Lei Complementar nº 101, de 2000, passam a vigorar com as seguintes alterações:

**“Art. 49.....**

*Parágrafo único.* A prestação de contas da União conterà:

I – demonstrativos discriminando, segundo setor de atividade, macrorregiões e estados do País, definidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, os valores efetivamente realizados no exercício a título de benefícios tributários, por tributo e contribuição, bem assim de benefícios financeiros ou creditícios, por espécie de operação de crédito, observado, no que couber, o disposto no art. 5º, II e §§ 8º, 9º e 10;

II – demonstrativos do Tesouro Nacional e das agências financeiras oficiais de fomento, incluído o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, especificando os empréstimos e financiamentos concedidos com recursos oriundos dos orçamentos fiscal e da seguridade social e, no caso das agências financeiras, avaliação circunstanciada do impacto fiscal de suas atividades no exercício. (NR)”

**“Art. 53.....**

§ 3º Os relatórios resumidos da execução orçamentária do Poder Executivo da União, referentes ao terceiro e último bimestres do exercício, a serem publicados no prazo a que se

refere o caput do art. 52, serão acompanhados, também, de demonstrativos discriminando, segundo setor de atividade e macrorregião do País, os valores efetivamente realizados no período a título de benefícios tributários, por tributo e contribuição, bem assim de benefícios financeiros ou creditícios, por espécie de operação de crédito, observado, no que couber, o disposto no art. 5º, II e §§ 8º, 9º e 10. (NR) ”

**Art. 4º** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 01 de agosto de 2006.

  
LUIZ OTÁVIO, Presidente

  
EDUARDO MATARAZZO SUP LICY, Relator

Ofício nº 252-CAE/2006

Brasília, 05 de setembro de 2006

A Sua Excelência o Senhor  
Senador RENAN CALHEIROS  
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Em conformidade com o § 2º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que, nos termos do art. 284 do R.I.S.F., em reunião realizada no dia 05/09/06, a Emenda nº 02-CAE (Substitutivo) oferecida ao Projeto de Lei do Senado nº 397, de 1999, que “dispõe sobre a elaboração dos demonstrativos dos efeitos decorrentes dos benefícios tributários, financeiros e creditício, de que trata o art. 165, § 6º da Constituição e dá outras providências”, foi dada como definitivamente adotada.

Respeitosamente,

  
Senador LUIZ OTÁVIO  
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA  
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....  
Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

- I - o plano plurianual;
- II - as diretrizes orçamentárias;
- III - os orçamentos anuais.

.....  
§ 6º - O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.  
.....

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000.

Mensagem de veto

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

.....  
Seção III  
Da Lei Orçamentária Anual

Art. 5º O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas desta Lei Complementar:

- I - conterá, em anexo, demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes do documento de que trata o § 1º do art. 4º;
- II - será acompanhado do documento a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, bem como das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado;
- III - conterá reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, destinada ao:

a) (VETADO)

- b) atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

§ 1º Todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da lei orçamentária anual.

§ 2º O refinanciamento da dívida pública constará separadamente na lei orçamentária e nas de crédito adicional.

§ 3º A atualização monetária do principal da dívida mobiliária refinanciada não poderá superar a variação do índice de preços previsto na lei de diretrizes orçamentárias, ou em legislação específica.

§ 4º É vedado consignar na lei orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

§ 5º A lei orçamentária não consignará dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro que não esteja previsto no plano plurianual ou em lei que autorize a sua inclusão, conforme disposto no § 1º do art. 167 da Constituição.

§ 6º Integrarão as despesas da União, e serão incluídas na lei orçamentária, as do Banco Central do Brasil relativas a pessoal e encargos sociais, custeio administrativo, inclusive os destinados a benefícios e assistência aos servidores, e a investimentos.

§ 7º (VETADO)

Art. 6º (VETADO)

Art. 7º O resultado do Banco Central do Brasil, apurado após a constituição ou reversão de reservas, constitui receita do Tesouro Nacional, e será transferido até o décimo dia útil subsequente à aprovação dos balanços semestrais.

§ 1º O resultado negativo constituirá obrigação do Tesouro para com o Banco Central do Brasil e será consignado em dotação específica no orçamento.

§ 2º O impacto e o custo fiscal das operações realizadas pelo Banco Central do Brasil serão demonstrados trimestralmente, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias da União.

§ 3º Os balanços trimestrais do Banco Central do Brasil conterão notas explicativas sobre os custos da remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional e da manutenção das reservas cambiais e a rentabilidade de sua carteira de títulos, destacando os de emissão da União.

Seção IV  
Da Execução Orçamentária e do Cumprimento das Metas  
Seção II  
Da Renúncia de Receita

.....  
CAPÍTULO IX  
DA TRANSPARÊNCIA, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO  
Seção I  
Da Transparência da Gestão Fiscal  
.....

Art. 49. As contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo ficarão disponíveis, durante todo o exercício, no respectivo Poder Legislativo e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade.

Parágrafo único. A prestação de contas da União conterá demonstrativos do Tesouro Nacional e das agências financeiras oficiais de fomento, incluído o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, especificando os empréstimos e financiamentos concedidos com recursos oriundos dos orçamentos fiscal e da seguridade social e, no caso das agências financeiras, avaliação circunstanciada do impacto fiscal de suas atividades no exercício.  
.....

**Seção III**  
**Do Relatório Resumido da Execução Orçamentária**

**Art. 52.** O relatório a que se refere o § 3º do art. 165 da Constituição abrangerá todos os Poderes e o Ministério Público, será publicado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre e composto de:

I - balanço orçamentário, que especificará, por categoria econômica, as:

- a) receitas por fonte, informando as realizadas e a realizar, bem como a previsão atualizada;
- b) despesas por grupo de natureza, discriminando a dotação para o exercício, a despesa liquidada e o saldo;

II - demonstrativos da execução das:

- a) receitas, por categoria econômica e fonte, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada no bimestre, a realizada no exercício e a previsão a realizar;
- b) despesas, por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando dotação inicial, dotação para o exercício, despesas empenhada e liquidada, no bimestre e no exercício;
- c) despesas, por função e subfunção.

§ 1º Os valores referentes ao refinanciamento da dívida mobiliária constarão destacadamente nas receitas de operações de crédito e nas despesas com amortização da dívida.

§ 2º O descumprimento do prazo previsto neste artigo sujeita o ente às sanções previstas no § 2º do art. 51.

**Art. 53.** Acompanharão o Relatório Resumido demonstrativos relativos a:

- I - apuração da receita corrente líquida, na forma definida no inciso IV do art. 2º, sua evolução, assim como a previsão de seu desempenho até o final do exercício;
- II - receitas e despesas previdenciárias a que se refere o inciso IV do art. 50;
- III - resultados nominal e primário;
- IV - despesas com juros, na forma do inciso II do art. 4º;
- V - Restos a Pagar, detalhando, por Poder e órgão referido no art. 20, os valores inscritos, os pagamentos realizados e o montante a pagar.

§ 1º O relatório referente ao último bimestre do exercício será acompanhado também de demonstrativos:

- I - do atendimento do disposto no inciso III do art. 167 da Constituição, conforme o § 3º do art. 32;
- II - das projeções atuariais dos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos;
- III - da variação patrimonial, evidenciando a alienação de ativos e a aplicação dos recursos dela decorrentes.

§ 2º Quando for o caso, serão apresentadas justificativas:

- I - da limitação de empenho;
  - II - da frustração de receitas, especificando as medidas de combate à sonegação e à evasão fiscal, adotadas e a adotar, e as ações de fiscalização e cobrança.
- .....



**DOCUMENTOS ANEXADOS PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO DO REGIMENTO INTERNO**

**54ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 51ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 11 DE DEZEMBRO, DE 2001, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES N.º 19, ALA ALEXANDRE COSTA.**

**PAUTA**

**ITEM 16**

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 397, DE 1999.**

**TERMINATIVO**

**Dispõe sobre a elaboração dos demonstrativos dos efeitos decorrentes dos benefícios tributários, financeiros e creditícios, de que trata o art. 165, § 6º da Constituição e dá outras providências.**

**Autor: Senador EDISON LORÃO**

**Relator: Senador EDUARDO SUPLICY**

**Paracer: Pela aprovação com as emendas nºs 1 e 2 que apresenta**

**Resultado:**

**REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DE 11/12/2001.  
(Fragments das notas taquigráficas)**

**O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) –** Desejo fazer uma proposta não muito coerente, mas que talvez harmonizem os nossos interesses.

Esse projeto já foi submetido à votação uma vez. Consultei o Senador Carlos Bezerra, autor de projetos que seriam alcançados pela proposta do Senador Jefferson Péres. S. Ex<sup>a</sup> me deu autorização para concordar, e a proposta da Presidência é para votarmos esse projeto; os demais, seguiriam a regra proposta pelo Senador Jefferson Péres. Por isso, comecei dizendo que ela não tem muita coerência, porque devia alcançar a todos. Mas como já houve uma votação e a palavra agora é “flexibilizar”, estou propondo uma flexibilização da proposta do Senador Jefferson Péres.

**O SR. BELLO PARGA (PFL – MA) –** Considero uma sábia sugestão.

**O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) –** Se o Plenário estiver de acordo, retiramos da pauta os Itens 11, 12, 14, 15 e 16. Todos seriam remetidos à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

**O SR. –** Todos tratam de isenção?

**O SR. PRESIDENTE (Lúcio Alcântara) –** Sim, altera, isenta. Então, está aprovado.

Quero agradecer a colaboração dos Senadores Carlos Bezerra e Jefferson Péres e dos demais Senadores que são autores de projetos.

Vamos votar agora o projeto do Senador Tião Viana. A votação é nominal, porque o projeto é terminativo.

**SENADO FEDERAL  
COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS**

**OF. CAE/1/01**

**Brasília, 04 de dezembro de 2001**

**Senhor Presidente,**

**Encaminho à douta Comissão de Constituição Justiça e Cidadania, para análise de sua juridicidade o PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 397, DE 1999, Dispõe sobre a elaboração dos demonstrativos dos efeitos decorrentes dos benefícios tributários, financeiros e creditício, de que trata o art. 165, § 6º da Constituição e dá outras providências, em atendimento a deliberação desta Comissão.**

**Atenciosamente,**



**Senador Lúcio Alcântara**

**Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos**

**Ex.mo. Sr.  
SENADOR BERNARDO CABRAL  
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E  
CIDADANIA  
BRASÍLIA - DF**

## RELATÓRIO

RELATOR Senador Eduardo Matarazzo Suplicy

### I. RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado nº 397, de 1999, da lavra do ilustre Senador Edison Lobão, submetido à análise desta Comissão de Assuntos Econômicos, em termos de decisão conclusiva, propõe a regulamentação do demonstrativo regionalizado dos efeitos, sobre as receitas e despesas, decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza tributária, financeira e creditícia, previsto no art. 165, § 6º, da Constituição:

*“Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:*

*I - o plano plurianual;*

*II - as diretrizes orçamentárias;*

*III - os orçamentos anuais.*

*§ 6.º O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.”*

Esse dispositivo constitucional visa explicitar, pelo Poder Executivo, para toda sociedade brasileira, os setores econômicos e as regiões que foram beneficiadas pelos incentivos governamentais.

O projeto em análise almeja regulamentar esse artigo constitucional que segundo a justificativa a *“redação desse dispositivo é reconhecidamente imprecisa, confusa e, até mesmo redundante, haja vista que as isenções, anistias e remissões são na verdade, espécies do gênero BENEFICIO TRIBUTÁRIO; de igual modo, subsídios de natureza creditícia ou financeiro não deixam de ser espécies DO ‘GÊNERO BENEFICIO FINANCEIRO OU CREDITICIO”*. Essa proposta do Senador Edison Lobão também, discrimina e conceitua benefício tributário e financeiro (ou creditício) e *“estabelece a obrigatoriedade de encaminhamento ao Congresso Nacional, juntamente com o projeto de lei orçamentária anual, dos demonstrativos dos benefícios tributários e financeiros segundo setor de atividade [econômica] e macrorregião”* especificando no caso dos benefícios tributários, os tributos que geraram a renúncia fiscal e no caso dos financeiros, as operações de crédito a eles correspondentes.

Por fim, o projeto prevê a publicação, pelo Executivo Federal, dos demonstrativos dos benefícios tributários e financeiros junto com o relatório bimestral da execução orçamentária e com o Balanço Geral da União.

É o relatório.

## II. O VOTO

Consoante com o art. 90, XII, do Regimento Interno, às comissões compete opinar sobre o mérito das proposições submetidas para o seu exame, emitindo o respectivo parecer.

No que tange ao mérito da proposição do Senador Edison Lobão que regulamenta o art. 165, § 6º, no Capítulo II, que aborda as Finanças Públicas e na Seção II, dos Orçamentos da Constituição federal promulgada em 1988, este projeto apresenta-se oportuno e conveniente, o qual concluo o meu parecer pela sua aprovação com a introdução das emendas que apresento.

O Projeto sob exame tem inúmeras virtudes. A que merece destaque é a de mensurar, regionalizar e identificar os destinatários dos benefícios das isenções fiscais e crediticas. Em outras palavras, a proposição atribui maior transparência na alocação dos recursos orçamentários.

Introduzo essas modificações com o intuito de aperfeiçoar essa importante postulação. A supressão do inciso II do § 4º do art. 2º deve-se ao seu caráter redundante sendo, portanto, perfeitamente dispensável.

As alterações no caput do artigo 4º atendem a dois objetivos: primeiro regionalizar os benefícios fiscais e crediticos por estados da federação, pois as macroregiões definidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, não contemplam as heterogeneidades intraregionais de cada uma, não permitindo aferir a eficácia dos dispêndios realizados. A utilização dos estados da federação permite uma melhor visualização da aplicação desses recursos com o objetivo de reduzir as desigualdades econômicas, sociais e regionais presentes, no país. Segundo utilizar taxinomia do IBGE para definir os setores econômicos beneficiários desses instrumentos de política econômica. Essa classificação é utilizada em todo o território nacional (pelos institutos de pesquisa, universidades, etc..) e permite a padronização dos dados e por conseguinte a comparabilidade entre eles.

É o voto.

**Emenda nº.... ao Projeto de Lei do Senado nº 397, de 1999**

Excluir o inciso II do parágrafo 4º do artigo 2º e remunerar os seguintes.

**Emenda nº.... ao Projeto de Lei do Senado nº 397, de 1999**

Dê-se a seguinte redação ao caput do artigo 4º:

\*Art. 4.º. O Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional, juntamente com o projeto de lei orçamentária anual, demonstrativos discriminando, segundo setor de atividade econômica definidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e por estados da Federação\*.

Sala das Sessões, ....



Senador Eduardo Matarazzo Suplicy

## RELATÓRIO

RELATOR: Senador LUIZ OTÁVIO

### I – RELATÓRIO

Vem a esta Comissão, para análise de sua juridicidade, em atendimento a deliberação da Comissão de Assuntos Econômicos – CAE (cf. ofício de fls. 13), o Projeto de Lei do Senado nº 397, de 1999, ementado à epígrafe, de autoria do Senhor Senador EDISON LOBÃO.

O projeto compõe-se de oito artigos, assim descritos:

a) o art. 1º indica o objeto da Lei, que *disciplina a elaboração dos demonstrativos dos efeitos decorrentes dos benefícios tributários, financeiros e creditícios, de que trata o art. 165, § 6º, da Constituição;*

b) o art. 2º estabelece o conceito de *benefício tributário*, para os fins dessa Lei, dispondo em quatro parágrafos o que se inclui ou não e se subentende na regra objeto do **caput**;

c) o art. 3º estabelece o conceito de *benefício financeiro ou creditício*, para os fins dessa Lei, e, no parágrafo único, dispõe sobre o critério para determinação do valor atribuído à dispensa, redução ou equalização de taxa de juros;

d) o art. 4º determina que o *Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional, juntamente com o projeto de lei orçamentária anual, demonstrativos discriminando, segundo setor de atividade e macrorregião, os benefícios tributários, por tributo ou contribuição social, e os benefícios financeiros ou creditícios, por espécie de operação de crédito. No parágrafo único, dispõe-se que os demonstrativos serão acompanhados de texto com a metodologia adotada e de quadros analíticos comparativos das estimativas dos benefícios tributários e financeiros, com os valores realizados nos três exercícios financeiros imediatamente anteriores e texto explicativo das diferenças entre os valores estimados e os realizados;*

e) o art. 5º determina que o Poder Executivo publicará, até 30 de setembro e juntamente com o balanço geral da União, demonstrativos referentes ao primeiro semestre e ao exercício financeiro, segundo setor de atividade e macrorregião, os benefícios tributários, por tributo ou contribuição social, e os benefícios financeiros ou creditícios, por espécie de operação de crédito;

f) o art. 6º fixa o prazo de sessenta dias, contado da data da publicação, para o Poder Executivo regulamentar a Lei;

g) o art. 7º indica que a vigência da Lei ocorre na data da publicação;

h) o art. 8º contém cláusula de revogação das disposições em contrário.

O eminente Autor, na justificção, inicia por aludir ao fato de a redação do art. 165, § 6º, da Constituição, no seu entender, ser reconhecidamente imprecisa, confusa e, até mesmo, redundante, daí a necessidade de o projeto de lei conceituar benefício tributário e benefício financeiro ou creditício.

Segundo o Autor, decorridos mais de dez anos desde a promulgação da Constituição de 1988, o atendimento desse preceito constitucional, pelo Poder Executivo, continua sendo feito de maneira insatisfatória. Daí, o texto de proposição legislativa por ele proposto, que, a seu ver, deverá sanar o problema. Justifica, ainda, os arts. 5º e 6º do projeto, que tratam de outras providências correlatas, atribuídas ao Poder Executivo.

O projeto de lei foi encaminhado à CAE, em 4/6/1999, para apreciação em caráter terminativo, não lhe tendo sido apresentadas emendas no prazo regimental. Em 26/9/2001, foi anexada ao processado (fls. 8-10) cópia de minuta de relatório favorável ao projeto, com duas emendas, apresentada pelo Senhor Senador EDUARDO SUPPLY.

Em 8/11/2001, o Presidente do Senado oficiou ao Presidente da CAE (fl. 12) comunicando-lhe ter sido apresentado requerimento do Autor do PLS nº 397, de 1999, solicitando sua inclusão em Ordem do Dia; daí, encarecer-lhe a manifestação da Comissão, uma vez que a matéria já se encontraria devidamente instruída com relatório e pronta para inclusão na pauta de reuniões.

Em 4/12/2001, o Presidente da CAE oficiou ao Presidente da CCJ (fl. 13) encaminhando-lhe, *para análise de sua juridicidade*, o PLS nº 397, de 1999, em atendimento a deliberação da referida Comissão.

## II – ANÁLISE

Compete a esta Comissão, nos termos do Regimento Interno (art. 101, I), opinar sobre a juridicidade de matéria que lhe for submetida por consulta de qualquer outra Comissão, como é o caso já relatado.

Tornar-se-ia, pois, desnecessário examinar a matéria quanto à constitucionalidade e regimentalidade, por não haver solicitação nesse sentido. Entretanto, se encontrados defeitos dessa natureza no projeto de lei sob exame, não poderá esta Comissão declinar de apontá-los, em face de sua originária competência regimental (arts. 101, I e V). Quanto à técnica legislativa, será ela abordada na análise da juridicidade, em face do advento da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que, nos termos do parágrafo único do art. 59 da Constituição, passou a dispor sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

Além disso, prevê o Regimento Interno que, tratando-se de inconstitucionalidade parcial, a CCJ poderá oferecer emenda corrigindo o vício (cf. § 2º do art. 101). Mas, quando ela emitir parecer pela inconstitucionalidade e injuridicidade de qualquer proposição, será esta considerada rejeitada e arquivada definitivamente, por despacho do Presidente do Senado, salvo, não sendo unânime o parecer, recurso interposto nos termos do art. 254 (cf. § 1º do art. 101).

Esse projeto de lei propõe-se a regular o disposto no § 6º do art. 165 da Constituição, que reza:

*Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:*

*I – o plano plurianual;*

*II – as diretrizes orçamentárias;*

*III – os orçamentos anuais.*

*(...)*



*§ 6º O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.*

(...)

A inconstitucionalidade parcial desse projeto de lei – que poderia ser corrigida mediante emenda da CCJ – resulta patente, desde logo, na epígrafe da proposição legislativa, a qual enuncia lei ordinária como título designativo da espécie normativa, e não lei complementar, exigida, no caso, por força do disposto no art. 163, I, da Constituição, que remete à lei complementar dispor sobre finanças públicas, e no art. 165, § 9º, I, segundo o qual cabe à lei complementar dispor sobre a elaboração e a organização da lei orçamentária anual.

Ora, para os fins sob análise, foi recepcionada com o *status* de lei complementar, no que não colidir com a Constituição de 1988, a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 (*Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal*). E, mais recentemente, foi promulgada a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (*Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências*), mais conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal.

Depois de promulgada a Constituição de 1988, enquanto não vigente a Lei de Responsabilidade Fiscal, matérias como a objeto do PLS nº 397, de 1999, ora sob análise, eram reguladas, anualmente, nas respectivas Leis de Diretrizes Orçamentárias – LDOs, que, como sabido, decorrem da inovadora disposição, acima transcrita, do art. 165, II, da Lei Maior atual, e de seu § 2º, que dispõe:

*Art. 165. (...)*

(...)

*§ 2º A lei de diretrizes orçamentárias (...) orientará a elaboração da lei orçamentária anual (...).*

Tendo passando a vigorar a referida Lei de Responsabilidade Fiscal, parece-nos que essa matéria – sem prejuízo de poder ser regulada, com mais minudência, nas Leis de Diretrizes Orçamentárias que vierem a ser editadas para

cada exercício financeiro – há-de ser considerada, essencialmente, objeto da mencionada Lei Complementar nº 101, de 2000, que assim dispõe:

*Art. 5º O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas desta Lei Complementar:*

(...)

*II - será acompanhado do documento a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, bem como das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado;*

(...)

[Grifou-se.]

Por conseguinte, sem prejuízo de previsão mais minuciosa em futuras LDOs, as normas para a elaboração *do documento a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição* deveriam constar nos parágrafos desse art. 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal, o que não ocorre.

A solução é dada pela também mencionada Lei Complementar nº 95, de 1998, cujo art. 12, III, dispõe que, no caso, *a alteração da lei será feita (...) por meio de substituição, no próprio texto, do dispositivo alterado, ou acréscimo de dispositivo novo, observadas as seguintes regras*, que enumera em quatro alíneas.

O projeto de lei sob análise, além de conter normas para a elaboração e apresentação *do documento a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição*, ainda pretende dispor sobre *outras providências*, a saber, no art. 5º, – consoante adverte a justificção – prevê a publicação, pelo Poder Executivo, juntamente com o relatório bimestral da execução orçamentária e com o balanço geral da União, *de demonstrativos dos benefícios tributários e financeiros*.

Essa outra matéria, além de tradicionalmente regulada na referida Lei nº 4.320, de 1964 (art. 101 e segs.), está, agora, também complementada na Lei de Responsabilidade Fiscal (arts. 52 e 53 – relatório resumido da execução fiscal, cf. § 3º do art. 165 da Constituição; e arts. 54 e 55 – relatório de gestão fiscal). Será, portanto, juridicamente correto – à luz do disposto no art. 12 da Lei Complementar nº 95, de 1998 –, proceder às alterações cabíveis nas disposições pertinentes de cada uma dessas duas leis mencionadas, se for o caso.

Em face dos defeitos de injuridicidade apontados, resulta inviável a apresentação de emendas que poderiam corrigir outros senões, a saber:

- a) modificativa do título designativo da espécie normativa, na epígrafe da proposição legislativa, para acrescentar-lhe o vocábulo “complementar”, ao final, após travessão;
- b) modificativa do vocábulo “Lei”, para substituí-lo por “Lei Complementar”, onde coubesse (arts. 1º; 2º, *caput*; 3º, *caput*; 6º e 7º);
- c) modificativa do art. 2º, para substituir o vocábulo “excepcionado” por “excepcionando”, no final da segunda linha, devido a evidente erro de grafia;
- d) supressiva do art. 8º, por desnecessário e contrário ao disposto no art. 9º da mencionada Lei Complementar nº 95, de 1998.

### III – VOTO

À vista do exposto, em atendimento à consulta formulada pela Comissão de Assuntos Econômicos, é de se concluir pela inconstitucionalidade parcial e – dado o advento, nesse ínterim, da Lei de Responsabilidade Fiscal – pela injuridicidade do Projeto de Lei do Senado nº 397, de 1999.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



**O SR. PRESIDENTE** (Roberto Saturnino. Bloco/ PT – RJ) – Foram lidos anteriormente os **Pareceres nºs 1.098 e 1.099, de 2006**, da Comissão de Assuntos Econômicos, concluindo pela apresentação dos seguintes **Projetos de Resolução**:

- **Nº 51, de 2006** (MSF 216/2006), que *autoriza a União a contratar operação financeira com a República Federal da Nigéria, no valor de cento e cinqüenta e um milhões, novecentos e cinqüenta e três mil, setecentos e noventa e dois dólares dos Estados Unidos da América e trinta e cinco centavos, referente ao contrato bilateral de reestruturação de dívida, assinado em 29 de dezembro de 2005, no âmbito do Clube de Paris; e*

- **Nº 52, de 2006** (MSF 219/2006), que *autoriza a Prefeitura Municipal de Joinville (SC) a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia da Prata (Fonplata), no valor de até onze milhões e oitocentos mil dólares dos Estados Unidos da América.*

As proposições ficarão perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, f, do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Roberto Saturnino. Bloco/ PT – RJ) – Foram lidos anteriormente os **Pareceres nºs 1.100 e 1.101, de 2006**, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos, sobre o **Projeto de Lei do Senado nº 397, de 1999, de**

autoria do Senador Edison Lobão, que *dispõe sobre a elaboração dos demonstrativos dos efeitos decorrentes dos benefícios tributários, financeiros e creditícios, de que trata o art. 165, § 6º, da Constituição e dá outras providências.*

Ao apreciar a matéria, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania concluiu tratar-se de projeto de lei complementar.

Em virtude disso a Presidência determina a reatuação da matéria como Projeto de Lei complementar e a republicação dos avulsos.

A matéria ficará perante a Mesa, no prazo de cinco dias úteis, para recebimento de emenda, nos termos do art. 235, II, d, do Regimento Interno.

É a seguinte a matéria que se república:

## (\*) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 397, DE 1999 - complementar

**Dispõe sobre a elaboração dos demonstrativos dos efeitos decorrentes dos benefícios tributários, financeiros e creditícios, de que trata o art. 165, § 6º da Constituição e dá outras providências.**

O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º Esta lei disciplina a elaboração dos demonstrativos dos efeitos decorrentes dos benefícios tributários, financeiros e creditícios, de que trata o art. 165, § 6º da Constituição.

Art. 2º Entende-se por benefício tributário, para os fins desta lei, a desoneração de imposto, taxa ou contribuição, autorizada por lei que, excepcionado a legislação de referência do tributo ou da contribuição social, tenha objetivo específico e alcance grupo restrito de contribuintes, setor de atividade ou região.

§ 1º Entende-se como integrando a legislação de referência do tributo da contribuição as regras normalmente aplicáveis aos respectivos fatos geradores, incluindo, entre outras, as deduções padrões, as deduções necessárias ao auferimento da renda, as deduções de impostos ou de contribuições de natureza compulsória, os limites de isenção e a estrutura de alíquotas e suas alterações.

§ 2º Equiparam-se a alterações de alíquotas as desonerações de tributos ou de contribuição social de natureza objetiva.

§ 3º Fica implícito no conceito de benefício tributário:

I – a perda potencial de receita fiscal decorrente de desoneração de operação normalmente sujeita à incidência de tributo ou contribuição social;

II – a isenção, a anistia, e a remissão, bem como a desoneração constitucional de natureza subjetiva.

§ 4º Não se considera benefício tributário a desoneração de tributo ou de contribuição social:

I – correspondente a indenização compensatória que não resulte em aumento de disponibilidade econômica para o contribuinte;

II – que objetive viabilizar a realização de determinada operação econômica;

III – cujo usuário final seja a União ou o conjunto dos Estados ou Municípios;

IV – que atenda a condição de reciprocidade de tratamento entre o Brasil e outro país.

Art. 3º Entende-se por benefício financeiro ou creditício, para os fins desta lei:

I – a dispensa, redução ou equalização de taxa de juros;

II – a dispensa ou redução de taxa de serviço, comissão ou encargo normalmente incidente em operação de crédito da espécie.

Parágrafo único. O valor atribuído à dispensa, redução ou equalização de taxa de juros será determinado tomando-se como referência a taxa média de juros paga sobre os títulos da dívida pública emitidos pelo Tesouro Nacional.

(\*) Republicado, nos termos dos Pareceres nºs 1.100, e 1.101, de 2006, respectivamente, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania de Assuntos Economicos.

Art. 4º O poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional, juntamente com o projeto de lei orçamentária anual, demonstrativos discriminando, segundo setor de atividade e macrorregião do Brasil:

I – os benefícios tributários, segundo tributo ou contribuição social;

II – os benefícios financeiros ou creditícios, segundo espécie de operação de crédito.

Parágrafo único. Acompanharão o demonstrativo:

I – texto contendo a metodologia empregada na sua elaboração;

II – quadros analíticos comparando, com o mesmo detalhamento previsto neste artigo, as estimativas dos benefícios tributários e financeiros, com os valores efetivamente realizados nos três exercícios financeiros imediatamente anteriores e texto contendo explicações sobre as diferenças eventualmente existentes entre os valores estimados e os valores realizados.

Art. 5º O poder Executivo publicará, até 30 de setembro e juntamente com o balanço geral da União, demonstrativos referentes ao primeiro semestre e ao exercício financeiro, respectivamente, discriminando, segundo setor de atividade e macrorregião do Brasil:

I – os benefícios tributários, segundo tributo ou contribuição social;

II – os benefícios financeiros ou creditícios, segundo espécie de operação de crédito.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de sessenta dias, contado da data de sua publicação.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

### Justificação

O presente projeto de lei tem por finalidade regulamentar o "demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza tributária, financeira e creditícia", previsto no art. 165, § 6º da Constituição.

A redação desse dispositivo é reconhecida-mente imprecisa, confusa e, até mesmo, redundante, haja visto que as isenções, anistias e remissões são, na verdade, espécies do gênero *benefício tributário*; de igual modo, subsídios de natureza creditícia

ou financeira não deixam de ser espécies do gênero *benefício financeiro ou creditício*.

A inclusão na constituição da exigência de elaboração, pelo Poder Executivo, desse demonstrativo serve ao propósito de tornar mais visível para a sociedade e o congresso Nacional quais os setores de atividade e as macrorregiões do País que se beneficiam das renúncias fiscais e dos subsídios de crédito patrocinados pela União. Com efeito, para se conhecer a distribuição regional dos recursos federais não basta examinar as dotações orçamentárias. É preciso conhecer a distribuição dos benefícios de natureza tributária e creditícia.

Decorridos, porém, mais de dez anos desde a promulgação da Constituição de 1988, verifica-se que o atendimento desse preceito constitucional, pelo Poder Executivo, continua sendo feito de maneira insatisfatória.

O projeto de lei ora apresentado ao Congresso Nacional conceitua benefício tributário e benefício financeiro ou creditício e estabelece a obrigatoriedade de encaminhamento ao Congresso Nacional, juntamente com o projeto de lei orçamentária anual, dos demonstrativos dos benefícios tributários e financeiros segundo setor de atividade e macrorregião, especificando, ademais, no caso dos benefícios tributários, os tributos ou contribuições sociais que lhes deram origem, e no caso dos benefícios financeiros, as respectivas espécies de operações de crédito a eles correspondentes.

Além disso, o projeto de lei prevê a publicação, pelo Poder Executivo, juntamente com o relatório bimestral da execução orçamentária e com o balanço geral da União, de demonstrativos dos benefícios tributários e financeiros.

Dada a complexidade da matéria, julgamos conveniente determinar ao Poder Executivo, conforme prevê o art. 84.IV, da Constituição, a regulamentação dessa lei, no prazo de sessenta dias, contado de sua publicação.

Sala da Comissão, 4 de junho de 1999. – Senador **Edison Lobão**.

### LEGISLAÇÃO CITADA

#### CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

#### SEÇÃO II

#### Das Atribuições do Presidente da República

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

- I – nomear e exonerar os Ministros de Estado;
- II – exercer, com auxílio dos Ministros de Estado, a direção superior da administração federal;
- III – iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;
- IV – sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução

## SEÇÃO II Dos Orçamentos

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

- I – o plano plurianual;
- II – as diretrizes orçamentárias;
- III – os orçamentos anuais.

§ 1º A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

§ 2º A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

§ 3º O Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

§ 4º Os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos nesta Constituição serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional.

§ 5º A lei orçamentária anual compreenderá:

I – o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público;

II – o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III – o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, a administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo poder público.

§ 6º O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

(À Comissão de Assuntos Econômicos)

**O SR. PRESIDENTE** (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Há oradores inscritos.

Passo a palavra ao primeiro orador, Senador Paulo Paim.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe de até dez minutos.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Roberto Saturnino, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, na tarde de hoje, desta tribuna, pretendo falar acerca do processo eleitoral ocorrido no domingo próximo passado.

Antes, porém, de iniciar o meu pronunciamento, sinto-me na obrigação de solidarizar-me com os familiares de todos os 155 brasileiros que faleceram em decorrência do desastre aéreo ocorrido com o **boeing** da Gol.

Sr. Presidente, o País inteiro ainda está perplexo com o acidente aéreo ocorrido na última sexta-feira, 26, em Mato Grosso.

Sr. Presidente, ao encaminhar voto de pesar aos familiares de todos os passageiros do Boeing, quero registrar que havia dez gaúchos naquele vôo. Portanto, aos familiares desses meus conterrâneos, fica a minha solidariedade aos familiares do Sr. Jaques Matias Acker, natural de Novo Hamburgo; aos familiares do Sr. Rolf Ferdinando Gutjahr, natural de Canoas, cidade onde escrevi praticamente a minha vida política, embora tenha morado em Caxias do Sul até os 27 anos; aos familiares do Sr. Ivan Copat, morador de Bento Gonçalves, cidade próxima a Caxias do Sul; aos familiares do Sr. Nelson Colognese, morador de Farroupilha; aos familiares do Sr. Adão Adair de Melo Rodrigues, natural de Encruzilhada do Sul, que atualmente morava em Brasília. Meu voto de pesar aos familiares de Eleta Cordero Pivoto, nascida em Faxinal do Soturno, que, atualmente, também morava em Brasília; meu voto de pesar e solidariedade à família de Lourdes Balbinot Panizzi, moradora de Passo Fun-

do; à família de Sandra da Silva Martins, comissária de bordo, natural de Esteio, cidade vizinha a Canoas. Deixo também o meu voto de solidariedade e pesar aos familiares de André Luis Carneiro da Fontoura, natural de Porto Alegre. Este, Sr. Presidente, era neto do ex-deputado estadual Hélio da Fontoura, militante do antigo PTB. Deixo também a minha solidariedade e pesar aos familiares de Hugo Otto Beyer, natural de Uruguaiana, hoje residente em Porto Alegre. Ele era vice-chefe do Departamento de Estudos Especializados da Faculdade de Educação da UFRGS. A inclusão de pessoas com deficiência no ensino tradicional se tornou o tema preferido do Professor Hugo, que também era consultor do MEC, pretendendo, assim, levar a inclusão ao Brasil inteiro.

Sr. Presidente, por seu eu o autor do Estatuto da Pessoa com Deficiência, senti muito o falecimento de todos, mas, nesta oportunidade, faço comentários acerca do trabalho do Professor Hugo, pela sua insistência, pela sua consistência de argumentos na política de inclusão.

Quero também deixar a minha solidariedade e o meu voto de pesar ao Tenente-Coronel Leonardo Ramalho Rodrigues Alves, que apesar de não ser gaúcho, morou em nosso Estado e foi Comandante do 4º Regimento de Carros de Combate de Rosário do Sul, de fevereiro de 2004 a fevereiro de 2006.

Sr. Presidente, eu gostaria de levar a minha solidariedade a todos os familiares das vítimas, em especial, às famílias dos meus conterrâneos.

Sr. Presidente, encaminho, neste momento, à Mesa, requerimento de voto de pesar e solidariedade aos familiares de todos os 155 brasileiros que faleceram, e não somente aos gaúchos. Infelizmente, segundo informações, por erro do piloto do jato menor, que, ao mudar de altitude, atingiu o **boeing**, que acabou caindo. É lamentável. Não estou fazendo julgamento antecipado, mas esse equívoco, esse erro cometido foi fatal para 155 brasileiros.

Sr. Presidente, faço, com muita tristeza, esse encaminhamento de voto de pesar e solidariedade aos familiares desses brasileiros ora falecidos.

**O SR. PRESIDENTE** (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 1.004, DE 2006**

Requeiro, nos termos do art. 218, inciso VII, do Regimento Interno, que seja inserido em ata, voto de pesar aos familiares pelo falecimento das vítimas do voo 1907 da Gol – Linha Aérea Inteligente.

#### **Justificação**

O País inteiro continua ainda perplexo com o acidente aéreo ocorrido na tarde da última sexta-feira (26) em Mato Grosso, que teria matado 155 ocupantes de um **Boeing** da Gol.

Na lista de passageiros aparecem dez gaúchos:

Jaques Matias Acker – natural de Novo Hamburgo;  
Rolf Ferdinando Gutjahr – natural de Canoas e morador de Manaus;

Ivan Copat – morador de Bento Gonçalves;

Nelson Colognese – morador de Farroupilha;

Adão Adair de Melo Rodrigues – natural de Encruzilhada do Sul e morador de Brasília;

Eleta Cordero Pivoto – nascida em Faxinal do Soturno e moradora de Brasília;

Lourdes Balbinot Panizzi – moradora de Passo Fundo;

Sandra da Silva Martins – comissária de bordo, natural de Esteio;

André Luis Carneiro da Fontoura – natural de Porto Alegre. Ele era neto do ex-deputado estadual Hélio da Fontoura, militante do antigo PTB;

Hugo Otto Beyer – natural de Uruguaiana e morador de Porto Alegre. Ele era vice-chefe do Departamento de Estudos Especializados da Faculdade de Educação da UFRGS. Inclusão de pessoas com deficiência no ensino tradicional se tomou o tema preferido do professor Hugo que também era consultor do MEC para levar a inclusão ao Brasil inteiro.

E o Tenente-coronel Leonardo Ramalho Rodrigues Alves. Ele não era gaúcho, mas morou no estado e foi comandante do 4º Regimento de Carros de Combate de Rosário do Sul, de fevereiro de 2004 a fevereiro de 2006.

Gostaria senhor Presidente de levar toda a minha solidariedade aos familiares dessas pessoas e em especial as famílias dos meus conterrâneos.

Sala das Sessões, 3 de outubro de 2006. – Senador **Paulo Paim**.

**O SR. PRESIDENTE** (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – A Presidência encaminhará o voto de pesar proposto por V. Ex<sup>a</sup>.

O Requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

#### **REQUERIMENTO Nº 1.005, DE 2006**

Com fulcro no art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a inserção em ata de voto de aplauso à Associação dos Amigos do Livro Mato-

grossense – ALIMEMTO pela coordenação da Literamérica – Feira Latino Americana do Livro 2006 e pela homenagem à Escritora Nélide Piñon.

### Justificação

A Literamérica 2006 – Feira Sul-Americana do Livro de Mato Grosso, será realizada no período de 16 a 24 de setembro, em Cuiabá. A Coordenação está a cargo da Alimemto – Associação dos Amigos do Livro Mato-grossense.

O público estimado é de 250 mil visitantes. A Literamérica espera atuar junto aos municípios do Estado, formulando e implementando projetos e políticas públicas que visam, além da preservação do patrimônio cultural, o estímulo à produção artística que garanta o acesso aos bens culturais em toda sua diversidade para a população mato-grossense, bem como o estreitamento das relações culturais, institucionais e de mercado com os países da América do Sul.

Além da coordenação da Feira, o que também devemos destacar é a homenagem que será prestada à Escritora Nélide Piñon, primeira Mulher a ingressar na Academia Brasileira de Letras em mais de 100 anos de existência, primeira a integrar a Diretoria e ocupar a presidência da Casa de Machado de Assis, no ano do 1º Centenário. Foi a primeira escritora brasileira a dar curso em Harvard e a primeira mulher de língua portuguesa a ganhar o cobiçado prêmio Príncipe de Astúrias de las Letras em 2005. Com este currículo não há pessoa mais indicada a ser homenageada.

Pela Realização da Feira e por destacar a importância de uma Mulher na produção cultural Brasileira que a Alimemto merece receber a congratulação desta casa.

Sala das Sessões, 3 de outubro de 2006. – **Serys Shlessarenko**, Senadora da República.

### REQUERIMENTO Nº 1.006, DE 2006

Com fulcro no art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a inserção em ata de voto de aplauso a Srª Clarice Veras, Coordenadora do Prêmio Sebrae Mulher Empreendedora 2006 lançado no último dia 2 de Setembro, em Cuiabá, durante a 18ª Convenção da Federação das Associações de Mulheres de Negócios e Profissionais (BPW) – CONFAM.

### Justificação

O Prêmio Sebrae Mulher Empreendedora 2006/2007 foi lançado em Cuiabá, no último dia 2, na abertura da 18ª Convenção da Federação das Associações de Mulheres de Negócios e Profissionais (BPW) – CONFAM. Criado com o objetivo de dar visibilidade à participação feminina no mundo dos negócios, incentivando o empreendedorismo, o prêmio é

uma iniciativa do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), em parceria com a BPW e Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SMP).

O Prêmio Sebrae Mulher Empreendedora funciona como um incentivo para as mulheres que estão começando um negócio. Para ampliar o acesso aos relatos, é editado um livro com os casos de sucesso das 20 ganhadoras.

Devemos nos congratular com uma iniciativa tão louvável e que tanto fortalece e incentiva a participação feminina no mundo dos negócios.

Sala das Sessões, 3 de outubro de 2006. – **Serys Shlessarenko**, Senadora da República.

### REQUERIMENTO Nº 1.007, DE 2006

Com fulcro no art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a inserção em ata de voto de aplauso a Pró-Reitora de Extensão e Assuntos Comunitários da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, Profª Maria Aparecida Barbosa Carneiro, pela realização do Mini-Curso “Violência contra a mulher”, no dia 4 de setembro.

### Justificação

A violência contra a mulher é uma das maiores chagas de nossa sociedade, sendo que na Paraíba é um problema de segurança pública, inúmeras mulheres são agredidas diariamente, quando não assassinadas.

A UEPB ao realizar o Mini-Curso contribui para reduzir esta alarmante situação da violência contra a mulher. Somente com a conscientização e com a permanente discussão sobre o assunto é que conseguiremos eliminar por completo este grave problema social.

A valorização da mulher e a criação de espaços para visibilidade de suas demandas são fundamentais para alcançar o objetivo da eliminação da violência contra a mulher.

Por tudo isso que o Senado deve se congratular com aquela instituição, na figura de sua Pró-Reitora Profª Maria Aparecida Barbosa.

Sala das Sessões, 3 de outubro de 2006. – **Serys Shlessarenko**, Senadora da República.

### REQUERIMENTO Nº 1.008, DE 2006

Com fulcro no art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a inserção em ata de voto de aplauso ao Prefeito de Salvador, Sr. João Henrique, pela criação do Fundo Municipal para o Desenvolvimento Humano e Inclusão Educacional de Mulheres Afrodescendentes (Fiema) e pelo lançamento do Programa de Combate ao Racismo Institucional (PCRI), no último dia 30 de Agosto.



### Justificação

O Fundo Municipal para o Desenvolvimento Humano e Inclusão Educacional de Mulheres Afrodescendentes é uma ação que deve ser copiada por outros municípios, principalmente nos grandes centros urbanos. Se o preconceito e a discriminação contra o negro é grave, é ainda mais grave contra a mulher negra, que tem suas chances de plena inserção social dramaticamente reduzidas.

O Fundo dispõe de 2% da verba da educação para desenvolver projetos sociais destinados a melhorar as condições das mulheres negras, concedendo cidadania e incluindo socialmente.

Criar uma política pública que vai ajudar a dar cidadania a quem precisa deve ser sempre louvado e aplaudido. Salvador está dando exemplo para outras cidades do país. O poder local deve propiciar melhorias na qualidade de vida de todos e todas, assim como garantir meios de acesso à educação, saúde, segurança, trabalho e renda.

O Senado deve se manifestar e apoiar a iniciativa, ajudando a fortalecer a atuação do poder local.

Sala das Sessões, 3 de outubro de 2006. – **Serys Silhessarenko**, Senadora da República.

### REQUERIMENTO Nº 1.009, DE 2006

Com fulcro no art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a inserção em ata de voto de aplauso a Dra. Ana Maria Gonçalves Louzada, juíza da 1ª Vara de Família de Brasília, por ter concedido no último dia 31 de agosto sentença favorável para retificação do nome do autor da ação, com a consequente alteração de sexo no registro, de feminino para masculino.

### Justificação

A questão da transexualidade ainda é pouco discutida em nossa sociedade, o legislativo não tem avançado muito para facilitar a alteração de registro e do prenome. Por outro lado, o judiciário tem avançado bastante concedendo este direito com bastante frequência, por isso o Senado precisa louvar a atuação da Juíza Ana Maria Gonçalves Louzada, que decidiu sobre o caso levando em conta a correta aplicação dos preceitos constitucionais de respeito à dignidade humana.

Nas palavras da própria magistrada, “A Constituição Federal estabelece como um de seus preceitos fundamentais a dignidade da pessoa humana. Negar o direito à autora de ter seu assento de nascimento modificado é ferir princípio constitucional, é negar-lhe o brio, a auto-estima e o direito à própria dignidade”.

A adequação do nome ao gênero é um passo importantíssimo para conceder dignidade e cidadania aos indivíduos já tão discriminados e marginalizados pela sociedade. Ações como estas ajudam a reduzir as injustiças, ampliar a cidadania e garantir que em nossa sociedade todos e todas têm seus direitos respeitados.

Sala das Sessões, 3 de outubro de 2006. – **Serys Silhessarenko**, Senadora da República.

**O SR. PRESIDENTE** (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – A Presidência encaminhará os votos de aplauso solicitados.

Os Requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Roberto Saturnino. Bloco/PT – RJ) – Continua com a palavra o nobre Senador Paulo Paim, pelo tempo que lhe resta.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Agradeço, de imediato, a sensibilidade de V. Ex<sup>a</sup> e o cumprimento por já agora, no meio do meu pronunciamento, despachar o requerimento de voto de pesar por mim proposto.

Sr. Presidente, nos últimos vinte dias, viajei muito pelo Rio Grande do Sul; fui a todas as regiões; fui à chamada região carbonífera, passando por Minas do Leão, Butiá, Charqueadas, São Jerônimo, Arroio dos Ratos. Fui à região metropolitana, passando por Gravataí, Alvorada, Porto Alegre, Cachoeirinha, Viamão. Estive no Vale dos Sinos, passando por São Leopoldo, Novo Hamburgo, Esteio, Sapucaia do Sul, Canoas, Portão, Campo Bom. Fui à região do Paranhana, mais conhecido por Vale do Sapateiro, passando por Sapiranga, Parobé, Igrejinha, Taquara. Fui ao Vale do Caí, onde, numa grande concentração, discutimos a campanha eleitoral e, naturalmente, manifestei minha posição de apoio ao Presidente Lula, a Olívio Dutra, que espero seja o Governador eleito, bem como ao candidato ao Senado, Miguel Rossetto, que recebeu uma belíssima votação, atingindo cerca de 1,6 milhão de votos. Contudo, o vitorioso foi o já Senador Pedro Simon, com cerca de 1,8 milhão de votos.

Continuando minha peregrinação, fui também ao Litoral Norte, passando por Maquiné, Torres, Capão da Canoa e Tramandaí; fui ao Vale do Taquari, onde visitei Estrela e Lajeado; fui à região do Planalto, onde houve uma grande concentração em Passo Fundo. Fui aos Altos da Serra: Lagoa Vermelha. Fui aos Campos de Cima da Serra: Vacaria e Bom Jesus. Fui à região central, Santa Maria, onde houve um grande evento. Fui ao Centro-Oeste, em Santiago; ao Noroeste, onde entrei por Cruz Alta. Fui ao Litoral Sul, passando por São Lourenço, Pelotas, Rio Grande, Santa Vitória do

Palmar. Fui à região da Campanha, visitando as cidades de Bagé, Candiota, Dom Pedrito. Fui à fronteira Oeste, Santana do Livramento, Quaraí, Alegrete.

Enfim, viajei, Sr. Presidente, eu diria, milhares e milhares de quilômetros. Cumpri uma missão. Pediram-me que percorresse, primeiro, a região metropolitana; depois, que eu andasse pelo interior do Rio Grande. Posso dizer que o fiz com muita satisfação, Sr. Presidente, deixando, contudo, muito claro, em cada momento da campanha – e V. Ex<sup>a</sup> é testemunha: eu, de forma pontual, aqui, tenho uma ou outra discordância, mas não tive nunca nenhuma discordância em relação ao projeto global.

Portanto, fiz a campanha com muita tranquilidade. Agradeço muito ao povo do Rio Grande pela forma como me recebeu.

Andei por praticamente todas as regiões do Rio Grande – e é muito bom poder vir à tribuna e dizer isto, Senador Roberto Saturnino – e registro que não houve uma cidade sequer onde as palavras que ouvi não tenham sido estas: “Parabéns, Senador Paulo Paim! Continue da forma como está atuando no Senado da República”.

Falei para todos, Sr. Presidente, dos Estatutos do Idoso, da Igualdade Racial e da Pessoa com Deficiência; falei do relatório e da política do salário mínimo, dos aposentados e pensionistas, que vamos debater amanhã na Comissão Especial. Falei do projeto, da intenção de o salário mínimo chegar a R\$400,00 no ano que vem, de vincularmos efetivamente o percentual de reajuste uma vez por ano, conforme o dobro do PIB e a inflação, coisa que já se fez nos últimos três anos. Falei da importância de termos uma política permanente e definitiva para os aposentados e pensionistas. E o nosso relatório garante essa questão para evitar esta polêmica todo ano: o aposentado vai ou não vai receber o mesmo percentual? Isto está contemplado no relatório. Falei do fim do fator previdenciário, projeto que V. Ex<sup>a</sup> discutiu muito comigo, ajudando no encaminhamento desse projeto que agora está em debate na última Comissão. E acreditamos, conforme debate que já travamos sobre a previdência, que vamos terminar com o fator previdenciário no ano que vem. Há toda essa vontade pela discussão que tenho feito com o próprio Ministro da Previdência. Estamos caminhando bem, Sr. Presidente.

Falei que, quando pretendo que o aposentado e o pensionista ganhem o mesmo percentual, numa política permanente, anseio que isso esteja previsto na peça orçamentária, para evitar polêmica. Falei, ainda, da transferência da contribuição do empregador da folha de pagamento para o faturamento, aumentando os recursos da Previdência.

Sr. Presidente, falei do Fundep, projeto de nossa autoria, que já recebeu parecer favorável do Relator, Senador Juvêncio da Fonseca. Esse fundo vai gerar R\$3,5 bilhões para investimentos nas escolas técnicas profissionalizantes. Esse projeto já conta com o apoio do MEC, na pessoa do Ministro Fernando Haddad, bem como do Ministro Tarso Genro, da Articulação Política.

Falei ainda, Sr. Presidente, da importância do PL nº 100, das micro e pequenas empresas, que esta Casa há de votar com rapidez – é o item nº 1 da pauta. Há um apelo das micro e pequenas empresas para que se aprove o projeto. Muitos, inclusive, disseram-me: “Senador Paulo Paim, se houver que regulamentar alguma coisa, regulamente-a posteriormente, mas aprove com rapidez pela importância que tem o projeto para as micro e pequenas empresas”. Então, se tiver de fazer alguma correção, que a façamos posteriormente, mas vamos publicar de imediato, como já fizemos em outras situações, para melhorar a vida de milhões e milhões de trabalhadores, principalmente dos que dependem das micro e pequenas empresas.

Sr. Presidente, estou feliz. Confesso que não tenho temor algum quanto ao segundo turno. Como dizem, o bom é ganhar no primeiro turno, mas o bom mesmo é ganhar, seja no primeiro ou no segundo turno. É nessa ótica que vamos continuar fazendo o bom debate, como fizemos durante esses trinta dias no meu Rio Grande do Sul. E lá no meu Estado houve uma surpresa: a maioria tinha o entendimento, assim como eu – e não sou daqueles que dizem que, depois que a história é contada, havia alertado; eu não havia alertado –, de que ia ser Germano Rigotto e Olívio Dutra no segundo turno. Trabalhamos com essa hipótese, e trabalhamos muito. E, contudo, deu Yeda Crusius e Olívio Dutra. Mas, para nós, o importante é termos o segundo turno, fazermos um bom debate, inclusive em nível nacional, para que a população veja com clareza as duas propostas.

Acho que o companheiro Olívio Dutra, por tudo que fez como Governador, pelo que fez como Ministro das Cidades, pelo que fez como Deputado Federal, como Governador do Estado do Rio Grande do Sul antes do atual Governador, Germano Rigotto, por tudo que fez como Prefeito da capital, Porto Alegre – um belíssimo mandato –, há de ser, eu diria, mais uma vez eleito Governador de todos os gaúchos.

E quero agradecer ao povo gaúcho pela forma como nos recebeu – não só a mim, mas a todos os companheiros – num debate bonito, solidário. Acho que este é um momento importantíssimo. Sempre digo que o processo democrático, nesse momento eleitoral, é o melhor sistema que a humanidade já inventou. Nin-

guém inventou um sistema melhor do que esse. E o coração desse debate passa por este momento, em que cada candidato expõe seu ponto de vista, o que ele pensa para seu Estado e para seu País.

Por isso estou tranqüilo quanto à hipótese de segundo turno, tanto lá, no meu Rio Grande, como em nível federal. Acredito que é grande a possibilidade de o Presidente Lula ser reeleito – não pelas pesquisas, mas pelo que fez – para mais um mandato, como entendo que nosso candidato ao Governo do Estado, Olívio Dutra, reúne todas as condições de ser eleito. Estamos dialogando com todos os setores da sociedade, mas principalmente com o movimento social.

Em cada cidade que eu visitava, Senador Roberto Saturnino, dessas mais de sessenta – e aqui não citei todas, pois as dividi por regiões –, eu me reunia com movimentos sociais. Eu me reunia com os idosos, com as pessoas com deficiência, negros, índios, brancos, pobres, ricos, mulheres; enfim, com todos os setores, para fazermos um debate qualificado em que explicávamos cada momento dessa caminhada e a importância de que ninguém anulasse o voto. E, para felicidade nossa, no Rio Grande, o número de votos nulos, de abstenções e votos em branco foi menor do que no processo vivido há quatro anos.

Por tudo isso, Sr. Presidente, faço este breve relato para que ninguém tenha dúvida de que o embate aqui é um. Contudo, com relação à defesa do projeto global, num momento fundamental como este, quero dizer que eu estava na trincheira em que eu deveria estar.

Era o que eu tinha a dizer.

Obrigado, Sr. Presidente.

*O Sr. Roberto Saturnino, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sem prejuízo da ordem de inscrições, passamos a palavra ao nobre Senador Roberto Saturnino.

Permita-me dizer, Senador, antes de conceder o seu tempo, que lamento muito que V. Ex<sup>a</sup> não tenha sido candidato. Se tivesse sido candidato ao Senado pelo Rio de Janeiro, com certeza V. Ex<sup>a</sup> teria sido eleito por aquele Estado.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, pela referência, mas, depois de tanto tempo, chega um momento em que precisamos reconhecer que é melhor dar a vez para o seguinte. Mas recebo com muito afeto e com muita gratidão o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>, que sei reflete um verdadeiro sentimento de V. Ex<sup>a</sup>. Obrigado, Senador.

Vou voltar hoje ao tema que me tem ocupado tanto ultimamente e que considero essencial para a política brasileira, para o projeto de Nação brasileira, depois de tanto empenho na constituição do Estado, na ocupação do território, no dinamismo econômico. O que está faltando é a distribuição justa dos frutos do trabalho de todos os brasileiros.

O Brasil continua sendo um país de distribuição iníqua e absolutamente incompatível com um projeto de nação democrática, civilizada e próspera. Não houvesse esse processo entrado numa fase de reversão, a continuar aquele tipo de crescimento em que se deixa a divisão para depois, em que se faz valer aquele velho aforismo de primeiro crescer o bolo para depois dividir, não acabaríamos bem no Brasil em termos de estabilidade política, social e democrática. Em algum momento, esse processo acabaria resultando numa comoção social, numa revolta contra essa injustiça flagrante, gritante, estrutural da sociedade brasileira. Mas, felizmente, entramos num período em que a distribuição passou a ser a prioridade, o que é muito importante.

Reafirmo o que tenho dito, porque essa é a peça fundamental que está faltando no projeto de Nação brasileira. Eis que, finalmente, a desigualdade está retrocedendo, isto é, está dando lugar a uma distribuição mais justa, sem que tenha havido nenhuma revolução.

O mandato do Presidente Lula pautou-se por uma política econômica, no sentido fiscal e monetário, bastante conservadora – a meu juízo, até demais; poderia ter sido menos conservadora. Mas o fato é que esse conservadorismo na política monetária e fiscal não impediu e até propiciou avanço nos programas sociais, como o Bolsa-Família, no salário mínimo, na agricultura familiar etc., o que fez reverter a tendência à concentração de renda, que é a maior chaga do Brasil de nossos tempos.

Caiu-me, hoje, nas mãos um estudo feito pelo economista Antonio Prado, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, que aponta, de maneira inequívoca, com dados da realidade, com apurações estatísticas do IBGE e da Fundação Getúlio Vargas, que há claramente um retrocesso na política de concentração de renda e que agora se pratica uma política de distribuição dos frutos do trabalho do brasileiro.

Ele aponta, Sr. Presidente, que, no período de 2001 a 2005, houve um crescimento do rendimento domiciliar real – descontado, por conseguinte, o efeito inflacionário – em cinco faixas de renda: a dos 20% mais pobres e a dos 20% seguintes até à dos 20% mais ricos.

O que aconteceu é que, nesse período, os 20% mais pobres tiveram seu rendimento domiciliar real elevado em 23,96%. Quer dizer, 24% em termos reais é algo significativo para um período de quatro anos. É muito significativo.

A camada seguinte, a dos 20% de faixa de renda acima dos mais pobres, teve um crescimento de 13,15%, algo também significativo, porque um crescimento real da renda **per capita** de 20% ou de 15% influi, evidentemente, nas condições de vida das famílias, pois dá às pessoas um grau de liberdade em relação à luta pela sobrevivência e contra a miséria absoluta, abrindo-lhes até o pensamento para observar melhor o Brasil, a Nação brasileira, os governantes, as políticas, a realidade, enfim, do País, que está diante delas e que não pode ser visualizada devido à premência com que se atiram a resolver o problema da sobrevivência quase diariamente.

Então, foi isto que aconteceu: a renda domiciliar **per capita** real dos 25% mais pobres, ou seja, do primeiro quintil de rendimento, cresceu 24%; a dos 20% seguintes, 13,15%; a do terceiro quintil, 9,61%; a do quarto, 5,27%; e a do último, os 20% mais ricos, cresceu também, mas 0,63%.

Esta é a boa política: aquela que dá oportunidades de crescimento a todos, mas as maiores, aos mais pobres, e as menores, aos mais ricos. Até mesmo os mais ricos tiveram seus rendimentos acrescidos em 0,63% nesse período, o que significa que não perderam, que não foi preciso apelar para aquele jogo de soma zero, em que, para dar para uns, é preciso tirar dos outros. Ninguém perdeu. Claro que, individualmente, muitas pessoas podem ter perdido, mas, coletivamente, houve acréscimos de renda bem maiores nas camadas mais pobres e menores nas camadas mais ricas.

Esse estudo, Sr. Presidente, é muito interessante e inofensivo, porque se baseia na pesquisa domiciliar feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com dados concretos.

Nesse mesmo estudo, o Dr. Antonio Prado, economista do BNDES, faz também uma regressão linear, para evidenciar os efeitos sobre a renda, sobre a distribuição de renda, sobre o chamado coeficiente de Gini, aquele que expressa globalmente a desigualdade da distribuição de renda entre as pessoas de um país, ou seja, para mostrar que há uma correlação fortíssima entre o crescimento do salário mínimo e a diminuição da desigualdade. Trata-se de um trabalho estatístico, científico, baseado em dados reais da economia brasileira, que mostra que a política de salário mínimo praticada nos últimos quatro anos foi um fator decisivo para a obtenção desse diferencial de crescimento entre as faixas de renda no País, reduzindo-se

a desigualdade, que é a grande marca negativa da economia e da sociedade brasileira.

Foi exatamente esse conjunto de medidas, que vai do salário mínimo ao financiamento da agricultura familiar, ao Bolsa-Família e tudo mais, é que possibilitou uma distensão daquela desigualdade injusta, revoltante, que era característica – e ainda é, infelizmente – da sociedade brasileira.

A terceira parte desse estudo mostra a evolução das despesas públicas no País, das despesas da União.

Freqüentemente, nos jornais, podem ser lidas críticas ao grande gasto do Governo Federal com despesas de consumo de um modo geral, reduzindo a possibilidade de investimentos públicos. Isso é, de certa forma, verdade, mas que reflete essa priorização do gasto social, porque os gastos com pessoal e encargos diminuíram em relação aos períodos anteriores. O que aumentou foi exatamente os gastos com esses programas sociais que são fundamentais para que a sociedade brasileira encontre um ponto de equilíbrio, um ponto de harmonização que hoje infelizmente não existe e que leva muitos brasileiros, especialmente brasileiros jovens, a contestar os valores tradicionais das nossas crenças, da nossa sociedade, a contestar a lei e a buscar a sua realização individual por meio da criminalidade, já que a sociedade, o funcionamento da economia é de tal forma injusta que tolhe para eles as possibilidades de obtenção de uma vida digna mediante um trabalho, na medida em que o trabalho tem sido historicamente tão desvalorizado neste País em benefício dos rendimentos do capital.

Esse é o tema da política que eu espero seja discutido no grande debate nacional que se vai instalar agora no segundo turno, porque essa é também uma questão ética. E eu diria mais: é uma questão ética de fundo, porque é essa questão que fundamenta a convivência dos brasileiros dentro de uma sociedade e que não pode continuar sendo injusta como vinha sendo com aquele modelo de crescimento, que era concentrador de renda e que sempre esperava o bolo crescer para depois ser repartido de uma forma mais justa. Isso não pode continuar, isso parou há quatro anos; agora há uma forma dinâmica, um outro processo, um outro modelo de crescimento e é preciso discutir isso durante a campanha eleitoral nesses próximos 15 dias, nesse segundo turno. O segundo turno parece que vem para abrir essa possibilidade de duas correntes de pensamento representadas por dois candidatos bem representativos se oponham num debate franco, aberto e honesto do qual participe a sociedade como um todo e, evidentemente, nós, políticos, que temos a nossa vida ligada a esse tipo de atividade.

Sr. Presidente, nesta oportunidade que me é dada, tenho batido muito nessa tecla. Alguns até acham que, de alguma forma, tenho sido monocórdio, mas é porque considero a questão prioritária, absolutamente prioritária, e tem que ser discutida no Brasil. É possível mudar essa sociedade, a organização da economia brasileira, de forma a permitir uma distribuição mais justa dos frutos do trabalho de todos. Ou não é? Esses estudos que estão sendo feitos agora ao fim do quarto ano do mandato do Presidente Lula estão mostrando que é possível e que é importante que haja continuidade nesse tipo de política, para que a sociedade brasileira encontre o seu ponto de equilíbrio e não venha a, daí para frente, conflitos muito graves de comoções sociais que não podemos prever, cujas conseqüências são imprevisíveis.

Era essa a mensagem, Sr. Presidente, que eu queria trazer. Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> pela benevolência do tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cumprimento V. Ex<sup>a</sup> pelo pronunciamento que faz enfatizando a importância do segundo turno, em que os dois candidatos, quer seja no nível dos Estados, quer seja no da Presidência da República, vão poder expor suas idéias com clareza.

É nessa linha que, de imediato, gostaria de dar a palavra ao nosso Senador José Jorge, que participará do segundo turno como candidato a Vice-Presidente da República. Com certeza, haverá grandes debates entre ele e o candidato José Alencar, Vice-Presidente da República do outro projeto. Um deles é formado por Alckmin/José Jorge e o outro por Luiz Inácio Lula da Silva/José Alencar.

Com satisfação, passamos a palavra ao Senador José Jorge.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é com satisfação que volto hoje depois do primeiro turno da eleição em nosso País. A minha primeira mensagem que quero deixar é exatamente de agradecimento. Iniciamos essa eleição presidencial, o Governador Geraldo Alckmin e eu, em circunstâncias muito difíceis. Estávamos lutando contra um candidato à reeleição, o Presidente Lula, com uma máquina partidária importante, uma das maiores do País, além de tudo uma máquina governamental do Governo Federal.

Começamos a campanha numa situação bastante difícil exatamente porque Lula, além de ser o Presidente em exercício do País, é candidato pela sétima vez. Portanto, trata-se de um nome bastante conhecido em todo o Brasil, enquanto o nosso candidato, Geraldo Alckmin, está concorrendo pela primeira vez.

Ele é, desse modo, um nome mais difícil de apresentarmos ao eleitorado.

Entretanto, quando iniciamos a campanha, o Presidente Lula tinha cerca de 60% dos votos válidos; nós tínhamos 25%, Senador Geraldo Mesquita Júnior. A partir de então, em nossa campanha, andando por todo o País e visitando todos os Estados, com apoio dos nossos Governadores e dos candidatos a Deputado e a Senador, fomos, pouco a pouco, crescendo de tal maneira que, na véspera da eleição, já havia um empate técnico em relação às pesquisas divulgadas e, no dia da eleição, conseguimos ir para o segundo turno, que era o nosso grande objetivo.

Sempre soubemos que não poderíamos ganhar a eleição no primeiro turno, porque, como eu já disse, o Presidente Lula, por toda a estrutura que tinha, além de ser candidato pela sétima vez, levava uma grande vantagem. Nós, no entanto, estávamos praticamente iniciando uma campanha com um candidato novo.

Depois da apuração, observamos que o nosso candidato teve, na prática, 40 milhões de votos, uma diferença em relação ao Presidente Lula, que recebeu cerca de 47 milhões, de apenas sete milhões de votos em aproximadamente 100 milhões apurados. Foi, portanto, um resultado muito melhor do que aquele que esperávamos.

Devo dizer que mantivemos elevado o nível de toda a campanha, em nenhum momento baixamos o nível da campanha, e seguimos as regras eleitorais vigentes.

Quero aproveitar inclusive para comentar um pouco o projeto de lei de autoria do Senador Bornhausen, do qual fui relator, que foi aprovado para reforçar a legislação da eleição deste ano. Na época, esse projeto de lei era criticado como se não pudesse dar grande resultado. Mas ele ofereceu uma situação bastante melhor para a eleição. Nesta eleição, as cidades não ficaram sujas; foi uma eleição mais barata; não havia nada pendurado em postes. Quer dizer, foi uma eleição muito mais civilizada.

No dia da eleição, parecia que estávamos, Senador Geraldo Mesquita Júnior – pelo menos em Pernambuco, onde eu estava –, em um país do Primeiro Mundo, na França ou nos Estados Unidos, em que as pessoas iam votar e votavam tranquilamente.

Então, eu acho que aquele projeto eleitoral ajudou muito. Ainda há muita coisa a fazer, mas aquele projeto ajudou muito e hoje temos uma situação efetivamente muito melhor.

Agora, nós vamos para o segundo turno, Senador Romeu Tuma. Mas vamos para o segundo turno sem que o Presidente Lula seja o favorito. Agora não há fa-

vorito. Agora é um contra um e qualquer um dos dois pode ganhar. E o povo brasileiro é que vai decidir.

Antes, havia uma espécie de operação, comandada pelo Palácio do Planalto, para fazer crer ao Brasil que o Presidente Lula já tinha ganho, que a eleição ia ser decidida no primeiro turno, quando, na verdade, víamos que isso não estava certo. Quando líamos o jornal, quando assistíamos à televisão, tínhamos a sensação de que a eleição já estava decidida.

Lembro-me muito bem de que, ao longo de toda a campanha eleitoral, os jornais e a televisão apareciam dizendo coisas como: “Nova pesquisa do Ibope ou do Datafolha divulgada: o Presidente Lula ganha no primeiro turno”. Durante 90 dias tivemos de conviver com essa realidade, o que tirava o entusiasmo da nossa militância. Mas, mesmo assim, continuamos lutando, falando, viajando e colocando nossas propostas, de tal maneira que, às vésperas da eleição, no sábado, apareceu a primeira pesquisa dizendo que havia empate técnico e que, portanto, havia a possibilidade, que se efetivou, de haver segundo turno.

Concedo um aparte ao Senador Tuma.

**O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP)** – Senador José Jorge, apenas peço o aparte para dizer que é muito importante o discurso de V. Ex<sup>a</sup>, que faz uma análise das eleições na vigência da nova legislação. Como diz V. Ex<sup>a</sup>, ela tem de ser aprimorada, mas teve uma validade imensa. Nós, que andamos pelas ruas de São Paulo e pelo interior, tínhamos a impressão de que havia um marasmo, parecia que não havia entusiasmo da população porque não se via aquela movimentação comum nas outras eleições. A legislação promoveu uma alteração bastante grande, mas, no dia da eleição, tudo se transformou: houve presença maciça e poucas abstenções. Ficou claramente evidenciado em vários artigos que hoje os jornais apresentam que os institutos de pesquisa se equivocaram – não sei se erraram, falam muito nos dois por cento para cima ou para baixo. De qualquer forma, não compete a mim analisar, criticar ou vangloriar o que quer que seja, mas uma coisa ficou evidente, Senador José Jorge, candidato à Vice-Presidência: a coragem e a valentia dos senhores mesmo nos momentos angustiantes em que as pesquisas mostravam a dificuldade de se chegar a um segundo turno, os senhores não esmoreceram. Não creio que a militância tenha se entregado à certeza da impossibilidade de um segundo turno ou de uma vitória da situação, acredito que trabalharam. Particpei esta manhã de uma reunião em que foram analisados os resultados da eleição. Ficou claro que foram principalmente as regiões agrícolas do norte do País as responsáveis pela vitória de Alckmin, e acredito que tenha sido assim em razão da situação

de angústia por que estão passando. V. Ex<sup>a</sup> tem uma visão maior do que a minha, porque analisa os dados todos os dias em reuniões de campanha, mas sei que o caminho está aberto. V. Ex<sup>a</sup> é uma parte importante na arrancada destes 30 dias que se seguirão até a eleição do dia 29. Quero cumprimentar V. Ex<sup>a</sup> e desejar que Deus continue ao lado de V. Ex<sup>a</sup> e de Geraldo Alckmin para que também tenhamos um segundo turno com toda a dignidade e o respeito que caracterizaram o comportamento de nossa coligação no primeiro turno. Gostaria também de cumprimentar o Senador Bornhausen por sua capacidade de gerenciamento e pelo projeto que apresentou, tão bem explicado por V. Ex<sup>a</sup>. Parabéns!

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – Muito obrigado, Senador.

Queremos a verdade. O resultado do pleito de domingo último é o primeiro passo para que a verdade aflore definitiva e inapelavelmente neste País.

Numa eleição em que o Presidente da República já contava que seria reeleito em primeiro turno e em que pesquisas eleitorais realizadas nas vésperas davam diferença de até 15 pontos entre a candidatura de Lula e os votos nos candidatos de Oposição, o Brasil foi confrontado com a verdade de que o País quer mudar.

Por maioria, os brasileiros se opuseram ao sonho de reeleição de Lula. Agora, com a realização do segundo turno, em que somente duas propostas de governo serão expostas à sociedade, com certeza os brasileiros farão uma análise mais acurada dos dois candidatos e optarão pelo mais capacitado e transparente, que é o Governador Geraldo Alckmin.

Diferentemente do pleito de 2002, quando José Serra foi para o segundo turno com Lula tendo conseguido apenas 23,2% e Lula, 46,44%, na atual eleição Geraldo Alckmin teve 41,6% dos votos já no primeiro turno. Serra tinha vencido apenas em Alagoas.

No domingo, Alckmin ficou na frente de Lula em 11 Estados e os candidatos de Oposição tiveram mais votos do que o candidato do PT em 15 unidades da Federação. O Presidente Lula perdeu na Região Sudeste, na Região Sul e na Região Centro-Oeste. Venceu apenas no Norte e no Nordeste.

O resultado das urnas foi acachapante sobre a empáfia do Presidente Lula, que já falava em composição com os partidos aliados e até em governo de coalizão.

Mas o povo, em sua imensa sabedoria, colocou tudo em seu devido lugar, e vamos para o embate eleitoral de segundo turno.

Mas, para que a lisura do processo eleitoral seja plenamente garantida, é necessário que algumas ques-

tões fiquem definitivamente esclarecidas. Entre estas dúvidas, destaca-se a definitiva elucidação do crime eleitoral cometido contra a candidatura de Geraldo Alckmin e José Serra.

Não que este fato tenha influenciado grandemente a eleição de domingo último, mas a cortina de fumaça armada pela Polícia Federal deixou no ar dúvida do que estava sendo omitido da sociedade e até que ponto o comitê eleitoral da reeleição estaria envolvido no crime eleitoral.

Passado o primeiro turno, quando o Governo imaginava “quitar a fatura”, a Polícia Federal, que dava indícios de que estava avançada em suas investigações e de que aguardava apenas a reeleição de Lula para divulgá-las, silenciou-se completamente. Passados 18 dias do crime, ainda não sabemos quem são os mandantes, qual é a origem do dinheiro e quem são os envolvidos. E, se não fosse o vazamento de informação da Polícia Federal, até hoje não teríamos visto a “cor do dinheiro”. E a foto tão protegida de fato revelou uma imagem aterradora. Uma montanha de dinheiro sujo que transitava nas mãos de “meninos alopados”.

Tenho aqui, Srs. Senadores, uma charge de Chico Caruso, um dos maiores chargistas do Brasil, que foi publicada hoje no jornal **O Globo**. Nela o Presidente Lula aparece na frente desta montanha de dinheiro, R\$1,75 milhão de dinheiro sujo que até agora ninguém sabe onde está nem de onde veio – os amigos do Presidente Lula sabem, e o Presidente Lula deve saber, mas não diz. E aqui está escrito o seguinte: “Diante daquela parede dourada do Alvorada, o Presidente Lula diz: ‘Eu estou convencido de que no segundo turno teremos discussão mais intelectual da proposta’.”

Era um saco de dinheiro! Não tínhamos uma exata dimensão do que seriam quase R\$2 milhões até que vimos as fotos. Para juntar tanto dinheiro, um sofrido trabalhador que perceba um salário mínimo, descontada apenas a contribuição previdenciária, gastaria exatos 453 anos. Para dar uma dimensão temporal, esse trabalhador teria de ser conterrâneo de Pedro Álvares Cabral. Esse trabalhador, para ter esse dinheiro todo ganhando salário mínimo, teria de ter chegado aqui junto com Pedro Álvares Cabral, o descobridor do Brasil.

A versão de que a compra do dossiê contra Alckmin e Serra foi iniciativa isolada de “meninos” não é risível. Não é possível acreditar que um partido que se diz falido em 2005, que tem dívidas sendo executadas na Justiça e que demitiu funcionários da sede do partido em São Paulo aumentando um pouco mais as taxas de desemprego deixe nas mãos de “alopados” quase R\$2 milhões.

Por livre e espontânea vontade, membros graduados do Comitê de Reeleição resolveram dar um tiro no pé, utilizando-se de uma bala de R\$1,75 milhão. Tudo à revelia da campanha e do candidato Lula. Não é possível que isso aconteça, qualquer um de nós, que é candidato, sabe que é possível até que o comitê eleitoral use R\$5 mil ou R\$10 mil sem que o candidato saiba, mas R\$1,75 milhão é um grave crime eleitoral.

Essa versão é difícil de ser digerida. Não bate com as práticas usuais das campanhas eleitorais no País e no bom senso que parece não existir em quem pretende contá-la com ares de verdade.

Como já tive oportunidade de comentar desta tribuna, se o Presidente Lula tivesse, de fato, interesse em elucidar os fatos, bastava perguntar a seus auxiliares mais próximos. Um dos envolvidos é seu secretário particular, com assento na sala ao lado no Palácio do Planalto, Freud Godoy. O outro, Jorge Lorenzetti, era usuário habitual da churrasqueira da Granja do Torto.

O Presidente Lula, no início do escândalo contra as candidaturas de Alckmin e Serra, tomou a iniciativa de ligar pessoalmente para o assessor Freud Godoy. Por que Sua Excelência amainou seu ímpeto investigativo?

O Senador Aloizio Mercadante também poderia ajudar nesse esclarecimento, já que o “homem da mala”, Hamilton Lacerda, foi funcionário de seu gabinete até a divulgação do crime eleitoral. Uma conversa frente a frente, de chefe para subordinado, será suficiente para trazer tudo à tona, a não ser que não se queira revelar a verdade.

Quero dizer, a propósito, que conheço bem o Senador Aloizio Mercadante deste plenário. Não acredito que S. Ex<sup>a</sup> esteja envolvido nessa questão. Acho que, se isso fosse responsabilidade do comitê de eleição a Governador de São Paulo do Senador Mercadante, isso não seria feito pelos assessores de Lula, envolveria pessoas de São Paulo. As pessoas que foram pegadas com dólares são de Brasília, não são de São Paulo. Então, na realidade, acho que houve uma tentativa de incluir e de responsabilizar o Senador Mercadante por esse fato, porque a candidatura dele já estava derrotada, enquanto que a candidatura do Presidente Lula seria vitoriosa no primeiro turno.

Enquanto as pessoas envolvidas e beneficiadas pelo crime não se pronunciam, fica a dúvida: onde está a verdade?

Concedo um aparte ao Senador Suplicy, e ao mesmo tempo, quero me congratular...

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)  
– Eu só pediria que o aparte fosse rápido, porque o tempo de V. Ex<sup>a</sup> já se esgotou.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Eu pediria ao Senador Suplicy que fosse rápido, porque eu já ultrapassei bastante o meu tempo, mas não poderia deixar de congratulá-lo...

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Em homenagem ao Vice-Presidente, podemos conceder a V. Ex<sup>a</sup> mais alguns minutos.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – ... pela reeleição. V. Ex<sup>a</sup> é Senador por um partido adversário, o PT, mas certamente honra o Senado e sempre tem se colocado ao lado da verdade.

Concedo um aparte a V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Senador José Jorge, em primeiro lugar, quero cumprimentar V. Ex<sup>a</sup> e o candidato Geraldo Alckmin da coligação PSDB/PFL pelo resultado alcançado. Na verdade, devemos festejar a democracia brasileira, pois, felizmente, diferentemente de um período passado de três décadas, desde 1989 estamos vivendo um período em que, no Brasil, o povo brasileiro pode escolher o seu Presidente, o seu Governador, Senador, Deputado Federal, Deputado Estadual. Agora, como nunca antes, tivemos 128 milhões de eleitores comparecendo às urnas. Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que considero correto o seu apelo para que haja a elucidação completa desses episódios relativos ao dossiê. Tenho transmitido à Direção Nacional e à Direção Estadual do Partido dos Trabalhadores, aos presidentes Ricardo Berzoini e Paulo Frateschi, inclusive publicamente, que avalio ser da maior importância que esse assunto seja de vez elucidado e, se possível, nesta semana. Será muito melhor que tenhamos tudo resolvido para que o povo brasileiro e nossos eleitores tenham um período de debates centrado em propostas, a começar pelo debate de domingo na Rede Bandeirantes. Que as emissoras que convidarem tanto o Presidente Lula quanto o ex-Governador Geraldo Alckmin para debates possam transmitir planos para o desenvolvimento sustentado da economia, para melhorar a distribuição da renda, formas de erradicar mais depressa a pobreza absoluta neste País e de como construir, enfim, uma sociedade justa e solidária. Eu espero que seja esse o conteúdo maior do debate entre ambos, mas é claro que a questão ética precisa estar presente. Eu espero, Senador José Jorge, que seja sobretudo o conteúdo das proposições de ambos os candidatos que venha a fazer o povo brasileiro escolher, da forma mais democrática e livre, o nosso Presidente. Quero aqui também externar o meu apelo àqueles que possam contribuir, também no âmbito do próprio PT, para elucidar o episódio o mais rapidamente possível. Igualmente, considero importante que possam José Serra, Barjas Negri, o empresário Abel e os irmãos

Vedoin esclarecer o quanto antes se houve dossiê e de que tipo, qual, afinal de contas, era a intenção de pai e filho Vedoin ao fazerem afirmações sobre o Sr. Barjas Negri e sobre o ex-ministro José Serra. Que isso seja inteiramente esclarecido. Fui colega do ex-Ministro José Serra no Senado, por muitas vezes com ele interagi e sei da história de seriedade dele. Tenho certeza de que ele deve ser a primeira pessoa a querer esclarecer qualquer história que porventura tenha ocorrido relativamente àquele dossiê.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Agradeço ao Senador Eduardo Suplicy o aparte e quero dizer que concordo com S. Ex<sup>a</sup>: devemos saber isso o mais rapidamente possível, se não for assim, esse tema tomará conta do segundo turno. E o Presidente Lula pode saber isso rapidamente, basta consultar os companheiros que estão envolvidos.

Queremos saber a verdade. Doa a quem doer, a verdade deve vir à tona. E quando soubermos os autores do crime, a meu ver, não restará dúvida quanto ao envolvimento do Partido dos Trabalhadores e do Comitê de Reeleição do Presidente Lula.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. José Jorge, o Sr. Paulo Paim, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.*

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna, por permuta com o Senador Heráclito Fortes.

Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra por dez minutos, prorrogáveis.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, gostaria de iniciar meu pronunciamento na tarde de hoje agradecendo ao povo da Paraíba a expressiva votação: quase um milhão de votos. Da outra vez, fui eleito por quinhentos mil votos, e, desta vez, foram 725.502 votos, ou seja, 44% dos votos válidos contra 48% dos que foram dados a meu adversário, uma diferença mínima.

Durante o tumultuado período que antecedeu as eleições – no meu caso pessoal, foi especificamente tumultuado e doloroso pelas enormes injustiças e traições que se interpuseram na minha candidatura –, tive a oportunidade de reafirmar, desta tribuna, inúmeras vezes, minha confiança no eleitorado paraibano. Dizia eu: “Conheço a Paraíba, e a Paraíba me conhece. O povo do meu Estado sabe da minha honestidade e da minha capacidade de trabalho. Conhece minha lealdade, como conheço a dele”. E, de modo geral, esse



reconhecimento e essa lealdade se manifestaram na expressiva votação que recebi.

E é justamente a esses eleitores que continuaram me honrando com sua confiança que dirijo, nesta tarde, minhas palavras de gratidão, meu muito obrigado e meu eterno reconhecimento!

Nos últimos doze anos, Sr. Presidente, dediquei todas as horas e todos os dias, meses e anos da minha vida ao trabalho incansável em prol da Paraíba – isso me rendeu lá o apelido de trator – e dos paraibanos em geral. Trabalhei incansavelmente, muitas vezes com enormes sacrifícios pessoais. Não me arrependo um só instante dessa doação incondicional e irrestrita: mais tempo tivesse, mais vida tivesse, mais chance tivesse, e faria tudo de novo, de novo e de novo. Talvez, apenas fizesse diferente e substituísse algumas parcerias, sendo mais cuidadoso no estabelecimento das minhas relações de confiança. Todavia, em nada diminuiria minha disponibilidade em servir, prazerosamente, o povo do meu Estado.

Lamentavelmente, os mais de 700 mil votos recebidos não foram suficientes para garantir minha recondução ao terceiro mandato. E, nesta Casa, a maioria dos Senadores foi eleita com menos de 700 mil votos. São muitos votos! E isso não se deveu senão à conjunção de uma série de fatores exógenos à campanha, dentre os quais gostaria de ressaltar a pesada artilharia de alguns setores da imprensa – aqui, cito nominalmente a Rede Globo de Televisão, no Jornal Nacional, que decretou minha perda de mandato às vésperas do dia da eleição.

Ressalto também o triste papel desempenhado por alguns membros da CPMI que, deslumbrados com o poder conferido pela Constituição às Comissões Parlamentares de Inquérito – poder esse que defendo e defenderei sempre –, prestaram-se, em algumas ocasiões, a funcionar como um verdadeiro Tribunal do Santo Ofício.

Alguns Parlamentares, como o Relator, Senador Amir Lando – que obteve 40 mil votos –, e o Presidente, Deputado Antonio Carlos Biscaia – que, aliás, não se reelegeu –, converteram-se em Savonarolas modernos, sempre dispostos a passar aos jornais e às tevês informações parciais, inverídicas e descontextualizadas, com vistas a alimentar o sensacionalismo que condena e sentenciar antes mesmo do julgamento.

Exemplifico o raciocínio: no dia marcado para a leitura do parecer do Relator no Conselho de Ética do Senado, quando a falta de **quorum** impediu a apreciação do referido parecer, o que, para mim, era prejudicial, já que eu tinha todo o interesse em ir para a campanha com a situação esclarecida, o que aconteceu? A Rede Globo de Televisão, ao informar, em

horário nobre, para 95% dos lares brasileiros (aí incluídos os lares paraibanos) que a votação não pôde ser realizada, escamoteou o fato de que o parecer não foi sequer lido e de que nem foi dada publicidade do seu conteúdo, a pedido do Relator, e destacou como manchete, alto e bom som, que o parecer de Jefferson Péres pediria minha cassação.

Esse Jornal Nacional, gravado no meu Estado, passou, na última sexta-feira, umas vinte vezes, o que fez com que eu, que estava seis pontos à frente, despencasse para quatro pontos atrás no resultado da eleição.

Agradeço muito a eles pelo trabalho que fizeram. Quanto a mim, havia uma dúvida em relação a R\$200 mil, em dois anos, que um assessor meu teria pegado – e eu teria ficado com uma parte. E eles conseguiram eleger um Senador que levou, comprovadamente, R\$100 milhões da Prefeitura de João Pessoa – isso em um terço dos processos; ainda faltam dois terços. Então, eles realmente foram os eleitores desse cidadão, que vai dar muito que falar aqui, no Senado Federal, com toda certeza.

Com base em que eles veicularam tal notícia? Na hora seguinte, telefonei ao Relator e perguntei: “O senhor disse isso?” Ele respondeu: “Não, não disse”. Liguei, então, para o Sr. Ali Kamel, do Jornal Nacional, e perguntei: “O Relator disse que não falou isso. Como é que os senhores veicularam?”. E a resposta foi: “Vamos mandar ouvi-lo de novo”. Não o fizeram. Então, veicularam uma inverdade, que me prejudicou enormemente, e nós não deveríamos consentir que a lei permitisse uma coisa como essa.

Não entendi por que a imparcialidade não foi preservada. Não entendi por que, às vésperas da eleição, eles fizeram isso. Foi uma opção.

Essa, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, foi a pá de cal que pretenderam jogar sobre minha candidatura. Era uma candidatura que tinha tudo para ser vitoriosa, uma vez que lastreada num trabalho árduo e contínuo, amadurecido em doze anos de mandato nesta Casa e, ainda, numa gestão operosa e bem-sucedida no Ministério da Integração Nacional.

O poder da mídia não pode e não deve ser menosprezado nos países desenvolvidos e, mais ainda, em sociedades tão carentes e desiguais como a brasileira.

Não perdi apenas as eleições – eu as perdi, como eu disse, por poucos votos –; perdi, primeiro, a guerra de comunicação que se travou contra minha candidatura.

Falei aqui sobre a Agenda Sete. Disseram-me que eu teria enfrentado uma Agenda Sete e que eu era o

peixe graúdo. Mas fui escolhido para ser massacrado pela imprensa nacional.

Nessa guerra suja, os meios de comunicação, convenientemente, esqueceram-se de que meu adversário não tinha, como não tem, condições morais, éticas, intelectuais e legais para representar o povo paraibano. Elegeram-no; agora, que o embalem!

Esqueceram, convenientemente, repito, tratar-se de alguém julgado e condenado a ressarcir os cofres públicos por desvio de recursos na Operação Confraria, recursos esses que, hoje, certamente, fazem falta nas escolas, nos hospitais e na mesa dos paraibanos.

Desde maio, por 139 dias, fui massacrado diariamente pelos principais jornais e televisões do País, e, é claro, esse massacre se refletiu nas urnas.

No calvário que experimentei desde então, não faltaram traições de antigos companheiros e também de lideranças jovens que ajudei a projetar no cenário político paraibano.

Entretanto, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, mesmo ferido na minha honra e nos meus princípios, escolhi continuar na campanha, apoiado pela certeza da minha inocência e pela solidez dos vínculos que estabeleci com a Paraíba nesses muitos anos de lutas vitoriosas e de trabalho operoso e constante no Senado Federal.

Muitas vezes, estive quase sozinho, mas não vacilei, não esmoreci e, nesse quase um milhão de votos, reconheço uma campanha vitoriosa. Aliás, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é bom que fique registrado que não apenas eu a reconheço como vitoriosa. Numa triste ironia do destino, foi justamente a Rede Globo de Televisão que primeiro fez esse reconhecimento público, quando, em programa na Globo News, no debate entre cientistas políticos e jornalistas que acompanhavam as apurações, respondendo à ponderação da cientista Lúcia Hipólito, a jornalista Cristina Lobo enfatizou o aspecto vitorioso da minha campanha, comentando que, apesar das dificuldades decorrentes do suposto envolvimento do meu nome no episódio das sanguessugas, o povo da Paraíba escolheu consagrar 44% dos seus votos – expressivo percentual – ao meu nome. E fiquei muito grato por isso.

**O Sr. Geraldo Mesquita Júnior** (PMDB – AC) – Senador Ney Suassuna, permite-me V. Ex<sup>a</sup> um ligeiro aparte?

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Pois não, nobre Senador.

**O Sr. Geraldo Mesquita Júnior** (PMDB – AC) – Senador Ney Suassuna, tive a oportunidade de dizer, há pouco, que considero que V. Ex<sup>a</sup> foi condenado antes de ser julgado. Desde que cheguei a esta Casa, pude testemunhar seu comportamento, sua postura

alegre e atenciosa. Quantos e quantos convites para seus saraus, para jantares na sua casa! V. Ex<sup>a</sup> sabe que jamais participei de nenhum deles, mas sua gentileza sempre se fez presente, no sentido de renovar o convite, mesmo o Geraldo nunca comparecendo. Não gostaria de perder esta oportunidade de dizer a V. Ex<sup>a</sup> que tenho a impressão de que muitos ou alguns – não vou generalizar – dos que costumavam freqüentar seu apartamento, sua casa, seus saraus, talvez, hoje, por mera covardia, virem-lhe as costas e não mais aceitem o convite que V. Ex<sup>a</sup> sempre fez com tanta gentileza. Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que não faz parte do meu caráter a covardia. Nesta oportunidade, quero, de forma mais intensa inclusive, renovar o apreço e a amizade pessoal que tenho por V. Ex<sup>a</sup>, mais ainda neste momento. Quero fazer isso publicamente. Eu seria covarde se não o fizesse. Repito: mesmo não privando intensamente da relação pessoal, da camaradagem que V. Ex<sup>a</sup> estendeu sempre a todos nós, seus Colegas, mesmo não praticando isso intensamente, não gostaria de perder esta oportunidade de, neste momento, reiterar, de forma intensa, que V. Ex<sup>a</sup> conta, mais ainda agora, com minha amizade pessoal acima de qualquer coisa. Era o que gostaria de deixar registrado.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Muito obrigado, amigo! Agradeço-lhe muito.

Vou concluir, Sr. Presidente.

Por que vitoriosa a campanha? Porque, malgrado a desigualdade das ferramentas empregadas pelas partes – de um lado, todo o poder da mídia, a precipitação dos juízos de valor irresponsavelmente expendidos quase que diariamente para tentarem me fazer sangrar em praça pública; e, de outro, a visita aos eleitores, as carreatas, os comícios e a minha biografia de trabalho e de dedicação à causa da Paraíba –, obtive, quase sozinho, apoiado por uma pequena e leal Armada Brancalione, essa magnífica votação.

A esses incansáveis, leais e obstinados companheiros, também manifesto minha gratidão.

Portanto, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, não me sinto derrotado e não poderia, de maneira alguma, deixar de vir a esta tribuna para agradecer, comovido e emocionado, àqueles que não hesitaram em me confiar, mais uma vez, seu voto.

Continuarei trabalhando, até o último dia desta Legislatura, com o melhor das minhas forças, para retribuir essa confiança de expressiva parte do povo paraibano.

Estou certo de que os laços mútuos de lealdade e de admiração que se estabeleceram nessa longa convivência estarão definitivamente presentes em nossas vidas, não apenas em nossa memória política, mas, sobretudo, em nossas memórias afetivas.

Razões circunstanciais próprias do processo político não podem apagar os vínculos sólidos de confiança em mão dupla entre mim e a Paraíba, forjados numa existência inteira de dedicação à causa do meu povo, o povo paraibano.

Estou certo de que, nesses doze anos de Senado, inscrevi, indelevelmente, com coragem, com honestidade, com ética e com honradez, meu nome na história do glorioso Estado paraibano. E o fiz de maneira duradoura.

Encontro-me entre os paraibanos que se dedicaram e que continuam a dedicar-se à construção de uma Paraíba mais igual, mais justa, mais desenvolvida, mais humana, mais fraterna e mais feliz.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Senador Ney Suassuna, permita-me uma palavra antes de V. Ex<sup>a</sup> concluir.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Pois não.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Eu não poderia apartear-lo. Por isso, esperei V. Ex<sup>a</sup> terminar.

Eu queria deixar um testemunho: quando a Corregedoria deu início às investigações, pelas acusações que surgiram, em nenhum momento V. Ex<sup>a</sup> tentou interrompê-las, dificultá-las ou criar empecilhos que pudessem comprometer o andamento dos trabalhos. V. Ex<sup>a</sup> foi correto e forneceu todos os meios para que realmente se pudessem esclarecer os fatos.

Houve contradições nos depoimentos dos funcionários, e, infelizmente, não pude prosseguir. Imediatamente, o Conselho de Ética nomeou o Relator, e a Corregedoria perdeu qualquer razão para dar continuidade às investigações, mas apenas ficou na expectativa de que o Relator pudesse ou não pedir auxílio.

Eu queria deixar isso claro. Não acredito que V. Ex<sup>a</sup> mexeu em R\$100 mil nem em R\$200 mil. Há outras questões referentes a seus funcionários que talvez tenham de ser aprofundadas, mas jamais V. Ex<sup>a</sup> dificultou qualquer tipo de investigação. Pode ter criticado um ou outro aspecto, mas jamais interveio no procedimento ao qual a Corregedoria tentou dar continuidade, até para esclarecer as contradições daqueles que depuseram durante a preliminar.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> as palavras.

Lembro-me, inclusive, de que, no dia 5 de junho, pedi a interferência da Corregedoria para que o fizesse. E fiz mais – V. Ex<sup>a</sup> estava presente na Comissão de Ética. Eu disse: “Mostrem-me uma prova contra mim, que renuncio o mandato e cancelo minha candidatura”. Não há prova! Não há prova! Podem arranjar outra

forma para me atingir, porque prova não há. Tenho a consciência tranqüila.

É difícil enfrentar um Jornal Nacional repetindo vinte vezes ao dia um assunto no último dia de campanha. É difícil. Paciência!

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)  
– Boa sorte para V. Ex<sup>a</sup>!

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Vamos em frente!

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)  
– Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães, por cessão do Senador Cristovam Buarque.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, seria, sem dúvida, um discurso difícil o que vou pronunciar, não tivesse eu a coragem que o tempo tem mostrado que tenho e a experiência de 50 anos de vida pública. Isso me dá autoridade para discorrer aqui sobre as eleições no Brasil e, em particular, em primeiro lugar, na Bahia.

Devo dizer a V. Ex<sup>a</sup> que o Senhor Presidente Lula venceu na Bahia surpreendentemente o Governo, levando também um Senador que jamais seria eleito normalmente, mas por ter abandonado o seu partido e por ter feito composição com o candidato do PT, venceu.

Portanto, as minhas primeiras palavras são no sentido de que, no caso, o Presidente Lula foi vencedor. Não importa como. Jogando muito dinheiro do Governo? Sim. Dinheiro da Petrobras? Sim. Dinheiro dos ladrões que o cercam? Sim. Mas o fato é que ele venceu.

Entretanto, outra verdade tem de ser dita ao mesmo tempo: ele e seus correligionários achavam que ele seria eleito no primeiro turno. Não foi no primeiro e tudo indica que não será no segundo.

Todos estão tomando conhecimento da maneira de governar do Presidente, das pessoas das quais ele se cerca, dele pessoalmente como chefe de uma quadrilha que assalta o Brasil.

O Presidente da República não tem dignidade para o exercício da função, não tem o respeito público. Pode ter o voto: ou o voto que comprou, ou o voto daqueles menos esclarecidos – que, agora, com os debates, vão ser mais esclarecidos, para dar a vitória a quem de fato merece. Este Governo começou com Waldomiro Diniz roubando e vai até o fim com uma série de ladrões. E ele diz que não sabe de nada! Não sabe de nada, mas demite. Então, demitiu injustamente; e, se não sabe de nada, é porque é cego; e, se é cego, não pode ser Presidente da República.

Sr. Presidente, nunca houve neste País um descalabro igual; nunca houve neste País um Governo que tivesse a coragem – nem mesmo o seu novo aliado, o Collor – de roubar tão abertamente.

Sei que ele comemorou a vitória na Bahia. Fez bem em comemorar. Em 1986, eles comemoraram; em 1990, eu voltei. Voltei e formei uma série de homens públicos naquela terra que honra o Brasil e da qual ninguém é acusado de roubar.

No pleito da Senatória, trouxemos um nome que talvez seja um dos melhores Senadores da República. E esse nome, que não tinha prática política, fez uma campanha notável, com seu saber e sua competência, e adquiriu, em menos de um mês, competência política a ponto de o candidato que era tido como o mais provável, um ex-Prefeito da cidade de Salvador, perder para o Senador Rodolpho Tourinho por mais de um milhão de votos.

O Senador Rodolpho Tourinho foi exemplar, daí por que falo do acerto que tive em lançá-lo candidato. Se houvesse outra eleição, eu o lançaria novamente, pela sua alta capacidade demonstrada. Antes, era o técnico que brilhava no Senado; na campanha, foi o Senador político, que sabia dizer o que o povo queria ouvir e que apontava o que fez de bom no Senado, coisa rara num homem público, sobretudo, para os menos favorecidos.

O Governo teve Waldomiro Diniz e acabou com esse Freud, todos roubando e todos dentro da casa do Lula – e ele não sabia. Lorenzetti, o seu churrasqueiro, pegou R\$17 milhões e toma conta de uma das suas filhas.

O Presidente Lula precisa saber que o Presidente da República deve ser como a mulher de César: não pode haver dúvidas a respeito de sua conduta.

No caso dele, não há dúvida, mas certeza de sua péssima conduta moral e administrativa.

Quem forma um Ministério dessa qualidade não pode governar o Brasil, assim como quem coloca José Genoíno como Presidente e o tira. Não tenho nada pessoal contra José Genoíno, mas o assessor de seu irmão, Deputado Estadual, foi apanhado levando dólares na cueca e não aconteceu nada.

Vem, então, Ricardo Berzoini, envolvido na compra de um dossiê para atacar o candidato ao Governo de São Paulo, José Serra. Esse R\$1,7 milhão, um delegado honesto e digno teve a coragem de apontar e mostrar. O Sr. Jaques Wagner disse algo certo, hoje: Berzoini não pode ser Presidente do Partido porque está sob suspeita de um crime. É este o time de lá: Lorenzetti, Freud Godoy, Okamoto. Oh, se abrissem o sigilo de Okamoto, quanta coisa surgiria!

Nesse debate, espero que o candidato a Presidente Geraldo Alckmin demonstre, como estava fazendo no final, os crimes praticados contra o povo, porque este é quem paga a roubalheira do Lula. É o povo que paga – não sente, mas paga.

Esse Governo não aponta uma pessoa próxima ao Presidente – talvez, excetue-se a D. Dilma, mas não a conheço bem – que tenha seriedade dentro do Palácio do Planalto. Todos já foram acusados – todos, tirando D. Dilma –, já foram provados na roubalheira. Todos já foram, inclusive, chamados de “quadrilha” pelo ínclito Procurador-Geral da República, que apontou 40 dessas figuras para serem processadas judicialmente no Supremo Tribunal Federal.

Ora, Sr. Presidente, são tantos os ladrões e os furtos que é muito difícil alguém tratar de um assunto porque surge outro maior. E ele, com o cinismo que lhe é próprio, diz: “Vamos apurar! Deve ser apurado! Isso é um crime!”

Mas quem praticou o crime? Foi V. Ex<sup>a</sup>? Foi o honrado Senador Jefferson Péres? Foi, mesmo, o digno Senador Suplicy?

Não. Quem roubou estava junto do Presidente e esse dinheiro dos roubos e dos furtos não conhecidos foi jogado em várias eleições no Estado e para o Presidente da República. Mas vem aí o segundo turno.

Tenho uma lista de pessoas que foram acusadas com razão, neste Governo, pelos furtos que praticaram. Passo a lê-la: Gushiken e os Fundos de Previdência; Silvio Pereira do Land Rover – Land Rover da Petrobras; Petrobras de Jaques Wagner. Eu, aliás, tenho a impressão de que o ataque de hoje, do Jaques Wagner ao Berzoini, foi um pouco de vingança do que Berzoini fez com ele quando assumiu o Ministério do Trabalho, dizendo que ele não criou nenhum emprego daqueles que apontou. José Genoíno, já falei, com o irmão dos dólares; o meu amigo José Dirceu; Paulo Okamoto, doador universal; os petistas mensaleiros Luisinho, João Magno, João Paulo, José Mentor, Josias Gomes, Paulo Rocha, Lorenzetti. Lorenzetti é o Okamoto de Lurian, que não é outra pessoa senão filha do Presidente da República.

O outro filho é sustentado pela Telemar, com R\$15 milhões, e, até hoje, não se deu ao prazer de explicar esse caso. Talvez o guarde para os debates;

Apareceu um Freud! Para manchar o nome do grande psicanalista, aparece um Freud Godoy. O Freud Godoy é íntimo de cama e mesa do Presidente e é o principal suspeito desses furtos.

Humberto Costa, o vampiro, também indiciado e já julgado pelo povo de Pernambuco; Lulinha da Telemar, de quem já falei; Waldomiro Diniz; a turma de Ribeirão Preto – eu gostaria até de poupar o Ministro Palocci,

mas não posso, diante das evidências que chegaram ao conhecimento da CPI –; a turma do Banco Popular, que irrigou o valerioduto e para a qual o Senador Tasso Jereissati chamou atenção no primeiro dia; a turma do Banco do Brasil, flagrada, agora, devido ao dossiê; um diretor do Banco do Brasil se afasta para roubar, para comprar dossiê. Só mesmo neste Governo!

Os portadores dos dólares cubanos em caixas de uísque; aqueles que invadiram a conta do caseiro – pobre caseiro! A turma da Petrobras; os assassinos de Santo André e de Campinas! O de Campinas é a própria esposa do morto que faz a acusação – a fez aqui, na CPI. O caso de Celso Daniel, difícil de ser explicado. Só a turma da Petrobras, com os US\$6 bilhões, que pediu agora, só essa turma da Petrobras merecia e merece uma CPI, a qual temos de fazer nesta Casa! É a oportunidade para se provar a ladroagem na maior empresa do Brasil e uma das maiores do mundo!

Os terroristas que acabaram com a cultura do cacau no meu Estado, levando a vassoura de bruxa para acabar com a lavoura cacauzeira, deixando 200 mil desempregados. Gostaria de poupar o Senador Mercadante, mas não vou poupar o Sr. Hamilton Lacerda, seu assessor, que participou também desse dossiê.

Berzoini foi afastado da campanha, mas não o foi da Presidência. Evidentemente que será por pouco tempo. Vai ser afastado! O próprio PT de Suplicy não vai aceitar que isso continue dessa maneira.

Sr. Presidente, ao confessar o caso da Bahia, sem nenhuma dúvida, inclusive, ontem, quando fui perguntado a esse respeito, disse: “Derrotado não fala, espera”. Estou esperando, como esperei em 1986, e venci, em 1990, as eleições diretas para Governador do Estado, tendo havido a derrota, em 1986, não minha, mas do candidato Josaphat Marinho.

Portanto, Sr. Presidente, quero advertir a Nação brasileira, sobretudo, para esse segundo turno. Chamo a atenção do Nordeste, principalmente, da minha Bahia, para que impeçamos essa reeleição tão danosa para o País e coloquemos à frente do Governo um homem de bem, honrado, como é o ex-Governador Geraldo Alckmin. Desse modo, Sr. Presidente, estou convencido de que vamos ter um novo Brasil e sem roubo; um novo Brasil com um PT sério, porque também no PT há pessoas sérias, tirando os ladrões, que não são poucos.

Sr. Presidente, venho a esta tribuna, com a coragem que Deus me deu, para dizer que continuarei lutando e amando cada vez mais a Bahia, e que, em breve, V. Ex<sup>as</sup> verão o desastre que será o governo baiano e a volta triunfal do “carlismo” na Bahia. O “carlismo” é uma legenda que não se apaga, queiram ou

não os cronistas políticos. Ela existe porque o povo quer! E quando o povo quer, pode tudo.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – V. Ex<sup>a</sup> solicita-me um aparte?

Com prazer.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador, o tempo de V. Ex<sup>a</sup> já se esgotou por duas vezes.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – O Senador Eduardo Suplicy tem direito a um aparte.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Peço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Eduardo Suplicy, que seja breve, porque, da última vez, V. Ex<sup>a</sup> gastou dez minutos em seu aparte.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Senador Antonio Carlos, em algumas ocasiões, vi, por parte de V. Ex<sup>a</sup>, sobretudo no primeiro ano do mandato do Presidente Lula, atitudes de muito respeito e carinho para com o Presidente.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Carinho é exagero.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Nos últimos tempos, observei que V. Ex<sup>a</sup> passou das palavras assertivas e críticas para a adjetivação que, muitas vezes, beirava a ofensa. Cheguei até a conversar com V. Ex<sup>a</sup> acerca de alguns episódios, dizendo-lhe: “Olha, avalio que será melhor ouvido se usar mais a forma carinhosa, construtiva, respeitosa”. Inclusive fiquei pensando que, em algumas situações, quando nós, políticos, passamos da crítica veemente para a ofensa, muitas vezes, acabamos perdendo com isso. V. Ex<sup>a</sup> conheceu tão bem o Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, que costumava dizer algo com bastante sabedoria: “Precisamos ter atitudes com nossos adversários que nos permita sempre continuarmos a dialogar com eles”. Às vezes, o uso de palavras tão ofensivas acaba atrapalhando essa relação, inclusive fazendo com que o povo não aprove tais atitudes. Apenas coloco isso para a reflexão de V. Ex<sup>a</sup>. Será que o exagero na forma não contribuiu para que houvesse esse resultado? Falo isso como uma pessoa que tem por V. Ex<sup>a</sup> respeito e estima, a ponto de o próprio Presidente Lula, em algumas ocasiões, como em comício recente, comentando positivamente sobre minha atuação, disse-me: “Olha, às vezes, acho que você deveria ser mais duro com nossos adversários. Mas esse é o seu jeito. O seu jeito é esse mesmo de estar dialogando.” É o meu jeito mesmo! Talvez eu tenha aprendido com o meu pai que sempre é melhor falar bem das pessoas do que criticá-las, porque isso faria o bem. Mas,

aqui, pondero: será que não foi o exagero na ofensa que dificultou, não apenas para que o Presidente pudesse lhe ouvir melhor e que o povo também pudesse lhe dar maior apoio? Quero também dizer que, inclusive já expus isso ao Senador José Jorge, solicitei da direção nacional e estadual do Partido dos Trabalhadores o esclarecimento desses episódios relativos ao dossiê, e que isso possa se dar ainda nesta semana. Não quero me estender mais. Obrigado.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Se V. Ex<sup>a</sup> tem um diálogo difícil com o Presidente e com o seu Partido, como é que eu posso dialogar com esse grupo do seu Partido, que não é o seu, que é o grupo daqueles ladravazes que tanto infelicitam a Nação e o próprio Presidente da República? Eu não posso! É diferente. Veja V. Ex<sup>a</sup> que, mesmo com o seu estilo, V. Ex<sup>a</sup> sempre foi um homem – eu assisti isso e dou este testemunho – de uma popularidade imensa em São Paulo! Entretanto, dessa vez, o seu adversário obteve 43% da votação. Seria por causa do seu estilo? Não!

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Eu obtive 48%.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Seria pela sua coragem de dizer ao Lula as verdades? Alguma coisa aconteceu, porque Guilherme Afif Domingos, embora seja um grande nome, teve uma votação que surpreendeu o Brasil e, mais ainda, maior do que a do seu candidato ao Governo, Senador Aloizio Mercadante, a quem respeito.

De modo que V. Ex<sup>a</sup> veja que o problema de estilo é próprio de cada um. Agora, não se pode colocar uma venda para que não se enxerguem as roubalheiras tão claras, tão evidentes que estão existindo no Brasil. Elas são tão claras que V. Ex<sup>a</sup> pede e exige esclarecimento do seu partido.

Portanto, veja V. Ex<sup>a</sup>, hoje estou com minha tese e V. Ex<sup>a</sup> com sua tese, apenas com estilos diferentes. V. Ex<sup>a</sup> pensa exatamente como eu, mas diz de uma maneira mais branda. Talvez V. Ex<sup>a</sup> esteja certo na maneira de dizer, mas eu estou certo no que eu digo. Do Governo Lula chega! Cansou! Vai sair no dia 29 deste mês. Nós vamos ter um novo Presidente, que será Geraldo Alckmin.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres, pela ordem. Em seguida, ao Senador Ramez Tebet; depois, à Senadora Ideli Salvatti.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço

que me inscreva para falar pela Liderança do PDT tão logo possa.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Como Líder?

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM) – Como Líder do PDT.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Não. Se V. Ex<sup>a</sup> conceder a vez para o Senador Ramez Tebet, em seguida, falará V. Ex<sup>a</sup>. Não pode falar agora.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM) – Eu cedo a vez ao Senador Ramez Tebet.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Então, Senador Ramez Tebet, tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>. Em seguida, falará a Senadora Ideli Salvatti.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Pela ordem, Senadora Heloísa Helena.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Nobre Senador Romeu Tuma, só para dizer que, após as falas pela Liderança e o próximo inscrito, o Senador Heráclito me cedeu o tempo para que eu possa falar como inscrita.

Obrigada.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a V. Ex<sup>a</sup> uma informação sobre a Medida Provisória nº 297. Trata-se de matéria que me preocupa, pois se refere aos agentes comunitários de saúde – e vejo alguns deles aqui. Como o prazo se encerrará na segunda-feira, desejo obter informações sobre sua tramitação.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Rodolpho Tourinho, recebo do Sr. Secretário-Geral da Mesa a informação de que o Presidente está convocando os Líderes para, amanhã pela manhã, discutirem essa medida provisória e outras questões pendentes. Essa será a razão principal da convocação dos Srs. Líderes.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Sr. Presidente, deixo esse alerta em função do vencimento da medida, ainda porque, possivelmente, a matéria terá de voltar à Câmara. Isso me preocupa muito.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Verificamos que o Senador Antonio Carlos Magalhães tem razão quanto a V. Ex<sup>a</sup>.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, ainda sobre essa questão que nos preocupa a todos. Dado o prazo exíguo que temos para apreciar essa medida provisória, quero lembrar o compromisso que temos com a votação da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa. Se a medida provisória for lida, não poderemos fazer a votação.

Aguardamos com ansiedade a chegada dos Srs. Líderes para que possamos fazer a reunião e, amanhã, quarta-feira, possamos, então, votar a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa e também deliberar sobre a referida medida provisória, para que retorne à Câmara Federal, se for o caso, e não perca sua validade.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Romeu Tuma. PFL – SP) – Senadora Ideli Salvatti, essa é a preocupação da Presidência.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Pois não.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, queria pedir a colaboração da Líder do Governo, que se mostra interessada na votação da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, que, com o seu poder, acesso e tráfego inquestionável na Casa, fizesse chegar aos Srs. Senadores o texto na íntegra do projeto, uma vez que são oitenta e oito artigos. E é preciso que os Senadores votem conhecendo o texto, porque acabou aquela época em que se votava incluindo o que o Governo mandava. Faço o registro porque, geralmente, há, nas entrelinhas desses projetos, algo não tão republicano quanto o objetivo mesmo do projeto que vem de lá para cá.

De forma que a Senadora prestaria um grande serviço, se realmente é sincero o desejo da votação amanhã, se fizesse com que todos os Senadores tivessem acesso ao texto completo.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Registro o alerta de V. Ex<sup>a</sup>.

Concedo a palavra ao Senador Ramez Tebet.

**O SR. RAMEZ TEBET** (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, todos nós fizemos campanha dentro das nossas casas, tentando contribuir para um País melhor. E, Sr. Presidente, a Senadora Heloísa Helena me encontrou em minha residência, quando o meu Estado teve a honra de recebê-la.

Senadora Heloísa Helena, V. Ex<sup>a</sup> pôde constatar que eu estava em estado de reflexão por condições da vida. Uma das minhas reflexões é a de que o brasileiro é competente, o brasileiro é sábio. Começamos esta campanha sob o signo do voto nulo e da abstenção. Todos diziam que a história brasileira registraria a maior abstenção da sua vida republicana e falavam da preocupação quanto ao voto nulo. Não existiu uma coisa nem outra, Sr. Presidente. Diminuíram a abstenção e os votos nulos.

Sr. Presidente, a reflexão mais importante que tirei é a de que podemos pensar em muitas reformas políticas no País, como a cláusula de barreira, que vejo com muita alegria, está encaminhada e vai ajudar o futuro Presidente da República no seu relacionamento com o Congresso Nacional. Não haverá necessidade, Senador Antonio Carlos Magalhães, de o Executivo se reunir com duas dezenas de partidos, que não são duas dezenas, mas 40 ou 50 incrustados no partido, com segundas intenções. A cláusula de barreira veio, e isso vai melhorar o diálogo.

Mas, mais do que isso, o que sinto e vejo é que, dessas reformas políticas todas, uma tem de permanecer – pelo menos foi o que senti: é o resultado do que percebi nas ruas, do que percebi no meu Estado de Mato Grosso do Sul. Sabem qual é? A existência de um segundo turno é imprescindível, porque, Sr. Presidente – V. Ex<sup>a</sup> é testemunha disso porque é Corregedor desta Casa –, nunca o Brasil viveu um Estado tão atônito no meio da sua população e, portanto, no seio do seu eleitorado, como viveu nesta campanha eleitoral.

Os fatos se sucediam a cada dia, não a cada semana. A cada 24 horas, tínhamos uma novidade. E o povo tinha de saber a verdade. E, diante de tanta informação, Sr. Presidente, acho que o segundo turno veio fazer bem ao País. É preciso, realmente, dar mais uns dias para o povo brasileiro meditar melhor, para o povo brasileiro perceber as imoralidades que se praticam. Não se suporta e ninguém quer mais essa avalanche com que foram tomados alguns partidos do País e, principalmente, o partido que dava sustentação ao atual Presidente da República.

Não é possível! O Brasil nunca viu as coisas acontecerem dentro da própria Casa, e não ir ninguém para a cadeia. A pessoa é suspensa de uma função, por exemplo, da coordenação da campanha, mas continua na Presidência do partido. Esse é um jogo difícil, Sr. Presidente, e nunca vai valer tanto como agora o segundo turno.

O Presidente que for eleito em 29 de outubro virá mais consagrado, mais ungido pela vontade popular e terá mais condições de dialogar com o Congresso, que já não contará com dezenas e dezenas de parti-

dos políticos, uma vez que a cláusula de barreira vai restringir a menos de dez o número deles.

Mas vim hoje só para fazer uma saudação. Eu queria tanto ser mais atuante na campanha e justamente fiquei impedido disso. Mas tenho orgulho de algo, que quero manifestar a esta Casa e a este País. Fiquei no meu Estado, dando minha parcela de contribuição, fazendo o que pude, e vi que, em Mato Grosso do Sul, houve o triunfo da vontade popular, pois se elegeu, esmagadoramente, um homem competente, com mais de 60% dos votos.

Quero dizer àquele que foi Prefeito, por duas vezes, de Campo Grande que lhe será entregue, no próximo ano, se Deus quiser, a bandeira da moralidade cívica, a bandeira do progresso e do desenvolvimento do Estado de Mato Grosso do Sul. Quero, portanto, deixar registrada, nos Anais desta Casa, a vitória da coligação de André Puccinelli para Governador, com Murilo Zauith, do PFL, para Vice-Governador e com a Senadora, Sr. Presidente, que por certo vai encantar esta Casa. Refiro-me à primeira mulher sul-mato-grossense eleita para o Senado da República, a Dr<sup>a</sup> Marisa Serrano, que sei que, vindo para cá, será uma Senadora incansável na defesa dos interesses do nosso Estado e do Brasil.

Mas o que também aconteceu de importante em Mato Grosso do Sul é que elegemos uma bancada de oito Deputados Federais, que vou nominar: Waldemir Moka, Nelson Trad, Geraldo Resende, Vander Loubet, Antonio Biffi, Antonio Ferreira da Cruz, Dagoberto Nogueira e Waldir Neves. Eles vão formar uma bancada também de sustentação em defesa do Estado de Mato Grosso do Sul.

**O Sr. Leonel Pavan** (PSDB – SC) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte, Senador?

**O SR. RAMEZTEBET** (PMDB – MS) – Pois não, Senador.

**O Sr. Leonel Pavan** (PSDB – SC) – Senador Ramez Tebet, primeiro, queria dizer que para nós é sempre uma alegria ouvir V. Ex<sup>a</sup>, não só por sua experiência, mas por tudo que V. Ex<sup>a</sup> transmite a todo homem público: segurança, confiança, transparência. V. Ex<sup>a</sup> é um homem que orgulha a todos os brasileiros. Esse é o sentimento não apenas nosso, mas também dos catarinenses. Fizemos uma coligação em Santa Catarina: o PSDB com o PMDB e com o PFL. V. Ex<sup>a</sup> falou sobre o candidato a Governador eleito, sobre a nossa Marisa Serrano, do PSDB, sobre a grande eleição de Deputados Estaduais, de Deputados Federais e da Senadora, feita por meio de um trabalho forte. Em Santa Catarina, com seu amigo Luiz Henrique da Silveira, por pouco mais de 30 mil votos, não vencemos no primeiro turno. Veja que, dos 293 Municípios, vence-

mos, parece-me, em 249 Municípios – não me recordo bem – e perdemos em apenas 43 Municípios. Portanto, vencemos em 250 Municípios. Dos 40, elegemos 23 Deputados Estaduais e, dos 16, 11 Deputados Federais, mostrando que a nossa coligação foi firme, forte, com a aprovação popular dos catarinenses. Tenho certeza absoluta de que venceremos no segundo turno, para fazer de Santa Catarina e do seu Mato Grosso do Sul dois Estados pujantes, fortes, que possam gerar mais empregos e continuar sendo exemplos para o Brasil. O seu Estado teve o privilégio de eleger o Governador no primeiro turno, mas, no nosso, confirmaremos Luiz Henrique da Silveira no segundo turno, para mostrar seus projetos inovadores de descentralização. Permita-me também agradecer por falar, no aparte que V. Ex<sup>a</sup> me concede, enaltecendo Luiz Henrique da Silveira, seu amigo, uma pessoa tão querida não apenas pelos catarinenses, mas por muitos brasileiros.

**O SR. RAMEZTEBET** (PMDB – MS) – Senador Leonel Pavan, agradeço a V. Ex<sup>a</sup> pelo aparte.

**O Sr. Leonel Pavan** (PSDB – SC) – Permita-me ainda dizer que elegemos um Senador com quase um 1,8 milhão de votos, fazendo mais do dobro de votos da segunda colocada do PT.

**O SR. RAMEZTEBET** (PMDB – MS) – Quero desejar a Santa Catarina todo o êxito. Aquilo que acontece em Santa Catarina interessa a Mato Grosso do Sul, e aquilo que acontece em Mato Grosso do Sul interessa a Santa Catarina. São dois Estados vocacionados, eu diria, para a mesma direção. Mato Grosso do Sul sempre foi grato a Santa Catarina e ao Rio Grande do Sul pela tecnologia que para lá foi levada pelos irmãos desses dois Estados da Federação, principalmente no setor da agricultura e da pecuária.

V. Ex<sup>a</sup> me faz lembrar que, no meu Estado, tivemos uma sorte imensa: elegemos uma bancada de Deputados Estaduais que será coesa e que estará ao lado do Governador em defesa dos interesses do Estado.

Não posso deixar passar esta oportunidade, Senador Leonel Pavan, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores. Eu, que não gosto de despedida, por considerá-la algo que sempre compunge os corações, quero despedir-me, por exemplo, do convívio da Senadora Heloísa Helena e, por meio da sua pessoa, dos representantes de todos os Estados da Federação. Despeço-me do convívio do grande Senador Relator Rodolpho Tourinho, que honrou e ainda honra seu Estado nesta Casa, dando suas brilhantes colaborações às nossas causas. E por que não me referir ao meu Estado, a uma figura que trabalhou bastante por Mato Grosso do Sul? Antes fazê-lo agora, agradecendo-lhe, do que fazê-lo às vésperas do desembarque, em 1<sup>o</sup> de fevereiro; antes abraçar agora o Senador Juvêncio da Fonseca, por duas vezes, Pre-



feito de Campo Grande, Senador digno, honrado, que sempre esteve ao nosso lado, em defesa dos interesses de Mato Grosso do Sul. Prefiro fazer isso agora, Senador Juvêncio da Fonseca, a fazê-lo em meados ou quase ao fim do mês de janeiro.

Deus concedeu que o povo, na sua sabedoria, tivesse mais alguns dias para escolher o futuro dirigente do País. Que o faça! Que o faça com desassombro, que o faça com coragem, que o faça pensando nos interesses do Brasil, colocando os interesses da população acima de quaisquer outros interesses. Está na hora de este País crescer, Senador Romeu Tuma. Está na hora de vermos um pouco de nossos sonhos realizados. Está na hora de haver uma união, depois de 29 de outubro, uma união nacional em torno de um projeto de Brasil, comandado pelo Presidente da República que for eleito, mas um projeto de Brasil, um projeto autêntico, um projeto de desenvolvimento nacional. É isso que nós precisamos e é isso por que vamos torcer até chegar o dia 29 de outubro.

Sr. Presidente, muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres, como Líder do PDT. Em seguida, à Senadora Ideli Salvatti, como inscrita.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, estou aqui no exercício da Liderança do PDT e inicio saudando a grande vitória do meu Partido, que ultrapassou a cláusula de barreira e será um dos sete partidos sobreviventes no quadro político nacional e, principalmente, no Congresso Nacional.

Mas, Sr. Presidente, menos do que um Líder, quem está aqui na tribuna é um cidadão brasileiro.

Há um mês, fiz um discurso angustiado desta tribuna; angustiado com a perspectiva de o povo brasileiro eleger em primeiro turno o atual Presidente, o que significaria a maioria do povo estar sancionando, Sr. Presidente, todo os erros graves, os desvios éticos que macularam o atual governo do nosso País.

Desta eleição, se o atual Presidente fosse vitorioso em primeiro turno, Sr. Presidente, tenho certeza de que as instituições republicanas estariam em perigo. Não por um golpe de Estado. Não penso nisso; não há condições para isso, mas, na prática, o Presidente sairia desta eleição, Sr. Presidente, tão triunfalista, tão arrogante, tão certo de que o povo o apoiaria em qualquer circunstância, de que tinha obtido uma absolvição da maioria dos eleitores do nosso País, que ele não precisaria de Congresso, não precisaria de apoio de imprensa, não precisaria sequer do seu próprio Partido, do PT; estaríamos marchando para um

projeto personalista de poder perigosíssimo, que eu não sei aonde iria desaguar.

O Brasil – estou convencido – saltou uma fogueira. Haverá segundo turno. Ainda que o atual Presidente vença – não quero antecipar a minha posição porque o PDT vai se reunir para tomar uma decisão –, mas ainda que o atual Presidente vença, vencerá em circunstâncias bem diferentes. Ele terá baixado a arrogância. Ele sabe que a maioria do povo brasileiro disse “não” a ele; 51% preferiram outros candidatos que não ele. E mais, Sr. Presidente: se incluirmos os votos brancos e nulos, na verdade, o atual Presidente teve a aprovação de 40% – se muito – do povo brasileiro. A grande maioria lhe disse “não”, repudiou o seu comportamento. Essa história de que ele era um mito blindado contra tudo se esborroou. Não é mito, não; ele perdeu a eleição. Lembrem-se que o Fernando Henrique, que tinha muito menos popularidade do que o Lula, venceu a eleição de 1998 em primeiro turno com 53% dos votos. O Lula não chegou a 49%. Portanto, que sirva de lição ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Desça do sapato alto, não se julgue um semideus. O Brasil é uma República, as instituições funcionam. Ele que venha humilde, e mais: faça um *mea-culpa* durante os debates – seus erros não foram pequenos! E prometa, na hipótese de ser eleito, fazer um governo bem diferente. Se ele não fizer isso, vai perder a eleição.

Mas o Sr. Geraldo Alckmin, se vencer, também terá de assumir este compromisso.

Acho que o Brasil está a caminho da republicanização, país no qual as instituições funcionem acima dos homens. Projetos personalistas de poder não vingarão mais neste País. O Brasil não é nem será jamais Venezuela. O Brasil é uma sociedade complexa. O Brasil tem instituições fortes – está provado. E a mudança que vai ocorrer será boa, inclusive para o Partido dos Trabalhadores, que precisa se purificar, precisa fazer um expurgo. Tomara que o faça, porque o PT é necessário ao País. Eu não me alegraria com a destruição do PT, não. O PT ocupa um espaço no mundo político muito importante, que se ele desaparecesse não seria ocupado talvez por outro. Quero a sobrevivência do PT, mas quero o PT um partido igual aos outros, um partido que não faça do poder um contubérnio de amigos, que não aparelhe a estrutura de poder, que não se julgue acima do bem e do mal, nem ele nem o Presidente da República, porque o Brasil é e será daqui por diante, cada vez mais, uma República. Foi isto que ficou claro com esse segundo turno.

O Brasil saltou uma fogueira, repito. Talvez nem o povo brasileiro nem a classe política saibam o perigo que correríamos se o atual Presidente tivesse vencido

a eleição no domingo. A democracia brasileira passou pelo seu teste de fogo. O País está de parabéns.

Era o que eu tinha a comunicar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Obrigado, Sr. Senador.

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti, inscrita por cessão do Senador Romeu Tuma, inscrito, por sua vez, por cessão do Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Em seguida, fará uso da palavra a Senadora Heloísa Helena.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Agradeço-lhe, Sr. Presidente, a cessão do tempo que pertencera a V. Ex<sup>a</sup> por cessão do Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Primeiramente, Sr. Presidente, solicito que, no Jornal do Senado de hoje, possa ser feita uma correção com base na totalização realizada pelo Tribunal Regional Eleitoral do Acre às 17 horas e 25 minutos do dia 02 de outubro, porque a ordem dos mais votados que aparece no referido jornal registra, em números absolutos, o Senador Eduardo Suplicy, do PT de São Paulo, com 8.986.803 votos. Portanto, em números absolutos, o Senador Eduardo Suplicy foi o eleito no Brasil com o maior número de votos. Mas, em termos proporcionais, o Senador Tião Viana, do Acre, que, na lista do Jornal do Senado – e acho que a lista foi construída com os dados anteriores à retificação feita pelo TRE – aparece em terceiro lugar, é o campeão de votos no País. O boletim do TRE apresenta o Senador Tião Viana com 88,76% dos votos válidos daquele Estado.

Portanto, eu queria pedir a retificação e parabenizar tanto o Senador Suplicy, por ser o campeão dos votos, quanto o Senador Tião Viana. Os dois Senadores, que muito nos orgulham, pertencem à Bancada do Partido dos Trabalhadores.

Além disso, quero também dar os parabéns a todos os Senadores eleitos pelo Brasil em todos os 27 Estados.

As instituições democráticas estão em plena vigência e vigor em nosso País. A população foi às urnas neste último domingo, declarou seu voto, cravou na urna sua vontade, sua decisão, e todos nós temos de render ao povo brasileiro o mais absoluto respeito pela decisão tomada de forma democrática, com o voto.

Como Líder do PT, além de fazer o registro de que tanto o campeão de votos em termos absolutos como o campeão de votos em termos proporcionais são Senadores do PT, eu não poderia deixar de fazer outro registro, agradecendo de forma muito humilde ao povo brasileiro a confiança que continua depositando no PT.

O PT teve também, como Partido, a maior votação para Deputado Federal no País: foram exatamente 15,01% dos votos para Deputado Federal. Isso nos enche de orgulho, porque não é um resultado de agora, mas é um resultado que se vem mantendo nas últimas eleições de 2000, de 2002, de 2004 e, agora, na de 2006. O PT continua recebendo da população brasileira expressiva votação. Na eleição de 2004, o PT também foi o Partido que obteve a maior votação: 17,2% nas eleições municipais. Na eleição de 2002, também tivemos a eleição da maior bancada, e, no percentual de votos, o PT foi o Partido que obteve melhor resultado: 17,7%.

Portanto, de forma muito humilde, como acho que todos têm de se postar frente ao resultado das urnas, frente ao resultado da votação da população brasileira, não poderia deixar de, como Líder da Bancada do PT no Senado, agradecer aos eleitores os votos que deram ao Senador Suplicy, que me pede um aparte, e ao Senador Tião Viana, com a liderança entre os votos absolutos e os votos proporcionais, respectivamente. Também houve a manutenção dos votos para a Câmara e para o Partido como um todo em três eleições seguidas.

Senador Eduardo Suplicy, ouço com muita atenção e prazer seu aparte. V. Ex<sup>a</sup>, agora, fala por mais de oito milhões de eleitores de São Paulo.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Senadora Ideli Salvatti. Agradeço-lhe os cumprimentos e quero dizer que espero continuar colaborando com o Partido dos Trabalhadores, com o Presidente Lula e com o Vice-Presidente José Alencar. Foi muito importante o Brasil ter realizado essas eleições e o povo brasileiro ter se manifestado da forma mais livre possível. Que, então, nesse segundo turno, possa haver debates do mais alto nível entre o Presidente Lula e o ex-Governador Geraldo Alckmin, os dois presidenciáveis! A propósito, foi essencial a colaboração da Senadora Heloísa Helena e do Senador Cristovam Buarque para o debate de proposições e de idéias, mesmo que em tom de críticas ao Governo, o que é uma postura natural. Será muito importante que haja debates sobre temas que digam respeito a como fazer com que a Nação seja muito melhor, com maior crescimento, com oportunidades de emprego de larga escala, com melhor distribuição da renda. Que possam ser esses temas o centro dos debates nessas quatro semanas de outubro, antes do segundo turno! Avalio que, na medida em que nós próprios, do PT, como o Presidente Lula e o próprio Senador Aloizio Mercadante, pudermos colaborar para esclarecer inteiramente o episódio relativo ao dossiê, muito melhor será para todos nós, brasileiros. Mas quero também

cumprimentar V. Ex<sup>a</sup> por ter conduzido nossa batalha no Senado Federal e especialmente em Santa Catarina, com tanta determinação, com tanta garra! Meus cumprimentos a V. Ex<sup>a</sup>!

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Agradeço-lhe, Senador Suplicy.

Quero deixar aqui bem claro que tem de ser respeitada a vontade do povo brasileiro, que manifestou de forma clara e contundente sua preferência, sua disposição, sua determinação em relação ao que deseja para o Congresso Nacional, para os Governos de Estados, para as Assembléias Legislativas, para a Câmara, para o Senado e para a Presidência da República, ainda indefinida. Vamos para o segundo turno!

Tive oportunidade de ouvir e de ler, muitas vezes, manifestações em que se desqualificava o povo brasileiro, dizendo que ele era comprado por bolsas, que era desinformado, ignorante. Ou seja, quando a tendência do voto ou quando a maioria da manifestação do voto do povo brasileiro não está de acordo com o que determinados segmentos, partidos ou candidaturas desejam, é o povo que não sabe votar, é o povo que está sendo enganado, ludibriado, comprado, aliciado. Ouvi muito isso.

Espero que tenhamos a capacidade de respeitar as urnas e de com elas aprender, e me incluo aí como petista, como integrante da direção do Partido. Teremos, sim, de aprender muito com o que a urna nos deu de resultado, inclusive com o resultado de um segundo turno para Presidente da República. Vamos ter de adequar controles dentro do Partido dos Trabalhadores, vamos ter de adotar posturas que não beirem a soberba, a presunção e a autoconfiança excessiva, evitando que o individual, o regional e o específico se sobreponham ao coletivo. Vamos precisar fazer auto-crítica, adotar medidas.

O segundo turno para Presidente da República, Senador Romeu Tuma, será muito bem aproveitado. Tenho acompanhado a disposição do Presidente Lula de transformar esse segundo turno num momento muito especial de debate, de aprofundamento da discussão sobre o País que queremos, sobre o País de que precisamos. Qual é o crescimento, qual é a distribuição de renda, qual é o investimento, qual é o papel do Estado, quais são os mecanismos de combate à corrupção que se pretendem aprofundar em nosso País?

Mas não há possibilidade de se fazer esse debate se algumas posturas não forem evitadas.

Estranho o fato de o Sr. Geraldo Alckmin aparecer nas reportagens de hoje tentando se apresentar como novo, quando todos sabemos que, de novo, não existe nada aí. Desse novo, temos uma experiência de oito anos de Governo PSDB/PFL, de neoliberalismo, de

Estado mínimo, de privatização, de aumento da carga tributária, de não-combate efetivo à corrupção, de “engavetador-geral da República”, de CPIs abortadas.

Temos de, efetivamente, fazer o debate do que queremos para o País, temos de apresentar isso de forma clara. E não há como fazer isso, não há como apreciarmos e colocarmos para a população decidir o que pretende para os próximos quatro anos à frente da Presidência da República se não cotejarmos, se não tivermos como embasamento para a decisão do que cada um está dizendo que pretende fazer com o País aquilo que está fazendo ou já fez. Esse é o parâmetro, esse é, indiscutivelmente, o balizador, o divisor de águas.

E quero dizer que o Presidente Lula está absolutamente preparado para debater o que vem fazendo, para dizer o que pretende ampliar e aperfeiçoar, principalmente partindo da questão que considero central, que está, inclusive, delineada em seu plano de governo apresentado à opinião pública, que é o crescimento com inclusão social e o fortalecimento da educação. E, quanto a isso, o Presidente tem o que apresentar, não só no que pretende ampliar, evoluir, aprofundar, aperfeiçoar, mas no que faz, no que fez ao longo desses quase quatro anos.

Um Presidente da República que pode apresentar à Nação 19% de queda na pobreza – maior índice de queda na pobreza nos últimos dez anos –, um Presidente que pode apresentar a distribuição de renda e a ascensão social de nada mais nada menos que sete milhões de pessoas – brasileiros que tiveram a oportunidade de sair das classes de menor renda e de ascender à classe média –, um Presidente que se pode apresentar efetivamente à Nação com resultados de ação de governo tem respaldo para pedir o voto de cabeça erguida e para ganhar essas eleições no segundo turno.

Dirijo-me agora aos que estão magoados com o resultado das urnas, aos que não querem respeitar a vontade do povo: é bom que todos nós tenhamos a humildade de reconhecer a sabedoria popular, mesmo que não consigamos alcançá-la, mesmo quando não conseguimos ter o entendimento devido, porque, muitas vezes, ela não se conjuga com nossa vontade, com nossa intenção. Que tenhamos a capacidade de respeitar o povo brasileiro, porque quem não o respeita não tem o direito de exercer qualquer parcela de poder em seu nome!

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senadora Ideli Salvatti.

Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena. Em seguida, falará o Senador Marco Maciel.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Pela ordem, tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, com a permissão da Senadora Heloísa Helena, gostaria de registrar um fato histórico no Senado da República: o voto de humildade que acaba de declarar a Líder do PT na Casa. Espero que essa lição sirva e que não seja apenas um rasgo momentâneo, mas que se reflita em procedimentos, em condutas daqui para frente, pois não adianta receber a penitência, pagá-la e repetir o mesmo erro.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Com a palavra, a Senadora Heloísa Helena.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro, eu quero agradecer ao Senador Heráclito por ter disponibilizado a sua inscrição para que eu pudesse fazer uso da palavra. Quero também dizer ao Senador Tourinho, que mais uma vez cobrou a necessidade da agilidade da votação do projeto relacionado aos Agentes de Saúde, que pode contar com o meu empenho também, pois é uma causa absolutamente justa.

Mas é claro, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, que vou falar sobre a campanha eleitoral.

Estão aqui a minha querida Deputada Luciana Genro e o meu querido Deputado Babá. Estivemos há pouco em uma reunião da Executiva do P-SOL para, de fato, reforçar, em função de algumas notinhas que saíram pela imprensa, o que já era nossa posição desde a apresentação de minha candidatura.

Senador Romeu Tuma, sabe V. Ex<sup>a</sup>, como sabe a grande maioria dos Parlamentares da Casa, que, quando houve a decisão do P-SOL e a minha decisão de ser candidata à Presidência da República, eu me preparei para as duas possibilidades. Eu jamais seria candidata à Presidência da República se eu não me achasse preparada para assumir um cargo tão especial, tão precioso como o de Presidente da República. Igualmente, eu me senti absolutamente preparada para voltar à sala de aula se necessário fosse, e é o que vou fazer, embora vá continuar na militância política, na condução do P-SOL, na articulação com todos os movimentos sociais, como é minha obrigação fazer.

Eu quero dizer que respeito todas as decisões dos eleitores. Respeitar a gente tem de respeitar, eu só não posso ser demagoga e dizer que é sabedoria votar em mensaleiro, sanguessuga, trambiqueiro, ladrão de terno e gravata. Esse tipo de demagogia eu

não faço. Eu respeito a decisão das urnas; é o povo brasileiro que decide. Nem sempre o povo tem o governo que merece – o povo brasileiro é tão bom que nem sempre merece seus governantes –, mas tem o que escolhe.

Quero agradecer de coração aos nossos eleitores. Eu respeito todos os eleitores de todos os candidatos à Presidência da República, os que votaram por convicção, por identidade, mas não os vendidos, não os que se venderam por cargos, prestígio ou poder. Eu não estou falando da pobreza, que conhece a dor de às vezes não ter o que pôr na mesa para alimentar o seu filho – esta é uma outra história. Estou falando de lideranças políticas que se vendem por cargos, prestígio e poder. Esses eu não respeito! Respeito, contudo, os eleitores de todos os candidatos que votaram porque queriam, porque acreditaram, porque tinham convicção. Esses eu respeito.

Quero fazer um agradecimento muito especial aos eleitores do P-SOL, do PSTU, do PCB, do PCR, da nossa frente de esquerda em todo o Brasil. Não foi uma coisa qualquer essa campanha. Senador Romeu Tuma, somente sendo uma sertaneja do interior das Alagoas para agüentar o que agüentei. Parece até que estou colando cada um dos meus pedacinhos agora. Aliás, era como se todos os dias eu estivesse toda quebrada, mas, no outro dia, tinha de colar cada um dos pedacinhos para renascer na luta, para sair pelos aeroportos do País ou pelas buraqueiras das estradas nos ônibus para fazer essa campanha eleitoral.

Por tudo isso, estou de cabeça erguida. Todos nós estamos de cabeça erguida. Não fizemos parte de nenhuma negociata, de nenhum balcão de negócios sujos, não traímos nossa classe de origem, não vendemos nossas convicções ideológicas, não vendemos a nossa alma e o nosso coração em troca das conveniências do poder.

O único detalhe que me causa uma certa frustração é não ter conseguido enfrentar o Lula em debate algum. Infelizmente, ele ficou sentadinho no seu troninho podre de corrupção, arrogância e covardia política. Não teve a coragem de ficar bem pertinho de mim para me enfrentar, embora tivesse a obrigação de ter ido ao debate. Isso faz parte do jogo político, e outras coisas virão à frente.

Quero agradecer de coração as flores, as orações, o carinho, os beijos e os abraços recebidos por onde andamos pelo Brasil. Tinha muita gente que me dizia: “Heloísa, você é nossa última esperança”, ou com Cesinha, ou com nossos Parlamentares, ou com nossos candidatos a Governador ou a Senador. No meu caso, a maioria das pessoas não me dizia somente isto: “Heloísa, você é nossa última esperança”; diziam

assim: “Não desista. Tenha saúde. Tenha força. Se não der nesta, dará na próxima”.

Os nossos 6.575.393 votos vieram de pessoas que não foram atrás da falsa polarização plantada nos meios de comunicação e que não foram atrás do voto útil das pesquisas eleitorais. Foi por isso que eu disse que eles são mulheres e homens livres. A imprensa fala que eu liberei meus eleitores. Eu sou vaqueira para liberar gado? Os meus eleitores são livres! Mulheres e homens livres. Eles são tão livres, donos da sua alma, do seu coração e do seu voto que foram capazes de, apesar todos os obstáculos e turbulências, votar em mim. Então eu não tenho de liberar ninguém.

Senador Cristovam Buarque, saúdo a presença de V. Ex<sup>a</sup>. Eu dizia o quanto respeito todos os eleitores que votaram em todos os candidatos, mas estou fazendo um agradecimento especial aos nossos eleitores. Várias vezes, eu disse que os nossos eleitores são mulheres e homens livres. Todos os candidatos também acham isso a respeito do seu eleitor. É óbvio. Então eu não tenho de liberar eleitor nenhum. Eleitor vota do jeito que quer.

Eu sei que os meus eleitores remaram contra a correnteza, nadaram contra a maré do voto útil, da falsa polarização PT e PSDB e votaram na nossa candidatura. Então agradeço de coração a confiança em nós depositada e tenho certeza de que eles serão capazes de fazer aquilo que identificam como a melhor escolha para o Brasil.

O P-SOL, nosso Partido, tem uma posição política que eu vou anunciar. O P-SOL não está lavando as mãos nem está em cima do muro. Na história da humanidade, quem lavou as mãos como Pilatos não o fez para ficar do lado do fraco, mas para servir aos grandes. Então, isso não tem nada a ver conosco. Não estamos lavando as mãos. Quando Pilatos lavou as mãos, condenou Jesus para servir ao poder, porque não queria perder o cargo. É por isso que eu já disse aqui várias vezes, nos debates bíblicos, que pior do que Judas foi Pilatos. Judas se arrependeu, devolveu o dinheiro e se suicidou. Pilatos lavou as mãos, condenou um inocente e ficou lá no cargo, no poder.

Então não significa que estejamos em cima do muro. Nós estamos no chão. Não estamos em cima do muro. Estamos no chão, no combate, no campo de batalha, fazendo o que temos a obrigação de fazer, ou seja, dizendo que as duas candidaturas representam o mesmo projeto neoliberal e nós não vamos rasgar 12 anos de militância política em dois dias. Que conversa é essa?

Passei oito anos aqui, como Senadora, batendo de manhã, de tarde e de noite contra o Governo FHC. Passei quatro anos denunciando as gangues parti-

dárias do Governo Lula. Como é que, agora, em dois dias, podemos dizer que vamos votar em alguém? Não podemos fazê-lo. No caso do P-SOL, isso não é possível. Os nossos eleitores – reiteramos – são mulheres e homens livres.

É por isso que dizia hoje, na reunião da Executiva – e foi uma decisão tomada por absoluto consenso – e eu disse isso antes de ser candidata. Iniciei a minha fala dizendo...

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Senador Efraim, se V. Ex<sup>a</sup> pudesse liberar o meu tempo, com todo respeito aos outros inscritos, até porque não foi cronometrado o tempo dos outros que falaram anteriormente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Ex<sup>a</sup> terá o tempo que desejar para fazer o seu pronunciamento.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Muito obrigada, Senador.

Dizia no início que fiquei preparada para todas as possibilidades – todas. Aliás, desde que se iniciou a campanha, devolvi logo o apartamento do Senado. Fiz minha mudança, empacotei meus livros, minhas coisas. Um dos meus filhos foi para Alagoas, o outro ficou comigo aqui, morando num quarto e sala. Então já estava absolutamente preparada ou para ir para o Palácio do Planalto, enfrentar os sabotadores do desenvolvimento econômico, uma canalha que parasita os cofres públicos como se fosse uma caixinha de objetos pessoais, ou voltar para a sala de aula de cabeça erguida, comer pó de giz, no jargão dos professores, mas de cabeça erguida, porque estive aqui no centro do poder político e não vendi a minha alma, as minhas convicções; não traí a minha classe de origem, não traí a esquerda socialista democrática. E era isso que me dava força de andar por todo o Brasil, fazendo essa campanha eleitoral.

No P-SOL é diferente, porque partido tem posição. Dizíamos, desde o início, que todos os Parlamentares, todo o Diretório, toda a Executiva, que ninguém viesse plantar notinha na imprensa dizendo que pode apoiar Lula.

Não adianta o Sr. Guido Mantega ligar para Plínio de Arruda Sampaio fazendo jogo sorrateiro por trás porque Plínio é um homem de partido – depois me liga e diz o que aconteceu. Não adianta botar notinha na imprensa dizendo que apóia isso, apóia aquilo. O filiado do P-SOL, se ele estiver lá dentro, votando... alguns filiados do P-SOL dizem: “Se eu estiver lá, em frente à urna, eu posso votar no Lula?” Outro diz: “Eu posso votar no Alckmin?” Como confronto da traição

da ex-esquerda partidária? Então esse negócio não conta. Nós não vamos controlar o voto individual; mas, publicamente, ninguém vai poder dar declaração para o Alckmin, nem para o Lula.

A Deputada Luciana Genro foi eleita – votação belíssima – teve 185.071 votos; ela não pode dar declaração. Tive, no Rio Grande, 439.959 votos; não posso. Em São Paulo, nosso Deputado Ivan Valente – estou falando os Deputados eleitos – teve 83 mil votos, eu tive 1,558 milhão; nem ele pode, nem eu posso. No Rio de Janeiro, o nosso Deputado Chico Alencar teve 119 mil votos, eu tive 1,425 milhão votos; nem ele pode, nem eu posso dar. É por isso que tenho dito várias vezes que tenho acompanhado pela imprensa as declarações do Alckmin e do Lula. Com relação ao Lula, não tem óleo de peroba que seja suficiente, porque ele disse que minha declaração foi muito sóbria. Os cabras que viviam plantando notinha safada, vagabunda na imprensa para aniquilar a minha honra como mulher, como mãe de família?... Que conversa ridícula é essa? Respeitem-me! O Alckmin disse que sou uma mulher coerente e corajosa. Está tudo muito bem, aceito o elogio dos dois. Mas não precisa ninguém nos procurar porque estou aqui dizendo: não precisam nos procurar.

Não é uma questão de falta de educação. Não é isso. Não precisam nos procurar. O P-SOL já tem uma posição; o P-SOL tem uma posição política. Então não nos procurem nem oficialmente. Estou dizendo isso com toda a delicadeza ao candidato Alckmin, ao Presidente do Partido, Senador Tasso. Sou a Presidenta do P-SOL e reflito a decisão majoritária do P-SOL. Portanto não precisam nos procurar porque já temos uma posição política.

Os meus amigos do PT que são honestos, socialistas, que não são corruptos, esses não vão me procurar, esses eu sei que não vão me procurar. Tenho amigos lá queridos, sou madrinha de vários filhinhos maravilhosos e queridos de muitos dirigentes ou filhados do PT; esses não vão me procurar porque já sabem o que penso, já sabem o que penso. E nenhum representante da gangue partidária também não vai me procurar porque já sabe o que penso. Não vou quebrar o septo nasal de ninguém que venha me procurar, não vou dar bofetada em ninguém, de jeito nenhum, porque sou uma moça muito delicada. Só peço que, por favor, não nos procurem. Temos uma definição. Vão conversar com nossos eleitores.

Tive, e agradeço de coração, 6.575.393 votos livres! E não tínhamos nenhum adesivo para dar, nenhum adesivo. Havia um monte de gente que vinha atrás: “Me dá um adesivo, Heloísa”. Eu dizia: Ô, meu filho... Morria de vergonha, não tinha adesivo. Quantas

vezes viajamos pelo Estado com o Chico dirigindo ou o Ivan, todo mundo, Luciana... Todo mundo. Um ficava na casa do outro, não tínhamos nada. Aliás nosso programa de televisão ficou parado por duas semanas porque não tínhamos dinheiro para pagar. Então, fizemos uma campanha limpa, simples, o exagero da humildade. Parecia até masoquismo da nossa parte fazer uma campanha como aquela. Mas estamos felizes, profundamente agradecidos ao povo brasileiro. Agradeço mais uma vez o carinho, a generosidade, as orações, as flores.

Agradeço, ainda, as centenas de blusinhas brancas que recebi. Todo mundo falava das minhas blusinhas brancas, mas todo mundo me dava blusinha branca. Sou uma boa costureira e vi muitas boas costureiras no Brasil, porque elas viam a foto da camisa e faziam outra igualzinha, porque sabiam que era o modelito que eu gostava. Então, tenho mais de trezentas blusinhas, todas branquinhas. Quero agradecer a todas de todo o coração.

Não adianta ficar jogando na imprensa que um diz que vai votar no Lula e outro diz que vai votar no Alckmin. Não vão dividir o P-SOL. Não fiquem fazendo esse tipo de jogo na imprensa contra o P-SOL. Vão dialogar com os nossos eleitores, que são muitos. Nós apresentamos várias propostas na área do desenvolvimento econômico, e talvez apenas essa candidata tenha sido obrigada a detalhar seus projetos. Temos propostas para a meta de crescimento, para o controle da inflação, para a taxa de juros, com a indicação da fonte dos recursos para o saneamento, para o transporte, para a educação, para a saúde, para a segurança pública. Talvez tenha sido a única candidata obrigada a detalhar de onde viria cada real para cada ação de Governo que seria feita porque estávamos enfrentando a verborragia neoliberal, a verborragia do pensamento único. Tivemos que agüentar aquelas figuras com a maior cara de conteúdo para repetir a mesma farsa técnica e fraude política da verborragia neoliberal. Essa não foi uma tarefa fácil; foi uma tarefa muito difícil.

É por isso que também quero agradecer todos os votos que tivemos em cada Estado. Em todos os Estados a nossa Frente teve votos. Vou falar dos candidatos a Governador e da candidatura presidencial, porque não vai dar tempo de falar de todas as candidaturas. É claro que agradecemos os votos e sentimos a não reeleição do João Alfredo, da Maninha, do Fantasini e do Babá, quatro guerreiros socialistas que muito honraram o Parlamento e o povo brasileiro. Alguns dos nossos Deputados Estaduais não foram reeleitos; outros foram. Então, agradecemos muito os votos que tivemos.

No Acre, o Zé Wilson teve 1.068 votos, e eu tive 13.082 votos. Na minha Alagoas... Deus do céu! Foi duro lá em Alagoas! Alguns eleitores do Lula foram implacáveis. Pensem numa gente vagabunda! Eles saíram por aí, dizendo que eu iria acabar com o Bolsa-Família em cada Município brasileiro, em cada localidade da periferia de Alagoas e das cidades do interior. Era um tumulto! Foi um tumulto que eles fizeram na minha querida Alagoas!

Então, quero agradecer de coração os 51.680 votos que o Ricardo teve e os 178.560 votos que eu tive. Quero agradecer os 9.008 votos que foram dados ao Clécio e os quase 30.000 que me foram dados no Amapá. Quero agradecer ao povo do Amazonas, que deu ao Herbert 6.195 votos e a mim 90.500 votos; à Bahia, que deu ao Hilton 38.870 e a mim 276.325 votos; ao Ceará, que deu 106.184 votos ao Renato e me deu quase 149.000 votos; ao Distrito Federal os 55.898 dados ao nosso Toninho e 165.420 a mim; ao Espírito Santo, 11.878 votos dados ao Professor Daniel e 107.172 dados à nossa candidatura; a Goiás, 13.318 votos dados ao Elias 179.102 a mim; ao Maranhão 6.159 votos para o Saturnino e 80.749 para a nossa candidatura presidencial; ao Mato Grosso, 31.336 votos para o Mauro e 59.201 para a nossa candidatura; ao Mato Grosso do Sul, 6.282 votos para o Carlito e 68.112 para a candidatura nacional; a Minas Gerais 60.145 para Vanessa Portugal e 579.920 para mim; ao Pará 131.088 o Edmilson e 149.278 para a nossa candidatura presidencial; à Paraíba 22.949 para o David Lobão e 80.351 para a nossa candidatura; ao Paraná 14.914 para o Luiz Felipe e 301.688 para a nossa candidatura presidencial; a Pernambuco 26.786 votos para o candidato a Governador – o Edílson –, 8.718 para a Kátia e quase 158.000 para a candidatura presidencial; ao Piauí 6.920 votos para a Edna e quase 39.000 para a nossa candidatura presidencial; ao Rio de Janeiro 118.936 para o nosso companheiros Milton Temer e 1.426.000 para a nossa candidatura presidencial – aliás, no Rio de Janeiro foi a nossa maior votação proporcional; ao Rio Grande do Norte 14.172 votos para o Sandro Pimentel e 81.185 para a nossa candidatura presidencial; ao Rio Grande do Sul 68.676 para o nosso Robertinho Robaina, 439.959 para a nossa candidatura presidencial; a Rondônia 7.984 para o Adilson e quase 41.000 para a nossa candidatura presidencial; a Roraima 2.755 votos para a Alмира e 22.034 para a nossa candidatura presidencial; a Santa Catarina 17.637 para o João Fachini e 220.431 para a nossa candidatura presidencial; a São Paulo, 532.470 para o Plínio e 1.558.639 para a nossa candidatura presidencial. Em Sergipe a candidatura do companheiro do PSTU foi impugnada, mas Sergipe

deu quase 63.000 votos para a candidatura presidencial; no Tocantins houve 1.622 votos para o Professor Elísio e quase 16.000 votos para a nossa candidatura presidencial.

Sr. Presidente Senador Efraim Moraes, agradeço de coração a V. Ex<sup>a</sup> a generosidade com o tempo e ao Senador Heráclito Fortes a disposição de ceder-me o seu tempo e quero, antes de encerrar, passar a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP)– Senadora Heloísa Helena, quero cumprimentá-la pela extraordinária jornada que V. Ex<sup>a</sup> teve como fundadora do P-SOL. V. Ex<sup>a</sup> realizou algo que parecia extremamente difícil: em alguns meses, organizar um partido e chamar tantas pessoas em praticamente todos os Estados do Brasil, que, com entusiasmo, abraçaram as causas do socialismo, da liberdade, e que também abraçaram os objetivos tão assertivos de V. Ex<sup>a</sup> no que diz respeito à defesa da ética na política. V. Ex<sup>a</sup> tantas vezes tratou desse tema como um dos aspectos fundamentais, porque queria, sobretudo aqui no Congresso Nacional, que os representantes do povo – sejam Deputados Federais ou Senadores – tivessem um comportamento que jamais fosse caracterizado pela votação de matéria que não significasse a sua visão de defesa do interesse público, a votação de matéria em troca de distribuição de recursos, de designação de pessoas, de liberação de recursos, ou de outros benefícios que envolvessem a quebra do decoro parlamentar, como infelizmente em alguns momentos da história do Congresso, não apenas nesta gestão, mas em outras também, infelizmente aconteceu.

Eu gostaria de lhe dizer que hoje estou feliz pela notícia de que o Presidente Lula resolveu participar de debates com o candidato Geraldo Alckmin. Tornei isso público e recomendei fortemente ao Presidente Lula...

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Sou testemunha.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – ...que comparecesse ao debate. E o fiz a todos aqueles que foram convidados – V. Ex<sup>a</sup> e os demais candidatos – para que fossem à Rede Bandeirantes, à TV Gazeta, à CBN e à Rede Globo de Televisão. Disse-lhe que, tanto eu quanto ele – Sua Excelência mesmo tem reconhecido – fomos críticos do direito de reeleição. Não há dúvida de que o Presidente, no exercício do cargo, tem algumas vantagens em relação aos demais competidores, e o fato de ele aceitar comparecer ao debate com os demais candidatos e dizer que, em pelo menos uma ocasião, gostaria de dar oportunidades iguais a todos, seria um ponto muito positivo para ele, e seria reconhecido por isso. Em segundo lugar, se ele

fosse, estaria também em São Paulo, dando o apoio, como tantas vezes expressou, ao nosso colega Senador Aloizio Mercadante. Ponderei com Sua Excelência que a melhor maneira de ajudar o Senador Aloizio Mercadante era participando do debate. Na verdade, quando sinalizou que poderia fazê-lo, fez com que – tenho certeza – José Serra comparecesse ao debate na terça-feira, antes daquela quinta-feira, pois teria ficado mal o Presidente comparecer e ele não. Finalmente, houve ainda um outro argumento. Na conversa com o Presidente – ele refletia muito se iria ou não –, havia o argumento de que, afinal, alguns dos seus adversários poderiam colocar não apenas críticas, mas, muitas vezes, uma adjetivação ofensiva, que poderia ser considerada uma agressão à figura do Presidente ou à instituição Presidência da República. Eu ponderei com o Presidente: “olha, Presidente, se porventura ocorrer qualquer ofensa a Vossa Excelência, eu acredito que, na verdade, quem o estiver ofendendo é que acabará perdendo, porque o povo não gosta da ofensa.” Como o Presidente tem muita certeza dos aspectos positivos do seu Governo – e V. Ex<sup>a</sup> sabe que eu tenho ressaltado esses aspectos –, ele teria muitas formas de responder. Mesmo se todos – o Senador Cristovam Buarque, V. Ex<sup>a</sup>, Senadora Heloísa Helena, ou o ex-Governador Geraldo Alckmin – utilizassem três quartos do tempo para daí chegar a vez dele, e só então falar, ainda assim a atenção que adviria, depois das críticas dos três, seria de tal ordem que, ao falar, teria tamanha atenção da opinião pública que, eu acho, daria a volta por cima. Esses foram alguns dos argumentos que coloquei. Quero transmitir a V. Ex<sup>a</sup> que ele estava propenso a aceitar. Na última hora, alguma coisa aconteceu na conversa dele com a sua alma, com a Marisa, e ele acabou não indo.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Eduardo Suplicy, peça a V. Ex<sup>a</sup> que conclua. Já tem oito minutos o seu aparte.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Mas não é todo dia que eu aqui converso com a Senadora Heloísa Helena.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Mas não é todo o dia que eu estou na Presidência.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Fazia tempo que eu não a encontrava, e como tenho por ela um certo...

**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – É amor. É amor.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Não!

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – É amor. Mas eu só deixo ele amar a namorada dele.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Já estou concluindo. Espero que o debate agora seja um

serviço à democracia. Quero muito respeitar a posição de V. Ex<sup>a</sup> e de todos os seus eleitores e filiados pela decisão que vão tomar no segundo turno. Eu, V. Ex<sup>a</sup> sabe, votarei no Presidente Lula, mas respeitarei a decisão que cada um do P-Sol tomar.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Suplicy. Sabem todos que tenho o maior carinho e afeto por V. Ex<sup>a</sup>, uma pessoa que sempre esteve a meu lado. Em momentos muito difíceis de nossas vidas particulares, estivemos um ao lado do outro. E tenho todo o respeito pelo nosso querido companheiro Mancha, que foi lá bravamente tentar... Sabe V. Ex<sup>a</sup> o quanto lhe tenho de carinho e de respeito.

Não sei de onde veio essa história de ofensa pessoal. Também não gosto muito dessas coisas. Sou do interior, e, no interior, há um dito: “Quem não deve não teme, nem treme”. Então, não sei sobre esse negócio de a instituição Presidência da República ser respeitada. Respeito o Presidente da República como respeito o mais simples catador de lixo. Aliás, o catador de lixo eu tenho a obrigação de respeitar mais.

Os Senadores Wellington e Arthur Virgílio ficam danados comigo quando digo isso. No dia em que quiser brigar com alguém, não poderei brigar com alguém menor do que eu. Para ser corajosa, tenho de pegar uma briga com o Wellington, que é grandão e que quebra logo meu braço – e não deixo quebrá-lo, viu? –, ou com o Arthur Virgílio, que é faixa preta em jiu-jitsu. Então, gosto logo de pegar briga com gente grande, não pego briga com gente pequena. Sei que ele não vai quebrar meu braço. Deus do céu! Ele é tão carinhoso comigo! Não digo isso, não. Estou dizendo isso por causa do tamanho dele. Ele dá dois de mim. Por isso, estou dizendo sobre essa história, Senador Wellington.

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Eu sei, Senadora. V. Ex<sup>a</sup> sabe o carinho que tenho pela sua pessoa. Eu jamais faria isso. V. Ex<sup>a</sup> sabe que tenho um filho de dezesseis anos que tirou o título de eleitor somente para votar em V. Ex<sup>a</sup>. Coloquei V. Ex<sup>a</sup> ao telefone com ele. Tentei convencê-lo, mas não houve jeito: o voto dele foi para V. Ex<sup>a</sup>.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Eu sabia disso. Não disse nada para não constranger ninguém.

**O Sr. Wellington Salgado de Oliveira** (PMDB – MG) – Ele, como devem ser seus eleitores, é firme, não muda de opinião de jeito nenhum. Foi até o final e colocou na urna o voto em V. Ex<sup>a</sup>.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Tenha certeza de que é por pessoas como ele e por outras pessoas aqui... Não vou citar o nome de cada uma.



Sei que “perderam os votos nas suas próprias casas”. Agradeço às crianças, pelo amor despretenso; à juventude, pela alegria rebelde; às poderosas mulheres brasileiras; aos homens solidários e aos idosos. Olha, era um misto!

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Senadora Heloísa Helena, queria apenas parabenizar o filho do Senador Wellington Salgado de Oliveira por ter mais visão do que o pai.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Não persigam ninguém, pelo amor de Deus! Era a criança que chegava para mim e denunciava o pai...

**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – Senadora, a família do Senador está melhorando.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – A criança denunciava logo o pai e a mãe, dizendo assim: “Querida que meu pai e minha mãe votassem em você, mas eles estão querendo votar em não sei quem”. A menina denunciava logo.

E também havia as pessoas de muita idade. Foi algo muito interessante. As nossas idéias, às vezes, levantam preocupações em relação às pessoas mais vividas, por assim dizer. Foi muito bonito. As pessoas de muita idade, de oitenta anos, de noventa anos, diziam que iriam lá. Abraçavam-me com carinho, como um pai e uma mãe abraçam seus filhos queridos.

Então, só tenho a agradecer muito, muito, muito ao povo brasileiro pela generosidade e pela delicadeza.

Concedo um aparte ao Senador Flexa Ribeiro.

**O Sr. Flexa Ribeiro** (PSDB – PA) – Senadora Heloísa Helena, quero parabenizá-la pela sua luta. Vinha-me dirigindo ao plenário e escutava o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> pelo rádio do carro. V. Ex<sup>a</sup> deu demonstração da luta que enfrentou ao longo dessa batalha, defendendo suas idéias, seus princípios. Tenho absoluta certeza de que o Brasil, assim como o filho do Senador Wellington, reconhece essa pureza de intenções de V. Ex<sup>a</sup> e a força da brava nordestina das Alagoas em enfrentar essa batalha eleitoral. Tenho absoluta certeza, Senadora Heloísa Helena, de que estaremos juntos no segundo turno. V. Ex<sup>a</sup> que vai nos ajudar a retirar da Presidência...

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Estaremos juntos só no Círio de Nazaré, na corda do Círio de Nazaré, com Babá, com Edmilson.

**O Sr. Flexa Ribeiro** (PSDB – PA) – Vamos juntos no segundo turno, para chegarmos à vitória do Brasil com o futuro Presidente Alckmin. Por último, renovo o convite a V. Ex<sup>a</sup> que tem o compromisso, não comigo, mas muito mais com a Santa, de estar, no próximo domingo, no Círio de Nazaré, em Belém. Estamos aguardando a sua ida para que a possamos receber.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Vamos lá ao Círio conseguir força. No ano que vem, seja Alckmin, seja Lula, estaremos no campo de batalha. Se alguém quiser tirar um único direito dos trabalhadores, décimo terceiro, salário-maternidade, outras coisas mais como se anuncia na Previdência ou quanto a direitos trabalhistas, vamos estar no campo de batalha, no Parlamento, nas ruas deste Brasil, fazendo a resistência democrática.

Ouçó o Senador José Jorge, depois o Senador Cristovam e o Senador Tuma.

**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – Senadora Heloísa Helena, congratulo-me com V. Ex<sup>a</sup> pela bela campanha que fez. Como candidato a Vice-Presidente na chapa do Presidente Geraldo Alckmin, tive oportunidade de assistir a muitos debates de que V. Ex<sup>a</sup> participou e até de debater uma vez com V. Ex<sup>a</sup> em Maceió, substituindo o Presidente Geraldo Alckmin. Em todas as suas aparições nas ruas, na televisão e nos debates, pude verificar o alto nível da campanha realizada por V. Ex<sup>a</sup>. Foi uma campanha crítica simples e pobre, mas feita com muita energia e muita competência. Nesses quatro anos, tive oportunidade de participar, conjuntamente com V. Ex<sup>a</sup>, da Oposição ao Governo Lula. Votamos juntos muitas vezes e tivemos muitas idéias conjuntas. Relatei muitos projetos a que V. Ex<sup>a</sup> deu grande contribuição e colaboração. Tenho a certeza de que a campanha de V. Ex<sup>a</sup> revelou ao Brasil uma nova liderança. Por mais que V. Ex<sup>a</sup> apareça nos debates do Senado, esta Casa não tem a mídia de uma campanha presidencial. Toda vez que um país como o Brasil revela uma liderança nova significa que nossa democracia está-se consolidando. Não é fácil haver uma liderança nacional. Poucas pessoas são conhecidas e podem ser reconhecidas ao chegar a qualquer Estado do Brasil. Hoje, no Brasil inteiro, todos sabem quem é Heloísa Helena, conhecem seu discurso e têm admiração pelo trabalho que V. Ex<sup>a</sup> realizou. Infelizmente, na minha casa, nenhum filho meu votou em V. Ex<sup>a</sup>. Mas quem sabe, no futuro, votarão.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – V. Ex<sup>a</sup> não deixou nem que me escutassem.

**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – Quero parabenizar V. Ex<sup>a</sup> e dizer-lhe que prestou um grande trabalho ao seu Partido, um Partido novo. Principalmente, V. Ex<sup>a</sup> prestou um grande trabalho ao Brasil. Meus parabéns. Um beijo e um abraço.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Agradeço-lhe, Senador José Jorge, a delicadeza, a generosidade das palavras de V. Ex<sup>a</sup>.

Concedo um aparte ao Senador Cristovam Buarque.

**O Sr. Cristovam Buarque** (PDT – DF) – Senadora Heloísa Helena, quero dizer-lhe duas coisas. Primeiramente, quero falar do meu orgulho de ter participado desse périplo terrestre. Quantas vezes a encontrei no aeroporto! Íamos um para um lado e o outro para o outro. Nós dois conversávamos. Algumas vezes aconteceu. Tenho orgulho de ter estado ao seu lado, embora estivéssemos disputando os mesmos eleitores. A segunda coisa a dizer – lamentando dedurar o Senador Heráclito Fortes – é que este Senado vai ficar menor sem a sua presença, no próximo ano. Não há dúvida de que sua presença aqui vai fazer muita falta, não só para nós que temos por V. Ex<sup>a</sup> carinho, respeito, também ao povo brasileiro. Espero até que sua falta aqui não nós leve a uma queda de audiência da TV Senado, o que não é impossível. Meu orgulho é o de ter feito parte desse pedacinho da história juntamente com V. Ex<sup>a</sup> e de ter, durante todos esses anos, ouvido sua voz combativa, que o Brasil precisa ver continuar.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Agradeço, de coração, Senador Cristovam Buarque, a delicadeza de V. Ex<sup>a</sup>, que, no último debate, fez um gesto de solidariedade muito precioso e muito especial em relação a mim e ao caso do meu filho. Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Concedo um aparte ao Senador Romeu Tuma.

**O Sr. Romeu Tuma** (PFL – SP) – Senadora Heloísa Helena, espero que o sol brilhe para todos nós no dia 29 – esse sol que V. Ex<sup>a</sup> tão bem soube conduzir por meio dos girassóis que recebia durante sua campanha. Aquele buquê de girassóis fazia acompanhamento ao sol, porque o girassol acompanha o sol, uma vez que ele gira conforme o sol vai se posicionando no universo. E ele vai brilhar permanentemente para V. Ex<sup>a</sup>. Mesmo que, durante o próximo mandato, V. Ex<sup>a</sup> não esteja presente, aqui haverá dezenas de ouvidos com o coração pronto para atender a qualquer reivindicação ou a qualquer posição que V. Ex<sup>a</sup> queira tomar neste plenário. Agora, vou fazer uma traição a mim mesmo. A Senadora sabe a admiração e o carinho que tenho por V. Ex<sup>a</sup> e conhece os compromissos políticos que temos em relação ao Partido a que pertencemos. Minha sogra, que tem 92 anos, quis votar, por causa dos dois meninos, netos dela e meus filhos, Romeu Júnior e Robson. Porém, ela disse: “Eu quero votar também naquela moça de branco, que é sua colega”.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – É uma fofa.

**O Sr. Romeu Tuma** (PFL – SP) – Então, houve respeito à vontade dela, que ela deve ter realizado. Eu não a acompanhei, mas a Zilda a acompanhou à cabine, pela dificuldade dela em subir dois lances de degraus no local de votação. Então, veja que há re-

presentação de V. Ex<sup>a</sup> na família. Espero que o meu Partido não me puna por eu não ter conseguido mais um voto. Ela tinha a certeza de que sabia o que estava querendo, porque acompanha de perto por esta televisão, como diz o Senador Cristovam Buarque. O Senador Heráclito Fortes está certo. Vamos sentir de repente a falta de uma voz que ecoa em todo o País, pela voluntariedade, pela coragem, pela força espiritual que V. Ex<sup>a</sup> tem. Tantas vezes, leu e comentou aqui a Bíblia para nós. Hoje, o Senador Ramez Tebet se despediu de V. Ex<sup>a</sup> com o coração partido. Não quero fazê-lo, pois tenho certeza de que continuaremos ligados por todo o esforço da luta social que V. Ex<sup>a</sup> envida. Que Deus a abençoe. Teve um valor imenso sua participação nesta campanha.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Agradeço-lhe de coração, Senador Romeu Tuma. Tantas vezes choramos juntos neste plenário, debatendo temas relacionados com a criança, juntamente com as Senadoras Patrícia Saboya Gomes, Iris de Araújo e Lúcia Vânia. E o fizemos em tantos momentos.

Antes de encerrar, vou conceder um aparte ao Senador Leonel Pavan.

**O Sr. Leonel Pavan** (PSDB – SC) – Senadora Heloísa Helena, já começamos a buscar seus votos. Eu teria inúmeras pessoas a citar que votaram em V. Ex<sup>a</sup> e que agora irão votar no candidato Geraldo Alckmin, a exemplo da mãe e da avó do Senador Romeu Tuma.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Isso é um absurdo!

**O Sr. Leonel Pavan** (PSDB – SC) – A exemplo da sogra do Senador Romeu Tuma. Mãe, avó, sogra... Como a sogra do Senador Romeu Tuma, que votou na Senadora Heloísa Helena e que, no 2º turno, vai votar no candidato Geraldo Alckmin.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Eu vou ligar para ela.

**O Sr. Leonel Pavan** (PSDB – SC) – Para orientá-la a votar no número 45, certamente vai ligar. Senadora Heloísa Helena, talvez eu não esteja aqui no ano que vem, porque pretendo eleger-me, juntamente com Luiz Henrique da Silveira, em Santa Catarina. Mas, com certeza absoluta, V. Ex<sup>a</sup> fará muita falta a este Congresso e ao Brasil, pelos seus conselhos, pela sua garra e determinação. Não se curvou à pressão do Palácio, do Governo, do PT e do Presidente Lula; manteve coerência, do começo ao fim; valorizou os poucos debates que houve nessa eleição. Talvez a eleição tivesse sido diferente se o atual Presidente da República fosse debater as idéias com V. Ex<sup>a</sup>, com Geraldo Alckmin, com outras pessoas que tinham o mesmo propósito e com o Senador Cristovam, que tinha o discurso educação. Seria importante discutir com

o Lula a educação do País, mas ele não foi. V. Ex<sup>a</sup> vai deixar aqui saudade. E, lamentavelmente, V. Ex<sup>a</sup>, que contestou tanto o Governo Lula, deixará a sua cadeira para Collor de Mello, que é da sua terra e está apoiando Lula. Veja bem, Senadora Heloísa Helena, V. Ex<sup>a</sup> foi expulsa do PT por questionar, contestar, ser dura por causa da mudança ética, da mudança do patrimônio que tinha o PT – justamente por condenar o Collor no passado, tinha um patrimônio forte. E hoje o Collor e o Lula estão juntos. Juntos, Senadora Heloísa Helena! Aquela sua cadeira ali na frente vai deixar muitas saudades. Felizmente o Brasil vai eleger Geraldo Alckmin, e nós vamos poder continuar discutindo coisas boas para o Brasil, coisas boas que V. Ex<sup>a</sup> nos ensinou e vai continuar nos ensinando, bem como ensinando aos pequenos, lá em Alagoas, em sala de aula, mostrando os rumos que devem seguir. V. Ex<sup>a</sup> está apenas iniciando a sua vida política, e mais de seis milhões de brasileiros optaram pela sua pessoa, por tudo que fez aqui no Senado Federal, pela sua coerência. Agora, esperamos que Alagoas, que sempre teve por V. Ex<sup>a</sup> carinho especial, procure observar agora: Collor defendendo Lula; jamais Heloísa Helena! Jamais Heloísa Helena faria a mesma coisa. Gostaria imensamente de ter Heloísa Helena defendendo as suas idéias e Geraldo Alckmin, que vai governar este Brasil.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senadora, vamos homenagear a torcida presente nas galerias?

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – As flores! Mulheres poderosas! Mulheres poderosas!

*(Manifestação nas galerias.)*

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Sabe o que era o pior, Senador Pavan? O pior era ouvir, quando eu chegava às periferias, as pessoas dizerem assim: “Ah, Heloísa... Vou votar nele porque o outro roubou mais do que ele e está lá no Palácio do Planalto”. Imagine-me tendo que ouvir isso. É duro, é duro!

Concedo um aparte ao Senador Antero e, depois, ao Senador Heráclito Fortes.

**O Sr. Antero Paes de Barros** (PSDB – MT) – Senadora Heloísa Helena, quero dizer que V. Ex<sup>a</sup> cumpriu a sua missão. No momento em que a Esquerda ficava preocupada – morreu a Esquerda? –, o nascimento do P-SOL e a candidatura de V. Ex<sup>a</sup> vieram para afirmar: Viva a Esquerda! A Esquerda não morreu! O desastre do Governo Lula não poderia ter acontecido; ele poderia ter errado em outro ponto, não no que errou. A punição, inclusive, a V. Ex<sup>a</sup>, a punição à coerência, a punição por V. Ex<sup>a</sup> respeitar o Estatuto do Partido

ao qual era filiada, essas punições todas não sairão da alma do povo brasileiro. Compreendo o gesto de V. Ex<sup>a</sup>. Acredito que o gesto de V. Ex<sup>a</sup> de disputar a Presidência da República é o gesto de não deixar morrer a idéia do socialismo democrático; é o gesto de manter viva uma convicção que V. Ex<sup>a</sup> traz na sua consciência e no seu coração, porque só morre o ideal pelo qual ninguém luta. Quero parabenizar, portanto, a campanha de V. Ex<sup>a</sup>. Lamento as explicações dadas pelo Planalto, afirmando que agora vai ao debate – parece até que o medo de agressões poderia vir de V. Ex<sup>a</sup> ou do Senador Cristovam. Receba meus cumprimentos. Tenho certeza absoluta de que V. Ex<sup>a</sup> sairá da tribuna do Senado, mas vai assumir uma das funções mais relevantes do País, que é a cátedra, tão bem valorizada pela tribuna exercida por um concorrente de V. Ex<sup>a</sup>, o Senador Cristovam Buarque. Vejo que V. Ex<sup>a</sup> vai continuar contribuindo com o Brasil na cátedra, usando outras tribunas e outras cátedras para ajudar o povo brasileiro. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Antero Paes de Barros, a delicadeza de V. Ex<sup>a</sup>. É isso mesmo. Cada vez que eu andava, nessa campanha eleitoral, eu pensava: se eu estiver no Palácio do Planalto, estarei feliz; se eu estiver em sala de aula, voltando para Alagoas, vou voltar de cabeça erguida. Era como dizer assim: estou honrando os meus ancestrais negros, índios e brancos imigrantes, aos militantes da Esquerda socialista e democrática que não se venderam; honrando essas pessoas que estavam lá, como o César Benjamin, que, com 16 anos, estava sendo torturado nos porões da Ditadura e que hoje defende, sem nenhum rancor, sem mágoa, as Forças Armadas, a soberania nacional, a construção de uma pátria maravilhosa. São essas coisas que, realmente, nos motivam a continuar caminhando.

Concedo um aparte ao Senador Heráclito Fortes e, depois, ao Senador Heráclito Fortes.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Senadora, Heloísa Helena, prepare o seu coração, porque, de agora em diante, V. Ex<sup>a</sup> terá sempre o reconhecimento de seus colegas e do Brasil inteiro pelas ruas onde passar. V. Ex<sup>a</sup> conseguiu uma unanimidade nas ruas brasileiras. Talvez não o tenha sido em votos, mas V. Ex<sup>a</sup> plantou uma chama e marcou uma posição, juntamente com o nosso Colega Cristovam Buarque, que ficará Brasil a fora por muito tempo. V. Ex<sup>a</sup> está vendo aqui o seu fã clube: há os dissimulados e os diretos; os que dizem que o filho não atendeu e os que botam a sogra na história. Mas o que há, na realidade, sempre, em cada um de nós, é o desejo de poder votar na sua causa e, principalmente, na figura de Heloísa Helena, que se consagrou no Brasil, marcando as suas posi-

ções, sendo dura quando precisava sê-lo e sendo afetuosa quando se fazia necessário. Dessa forma, V. Ex<sup>a</sup> pode orgulhar-se de ter tido neste Senado da República uma das melhores presenças nos últimos anos. Fico muito feliz, porque acabo de receber um telefonema do Deputado Paulo Delgado exatamente quando ia pedir a atenção de V. Ex<sup>a</sup> e de todos os Senadores para um artigo que ele escreve e que está na coluna do Noblat. O artigo foi postado às 17 horas sob o título: “Essa Foi a Eleição da Devassidão”. Ele mostra exatamente o PT naquela base do “quem te viu e quem te vê”. Trata-se de um artigo que merece a reflexão de todos os brasileiros. Fico muito feliz com essa coincidência e quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que estaremos todos aqui, até o final do seu mandato, homenageando-a, representando aqui o desejo do Brasil. Quero até lembrar um espetáculo que vemos muito nas praias do Rio de Janeiro: o da baleia que, perdida, a procura de águas mais quentes, aproxima-se da costa, chega em frente à praia e sabe que não volta mais. Outro dia eu estava lendo alguma coisa sobre isso. Quando as baleias sabem que têm as suas horas e os seus dias contados, ficam num verdadeiro diálogo imaginário com a praia, com os banhistas que as aplaudem. Os banhistas ficam horas e horas aplaudindo as evoluções que as baleias fazem até o mergulho definitivo. V. Ex<sup>a</sup> será aquela que vai desaparecer deste Senado, mas vai aparecer para o Brasil pelo seu exemplo. Algo me diz que em breve V. Ex<sup>a</sup> voltará a esta Casa. Parabéns!

**A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL)** – Agradeço de coração a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Heráclito Fortes.

Concedo um aparte ao Senador Efraim Morais.

**O Sr. Efraim Morais (PFL – PB)** – Senadora Heloisa Helena, quero, inicialmente, parabenizá-la pela forma transparente e ética com que V. Ex<sup>a</sup> disputou a Presidência da República. Sabíamos – e V. Ex<sup>a</sup> tinha conhecimento – que V. Ex<sup>a</sup> dificilmente chegaria à Presidência da República. Mas V. Ex<sup>a</sup> e o seu Partido, juntamente com o Senador Cristovam Buarque, são os grandes responsáveis pelo que o Brasil vive hoje, com o aperfeiçoamento da democracia, com o direito de escolha. Em função da presença de V. Ex<sup>a</sup> nessa eleição é que teremos o segundo turno. Se V. Ex<sup>a</sup> não tivesse sido candidata à Presidência da República, nós, com certeza, não teríamos o segundo turno. É por causa dessa posição de V. Ex<sup>a</sup> que não vi hoje, sinceramente, aquela arrogância do PT, que gritava com todos nós. Vi Senadoras e Senadores do PT com tanta humildade que estranhei no momento. Antes das eleições, passei algumas vezes pelo Plenário e vi que não era possível ficar. Era muita arrogância: diziam que eram os donos do mundo, que iam fazer isso, aquilo e aquilo outro, desrespeitando, inclusive, o direito ao

voto secreto. O brasileiro foi às urnas no dia 1º de outubro, ele e sua consciência, e Deus presenciou a sua posição. Então, vejo que V. Ex<sup>a</sup> deu uma lição a muita gente. Primeiro, deixou muita gente humilde, acabou com a arrogância de muita gente. Eu gostaria de fazer um registro: V. Ex<sup>a</sup> deixou nesta Casa – infelizmente, pude estar com V. Ex<sup>a</sup> aqui por apenas quatro anos – uma aula de coerência. V. Ex<sup>a</sup> trata bem a todos em todos os momentos. Aqueles que não a conhecem, que só a vêem na tribuna, não sabem quem é V. Ex<sup>a</sup>: uma Senadora, uma mulher, uma cidadã brasileira, amiga, conselheira, doce, carinhosa. Enfim, V. Ex<sup>a</sup> é tudo que pode a mulher brasileira querer ser fora da tribuna. Nós aprendemos isso. V. Ex<sup>a</sup> faz tudo com ética, respeita aquilo que está escrito no estatuto do Partido de V. Ex<sup>a</sup> e aquilo que tomou como exemplo de vida. Então, quero parabenizá-la por tudo isso. Mas quero parabenizá-la principalmente pela coragem de ter esse sentimento da necessidade de contribuir com este País. V. Ex<sup>a</sup> deu uma contribuição extraordinária a este País quando aceitou disputar a Presidência, pois tinha a chance de voltar a esta Casa se disputasse o Senado, e, com certeza, voltaria para cá. No entanto, V. Ex<sup>a</sup> preferiu dar sua contribuição como mulher, como política, enfim, pensando no Brasil. Eu diria que essa coragem incomodou muita gente neste País. Muitas pessoas aqui declararam o voto da esposa, do filho, da filha, da sogra, no caso do Senador Romeu Tuma. Eu diria a V. Ex<sup>a</sup> que são exatamente essas pessoas que entenderam a coragem de V. Ex<sup>a</sup> e que entenderam que o Presidente Lula deveria vir ao tribunal do povo, que seria o debate, porque ele fugiu, ele correu, não teve a coragem, como teve V. Ex<sup>a</sup>, de simplesmente debater, de explicar ao povo os escândalos deste País. Falo em explicar os escândalos porque o PT não tem proposta. Passaram-se quatro anos e não temos, não encontramos, não vimos propostas do PT. Então, devo dizer que V. Ex<sup>a</sup> contribuiu e que estará escrito na história deste País que, graças à coragem de V. Ex<sup>a</sup>, milhões de pessoas votaram em V. Ex<sup>a</sup>, porque são as mesmas pessoas que queriam o segundo turno. Não vou dizer aqui que quero contar com V. Ex<sup>a</sup>, que já declarou a posição do seu Partido. Mas esses milhões de brasileiros que votaram em Heloísa Helena, em Cristovam Buarque e nos demais candidatos à Presidência da República são os mesmos que, como eu, desejavam esse momento democrático do segundo turno, onde poderemos discutir as idéias. Acho que o povo é sábio e saberá escolher. O Presidente da República teve uma grande oportunidade e não soube aproveitá-la. Lutou por tanto tempo, prometeu tanto, mentiu tanto, enganou o povo brasileiro... Oportunidade era na base da pressão, da mentira, dos dossiês,

para tentar ganhar a eleição no primeiro turno. Não ganhou e não vai ganhar, porque quem vai decidir é o povo brasileiro, o mesmo povo que acredita em Heloísa Helena, que acreditou em Cristovam Buarque e que acredita num Brasil melhor. Portanto, deixo aqui o meu abraço, os meus parabéns e digo para aqueles que não têm oportunidade de conviver com V. Ex<sup>a</sup> fora da tribuna que V. Ex<sup>a</sup> é uma pessoa admirável e de quem o Brasil tanto precisa, assim como precisa do Partido de V. Ex<sup>a</sup>. Parabéns, Senadora! Estaremos sempre torcendo para que você continue sendo a nossa Heloísa Helena.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Agradeço, Senador Efraim Morais, a generosidade das suas palavras e mando um abraço à sua esposa, Ângela, uma pessoa que sempre foi absolutamente delicada e generosa com todos nós.

Concedo um aparte ao Senador Antonio Carlos Valadares.

**O Sr. Antonio Carlos Valadares** (Bloco/PSB – SE) – Senadora Heloísa Helena, V. Ex<sup>a</sup>, nesta Casa, tem sido um exemplo marcante de coerência, de presença nas Comissões e no Plenário. V. Ex<sup>a</sup>, com a sua palavra, com a sua coragem, tem demonstrado ao Brasil que foi e é uma Senadora eleita por Alagoas e que honra muito o seu Estado e o Brasil com a sua atuação. Tenho certeza absoluta de que o seu Estado sentirá a sua falta. Sei que V. Ex<sup>a</sup> se submeteu a esse sacrifício porque queria plantar uma semente. E essa semente, de acordo com...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Desculpe-me, Senador.

**O Sr. Antonio Carlos Valadares** (Bloco/PSB – SE) – ... o seu ideal, haverá de ganhar bons frutos, porque a sua pregação é baseada no ideal de bem servir ao seu Estado e ao nosso País. V. Ex<sup>a</sup> renunciou à possibilidade de uma cadeira no Senado justamente para fazer a sua pregação como uma pessoa que tem uma causa a defender, o que é muito raro em nosso País. Geralmente, a pessoa se candidata a um cargo para o qual tem amplas possibilidades de se eleger e não quer assumir qualquer risco. V. Ex<sup>a</sup> sabia o risco que estava assumindo, mas tinha um dever a cumprir, tinha uma causa a defender, tinha uma bandeira a levantar. Por isso, admiro V. Ex<sup>a</sup> no âmbito da política brasileira.

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O Sr. Antonio Carlos Valadares** (Bloco/PSB – SE) – Afinal, Sr. Presidente... Infelizmente, todos os oradores tiveram mais tempo. Mas já vou encerrar, Senadora.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Estou prorrogando, Senador.

**O Sr. Antonio Carlos Valadares** (Bloco/PSB – SE) – Agradeço, Sr. Presidente, essa prorrogação, cujo aviso apita a toda hora.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Mas, infelizmente, é o sistema.

**O Sr. Antonio Carlos Valadares** (Bloco/PSB – SE) – Impede o meu raciocínio.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Quando V. Ex<sup>a</sup> for Presidente, vou propor a modificação do sistema.

**O Sr. Antonio Carlos Valadares** (Bloco/PSB – SE) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, de qualquer forma. Senadora Heloísa Helena, os produtores rurais vão sentir a sua falta. Não tenho a capacidade de V. Ex<sup>a</sup>, o voluntarismo de V. Ex<sup>a</sup>, mas procurarei, de acordo com as minhas possibilidades, continuar a nossa luta em favor dos produtores rurais, da resolução dos seus problemas de endividamento, da igualdade de condições para todos. Finalmente, que as eleições no futuro possam ser mais transparentes, mais igualitárias. Que haja o financiamento público de campanha, que haja uma reforma partidária que permita que todos tenham o direito de falar na televisão sem qualquer preconceito ou discriminação. Acho que o Brasil fez uma reforma muito reduzida, muito limitada, e essa reforma que fizemos em cima da eleição não traduziu o desejo de todos nós que compomos o Senado Federal, pois os partidos políticos ainda continuam sem aquela representatividade, e muitas pessoas que escorregaram na corrupção, na fraude eleitoral, voltaram à Câmara dos Deputados, ao Congresso Nacional. Isso ocorre devido a uma legislação permissiva, uma legislação que permite que pessoas não comprometidas com a democracia, com a seriedade, com a lisura das eleições ainda voltem ao Congresso Nacional. Por isso, meus parabéns. Trago a minha admiração, o meu gesto de amizade, de solidariedade e o meu agradecimento, porque V. Ex<sup>a</sup> teve, na minha eleição de Senador, uma participação, mesmo que pequena. V. Ex<sup>a</sup> foi a Sergipe e lá pediu voto para o Senador Valadares. Eu não fiz isso por V. Ex<sup>a</sup> naquela eleição nem o fiz agora, mas lhe devo essa obrigação e, de público, externo o meu agradecimento.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, de coração, a delicadeza das palavras. Continuaremos firmes. Sei que, junto com o Deputado João Fontes, que não teve oportunidade de se reeleger, estaremos defendendo, com V. Ex<sup>a</sup> também, as questões relacionadas aos produtores rurais, à agricultura familiar, ao médio e produtor rural, as questões relacionadas à revitalização do nosso rio São Francisco, às alternativas de abastecimento humano e animal,

os projetos de irrigação para todo o Nordeste, não apenas a bacia hidrográfica, mas para o Nordeste setentrional.

Foi um momento muito importante. Algumas pessoas plantavam notinhas medíocres, Senador Romeu Tuma, dizendo que o debate foi apenas em torno da ética, mas não o foi, embora o debate sobre a ética seja importante, porque cada vez que uma personalidade pública rouba os cofres do povo brasileiro, vai uma menininha para a rua vender o corpo por um prato de comida, vai um menino ser “olheiro”, “falcão”, “avião”, “estica” do narcotráfico. Então, não é uma coisa qualquer, temos de falar sobre isso mesmo.

Tivemos a oportunidade de trabalhar detalhadamente todas as alternativas para o Brasil, tudo: saneamento básico, habitação popular, investimentos na agricultura, relações comerciais internacionais, metas de crescimento econômico, tudo, tudo, tudo. Só não viu quem não quis ou quem, nos nossos 40 segundos de televisão, não teve a oportunidade de ver.

Agradeço, de coração, a V. Ex<sup>a</sup> o aparte.

Concedo o aparte ao Senador Demóstenes Torres.

**O Sr. Demóstenes Torres** (PFL – GO) – Senadora Heloísa Helena, não estamos fazendo a despedida de V. Ex<sup>a</sup> do Senado Federal, porque queremos ter tempo suficiente para falar em sua homenagem. V. Ex<sup>a</sup> é um dos grandes vultos da República e engrandece o Senado. Temos concepções de Estado absolutamente diferentes – penso de uma forma e V. Ex<sup>a</sup>, de outra. Mas reconheço que V. Ex<sup>a</sup> faz um debate civilizado e com conhecimento. É uma mulher estudiosa, preparada e extremamente leal. Essa lealdade se reveste, inclusive, no linguajar apropriado de que V. Ex<sup>a</sup> se utiliza para debater suas idéias. Aqui, falamos para um grande número de goianos que são estudantes de Direito da Faculdade Anhanguera, da Universidade Anhanguera de Goiânia. Todos são admiradores de V. Ex<sup>a</sup> – tenho certeza disso. Muitos podem até não lhe ter depositado o voto – que é o meu caso. Sou um homem partidário, votei no meu candidato a Presidente, Geraldo Alckmin, mas tenho que reconhecer que V. Ex<sup>a</sup> fez o debate maior, fez o debate engrandecido, o debate de que o Brasil precisa, o debate da ética, o debate da decência, o debate daqueles que não se refugiam debaixo do tapete. No Brasil, depois que o Duda Mendonça inventou aquela história – para eleger o Paulo Maluf – de que não se pode falar sobre roubo, tudo virou denunciamento. O ladrão pode roubar, mas não se pode falar que ele roubou. Essa hipocrisia V. Ex<sup>a</sup> não tem. V. Ex<sup>a</sup> também foi muito além do debate sobre a ética, foi muito além do debate sobre a honradez, que, como V. Ex<sup>a</sup> mesma diz, é o debate também essencial, porque se o Brasil

não conseguiu chegar aos índices de outros países, isso ocorreu principalmente graças à ineficiência e à corrupção – tudo atestado devidamente por relatórios internacionais. Quero deixar o reconhecimento de um admirador seu, de um Senador, colega que a conhecia pela televisão e que teve a oportunidade de sentar ao seu lado, além de ser muito bem tratado e muito bem recebido, porque V. Ex<sup>a</sup> é uma pessoa doce, é uma pessoa altamente educada e, mais do que isso, é uma pessoa eficiente e vai fazer uma falta muito grande ao Senado da República e ao Brasil, nesse período em que se ausentará da vida pública. Vai, claro, engrandecer os bancos da universidade em que voltará a ser professora, e tenho certeza de que esse afastamento da vida pública será brevíssimo, porque todos os brasileiros gostariam, tenho certeza, de ver novamente V. Ex<sup>a</sup> se utilizando desta tribuna ou gerindo os destinos de alguma cidade ou de algum Estado deste País. Meu reconhecimento, de coração, por uma figura que sempre admirei, que aqui no Senado continuei respeitando e que vai fazer muito falta, porque, lamentavelmente, o mundo político anda muito poluído. A saída de V. Ex<sup>a</sup>, ainda que temporária, vai fazer do Brasil, neste momento, um País menor. Minhas homenagens.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Agradeço, de coração, a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Demóstenes Torres.

Por onde andei pelo Brasil, Senador Romeu Tuma, sempre recebi muito presente. Flores, nem se fala! Até parece que adivinhavam que gosto de estudar sobre flores. Depois que Sergio Barani produziu até uma orquídea com meu nome, pensem como fiquei metida. Uma orquídea foi classificada em Londres com meu nome: *Cattleya senadora Heloisa Helena*. Sempre gostei muito de flor e de ler sobre flores e animais.

Em todos os Estados, em todos os lugares onde fui, ganhava presente. No dia em que fui com o Martiniano e o Elias à Feira Hippie – para onde muitas costureiras levam o resultado do trabalho realizado no seu quintalzinho –, ganhei um tanto de presentes. Em cima de um banquinho, no meio da feira, falei para a rádio deles. Ganhei presentinhos de todo jeito: camisolinhas branquinhas, bolsas, calças, tanto, tanto, tanto, tanto. Só tenho a agradecer, de coração, a generosidade e o carinho do povo brasileiro.

Como bem disse V. Ex<sup>a</sup>, não é despedida. Vou estar aqui até o último dia do meu mandato, que não foi comprado, que não foi uma concessão da elite política e econômica do meu Estado. Foi um mandato dado pelo povo de Alagoas, pelas mulheres e homens de bem e de paz da minha querida Alagoas. Assim, vou aqui trabalhar todos os dias, normalmente, como sempre trabalhei, com muita disciplina, estudo, competência,

honestidade – é uma obrigação – e com honestidade intelectual, defendendo o que acredito.

Deixo registrada a posição do P-SOL, que já existia. Mas acabei tendo de vir à tribuna em função das tormentas de algumas notinhas ou de questões paralelas.

A posição do P-SOL é para os filiados do P-SOL. Seja a Senadora, que é Presidente, seja o parlamentar, seja o filiado. Lá na urna, está tudo bem. Ninguém é obrigado a fiscalizar o voto de ninguém na urna. Nossos filiados, na urna, têm o direito de fazer o que quiserem. Publicamente não podem. Não pode o Deputado, a Senadora nem o militante. Quem quiser, publicamente, dizer que vai votar em Alckmin tem que passar para o PSDB; quem quiser dizer que vai votar em Lula tem que passar para o PT. No P-SOL não.

Para os nossos eleitores não precisamos indicar voto. Deus me livre. Sempre tive pavor desse negócio de curral eleitoral. Seja a nossa vozinha fofa, seja o menininho da casa do Wellington, seja a menininha do Brasil. Não tenho dúvidas de que quem votou em mim é livre. São mulheres e homens livres e, como dizia, com vergonha na cara e amor no coração. Sei que pessoas assim votaram em todos os outros candidatos também. É óbvio. Não estou classificando os nossos eleitores por honestidade e amor no coração. Deus me livre. Há pessoas de bem e de paz em todos os lugares, e votando em todos os outros candidatos. Mas nossas eleitoras e nossos eleitores são mulheres e homens livres, e têm o direito de escolher de forma livre, legítima e maravilhosa, em quem votar. Mas os filiados ao P-SOL, publicamente, não poderão fazer campanha. Se fizerem, é evidente, terão que mudar de partido.

E essa história que estava ontem nos jornais em relação a Lula, de que o Ministro está conversando com não sei quem, tirem o cavalo da chuva porque ele morrerá de pneumonia. Não vamos. Construímos uma estrutura partidária. Era só o que me faltava! Virar vigarista nesta idade! Um dia desses, eu estava dizendo que as duas candidaturas não serviam.

Na semana passada, eu disse isso, no último debate. Como é que agora...? Nem estou falando de Alckmin, porque isso nem foi tratado na imprensa; do Lula, da mesma forma. Não existe essa conversa não. Se fosse assim, não teríamos enfrentado a construção do P-SOL, não teríamos promovido uma verdadeira peregrinação pelo Brasil, e eu não teria sido candidata. Teria ficado lá. Não pode haver essa conversa, de jeito nenhum. Na urna, podem fazer o que quiserem, mas, publicamente, nenhum dos dois.

Quanto aos nossos eleitores, são seis milhões e tantos mil votos de mulheres e homens livres. Estou sendo repetitiva, mas, para votar no P-SOL, só

sendo muito livre. Esses eleitores foram contra o voto útil, contra a falsa polarização e contra os institutos de pesquisa. Portanto, foram mulheres e homens que decidiram o que queriam fazer.

Não estamos em cima do muro. Temos nossa posição política, que é absolutamente coerente com todo o debate programático que fizemos durante doze anos, enfrentando o neoliberalismo do Governo Fernando Henrique Cardoso e o neoliberalismo do Governo Lula. Nem vou falar das patifarias políticas e da corrupção. Não vamos rasgar nem jogar fora os doze anos de militância política, de enfrentamento ao projeto neoliberal e à maldita metodologia de parasitismo aos cofres públicos.

Mulheres e homens livres que me deram a honra de receber um voto aos nossos candidatos por todo o Brasil, meu profundo agradecimento.

Sr. Presidente, acredito que o Senador Marco Maciel deseja um aparte. Portanto, se S. Ex<sup>a</sup> assim o deseja, concedo o aparte.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Peço apenas que seja rápido, pois há vários inscritos.

**O Sr. Marco Maciel** (PFL – PE. Com revisão do orador.) – Nobre Senadora Heloísa Helena, serei muito breve em meu aparte. Desejo apenas registrar três pontos. Em primeiro lugar, V. Ex<sup>a</sup>, com sua candidatura, ajudou a fertilizar o debate da sucessão presidencial, trouxe uma contribuição importante, mesmo porque, em face da verticalização, reduziu-se muito o espectro partidário que se habilitou à sucessão presidencial. E a presença de V. Ex<sup>a</sup> ajudou a fazer com que, mais uma vez, a diversidade brasileira se apresentasse por intermédio de candidatos como V. Ex<sup>a</sup>. Em segundo lugar, V. Ex<sup>a</sup> combateu o bom combate e guardou a fé, como diria São Paulo, porque manteve, oportuna e inoportunamente, a pregação da proposta de seu partido, o que é muito válido no processo democrático. Na democracia, não é importante apenas a doutrina, mas também o exemplo. Às vezes, o exemplo é até mais importante do que a doutrina. Por isso, não quero deixar de fazer este reconhecimento a V. Ex<sup>a</sup>. Em terceiro e último lugar, V. Ex<sup>a</sup>, no momento em que discursa no Senado, analisando a sucessão presidencial, traz achegas importantes, sobretudo porque nos preparamos para, no segundo turno, definir finalmente o Presidente da República. Tenho certeza de que as sementes que V. Ex<sup>a</sup> deixou lançadas no solo do tecido social brasileiro certamente vão frutificar, e espero que venham a colaborar para que possamos enraizar ainda mais a democracia em nosso País. Muito obrigado.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Agradeço a delicadeza de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Marco Maciel.

V. Ex<sup>a</sup> lembrou uma passagem bíblica muito bonita que repito sempre: combati o bom combate. Acabou a

eleição, manteve a fé em Deus, na luta do nosso povo. A fé e a certeza de que, mais cedo ou mais tarde, este País será uma pátria soberana, ética, igualitária, fraterna e, espero eu, socialista.

Agradeço a generosidade de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Romeu Tuma, desculpando-me com V. Ex<sup>a</sup> e com os outros oradores inscritos por ter tomado tanto tempo. Sei que poderia fazer este pronunciamento amanhã, mas foi importante e necessário que o fizesse hoje em função de algumas questões a rondar a estrutura partidária e da nossa reunião, que, de fato, referendou o que já era uma indicação da direção nacional do Partido e da vontade majoritária dos nossos militantes.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senadora Heloísa Helena, só um minuto. Gostei da história do Senador Heráclito Fortes sobre a baleia.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Disseram-me que estou como uma piaba, de tão magrela que estou.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Mas gostaria de vê-la nas evoluções da sereia de amor.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Senador Heráclito Fortes, sinceramente, prefiro o comentário do Senador Tuma de que sou uma sereia, sem o canto melancólico.

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>. Penso que estou naquela marcha dos pingüins. Quem não viu o filme “A Marcha dos Pingüins”, independente de ser novinho ou adulto, é muito importante vê-lo.

Ao ver aquela resistência pela preservação da espécie, chegamos a ficar cansados. Portanto, não tenha dúvida, o que estamos fazendo é a mesma coisa.

Agradeço a generosidade de todos e a de V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente. Amanhã estarei aqui, normalmente, cumprindo o meu mandato.

Muito obrigada, Senadores.

Durante o discurso da Sra. Heloísa Helena, o Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Efraim Moraes, 1º Secretário.

*Durante o discurso da Sra. Heloísa Helena, o Sr. Efraim Moraes, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.*

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Concedo a palavra ao Senador Marco Maciel.

Em seguida, darei a palavra ao Senador Antero Paes de Barros e, posteriormente, como inscrito, ao Senador César Borges.

Peço desculpas, Senador César Borges, mas estamos intercalando com as lideranças.

Se não houver apartes, talvez sobre tempo para outros oradores.

**O SR. MARCO MACIEL** (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) –

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR MARCO MACIEL NA SESSÃO DO DIA 03 DE OUTUBRO DE 2006, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.**

*(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 1.010, DE 2006**

Na forma do disposto no Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, requeremos as seguintes homenagens pelo falecimento, dia vinte e sete de setembro, do corrente, no Rio de Janeiro, do professor Candido José Mendes de Almeida, Diretor da Universidade Candido Mendes:

**a)** inserção em ata de voto de profundo pesar;

**b)** apresentação de condolências ao Reitor e Acadêmico Candido Mendes de Almeida, seu pai, e família, ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, de onde era natural, e a instituição acima referida.

Sala das Sessões, 3 de outubro de 2006. – Senador **Marco Maciel**.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O Requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 32/2006 – GLDBAG – CSCOM

Brasília, 6 de setembro de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Eduardo Suplicy para integrar, como suplente, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Senadora **Ideli Salvatti**, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.



**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– A Presidência comunica ao Plenário que o indicado encaminhou à Mesa a documentação exigida pelo § 2º do art. 23 da Resolução nº 20, de 1993, do Senado Federal.

Passa-se à apreciação do nome indicado.

Em votação a indicação do nome do Senador Eduardo Suplicy para integrar o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– A Ordem do Dia de hoje será realizada amanhã.

São os seguintes os itens adiados:

1

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA  
Nº 100, DE 2006-COMPLEMENTAR**

*(Em regime de urgência, nos termos do  
Requerimento nº 987, de 2006 – art. 336, inciso II)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2006 – Complementar (nº 123/2004-Complementar, na Casa de origem), que *dispõe sobre o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte*.

Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Luiz Otávio.

2

**PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 68, DE 2006-COMPLEMENTAR**

*(Em regime de urgência, nos termos do  
Requerimento nº 988, de 2006 – art. 336, inciso II)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2006 – Complementar, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que *altera o art. 33 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, que dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências, para prorrogar os prazos previstos em relação à apropriação dos créditos de ICMS*.

Parecer sob nº 1.059, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Se-

nador Valdir Raupp, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta.

Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos sobre a Emenda nº 2-Plen.

3

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 85, DE 2005**

*(Em regime de urgência, nos termos do  
Requerimento nº 989, de 2006 – art. 336, inciso II)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 85, de 2005 (nº 2.306/2003, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *dispõe sobre a criação de cargos efetivos e em comissão no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região*.

Parecer favorável, sob nº 667, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

4

**SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À  
CONSTITUIÇÃO Nº 64, DE 1999**

*(Votação nominal)*

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Suplicy, que *acrescenta parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao inciso XI do art. 84 da Constituição Federal* (comparecimento do Presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa).

Parecer sob nº 1.941, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante, oferecendo a redação para o segundo turno.

5

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 30, DE 2002**

*(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Souto, que *acrescenta os §§ 12 e 13 ao art. 14 da Constituição Federal* (dispõe sobre a elegibilidade dos substitutos das Chefias do

Poder Executivo nos seis meses anteriores às eleições).

Parecer favorável, sob nº 429, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

## 6

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 66, DE 2005

*(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador José Jorge (apresentada como conclusão do Parecer nº 2.054, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), que *acrescenta o inciso XVI e o § 2º ao art. 52 da Constituição, para atribuir ao Senado Federal competência para indicar membros do Conselho Diretor ou da Diretoria das Agências Reguladoras.*

## 7

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2003

*(Votação nominal, caso não haja emendas)*

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que *dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal* (que trata da ordem social).

Parecer favorável, sob nº 156, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

## 8

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 57, DE 2005

*(Votação nominal, caso não haja emendas)*

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.*

Parecer favorável, sob nº 779, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Ramez Tebet.

## 9

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 9, DE 2003

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Requerimento nº 875, de 2006 – art. 167)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2003 (nº 5.937/2001, na Casa de origem), que *altera os arts. 3º e 8º e os Anexos II e III da Lei nº 9.264, de 7 de fevereiro de 1996, e dá outras providências* (altera para Perito Papiloscopista a nomenclatura do cargo de Papiloscopista Policial da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal).

Parecer sob nº 665, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

## 10

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 31, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2004 (nº 5.211/2001, na Casa de origem), que altera a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, dispondo sobre parcelamentos de imóveis rurais, destinados à agricultura familiar, promovidos pelo Poder Público.

Parecer sob nº 995, de 2005, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Osmar Dias, favorável, com a Emenda nº 1-CRA, de redação, que apresenta.

## 11

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 65, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2005 (nº 841/99, na Casa de origem), que *dispõe sobre a denominação de medicamentos a ser utilizada em prescrições de médicos e odontólogos.*

Parecer sob nº 158, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

## 12

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 131, DE 1997

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 131, de 1997 (nº 573/97, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto*

*do Acordo de Parceria e de Cooperação em Matéria de Segurança Pública, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em Brasília, em 12 de março de 1997.*

Pareceres sob nºs 143, de 1998; 1.603 e 1.604, de 2005, das Comissões

– de Relações Exteriores e Defesa Nacional, 1º pronunciamento, Relator: Senador Romeu Tuma, favorável, com voto contrário, em separado, da Senadora Benedita da Silva; 2º pronunciamento, Relator *ad hoc*: Senador Jefferson Péres, favorável; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania (em audiência, por solicitação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), Relator: Senador Jefferson Péres, favorável.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)  
– Concedo a palavra ao Senador Antero Paes de Barros.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)  
– Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, gostaria de citar aqui algumas peças, alguns tópicos da defesa apresentada pelo Sr. Luis Inácio da Silva ao Tribunal Superior Eleitoral. Retiro isso do **blog** do jornalista Reinaldo Azevedo:

A defesa que Lula entregou ao TSE no processo que investiga se sua campanha está ou não envolvida com a fabricação e compra de dossiês chega a ser cínica de tão parva nos argumentos. Márcio Thomaz Bastos e Ricardo Berzoini também entregaram suas respectivas defesas. Os pontos principais da de Lula são os seguintes:

1. O dossiê era contra Serra. Que benefício Lula poderia ter?

Resposta – É fácil. Como as pesquisas indicavam a vitória de Lula, estava claro que Serra, eleito governador de São Paulo, seria o líder da Oposição.

Eu gostaria aqui de colocar um outro detalhe na fraude do dossiê: o dossiê não era apenas contra Serra. Estava ali embutida também uma foto, uma fraude com relação à fotografia de Geraldo Alckmin. Portanto, não é verdade do que consta da defesa.

2. Por que alguém que vai vencer a eleição se meteria com dossiê?

Resposta – é uma variante da resposta anterior. Então, a resposta é a mesma.

Era já uma tentativa de eliminar o futuro líder da Oposição, o Governador eleito por São Paulo, José Serra.

3. Lula não foi beneficiado. O beneficiado acabou sendo Alckmin.

Supimpa! Esta resposta do Presidente Lula é fantástica. É uma agressão à inteligência humana:

Resposta – Vai ver o PSDB mobilizou Hamilton Lacerda, Osvaldo Bargas, Jorge Lorenzetti, Freud Godoy, Gedimar Passos, Valdebran Padilha e Ricardo Berzoini, notórios tucanos, para prejudicar Lula...

Essa é peça de defesa encaminhada pelos advogados do Sr. Luiz Inácio Lula da Silva.

Lembra o jornalista:

Ricardo Berzoini, Presidente do PT, disse que não teve nada com isso. Mas ele próprio já afirmou que sabia que um dossiê seria passado à revista **IstoÉ**. Lula o responsabilizou por tudo. E ele respondeu: “Se o Presidente falou, tá falado”.

Com relação ao Ministro Márcio Thomaz Bastos, diz:

O Ministro da Justiça foi quem mais se aproximou da verdade. Disse que não teve qualquer ingerência sobre a operação policial. É verdade. A ação original foi feita sem o seu conhecimento. Vai ver deu certo por isso. Ele entrou só depois. Para submeter o ritmo das investigações ao calendário eleitoral.

Está evidente isso.

Eu fico assustado de ver as lideranças do PT participarem de debates na televisão e dizerem: é preciso verificar que nunca a Polícia Federal prendeu tanto no Brasil. Eu diria, só é parcialmente verdade. Que a Polícia Federal tem prendido muita gente é verdade. Agora, que a Polícia Federal tem sido impedida de agir de forma republicana também é verdade.

Vejam: a Polícia Federal concluiu o inquérito de Waldomiro Diniz? A Polícia Federal prendeu Waldomiro Diniz? A Polícia Federal concluiu o inquérito de Marcos Valério? A Polícia Federal prendeu Marcos Valério? Então, é preciso acabar com essa farsa de que a Polícia Federal não está sendo utilizada como polícia de Estado.

Esse argumento do PT não pega, não vale. É preciso que esse debate aconteça. O Senador Romeu Tuma já foi o Chefe da Polícia Federal brasileira e sabe do descontentamento dos delegados da Polícia Federal com relação a essa interferência. A Polícia tem que

ser uma polícia de Estado, não pode ser uma polícia de Governo. Está evidente que houve interferência do Ministro Márcio Thomaz Bastos para evitar a apuração do dossiê.

Creio que vamos para o segundo turno da eleição enfrentar as seguintes teses caras ao Brasil: em determinados momentos do primeiro turno, quando estava com o salto acima de quinze, achando que já era reeleito Presidente da República, Lula chegou a ameaçar o Congresso Nacional. Não sei, em função das minhas atividades de campanha, se houve ou não nota oficial da Câmara e do Senado contra a declaração do Presidente, que ameaçou liberar o demônio que existia dentro dele, com a possibilidade de fechamento do Congresso.

O que está em jogo nesta eleição é parte disso. Eu não imaginava que a presença de Lula na Presidência da República fosse recolocar na pauta do debate a questão do Estado democrático de direito, a questão da democracia neste País.

É preciso verificar que o que está em debate nestas eleições – por isso acredito na vitória de Geraldo Alckmin – é o aparelhamento do Estado brasileiro. O Estado brasileiro foi aparelhado e esse aparelhamento é a principal mola propulsora desses escândalos de corrupção que houve no Governo Lula.

O Banco do Brasil, uma instituição centenária; a Caixa Econômica Federal, uma instituição centenária; os Correios, instituição que tem e que tinha a maior credibilidade nacional foram aparelhadas pelo petismo para fazerem caixa 2 para aqueles que disputam as eleições.

Não tenho dúvida de que haverá realmente a derrota do aparelhamento do Estado.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Senador, peço licença apenas para prorrogar por quinze minutos a sessão.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT) – Já vou encerrar, Sr. Presidente.

Essa eleição no segundo turno é uma nova eleição. Não tenho nenhuma dúvida de que o candidato Geraldo Alckmin é o candidato com todas as chances de ganhar a eleição.

Quero falar ao Brasil do movimento que o PSDB de Mato Grosso está lançando em defesa da candidatura de Geraldo Alckmin. Estamos lançando em Mato Grosso o movimento cívico por um Brasil decente. Lá em Mato Grosso, o nosso Partido e a sociedade organizaremos para que tenhamos a campanha 24 horas por dia. Em todos os horários teremos militantes para fazer a campanha do PSDB. Nosso Partido vai estar presente na madrugada nos supermercados que funcionam 24 horas por dia.

Às 3, 4 horas da manhã vai haver distribuição de mensagens do candidato Geraldo Alckmin no Mercado do Peixe. Esse é o horário em que os pescadores chegam e as pessoas começam a freqüentar o mercado para comprar o peixe, uma das tradições maiores da culinária mato-grossense.

Cuiabá é uma das poucas cidades de Mato Grosso que tem um crescimento vertical. O nome de Cuiabá é “Cuiabá, Cidade Verde”. Cuiabá é conhecida como a Cidade Verde. Vamos fazer a Cidade Verde ficar azul. A partir da próxima quarta-feira estaremos fazendo reuniões em todos os prédios com todos os condôminos para pedir que as pessoas que apóiam a candidatura de Geraldo Alckmin façam, em seus respectivos apartamentos, como que árvores de Natal com o número 45 que acenderão alternadamente com o número 45 mantendo-se aceso. Vai-se dar um choque ao mostrar que, 24 horas por dia, o Mato Grosso estará acordado em defesa de um Brasil decente.

Faremos em Mato Grosso um grande ato na cidade de Cárceres para consolidar a proposta do Presidente Geraldo Alckmin de cuidar das fronteiras brasileiras dentro da área da segurança pública. O Mato Grosso tem mais de 600 quilômetros de fronteira seca e precisa desse apoio do Presidente Geraldo Alckmin.

Faremos um grande movimento de canoagem para mostrar a preocupação com o desenvolvimento sustentado do Presidente Geraldo Alckmin, com “adesivagem” das canoas, inclusive nas nações indígenas, que precisam também – já que os índios votam – participar da defesa desse movimento cívico por um Brasil decente.

Não temos dúvida nenhuma de que faremos um dos maiores tratorações do Brasil na defesa da candidatura de Geraldo Alckmin. Vamos adesivar os tratores para mostrar que aqueles que dependem da produção agrícola no Brasil confiam na proposta de Geraldo Alckmin por um Brasil decente.

E, assim, vamos fazendo, com várias ações, a manutenção da chama viva de que é possível construir um Brasil decente, de que é possível consolidar a democracia, de que é necessário construir a alternância de poder. E temos a certeza absoluta de que essa será uma contribuição importante para a candidatura de Geraldo Alckmin. Não tenho nenhuma dúvida!

Saúdo a disposição do Presidente em ir ao debate. E farei uma saudação melhor ainda, se ele, já no primeiro debate, domingo na Rede Bandeirante de Televisão, puder apresentar ao Brasil quem é que ajudou seu churrasqueiro, quem ajudou seu preparador físico, quem ajudou o Sr. Hamilton a trazer o dólar de fora, quem ajudou essa gente a comprar dossiê, quem do Palácio do Planalto é comparsa dos Vedoinis

para fabricar depoimentos contra os tucanos do Brasil inteiro.

Essa gente precisa explicar isso. Minha esperança, Senador Leonel Pavan, é de que, domingo, o Presidente Lula compareça ao debate e diga: meu Governo errou, meu Governo está lotado de corruptos... Desde Waldomiro Diniz, desde Marcos Valério, desde Delúbio. E que essa prorrogação para se achar os culpados... Não sei se V. Ex<sup>as</sup> leram no *site* do Noblat que tem um doleiro que diz o seguinte:

O Banco Central sabe. O doleiro está aqui se dispondo a vir aqui e explicar para o Banco Central ou para a Polícia Federal como é que acha. É um absurdo que, para invadir o sigilo do caseiro, eles fazem isso rapidamente; e é um absurdo que eles não tenham detectado ainda de onde vieram os dólares, quem são os responsáveis por isso. E é um absurdo eles não “publicizarem” para o povo brasileiro o que tem nas gravações dos telefonemas do Sr. Valdebran Padilha, por que essas gravações não estão disponibilizadas para o público brasileiro.

Eu diria o seguinte, sinceramente: sou admirador do Procurador-Geral da República que escreveu naquela denúncia do mensalão se referindo aos 40, que aquilo se parecia com uma organização criminosa e com uma organização de quadrilha. Conhecendo hoje essa compra de dossiês, esse lamaçal, essa areia movediça da política, eu diria que, com certeza, quadrilha é pouco.

Senador Leonel Pavan, concedo o aparte a V. Ex<sup>a</sup> e, na seqüência, ao Senador Heráclito Fortes.

**O Sr. Leonel Pavan** (PSDB – SC) – Senador Antero Paes de Barros, recordo-me de quando o Ricardo Berzoini explicava sobre o envolvimento de pessoas ligadas ao PT e dizia que foram algumas pessoas que cometeram deslizes que poderiam ser corrigidos, mas que nada era grave.

Recordo-me de que o Lula chamou todos eles a sua casa e disse que eram uns meninos que cometeram alguns atos errados, mas que eram perdoáveis. E agora o Berzoini participa vergonhosamente de um ato ilícito, reprovado pela população brasileira. O Presidente Nacional do PT! Um homem forte do Lula! E as coisas parecem que ficam por isso mesmo, pelo menos até agora. Quer dizer, Antero, que ainda não sabemos de onde veio o dinheiro. Não sabemos! Certamente, no primeiro debate, que vai ocorrer esta semana, o Presidente deverá levar essa informação. Certamente ele vai dizer: “Olha, o dinheiro...” Se admitir que é ilegal e dizer de onde veio, pelo menos vai facilitar o debate. Se pessoas ligadas ao Presidente, amigas do Presidente, cometeram esses atos ilícitos, o Lula certamente deve estar sabendo, como sabia antes dos outros atos ilícitos.

Antero, cumprimento-o pela mobilização que vai ser feita no seu Mato Grosso. Em Santa Catarina, por intermédio do coordenador da campanha de Alckmin no Estado, Dalírio Beber, que também é Presidente do PSDB estadual, foram criadas umas faixas em que as pessoas dizem assim: “Você que vota em Alckmin, buzine”. Olha, houve um buzinaço em Santa Catarina – que hoje está se alastrando pelo Brasil inteiro – com faixas nas esquinas. Então, você que está aqui nos assistindo, pinte uma faixa, vá para a esquina. Você que vota no Alckmin, buzine! Buzine para chamar a atenção do Brasil. Buzine para acabar com essa corrupção. Buzine para mudar este esquema de governar o Brasil, centralizado nas decisões apenas de um homem, que diz que não sabe, que não vê, que não ouve, mas que não governa e que quer continuar a ser o Presidente. Temos que buzinar para alertar o povo brasileiro de que a hora é agora. Chegou o momento de elegermos um homem ético, um homem que tem compromisso com a sociedade brasileira; chegou a hora de elegermos alguém que condena, com veemência, todos os atos de corrupção cometidos pelo atual Governo Federal. Alckmin governou por duas vezes São Paulo e não há sequer uma unha para falarem mal dele; o PT não consegue dizer nada contra esse homem que está preparado. É pessoa competente, preparada; já administrou prefeituras, já governou, já foi deputado federal, estadual, vereador. Esse homem está preparado para governar o Brasil. Por isso, pinte o seu carro, ponha um adesivo, coloque faixa, faça de tudo para chamar a atenção daqueles que ainda estão indecisos. Buzine, buzine para elegermos o grande presidente Geraldo Alckmin.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT) – Ouço o Senador Heráclito Fortes.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Senador Antero, V. Ex<sup>a</sup> tem toda a razão. Creio que o Presidente da República tem alguns esclarecimentos a fazer ao País, principalmente com relação aos destinos dos recursos das ONGs que estão nas mãos de pessoas próximas ao seu gabinete, no Palácio. Para cada escândalo, ao longo destes três anos, existiu sempre uma ONG a dar condições estratégicas, ou seja, a bancar, a custear, a patrocinar isso tudo. Foi assim quando a Câmara dos Deputados foi invadida. Agora estamos vendo que o Sr. Lacerda tem uma ONG em São Caetano; que o Sr. Lorenzetti – o nome de chuva – tem ONGs em Santa Catarina; o Brasil não pode financiar esse tipo de atividade. Daí por que é preciso que haja um esclarecimento urgente. O Presidente já acabou sua cota de dizer que não sabia, que não viu. Senador Antero, estou colhendo assinaturas – e já alcançamos o número – para a instalação de uma CPI. Senador Tuma, o

cinismo do PT chega a um patamar que não dá mais. Abre-se o *blog* de Noblat e vê-se postada, às 18 horas e 17 minutos, a seguinte matéria: “Ministros deixam o cargo para ajudar Lula”. O artigo cita a saída dos Ministros Hélio Costa, Patrus Ananias, Walfrido dos Mares Guia e Luiz Marinho de seus respectivos Ministérios. E o que foi feito no primeiro turno, Senador Tuma? E a aparição desses Ministros no palanque? E o Ministro da Justiça, que de dia comanda a Polícia Federal e de noite sobe ao palanque para dar apoio ao Presidente Lula? Aliás, outro fato que precisa ser esclarecido aqui é de onde veio esse dinheiro. Doleiros já dizem que é fácil descobrir. Sabemos que é fácil.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT)

– O Márcio Thomaz Bastos sabe mais do que doleiro, ou deveria saber.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Pois é. Com relação aos dólares, basta solicitar ao Governo americano que a informação chega aqui em um minuto. Aliás, esse Delgado da Polícia Federal, Senador Romeu Tuma, precisa esclarecer com mais detalhes todo esse episódio. Em determinado momento, ele diz que sofreu pressões graves por parte de autoridade do Governo brasileiro. Esses fatos precisam ser esclarecidos. Congratulo-me com o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>, até porque, se a moda pega... Já em sua primeira entrevista, o Sr. Clodovil Hernandez, que se elegeu em São Paulo com uma extraordinária votação, diz que seu voto está à venda, não por R\$30 mil, mas, quem sabe, a começar de US\$30 mil. Não tomou posse e dá essa declaração. É a escola do PT!

**A Sr<sup>a</sup> Heloísa Helena** (P-SOL – AL. *Fora do microfone.*) – Clodovil falou isso por brincadeira.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Sim, mas é uma brincadeira que pega porque houve um mau exemplo. Naturalmente, ele vai dar apoio à Base do Governo, porque, na Oposição, não vai caber um Deputado com essa história de vender voto. Quero crer que o Sr. Clodovil esteja num momento de emoção de posse, ainda tomando intimidade com essa nova função pública. Mas o que dá cabimento a esse tipo de declaração é exatamente a maneira como o PT se portou administrando o bem público durante estes 3 anos e 8 meses. Muito obrigado, Senador.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT)

– Senador Heráclito Fortes, só posso concluir dizendo que o PT está à espera de encontrar um novo Delúbio para matar no peito e dizer que foi ele. Não é possível que a Polícia Federal, com tantas operações, seja tão incompetente para concluir esse inquérito; que a Polícia Federal, com a quebra do sigilo telefônico, não saiba quem falou com o Sr. Valdebran Padilha; que a

Polícia Federal não saiba quem falou com o Sr. Hamilton Lacerda.

Tenho certeza absoluta de que o Sr. Márcio Thomaz Bastos não tem se comportado, infelizmente. Formei-me, no ano passado, Bacharel em Direito. Márcio Thomaz Bastos é citado em todas as universidades neste País como um grande criminalista, mas ele não pode ser, como Ministro da Justiça, advogado dos bandidos do Governo; como Ministro da Justiça tem que ser Ministro da Justiça e não ficar protegendo as pessoas. O Palocci vai lá contar crime para ele e, em vez de tomar o depoimento do Palocci, ele chama um advogado para defendê-lo. Essas coisas precisam acabar no Brasil.

Temos que acabar com isso no próximo dia 29 com a vitória de Geraldo Alckmin à Presidência da República.

Ouço o Senador Tuma.

**O Sr. Romeu Tuma** (PFL – SP) – Um minuto, Sr. Presidente. Não vou fazer aparte longo. Quero apenas fazer a minha declaração de amor à Polícia Federal e falar do respeito que tenho por ela. Vejo que, recentemente, na campanha eleitoral, apresentou-se um grupo de policiais federais mascarados, um grupo especial de operações, agindo como se o Presidente Lula tivesse formado esse grupo, o que não é verdade. Esse grupo já existia mesmo antes de eu assumir a direção da Polícia Federal. Aí fico preocupado. Respeito o Superintendente de São Paulo, tenho por ele amizade profunda; respeito Paulo Lacerda como um grande diretor da Polícia Federal, mas crime ocorrido, crime apurado, ele não tem que procrastinar o seu andamento e a solução que vai ser encontrada. O inquérito não pode parar sob o pretexto de não se intervir no processo eleitoral. O processo eleitoral não tem nada a ver com a apuração, por parte da Polícia, da criminalidade praticada. Se há ou não influência, é o povo que vai decidir. O povo, que votará, é quem vai saber se há ou não influência política. Esse problema me aborrece e me preocupa. Usar, como cartão de visita, a Polícia Federal é um dever de todos. Ela não começou a atuar, como atua hoje, por vontade do Presidente Lula. Não! Isso não! Estou falando com todo o respeito ao Presidente Lula. Ela sempre evoluiu ao longo do tempo e foi-se aprimorando. Há algum tempo, o Senador Antero Paes de Barros foi testemunha de que não havia dinheiro para pagar telefone e diária de policial. Tinham de parar a operação. Assim, se a Polícia age corretamente, ela o faz porque os homens são bons. Não podemos sacrificar o delegado que mostrou as fotos. Ele não pode ser punido, proibido de entrar no Departamento de Polícia. Fecharam as portas porque ele está proibido de ingressar no recinto.

Não podemos saber a dimensão disso. Por quê? Porque as fotos iam influenciar a eleição. Mas quando foi feita essa pressão, Senador Antero Paes de Barros? Quando começaram as prisões? Por que não esperaram para fazer o flagrante da entrega do dinheiro e dos documentos? Esses fatos aconteceram no mês passado, em setembro. Não foi alguém que provocou essa questão na época da campanha eleitoral. Desculpe-me, Senador Antero Paes de Barros, mas não posso ficar sem dar uma palavra. A Polícia Federal é uma Polícia de Estado, não tem dono. Tem que respeitar, e respeita, a legislação em vigor e prestar serviços à sociedade brasileira.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT)**

– Senador Tuma, cumprimento V. Ex<sup>a</sup>. Inclusive, quero dizer que minha compreensão sobre a Polícia Federal é essa. A Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal está indignada com esse tratamento.

O Governo não está preocupado em prender quem comprou o dossiê, quem trouxe o dinheiro de fora, em saber se o dinheiro é legal ou ilegal; o Governo está preocupado em punir o delegado que apurou. Vejam quanta incoerência, Senadores Romeu Tuma e Heráclito Fortes: o Governo está revoltado pela divulgação das fotos do dinheiro – e vamos colocar os pingos nos is –, mas foi ou não foi divulgada a foto com o Serra? Foi ou não foi divulgada a foto de Alckmin ao lado de um cidadão que, dizem, teria uma empresa em São Paulo? Quer dizer, o PT acha absolutamente normal divulgar o conteúdo do dossiê apreendido, mas não crê ser normal divulgar a foto do dinheiro. Essas coisas precisam ficar esclarecidas no debate do segundo turno.

Quero que o Presidente Lula deixe de se comportar como se fôssemos mais de 100 milhões de idiotas. O Brasil não é uma Nação de eremildos. O Brasil é uma Nação inteligente, com vocação para ser uma das grandes potências do mundo, que precisa se desenvolver. Por isso, quem está na Presidência da República precisa ter um comportamento decente.

A meu ver, o Presidente Lula está esperando que apareça um novo Delúbio, para montar uma versão a fim de tentar confundir a opinião pública e chegar ao final da eleição sem explicar de onde veio o dinheiro, quem são os criminosos e por que o Sr. Hamilton foi ao hotel entregar o dinheiro, conforme documentação das imagens do próprio hotel, já divulgadas pela imprensa brasileira.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que espero que o Presidente preste esses esclarecimentos o mais rapidamente possível. Sem esses esclarecimentos, não eleja Lula, que é o principal suspeito!

Vote por um Brasil decente; vote em Geraldo Alckmin!

*Durante o discurso do Sr. Antero Paes de Barros, o Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Azeredo.*

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Obrigado, Senador Antero Paes de Barros.

Prorrogo a sessão por mais trinta minutos, para que possamos ouvir os oradores inscritos.

Estão inscritos os Senadores César Borges, Antonio Carlos Valadares, Eduardo Suplicy e Leonel Pavan. Não estando presentes os Senadores César Borges e Antonio Carlos Valadares, concederei a palavra ao Senador Eduardo Suplicy. Em seguida, será a vez do Senador Leonel Pavan.

Senador Eduardo Suplicy, concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup> por dez minutos. Logo após, os Senadores Leonel Pavan e Heráclito Fortes também terão dez minutos cada.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Azeredo; Sr<sup>as</sup> Senadoras e Srs. Senadores, venho à tribuna do Senado neste instante para agradecer aos 8.986.803 eleitores de São Paulo que resolveram mostrar sua confiança em mim. Correspondem a 47,82% dos votos válidos. Foram quase nove milhões de votos, equivalendo à quase metade dos eleitores do Estado de São Paulo, que contribuíram para que eu, aqui representando a coligação Melhor pra São Paulo, formada pelo PRB, pelo PT, pelo PL e pelo PCdoB, pudesse continuar, no Senado Federal, esta batalha por aqueles que prezam os pilares maiores da luta de minha vida e de meu próprio Partido, o PT.

Agradeço pelo apoio da direção do meu Partido, do Presidente Paulo Frateschi, de meus companheiros Aloizio Mercadante, candidato a Governador pelo PT, e Nádia Campeão, candidata a Vice-Governadora pelo PCdoB, e a todos aqueles candidatos a Deputado Estadual e a Deputado Federal que estiveram comigo nesta batalha e que apoiaram o Senador Aloizio Mercadante.

Agradeço a todos aqueles que formaram minha equipe. Como são dezenas de pessoas, é difícil nomear todas.

Quero também agradecer pelo apoio, pela energia extraordinária que representou para mim o sopro carinhoso de Mônica Dallari nesta campanha.

Quero também cumprimentar os meus adversários. Aliás, conversei hoje com Guilherme Afif Domingos por telefone. Cumprimentei-o, e o faço da tribuna do Senado, pela maneira como se conduziu, conquistando nada menos do que 8.212.177 votos, 43,7% dos votos válidos. Também quero cumprimentar

Alda Marco Antonio, do PMDB, que obteve 929.179 votos, correspondente a 4,94% dos votos válidos; a candidata Elza, do PDT, que obteve 187.587 votos, correspondendo a 1% dos votos válidos; o candidato Luiz Carlos Prates, o Mancha, do PSTU, que obteve 81.525 votos, correspondendo a 0,43% dos votos válidos; o Tenente Nascimento, que obteve 52.388 votos, correspondendo a 0,28% dos votos; o Marcelo Reis Lobo, do PSB, que obteve 48.581 votos, correspondendo a 0,26% dos votos; o Ribamar e os outros candidatos, que não estão contabilizados na relação de que disponho.

Na verdade, fomos dezenove candidatos nesta eleição.

Quero ressaltar aqui que sempre me coloquei à disposição para debater com meus adversários, mas nenhum dos meios de comunicação promoveu um debate, talvez pelo grande número de candidatos ao Senado. Porém, algumas faculdades, escolas e instituições, como a Educafro e a Anhembi Sul, promoveram debates, aos quais fiz questão de comparecer. Debati com Alda Marco Antonio, com o Mancha, com o Ribamar, que compareceram aos debates, travados sempre no mais elevado espírito público.

Quero também agradecer ao Chico Malfitani e a toda equipe da Simone, da Módulo, que produziram os meus programas de televisão e rádio, que foram considerados de excelente nível, contribuindo, felizmente, para que eu sempre estivesse à frente nas preferências em todos os institutos de pesquisa, inclusive no dia final da votação.

Agradeço a toda a minha equipe aqui no Senado, pelo trabalho desenvolvido ao longo desses últimos oito anos, desde a minha Chefe de Gabinete, Edwirges de Oliveira Cardoso, como a cada um daqueles que me deram força, como a Flávia, a Valéria, a Rosa, a Neisse, a Lílian Lie, pessoas como Samir Cury, João Batista Breda, Paulo Nogueira Batista, Rose Nogueira, que trabalham no meu gabinete ou que se ofereceram como voluntários ou estiveram tão próximos nesses últimos dias, últimas semanas, últimos meses, como o João Elísio, como a Joana, a Valéria, o José Damião da Silva, que, trabalhando comigo desde 1985, trabalhou com denodo e dedicação extraordinária nesses últimos dias; a Teresinha Lopes, que tirou férias na última semana para estar comigo, Ovídio Carlos de Brito e tantos outros que compareceram voluntariamente.

Quero também agradecer às pessoas jurídicas que contribuíram para minha campanha. Agradeço também às pessoas físicas, sobretudo àquelas que foram tão generosas e compareceram ao jantar para arrecadar fundos. Agradeço ao Paulo Amorim, do

Tom Brasil, que ofereceu a casa, dizendo que estava fazendo isso apenas porque considerava que o meu trabalho era tão sério em defesa da população brasileira, do povo paulista, que queria dar aquela contribuição.

Cerca de 800 pessoas compareceram ao jantar; mais de 200 pessoas físicas contribuíram com R\$50,00, R\$100,00 ou R\$500,00. Alguns pagaram R\$5 mil, outros R\$20 mil, como Lawrence Pih, que deu uma contribuição, como pessoa física, muito significativa.

Tive a honra de receber contribuições de juristas, como Fábio Konder Comparato, Dalmo Dallari, Celso Antonio Bandeira de Melo, e do eminente Professor Godofredo Silva Teles. Ele é irmão do meu saudoso Professor Luiz Inácio Silva Teles.

Agradeço ao José Celso Martinez Corrêa, que fez um depoimento de 27 minutos, fantástico, quando eu pedi que desse um testemunho do meu trabalho, da minha pessoa. Ele falou muito mais do que poderia ser aproveitado em um minuto e 53 segundos.

Agradeço as palavras, o carinho, o apoio do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que, nos comícios, juntamente com Aloizio Mercadante e Marta Suplicy, expressaram o quão importante seria que o povo de São Paulo votasse em mim. Agradeço a todos aqueles que deram as suas palavras de apoio a mim.

Agradeço a tantas pessoas cujos nomes não sei, que, nas ruas, vieram dizer que estavam lutando para que eu pudesse continuar aqui os representando, meus queridos cidadãos e cidadãs de São Paulo.

No dia de hoje, telefonei para Guilherme Afif Domingos, para o Mancha; tentei ligar para a Elza e para a Alda Marco Antonio. Ainda não consegui falar com eles, mas transmiti o meu cumprimento também a José Serra por sua vitória e disse, como Senador por São Paulo – assim como sempre o fiz com os Governadores Mário Covas e Geraldo Alckmin –, que ele pode contar comigo para observar, atender e ouvir os interesses maiores do Governo do Estado de São Paulo e as proposições que São Paulo tiver no Senado Federal.

Com respeito a Guilherme Afif Domingos, eu disse que gostaria de ouvir as suas proposições, como também conversar sobre as minhas, para que eu possa perceber que fatores – isso vale também para Alda Marco Antonio, para Mancha e para os demais candidatos – os levaram a ter a votação que tiveram, porque eu gostaria de ser um Senador de todos os mais de 28 milhões de eleitores de São Paulo e de todos os 41 milhões de paulistas.

Finalmente, Sr. Presidente, ainda há pouco, na reunião de Bancada com a nossa Líder, Ideli Salvatti, propus – e foi acatado – que venhamos a transmitir,



como Bancada do PT no Senado, à Direção Nacional e à Direção Estadual que queremos que, no mais breve espaço de tempo, haja cooperação de nós do Partido dos Trabalhadores para elucidar o mais rapidamente essa questão do dossiê. Isso constitui a nossa responsabilidade, e a solicitação foi acatada unanimemente entre nós.

Portanto, que o Presidente Ricardo Berzoini nos ouça: queremos que isso seja o mais rapidamente elucidado.

Senador Leonel Pavan, também quero transmitir, saudando o Brasil, os brasileiros, pela oportunidade de escolher o nosso Presidente agora em segundo turno. Que seja esse segundo turno caracterizado pelo mais alto nível de debate sobre como construir uma Nação a melhor possível para a felicidade de todos os brasileiros, com os princípios de justiça, liberdade, solidariedade, democracia, ética, na busca sempre da verdade para a construção de um Brasil justo e solidário.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Obrigado, Senador Eduardo Suplicy. Transmito-lhe também os meus cumprimentos, o que já fiz pessoalmente, para que tenha muito sucesso no seu novo mandato, representando o Estado de São Paulo.

**O SR. EDUARDO SUP LIC Y** (Bloco/PT – SP) – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan, do PSDB de Santa Catarina, também candidato a Vice-Governador do Estado.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs Senadores, em primeiro lugar, hoje pela manhã, na Comissão de Assuntos Econômicos, estava em pauta um projeto para que se retirasse o IPI dos veículos destinados a serem mototáxis. O Senador Eduardo Suplicy pediu um tempo para fazer uma análise mais profunda do projeto. Segundo o Senador Eduardo Suplicy, o meu projeto é inconstitucional, porque é preciso, primeiro, regulamentar a função.

Gostaria de dizer a todos os mototaxistas do Brasil que o nosso projeto vai ser entregue na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania amanhã, para que seja regulamentada a sua profissão. Esse projeto é nosso, é bom e vai, sem dúvida, garantir o seu trabalho.

O Senador Eduardo Suplicy já proferiu parecer favorável. No entanto, para retirar o IPI das motos, ainda será preciso aprovar a regulamentação e corrigir um

item na Constituição. Depois, certamente comemoraremos a aprovação desses dois projetos nossos.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte, Senador Leonel Pavan?

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Pois não, Senador Eduardo Suplicy.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Senador Leonel Pavan, gostaria de transmitir que o Senador Eduardo Azeredo considerou o projeto muito importante, porque em Minas Gerais também é muito significativa a utilização de mototáxis. S. Ex<sup>a</sup> me chamou a atenção para o projeto de V. Ex<sup>a</sup>, que possivelmente tramitará amanhã na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Já encaminhei meu parecer favorável, do ponto de vista constitucional, a fim de que seja regulamentada a profissão dos que trabalham como condutores de pessoas em motocicletas, claro que com os devidos cuidados que V. Ex<sup>a</sup> teve, de precaução e segurança para os passageiros. Do ponto de vista constitucional, sou favorável ao projeto. No que diz respeito ao outro projeto, de isenção de IPI, como recebi hoje o parecer da Secretaria da Receita Federal, encaminhei-o a V. Ex<sup>a</sup> para que faça a devida adaptação, uma vez que há exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei de Diretrizes Orçamentárias com relação aos efeitos da eventual isenção contida no projeto.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Sr. Presidente, agradeço ao Senador Eduardo Suplicy. Assumi esse compromisso com essa classe em minha campanha para Senador da República. E deverei, caso seja eleito em Santa Catarina, junto com Luiz Henrique, renunciar ao mandato de Senador.

Gostaria de terminar este mandato cumprindo mais esse compromisso, entre tantos outros que já cumpri, como a profissão de turismólogo, que não foi aprovada, não foi reconhecida, foi vetada por Lula, e recursos para turismo e infra-estrutura, investimentos na área social, em educação e para o agricultor familiar. Também gostaria ver atendido esse projeto. Assim, todos os mototaxistas do Brasil poderão comemorar, a partir do momento que o projeto for aprovado.

É bom deixar claro que Santa Catarina está trabalhando muito bem, por enquanto. Por isso, é importante que essa lei seja aprovada. O primeiro Município a regulamentar o projeto no Brasil foi o meu, o Município de Balneário Camboriú, quando eu ainda era Prefeito. Lá existe touca descartável, proteção no escape, numeração na moto, numeração no capacete, identificação da moto com selo exclusivo, seguro de vida para as pessoas que transitam. Trata-se de um

projeto amplo, bom, que proporciona total segurança a quem transita.

A identificação do condutor é um projeto, Senador Eduardo Azeredo, que, se implantado definitivamente em Minas Gerais, será muito bom para o Brasil. Portanto, comunico aos mototaxistas que o compromisso que assumi com eles felizmente chegará a um termo com a aprovação dos Senadores.

Também sou autor de um projeto de lei que retira a cobrança do IPI de peças e equipamentos para ônibus de transporte coletivo e da Cide do combustível, já que o transporte coletivo transita apenas no Município, não em estradas intermunicipais ou federais. Portanto, é possível não cobrar a Cide. Com isso, reduziremos o preço da passagem em torno de 30%, facilitando para todos os usuários de ônibus.

Sr. Presidente, o motivo de eu ocupar a tribuna hoje – farei o discurso amanhã, vou apenas o deixar registrado – é que, recentemente, vim a esta tribuna e contestei a crítica, havida em um programa eleitoral do PT, de que eu teria prejudicado a aprovação de uma emenda que disponibilizava recursos para investimentos na BR-282. Fui à Justiça e ganhei o direito de resposta no programa eleitoral do PT. Vim aqui e contestei quem me acusou.

Posteriormente, a Senadora veio aqui e disse que era verdade o que ela disse. Pois eu ganhei o direito de resposta novamente, também em um programa de televisão e rádio, não mais eleitoral. Obtive todos os direitos de resposta, porque foi mentira o que disseram a meu respeito; ou seja, que eu teria prejudicado a votação dos recursos para a BR-282, na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no início do mês passado.

Pois amanhã, Sr. Presidente, na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização é que seriam votados os recursos para a BR-282. Eu disse aqui uma vez que o Governo faz de conta que quer liberar dinheiro, o Governo faz de conta que governa com transparência, que atende aos agricultores, que atende aos usuários das rodovias, que atende à população. Faz de conta, mas não atende.

Faziam de conta que queriam liberar dinheiro para a BR-282. Eu disse e repito: a Relatora do projeto que disponibiliza recursos para a BR-282 é do PT, é minha amiga, nossa companheira Senadora Serys Slhessarenko. S. Ex<sup>a</sup> é a Relatora. No entanto, não compareceu no dia da votação. Só havia quinze Parlamentares, sendo dois Senadores, um do PSDB, e cinco dos que lá estavam eram do PT. Como a Relatora não compareceu no dia, não havia como votar, pois seria necessária a presença de não sei se vinte e

dois Senadores e trinta e poucos Deputados Federais. Não me recordo exatamente o número de pessoas que deveriam estar presentes.

O pior, Sr. Presidente, é que a Relatora renunciou à relatoria do projeto. Amanhã não será votado.

Atenção, povo de Santa Catarina, do oeste de Santa Catarina: amanhã, estarei aqui para votar esses recursos que, acredito, não serão votados. Sabem por quê? Porque o Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, do PT, não indicou um novo relator.

Quem é o culpado agora? É o Governo, que faz de conta que governa, faz de conta que libera, faz de conta que quer o dinheiro para a BR-282. Naquele dia, não votaram porque os Parlamentares não estavam presentes, e deveriam estar, na totalidade. Mas, em razão das votações daquele dia, a Relatora não estava presente, e, no dia 5 ou 6, renunciou à relatoria do projeto. Tenho a informação de que, até agora, não foi indicado um novo relator. E eu sou o culpado. Felizmente, a Justiça me deu direito de resposta por aquilo que me acusaram.

Portanto, amigos do oeste, de Chapecó, de São Miguel do Oeste, na divisa com a Argentina, da região de Campos Novos, todos os usuários dessa rodovia, não foi por causa deste Senador. Não tenho a caneta, não sou do Governo, não presido a Comissão de Orçamento, não sou relator; estou apenas brigando para liberar os recursos para a BR-282, assim como Luiz Henrique da Silveira tem pedido diariamente a atenção do Governo para a liberação dos recursos. Luiz Henrique da Silveira já liberou R\$5 milhões do Orçamento estadual, e o Governo nada fez desde a época do Ministro Anderson Adauto, o primeiro Ministro dos Transportes.

Amanhã, voltarei a falar sobre este assunto, ocasião em que deveria ser votada esta matéria, o que não ocorrerá porque o Relator não foi indicado pelo PT. Quem será responsabilizado pela não liberalização dos recursos para a BR-282?

Para finalizar, concedo o aparte ao Senador Heráclito Fortes. V. Ex<sup>a</sup> deseja falar? Não. Apenas imaginei que V. Ex<sup>a</sup>, ao se levantar e erguer os braços... (Pausa.)

Pois não.

**O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI)** – Senador Leonel Pavan, sabe V. Ex<sup>a</sup> que não posso faltar com solidariedade ao pronunciamento que faz nesta Casa, principalmente em se tratando da luta travada no Estado de Santa Catarina pelo extraordinário homem público Luiz Henrique da Silveira, ex-Deputado Federal, meu colega, com quem mantive uma convivência muito agradável sob a liderança do inesquecível Ulys-

ses Guimarães. Tenho certeza de que, com determinação, haverá de atender o povo de Santa Catarina nessa necessidade básica de estradas. Com relação a essas votações, o Governo não quer votar. V. Ex<sup>a</sup> sabe que, quando o Governo quer, pode e vota. V. Ex<sup>a</sup> sabe que, na hora de livrar das punições os mensaleiros e os sanguessugas, o Governo movimentou a Base. Mas, no momento de atender as comunidades brasileiras, o Governo faz corpo mole e, depois, de cara limpa, culpa a Oposição. Oposição aqui é minoria; a maioria é...

**O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC)** – Quem é maioria?

**O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI)** – Aqui, a Oposição é minoria. A maioria é o Governo, que faz esse jogo apenas para criar factóides e tentar se fazer de vítima. Mas não existe vítima com sacola de dinheiro na mão, não existe vítima trancada nos porões e nos apartamentos de hotéis na calada da noite, praticando corrupção eleitoral. Essa época já passou. Muito obrigado.

**O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC)** – Encerro, Sr. Presidente, esperando que amanhã o Governo – pois o Presidente da Comissão de Orçamento é do PT – coloque em votação o projeto que libera recursos para construirmos definitivamente a ligação da Rodovia 282, uma reivindicação de todo o povo de Santa Catarina.

Obrigado, Senador Eduardo Azeredo.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG)** – Muito obrigado, Senador Leonel Pavan. Sou testemunha da presença permanente de V. Ex<sup>a</sup> aqui e também nas Comissões, lutando pelo seu Estado de Santa Catarina. Hoje mesmo, na Comissão de Assuntos Econômicos, éramos oito Senadores de Oposição e apenas um do Governo, o Senador Suplicy. Tem sido rotineira a presença da Oposição.

Para encerrar a sessão de hoje, o Senador Heráclito Fortes, do PFL do Piauí.

**O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, meu caro Senador Leonel Pavan, neste momento em que o Brasil inteiro aguarda com ansiedade esclarecimentos sobre esse triste acidente, envolvendo um avião da Gol e uma aeronave privada.

Senador Pavan, concederei já um aparte a V. Ex<sup>a</sup>, com muita alegria. Vou apenas concluir o meu raciocínio.

Como eu dizia, o Brasil inteiro assiste, com ansiedade, ao esclarecimento mais profundo sobre esse acidente, no qual 155 pessoas perderam a vida. Evidentemente, existem dois aspectos: a fatalidade e

as circunstâncias do episódio. De maneira técnica e responsável, procura-se apurar quem teve culpa no acidente.

Quando me refiro à fatalidade, Senador Eduardo Suplicy, falo da infeliz coincidência de duas aeronaves com destinos parecidos terem se encontrado no infinito do nosso céu exatamente naquele momento. Se fosse algo combinado, talvez tivéssemos mais dificuldades em fazer com que aquilo acontecesse com aquela precisão milimétrica.

Mas, Sr. Presidente, há um fato que me estarrece: o silêncio do Governo nesse episódio. Não seria eu irresponsável de dizer que o Governo foi, de maneira direta, o culpado pelo acidente. Mas o Governo não está isento. Tudo o que estamos vendo tem uma causa inicial: o contingenciamento de recursos para as agências.

A Anac foi criada e os recursos estão contingenciados, principalmente os da Infraero, que tem a responsabilidade de equipar aeroportos e parte da segurança de vôo. O Ministério da Aeronáutica cuida de toda essa engenharia operacional, mas só pode modernizar os seus equipamentos se receber recursos. A Agência Nacional de Aviação Civil, que tem orçamento, tem recursos contingenciados. A Infraero, que tira do seu, do meu, do nosso dinheiro, do nosso bolso, a cada passagem que compramos, a cada passagem emitida, recebe uma fatia considerável para esse fim.

Senador Eduardo Suplicy, os técnicos dizem que a colisão aconteceu exatamente em um ponto em que havia uma sombra na segurança é inaceitável. Se essa sombra existe é por falta de cobertura. Não haver cobertura é um crime que se comete contra vidas. É preciso que esses fatos sejam esclarecidos. É preciso, acima de tudo, Senador Suplicy, que o Governo diga por que insiste em manter retida, para outras finalidades ou até mesmo para pagamento antecipado de nossas dívidas para com organismos internacionais, a liberação dos recursos das agências reguladoras.

O Brasil vem pagamento um preço muito alto por essa política ditatorial que o Governo adota com relação às agências. Estamos, agora, discutindo o caso específico da Anac, mas temos um contingenciamento na Aneel, na ANTT. Temos um contingenciamento, enfim, em todas as agências reguladoras deste País.

Coloca-se em dúvida a segurança do investidor para trazer seu capital de fora e aplicá-lo em projetos no País. Bate-se sempre, Senador Eduardo Suplicy, na questão do pequeno crescimento que o Brasil vem tendo nos últimos anos. Que investidor – e V. Ex<sup>a</sup> que

é um economista renomado sabe – se sentirá atraído a investir em um País onde os órgãos reguladores não têm liberdade? Não são órgãos de Estado, mas de Governo. As indicações dos seus dirigentes são feitas por critérios eminentemente políticos. Muitas das vezes – ou quase todas –, coloca-se de lado a capacidade técnica do escolhido para inserir, em seu lugar, os apaniguados, ou o que é pior, os derrotados da eleição passada.

Veja o caso do Sr. José Airton, que, há até bem pouco tempo, era diretor de uma das agências – a ANTT – e, nas horas vagas, comandava o esquema das sanguessugas no Ministério da Saúde. Portanto, ele responde a processo.

De forma que, Senador Eduardo Suplicy, eu lhe concederei um aparte com a certeza e a convicção de que esta preocupação com as famílias enlutadas pela perda irreparável não é partidária, mas é uma preocupação de brasileiro e de cidadão. É aceitável e louvável que o Governo dê o conforto moral, mas o Governo não está, numa hora como esta, com a consciência tranqüila, uma vez que não vem liberando os recursos necessários para investimento no setor.

Aliás, sobre isso, Sr. Presidente Eduardo Azeredo, há cerca de um ano e meio, um diretor da Infraero, um brigadeiro cujo nome não me vem à memória, renunciou à sua função – coisa rara hoje no Brasil –, alegando exatamente que aquele órgão estava investindo apenas no embelezando de aeroportos, deixando de lado o cuidado com a segurança de vôos no Brasil.

Senador Eduardo Suplicy, concedo um aparte a V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Senador Heráclito Fortes, em primeiro lugar, quero expressar, conforme V. Ex<sup>a</sup> também o fez, meu sentimento de pesar a todas as famílias e a todos os amigos das 155 pessoas que, infelizmente, faleceram no trágico acidente ocorrido há poucos dias, na véspera das eleições. Esse acidente foi fruto de uma fatalidade em que um avião Boeing, da Gol, acabou se chocando com o avião Citation, um avião novo da Embraer...

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Foi um avião Legacy, Senador. Vamos valorizar o que é brasileiro. Citation é americano, mas o Legacy é um avião brasileiro feito em São José dos Campos, em São Paulo, seu Estado.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Agradeço a correção de V. Ex<sup>a</sup>. O avião Legacy teve uma trombada com um verdadeiro gigante. Até constitui um mérito do avião da Embraer o fato de que, apesar de ter trombado com um Boeing, ter quebrada a sua hélice e ter alguma avaria, conseguiu...

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Senador Eduardo Suplicy, tenho muita preocupação com a biografia de V. Ex<sup>a</sup>. Eram dois jatos e jatos não possuem hélices. São turbinas.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Eu quis dizer a asa do avião – eu vi a foto e estava pensando na asa. Tendo sido danificada a asa, ainda assim, o piloto conseguiu aterrissar, salvando a vida das pessoas que estavam no avião que tinha trombado com aquele Boeing.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Talvez V. Ex<sup>a</sup> seja um pouco melhor do que eu no inglês: *winglet*, aquela parte dobrada da asa que os aviões modernos hoje usam e que serviu mais ou menos como uma ponta de canivete ou de faca, um abridor rasgando toda a fuselagem na parte inferior do avião.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Pois bem, apesar dessa trombada, consegui salvar-se o Legacy, cuja maioria dos passageiros eram norte-americanos, inclusive um jornalista do **The New York Times**, que prestou depoimento mostrando o susto que levaram. Entretanto, os 149 passageiros e seis tripulantes do Boeing da Gol feneceram. Hoje, Senador Heráclito Fortes, recebi amigos e parentes dos que morreram e que estão muito preocupados até com providências como atestado de óbito das vítimas, muitas das quais não tiveram ainda os corpos identificados. Isso significa dificuldade até do ponto de vista legal das famílias. Com respeito a esse assunto, telefonei para o Ministro Márcio Thomaz Bastos, que disponibilizou o seu chefe de gabinete, Luiz Paulo, para atender essas pessoas, que devem ter sido atendidas hoje à tarde. Embora se trate de uma providência mais junto ao órgão da Justiça do que junto ao Ministério da Justiça, o Ministro Márcio Thomaz Bastos disse que daria toda a orientação necessária. Senador Heráclito Fortes, o Presidente Lula também externou seus sentimentos de tristeza, de pesar e de solidariedade para com as famílias. Tenho a convicção de que darão o devido respaldo. Tenho acompanhado as ações, especialmente do Comandante da Aeronáutica, do Ministro da Defesa, do Ministro da Justiça e do próprio Presidente Lula. V. Ex<sup>a</sup> pôde acompanhar pela imprensa que foi providenciada toda a operação possível quanto à busca dos corpos e quanto ao respaldo para as famílias. Levaram, inclusive, representantes dos familiares ao local do acidente. Mas é importante o alerta de V. Ex<sup>a</sup>. Tenho certeza de que os representantes dos órgãos mencionados por V. Ex<sup>a</sup>, inclusive a Anac, estarão atentos às suas palavras, quero crer, no sentido de, construtivamente, tomar as providências necessárias a fim de que se possam prevenir acidentes dessa ordem, tão graves. Infelizmente, acidentes na aviação têm ocorrido nos

mais diversos países, inclusive nos mais desenvolvidos, e, às vezes, representam uma tragédia. Cada acidente desses, obviamente, faz com que os pilotos fiquem mais atentos em relação ao avião para a segurança de nossos passageiros. Ainda hoje, quando estava vindo para cá, fiquei pensando que, certamente, os pilotos do avião em que eu estava viajando estavam muito mais atentos com a altitude do avião, para a segurança dos nossos passageiros. Cada acidente desses, repito, leva os que trabalham na aviação a ter mais cuidado, inclusive com V. Ex<sup>a</sup>, um passageiro tão freqüente dos aviões das companhias brasileiras que cruzam nossos céus.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

A minha preocupação...

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Senador Heráclito Fortes, solicito que V. Ex<sup>a</sup> conclua o seu pronunciamento.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Vou concluir.

Sei que estou tratando de um assunto com que V. Ex<sup>a</sup> não tem nenhuma intimidade, que é vôo, aviação. Mas, como brasileiro, V. Ex<sup>a</sup> pode fazer um pouquinho de sacrifício para que eu possa concluir um pensamento que envolve essa misteriosa máquina que encanta a todos, mas que dela todos têm um pouquinho de medo, receio.

Mas, Sr. Presidente, meu caro Senador Suplicy, a minha preocupação é exatamente com relação ao estado emocional dos familiares das vítimas. As informações desencontradas. Aí se começa a satanizar, por exemplo, a Anac. Esse episódio aconteceria com a Anac ou com qualquer outra empresa ou agência reguladora que ali tivesse, o nosso saudoso e querido DAC, que tanto serviço prestou ao Brasil, ou nas circunstâncias atuais.

A questão não é essa. As providências tomadas são as providências possíveis; quanto ao local de acesso, as imagens estão mostrando a dificuldade. A minha preocupação é exatamente com a falta de investimentos nesse setor. O Brasil é um País com dimensão continental que teve a coragem de montar o Projeto Sivam. É preciso que se dê continuidade a esse projeto, e é preciso que nós tenhamos os equipamentos necessários para dar segurança aos que trafegam, principalmente nessa imensa e misteriosa Amazônia, porque a causa do acidente foi exatamente, segundo alguns depoimentos, uma falha nas torres de controle, uma falha na conexão da torre da Amazônia com a torre de Brasília, não falha humana, mas falha na interligação dos sistemas.

Posso estar dizendo um absurdo, mas é o que a imprensa vem noticiando. O Governo tinha a obrigação de prestar esclarecimento porque, nessa questão, está agindo de forma muito parecida com o que fez quando daquela história do dinheiro encontrado no hotel: demora a mostrar as fotos, a mostrar a verdade e termina fazendo com que haja desconfiança e um desgaste do próprio Governo em um episódio no qual não é diretamente culpado. Mais tarde, poderá ter remorso por segurar recursos, por contingenciar recursos das agências reguladoras e da Infraero, que são recursos pertencentes ao povo brasileiro.

Que cada dia mais, pela compra de equipamentos modernos, a nossa aviação seja mais segura.

Faço este registro na certeza de que providências serão tomadas.

Nossa Comissão, Sr. Presidente, tomará providências para ouvir as autoridades envolvidas nesse episódio.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Muito obrigado, Senador Heráclito Fortes.

Não há mais oradores inscritos.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – A Sr<sup>a</sup> Senadora Lúcia Vânia, os Srs. Senadores Sérgio Guerra, Luiz Otávio e Valmir Amaral enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup> serão atendidos.

**A SRA. LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, volto à tribuna no dia de hoje para comentar a matéria intitulada “Para excluídos, Lula abortou projeto popular”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo**, em sua edição de 1º de setembro do corrente.

A matéria destaca que “Movimentos sociais reunidos em torno do Grito dos Excluídos divulgaram documento ontem em que afirmaram que o projeto popular no Brasil foi abortado com o governo de Luiz Inácio Lula da Silva”.

O documento do Grito dos Excluídos destaca a decepção com o governo do presidente Lula.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria passe a integrar esse pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

# Para excluídos, Lula abortou projeto popular

Em texto, movimentos sociais do Grito dos Excluídos criticam política econômica, carga tributária e altos lucros dos bancos

**Para dom Demétrio, após 'decepção' com casos de corrupção no governo do PT, grupos sociais agora precisam se reorganizar**

**LEANDRO BEGUOCI**  
DA REPORTAGEM LOCAL

Movimentos sociais reunidos em torno do Grito dos Excluídos divulgaram documento ontem em que afirmam que o projeto popular no Brasil foi abortado com o governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

"O projeto popular no Brasil sofre, a bem dizer, dois abortos. Primeiro, em 1964, com o golpe militar. Agora, com a decepção do governo Lula", diz trecho do documento do Grito.

Segundo o movimento, é preciso "desmascarar a atual política econômica dependente, que privilegia o capital financeiro, o pagamento da dívida e o superávit primário".

Em outro trecho, o Grito afirma que, "no Brasil, o capital é altamente remunerado por meio de taxas de juros mais altas do mundo, que passam grande parte de nossa riqueza para o setor financeiro, cujos

lucros são os mais elevados de todos os tempos".

O movimento também ataca a carga tributária, que atingiu patamar recorde no ano passado. "Nosso sistema tributário privilegia os ricos e castiga a classe trabalhadora."

O Grito dos Excluídos envolve uma série de protestos políticos, cerimônias religiosas e manifestações culturais que

são realizadas em várias partes do país no 7 de Setembro, quando se celebra a independência. O maior desses atos acontece na cidade de Aparecida, em São Paulo. Ontem, a coordenação do evento convocou jornalistas para detalhar o Grito deste ano.

O Grito também atacou os escândalos de corrupção. Dom Demétrio Valentini, da direção do movimento, declarou que

"as denúncias de corrupção levaram a um primeiro momento de decepção e até desencanto" nos movimentos sociais.

Diante desse quadro, o bispo afirmou que o Grito dos Excluídos defenderá que as pessoas não votem em políticos envolvidos com escândalos de corrupção. Contudo, o religioso disse ser contra o voto nulo ou em branco e a abstenção.

**O SR. SÉRGIO GUERRA** (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr<sup>as</sup> e Sr Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “A ‘mexicanização’ da economia brasileira” publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, de 5 de Setembro de 2006.

O artigo, de autoria do ex-diretor do Banco Central, Ilan Goldfajn, faz comentários sobre o baixo crescimento do país, baseado na divulgação do PIB do segundo trimestre, que registrou pífios 0,5% de crescimento. O autor analisa, ainda, a ‘mexicanização’ da economia brasileira e fala de sua decepção.

Sr Presidente, para concluir, requeiro que o referido artigo passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

## A ‘mexicanização’ da economia brasileira

Ilán Goldfajn

“Por que o Brasil não cresce?”, pergunta-se incessantemente desde a divulgação do PIB do segundo trimestre, na quinta-feira passada. É sinal de decepção. Há ainda vários meses pela frente, mas, pelo andar da carruagem, o crescimento do ano ficará em torno de 3,5% (há projeções mais otimistas, mas também mais pessimistas). Olhando para a frente, por cima dessas flutuações anuais, a economia brasileira pode estar entrando numa nova fase, em que a estabilidade e o baixo risco evitariam as crises recorrentes do passado, mas a ausência de consenso político e de reformas restringiria o crescimento a taxas baixas. Guardadas as devidas diferenças, seria o que denominarei de “mexicanização” da economia brasileira.

Em 6 de fevereiro de 2004, o senador Jefferson Peres publicou artigo denunciando a “mexicanização” da política brasileira, entendida como um projeto do partido no poder (PT) de se transformar em hegemônico, à semelhança do

### Sem reformas e ajuste nas contas públicas, esse é o melhor cenário

Partido Revolucionário Institucional (PRI) do México, dominando o Estado e a sociedade. Após o ocorrido com o PT nos últimos dois anos, talvez o temor político tenha amadurecido. Já o temor da “mexicanização” da economia parece estar aumentando.

O que é “mexicanização” da economia? Nos últimos anos a economia mexicana avançou significativamente em alguns aspectos, mas não conseguiu reformar os seus alicerces. O México diminuiu significativamente sua dívida externa, melhorou o risco país (em 100 pontos, a taxa de juros real de Embi, comparado com 200 do Brasil), atingiu o grau de investimento pelas agências de classificação de risco e reduziu a inflação para uma taxa em torno de 3% ao ano. Como consequência, a taxa de juros real de curto prazo se encontra em torno de 4% ao ano. Mas, dadas a falta de consenso sobre prioridades e a divisão do Congresso, o México foi incapaz de reformar a economia de forma a melhorar a produtividade de dela e enfrentar a competição da China. A reforma tribu-

tária e a previdenciária não avançaram, assim como a mudança no regime fiscal da Pemex (a Petrobrás do México), essencial para destravar investimentos petrolíferos. O resultado é um crescimento “asi-nomás”: 0,8% em 2002, 1,4% em 2003, 4,2% em 2004 e 3% no ano passado. Para a frente não há sinais de mudança, permanece a divisão política (e da sociedade), a exemplo da demora recente para simplesmente homologar o resultado da votação presidencial, que deu uma vitória extremamente apertada a Felipe Calderón, o candidato do partido do governo, o PAN.

Assim como o México, o Brasil tem tido avanços significativos e dificuldades nas reformas. O risco caiu significativamente, assim como a dívida externa líquida do País (para 9% do PIB). O governo eliminou a dívida dolarizada e a inflação está abaixo da meta. O Brasil ainda não obteve o grau de investimento e os juros de curto prazo ainda estão acima de 9%, mas, na ausência de grandes solvamentos mundiais e com um mínimo de responsabilidade com os gastos públicos, estaremos trilhando esse caminho. O problema é que, na ausência de reformas, o Brasil tampouco conseguirá elevar o crescimento.

Por trás dessa visão há o diagnóstico de que os entraves ao crescimento no Brasil hoje são:

- A falta de consenso sobre as prioridades dos gastos públicos no País, onde se gasta em tudo, nada é racionalizado, e cabe aos juros, ao câmbio e à carga tributária ajustar o desequilíbrio (à semelhança da inflação no passado);

- a existência de limitações diversas de ordem burocrática, jurídica e de infra-estrutura ao aumento da produção, da poupança e do investimento;

- e, no longo prazo, a falta de investimento em educação.

Nessa visão, os juros e o câmbio são o sintoma do problema, e não a sua causa. Servem como mecanismo pelo qual a economia encontra espaço para deslocar o setor privado e abrir espaço para o crescimento necessário. Entretanto, dos gastos públicos (*crowding-out*, em economês). Isto não significa que o debate sobre o impacto da política monetária sobre o crescimen-

to deva ser interdito. Afinal, existem diferenças de opinião sobre a calibragem dos juros necessários no controle da inflação e, eventualmente, o crescimento de um ou outro ano pode ser afetado. Mas o exagero de um ano é a bonança do seguinte: a inflação fica abaixo da meta e há mais espaço para cortar os juros. No longo prazo, o crescimento depende de fatores de oferta, ou seja, das facilidades que empresas e indivíduos têm para investir e produzir. E, nesse aspecto, a economia brasileira deixa a desejar.

Há também outros cenários mais ou menos benignos. Por um lado, não devemos ignorar que este será o terceiro ano consecutivo em que o crescimento deve superar a média dos últimos 25 anos. Mas esse fato revela mais sobre as fraquezas da economia brasileira nas últimas décadas, e o estado da economia mundial, do que o seu vigor atual. Por outro lado, resta avaliar as consequências para a economia brasileira de uma desaceleração da economia mundial que já se vislumbra no horizonte.

Em suma, não pretendia aqui minimizar as evidentes diferenças entre a economia mexicana e a brasileira (exemplo: a economia brasileira é mais diversificada que a do México, que exporta 80% para os EUA). Mas o caso do México ilustra de forma clara que, mesmo após obter o grau de investimento e conseguir reduzir substancialmente os juros reais (no bojo de uma inflação sob controle), a economia brasileira pode continuar crescendo pouco. Para evitar esse cenário não podemos minimizar a necessidade do ajuste nas contas públicas e das reformas, como a da Previdência e a tributária. Na ausência delas, a “mexicanização” da economia é o melhor cenário. e

Ilán Goldfajn, professor da PUC-Rio, diretor do Iepe/CdG, foi diretor do Banco Central. E-mail: goldfajn@econ.puc-rio.br

**O SR. LUIZ OTÁVIO** (PMDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs Senadores, novamente, como todos os anos eu faço, venho à tribuna do Senado para saudar o advento da festa e da procissão do Círio de Nazaré, que, como se sabe, é a maior manifestação de religiosidade e de fé cristã do meu Estado do Pará, e talvez de todo o Brasil.

Por meio da participação comovida no Círio de Nazaré, o paraense e o brasileiro reafirmam publicamente sua devoção ao nosso salvador Jesus Cristo e à sua **mater dolorosa**, a Virgem Maria. Acompanhando, com respeito e admiração, a imagem daquela que teve de sofrer a compreensão de que seu filho estava destinado ao sacrifício em nome da redenção da humanidade, o povo sai às ruas de Belém, numa romaria mística que transforma em espetáculo grandioso a humildade da devoção dos que crêem.

A cada ano que venho a esta tribuna para tentar expressar a força e a importância do Círio, mais uma vez eu fracasso, pois as palavras, pelo menos as que eu tenho escolhido, nunca chegam a representar minimamente a dimensão religiosa, social e cultural daquela autêntica manifestação de nosso povo.

O que talvez mais me impressione, a cada evento anual do Círio de Nazaré, é o espírito de conagração de toda a gente, – espírito que, por assim dizer, penetra e comanda a procissão, fazendo de uma imensa massa humana, de cerca de 2 milhões de pessoas, um grupo pacífico e ordeiro. É digno de nota, – Sr. Presidente, – que, em mais de 200 anos de existência do Círio, não tenha havido nenhum registro de morte por acidente, ou por fogos, ou no trânsito, ou por brigas, ou por quaisquer outros motivos. Numa sociedade tão desigual quanto é a brasileira e a paraense, o rico caminha ao lado do pobre; o elemento branco, ao lado do negro e do índio; o jovem, ao lado do velho; o doutor, ao lado do homem do povo, de poucas letras. Todos vão unidos e seguem em paz. Naquele momento importa somente a fé, a graça da santa, importa a solidariedade que deve existir entre um e outro pecador, ninguém é melhor ou pior do que ninguém. As diferenças exteriores desaparecem para sobressair a unidade fundamental que existe entre todas as pessoas, devido a sua essencial condição humana.

Sr. Presidente, o apogeu do Círio de Nazaré ocorre todo segundo domingo de outubro. A procissão começa na sexta-feira anterior, quando a imagem de Nossa Senhora sai da Basílica de Nazaré, – que, aliás, foi elevada pela Igreja, neste ano, à condição de santuário. Devo passar a dizer, portanto, Santuário de Nazaré.

Retomando o relato do itinerário da imagem da santa, ela sai do Santuário de Nazaré, no centro de

Belém, e segue até a igreja matriz do Município. Já na madrugada de sábado, a santa é conduzida pela multidão até a rodoviária da cidade. De lá vai até o trapiche da Vila de Icoaraci, de onde parte, já de dia, e motiva um dos mais belos espetáculos que já presenciei na minha vida, que é a romaria fluvial, com centenas de barcos enfeitados em cortejo. É verdadeiramente emocionante, – Sr. Presidente.

Singrando as águas da Baía de Guajará, a bordo de um barco repleto de adereços, a santa chega ao cais do porto de Belém. Depois, colocada em um carro, a imagem percorre o caminho que a leva até o Colégio Gentil Bittencourt, e é nesse momento que o Arcebispo de Belém oferece em contemplação, em suas próprias mãos, a imagem ao povo, que a pode ver de perto. À noite, ainda no sábado, dá-se a Transladação para a Catedral, com queima de fogos de artifício, também um lindo evento.

E, finalmente, no domingo, temos o auge da festa: a população praticamente inteira de Belém toma as ruas da cidade. A reverência, a esperança, a boa vontade com o próximo, todos os bons sentimentos que a religiosidade sincera é capaz de evocar nas pessoas parece que se juntam num amálgama de entusiasmo coletivo.

Assim, mais uma vez, em mais um ano, desta privilegiada tribuna do Senado Federal, convido a todos os brasileiros que ainda não tiveram a oportunidade de experimentar o Círio de Nazaré que o façam na companhia amistosa do povo da capital de meu Estado. E aqueles que já o fizeram, que o façam novamente. É motivo de muito orgulho para o povo paraense poder receber seus concidadãos na festa do Círio.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs Senadores, não poderia encerrar o discurso de hoje sem fazer uma menção à figura carismática e caridosa de Dom Orani Tempesta, monge da Ordem Cisterciense que, desde dezembro de 2004, tem honrado nossa cidade como Arcebispo Metropolitano de Belém.

Pela segunda vez, Dom Orani Tempesta preside a organização da maior festa mística do povo do Pará. Nosso Arcebispo, em pouco menos de dois anos, conquistou a amizade, o respeito e o carinho dos paraenses, que o acolheram de braços abertos e que sempre o festejam.

Vestindo invariavelmente um sorriso nos lábios e um semblante amistoso e sereno, Dom Tempesta é um verdadeiro mensageiro da fé em Cristo, não perdendo jamais uma oportunidade para semear no coração de todos os cristãos o valor primordial que deve ter a família na vida em sociedade.

Era o que eu tinha a dizer na tarde de hoje, Sr. Presidente.



Muito obrigado.

**O SR. VALMIR AMARAL** (PTB – DF. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, não é de hoje que a sociedade brasileira debate a procedência, ou não, da cobrança da contribuição assistencial dos empregados não sindicalizados. A controvérsia entre empresas e representantes sindicais vem de longe, dos tempos da ditadura, quando se suprimiu o direito de o trabalhador se filiar, quando se cassou o direito de atuação política dos sindicatos. Mas isso são águas passadas.

Na verdade, no bojo da discussão, se desenrola a obrigatoriedade, ou não, do desconto em folha da contribuição sindical para trabalhadores não filiados nos sindicatos da respectiva categoria. Se seguirmos o que prevê o texto legal, cláusulas de acordo coletivo ou convenções coletivas vigentes, que estabelecem a obrigatoriedade da contribuição assistencial, se chocam frontalmente com o princípio da liberdade de associação sindical, garantido nos artigos 5º e 8º da Constituição Federal.

Ora, a imposição do pagamento da contribuição sindical pressuporia a filiação involuntária do trabalhador. Isso, naturalmente, colide com o que dispõe a Consolidação das Leis do Trabalho, no instante em que inscreve exclusivamente a contribuição sindical dentro da grade das contribuições compulsórias.

Nessa lógica, não tem cabimento a exigência da obrigatoriedade no caso da contribuição assistencial, senão via normas coletivas relacionadas aos trabalhadores devidamente associados aos sindicatos das respectivas categorias. O próprio Tribunal Superior do Trabalho já manifestou entendimento sobre a matéria, segundo o qual estabelecer contribuição em favor de entidade sindical a título de custeio do sistema confederativo ou assistencial consubstancia figura ofensiva ao direito de livre associação ou sindicalização.

Outro ponto controverso, mas decorrente do mesmo mal-estar anterior, é o procedimento nitidamente arbitrário de exigir do empregado não-associado manifestação por escrito caso não concorde com o desconto correspondente à contribuição assistencial. Ora, a CLT condiciona, expressamente, à prévia autorização do trabalhador qualquer desconto de contribuição devida ao sindicato profissional, com exceção da contribuição sindical anual.

Tal dispositivo normativo adquire ainda maior sensatez à luz de uma interpretação bastante lógica da realidade associativa. Ora, somente ao trabalhador sindicalizado se consigna o direito de participação em assembleia geral de deliberação sobre relações ou dissídio de trabalho, conforme a mesma CLT. Portan-

to, se ao empregado não-associado não é reservado sequer o direito de participação em Assembleia Geral, logo não se pode dele exigir o pagamento da contribuição assistencial.

No pano de fundo deste controvertido cenário, Senhor Presidente, se arrasta uma prometida reforma sindical, em nome da qual empresários, sindicatos, centrais sindicais e Estado afiançam seus compromissos políticos na disputa sistêmica entre capital e trabalho. De acordo com o jornalista Elio Gaspari, o Presidente Lula vem cozinhando uma reforma sindical que prejudica os trabalhadores, enquanto amplia em demasia o poder das centrais. Bastante irônico, Gaspari dispara o seguinte comentário: “fortalecer agrupamentos amigos é hábito antigo do Presidente.”

Sem dúvida, disso resulta a proliferação infinita de entidades sindicais, a geração de uma autêntica indústria na formação de sindicatos no País, movida por negócios feitos entre os sindicalistas. Sem controle, chega-se a ponto de haver sindicatos que sabidamente “vendem” ações de impugnação contra entidades candidatas a vir-a-ser sindicato.

Oswaldo Bargas, Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, reconhece como comum a seguinte prática. Um determinado grupo abre certo sindicato em uma região, enquanto um segundo grupo, “dono” de outra entidade, recorre ao Ministério e requer a impugnação baseado no princípio da unicidade sindical. Após acordo entre as partes, o pedido de impugnação é retirado, confirmando as tramóias corporativistas por detrás do suposto acatamento das regras burocráticas.

Tramóias à parte, de todo modo, aproveitando o Dia do Trabalho, no último primeiro de maio, o Presidente Lula prometeu enviar ao Congresso Nacional propostas de mudanças nas leis sindicais e trabalhistas. E o fez. Com isso, o Presidente pretendeu compensar a demora na aprovação das reformas nessas duas áreas, anunciadas como prioridade no início de seu Governo.

Em realidade, o Presidente enviou ao Congresso, naquela ocasião, um projeto de lei para regulamentar o direito de greve e implantar as negociações coletivas para servidores públicos, seguindo orientação da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Também prometeu a criação do chamado Conselho Nacional de Relações do Trabalho, colegiado que será composto por representantes do governo, empresários e trabalhadores e terá como função debater questões relacionadas às áreas sindical e trabalhista.

Mais realista, o ex-Ministro do Trabalho e Emprego, Jacques Wagner, diz que só o fim do imposto

sindical pode acabar com as disputas entre os sindicatos. Para ele, o Estado não tem de dizer quem tem o direito de se organizar. A organização sindical deve ser livre. Por isso mesmo, no meio das mudanças do novo projeto, se destaca a reformulação da cobrança do imposto sindical. Em vez deste, seria introduzida uma inédita “contribuição negocial”.

Hoje, trabalhadores são obrigados a contribuir com o equivalente a um dia de salário para financiar as entidades sindicais. Isso representa 3,3% do salário mensal. Na primeira versão da reforma, o Governo extinguiu o imposto sindical e outras contribuições, tanto a confederativa quanto a assistencial. No lugar, foi criada a “contribuição negocial” obrigatória, cujo valor seria igual a 1% da receita líquida anual do trabalhador, ou seja, entre 13% e 14% de um salário mensal.

Enfim, Sr. Presidente, com tantos ziguezagues em andamento, tudo indica que o autoritarismo sobre o trabalhador não-sindicalizado ainda prevalecerá por mais algum tempo. Enquanto o Congresso Nacional não se debruçar mais detalhadamente sobre os projetos que intentam reformular a estrutura sindical do País, as injustiças que recaem sobre a garantia da liberdade política do empregado permanecerão ainda bem acesas. Em resumo, é mais do que hora de rever, ao menos, a compulsoriedade contributiva sobre o não-sindicalizado.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão extraordinária, a realizar-se amanhã às 14 horas, a seguinte:

## ORDEM DO DIA

### 1

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 100, DE 2006-COMPLEMENTAR**

*(Em regime de urgência, nos termos do  
Requerimento nº 987, de 2006 – art. 336, inciso II)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2006 – Complementar (nº 123/2004-Complementar, na Casa de origem), que *dispõe sobre o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte*.

Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Luiz Otávio.

### 2

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 68, DE 2006-COMPLEMENTAR**

*(Em regime de urgência, nos termos do  
Requerimento nº 988, de 2006 – art. 336, inciso II)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2006 – Complementar, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que *altera o art. 33 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, que dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências, para prorrogar os prazos previstos em relação à apropriação dos créditos de ICMS*.

Parecer sob nº 1.059, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta.

Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos sobre a Emenda nº 2-Plen.

### 3

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 85, DE 2005**

*(Em regime de urgência, nos termos do  
Requerimento nº 989, de 2006 – art. 336, inciso II)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 85, de 2005 (nº 2.306/2003, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *dispõe sobre a criação de cargos efetivos e em comissão no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região*.

Parecer favorável, sob nº 667, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

### 4

#### **SUBSTITUTIVO À**

#### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 64, DE 1999**

*(Votação nominal)*

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Suplicy, que *acrescenta*

*parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao inciso XI do art. 84 da Constituição Federal* (comparecimento do Presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa).

Parecer sob nº 1.941, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante, oferecendo a redação para o segundo turno.

5

### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**

**Nº 30, DE 2002**

*(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Souto, que *acrescenta os §§ 12 e 13 ao art. 14 da Constituição Federal* (dispõe sobre a elegibilidade dos substitutos das Chefias do Poder Executivo nos seis meses anteriores às eleições).

Parecer favorável, sob nº 429, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

6

### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**

**Nº 66, DE 2005**

*(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador José Jorge (apresentada como conclusão do Parecer nº 2.054, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), que *acrescenta o inciso XVI e o § 2º ao art. 52 da Constituição, para atribuir ao Senado Federal competência para indicar membros do Conselho Diretor ou da Diretoria das Agências Reguladoras.*

7

### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**

**Nº 29, DE 2003**

*(Votação nominal, caso não haja emendas)*

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que

*dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal* (que trata da ordem social).

Parecer favorável, sob nº 156, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

8

### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**

**Nº 57, DE 2005**

*(Votação nominal, caso não haja emendas)*

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.*

Parecer favorável, sob nº 779, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Ramez Tebet.

9

### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 9, DE 2003**

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Requerimento nº 875, de 2006 – art. 167)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2003 (nº 5.937/2001, na Casa de origem), que *altera os arts. 3º e 8º e os Anexos II e III da Lei nº 9.264, de 7 de fevereiro de 1996, e dá outras providências* (altera para Perito Papiloscopista a nomenclatura do cargo de Papiloscopista Policial da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal).

Parecer sob nº 665, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

10

### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 31, DE 2004**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2004 (nº 5.211/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, dispondo sobre parcelamentos de imóveis rurais, destinados à agricultura familiar, promovidos pelo Poder Público.*

Parecer sob nº 995, de 2005, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relator:

Senador Osmar Dias, favorável, com a Emenda nº 1-CRA, de redação, que apresenta.

11

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 65, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2005 (nº 841/99, na Casa de origem), que *dispõe sobre a denominação de medicamentos a ser utilizada em prescrições de médicos e odontólogos*.

Parecer sob nº 158, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

12

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 175, DE 2001

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 1, de 2003)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2001, de autoria do Senador Ney Suassuna, que *dá nova redação ao art. 7º da Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, que “dispõe sobre o Serviço de TV a Cabo e dá outras providências”*.

Pareceres sob nºs 1.268, de 2002, e 1.295, de 2003, da Comissão de Educação: 1º pronunciamento (sobre o Projeto), Relator *ad hoc*: Senador Antônio Carlos Júnior, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CE, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 4, de Plenário), Relator: Senador José Jorge, pela rejeição.

13

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 131, DE 1997

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 131, de 1997 (nº 573/97, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Parceria e de Cooperação em Matéria de Segurança Pública, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em Brasília, em 12 de março de 1997*.

Pareceres sob nºs 143, de 1998; 1.603 e 1.604, de 2005, das Comissões

– de Relações Exteriores e Defesa Nacional, 1º pronunciamento, Relator: Senador

Romeu Tuma, favorável, com voto contrário, em separado, da Senadora Benedita da Silva; 2º pronunciamento, Relator *ad hoc*: Senador Jefferson Péres, favorável; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania (em audiência, por solicitação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), Relator: Senador Jefferson Péres, favorável.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 19 horas e 41 minutos.*)

### **DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO DIA 5 DE SETEMBRO DE 2006, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.**

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, recebo a informação de que a Câmara dos Deputados acaba de aprovar, em primeiro turno, o fim do voto secreto para as deliberações de grande importância, que vem provocando um crescimento da indignação e mesmo da revolta no País em função dos resultados lastimáveis que apresentam.

Creio que esse é o momento adequado para essa deliberação. Esperamos que rapidamente a proposta chegue ao Senado Federal, para que possamos deliberar em tempo, já que haverá no Congresso Nacional julgamentos da maior importância.

**O Sr. Antonio Carlos Magalhães** (PFL – BA) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Concedo o aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

**O Sr. Antonio Carlos Magalhães** (PFL – BA) – Confesso, com toda a coragem, que sou favorável ao fim do voto secreto para matéria disciplinar, mas sou contra o fim do voto secreto para tudo, como foi aprovado na Câmara, e acho que o Senado não deve aprová-lo. Sou a favor do voto secreto para cassação, que, aliás, não houve para os petistas do mensalão e do valerioduto, que querem se passar por arautos da moralidade – eles, que são imorais. Voto a favor do fim do voto secreto para cassação. Sou favorável ao voto aberto para cassação, mas voto aberto para tudo, como foi aprovado, é um crime, inclusive nas apreciações

dos vetos presidenciais e eleição de Mesa. O que se quer fazer é o princípio da ditadura, que o Lula deseja implantar no País.

V. Ex<sup>a</sup> tem razão, eu chegaria a esse tema, já que, por exemplo, para a aprovação de autoridades indicadas pelo Executivo, creio que o voto deve ser secreto para evitar determinados constrangimentos.

O Senado Federal poderá aprimorar essa proposta que vem da Câmara com relação à apreciação de vetos, por exemplo. O Senado Federal terá a oportunidade de aprimorar essa proposta que vem da Câmara dos Deputados. No entanto, em relação a julgamentos de natureza política, como vêm ocorrendo, o voto secreto estimula a covardia da absolvição dos desonestos, estabelecendo a vitória da conivência com a corrupção, da cumplicidade com a desonestidade.

É imprescindível, numa hora de indignação que varre o País como tempestade, propor transparência. O eleitor cidadão tem o direito de saber da postura adotada por seu representante. É essencial, nesta hora em que buscamos recuperar credibilidade, que o cidadão brasileiro possa ter noção do comportamento daqueles que elegeram.

Como diz o Senador Antonio Carlos Magalhães, é evidente que há exceções relativamente a determinadas matérias, e cito a apreciação de veto, sim, a aprovação das autoridades, como embaixadores, como ministros do Supremo Tribunal Federal, e a eleição da Mesa, exatamente para nos conferir liberdade de escolha e, sobretudo, evitar determinados constrangimentos. É natural que alguém se oponha, por exemplo, à nomeação de um membro do Supremo Tribunal Federal ou do corpo diplomático.

Aproveito a oportunidade, Sr. Presidente, para fazer a leitura da posição de um movimento que surgiu, o “Voto Aberto Já”, um movimento contra o voto secreto, um movimento da sociedade civil, sem vinculação partidária.

Estão no **site** do “Voto Aberto Já” as seguintes informações:

O voto secreto dos parlamentares é um elemento essencial para a fomentação da corrupção no Brasil. É o que reduz a política nacional à politicagem. Um vício que alimenta a degradação política do Brasil e abre brechas para a corrupção.

De que valem tantos Conselhos de Ética se todas as comprovações de crimes e “faltas de decoro” acabam sendo escamoteadas por

votações secretas? A era do corporativismo acabou, o voto deve ser aberto, claro!

Acreditamos que os representantes eleitos pelo voto popular devam se posicionar de forma clara e aberta, em todas as votações. Afinal, eles estão ali porque nós os elegemos. E é para nós, os eleitores, que devem prestar contas.

A transparência nos processos políticos trará maior representatividade e dignidade à nação. Em pouco tempo poderemos traçar o perfil de cada deputado ou senador, como já acontece em diversas câmaras municipais. Isso é determinante para analisarmos como os políticos realmente agem, teoricamente representando aquilo que nós esperávamos deles.

Este movimento se alinha aos demais esforços de toda a sociedade que tenham como objetivo trazer transparência ao processo político brasileiro. Acreditamos que o recente surgimento de movimentos diversos, em todos os setores da sociedade, é uma evidência da premência da mudança.

O voto aberto vai fazer com que a política deixe de ser um parque de diversões para a corrupção. E certamente marcará uma nova fase de reaproximação entre a sociedade civil e os processos políticos do País.

Com um objetivo e plano de ação claramente definidos, este movimento se extingue após a última votação secreta na Câmara e no Senado.

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte, Senador Alvaro Dias?

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Sr. Presidente, certamente, se tivéssemos o voto aberto quando do julgamento dos “mensaleiros”, não seriam absolvidos todos aqueles que foram absolvidos, o que provocou o crescimento da indignação e da revolta no País. Se mantivermos o voto secreto para o julgamento dos “sangue-sugas”, teremos a repetição daquele espetáculo degradante de pessoas envolvidas nesse escândalo de corrupção sendo absolvidas pela conivência e pela cumplicidade, sobretudo pela cumplicidade covarde de quem pode se esconder por meio do voto secreto para estimular a corrupção que devemos combater de forma implacável.

Concedo um aparte ao Senador Sibá Machado, com satisfação.

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – Senador Alvaro Dias, agradeço a V. Ex<sup>a</sup> pelo aparte. Li na Internet que houve 383 votos favoráveis e nenhum voto contra. Não houve abstenções. A Câmara dos Deputados estabelece essa situação para toda e qualquer matéria. V. Ex<sup>a</sup> faz, em seu pronunciamento, ressalvas a respeito de alguns pontos importantes que ainda devem ser analisados. Falo da permissão e da continuidade do voto secreto. Quanto a isso, tenho que concordar com V. Ex<sup>a</sup>. Observo que o Senador Tião Viana já havia protocolado, nesta Casa, a PEC nº 38, de 2000, derrotada no plenário desta Casa, e que tratava também do voto secreto – e quero considerar que antes tarde que nunca. Tivemos que assistir a uma situação como esta para a Casa se sensibilizar nessa direção. Agora, penso que a situação é a de “nem tanto ao mar nem tanto à terra”, sem ir de oito para oitenta, de uma vez. É perigoso, no calor da emoção, cometer alguns casuísmos. Temos de ter serenidade, no Senado Federal, no momento de tratar dessa PEC. V. Ex<sup>a</sup> tem razão. Porém, faço esta ressalva. E parablenizo o Senador Tião Viana por ter tido, já em 2000, a previsão de tratar dessa matéria. Foram 37 votos negativos. Espero que consigamos a unanimidade desta Casa, quando a matéria para cá vier, fazendo as ressalvas que V. Ex<sup>a</sup> aborda em seu pronunciamento.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Sibá Machado.

Esse debate é para já, não pode ser adiado. Aliás, Senador Tião Viana, V. Ex<sup>a</sup> já tomou essa iniciativa há algum tempo, e certamente teríamos evitado a situação vexatória a que fomos submetidos, com a absolvição de quem não deveria ser absolvido, na Câmara dos Deputados.

Desde já, faço um apelo para que todas as Lideranças, da Oposição e do Governo, subscrevam requerimento propondo regime de urgência, assim que a proposta da Câmara dos Deputados chegar ao Senado Federal.

Em resposta à expectativa nacional de moralização da atividade pública, devemos agir com rapidez e eficiência. É a forma como podemos nos conduzir e a única maneira para que a condução possa significar esperança de recuperação da dignidade das instituições públicas brasileiras.

Se o Congresso está extremamente desgastado, com a imagem destruída, maculado pela corrupção que alguns praticaram e pela omissão de muitos, pela convivência de tantos, pela cumplicidade alar-

deada e consubstanciada mediante o voto secreto, se isso tudo contribui para, lamentavelmente, enxovalhar o Congresso Nacional, que é, sem dúvida, o mais enxovalhado da nossa história, temos que agir exatamente na contramão dessa tendência, buscando recuperar a credibilidade junto à opinião pública brasileira e passando a idéia de que é possível sim construirmos juntos instituições públicas mais respeitadas, mais acreditadas e valorizadas pela sociedade brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

## Ata da 162ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 4 de outubro de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Renan Calheiros, João Alberto Souza, Rodolpho Tourinho,  
Jefferson Peres e Wellington Salgado de Oliveira*

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES  
AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

### REGISTRO DE COMPARECIMENTO

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 4/10/2006 07:30:29 até 4/10/2006 20:09:15

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA		X	PCdoB	TO	LEOMAR QUINTANILHA		X
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE		X	PSDB	SC	LEONEL PAVAN		X
PSDB	PR	ALVARO DIAS		X	PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA		X
PMDB	RO	AMIR LANDO		X	PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO		X
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS		X	PSDB	CE	LUIZ PONTES		X
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES		X	PMDB	PI	MÃO SANTA		X
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES		X	Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA		X
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO		X	PFL	PE	MARCO MACIEL		X
PFL	BA	CÉSAR BORGES		X	PSDB	ES	MARCOS GUERRA		X
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE		X	PMDB	PB	NEY SUASSUNA		X
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES		X	PSDB	AP	PAPALÉO PAES		X
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO		X	Bloco-PSB	CE	PATRÍCIA SABOYA GOMES		X
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS		X	PFL	DF	PAULO OCTÁVIO		X
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLYCY		X	Bloco-PT	RS	PAULO PAIM		X
PFL	PB	EFRAIM MORAIS		X	PMDB	MS	RAMEZ TEBET		X
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE		X	PMDB	AL	RENAN CALHEIROS		X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO		X	Bloco-PRB	PB	ROBERTO CAVALCANTI		X
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR		X	Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO		X
P-SOL	AL	HELOISA HELENA		X	PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO		X
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES		X	PFL	SP	ROMEU TUMA		X
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI		X	PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI		X
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES		X	Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO		X
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA		X	Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO		X
PSDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA		X	PSDB	CE	TASSO JEREISSATI		X
Bloco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO		X	PMDB	RO	VALDIR RAUPP		X
PFL	MT	JONAS PINHEIRO		X	PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX		X
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN		X					
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO		X					
PFL	PE	JOSÉ JORGE		X					
PSDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA		X					

**Compareceram: 56 Senadores**

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A lista de presença acusa o comparecimento de 56 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, proposta de emenda à Constituição que passo a ler.

É lida a seguinte:

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 44, DE 2006**

**Altera o art. 45 da Constituição Federal, para instituir a representação dos brasileiros que moram no exterior na Câmara dos Deputados.**

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Cons-

tituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 45 da Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 45. A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal, e, pelo sistema majoritário, nas comunidades brasileiras residentes no exterior.

§ 3º A lei disporá sobre a instituição de circunscrições eleitorais especiais para a eleição, pelo sistema majoritário, de representantes dos brasileiros residentes no exterior. (NR)”

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação, observado o disposto no art. 16 da Constituição Federal.



11. *[Handwritten signature]*  
12. *Gerardo Mesquita* (PARA TRANSMITAR)

13. *[Handwritten signature]*  
14. *[Handwritten signature]*

15. *[Handwritten signature]*

16. *[Handwritten signature]*

17. *[Handwritten signature]*

18. *[Handwritten signature]*

19. *[Handwritten signature]*

20. *[Handwritten signature]*

21. *[Handwritten signature]*

22. *[Handwritten signature]*

23. *[Handwritten signature]*

24. *[Handwritten signature]*

25. *[Handwritten signature]*

26. *[Handwritten signature]*

27. *[Handwritten signature]*

28. *[Handwritten signature]*

29. *[Handwritten signature]*

## JUSTIFICAÇÃO RELATÓRIO FINAL Nº 4, DE 2006-CN

Criada por meio do Requerimento nº 2, de 2005-CN, “para apurar os crimes e outros delitos penais e civis praticados com a emigração ilegal de brasileiros para os Estados Unidos e outros países, e assegurar os direitos de cidadania aos brasileiros que vivem no exterior”.

Brasília, 2006.

.....  
10.3. A ampliação do direito de voto de brasileiros residentes no exterior e a criação de circunscrições eleitorais específicas para as comunidades brasileiras no exterior

Trataremos de duas questões distintas sob mesmo tópico por razões lógicas que, esperamos, sejam esclarecidas até o final da exposição. Afinal, optar pela ampliação do direito de voto de brasileiros no exterior ou pela criação de circunscrições eleitorais especiais significa escolher caminhos distintos.

Atualmente, os brasileiros que se encontram no exterior têm a faculdade de votar para Presidente e para Vice-Presidente da República, conforme estatui o **caput** do artigo 225 da Lei nº 4.737/65, que institui o Código Eleitoral.

Grosso modo, a maioria dos projetos de lei em tramitação em ambas as Casas Legislativas versa sobre a ampliação dessa faculdade eleitoral para outros cargos eletivos. O mais antigo deles data de 17 de fevereiro de 1989 e é de autoria do Senador Marco Maciel. Aprovado no Senado Federal e em tramitação na Câmara dos Deputados sob o número 2.424/89, o Projeto estende aos brasileiros residentes ou em trânsito no exterior o direito de votar para Presidente da República, Senador, Deputado Federal, Governador e Deputado Estadual.

Ao PL nº 2.424/90 encontra-se apensado o PL nº 5.054/90, de autoria do Deputado Francisco Amaral, que visa assegurar o direito de voto aos brasileiros que se encontrem no exterior em país em que haja representação diplomática brasileira.

É curioso observar que o PL nº 2.277/99, de autoria do Deputado José Bonifácio de Andrada, destinado a consolidar legislação eleitoral codificada e demais leis alteradoras e correlatas, não propõe a ampliação do direito de voto do brasileiro residente no exterior: o projeto prevê a possibilidade de o eleitor votar, tão-só, para Presidente e Vice-Presidente da República, tal como a legislação vigente.

Todos os demais projetos de lei em tramitação ampliam, com nuances distintas, o direito de voto do brasileiro residente no exterior. Em 22 de março de 2001, o Deputado Ricardo Ferraço apresentou o PL nº 4.354/01, estendendo o direito de voto para “as eleições presidenciais, federais e distritais”.

O PLS nº 398/03, apresentado pela Senadora Ideli Salvatti em 23 de setembro de 2003, aprovado no Senado Federal e em tramitação na Câmara sob o nº 6.709/06 propõe conceder o direito de voto ao eleitor que se encontrar no estrangeiro para Presidente e Vice-Presidente da República, Governador, Vice-Governador e Senador.

Por fim, o PL nº 6.232/05, de autoria do Deputado Ivo José, em enfoque diferente dos projetos analisados até aqui, tem como um dos objetivos instalar seções eleitorais nos principais aeroportos internacionais do mundo, para que os brasileiros no estrangeiro possam votar no dia da eleição.

Como podemos depreender da breve análise dos projetos em tramitação, apesar das diferenças e nuances que há entre eles, a lógica que os preside é uma só: ampliar, em maior ou menor grau, o direito de voto do brasileiro no exterior, por meio do aumento do número de cargos passíveis de receber votos da comunidade brasileira no estrangeiro.

De fato, na maior parte dos países, os votos dos nacionais residentes no exterior são processados de acordo com as subdivisões territoriais já existentes, geralmente em consonância com o último domicílio eleitoral.

Dentro desse sistema, alguns países possuem peculiaridades: a Alemanha, o Reino Unido, o Canadá e a Nova Zelândia desqualificam o eleitor após o decurso de alguns anos no exterior.

Peter Spiro<sup>499</sup> enfatiza que essa forma de “cidadania assimilada” é mais facilmente implementada na maior parte dos países. Vantagem adicional consiste na manutenção da igualdade formal entre eleitores residentes e não-residentes. Por essa linha de raciocínio, se o Brasil optasse pelo direito de sufrágio amplo aos brasileiros no exterior, os votos dessa comunidade se aproximariam ou mesmo se equivaleriam na extensão e na importância ao dos brasileiros aqui residentes.

Contudo, o mesmo autor adverte que tal sistemática é preferível em contextos em que as comunidades sejam pequenas e não engajadas, em virtude da maior dificuldade em criar circunscrições específicas para as comunidades no exterior.

499 SPIRO, Peter, *op. cit.*, p. 226.

Ora, a comunidade brasileira no exterior não é nem pequena nem pouco engajada. Perfazendo total de cerca de 3 milhões de brasileiros, entre residentes em situação regular e irregular, segundo estimativas do Itamaraty<sup>500</sup>, tal contingente é igual ou superior à população de 11 unidades federativas estaduais, além do Distrito Federal<sup>501</sup>. No hemisfério americano, se concebêssemos país formado exclusivamente por brasileiros residentes no exterior, sua população seria superior à de Belize, Guiana, Jamaica ou Trinidad e Tobago. Essa soberania hipotética praticamente alcançaria o Uruguai em número de habitantes.

Por conseguinte, no nosso entendimento, apesar de dispersos em todos os continentes, somos levados a crer que esses brasileiros e essas brasileiras possuem muitos interesses em comum. E mais provável que o potiguar registrado no Consulado-Geral em Boston tenha mais necessidades e afinidades em comum com o gaúcho que lá reside do que com um conterrâneo que habite alguma cidade norte-rio-grandense.

É por esses motivos que não entendemos ser a melhor solução compartimentalizar os interesses dos brasileiros residentes no exterior em unidades federativas, de acordo com o último domicílio eleitoral, quer seja em nível estadual, quer seja em nível municipal. Suas questões, necessidades e demandas dizem respeito, mormente, à comunidade como um todo, com variações pontuais de acordo com o país de residência. Da mesma forma, as políticas públicas de migração, a priorização de ações e o estabelecimento de diretrizes, sem falar na alocação de recursos para programas específicos, todo esse planejamento deve ser feito em nível nacional, em coordenação com os demais entes políticos.

Como conseqüência, cremos que salto qualitativo na representatividade política será dado quando as comunidades brasileiras residentes no exterior obtiverem *status* de circunscrição especial, específica, com representação na Câmara dos Deputados mediante eleições majoritárias. Uma vez que a Câmara é a Casa que representa o povo brasileiro, parcela significativa desse povo encontra-se, atualmente, sem voz e sem voto no Poder Legislativo.

Acreditamos que a noção de cidadania defendida pela visão tradicional de Estado-nação, profundamente vinculada ao território, encontra-se superada pelo fenômeno inexorável da globalização e das migrações em massa. Esse é um desafio a que esta Comissão não pode se furtar.

É nesse contexto que se msere a particularidade que propomos trazer para o texto constitucional, mediante a criação de circunscrições especiais para os eleitores brasileiros residentes no exterior. Tal opção

ocorre, em princípio, em detrimento das propostas que visam estender o direito de voto dessas comunidades para maior número de cargos eletivos.

Ao invés de dispersarmos a força política desse eleitorado em unidades políticas as mais distintas, compreendemos ser mais produtora aglutiná-la em universo coeso, no intuito de facilitar a identificação dos interesses específicos das comunidades brasileiras que habitam no estrangeiro.

Apesar do ineditismo de tal medida no direito brasileiro, é oportuno ressaltar que países com histórico de emigração adotam o princípio da circunscrição especial já há algum tempo, para que as comunidades de nacionais estejam, elas mesmas, representadas.

É o caso, por exemplo, da Itália, que elegeu, nas eleições gerais de 2006, cidadão italo-brasileiro para o Senado italiano, fato com grande repercussão na mídia<sup>502</sup>. Portugal também garante representação política a portugueses no exterior, de acordo com critérios geográficos. O Senado francês também conta com 12 representantes do Conselho de Franceses no Exterior. O mesmo ocorre com Cabo Verde, Argélia e Croácia. Este último país, a propósito, criou interessante sistema para a representação dos croatas não-residentes: como o número de parlamentares é variável, a representação política dos não-residentes oscilará de acordo com o número de croatas que efetivamente votou no exterior. Na América do Sul, a Colômbia oferece exemplo de representação política para os nacionais no exterior<sup>503</sup>.

No Congresso Nacional brasileiro, há uma Proposta de Emenda à Constituição que versa sobre o tema. De autoria do Senador Cristovam Buarque, a PEC nº 5/05 acrescenta o seguinte § 3º ao artigo 45 da Constituição Federal:

500 Vide depoimento do Embaixador Manoel Gomes Pereira, Diretor do Departamento das Comunidades Brasileiras no Exterior, à CPMLI da Emigração.

501 De acordo com o documento "Síntese de Indicadores Sociais", de 2005, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, possuem menos de 3 milhões de habitantes os Estados de Roraima, Acre, Roraima, Amapá, Tocantins, Piauí, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, além do Distrito Federal.

502 Após 35 anos de residência no Brasil, o italiano Edoardo Pollastri foi eleito para representar a comunidade de italianos residente na América Meridional, de acordo com a página dele na Internet, [www.tiollastri.com](http://www.tiollastri.com). Nas eleições de 2006, 12 deputados e 6 senadores foram eleitos para o parlamento italiano de acordo com a subdivisão em 4 regiões geográficas.

503 O artigo 176 da Constituição Política da República da Colômbia estabelece que até a Câmara de Representantes poderá compor-se de até 5 parlamentares representantes das comunidades de colombianos no exterior.

Art.45 .....

§ 3º A lei disporá sobre a instituição de circunscrições eleitorais especiais para a eleição, pelo sistema majoritário, de representantes dos brasileiros residentes no exterior (NR).

Ao defender a criação de “circunscrições eleitorais especiais”, a proposta do Senador Cristovam Buarque tem o grande mérito de ir ao cerne da questão da efetividade da representação política dos brasileiros no exterior. É essa a linha de raciocínio que a CPMI entende ser a mais viável para atender as demandas de cerca de 3 milhões de brasileiros, contingente igual ou superior ao de 12 unidades federativas estaduais, conforme já tivemos a oportunidade de frisar.

No entanto, em que pese o inegável mérito da iniciativa do Senador Cristovam Buarque, entendemos ser possível aperfeiçoar o texto por meio de Substitutivo. Uma vez que a representação do povo na Câmara dos Deputados passará a ser feita também pelo sistema majoritário, consideramos que tal modificação deve vir expressa no **caput** do artigo 45, e não apenas em um parágrafo. Em nosso entendimento, o **caput** do artigo 45 passaria a ser lido da seguinte forma:

Art. 45. A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal e, pelo sistema majoritário, nas comunidades brasileiras residentes no exterior.

Avaliamos ser cabível manter o § 3º da proposta do Senador Cristovam Buarque, pois ele determina que a legislação posterior definirá os critérios que vão nortear a instituição de circunscrições eleitorais específicas. Não cabe à Constituição Federal estabelecer esse tipo de minúcia; ademais, é prematuro nos arriscarmos a proceder a esse tipo de definição agora: é preciso, antes, amplo debate no Congresso Nacional e na sociedade civil.

#### LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

#### CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 16. A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 4, de 1993)

Art. 45. A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.

§ 1º O número total de Deputados, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por lei complementar, proporcionalmente à população, procedendo-se aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de oito ou mais de setenta Deputados.

§ 2º Cada Território elegerá quatro Deputados.

#### SUBSEÇÃO II

##### Da Emenda à Constituição

Art. 6º A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

§ 3º A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A proposta de emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições constantes dos arts. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria será publicada e despachada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 266, DE 2006

**Altera e acrescenta artigos à Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), no que diz respeito ao processo disciplinar.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 54 da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

“Art. 54. ....

IX-A – julgar processos ético-disciplinares, nos termos dos artigos 70-A e 70-B.”

Art. 2º O art. 70 da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 70. O poder de punir disciplinarmente os inscritos na OAB compete, exclusivamente, ao Conselho Seccional em cuja base territorial tenha ocorrido a infração.

.....  
 § 3º O Tribunal de Ética e Disciplina do Conselho seccional competente para punir disciplinarmente pode, preventivamente, suspender o acusado, em caso de repercussão prejudicial à dignidade da advocacia, depois de ouvi-lo em sessão especial.

§ 4º O acusado será notificado para comparecer à sessão especial de que trata o § 3º deste artigo, podendo apresentar oralmente a sua defesa.

§ 5º Em caso de não atendimento à notificação, poderá o Tribunal aplicar diretamente a suspensão preventiva.

§ 6º A suspensão preventiva será imediatamente comunicada ao Conselho Seccional onde o advogado tenha inscrição principal e suplementar, para constar dos respectivos assentamentos.

§ 7º O processo disciplinar de que trata este artigo deve ser concluído no prazo máximo de noventa dias (NR).”

Art. 3º A Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 70-A e 70-B:

“Art. 70-A. Ao Conselho Federal compete processar e julgar, originariamente, as faltas perante ele cometidas, ou imputadas a membro de sua Diretoria, a Conselheiro Federal ou a Presidente de Conselho Seccional.

Art. 70-B. O Conselho Federal, de ofício ou mediante solicitação de qualquer Conselho Seccional, poderá instaurar, com competência decisória, processos disciplinares relativos à infração que tenha repercussão sobre a dignidade da advocacia e que ultrapasse a base territorial do Conselho Seccional em que praticada.

§ 1º Nos casos previstos neste artigo, o Conselho Federal poderá suspender preventivamente o advogado, até a decisão final, observando-se, no que couber, o disposto nos §§ 2º, 4º 5º e 6º do art. 70.

§ 2º A instauração do processo disciplinar pelo Conselho Federal obstará iniciativa análoga do Conselho Seccional da base territorial de ocorrência da infração, e implicará o deslocamento de competência para aquele Conselho, se já instaurado”.

Art. 4º, Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

### Justificação

Tendo em vista o teor do Processo no 42, de 2006, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), no qual é proposta, ao Conselho Pleno da Entidade, a reforma do art. 70 do Estatuto da Advocacia, com vistas ao aperfeiçoamento dos instrumentos normativos concernentes à competência ético-disciplinar, vislumbramos a oportunidade da presente medida, que estabelece a possibilidade de suspensão preventiva do advogado cuja falta atente contra a dignidade da Advocacia.

A proposta tem em mira, sobretudo, evitar a contaminação da Advocacia pela insegurança criada pelo “crime organizado”, que promove a percepção de que a guerra travada entre as instituições e a criminalidade tem reduzido o poder do Estado, já havendo atingido a categoria dos advogados.

Tal percepção social é danosa à imagem da profissão, historicamente honrada. Com efeito, diante do quadro atual, até no seio da OAB há quem admita existir expressiva parcela de advogados que deseumprem deveres profissionais para comungar com a delinquência.

Os desvios de conduta têm sido reprimidos com o rigor e a celeridade possíveis, sem, contudo, sacrificar o devido processo legal e o respeito à presunção da inocência. Todavia, o volume de processos dessa natureza, aliado à dificuldade de controle das práticas inaceitáveis, comprometem a eficácia das medidas punitivas.

De fato, a mensagem que chega à sociedade é de que a OAB atua com leniência ante a patologia profissional, o que acarreta comprometimento do prestígio da Advocacia e o desgaste da Instituição, tão presente na história do País, por sua atuação intransigente contra a ofensa ao Estado de Direito.

Diante dessas constatações, vê-se que o art. 70 do Estatuto da Advocacia, nada obstante ter inovado a ordem jurídica, ao atribuir competência aos Conselhos Seccionais para processar e julgar os inscritos na Ordem, nos casos de infração disciplinar (salvo se cometida perante o Conselho Federal), já não mais permite o controle rígido dos desvios profissionais.

A regra geral de competência, formulada no **caput** do art. 70, tem clara motivação: independentemente do local da inscrição principal, e na base territorial da ocorrência da infração que suas repercussões negativas mais se fazem imediatamente sensíveis. Em outras palavras, onde dói primeiro o sentido da legalidade infringida é que se deve exercer o direito-dever de investigar e punir.

Os tempos atuais, infelizmente, semearam modalidades infracionais que ultrapassam a sensibilidade estritamente territorial. Há registros recentes de advo-

gados com inscrição em São Paulo, que compraram cópias de depoimentos sigilosos, prestados em Brasília, perante Comissão Parlamentar de Inquérito do Congresso Nacional, para repassá-los a facção criminosa, no interior de São Paulo.

Há advogados que fazem entrar celulares em presídios de um Estado para que ordens de realização de operações criminosas sejam cumpridas em outros Estados, seja no Ceará, no Rio de Janeiro, no Paraná ou em Mato Grosso do Sul.

Esses são apenas exemplos extraídos dos noticiários. No entanto, há, hoje, quem não tenha ou não conheça quem tenha sofrido com o golpe da compra de cartões, comandado de dentro dos presídios? O certo é que, com a nacionalização do crime organizado, as ordens para a prática de delitos, gravemente ameaçadores à paz e à segurança públicas, partem de dois ou três centros diretivos, e são expedidas a vários centros operacionais, distribuídos pelo País. E, de alguma forma, em várias dessas ações se constata a presença de maus advogados, no planejamento e na consecução de operações criminosas.

A tudo isso, importa agregar o explosivo fator corrosivo da confiabilidade pública na OAB, que o decurso do tempo – que vai da instauração do processo disciplinar até o trânsito em julgado da última decisão – agrava. Nas Seccionais com elevado número de inscritos, dificilmente um processo disciplinar será julgado em menos de três anos, no percurso que vai do Tribunal de Ética Disciplinar ao Conselho Pleno. E, então, abrem-se os prazos para recursos ao Conselho Federal, com trâmite pela Segunda Câmara e pelo Órgão Especial, ocasionando leniência.

Para salvaguardar o bom nome da Advocacia e o conceito da OAB, é conveniente outorgar, à Entidade, meios expeditos de ação, que efetivamente propiciem resposta aos anseios da coletividade.

É sob essa perspectiva que acolhemos as razões contidas na provocação propositiva, gerada no seio da OAB, para submeter aos ilustres Pares nova redação ao art. 70 do Estatuto da Advocacia, de modo a pautar-se, esse dispositivo da lei, por novos critérios de competência, capazes de coibir práticas inaceitáveis e possibilitar punições severas, em tempo razoável.

As modificações propostas se restringem aos delitos de natureza ético-disciplinar de repercussão nacional ou que desbordem das fronteiras dos Estados, de maneira a reforçar o postulado federativo, reservando a competência punitiva originária para a instância maior, que é o Conselho Federal.

As alterações não significam censura ao ritmo da atividade punitiva no âmbito dos Conselhos Seccionais, que se exerce no tempo próprio e possível – com as

inevitáveis exceções. Antes, constituem uma resposta às exigências da cidadania, à confiança histórica depositada na OMB e ao prestígio da Instituição.

Contamos, pois, com o apoio dos nobres Pares para a rápida aprovação desta proposição.

Sala das Sessões, 4 de outubro de 2006. – Senador **Alvaro Dias**.

### LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.906, DE 4 DE JULHO DE 1994

#### **Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).**

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

#### TÍTULO I Da Advocacia

##### CAPÍTULO I Da Atividade de Advocacia

Art. 1º São atividades privativas de advocacia:

I – a postulação a qualquer órgão do Poder Judiciário e aos juizados especiais;

II – as atividades de consultoria, assessoria e edição jurídicas.

§ 1º Não se inclui na atividade privativa de advocacia a impetração de **habeas corpus** em qualquer instância ou tribunal.

.....

Art. 54. Compete ao Conselho Federal:

I – dar cumprimento efetivo às finalidades da OAB;

II – representar, em juízo ou fora dele, os interesses coletivos ou individuais dos advogados;

III – velar pela dignidade, independência, prerrogativas e valorização da advocacia;

IV – representar, com exclusividade, os advogados brasileiros nos órgãos e eventos internacionais da advocacia;

V – editar e alterar o Regulamento Geral, o Código de Ética e Disciplina, e os Provimentos que julgar necessários;

VI – adotar medidas para assegurar o regular funcionamento dos Conselhos Seccionais;

VII – intervir nos Conselhos Seccionais, onde e quando constatar grave violação desta lei ou do regulamento geral;

VIII – cassar ou modificar, de ofício ou mediante representação, qualquer ato, de órgão ou autoridade

da OAB, contrário a esta lei, ao regulamento geral, ao Código de Ética e Disciplina, e aos Provimentos, ouvida a autoridade ou o órgão em causa;

IX – julgar, em grau de recurso, as questões decididas pelos Conselhos Seccionais, nos casos previstos neste estatuto e no regulamento geral;

X – dispor sobre a identificação dos inscritos na OAB e sobre os respectivos símbolos privativos;

XI – apreciar o relatório anual e deliberar sobre o balanço e as contas de sua diretoria;

XII – homologar ou mandar suprir relatório anual, o balanço e as contas dos Conselhos Seccionais.

## CAPÍTULO II

### Do Processo Disciplinar

Art. 70. O poder de punir disciplinarmente os inscritos na OAB compete exclusivamente ao Conselho Seccional em cuja base territorial tenha ocorrido a infração, salvo se a falta for cometida perante o Conselho Federal.

§ 1º Cabe ao Tribunal de Ética e Disciplina, do Conselho Seccional competente, julgar os processos disciplinares, instruídos pelas Subseções ou por relatores do próprio conselho.

§ 2º A decisão condenatória irrecorrível deve ser imediatamente comunicada ao Conselho Seccional onde o representado tenha inscrição principal, para constar dos respectivos assentamentos.

§ 3º O Tribunal de Ética e Disciplina do Conselho onde o acusado tenha inscrição principal pode suspendê-lo preventivamente, em caso de repercussão prejudicial à dignidade da advocacia, depois de ouvi-lo em sessão especial para a qual deve ser notificado a comparecer, salvo se não atender à notificação. Neste caso, o processo disciplinar deve ser concluído no prazo máximo de noventa dias.

*(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)*

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 267, DE 2006

**Acrescenta § 2º ao art. 1º da Lei nº 8.004, de 14 de março de 1990, para conceder ao cessionário de mútuo habitacional legitimidade para propor ação contra o agente financeiro.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 8.004, de 14 de março de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, renomeando-se como § 1º o atual parágrafo único:

Art. 1º .....

§ 1º .....

§ 2º O cessionário de mútuo habitacional tem legitimidade para propor ação contra o agente financeiro, inclusive para a revisão de cláusulas contratuais relativas a débito decorrente do contrato de financiamento.(NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor sessenta dias após a sua publicação.

### Justificação

O ordenamento jurídico admite a substituição de devedores, a cessão de direitos, a substituição processual e diversas outras formas de cumprimento da obrigação por pessoas que diferem daquelas que integraram o contrato original, mas, por omissão, veda ao cessionário de mútuo habitacional legitimidade para propor ação contra o agente financeiro.

A omissão legal, porém, não se justifica, pois são comuns as transferências imobiliárias sucessivas, nas quais os cessionários atuam de boa-fé, razão pela qual a jurisprudência vem suprimindo a falha da lei e permitindo ao cessionário argüir, judicialmente, contra o agente financeiro, questões contratuais do seu interesse.

Deve-se observar, além disso, que não é dado ao Estado ferir princípio positivado no inciso XXXVI do art. 5º da Carta Federal, de modo a excluir da apreciação do Poder Judiciário situações experimentadas pelos cessionários de contratos, ainda que sub-rogados, nem vedar ao cessionário de mútuo habitacional o acesso à Justiça.

Alicerçados nas presentes razões, contamos com o apoio dos ilustres parlamentares para aprovação desta proposição.

Sala das Sessões, 4 de outubro de 2006. – Senador **Valdir Raupp**.

### LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.004, DE 14 DE MARÇO DE 1990

**Dispõe sobre transferência de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, e dá outras providências.**

Art. 1º O mutuário do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) pode transferir a terceiros os direitos e obrigações decorrentes do respectivo contrato, observado o disposto nesta lei.

Parágrafo único. A formalização de venda, promessa de venda, cessão ou promessa de cessão relativas a imóvel financiado através do SFH dar-se-á em ato concomitante à transferência do financiamento respectivo, com a interveniência obrigatória da institui-

ção financiadora. (Redação dada pela Lei nº 10.150, de 21-12-2000)

.....

CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....

TÍTULO II  
**Dos Direitos e Garantias Fundamentais**

CAPÍTULO I  
**Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos**

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

.....

XXXVI – a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada;

.....

*(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)*

**PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 268, DE 2006**

**Regulamenta o § 4º do art. 225 da  
Constituição Federal, para instituir o Plano  
de Gerenciamento da Floresta Amazônica.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei regulamenta o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, para instituir o Plano de Gerenciamento da Floresta Amazônica.

CAPÍTULO I  
**Das Definições e dos Princípios Fundamentais**

Art. 2º Para os efeitos desta lei, entende-se por:

I – Amazônia Legal: os Estados do Acre, Pará, Amazonas, Roraima, Rondônia, Amapá, Mato Grosso, Tocantins e as áreas do Estado do Maranhão situadas ao oeste do meridiano de 44º W;

II – Populações tradicionais: grupos humanos organizados por gerações sucessivas, com estilo de vida relevante à conservação e à utilização sustentável da diversidade biológica.

Art. 3º A Floresta Amazônica é patrimônio nacional e sua utilização deve obedecer aos seguintes princípios:

I – manutenção do equilíbrio ecológico e da biodiversidade;

II – exploração sustentável dos recursos naturais e dos recursos florestais;

III – conservação dos recursos hídricos e do solo;

VI – atendimento das necessidades das comunidades locais e respeito às formas de vida das populações tradicionais.

Art. 4º No licenciamento ambiental de empreendimentos ou atividades causadores de poluição ou degradação do meio ambiente, exigir-se-á compatibilidade com as diretrizes estabelecidas pelo Zoneamento Ecológico-Econômico.

CAPÍTULO II  
**Do Plano de Gerenciamento  
da Floresta Amazônica**

Art. 5º Fica instituído o Plano de Gerenciamento da Floresta Amazônica, abrangendo toda a Amazônia Legal, com o objetivo de:

I – disciplinar o desenvolvimento socioeconômico;

II – impedir a exploração predatória e a degradação dos ecossistemas;

III – preservar amostras representativas da Floresta Amazônica;

VI – promover atividades que promovam o manejo florestal sustentável da Floresta Amazônica;

V – fomentar o desenvolvimento das comunidades locais por meio do uso sustentável dos recursos naturais e do manejo florestal sustentável;

VI – estimular a produção e a difusão de tecnologias relacionadas à conservação, à recuperação e ao manejo sustentável da Floresta Amazônica.

Art. 6º Compõem o Plano de Gerenciamento da Floresta Amazônica:

I – o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE);

II – os Programas de Ação e Gestão;

III – o Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente (SINIMA).

Parágrafo único. O Zoneamento Ecológico-Econômico e os Programas de Ação e Gestão serão elaborados e implantados com a participação da sociedade civil e de forma integrada entre os diversos órgãos das esferas federal, estadual e municipal.

Art. 7º A elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico abrangerá as seguintes etapas sucessivas:

I – levantamento dos meios físico-biótico e socioeconômico e dos aspectos jurídico-institucionais;

II – análise integrada e estabelecimento de unidades de zoneamento;

III – formulação de diretrizes gerais e específicas.



§ 1º Na elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico, entre outros aspectos, deverá ser considerada a ocorrência de:

I – áreas de especial importância a serem conservadas;

II – áreas críticas, submetidas ou em vias de serem submetidas a intensa pressão populacional ou econômica, nas quais se impõem a aplicação de medidas emergenciais para minimizar os impactos ao meio ambiente.

§ 2º O Zoneamento Ecológico-Econômico deverá ser revisto no mínimo a cada dez anos.

Art. 8º Os Programas de Ação e Gestão contemplarão, pelo menos:

I – a criação de unidades de conservação da natureza, em conformidade com a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000;

II – a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, conforme estipulado na Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006;

III – a fiscalização das Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal instituídas pelo Código Florestal (Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965);

IV – o manejo florestal sustentável;

V – o desenvolvimento da atividade turística;

VI – a conservação da flora e da fauna;

VII – o controle do desmatamento ilegal;

VIII – o controle da biopirataria e do tráfico ilegal de espécies da flora e da fauna;

IX – o controle das atividades mineradoras;

X – o desenvolvimento sustentável das comunidades tradicionais;

XI – a recuperação e o reflorestamento das áreas degradadas e desmatadas;

XII – a educação ambiental;

XIII – a pesquisa científica voltada para a conservação da natureza e para o manejo sustentável dos recursos naturais e dos recursos florestais.

Art. 9º O Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente (SINIMA) será estruturado e implantado de forma coordenada pelos órgãos ambientais federais, estaduais e municipais.

Parágrafo único. Os dados integrantes do Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente serão públicos e amplamente divulgados, nos termos da Lei nº 10.650, de 16 de abril de 2003.

Art. 10. Os Planos Diretores dos Municípios abrangidos pela definição de que trata o art. 2º, I, deverão ser compatibilizados com os dispositivos desta Lei.

### CAPÍTULO III

#### Dos Incentivos Econômicos

Art. 11. O Poder Público, sem prejuízo das obrigações estabelecidas na legislação ambiental, estimulará a proteção e o uso sustentável da Floresta Amazônica, por meio de incentivos econômicos, observadas as seguintes características da área beneficiada:

I – importância e representatividade dos ecossistemas;

II – existência de espécies da flora e da fauna ameaçadas de extinção;

III – valores paisagístico, estético e turístico;

IV – respeito às obrigações impostas pela legislação ambiental.

### CAPÍTULO IV

#### Do Fundo de Conservação da Floresta Amazônica

Art. 12. Fica instituído o Fundo de Conservação da Floresta Amazônica, com recursos provenientes de:

I – dotações orçamentárias da União;

II – doações, contribuições em dinheiro, valores, bens móveis e imóveis que venha a receber de pessoas físicas e jurídicas, nacionais ou internacionais;

III – rendimentos de qualquer natureza que venha a auferir como remuneração de aplicações de seu patrimônio;

IV – outros destinados por lei.

Art. 13. Na administração do Fundo de Conservação da Floresta Amazônica será assegurada a participação de representantes da sociedade civil.

Art. 14. Serão beneficiários dos financiamentos de que trata esta lei:

I – proprietários rurais, posseiros e comunidades locais que desenvolvam projetos voltados para a conservação, a restauração e o manejo sustentável da Floresta Amazônica;

II – organizações não-governamentais autorizadas, pelo órgão federal competente, para a execução de projetos de conservação e recuperação ambiental;

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

#### Justificação

A Assembléia Nacional Constituinte, na elaboração do Capítulo “Do Meio Ambiente” (Título VIII – Cap. VI) fez mais do que aprovar dispositivos inéditos em constituições brasileiras, tidos como exemplares em nível mundial. Inventariou, indiretamente, problemas ambientais críticos com os quais o País se defronta e que condicionam fortemente as potencialidades de desenvolvimento nacional.

À época, a percepção da importância socioeconômica da gestão ambiental era limitada; a maioria da sociedade ainda via a proteção dos recursos naturais como algo externo ao seu cotidiano, relacionada aos grandes ecossistemas, em especial às florestas tropicais e, particularmente, à Floresta Amazônica. Hoje, mais de quinze anos após a promulgação da Constituição Federal, a evolução do conhecimento sobre as interações entre ambiente natural, dinâmica social e economia faz com que o planejamento do uso dos recursos naturais e a minimização dos impactos ambientais sejam vistos, cada vez mais, como medidas estratégicas de primeira ordem, tanto para a elaboração de políticas públicas quanto para a implantação de empreendimentos privados.

Isso não quer dizer que tal processo ocorra da mesma maneira em todos os setores da vida nacional. Ao contrário, ele se dá de forma profundamente desigual. Se, de um lado, há uma vanguarda que percebe, inclusive, os benefícios econômicos de longo prazo advindos de cuidados básicos com a integridade do meio ambiente, ainda imperam, por outro, critérios de uso predatório dos recursos naturais, horizontes de curtíssimo prazo e desinformação sobre as consequências drásticas do desequilíbrio ecológico. Os resultados de tais procedimentos são nefastos e comprometem um dos grandes trunfos de que o País dispõe para uma inserção internacional qualificada: a sua inigualável biodiversidade.

Nesse sentido, pode-se afirmar que o Capítulo "Do Meio Ambiente" da Constituição ainda hiberna, no que diz respeito à defesa de ecossistemas brasileiros de importância planetária. No seu § 4º, cinco grandes biomas (Floresta Amazônica, Mata Atlântica, Serra do Mar, Pantanal Mato-Grossense e Zona Costeira), são declarados patrimônio nacional, determinando-se que sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

A regulamentação do art. 225, § 4º, da Constituição, no que diz respeito à Floresta Amazônica é, assim, objeto deste projeto de lei, observando-se as limitações constitucionais impostas às iniciativas legislativas oriundas do Congresso Nacional e levando em conta o caráter essencial e insubstituível dos Estados e dos Municípios da região – por meio de seus governos e suas populações – na definição, em sentido estrito, das ações necessárias ao cumprimento das diretrizes aqui estabelecidas,

A tarefa ora colocada é de grande complexidade, mas acreditamos que os dispositivos inseridos neste projeto de lei têm condições de ordenar e direcionar os esforços comuns. Para tanto, preocupamo-nos em

dotá-los de conceitos modernos, que traduzem a evolução das políticas ambientais no Brasil e no mundo e criam a base técnica necessária para a construção do entendimento social em torno de um dos grandes desafios nacionais que é a concretização de um processo de desenvolvimento sustentável na Amazônia. Pode-se mesmo afirmar que esta é a única saída econômica realmente viável para a região, visto que a percepção ilusória de ganhos advindos da exploração predatória levará a perdas de recursos naturais, cujo custo social, econômico e cultural, a médio e longo prazos, será infinitamente superior.

Pelos motivos aqui expostos, esperamos do Congresso Nacional, apoio e contribuições para o aperfeiçoamento do presente projeto de lei, pois estamos certos de que a urgência das medidas nele preconizadas é consensual e sensibiliza a todos.

Sala das Sessões, 4 de outubro de 2006. – Senador **Valdir Raupp**.

#### LEGISLAÇÃO CITADA

#### CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

#### TÍTULO VIII Da Ordem Social

#### CAPÍTULO VI Do Meio Ambiente

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

I – preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas; (Regulamento)

II – preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético; (Regulamento) (Regulamento)

III – definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção; (Regulamento)

IV – exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de sig-

nificativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade; (Regulamento)

V – controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente; (Regulamento)

VI – promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

VII – proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade. (Regulamento)

§ 2º Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

§ 4º A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal MatoGrossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização lar-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

§ 5º São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

§ 6º As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.

.....  
LEI Nº 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000

**Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.**

.....  
LEI Nº 11.284, DE 2 DE MARÇO DE 2006

**Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro – SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF; altera as Leis Nºs 10.683,**

**de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências.**

.....  
LEI Nº 4.771, DE 15 DE SETEMBRO DE 1965.

**Institui o novo Código Florestal.**

.....  
LEI Nº 10.650, DE 16 DE ABRIL DE 2003

**Dispõe sobre o acesso público aos dados e informações existentes nos órgãos e entidades integrantes do Sisnama.**

.....  
*(Às Comissões de Contituição, Justiça e Cidadania; de Assuntos Econômicos de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, cabendo à última a decisão terminativa.)*

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 269, DE 2006**

**Altera a Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da administração pública, para garantir a preservação de segredos científicos, tecnológicos, industriais ou estratégicos.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso XXVII do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 24. ....

XXVII – para fornecimento de bens e serviços, produzidos ou prestados no País, que envolvam alta complexidade tecnológica, defesa nacional e preservação de segredos científicos, tecnológicos, industriais ou estratégicos, mediante parecer de comissão especialmente designada pela autoridade máxima do órgão, com a garantia da preservação do sigilo necessário ao bem ou serviço adequado, nos termos da legislação que dispõe sobre a salvaguarda de dados, informações, documentos e materiais sigilosos de interesse da segurança da sociedade e do Estado.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

### Justificação

A aplicação da versão atual da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 cria dificuldades para o controle de sigilo tecnológico, científico, industrial ou estratégico nas contratações ou aquisições de bens, tecnologias e serviços de caráter sensível podendo comprometer a implementação da Resolução nº 1.540 (2004), de caráter mandatário, do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

A obrigatoriedade de realização de licitações públicas encontra seu imperativo legal no inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal de 1988, o qual ressalta que, ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública. A exigência de licitação, previamente à celebração das contratações públicas, possui basicamente duas finalidades, a saber: a) possibilitar aos entes públicos a realização do melhor negócio, conseguido pela competição instalada entre os participantes; e b) garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, que assegura ao administrador público a possibilidade de contratar com os licitantes, tratando isonomicamente todos os que afluírem ao certame, ensejando a oportunidades de disputa a todos os interessados na competição.

A Lei nº 8.666, de 1993, enumera, em seu art. 24, diversos casos para os quais são dispensáveis, cuidando, separadamente em seu art. 25, daqueles para os quais entende ser inviável a competição. Portanto, esses dois artigos englobam os casos em que é inexigível a realização de licitação.

Destacamos, para a proposta que ora apresentamos, o inciso IX do art. 24, da referida Lei, regulamentado pelo Decreto nº 2.295, de 4 de agosto de 1997, que estabelece que é dispensável a licitação quando houver possibilidade de comprometimento da segurança nacional, nos casos estabelecidos em decreto do Presidente da República, ouvido o Conselho de Defesa Nacional.

A aprovação da Resolução nº 1.540 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, de 28 de abril de 2004, que contou com o apoio do Brasil, estabeleceu para os países signatários medidas de verificação dos seus sistemas legais, visando à não-proliferação de Armas de Destruição em Massa (ADM) e ao combate ao terrorismo, com enfoque orientado aos atores não-estatais. A luz dessa Resolução, realizou-se um trabalho de avaliação de nossos instrumentos legais, o que levou à percepção de algumas deficiências e, até, à verificação de superposições de abrangências ou de responsabilidades.

Durante a execução de atividades de extensão junto a órgãos federais (Programa Nacional de Integração Estado-Empresa – PRONABENS) pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, em parceria com a Agência Brasileira de Inteligência, em atendimento ao parágrafo 8.d da referida Resolução nº 1.540, detectou-se, no que se refere à aplicação da Lei nº 8.666/93, que os casos abrangidos pelos incisos do art. 24 não se mostram suficientes para que dados sigilosos, de caráter tecnológico, científico, industrial ou estratégico sejam preservados. Esse fato, por outro lado, é comum na rotina de empresas estatais que atuam em áreas tecnológicas de importância estratégica para o País.

Por esse motivo, consideramos oportuna a alteração da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, ampliando a dispensa de licitação para casos que envolvam o comprometimento dos referidos sigilos, com a finalidade de proteger de maneira mais adequada questões de interesse da segurança e da competitividade tecnológica nacional, além de dificultar o acesso, por parte de atores não-estatais, a dados que possam viabilizar o desenvolvimento de ADM, fortalecendo as iniciativas nacionais de combate à proliferação, como previsto na Resolução nº 1.540.

Sala das Sessões, 4 de outubro de 2006. – Senador **Marcelo Crivella**.

### LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993

**Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.**

Art. 24. É dispensável a licitação:

I – para obras e serviços de engenharia de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea a, do inciso I do artigo anterior, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

II – para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea a, do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

III – nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem;

IV – nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

V – quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas;

VI – quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento;

VII – quando as propostas apresentadas consignarem preços manifestamente superiores aos praticados no mercado nacional, ou forem incompatíveis com os fixados pelos órgãos oficiais competentes, casos em que, observado o parágrafo único do art. 48 desta lei e, persistindo a situação, será admitida a adjudicação direta dos bens ou serviços, por valor não superior ao constante do registro de preços, ou dos serviços;

VIII – para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integre a Administração Pública e que tenha sido criado para esse fim específico em data anterior à vigência desta Lei, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

IX – quando houver possibilidade de comprometimento da segurança nacional, nos casos estabelecidos em decreto do Presidente da República, ouvido o Conselho de Defesa Nacional;

X – para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípua da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a

sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

XI – na contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento, em conseqüência de rescisão contratual, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido;

XII – nas compras de hortifrutigranjeiros, pão e outros gêneros perecíveis, no tempo necessário para

a realização dos processos licitatórios correspondentes, realizadas diretamente com base no preço do dia; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

XIII – na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

XIV – para a aquisição de bens ou serviços nos termos de acordo internacional específico aprovado pelo Congresso Nacional, quando as condições ofertadas forem manifestamente vantajosas para o Poder Público; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

XV – para a aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que compatíveis ou inerentes às finalidades do órgão ou entidade.

XVI – para a impressão dos diários oficiais, de formulários padronizados de uso da administração, e de edições técnicas oficiais, bem como para prestação de serviços de informática a pessoa jurídica de direito público interno, por órgãos ou entidades que integrem a Administração Pública, criados para esse fim específico; (Incluído nela Lei nº 8.883, de 1994)

XVII – para a aquisição de componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira, necessários à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia; (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

XVIII – nas compras ou contratações de serviços para o abastecimento de navios, embarcações, unidades aéreas ou tropas e seus meios de deslocamento quando em estada eventual de curta duração em portos, aeroportos ou localidades diferentes de suas sedes, por motivo de movimentação operacional ou de adestramento, quando a exigüidade dos prazos legais puder comprometer a normalidade e os propósitos das operações e desde que seu valor não exceda ao limite previsto na alínea a do inciso II do art. 23 desta Lei; (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

XIX – para as compras de material de uso pelas Forças Armadas, com exceção de materiais de uso pessoal e administrativo, quando houver necessidade de manter a padronização requerida pela estrutura de apoio logístico dos meios navais, aéreos e terrestres, mediante parecer de comissão instituída por decreto; (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

XX – na contratação de associação de portadores de deficiência física, sem fins lucrativos e de

comprovada idoneidade, por órgãos ou entidades da Administração Pública, para a prestação de serviços ou fornecimento de mão-de-obra, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado. (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

XXI – Para a aquisição de bens destinados exclusivamente a pesquisa científica e tecnológica com recursos concedidos pela Capes, Finep, CNPq ou outras instituições de fomento a pesquisa credenciadas pelo CNPq para esse fim específico. (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)

XXII – na contratação de fornecimento ou suprimento de energia elétrica e gás natural com concessionário, permissionário ou autorizado, segundo as normas da legislação específica; (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)

XXIII – na contratação realizada por empresa pública ou sociedade de economia mista com suas subsidiárias e controladas, para a aquisição ou alienação de bens, prestação ou obtenção de serviços, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado. (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)

XXIV – para a celebração de contratos de prestação de serviços com as organizações sociais, qualificadas no âmbito das respectivas esferas de governo, para atividades contempladas no contrato de gestão. (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)

XXV – na contratação realizada por Instituição Científica e Tecnológica – ICT ou por agência de fomento para a transferência de tecnologia e para o licenciamento de direito de uso ou de exploração de criação protegida. (Incluído pela Lei nº 10.973, de 2004)

XXVI – na celebração de contrato de programa com ente da Federação ou com entidade de sua administração indireta, para a prestação de serviços públicos de forma associada nos termos do autorizado em contrato de consórcio público ou em convênio de cooperação. (Incluído pela Lei nº 11.107, de 2005)

XXVII – para o fornecimento de bens e serviços, produzidos ou prestados no País, que envolvam, cumulativamente, alta complexidade tecnológica e defesa nacional, mediante parecer de comissão especialmente designada pela autoridade máxima do órgão. (Incluído pela Lei nº 11.196, de 2005)

Parágrafo único. Os percentuais referidos nos incisos I e II do **caput** deste artigo serão 20% (vinte por cento) para compras, obras e serviços contratados por consórcios públicos, sociedade de economia mista, empresa pública e por autarquia ou fundação qualificadas, na forma da lei, como Agências Executivas. (Redação dada pela Lei nº 11.107, de 2005)

.....  
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa)

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Ofício nº 613/2006

Brasília, 3 de outubro de 2006

Assunto: desligamento de membro para a Comissão de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Senhor Presidente,

Em resposta ao Of. Circular Pres. Nº 9/2006 da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, solicito o desligamento do Senhor Deputado Josué Bengtson (PTB-PA) na qualidade de Titular, da citada Comissão.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e elevada consideração.

Atenciosamente, – Deputado **José Múcio Monteiro**, Líder do PTB.

Ofício nº 614/2006

Brasília, 3 de outubro de 2006

Assunto: desligamento de membro para a Comissão de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Senhor Presidente,

Em resposta ao Of. Circular Pres. Nº 9/2006 da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, solicito o desligamento do Senhor Deputado Alceste Almeida (PTB-RR) na qualidade de Suplente, da citada Comissão.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e elevada consideração.

Atenciosamente, – Deputado **José Múcio Monteiro**, Líder do PTB.

Ofício Nº 615/2006

Brasília, 3 de outubro de 2006

Assunto: desligamento de membro para a Comissão de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Senhor Presidente,

Em resposta ao Of. Circular Pres. Nº 9/2006 da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, solicito o desligamento do Senhor Deputado Cleuber Carneiro (PTB-MG) na qualidade de Suplente, da citada Comissão.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e elevada consideração.

Atenciosamente, – **José Múcio Monteiro**, Líder do PTB.

Ofício Nº 616/2006

Brasília, 3 de outubro de 2006

Assunto: desligamento de membro para a Comissão de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Senhor Presidente,

Em resposta ao Of. Circular Pres. Nº 9/2006 da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, solicito o desligamento do Senhor Deputado Ricarte de Freitas (PTR-MT) na qualidade de Suplente, da citada Comissão.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e elevada consideração.

Atenciosamente, – Deputado **José Múcio Monteiro**, Líder do PTB

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Os ofícios que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 1.011, DE 2006**

Requeiro, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2006 que, “Institui a obrigatoriedade de incluir o quesito cor/raça nas fichas de matrícula e nos dados cadastrais das instituições de educação básica e superior, públicas ou privadas, em suas diversas modalidades de ensino seja encaminhado à Comissão de Educação para que esta se pronuncie sobre o mesmo.

Sala das Sessões, 4 de outubro de 2006. – Senador **Wellington Salgado de Oliveira**.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O requerimento que acaba de ser lido será publicado e, posteriormente, incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 255, II, c, 12, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, parecer que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **PARECER Nº 1.102, DE 2006**

**Da Comissão de Assuntos Econômicos sobre a Mensagem nº 226, de 2006 (nº 836/2006, na origem), do Presidente da República, que encaminha pleito do Estado do Pará, solicitando autorização do Senado Federal para que seja contratada operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado do Pará e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor total de**

**até US\$60.000.000,00 (sessenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), destinada ao financiamento parcial do Programa Pará Rural (Pará Integrated Rural Development Project).**

Relator: Senador César Borges

#### **I – Relatório**

É submetido à apreciação do Senado Federal pleito do Estado do Pará, por intermédio da Mensagem nº 226, de 2006, solicitando autorização para contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

As operações de crédito interno e externo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, estão sujeitas à observância e ao cumprimento das condições e exigências estipuladas pelas Resoluções nºs 96, de 1989, e 40 e 43, de 2001, do Senado Federal.

Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial Programa Pará Rural (Pará Integrated Rural Development Project).

Segundo informações contidas em parecer da Secretaria do Tesouro Nacional, o custo total do Programa está orçado em US\$100,0 milhões, financiado parcialmente com o presente empréstimo do BIRD, a ser desembolsado nos anos de 2007 a 2012, período esse previsto para a execução do Projeto, com a contrapartida de recursos do Estado, estimada no montante de até US\$40,0 milhões.

A operação de crédito externo pretendida já se acha com suas condições financeiras devidamente incluídas no Sistema de Registro de Operações Financeiras (ROF), do Banco Central do Brasil (BACEN), sob o número TA 389656. Dessa forma, a referida operação de crédito foi credenciada por intermédio da carta de credenciamento Decec/Diope/Suaut-2006/158, de 14 de agosto de 2006.

Ademais, as condições financeiras do empréstimo são as usualmente praticadas pelo BIRD, que, geralmente, se encontram em condições mais favoráveis do que as oferecidas pelas instituições privadas.

A presente operação de crédito com o BIRD se processará na modalidade de empréstimo com margem fixa (Fixed Spread Loan), na qual incidem juros vinculados à Libor de seis meses, mais despesas e margem fixa relativa à remuneração de seu capital ordinário.

De acordo com cálculos da Secretaria do Tesouro Nacional, o custo efetivo desse empréstimo deverá ser da ordem de 6,83% ao ano.

## II – Análise

A Secretaria do Tesouro Nacional emitiu pareceres favoráveis ao pleito e à concessão de garantia da União a essa operação de crédito externo.

Nos pareceres, são fornecidas informações acerca da situação do Estado do Pará no que diz respeito ao cumprimento das exigências e condições, de natureza financeira e processual, estipuladas na referida Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, bem como relativas às disposições constantes da Resolução nº 96, de 1989, que trata das premissas a serem observadas para que possa a União conceder garantias em operações de crédito.

Assim, para que possa ser concedida garantia da União, é necessário o cumprimento das seguintes condições:

- 1) oferecimento de contragarantias suficientes para o pagamento de qualquer desembolso que a União possa vir a fazer se chamada a honrar a garantia;
- 2) adimplência do tomador do empréstimo para com a União e com as entidades controladas pelo Poder Público Federal.

A Secretaria do Tesouro Nacional, de acordo com o Parecer GERFI/COREF/STN N° 557, de 28 de agosto de 2006, informa que consulta realizada por meio eletrônico, na presente data, não indicou a existência de débito em nome da Administração Direta do Estado do Pará com a União ou a suas entidades controladas.

Todavia, como ressaltado nesse Parecer, há registro de pendência do Estado do Pará, no âmbito do Siafi, relativamente à prestação de contas de recursos recebidos da União, o que, a princípio, caracterizaria descumprimento do disposto no § 2º do art. 40 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Entretanto, esse mesmo Parecer nos informa que foi concedida, pelo Supremo Tribunal Federal, liminar suspendendo a eficácia da inserção do Estado do Pará no Cadastro Único de Convênio.

Por outro lado, é de se destacar que há previsão do oferecimento de garantias da parte do Estado do Pará. Para tanto, é prevista a formalização de contrato entre o Estado e o Tesouro Nacional para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas a que se referem os arts. 157 e 159, complementadas pelas receitas tributárias de que trata o art. 155, nos termos do art. 167, § 4º, todos da Constituição Federal, e outras em direito admitidas.

Assim sendo, poderá o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados, diretamente das transferências federais ou das contas centralizadoras

da arrecadação do Estado. De acordo com estudo elaborado pela Coordenação-Geral de Relação e Análise Financeira dos Estados e Municípios da Secretaria do Tesouro Nacional (COREM/STN), o Estado encontra-se adimplente com os compromissos e metas contratuais assumidos com a União, conforme última avaliação efetuada para o exercício de 2004.

Entendemos, assim, como também é reconhecido pela própria STN, ser possível atender a esse pleito de garantia, pois (i) são consideradas suficientes e adequadas as contra garantias a serem prestadas, e (ii) o Estado do Pará conta com recursos suficientes, devidamente demonstrados, para o ressarcimento à União, caso essa venha a honrar compromisso na condição de garantidora da operação. Não são impostas, portanto, restrições à atual situação fiscal do Estado, nem são atribuídos ao Tesouro Nacional riscos superiores àqueles normalmente assumidos em operações já contratadas com agências oficiais de crédito.

Por outro lado, não há registro de compromissos honrados pela União em nome do Estado do Pará nos últimos anos.

Dessa forma, entendemos que estão sendo observadas as exigências definidas no § 9º do art. 3º da Resolução nº 96, de 1989.

Relativamente aos aspectos de natureza financeira, nos termos das condições e exigências definidas na Constituição Federal e nas Resoluções nºs 96, de 1989, e 43, de 2001, do Senado Federal, aplicáveis ao financiamento pretendido, cabem os seguintes esclarecimentos:

**a)** os limites de endividamento da União, estipulados na referida Resolução nº 96, de 1989, são atendidos, conforme informado no referido Parecer GERFI/COREF/STN nº 557, de 2006;

**b)** o Parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, PGN/COF/nº 1.840, de 18 de setembro de 2006, encaminhado ao Senado Federal, no exame das cláusulas da minuta contratual, conclui que elas são admissíveis e estão de acordo com a legislação brasileira aplicável à espécie, tendo sido observado o disposto no art. 5º da Resolução nº 96, de 1989, que veda disposição contratual de natureza política ou atentatória à soberania nacional e à ordem pública;

**c)** relativamente à exigência constitucional de que programas ou projetos constem do Plano Plurianual e da Lei Orçamentária Anual, é informado que os investimentos previstos no programa mencionado constam na Lei nº 6.796, de 16 de novembro de 2005, que dis-



põe sobre o Plano Plurianual Estadual, para o período 2004-2007, em que se inserem as ações do programa em exame.

Ainda de acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional, a Lei Estadual nº 6.806, de 29 de dezembro de 2005, que estima a receita e fixa a despesa do Estado da Pará para o exercício financeiro de 2006, contempla dotações caso a execução do projeto se desse no ano em curso.

Enfatiza, por outro lado, que constam da proposta orçamentária de 2007, de acordo com informações prestadas pela Secretaria Executiva de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças do Estado do Pará, dotações relativas ao ingresso de recursos externos, à contrapartida do Estado e para o pagamento de juros e demais serviços da dívida.

Como ressaltado pela STN, considerando as declarações apresentadas pelo Estado e o cronograma de utilização de recursos, entendemos que o mutuário disporá de dotações necessárias ao início da execução do programa.

**d)** os limites de endividamento do Estado do Pará, estipulados nas referidas Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, foram calculados e considerados atendidos, conforme demonstrado no referido Parecer COPEMISTN nº 192, de 28 de abril de 2006.

Dessa forma, como enfatizado no referido parecer, a operação de crédito em exame atende a todas as exigências previstas nos arts. 6º, 7º e 21 da Resolução nº 43, de 2006, do Senado Federal, observando, assim, aos limites de endividamento nela estabelecidos, assim como o previsto na Resolução nº 40, de 2001, também do Senado Federal.

Ressalte-se ainda que, de acordo com cálculos estimativos realizados pela Secretaria do Tesouro Nacional, a operação de crédito pretendida deverá implicar um custo efetivo equivalente a 6,83% a.a., constituindo-se em um indicativo aceitável para a contratação, considerando-se o custo médio atual de captação do Tesouro em dólar no mercado internacional.

As demais condições e exigências estipuladas pelas Resoluções nºs 96, de 1989, e 43, de 2001, do Senado Federal, são atendidas pelo Estado do Pará, conforme evidenciado mensagem em questão.

### III – Voto

Em conclusão, o pleito encaminhado pelo Estado do Pará encontra-se de acordo com o que preceituam as Resoluções nºs 96, de 1989, e 40 e 43, de 2001, do Senado Federal, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte:

## PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 53, DE 2006

**Autoriza o Estado do Pará a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US\$60,000,000.00 (sessenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado do Pará autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US\$60,000,000.00 (sessenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos advindos da operação de crédito referida no **caput** destinam-se ao financiamento parcial do Programa Pará Rural (Pará Integrated Rural Development Project).

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – *devedor*: Estado do Pará;

II – *credor*: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD);

III – *garantidor*: República Federativa do Brasil;

IV – *valor*: até US\$60.000.000,00 (sessenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

V – *prazo de desembolso*: até 30 de junho de 2013;

VI – *amortização*: em vinte e quatro parcelas semestrais e sucessivas, devendo a primeira prestação ser paga no dia 15 de maio de 2012 e a última até o dia 15 de novembro de 2023, correspondendo cada uma das vinte e três primeiras a 4,17% do valor desembolsado e a última a 4,09%;

VII – *juros*: exigidos semestralmente no dia 15 dos meses de maio e novembro de cada ano, a partir de 15 de novembro de 2006, e calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo a uma taxa anual composta pela Libor semestral para o dólar americano, acrescida de **spread** a ser definido pelo Bird a cada exercício fiscal e fixado na data de assinatura do contrato;

VIII – *comissão de compromisso*: até 0,85% ao ano, calculada sobre os saldos devedores não desembolsados, exigida juntamente com os juros, entrando em vigor sessenta dias após a assinatura do contrato, até o quarto ano de sua entrada em vigor, e 0,75% ao ano em diante;

IX – *comissão à vista (front-end-fee)*: 1,0% sobre o montante total do empréstimo, a ser debitada da conta do empréstimo na data em que o contrato entrar em efetividade.

Parágrafo único. As datas de pagamentos do principal e dos encargos financeiros, bem como dos desembolsos, poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

Art. 3º Fica a União autorizada a conceder garantia ao Estado do Pará na contratação da operação de crédito externo referida nesta Resolução.

Parágrafo único. O exercício da autorização prevista no **caput** fica condicionado a que o Estado do Pará celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas próprias de que trata o art. 155, e das cotas de repartição de receitas de que tratam os arts. 157 e

159, todos da Constituição Federal, e outras garantias em direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados, diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Estado ou das Transferências Federais.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir da vigência desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2007.

Sala da Comissão.

NAO TERMINATIVA

Fis. 487

**ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 03/10/06, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):**

**PRESIDENTE:** *Mu...*

**RELATOR(A):** *César Borges*

**Bloco da Minoria (PFL e PSDB)**

CÉSAR BORGES (PFL)	1-JOSÉ AGRIPINO (PFL)
EDISON LOBÃO (PFL)	2-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL)
JONAS PINHEIRO (PFL)	3-HERÁCLITO FORTES (PFL)
JORGE BORNHAUSEN (PFL)	4-DEMÓSTENES TORRES (PFL)
RODOLPHO TOURINHO (PFL)	5-JOSÉ JORGE (PFL)
ROMEU TUMA (PFL)	6-ROSEANA SARNEY (PFL)
AUR VIRGÍLIO (PSDB)	7-JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	8-ÁLVARO DIAS (PSDB)
LÚCIA VÂNIA (PSDB)	9-LEONEL PAVAN (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB)	10-FLEXA RIBEIRO (PSDB)
TASSO JEREISSATI (PSDB)	11-MARCOS GUERRA (PSDB)

**PMDB**

RAMEZ TEBET	1-ROMERO JUCÁ
LUIZ OTÁVIO	2-GEOVANI BORGES
GARIBALDI ALVES FILHO	3-WELLINGTON SALGADO
MÃO SANTA	4-PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5-MAGUITO VILELA
G. ERTO MESTRINHO	6-VAGO
VALDIR RAUPP	7-ALMEIDA LIMA
NEY SUASSUNA	8-LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB)*

**Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)**

ALOIZIO MERCADANTE (PT)	1-VAGO
ANA JÚLIA CAREPA (PT)	2-AELTON FREITAS (PL)
DELI SALVATTI (PT)	3-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
EDUARDO SUPLYCY (PT)	4-ROBERTO SATURNINO (PT)
FERNANDO BEZERRA (PTB)	5-FLÁVIO ARNS (PT)
JOÃO RIBEIRO (PL)	6-SIBÁ MACHADO (PT)
PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB)	7-SERYS SLHESSARENKO (PT)

**PDT**

OSMAR DIAS	1-JEFFERSON PÉRES
------------	-------------------

Vaga cedida pelo PMDB.

Atualizada em 26/09/2006

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O parecer que acaba de ser lido vai à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Foi encaminhado à publicação o **Parecer nº 1.102, de 2006**, da Comissão de Assuntos Econômicos, concluindo pela apresentação do **Projeto de Resolução nº 53, de 2006** (MSF 226/2006), que *autoriza o Estado do Pará a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até sessenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América.*

A proposição ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, f, do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Em cumprimento às recomendações constantes do **Relatório Final nº 3, de 2006-CN**, da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Correios, criada mediante o Requerimento nº 3, de 2005-CN, *destinada a investigar as causas e conseqüências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos*, a Presidência, no dia 11 de setembro último, expediu ofícios às autoridades citadas no referido Relatório, encaminhando-lhes um exemplar do referido documento.

Nos termos do art. 2º, caput e parágrafo único, da Lei nº 10.001, de 4 de setembro de 2000, fica aberto o prazo de trinta dias, a partir do recebimento do Relatório Final, para as providências previstas na referida lei.

É o seguinte o quadro-síntese dos ofícios expedidos:

**“CPMI DOS CORREIOS”  
(CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº 3, DE 2005-CN)**  
**QUADRO-SÍNTESE DOS EXPEDIENTES ENCAMINHADOS ÀS AUTORIDADES CITADAS NO RELATÓRIO FINAL Nº 3, DE 2006-CN, NOS TERMOS DO ART. 2º, CAPUTE E PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI Nº 10.001, DE 4 DE SETEMBRO DE 2000**

NÚMERO DO EXPEDIENTE	REMETENTE	DESTINATÁRIO	ASSUNTO	DATA DO RECEBIMENTO DO RELATÓRIO FINAL	RESPOSTA/PROVIDÊNCIAS INFORMADAS
1. Mensagem nº 222, de 11.9.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva	Encaminha o Relatório Final	13.09.06	
2. Ofício SF nº 1629, de 11.09.06	2º Secretário do SF Senador João Alberto Souza	Ministra Chete da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Vana Rousseff	Encaminha o Relatório Final	13.09.06	
3. Ofício SF nº 1630, de 11.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Ministro da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, Tarso Genro	Encaminha o Relatório Final	14.09.06	
4. Ofício SF nº 1631, de 11.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Guilherme Palmeiras,	Encaminha o Relatório Final	14.09.06	Informou providências tomadas (Aviso nº 1184-GP/TCU, de 19.09.06, recebido em 20.09.06)
5. Ofício SF nº 1632, de 11.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Procurador-Geral da República, Antônio Fernando Barros e Silva de Souza,	Encaminha o Relatório Final	14.09.06	
6. Ofício SF nº 1633, de 11.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Luiz Soares Dulci	Encaminha o Relatório Final	14.09.06	

NÚMERO DO EXPEDIENTE	REMETENTE	DESTINATÁRIO	ASSUNTO	DATA DO RECEBIMENTO DO RELATÓRIO FINAL	RESPOSTA/PROVIDÊNCIAS INFORMADAS
7. Ofício SF nº 1634, de 11.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Ministro de Estado das Comunicações, Hélio Costa	Encaminha o Relatório Final	14.09.06	
8. Ofício SF nº 1635, de 11.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan	Encaminha o Relatório Final	14.09.06	Informou providências adotadas (Aviso nº 123/GM-MDIC, de 03.10.06, e seu anexo, recebido em 03.10.06)
9. Ofício SF nº 1636, de 11.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Ministro de Estado da Fazenda, Guido Mantega	Encaminha o Relatório Final	14.09.06	
10. Ofício SF nº 1637, de 11.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Ministro de Estado da Justiça, Márcio Thomaz Bastos	Encaminha o Relatório Final	14.09.06	
11. Ofício SF nº 1638, de 11.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Ministro de Estado da Previdência Social, Nelson Machado	Encaminha o Relatório Final	14.09.06	
12. Ofício SF nº 1639, de 11.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Procuradora-Geral do Trabalho, Sandra Lia Simon	Encaminha o Relatório Final	14.09.06	Informou providências tomadas (Ofício nº 882/06-GAB, de 15.09.06, recebido em 19.09.06)
13. Ofício SF nº 1640, de 11.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho	Encaminha o Relatório Final	14.09.06	
14. Ofício SF nº 1641, de 11.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Comandante da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro-Ar Luiz Carlos da Silva Bueno	Encaminha o Relatório Final	14.09.06	

NÚMERO DO EXPEDIENTE	REMETENTE	DESTINATÁRIO	ASSUNTO	DATA DO RECEBIMENTO DO RELATÓRIO FINAL	RESPOSTA/PROVIDÊNCIAS INFORMADAS
15. Ofício SF nº 1642, de 11.09.06	Presidente do SF, Renan Calheiros	Presidente da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência do Congresso Nacional, Deputado Alceu Collares	Encaminha o Relatório Final	15.09.06	
16. Ofício SF nº 1643, de 11.09.06	Presidente do SF, Renan Calheiros	Ministro de Estado do Controle e Transparência, Jorge Hage Sobrinho	Encaminha o Relatório Final	14.09.06	
17. Ofício SF nº 1644, de 11.09.06	Presidente do SF, Renan Calheiros	Ministro de Estado da Defesa, Waldir Pires	Encaminha o Relatório Final	14.09.06	
18. Ofício SF nº 1645, de 11.09.06	Presidente do SF, Renan Calheiros	Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, Jorge Armando Felix	Encaminha o Relatório Final	14.09.06	
19. Ofício SF nº 1646, de 11.09.06	Presidente do SF, Renan Calheiros	Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Aldo Rebelo	Encaminha o Relatório Final	14.09.06	

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Em cumprimento às recomendações constantes do Relatório Final nº 4, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar de Inquérito da Emigração Ilegal, criada mediante o Requerimento nº 2, de 2005-CN, destinada a apurar os crimes e outros delitos penais e civis praticados com a emigração ilegal de brasileiros para os Estados Unidos e outros países e assegurar os direitos de cidadania aos brasileiros que vivem no exterior, a Presidência, no dia 14 de setembro último,

expediu ofícios às autoridades citadas no referido Relatório, encaminhando-lhes um exemplar do referido documento.

Nos termos do art. 2º, *caput* e parágrafo único, da Lei nº 10.001, de 4 de setembro de 2000, fica aberto o prazo de trinta dias, a partir do recebimento do Relatório Final, para as providências previstas na referida lei.

É o seguinte o quadro-síntese dos ofícios expedidos:

**“CPMI DA EMIGRAÇÃO ILEGAL”  
(CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº 2, DE 2005-CN)**

**QUADRO-SÍNTESE DOS EXPEDIENTES ENCAMINHADOS ÀS AUTORIDADES CITADAS NO RELATÓRIO FINAL Nº 4, DE 2006-CN, NOS TERMOS DO ART. 2º, CAPUTE E PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI Nº 10.001, DE 4 DE SETEMBRO DE 2000**

NUMERO DO EXPEDIENTE	REMETENTE	DESTINATÁRIO	ASSUNTO	DATA DO RECEBIMENTO DO RELATÓRIO FINAL	RESPOSTA/PROVIDÊNCIAS INFORMADAS
1.	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva	Encaminha o Relatório Final	19.09.06	
2.	Senador Geraldo Mesquita Júnior, no exercício da 1ª Secretaria do SF	Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Vana Rousseff	Encaminha o Relatório Final	19.09.06	
3.	Presidente do SF, Senador Aldo Rebelo	Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Aldo Rebelo	Encaminha o Relatório Final	03.10.06	
4.	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Procurador-Geral da República, Antonio Fernando Barros e Silva de Souza	Encaminha o Relatório Final	19.09.06	Informa providências adotadas (Ofício/PGR/GAB/Nº 1229, de 21.9.06, recebido em 22.09.06)
5.	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Ministro de Estado da Fazenda, Guido Mantega	Encaminha o Relatório Final	19.09.06	
6.	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Ministro de Estado da Justiça, Márcio Thomaz Bastos	Encaminha o Relatório Final	20.09.06	

	NÚMERO DO EXPEDIENTE	REMETENTE	DESTINATÁRIO	ASSUNTO	DATA DO RECEBIMENTO DO RELATÓRIO FINAL	RESPOSTA/PROVIDÊNCIAS INFORMADAS
7.	Ofício SF nº 1660, de 14.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Ministro de Estado das Comunicações, Hélio Costa	Encaminha o Relatório Final	19.09.06	
8.	Ofício SF nº 1661, de 14.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Ministro de Estado das Relações Exteriores, Celso Amorim	Encaminha o Relatório Final	19.09.06	
9.	Ofício SF nº 1662, de 14.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Ministra de Estado do Meio Ambiente, Marina Silva	Encaminha o Relatório Final	19.09.06	
10.	Ofício SF nº 1663, de 14.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo Silva	Encaminha o Relatório Final	19.09.06	
11.	Ofício SF nº 1664, de 14.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, Nilcéa Freire	Encaminha o Relatório Final	19.09.06	
12.	Ofício SF nº 1665, de 14.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Ministro de Estado do Turismo, Walfrido Silvano dos Mares Guia Neto	Encaminha o Relatório Final	20.09.06	

	NÚMERO DO EXPEDIENTE	REMETENTE	DESTINATÁRIO	ASSUNTO	DATA DO RECEBIMENTO DO RELATÓRIO FINAL	RESPOSTA/PROVIDÊNCIAS INFORMADAS
13.	Ofício SF nº 1666, de 14.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Marco Aurélio Mendes de Farias Mello	Encaminha o Relatório Final	19.09.06	
14.	Ofício SF nº 1667, de 14.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), José Miguel Insulza	Encaminha o Relatório Final		
15.	Ofício SF nº 1668, de 14.09.06	Senador Geraldo Mesquita Júnior, no exercício da 1ª Secretária do SF	Diretor-Presidente do SEBRAE, Paulo Tar- ciso Okamoto	Encaminha o Relatório Final		
16.	Ofício SF nº 1669, de 14.09.06	Senador Geraldo Mesquita Júnior, no exercício da 1ª Secretária do SF	Coordenadora- Residente das Na- ções Unidas no Brasil e Representante- Residente do PNUD Brasil, Kim Bolduc	Encaminha o Relatório Final		
17.	Ofício SF nº 1683, de 14.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Embaixador do Brasil no Reino Unido, José Maurício de Figueire- do Bustani	Encaminha o Relatório Final		
18.	Ofício SF nº 1684, de 14.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Embaixador do Brasil na Itália, Adhemar Gabriel Bahadian	Encaminha o Relatório Final		



	NÚMERO DO EXPEDIENTE	REMETENTE	DESTINATÁRIO	ASSUNTO	DATA DO RECEBIMENTO DO RELATÓRIO FINAL	RESPOSTA/PROVIDÊNCIAS INFORMADAS
19.	Ofício SF nº 1685, de 14.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Embaixador do Brasil na Espanha, José Viegas Filho	Encaminha o Relatório Final		
20.	Ofício SF nº 1686, de 14.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Embaixador do Brasil em Portugal, Antônio Paes de Andrade	Encaminha o Relatório Final		
21.	Ofício SF nº 1687, de 14.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Embaixador do Brasil no Paraguai, Valter Pely Moreira	Encaminha o Relatório Final		
22.	Ofício SF nº 1688, de 14.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Embaixador do Brasil no Japão, André Mattoso Maia Amado	Encaminha o Relatório Final		
23.	Ofício SF nº 1689, de 14.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Embaixador do Brasil no México, Ivan Oliveira Cannabrava	Encaminha o Relatório Final		
24.	Ofício SF nº 1690, de 14.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Embaixador do Brasil nos Estados Unidos da América, Roberto Pinto Ferreira Mameri Abdenur	Encaminha o Relatório Final		
25.	Ofício SF nº 1691, de 14.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Defensora Pública-Geral do Estado de MG, Marlene Oliveira Nery	Encaminha o Relatório Final		

	NUMERO DO EXPEDIENTE	REMETENTE	DESTINATÁRIO	ASSUNTO	DATA DO RECEBIMENTO DO RELATÓRIO FINAL	RESPOSTA/PROVIDÊNCIAS INFORMADAS
26.	Ofício SF nº 1692, de 14.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Defensor Público-Geral do Estado do RJ, Marcelo de Menezes Bustamante	Encaminha o Relatório Final		
27.	Ofício SF nº 1693, de 14.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Secretário de Direito, Justiça e Legislação do Estado do Paraná, Jair Ramos Braga	Encaminha o Relatório Final		
28.	Ofício SF nº 1694, de 14.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Defensora Pública-Geral do Estado do Rio Grande do Sul, Maria de Fátima Záchia Paludo	Encaminha o Relatório Final		
29.	Ofício SF nº 1695, de 14.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Defensor Público-Geral do Estado do Espírito Santo, Florivaldo Dutra Alves	Encaminha o Relatório Final		
30.	Ofício SF nº 1696, de 14.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Defensor Público-Geral da União, Eduardo Flores Vieira	Encaminha o Relatório Final	20.09.06	
31.	Ofício SF nº 1697, de 14.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, José Orcirio Miranda dos Santos	Encaminha o Relatório Final		
32.	Ofício SF nº 1698, de 14.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Governador do Estado de Goiás, Alcides Rodrigues	Encaminha o Relatório Final		

	NÚMERO DO EXPEDIENTE	REMETENTE	DESTINATÁRIO	ASSUNTO	DATA DO RECEBIMENTO DO RELATÓRIO FINAL	RESPOSTA/PROVIDÊNCIAS INFORMADAS
33.	Ofício SF nº 1699, de 14.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Governador do Estado de Tocantins, Marcelo Miranda	Encaminha o Relatório Final		
34.	Ofício SF nº 1700, de 14.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Governador do Estado de Sergipe, João Alves Filho	Encaminha o Relatório Final		
35.	Ofício SF nº 1701, de 14.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Governador do Estado de São Paulo, Cláudio Lembo	Encaminha o Relatório Final		
36.	Ofício SF nº 1702, de 14.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Governador do Estado de Santa Catarina, Eduardo Pinho Moreira	Encaminha o Relatório Final		
37.	Ofício SF nº 1703, de 14.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Governador do Estado de Roraima, Ottonmar de Sousa Pinto	Encaminha o Relatório Final		
38.	Ofício SF nº 1704, de 14.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Governador do Estado de Rondônia, Ivo Cassol	Encaminha o Relatório Final		
39.	Ofício SF nº 1705, de 14.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Germano Antônio Rigotto	Encaminha o Relatório Final		

NÚMERO DO EXPEDIENTE	REMETENTE	DESTINATÁRIO	ASSUNTO	DATA DO RECEBIMENTO DO RELATÓRIO FINAL	RESPOSTA/PROVIDÊNCIAS INFORMADAS
40. Ofício SF nº 1706, de 14.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Governador do Estado do Rio Grande do Norte, Wilma Maria de Faria	Encaminha o Relatório Final		
41. Ofício SF nº 1707, de 14.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Governador do Estado do Rio de Janeiro, Rosângela Garotinho Barros Assed Matthews de Oliveira	Encaminha o Relatório Final		
42. Ofício SF nº 1708, de 14.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Governador do Estado do Piauí, José Wellington Barroso de Araújo Dias	Encaminha o Relatório Final		
43. Ofício SF nº 1709, de 14.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Governador do Estado de Pernambuco, José Mendonça Bezerra Filho	Encaminha o Relatório Final		
44. Ofício SF nº 1710, de 14.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião de Mello e Silva	Encaminha o Relatório Final		
45. Ofício SF nº 1711, de 14.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Governador do Estado da Paraíba, Cássio Cunha Lima	Encaminha o Relatório Final		
46. Ofício SF nº 1712, de 14.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Governador do Estado do Pará, Simão Robson Oliveira Jatene	Encaminha o Relatório Final		

	NUMERO DO EXPEDIENTE	REMETENTE	DESTINATÁRIO	ASSUNTO	DATA DO RECEBIMENTO DO RELATÓRIO FINAL	RESPOSTA/PROVIDÊNCIAS INFORMADAS
47.	Ofício SF nº 1713, de 14.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Governador do Estado de Minas Gerais, Aécio Neves da Cunha	Encaminha o Relatório Final		
48.	Ofício SF nº 1714, de 14.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Governador do Estado do Mato Grosso, Blairo Borges Maggi	Encaminha o Relatório Final		
49.	Ofício SF nº 1715, de 14.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Governador do Estado do Maranhão, José Reinaldo Carneiro Tavares	Encaminha o Relatório Final		
50.	Ofício SF nº 1717, de 14.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Governador do Estado do Ceará, Lúcio Gonçalves de Alcântara	Encaminha o Relatório Final		
51.	Ofício SF nº 1718, de 14.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Governador do Estado da Bahia, Paulo Ganem Souto	Encaminha o Relatório Final		
52.	Ofício SF nº 1719, de 14.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Governador do Estado do Amazonas, Carlos Eduardo de Souza Braga	Encaminha o Relatório Final		
53.	Ofício SF nº 1720, de 14.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Governador do Estado do Amapá, Antônio Waldez Góes da Silva	Encaminha o Relatório Final		

NÚMERO DO EXPEDIENTE	REMETENTE	DESTINATÁRIO	ASSUNTO	DATA DO RECEBIMENTO DO RELATÓRIO FINAL	RESPOSTA/PROVIDÊNCIAS INFORMADAS
54. Ofício SF nº 1721, de 14.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Governador do Estado do Acre, Jorge Ney Viana Macedo Neves	Encaminha o Relatório Final		
55. Ofício SF nº 1722, de 14.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Governador do Estado de Alagoas, Luís Abílio de Sousa Neto	Encaminha o Relatório Final		
56. Ofício SF nº 1723, de 14.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Governador do Distrito Federal, Fábio Barcellos	Encaminha o Relatório Final	19.09.06	
57. Ofício SF nº 1724, de 14.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Governador do Estado do Espírito Santo, Paulo César Hartung Gomes	Encaminha o Relatório Final		

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Em cumprimento às recomendações constantes do Relatório Final nº 5, de 2006-CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Terra, criada por meio do Requerimento nº 13, de 2003, do Congresso Nacional, com o objetivo de realizar amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira, os processos de reforma agrária e urbana, os movimentos sociais de trabalhadores (que têm promovido ocupações de terra, áreas e edifícios privados e públicos, por vezes com violência), assim como os movimentos proprietários de terra (que, segundo divulga, têm se organizado para

impedir as ocupações, por vezes com violência), a Presidência, no dia 19 de setembro último, expediu ofícios às autoridades citadas no referido Relatório, encaminhando-lhes um exemplar do referido documento.

Nos termos do art. 2º, caput e parágrafo único, da Lei nº 10.001, de 4 de setembro de 2000, fica aberto o prazo de trinta dias, a partir do recebimento do Relatório Final, para as providências previstas na referida lei.

É o seguinte o quadro-síntese dos ofícios expedidos:

**“CPMI DA TERRA”  
(CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº 13, DE 2003-CN)**

**QUADRO-SÍNTESE DOS EXPEDIENTES ENCAMINHADOS ÀS AUTORIDADES CITADAS NO RELATÓRIO FINAL Nº 5, DE 2006-CN, NOS TERMOS DO ART. 2º, CAPUT E PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI Nº 10.001, DE 4 DE SETEMBRO DE 2000**

NUMERO DO EXPEDIENTE	REMETENTE	DESTINATÁRIO	ASSUNTO	DATA DO RECEBIMENTO DO RELATÓRIO FINAL	RESPOSTA/PROVIDÊNCIAS INFORMADAS
1	Mensagem nº 231, de 19.09.06 Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva	Encaminha o Relatório Final	25.09.06	
2	Ofício SF nº 1731, de 19.09.06 Senador Geraldo Mesquita Júnior, no exercício da 1ª Secretaria do SF	Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Vana Rousseff	Encaminha o Relatório Final	25.09.06	
3	Ofício SF nº 1732, de 19.09.06 Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Aldo Rebelo	Encaminha o Relatório Final	25.09.06	
4	Ofício SF nº 1733, de 19.09.06 Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Procurador-Geral da República, Antonio Fernando Barros e Silva de Souza	Encaminha o Relatório Final	26.09.06	Informa providências adotadas (Ofício PGR/GAB/Nº 1259, de 27.09.06, recebido em 27.09.06)
5	Ofício SF nº 1734, de 19.09.06 Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Ministro de Estado da Fazenda, Guido Mantega	Encaminha o Relatório Final	25.09.06	
6	Ofício SF nº 1735, de 19.09.06 Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Ministro de Estado da Justiça, Márcio Thomaz Bastos	Encaminha o Relatório Final	25.09.06	

	NUMERO DO EXPEDIENTE	REMETENTE	DESTINATÁRIO	ASSUNTO	DATA DO RECEBIMENTO DO RELATÓRIO FINAL	RESPOSTA/PROVIDÊNCIAS INFORMADAS
7	Ofício SF nº 1736, de 19.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel	Encaminha o Relatório Final	25.09.06	
8	Ofício SF nº 1737, de 19.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Ministra de Estado do Meio Ambiente, Mariana Silva	Encaminha o Relatório Final	25.09.06	
9	Ofício SF nº 1738, de 19.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, Jorge Armando Felix	Encaminha o Relatório Final	26.09.06	
10	Ofício SF nº 1739, de 19.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Ministro de Estado do Controle e da Transparência (CGU), Jorge Hage Sobrinho	Encaminha o Relatório Final	26.09.06	
11	Ofício SF nº 1740, de 19.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Guilherme Palmeira	Encaminha o Relatório Final	25.09.06	
12	Ofício SF nº 1741, de 19.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Comandante da Marinha, Almirante-de-Esquadra Roberto de Guimarães Carvalho	Encaminha o Relatório Final	25.09.06	
13	Ofício SF nº 1742, de 19.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Ministro de Estado da Defesa, Waldir Pires	Encaminha o Relatório Final	25.09.06	



	NUMERO DO EXPEDIENTE	REMETENTE	DESTINATÁRIO	ASSUNTO	DATA DO RECEBIMENTO DO RELATÓRIO FINAL	RESPOSTA/PROVIDÊNCIAS INFORMADAS
14	Ofício SF nº 1743, de 19.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Senadora Ideli Salvatti, relatora na CCJ	Encaminha o Relatório Final	25.09.06	
15	Ofício SF nº 1744, de 19.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Governador do Estado do Acre, Jorge Ney Viana Macedo Neves	Encaminha o Relatório Final		
16	Ofício SF nº 1745, de 19.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Governador do Estado de Alagoas, Luís Abílio de Sousa Neto	Encaminha o Relatório Final		
17	Ofício SF nº 1746, de 19.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Governador do Estado do Amapá, Antônio Waldez Góes da Silva	Encaminha o Relatório Final		
18	Ofício SF nº 1747, de 19.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Governador do Estado do Amazonas, Carlos Eduardo de Souza Braga	Encaminha o Relatório Final		
19	Ofício SF nº 1748, de 19.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Governador do Estado da Bahia, Paulo Ganem Souto	Encaminha o Relatório Final		
20	Ofício SF nº 1749, de 19.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Governador do Estado do Ceará, Lúcio Gonçalves de Alcântara	Encaminha o Relatório Final		
21	Ofício SF	Presidente do SF,	Governadora do Dis-	Encaminha o	25.09.06	

	NÚMERO DO EXPEDIENTE	REMETENTE	DESTINATÁRIO	ASSUNTO	DATA DO RECEBIMENTO DO RELATÓRIO FINAL	RESPOSTA/PROVIDÊNCIAS INFORMADAS
	nº 1750, de 19.09.06	Senador Renan Calheiros	trito Federal, Maria de Lourdes Abadia	Relatório Final		
22	Ofício SF nº 1751, de 19.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Governador do Estado do Espírito Santo, Paulo César Hartung Gomes	Encaminha o Relatório Final		
23	Ofício SF nº 1752, de 19.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Governador do Estado de Goiás, Alcides Rodrigues	Encaminha o Relatório Final		
24	Ofício SF nº 1753, de 19.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Governador do Estado do Maranhão, José Reinaldo Carneiro Tavares	Encaminha o Relatório Final		
25	Ofício SF nº 1754, de 19.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Governador do Estado do Mato Grosso, Blairo Borges Maggi	Encaminha o Relatório Final		
26	Ofício SF nº 1755, de 19.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, José Orcirio Miranda dos Santos	Encaminha o Relatório Final		
27	Ofício SF nº 1756, de 19.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Governador do Estado de Minas Gerais, Aécio Neves da Cunha	Encaminha o Relatório Final		
28	Ofício SF nº 1757,	Presidente do SF, Senador Renan	Governador do Estado do Pará, Simão	Encaminha o Relatório Final		

	NÚMERO DO EXPEDIENTE	REMETENTE	DESTINATÁRIO	ASSUNTO	DATA DO RECEBIMENTO DO RELATÓRIO FINAL	RESPOSTA/PROVIDÊNCIAS INFORMADAS
	de 19.09.06	Calheiros	Robson Oliveira Jate- ne			
29	Ofício SF nº 1758, de 19.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Governador do Estado da Paraíba, Cássio Cunha Lima	Encaminha o Relatório Final		
30	Ofício SF nº 1759, de 19.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião de Mello e Silva	Encaminha o Relatório Final		
31	Ofício SF nº 1760, de 19.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Governador do Estado de Pernambuco, José Mendonça Bezerra Filho	Encaminha o Relatório Final		
32	Ofício SF nº 1761, de 19.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Governador do Estado do Piauí, José Wellington Barroso de Araújo Dias	Encaminha o Relatório Final		
33	Ofício SF nº 1762, de 19.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Governador do Estado do Rio de Janeiro, Rosângela Garotinho Barros Assed Matheus de Oliveira	Encaminha o Relatório Final		
34	Ofício SF nº 1763, de 19.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Governadora do Estado do Rio Grande do Norte, Wilma Maria de Faria	Encaminha o Relatório Final		
35	Ofício SF nº 1764,	Presidente do SF, Senador Renan	Governador do Estado do Rio Grande do	Encaminha o Relatório Final		

	NÚMERO DO EXPEDIENTE	REMETENTE	DESTINATÁRIO	ASSUNTO	DATA DO RECEBIMENTO DO RELATÓRIO FINAL	RESPOSTA/PROVIDÊNCIAS INFORMADAS
	de 19.09.06	Calheiros	Sul, Germano Antônio Rigotto			
36	Ofício SF nº 1765, de 19.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Governador do Estado de Rondônia, Ivo Cassol	Encaminha o Relatório Final		
37	Ofício SF nº 1766, de 19.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Governador do Estado de Roraima, Ottonomar de Sousa Pinto	Encaminha o Relatório Final		
38	Ofício SF nº 1767, de 19.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Governador do Estado de Santa Catarina, Eduardo Pinho Moreira	Encaminha o Relatório Final		
39	Ofício SF nº 1768, de 19.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Governador do Estado de São Paulo, Cláudio Lembo	Encaminha o Relatório Final		
40	Ofício SF nº 1769, de 19.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Governador do Estado de Sergipe, João Alves Filho	Encaminha o Relatório Final		
41	Ofício SF nº 1770, de 19.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Governador do Estado de Tocantins, Marcelo Miranda	Encaminha o Relatório Final		
42	Ofício SF nº 1771, de	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Procurador-Geral de Justiça do Estado do Acre, Edmar Azevedo	Encaminha o Relatório Final		

	NÚMERO DO EXPEDIENTE	REMETENTE	DESTINATÁRIO	ASSUNTO	DATA DO RECEBIMENTO DO RELATÓRIO FINAL	RESPOSTA/PROVIDÊNCIAS INFORMADAS
	19.09.06		Monteiro Filho			
43	Ofício SF nº 1772, de 19.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Procurador-Geral de Justiça do Estado de Alagoas, Coaracy José Oliveira da Fonseca	Encaminha o Relatório Final		
44	Ofício SF nº 1773, de 19.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Procurador-Geral de Justiça do Estado do Amapá, Márcio Augusto Alves	Encaminha o Relatório Final		
45	Ofício SF nº 1774, de 19.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Procurador-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, Vicente Augusto Cruz Oliveira	Encaminha o Relatório Final		
46	Ofício SF nº 1775, de 19.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Procurador-Geral de Justiça do Estado da Bahia, Livaldo Realche Raimundo Brito	Encaminha o Relatório Final		
47	Ofício SF nº 1776, de 19.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Procurador-Geral de Justiça do Estado do Ceará, Manuel Lima Soares Filho	Encaminha o Relatório Final		
48	Ofício SF nº 1777, de 19.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Procurador-Geral de Justiça do Distrito Federal, Leonardo Azeredo Bandarra	Encaminha o Relatório Final	26.09.06	
49	Ofício SF nº 1778, de	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Procuradora-Geral de Justiça do Estado do Espírito Santo, Cata-	Encaminha o Relatório Final		

	NÚMERO DO EXPEDIENTE	REMETENTE	DESTINATÁRIO	ASSUNTO	DATA DO RECEBIMENTO DO RELATÓRIO FINAL	RESPOSTA/PROVIDÊNCIAS INFORMADAS
	19.09.06		rina Cecin Gazele			
50	Ofício SF nº 1779, de 19.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Procurador-Geral de Justiça do Estado de Goiás, Saulo de Castro Bezerra	Encaminha o Relatório Final		
51	Ofício SF nº 1780, de 19.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Procurador-Geral de Justiça do Estado do Maranhão, Francisco das Chagas Barros de Sousa	Encaminha o Relatório Final		
52	Ofício SF nº 1781, de 19.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Procurador-Geral de Justiça do Estado do Mato Grosso, Paulo Roberto Jorge do Prado	Encaminha o Relatório Final		
53	Ofício SF nº 1782, de 19.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Procuradora-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, Irma Vieira de Santana e Anzoategui	Encaminha o Relatório Final		
54	Ofício SF nº 1783, de 19.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Procurador-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, Jarbas Soares Júnior	Encaminha o Relatório Final		
55	Ofício SF nº 1784, de 19.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Procurador-Geral de Justiça do Estado do Pará, Francisco Barbosa de Oliveira	Encaminha o Relatório Final		
56	Ofício SF	Presidente do SF,	Procuradora-Geral de	Encaminha o		

	NÚMERO DO EXPEDIENTE	REMETENTE	DESTINATÁRIO	ASSUNTO	DATA DO RECEBIMENTO DO RELATÓRIO FINAL	RESPOSTA/PROVIDÊNCIAS INFORMADAS
	nº 1785, de 19.09.06	Senador Renan Calheiros	Justiça do Estado da Paraíba, Janete Maria Ismael da Costa Macedo	Relatório Final		
57	Ofício SF nº 1786, de 19.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Procurador-Geral de Justiça do Estado do Paraná, Milton Riquelme de Macedo	Encaminha o Relatório Final		
58	Ofício SF nº 1787, de 19.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Procurador-Geral de Justiça do Estado de Pernambuco, Francisco Sales de Albuquerque	Encaminha o Relatório Final		
59	Ofício SF nº 1788, de 19.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Procurador-Geral de Justiça do Estado do Piauí, Emir Martins Filho	Encaminha o Relatório Final		
60	Ofício SF nº 1789, de 19.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Marfan Martins Vieira	Encaminha o Relatório Final		
61	Ofício SF nº 1790, de 19.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte, José Alves da Silva	Encaminha o Relatório Final		
62	Ofício SF nº 1791, de 19.09.06	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, Roberto Bandeira Pe-	Encaminha o Relatório Final		

NÚMERO DO EXPEDIENTE	REMETENTE	DESTINATÁRIO	ASSUNTO	DATA DO RECEBIMENTO DO RELATÓRIO FINAL	RESPOSTA/PROVIDÊNCIAS INFORMADAS
63	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Procurador-Geral de Justiça do Estado de Rondônia, Abdiel Ramos Figueira	Encaminha o Relatório Final		
64	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Procurador-Geral de Justiça do Estado de Roraima, Edson Damas da Silveira	Encaminha o Relatório Final		
65	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Procurador-Geral de Justiça do Estado de Santa Catarina, Pedro Sérgio Steil	Encaminha o Relatório Final		
66	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Procurador-Geral de Justiça do Estado de São Paulo, Rodrigo César Rebello Pinho	Encaminha o Relatório Final		
67	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Procurador-Geral de Justiça do Estado de Sergipe, Luiz Valter Ribeiro Rosário	Encaminha o Relatório Final		
68	Presidente do SF, Senador Renan Calheiros	Procurador-Geral de Justiça do Estado de Tocantins, José Demóstenes de Abreu	Encaminha o Relatório Final		



**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, do PSDB do Pará.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de dez minutos.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, é com muita alegria que retorno a esta tribuna para falar por meio da TV Senado e da Rádio Senado com o meu Pará e com o Brasil.

Passado o primeiro turno das eleições, quero, nesta oportunidade, mandar um abraço e o agradecimento a todos os nossos amigos e companheiros do querido Estado do Pará que ajudaram na vitória do Governador Almir Gabriel, ex-Governador e futuro Governador, no primeiro turno em nosso Estado, com 44%, em números redondos, dos votos válidos. Isso nos dá a certeza de que, ao enfrentarmos o segundo turno, Senador João Alberto, que preside esta sessão, o povo do Pará levará à vitória consagradora o ex-Governador e futuro Governador Almir Gabriel, reconhecendo o trabalho desenvolvido pelo novo Pará, ao longo de praticamente 12 anos – dois mandatos de Almir Gabriel, de 1994 a 1998 e de 1998 a 2002, e o mandato do atual Governador Simão Jatene, de 2002 a 2006. Esses três mandatos, Senador Marcos Guerra, fizeram com que o Pará retomasse o caminho do desenvolvimento e a população paraense reconquistasse a sua auto-estima, porque, ao recebermos o Governo do Estado, em 1º de janeiro de 2005, Senador Eduardo Azeredo, o Pará era um Estado totalmente desorganizado, com as suas finanças destroçadas, sem crédito e, o que é pior, Senador João Alberto, sem projeto de futuro.

No primeiro Governo de Almir Gabriel, foram restaurados a moralidade em nosso Estado, o uso dos recursos públicos em benefício da população do Pará e a auto-estima do nosso Estado; foi retomado e iniciado um caminho de desenvolvimento para o nosso Estado, que denominamos de Novo Pará.

Restaurado esse equilíbrio econômico e financeiro do Estado, já no segundo Governo, houve investimentos vultosos em infra-estrutura, possibilitando ao Estado do Pará, já no Governo de Simão Jatene, caminhar rumo ao desenvolvimento dos municípios e do interior do nosso Estado. Esse projeto de Governo terá seqüência no novo mandato do Governador Almir Gabriel, investindo, como disse ele em sua campanha, recursos da ordem de R\$4 bilhões do Tesouro Nacional. Na área social, a grande parte desses recursos, em torno de R\$2 bilhões, fará com que a população de nosso Estado tenha, agora com mais qualidade, atendimento na área da saúde, da educação, da segurança e na geração de emprego e renda.

Não tenho dúvida, Senador João Alberto, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, de que o povo do Pará estará ao nosso lado, ao lado de Almir Gabriel e de Simão Jatene, ao lado das nossas lideranças para que cheguemos à grande vitória no segundo turno.

Quero também parabenizar todos os nossos companheiros, todos aqueles que tiveram sucesso nas eleições proporcionais e o novo Senador pelo Estado do Pará, Mário Couto, que se elegeu com quase 1,5 milhão de votos dos eleitores do Pará e faz parte do grupo de apoio dos Governadores Almir Gabriel e Simão Jatene.

Parabenizo os nossos Deputados Federais e Estaduais reeleitos e deixo um agradecimento àqueles companheiros que não tiveram sucesso na empreitada eleitoral deste ano em sua reeleição ou em uma primeira tentativa, na certeza de que o empenho de todos foi muito importante para que chegássemos ao resultado final vitorioso neste primeiro turno.

Senador João Alberto Souza, quero também dizer que o boletim da CNA – Confederação Nacional da Agricultura – anuncia aquilo que todos sabíamos que aconteceria pelo descaso do Governo Lula com o agronegócio. Senador João Ribeiro, V. Ex<sup>a</sup> é um empresário atuante nesse ramo. Para a nossa alegria, tem fazenda no nosso Estado, o Pará.

Farei uma leitura rápida do início da matéria do boletim. O PIB do agronegócio deverá cair R\$10,25 bilhões em 2006, diz a Confederação Nacional da Agricultura. A queda projetada de quase 2% no PIB do agronegócio para 2006 causará um impacto negativo de 0,4% do PIB nacional.

As projeções da CNA, Cpea, USP indicam uma redução de 1,91% no PIB do agronegócio brasileiro, caindo de R\$537,63 bilhões para R\$527,38 bilhões, o que representa uma retração de R\$10,25 bilhões na economia.

O PIB do agronegócio já representou mais de 30% do PIB nacional em 2003; essa participação, em 2006, deverá atingir 26,4 pontos percentuais.

Os números do valor bruto da produção confirmam a queda de 4,3 pontos percentuais na estimativa de faturamento dos produtores, apesar do aumento de 5,1 pontos percentuais da safra de grãos.

Isso quer dizer, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, Sr. Presidente, Senador João Alberto Souza, que se corre o risco de que o crescimento do PIB, anunciado pelo Governo Lula em valor próximo a 4% para este ano e já reduzido ao longo desse tempo para 3,09%, seja menor do que 3% ao final de 2006, Senador Marcos Guerra.

Já há analistas que comentam que o PIB deverá ficar próximo ao que foi no ano passado, percentual

que nos deu a vexatória posição de segundo menor crescimento na América Latina, perdendo somente para o Haiti. É isso que a população brasileira pretende mudar.

O Brasil tem de avançar no crescimento da produção e da geração de emprego e renda, algo que só se fará, aumentando-se a produção. Todos sabemos que não há outro caminho. Não é um programa necessário para a transferência de renda, como o Bolsa Família, que produzirá a geração de emprego, dando dignidade àqueles que, numa questão emergencial, precisam de atendimento. O Presidente Geraldo Alckmin já disse e repetiu que dará continuidade ao Bolsa Família, mas não deixará de trabalhar para que o Brasil cresça e gere emprego e renda, para que se dê dignidade aos assistidos emergencialmente.

Concedo um aparte ao Senador Marcos Guerra.

**O Sr. Marcos Guerra** (PSDB – ES) – Nobre Senador Flexa Ribeiro, V. Ex<sup>a</sup> fala do seu Estado, o Pará, e dos problemas do agronegócio. Realmente, em todo o País, pessoas ligadas a esse segmento estão passando por muitas dificuldades. V. Ex<sup>a</sup> também chama a atenção para praticamente todos os setores que empregam mão-de-obra de forma intensiva, como o agronegócio, a indústria têxtil, o setor calçadista, moveleiro, de vestuário, entre vários que poderia citar. V. Ex<sup>a</sup> participa da CNI, que recentemente fez uma pesquisa e constatou que, entre 26 segmentos industriais, somente cinco conseguiram crescer. Então, Senador, V. Ex<sup>a</sup> faz um alerta na tribuna do Senado. Realmente, a luz vermelha está acesa. Infelizmente, o Governo não fez um trabalho voltado para a geração de emprego. E chamo a atenção para que esse projeto da geração de emprego passe a constar na pauta do futuro Presidente da República, que acredito deva ser Geraldo Alckmin. Muito obrigado. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup> pelo pronunciamento.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Agradeço, nobre Senador Marcos Guerra, e, com muita honra, incorporo o aparte de V. Ex<sup>a</sup> ao meu pronunciamento.

V. Ex<sup>a</sup> lembrou um dado importante: os analistas da Confederação Nacional da Indústria (CNI) – fiz referência a isso há semanas – têm uma visão clara do quadro da economia industrial do nosso País e mostram que o crescimento que está ocorrendo é focado em alguns setores da indústria...

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – ... que estão crescendo em função muito mais do aquecimento da economia mundial, como é o caso da área mineiral, do que de ações internas do nosso País. E V. Ex<sup>a</sup>

citou importantes setores, como o calçadista, o têxtil, o do agronegócio e outros, que estão realmente em situação de grandes dificuldades.

Temos certeza absoluta de que o ano de 2007 vai ser de dificuldades, Senador João Alberto Souza, por tudo aquilo que não foi feito, nesses três últimos anos, em termos de desenvolvimento do Brasil, devido ao crescimento pífio da nossa economia e, mais do que isso, por não termos perspectiva de aumento da produção e da geração de emprego pela falta de ação do Governo nesse sentido.

Quero, Senador João Alberto, se V. Ex<sup>a</sup> me permitir, fazer um último registro que considero da maior importância para o Estado do Pará e para 20 outros Estados da Federação brasileira, como é o caso do Espírito Santo, do Senador Marcos Guerra, das Minas Gerais, do Senador Eduardo Azeredo, de São Paulo, do Senador Eduardo Suplicy. Refiro-me à transferência dos recursos da Lei Kandir pelo Governo Federal.

Senadora Ideli Salvatti, peço a V. Ex<sup>a</sup> que, como Líder do PT no Senado, empenhe-se no sentido de fazer com que o Presidente Lula cumpra o compromisso que assumiu com este Senado e com o Congresso Nacional, no gabinete do Presidente Renan Calheiros, de que, aprovado o Orçamento de 2006, os recursos da Lei Kandir seriam automaticamente repassados aos Estados. Com relação à parte referente ao fomento, havia a necessidade de se editar uma medida provisória, o que foi protelado ao longo de vários meses.

A medida provisória não foi editada pelo Governo Federal, que, agora, Senadora Ideli Salvatti, por intermédio do Dr. Bernardo Appy, Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, transfere ao Tribunal Superior Eleitoral a responsabilidade do não-cumprimento pelo Presidente Lula do acordo feito para a transferência dos recursos do fomento da Lei Kandir para os Estados brasileiros, dizendo que a edição da medida provisória que disciplinará os repasses de auxílio financeiro para o fomento das exportações previstas na lei orçamentária de 2006 não pode ser feita antes das eleições. Estamos consultando o Tribunal Superior Eleitoral, para saber se há fundamento nisso, porque, a nosso ver, o impeditivo é apenas para convênios, para transferências voluntárias, o que me parece não ser o caso da Lei Kandir.

Ontem, estive no gabinete do Presidente Renan Calheiros, entreguei a S. Ex<sup>a</sup> cópia desse documento e pedi seu empenho para que, junto ao TSE e ao Governo Federal, pudesse retirar as dúvidas que porventura possam existir, de tal forma que o Governo Federal cumpra o compromisso, que já é antigo e que não está sendo atendido desde os meses de julho e agosto, para que possamos realmente atender

21 Estados brasileiros. Não só o Pará, não só Minas Gerais, não só São Paulo, são 21 Estados brasileiros que necessitam dessa compensação pelas perdas de arrecadação nas exportações. Lamentavelmente, mais uma vez, o Governo Federal não cumpre seu compromisso.

Era o que eu tinha a relatar.

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Presidente João Alberto Souza.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Flexa Ribeiro.

Concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho, ex-Ministro de Minas e Energia, do PFL da Bahia, por permuta com o Senador Paulo Paim, sem prejuízo da ordem dos oradores.

V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra por dez minutos.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, inicialmente, quero agradecer ao Senador Paulo Paim a gentileza de ter feito uma permuta de horário, de forma a me propiciar falar desta tribuna hoje, sobretudo acerca das eleições ocorridas na Bahia.

Ganhar ou perder faz parte do jogo democrático – todos sabemos disso –, mas perder com a certeza do dever cumprido foi seguramente o que aconteceu na Bahia.

O Governador Paulo Souto deixará o Governo com excelentes índices de aprovação por parte da população, com o Estado crescendo duas vezes mais do que o Brasil há mais de três anos – e isso se repetirá este ano, pelo quarto ano consecutivo. O Estado tem crescido no agronegócio, ao contrário da tendência nacional; tem crescido, muitas vezes, mais do que no restante do País.

O Governador deu grande avanço na saúde, com ênfase na prevenção de doenças e na construção de unidades de referência no interior do Estado e na Capital, sendo que, na Capital, construiu a maior maternidade pública do Nordeste e um Instituto do Coração, algo genuinamente baiano, visando, outra vez, a atender aos menos favorecidos.

Também os indicadores sociais na Bahia melhoraram muito, de forma sistemática. Houve redução da mortalidade infantil; aumento da expectativa de vida, que, hoje, está dentro da média nacional; redução do analfabetismo e melhor distribuição de renda do Nordeste.

É importante frisar que a Bahia continua sendo um Estado fiscalmente ajustado. Isso se deu a partir de 1991, quando, aliás, nem se falava em Lei de Responsabilidade Fiscal. O mais importante é que, ao longo desse tempo, vem reduzindo a carga tributária estadual. O ICMS foi reduzido para produtos de cesta básica

e de medicamentos, visando a beneficiar a população mais carente do Estado, mas também foi reduzido e simplificado para o pequeno e microempresário e para segmentos da distribuição.

Ao longo de 16 anos, o PFL governou o Estado quando o povo baiano, em várias eleições, manifestou livremente sua vontade. Eleitos pelo povo democraticamente, durante todo esse tempo, os últimos governos mudaram a face do meu Estado. Deixam um Estado pujante industrialmente, que produzirá mais da metade dos pneus nacionais, mais da metade do papel e da celulose produzidos no País, mais da metade dos produtos petroquímicos, mais de 10% dos veículos de passeio, com um pólo calçadista importante, que gera mais de 30 mil empregos. Isso, entre outros avanços, foi feito no Estado, inclusive com a interiorização das indústrias.

Na agricultura, verificamos o crescimento do agronegócio, o aumento da produção de grãos, que, nos últimos dez anos, cresceu 150% e que hoje representa 5% de toda produção nacional. Esse grande desenvolvimento do oeste baiano já se verifica também em outras áreas, como em parte da Chapada Diamantina, onde se desenha também o futuro do Estado.

No turismo, o Estado mostra sua liderança, seu grande desempenho, e continuará criando empregos, certamente.

Por tudo isso, com certeza, um dia, a Bahia reconhecerá que não foi justa com o Governador Paulo Souto. Daqui para frente, com o novo Governo, os baianos terão de acompanhar de perto o cumprimento das promessas que foram feitas pelos adversários, que, aliás, têm a tradição de não se lembrarem daquilo que foi prometido em campanhas. Esse acompanhamento precisa ser feito de forma sistemática, simplesmente por uma razão: o povo não pode ser enganado.

Ao longo da campanha, muitas coisas foram colocadas nos programas de televisão dos nossos adversários que não correspondiam à realidade. Não creio que seja essa a melhor maneira de se tratar a população de um Estado. No futuro, tenho a certeza de que caberá, entre outras coisas, restabelecer a verdade. Muitas artimanhas ou inverdades foram colocadas, à nossa vista, nos programas de televisão, no programa eleitoral. Basta verificar as penalidades impostas pelo Tribunal Eleitoral, com perda de tempo no horário eleitoral gratuito, para que se verifique realmente que muita coisa que foi afirmada não era verdadeira.

Nesta análise que faço da eleição no meu Estado, digo que me sinto forte, com o gosto que determinados tipos de vitória despertam.

Por isso, subo hoje a esta tribuna, sobretudo, para agradecer a todos os que me acompanharam nesta eleição.

Agradeço aos meus companheiros Senadores, que, ao virem a público apontando e reconhecendo o trabalho que fizemos nesta Casa, independentemente de partidos ou de siglas de direita ou de esquerda, mostraram que o importante é manter aceso o desejo de construir o melhor para o Brasil. Essa, meus amigos, é e será sempre a nossa maior obrigação e contribuição para a República.

Quero agradecer também à minha Bancada e ao meu Partido o apoio que deles recebi. Testemunhei a luta diária na qual todos se empenharam igualmente: do Senador Antonio Carlos Magalhães, que, ao me lançar candidato, ao incentivar minha candidatura, acreditou em meu desempenho, estando sempre a meu lado; do Senador César Borges, ex-Governador do meu Estado, que foi um companheiro constante e viajante incansável; do Governador Paulo Souto, que, em todas as horas da campanha, mostrou seu apoio e disposição para a luta; dos inúmeros e incansáveis militantes, atentos ao trabalho de nos prover do que fosse possível no corre-corre que é estar numa campanha política decidido a mostrar o meu verdadeiro rosto para os eleitores baianos.

É muito importante para mim elogiar o empenho da minha equipe, de quem me acompanhou, citando-a como exemplo de trabalho. Nós partimos, Sr. Presidente, de 2% nas pesquisas, no início da campanha, para chegarmos ao fim dela, em pouco mais de um mês, com 35% da preferência popular, representando mais de um terço dos votos dos baianos.

Incansavelmente, todos dedicaram todas as horas de todos os dias em que foi necessário trabalhar. E foram necessárias muitas horas, em todos esses dias, fiquem certos.

Mas, principalmente, eu precisava aproveitar este momento para dedicar meu agradecimento especial a algumas pessoas. Não há palavras para falar das minhas agentes comunitárias de saúde, que cuidam da população mais carente deste País; dos aposentados que precisam manter seu poder aquisitivo ao longo de sua vida; das donas de casa que um dia poderão finalmente se aposentar; dos jovens que estão na Universidade por causa do Faz Universitário ou do aumento de vagas que introduzi no ProUni; dos artistas que acreditaram no Faz Cultura; do homem do interior que passou a ter energia elétrica na roça com o Luz do Campo; dos meus amigos da comunidade negra que têm esperança de ver aprovado o Estatuto da Igualdade Racial; de todas as mulheres que procurei valorizar por meio de tantos projetos de lei e de tanta atenção,

em especial as mulheres negras; dos prefeitos e vereadores, parceiros da nossa luta municipalista.

Queria, neste ponto, destacar alguns Municípios importantes que estiveram conosco, que nos deram uma votação estrondosa, como Planaltino, Cocos, Cordeiros, Formosa do Rio Preto, Mortugaba. Destaco também grandes Municípios, como Vitória da Conquista, terceira maior cidade do Estado; Itapetinga; o Município de Luís Eduardo Magalhães, um dos Municípios que mais cresce neste País. Ao destacar esses Municípios, destaco todo o trabalho que foi feito em meu Estado por muitos Prefeitos, Vice-Prefeitos, ex-Prefeitos e lideranças regionais.

Então, digo apenas que essas pessoas às quais me dediquei no Senado merecem, mais do que cada projeto de lei que fiz, meus sinceros agradecimentos pelos ensinamentos que cada um deles deixou em mim.

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Já termino, Sr. Presidente.

Para mim, no entanto, a coroação das idéias que desenvolvemos, a verdadeira vitória, foi a percepção de que meu trabalho fez mesmo diferença na vida das pessoas.

Quando vi nos olhos delas o significado que meu trabalho no Ministério de Minas e Energia teve em suas vidas e a influência que cada bom projeto que fazemos no Senado exerce sobre o futuro de cada família, percebi concretamente a importância de tudo – as minhas agentes de saúde tinham salvado a vida de muitos filhos, e muitos aposentados e donas de casa tinham voltado a ter esperança de conseguir uma vida melhor, com menos dificuldades, por causa de cada projeto que ajudei a escrever e que ajudei a defender nesta Casa.

Foi aí que me vi não apenas como um homem público – essa palavra às vezes se perde dentro do contexto da burocracia política brasileira –, mas também como um homem útil, o que me tornou melhor e mais maduro do que antes.

A mim foi permitido ver a serventia de cada lei que saiu das minhas mãos ou que ajudei a fazer se refletir nos olhos das pessoas. É por isso que saio melhor do que entrei, Senador César Borges, e sair melhor significa crescer, ganhar.

Na Bahia, tivemos uma boa batalha. Pode não ter dado para vencer essa eleição, mas deu para vencer todos os limites estabelecidos, todas as expectativas que tínhamos.

Com muito prazer, concedo um aparte ao Senador César Borges.

**O Sr. César Borges** (PFL – BA) – Senador Rodolpho Tourinho, é com muito orgulho e com muita satisfação pessoal que faço este aparte para parabenizá-lo pelo discurso correto que faz nesta tarde. Gostaria essencialmente de dizer que V. Ex<sup>a</sup> travou o bom combate. V. Ex<sup>a</sup> sai dessa campanha eleitoral vitorioso. V. Ex<sup>a</sup>, que nunca havia participado de uma campanha eleitoral diretamente como candidato, fez com que o eleitorado baiano lhe desse dois milhões de votos, uma votação expressiva em diversas e importantes cidades da Bahia. Além disso, quero dizer que V. Ex<sup>a</sup> faz justiça também ao grande Governador que a Bahia tem, o Governador Paulo Souto, eleito democraticamente duas vezes. Ganhar e perder na vida pública, política, faz parte do dia-a-dia de qualquer político; não há quem não tenha vitórias e derrotas nessa caminhada ao longo da vida pública. Entretanto, quando se perde com os melhores, perde-se satisfeito. Sinto-me extremamente orgulhoso, porque fiz a campanha de V. Ex<sup>a</sup> e a do Governador Paulo Souto e não tenho dúvida alguma de que temos os melhores nomes – disse isso durante a campanha e o reafirmo, ao mesmo tempo em que reitero meu respeito à vontade democrática do povo baiano. Refiro-me também com orgulho ao Governador Paulo Souto pelo trabalho realizado à frente do Governo da Bahia. Trata-se de homem sério, íntegro e trabalhador, que fez, por suas mãos honestas, uma campanha em que não recebeu nenhuma acusação do ponto de vista ético e moral. O mesmo posso dizer em relação a V. Ex<sup>a</sup>: nossos adversários, em momento algum, levantaram qualquer tipo de nódoa na vida pública e política de V. Ex<sup>a</sup>. Portanto, V. Ex<sup>a</sup> está de parabéns também pelo grande respeito de que goza entre seus Pares nesta Casa. Lamentavelmente, Senador Rodolpho Tourinho, quem perde com sua ausência nesta Casa é o próprio Parlamento brasileiro, porque há um reconhecimento de sua capacidade como Senador pelos projetos de sua autoria e por aqueles que V. Ex<sup>a</sup> relatou com muito brilho nesta Casa. Esse fato é reconhecido por todos, Oposição e Governo. O Senado sentirá sua ausência, e a Bahia mais ainda, pois tenho a certeza de que, tendo V. Ex<sup>a</sup> como Senador e homem público, teria o melhor. Não foi assim, porque o povo não quis. V. Ex<sup>a</sup> finaliza seu discurso dizendo que saíria desta Casa melhor. Tenha a certeza de que sairá daqui melhor não por uma apreciação pessoal sua, mas dos seus colegas, que, certamente, vêem V. Ex<sup>a</sup> como um homem competente e trabalhador, um grande Senador da República que honrou esta Casa. Muito obrigado pelo aparte que V. Ex<sup>a</sup> me permitiu fazer neste momento como um ardoroso combatente por sua candidatura.

**A Sr<sup>a</sup> Ideli Salvatti** (Bloco/PT – SC) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Pois não, Senadora Ideli.

**A Sr<sup>a</sup> Ideli Salvatti** (Bloco/PT – SC) – Antes de mais nada, quero dizer-lhe que faço com muita sinceridade este aparte. Comemorei a vitória de Jaques Wagner na Bahia – como acho que muitos petistas comemoraram –, e todos sabem disso. Comemorei, particularmente, porque havia algumas coisas emblemáticas nessa eleição, havia algumas situações nas quais efetivamente o resultado eleitoral teria um significado. Mas, da mesma forma como comemorei a vitória de Jaques Wagner – isso estava fora de todas as perspectivas, e, inclusive, o diagnóstico eleitoral era exatamente o inverso, pois dava vitória ao Governador Paulo Souto no primeiro turno e não, como aconteceu, a Jaques Wagner –, eu não poderia deixar de dar meu testemunho sobre V. Ex<sup>a</sup>. Este é o testemunho de uma pessoa que conviveu com V. Ex<sup>a</sup> ao longo desses quatro anos. Testemunho sua atividade, sua participação no debate e, principalmente, seu comportamento político propositivo, buscando sempre encontrar soluções, fazendo negociações, para que pudéssemos avançar nas votações e nos debates tanto nas Comissões quanto no plenário e nas relatorias de projetos importantes que V. Ex<sup>a</sup> comandou. Por tudo isso, eu não poderia deixar aqui de dar o testemunho do trabalho brilhante de V. Ex<sup>a</sup>. Ideologicamente, podemos ter posições diferenciadas, e as temos, mas a competência e a eficiência que V. Ex<sup>a</sup> sempre demonstrou ao longo do período em que tive oportunidade de conviver com V. Ex<sup>a</sup> não me permitiriam não fazer este registro público do reconhecimento de sua atuação parlamentar respeitosa e proveitosa para o País. Senador Tourinho, nunca devemos deixar de registrar aquilo que é sincero. Não faço elogios quando não os sinto, porque minha fisionomia demonstra sempre. É de coração que digo que perdemos um bom adversário no Senado, um adversário respeitoso e participativo, que, fazendo o bom combate, sempre buscou contribuir.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Muito obrigado, Senadora Ideli. Muito obrigado também, Sr. Senador César Borges, com cuja análise concordo inteiramente. Aliás, já tinha destacado aqui o trabalho de nosso Governador Paulo Souto, que muito fez por nosso Estado, que atuou com muita propriedade, sempre buscando escolher as prioridades para dar ao povo baiano aquilo que fosse melhor. Tenho certeza de que esse trabalho ele fez.

Concedo aparte ao Senador Eduardo Azeredo.

**O Sr. Eduardo Azeredo** (PSDB – MG) – Senador Rodolpho Tourinho, ainda faltam quatro meses para

a conclusão de seu mandato. Portanto, felizmente, ainda vamos ter sua companhia aqui durante quatro meses.

Mas, sem dúvida alguma, o Senado vai perder muito com a sua ausência, e vamos perder a sua amizade, a sua companhia, sempre fidalga e amiga. V. Ex<sup>a</sup> lembrou bem a sua atuação em alguns projetos, tais como o da aposentadoria para donas de casa, os ligados aos agentes de saúde, que foram projetos importantes. Ainda ontem, aprovamos o projeto que dispõe sobre o fato de a Receita restituir o Imposto de Renda até o fim do ano em que a declaração tenha sido apresentada. Todos esses são projetos de interesse público, o que sempre norteou o seu trabalho aqui durante esses quatro anos que convivemos. O resultado da eleição realmente faz com que a Bahia perca um representante da sua categoria, da sua qualidade, aqui no Senado. Junto com o Governador Paulo Souto, V. Ex<sup>as</sup> fizeram uma campanha bonita, uma campanha crescente e que saiu de patamares mínimos de lobo, de votação, para se chegar a uma votação muito expressiva e muito importante. Aliás, é sempre importante lembrar que, quando se tem uma decisão, deve-se sempre se respeitar aqueles que não votaram no mesmo sentido, que é uma parcela muito grande da população, mesmo quando há uma derrota. Mas quero, então, Senador Rodolpho Tourinho, cumprimentá-lo e lamentar que não continue conosco aqui no ano que vem, fazendo questão da sua presença aqui nos próximos quatro meses.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Muito obrigado, Senador Eduardo Azeredo.

Concedo, com muito prazer, um aparte ao Senador Mão Santa.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Rodolpho Tourinho, quero apenas dar o testemunho de que, quando governei o Piauí, V. Ex<sup>a</sup> era Ministro, e um Ministro extraordinário, muito competente e dedicado. Então, não foi surpresa para mim a sua atuação durante esses quatro anos. Coincidentemente, fazíamos parte da Comissão de Assuntos Econômicos; onde ninguém o excedeu em competência, em dedicação, em amor à prática para as melhores soluções. Eu quero dizer aqui – está ali o Rui Barbosa – que tenho a minha desconfiança se em tão pouco tempo ele teria sido tão brilhante como V. Ex<sup>a</sup>: Rui Barbosa passou 32 anos no Senado; V. Ex<sup>a</sup>, quatro anos. Eu quero crer que a Bahia mantém, então, o patrono do nosso Senado, Rui Barbosa, que teve 32 anos de admiração de todo o País na sua constituição democrática, lembrando que ele teve algumas derrotas políticas, mas nunca perdeu a vergonha e a dignidade. E vemos V. Ex<sup>a</sup> representar com muita competência a gente do

Nordeste e da Bahia. Portanto, penso que ninguém, em tão pouco tempo, fez tanta coisa por este Senado da República como V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Concedo, com muito prazer, o aparte ao Senador Paulo Paim.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – Senador Rodolpho Tourinho, quero ser muito rápido, porque sei que aqui dezenas de Senadores – não só hoje, mas em outros dias – farão a homenagem devida a V. Ex<sup>a</sup>. Mas quero lhe dizer que, quando cheguei à Casa, no primeiro e no segundo ano, fiz uma pergunta ao Governo – V. Ex<sup>a</sup> é um parlamentar de Oposição. Perguntei ao Líder do Governo por que V. Ex<sup>a</sup> relatava os principais projetos de interesse do Governo. A resposta que ouvi: competência, capacidade, honestidade e seriedade. V. Ex<sup>a</sup>, sem sombra de dúvida – e não fiz pesquisa –, deve ter sido o Senador que mais recebeu relatórios do Governo para fazer. Por isso tudo, Senador Rodolpho Tourinho, eu também poderia dar um testemunho de iniciativas nossas: o Estatuto da Desigualdade Racial, que V. Ex<sup>a</sup> relatou e aprovou; está na Câmara dos Deputados. Em relação a uma outra política de lei combate aos preconceitos, V. Ex<sup>a</sup> construiu uma alternativa e ainda me perguntava – olha a sua humildade; para mim só os grandes homens são humildes, quem não é humilde não é coisa alguma –: “Paim, posso fazer o substitutivo, já que acho que dá para avançar um pouco mais?” V. Ex<sup>a</sup> elaborou o substitutivo e sempre dizia: “O autor é o Senador; eu construí o substitutivo”. Eu poderia falar aqui do Estatuto de Igualdade Racial, da política de combate aos preconceitos, do PL 58, que beneficia os aposentados e pensionistas, poderia falar de hoje de manhã, pois, para votar o relatório da Comissão Mista, de Deputados e Senadores, precisava de V. Ex<sup>a</sup>, que, de pronto, se desloca de seu gabinete, vai à Comissão para dar o seu voto a favor do trabalhador, dos aposentados, do fim do fator, de uma política permanente de recuperação para os aposentados e pensionistas. Só vou encerrar, pois não tenho mais meia hora para falar: não conheço o Senador que a Bahia elegeu, mas respeito porque faz parte do processo democrático. No entanto, o Senado e o Brasil, sem dúvida, perderam um grande Senador. Só posso acreditar que a Bahia o quer de volta muito rapidamente e, por isso, acabou pedindo que V. Ex<sup>a</sup> voltasse. Apreendi aqui a respeitá-lo muito. Quero deixar este depoimento, e V. Ex<sup>a</sup> sabe por muito que falamos, que é com muita sinceridade. Eu poderia aqui continuar a falar muito desse Senador, Senador Ramez Tebet, porém encerro dizendo a V. Ex<sup>a</sup>, Sena-

dor Rodolpho Tourinho: parabéns. É bom que o Brasil tenha homens como V. Ex<sup>a</sup>. Um abraço.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

Senador Ramez Tebet.

Estamos sem som, Senador.

**O Sr. Ramez Tebet** (PMDB – MS) – Ontem, eu afirmei daquela tribuna que não sou um homem afeito a despedidas, porque acho que despedida dói no coração, compunge os corações dos seres humanos. Mas sou um homem com elevado espírito de justiça, e V. Ex<sup>a</sup> não tenha dúvida disso. Quando faço um elogio, faço-o porque acredito naquilo que estou falando e acredito que a pessoa sobre quem estou falando é merecedora daquilo. Eu me recordo que ontem, ao me referir a V. Ex<sup>a</sup>, disse: “o grande Relator desta Casa”, e é assim que o vejo. Estou sucedendo, no meu aparte, o Senador Paulo Paim, que apontou, como a Casa aponta, os vários projetos em que V. Ex<sup>a</sup> se destacou, sem nunca indagar a marca, a origem, a etiqueta, o selo dos projetos que relatou. V. Ex<sup>a</sup> sempre procedeu assim: tem a marca do Brasil, tem a marca do povo brasileiro, não só do povo da Bahia. Foi assim que V. Ex<sup>a</sup> não segurou projetos do Governo, mas procurou aprimorá-los. Foi assim que V. Ex<sup>a</sup> sempre procurou agir diante daqueles que demonstravam interesse pelos projetos que estavam sob sua responsabilidade, fossem de sua iniciativa ou da Relatoria. De sorte que quero continuar me expressando sempre da forma como estou falando e não da undécima hora, porque entendo que a maior paga que um homem público pode ter é a recompensa do seu povo, é a certeza do dever cumprido, e isso V. Ex<sup>a</sup> tem dentro do seu coração e dentro dos corações de todos aqueles que conviveram, convivem e ainda vão conviver por algum tempo com V. Ex<sup>a</sup> aqui nesta Casa, sempre auferindo da nossa parte os grandes ensinamentos com que tem norteados a sua conduta. Queira receber, portanto, os meus cumprimentos. Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Obrigado, Senador Ramez Tebet.

Concedo o aparte ao Senador Eduardo Suplicy.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Senador Rodolpho Tourinho, quero expressar o meu respeito a V. Ex<sup>a</sup>, dar o meu testemunho da forma tão dedicada com que abraçou projetos complexos sob sua relatoria, dando uma contribuição do mais alto nível a todos nós. Agradeço-lhe também pelo respeito que sempre teve para comigo, fazendo com que aqui, no Senado, tivéssemos uma convivência muito construtiva em defesa do interesse público. V. Ex<sup>a</sup> sabe, estive apoiando o ex-Ministro, companheiro Jacques Wagner, que conseguiu ser eleito Governador na Bahia. Não pude

acompanhar tão de perto a disputa eleitoral para o Senado naquele Estado, mas tenho certeza de que ali V. Ex<sup>a</sup> procurou dizer das coisas positivas que aqui realizou como nosso colega no Senado. Agradeço-lhe pelo aparte e o cumprimento pela maneira como se portou aqui, representando a Bahia.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Concedo um aparte ao Senador Ney Suassuna, com muito prazer.

**O Sr. Ney Suassuna** (PMDB – PB) – Nobre Senador Rodolpho Tourinho, tive a honra de conviver com V. Ex<sup>a</sup> por esses oito anos. Em várias vezes, tivemos projetos concomitantes, correlatos, e admirei sempre a lisura de V. Ex<sup>a</sup>, inclusive não deixando politizar assuntos técnicos – isso jamais vou esquecer. Quero deixar o registro da minha alegria de ter sido contemporâneo de V. Ex<sup>a</sup>, nesses oito anos.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Muito obrigado, Senador Ney Suassuna.

Concedo, com muito prazer, um aparte ao Senador Alvaro Dias.

**O Sr. Alvaro Dias** (PSDB – PR) – Senador Rodolpho Tourinho, também registro minha homenagem a V. Ex<sup>a</sup> e destaco a admiração que tenho pela qualificação técnica demonstrada durante o seu mandato. V. Ex<sup>a</sup> é um dos Senadores necessários, porque qualifica o debate com eficiência técnica e busca o aprimoramento das propostas que surgem no Congresso Nacional. Quantas vezes V. Ex<sup>a</sup> corrigiu equívocos, avançou em matérias importantíssimas para o País. Essa qualificação técnica é indispensável no Senado Federal, e V. Ex<sup>a</sup> é um daqueles Senadores que, lamentavelmente, farão muita falta nesse período de ausência. Certamente a Bahia o reconduzirá a esta Casa ou a outra função pública, porque V. Ex<sup>a</sup> é uma figura pública necessária, sobretudo num país como o nosso, onde a qualificação, a decência, a honradez, a dignidade são produtos em falta nas prateleiras da política nacional. V. Ex<sup>a</sup> cumpriu o seu dever de forma exemplar. Um abraço a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias.

Concedo, com muito prazer, um aparte ao Senador Artur Virgílio.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Senador Rodolpho Tourinho, ainda há pouco, eu conversava com o Senador Antonio Carlos, que dizia da bravura, da persistência, da pertinácia de V. Ex<sup>a</sup> e de como V. Ex<sup>a</sup> soube crescer na eleição nas condições que lhe eram dadas, e falava isso em tom de muita admiração. Mas o fato eleitoral é assim mesmo. V. Ex<sup>a</sup> ainda não se despede, porque tem meses preciosos que se sucederão à eleição de 29 de outubro, e até feverei-

ro do ano que vem não poderemos prescindir do seu aconselhamento e da sua sabedoria. V. Ex<sup>a</sup>, junto com o Senador Tasso Jereissati, foi o motor da constituição de alguns projetos relevantes como as PPP e a reforma tributária, que acabou empacando na Câmara. Tenho por V. Ex<sup>a</sup> uma admiração muito profunda, um apego pessoal grande e uma admiração intelectual profunda, tanto que não é raro V. Ex<sup>a</sup> me aconselhar a respeito de temas técnicos. Basta chegar aquele *paper* no meu gabinete e, a partir daí, elaboro o meu próprio discurso, toda vez que enveredamos, por exemplo, pelo terreno da economia tributária. É assim que tenho me portado. Devo dar esse testemunho de público. Mas eleição é isto: não quer dizer que as portas se fechem; não quer dizer que V. Ex<sup>a</sup> não retorne à vida pública pelo viés do voto; não quer dizer que V. Ex<sup>a</sup> não retorne ao Ministério. V. Ex<sup>a</sup> que ocupou, com tanto brilho, o Ministério das Minas e Energia no Governo passado. Eu próprio acabei de disputar uma eleição. Não entrei achando que iria ganhar; sabia que iria perder. Meus adversários tinham 77% das preferências na pesquisa espontânea. Quando estimulava, aí é que eles tinham mais mesmo. Peguei uma cristalização muito grande. Uma pessoa que tivesse medo de assumir suas responsabilidades, que vivesse da flauta política – e não é esse o meu objetivo –, não teria entrado, porque eu não tinha necessidade nenhuma de entrar. Entrei sabendo que iria perder; entrei sabendo que não quebrava a polarização; entrei para fazer o que fiz: uma campanha limpa, propositiva, que deixaria um conceito – e esse conceito ficou – de que era possível fazer algo melhor do que há 24 anos se faz no Estado do Amazonas. Portanto, estou aqui superfeliz, superleve. E, por uma questão do destino, não estou deixando o Senado agora. Se o meu mandato estivesse no fim, eu estaria deixando o Senado agora, porque eu também, eu próprio, acabei de perder uma eleição no meu Estado. V. Ex<sup>a</sup> disputou, porque teve de disputar; e eu disputei, porque tive de disputar. Portanto, não quero olhar este momento com nenhuma tristeza, embora V. Ex<sup>a</sup> fará muita falta nesta Casa no ano que vem. Muita falta, mais do que a gente possa supor no emocionalismo do hoje. Quero avisá-lo de antemão que, seja qual for o resultado da eleição presidencial, V. Ex<sup>a</sup> será chamado e utilizado por este País – quem sabe, nos primeiríssimos escalões? De outra hipótese, no mínimo, este seu amigo e admirador estará lhe telefonando para pedir os conselhos que sempre me orientaram todas as vezes que discutimos economia tributária. Deixo-lhe um abraço afetuoso, insistindo que não se trata de uma despedida; ainda falta muito tempo. Não é a despedida de V. Ex<sup>a</sup> da política ou da vida pública, porque ela não pode prescindir de um quadro do seu preparo, do seu talento e da sua compostura. Vi tudo isso em V. Ex<sup>a</sup> ao longo desses quatro anos em que convivemos lado a lado, dia a dia, neste Senado.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Muito obrigado, Senador Arthur Virgílio.

Sr. Presidente, agradeço-lhe pela tolerância, mas, antes de encerrar, concedo um aparte ao Senador Sibá Machado.

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – Senador Rodolpho Tourinho, tive oportunidade de conhecê-lo quando V. Ex<sup>a</sup> era Ministro das Minas e Energia. Lembrome de que, no momento em que foi ao nosso Estado, lançou um programa de energia elétrica para o setor rural, e o Governador, impactado com aquela medida, presenteou V. Ex<sup>a</sup> dando-lhe simbolicamente uma das casas de morador da nossa floresta, de seringueiro. Para nós, este é o efeito da democracia; nós nos submetemos à vontade popular. O importante disso tudo é sair de um mandato como este ciente de haver cumprido a missão de ter qualificado muitas coisas neste Senado. Foi um grande aprendizado a oportunidade de conviver com V. Ex<sup>a</sup> durante esses anos. Portanto, fica aqui a palavra de agradecimento desse convívio, de uma pessoa que aprendeu muito com V. Ex<sup>a</sup>. Parabéns! E, é claro, esperamos poder contar com V. Ex<sup>a</sup>, o mais breve possível, de volta a esta Casa.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Muito obrigado, Senador Sibá Machado, guardo bem na lembrança o lançamento do programa Luz no Campo, no Acre, importante para tudo que aconteceu. Só na Bahia, foram cento e quarenta mil ligações devido ao Programa, e, seguramente, duzentos e cinquenta mil ligações já foram feitas no meu Estado. Isso é importante. Mas guardo na lembrança, com muita satisfação, a festa feita no Acre – na verdade, a festa da democracia, tenho certeza. É por isso também que, de alguma forma, Sr. Presidente, o gosto que me vem um pouco à boca agora é de vitória. E a palavra que quero usar aqui, Sr. Presidente, é a palavra agradecimento. Aliás, digo mais: nunca vi sentido na vida pública se ela não servisse para melhorar a vida das pessoas, para ajudar a vida das pessoas. Hoje, o que posso dizer neste momento da história do meu País é que consegui, de alguma forma, fazer alguma diferença.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador Rodolpho Tourinho, ouvi os Srs. Senadores falarem a respeito de V. Ex<sup>a</sup>, que é um querido Senador. Tenho de dizer que o Brasil sentirá muito a falta de V. Ex<sup>a</sup> no Senado Federal. V. Ex<sup>a</sup> tem a cabeça erguida, é um excelente Senador, trabalhador, sério e com muita vontade de acertar. A Bahia e o Brasil perdem muito com a ausência de V. Ex<sup>a</sup> no Senado Federal. Tenha a certeza disso.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Muito obrigado.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra pela ordem.



**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a respeito de tema de enorme importância não apenas para a Amazônia, mas também para o País, estou apresentando requerimento de informações ao Ministro das Relações Exteriores acerca de pretense projeto do governo inglês de internacionalização da Amazônia.

Requeiro, de acordo com o art. 216 do Regimento Interno, combinado com o que dispõe o art. 50, §2º, da Constituição Federal, e considerando a competência fiscalizadora do Congresso Nacional, que sejam solicitadas ao Exmº Sr. Ministro das Relações Exteriores informações do governo britânico sobre noticiário publicado no jornal **Folha de S. Paulo** dando conta de suposto projeto da Secretaria de Meio Ambiente daquele país para transformar a Amazônia em área privatizada internacional sob a administração de um grande consórcio econômico.

Indaga-se:

1. O Ministério das Relações Exteriores tem conhecimento desse pretense projeto que, segundo a mesma notícia, teria o aval do Primeiro Ministro britânico Tony Blair?

Justificativa.

O jornal **Folha de S. Paulo** publica, em sua edição de 02 de outubro de 2006, matéria informando que o governo britânico estaria apoiando projeto divulgado no México pelo Secretário de Meio Ambiente do Reino Unido, David Miliband, destinado a internacionalizar, com privatização, uma grande área da floresta amazônica. Do evento para lançar o projeto teriam participado representantes “dos governos dos países mais poluidores do mundo”. É urgente um pronunciamento do Itamaraty a respeito do assunto que, sem dúvida, a se confirmar o noticiário, representaria clara agressão à soberania brasileira. Ao Senado, dentro da sua prerrogativa de órgão fiscalizador, é importante inteirar-se oficialmente desse projeto.

Trata-se de tema de enorme relevância que trago não apenas para os representantes da Amazônia nesta Casa, mas para o País, porque é algo grave que se soma àquela denúncia que eu havia feito de um sueco naturalizado inglês, Sr. Johan Eliasch, que dizia que com US\$50 bilhões, ao preço com que ele havia adquirido terras no meu Estado, Amazonas, daria para bilionários como ele comprarem o inteiro do que estaria disponível na nossa região.

Não sei se para proteger as áreas – não sei, não acredito em carochinha – ou se para fazer até pirataria, visando avançar sobre o Brasil no uso da nossa biodiversidade.

Obrigado, Sr. Presidente, pela atenção.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador Arthur Virgílio, é um requerimento que V. Exª está fazendo? (Pausa.)

Então a Mesa aguarda o requerimento de V. Exª. Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### REQUERIMENTO Nº 1.012, DE 2006

##### Requer informações ao Ministro das Relações Exteriores, acerca de pretense projeto do Governo inglês de internacionalização da Amazônia.

Requeiro, de acordo com o art. 216, do Regimento Interno, combinado com o que dispõe o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e considerando a competência fiscalizadora do Congresso Nacional, que sejam solicitadas, ao Exmo. Sr. Ministro das Relações Exteriores, informações, do Governo Britânico, sobre noticiário publicado no jornal **Folha de S. Paulo**, dando conta de suposto projeto da Secretaria de Meio Ambiente daquele país para transformar a Amazônia em área privatizada internacional sob a administração de um grande consórcio econômico. Indaga-se:

1. O Ministério das Relações Exteriores tem conhecimento desse pretense projeto, que, segundo a mesma notícia, teria o aval do Primeiro-Ministro Britânico Tony Blair?

#### Justificação

O jornal **Folha de S. Paulo** publica, em sua edição de 2 de outubro de 2006, matéria informando que o Governo Britânico estaria apoiando projeto divulgado no México, pelo Secretário de Meio-Ambiente do Reino Unido, David Miliband, destinado a internacionalizar, com privatização, uma grande área da Floresta Amazônica. Do evento para lançar o projeto, teriam participado representantes “dos governos dos países mais poluidores do mundo”. É urgente um pronunciamento do Itamaraty a respeito do assunto, que, sem dúvida, a se confirmar o noticiário, representaria clara agressão à soberania brasileira. Ao Senado, dentro da sua prerrogativa de órgão fiscalizador, é importante inteirar-se oficialmente desse projeto.

Sala das Sessões, 4 de outubro de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB

(À Mesa para decisão)

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna, do PMDB da Paraíba.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Antes, pela ordem, tem a palavra o Senador Sibá Machado.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Peço a V. Ex<sup>a</sup> minha inscrição pela Liderança do Partido dos Trabalhadores antes da Ordem do Dia.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Ex<sup>a</sup> está inscrito e falará intercaladamente com os demais oradores.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela ordem, tem a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Apenas para dizer ao Senador Arthur Virgílio, Sr. Presidente, que, quanto à notícia envolvendo a idéia absurda de internacionalização da Amazônia, já tive a oportunidade de externar o mesmo tipo de preocupação às autoridades, ao Palácio, no mesmo sentido, postulando que possamos ter, de imediato, um posicionamento oficial e contundente das autoridades brasileiras, uma vez que o Brasil, o povo brasileiro não pode sequer admitir que estejam debatendo acerca de parte significativa do território nacional, do território brasileiro, que prezamos e entendemos que é patrimônio brasileiro e responsabilidade nossa. Não vamos admitir, em hipótese alguma, que qualquer outro País ou qualquer outra autoridade, seja quem for, venha a abrir uma discussão a respeito da preservação da Amazônia e do patrimônio que ela representa para nosso País e para a humanidade.

Não conheço o texto, mas gostaria de ter acesso ao teor do requerimento que o Senador Arthur Virgílio está apresentando, pois penso que deveria ser uma manifestação unânime do Senado da República, que é, dentro da estrutura legislativa do nosso País, exatamente a Casa do Congresso Nacional brasileiro que tem como prerrogativa se preocupar com as questões de soberania nacional.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna.

Em seguida concederei a palavra, pela Liderança do PT, ao Senador Sibá Machado. Logo após falarem, respectivamente, os Senadores César Borges e Eduardo Suplicy.

Tem a palavra o Senador Ney Suassuna, por dez minutos.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso, Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, até que enfim chegou o dia do Conselho de Ética; até que enfim nós conhecemos o relatório que, embora para nós fosse sigiloso, não o era para a imprensa.

Quero dizer aos senhores que, apesar das contrariedades normais de quem não concorda com uma opinião, eu me senti satisfeito, porque na página 17 do relatório de S. Ex<sup>a</sup> o Senador Jefferson lê-se, no segundo parágrafo:

Observe-se que não há nos autos uma única prova de efetivo envolvimento do Senador Ney Suassuna na quadrilha apelidada de Sanguessugas. Não há sequer indícios de que o Senador houvesse se locupletado dos valores pagos a título de comissão a seu assessor Marcelo Cardoso.

Isso para mim não é uma declaração de inocência total porque S. Ex<sup>a</sup>, em outros aspectos – e com a nossa discordância –, diz que eu devo ser punido. Mas em relação ao assunto levantado e à acusação aqui está: inocente, inocente. Isso me deixa feliz, porque foi sobre esse tema que, em bombardeios na tevê dia e noite, o povo da Paraíba me indagava e muitos me insultavam. Mesmo assim tive 725 mil votos.

Sr. Presidente, quanto aos outros aspectos, caberá ao douto Conselho, tão bem presidido por V. Ex<sup>a</sup>, decidir. O Conselho de Ética do Senado vai, com toda a certeza, tomar a decisão. É claro que vamos acatar a sua decisão; mas vamos também nos defender no que seja possível. Todavia, dessa grave acusação eu já me livre. Não há nenhuma prova, não há o leve indício. Vou ler mais uma vez: “Não há sequer indícios de que o Senador esteja participando”.

Para quem passou 139 dias sob tiroteio cerrado de parte da imprensa nacional é um alívio. Espero agora que façam justiça. Não sou sanguessuga, não me locupletei, não tenho nenhuma ligação com este povo e paguei o pato talvez até pelo calor político do período que antecede as eleições.

Queria falar da nossa responsabilidade em relação à lei. Chegou a hora de pensarmos a respeito de uma lei séria para a imprensa. Por quê? Não é que eu queira, de maneira alguma, o cerceamento da liberdade de imprensa. Ela tem que ser livre, porém responsável.

Se V. Ex<sup>as</sup> lerem hoje jornais importantes, encontrarão na primeira página: “Lula provoca ACM, derrotado na Bahia”. Nesse título, ao final da nota, está dito que o Lula começou a montar a sua tropa de choque no PMDB, passou a tarde negociando com Líderes de Goiânia, Íris Rezende, o Senador Maguito Vilela, que disputa o segundo turno em Goiás, com Geddel Vieira Lima, da Bahia, e o Senador Ney Suassuna, “investigado pela máfia das sanguessugas”. Espero que agora acabe esse tipo de comentário, uma vez que está aqui, provado por um Relator extremamente duro, que não há leve indício.

Ao abrirmos a página oito, temos: “Lula recebe Ney Suassuna, Geddel e Maguito”. Diz aqui que fui recebido pelo Presidente, mas que sou um Senador investigado pelo caso das sanguessugas e que fui, inclusive, aliado de Fernando Henrique Cardoso. Se pegarmos ainda dois outros jornais, também veremos essa repercussão.

V. Ex<sup>as</sup> podem indagar: por que estou dizendo isso. Digo porque não estive com o Lula. Absolutamente! Não estive com o Presidente Lula nem ontem, nem anteontem, nem há um mês. Passei um mês internado na minha Paraíba. Ele esteve lá, mas fiz questão de não ir vê-lo, até porque um amigo deve zelar pelo outro. Fiz questão de não vê-lo para que não tirassem fotografias e dissessem que eu, o acusado, estava lá, colado ao Lula – e, agora, já nem estou mais sendo acusado.

Por que um jornal importante, que tem um nome a zelar, faz uma coisa dessas no dia de hoje? Não deve ser para me atacar, embora o jornal traga em maior destaque: “Lula recebe Ney Suassuna, Geddel e Maguito”. Isso, com certeza, não foi para me atacar, mas talvez para atacar o Presidente.

Pergunto-me: será que isso deve ser assim sempre? Será que a imprensa pode veicular o que lhe dá na telha, inventar fatos como este – e reitero que não estive com o Presidente Lula – e ficar por isso mesmo? Eu queria deixar essa indagação a V. Ex<sup>as</sup>.

Há uma lei que tramita nesta Casa e que já deveríamos ter votado há tempos. Creio que é hora de pensarmos nisso, porque a imprensa passou dos limites. Ela veicula o que quer e como quer. Não quero o cerceamento da imprensa, mas quero que lhe seja cobrada responsabilidade.

Nós, Parlamentares, podemos terminar este ano concluindo esse assunto, o que, com certeza, dará mais credibilidade à imprensa.

Hoje, quando pego um jornal, já penso que 50% deve ser mentira. Penso assim porque vejo inúmeras mentiras escritas todo os dias! Essa é uma. Faz mais de mês que estive com o Presidente. E houve até um

comentário de um Ministro, dizendo que era importante porque tive muitos votos. É algo incrível, realmente incrível!

Era isso o que eu queria deixar à consideração de V. Ex<sup>as</sup>. Creio que chegou a hora de pensarmos não em cercear, mas em deixar meios para se cobrar responsabilidade a respeito de notícias como essa.

Muito obrigado.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, comunico que encaminhei à Mesa requerimento de voto de pesar a todas as vítimas do avião da Gol que, saindo da minha cidade de Manaus...

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Lerei o requerimento.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Muito bem, Sr. Presidente.

É algo que penaliza pessoas conhecidas, pessoas com as quais tenho proximidade quase familiar. O fato é lamentável realmente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 1.013, DE 2006**

##### **Requer Voto de Pesar pela morte dos passageiros e tripulantes do vôo 1907, da GOL, que cumpria a rota Manaus-Brasília-Rio, no dia 29 de setembro de 2006.**

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de Pesar pela morte de 154 pessoas, entre passageiros e tripulantes do vôo 1907, da GOL, decorrente de acidente ocorrido no espaço aéreo brasileiro, dia 29 de setembro de 2006, durante viagem na rota Manaus-Brasília-Rio. São eles: Jaques Acker, Leonardo Alves, Elcio Anchieta, Agame non Araújo, Antonio Arlindo, Gilson Azeredo, Marcelo Azevedo, Otto Bernardo Azevedo, José Barato, Valdinei Roberto Barbero, Henrique Barbosa, Rafael Barreto, Luiz Rogério Benedito; Maria Terezinha Benjamin, Hugo Beyer, Luiz Bonaroski, Erthelvine Bertozolo, Marineily Bovi, Kelison Branco, Keila Bressan, Ana Cláudia Brito, Gustavo Cabrerizo, Fabiana Calandrini, Cláudio Cardoso, Luiz Carvalho, Viviane Carvalho, Francisco Cavalcante, Rossana Cavalcante, José Coelho, Vanessa Colli, Nelson Colognese, Ivan Copat, Elisabeth Costa, Josenilda Costa, Gilcley Costa, Carlos Cruz,

Maria Valéria Cruz, Luiz Custódio, Cláudio da Rocha, Joana D'Arc, Oscar de Jesús, Ruth de Jesús, Divino Silva, Nilo Duarte Dória, Thiago Eustáquio, Joseane Falcão, Francisco Farias, Paulo César Felipe, Marcelo Ferreira, Andréa Fontoura, Luana Freixo, Francisco Garcia, Helen Garcia, Pedro Henrique Garcia, Hélio Godoy, Regina Gomes, Lazã Gonçalves Sobrinho, Júlio Guidi, Rolf Gutjahr, Douglas Hancock, Joana Ignácio, Andréa Kowalski, João Leal, Ângelo Leite, Lucas Lemos, Eugênio Lesqueves, Thalita Lima, Eteuvino Lins, Mário Lleras, Daniel Lleras, Francisco Chagas Loiola, Marcelo Paixão Lopes, Marcelo Lopes, Marcelo Lopes, Esdras Lucas, Olga Macedo, Maria Auxiliadora Macena, Marlon Machado, Valdomiro Machado, Rosana Magalhães, Maria Zilda Maia, Lavosier Maia, Mario Malafaia, Inêz Marques, Antonio Mattos, Osman Melo, Izélia Melo, Júlio Mendes, Augusto Mendes, Marina Mendes, Frederick Michel, Ronivon Miranda, Glecio Moraes, Patrícia Moreira, Quezia Moreira, Rayssa Naranjo, Francisco Nardt, Karla Néres, Ronaldo Noé, Charlie Oliveira, Marcio Oliveira, Francisco Oliveira, Enio de Oliveira, Valdernir Oliveira, Antonia Oliveira, Janine Padilha, Lourdes Panizzi, Pedro Peixoto, Antonio Pessoa, Walter Pimentel, Eleta Pivotto, Dornélio Prado, Ricardo Rabesca, João Eloí Ramos, Atila Rezende, Ismar Rezende, Maria Rezende, Francielle Rezende, Maria das Graças Rickly, Marcelo Rigueira, Salustiano Rocha, Maria José Rodrigues, Adair Rodrigues, Antonio Rodrigues, Mauro Romano, Michel Rondini, Claudemir Rosa, Mozart Sant'Anna Jr., Paulo Santos, Alexandre Santos, Emanuelle Santos, Rebeca Macena, Luiz Santos, Felipe Silva, Ana Silva, Juvêncio Silva, Rogério Silva, Marcio Silva, Plínio Siqueira, Carlos Sousa, Eduardo Souza, Ricardo Souza, Carlos Souza Jr., Ricardo Tarifa, Jose Trindade, Huederfidel Viana, Hamilton Vianna, Samantha Xavier.

Requeiro, ademais, que este Voto seja, por intermédio da Infraero, levado ao conhecimento dos familiares das vítimas.

### Justificação

O vôo 1907, da GOL, tinha tudo para dar certo, na tarde do dia 29 de setembro de 2006, como sempre ocorria diariamente na rota Manaus-Brasília-Rio de Janeiro. A fatalidade, porém, vitimou 154 pessoas, entre passageiros e tripulantes do avião daquela empresa. Uma colisão do Boeing com um avião Legacy enlutou centenas de familiares das vítimas, com a queda do avião da Gol na floresta amazônica.

Usuário desse mesmo vôo, avalio a extensão da tragédia, que abalou a população brasileira. O acidente já é considerado um dos maiores na história da nossa aviação civil. Por isso, como amazonense e brasileiro,

expresso meu profundo sentimento de pesar aos familiares das vítimas desse desastre aéreo. Nada vai reparar a perda de tantas vidas, ocorrida de forma tão trágica, mas, nesse momento de comoção, ergo preces a Deus, na certeza de que sua infinita bondade será o lenitivo aos familiares atingidos.

Sala das Sessões, 4 de outubro de 2006.

Handwritten signatures of several senators, including Roberto Cavalcanti, Arthur Virgílio, and others. The text "Senador ARTHUR VIRGÍLIO" and "Líder do PSDB" is printed over the signatures.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, por cinco minutos, para encaminhamento do requerimento.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Obrigado, Sr. Presidente. Agradeço e adianto que o Senador Eduardo Suplicy se dispõe a assinar o requerimento conjuntamente com os Senadores Ney Suassuna e Sibá Machado.

É uma honra.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Inclusive, assinarei também, Senador.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – É uma honra ter a assinatura de V. Ex<sup>a</sup> e de todos os colegas.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Obrigado.

O requerimento está sobre a mesa.

Os Senadores que desejarem assiná-lo podem fazê-lo.

Senador Arthur Virgílio, V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra para encaminhar o requerimento.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, Manaus vivia um clima de véspera de eleição. De repente, estoura a notícia de que um avião da Gol, saído de Manaus rumo a Brasília e daí a outro destino, simplesmente estava desaparecido. Mais adiante, a confirmação de que se dera um sinistro; e, mais adiante, após muitas especulações, a notícia de que teria havido um choque com um Legacy, sem que as circunstâncias do ocorrido estives-

sem completamente desvendadas pela perícia técnica competente.

O fato é que um certo clima de terror se abateu sobre minha cidade. Os parentes das vítimas, enquanto não sabiam do resultado final do sinistro – os parentes até então das supostas vítimas –, acorriam até o aeroporto, perplexos, aos prantos. Todos aqueles que tinham relação de amizade se mobilizavam. Foi realmente algo terrível.

Esse fato mostrou que Manaus, ainda que já tenha atingido a marca de 1,7 milhão de habitantes, continua sendo uma cidade cuja convivência entre as pessoas é muito íntima. Todo mundo acaba se conhecendo e descobrindo algum tipo de relação familiar.

Sr. Presidente, nesse avião havia diversas pessoas conhecidas, entre as quais uma sobrinha e um sobrinho-neto de um colega nosso de Congresso, o Deputado Francisco Garcia.

Um acidente como esse esfacela uma família, ceifa a vida de uma mãe ainda jovem e de um menino, um pós-neném, que havia iniciado seus primeiros passos e que estava alegre e feliz, fazendo uma viagem cercado de toda a segurança que a moderna aviação proporciona aos usuários do sistema.

Foi muito doloroso, terrivelmente doloroso. Eu deveria ter apresentado esse voto de pesar antes, mas estava eu próprio envolvido no esforço eleitoral. Por isso, fiz questão de apresentar às pessoas de cada família da minha terra ou não, às pessoas de qualquer procedência, pessoas com as quais eu tive ou não algum tipo de encontro as minhas mais profundas condolências, porque, de fato, esse acidente chocou o Brasil.

Não sei se foi falha humana, mas certamente e provavelmente foi, porque não há indícios de que tenha havido – as caixas-pretas chegaram danificadas – a chamada falha técnica.

Eu queria neste momento, Sr. Presidente, que continua sendo de dor, registrar a minha própria dor. Tenho certeza de que falo em nome do meu povo como um todo, em nome dos amazonenses como um todo, que também estão de luto, seja pelos conterrâneos que perdemos, seja pelos brasileiros com os quais deixamos de contar.

O Governador do Estado – passou a eleição e, portanto, passou para mim toda essa circunstância emocional que envolve a disputa –, de maneira muito acertada, decretou luto de três dias em reverência aos mortos nessa tragédia; uma tragédia que, por muito tempo, vai marcar o Brasil, mas vai marcar particularmente a minha cidade.

Daqui a dez anos, há de se dizer: “Há dez anos, no dia tal, aconteceu aquele choque entre um Gol e

um Legacy da Embraer”. Dois excelentes aviões, duas empresas; a fabricante e a transportadora, que dispõem do melhor conceito. Algo, por todos os títulos, profundamente lamentável.

Não há quem não se tenha colocado no lugar das famílias das vítimas ou no lugar das vítimas.

Nós, que viajamos tanto de avião; nós, Parlamentares, tão usuários desse meio de transporte; nós, Sr. Presidente, que nos sentimos, de modo geral, tão à vontade dentro de um avião, de repente começamos a meditar se não é o destino ou se não existe uma força maior que nos rege a todos e que, de repente, diz quando chega a hora de cada um. Lamento, do fundo do coração, que tenha chegado a hora para pessoas tão jovens e para pessoas tão dignas que estavam naquele voo.

É nesse sentido que apresento este voto de pesar. Tenho certeza de que ele será aprovado à unanimidade e com tristeza pelo Senado Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Em votação o requerimento.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A Presidência comunica aos Srs. Senadores que o requerimento permanece sobre a mesa para quem desejar assiná-lo.

**A Sr<sup>a</sup> Ideli Salvatti** (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti pela ordem.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, hoje, no início da sessão, o Senador Flexa Ribeiro, representante do Pará, fez um pronunciamento contundente a respeito do repasse dos recursos para os Estados da Lei Kandir, tendo em vista que há necessidade de edição de medida provisória para que esses recursos sejam repassados.

Tão logo ouvi a reclamação do Senador Flexa Ribeiro, busquei contato com o Ministério da Fazenda, para saber por que a medida provisória não foi editada.

O Dr. Bernard Appy informou-me que a medida provisória foi redigida, mas houve dúvida quanto a possível questionamento com respeito ao período eleitoral, tendo em vista que são repasses para os Estados. A orientação foi de que o Governador Aécio Neves fizesse, em nome dos Governadores, consulta ao Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Mello.

Informaram-me que foi feita essa consulta e que o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral negou a edição da medida provisória, tendo em vista o processo eleitoral em andamento.

Assim, eu gostaria se pedir aos Líderes e ao Senador Arthur Virgílio que confirmassem a informação de que o Governador Aécio Neves consultou o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral.

Se houver qualquer posicionamento diferenciado por parte do Ministério da Fazenda, não haverá problema em se editar imediatamente a medida provisória, para que se faça o repasse dos recursos da Lei Kandir.

Trago essa informação porque todos os Estados têm recursos a receber, como é o caso de Santa Catarina.

Portanto, quanto a essa tratativa feita entre o Ministério da Fazenda, o Governador Aécio Neves e o Tribunal Superior Eleitoral, se houver qualquer palavra de forma diferenciada, o Presidente assinará imediatamente a medida provisória.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Srs. Senadores, por enquanto, concedi a palavra a apenas três Parlamentares. Estamos com uma hora e 22 minutos de sessão. Cumpramos os horários, porque, assim, os Senadores não falarão. O Senador César Borges está aguardando para falar não sei há quanto tempo, desde duas horas da tarde, e é o terceiro inscrito.

Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado, como Líder do PT, por cinco minutos.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC. Pela liderança do PT. Sem revisão do Orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, venho à tribuna para fazer um rápido balanço do que foram as eleições de 1º de outubro, com respeito ao nosso Partido, o PT, e atendo-me um pouco mais à Região Norte.

Sr. Presidente, o nosso Partido tem contribuído muito para a solidez democrática do País. O PT participou ativamente das “Diretas Já!”, fez grandes mobilizações populares e se inseriu nos movimentos sociais brasileiros. Tem sido um Partido crescente ao longo dos seus 26 anos de existência.

Essa sigla partidária acaba de receber, pela terceira vez consecutiva, Sr. Presidente, a maior votação no conjunto dos votos dados à Câmara dos Deputados.

Foram quase 14 milhões de votos. Assim, a nossa é a segunda maior Bancada na Câmara dos Deputados.

Tínhamos três Governos estaduais. Perdemos o Estado de Mato Grosso do Sul. Reelegemos no Estado do Piauí, pela segunda vez, e, pela terceira vez consecutiva, ganhamos o Governo do Estado do Acre,

ampliando para a Bahia e Sergipe. Estamos, ainda, disputando o segundo turno nos Estados do Rio Grande do Sul e do Pará.

Sr. Presidente, quanto ao segundo turno nacional, digo, com toda tranquilidade, que quem entra em uma disputa, seja ela qual for – um jogo de futebol, uma partida de dominó, um jogo de xadrez ou uma disputa eleitoral –, pretende ganhar. Não o faz para brincar ou contar piada. Tem-nos chamado a atenção o fato de que os processos, em nosso País, exigem alta rotatividade.

No Brasil, em 1997, foi criado o instituto da reeleição, mas, até agora, o único Partido que usufruiu dele foi o PSDB. Portanto, embora o PT tenha a visão de que seria importante, a partir do próximo ano, acabarmos com o instituto da reeleição, essa é uma prerrogativa, esse é um direito civil e político que ainda assiste ao nosso Partido, o PT. É por isso, portanto, que o Presidente Lula é candidato no segundo turno.

Gostaríamos muito de já ter vencido as eleições no primeiro turno, mas, por força das circunstâncias, haverá segundo turno e vamos participar ativamente do debate, nesses cerca de 20 dias que nos separam da data da eleição, 29 de outubro.

Sr. Presidente, inevitavelmente, o Presidente da República que assumir em 1º de janeiro próximo, e espero que seja, novamente, o Presidente Lula, terá em suas mãos a responsabilidade de repensar a reforma política nacional.

A verticalização criou um grande *frisson* nesta Casa e, agora, a cláusula de barreira nos impõe uma reflexão muito profunda, porque cada Partido político que não atingiu a meta de 5% do eleitorado nacional para a Câmara dos Deputados perderá substancialmente o poder de representação.

Fico triste por ver que alguns Partidos estão recorrendo à Justiça Federal e ao Supremo Tribunal Federal pela possibilidade de flexibilizar. Isso foi amadurecido e debatido ao longo dos últimos 10 anos. A instituição da cláusula de barreira não é uma idéia nova, não foi criada ontem. Todos os Partidos concorreram, nessa eleição, sabendo da cláusula de barreira.

Assim, deveria existir um entendimento na Casa de que devemos conviver com essa nova realidade. Coloca-se, todos os dias, a ambigüidade do que são 28 siglas partidárias. Não quero entrar no mérito do problema, se há um ou outro dirigente partidário que usa a sigla partidária para vender tempo de televisão. Não quero entrar nesse mérito, mas está na hora de o Brasil adotar uma nova rota para o entendimento nacional.

Tenho procurado estudar a concertação do Chile e vejo que há, no Brasil de hoje, sinais nessa direção.

É preciso que os Partidos Políticos sejam nacionalizados. É ruim para o Brasil a polarização formada por PT e PSDB. Nos Estados Unidos, a democracia permite esse tipo de relação, mas creio que, no Brasil, isso ainda não funciona.

Existem sete ou oito Partidos robustecidos, nacionalizados, com lideranças consolidadas, com visão nacional, pensando no nosso País para que, quando fizermos entendimentos de governabilidade, haja sustentação de médio e longo prazos.

Sr. Presidente, preciso aproveitar a ocasião para agradecer ao povo do meu Estado, que nos deu, pela terceira vez consecutiva, a responsabilidade de governar o Estado.

Foi eleito Binho Marques para o cargo de Governador do Estado, um jovem professor, militante desde a fundação do nosso Partido, mas que nunca se candidatou a coisa alguma. Essa é uma inovação na nossa política: alguém que jamais foi candidato assume essa responsabilidade, vencendo a eleição no primeiro turno.

O Senador Tião Viana, em termos proporcionais, foi quem recebeu mais votos no País – mais de 88% do total. Das oito cadeiras para Deputado Federal a que o Estado tem direito, a nossa aliança elegeu seis, Sr. Presidente, e o PT permaneceu com três delas.

Na Assembléia Legislativa, a nossa aliança elegeu 16 dos 24 Parlamentares, o que mostra que o caminho que estamos construindo tem respaldo, pois a população entende isso, admira o nosso trabalho e está aí o resultado colocado como votação nas urnas.

Então, quero aqui aproveitar a ocasião para agradecer o trabalho do Governador Jorge Viana, nesses oito em que governou o Estado; o trabalho do Senador Tião Viana, enfim, o trabalho de todos os dirigentes partidários que trabalharam no nosso Estado, e, agora, com a missão – admitimos que Geraldo Alckmin ganhou a eleição, em primeiro turno, no nosso Estado – de fazer a corrente do sucesso e, com certeza, haveremos de dar a vitória ao Presidente Lula no segundo turno no Estado do Acre.

Sr. Presidente, era isso o que tinha a dizer.

Antes, porém, peço a V. Ex<sup>a</sup> a publicação nos Anais, na íntegra, do meu pronunciamento escrito.

Muito obrigado.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO  
SR. SENADOR SIBÁ MACHADO.**

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, não poderia deixar de falar hoje sobre as eleições de domingo. Começo minha fala agradecendo a todos os eleitores da minha região Norte que

deram uma vitória maiúscula ao presidente Lula. Na esteira do bom desempenho do PT e de Lula conseguimos eleger já no 1º turno o meu companheiro Binho no Acre, fazer o senador Tião Viana o candidato ao Senado mais votado do país com 88, 76% dos votos, e isso nos orgulha muito no Acre. Entendo que Tião Viana faz jus a essa vitória esmagadora.

A Frente Popular do Acre, coalizão capitaneada pelo PT, fez também 6 dos oito deputados federais, sendo a metade do Partidos dos Trabalhadores (Nilson Mourão, Fernando Melo e Henrique Afonso). Para a Assembléia Legislativa, a Frente Popular elegeu 16 dos 24 deputados estaduais, sendo sete do PT, sendo longe a maior bancada. Tudo isso foi o coroamento de oito anos de árduo e excelente trabalho do governador Jorge Viana e de sua bancada de apoio na Assembléia e no Congresso Nacional. Não é à-toa que o nosso governador foi considerado pelo IBOPE o melhor governador do país com 83% de aprovação.

Na região Norte, o presidente Lula ganhou em quatro dos sete Estados, atingiu mais de 56% dos votos. Mas o bom desempenho do PT não se refletiu só no Acre e na campanha presidencial. Os dados disponíveis anunciam que crescemos na região. Em Rondônia, apesar de senadora Fátima Cleide não ter ido para o 2º turno, atingiu 25% dos votos, o que representa o melhor porcentual já atingido pela esquerda naquele Estado. Reelegemos os já deputados Anselmo e Eduardo Valverde.

No Pará, a companheira Ana Júlia, mostrando que é de chegada, atingir os 37% para o governo se qualificando para o 2º turno, isso apesar de ter quebrado a perna durante a campanha e tendo que diminuir o ritmo da campanha. Conseguimos manter, praticamente a mesma bancada eleita nas eleições de 2002.

No Amazonas, apoiamos para o governador Eduardo Braga, eleito já no 1º turno. Lá, não tínhamos nenhum deputado federal, agora elegemos o companheiro Praciano. No Amapá, temos um deputado federal e mantivemos esse número. Importante ressaltar que embora não tenha tido o apoio do PT, o atual governador Valdez Góes, do PDT, candidato reeleito, declarou, em encontro pessoal com o presidente Lula, apoio total a este no 2º turno.

**2º turno para presidente**

Saímos do 1º turno das eleições com a certeza de que fizemos um bom trabalho. Ao contrário do que desejavam alguns, os brasileiros que compareceram às urnas no último domingo não realizaram o sonho de “exterminar a raça” do PT.

Ao contrário disso, o partido mostrou, nestas eleições, que continua tão forte quanto antes. Na disputa presidencial, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não

ganhou no domingo, mas foi o primeiro colocado, com quase 47 milhões de votos.

Nos Estados, o PT elegeu quatro governadores já no primeiro turno (BA, AC, PI e SE) e poderá fazer mais dois no segundo no Rio Grande do Sul e no Pará. Em 2002, elegemos apenas dois governadores.

Além disso, o partido foi o que obteve o maior número absoluto de votos para a Câmara Federal em todo o país: 13.989.859. Com isso, o PT fez a segunda maior bancada da Câmara, com 83 deputados eleitos, ficando atrás apenas para o PMDB – beneficiado, neste caso, pelos critérios de proporcionalidade.

### **Aliados saem vencedores em sete Estados**

Além de estar entre as legendas que mais elegeram governadores no primeiro turno, o PT ainda saiu vitorioso em outros três Estados, onde os vencedores tiveram o apoio do partido.

Entre os que foram apoiados, ganharam a disputa de domingo Cid Gomes (PSB-CE), Eduardo Braga (PMDB-AM) e Paulo Hartung (PMDB-ES).

O PT e seus aliados também estão presentes em pelo menos 5 dos 10 Estados onde haverá segundo turno: Rio Grande do Sul, com Olívio Dutra (PT); Pará, com Ana Júlia (PT); Pernambuco, com Eduardo Campos (PSB), Rio Grande do Norte, com Vilma Faria (PSB); e na Paraíba, com José Maranhão (PB).

### **A vez da Reforma Política**

Senhores Senadores, muito se tem falado da necessidade da reforma política, eu pessoal acho que algumas mudanças do se acostumou a chamar de reforma política foram feitas, porém, muita coisa precisa ser feita, afinal, a reforma das instituições políticas é um dos diversos aperfeiçoamentos que a sociedade brasileira está reclamar. Espantosamente, com a mesma frequência, acaba saindo do foco. Seja porque não se quer reformar as instituições políticas, seja por acomodação, seja por falta de opções ou de criatividade, o Congresso acaba sempre por adiar tal reforma.

Com a nova legislatura, e o aceno do futuro presidente, entendo que teremos uma nova oportunidade apreciar uma reforma política que se não totalmente, pelo atente para mudanças que tornem a vida das instituições mais transparentes e democráticas. Cito aqui algumas que considero da maior importância.

### **Financiamento público de campanhas.**

Enquanto não houver igualdade de condições de acesso aos meios de divulgar plataformas eleitorais, teremos um Congresso onde parte significativa se elegerá regado por muito dinheiro.

Com objetivo de dar a minha contribuição nessa discussão, apresentei proposta para que as eleições para os mandatos executivos (governador e prefeitos)

sejam em pleitos coincidentes, dando dessa forma mais racionalidade e economia aos pleitos, além de reduzir a influência e a pressão das eleições sobre a administração pública.

Penso, também, que a forma como são eleitos os senadores e seus suplentes precisa ser melhorada. Por isso, apresentei proposta para que, em caso de eleição para outro cargo, renúncia ou cassação, o suplente só permanecerá no cargo até a eleição seguinte, quando seria eleito um senador para concluir o mandato do primeiro titular.

Outra modificação que considero importante, objeto de Proposta de Emenda Constitucional que apresentei e já aprovado na CCJ, é o fim da possibilidade da reeleição para o executivo, que passaria a ter mandato de cinco anos. A experiência colhida dos pleitos realizados com o direito de reeleição exibiu a impotência dos mecanismos de controle dos excessos políticos e a má compreensão desse instituto. Por isso, minha PEC propõe a extinção nessa possibilidade.

Repito, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, mais uma vez teremos a chance fazer uma reforma política para valer. Os dois presidentiáveis já sinalizaram que são favoráveis, a partir do próximo ano, toca ao Congresso avançar em mudanças já há tanto tempo ansiada pelo sociedade.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador Sibá Machado, V. Ex<sup>a</sup> será atendido.

Concedo a palavra ao Senador César Borges, do PFL, ex-Governador do Estado da Bahia, por 10 minutos. Em seguida, darei a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares, como Líder.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Antonio Carlos Magalhães.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, lembro a V. Ex<sup>a</sup> que estou inscrito para falar pela Minoria.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Ex<sup>a</sup> falará após o pronunciamento do Senador Antonio Carlos Valadares

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, se V. Ex<sup>a</sup> puder repor o tempo... O tempo já está tão curto!

Sr. Presidente, é claro que o resultado das eleições é assunto palpitante para toda a Nação.

Em relação à Bahia, e é com muita honra que o faço, posso dizer que, lá, obtivemos um resultado eleitoral que não reflete o bom governo do Governador



Paulo Souto; um governo que levou a Bahia a crescer mais do que o Brasil duas vezes e meia. Mas na vida pública é assim: perde-se hoje, ganha-se amanhã e vice-versa. O importante é que nós, lá, perdemos uma batalha, mas a guerra continua! Perdemos com os melhores, porque, sem sombra de dúvida, o Governador Paulo Souto é um grande homem público; tem competência, determinação e, acima de tudo, mãos limpas para conduzir o Estado da Bahia. No entanto, essa não foi a vontade do povo da Bahia.

Sr. Presidente, esse filme eu já o assisti lá atrás, em 1986, quando obtivemos um resultado desfavorável. Mas, em 1991, o Senador Antonio Carlos Magalhães voltou, democraticamente, pelas urnas, ganhando as eleições. E o Estado da Bahia foi bem governado por quatro mandatos, inclusive em um destes eu tive a honra, como disse V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, de governar a Bahia. Tivemos grandes conquistas: o Estado se industrializou, melhorou seus índices sociais, aumentou sua infra-estrutura, avançou nos serviços públicos de saúde e de educação. Enfim, temos o sentimento do dever cumprido; cumprimos com o nosso dever. Mas o povo decidiu dessa forma. Agora, vamos exercer, como fazemos aqui, uma Oposição fiscalizadora e responsável para cobrar a execução do que prometeram, porque em 1986, não cumpriram nada do que prometeram. Nada. Absolutamente nada! Naquele ano, foi eleito Governador o hoje Ministro da Defesa, Sr. Waldir Pires, que renunciou ao mandato após dois anos, entregando o cargo ao Vice-Governador. Aí, o Senador Antonio Carlos Magalhães recuperou a Bahia, a partir de 1991, e tivemos quatro mandatos democraticamente dados pelo povo da Bahia.

Sr. Presidente, temos, nesta Casa o reconhecimento dos nobres Pares ao excelente trabalho prestado pelo Senador Rodolpho Tourinho. Sabemos que quem vai perder é o Senado, é o Congresso Nacional e também a Bahia, porque o Senador Rodolpho Tourinho é competente, capaz, aliás, S. Ex<sup>a</sup> relata os principais projetos desta Casa, inclusive projetos do próprio Governo, que tem confiança em sua capacidade. O Governo também perderá. Neste momento em que S. Ex<sup>a</sup> está presidindo a sessão – o que é uma honra –, quero aqui registrar o bom combate travado. Temos a tranqüilidade de que estivemos com os melhores e continuaremos dessa forma nessa posição democrática, respeitando a vontade do povo, mas sendo fiscalizadores no cumprimento do papel de Oposição que teremos.

Mas, Sr. Presidente, Senador Rodolpho Tourinho, o que me traz, neste momento, à tribuna tem a ver também com a análise a respeito da eleição que

ainda teremos pela frente com o segundo turno para Presidente da República.

Há pouco tempo, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva dizia que ganharia as eleições no primeiro turno. Na sua megalomania, achando que havia comprado a consciência de todo o cidadão brasileiro por meio de uma série de medidas, inclusive irresponsáveis, do ponto de vista fiscal, já que prepara uma armadilha fiscal para o próximo governo, Sua Excelência declarou textualmente, apesar de hoje negar: “Nunca falei que ia ganhar no primeiro turno por modéstia, por respeito, mas agora falo: nós vamos ganhar essas eleições domingo!” Isto foi dito na semana passada. “E se alguém achar que vai para o segundo turno, pode esperar pra concorrer em 2010, porque essa nós já matamos no primeiro turno”.

Felizmente, a posição do povo brasileiro foi conduzir a eleição para o cargo de Presidente para o segundo turno. No entanto, agora, o Presidente da República diz que quer fazer uma discussão dos grandes problemas, quer discutir ética, moral; só que ele não quis fazê-la durante todo o primeiro turno. Agora, ele quer discutir os problemas como estratégia de campanha. Pior do que isso, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, foi a divisão do Brasil, coisa que nunca aconteceu na República está acontecendo agora. Ele cindiu o País. Um País que deu a vitória a Alckmin, representado pelas Regiões Sudeste e Sul e as Regiões Nordeste e Norte que votaram em Sua Excelência. Por que isso agora? Por que essa diferença entre Norte, Nordeste, Sul e Sudeste? Esta é uma questão sobre a qual devemos e faremos uma reflexão, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, nesta Casa.

Antes, concedo o aparte ao Senador Arthur Virgílio.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Um aparte bastante breve, Senador César Borges. É terrível termos um Presidente que precisa dizer que agora está disposto a discutir a questão ética.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Só agora.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Quando o ideal deste Governo era que nem precisasse discuti-la por não ter incorrido em tantos deslizes.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Se tivesse ganho no primeiro turno, não teria discutido nada.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Aí não teria discutido nada.

Segundo, a expressão, como sempre, chula e grosseira: “Vou matar a eleição no primeiro turno”. Eleição não se mata, eleição se vive, se vivencia. Aos vencedores é exigida a generosidade, aos perdedores, a altivez. Mas é a festa do processo democrático. O que o Governo Lula conseguiu matar, graças à sábia do povo brasileiro, não foi a eleição; conseguiu

matar mesmo foi a respeitabilidade de seu Governo por tantos escândalos, por tantas agressões à ética. Isso sim. E, por isso, ele se defronta com o segundo turno, em condições, a meu ver, desfavoráveis, porque não percebo que ele tenha mais gás para levá-lo a 29 de outubro, tem menos gás e, por isso, o Brasil poderá mostrar mesmo o quanto a sua democracia amadureceu, primeiro, dando a si próprio mais tempo para a meditação e, segundo, impedindo que um Governo marcado por tantos escândalos tenha mais quatro anos para protagonizar novos vexames, até de conformação, de repercussão internacional para o nosso País, para o nosso povo.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Senador Arthur Virgílio, veja que esses escândalos, nenhum deles, estão, até agora, esclarecidos; nenhum deles, nem mesmo o dos Correios, onde houve a denúncia do Ministério Público Federal, dos 40 denunciados...

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Alguns, Senador, nem Freud explica.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Pois é. A Polícia Federal, agora, está dizendo que Freud não tem nada a ver com o Dossiê *Gate*. Mas de onde veio, Senador Sibá Machado, a quantia de 1,7 milhão, em dólares e em reais? Será que foi o Hamilton Lacerda que os levou? Vem um e diz: “Não foi”. Ele disse que não levou nada na mala. Isso não está esclarecido, e o Presidente Lula vai ter de discutir no segundo turno.

Senador Sibá Machado, concedo-lhe o aparte com satisfação, pedindo a V. Ex<sup>a</sup> que seja breve, por-que sequer entrei no mérito do meu discurso.

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – Desculpe-me, Senador, vejo que V. Ex<sup>a</sup> tem apenas três minutos. O quero dizer é que, instituído o papel do segundo turno no Brasil, levou-se em consideração a representatividade do Poder Executivo em qualquer nível de administração em municípios a partir de 200 mil eleitores. Isso nos mostra que o Poder Executivo tem de ter representação mínima de 50% mais 1, que, se não atingida em primeiro turno, obrigatoriamente terá de sê-lo no segundo. Por isso, o instituto do segundo turno. Então, tínhamos, sim, a expectativa de vencer, acredito que todos a têm. Tínhamos também a expectativa de vencer a eleição em primeiro turno. Não foi possível, vamos para o segundo turno. O Presidente está tranquilo quanto a isso, está-se reunindo com todas as pessoas de que precisa para poder organizar esta campanha, e será o momento realmente de equilíbrio das idéias. Está polarizado. O PSDB – acabei de fazer esse pronunciamento – e sua aliança e o PT e sua aliança vão polarizar os temas nacionais e os temas que se fizerem necessários. Então, cabe, com certeza, ao candidato Geraldo Alckmin apresen-

tar o tema que achar importante, assim como ao Presidente Lula. E teremos um debate qualificado. Tenho absoluta certeza de que a população estará tranqüila para discernir e votar naquilo que acha melhor para a construção do nosso País.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Mas, lamentavelmente, essa polarização está hoje regionalizada. Senão vejamos: Santa Catarina, um Estado do sul do País: Alckmin, 56,6%, Lula, 32,2%; Rio Grande do Sul: Alckmin, 55,7%, Lula, 33,1%; São Paulo, principal Estado da Nação brasileira: Alckmin, 54,2%, Lula, 36,7%; Paraná: Alckmin, 53%, Lula 37,9%. Agora, quando olhamos o Nordeste, verificamos: Ceará, Lula, 71%, Alckmin, 22%; Pernambuco: Lula 70%, Alckmin, 22%; Piauí: Lula 67%, Alckmin, 28%. Por que isso, Senador Sibá Machado? Por que essa polarização? Por que essa divisão Nordeste, se ele não fez para o Nordeste nada do que havia prometido, nada, absolutamente? Senão vejamos: a Sudene, que foi prometida pelo Presidente Lula, foi recriada? Onde estão os grandes investimentos em infra-estrutura, portos, rodovias, ferrovias, hidrovias, hospitais? O Presidente Lula não fez absolutamente pelo Nordeste nada.

O Gasene, que vai libertar a matriz energética do gás no Nordeste do País, levando gás do Rio de Janeiro, também não foi feito; a refinaria da Petrobras prometida para o Estado de Pernambuco onde está? Foi inaugurada uma pedra fundamental. Então, ele não fez nada pelo Nordeste. Agora, ele fez, sim, o Bolsa-Família, que é um programa compensatório, um programa de auxílio-renda que nós não criticamos, que o candidato a Presidente Alckmin se compromete a manter, apesar de o PT dizer o contrário.

E foi por intermédio da fidelização do voto da população mais carente, que lamentavelmente existe no Nordeste brasileiro, que nós temos um *gap*, que o poder central brasileiro, de todos os Governos, nunca fez o suficiente, muito menos este, para resolver. E, por meio do Bolsa-Família, o Presidente Lula vai continuar fazendo o papel de coronel do século XXI: ele dá o dinheiro com o Bolsa-Família por um lado e toma o voto pelo outro. Agora, não leva indústrias, não capacita o trabalhador, não faz a infra-estrutura, não melhora a qualidade dos serviços públicos...

Então, essa dicotomia entre o resultado das eleições no Nordeste, no Sudeste e no Centro-Sul do País ocorre em função dessa política clientelista do Governo, e espero que o Nordeste brasileiro, de que faço parte com muita honra, com muito orgulho e que gostaríamos de ver numa rota permanente de desenvolvimento para se igualar aos Estados do Sul e Sudeste, que a nossa população reflita que não é mediante uma medida compensatória que se vai vender

um voto e prejudicar o crescimento e o andamento do País por mais quatro anos, de um Governo que não se mostrou ético, que não empunhou a bandeira que prometeu ao povo brasileiro: a da moralidade; que não explicou o valerioduto, mensalões, sanguessugas e, agora, o Dossiê *Gate*. Atos que saíram de dentro do Partido do Governo.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Então, Sr. Presidente, sei que V. Ex<sup>a</sup> tem a maior compreensão, mas sempre procuro ser respeitador dos tempos concedidos. Mas é esta a indagação que faço hoje: por que está o País cindido dessa forma dicotômica entre Nordeste e Sul e Sudeste do País? É porque o Presidente Lula, talvez, use aquilo que passou por tanto tempo criticando: a desinformação, de que muitas vezes o Nordeste mais se aproxima, e não a reflexão que poderia ser feita pelo eleitorado nordestino. E, no Sul e Sudeste, pelo grau de desenvolvimento – inclusive dos índices sociais –, a população tem mais capacidade de refletir a realidade vivida e, portanto, não é um programa de compensação de renda, como o Bolsa-Família, que leva à fidelização do voto.

Então, é isto que espero: que o País possa, neste segundo turno, dar a vitória a Geraldo Alckmin, que, realmente, tem condições, pela sua vida pública de Vereador, Prefeito, Deputado Estadual, Deputado Federal, Governador do Estado de São Paulo, de fazer um País diferente; um País que retome a rota do crescimento econômico, que dê sustentabilidade ao trabalhador brasileiro, que dê emprego e renda e que não faça de uma política compensatória, que é transitória, uma política permanente. Permanente é dar sustentabilidade econômica ao cidadão brasileiro. Que isso possa vir agora em uma rota de desenvolvimento econômico.

Era isso, Sr. Presidente.

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

*Durante o discurso do Sr. César Borges, o Sr. João Alberto Souza, 2º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Rodolpho Tourinho.*

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Arthur Virgílio.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apresento à Mesa requerimento acerca de matéria de pleno e brilhante domínio de V. Ex<sup>a</sup>, em que indago

ao Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia o seguinte: 1) Como são realizadas as reuniões ordinárias do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico?; 2) Como é dada a publicidade das atas das reuniões desse comitê?; 3) Como pode ser disponibilizada para a sociedade civil a cópia dessas atas?; 4) O Senado Federal, por meio de suas Comissões permanentes, já teve ciência sobre o conteúdo dessas atas e sobre os procedimentos adotados pelo Comitê desde a sua constituição?; 5) Que encaminhe as cópias das atas, bem como todos os estudos e propostas elaborados pelo Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico.

Peço essas informações porque o Comitê está constituído no âmbito do Poder Executivo e tem entre as suas atribuições o acompanhamento e o desenvolvimento das atividades de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica, bem como avaliar as condições de abastecimento e de atendimento em horizontes predeterminados.

Diante da responsabilidade a ele atribuída no controle do abastecimento de energia em todo o País, as suas avaliações e decisões transcendem as competências do Ministério de Minas e Energia e revestem-se como informações de relevante interesse público.

O Comitê tem a obrigação, em respeito ao princípio da publicidade previsto no art. 37, **caput**, da Constituição Federal de 1988, de dar ciência à sociedade civil e aos demais órgãos dos outros poderes sobre seu trabalho de acompanhamento e avaliação da segurança e continuidade no suprimento eletroenergético em todo território nacional.

Nesse sentido, encaminho o presente requerimento de informações a V. Ex<sup>a</sup>, dizendo que é bom desvendarmos mais essa caixa-preta.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – Senador Arthur Virgílio, o requerimento se encontra sobre a mesa e terá o tratamento regimental, sendo encaminhado ao Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

#### **REQUERIMENTO Nº 1.014, DE 2006**

**Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado das Minas e Energia sobre atas das reuniões do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE.**

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do

Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas ao Sr. Ministro de Estado das Minas e Energia as seguintes informações:

- 1) Como são realizadas as reuniões ordinárias do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE?
- 2) Como é dada a publicidade das atas das reuniões do CMSE?
- 3) Como pode ser disponibilizada para a sociedade civil as cópias dessas atas?
- 4) O Senado Federal, por meio de suas comissões pertinentes, já teve ciência sobre o conteúdo dessas atas e sobre os procedimentos adotados pelo CMSE desde a sua constituição?
- 5) Encaminhar as cópias das atas, bem como todos os estudos e propostas elaborados pelo CMSE.

#### Justificação

Na forma do disposto no artigo 14 da Lei nº 10.848, de 2004, o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE está constituído no âmbito do Poder Executivo e tem entre as suas atribuições o acompanhamento e desenvolvimento das atividades de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica, bem como avaliar as condições de abastecimento e de atendimento em horizontes pré-determinados.

Diante da responsabilidade atribuída ao Comitê no controle do abastecimento de energia elétrica em todo País, as suas avaliações e decisões transcendem as competências do Ministério das Minas e Energia e revestem-se como informações de relevante interesse público.

O CMSE tem a obrigação, em respeito ao princípio da publicidade previsto no art. 37, **caput** da CF/88, de dar ciência à sociedade civil e aos demais órgãos dos outros poderes sobre o seu trabalho de acompanhamento e avaliação da segurança e continuidade no suprimento eletroenergético em todo território nacional.

Nesse sentido, encaminho o presente requerimento de informações, com o intuito de dar cumprimento aos ditames constitucionais referentes à Administração Pública Federal.

Sala das Sessões, 4 de outubro de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão.)

#### REQUERIMENTO Nº 1.015, DE 2006

##### Solicita informações a Sr<sup>a</sup> Ministra-Chefe da Casa Civil sobre a abertura de

##### processo administrativo contra o Sr. Freud Godoy.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, seja solicitada a Sr<sup>a</sup> Ministra-Chefe da Casa Civil informações sobre a necessidade de se instaurar processo administrativo, por conduta incompatível com os bons mandamentos legais, do Assessor Especial do presidente Lula, Sr. Freud Godoy.

#### Justificação

Nos últimos dias foi noticiado o envolvimento do Assessor Especial do presidente Lula, Sr. Freud Godoy, na montagem de dossiê contra adversários políticos do PT, o que tem sido amplamente condenado pela imprensa de modo geral.

Hoje, no entanto, o referido servidor foi exonerado, a pedido, e nenhum processo de natureza administrativa foi tomado para investigar o comportamento e conduta de um servidor do alto escalão do governo, com gabinete no terceiro andar do Palácio do Planalto.

Diante disso, solicito que seja informado, também, o que está sendo feito no âmbito da Comissão de Ética da Administração Pública a respeito das denúncias que envolve o referido servidor.

Sala das Sessões, 4 de outubro de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**.

(À Mesa para decisão.)

**O SR. PRESIDENTE** (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### REQUERIMENTO Nº 1.016, DE 2006

Requeiro, nos termos do art. 99, incisos I e III, do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei da Câmara nº 511, de 2006, seja examinado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

#### Justificação

O Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 2006, que altera dispositivos da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, relativos ao processo de execução e a outros assuntos, distribuído por despacho da Presidência exclusivamente à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCI), é uma das

proposições mais relevantes que, nos últimos tempos, já tramitaram nesta Casa.

Cuida esse projeto de uma verdadeira revolução na forma que pessoas físicas e jurídicas se socorrem do Poder Judiciário para ver seus créditos quitados, que, juntamente com a Nova Lei de Falências, formará um ambiente jurídico mais favorável à concessão de crédito e à redução do **spread** bancário. Vê-se, desde logo, que o projeto repercute de forma intensa na economia do País, e não pode deixar de ser analisado sob seus aspectos econômicos.

Assumidas essas premissas, é de se ver que o inciso I do art. 99 do Regimento Interno desta Casa determina o pronunciamento da CAE sobre aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida, e o inciso III do mesmo artigo fixa sua competência para avaliar matérias que se vinculem com problemas econômicos do País.

A oitiva da CAE é de extrema importância, pois não se pode tratar matérias como o PLC nº 51, de 2006, como problemas exclusivamente jurídicos. É imperioso que se lance um olhar econômico sobre a proposição, até para que se lhe dê a exata importância que ostenta no cenário nacional.

Sala das Sessões, 4 de outubro de 2006. – Senador **Alvaro Dias**.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – O requerimento que acaba de ser lido será publicado e incluído em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do art. 255, II, c, 12, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### REQUERIMENTO Nº 1.017, DE 2006

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto do PLS nº 44, de 2006, com o PLS nº 110, de 2006, por versarem sobre a mesma matéria.

Sala das Sessões, 4 de outubro de 2006. – Senador **Sibá Machado**.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – A Mesa, examinando o requerimento que acaba de ser lido, considerando que os Projetos referidos ainda não foram objeto de parecer de comissão e nem constam da Ordem do Dia, proferiu a seguinte decisão:

#### DECISÃO

A Comissão Diretora do Senado Federal, no uso de sua competência prevista no inciso VI do art. 98, combinado com o art. 258, ambos do Regimento Interno

do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução nº 35, de 2006, resolve deferir o Requerimento nº 1.017, de 2006, de tramitação conjunta.

Senado Federal,

**O SR. PRESIDENTE** (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – Os Projetos de Lei do Senado nºs 44 e 110, de 2006, passam a tramitar em conjunto e vão ao exame da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e à de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

#### REQUERIMENTO Nº 1.018, DE 2006

**Requer Voto de Reconhecimento ao pugilista brasileiro Acelino Popó de Freitas, detentor de uma das mais brilhantes trajetórias no boxe do Brasil e que, hoje, dia 4 de outubro de 2006, em Salvador, anunciou sua aposentadoria dos ringues.**

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Reconhecimento ao pugilista brasileiro Acelino Popó de Freitas, duas vezes campeão mundial e vitorioso em 38 lutas, 32 delas por nocaute, ao anunciar, hoje, 4 de outubro de 2006, em Salvador, sua aposentadoria dos ringues, como detentor de uma das mais brilhantes trajetórias no boxe do Brasil.

Requeiro, também, que este Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado e da Confederação Brasileira de Boxe.

#### Justificação

Acelino Popó de Freitas está deixando espontaneamente os ringues do boxe. Ele, que conquistou por duas vezes, o título de campeão mundial, categoria dos leves. Ao despedir-se das lutas, Popó declarou-se

plenamente realizado, observando que é preciso saber que uma carreira tem começo, meio e fim, mas que seu afastamento não o deixará longe desse esporte. Sua intenção é promover eventos nessa modalidade esportiva e também cuidar de projetos sociais na Capital da Bahia. É um grande brasileiro, por isso merecedor do Voto que proponho ao Senado da República.

Sala das Sessões, 4 de outubro de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

#### **REQUERIMENTO Nº 1.019, DE 2006**

##### **Requer Voto de Aplauso ao Dr. Carlos Eduardo Caputo Bastos, que assume, dia 5 de outubro de 2006, o cargo de Ministro Efetivo do Tribunal Superior Eleitoral – TSE.**

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao Dr. Carlos Eduardo Caputo Bastos, pela sua posse no cargo de Ministro Efetivo do Tribunal Superior Eleitoral.

Requeiro, também, que esse Voto seja levado ao conhecimento do homenageado e ao Presidente do TSE, Ministro Marco Aurélio.

#### **Justificação**

A posse, hoje, do Dr. Carlos Eduardo Caputo Bastos no cargo de Ministro Efetivo do TSE, é motivo de regozijo para o Poder Judiciário e para o País. Detentor de expressivo currículo, o Ministro Caputo honra o Judiciário do Brasil, pelo que Sua Excelência é merecedora do Voto de Aplauso que proponho ao Senado da República.

Sala das Sessões, 4 de outubro de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – Concedo a palavra, pela Liderança da Minoria, ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA. Pela Liderança do PFL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero tranquilizar os agentes de saúde no sentido de que já fizemos um acordo para votar hoje essa proposição, que é tão importante para o Brasil e de que V. Ex<sup>a</sup>, que está presidindo, é o Relator e foi praticamente o Senador que lutou mais pela sua aprovação. De modo que será até um prêmio se V. Ex<sup>a</sup> estiver na presidência, embora não possa porque estará na

relatoria, ao votarmos hoje, impreterivelmente, essa medida provisória.

Quero tranquilizar os agentes de saúde e dizer que esse foi um tema da sua campanha e que V. Ex<sup>a</sup>, sem dúvida, será um grande vencedor quando terminar essa votação.

Em segundo lugar, quero dizer que, no meu discurso de ontem, falei no Freud Godoy várias vezes. Entretanto, em determinado trecho, aparece Fred Suter. Pode haver um equívoco. Citei Freud Godoy várias vezes. Todos sabem que não citaria Fred Suter, que nada tem com esse assunto. É um jornalista conceituado e, como tal, não deveria ser comparado com Freud Godoy. Ainda citei: o psicanalista Freud Godoy. Quero, publicamente, dizer que jamais pensei em ofender o jornalista Fred Suter. Ao contrário, quero louvá-lo e dizer que hoje me dirijo a ele, pedindo que se retifique o erro que surgiu em uma parte do meu discurso, embora, muitas e muitas vezes, tenha falado no Freud Godoy. Até falei que estava manchando, maculando o psicanalista. O Freud Godoy do Lula não é o mesmo.

Feitos esses esclarecimentos, quero dizer que Sua Excelência, o Presidente da República, quando recebeu o Governador eleito da Bahia ontem – isso está em todos os jornais –, tirou fotografia com o Governador e sua esposa e mandou que os fotógrafos me procurassem para tirar a minha fotografia. Podem tirar todas as vezes.

Não encontrarão em mim um Presidente bêbado, como é o Senhor Lula. Não encontrarão em mim um Presidente desonesto, como é o Senhor Lula. Não encontrarão em mim um Presidente que só anda com ladrões, que estão desfilando pelo Brasil. E, a cada dia, aumenta o número de ladrões na sua companhia, para dilapidar os cofres públicos do País.

Enquanto não explicar o problema do dossiê que ele e Ricardo Berzoini fabricaram, para, na eleição de São Paulo, prejudicar o candidato José Serra, ele não tem autoridade nem de ser fotografado, o que dirá de aparecer em público. Falta-lhe dignidade para o exercício da Presidência. Falta-lhe moral para o exercício da Presidência. Falta-lhe aquilo que é mais indispensável: a credibilidade.

Mas, como ele quer fotografar-me, como está achando que precisa de uma fotografia minha, eu lhe mandarei algumas. Talvez ele goste de se distrair com boas fotografias, de pessoas que têm uma fisionomia diferente da dele, que é a de um turrão, de um homem que não tem a capacidade de raciocinar, de um homem que não sabe trabalhar, de um preguiçoso que iludiu o povo brasileiro por meio da publicidade.

Quero dizer ao Presidente da República que estou aqui para ser fotografado e para mandar fotografias para ele. Não aparecerei bêbado, como ele tem aparecido muitas vezes. Tampouco ninguém vai me colocar na página policial, como ele deveria estar e vai estar um dia, quando deixar de ser Presidente da República e de ter os privilégios que o cargo lhe garante, porque não pode explicar o dinheiro que tem, nem o que deu para o seu filho Lulinha.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Sr. Presidente, gostaria de dois minutos a mais, porque faço uma explicação importante, tendo em vista que o Presidente está querendo ver a minha fisionomia e que V. Ex<sup>a</sup> não pode impedir que ele veja. Eu quero que ele veja. Estou aqui falando para ele, estou me dirigindo a ele, sorrindo dele, da sua figura grotesca.

Daí por que, Sr. Presidente, eu dizia que tem chegado ainda um maior número de ladrões para a companhia do Presidente e dinheiro que jogaram nas eleições da Bahia, como salientou, com muita competência, o Senador César Borges. E V. Ex<sup>a</sup> foi vítima, Sr. Presidente.

Volto a dizer que o Presidente não pode discutir ética e corrupção. Ele está arregimentando mais corruptos para a sua gangue, como Berzoini e a turma do dossiê: Freud Godoy; Gedimar Passos; Expedito Veloso, vejam só, esse diretor do Banco do Brasil; Valdebran Padilha; e Jorge Lorenzetti, que é o seu churrasqueiro. O churrasqueiro do Presidente da República que pegou R\$18 milhões e que toma conta, evidentemente, da sua filha, que mora em Santa Catarina.

Ah, Sr. Presidente, falei aqui de Humberto Costa, e não acreditaram. Ele foi denunciado pelo Ministério Público.

Tenho evitado falar do Sr. José Dirceu, porque tive um relacionamento pessoal com ele. Até ontem pensava que tinha, mas, como ele, no seu *blog*, atacou-me, estou à vontade para dizer que muitas lágrimas ele foi derramar na minha casa, e muita coisa ele contou do Presidente da República. De modo que ele não podia atacar-me, porque pude consolá-lo muitas vezes das mágoas que ele tinha do Palácio do Planalto. Muita gente sabe disso, mas ele não pode ignorar. A despeito de ele cassado e tudo isso, tive a coragem de jantar com ele em restaurante importante de São Paulo, para que o público visse, mas ele não está retribuindo com a dignidade que mereço pela minha atitude.

De maneira que hoje não tenho por que evitar citar José Dirceu e seus companheiros mensaleiros: Waldomiro Diniz, Delúbio, Valério, Henrique Pizzoloto, Ivan Guimarães, João Magno e tantos outros.

**O Sr. Jefferson Péres** (PDT – AM) – Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Com prazer.

**O Sr. Jefferson Péres** (PDT – AM) – Senador Antonio Carlos, fiquei surpreso, quando abri os jornais e vi uma referência do Presidente da República a V. Ex<sup>a</sup>, dizendo textualmente que gostaria de ver a cara de V. Ex<sup>a</sup>. Sei que V. Ex<sup>a</sup> tem feito ataques muito duros ao Presidente, como é próprio da vida parlamentar – uns mais agressivos; outros, menos. V. Ex<sup>a</sup> é da Oposição. Os Senadores da Base do Governo podem e até devem responder a V. Ex<sup>a</sup> no mesmo diapasão. Agora, o inaceitável é que o Presidente da República se dirija a um político, a um Parlamentar individualmente, nesses termos ofensivos e debochados. É o que sempre digo: o Presidente Lula parece não se ter imbuído da natureza majestática do seu cargo, que é uma instituição, é a Presidência da República. Isso não deve, nem pode acontecer. De forma que, até por isso, receba a minha solidariedade.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Agradeço imensamente, Senador Jefferson Peres, essa solidariedade, partindo de quem parte, e o conselho que V. Ex<sup>a</sup> dá publicamente ao Presidente da República, para que tenha compostura no exercício da função.

Uma coisa são os debates do Parlamento, outra é um Presidente da República que não sabe comportar-se com a dignidade, sobretudo quando ele ajuda a furta a Nação e ainda se alia a ladrões iguais a ele.

O filho dele, Luiz Gushiken e a turma dos fundos da Previdência, como Marcelo Sereno, o Lulinha da Gamecorp, o irmão Vavá que dizia apenas avisar os empresários com negócios do Governo – foi o irmão dele quem disse. O filho recebeu R\$15 milhões da Telemar. A turma de Ribeirão Preto: Rogério Burati, Juscelino Dourado, Ralph Barquete, Sérgio, o Sombra; sem esquecer também a célebre Jeanny Mary Corner. Paulo Okamoto, o doador universal e operador do Sebrae, que paga as contas de Lula e os seus cartões de crédito; Paulo Pimenta, aquele que foi o primeiro a fazer dossiê numa comissão de inquérito, foi pego distribuindo dossiê; Roberto Teixeira, o empresário amigo que pagava as contas da família de Lula, cujo sigilo bancário nunca foi aberto, porque, se assim o fizerem, as vergonhas surgirão; Waldomiro Diniz; a turma do Bingo, como Carlinhos Cachoeira e outros tantos.

Não citarei outros menos votados, Sr. Presidente, mas que quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> e a esta Casa que a

minha cara é esta. Não sei se é boa ou ruim, mas é a minha; não tenho outra.

Agora, o Presidente tem várias caras. Tem a cara do bêbado, tem a cara do desonesto e tem a cara que infelicitava a Nação brasileira mentindo desavergonhadamente todos os dias.

De modo que somos realmente diferentes. Ele é uma coisa, eu sou outra. Eu tenho mais de 50 anos de vida pública e posso falar, assim como falo; e ele não pode falar, porque não tem a dignidade de quem tem esse cargo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder do PSDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodolpho Tourinho. PFL – BA) – Concedo agora a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares, que já a havia solicitado antes de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Arthur Virgílio.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

*O Sr. Rodolpho Tourinho, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jefferson Peres.*

**O SR. PRESIDENTE** (Jefferson Péres. PDT – AM) – Senador Flexa Ribeiro, pela ordem.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Jefferson Péres, eu conversava com nosso Líder do PSDB, Senador Arthur Virgílio, sobre o que S. Ex<sup>a</sup> já havia anunciado aqui minutos atrás: uma matéria da **Folha de S. Paulo**, que tem como título “Governo inglês divulga plano para privatizar a Amazônia”. Trata-se da nossa Amazônia, da sua Amazônia, da Amazônia de todos os brasileiros. O Senador Arthur Virgílio, inclusive, já dirigiu um requerimento à Mesa pedindo informações ao Ministro das Relações Exteriores.

É um absurdo o que diz o artigo:

O governo inglês, por meio de David Miliband, secretário de Meio Ambiente britânico, divulgou na semana passada no México um plano para transformar a floresta amazônica em uma grande área privada. O anúncio foi feito em um encontro realizado na cidade de Monterrey (...). O evento reuniu os governos dos 20 países mais poluidores do mundo. A proposta inglesa, que conta com o aval do primeiro-ministro Tony Blair, visa proteger a floresta, segundo Miliband. O próprio político admitiu que a idéia está em seu estágio inicial e que será preciso discutir as questões de soberania da região com o Brasil. O plano prevê que uma grande área da Amazônia passaria a ser administrada por um consórcio internacional. Grupos ou mesmo pessoas físicas poderiam então comprar árvores da floresta.

Eu, depois de conversar com nosso Líder, Senador Arthur Virgílio, solicitaria a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, autorização para também assinar o aludido requerimento de informações ao Sr. Ministro das Relações Exteriores sobre esta grave denúncia, mais uma vez, quanto à cobiça internacional sobre a região amazônica.

**O SR. PRESIDENTE** (Jefferson Péres. PDT – AM) – Senador Flexa Ribeiro, o requerimento do Senador Arthur Virgílio terá tramitação normal e contará também com a minha assinatura.

Peço licença ao Senador Antonio Carlos Valadares, que já se encontra na tribuna, mas tenho que fazer esse comentário por se tratar da Amazônia.

Creio que não basta o governo britânico ter desautorado hoje o seu ministro – ele é ministro, é membro do governo. É preciso que haja uma reação mais dura de parte do Governo brasileiro. Acredito que o requerimento do Senador Arthur Virgílio merecerá o apoio de toda a nossa Casa, com certeza.

Senador Antonio Carlos Valadares, com a palavra.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes de fazer a leitura deste discurso, eu gostaria de me pronunciar sobre as eleições realizadas em todo o Brasil, notadamente no Estado de Sergipe, onde despontou como vitorioso o ex-Prefeito da Cidade de Aracajú, Marcelo Déda, com uma vitória irretocável, insofismável, com uma diferença de mais 74 mil votos sobre o segundo colocado, o atual Governador, João Alves Filho, que pleiteava a seu segundo mandato. Como Vice-Governador foi eleito o Deputado Estadual Belivaldo Chagas, companheiro nosso do Partido Socialista Brasileiro, do PSB.

Aos eleitos, Marcelo e Belivaldo, nesse instante, transmito as homenagens do PSB nacional, pela sua Liderança no Senado Federal, por meu intermédio. Essa vitória pontifica um sintoma, um sentimento de mudança que se concretizou, sem dúvida alguma, na manifestação do eleitorado de Sergipe, que levou Marcelo Déda, um homem de 46 anos de idade, que já foi Deputado Federal várias vezes, que foi um dos maiores prefeitos que Aracajú já teve e agora se revela uma grande liderança no Estado de Sergipe, a se eleger de uma forma incontestável Governador do seu Estado, em uma aliança política da qual participaram vários Partidos: o PC do B, o PT, o PSB, o PTB e também o nosso PL.

Com essa aliança foi possível eleger três Deputados Federais, vários Deputados Estaduais, e o caminho está traçado para que Sergipe ganhe um novo rumo, tanto do ponto de vista econômico como social, pela valorização, acima de tudo, de programas sociais



que venham ao encontro da população mais pobre do nosso Estado.

Sr. Presidente, não sei se dará tempo para fazer a leitura do discurso que havia preparado para a tarde de hoje, mas nele é enfocado o problema das taxas de juros praticadas pelo Banco Central, como também aquelas taxas cobradas pelos bancos de todo o Brasil, as quais, sem dúvida alguma, contribuem para a redução da remuneração dos trabalhadores, dos funcionários públicos, dos depositantes e de todos aqueles que se utilizam dos serviços bancários como um instrumento para os seus negócios e para seus depósitos.

As altas taxas de juros do Banco Central, a partir do Plano Real, Sr. Presidente, garantem lucros astronômicos às instituições financeiras, como todo ano são noticiados pela mídia. São lucros que, nos últimos anos, alcançam mais de 500%. A questão é que os outros setores da economia como a indústria, o comércio e a agricultura estão perdendo para que os bancos tenham lucros astronômicos.

Sr. Presidente, o que quero destacar é o estudo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – Dieese, publicado pela revista virtual **Carta Maior**, que confirma o que também já se imaginava.

A liberalização do setor bancário patrocinada pelo governo passado na seqüência do Real deu às instituições outra potente fonte de renda: a cobrança de tarifas. Com os bancos livres para taxar a clientela, a arrecadação do setor com tarifas explodiu. Subiu 153,6% acima da inflação, entre 1994 e 2005, segundo pesquisa do Dieese feita por encomenda dos sindicatos dos bancários de São Paulo e do Distrito Federal.

Em valores, a receita das instituições financeiras com tarifas avançou R\$35 bilhões em 12 anos, ou seja, passou de R\$6 bilhões, em 1994, para R\$41 bilhões em 2005. Em termos nominais, situação que não leva em conta a influência da inflação nas tarifas, o crescimento da receita da taxa foi de 582%. Quando se desconta a inflação medida pelo próprio Dieese, Sr. Presidente, o Índice de Custo de Vida (ICV), verifica-se aumento real de 153,6%.

Para se ter uma idéia da fortuna proporcionada pelas tarifas aos bancos, o estudo compara esta receita com a folha de pagamentos das cinquenta maiores instituições financeiras do país. Em 1994, a arrecadação tarifária cobria 26% da despesa com pessoal, que era de R\$23 bilhões. No ano passado, a taxa pagou todos os empregados dos bancos (R\$36 bilhões) e ainda deu lucro de R\$5 bilhões aos mesmos bancos – representou 102,3% do total da folha.

Sr. Presidente, para não ofender o Regimento e para não atrapalhar os demais oradores inscritos, pediria a V. Ex<sup>a</sup> que mandasse para os Anais da Casa a íntegra deste discurso.

Termino dizendo que o Presidente Lula, em seu segundo mandato – se isso vier a ocorrer, como esperamos –, precisa corrigir esse absurdo. Os bancos estão ganhando exorbitâncias não apenas sob a forma dos lucros decorrentes dos planos econômicos, mas em virtude da cobrança de tarifas por serviços que são obrigados a prestar à sua clientela.

Era só, Sr. Presidente.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES.**

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE. Sem apanhamento taquigráfico.)** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, as altas taxas de juros do Banco Central (BC), a partir do Plano Real, garantem lucros astronômicos às instituições financeiras, como todo ano são noticiados pela mídia. São lucros que nos últimos anos alcançam mais do que 500%. Isso mesmo senhor Presidente, lucros de mais de 500%! Nada contra o lucro. A questão é que os outros setores da economia, como a indústria, o comércio e a agricultura estão perdendo para que os bancos tenham lucros astronômicos.

Sr. Presidente, o que quero destacar é o estudo do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócios Econômicos (DIEESE) publicado pela revista virtual Carta Maior, que confirma o que também já se imaginava. A liberalização do setor bancário patrocinada pelo então governo passado na seqüência do Real deu às instituições outra potente fonte de renda: a cobrança de tarifas. Com os bancos livres para taxar a clientela, a arrecadação do setor com tarifas explodiu. Subiu 153,6% acima da inflação, entre 1994 a 2005, segundo pesquisa do DIEESE feita por encomenda dos sindicatos dos bancários de São Paulo e do Distrito Federal.

Em valores, a receita das instituições financeiras com tarifas avançou R\$35 bilhões em 12 anos – de R\$6 bilhões, em 1994, para R\$41 bilhões, em 2005. Em termos nominais, situação que não leva em conta a influência da inflação nas tarifas, o crescimento da receita da taxa foi de 582%. Quando se desconta a inflação medida pelo próprio Dieese, o Índice de Custo de Vida (ICV), verifica-se aumento real de 153,6%. “As tarifas tiveram crescimento geométrico, enquanto o emprego e a renda cresceram aritmeticamente, e com muita dificuldade”, disse o diretor de Estudos Sócio-

Econômicos do Sindicato dos Bancários do Distrito Federal, André Nepomuceno.

Para se ter uma idéia da fortuna proporcionada pelas tarifas aos bancos, o estudo compara esta receita com a folha de pagamentos das 50 maiores instituições financeiras do país. Em 1994, a arrecadação tarifária cobria 26% da despesa com pessoal, que era de R\$23 bilhões. No ano passado, a taxação pagou todos os empregados (R\$ 36 bilhões) e ainda deu lucro de R\$5 bilhões aos bancos – representou 102,3% do total da folha.

Numa tentativa de rebater a argumentação das instituições de que as tarifas subiram porque o número de clientes também cresceu, o estudo vasculhou os balanços de três dos maiores bancos do país – Banco do Brasil (BB), Bradesco e Itaú. Os dados contábeis mostram que a arrecadação com tarifas avançou mais que a clientela, o que sinaliza que os bancos estão cobrando mais. Dividindo-se a receita com tarifas pelo número de clientes, observa-se que, de 2001 a 2005, a tarifa média cobrada pelo Bradesco de cada correntista subiu 66%, enquanto que o número de clientes do banco cresceu 37,5%. No Itaú, os números são 59% e 20,5%, respectivamente. No BB, 83% e 65,5%.

O antídoto contra o abuso seria a volta da regulamentação da tarifas pelo governo, pois tarifa é matéria de consumo, e não deve ser tratada pelo arbítrio dos bancos, como se a competição e a concorrência fossem mediadoras das tarifas. Ora, não existe concorrência nem competição no setor bancário. E é bom lembrar que recentemente o Supremo Tribunal Federal considerou as relações entre cliente e bancos como reguladas pelo Código de Defesa do Consumidor.

Sr<sup>as</sup> e srs. Senadores, reconheço que a volta da regulamentação parece “uma coisa improvável”; daí que os sindicatos dos bancários defendem a aprovação, pelo Congresso, de um projeto de lei que impeça os bancos de cobrar tarifas de conta-salário. Seria uma medida pontual para proteger o bolso do trabalhador da sanha bancária.

O projeto já existe e é de autoria do deputado Vicentinho (PT-SP), mas está parado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara. Na verdade, estudo do próprio DIEESE teoriza que as tarifas custam 2% da renda média dos trabalhadores e, por causa disso, sacrificam boa parte de reajustes salariais conquistados pelos trabalhadores.

Aliás, o estudo do DIEESE ilustra bem essa avaliação, ao mencionar dados colhidos pela Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon) de São Paulo. Em fevereiro, o valor médio de um pacote de

tarifas bancárias acertadas pelas instituições com os clientes consumia 7,5% de um salário mínimo, 2,6% do salário médio no comércio, 2,10% do salário médio no setor de serviços e 1,9% do salário médio na indústria. E não adianta os trabalhadores tentarem procurar bancos que cobrem tarifas mais baixas, porque em geral os preços estão alinhados, variam pouco de instituição para instituição, daí por que afirmamos que não há concorrência no setor. E o motivo para o alinhamento é a concentração no setor bancário. E todos nos sabemos da dificuldade de sair de um banco e ir para outro banco; sem contar que o trabalhador não tem liberdade de mudar a conta-salário.

Sou da base do governo e faço esse pronunciamento porque o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, participou de audiência pública aqui no Senado e mostrou simpatia pela aprovação de um projeto de lei que transfere do BC ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) a decisão sobre fusões e aquisições bancárias. Especializado em combate a cartéis, o Cade teria mais condições de frear a concentração do setor, que aumenta sem parar.

**O SR. PRESIDENTE** (Jefferson Péres. PDT – AM) – Senador Arthur Virgílio, peço sua atenção. O Secretário da Mesa informa que, em face de disposição regimental, V. Ex<sup>a</sup> terá de falar após o Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Se S. Ex<sup>a</sup> quiser, poderá fazer uso da palavra antes de mim.

**O SR. PRESIDENTE** (Jefferson Péres. PDT – AM) – O Senador Eduardo Suplicy está abrindo mão de falar neste momento em seu favor, Senador Arthur Virgílio.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Falo em seguida ao Senador Arthur Virgílio, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jefferson Péres. PDT – AM) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, como Líder, pelo prazo de cinco minutos.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, antes de mais nada, presto contas ao Senado e à Nação.

Disputei eleição por meu Partido em coligação com o PPS, coligação intitulada “Muda Amazonas” – o Amazonas precisa mudar –, e não obtive êxito, não me elegei Governador de meu Estado. Volto, então, ao Senado para cumprir os quatro anos e três meses de mandato que tenho pela frente com a mesma coerência e integridade.

V. Ex<sup>a</sup>, Senador Jefferson Péres, seria o candidato de minha preferência, mas V. Ex<sup>a</sup> optou por não disputar, e resolvi, eu próprio, improvisar minha candidatura. Entendi que foi o gesto certo, o gesto necessário àquele momento. Sabia da preferência polarizada pelos dois adversários principais, 77% nas pesquisas espontâneas, mas me decidi, assim mesmo, a enfrentar essa luta – enfrentava uma máquina econômica de um lado e uma máquina econômica e oficial de outro. Quando se estimulava a pesquisa, era mais arraigada ainda a presença de ambos na cena.

Tentei mostrar, e creio que consegui, que era possível apresentar propostas sérias e vencer – e venci – os debates de que participei, os poucos debates que permitiram que acontecessem nessa eleição. E os venci sem insultos pessoais, apresentando teses para serem discutidas pela sociedade amazonense, mostrando claramente o compromisso com a ética, com a seriedade. Um acusava o outro de malfeitos, de malversações, mas nenhum dos dois se atrevia a me acusar de coisa alguma. Então, entrei na eleição limpo e saí limpo como nela entrei. Dela saí limpo como nela, limpo, ingressei.

Entendo o fato eleitoral como normal, como correto. As eleições não oferecem o resultado do empate, não se empata em eleição, perde-se ou ganha-se, e essa eu perdi, perdi com minhas teses, com minhas convicções.

Houve pessoas que me disseram assim: “Puxa, Arthur, você tinha o Estado onde a preferência pelo Presidente Lula era a mais esmagadora entre todos os demais Estados das Regiões Norte e Nordeste, onde ele venceu”. Diziam-me que eu havia me mostrado o antilula ao longo de meus anos de Senado e de Governo Lula. Eu não me arrependo disso. Estou aqui de volta para dizer que combati Lula porque ele errou administrativamente, porque fez uma política externa desastrosa, porque fez o governo mais corrupto da história republicana brasileira. Disse isso às vésperas do pleito, estou dizendo agora e direi enquanto eu tiver essa idéia. E não vejo que ele possa mudar minha convicção sobre o governo dele, isto é, de que ele gerencia e preside o governo mais corrupto da história republicana brasileira.

Se isso é o bastante para me derrotar na outra eleição, perderei a outra eleição, mas não deixarei de dizer aquilo que vem do meu coração, aquilo que vem da minha alma, aquilo que vem da minha fé, aquilo que vem da minha convicção. Portanto, cumpri estriamente com meu dever.

Não nasci para fazer da política trampolim para coisa alguma, nem nasci para surfar as ondas do oportunismo, até porque surfista da política não sou e porque entendo que não teria sentido a dedicação a uma carreira tão dura, pessoalmente tão exigente, familiarmente tão sacrificante, se não fosse para fazê-la com honra, com decência.

Presto contas, portanto, Sr. Presidente, dizendo que volto com a mesma posição. Não há nada que me faça mudar.

Do lançamento da minha candidatura para cá, apareceu esse escabroso caso que nem o outro Freud, o da Psicanálise, explica: o envolvimento do Freud palaciano e de seus asseclas nesse episódio lamentável da compra de um dossiê com dinheiro sujo, o que, para mim, é suficiente para, na eventual hipótese de uma vitória do Presidente Lula – na qual já não creio, da qual descreio –, impedir sua posse, em função da clara agressão à Lei Eleitoral brasileira.

Por muito menos saiu daqui o Senador João Capiberibe, por muito menos! Por muito menos saiu desta Casa o Senador João Capiberibe, por muito menos saiu da Presidência da República o Senador eleito, ainda não empossado, Fernando Collor de Mello, com tudo o que foi constatado sobre seu governo.

Sr. Presidente, eu era o que sou e espero, no futuro, ter coragem moral para ser o que sou. Era o que sou e espero, Senador Mão Santa, no futuro, ser exatamente o que sou hoje, independentemente das conveniências, de saber se é melhor assim ou se é melhor assado; ou seja, minha vida pública é como minha vida pessoal, uma linha reta. Vou numa linha reta, não sou cobra para fazer movimentos sinuosos, mas, ao contrário, comporto-me mais como o leão quando tem de enfrentar algo ou alguém, jamais como a cobra sinuosa, que faz movimentos sibilinos, aqueles movimentos de vaivém, aqueles movimentos que, na verdade, mostram mais a face da traição do que propriamente a da coragem e a da coerência.

Foi com a coragem e com a coerência que enfrentei, no Estado onde o Presidente Lula era mais popular, essa eleição. Não me arrependo. Plantei a semente da decência. Mostrei que era possível se fazer, sim, o enfrentamento a esse poder tão avassalador que V. Ex<sup>a</sup> conhece muito bem; mostrei que era possível e necessário fazer esse enfrentamento. Fiz esse enfrentamento e colhi o resultado que o povo do Amazonas quis me dar em determinada época, em determinado momento de sua trajetória histórica. Não questiono o povo, apenas a ele me curvo.

Se não me curvo ao poderoso do Palácio, se não me curvo à corrupção que ele pratica, se a denuncio sem parar, até porque tenho o compromisso de denunciar a corrupção, se denuncio a ineficiência administrativa e se mostro que estou em sintonia com a maioria do povo brasileiro – povo que optou por dar o segundo turno e que, sem dúvida alguma, haverá de conceder a vitória a Geraldo Alckmin, para que se ponha cobro a um quadro de absoluta desmoralização a que está sendo submetido este País no exterior –, eu não poderia ser diferente em meu Estado. Sendo assim, cumpro com meu dever.

Sr. Presidente, para ilustrar apenas e para encerrar, tenho aqui uma nota da **Folha de S. Paulo**, do dia de hoje, 4 de outubro: "O Governo Kirchner disse que não gostou da notícia de que haverá segundo turno no Brasil. Ele teme o efeito contágio". Ele teme o efeito que puna – e aí vou falar como cidadão livre – sua própria irresponsabilidade. Considero o Sr. Néstor Kirchner um presidente muito pouco responsável, pois teve tudo para dar um jeito na situação econômica da Argentina, mas, ao contrário, apenas adiou, com medidas paliativas terríveis, a crise que se abate sobre aquele país e que vai mostrar, dentro de poucos anos, que seu governo não foi bom para a Argentina.

Mas, muito bem, eles dizem que o petista é mais previsível e mais comprometido com o projeto argentino.

Sr. Senador Jefferson Péres...

**O SR. PRESIDENTE** (Jefferson Péres. PDT – AM) – Senador Arthur Virgílio, estou-lhe concedendo mais dois minutos de tolerância.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Pois não. Não preciso mais do que isso, Senador.

Preste atenção V. Ex<sup>a</sup>! Diz Kirchner que Lula é mais comprometido do que Alckmin com o projeto argentino para o Mercosul.

Mais adiante, na mesma matéria da **Folha**, diz-se que o mercado de valores, a bolsa Argentina, também está inquieto com Alckmin. Mais ainda, a União Industrial Argentina (UIA) diz que uma eventual vitória de Alckmin seria um risco para a economia do seu País. Ou seja, o real mais desvalorizado favorecerá as exportações brasileiras. E eles não querem isso; eles querem um real mais valorizado, que, portanto, favoreça a vida econômica da Argentina. E diz a UIA, que é a Fiesp de lá, que Lula é visto como um homem comprometido com a industrialização da Argentina.

Voto em Alckmin, porque Alckmin é comprometido com o futuro deste País, com o crescimento deste País e com a moralização dos costumes políticos deste País, do meu País.

E, portanto, Sr. Presidente, com a sensação de que cumpro meu dever lá, volto a cumprir meu dever cá. E cumprirei meu dever, com ou sem mandato – o meu dever de brasileiro –, onde quer que esta Pátria precise de mim.

Muito obrigado.

Era o que eu tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Jefferson Péres. PDT – AM) – Concedo a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de 20 minutos para fazer seu pronunciamento.

**O SR. PAULO OCTÁVIO** (PFL – DF) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Jefferson Péres. PDT – AM) – Concedo a palavra, para uma questão de ordem, ao Senador Paulo Octávio.

**O SR. PAULO OCTÁVIO** (PFL – DF. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Projeto de Lei da Câmara nº 9 trata da discussão, em turno único, do projeto que altera a nomenclatura do cargo de Perito Papiloscopista. Esse projeto está pronto para ser votado. Eu queria indagar se seria possível procedermos a essa votação ainda nesta tarde.

**O SR. PRESIDENTE** (Jefferson Péres. PDT – AM) – Senador Paulo Octávio, respondendo à sua indagação, quero dizer que a informação que tenho é a de que, hoje, serão votadas duas medidas provisórias e de que o resto da pauta poderá ser votado na próxima terça-feira, se houver quórum.

**O SR. PAULO OCTÁVIO** (PFL – DF) – Então, não haverá votação?

**O SR. PRESIDENTE** (Jefferson Péres. PDT – AM) – É a informação que tenho. O Presidente Renan Calheiros ainda não chegou a esta Casa. Mas isso é o que informa o Secretário-Geral da Mesa.

**O SR. PAULO OCTÁVIO** (PFL – DF) – Consulto se haverá votação amanhã.

**O SR. PRESIDENTE** (Jefferson Péres. PDT – AM) – Em princípio, não. Provavelmente, não.

**O SR. PAULO OCTÁVIO** (PFL – DF) – Provavelmente, não. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jefferson Péres. PDT – AM) – Tem a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Jefferson Peres; Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores; prezados visitantes na galeria do Senado, tenho expressado o quão importante acho – e aqui reitero – que a Direção Nacional do Partido dos Trabalhadores e a própria Direção Estadual do PT em São

Paulo se empenhem para que, no mais breve espaço de tempo possível, possa ser inteiramente elucidada, em tudo aquilo que esteja ao nosso alcance, no âmbito do PT, a questão relativa a esses dossiês ou ao dossiê que foi objeto de prisão, por parte da Polícia Federal, de alguns membros e que está sendo examinada obviamente também pelo Ministério Público e pelos órgãos responsáveis.

Ainda hoje, visitei o Ministro Márcio Thomaz Bastos e lhe disse que é importantíssimo que isso possa ser efetivado, e essa também é a opinião dele, como também é a opinião do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que demonstrou sua indignação e sua contrariedade. O próprio Senador Aloizio Mercadante, que esteve no plenário há poucos instantes, demonstrou a vontade de que isso seja elucidado.

Na reunião de Bancada do Partido dos Trabalhadores, todos nós Senadores externávamos que essa deveria ser a nossa vontade expressa ao Presidente Ricardo Berzoini.

Sr. Presidente, sugiro que isso seja muito importante. Do ponto de vista daquilo que vai acontecer, da importante decisão que todos nós brasileiros tomaremos em 29 de outubro, no último domingo deste mês, quando escolheremos em segundo turno o Presidente da República, é importantíssimo que isso seja bem esclarecido.

E mais, Sr. Presidente Jefferson Péres: o quão antes essa questão for esclarecida, mais estarão Luiz Inácio Lula da Silva e Geraldo Alckmin discutindo aqueles temas que são os mais relevantes para o povo brasileiro. É claro que a questão ética é importante. Inclusive, ressalto as recomendações que V. Ex<sup>a</sup>, Senador Jefferson Péres, tem feito aqui no Senado; que Parlamentares, como o Deputado Fernando Gabeira, por exemplo, têm feito ao Governo; que eu próprio tenho feito, no sentido de evitar que haja todo o tipo de ferimento à ética. Que seja esse um compromisso muito firme de ambos os candidatos!

Eu gostaria muito que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva tivesse uma determinação muito clara de evitar esses problemas que, infelizmente, caracterizaram parte do seu Governo nesses primeiros quatro anos.

Porém, quero dedicar este pronunciamento, sobretudo, a um tema que o Senador Roberto Saturnino já abordou no início desta semana, inclusive ontem: como vamos combinar o crescimento da economia e das oportunidades de emprego com a melhoria da distribuição da renda e com a erradicação da pobreza absoluta?

É de se saudar que, no período 2002, 2003, 2004 e 2005, nos três primeiros anos de Governo do Presidente Lula, houve uma queda acumulada de 19,2% no número de brasileiros que estavam vivendo com menos de R\$121,00 **per capita**. Se esse valor for considerado como no estudo que Marcelo Néri, da Fundação Getúlio Vargas, realizou, intitulado “Miséria, Desigualdade, Estabilidade”, verificaremos que houve um progresso acentuado, pois o número de pessoas vivendo abaixo dessa linha oficial de pobreza diminuiu consideravelmente: de mais de 50 milhões para mais de 42 milhões de brasileiros. Mas ainda há um número considerável de pessoas, de brasileiros e de brasileiras, correspondendo a 22,77% da população, que vivem em condições de pobreza absoluta, Senador Jefferson Péres.

**O Sr. Roberto Saturnino** (Bloco/PT – RJ) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um breve aparte?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Com muita honra, Senador Roberto Saturnino. Permita-me apenas desenvolver mais um ponto, porque acredito que V. Ex<sup>a</sup> terá ainda mais elementos para seu aparte.

Quero ouvir especialmente, seja no debate de domingo próximo na Rede Bandeirantes de Televisão, seja nas entrevistas da Rede Globo, seja no debate com Heródoto Barbeiro na CBN, os candidatos responderem com mais precisão as perguntas a respeito desse assunto do que o fizeram Heloísa Helena, Cristovam Buarque e Geraldo Alckmin no último debate da Rede Globo.

Por exemplo, em relação ao Programa Bolsa-Família, que teve uma expansão considerável de outubro de 2003, quando havia 2,3 milhões de famílias inscritas, até hoje, quando há quase 11,2 milhões de famílias inscritas no programa, o que corresponde praticamente a um quarto dos 186 milhões de brasileiros, houve um efeito considerável. Como constatado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE, diminuiu o número de famílias que vivem em condições de pobreza, o que levou muitas pessoas a concluírem que o Programa Bolsa-Família está tendo um efeito positivo.

Quero ressaltar, Senador Roberto Saturnino, que o Programa Bolsa – Família é de responsabilidade da União. O Governo do Presidente Lula unificou os quatro programas antes existentes – o Bolsa-Escola, o Bolsa-Alimentação, o Auxílio-Gás e o Vale-Alimentação, instituído no início de 2003, buscando maior racionalidade e melhoria dos programas que então existiam. Trata-se de um programa que foi aqui aprovado por

todos os partidos. Quero ressaltar isso. Então o mérito não é apenas do Poder Executivo; o mérito é também do Poder Legislativo constituído pelos Senadores e Deputados Federais tanto do PT, quanto do PSDB, do PFL e de outros partidos. Conforme o Presidente Lula assinalou quando atingiu a meta de mais onze milhões e cem mil famílias inscritas, o mérito é também dos prefeitos dos 5.561 municípios brasileiros, administrados por prefeitos de praticamente todos os partidos aqui representados. Então, é um mérito que precisa ser reconhecido, compartilhado pelo PT e por todos os partidos.

Naquele debate a Senadora Heloísa Helena disse que de maneira alguma é verdade que ela pretenda acabar com o Bolsa-Família; ela quer aperfeiçoá-lo. O ex-Ministro e Senador Cristovam Buarque lamentou que tenham mudado o nome do programa de Bolsa-Escola para Bolsa-Família e afirmou que gostaria de melhorar o Bolsa-Família a fim de que todas as crianças frequentassem a escola. E, para quem não tem filhos, ele criaria uma rede de emprego social.

**O SR. PRESIDENTE** (Jefferson Péres. PDT – AM) – O tempo de V. Ex<sup>a</sup> terminou, mas dou-lhe mais dois minutos.

**O SR. EDUARDO SUPLYCY** (Bloco/PT – SP) – Todos os oradores hoje foram objeto de muita generosidade, inclusive o que me antecedeu.

**O SR. PRESIDENTE** (Jefferson Péres. PDT – AM) – Dou a V. Ex<sup>a</sup> três minutos.

**O SR. EDUARDO SUPLYCY** (Bloco/PT – SP) – Obrigado. Quero, então, conceder o aparte ao Senador Roberto Saturnino e ter o tempo necessário para bem responder a S. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Roberto Saturnino** (Bloco/PT – RJ) – Senador Eduardo Suplicy, vou ser breve para não prejudicar o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>, que é muito importante. É natural que a Oposição levante os escândalos e os coloque como centro do debate nesta Casa. Quero afirmar e reafirmar – e é o que V. Ex<sup>a</sup> está fazendo da tribuna nesse pronunciamento importante – que justiça também é ética. Justiça social é uma dimensão muitíssimo importante da ética. A dimensão que dá o fundamento ético da sociedade é a justiça na distribuição dos frutos do trabalho de todos. Sem essa justiça, a tendência da sociedade é a de desvalorizar as instituições, o que leva ao descrédito das instituições. É muito difícil constituir-se uma Nação com estabilidade, com democracia, com respeito, sem justiça social. É importante ressaltar que, pela primeira vez, no Brasil, um Governo erige como prioridade maior, como prioridade quase absoluta a justiça social, promovendo

a melhor distribuição dos frutos do trabalho. Então é muito importante o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. EDUARDO SUPLYCY** (Bloco/PT – SP) – Justamente, Senador Roberto Saturnino, o que desejo ver é como os candidatos irão garantir a consecução, a realização dos princípios de justiça em nossa sociedade.

Quero aqui observar que tanto o meu amigo Cristovam Buarque quanto Geraldo Alckmin não foram corretos ao explicitar que o Programa Bolsa Família não estaria exigindo a presença na escola. Existe a lei que assim o exige, existe o mecanismo e podem ver todos no *site* do Ministério do Desenvolvimento Social que o Ministério da Educação exige de todas as administrações municipais que reportem quais as crianças que estão efetivamente frequentando 85% das aulas.

Sr. Presidente, quero ressaltar que devem os candidatos estar cientes de que o Congresso Nacional também aprovou a Lei 10.835, sancionada pelo Presidente em 8 de janeiro de 2004, segundo a qual o passo seguinte do Programa Bolsa-Família será a renda básica de cidadania. Os chefes de Poder Executivo devem aprimorar esse programa, procurando ver qual será a trajetória, qual o passo de transição mais acertado para que o Bolsa-Família,..

*(Interrupção do som.)*

**O SR. EDUARDO SUPLYCY** (Bloco/PT – SP) – ... que, segundo os dados do IBGE, tem tido efeitos consideráveis, possa avançar para a renda básica de cidadania que, tenho a certeza, quando plenamente instituída, contribuirá e muito para que os pouco mais de 42 milhões de brasileiros que estão abaixo da linha oficial de pobreza vivam acima dessa linha, até por definição, porque a renda básica de cidadania assegurará muito maior dignidade e liberdade a todos os brasileiros e a todas as brasileiras.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Jefferson Péres. PDT – AM) – Com a palavra, por dez minutos, o Senador Alvaro Dias.

Senador José Agripino, V. Ex<sup>a</sup> deseja falar pela ordem? (Pausa.)

Pode falar Senador.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Sr. Presidente, é só para me inscrever pela Liderança do PFL quando V. Ex<sup>a</sup> julgar possível e oportuno.

**O SR. PRESIDENTE** (Jefferson Péres. PDT – AM) – V. Ex<sup>a</sup> está inscrito Senador.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, primeiramente o

necessário agradecimento. O meu agradecimento à população do Paraná pela compreensão, apoio, oferecendo uma vitória que valorizo extraordinariamente pelas condições em que foi alcançada. Uma eleição diferente. O eleitor que optou pela nossa permanência no Senado o fez certamente valorizando o resultado do trabalho realizado no exercício do mandato que finaliza neste ano.

Campanha pouco fiz. Dos 399 municípios do Paraná, visitei cerca de 25 municípios, Senador Antero Paes de Barros, até porque fiz a opção de continuar trabalhando no Senado praticamente durante todo o período da campanha eleitoral.

As injunções políticas no Estado levaram-nos ao isolamento. Nosso partido ficou isolado e dividido, com pouco tempo na televisão, com parte apoiando o Governador Roberto Requião, parte apoiando o Senador Osmar Dias, candidato ao Governo, e outra parte omissa em relação às candidaturas ao Governo.

Creio que devemos retirar lições dessa campanha eleitoral. Foi possível verificar que as estruturas de apoio tiveram papel preponderante como nunca. Talvez porque, nessa campanha eleitoral, as candidaturas tiveram menos visibilidade. Sem a possibilidade da realização de showmício e com a baixa audiência do horário eleitoral, os candidatos tornaram-se, muitas vezes, quase que secretos, prevalecendo, portanto, o apoio das estruturas de Governo Federal, estadual e municipal e as estruturas partidárias. Fica fácil verificar isso ao analisar o resultado das eleições em cada Município do Estado.

Temos de analisar o que fazer em relação à utilização da estrutura governamental na campanha eleitoral.

Os chamados cargos comissionados são acionados durante a campanha. Tanto os municípios, quanto os Estados, quanto a União possuem milhares de funcionários em cargos de confiança, que se tornam militantes remunerados, cabos eleitorais pagos com o dinheiro público. Verdadeiros exércitos de militantes saem às ruas em campanha. São praticamente todos eles oriundos dos quadros da administração pública.

Essa é a estrutura de apoio que se coloca à disposição de determinadas candidaturas.

Aprendemos, também, que a corrupção eleitoral não foi dizimada com os limitados avanços alcançados com a alteração na legislação que o Congresso Nacional procedeu.

Tenho que indagar, já que há algumas perguntas que precisam ser respondidas:

De onde veio tanto dinheiro?

Há algum tempo, pouco tempo atrás, o PT anunciava que estava falido. Foi obrigado a realizar operações suspeitas a pretexto de tapar os buracos das suas contas. O Brasil inteiro tomou conhecimento de que o PT era um Partido quebrado, e, de repente, na campanha eleitoral, muito dinheiro aparece. Uma campanha rica, abastada mesmo!

No Paraná, eu, particularmente, não conheci campanha tão farta em material publicitário, em militantes pagos.

Enfim, uma campanha certamente sustentada com muito dinheiro.

De outro lado, há que se indagar: o Presidente da República não é o Presidente de todos os brasileiros? O que levaria o Presidente da República a fazer telemarketing a favor de determinadas candidaturas? Por meio de telefone, o Presidente invadindo os lares e pedindo voto. Mas o Presidente não se licenciou do cargo. Portanto, se não se licenciou do cargo, é Presidente da República, deveria ser Presidente de todos os brasileiros.

Esse é um detalhe, Senador Arthur Virgílio, porque esse instituto da reeleição tem que ser questionado no Brasil. Parece-me que é impossível exercitar o processo eleitoral sob a égide do instituto da reeleição, quando não há comportamento ético, quando não há a necessária maturidade política.

Talvez estejamos ainda distantes de um estágio de amadurecimento político que nos permita exercitar o processo eleitoral sob a égide da reeleição. Ainda há pouco se viu, pelas emissoras de televisão, o Presidente da República reunindo-se com assessores, com políticos, no Palácio da Alvorada. Mas o Palácio da Alvorada é residência particular do Presidente, ou é patrimônio público, espaço público do Estado brasileiro? É permitido fazer campanha eleitoral em um próprio do Estado brasileiro? Enfim, temos de questionar o instituto da reeleição.

Senador Arthur Virgílio, é lícito um Ministro de Estado pedir férias e percorrer os municípios, oferecendo vários orçamentos da União em troca de apoio eleitoral? É o que se fez durante a campanha eleitoral no primeiro turno, cooptando prefeitos, parlamentares. Eu imagino aonde irão cobrar esses recursos com a vitória de Geraldo Alckmin no dia 29 de outubro. Aonde esses prefeitos e esses parlamentares irão cobrar os recursos prometidos pelo Ministro durante a campanha eleitoral?

Ora, Senador Arthur Virgílio, nós precisamos rever a legislação.

Com prazer, concedo um aparte a V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Senador Alvaro Dias, antes de mais nada, minhas congratulações ao povo do Paraná pela recondução de V. Ex<sup>a</sup> ao Senado. Isso é garantia de uma voz independente, na hipótese de Alckmin, nosso candidato, tornar-se Presidente da República – e nisso creio – e uma voz implacável de oposição, na hipótese de se manter o estado de coisas desastroso sob a égide de um eventual governo Lula. Mas, a pergunta que faço é: Ministro de Estado hoje é o quê? Ele é funcionário do Governo, do País, ou é funcionário do PT? O Presidente Lula ordenou a pelo menos três dos seus ministros que esquecesse seus trabalhos ordinários e se dedicassem à campanha de pedir votos pela tentativa de reeleição presidencial. Isso para mim é mais uma resvaladura pelo ilícito; isso é de novo uma agressão à ética; isso é de novo a mistura entre os interesses de uma pessoa, de um grupo político, e os interesses da Nação. É algo a se questionar, porque estão cada vez mais desenvolvidos os encontros no Palácio da Alvorada para transformar aquilo que é a residência do Presidente num verdadeiro comitê eleitoral. É um entra-e-sai de cabos eleitorais, Ministros ou não, na casa que deveria ser a casa austera do Presidente da República. Era essa a preocupação que eu queria trazer à Nação, quando de novo me congratulo com o povo do Paraná pela recondução sábia de V. Ex<sup>a</sup> ao Senado da República.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Obrigado, Senador Arthur Virgílio. Por todas essas razões é que devemos valorizar sobremaneira o voto recebido num cenário contraditório. Porque o que vimos foi parcela da população indignada, informada, protestando com o voto da inteligência, tentando mudar o País, combatendo com essa ferramenta cívica, que é o voto, os desmandos do Governo, e uma outra parcela indiferente, anestesiada, contemplativa, numa espécie de alienação coletiva, generalizando, talvez, imaginando que todos somos iguais, não procurando distinguir uns dos outros, separar o joio do trigo para propor uma limpeza na vida pública nacional.

Esse é um cenário contraditório. O País dividido, portanto, entre aqueles que fizeram uma opção pela ética, aqueles brasileiros que acreditam ainda na possibilidade de uma instituição pública renovada, valorizada, séria e acreditada pela sociedade e aqueles que não acreditam em mais nada. Foi emocionante pelas ruas, nos poucos dias de campanha que fiz, verificar que, apesar de tudo, muitos ainda acreditam e comparecem para apoiar e estimular a continuidade desse combate implacável contra a corrupção e a incompetência do Governo.

Certamente, teremos momentos de crise política, seja quem for o Presidente da República. E espero que seja Geraldo Alckmin, porque, sem dúvida, necessitamos de um Presidente com autoridade política e moral para conduzir o País durante, certamente, ainda, mais algum tempo de crise política no Brasil, porque os escândalos se sucederam e as investigações não se esgotaram. Aliás, os escândalos não se esgotaram também, porque, ainda no período final da disputa do primeiro turno, houve o escândalo de um milhão e setecentos mil reais para compra de um dossiê forjado. Portanto, as investigações deverão prosseguir e devem ser aprofundadas.

O julgamento político ainda não ocorreu em relação àqueles que se envolveram nos escândalos. Da mesma forma, o Poder Judiciário não julgou. Portanto, há a expectativa de crise política durante muito tempo; e, de outro lado, a necessidade da construção de uma nova imagem de uma instituição pública mais séria, valorizada e respeitada pela sociedade brasileira.

**O Sr. Roberto Saturnino** (Bloco/PT – RJ) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte, nobre Senador?

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Pois não, Senador Roberto Saturnino Braga, com prazer.

**O Sr. Roberto Saturnino** (Bloco/PT – RJ) – Eu gostaria, de público, de cumprimentar V. Ex<sup>a</sup> pela eleição brilhante, confirmando, enfim, todo o prestígio que V. Ex<sup>a</sup> desfruta no seu Estado e aqui nesta Casa. Agora, queria fazer só um reparo ao pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>, não propriamente à questão dos escândalos, pois esses assuntos já foram aqui muito debatidos. Mas V. Ex<sup>a</sup> fez uma referência ao preço elevado da campanha do Presidente Lula que teria sido excessivamente cara. Quando nós sabemos que...

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Senador Saturnino, eu não fiz referência ao Presidente Lula. Eu falei de modo geral. À dele também, mas...

**O Sr. Roberto Saturnino** (Bloco/PT – RJ) – É importante que V. Ex<sup>a</sup> faça este esclarecimento, de que foi de um modo geral. Também de um modo geral, parece-me que as proibições introduzidas até pelo Senado reduziram bastante, não tanto quanto nós queremos, mas reduziram bastante os custos de campanha eleitoral. É até importante que estes elementos sejam publicados, mostrados ao povo, como o quanto custou a campanha de cada candidato e de um modo geral, porque acho que esse é um assunto muito importante, razão pela qual pedi esse aparte para...

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador.



**O Sr. Roberto Saturnino** (Bloco/PT – RJ) –.... que esclarecimentos melhores sejam prestados por todos à população brasileira.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Pois não. Talvez porque eu tenha disputado a eleição e sofrido as conseqüências dessa desproporção em matéria de gastos, é que estou fazendo referência a esse fato.

Nós assistimos, no Paraná, a uma campanha cara, sim. O PT gastou bastante. E, lamentavelmente, nós temos de evoluir para uma legislação que possibilite a apuração desses fatos; que permita, de forma ágil, à Justiça Eleitoral adotar providências....

*(Interrupção do som.)*

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Já estou concluindo, Sr. Presidente. Mas há uma solicitação de aparte. Com a permissão do Presidente, eu o concederei para, depois, encerrar o pronunciamento.

Senador João Batista Motta.

**O Sr. João Batista Motta** (PSDB – ES) – Senador, quero também me congratular com a população do seu Estado por reconduzi-lo a esta Casa, graças a Deus. O que aconteceu na verdade foi muita justiça. Com relação aos gastos a que V. Ex<sup>a</sup> se refere é de se perguntar o seguinte: será que o PT pagou aqueles 50 milhões ao Banco Rural? Ele não tinha dinheiro para pagar o empréstimo do Banco Rural. O Brasil esqueceu disso? Acredito que não. Como arranjou agora tanto dinheiro para a campanha? Só Deus sabe.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Essa é uma pergunta inteligente que deve ser feita, Senador João Batista Motta.

Sr. Presidente, agradecendo a concessão de V. Ex<sup>a</sup> de mais tempo, quero concluir dizendo que o Senado tem uma enorme responsabilidade, porque é a Casa da experiência política, na condução desse processo de promoção de reformas.

O Brasil está amarrado a estruturas superadas que impedem seu desenvolvimento. Há reformas urgentes. Mas, para a concretização dessas reformas, só a eleição de um presidente com autoridade moral e política pode conduzir todo esse processo. Por essa razão, estamos apelando ao povo brasileiro pela eleição de Geraldo Alckmin.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, o Sr. Jefferson Péres, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Vou conceder a palavra ao Senador Arthur Virgílio, pela ordem. Em seguida, ao Senador José Agripino, Líder do PFL, e começaremos a Ordem do Dia.

Com a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ARTHUR VIRGILIO** (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, encaminhando à Mesa voto de reconhecimento a esse grande brasileiro que se chama Acélino Popó Freitas. Detentor de diversos títulos mundiais no Boxe, anuncia a sua aposentadoria dos ringues, ele, que tem um cartel belíssimo e que encheu de glória o nome do Brasil no exterior, além de ser um ídolo, no melhor sentido, saudável portanto, ao povo brasileiro. É um voto de reconhecimento que tenho certeza de que o Senado Federal aprovará à unanimidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Mesa encaminhará o voto proposto por V. Ex<sup>a</sup>.

Tenho a honra de conceder a palavra ao Senador José Agripino. Em seguida, começaremos a Ordem do Dia. Há um entendimento para votarmos duas medidas provisórias.

Com a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN. Como Líder – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>es</sup> e Srs. Senadores, passei, Sr. Presidente, as três últimas semanas, como muitos desta Casa, no meu Estado em campanha eleitoral, defendendo os candidatos da coligação que montamos, reunindo as forças do PFL, meu Partido, do PMDB e de Partidos coligados. Há três semanas que estou em contato permanente com a população. Quem faz campanha, é claro, está em contato permanente com o cidadão.

Gostaria de, ainda que de forma breve, fazer uma constatação, Senadora Heloísa Helena, do que tenho ouvido. A capacidade de percepção das pessoas, por mais pobres que elas sejam, é cristalina. As pessoas entenderam, na primeira denúncia feita no Governo Lula, qual seja, o caso Waldomiro, o Marcos Valério, o Delúbio, o Silvinho, o José Genoino, que o Presidente Lula, de quem as pessoas gostavam ou gostam, tinha sido traído, como ele dizia, atraído com uma facada nas costas. Tiveram pena do Lula, pelo fato de ele ter sido traído, atraído. Ele dizia que tinha sido traído, atraído, mas não dizia por quem. Essas pessoas acreditaram.

O recente caso do dossiê, Senador João Batista Motta, que aconteceu nesses últimos 15 dias, foi objeto de comentário da imprensa toda. Não foi de nenhum guia eleitoral. Esse assunto vem sendo debatido à exaustão pela imprensa livre do Brasil, que está in-

dignada com justa razão e transmitindo informações à população.

V. Ex<sup>a</sup> sabe o que recolho do povo do meu Estado e que não deve ser diferente do que V. Ex<sup>a</sup> haverá de recolher do povo capixaba? Recolho que a população brasileira, que aceitou a tese de Lula no primeiro caso – Waldomiro, Silvinho, Delúbio, Genoio, dólar na cueca, aquelas coisas todas, Marcos Valério, valerioduto – entende que a renovação do escândalo com o caso do dossiê coloca o atual Governo como Governo comprometido com o crime organizado. Vou repetir. É o que eu tenho ouvido. As pessoas acham – estão achando agora – que o atual Governo é um Governo comprometido com o crime organizado, porque é uma nova quadrilha.

Sabem o que as pessoas imaginavam? Que Lula, bonzinho, tivesse limpadado. Limpou, limpou a área. Tirou Delúbio, Silvinho, Genoio. Tirou todo mundo. Limpou. Disse-se atraído! Se disse atraído, mas limpou, fez a parte dele. Havia pessoas de dentro da casa dele envolvidas. No caso de Celso Daniel e Gilberto Carvalho, que é Chefe de Gabinete, gente de dentro do Palácio do Planalto. José Dirceu, no caso Waldomiro Diniz: gente de dentro que terminou saindo. Não saíram porque ele colocou para fora! Saíram porque pediram demissão e ele, cortesmente, aceitou o pedido de demissão. Mas, para as pessoas, passou que ele tinha limpadado a área.

Com o caso do dossiê, ficou a impressão, para a população, repito, de que este Governo, que não puniu ninguém – as pessoas que saíram assim o fizeram porque quiseram –, que convive com a improbidade e com a impunidade, este Governo está, mais uma vez, comprometido com o grande escândalo, que não é de uma pessoa só, é de um grupo grande de pessoas, e de onde? De dentro do PT, de dentro do Governo.

As pessoas, por mais pobres que sejam, recebem a informação, processam e guardam. Guardam perfeitamente, guardam e concluem: o Governo que nos governa é um governo comprometido com o crime organizado. Antes era o “valerioduto”; agora é aquela fotografia do dinheiro, R\$1,7 milhão, reservado – o dinheiro não se sabe ainda de onde veio e a fotografia só foi publicada por pressão grande por parte da imprensa e da Oposição.

É a renovação de um escândalo que as pessoas começam a identificar como um escândalo feito, mais uma vez, por gente de dentro do Palácio do Planalto, por gente como Delúbio, Silvinho, Genoio, como todos os outros “Waldomiros” anteriores, gente do PT e de dentro do Palácio do Planalto. Quem são eles? As

pessoas guardam nomes, mas não sabem ao certo quem é quem e quem fez o quê.

Isto é que quero mostrar hoje, para organizar o raciocínio: quem são as pessoas e a quem elas são vinculadas. As pessoas são Expedito Veloso, Gedimar Passos e Valdebran Padilha, Osvaldo Bargas, Jorge Lorenzetti, Hamilton Lacerda, Ricardo Berzoini, Freud Godoy, e tudo isso chega a Lula.

Antes de fazer a conexão entre as pessoas, concedo, com muito prazer, o aparte ao Senador João Batista Motta para, em seguida, construir com V. Ex<sup>as</sup> o raciocínio que penso que o povo brasileiro já fez, mas que seria bom organizarmos neste plenário.

**O Sr. João Batista Motta (PSDB – ES)** – Senador José Agripino, apenas gostaria de acrescentar ao seu pronunciamento o seguinte: anteontem à noite, as televisões mostraram a imagem do Presidente da República, de braços abertos na horizontal, indagando quem seriam as pessoas que promoveram o escândalo do “mensalão”. De braços abertos, ele dizia que também queria saber essa informação, passando à população brasileira o seguinte raciocínio: são do mesmo Partido, trabalhavam no mesmo prédio, no mesmo andar, mas aqueles companheiros, aqueles colegas, não têm a devida confiança no seu companheiro, ou seja, no Presidente da República para confiar a ele a informação sobre a origem do dinheiro. Obrigado, Senador José Agripino.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN)** – Senador João Batista Motta, V. Ex<sup>a</sup> fez o aparte, antecedendo o que eu ia colocar a partir de agora.

Lula deu uma entrevista à Rádio CBN em que disse **ipsis literis**: “Peço a Deus para viver o tempo necessário para saber quem comprou o dossiê e qual o conteúdo desse dossiê”. Disse isso em tom dramático, em uma maravilhosa encenação de um ator saído do *Actors Studio* de Nova Iorque.

Senador João Batista Motta, vamos aos fatos. O Presidente Lula disse que queria que Deus lhe desse o tempo de vida necessário para desvendar o caso. Não é preciso! Para que essa encenação toda? Para que querer enganar o povo brasileiro? Quem são as pessoas envolvidas? Acabei de nominá-las. Antes de V. Ex<sup>a</sup> me apartear, nomeie essas pessoas. Quem são essas pessoas? Quem são Gedimar Passos e Valdebran Padilha? Gedimar Passos é filiado ao PT de São Paulo; Valdebran Padilha é filiado ao PT do Mato Grosso. Quem são eles? Foram os senhores pilhados no Hotel Ibis, presos pela Polícia Federal com R\$1,7 milhão. São filiados ao PT; um de São Paulo, outro de Mato Grosso. Será que ele não sabe

quem são? Até admito que não o saiba. Pode até ser que não saiba.

Hamilton Lacerda é o outro protagonista. Quem é Hamilton Lacerda? Assessor da campanha do Senador Aloizio Mercadante, uma figura de proa. Quem é ele? É o homem que – dizem – levou o dinheiro, de elevador, até o apartamento do Hotel Ibis. É claro que é militante do PT!

Quem são as demais pessoas dentro do organograma? O chefe é Jorge Lorenzetti. Quem é ele? É o churrasqueiro de Lula. E qual é a função dele? Ex-diretor do Banco do Estado de Santa Catarina – pediu demissão após o escândalo –, ex-chefe do Serviço de Inteligência da campanha de Lula, também foi integrante da CUT na época do Delúbio e era o chefe de Gedimar, de Bargas e de Expedito. Quem são Gedimar e Valdebran? Os homens foram pilhados no quarto de hotel com R\$1,7 milhão. Quem é Hamilton? O homem que levou o dinheiro. Quem é o chefe dessa turma toda? É o Sr. Hamilton Lacerda. Ele é petista? Supõe-se. É o coordenador da campanha do Senador Aloizio Mercadante.

Antes de prosseguir, ouço o Senador Antero Paes de Barros.

**O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT)** – Gostaria de informar a V. Ex<sup>a</sup> uma notícia de última hora da Folha Online, segundo a qual: “Frateschi critica a postura de Lula”. Frateschi é presidente do Diretório do PT de São Paulo e está criticando a atitude do Presidente Lula em relação ao episódio do dossiê. “Em sua opinião, os envolvidos não devem ser classificados de alopados ou de bandidos”. É a opinião de Frateschi, Presidente do PT de São Paulo. “Essa coisa de chamá-los de bandidos eu não concordo, eu não concordo mesmo. Não são bandidos. Eu os conheço. Convivi com eles, certo? Não são bandidos. Não fizeram por mal. Fizeram porque chegaram a um nível de pressão que erraram” – diz Frateschi após participar da reunião que oficializou Marta Suplicy como coordenadora de Lula.

O Presidente do PT de São Paulo diz: “Não, são petistas!” Se não-petistas fizessem o mesmo, seriam bandidos. Mas, como são petistas, Frateschi diz: “Não são bandidos. São companheiros nossos”. Ou seja, petista tem direito de fazer isso; não-petista é bandido. Se for petista, não é bandido.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN)** – Bandido, não: alopado, como diz o Presidente Lula. Alopado.

Ouçó, com muito prazer, o Senador Antonio Carlos Magalhães.

**O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)** – O pior, Excelência, é o que ouvimos a cada dia. Saem uns e entram outros piores.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN)** – É por batelada, Senador Antonio Carlos Magalhães, por bateladas. É crime por bateladas.

**O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)** – São gangues que entram para substituir outras gangues. E o Presidente da República diz que não sabe de nada. Ele está juntando-se a essas pessoas. É só olhar os processos que existem no Supremo Tribunal Federal.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN)** – Senador Antonio Carlos, o que está indignando o povo brasileiro e que recolhi na campanha eleitoral é que as pessoas imaginavam que Lula bonzinho tivesse limpado a área, limpado o governo. Aí vem novamente um grupo de petistas, um outro grupão, que pratica o crime do dossiê, com aquela fotografia do R\$1,7 milhão, e Lula se diz, mais uma vez, vítima de um grupo de alopados.

Quem são os alopados? Quem é Freud Godoy? É de dentro da casa de Lula. Quem é Lorenzetti? É o churrasqueiro de Lula. E ele diz que são alopados! Ele, mais uma vez, se faz de vítima e pede a Deus tempo de vida para ver essas pessoas todas identificadas como culpadas.

Por que ele não chama essas pessoas? Ele as conhece bem. O chefe de todos eles é o Sr. Ricardo Berzoini, que era o coordenador da campanha. Quem era o Sr. Jorge Lorenzetti? Era o chefe do Serviço Secreto de Lula, que comandava Expedito Veloso, Gedimar Passos, Valdebran Padilha e Osvaldo Bargas. Essas pessoas são petistas subordinados a Jorge Lorenzetti, o churrasqueiro de Lula, que se reportava a Ricardo Berzoini, que era Ministro de Lula, presidente do Partido, e que foi destituído da coordenação.

Por que Lula não chama essas pessoas para uma reuniãozinha dentro do Alvorada e esclarece esses fatos todos? Denuncia ao País e diz: vocês que me traíram estão execrados diante da opinião pública. Mas, em vez de fazer a reuniãozinha com os dele, fica posando para a platéia, pedindo a Deus tempo para explicações, para constatações.

O que estou vendo na rua, Sr. Presidente, é o povo brasileiro indignado com a reincidência. O povo aceitou a desculpa no primeiro caso; no segundo, não aceitou mais, e não aceitou que Lula não fosse ao debate para dar as explicações que ele diz que poderia dar. Por que não foi ao debate dar as explicações? Por que não foi ao debate? Por que diz, na CBN, que quer tempo, que pede a Deus tempo para explicar coisas

que ele já teve oportunidade, no debate, de explicar? Por que é que ele não vem a público e reúne essas pessoas que são de sua intimidade para, reunindo, esclarecer e, esclarecendo, ele próprio denunciar e dar o exemplo da punição aos culpados?

Sr. Presidente, o segundo turno da campanha está aí e agora é o mano a mano. Os fatos estão postos. Não fomos nós que criamos o caso dossiê; ele nasceu das mãos do PT e de petistas. É mais um cadáver insepolto nas mãos do Governo do PT, que vai ter que ser esclarecido e vai ter que ser objeto de debate. O povo do Brasil espera e com a palavra está o Presidente Lula. Ao invés de declarações manhosas e cavilosas, entrevistas de rádio e televisão, que chegue para os culpados – se é que tem coragem –, que os denuncie e apresente ao Brasil os culpados do crime.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência recebeu, do Presidente da Câmara dos Deputados, os **Ofícios nºs 1.586 e 1.587/2006**, submetendo à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, as seguintes matérias:

- **Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2006** (proveniente da Medida Provisória nº 296, de 2006), que dispõe sobre a criação de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas no âmbito do Ministério da Educação, para fins de constituição dos quadros de pessoal das novas instituições federais de educação profissional e tecnológica e das novas instituições federais de ensino superior; e
- **Medida Provisória nº 297, de 2006**, que regulamenta o § 5º do art. 198 da Constituição Federal, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006, e dá outras providências.

São os seguintes os ofícios:

Of nº 1.586/06/SGM/P

Brasília, 5 de setembro de 2006

A Sua Excelência o Senhor  
Senador Renan Calheiros  
Presidente do Senado Federal  
Nesta

Assunto: envio de PLV para apreciação

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à consideração do Senado Federal, o

incluso Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2006 (Medida Provisória nº 296/06, do Poder Executivo) aprovado na Sessão Plenária do dia 4-9-08, que “Dispõe sobre a criação de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas no âmbito do Ministério da Educação, para fins de constituição dos quadros de pessoal das novas instituições federais de educação profissional e tecnológica e das novas instituições federais de ensino superior.”, conforme o disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001.

2. Encaminho, em anexo, o processado da referida Medida Provisória e os autógrafos da matéria aprovada nesta Casa.

Atenciosamente, **Aldo Rebelo**, Presidente.

Of. nº 1.587/06/SGM/P

Brasília, 5 de setembro de 2006

A Sua Excelência o Senhor  
Senador Renan Calheiros  
Presidente do Senado Federal  
Nesta

Assunto: envio de MPV para apreciação

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetida à consideração do Senado Federal, a inclusa Medida Provisória nº 297/06, do Poder Executivo aprovada na Sessão Plenária do dia 4-9-06, que “Regulamenta o § 5º do art. 198 da Constituição Federal, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006, e dá outras providências”, conforme o disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001.

2. Encaminho, em anexo, o processado da referida Medida Provisória e os autógrafos da matéria aprovada nesta Casa.

Atenciosamente, **Aldo Rebelo**, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com referência ao **Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2006** (proveniente da Medida Provisória nº 296, de 2006), e à **Medida Provisória nº 297, de 2006**, que acabam de ser lidos, a Presidência comunica ao Plenário que o prazo de 45 dias para apreciação das matérias pelo Congresso Nacional encontra-se esgotado, e o de vigência foi prorrogado por Atos da Mesa do Congresso Nacional por mais sessenta dias, conforme prevê o § 7º do art. 62 da Constituição

Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, esgotando-se nos próximos dias 6 e 9 de outubro.

Uma vez recebidas formalmente pelo Senado Federal, nesta data, as matérias passam a sobrestar imediatamente todas as demais deliberações legislativas da Casa até que se ulitem suas votações.

Prestados esses esclarecimentos, a Presidência inclui as matérias na Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de hoje.

São as seguintes as matérias recebidas:

### PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 20, DE 2006

(Proveniente da Medida Provisória nº 296, de 2006)

**Dispõe sobre a criação de cargos efetivos, cargos de direito e funções gratificadas no âmbito do Ministério da Educação, para fins de constituição dos quadros de pessoal das novas instituições federais de educação profissional e tecnológica e das novas instituições federais de ensino superior.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam criados, no Quadro de Pessoal das Instituições Federais de Educação profissional e Tecnológica, 3.430 (três mil quatrocentos e trinta), cargos técnico-administrativos do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, conforme disposto no Anexo I desta Lei, e 2.820 (dois mil oitocentos e vinte), cargos de Professor de 1º e 2º graus, destinados à constituição dos quadros de pessoal efetivo:

I – de Unidades de Ensino Descentralizadas – UNED vinculadas aos Centros Federais de Educação Tecnológica;

II – de **campi** vinculados à Universidade Tecnológica Federal do Paraná;

III – de Centros Federais de Educação Tecnológica originados a partir da transformação de Escolas Agrotécnicas Federais.

Parágrafo único. Caberá ao Ministério da Educação definir a distribuição dos cargos técnico-administrativos entre as Instituições Federais de Educação

Tecnológica – IFET de que trata esta Lei, atendido o disposto no Anexo II desta Lei.

Art. 2º Ficam criados, no âmbito do Ministério da Educação, os seguintes cargos de direção e funções gratificadas destinados às novas Instituições Federais de Educação Tecnológica – IFET:

I – 150 (cento e cinquenta) cargos de direção – CD-3;

II – 297 (duzentos e noventa e sete) cargos de direção – CD-4;

III – 1.057 (mil e cinquenta e sete) funções gratificadas – FG-1; e

IV – 830 (oitocentas e trinta e nove) funções gratificadas – FG-2.

Art. 3º Ficam criados, no âmbito do Ministério da Educação, os seguintes cargos de direção e funções gratificadas destinados às novas Instituições Federais de Ensino Superior – IFES:

I – 60 (sessenta) cargos de direção – CD-3;

II – 60 (sessenta) cargos de direção – CD-4,

III – 300 (trezentas) funções gratificadas – FG-1; e

IV – 120 (cento e vinte) funções gratificadas – FG-2.

Art. 4º O provimento dos cargos criados por esta Lei fica condicionado à comprovação da existência de prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes, assim como à existência de autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias, conforme determina o § 1º do art. 169 da Constituição Federal.

Art. 5º A implantação das novas UNED e dos novos **campi**, bem como o provimento dos respectivos cargos e funções de confiança, ocorrerá gradativamente, dependendo da existência de instalações adequadas e dos recursos financeiros necessários ao seu funcionamento.

Parágrafo único. Os cargos efetivos, os cargos de direção e as funções gratificadas destinados às novas unidades de ensino descentralizadas e aos novos **campi** serão providos somente após a expedição da respectiva portaria de autorização de funcionamento, por parte do Ministério da Educação.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**ANEXO I**  
**RELAÇÃO DE CARGOS CRIADOS NO QUADRO DE PESSOAL TÉCNICO-  
 ADMINISTRATIVO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO  
 TECNOLÓGICA**

Descrição do Cargo	Nível de Escolaridade	Quantitativo
Administrador	NS	138
Analista de Tecnologia da Informação	NS	152
Arquiteto e Urbanista	NS	5
Assistente Social	NS	38
Auditor	NS	6
Bibliotecário-Documentalista	NS	186
Biólogo	NS	3
Contador	NS	47
Economista	NS	3
Engenheiro-Área	NS	103
Engenheiro de Segurança de Trabalho	NS	2
Estatístico	NS	1
Fisioterapeuta	NS	2
Jornalista	NS	65
Médico-Área	NS	79
Médico-Veterinário	NS	14
Nutricionista-Habilitação	NS	17
Odontólogo	NS	13
Pedagogo-Área	NS	175
Produtor Cultural	NS	1
Programador Visual	NS	49
Psicólogo-Área	NS	57
Publicitário	NS	1
Técnico em Assuntos Educacionais	NS	97
Zootecnista	NS	15
<b>Subtotal</b>		<b>1.269</b>
Almoxarife	NI	2
Assistente de Alunos	NI	37
Assistente em Administração	NI	1.297
Técnico em Agropecuária	NI	66
Técnico em Alimentos e Laticínios	NI	38
Técnico em Economia Doméstica	NI	12
Técnico em Eletromecânica	NI	6
Técnico em Eletrotécnica	NI	1

Técnico em Enfermagem	NI	119
Técnico em Telecomunicações	NI	1
Técnico de Laboratório/Área	NI	396
Técnico de Tecnologia de Informação	NI	186
Subtotal		2.161
TOTAL		3.430

## ANEXO II

RELAÇÃO DO QUANTITATIVO DE CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS E DE PROFESSOR DE 1º E 2º GRAUS A SEREM CRIADOS NAS UNIDADES DE ENSINO DESCENTRALIZADAS - UNED, NOS CAMPI DA UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ - UTFPR E NOS CENTROS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA - CEFET

UNED/CAMPI/CEFET	UNIDADE A QUE ESTÁ SUBORDINADA	Quantitativo de vagas de Professor de 1º e 2º Graus	Quantitativo de vagas de Técnico-Administrativo - NS	Quantitativo de vagas de Técnico-Administrativo - NI
Coari - AM	CEFET - AM	40	18	31
Camaçari - BA	CEFET - BA	40	18	31
Porto Seguro - BA	CEFET - BA	40	18	31
Santo Amaro - BA	CEFET - BA	40	18	31
Simões Filho - BA	CEFET - BA	40	18	31
Maracanaú - CE	CEFET - CE	40	18	31
Cachoeiro de Itapemirim - ES	CEFET - ES	40	18	31
Cariacica - ES	CEFET - ES	40	18	31
São Mateus - ES	CEFET - ES	40	18	31
Inhumas - GO	CEFET - GO	40	18	31
Morrinhos - GO	CEFET - Urutaí / GO	40	18	31
Açailândia - MA	CEFET - MA	40	18	31
Buriticupu - MA	CEFET - MA	40	18	31
Santa Inês - MA	CEFET - MA	40	18	31
São Luiz - MA	CEFET - MA	40	18	31
Zé Doca - MA	CEFET - MA	40	18	31
Divinópolis - MG	CEFET - MG	40	18	31
Timóteo - MG	CEFET - MG	40	18	31
Varginha - MG	CEFET - MG	40	18	31
Nepomuceno - MG	CEFET - MG	40	18	31
Congonhas - MG	CEFET - Ouro Preto	40	18	31

	/ MG			
Bela Vista - MT	CEFET - MT	40	18	31
Campina Grande - PB	CEFET - PB	40	18	31
Floresta - PE	CEFET - Petrolina / PE	40	18	31
Ipojuca - PE	CEFET - PE	40	18	31
Parnaíba - PI	CEFET - PI	40	18	31
Picos - PI	CEFET - PI	40	18	31
Apucarana - PR	UTFPR	40	18	31
Campo Mourão - PR	UTFPR	40	18	31
Dois Vizinhos - PR	UTFPR	40	18	31
Francisco Beltrão - PR	UTFPR	40	18	31
Londrina - PR	UTFPR	40	18	31
Toledo - PR	UTFPR	40	18	31
Guarus - RJ	CEFET - Campos / RJ	40	18	31
Maria da Graça - RJ	CEFET - RJ	40	18	31
Nova Iguaçu - RJ	CEFET - RJ	40	18	31
Paracambi - RJ	CEFET - Química / RJ	40	18	31
Realengo - RJ	CEFET - Química / RJ	40	18	31
São Gonçalo - RJ	CEFET - Química / RJ	40	18	31
Currais Novos - RN	CEFET - RN	40	18	31
Ipanguaçu - RN	CEFET - RN	40	18	31
Zona Norte (Natal) - RN	CEFET - RN	40	18	31
Novo Paraíso - RR	CEFET - RR	40	18	31
Charqueadas - RS	CEFET - Pelotas / RS	40	18	31
Passo Fundo - RS	CEFET - Pelotas / RS	40	18	31
Júlio de Castilhos - RS	CEFET - São Vicente do Sul - RS	40	18	31
Santo Augusto - RS	CEFET - Bento Gonçalves / RS	40	18	31
Araranguá - SC	CEFET - SC	40	18	31
Chapecó - SC	CEFET - SC	40	18	31
Florianópolis - SC	CEFET - SC	40	18	31



Jaraguá do Sul - SC	CEFET - SC	40	18	31
Joinville - SC	CEFET - SC	40	18	31
Bragança Paulista - SP	CEFET - SP	40	18	31
Campos do Jordão - SP	CEFET - SP	40	18	31
Caraguatatuba - SP	CEFET - SP	40	18	31
Guarulhos - SP	CEFET - SP	40	18	31
Salto - SP	CEFET - SP	40	18	31
São Roque - SP	CEFET - SP	40	18	31
São João da Boa Vista - SP	CEFET - SP	40	18	31
Sertãozinho - SP	CEFET - SP	40	18	31
Paraíso do Tocantins - TO	ETF - Palmas / TO	40	18	31
CEFET Rio Verde - GO	CEFET Rio Verde - GO	49	19	30
CEFET Urutaí - GO	CEFET Urutaí - GO	26	19	30
CEFET Bambuí - MG	CEFET Bambuí - MG	101	19	30
CEFET Januária - MG	CEFET Januária - MG	65	19	30
CEFET Rio Pomba - MG	CEFET Rio Pomba - MG	45	19	30
CEFET Uberaba - MG	CEFET Uberaba - MG	19	19	30
CEFET Cuiabá - MT	CEFET Cuiabá - MT	30	19	30
CEFET Bento Gonçalves - RS	CEFET - Bento Gonçalves - RS	15	19	30
CEFET São Vicente do Sul - RS	CEFET - São Vicente do Sul - RS	30	19	30
Total		2.820	1.269	2.161

## MEDIDA PROVISÓRIA ORIGINAL N.º 296, DE 2006

Dispõe sobre a criação de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas no âmbito do Ministério da Educação, para fins de constituição dos quadros de pessoal das novas instituições federais de educação profissional e tecnológica e das novas instituições federais de ensino superior.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

**Art. 1º** Ficam criados, no Quadro de Pessoal das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica, três mil quatrocentos e trinta cargos técnico-administrativos do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, e dois mil oitocentos e vinte cargos de Professor de 1º e 2º graus, destinados à constituição dos quadros de pessoal efetivo das Unidades de Ensino Descentralizadas - UNED, vinculadas aos Centros Federais de Educação Tecnológica, e dos Centros Federais de Educação Tecnológica, originados a partir da transformação de Escolas Agrotécnicas Federais, conforme disposto no Anexo I.

**Parágrafo único.** Caberá ao Ministério da Educação definir a distribuição dos cargos técnico-administrativos entre os Centros Federais de Educação Tecnológica de que trata esta Medida Provisória, na forma do Anexo II.

**Art. 2º** Ficam criados, no âmbito do Ministério da Educação, os seguintes cargos de direção e funções gratificadas destinados às novas Instituições Federais de Educação Tecnológica - IFET:

- I - cento e cinquenta cargos de direção - CD-3;
- II - duzentos e noventa e sete cargos de direção - CD-4;
- III - mil e cinquenta e sete funções gratificadas - FG-1; e
- IV - oitocentos e trinta e nove funções gratificadas - FG-2.

**Art. 3º** Ficam criados, no âmbito do Ministério da Educação, os seguintes cargos de direção e funções gratificadas destinados às novas Instituições Federais de Ensino Superior - IFES:

- I - sessenta cargos de direção - CD-3;
- II - sessenta cargos de direção - CD-4;
- III - trezentas funções gratificadas - FG-1; e
- IV - cento e vinte funções gratificadas - FG-2.

**Art. 4º** O provimento dos cargos criados por esta Medida Provisória fica condicionado à comprovação da existência de prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes, assim como à existência de autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias, conforme determina o § 1º do art. 169 da Constituição.

**Art. 5º** As novas UNED serão implantadas gradativamente, bem como os seus cargos e funções de confiança, dependendo da existência de instalações adequadas e de recursos financeiros necessários ao seu respectivo funcionamento.

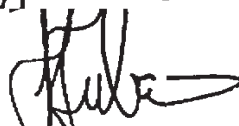
**Parágrafo único.** Os cargos efetivos, assim como os cargos de direção e funções gratificadas, destinados às novas unidades de ensino descentralizadas serão providos somente após a expedição da respectiva portaria de autorização de funcionamento, por parte do Ministério da Educação.

Art. 6º Ficam extintos mil cento e setenta e nove cargos vagos constantes do Quadro de Pessoal das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica, relacionados no Anexo III.

Parágrafo único. O Ministro de Estado da Educação, no prazo de noventa dias após a entrada em vigor desta Medida Provisória, publicará a discriminação por Instituição Federal de Ensino da relação de cargos extintos de que trata este artigo.

Art. 7º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 8 de junho de 2006; 185º da Independência e 118º da República.



Referendado eletronicamente por: Fernando Haddad e Paulo Bernardo Silva  
MP-CRIA CARGOS E FUNÇÕES MEC(MP 30 EMI MEC)(L2)

### ANEXO I

Relação de cargos criados no Quadro de Pessoal Técnico-Administrativo das Instituições Federais de Educação Tecnológica

Descrição do Cargo	Nível de Escolaridade	Quantitativo
Administrador	NS	138
Analista de Tecnologia da Informação	NS	152
Arquiteto e Urbanista	NS	5
Assistente Social	NS	38
Auditor	NS	6
Bibliotecário-Documentalista	NS	186
Biólogo	NS	3
Contador	NS	47
Economista	NS	3
Engenheiro-Área	NS	103
Engenheiro de Segurança de Trabalho	NS	2
Estatístico	NS	1
Fisioterapeuta	NS	2
Jornalista	NS	65
Médico-Área	NS	79
Médico-Veterinário	NS	14
Nutricionista-Habilitação	NS	17
Odontólogo	NS	13
Pedagogo-Área	NS	175
Produtor Cultural	NS	1
Programador Visual	NS	49
Psicólogo-Área	NS	57
Publicitário	NS	1
Técnico em Assuntos Educacionais	NS	97
Zootecnista	NS	15
<b>Subtotal</b>		<b>1.269</b>
Almoxarife	NI	2
Assistente de Alunos	NI	37
Assistente em Administração	NI	1.297
Técnico em Agropecuária	NI	66
Técnico em Alimentos e Laticínios	NI	38
Técnico em Economia Doméstica	NI	12
Técnico em Eletromecânica	NI	6
Técnico em Eletrotécnica	NI	1
Técnico em Enfermagem	NI	119
Técnico em Telecomunicações	NI	1
Técnico de Laboratório Área	NI	396
Técnico de Tecnologia de Informação	NI	186
<b>Subtotal</b>		<b>2.161</b>
<b>TOTAL</b>		<b>3.430</b>

## ANEXO II

Relação do quantitativo de cargos Técnico-Administrativos e de Professor de 1º e 2º Graus a serem criados nas Unidades de Ensino Descentralizadas - UNED e nos Centros Federais de Educação Tecnológica - CEFET

UNED/CEFET	UNIDADE A QUE ESTÁ SUBORDINADA	Quantitativo de vagas de Professor de 1º e 2º Graus	Quantitativo de vagas de Técnico-Administrativo - NS	Quantitativo de vagas de Técnico-Administrativo - NI
Coari - AM	CEFET - AM	40	18	31
Camaçari - BA	CEFET - BA	40	18	31
Porto Seguro - BA	CEFET - BA	40	18	31
Santo Amaro - BA	CEFET - BA	40	18	31
Simões Filho - BA	CEFET - BA	40	18	31
Maracanaú - CE	CEFET - CE	40	18	31
Cachoeiro de Itapemirim - ES	CEFET - ES	40	18	31
Cariacica - ES	CEFET - ES	40	18	31
São Mateus - ES	CEFET - ES	40	18	31
Inhumas - GO	CEFET - GO	40	18	31
Morrinhos - GO	CEFET - Uruaí / GO	40	18	31
Açailândia - MA	CEFET - MA	40	18	31
Buritcupu - MA	CEFET - MA	40	18	31
Santa Inês - MA	CEFET - MA	40	18	31
São Luiz - MA	CEFET - MA	40	18	31
Zé Doca - MA	CEFET - MA	40	18	31
Divinópolis - MG	CEFET - MG	40	18	31
Timóteo - MG	CEFET - MG	40	18	31
Varginha - MG	CEFET - MG	40	18	31
Nepomuceno - MG	CEFET - MG	40	18	31
Congonhas - MG	CEFET - Ouro Preto / MG	40	18	31
Bela Vista - MT	CEFET - MT	40	18	31
Campina Grande - PB	CEFET - PB	40	18	31
Floresta - PE	CEFET - Petrolina / PE	40	18	31
Ipojuca - PE	CEFET - PE	40	18	31
Parnaíba - PI	CEFET - PI	40	18	31
Picos - PI	CEFET - PI	40	18	31
Apucarana - PR	CEFET - PR	40	18	31
Campo Mourão - PR	CEFET - PR	40	18	31
Dois Vizinhos - PR	CEFET - PR	40	18	31
Francisco Beltrão - PR	CEFET - PR	40	18	31
Londrina - PR	CEFET - PR	40	18	31
Toledo - PR	CEFET - PR	40	18	31
Guarus - RJ	CEFET - Campos / RJ	40	18	31
Maria da Graça - RJ	CEFET - RJ	40	18	31
Nova Iguaçu - RJ	CEFET - RJ	40	18	31
Paracambi - RJ	CEFET - Química / RJ	40	18	31
Realengo - RJ	CEFET - Química / RJ	40	18	31
São Gonçalo - RJ	CEFET - Química / RJ	40	18	31
Currais Novos - RN	CEFET - RN	40	18	31
Ipanguaçu - RN	CEFET - RN	40	18	31
Zona Norte (Natal) - RN	CEFET - RN	40	18	31
Novo Paraíso - RR	CEFET - RR	40	18	31
Charqueadas - RS	CEFET - Pelotas / RS	40	18	31
Passo Fundo - RS	CEFET - Pelotas / RS	40	18	31
Júlio de Castilhos - RS	CEFET - São Vicente do Sul - RS	40	18	31

UNED/CEFET	UNIDADE A QUE ESTÁ SUBORDINADA	Quantitativo de vagas de Professor de 1ª e 2ª Graus	Quantitativo de vagas de Técnico-Administrativo - NS	Quantitativo de vagas de Técnico-Administrativo - NI
Santo Augusto - RS	CEFET - Bento Gonçalves / RS	40	18	31
Araranguá - SC	CEFET - SC	40	18	31
Chapeco - SC	CEFET - SC	40	18	31
Florianópolis - SC	CEFET - SC	40	18	31
Jaraguá do Sul - SC	CEFET - SC	40	18	31
Jouville - SC	CEFET - SC	40	18	31
Bragança Paulista - SP	CEFET - SP	40	18	31
Campos do Jordão - SP	CEFET - SP	40	18	31
Caraguatatuba - SP	CEFET - SP	40	18	31
Guarulhos - SP	CEFET - SP	40	18	31
Salto - SP	CEFET - SP	40	18	31
São Roque - SP	CEFET - SP	40	18	31
São João da Boa Vista - SP	CEFET - SP	40	18	31
Sertãozinho - SP	CEFET - SP	40	18	31
Paraisópolis - TO	ETF - Palmas / TO	40	18	31
CEFET Rio Verde - GO	CEFET Rio Verde - GO	49	19	30
CEFET Urutaí - GO	CEFET Urutaí - GO	26	19	30
CEFET Bambuí - MG	CEFET Bambuí - MG	101	19	30
CEFET Januária - MG	CEFET Januária - MG	65	19	30
CEFET Rio Pomba - MG	CEFET Rio Pomba - MG	45	19	30
CEFET Uberaba - MG	CEFET Uberaba - MG	19	19	30
CEFET Cuiabá - MT	CEFET Cuiabá - MT	30	19	30
CEFET Bento Gonçalves - RS	CEFET - Bento Gonçalves - RS	15	19	30
CEFET São Vicente do Sul - RS	CEFET - São Vicente do Sul - RS	30	19	30
<b>Total</b>		<b>2.820</b>	<b>1.269</b>	<b>2.161</b>

## ANEXO III

## Relação de cargos vagos extintos das Instituições Federais de Educação Tecnológica

Descrição do Cargo	Nível de Escolaridade do Cargo	Quantitativo de Cargos Vagos
Redator	NS	1
Tecnólogo em Cooperativismo	NS	30
Tecnólogo-Formação	NS	3
Administrador de Edifícios	NI	6
Auxiliar de Biblioteca	NI	4
Cinegrafista	NI	1
Contramestre-Ofício	NI	20
Datilógrafo de Textos Gráficos	NI	462
Digitador	NI	18
Eletricista	NI	10
Fotógrafo	NI	2
Linotipista	NI	1
Mateiro	NI	1
Mecânico	NI	29
Mestre de Edificações	NI	13
Mestre Ofício	NI	25
Operador de Centrais Hidrelétricas	NI	1
Operador de Computador	NI	3
Operador de Est.de Tratam. de Água	NI	9
Programador de Computador	NI	82
Técnico em Edificações	NI	2
Técnico em Eletricidade	NI	19
Técnico em Enologia	NI	1
Técnico em Mecânica	NI	5
Técnico em Mineração	NI	1
Técnico em Móveis e Esquadrias	NI	7
Técnico em Secretariado	NI	68
Telefonista	NI	10
Armador	NA	1
Atendente de Consultório-Área	NA	1
Atendente de Enfermagem	NA	4
Auxiliar de Agropecuária	NA	107
Auxiliar de Artes Gráficas	NA	74
Auxiliar de Ind. e Conserv. de Alimentos	NA	2
Auxiliar de Laboratório	NA	35
Auxiliar de Mecânica	NA	23
Auxiliar Operacional	NA	3
Auxiliar Rural	NA	36
Bombeiro Hidráulico	NA	7
Chapeador Funileiro Lanterneiro	NA	2
Desenhista Copista	NA	1
Garçom	NA	1
Lavadeiro	NA	4
Operador de Tele-Impressora	NA	23
Padeiro	NA	12
Seleiro	NA	2
Tratorista	NA	1
Vestiarista	NA	6
<b>Total</b>		<b>1.179</b>

**MENSAGEM Nº 455, DE 2006**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 62 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto da Medida Provisória nº 296, de 8 de junho de 2006, que “Dispõe sobre a criação de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas no âmbito do Ministério da Educação, para fins de constituição dos quadros de pessoal das novas instituições federais de educação profissional e tecnológica e das novas instituições de ensino superior”.

Brasília, 8 de junho de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EMI Nº 30/2006/MEC/MP

Brasília, 29 de maio de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submetemos à apreciação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Medida Provisória, que propõe a criação de dois mil oitocentos e vinte cargos de Professor de 1º e 2º graus, três mil quatrocentos e trinta cargos de Técnicos-Administrativos em Educação e dois mil trezentos e quarenta e três cargos de direção e funções gratificadas para as Unidades de Ensino Descentralizadas – UNED, vinculadas aos Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFET, para as Unidades de Ensino Descentralizadas – UNED que já funcionam e que ainda não possuem quadros de pessoal próprios, para os Centros Federais de Educação Tecnológica originados a partir da transformação de Escolas Agrotécnicas Federais e, por fim, para as 17 Escolas construídas no âmbito do Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP, que antes eram geridas por entidades do segmento comunitário e que, por apresentarem dificuldades em sua sustentabilidade com implicações diretas sobre a oferta de cursos gratuitos, estão sendo transferidas para a esfera federal, com o propósito de resgatar a finalidade precípua dessas unidades, que é a oferta de ensino público e gratuito de educação profissional e tecnológica, perfazendo ao todo 70 Instituições Federais de Educação Profissional a serem atendidas. O presente projeto propõe, ainda, a criação de 120 cargos de direção e de 420 funções gratificadas para atendimento de necessidades decorrentes da

política de expansão do ensino superior federal, em curso neste governo.

2. Ao longo do tempo, as instituições da rede federal foram se destacando no contexto educacional brasileiro, por oferecerem formação geral e específica de alta qualidade, sendo consideradas “ilhas de excelência”, especialmente nas regiões menos desenvolvidas do País. No contexto de implementação da reforma da educação profissional, essas instituições federais vêm se consolidando como centros de referência nesta modalidade de ensino.

3. As Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica – IFET, formam atualmente uma rede de 144 escolas. Nos últimos sete anos, foi grande a sua expansão: em 1998, eram apenas 5 Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFET e, hoje, são 34 instituições distribuídas em 23 das 27 Unidades Federativas. A Rede conta, ainda, com 36 Escolas Agrotécnicas Federais – EAF, 1 Escola Técnica Federal – ETF, 30 Escolas Técnicas vinculadas a Universidades Federais e 43 Unidades de Ensino Descentralizadas – UNED.

4. As UNED foram criadas com a finalidade de potencializar a oferta de educação profissional pública, em todo o território nacional, assegurando que as possibilidades de acesso a cursos de formação técnica estejam presentes também nas regiões mais distantes do País. A prova disso está na distribuição geográfica das 43 UNED, pois apenas 3 dessas estão localizadas em capitais.

5. Nesse sentido, cabe mencionar que, embora tenha havido uma expansão da oferta de vagas e do número de matrículas nas IFET, o quadro de pessoal para atender a esse crescimento, poucas vezes identificado ao longo da história educacional brasileira, sofreu forte retração nos últimos anos. O objetivo da criação dos cargos é reduzir o déficit de pessoal nessas instituições, que ocorrerá quando os cargos forem providos no decorrer dos próximos exercícios.

6. A criação de cargos destina-se à constituição dos quadros funcionais de onze Unidades de Ensino Descentralizadas – UNED, vinculadas a oito Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFET, de trinta e três UNED previstas para serem implantadas até o final de 2007, de nove Centros Federais de Educação Tecnológica originados da transformação de Escolas

Agrotécnicas Federais e de 17 escolas construídas no âmbito do Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP que serão transferidas para a União.

7. Assim, a criação de cargos de Professor de 1º e 2º graus e de cargos Técnico-Administrativos constitui-se em matéria de maior relevância no cenário nacional, tendo em vista a importância das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica para a qualificação da mão-de-obra técnica especializada, fator determinante para o crescimento sustentável do País.

8. Cumpre informar que a sanção da Lei nº 11.195, de 2005, que alterou a redação do art. 3º da Lei nº 8.948, de 1994, cujo texto exprimia uma explícita vedação à União Federal de promover a criação de novas unidades de ensino técnico e/ou agrotécnico, a não ser mediante o estabelecimento de parcerias com Estados, Municípios, Distrito Federal, organizações do setor produtivo ou organizações não governamentais, que seriam responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino, representou um avanço no que diz respeito à implantação de novas unidades de educação profissional, o que se tomou fato concreto com a publicação da Lei nº 11.249, de 23 de dezembro de 2005, que abriu ao Ministério da Educação crédito suplementar no valor de R\$57 milhões, destinados à construção de vinte e seis novas unidades de ensino descentralizadas, vinculadas aos Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFET, estimando-se que até o final deste ano todas as novas unidades já estejam em funcionamento, ou no mínimo, em condições para funcionar.

9. Neste processo de expansão da educação profissional pública, pretende-se ainda a implantação de outras sete unidades de ensino descentralizadas, de 5 Escolas Técnicas Federais e de 4 Escolas Agrotécnicas Federais, perfazendo um total de 42 novas Instituições Federais de Educação Profissional. Para a criação das Escolas Técnicas Federais e das Escolas Agrotécnicas Federais haverá a necessidade de encaminhar ao Congresso Nacional um Projeto de Lei versando sobre a matéria.

10. Há que se reconhecer que, em sua composição atual, a Rede Federal de Educação Tecnológica já contempla onze unidades descentralizadas

que não contam com quadros de pessoal próprios. Funcionam de forma precária, muitas vezes a custo de esporádicos convênios com as prefeituras dos respectivos municípios, que acabam arcando com a responsabilidade de manter um quadro mínimo de professores. Não se cogita, decerto, permitir que semelhante experiência ocorra no quadro da atual expansão do ensino técnico e tecnológico em nosso País.

11. Com relação ao impacto orçamentário-financeiro da proposta, salientamos que a criação de cargos, pura e simplesmente, não gera aumento de despesa, mas apenas seu provimento, que não acontecerá imediatamente. Assim, quando os cargos eventualmente criados tiverem seu provimento autorizado, o impacto orçamentário-financeiro anual será da ordem de R\$150,0 milhões e o processo deverá respeitar a prévia existência de recursos orçamentários destinados a tal finalidade, de acordo com o disposto nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

12. Cumpre informar ainda que, no caso dos cargos vagos de técnico-administrativos, uma grande parte se refere a cargos em extinção e não respondem às demandas atuais. Neste sentido, propõe-se a extinção de 1.179 cargos vagos de técnico-administrativos que compõem o quadro de pessoal das instituições federais de educação profissional e tecnológica.

13. Outra demanda intrinsecamente ligada à estruturação de quadros de pessoal das novas unidades e daquelas que já funcionam sem quadros próprios diz respeito aos quadros de cargos de direção – CD e funções gratificadas – FG. No plano de expansão, a opção preferencial, sempre que possível, foi a de constituir novas unidades descentralizadas, lançando mão do compartilhamento de estruturas administrativas já consolidadas. Esta estratégia reduz drasticamente os gastos com cargos em comissão, mas não os elimina por completa à medida que uma estrutura mínima deve estar assegurada a cada nova unidade. Somadas às demandas represadas de atualização da estrutura de CD e FG no âmbito dos CEFET, as necessidades globais importam na criação de 2.343 (dois mil, trezentos e quarenta e três) cargos, sendo 150 (cento e cinquenta) CD-3, 297 (duzentos e noventa e sete) CD-4,



1.057 (mil e cinqüenta e sete) FG-1 e 839 (oitocentos e trinta e nove) FG-2.

14. Quanto às demandas relativas à expansão do ensino superior, vale registrar que tal processo compreende a criação e consolidação de universidades, de **campi** universitários e de unidades de ensino descentralizadas. Com efeito, a esta altura, oito universidades já foram criadas, duas estão em processo de criação e duas outras, implantadas anteriormente, são objeto de ações de consolidação. Os **campi** cuja criação foi decidida, acrescidos dos que se encontram em fase de implantação ou consolidação, somam 60.

15. Os cargos e as funções cuja criação é proposta – 60 CD-3, 60 CD-4, 300 FG-1 e 120 FG-2 – afiguram-se indispensáveis à viabilização da política de expansão do ensino superior. Sem eles, não haverá como constituir quadros funcionais e estruturar as novas unidades didáticas. De início, remanejaram-se cargos vagos disponíveis para as novas unidades acadêmicas. Entretanto, essa alternativa já foi usada até o limite possível.

16. A expectativa é a de que o provimento dos cargos e das funções acima relacionados gere, em 2006, repercussão da ordem de R\$4,23 milhões e, em 2007, R\$8,675 milhões, quando a despesa estará anualizada.

17. A urgência requerida na tramitação da presente proposta encontra lastro na construção já iniciada de 26 novas unidades de ensino descentralizadas, cujas obras deverão estar concluídas em junho (11 escolas) e em dezembro (15) escolas. Também em relação às unidades que funcionam de forma precária por não possuírem quadros próprios é necessário reconhecer que a demora no estabelecimento de uma solução definitiva para a questão tem comprometido o desempenho das unidades educacionais, que acabam por funcionar em níveis bem inferiores ao de sua potencial capacidade. Em relação às 17 unidades construídas com recursos do PROEP e que serão incorporadas à Rede Federal de Educação Tecnológica, onze delas já se encontram com obras concluídas e outras seis deverão estar aptas para funcionamento em dezembro de 2006.

18. Considerando-se o atraso na tramitação do orçamento no âmbito do Congresso Nacional, cuja Lei foi sancionada apenas no mês de maio, e, ainda, o disposto no art. 21, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (“Lei de Responsabili-

dade Fiscal”), que dispõe ser “nulo de pleno direito o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal expedido nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do titular do respectivo Poder”, todo e qualquer aumento de despesa pelo Poder Executivo somente poderá ser feito até o final do corrente mês, não havendo tempo hábil para a tramitação e aprovação de Leis que garantam o cumprimento dos compromissos firmados pelo governo quanto à expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica e ensino superior. Antes da aprovação do orçamento era impossível enviar projetos de lei, sem a edição da medida provisória não será possível concretizar os compromissos do Governo Federal.

19. São estas, Senhor Presidente, as razões que nos levam a submeter a Vossa Excelência a anexa proposta de Medida Provisória, à luz da relevância e da urgência das medidas propostas.

Respeitosamente, **Fernando Haddad – Paulo Bernardo Silva.**

Of. nº 1.586/06/SGM/P

Brasília, 5 de setembro de 2006

A Sua Excelência o Senhor  
Senador Renan Calheiros  
Presidente do Senado Federal  
Nesta

Assunto: envio de PLV para apreciação

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à consideração do Senado Federal, o incluso Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2006 (Medida Provisória nº 296/06, do Poder Executivo), aprovado na Sessão Plenária do dia 4-9-06, que “Dispõe sobre a criação de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas no âmbito do Ministério da Educação, para fins de constituição dos quadros de pessoal das novas instituições federais de educação profissional e tecnológica e das novas instituições federais de ensino superior”, conforme o disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001.

2. Encaminho, em anexo, o processado da referida Medida Provisória e os autógrafos da matéria aprovada nesta Casa.

Atenciosamente, **Aldo Rebelo**, Presidente.

<b>MPV N° 296</b>	
Publicação no DO	9-6-2006
Designação da Comissão	12-6-2006(SF)
Instalação da Comissão	13-6-2006
Emendas	até 15-6-2006 (7º dia da publicação)
Prazo final na Comissão	9-6-2006 a 22-6-2006 (14º dia)
Remessa do Processo à CD	22-6-2006
Prazo na CD	de 23-6-2006 a 6-7-2006 (15º ao 28º dia)
Recebimento previsto no SF	6-7-2006
Prazo no SF	7-7-2006 a 20-7-2006(*) (42º dia)
Se modificado, devolução à CD	20-7-2006(*)
Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD	21-7-2006 a 23-7-2006(*) (43º ao 45º dia)
Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de	24-7-2006 (46º dia)(*)
Prazo final no Congresso	7-8-2006 (60 dias)(*)
(**)Prazo Prorrogado	6-10-2006
(*)Prazos alterados em virtude do funcionamento do Congresso Nacional	
(**)Prazo prorrogado pelo Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 30, de 2006 – DO de 1º-8-2006	

<b>MPV N° 296</b>	
Votação na Câmara dos Deputados	4-9-2006
Leitura no Senado Federal	
Votação no Senado Federal	

<b>MPV N° 297</b>	

## NOTA TÉCNICA DE ADEQUAÇÃO

Em 19 de junho de 2006

**Assunto:** Subsídios para análise da adequação orçamentária e financeira da Medida Provisória nº 296, de 8 de junho de 2006, que “Dispõe sobre a criação de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas no âmbito do Ministério da Educação, para fins de constituição dos quadros de pessoal das novas instituições federais de educação profissional e tecnológica e das novas instituições federais de ensino superior”.

**Interessada:** Comissão Mista designada para emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 296, de 8 de junho de 2006.

### I – Introdução

O art. 19 da Resolução nº 1, de 2002-CN, que regula o processo legislativo de apreciação de medidas provisórias, estabelece que compete ao órgão de consultoria e assessoramento orçamentário da Casa a que pertencer o relator da medida provisória elaborar nota técnica com subsídios acerca da adequação orçamentária e financeira da matéria.

A nota técnica deve atender ao disposto no art. 5º, § 1º, da mencionada Resolução, que prescreve a abrangência do exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira: “*análise da repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 2000, a lei do plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária da União*”.

### II – Síntese da Medida Provisória

A MP nº 296, de 8 de junho de 2006, “*dispõe sobre a criação de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas no âmbito do Ministério da Educação, para fins de constituição dos quadros de pessoal das novas instituições federais de educação profissional e tecnológica e das novas instituições federais de ensino superior*”.

Nos termos do art. 1º, são criados 3.430 cargos técnico-administrativos e 2.820 cargos de professor de 1º e 2º graus no quadro de pessoal das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.

De acordo com os artigos 2º e 3º, também são criados, no âmbito do Ministério da Educação (MEC), cargos de direção e funções gratificadas, sendo 2.343 para as novas Instituições Federais de Educação Tecnológica – IFET e 540 para as novas Instituições Federais de Ensino Superior – IFES.

Conforme estabelece o art. 4º, o provimento dos referidos cargos fica condicionado à comprovação da existência de prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes, bem como à existência de autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias – LDO, conforme determina o § 1º do art. 169 da Constituição.

O art. 5º preconiza que as novas Unidades de Ensino Descentralizadas – UNED, assim como seus respectivos cargos e funções gratificadas, serão implantadas gradativamente, dependendo da existência de instalações adequadas e de recursos financeiros para seu funcionamento. No parágrafo único, esclarece-se que os cargos dessas novas Uned serão providos somente após o MEC expedir a respectiva podaria de autorização de funcionamento.

Por fim, no art. 6º determina-se a extinção de 1.179 cargos vagos do quadro de pessoal das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.

A Exposição de Motivos Interministerial – EMI nº 030/2006/MEC/MP, de 29 de maio de 2006, informa que a criação de cargos tem por objetivo reduzir o déficit de pessoal nas instituições federais de ensino e que serão providos ao longo dos próximos exercícios.

Especificamente no que se refere à educação profissional, a citada Emi esclarece que os cargos criados destinam-se à constituição dos quadros funcionais de 11 Uned, vinculadas a 8 Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFET; de 33 Uned previstas para serem implantadas até o final de 2007; de 9 Cefet originados da transformação de Escolas Agrotécnicas Federais; e de 17 Escolas construídas no âmbito do Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP que serão transferidas por entidades comunitárias para a União. Saliencia-se que a criação de cargos, **per si**, não gera aumento de despesa, o que acontece somente após o provimento, que não acontecerá imediatamente. Estima-se que o aumento da despesa alcance R\$150 milhões por ano após o provimento dos cargos. Menciona-se que esse processo deverá respeitar a prévia existência de recursos orçamentários, conforme previsto nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 2000 – LRF.

Quanto ao ensino superior, informa-se na referida Emi, que os cargos e as funções criadas são indispensáveis para viabilizar a política de expansão em curso, processo que compreende a criação e consolidação de universidades, de **campi** universitários e de unidades de ensino descentralizadas. A expectativa é que o provimento desses cargos e funções gere impacto

de R\$4,23 milhões em 2006, e de R\$8,675 milhões anuais a partir de 2007.

### III – Subsídios Acerca da Adequação Financeira e Orçamentária

#### III -1. Disposições Legais

O ordenamento jurídico vigente contém vários dispositivos legais que disciplinam as questões relativas a dispêndios de pessoal sob a ótica orçamentária e financeira. Inicialmente, vale mencionar o disposto no art. 169, § 1º da Constituição Federal, a saber:

“Art. 169. (...)”

§ 1º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, **a criação de cargos, empregos e funções** ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, *só poderão ser feitas:*

*I – se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;*

*II – se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.”* (grifos nossos)

Por sua vez, a Lei Complementar nº 101 – LRF, de 4 de maio de 2000, estabeleceu no art. 21, I, que:

“Art. 21. É nulo de pleno direito o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda:

I – as exigências dos arts. 16 e 17 desta Lei Complementar e o disposto no inciso XIII do art. 37 e no § 1º do art. 169 da Constituição;”

Logo, como se vê, é necessário observar, sob pena de nulidade, as disposições contidas nos arts. 16 e 17 da mencionada LRF, **in verbis**:

“Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I – estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes;

II – declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1º Para os fins desta Lei Complementar, considera-se:

I – adequada com a lei orçamentária anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;

II – compatível com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja quaisquer de suas disposições.

§ 2º A estimativa de que trata o inciso I do **caput** será acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas”.

“Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

§ 1º Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o **caput** deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso 1 do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

§ 2º Para efeito do atendimento do § 1º, o ato será acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo referido no § 1º do art. 4º, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

§ 4º A comprovação referida no § 2º, apresentada pelo proponente, conterà as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias.

§ 5º A despesa de que trata este artigo não será executada antes da implementação das medidas referidas no § 2º, as quais integrarão o instrumento que a criar ou aumentar.”

Já a LDO válida para o exercício de 2006, Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005, repete dispositivo

constante de leis anteriores que remete á lei orçamentária anual – LOA a autorização específica exigida no § 1º do art. 169 Carta Magna, como se vê pelo transcrito a seguir:

“Art. 89. Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição, observado o inciso I do mesmo parágrafo, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, constantes de anexo específico da lei orçamentária.”

Na LOA para 2006, Lei nº 11.306, de 16 de maio de 2006, consta o Anexo V que contém as autorizações específicas de que trata o art. 89 da LDO/2006, para atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, II, da Constituição. Nesse Anexo, existe autorização para criação de cargos e funções no Poder Executivo, conforme abaixo transcrito:

“ANEXO V

AUTORIZAÇÕES ESPECÍFICAS DE QUE TRATA O ART. 169, § 1º INCISO II, DA CONSTITUIÇÃO E O ART. 89 DA LDO/2006, RELATIVAS A DESPESAS DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

(...)

II – CRIAÇÃO E/OU PROVIMENTO DE CARGOS, EMPREGOS E FUNÇÕES, BEM COMO ADMISSÃO OU CONTRATAÇÃO DE PESSOAL, A QUALQUER TÍTULO:

4) Poder Executivo

Limite de R\$600.278.998,00, destinado ao provimento de cargos e funções vagos ou criados nas áreas de:

- a) Auditoria e Fiscalização, até 1.200 vagas;
- b) Gestão e Diplomacia, até 696 vagas;
- c) Jurídica, até 703 vagas;
- d) Defesa e Segurança Pública, até 2.962 vagas;
- e) Cultura, Meio Ambiente e Ciência e Tecnologia, até 1.985 vagas;
- f) Seguridade Social, Educação e Esportes, até 10.402 vagas;”

(...) (grifos nossos)

**III – 2. Análise da Adequação Financeira e Orçamentária Da MP nº 296**

Inicialmente, convém destacar que a MP em exame e a respectiva Exposição de Motivos Interministerial

trazem apenas informações parciais acerca do impacto sobre a despesa decorrente da criação de cargos e funções mencionados, o que prejudica a verificação quanto ao atendimento do disposto no inciso I do § 1º do art. 169 da Constituição.

No caso de cargos e funções destinados à educação profissional, argumenta-se que a criação per se não gera aumento de despesa. Esse aumento ocorrerá somente após o provimento, que não acontecerá imediatamente. Apresenta-se estimativa de que o impacto alcance R\$150 milhões por ano após o provimento. Não há, entretanto, informações de como será efetuado esse provimento, e de qual será o impacto em 2006. Já no caso do ensino superior, a expectativa é que o impacto seja de R\$4,2 milhões, em 2006, e de R\$8,7 milhões anuais, a partir de 2007.

De qualquer forma, ainda que houvesse estimativa segura quanto ao impacto orçamentário no exercício de 2006, restariam dúvidas quanto a se as dotações consignadas no orçamento de 2006 seriam suficientes para o atendimento das despesas. De fato, no âmbito do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão constam as seguintes dotações para atendimento de despesas com provimentos por meio de concursos e alocação de cargos e funções, no âmbito do Poder Executivo:

Ação	Dotação Inicial
0533 - ALOCAÇÃO E REMANEJAMENTO DE CARGOS E FUNÇÕES NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO	30.000.000,00
0623 - PAGAMENTO DE PESSOAL DECORRENTE DE PROVIMENTOS POR MEIO DE CONCURSOS PÚBLICOS NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO	271.953.943,00

Não há informações, no entanto, quanto a parcelas das dotações acima que já estejam comprometidas com carreiras de outros órgãos do Poder Executivo, ou quanto a parcelas reservadas para atender às admissões no âmbito do Ministério da Educação.

Em relação ao disposto no inciso II do § 1º do art. 169 da Constituição, constata-se que há, em atendimento ao art. 89 da LDO para 2006, no Anexo V da LOA para 2006, autorização genérica no limite de R\$600 milhões para a finalidade de prover, entre outros, cargos e funções criados nas áreas de Seguridade Social, Educação e Esporte de até 10.402 vagas. Em tese, o número de cargos e funções criados pela MP nº 296 se enquadra dentro dessa autorização. No entanto, registre-se que não há como verificar o quantitativo específico da área de Educação.

Apesar da insuficiência de informações, pode-se concluir que a MP nº 296/2006 apresenta adequação orçamentária e financeira, uma vez que determina que o provimento de cargos fica condicionado à comprova-

ção da existência de prévia dotação orçamentária e à existência de autorização específica na LDO, conforme determina o art. 169, § 1º, da Constituição, o que valerá tanto para o exercício de 2006, como para os próximos. Nesse caso, o provimento de cargos será também a circunstância em que deverão ser verificadas as condições estabelecidas pelos art. 16 e 17 da LRF.

**Carlos Murilo E. P. de Carvalho**, – Consultor de Orçamentos do Senado Federal.

**PARECER À MEDIDA PROVISÓRIA  
Nº 296, DE 2006, PROFERIDO NO PLENÁRIO DA  
CÂMARA DOS DEPUTADOS EM SUBSTITUIÇÃO  
À COMISSÃO MISTA.**

**O SR. VADINHO BAIÃO** (PT – MG. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados, com a permissão de V. Ex<sup>a</sup> e do Plenário, faço um resumo do meu voto.

Quanto à adequação financeira e orçamentária, voto pela aprovação. Quanto ao mérito, pela aprovação da medida provisória.

Passo à leitura da apreciação das emendas recebidas.

Preliminarmente, cumpre apontar que as Emendas nºs 2, 3, 4, 5, 6 e 7 versam sobre matérias estranhas àquela tratada na medida provisória, violando o que preceitua a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, em seu art. 7º, incisos I e II, e a Resolução nº 1, de 2002, em seu art. 4º, § 4º. Enquanto a medida provisória trata da criação de cargos e funções, a Emenda nº 6 se ocupa do endividamento de Municípios. As Emendas nºs 2, 3, 4 e 5, que pretendem criar novas instituições federais, e as Emendas nºs 7 e 8, que tratam da remuneração dos servidores, violam ainda o disposto no art. 61, § 1º e 2º e, conforme o caso, 63, I, e 169, § 1º, do texto constitucional.

Os artigos citados dizem respeito, respectivamente, à reserva de iniciativa legislativa em favor do Presidente da República, à vedação ao aumento da despesa em proposições de espécie e à exigência da prévia dotação orçamentária e de autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias para a concessão de vantagem ou aumento de remuneração.

No mérito, a criação de instituições de ensino não pode ser decidida sem se levar em consideração todos os aspectos envolvidos, inclusive as ações programadas pelo Ministério da Educação. Além disso, a criação de unidades descentralizadas dispensa a edição de lei, bastando para tanto autorização por portaria ministerial.

Das emendas apresentadas à medida provisória apenas a de nº 1 está isenta de vício de natureza constitucional, regimental, orçamentária e financeira. Toda-

via, o equívoco identificado pelo autor da emenda não pode ser sanado pela mera substituição de siglas.

A Lei nº 11.184, de 7 de outubro de 2005, transformou o antigo CEFET Paraná em universidade autárquica, administrativamente autônoma. Instituições da espécie podem ter mais de um campus, mas não têm Unidades de Ensino Descentralizadas (UNEDS) a elas vinculadas, tanto que o art. 6º do Diploma Legal recém-citado determinou expressamente a incorporação das unidades do CEFET – Paraná à nova Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Portanto, o Anexo 2 da medida provisória em questão cria cargos para várias UNEDs que foram transformadas em campus universitário.

A reparação do equívoco, objeto da Emenda nº 1, demanda adequação não apenas do Anexo 2, como também dos textos dos arts. 1º e 5º da medida provisória. Tal providência está contemplada no projeto de lei de conversão que apresentamos.

As Emendas nºs 2 e 5 tratam da criação de unidades de ensino descentralizadas, matéria, como já dito, objeto de portaria ministerial. Além disso, a UNED Realengo, prevista na Emenda nº 2, já existe formalmente, enquanto a implantação da UNED do Colégio Pedro II em Niterói, objeto da Emenda nº 5, já está em andamento.

Já estando prevista a implantação em Realengo da UNED do CEFET de Química de Nilópolis, bem como de um campus da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, não se justifica a criação, na mesma localidade, das universidades tecnológicas federais previstas nas Emendas nºs 3 e 4.

Não podemos aprovar, no âmbito de discussão de uma medida provisória que trata da criação de cargos, a proposta consubstanciada na Emenda nº 6 de estender por mais 5 anos o prazo durante o qual os Municípios que renegociaram com a União sua dívida imobiliária poderiam contrair novos empréstimos ou financiamentos com organismos financeiros multilaterais e com instituições de fomento e cooperação, ainda que tenham dívida financeira total superior à receita líquida real.

Tal questão demanda, a toda evidência, análise cuidadosa e aprofundada em contexto adequado. O mesmo pode ser dito a respeito das Emendas nºs 7 e 8, que tratam de questões remuneratórias.

A implantação de incentivo à qualificação e o enquadramento por nível de capacitação pressupõe regulamentação própria, conforme prevê o dispositivo que se pretende alterar. Além disso, supondo-se admissível deliberar sobre a matéria na apreciação de medida provisória, desconsiderando as negociações entre o Ministério da Educação e a categoria profissio-

nal, o fórum adequado seria o de discussão da Medida Provisória nº 301, de 29 de junho de 2006, cujo art. 134 trata justamente do incentivo à qualificação.

A proposta de extensão de reajuste, resultante da reestruturação da carreira do magistério de 1º e 2º graus, determinado pelo art. 11 da Medida Provisória nº 295, de 29 de maio de 2006, deveria ser discutida, se não na mesa de negociação permanente, na apreciação da Medida Provisória recém-citada.

Entretantes, sabe-se que os servidores técnicos administrativos da educação foram contemplados com o plano de carreira próprio por meio da Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. O impacto de tal plano

aproximou-se de 2 milhões de reais, montante quase 20 vezes superior ao resultante da reestruturação da carreira de magistério de 1º e 2º graus.

Se os servidores de cada carreira reclamam para si os reajustes concedidos aos servidores de outra carreira e vice-versa, gera-se um círculo vicioso que tende a se romper da pior maneira possível, não se concede reajuste a categoria nenhuma.

Por todo o exposto, voto pela aprovação da Emenda nº 1, na forma do Projeto de Lei de Conversão anexo, bem como pela rejeição das Emendas nºs 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8.

É o parecer.

**Proposição:** MPV-296/2006

**Autor:** Poder Executivo

**Data de Apresentação:** 09/06/2006

**Apreciação:** Proposição sujeita à apreciação do Plenário

**Regime de tramitação:** Urgência

**Situação:** PLEN: Aguardando Encaminhamento.

**EMENTA:** Dispõe sobre a criação de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas no âmbito do Ministério da Educação, para fins de constituição dos quadros de pessoal das novas instituições federais de educação profissional e tecnológica e das novas instituições federais de ensino superior.

**INDEXAÇÃO:** Criação, cargo técnico-administrativo, professor, ensino fundamental, ensino médio, quadro de pessoal, instituição federal de ensino, educação profissional, educação tecnológica, (CEFET), Unidade de Ensino Descentralizada, cargo de direção, função gratificada, vinculação, Ministério da Educação.

**Despacho:**

23/6/2006 - Publique-se. Submeta-se ao Plenário. Proposição sujeita à Apreciação do Plenário Regime de Tramitação: Urgência




- PLEN (PLEN)

**MSC 455/2006 (Mensagem) - Poder Executivo,**

**Última Ação:**

**4/9/2006 - PLENÁRIO (PLEN) -** A Matéria vai ao Senado Federal, incluindo o processado. (MPV 296-A/06) (PLA 20/06)

Obs.: O andamento da proposição está disponível em: <http://www.senado.gov.br/legis/prop/prop.asp?legislacao=MPV&numero=296>

Andamento:	
9/6/2006	<b>Poder Executivo (EXEC)</b> Publicação da Medida Provisória no Diário Oficial da União. 
9/6/2006	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Prazo para Emenda(s): 10/06/2006 a 13/06/2006. Comissão Mista: 09/06/2006 a 22/06/2006. Câmara dos Deputados: 23/06/2006 a 07/07/2006. Senado Federal: 07/07/2006 a 20/07/2006. Retorno à Câmara dos Deputados (se houver): 21/07/2006 a 03/08/2006. Sobre a Paulista partir de 24/07/2006. Congresso Nacional: 09/06/2006 a 07/08/2006. Prorogação para o Congresso Nacional: 08/08/2006 a 06/09/2006.
22/6/2006	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Ofício nº 263, de 22/06/2006 do Senado Federal, para encaminhar da aprovação da Medida Provisória nº 296, de 2006. Informa, ainda, por oportuno, que a Medida Provisória tocam ofício e das 8 (oit) emendas e que a Comissão Mista designado não se instalou. 
23/6/2006	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Publique-se. Submeta-se ao Plenário. Proposição sujeita à Apreciação do Plenário Regime de Tramitação: Urgência 
28/6/2006	<b>COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)</b> Encaminhada à apreciação. Publicação Inicial no DOU de 29/06/2006.

28/6/2006	<b>Presidência de Câmara dos Deputados (PRISD)</b> Designado Relator: Dep. Vadinho Baiao (PT-MG)
1/8/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discussão em turno único.
1/8/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Matéria não apresentada em face de não inclusão da apreciação da MPV 291-A/06, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
2/8/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discussão em turno único.
2/8/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Matéria não apresentada em face de não inclusão da apreciação da MPV 291-A/06, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
4/9/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discussão em turno único.
4/9/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Parecer proferido no Plenário pelo Relator, Dep. Vadinho Baiao (PT-MG), pela Comissão Mista, que conclui pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de urgência e emergência; pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação de sua MPV e da Emenda de nº 1, na forma do Projeto de Lei de Conversão apresentado, e pela rejeição das Emendas de nºs 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8.
4/9/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Encerrada a discussão.
4/9/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Votação preliminar em turno único.
4/9/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Aprovado, em sessão (re) preliminar, o Parecer do Relator, na parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de urgência e emergência e de sua adequação financeira e orçamentária, nos termos do artigo 8º da Resolução nº 01/2002-CN.
4/9/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Votação, quando em critério, em turno único.
4/9/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Aprovada a Medida Provisória nº 291-A de 2006, na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2006.
4/9/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Votação da Resolução final.
4/9/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Aprovada a Resolução Final, lida pelo Relator, Dep. Vadinho Baiao (PT-MG).
4/9/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> A Matéria foi julgada definitiva em âmbito processual (MPV 291-A/06) (PLV 20/06)



**ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO  
CONGRESSO NACIONAL Nº 30, DE 2006**

**O Presidente da Mesa do Congresso Nacional**, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 296, de 8 de junho de 2006**, que *“Dispõe sobre a criação de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas no âmbito do Ministério da Educação, para fins de constituição dos quadros de pessoal das novas instituições federais de educação profissional e tecnológica e das novas instituições federais de ensino superior”*, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 8 de agosto de 2006, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 31 de julho de 2006.

  
**Senador Renan Calheiros**  
*Presidente da Mesa do Congresso Nacional*

*LEGISLAÇÃO CITADA*

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....  
Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

§ 1º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, só poderão ser feitas:

(Renumerado do parágrafo único pela Emenda constitucional nº 19, de 1998

I – se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes; (Incluído pela Emenda constitucional nº 19, de 1998)

II – se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista. (Incluído pela Emenda constitucional nº 19, de 1998)

.....

LEI Nº 11.091, DE 12 DE JANEIRO DE 2005

**Dispõe sobre a estruturação do Plano de carreira dos cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vincula-**

**das ao Ministério da Educação, e dá outras providências.**

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 297, DE 2006**

**Regulamenta o § 5º do art. 198 da Constituição Federal, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006, e da outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As atividades de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias passam a reger-se pelo disposto nesta lei.

Art. 2º O exercício das atividades de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias, nos termos desta Lei, dar-se-á exclusivamente no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, na execução das atividades de responsabilidade dos entes federados, mediante vínculo direto entre os referidos Agentes e órgão ou entidade da administração direta, autárquica ou fundacional.

Art. 3º O Agente Comunitário de Saúde tem como atribuição o exercício de atividades de prevenção de doenças e promoção da saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob supervisão do gestor municipal, distrital, estadual ou federal.

Parágrafo único. São consideradas atividades do Agente Comunitário de Saúde, na sua área de atuação:

I – a utilização de instrumentos para diagnóstico demográfico e sociocultural da comunidade;

II – a promoção de ações de educação para a saúde individual e coletiva;

III – o registro, para fins exclusivos de controle e planejamento das ações de saúde, de nascimentos, óbitos, doenças e outros agravos à saúde;

IV – o estímulo à participação da comunidade nas políticas públicas voltadas para a área da saúde;

V – a realização de visitas domiciliares periódicas para monitoramento de situações de risco à família; e

VI – a participação em ações que fortaleçam os elos entre o setor saúde e outras políticas que promovam a qualidade de vida.

Art. 4º O Agente de Combate às Endemias tem como atribuição o exercício de atividades de vigilância, prevenção e controle de doenças e promoção da saúde,

desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob supervisão do gestor de cada ente federado.

Art. 5º O Ministério da Saúde disciplinará as atividades de prevenção de doenças, de promoção da saúde, de controle e de vigilância a que se referem os arts. 3º e 4º desta Lei e estabelecerá os parâmetros dos cursos previstos nos incisos II do **caput** do art. 6º e I do **caput** do art. 7º desta Lei, observadas as diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação.

Art. 6º O Agente Comunitário de Saúde deverá preencher os seguintes requisitos para o exercício da atividade:

I – residir na área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação do edital do processo seletivo público;

II – haver concluído, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada; o

III – haver concluído o ensino fundamental.

§ 1º Não se aplica a exigência a que se refere o inciso III do **caput** deste artigo aos que, na data de publicação da Medida provisória nº 297, de 9 de junho de 2006, estavam exercendo atividades próprias de Agente Comunitário de Saúde.

§ 2º Compete ao ente federativo responsável pela execução dos programas a definição da área geográfica a que se refere o inciso I do **caput** deste artigo, observados os parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Saúde.

Art. 7º O Agente de Combate às Endemias deverá preencher os seguintes requisitos para o exercício da atividade:

I – haver concluído, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada; o

II – haver concluído o ensino fundamental.

Parágrafo único. Não se aplica a exigência a que se refere o inciso II do **caput** deste artigo aos que, na data de publicação da Medida Provisória nº 297, de 9 de junho de 2006, estavam exercendo atividades próprias de Agente de Combate, às Endemias.

Art. 8º Os Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Combate às Endemias admitidos pelos gestores locais do SUS e pela Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, na forma do disposto no § 4º do art. 190 da Constituição Federal, submetem-se ao regime jurídico estabelecido pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, salvo se, no caso dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, lei local dispuser de forma diversa.

Art. 9º A contratação de Agentes Comunitários de Saúde e de Agentes de Combate às Endemias deverá ser precedida de processo seletivo público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade de suas atribuições e requisitos especí-

ficos para o exercício das atividades, que atenda aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Parágrafo único. Caberá aos órgãos ou entes da administração direta dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios certificar, em cada caso, a existência de anterior processo de seleção pública, para efeito da dispensa referida no parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006, considerando-se como tal aquele que tenha sido realizado com observância dos princípios referidos no **caput** deste artigo.

Art. 10. A administração pública somente poderá rescindir unilateralmente o contrato do Agente Comunitário de Saúde ou do Agente de Combate às Endemias, de acordo com o regime jurídico de trabalho adotado, na ocorrência de uma das seguintes hipóteses:

I – prática de falta grave, dentre as enumeradas no art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT;

II – acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;

III – necessidade de redução de quadro de pessoal, por excesso de despesa, nos termos da Lei nº 9.801, de 14 de junho de 1999; ou

IV – insuficiência de desempenho, apurada em procedimento no qual se assegurem pelo menos um recurso hierárquico dotado de efeito suspensivo, que será apreciado em 30 (trinta dias), e o prévio conhecimento dos padrões mínimos exigidos para a continuidade da relação de emprego, obrigatoriamente estabelecidos de acordo com as peculiaridades das atividades exercidas.

Parágrafo único. No caso do Agente Comunitário de Saúde, o contrato também poderá ser rescindido unilateralmente na hipótese de não-atendimento ao disposto no inciso I do **caput** do art. 6º desta Lei, ou em função de apresentação de declaração falsa de residência.

Art. 11. Fica criado, no Quadro de Pessoal da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, Quadro Suplementar de Combate às Endemias, destinado a promover, no âmbito do SUS, ações complementares de vigilância epidemiológica e combate a endemias, nos termos do inciso VI do **caput** e parágrafo único do art. 16 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.

Parágrafo único. Ao quadro suplementar de que trata o **caput** deste artigo aplica-se, no que couber, além do disposto nesta Lei, o disposto na Lei nº 9.962, de 22 de fevereiro de 2000, cumprindo-se jornada de trabalho de 40h (quarenta horas) semanais.

Art. 12. Aos profissionais não-ocupantes de cargo efetivo em órgão ou entidade da administração pública federal que, em 14 de fevereiro de 2006, a, qualquer título, se achavam no desempenho de atividades de

combate a endemias no âmbito da Funasa é assegurada a dispensa desde submeterem ao processo seletivo público a que se refere o § 4º do art. 198 da Constituição, desde que tenham sido contratados a partir de anterior processo de seleção pública efetuado pela Funasa ou por outra instituição, sob a efetiva supervisão da Funasa e mediante a observância dos princípios a que se refere o **caput** do art. 9º desta Lei.

§ 1º Ato conjunto dos Ministros de Estado da Saúde e do Controle e da Transparência instituirá comissão com a finalidade de atestar a regularidade do processo seletivo para fins da dispensa prevista no **caput** deste artigo.

§ 2º A Comissão será integrada por 3 (três) representantes da Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União, um dos quais a presidirá, pelo Assessor Especial de Controle Interno do Ministério da Saúde e pelo Chefe da Auditoria Interna da Funasa.

Art. 13. Os Agentes de Combate às Endemias integrantes do Quadro Suplementar a que se refere o art. 11 desta Lei poderão ser colocados à disposição dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, no âmbito do SUS, mediante convênio, ou para gestão associada de serviços públicos, mediante contrato de consórcio público, nos termos da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, mantida a vinculação à Funasa e sem prejuízo dos respectivos direitos e vantagens.

Art. 14. O gestor local do SUS responsável pela contratação dos profissionais de que trata esta Lei disporá sobre a criação dos cargos ou empregos públicos e demais aspectos inerentes à atividade, observadas as especificidades locais.

Art. 15. Ficam criados 5.365 (cinco mil, trezentos e sessenta e cinco) empregos públicos, de Agente de Combate às Endemias, no âmbito do Quadro Suplementar referido no art. 11 desta Lei, com retribuição mensal estabelecida na forma do Anexo desta Lei, cuja despesa não excederá o valor atualmente despendido pela Funasa com a contratação desses profissionais.

§ 1º A Funasa, em até 30 (trinta) dias, promoverá o enquadramento do pessoal de que trata o art. 12 desta Lei na tabela salarial constante do Anexo desta Lei, em classes e níveis com salários iguais aos pagos atualmente, sem aumento de despesa.

§ 2º Aplica-se aos ocupantes dos empregos referidos no **caput** deste artigo a indenização de campo de que trata o art. 16 da Lei nº 9.216, de 13 de agosto de 1991.

§ 3º Caberá à Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão disciplinar o desenvolvimento dos ocupantes dos empregos públicos referidos no **caput** deste artigo na tabela salarial constante do Anexo desta Lei.

Art. 16. Fica vedada a contratação temporária ou terceirizada de Agentes Comunitários de Saúde e do Agentes de Combate às Endemias, salvo na hipótese de combate a surtos endêmicos, na forma da lei aplicável.

Art. 17. Os profissionais que, na data de publicação da Medida Provisória nº 297, de 9 de junho 2006, exerciam atividades próprias de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias, vinculados diretamente aos gestores locais do SUS ou a entidades, de administração indireta, não investidos em cargo ou emprego público e não alcançados pelo disposto no parágrafo único do art. 9º desta Lei poderão permanecer no exercício destas atividades, até, que seja concluída a realização de processo seletivo pú-

blico pelo ente federativo, com vistas no cumprimento do disposto nesta Lei.

Art. 18. Os empregos públicos criados no âmbito da Funasa, conforme disposto no art. 15 desta Lei e preenchidos nos termos desta Lei, serão extintos, quando vagos.

Art. 19. As despesas decorrentes da criação dos empregos públicos a que se refere o art. 15 desta Lei correrão à conta das dotações destinadas à Funasa, consignadas no Orçamento Geral da União.

Art. 20. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 21. Fica revogada a Lei nº 10.507, de 10 de julho de 2002.

<b>AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS</b>		
<b>CLASSE</b>	<b>NÍVEL</b>	<b>SALÁRIO - 40 HS</b>
<b>D</b>	20	1.180,99
	19	1.152,18
	18	1.124,08
	17	1.096,67
	16	1.069,92
<b>C</b>	15	1.018,97
	14	994,12
	13	969,87
	12	946,21
	11	923,14
<b>B</b>	10	879,18
	9	857,73
	8	836,81
	7	816,40
	6	796,49
<b>A</b>	5	758,56
	4	740,06
	3	722,01
	2	704,40
	1	687,22

## MEDIDA PROVISÓRIA ORIGINAL Nº 297, DE 2006

Regulamenta o § 5º do art. 198 da Constituição, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional no 51, de 14 de fevereiro de 2006, e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º As atividades de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias, passam a reger-se pelo disposto nesta Medida Provisória.

Art. 2º O exercício das atividades de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias, nos termos desta Medida Provisória, dar-se-á exclusivamente no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, na execução das atividades de responsabilidade dos entes federados, mediante vínculo direto entre os referidos Agentes e órgão ou entidade da administração direta, autárquica ou fundacional.

Art. 3º O Agente Comunitário de Saúde tem como atribuição o exercício de atividades de prevenção de doenças e promoção da saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob supervisão do gestor municipal, distrital, estadual ou federal.

Parágrafo único. São consideradas atividades do Agente Comunitário de Saúde, na sua área de atuação:

I - a utilização de instrumentos para diagnóstico demográfico e sócio-cultural da comunidade;

II - a promoção de ações de educação para a saúde individual e coletiva;

III - o registro, para fins exclusivos de controle e planejamento das ações de saúde, de nascimentos, óbitos, doenças e outros agravos à saúde;

IV - o estímulo à participação da comunidade nas políticas públicas voltadas para a área da saúde;

V - a realização de visitas domiciliares periódicas para monitoramento de situações de risco à família; e

VI - a participação em ações que fortaleçam os elos entre o setor saúde e outras políticas que promovam a qualidade de vida.

Art. 4º O Agente de Combate às Endemias tem como atribuição o exercício de atividades de vigilância, prevenção e controle de doenças e promoção da saúde, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob supervisão do gestor de cada ente federado.

**Art. 5º** O Ministério da Saúde disciplinará as atividades de prevenção de doenças, de promoção da saúde, de controle e de vigilância a que se referem os arts. 3º e 4º e estabelecerá os parâmetros dos cursos previstos nos incisos II do art. 6º e I do art. 7º, observadas as diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação.

**Art. 6º** O Agente Comunitário de Saúde deverá preencher os seguintes requisitos para o exercício da atividade:

I - residir na área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação do edital do processo seletivo público;

II - haver concluído, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada; e

III - haver concluído o ensino fundamental.

§ 1º Não se aplica a exigência a que se refere o inciso III aos que, na data de publicação desta Medida Provisória, estejam exercendo atividades próprias de Agente Comunitário de Saúde.

§ 2º Compete ao ente federativo responsável pela execução dos programas a definição da área geográfica a que se refere o inciso I, observados os parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Saúde.

**Art. 7º** O Agente de Combate às Endemias deverá preencher os seguintes requisitos para o exercício da atividade:

I - haver concluído, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada; e

II - haver concluído o ensino fundamental.

Parágrafo único. Não se aplica a exigência a que se refere o inciso II aos que, na data de publicação desta Medida Provisória, estejam exercendo atividades próprias de Agente de Combate às Endemias.

**Art. 8º** Os Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Combate às Endemias admitidos pelos gestores locais do SUS e pela Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, na forma do disposto no § 4º do art. 198 da Constituição, submetem-se ao regime jurídico estabelecido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, salvo se, no caso dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, lei local dispuser de forma diversa.

**Art. 9º** A contratação de Agentes Comunitários de Saúde e de Agentes de Combate às Endemias deverá ser precedida de processo seletivo público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para o exercício das atividades, que atenda aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Parágrafo único. Caberá aos órgãos ou entes da administração direta dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios certificar, em cada caso, a existência de anterior processo de seleção pública, para efeito da dispensa referida no parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006, considerando-se como tal aquele que tenha sido realizado com observância dos princípios referidos no caput.

Art. 10. A administração pública somente poderá rescindir unilateralmente o contrato do Agente Comunitário de Saúde ou do Agente de Combate às Endemias, de acordo com o regime jurídico de trabalho adotado, na ocorrência de uma das seguintes hipóteses:

I - prática de falta grave, dentre as enumeradas no art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT;

II - acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;

III - necessidade de redução de quadro de pessoal, por excesso de despesa, nos termos da Lei nº 9.801, de 14 de junho de 1999; ou

IV - insuficiência de desempenho, apurada em procedimento no qual se assegurem pelo menos um recurso hierárquico dotado de efeito suspensivo, que será apreciado em trinta dias, e o prévio conhecimento dos padrões mínimos exigidos para a continuidade da relação de emprego, obrigatoriamente estabelecidos de acordo com as peculiaridades das atividades exercidas.

Parágrafo único. No caso do Agente Comunitário de Saúde, o contrato também poderá ser rescindido unilateralmente na hipótese de não-atendimento ao disposto no inciso I do art. 6º, ou em função de apresentação de declaração falsa de residência.

Art. 11. Fica criado, no Quadro de Pessoal da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, Quadro Suplementar de Combate às Endemias, destinado a promover, no âmbito do SUS, ações complementares de vigilância epidemiológica e combate a endemias, nos termos do inciso VI e parágrafo único do art. 16 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.

Parágrafo único. Ao Quadro Suplementar de que trata o caput aplica-se, no que couber, além do disposto nesta Medida Provisória, o disposto na Lei nº 9.962, de 22 de fevereiro de 2000, cumprindo-se jornada de trabalho de quarenta horas semanais.

Art. 12. Aos profissionais não-ocupantes de cargo efetivo em órgão ou entidade da administração pública federal que, em 14 de fevereiro de 2006, a qualquer título, se achavam no desempenho de atividades de combate a endemias no âmbito da FUNASA é assegurada a dispensa de se submeterem ao processo seletivo público a que se refere o § 4º do art. 198 da Constituição, desde que tenham sido contratados a partir de anterior processo de seleção pública efetuado pela FUNASA, ou por outra instituição, sob a efetiva supervisão da FUNASA e mediante a observância dos princípios a que se refere o caput do art. 9º.

§ 1º Ato conjunto dos Ministros de Estado da Saúde e do Controle e da Transparência instituirá comissão com a finalidade de atestar a regularidade do processo seletivo para fins da dispensa prevista no caput.

§ 2º A comissão será integrada por três representantes da Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União, um dos quais a presidirá, pelo Assessor Especial de Controle Interno do Ministério da Saúde e pelo Chefe da Auditoria Interna da FUNASA.

**Art. 13.** Os Agentes de Combate às Endemias integrantes do Quadro Suplementar a que se refere o art. 11 poderão ser colocados à disposição dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, no âmbito do SUS, mediante convênio, ou para gestão associada de serviços públicos, mediante contrato de consórcio público, nos termos da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, mantida a vinculação à FUNASA e sem prejuízo dos respectivos direitos e vantagens.

**Art. 14.** O gestor local do SUS responsável pela contratação dos profissionais de que trata esta Medida Provisória disporá sobre a criação dos cargos ou empregos públicos e demais aspectos inerentes à atividade, observadas as especificidades locais.

**Art. 15.** Ficam criados cinco mil, trezentos e sessenta e cinco empregos públicos de Agente de Combate às Endemias, no âmbito do Quadro Suplementar referido no art. 11, com retribuição mensal estabelecida na forma do Anexo desta Medida Provisória, cuja despesa não excederá o valor atualmente despendido pela FUNASA com a contratação desses profissionais.

§ 1º A FUNASA, em até trinta dias, promoverá o enquadramento do pessoal de que trata o art. 12 na tabela salarial constante do Anexo desta Medida Provisória, em classes e níveis com salários iguais aos pagos atualmente, sem aumento de despesa.

§ 2º Aplica-se aos ocupantes dos empregos referidos no caput a indenização de campo de que trata o art. 16 da Lei nº 8.216, de 13 de agosto de 1991.

§ 3º Caberá à Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão disciplinar o desenvolvimento dos ocupantes dos empregos públicos referidos no caput na tabela salarial constante do Anexo desta Medida Provisória.

**Art. 16.** Fica vedada a contratação temporária ou terceirizada de Agentes Comunitários de Saúde e de Agentes de Combate às Endemias, salvo na hipótese de combate a surtos endêmicos, na forma da lei aplicável.

**Art. 17.** Os profissionais que, na data de publicação desta Medida Provisória, exerçam atividades próprias de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias, vinculados diretamente aos gestores locais do SUS ou a entidades de administração indireta, não investidos em cargo ou emprego público, e não alcançados pelo disposto no parágrafo único do art. 9º, poderão permanecer no exercício destas atividades, até que seja concluída a realização de processo seletivo público pelo ente federativo, com vistas ao cumprimento do disposto nesta Medida Provisória.

**Art. 18.** Os empregos públicos criados no âmbito da FUNASA, conforme disposto no art. 15 e preenchidos nos termos desta Medida Provisória, serão extintos, quando vagos.

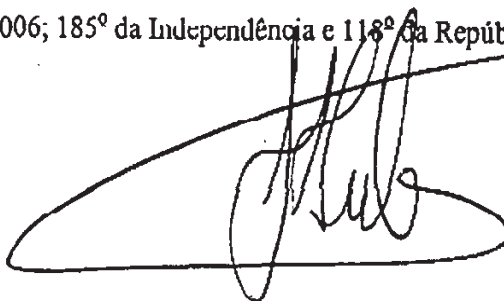
**Art. 19.** As despesas decorrentes da criação dos empregos públicos a que se refere o art. 15 correrão à conta das dotações destinadas à FUNASA, consignadas no Orçamento Geral da União.



Art. 20. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 21. Fica revogada a Lei nº 10.507, de 10 de julho de 2002.

Brasília, 9 de junho de 2006; 185º da Independência e 118ª da República.



Referenda: Paulo Bernardo Silva, José Agenor Álvares da Silva  
MP-REG ART 198 CF ENDEMIAS(L4)

### ANEXO

AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS		
CLASSE	NÍVEL	SALÁRIO - 40 IIS
D	20	1.180,99
	19	1.152,18
	18	1.124,08
	17	1.096,67
	16	1.069,92
C	15	1.018,97
	14	994,12
	13	969,87
	12	946,21
	11	923,14
	10	879,18
B	9	857,73
	8	836,81
	7	816,40
	6	796,49
A	5	758,56
	4	740,06
	3	722,01
	2	704,40
	1	687,22

**MENSAGEM Nº 456, DE 2006**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 62 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto da Medida Provisória nº 297, de 9 de junho de 2006, que “Regulamenta o § 5º do art. 198 da Constituição, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006, e dá outras providências”.

Brasília, 9 de junho de 2006. – **Luiz I. Lula da Silva.**

EM Interministerial nº 18/MS/MP

Brasília, 7 de junho de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Temos a honra de submeter à consideração de Vossa Excelência proposta de Medida Provisória que “Regulamenta o § 5º do art. 198 da Constituição Federal, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006, e dá outras providências”.

Esta proposição, Senhor Presidente, atende preliminarmente ao mandamento contido no mencionado § 5º do art. 198 da Constituição Federal, fruto da Emenda Constitucional nº 51, de 2006, o qual estabelece que “Lei federal disporá sobre o regime jurídico e a regulamentação das atividades de agente comunitário de saúde e agente de combate às endemias”. Trata-se de Emenda à Constituição apresentada em março de 2003 na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Exmº Sr. Deputado Maurício Rands, e aprovada naquela Casa em 1º de fevereiro do corrente, tendo como Relator o Exmº Sr. Deputado Walter Pinheiro. A Emenda Constitucional foi aprovada em prazo recorde no Senado Federal, onde foi relatada pelo Exmº Sr. Senador Rodolpho Tourinho, permitindo a sua promulgação apenas 14 dias depois de aprovada pela Câmara dos Deputados. O acordo construído em tomo da Emenda, conduzido pelo Exmº Sr. Deputado Walter Pinheiro na Câmara dos Deputados, reflete a sua relevância para os fins de dar aos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias tratamento, no âmbito do Sistema Único de Saúde, compatível com a perenidade das funções exercidas para a melhoria das condições de saúde do povo brasileiro.

Cuida-se de estabelecer na regulamentação proposta, em nível nacional e respeitada a autonomia dos entes federados, as regras gerais a serem observadas no exercício das atividades de Agente Comunitário

de Saúde e de Agente de Combate às Endemias e na contratação desses profissionais pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios.

O exercício das atividades de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias dar-se-á, nos termos da Medida Provisória proposta, exclusivamente no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, na execução das atividades de responsabilidade da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante vínculo direto entre os referidos Agentes e órgão ou entidade da administração direta, autárquica ou fundacional desses entes federados.

Ao definir que as atividades básicas a serem desenvolvidas pelos Agentes Comunitários de Saúde e pelos Agentes de Combate às Endemias compreendem a prevenção de doenças, promoção da saúde, controle e vigilância, a proposta de Medida Provisória estabelece competência ao Ministério da Saúde para disciplinar tais atividades, inclusive definindo o parâmetro e o conteúdo programático dos cursos previstos como um dos requisitos para o exercício dessas atividades.

Dadas as peculiaridades das atividades desenvolvidas pelos Agentes Comunitários de Saúde e pelos Agentes de Combate às Endemias, além da exigência de realização de curso de qualificação básica de formação, são propostos outros requisitos específicos, como por exemplo o da obrigatoriedade de residência na área da comunidade em que atuar desde a data da publicação do edital do processo seletivo público para o Agente Comunitário de Saúde.

Considerando o disposto no § 5º do art. 198 da Constituição Federal, que atribui à Lei Federal competência para estabelecer o regime jurídico a ser observado na contratação dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, a proposta de Medida Provisória, em seu art. 8º, define que tais profissionais submetem-se ao regime jurídico estabelecido pela Consolidação das Leis do Trabalho -CLT, salvo se, no caso dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, lei local dispuser de forma diversa. Cumpre-se, dessa forma, a determinação constitucional que tem como propósito homogeneizar procedimentos em nível nacional, mas preserva-se a autonomia dos entes federados que, consideradas as suas especificidades, poderão dispor de forma diversa, por meio de lei local.

No que diz respeito à contratação de Agentes Comunitários de Saúde e a de Agentes de Combate às Endemias por parte dos entes federados, propõe-se a observância de procedimentos que tenham como pressuposto a realização de processo seletivo público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e

complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para sua atuação. Esse processo seletivo público deverá atender sempre aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Para efeito da dispensa de realização de processo seletivo público com a finalidade de aproveitamento dos profissionais que desempenhavam atividades de Agentes Comunitários de Saúde ou de Agentes de Combate às Endemias, conforme disposto no parágrafo único do art. 22 da Emenda Constitucional nº 51, de 2006, os órgãos ou entes da administração direta dos entes federados deverão considerar como processo de Seleção Pública aquele que tenha sido realizado com observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

A Medida Provisória proposta cria, no Quadro de Pessoal da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, Quadro Suplementar de Combate a Endemias, destinado a promover, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, ações complementares de vigilância epidemiológica e combate a endemias, nos termos do inciso VI e parágrafo único do art. 16 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Nos termos propostos, são criados 5.365 (cinco mil, trezentos e sessenta e cinco) empregos públicos de Agentes de Combate a Endemias no âmbito da Funasa, com retribuição mensal variando de R\$ 687,22 (seiscentos e oitenta e sete reais e vinte e dois centavos) a R\$ 1.180,99 (um mil, cento e oitenta reais e noventa e nove centavos), conforme quadro anexo à Medida Provisória.

Estabelece-se, para aqueles profissionais não ocupantes de cargo efetivo em órgão ou entidade da Administração Pública Federal que, em 14 de fevereiro de 2005, achavam-se, a qualquer título, no desempenho de atividades de combate a endemias no âmbito da FUNASA, a garantia da dispensa de se submeterem ao processo seletivo público a que se refere o § 4º do art. 198 da Constituição Federal, conforme faculta o parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional nº 51, de 2006. Essa providência, Senhor Presidente, permite que se equacione, de forma segura e definitiva, a situação daqueles profissionais que exercem suas atividades no âmbito da Funasa desde 1994 e que haviam sido demitidos em 1999 e posteriormente reintegrados com base no art. 23 da Lei nº 10.667, de 2003.

A Medida Provisória proposta disciplina, ainda, as hipóteses de rescisão unilateral do contrato por parte do ente federado contratante, estabelece competência para que o gestor local do Sistema Único de Saúde responsável pela contratação dos profissionais disponha sobre a criação dos cargos ou empregos públicos, a jornada de trabalho, a retribuição e demais aspectos inerentes à função, observadas as especificidades

loais, veda a contratação temporária ou terceirizada de Agentes Comunitários de Saúde e de Agentes de Combate às Endemias, salvo na hipótese de combate a surtos endêmicos, na forma da Lei aplicável, e define a situação dos profissionais que na data de publicação da Lei exerçam atividades próprias de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias, vinculados diretamente aos gestores locais do Sistema Único de Saúde ou a entidades da administração indireta, não investidos em cargo ou emprego público, e não alcançados pelo disposto no parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional nº 51, de 2006.

A Medida Provisória que ora submetemos à consideração de Vossa Excelência é a etapa final de um processo que teve origem na iniciativa parlamentar que buscou alterar a Constituição Federal com vistas a equacionar problema antigo que se coloca para o Governo Federal e para os demais parceiros gestores do Sistema Único de Saúde, qual seja o da falta de regramento constitucional e legal adequado às especificidades das atividades desenvolvidas pelos Agentes Comunitários de Saúde e pelos Agentes de Combate às Endemias. A aprovação da Emenda Constitucional nº 51, de 2006, representou um necessário e efetivo passo nessa direção. Não foi, no entanto, providência suficiente, uma vez que remeteu para a Lei Federal a competência para dispor sobre as atividades e o regime jurídico dos profissionais de que se ocupou.

Sem que a Lei Federal disponha sobre as atividades e sobre o regime jurídico dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias ficam os gestores locais impedidos de regularizar a situação dos vínculos trabalhistas desses profissionais, considerados, em muitos casos, reconhecidamente precários, o que tem suscitado a promoção de ações civis públicas contra os entes federados por parte do Ministério Público. Justifica-se, assim, a edição de Medida Provisória para tratar da matéria, dada à urgência e a relevância de que se reveste.

Finalmente, quanto ao disposto nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, vale ressaltar que as medidas propostas não importarão em acréscimo orçamentário, posto que em relação à regulamentação do § 5º do art. 198 da Constituição Federal, trata-se de providência meramente regulatória, e quanto ao aproveitamento dos Agentes de Combate às Endemias, no âmbito da Funasa, conforme mencionado anteriormente, se dará sem aumento de despesa.

São essas, Senhor Presidente, as razões pelas quais submetemos à apreciação de Vossa Excelência a anexa proposta de Medida Provisória, a qual constitui iniciativa que consideramos necessária para a conse-

cução dos objetivos pretendidos com a promulgação da Emenda Constitucional nº 51, de 2006.

Respeitosamente, **José Agenor Álvares da Silva e Paulo Bernardo Silva.**

Of. nº 1.587/2006/SGM/P

Brasília, 5 de setembro de 2006

A Sua Excelência o Senhor  
Senador Renan Calheiros  
Presidente do Senado Federal  
Nesta

Assunto: envio de MPV para apreciação.

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetida à consideração do Senado Federal, a

inclusa Medida Provisória nº 297/2006, do Poder Executivo aprovada na Sessão Plenária do dia 4-9-2006, que “regulamenta o § 5º do art. 198 da Constituição Federal, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006, e dá outras providências”, conforme o disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, do 2001.

2. Encaminho, em anexo, o processado da referida Medida Provisória e os autógrafos da matéria aprovada nesta Casa.

Atenciosamente, **Aldo Rebelo**, Presidente.

<b>MPV Nº 297</b>	
<b>Publicação no DO</b>	12-6-2006
<b>Designação da Comissão</b>	13- 6-2006(SF)
<b>Instalação da Comissão</b>	14-6-2006
<b>Emendas</b>	até 18-6-2006 (7º dia da publicação)
<b>Prazo final na Comissão</b>	12-6-2006 a 25-6-2006 (14º dia)
<b>Remessa do Processo à CD</b>	25-6-2006
<b>Prazo na CD</b>	de 26-6-2006 a 9-7-2006 (15º ao 28º dia)
<b>Recebimento previsto no SF</b>	9-7-2006
<b>Prazo no SF</b>	10-7-2006 a 23-7-2006(*) (42º dia)
<b>Se modificado, devolução à CD</b>	23-7-2006(*)
<b>Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD</b>	24-7-2006 a 26-7-2006(*) (43º ao 45º dia)
<b>Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de</b>	27-7-2006 (46º dia)(*)
<b>Prazo final no Congresso</b>	10-8-2006 (60 dias)(*)
<b>(**)Prazo Prorrogado</b>	9-10-2006
<b>(*)Prazos alterados em virtude do funcionamento do Congresso Nacional</b>	
<b>(**)Prazo prorrogado pelo Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 31, de 2006 – DO de 1º-8-2006</b>	

<b>MPV Nº 297</b>	
<b>Votação na Câmara dos Deputados</b>	4-9-2006
<b>Leitura no Senado Federal</b>	
<b>Votação no Senado Federal</b>	

**NOTA TÉCNICA DE MP – Nº 12/2006****SUBSÍDIOS À APRECIÇÃO  
DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 297,  
DE 9 DE JUNHO DE 2006, QUANTO À  
ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**

**“Regulamenta o § 5º do art. 198 da Constituição, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006, e dá outras providências”.**

**I – Relatório**

A Medida Provisória (MP) em exame ao dispor sobre o regime jurídico e a regulamentação das atividades do Agente Comunitário de Saúde e do Agente de Combate às Endemias, conforme prevê o § 5º do art. 198 da Constituição, cria 5.365 empregos públicos de Agente de Combate às Endemias, estabelece competências e procedimentos a serem observados quanto do provimento dos cargos de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias, a forma de preenchimento das vagas, dentre outras normas de caráter administrativo, e prevê o acesso aos cargos, a que dispõe a Medida Provisória em apreço, os profissionais que, na data de sua publicação, exerçam atividades próprias ou correlatas, mesmo que não sejam investidos em cargo ou emprego público, dentre outras providências.

O art. 15 da Medida Provisória, ao dispor sobre a criação dos 5.365 empregos públicos estabelece que a “despesa não excederá o valor atualmente despendido pela Funasa com a contratação desses profissionais” e que “A Funasa, em até trinta dias, promoverá o enquadramento do pessoal de que trata o art. 12 na tabela salarial constante do Anexo desta Medida Provisória, em classes e níveis com salários iguais aos pagos atualmente, sem aumento de despesa (grifos nossos).

A EM Interministerial nº 18/MS/MP, de 7 de junho de 2006, que acompanha a presente Medida Provisória, afirma que quanto ao disposto dos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, as medidas propostas não importarão em acréscimo orçamentário, vez que a própria trata apenas de matéria regulatória.

**II – Subsídios**

Cabe a Comissão Mista encarregada de dar parecer à referida medida provisória, no prazo improrrogável de 14 (quatorze) dias contado da publicação da MP emitir parecer único, onde se manifestará, dentre

outros aspectos, sobre sua adequação financeira e orçamentária (**caput** do art. 5º da Resolução nº 1, de 2002-CN).

Estabelece também o § 1º do art. 5º da mencionada Resolução que:

§ 1º O exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das Medidas Provisórias abrange a análise da repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a lei do plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária anual.”

A lei do Plano Plurianual para o período 2004/2007 (Lei nº 10.933, de 11-8-2004) não registra ação correspondente às normas baixadas na MP.

No que concerne à adequação da MP à Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, é importante ressaltar que, no exame de matéria relativa à concessão de qualquer vantagem e de criação de cargos, empregos e funções, deve ser considerada também a determinação constitucional prevista no art. 169 da Carta Magna, especialmente, as restrições e exceções contidas no parágrafo primeiro deste dispositivo, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 19/98, nos seguintes termos:

“Art. 169. ....

§ 1º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções (grifos nossos) ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas:

I – se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes (grifo nosso);

II – se houver autorização específica (grifo nosso) na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.”

A Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para o exercício financeiro de 2006 (art. 89 da Lei nº 11.178, de 21 de setembro de 2005) estabelece que a concessão de quaisquer vantagens deve constar do anexo específico da lei orçamentária em vigor, Lei nº 11.306, de

16-5-2006, observado o disposto na Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Quanto ao anexo específico acima mencionado, vale acrescentar que o Anexo V da referida Lei consta no item 4.f) Seguridade Social, Educação e Esportes, que inclui os gastos atinentes à saúde, a previsão do provimento de cargos e funções vagos ou criados no total de 10.402 vagas.

Há que se analisar ainda a proposição à luz da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000). Os gastos resultantes da edição da Medida Provisória enquadram-se na condição de despesa obrigatória de caráter continuado (considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei ou medida provisória que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios). Nesse sentido, a norma fica sujeita à observância do disposto no artigo 17, §§ 1º e 2º, da referida LRF. Pelo que dispõe o § 1º, o ato que criar ou aumentar despesa de caráter continuado deverá ser instruído com estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que entrar em vigor e nos dois subsequentes e demonstrar a origem dos recursos para o seu custeio. O § 2º, por sua vez, determina que tal ato deverá ser acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

Brasília, 14 de junho de 2006. – **Roberto de Meireiros Guimarães Filho**, Consultor de Orçamento.

**PARECER À MEDIDA PROVISÓRIA  
Nº 297, DE 2006, PROFERIDO NO PLENÁRIO DA  
CÂMARA DOS DEPUTADOS EM SUBSTITUIÇÃO  
À COMISSÃO MISTA**

**O SR. JORGE BITTAR** (PT – RJ. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, a Medida Provisória nº 297 regulamenta o § 5º do art. 198 da Constituição, acrescentado pela Emenda Constitucional nº 51, de 2006, que constitucionalizou as funções de agente comunitário de saúde e agente de combate às endemias e estabeleceu a necessidade de lei federal regulamentar tais funções. Daí a importância fundamental de sua aprovação.

A medida provisória estabelece as atribuições das funções, os requisitos gerais a serem observados para o seu exercício na contratação desses profissio-

nais e o regime jurídico celetista, salvo se lei estadual ou municipal.

No que diz respeito à contratação, propõe-se a observância do processo seletivo com provas, ou provas e títulos, eliminando-se, definitivamente, o apadrinhamento muitas vezes existente na contratação de agentes.

Já no que diz respeito à dispensa de novo processo seletivo para os agentes que estão atuando, com a finalidade de seu aproveitamento, nos termos do parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional nº 51, de 2006, a medida provisória estabelece que os entes devem considerar somente o anterior processo seletivo que tenha obedecido aos princípios da moralidade, legalidade, impessoalidade, publicidade e eficiência.

Desse modo, busca-se evitar que se estabeleçam situações de apadrinhados, de cabos eleitorais que não se submeteram a anterior processo seletivo. Aqueles que não puderem ser aproveitados, ainda assim, garante-se o direito de continuar trabalhando até que sobrevenha processo seletivo para preenchimento das vagas, evitando-se, de qualquer modo, demissões em massa.

A medida provisória cria, de acordo com os dispositivos precedentes, no âmbito da Funasa, 5.365 empregos públicos de agentes de combate às endemias, fixando sua remuneração entre R\$687,22 e R\$1.180,99.

Dispõe, do mesmo modo, nos termos do parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional nº 51, de 2006, sobre o aproveitamento dos atuais agentes de combate às endemias vinculados à Funasa, os chamados mata-mosquitos, resolvendo uma situação histórica em relação a esses profissionais, que exercem suas atividades no âmbito da Funasa desde 1994.

A MP, desse modo, é de fundamental importância, pois permite que os entes federados tenham as diretrizes básicas para a legislação que irão implementar na contratação de agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias, garantindo-se a continuidade dos programas.

Voto do Relator.

Somos pela admissibilidade da MP, pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, e estamos de acordo com a observância da adequação orçamentária e financeira.

Nesse sentido, e tendo em vista o acordo firmado entre os líderes desta Casa, somos pela rejeição de todas as emendas apresentadas à MP e pela aprovação do texto da medida provisória na forma como foi encaminhado a esta Casa.

É o parecer.

## Tramitação da Proposição

**Proposição: MPV-297/2006**  -> Íntegra disponível em formato pdf

**Autor:** Poder Executivo

**Data de Apresentação:** 12/06/2006

**Apreciação:** Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

**Regime de tramitação:** Urgência

**Situação:** PLEN: Aguardando Encaminhamento.

**Ementa:** Regulamenta o § 5º do art. 198 da Constituição, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006, e dá outras providências.

**Explicação da Ementa:** Dispõe sobre o regime jurídico e a regulamentação da atividade do Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias. Cria cinco mil, trezentos e sessenta e cinco empregos públicos no Quadro Suplementar de Combate às Endemias da FUNASA. Regulamentando a nova Constituição Federal.

**Indexação:** Regulamentação. Constituição Federal. Saúde. regime jurídico. (CLT), exercício funcional, atividade profissional. *Agente Comunitário de Saúde, Agente de Combate às Endemias, vinculação, (SUS), definição, competência, exigência, concurso público, conclusão, ensino fundamental, preenchimento, vaga, cargo público, emprego público, critérios, rescisão, contrato de trabalho, (FUNASA), criação, quadro suplementar, combate, epidemia, jornada especial de trabalho, proibição, contratação temporária, terceirização, tabela, salário, remuneração, dispensa, processo seletivo, anterioridade, contratação, enquadramento, aproveitamento, pessoal.*

**Despacho:**




27/6/2006 - Publique-se. Submeta-se ao Plenário. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário Regime de Tramitação: Urgência - MPV29706 (MPV29706)

MSC 456/2006 MPV29706 (Mensagem) - Poder Executivo 

**Última Ação:**

4/9/2006 - PLENÁRIO (PLEN) - A Matéria vai ao Senado Federal, incluindo o processado. (MPV 297-A/06)

Obs.: o andamento da proposição fora desta Casa Legislativa não é tratado pelo sistema, devendo ser consultado nos órgãos respectivos.

Andamento:	
12/6/2006	<b>Poder Executivo (EXEC)</b> Publicação da Medida Provisória no Diário Oficial da União. 
13/6/2006	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Prazo para Emendas: 13/06/2006 a 18/06/2006. Comissão Mista: 12/06/2006 a 25/06/2006. Câmara dos Deputados: 26/06/2006 a 09/07/2006. Senado Federal: 10/07/2006 a 23/07/2006. Retorno à Câmara dos Deputados (se houver): 24/07/2006 a 26/07/2006. Sobrestar Pauta: a partir de 27/07/2006. Congresso Nacional: 12/06/2006 a 10/08/2006. Prorrogação pelo Congresso Nacional: 11/08/2006 a 09/10/2006.
27/6/2006	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Publique-se. Submeta-se ao Plenário. Proposição Sujcita à Apreciação do Plenário Regime de Tramitação: Urgência 
27/6/2006	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Apresentado o Ofício nº 265, de 2006, que encaminha o processado da Medida Provisória nº 297, de 2006. Informa, ainda, que à Medida foram oferecidas 47 (quarenta e sete) emendas e que a Comissão Mista designada não se instalou. 
28/6/2006	<b>COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)</b> Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD de 29/6/2006.
28/6/2006	<b>Presidência da Câmara dos Deputados (PRESI)</b> Designado Relator, Dep. Maurício Rands (PT-PE)
1/8/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discussão em turno único.
1/8/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Matéria não apreciada em face da não-conclusão da apreciação da MPV 291-A/06, item 01 da pauta, com prazo encerrado.

2/8/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discussão em turno único.
2/8/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Matéria não apreciada em face da não-conclusão da apreciação da MPV 291-A/06, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
4/9/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discussão em turno único.
4/9/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Designado Relator, Dep. Jorge Bittar (PT-RJ), para proferir o parecer pela Comissão Mista a esta MPV e às 47 Emendas apresentadas.
4/9/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Parecer proferido em Plenário pelo Relator, Dep. Jorge Bittar (PT-RJ), pela Comissão Mista, que conclui pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação desta MPV e pela rejeição das Emendas de nºs 1 a 47.
4/9/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Encerrada a discussão.
4/9/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Votação em turno único.
4/9/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Encaminhou a Votação o Dep. Colbert Martins (PPS-BA).
4/9/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Votação preliminar em turno único.
4/9/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Aprovado, em apreciação preliminar, o Parecer do Relator, na parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, nos termos do artigo 8º da Resolução nº 01, de 2002-CN.
4/9/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Votação, quanto ao mérito, em turno único.
4/9/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Rejeitadas as Emendas de nºs 1 a 47, com parecer contrário.
4/9/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Aprovada a Medida Provisória nº 297, de 2006.
4/9/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Votação da Redação Final.
4/9/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Aprovada a Redação Final assinada pelo Relator, Dep. Jorge Bittar (PT-RJ).
4/9/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> A Matéria vai ao Senado Federal, incluindo o processado. (MPV 297-A/06)



## ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 31, DE 2006

O **Presidente da Mesa do Congresso Nacional**, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 297, de 9 de junho de 2006**, que *“Regulamenta o § 5º do art. 198 da Constituição, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006, e dá outras providências”*, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 11 de agosto de 2006, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 31 de julho de 2006.

  
**Senador Renan Calheiros**  
*Presidente da Mesa do Congresso Nacional*

### LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....  
Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:  
.....

§ 4º Os gestores locais do sistema único de saúde de poderão admitir agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias por meio de processo seletivo público, de acordo com a natureza e complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para sua atuação. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006)

§ 5º Lei federal disporá sobre o regime jurídico e a regulamentação das atividades de agente comunitário de saúde e agente de combate às endemias.

(Incluído pela Emenda Constitucional nº 51, de 2006)  
(Vide Medida provisória nº 296, de 2006)

EMENDA CONSTITUCIONAL  
Nº 51, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2006

**Acrescenta os §§ 4º, 5º e 6º ao art. 198  
da Constituição Federal.**

Art. 2º Após a promulgação da presente Emenda Constitucional, os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias somente poderão ser contratados diretamente pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios na forma do § 4º do art. 198 da Constituição Federal, observado o limite de gasto estabelecido na Lei Complementar de que trata o art. 169 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Os profissionais que, na data de promulgação desta Emenda e a qualquer título, desempenharem as atividades de agente comunitário de saúde ou de agente de combate às endemias, na forma da lei, ficam dispensados de se submeter ao processo seletivo público a que se refere o § 4º do art. 198 da Constituição Federal, desde que tenham sido contratados a partir de anterior processo de Seleção Pública efetuado por órgãos ou entes da administração direta ou indireta de Estado, Distrito Federal ou Município ou por outras instituições com a efetiva supervisão e autorização da administração direta dos entes da federação.

LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990

**Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.**

Art. 16. A direção nacional do Sistema Único da Saúde (SUS) compete:

- I – formular, avaliar e apoiar políticas de alimentação e nutrição;
- II – participar na formulação e na implementação das políticas:
  - a) de controle das agressões ao meio ambiente;
  - b) de saneamento básico; e

- c) relativas às condições e aos ambientes de trabalho;

- III – definir e coordenar os sistemas:

- a) de redes integradas de assistência de alta complexidade;

- b) de rede de laboratórios de saúde pública;

- c) de vigilância epidemiológica; e

- d) vigilância sanitária;

- IV – participar da definição de normas e mecanismos de controle, com órgão afins, de agravo sobre o meio ambiente ou dele decorrentes, que tenham repercussão na saúde humana;

- V – participar da definição de normas, critérios e padrões para o controle das condições e dos ambientes de trabalho e coordenar a política de saúde do trabalhador;

- VI – coordenar e participar na execução das ações de vigilância epidemiológica;

- VII – estabelecer normas e executar a vigilância sanitária de portos, aeroportos e fronteiras, podendo a execução ser complementada pelos Estados, Distrito Federal e Municípios;

- VIII – estabelecer critérios, parâmetros e métodos para o controle da qualidade sanitária de produtos, substâncias e serviços de consumo e uso humano;

- IX – promover articulação com os órgãos educacionais e de fiscalização do exercício profissional, bem como com entidades representativas de formação de recursos humanos na área de saúde;

- X – formular, avaliar, elaborar normas e participar na execução da política nacional e produção de insumos e equipamentos para a saúde, em articulação com os demais órgãos governamentais;

- XI – identificar os serviços estaduais e municipais de referência nacional para o estabelecimento de padrões técnicos de assistência à saúde;

- XII – controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde;

- XIII – prestar cooperação técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o aperfeiçoamento da sua atuação institucional;

- XIV – elaborar normas para regular as relações entre o Sistema Único de Saúde (SUS) e os serviços privados contratados de assistência à saúde;

- XV – promover a descentralização para as Unidades Federadas e para os Municípios, dos serviços e ações de saúde, respectivamente, de abrangência estadual e municipal;

XVI – normatizar e coordenar nacionalmente o Sistema Nacional de Sangue, Componentes e Derivados;

XVII – acompanhar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde, respeitadas as competências estaduais e municipais;

XVIII – elaborar o Planejamento Estratégico Nacional no âmbito do SUS, em cooperação técnica com os Estados, Municípios e Distrito Federal;

XIX – estabelecer o Sistema Nacional de Auditoria e coordenar a avaliação técnica e financeira do SUS em todo o Território Nacional em cooperação técnica com os Estados, Municípios e Distrito Federal. (Vide Decreto nº 1.651, de 1995)

Parágrafo único. A União poderá executar ações de vigilância epidemiológica e sanitária em circunstâncias especiais, como na ocorrência de agravos inusitados à saúde, que possam escapar do controle da direção estadual do Sistema Único de Saúde (SUS) ou que representem risco de disseminação nacional.

LEI Nº 8.216, DE 13 DE AGOSTO DE 1991

**Dispõe sobre antecipação a ser compensada quando da revisão geral da remuneração dos servidores públicos, corrige e reestrutura tabelas de vencimentos e dá outras providências.**

Art. 16. Será concedida, nos termos do regulamento, indenização de CR\$4.200,00 (quatro mil e duzentos cruzeiros) por dia, aos servidores que se afastarem do seu local de trabalho, sem direito à percepção de diária, para execução de trabalhos de campo, tais como os de campanhas de combate e controle de endemias; marcação, inspeção e manutenção de marcos decisórios; topografia, pesquisa, saneamento básico, inspeção e fiscalização de fronteiras internacionais. (Vide Lei nº 8.270, de 1991)

Parágrafo único. É vedado o recebimento cumulativo da indenização objeto do **caput** deste artigo com a percepção de diárias.

LEI Nº 9.801, DE 14 DE JUNHO DE 1999

**Dispõe sobre as normas gerais para perda de cargo público por excesso de despesa e dá outras providências.**

LEI Nº 9.962, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2000

**Disciplina o regime de emprego público do pessoal da Administração federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.**

LEI Nº 10.507, DE 10 DE JULHO DE 2002

**Cria a Profissão de Agente Comunitário de Saúde e dá outras providências.**

LEI Nº 11.107, DE 6 DE ABRIL DE 2005

**Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências.**

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Passa-se à:

**ORDEM DO DIA**

Item extrapauta:

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 20, DE 2006**

*(Proveniente da Medida Provisória nº 296, de 2006)  
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 296, de 2006), que *dispõe sobre a criação de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas no âmbito do Ministério da Educação, para fins de constituição dos quadros de pessoal das novas instituições federais de educação profissional e tecnológica e das novas instituições federais de ensino superior.*

À medida provisória foram apresentadas 8 emendas.

Foram proferidos pareceres no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista, Relator: Deputado Vadinho Baião (PT-MG), pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, pela adequação financeira e orçamentária, e, no mérito, favorável à Medida

Provisória e à Emenda nº 1, nos termos do Projeto de Lei de Conversão que oferece, e pela rejeição das demais emendas.

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

– a medida provisória foi remetida à Câmara dos Deputados no dia 22 de junho, tendo sido apreciada naquela Casa no dia 4 de setembro;

– a matéria entrou em regime de urgência, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal, no dia 24 de julho, passando a sobrestar todas as demais deliberações legislativas;

– o prazo de vigência de sessenta dias foi prorrogado por igual período pelo Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 30, de 2006, e se esgotará no dia 6 de outubro;

– a medida provisória foi recebida formalmente pelo Senado Federal no dia 4 de outubro.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

Tendo em vista que o prazo da Medida Provisória se encerra na próxima sexta-feira, designo o Senador Roberto Saturnino como Relator revisor da matéria, a quem concedo a palavra.

#### **PARECER Nº 1.103, DE 2006 – PLEN**

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ. Para proferir parecer:) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, chega ao exame da Casa o Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2006, originário da Medida Provisória nº 296, de junho de 2006, que dispõe sobre a criação de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas no âmbito do Ministério da Educação, para fins de constituição dos quadros de pessoal das novas instituições federais de educação profissional e tecnológica e das novas instituições federais de ensino superior.

Sr. Presidente, a proposta em exame satisfaz, ao nosso juízo, os pressupostos constitucionais de urgência e relevância, de vez que se trata de matéria de elevada repercussão social, inegavelmente, cujo atraso ou desaprovação viria na contramão do interesse público.

Quanto ao mérito da proposta, ela tem caráter social relevante, de vez que procura dar novo fôlego

às instituições públicas de ensino profissionalizante com a criação de cargos de provimento efetivo e em comissão, tanto para as novas escolas quanto para as já existentes, muitas das quais sem quadro próprio de servidores.

Por essas razões, mais exaustivamente analisadas no voto que é de conhecimento da Casa, manifestamo-nos pela admissibilidade da Medida Provisória nº 296, de 2006, e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2006, com a seguinte emenda de redação:

Emenda nº 9, de redação.

Dê-se ao inciso IV do art. 2º do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2006, a seguinte redação:

Art 2º .....  
IV – 839 funções gratificadas FG-2.

É esse o parecer, Sr. Presidente.

É o seguinte o parecer na íntegra:

#### **PARECER Nº , DE 2006**

**De Plenário, sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2006, proveniente da Medida Provisória nº 296, de 8 de junho de 2006, que dispõe sobre a criação de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas no âmbito do Ministério da Educação.**

Relator-Revisor: Senador

#### **I – Relatório**

Chega ao exame desta Casa o Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2006 (originado da Medida Provisória nº 296, de 8 de junho de 2006), que dispõe sobre a criação de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas no âmbito do Ministério da Educação, para fins de constituição dos quadros de pessoal das novas instituições federais de educação profissional e tecnológica e das novas instituições federais de nível superior.

O diploma legal em exame cria, no quadro de pessoal das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica, 3.430 cargos técnico-administrativos do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, e 2.820 cargos de Professor de 1º e 2º graus, destinados à constituição dos quadros de pessoal efetivo dos Centros Federais de Educação Tecnológica

- CEFET e das Unidades de Ensino Descentralizadas
- UINED, vinculadas aos CEFET.

No âmbito do Ministério da Educação – MEC, a proposta traz a criação de 2.343 cargos e funções destinados às novas Instituições Federais de Educação Tecnológica – IFET, além de outros 540, destinados às Instituições Federais de Ensino Superior – IFES.

Esclarece a Exposição de Motivos Interministerial – EMI nº 030/2006/MEC/MP, de 29/5/2006, que a alteração da redação do art. 3º da Lei nº 8.948, de 1994, o qual trazia explícita vedação à União Federal para criar novas unidades de ensino técnico e/ou agrotécnico, a não ser mediante o estabelecimento de parcerias com Estados, Municípios, Distrito Federal ou organizações não-governamentais, representou um grande avanço no que diz respeito à implantação de novas unidades de educação profissional, culminando com a publicação da Lei nº 11.249, de 23 de dezembro de 2005, que abriu ao Ministério da Educação crédito suplementar de R\$57 milhões, destinado à construção de 26 novas unidades de ensino descentralizadas, vinculadas aos CEFET.

A Medida Provisória original foi objeto de oito emendas, a maioria delas propondo a criação de novas instituições ou sugerindo alterações na remuneração de servidores. Com exceção da Emenda nº 1, todas foram rejeitadas pela Câmara dos Deputados. A Emenda acolhida veio sugerir a alteração, no Anexo II, da denominação do CEFET-PR para Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Aprovada a Medida Provisória e convertida em Projeto de Lei por aquela Casa, foi encaminhada à revisão do Senado Federal.

Cabe ressaltar, ainda, que o texto do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2006, apresentado a esta Casa Legislativa, trouxe algumas alterações não contempladas nas emendas, quais sejam: **a)** inserção do trecho conforme disposto no Anexo I desta Lei no caput do art. 1º; **b)** substituição, no parágrafo único do art. 1º, do trecho Centros Federais de Educação Tecnológica por Instituições Federais de Educação Tecnológicas – IFET; **e)** inserção de inciso no art. 1º, destacando a Universidade Tecnológica Federal do Paraná como instituição destinatária de parte dos cargos criados; **d)** alterações de forma no art. 5º, **caput** e parágrafo único, de acordo com as anteriores; e **e)** supressão do art. 6º, **caput** e parágrafo único, da Medida Provisória, que tratava da extinção de cargos vagos no âmbito do MEC.

## II – Análise

A proposta satisfaz os pressupostos constitucionais de urgência e relevância, vez que trata de matéria de elevada repercussão social, cujo atraso ou desaprovação viria na contramão do interesse público.

Ainda quanto à urgência requerida na tramitação da proposta, encontra lastro na construção, já em andamento, de 26 novas unidades de ensino descentralizadas, cujas obras deverão estar concluídas até dezembro de 2006, e na situação de precariedade a que estão submetidas as unidades já existentes, há muito carentes de quadros próprios.

Vale ressaltar que a matéria está situada no âmbito de iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo, nos termos do art. 61, § 1º, II, **a**, da Constituição Federal, razão por que a maioria das emendas foi rejeitada.

Adicionalmente, não dispõe o texto do Projeto de Lei de Conversão sobre matéria cuja deliberação ou tramitação encontre óbice nos limites materiais estabelecidos no art. 60, § 4º, e no art. 62, §§ 1º e 2º, da Carta Magna.

No que respeita aos aspectos orçamentários, argumenta o Poder Executivo que a criação dos cargos não gerará aumento de despesas imediato, o que ocorrerá com o gradual provimento dos cargos, com despesa anual estimada em R\$150 milhões, depois de providos os cargos.

Quanto ao mérito, a proposta tem caráter social relevante, vez que procura dar novo fôlego às instituições públicas de ensino profissionalizante, com a criação de cargos de provimento efetivo e em comissão, tanto para as novas escolas como para as já existentes, muitas sem quadro próprio de servidores.

Merece destaque a mudança no Anexo II sugerida pela Emenda nº 1, acolhida, que foi seguida pela inserção, no âmbito da Câmara dos Deputados, de um inciso II no art. 1º da proposta, indicando a Universidade Tecnológica Federal do Paraná como instituição destinatária de parte dos cargos criados. Essas alterações mostram-se pertinentes, pois seguem na linha da transformação trazida pela Lei nº 11.184, de 7 de outubro de 2005, que alterou a denominação daquela instituição. Se assim não fosse feito, haveria possibilidade de se interpretar que a aludida Universidade não estaria contempla-

da pela Medida Provisória, o que não é o objetivo da proposta.

Por fim, apresentaremos emenda de redação para sanar erro no inciso IV do art. 2º do PLV nº 20, de 2006. Onde se lê 830, em algarismos arábicos, deveria constar 839, em conformidade com o número escrito por extenso.

### III – Voto

Pelo exposto, manifestamo-nos pela admissibilidade da Medida Provisória nº 296, de 2006, e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2006, com a seguinte emenda de redação:

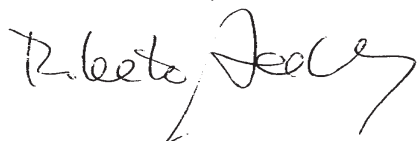
#### EMENDA Nº 9 – RELATOR-REVISOR (DE REDAÇÃO)

Dê-se ao inciso IV do art. 2º do PLV nº 20, de 2006, a seguinte redação:

“Art. 2º .....

IV – 839 (oitocentos e trinta e nove) funções gratificadas – FG-2”.

Sala das Sessões,



**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O parecer preliminar do Relator revisor, Senador Roberto Saturnino, é pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória, nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

No mérito, pela admissibilidade da Medida Provisória e pela aprovação do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2006, com emenda de redação que apresenta.

Em votação os pressupostos de relevância e urgência e adequação financeira e orçamentária.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado, passa-se à apreciação do mérito.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT) – Sr. Presidente, peça a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Antero Paes de Barros.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de fazer só uma observação.

No inciso IV, o Senador Saturnino leu 839 funções gratificadas FG-2, mas o número no projeto distribuído é 830. Então, eu gostaria que se fizesse a correção. O número correto é 830 ou 839?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O número arábico é que saiu errado. Deve ter sido erro de digitação, mas, por extenso, está correto: são 839 funções gratificadas FG-2.

Discussão do projeto de lei de conversão, da medida provisória e das emendas, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Votação do projeto de lei de conversão, que tem preferência regimental.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Votação da emenda do Relator, de redação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Aprovado o projeto de lei de conversão, com emenda de redação, ficam prejudicadas a medida provisória e as demais emendas a ela apresentadas.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final da matéria, que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte:

#### **PARECER Nº 1.104, DE 2006** (Da Comissão Diretora)

#### **Redação final do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2006 (Medida Provisória nº 296, de 2006).**

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2006 (Me-

dida Provisória nº 296, de 2006), que dispõe sobre a criação de cargos efetivo, cargos de direção e funções gratificadas no âmbito do Ministério da Educação, consolidando a Emenda nº 9 – Relator-revisor, de redação, aprovada pelo Plenário.

Sala de Reuniões da Comissão, em 4 de outubro de 2006.

ANEXO AO PARECER Nº 1.104, DE 2006

**Redação final do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2006 (Medida Provisória nº 296, de 2006).**

Dispõe sobre a criação de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas no âmbito do Ministério da Educação, para fins de constituição dos quadros de pessoal das novas instituições federais de educação profissional e tecnológica e das novas instituições federais de ensino superior.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam criados, no Quadro de Pessoal das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica, 3.430 (três mil quatrocentos e trinta) cargos técnico-administrativos do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, conforme disposto no Anexo I desta Lei, e 2.820 (dois mil oitocentos e vinte) cargos de Professor de 1º e 2º graus, destinados à constituição dos quadros de pessoal efetivo:

I – de Unidades de Ensino Descentralizadas – UNED vinculadas aos Centros Federais de Educação Tecnológica;

II – de **campi** vinculados à Universidade Tecnológica Federal do Paraná;

III – de Centros Federais de Educação Tecnológica originados a partir da transformação de Escolas Agrotécnicas Federais.

Parágrafo único. Caberá ao Ministério da Educação definir a distribuição dos cargos técnico-administrativos entre as Instituições Federais de Educação

Tecnológica – IFET de que trata esta Lei, atendido o disposto no Anexo II desta Lei.

Art. 2º Ficam criados, no âmbito do Ministério da Educação, os seguintes cargos de direção e funções gratificadas destinados às novas Instituições Federais de Educação Tecnológica – IFET:

I – 150 (cento e cinquenta) cargos de direção – CD-3;

II – 297 (duzentos e noventa e sete) cargos de direção – CD-4;

III – 1.057 (mil e cinquenta e sete) funções gratificadas – FG-1; e

IV – 839 (oitocentas e trinta e nove) funções gratificadas – FG-2.

Art. 3º Ficam criados, no âmbito do Ministério da Educação, os seguintes cargos de direção e funções gratificadas destinados às novas Instituições Federais de Ensino Superior – IFES:

I – 60 (sessenta) cargos de direção – CD-3;

II – 60 (sessenta) cargos de direção – CD-4;

III – 300 (trezentas) funções gratificadas – FG-1; e

IV – 120 (cento e vinte) funções gratificadas – FG-2.

Art. 4º O provimento dos cargos criados por esta Lei fica condicionado à comprovação da existência de prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes, assim como à existência de autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias, conforme determina o § 1º do art. 169 da Constituição Federal.

Art. 5º A implantação das novas UNED e dos novos **campi**, bem como o provimento dos respectivos cargos e funções de confiança, ocorrerá gradativamente, dependendo da existência de instalações adequadas e dos recursos financeiros necessários ao seu funcionamento.

Parágrafo único. Os cargos efetivos, os cargos de direção e as funções gratificadas destinados às novas unidades de ensino descentralizadas e aos novos **campi** serão providos somente após a expedição da respectiva portaria de autorização de funcionamento, por parte do Ministério da Educação.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I  
 RELAÇÃO DE CARGOS CRIADOS NO QUADRO DE PESSOAL TÉCNICO-  
 ADMINISTRATIVO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA

Descrição do Cargo	Nível de Escolaridade	Quantitativo
Administrador	NS	138
Analista de Tecnologia da Informação	NS	152
Arquiteto e Urbanista	NS	5
Assistente Social	NS	38
Auditor	NS	6
Bibliotecário-Documentalista	NS	186
Biólogo	NS	3
Contador	NS	47
Economista	NS	3
Engenheiro-Área	NS	103
Engenheiro de Segurança de Trabalho	NS	2
Estatístico	NS	1
Fisioterapeuta	NS	2
Jornalista	NS	65
Médico-Área	NS	79
Médico-Veterinário	NS	14
Nutricionista-Habilitação	NS	17
Odontólogo	NS	13
Pedagogo-Área	NS	175
Produtor Cultural	NS	1
Programador Visual	NS	49
Psicólogo-Área	NS	57
Publicitário	NS	1
Técnico em Assuntos Educacionais	NS	97
Zootecnista	NS	15
Subtotal		1.269
Almoxarife	NI	2
Assistente de Alunos	NI	37
Assistente em Administração	NI	1.297
Técnico em Agropecuária	NI	66
Técnico em Alimentos e Laticínios	NI	38
Técnico em Economia Doméstica	NI	12
Técnico em Eletromecânica	NI	6
Técnico em Eletrotécnica	NI	1
Técnico em Enfermagem	NI	119
Técnico em Telecomunicações	NI	1
Técnico de Laboratório/Área	NI	396
Técnico de Tecnologia de Informação	NI	186
Subtotal		2.161
TOTAL		3.430



ANEXO II  
 RELAÇÃO DO QUANTITATIVO DE CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS E DE  
 PROFESSOR DE 1º E 2º GRAUS A SEREM CRIADOS NAS UNIDADES DE ENSINO  
 DESCENTRALIZADAS – UNED, NOS *CAMPI* DA UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA  
 FEDERAL DO PARANÁ - UTFPR E NOS CENTROS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO  
 TECNOLÓGICA - CEFET

UNED/ <i>CAMPI</i> /CEFET	UNIDADE A QUE ESTÁ SUBORDINADA	Quantitativo de vagas de Professor de 1º e 2º Graus	Quantitativo de vagas de Técnico-Administrativo - NS	Quantitativo de vagas de Técnico-Administrativo - NI
Coari - AM	CEFET - AM	40	18	31
Camaçari - BA	CEFET - BA	40	18	31
Porto Seguro - BA	CEFET - BA	40	18	31
Santo Amaro - BA	CEFET - BA	40	18	31
Simões Filho - BA	CEFET - BA	40	18	31
Maracanaú - CE	CEFET - CE	40	18	31
Cachoeiro de Itapemirim - ES	CEFET - ES	40	18	31
Cariacica - ES	CEFET - ES	40	18	31
São Mateus - ES	CEFET - ES	40	18	31
Inhumas - GO	CEFET - GO	40	18	31
Morrinhos - GO	CEFET - Urutai / GO	40	18	31
Açailândia - MA	CEFET - MA	40	18	31
Buriticupu - MA	CEFET - MA	40	18	31
Santa Inês - MA	CEFET - MA	40	18	31
São Luiz - MA	CEFET - MA	40	18	31
Zé Doca - MA	CEFET - MA	40	18	31
Divinópolis - MG	CEFET - MG	40	18	31
Timóteo - MG	CEFET - MG	40	18	31
Varginha - MG	CEFET - MG	40	18	31
Nepomuceno - MG	CEFET - MG	40	18	31
Congonhas - MG	CEFET - Ouro Preto / MG	40	18	31
Bela Vista - MT	CEFET - MT	40	18	31
Campina Grande - PB	CEFET - PB	40	18	31
Floresta - PE	CEFET - Petrolina / PE	40	18	31
Ipojuca - PE	CEFET - PE	40	18	31
Parnaíba - PI	CEFET - PI	40	18	31
Picos - PI	CEFET - PI	40	18	31
Apucarana - PR	UTFPR	40	18	31
Campo Mourão - PR	UTFPR	40	18	31
Dois Vizinhos - PR	UTFPR	40	18	31
Francisco Beltrão - PR	UTFPR	40	18	31
Londrina - PR	UTFPR	40	18	31
Toledo - PR	UTFPR	40	18	31
Guarus - RJ	CEFET - Campos / RJ	40	18	31
Maria da Graça - RJ	CEFET - RJ	40	18	31

Nova Iguaçu - RJ	CEFET - RJ	40	18	31
Paracambi - RJ	CEFET - Química / RJ	40	18	31
Realengo - RJ	CEFET - Química / RJ	40	18	31
São Gonçalo - RJ	CEFET - Química / RJ	40	18	31
Currais Novos - RN	CEFET - RN	40	18	31
Ipanguaçu - RN	CEFET - RN	40	18	31
Zona Norte (Natal) - RN	CEFET - RN	40	18	31
Novo Paraíso - RR	CEFET - RR	40	18	31
Charqueadas - RS	CEFET - Pelotas / RS	40	18	31
Passo Fundo - RS	CEFET - Pelotas / RS	40	18	31
Júlio de Castilhos - RS	CEFET - São Vicente do Sul - RS	40	18	31
Santo Augusto - RS	CEFET - Bento Gonçalves / RS	40	18	31
Araranguá - SC	CEFET - SC	40	18	31
Chapecó - SC	CEFET - SC	40	18	31
Florianópolis - SC	CEFET - SC	40	18	31
Jaraguá do Sul - SC	CEFET - SC	40	18	31
Joinville - SC	CEFET - SC	40	18	31
Bragança Paulista - SP	CEFET - SP	40	18	31
Campos do Jordão - SP	CEFET - SP	40	18	31
Caraguatatuba - SP	CEFET - SP	40	18	31
Guarulhos - SP	CEFET - SP	40	18	31
Salto - SP	CEFET - SP	40	18	31
São Roque - SP	CEFET - SP	40	18	31
São João da Boa Vista - SP	CEFET - SP	40	18	31
Sertãozinho - SP	CEFET - SP	40	18	31
Paraíso do Tocantins - TO	ETF - Palmas / TO	40	18	31
CEFET Rio Verde - GO	CEFET Rio Verde - GO	49	19	30
CEFET Urutai - GO	CEFET Urutai - GO	26	19	30
CEFET Bambuí - MG	CEFET Bambuí - MG	101	19	30
CEFET Januária - MG	CEFET Januária - MG	65	19	30
CEFET Rio Pomba - MG	CEFET Rio Pomba - MG	45	19	30
CEFET Uberaba - MG	CEFET Uberaba - MG	19	19	30
CEFET Cuiabá - MT	CEFET Cuiabá - MT	30	19	30
CEFET Bento Gonçalves - RS	CEFET - Bento Gonçalves - RS	15	19	30
CEFET São Vicente do Sul - RS	CEFET - São Vicente do Sul - RS	30	19	30
Total		2.820	1.269	2.161

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à sanção.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Passa-se ao segundo item da pauta, a Medida Provisória nº 297, de 2006.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, tem a palavra a Senadora Heloísa Helena.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – De fato, como não está presente, ao menos pelo que estou vendo, a Liderança do Governo – não sei se foi o Senador Romero Jucá ou o Senador Aloizio Mercadante quem assumiu o posto –, peço que ela venha ao plenário agora para que possamos solucionar um impasse. O Senador Rodolpho Tourinho, o Relator da matéria, está fazendo um esforço inimaginável para conseguir um acordo, que, contudo, depende fundamentalmente da posição do Governo, porque todos os trabalhadores estão aqui, e alguns gostariam que fosse aprovada a matéria do jeito que está. Há o problema do vencimento da medida provisória e um outro, gravíssimo, a respeito do regime que foi estabelecido, a CLT, para os agentes de saúde, o que é algo muito grave.

Assim, o apelo que faço é para que alguém que possa falar pelo Governo venha ao plenário para que possamos chegar a um acordo.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (Bloco/PT – SP) – V. Ex<sup>a</sup> me permite, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Consulto a Senadora Heloísa Helena se S. Ex<sup>a</sup> encerrou a intervenção. Em seguida, ouvirei V. Ex<sup>a</sup>, Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sobre o ponto que a Senadora Heloísa Helena levantou, a Senadora Ideli Salvatti há pouco me telefonou. S. Ex<sup>a</sup> estava em uma reunião de emergência e me pediu que transmitisse a disposição do PT e do Governo no sentido da aprovação deste projeto de lei de conversão da medida provisória como veio da Câmara, para que não haja prejuízo e necessidade de retornar à Câmara.

No que diz respeito ao projeto de lei do Senador Rodolpho Tourinho, há o compromisso de logo darmos

urgência a sua tramitação e votação. Portanto, esse é o entendimento. Acredito que o Senador Roberto Saturnino esteja a par e possa confirmar. Isso é o que foi expresso.

**O Sr. Roberto Saturnino** (Bloco/PT – RJ) – Recebi igualmente a mesma comunicação da Líder, razão pela qual estou confirmando o compromisso estabelecido por V. Ex<sup>a</sup>, em nome do Partido dos Trabalhadores.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (Bloco/PT – SP) – Portanto, Senador Rodolpho Tourinho, esse é o compromisso do PT e da Liderança do Governo, que nos pediu para transmitir a V. Ex<sup>a</sup> o entendimento de que haverá o esforço para votarmos, com tramitação urgente, o projeto de V. Ex<sup>a</sup> e, assim, podermos votar o projeto de conversão em lei da medida provisória sobre a questão da área da saúde, nesta tarde.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de explicar o que está acontecendo, até para que venhamos a buscar uma solução.

O ponto principal é a questão do regime jurídico dos agentes comunitários de saúde. Esse é o ponto principal. Eles, até agora, estavam amparados pelo regime jurídico do Ente Federado, ou seja, do Município – basicamente é isso. Isso consta não somente do meu projeto de lei, mas também expressa o desejo, a decisão da Confederação dos Agentes Comunitários de Saúde.

Esse é o meu desejo e o meu compromisso com eles, e é a coisa lógica, porque é um retrocesso a mudança proposta pelo Governo Federal, de sair do regime jurídico do Ente Federado ou do Município para a CLT, para a Consolidação das Leis do Trabalho. Isso é um retrocesso sem tamanho. Mais de 200 mil agentes comunitários de saúde neste País passariam, de repente, a ser geridos pela CLT. Falando claramente, eles teriam a possibilidade de, a cada mudança de prefeito, serem demitidos, Sr. Presidente. E mais: no processo de admissão que foi facilitado, criou-se o cargo de agente comunitário de saúde sem necessidade de concurso público, mas, sim, por meio de seleção.

O risco que estamos assumindo neste momento é de mudar todo esse sistema que já existe há mais de 15 anos e, de repente, por uma questão meramente de prazo, jogar fora todo um trabalho que foi feito na saúde do Brasil com os agentes comunitários de saúde.

Esse é o problema que teremos se aprovarmos a medida como veio da Câmara. Na época, se dizia que a medida vinha da Câmara para que pudéssemos discuti-la e modificá-la nesta Casa, porque a Câmara não modificou uma só palavra daquilo que foi enviado pelo Governo. A matéria deveria ser discutida no Senado. Agora, a 48 horas ou seja lá que tempo for do vencimento, temos de aceitar uma mudança tão drástica? Sinceramente, não posso aceitar, em nome dos agentes comunitários de saúde, em nome de tudo o que foi feito pela saúde do País.

Estamos, neste momento, querendo alguém do Governo, um Líder do Governo presente, para que possamos dialogar e verificar se há algum tipo de saída, porque a saída proposta, que foi aprovar a medida como está, Senador José Agripino, e discutir o meu projeto de lei, que já foi aprovado na CCJ do Senado e está na Comissão de Assuntos Sociais, é meio complicada. Eu não sei se todos teriam a certeza de que isso seria realmente modificado, a medida provisória.

A questão central – volto a dizer – é essa de se colocarem os agentes comunitários de saúde sob o regime da CLT. Agente comunitário de saúde não pode ser regido pela CLT. Ele não pode ser demitido a cada entrada de prefeito. Ele não pode ser admitido a cada mudança. Esse processo deve ser feito por um programa – como vem sendo – muito mais estável. Isso não pode ser modificado.

Queremos alguém do Governo presente, Sr. Presidente, para que possamos, diante dessas questões, discutir. O Líder do Governo deve vir para decisão e para ver se há alguma solução.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Almeida Lima e, em seguida, ao Senador Sibá Machado e ao Senador Arthur Virgílio.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, desejo apenas fazer um registro breve, exatamente para demonstrar, ao Brasil sobretudo, a responsabilidade que tem esse Governo Federal para com os agentes de saúde, para com matéria de tão grande importância como esta. Refiro-me à responsabilidade que não tem e ao compromisso que não tem para com os agentes de saúde deste País, que são milhares.

V. Ex<sup>a</sup> e todos aqui constatamos que, depois de tanto apelo, o Governo precisa de maioria para aprovar – 41 dos 81 Senadores. Há poucos instantes, verifiquei que só havia no Plenário três Senadores da Base do Governo. Há pouco, chega o Senador Sibá Machado, pedindo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

Faço este registro para mostrar quanta irresponsabilidade este Governo tem e quanta falta de compromisso para com matéria de tão grande importância para todos os brasileiros envolvidos nesta Medida Provisória que trata exatamente da questão que vai dar estabilidade aos servidores agentes de saúde deste País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> a intervenção.

Talvez o melhor encaminhamento para contornarmos qualquer eventual dificuldade fosse mesmo fazermos essas alterações por ocasião da apreciação do Projeto do Senador Rodolpho Tourinho, uma vez que, se alterarmos a Medida Provisória, ela voltará para a Câmara dos Deputados e, provavelmente, terá expirado o seu prazo, porque a Câmara não deliberou durante esta semana.

Esta é a proposta de encaminhamento que faço, antes mesmo de conceder a palavra ao Senador Sibá Machado, o que faço agora.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a preocupação do Senador Rodolpho Tourinho é a nossa preocupação, e é pertinente, porque é muito complicado um servidor público de qualquer natureza ficar a mercê de um gestor. Aliás, acreditamos que o instituto do concurso público tenha vindo para corrigir tal distorção, mas o regime, seja regime único, seja celetista, impõe que a contratação do servidor passe inevitavelmente por uma espécie de concurso.

No entanto, estamos diante de um momento crucial, e a proposta de V. Ex<sup>a</sup> vem a calhar. Assumi, pelo Governo, a responsabilidade de acatar a sugestão apresentada pelo Senador Rodolpho Tourinho no Projeto de Lei que S. Ex<sup>a</sup> já tem tramitando na Casa. Poderíamos votar a Medida Provisória para não perdermos o prazo. Vamos também encontrar uma maneira e um momento não tão elástico para, assim, podermos apreciar as emendas apresentadas pelo Senador Rodolpho Tourinho neste momento. O Governo assume esse compromisso neste momento.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Sibá, apenas um acréscimo. O compromisso inclui também a urgência para o Projeto do Senador Tourinho. Reconhecemos o mérito da opinião de S. Ex<sup>a</sup> e comprometemo-nos a votar, com urgência, o referido Projeto em tramitação na Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço ao Senador Sibá Machado a intervenção providencial e ao Senador Roberto Saturnino, Relator-Revisor da matéria, o adendo importantíssimo.

Poderíamos contornar essas situações, fazendo com que o Projeto do Senador Tourinho tramitasse em regime de urgência urgentíssima, com o apoio de todos, mas votando a Medida Provisória hoje, para que não expire o seu prazo.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a matéria que veio da Câmara contém defeitos. V. Ex<sup>a</sup> dá uma boa perspectiva de esses defeitos serem escoimados. Na medida em que os vencermos aqui, há o projeto da lavra do Senador Rodolpho Tourinho, que cuida precisamente de pôr os pingos nos is. Tenho, por exemplo, uma preocupação com a exigência de que todos os agentes sejam obrigatoriamente servidores públicos. Com isso, não se poderia mais manter o Programa de Saúde da Família com concursos de instituições filantrópicas ou sem fins lucrativos ao abrigo do art. 199, §1º da Constituição Federal.

Como exemplo, cito o caso de São Paulo, uma grande cidade brasileira. Há lá cerca de 1,7 mil equipes organizadas mediante essas parcerias que terão de interromper um trabalho essencial de saúde pública. Para manter o nível atual do serviço, a Prefeitura teria de abrir concurso para preencher mais de 5 mil cargos de agentes, o que, além de ser inviável no curto prazo, traria sérios inconvenientes à gestão dos programas hoje descentralizados nas 13 coordenadorias de saúde da municipalidade. Peguei São Paulo como exemplo, uma grande cidade, mas poderia me dirigir a qualquer outra Prefeitura deste País.

Então, seria assim possível de se prever que os mesmos inconvenientes se reproduzissem, como acabei de dizer, em todos os demais Municípios.

Esse fato fez com que o Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde tenha se insurgido, mas sem êxito, durante a tramitação da Medida Provisória nº 297, da Câmara dos Deputados, contra esse dispositivo que me parece burocratizante.

Portanto, é um tema que trago ao debate da Casa de modo a que possamos oferecer um texto melhor para, em primeiro lugar, os atendidos pelos agentes de saúde serem o objeto a ser contemplado; em segundo lugar, evidentemente, que essa categoria – os agentes de saúde –, que tem prestado serviços tão relevantes, não pode ficar ao deus-dará, sem saber se estão cobertos pela CLT, se não estão, qual o regime jurídico que os ampara, se há algum regime jurídico a ampará-los. Ou seja, há um clima pré-anáquico que eu gostaria muito de ver se conseguiremos resolver para tranquilizar não somente os representantes da categoria que aqui estão presentes nas galerias, mas os

milhares de agentes de saúde espalhados pelo Brasil como um todo, Sr. Presidente.

Era essa a minha contribuição inicial.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, em primeiro lugar, compartilho inteiramente com as preocupações do Senador Rodolpho Tourinho. Não apenas em relação ao regime da CLT para os trabalhadores dos Municípios, mas também para os trabalhadores da Funasa. O Senador Rodolpho Tourinho não está tratando de uma coisa qualquer, de um penduricalho. S. Ex<sup>a</sup> está tratando de algo muito sério que mexe diretamente com as relações estabelecidas dos trabalhadores do setor público com entes federados.

O Senador Rodolpho Tourinho está coberto de razão. Estão absolutamente corretas a interpretação e as preocupações de S. Ex<sup>a</sup>. Entretanto, é muito importante também, a fim de evitar inclusive uma cantilena supostamente persecutória de dizer que o Senado criou uma estabilidade jurídica com mais de cinco mil mata-mosquitos.

Sou defensora desses agentes de saúde – tenham eles o nome de “mata-mosquito”, relacionados que estão às endemias –, trabalhei com eles ao longo da minha história de vida e sei exatamente a importância fundamental da vigilância epidemiológica e sanitária nos aspectos relacionados à saúde pública. Portanto, o apelo que faço é no sentido de que esta Medida Provisória seja votada agora.

Todos sabem que o Governo assume compromissos e não os cumpre, para reunir a Câmara. Devia ter feito essa alteração na Câmara, e não fez. Votemos, portanto, a medida provisória da forma como está e esperemos que o Governo, por mais que palavras muitas tenham sido dadas e nunca tenham sido cumpridas, a partir de agora, dê a sua palavra, e possamos alterar o art. 8º, as questões relacionadas ao regime de contratação não apenas para as Prefeituras, mas também em relação à Funasa.

A minha posição é de que seja aprovada a Medida Provisória hoje. Espero que a palavra dada não seja mais uma palavra mentirosa, de dizer uma coisa e depois não cumprir, para que o problema grave dos agentes de saúde dos Municípios e o problema grave dos servidores da Funasa possam ser resolvidos por meio do projeto do Senador Rodolpho Tourinho.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peça a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra, o Senador Arthur Virgílio.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ponho-me de acordo com o que acaba de solicitar a Senadora Heloísa Helena. Ponho-me plenamente de acordo. Se temos o projeto do Senador Tourinho, que pode perfeitamente contemplar não só a preocupação específica que acabei de trazer ao conhecimento da Casa como as demais levantadas pelo competente Relator, poderíamos aprová-la como veio da Câmara, com o compromisso de inserirmos essas modificações no projeto do Senador Tourinho, que já foi aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, portanto, está pronto para vir a plenário.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra V. Ex<sup>a</sup>, Senadora Ideli Salvatti.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, gostaria de aperfeiçoar um pouco mais a proposta. Inclusive, já fiz isso como proposição ao Senador Rodolpho Tourinho. Precisamos ver se temos condição de concretizá-la.

O projeto do Senador Rodolpho Tourinho já passou em uma Comissão e poderá ser aprovado hoje, no plenário, se os Líderes concordarem com o regime de urgência. Podemos incluir no projeto de S. Ex<sup>a</sup> as propostas, em vez de colocá-las na Medida Provisória. Dessa forma, aprovaremos a Medida Provisória como está, para que ela não corra risco algum de perder sua validade. Mas, no dia de hoje também, já encaminharemos à Câmara o projeto, com as observações pertinentes levantadas pelo Senador Rodolpho Tourinho sobre a polêmica aqui estabelecida.

Como a pauta da Câmara não está trancada por medida provisória, poderemos trabalhar na Câmara, solicitando aos nossos Líderes partidários que agilizem, naquela Casa, a votação do projeto do Senador Rodolpho Tourinho com as emendas. Em vez de elas serem feitas na Medida Provisória, serão feitas no projeto.

Sr. Presidente, é isto o que apresento como proposta de encaminhamento: votarmos a MP como está; aprovarmos o requerimento de urgência para vir ao plenário, ainda hoje, o projeto do Senador Rodolpho Tourinho; e votarmos o projeto, com as emendas, no dia de hoje também.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ponho-me novamente de acordo, desta vez com a Líder do PT, mas com uma única correção. A informação que recebo, Senadora Ideli Salvatti, é a de que há cinco MPs trancando a pauta na Câmara. Mesmo assim, não seria problema nosso. É problema da Câmara cuidar de desbastar essa pauta de MPs, e é sempre um problema de o Governo tê-las enviado para cá. Serão 17 aqui: 15 para serem lidas e 2 em tramitação na Casa.

Concordo que é uma saída, que é uma solução, buscarmos agilizar, na parte que toca ao Congresso, o projeto do Senador Rodolpho Tourinho, desde que contemple as correções que estamos apresentando ao texto que veio da Câmara. Em contrapartida, aprovaríamos, tal como veio da Câmara, o texto da medida provisória. De modo que nos colocamos a favor da urgência, que vejo nos olhos e nos corações dos agentes de saúde deste País.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item extrapauta:**

#### **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 297, DE 2006**

*(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.)*

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 297, de 2006, que regulamenta o § 5º do art. 198 da Constituição Federal, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006, e dá outras providências.

À Medida Provisória foram apresentadas 47 emendas.

Foram proferidos pareceres no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista, Relator: Deputado Jorge Bittar (PT-RJ), preliminarmente pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária; quanto ao mérito, favorável à Medida Provisória, e pela rejeição das emendas.

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

– a Medida Provisória foi remetida à Câmara dos Deputados no dia 27 de junho, tendo sido apreciada naquela Casa no dia 4 de setembro;

– a matéria entrou em regime de urgência, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal, no dia 27 de julho, passando a sobrestar todas as demais deliberações legislativas;

– o prazo de vigência de sessenta dias foi prorrogado por igual período pelo Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 31, de 2006, e se esgotará no dia 9 de outubro;

– a Medida Provisória foi recebida formalmente pelo Senado Federal no dia 4 de outubro.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

Tenho a honra de conceder a palavra ao nobre Senador Rodolpho Tourinho, Relator-Revisor da matéria.

V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra, para proferir o parecer.

#### **PARECER Nº 1.105, DE 2006 – PLENÁRIO**

**Sobre a Medida Provisória nº 297, de 2006, que regulamenta o § 5º do art. 198 da Constituição Federal, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006, e dá outras providências.**

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA. Relator Revisor, para proferir parecer:) – Sr. Presidente, após entendimentos com o Governo e com outros companheiros, darei o meu parecer pela aprovação da Medida Provisória. Imediatamente em seguida, apresentarei um projeto de lei, que encaminharei à Mesa ainda hoje, para que seja votado e aprovado também hoje. Trata-se exatamente do meu projeto de lei que contempla tudo aquilo que acertei com os agentes comunitários de saúde e também com os agentes de endemia da Funasa. Resolveríamos esse problema.

Eu queria o compromisso da Senadora Ideli Salvatti, pelo Governo, de que esse projeto que irá para a Câmara dos Deputados seja lá aprovado, uma vez que ele reflete a posição de todos, inclusive a do Governo, acredito. É uma saída que tem bom senso e resolve absolutamente tudo: a aprovação da medida provisória e de um projeto de lei que apresento ainda hoje aqui.

É o parecer, Sr. Presidente.

É o seguinte o projeto de lei:

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 270, DE 2006**

**Regulamenta os §§ 4º e 5º do art. 198 da Constituição, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006, e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As atividades de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias, passam a reger-se pelo disposto nesta Lei.

Art. 2º O exercício das atividades de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias, nos termos desta Lei, dar-se-á exclusivamente no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, na execução das atividades de responsabilidade dos entes federados, mediante vínculo direto entre os referidos Agentes e órgão ou entidade da administração direta, autárquica ou fundacional, salvo o disposto no § 1º do art. 199 da Constituição Federal.

§ 1º Os Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Combate às Endemias são amparados pela legislação que trata do exercício de atividades em ambientes insalubres.

§ 2º As atividades de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias são consideradas de relevante interesse público.

Art. 3º O Agente Comunitário de Saúde tem como atribuição o exercício de atividades de prevenção de doenças e promoção da saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob supervisão do gestor municipal, distrital, estadual ou federal.

Parágrafo único. São consideradas atividades do Agente Comunitário de Saúde, na sua área de atuação:

I – a utilização de instrumentos para diagnóstico demográfico e sócio-cultural da comunidade;

II – a promoção de ações de educação para a saúde individual e coletiva;

III – o registro, para fins exclusivos de controle e planejamento das ações de saúde, de nascimentos, óbitos, doenças e outros agravos à saúde;

IV – o estímulo à participação da comunidade nas políticas públicas voltadas para a área da saúde;

V – a realização de visitas domiciliares periódicas para monitoramento de situações de risco à família; e

VI – a participação em ações que fortaleçam os elos entre o setor saúde e outras políticas que promovam a qualidade de vida.

Art. 4º O Agente de Combate às Endemias tem como atribuição o exercício de atividades de vigilância, prevenção e controle de doenças endêmicas e infecto-contagiosas e promoção da saúde, mediante ações de vigilância de endemias e seus vetores, inclusive, se for o caso, fazendo uso de substâncias químicas, abrangendo atividades de execução de programas de saúde, desenvolvidas em conformidade com as di-

retrizes do SUS e sob supervisão do gestor de cada ente federado.

Art. 5º O Ministério da Saúde disciplinará as atividades de prevenção de doenças, de promoção da saúde, de controle e de vigilância a que se referem os arts. 3º e 4º e estabelecerá os parâmetros do curso previsto no inciso II do art. 6º, observadas as diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação.

Art. 6º O Agente Comunitário de Saúde e o Agente de Combate às Endemias deverão preencher os seguintes requisitos para o exercício da atividade:

I – residir na área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação do edital do processo seletivo público;

II – haver concluído, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada; e

III – haver concluído o ensino fundamental.

§ 1º Não se aplicam as exigências a que se referem os incisos II e III aos que, em 12 de junho de 2006, estivessem exercendo atividades próprias de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias.

§ 2º Compete ao ente federativo responsável pela execução dos programas a definição da área geográfica a que se refere o inciso I, observados os parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Saúde.

§ 3º As despesas decorrentes das ações de formação de que trata o inciso II serão financiadas com recursos do Fundo Nacional de Saúde, transferidas diretamente para os Fundos de Saúde estaduais, municipais e do Distrito Federal.

Art. 7º Os Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Combate às Endemias, admitidos pelos gestores locais do SUS e pela Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, na forma do disposto no § 4º do art. 198 da Constituição, submetem-se ao regime jurídico aplicado aos servidores da área de saúde do respectivo ente federativo, observado o disposto nesta Lei.

Art. 8º A admissão de Agentes Comunitários de Saúde e de Agentes de Combate às Endemias deverá ser precedida de processo seletivo público de provas ou de provas, entrevistas e títulos, restritos esses a atividades de liderança comunitária na área em que irá atuar e a experiência profissional em funções similares, de acordo com a natureza e a complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para o exercício das atividades, que atenda aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

§ 1º Será assegurada a participação do conselho de saúde do respectivo ente em todas as fases do processo seletivo de que trata este artigo.

§ 2º Caberá aos órgãos ou entes da administração direta dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios certificar, em cada caso, a existência de anterior processo de seleção pública, para efeito da dispensa referida no parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006, considerando-se como tal aquele que tenha sido realizado com observância dos princípios referidos no **caput** deste artigo.

Art. 9º Além das hipóteses previstas no § 1º do art. 41 e no § 4º do art. 169 da Constituição Federal, o servidor de que trata esta Lei poderá perder o cargo no caso de descumprimento do requisito estabelecido no inciso I do **caput** do art. 6º.

Art. 10 Fica criado, no Quadro de Pessoal da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, Quadro Suplementar de Combate às Endemias, destinado a promover, no âmbito do SUS, ações complementares de vigilância epidemiológica e combate a endemias, nos termos do inciso VI e parágrafo único do art. 16 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.

Parágrafo único. Ao Quadro Suplementar de que trata o **caput** aplica-se, no que couber, além do disposto nesta Medida Provisória, o disposto na Lei nº 9.962, de 22 de fevereiro de 2000, cumprindo-se jornada de trabalho de quarenta horas semanais.

Art. 11 Aos profissionais que, na data de promulgação da Emenda Constitucional nº 51, de 2006, e a qualquer título, se achavam no desempenho de atividades de Agente Comunitário de Saúde ou de Agente de Combate às Endemias, definidas por esta Lei, é assegurada a dispensa de se submeter ao processo seletivo público a que se refere o art. 9º, desde que tenham sido admitidos a partir de anterior processo de seleção pública efetuado por órgãos ou entes da administração direta ou indireta de Estado, Distrito Federal ou Município ou por outras instituições com a efetiva supervisão e autorização da administração direta dos entes da federação.

§ 1º No caso da admissão no quadro de pessoal de que trata o art. 1º, ato conjunto dos Ministros de Estado da Saúde e do Controle e da Transparência instituirá comissão com a finalidade de atestar a regularidade do processo seletivo para fins da dispensa prevista no **caput** deste artigo.

§ 2º A comissão referida no § 1º será integrada por três representantes da Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União, um dos quais a presidirá, pelo Assessor Especial de Controle



Interno do Ministério da Saúde e pelo Chefe da Auditoria Interna da FUNASA.

Art. 12 O gestor local do SUS responsável pela contratação dos profissionais de que trata esta Medida Provisória disporá sobre a criação dos cargos ou empregos públicos e demais aspectos inerentes à atividade, observadas as especificidades locais.

Art. 13 Ficam criados cinco mil, trezentos e sessenta e cinco empregos públicos de Agente de Combate às Endemias, no âmbito do Quadro Suplementar referido no art. 10, com retribuição mensal estabelecida na forma do Anexo desta Lei, cuja despesa não excederá o valor atualmente despendido pela FUNASA com a contratação desses profissionais.

§ 1º A FUNASA, em até trinta dias, promoverá o enquadramento do pessoal de que trata o § 1º do art. 11 na tabela salarial constante do Anexo desta Lei, em classes e níveis com salários iguais aos pagos atualmente, sem aumento de despesa.

§ 2º Aplica-se aos ocupantes dos empregos referidos no **caput** a indenização de campo de que trata o art. 16 da Lei nº 8.216, de 13 de agosto de 1991.

§ 3º Caberá à Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão disciplinar o desenvolvimento dos ocupantes dos empregos públicos referidos no **caput** na tabela salarial constante do Anexo desta Lei.

Art. 14 Fica vedada a contratação temporária ou terceirizada de Agentes Comunitários de Saúde e de Agentes de Combate às Endemias, salvo na hipótese de combate a epidemias, na forma da lei aplicável.

Art. 15 Os profissionais que, em 12 de junho de 2006, exerciam atividades próprias de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias, vinculados diretamente aos gestores locais do SUS ou a entidades de administração indireta, não investidos em cargo ou emprego público, e não alcançados pelo disposto no § 2º do art. 8º poderão permanecer no exercício destas atividades, até que seja concluída a realização de processo seletivo público pelo ente federativo, com vistas ao cumprimento do disposto nesta Medida Provisória.

Art. 16 Os empregos públicos criados no âmbito da FUNASA, conforme disposto no art. 13 e preenchidos nos termos desta Lei, serão extintos, quando vagos.

Art. 17 As despesas decorrentes da criação dos empregos públicos a que se refere o art. 13 correrão à conta das dotações destinadas à FUNASA, consignadas no Orçamento Geral da União.

Art. 18. Com vistas ao cumprimento do disposto no **caput** e no §1º do art. 198 da Constituição, os Fundos Estaduais de Saúde repassarão aos Fundos

Municipais de Saúde recursos equivalentes a, no mínimo, trinta por cento das despesas com a remuneração dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias admitidos pelo respectivo Município na forma desta Lei.

Parágrafo único. E vedada a utilização dos recursos repassados na forma deste artigo para fins diversos da remuneração de Agentes Comunitários de Saúde e de Agentes de Combate às Endemias.

Art. 19. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 20. Revoga-se a Lei nº 10.507, de 10 de julho de 2002.

### Justificação

O projeto que ora submeto à apreciação do Senado Federal é objeto de um amplo acordo, envolvendo todos os partidos desta Casa.

Na votação que aprovou, sem alterações, a Medida Provisória, nº 297, de 2006, que tive a honra de relatar, ficou acordado, entre todas as lideranças partidárias do Senado Federal que, em função da inexistência de tempo hábil para promover as alterações necessárias para o aperfeiçoamento da MP original, sem que esta perdesse sua eficácia, que o voto favorável do relator concluiria também pela apresentação de um Projeto de Lei que corrigisse as eventuais imperfeições da medida provisória.

O presente projeto, portanto, fruto do acordo mencionado promove as alterações necessárias ao pleno atendimento dos interesses manifestados por ambas as categorias profissionais envolvidas na matéria.

A Emenda Constitucional nº 51, de 2006, que tive a honra de relatar no Senado Federal, representou uma conquista fundamental não apenas dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias como de toda a cidadania.

O diploma legal permite solucionar o problema da admissão desses profissionais no serviço público em bases que preservem os princípios da Administração Pública e as peculiaridades de suas atividades.

Em relação ao texto original da MPV 297, de 2006, cumpre registrar que o mesmo já incorporou diversos dos dispositivos que atendiam às reivindicações dos agentes.

No entanto, algumas alterações ainda são fundamentais. Proponho que os Fundos Estaduais de Saúde repassarão aos Fundos Municipais de Saúde recursos equivalentes a, no mínimo, trinta por cento das despesas com a remuneração dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às

Endemias admitidos pelo respectivo Município. Trata-se de obrigar o cumprimento do art. 198 da Constituição, reafirmando os princípios que nortearam a criação do SUS, como um sistema único, financiado pelos três níveis de Governo. Efetivamente, não se pode conceber que programas da importância dos aqui tratados para a saúde pública sejam financiados, quase exclusivamente, pela União, que já repassa recursos do Fundo Nacional de Saúde para esse fim, e pelos Municípios, que, como regra, são os que pagam a remuneração dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias.

Ademais, é preciso chamar a atenção para a dificuldade financeira por que passam os nossos Municípios e que, sem a ajuda dos Estados, dificilmente

teriam condições de pagar remuneração minimamente razoável para os profissionais de que trata a presente proposição.

No entanto, a principal mudança, refere-se a alteração do regime jurídico a que estão submetidos estes profissionais. A proposição em apreço estabelece que os Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias submetem-se ao regime jurídico aplicado aos servidores da área de saúde do respectivo ente federativo não mais à Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, como prevê a MPV 297, de 2006.

Sala das Sessões, 4 de outubro de 2006. – Senador **Rodolpho Tourinho**.

## ANEXO

(Lei nº ....., de de de )

AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS		
CLASSE	NÍVEL	SALÁRIO - 40 HS
D	20	1.180,99
	19	1.152,18
	18	1.124,08
	17	1.096,67
	16	1.069,92
C	15	1.018,97
	14	994,12
	13	969,87
	12	946,21
	11	923,14
B	10	879,18
	9	857,73
	8	836,81
	7	816,40
	6	796,49
A	5	758,56
	4	740,06
	3	722,01
	2	704,40
	1	687,22

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, respondendo à solicitação do Senador Rodolpho Tourinho.

Eu já tive oportunidade de dizer aos demais Líderes que tenho a possibilidade de me comprometer com a posição do PT. Na Câmara dos Deputados, vou garantir que a posição do PT seja favorável ao projeto, para que possamos corrigir as questões abordadas pelo Senador Rodolpho Tourinho, o que não poderá ser feito na Medida Provisória. No entanto, é claro que não posso responsabilizar-me pelo resultado da votação como um todo na Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em discussão a medida provisória.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Sr. Presidente, quero apenas esclarecer a questão.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA. Como Relator. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, com o que, no fundo, estamos discordando neste momento? Quando foi criado o cargo de agente comunitário de saúde – primeiro, falo do agente comunitário de saúde –, naquele momento, foi estabelecido que aqueles que estavam no exercício do cargo em 14 de fevereiro de 2005 eram considerados estáveis e contratados automaticamente.

E, no projeto de lei que elaborei para regulamentar a profissão dos agentes comunitários de saúde, eu mantinha essa posição, mantinha o Regime Jurídico, a ligação dos agentes com o Município na área de saúde.

Depois disso, o Governo editou uma medida provisória enquadrando os agentes comunitários de saúde do País inteiro na CLT – Consolidação das Leis do Trabalho –, o que significa que, a qualquer momento, poderiam ser demitidos e substituídos por outros, uma absoluta incoerência. Não podemos admiti-lo em hipótese nenhuma, mesmo porque esse programa já existe há mais de 15 anos e foi uma das razões pelas quais a saúde melhorou neste País. Portanto, não temos a menor condição de alterar esse aspecto.

Então, não pude aceitar, nem aceitaria essa questão da mudança para CLT. Desejo também explicar neste momento a todos os agentes comunitários de saúde do Brasil, que são mais de 200 mil, que concordamos em aprovar a Medida Provisória, mas simultaneamente propomos um novo projeto de lei garantindo a condição inicial, ou seja, os agentes deixam de ser celetistas, passando à origem, ao Regime Jurídico do ente federado, ao Regime Jurídico do Município.

Esse é o ponto que considero importante esclarecer. Resolveríamos a questão de prazo. Resolveria-

mos também a questão da Funasa ou dos agentes de endemias. Votaríamos tudo hoje. Aprovaríamos hoje a Medida Provisória. Aprovaríamos o projeto de lei hoje e teríamos o compromisso da Senadora Ideli Salvatti e dos outros Líderes que aqui se encontram em relação à aprovação deste projeto na Câmara.

Sr. Presidente, é a proposta final que me parece resolver todo o problema.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de endossar inteiramente a opinião do Senador Tourinho e fazer um registro. Não fora a opinião, a posição firme dele em não acatar a mudança proposta pela Medida Provisória, os agentes comunitários de saúde estariam correndo o gravíssimo risco de perder a estabilidade que já têm, porque a nova MP muda o regime de trabalho deles, enquadrando-os no regime da CLT, o que faria com que eles perdessem um direito já adquirido.

A posição do Senador Rodolpho Tourinho, que traduz a posição do PFL, nosso Partido, é firme, de compromisso. Está acordado entre os Partidos que vamos votar a Medida Provisória com o compromisso do PT, na Câmara, assim como no Senado, de votar o projeto de lei do Senador Rodolpho Tourinho, que garante não CLT, mas a estabilidade mediante o regime jurídico dos Municípios pelo qual o servidor é contratado para desenvolver a sua atividade.

Projeto de lei que será aprovado em regime de urgência hoje, no Senado, para o qual o PFL garante o voto na Câmara e tem o compromisso tomado pela Senadora Ideli Salvatti de garantir o voto também do PT, na Câmara dos Deputados.

Com isso, o acordo fica feito e o PFL ratifica **in limine** a opinião aqui externada pelo Senador Rodolpho Tourinho, Relator da matéria.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Arthur Virgílio.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, evidentemente que me ponho de acordo com a sábia decisão adotada pelo Senador Rodolpho Tourinho a partir da provocação, não menos sábia, que a todos nós foi feita pela Senadora Heloísa Helena.

Eu dizia ainda há pouco ao Senador Antonio Carlos que, na eleição presidencial passada, presenciei uma nítida manipulação política de corretos e dedicados agentes de saúde contra o então candidato José

Serra – e os fins eram meramente eleitorais, já que estou falando de manipulação política.

Desta vez, quem sabe, não estivessem tentando fazer a mesma coisa?

Com isso, não só cai por terra essa pantomima, pois não há como fazer a tal exploração política novamente, às vésperas de um pleito de segundo turno; em segundo lugar, fica patente que quem efetivamente tinha preocupação com os agentes de saúde era o grupo a que pertence o Senador Rodolpho Tourinho. Tanto é assim que, se meramente deixássemos passar o que veio da Câmara, estaríamos levando intranquilidade para milhares e milhares de agentes de saúde. Do jeito que fizemos, não. Estamos dando cobertura jurídica e social aos agentes de saúde, para que eles possam fazer a prestação dos seus nobres serviços à população.

Então, de uma só cajadada, matamos dois coelhos: o coelho da farsa política, o coelho da manipulação eleitoral, e o coelho da insegurança jurídica a que estaria relegado o agente de saúde.

Portanto, foi, a meu ver, a saída mais sábia, mais sóbria, que veio para resolver... Estou aqui ouvindo a Senadora Ideli Salvatti falar e sou uma pessoa de ouvido, como dizia a minha avó, de tuberculoso. Não me referi à Senadora, mas a dois fatos: o de que, na eleição passada, de Lula contra Serra, houve a manifestação clara, manipulação clara de agentes de saúde, para influenciar os resultados eleitorais. Desta vez, isso não acontecerá. Isso foi desarmado, se é que havia a intenção de os mesmos grupos, as mesmas cansadas e surradas pessoas, fazerem as mesmas coisas, as mesmas explorações, porque o Senador Tourinho agiu com sabedoria.

O Senador Tourinho aceitou, sim, o que aqui foi proposto por tantas pessoas, o que foi proposto, inicialmente, pela Senadora Heloísa Helena. O que foi por ele acatado: a efetiva segurança jurídica, social e funcional aos agentes de saúde sem se abrir o menor espaço para a exploração política.

Creio que em sã consciência é o que qualquer Senador ou Senadora responsável deseja. Nenhum Senador haverá de aprovar que grupos, que grupelhos imaginem que é hora de se fazer exploração eleitoral em cima de figuras humildes que prestam serviço nobre à população.

Foi muito sábia a decisão. Vamos partir para incrementá-la, para mostrar com sobriedade que temos sim o compromisso com o melhor para o agente de saúde deste País.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Romeu Tuma.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Sr. Presidente, só para dizer que graças ao Senador Tourinho e a V. Ex<sup>a</sup> vamos votar esta proposta. Pediria a V. Ex<sup>a</sup> que iniciasse a votação rapidamente antes que alguém se arrependa do que foi acordado, e assim começemos tudo de novo. Acho que V. Ex<sup>a</sup> agiu corretamente.

A Senadora já queria brigar.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senadora Ideli.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT– SC) – Sr. Presidente, até quando é para acertar no bom encaminhamento tem que ter provocação. Não quero responder, não quero. Quero que aprovemos, que os beneficiados pela medida provisória votem com tranquilidade e que as correções necessárias possam ser feitas também com rapidez, para que haja a votação do projeto.

Se tivermos que responder, aí nós vamos azedar de novo o ambiente, o que acho inadequado, uma vez que precisamos fazer esta votação hoje.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O parecer preliminar do Relator Revisor, Senador Rodolpho Tourinho, é pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância, urgência e adequação financeira e orçamentária da medida provisória, nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002-CN, e, no mérito, pela admissibilidade da Medida Provisória.

Em votação os pressupostos de urgência, relevância e adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Passa-se à discussão do mérito.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação a Medida Provisória.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação. (Palmas.)

É a seguinte a matéria aprovada:

#### **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 297, DE 2006**

**Regulamenta o § 5º do art. 198 da Constituição Federal, dispõe sobre o aproveitamento de pessoa<sup>1</sup> amparado pelo parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006, e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As atividades de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias passam a reger-se pelo disposto nesta Lei.

Art. 2º O exercício das atividades de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias, nos termos desta lei, dar-se-á exclusivamente no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, na execução das atividades de responsabilidade dos entes federados, mediante vínculo direto entre os referidos Agentes e órgão ou entidade da administração direta, autárquica ou fundacional.

Art. 3º O Agente Comunitário de Saúde tem como atribuição o exercício de atividades de prevenção de doenças e promoção da saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob supervisão do gestor municipal, distrital, estadual ou federal.

Parágrafo único. São consideradas atividades do Agente Comunitário de Saúde, na sua área de atuação:

I – a utilização de instrumentos para diagnóstico demográfico e sociocultural da comunidade;

II – a promoção de ações de educação para a saúde individual e coletiva;

III – o registro, para fins exclusivos de controle e planejamento das ações de saúde, de nascimentos, óbitos, doenças e outros agravos à saúde;

IV – o estímulo à participação da comunidade nas políticas públicas voltadas para a área da saúde;

V – a realização de visitas domiciliares periódicas para monitoramento de situações de risco à família; e

VI – a participação em ações que fortaleçam os elos entre o setor saúde e outras políticas que promovam a qualidade de vida.

Art. 4º O Agente de Combate às Endemias tem como atribuição o exercício de atividades de vigilância, prevenção e controle de doenças e promoção da saúde, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob supervisão do gestor de cada ente federado.

Art. 5º O Ministério da Saúde disciplinará as atividades de prevenção de doenças, de promoção da saúde, de controle e de vigilância a que se referem os arts. 3º e 4º desta Lei e estabelecerá os parâmetros dos cursos previstos nos incisos II do **caput** do art. 6º e I do **caput** do art. 7º desta Lei, observadas as diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação.

Art. 6º O Agente Comunitário de Saúde deverá preencher os seguintes requisitos para o exercício da atividade:

I – residir na área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação do edital do processo seletivo público;

II – haver concluído, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada; e

III – haver concluído o ensino fundamental.

§ 1º Não se aplica a exigência a que se refere o inciso III do **caput** deste artigo aos que, na data de publicação da Medida Provisória nº 297, do 9 de junho de 2006, estavam exercendo atividades próprias de Agente Comunitário de Saúde.

§ 2º Compete ao ente federativo responsável pela execução dos programas a definição da área geográfica a que se refere o inciso I do **caput** deste artigo, observados os parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Saúde.

Art. 7º O Agente de Combate às Endemias deverá preencher os seguintes requisitos para o exercício da atividade:

I – haver concluído, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada; e

II – haver concluído o ensino fundamental.

Parágrafo único. Não se aplica a exigência a que se refere o inciso II do **caput** deste artigo aos que, na data de publicação da Medida Provisória nº 297, de 9 de junho de 2006, estavam exercendo atividades próprias de Agente de Combate, às Endemias.

Art. 8º Os Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Combate às Endemias admitidos pelos gestores locais do SUS e pela Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, na forma do disposto no § 4º do art. 198 da Constituição Federal, submetem-se ao regime jurídico estabelecido pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, salvo se, no caso dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, lei local dispuser de forma diversa.

Art. 9º A contratação de Agentes Comunitários de Saúde e de Agentes de Combate às Endemias deverá ser precedida de processo seletivo público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para o exercício das atividades, que atenda aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Parágrafo único. Caberá aos órgãos ou entes da administração direta dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios certificarem, em cada caso, a existência de anterior processo de seleção pública, para efeito da dispensa referida no parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro

de 2006, considerando-se como tal aquele que tenha sido realizado com observância dos princípios referidos no **caput** deste artigo.

Art. 10. A administração pública somente poderá rescindir unilateralmente o contrato do Agente Comunitário de Saúde ou do Agente de Combate às Endemias, de acordo com o regime jurídico de trabalho adotado, na ocorrência de uma das seguintes hipóteses:

I – prática de falta grave, dentre as enumeradas no art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT;

II – acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;

III – necessidade de redução de quadro de pessoal, por excesso de despesa, nos termos da Lei nº 9.801, de 14 de junho de 1999; ou

IV – insuficiência de desempenho, apurada em procedimento no qual se assegurem pelo menos um recurso hierárquico dotado de efeito suspensivo, que será apreciado em 30 (trinta dias), e o prévio conhecimento dos padrões mínimos exigidos para a continuidade da relação de emprego, obrigatoriamente estabelecidos de acordo com as peculiaridades das atividades exercidas.

Parágrafo único. No caso do Agente Comunitário de Saúde, o contrato também poderá ser rescindido unilateralmente na hipótese de não-atendimento ao disposto no inciso I do **caput** do art. 6º desta Lei, ou em função de apresentação de declaração falsa de residência.

Art. 11. Fica criado, no Quadro de Pessoal da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, Quadro Suplementar de Combate às Endemias, destinado a promover, no âmbito do SUS, ações complementares de vigilância epidemiológica e combate à endemias, nos termos do inciso VI do **caput** e parágrafo único do art. 16 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.

Parágrafo único. Ao Quadro Suplementar de que trata o **caput** deste artigo aplica-se, no que couber, além do disposto nesta Lei, o disposto na Lei nº 9.962, de 22 de fevereiro de 2000, cumprindo-se jornada de trabalho de 40h (quarenta horas) semanais.

Art. 12. Aos profissionais não-ocupantes de cargo efetivo em órgão ou entidade da administração pública federal que, em 14 de fevereiro de 2006, a qualquer título, se achavam rio desempenho de atividades de combate a endemias no âmbito da Funasa é assegurada à dispensa de se submeterem ao processo seletivo público a que se refere o § 4º do art. 198 da Constituição, desde que tenham sido contratados a partir de anterior processo de seleção pública efetuado pela Funasa ou por outra instituição, sob a efetiva supervisão

da Funasa e mediante a observância dos princípios a que se refere o **caput** do art. 9º desta Lei.

§ 1º Ato conjunto dos Ministros de Estado da Saúde e do Controle e da Transparência instituirá comissão com a finalidade de atestar a regularidade do processo seletivo para fins da dispensa prevista no **caput** deste artigo.

§ 2º A comissão será integrada por 3 (três) representantes da Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União, um dos quais a presidirá, pelo Assessor Especial de Controle Interno do Ministério da Saúde e pelo Chefe da Auditoria Interna da Funasa.

Art. 13. Os Agentes de Combate às Endemias integrantes do Quadro Suplementar a que se refere o art. 11 desta Lei poderão ser colocados à disposição dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, no âmbito do SUS, mediante convênio, ou para gestão associada de serviços públicos, mediante contrato de consórcio público, nos termos da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, mantida a vinculação à Funasa e sem prejuízo dos respectivos direitos e vantagens.

Art. 14. O gestor local do SUS responsável pela contratação dos profissionais de que trata esta Lei disporá sobre a criação dos cargos ou empregos públicos e demais aspectos inerentes à atividade, observadas as especificidades locais.

Art. 15. Ficam criados 5.365 (cinco mil, trezentos e sessenta e cinco) empregos públicos de Agente de Combate às Endemias, no âmbito do Quadro Suplementar referido no art. 11 desta Lei, com retribuição mensal estabelecida na forma do Anexo desta Lei, cuja despesa não excederá o valor atualmente despendido pela Funasa com a contratação desses profissionais.

§ 1º A Funasa, em até 30 (trinta) dias, promoverá o enquadramento do pessoal de que trata o art. 12 desta Lei na tabela salarial constante do Anexo desta Lei, em classes e níveis com salários iguais aos pagos atualmente, sem aumento de despesa.

§ 2º Aplica-se aos ocupantes dos empregos referidos no **caput** deste artigo a indenização de campo de que trata o art. 16 da Lei nº 8.216, de 13 de agosto de 1991.

§ 3º Caberá à Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão disciplinar o desenvolvimento dos ocupantes dos empregos públicos referidos no **caput** deste artigo na tabela salarial constante do Anexo desta Lei.

Art. 16. Fica vedada a contratação temporária ou terceirizada de Agentes Comunitários de Saúde e do Agentes de Combate às Endemias, salvo na hipótese de combate a surtos endêmicos, na forma da lei aplicável.

Art. 17. Os profissionais que, na data de publicação da Medida Provisória nº 297, de 9 de junho 2006, exerciam atividades próprias de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias, vinculados diretamente aos gestores locais do SUS ou a entidades do administração indireta, não investidos em cargo ou emprego público e não alcançados pelo disposto no parágrafo único do art. 9º desta Lei poderão permanecer no exercício destas atividades, até que seja concluída a realização de processo seletivo público pelo ente federativo, com vistas no cumprimento do disposto nesta Lei.

Art. 18. Os empregos públicos criados no aiubito da Funasa, conforme disposto no art. 15 desta Lei e preenchidos nos termos desta Lei, serão extintos, quando vagos.

Art. 19. As despesas decorrentes da criação dos empregos públicos a que se refere o art. 15 desta Lei correrão à conta das dotações destinadas à Funasa, consignadas no Orçamento Geral da União.

Art. 20. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 21. Fica revogada a Lei nº 10.507, de 10 de julho de 2002.

AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS		
CLASSE	NÍVEL	SALÁRIO - 40 HS
D	20	1.180,99
	19	1.152,18
	18	1.124,08
	17	1.096,67
	16	1.069,92
C	15	1.018,97
	14	994,12
	13	969,87
	12	946,21
	11	923,14
B	10	879,18
	9	857,73
	8	836,81
	7	816,40
	6	796,49
A	5	758,56
	4	740,06
	3	722,01
	2	704,40
	1	687,22

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item extrapauta:**

**PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 270, DE 2006**

Regulamenta os §§ 4º e 5º do art. 198, da Constituição, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que *dispõe sobre o aproveitamento de pessoal, amparado pelo parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006, e dá outras providências.*

Em discussão o Projeto de Lei nº 270, de 2006, do Senador Rodolpho Tourinho.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

**O SR. MARCOS GUERRA** (PSDB – ES) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra V. Exª.

**O SR. MARCOS GUERRA** (PSDB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu apresentei uma emenda a este projeto a pedido de todos os empreendedores do Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Estamos tratando da Medida Provisória dos agentes de saúde e, agora, do Projeto de Lei 270, do Senador Rodolpho Tourinho.

**O SR. MARCOS GUERRA** (PSDB – ES) – Está certo, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final ao Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2006, que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Efraim Morais.

É lido o seguinte:

**PARECER Nº 1.106, DE 2006**

Comissão Diretora

**Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2006.**

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2006, que regulamenta os §§ 4º e 5º do art. 198 da Constituição, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006, e dá outras providências.

Sala de Reuniões da Comissão, 4 de outubro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente. – Senador **Antero Paes de Barros**, Relator. – Senador **Paulo Octávio**. – Senador **Eduardo Siqueira Campos**.

ANEXO AO PARECER Nº 1.106, DE 2006

**Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2006.**

**Regulamenta os §§ 4º e 5º do art. 198 da Constituição, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006, e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As atividades de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias passam a reger-se pelo disposto nesta Lei.

Art. 2º O exercício das atividades de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias, nos termos desta Lei, dar-se-á exclusiva-

mente no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, na execução das atividades de responsabilidade dos entes federados, mediante vínculo direto entre os referidos Agentes e órgão ou entidade da administração direta, autárquica ou fundacional, salvo o disposto no § 1º do art. 199 da Constituição Federal.

§ 1º Os Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Combate às Endemias são amparados pela legislação que trata do exercício de atividades em ambientes insalubres.

§ 2º As atividades de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias são consideradas de relevante interesse público.

Art. 3º O Agente Comunitário de Saúde tem como atribuição o exercício de atividades de prevenção de doenças e promoção da saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob supervisão do gestor municipal, distrital, estadual ou federal.

Parágrafo único. São consideradas atividades do Agente Comunitário de Saúde, na sua área de atuação:

I – a utilização de instrumentos para diagnóstico demográfico e sócio-cultural da comunidade;

II – a promoção de ações de educação para a saúde individual e coletiva;

III – o registro, para fins exclusivos de controle e planejamento das ações de saúde, de nascimentos, óbitos, doenças e outros agravos à saúde;

IV – o estímulo à participação da comunidade nas políticas públicas voltadas para a área de saúde;

V – a realização de visitas domiciliares periódicas para monitoramento de situações de risco à família; e

VI – a participação em ações que fortaleçam os elos entre o setor saúde e outras políticas que promovam a qualidade de vida.

Art. 4º O Agente de Combate às Endemias tem como atribuição o exercício de atividades de vigilância, prevenção e controle de doenças endêmicas e infecto-contagiosas e promoção da saúde, mediante ações de vigilância de endemias e seus vetores, inclusive, se for o caso, fazendo uso de substâncias químicas, abrangendo atividades de execução de programas de saúde, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob supervisão do gestor de cada ente federado.

Art. 5º O Ministério da Saúde disciplinará as atividades de prevenção de doenças, de promoção da saúde, de controle e de vigilância a que se referem os arts. 3º e 4º e estabelecerá os parâmetros do curso previsto no inciso II do art. 6º, observadas as diretrizes



curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação.

Art. 6º O Agente Comunitário de Saúde e o Agente de Combate às Endemias deverão preencher os seguintes requisitos para o exercício da atividade:

I – residir na área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação do edital do processo seletivo público;

II – haver concluído, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada; e

III – haver concluído o ensino fundamental.

§ 1º Não se aplicam as exigências a que se referem os incisos II e III aos que, em 12 de junho de 2006, estivessem exercendo atividades próprias de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias.

§ 2º Compete ao ente federativo responsável pela execução dos programas a definição da área geográfica a que se refere o inciso I, observados os parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Saúde.

§ 3º As despesas decorrentes das ações de formação de que trata o inciso II serão financiadas com recursos do Fundo Nacional de Saúde, transferidas diretamente para os Fundos de Saúde estaduais, municipais e do Distrito Federal.

Art 7º Os Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Combate às Endemias, admitidos pelos gestores do SUS e pela Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, na forma do disposto no § 4º do art. 198 da Constituição, submetem-se ao regime jurídico aplicado aos servidores da área de saúde do respectivo ente federativo, observado o disposto nesta Lei.

Art. 8º A admissão de Agentes Comunitários de Saúde e de Agentes de Combate às Endemias deverá ser precedida de processo seletivo público de provas ou de provas, entrevistas e títulos, restritos esses a atividades de liderança comunitária na área em que irá atuar e a experiência profissional em funções similares, de acordo com a natureza e a complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para o exercício das atividades, que atenda aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

§ 1º Será assegurada a participação do conselho de saúde do respectivo ente em todas as fases do processo seletivo de que trata este artigo.

§ 2º Caberá aos órgãos ou entes da administração direta dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios certificar, em cada caso, a existência de anterior processo de seleção pública, para efeito da dispensa referida no parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006, considerando-se como tal aquele que tenha sido

realizado com observância dos princípios referidos no **caput** deste artigo.

Art. 9º Além das hipóteses previstas no § 1º do art. 41 e no § 4º do art. 169 da Constituição, o servidor de que trata esta Lei poderá perder o cargo no caso de descumprimento do requisito estabelecido no inciso I do **caput** do art. 6º.

Art. 10. Fica criado, no Quadro de Pessoal da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, Quadro Suplementar de Combate às Endemias, destinado a promover, no âmbito do SUS, ações complementares de vigilância epidemiológica e combate a endemias, nos termos do inciso VI e parágrafo único do art. 16 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.

Parágrafo único. Ao Quadro Suplementar de que trata o **caput** aplica-se, no que couber, além do disposto na Medida Provisória nº 297, de 2006, o disposto na Lei nº 9.962, de 22 de fevereiro de 2000, cumprindo-se jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 11. Aos profissionais que, na data de promulgação da Emenda Constitucional nº 51, de 2006, e a qualquer título, se achavam no desempenho de atividades de Agente Comunitário de Saúde ou de Agente de Combate às Endemias, definidas por esta Lei, é assegurada a dispensa de se submeter ao processo seletivo público a que se refere o art. 8º, desde que tenham sido admitidos a partir de anterior processo de seleção pública efetuado por órgãos ou entes da administração direta ou indireta de Estado, Distrito Federal ou Município ou por outras instituições com a efetiva supervisão e autorização da administração direta dos entes da federação.

§ 1º No caso da admissão no quadro de pessoal de que trata o art. 10, ato conjunto dos Ministros de Estado da Saúde, do Controle e da Transparência instituirá comissão com a finalidade de atestar a regularidade do processo seletivo para fins da dispensa prevista no **caput** deste artigo.

§ 2º A comissão referida no § 1º será integrada por 3 (três) representantes da Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União, um dos quais a presidirá, pelo Assessor Especial de Controle Interno do Ministério da Saúde e pelo Chefe da Auditoria Interna da Funasa.

Art. 12. O gestor local do SUS responsável pela contratação dos profissionais de que trata a Medida Provisória nº 297, de 2006 disporá sobre a criação dos cargos ou empregos públicos e demais aspectos inerentes à atividade, observadas as especificidades locais.

Art. 13. Ficam criados 5.365 (cinco mil, trezentos e sessenta e cinco) empregos públicos de Agente de Combate às Endemias, no âmbito do Quadro Suplementar referido no art. 10, com retribuição mensal estabelecida na forma do Anexo desta Lei, cuja despesa

não excederá o valor atualmente despendido pela Funasa com a contratação desses profissionais.

§ 1º A Funasa, em até 30 (trinta) dias, promoverá o enquadramento do pessoal de que trata o § 1º do art. 11 na tabela salarial constante do Anexo desta Lei, em classes e níveis com salários iguais aos pagos atualmente, sem aumento de despesa.

§ 2º Aplica-se aos ocupantes dos empregos referidos no **caput** a indenização de campo de que trata o art. 16 da Lei nº 8.216, de 13 de agosto de 1991.

§ 3º Caberá à Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão disciplinar o desenvolvimento dos ocupantes dos empregos públicos referidos no **caput** na tabela salarial constante do Anexo desta Lei.

Art. 14. Fica vedada a contratação temporária ou terceirizada de Agentes Comunitários de Saúde e de Agentes de Combate às Endemias, salvo na hipótese de combate a epidemias, na forma da lei aplicável.

Art. 15. Os profissionais que, em 12 de junho de 2006, exerciam atividades próprias de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias, vinculados diretamente aos gestores locais do SUS ou a entidades de administração indireta, não investidos em cargo ou emprego público, e não alcançados pelo disposto no § 2º do art. 8º, poderão permanecer no exercício dessas atividades, até que seja concluída a

realização de processo seletivo público pelo ente federativo, com vistas ao cumprimento do disposto na Medida Provisória nº 297, de 2006.

Art. 16. Os empregos públicos criados no âmbito da Funasa, conforme disposto no art. 13 e preenchidos nos termos desta Lei, serão extintos, quando vagos.

Art. 17. As despesas decorrentes da criação dos empregos públicos a que se refere o art. 13 correrão à conta das dotações destinadas à Funasa, consignadas no Orçamento Geral da União.

Art. 18. Com vistas ao cumprimento do disposto no **caput** e no § 1º do art. 198 da Constituição, os Fundos Estaduais de Saúde repassarão aos Fundos Municipais de Saúde recursos equivalentes a, no mínimo, 30% (trinta por cento) das despesas com a remuneração dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias admitidos pelo respectivo Município na forma desta Lei.

Parágrafo único. É vedada a utilização dos recursos repassados na forma deste artigo para fins diversos da remuneração de Agentes Comunitários de Saúde e de Agentes de Combate às Endemias.

Art. 19. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 20. Revoga-se a Lei nº 10.507, de 10 de julho de 2002.

#### ANEXO

(Lei nº ....., de de de )

AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS		
CLASSE	NÍVEL	SALÁRIO - 40 HS
D	20	1.180,99
	19	1.152,18
	18	1.124,08
	17	1.096,67
	16	1.069,92
C	15	1.018,97
	14	994,12
	13	969,87
	12	946,21
	11	923,14
B	10	879,18
	9	857,73
	8	836,81
	7	816,40
	6	796,49
A	5	758,56
	4	740,06
	3	722,01
	2	704,40
	1	687,22

## LEGISLAÇÃO CITADA

## CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

.....  
 “Art. 41. São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

§ 1º O servidor público estável só perderá o cargo:

I – em virtude de sentença judicial transitada em julgado;

II – mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa;

III – mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.

.....

“Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

.....

§ 4º Se as medidas adotadas com base no parágrafo anterior não forem suficientes para assegurar o cumprimento da determinação da lei complementar referida neste artigo, o servidor estável poderá perder o cargo, desde que ato normativo motivado de cada um dos Poderes especifique a atividade funcional, o órgão ou unidade administrativa objeto da redução de pessoal.

.....

Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

§ 1º O sistema único de saúde será financiado, nos termos do art. 195, com recursos do orçamento da social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes.

.....

§ 4º Os gestores locais do sistema único de saúde poderão admitir agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias por meio de processo seletivo público, de acordo com a natureza e complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para sua atuação.

§ 5º Lei federal disporá sobre o regime jurídico e a regulamentação das atividades de agente comunitário de saúde e agente de combate às endemias.

“Art. 199. A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.

§ 1º As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde,

segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

.....

## EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 51, DE 2006

**Acrescenta os §§ 4º, 5º e 6º ao art. 198 da Constituição Federal.**

.....  
 Art. 2º Após a promulgação da presente Emenda Constitucional, os agentes comunitárias de saúde e os agentes de combate às endemias somente poderão ser contratados diretamente pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios na forma do § 4º do art. 198 da Constituição Federal, observado o limite de gasto estabelecido na Lei Complementar de que trata o art. 169 da Constituição Federal.

.....

## LEI Nº 9.962, DE 2000

**Disciplina o regime de emprego público do pessoal da Administração federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.**

## LEI Nº 8.080, DE 1990

.....  
 “Art 16. A direção nacional do Sistema Único da Saúde (SUS) compete:

.....

IV – participar da definição de normas e mecanismos de controle, com órgão afins, de agravo sobre o meio ambiente ou dele decorrentes, que tenham repercussão na saúde humana;

Parágrafo único. A União poderá executar ações de vigilância epidemiológica e sanitária em circunstâncias especiais, como na ocorrência de agravos inusitados à saúde, que possam escapar do controle da direção estadual do Sistema Único de Saúde (SUS) ou que representem risco de disseminação nacional.”

.....

## LEI Nº 8.216, DE 1991

**Dispõe sobre antecipação a ser compensada quando da revisão geral da remuneração dos servidores públicos, corrige e reestrutura tabelas de vencimentos e dá outras providências.**

.....  
 “Art. 16. Será concedida, nos termos do regulamento, indenização de CR\$4.200,00 (quatro mil e ju-

zentes cruzeiros) por dia, aos servidores que se afastarem do seu local de trabalho, sem direito à percepção de diária, para execução de trabalhos de campo, tais como os de campanhas de combate e controle de endemias; marcação, inspeção e manutenção de marcos decisórios; topografia, pesquisa, saneamento básico, inspeção e fiscalização de fronteiras internacionais.

Parágrafo único. É vedado o recebimento cumulativo da indenização objeto do caput deste artigo com a percepção de diárias.”

LEI Nº 10.502, DE 2002

### **Cria a Profissão de Agente Comunitário de Saúde e dá outras providências.**

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Aprovado o projeto e estando a matéria em regime de urgência, passa-se à imediata apreciação da redação final. (Pausa.)

Em discussão a redação final. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação a redação final.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada a redação final, a matéria vai à Câmara dos Deputados.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Flexa Ribeiro.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, já há um acordo entre as Lideranças para que votemos hoje o Projeto de Lei nº 68, de 2006 – Complementar, do Senador Rodolpho Tourinho, que dispõe sobre os impostos dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências para prorrogar os prazos previstos em relação à apropriação dos créditos do ICMS.

Sr. Presidente, este projeto de lei é da maior importância para os Estados que têm a vocação de ajudar a Nação brasileira no esforço de exportação.

O projeto do Senador Rodolpho Tourinho prorroga por mais quatro anos as operações relativas à circulação de mercadorias. Já há acordo das Lideranças para que se vote agora este projeto. Por isso peço a V. Ex<sup>a</sup> que o coloque em pauta.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – De minha parte, e já tive oportunidade de dizer isso a V. Ex<sup>a</sup>, colaborarei como for necessário. Mas há apenas um problema: trata-se de um projeto de lei complementar, que exige quórum qualificado. Essa é a única dificuldade que teremos de contornar.

Mas a matéria, evidentemente, continuará na Ordem do Dia e em regime de urgência.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senadora Ideli Salvatti.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, temos um acordo selado com relação a este projeto, desde que não seja aprovada uma emenda, com a qual, inclusive, o próprio Senador Rodolpho Tourinho não concorda. Portanto, se o projeto ficar como está, sem a emenda, não há nenhum problema.

A nossa preocupação é exatamente se há 41 parlamentares, pois a votação é nominal e, se não houver os 41 votos, o projeto será considerado derrotado. Um projeto dessa importância não podemos colocar em risco. Então, precisaríamos rapidamente aqui fazer a verificação de presença dos parlamentares. Se não, penso que seria melhor deixarmos para outra oportunidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

**O Sr. Flexa Ribeiro** (PSDB – PA) – Eu aceito a sugestão da Líder Ideli Salvatti no sentido de que possamos fazer a conferência. Havendo quórum, colocamos em votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Efraim Morais.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 1.020, DE 2006**

Senhor Presidente

Requeiro, nos termos do artigo 218 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento do candidato pelo PL a Deputado Estadual no Estado do Tocantins, Gilberto Maciel da Fonseca, ocorrido no dia 4 do corrente mês:

- a) inserção em ata de um voto de profundo pesar;
- b) apresentação de condolências à família.

Sala das Sessões, 4 de outubro de 2006. – Senador **Eduardo Siqueira Campos**.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Siqueira Campos.

Antes, porém, gostaria de dizer que os demais itens da Ordem do Dia estão adiados.

São os seguintes os itens adiados:

**1**

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 100,  
DE 2006-COMPLEMENTAR**

*(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 987, de 2006 – art. 336, inciso II)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2006 – Complementar (nº 123/2004-Complementar, na Casa de origem), que *dispõe sobre o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte*.

Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Luiz Otávio.

**2**

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 68,  
DE 2006-COMPLEMENTAR**

*(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 988, de 2006 – art. 336, inciso II)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2006 – Complementar, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que *altera o art. 33 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, que dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências, para prorrogar os prazos previstos em relação à apropriação dos créditos de ICMS*.

Parecer sob nº 1.059, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta.

Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos sobre a Emenda nº 2-Plen.

**3**

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA  
Nº 85, DE 2005**

*(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 989, de 2006 – art. 336, inciso II)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 85, de 2005 (nº 2.306/2003,

na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *dispõe sobre a criação de cargos efetivos e em comissão no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região*.

Parecer favorável, sob nº 667, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

**4**

**SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA  
À CONSTITUIÇÃO Nº 64, DE 1999**

*(Votação nominal)*

Votação, em segundo turno, do Substituto à Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Suplicy, que *acrescenta parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao inciso XI do art. 84 da Constituição Federal* (comparecimento do Presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa).

Parecer sob nº 1.941, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante, oferecendo a redação para o segundo turno.

**5**

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 30, DE 2002**

*(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Souto, que *acrescenta os §§ 12 e 13 ao art. 14 da Constituição Federal* (dispõe sobre a elegibilidade dos substitutos das Chefias do Poder Executivo nos seis meses anteriores às eleições).

Parecer favorável, sob nº 429, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

**6**

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 66, DE 2005**

*(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador José Jorge (apresentada como conclusão do Parecer nº 2.054, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), que *acrescenta o*

*inciso XVI e o § 2º ao art. 52 da Constituição, para atribuir ao Senado Federal competência para indicar membros do Conselho Diretor ou da Diretoria das Agências Reguladoras.*

## 7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 29, DE 2003**

*(Votação nominal, caso não haja emendas)*

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal (que trata da ordem social).

Parecer favorável, sob nº 156, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

## 8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 57, DE 2005**

*(Votação nominal, caso não haja emendas)*

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.

Parecer favorável, sob nº 779, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Ramez Tebet.

## 9

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA  
Nº 9, DE 2003**

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Requerimento nº 875, de 2006 – art. 167)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2003 (nº 5.937/2001, na Casa de origem), que altera os arts. 3º e 8º e os Anexos II e III da Lei nº 9.264, de 7 de fevereiro de 1996, e dá outras providências (altera para Perito Papiloscopista a nomenclatura do cargo de Papiloscopista Policial da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal).

Parecer sob nº 665, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

## 10

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 31, DE 2004**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2004 (nº 5.211/2001, na Casa de origem), que altera a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, dispondo sobre parcelamentos de imóveis rurais, destinados à agricultura familiar, promovidos pelo Poder Público.

Parecer sob nº 995, de 2005, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Osmar Dias, favorável, com a Emenda nº 1-CRA, de redação, que apresenta.

## 11

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA  
Nº 65, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2005 (nº 841/99, na Casa de origem), que dispõe sobre a denominação de medicamentos a ser utilizada em prescrições de médicos e odontólogos.

Parecer sob nº 158, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

## 12

**PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 175, DE 2001**

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 1, de 2003)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2001, de autoria do Senador Ney Suassuna, que dá nova redação ao art. 7º da Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, que “dispõe sobre o Serviço de TV a Cabo e dá outras providências”.

Pareceres sob nºs 1.268, de 2002, e 1.295, de 2003, da Comissão de Educação: 1º pronunciamento (sobre o Projeto), Relator ad hoc: Senador Antônio Carlos Júnior, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CE, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 4, de Plenário), Relator: Senador José Jorge, pela rejeição.

## 13

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 131, DE 1997**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 131, de 1997 (nº 573/97,

na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Parceria e de Cooperação em Matéria de Segurança Pública, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em Brasília, em 12 de março de 1997.

Pareceres sob nºs 143, de 1998; 1.603 e 1.604, de 2005, das Comissões

– de Relações Exteriores e Defesa Nacional, 1º pronunciamento, Relator: Senador Romeu Tuma, favorável, com voto contrário, em separado, da Senadora Benedita da Silva; 2º pronunciamento, Relator ad hoc: Senador Jefferson Péres, favorável; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania (em audiência, por solicitação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), Relator: Senador Jefferson Péres, favorável.

**O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB**

– TO. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Renan Calheiros, se não estou enganado, tenho cinco minutos regimentais e gostaria de ir à tribuna por se tratar de um companheiro e um momento de muita dor.

Sr. Presidente Renan Calheiros, nobre 1º Secretário, Senador Efraim Morais, meus nobres Pares, como é de praxe eu talvez pudesse estar subindo à tribuna hoje para fazer uma avaliação política, fazer uma avaliação das eleições.

Mas, devido ao requerimento que apresentei à Mesa, Sr. Presidente, vou tratar de um outro assunto que me faz vir a esta tribuna com muita dor, num momento muito triste deste meu mandato de muitas alegrias.

Exatamente no último dia em que a lei nos permite as carreatas e os comícios, eu, juntamente com meu filho Gabriel, de 8 anos de idade, com a minha filha Gabriela, de 25 anos, com meu pai e mais dezessete outros companheiros, caminhávamos para o nosso último comício, com mais de 20 mil pessoas nos aguardando. E, lamentavelmente, no trajeto, Sr. Presidente, o veículo tombou.

Tivemos, nos primeiros momentos, muita dificuldade para socorrer os companheiros que estavam conosco na luta. E, lamentavelmente, no dia de hoje, Sr. Presidente, dia 4 de outubro, aquele que estava mais gravemente ferido não resistiu e faleceu no Hospital Geral de Palmas.

Permanecem ainda, Sr. Presidente, o Secretário-Geral do PSDB com fraturas expostas e os dois braços engessados; companheiros com a bacia quebrada; uma companheira que foi transferida hoje para Belo Horizonte; nosso ajudante de ordens, Coronel

Benício, que sofreu esmagamento dos pés, fazendo procedimentos de recuperação; e, lamentavelmente, Beto Fonseca, candidato a Deputado Estadual, jovem comunicador, humilde, brilhante, querido, não resistiu e faleceu nesta manhã.

Isso nos leva à reflexão de que mandatos são transitórios, votos e eleição vêm e vão, trazem vitórias, derrotas, ensinamentos. Efetivamente perdemos a eleição por 4% dos votos e eu, particularmente, por 6% dos votos. O nosso glorioso Ibope me deu 17 pontos atrás no dia 30, oito horas antes de as urnas serem abertas para o povo, o Ibope fez publicar pela Rede Globo local que eu estava 17 pontos atrás. O Ibope errou por pelo menos 11 pontos.

Mas isso não é o mais importante, Sr. Presidente. Isso não é o mais importante, porque eu não encontro, depois de ter passado pela Prefeitura de Palmas, oito anos tão felizes da minha vida como os que tive nesta Casa, seja presidindo dali, seja apartando de cá, seja votando, seja perdendo uma votação, seja ganhando outra. Agora, perder um companheiro, Sr. Presidente, ver no hospital o meu pai, que tem setenta e oito anos de idade, com ferimentos graves, com a cabeça muito inchada... Felizmente, ele resistiu e, com a tenacidade que tem, no outro dia, quatro horas após a sua alta, ele fez questão de visitar sete municípios. E não satisfeito, visitou mais oito no outro dia – o dia da eleição.

Então, Sr. Presidente, olhei tudo o que aconteceu, lembrando-me de que o meu pequeno Gabriel estava ao meu lado e eu ao lado de Beto Fonseca, que por uma ironia do destino estava sentado exatamente a meu lado. Ele se foi, Sr. Presidente, e eu não tive um arranhão sequer para poder dizer-lhe: Beto, eu sofri alguma coisa junto com você!

Olhei para o meu filho, de oito anos de idade, nem um arranhão; minha filha, nada; o meu pai, sim, estava ferido e muitos outros companheiros também. Isso talvez tenha sido mais duro para mim. Eu dizia: por que não eu e por que o meu pai, que terá muito mais dificuldade de recuperação?

Eu não posso deixar de agradecer a Deus a benção em favor dos que permaneceram.

**O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM)** – Permite-me um aparte, Senador?

**O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO)** – Mas também não posso deixar de pedir a Deus, Sr. Presidente, que conforte a família de Beto Fonseca. Pai jovem, jovem esposa, jovem família. É muito difícil, Sr. Presidente. Isso é difícil. Todo o resto não é difícil. Todo o resto é transitório: mandato, tudo isso é transitório.

Mas, eu quero, Sr. Presidente, desta tribuna me dirigir especialmente à família do meu amigo Beto

Fonseca, para externar quão profunda é a minha dor, qual é a dificuldade que eu tenho. Eu posso dizer, Sr. Presidente, na humildade do exercício do meu mandato, que não tenho dificuldade para vir à tribuna, Sr. Presidente, não tenho dificuldade para o enfrentamento democrático. Lamento que a Globo não tenha feito um debate envolvendo Senadores. Aos debates que fizeram nas faculdades eu fui e deles saí muito aplaudido pelos jovens. Em toda essa batalha, Sr. Presidente, tive muitas perdas, especialmente a de Beto Fonseca e a dos companheiros que ainda vão esperar muitos meses para se recuperarem. Espero em Deus que nenhum deles venha a sofrer um mal maior do que aquele que já sofreu.

Sr. Presidente, em outra oportunidade, falarei daquilo que é transitório, que são as eleições, as pesquisas, a compra de voto, o esmagamento político de quem, não estando no poder, assiste a tudo que se possa imaginar com o uso da máquina pública. Mas, insisto, Sr. Presidente, isso não é importante; o mais importante são as nossas vidas, a bênção que recebi de Deus, que colocou as suas mãos sobre meus filhos e sobre meu pai. Ele é o grande responsável por tudo. Certamente, o Beto, que estava ao meu lado, já havia feito o suficiente na face da Terra para que Deus o escolhesse e levasse de maneira tão trágica, Sr. Presidente. Tudo é muito difícil. E lembrar que ele não tinha votos na Capital, mas ia ao comício por solidariedade à coligação. Beto partiu sem que eu nada pudesse fazer por ele. Sequer pude acolhê-lo na queda. Tive medo de manuseá-lo de forma inadequada e causar-lhe um prejuízo maior. Ele de lá saiu, não mais falou, ficou em coma num estado mais avançado e resistiu até o dia de hoje.

Neste dia, tenha ele de mim a mais firme intenção de oração, em dor, em pranto. Deus há de acolhê-lo no meio dos seus, onde estão os homens de bem que ainda insistem em militar na política, algo que não anda fácil.

Meu nobre Líder Arthur Virgílio, ouço V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AC) – Senador Eduardo Siqueira Campos, V. Ex<sup>a</sup> faz uma declaração de lealdade aos seus companheiros, uma homenagem póstuma a Gilberto e uma declaração de amor a Tocantins e à cidade que governou com tanto talento, a capital de Tocantins: Palmas. V. Ex<sup>a</sup> tem toda a razão, política tem desses vais e vens. O eleitor é soberano, ele decide o que fazer com o destino de todos nós que nos dedicamos à vida pública; ele decide quando ganhamos, quando perdemos, se nos retiramos definitivamente da política ou se essa retirada é transitória. No caso de V. Ex<sup>a</sup>, jovem talentoso, preparado e com uma base política tão sólida, o afastamento é

transitório. Disso não tenho nenhuma dúvida. Conheci seu pai como adversário – eu do PMDB e ele PDS – e travamos debates muito aguerridos numa época em que ainda sobrevivia no País o regime autoritário. Mas, mesmo assim, construímos uma amizade muito boa, muito forte, talvez até por causa desses embates tão acalorados. Reconheço nele a alma do guerreiro. Reconheço em V. Ex<sup>a</sup> a figura devotada ao seu Estado e com uma experiência política que não se perderá no tempo e no espaço. Portanto, solidarizo-me com V. Ex<sup>a</sup> em relação a tudo que lá se passou e registro aqui, com muita honestidade, que é muito difícil enfrentar aquele que está sentado na cadeira de Governador disputando a reeleição. É muito difícil, realmente. Se eu tivesse que destacar três razões pelas quais eu deveria manter, e mantenho, enorme admiração pelo Governo do Presidente Fernando Henrique eu ressaltaria a estabilidade econômica, iniciada desde quando ele era Ministro da Fazenda no Governo Itamar Franco; eu ressaltaria as reformas estruturais, que tão bem fizeram à nossa economia e que hoje explicam, embora o Presidente Lula finja não entender – finge, de novo, não saber de nada –, o *boom* das exportações, por exemplo, para ficar num item só; ressaltaria também a consolidação definitiva do regime democrático brasileiro a partir daquela belíssima transição de Fernando Henrique para Lula com tudo que vimos passar no entorno; ressaltaria, sobretudo, os oito anos de paz, de respeito às leis, com absoluta tranquilidade e segurança para os brasileiros, com o absoluto respeito ao direito de crítica de cada cidadão, de cada parlamentar. Agora, se eu tiver de ser honesto intelectualmente, para valer, eu direi que houve um erro sim, que foi a reeleição, que não é tão relevante quando se trata do Presidente da República, mas é relevantíssima quando se trata do prefeito do pequeno município que dificilmente perde a sua própria reeleição e bastante importante quando se trata de prélio envolvendo um Governador de Estado. É muito raro um Governador não ter, no mínimo, se classificado para o segundo turno. Chego até a louvar aqueles que perderam porque os que perderam, talvez, tenham sido aqueles que não manobram a máquina, mas tenham se portado com lisura. Não quero dizer que todos que venceram tenham feito assim. Eu próprio disputei uma eleição – e sabia – não para ganhar, mas para firmar, sim, a idéia de que é preciso oposição a uma oligarquia que sufoca o meu Estado há 24 anos. Por isso, fui candidato, não importa quanto foi o índice de votação. Fui candidato para fazer um gesto de amor ao meu Estado e não para brigar por índices e para mostrar que havia uma parcela da população bastante viva e bastante acesa para a necessidade de mudança no meu Estado. Foi por isso que fui can-



didato lá. Senti o que é enfrentar quem está sentado na cadeira de Governador. Senti o que é a dificuldade de se chegar numa cidade e não conseguir falar com nenhum dos seus companheiros porque todos foram cooptados – todos seus companheiros de antes e de tanto tempo foram cooptados. É uma relação tão forte que mexe com a amizade, mexe com a lealdade. Dizia que não esperava nem do Fulano nem do Beltrano, mas do Sicrano... Eu ficava de queixo caído. Dizia que o Sicrano tinha de perder essa comigo porque o Sicrano era tão ligado a mim que tinha de perder essa comigo. O Sicrano não perdeu essa comigo porque resolveu, também ele, aderir ao poder. Portanto, entendo que V. Ex<sup>a</sup> tem mesmo é que completar este mandato de Senador, que coroa a primeira parte da sua carreira pública e que a coroa bem – V. Ex<sup>a</sup> tem um mandato produtivo e correto – e, depois, retomar os caminhos da luta e reconstruir esses caminhos. E, quando V. Ex<sup>a</sup> se volta tão fortemente para a dor da família de Gilberto, quando revela esse amor filial, faz-me ter inveja de V. Ex<sup>a</sup>, porque perdi meu pai quando ele tinha mal completado os 66 anos de idade. V. Ex<sup>a</sup>, hoje, tem um pai que se acidenta aos oitenta e que volta para a luta e percorre, em dois dias, dezesseis municípios. Eu daria tudo. Eu daria este meu mandato para ter de volta isso.

**O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** (PSDB – TO) – Agradeço ao nobre Líder, agradeço ao Presidente e finalizo as minhas palavras, dirigindo-me ao povo do meu Estado, especialmente à cidade de Formoso do Araguaia e à cidade de Gurupi, onde estão praticamente todos os parentes do meu amigo Beto Fonseca; aos jornalistas do Estado de Tocantins, aos comunicadores que perderam este colega, a nós todos, integrantes da nossa coligação, para pedir a Deus que dê a ele, na sua infinita bondade, o justo acolhimento, certamente merecido por ele, e a nós a força necessária para prosseguirmos na luta por um destino melhor para o nosso Estado do Tocantins.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Esta Presidência, em nome de todos os membros da Mesa, solidariza-se com o Senador Eduardo Siqueira Campos, um dos melhores Senadores desta Casa, com o seu pai, o ilustre homem público, Governador Siqueira Campos, com as demais vítimas do acidente, e encaminhará o voto de pesar, solicitado por V. Ex<sup>a</sup>.

Voltamos à lista de oradores.

Tenho a honra de conceder a palavra ao Senador Eduardo Azeredo. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Almeida Lima.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – De maneira bastante bem-humorada – até porque a tarde foi tão bem-sucedida –, registro que o Senador Romeu Tuma completa hoje 75 anos e – dizem seus amigos – com corpinho de 47.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra, o Senador Almeida Lima.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, povo brasileiro, aproximadamente oito dias antes da eleição, em pronunciamento desta tribuna, fiz uma crítica ao Supremo Tribunal Federal, que considerou inconstitucional a lei que proibia a divulgação de pesquisas eleitorais 15 dias antes do pleito. Naquela oportunidade, teci inúmeras considerações, mostrando o equívoco, dentro do meu conhecimento e da minha consciência jurídica, e, acima de tudo, por ferir a legitimidade dos processos eleitorais. Ao final daquela minha fala, disse exatamente o seguinte: quero dizer à população brasileira que fiz este registro na tarde de hoje e retornarei a esta Casa, no início de outubro, para me reportar ao mesmo assunto. Quando afirmei, dez dias antes da eleição, que retornaria no início do outubro para reportar-me ao assunto “pesquisas eleitorais”, é porque tinha certeza do que os institutos de pesquisa deste País estavam fazendo. Eu tinha certeza absoluta de que, se não falta conhecimento técnico e científico a esses institutos de pesquisa, sobretudo ao Ibope, falta-lhes dignidade, falta-lhes seriedade, falta-lhes honradez, falta-lhes postura cívico-patriótica para elaborar e divulgar pesquisas de acordo com a ética pública e com a moral – coisa que não se faz neste País no campo das pesquisas eleitorais.

Não vou me referir aqui ao que aconteceu em diversos Estados, mas ao que o povo brasileiro já sabe, aos resultados das pesquisas para a Presidência da República, ao engodo que foi o Ibope.

É bom que se frise que a responsabilidade não é apenas do Ibope, mas também da própria Rede Globo de Televisão, sobretudo, porque contrata esse tipo de pesquisa e dá a ela credibilidade que não tem. Quem poderia afirmar o contrário daquilo que vou dizer? A Rede Globo de Televisão, no seu Jornal Nacional, fazia questão, em todas as pesquisas, antes mesmo de anunciar o resultado, de estabelecer a afirmativa de que o Presidente Lula ganharia no primeiro turno das eleições.

Com todo o respeito que tenho à Rede Globo de Televisão, é preciso que se registre que ela cometeu um ato extremamente equivocado. Divulgou pesquisas que não deveria divulgar, tem contratos com o Ibope que não deveria ter, como decorrência do que já foi apurado em várias e várias eleições anteriores. A Rede Globo de Televisão, no Jornal Nacional, pela importância que tem, não deveria cometer esse equívoco, porque é um desserviço que presta ao povo brasileiro.

Em momento nenhum surgiram pesquisas, anunciadas pela imprensa brasileira, que apontassem o candidato a Presidente Geraldo Alckmin com 32% ou 33%, mas sempre que ele perderia as eleições no primeiro turno. Tivemos uma diferença de 10%, mesmo com a indução que as pesquisas fizeram, que teve o beneplácito, a validação dos veículos de comunicação, sobretudo da Rede Globo e seu principal noticiário, o Jornal Nacional.

Todos nós sabemos como pesquisas eleitorais são indutoras da opinião pública. Portanto, se tivessem sido divulgadas de forma correta pelos institutos de pesquisa, que as repassaram aos veículos de comunicação, esse não seria o resultado, porque é preciso que se compute nos 48% do Presidente Lula toda aquela faixa que decorreu da indução por causa da divulgação das pesquisas eleitorais.

Não é possível, Sr. Presidente, Srs. Senadores, povo brasileiro, que isso persista no País.

Recordo-me de que, quando da deliberação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, acerca do projeto de lei de autoria do Senador Jorge Bornhausen, apresentei uma emenda que proibia a divulgação de pesquisas três meses antes da eleição. E assim o fiz porque tinha consciência de que os institutos de pesquisa deste País, embora sejam técnica e cientificamente capacitados, não têm condições do ponto de vista moral para a divulgação de pesquisas. Isso é um desastre para a democracia. Isso é um desastre para a legitimidade dos pleitos. O que temos são pleitos viciados, pois viciada está a opinião do eleitorado que, na maioria das vezes, é induzida ao resultado que é puxado para cima pelas pesquisas eleitorais.

Graças a Deus, o povo brasileiro conduziu essa eleição para o segundo turno. Espero que essa farsa, já devidamente aberta, exposta, não sirva de induzimento ao eleitor brasileiro, e que, no final do mês, no próximo dia 29, quando se vão decidir os destinos da vida nacional, o eleitor brasileiro sinta-se à vontade para, de acordo com a sua consciência, não induzido por pesquisas eleitorais, tomar a sua decisão, a decisão mais legítima que venha conduzir o nosso País ao desenvolvimento, para a grandiosidade que ele representa.

Quero dizer às senhoras e aos senhores que não tive nenhum contato com quem quer que seja do PSDB – nem com candidatos. Mas, como cidadão e político, já tomei a decisão: votarei, sim, em Alckmin para a Presidência da República, independentemente de compromisso político, independentemente de postura desonesta que decorre de barganha eleitoral. E assim o farei por entender que a manutenção do atual Governo é um mal para este País.

E agora quero dizer da alegria, embora não tivesse sido vitorioso no Estado de Sergipe, meu Estado, em Aracaju, a cidade que tive o prazer de administrar, o Senhor Inácio Lula da Silva perdeu as eleições para Geraldo Alckmin. Lá o placar foi de 45 a 40%.

É bom frisar que é preciso que a população brasileira, que as Lideranças do PSDB, que o Sr. Aécio Neves, Governador de Minas Gerais, o qual tem responsabilidade para com o povo brasileiro, procurem fazer política, levar a mensagem ao povo lá nos rincões mais distantes da capital, pois, pelo que vi do resultado das urnas em Sergipe, essa história de que o Bolsa-Família vai decidir a eleição não é verdade. Embora tivesse Sua Excelência ganho no Nordeste brasileiro, essa não é a causa. As causas são outras. Posso identificar perfeitamente sofridos Municípios sergipanos do semi-árido que têm a característica básica do semi-árido do Nordeste onde o Senhor Lula da Silva foi derrotado fragorosamente.

No Município de Carira, no alto sertão sergipano, divisa com o norte da Bahia, o Sr. Alckmin ganhou com 60% contra 35%. Em Nossa Senhora da Glória, alto sertão sergipano, Alckmin ganhou com 53,64% contra 42% de Lula. E é bom que se frise um outro Município do semi-árido sergipano e nordestino, Porto da Folha, onde Alckmin ganhou com 50% contra 43%. E um fato extremamente importante: Aracaju, que sempre deu vitórias a Lula, derrotou o Presidente, como eu havia dito. E não apenas Aracaju, mas a Grande Aracaju: os Municípios de Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão.

Portanto, é preciso que a Oposição vá às ruas e ao interior e mostre ao povo brasileiro a necessidade que temos da mudança deste Governo, pois quem conhece o Governo do PT não vota no PT. Aracaju é uma cidade administrada pelo PT. Em Aracaju e nos três outros Municípios únicos de Sergipe administrados pelo PT, o Senhor Lula da Silva perdeu a eleição. Perdeu em Aracaju, perdeu em Barra dos Coqueiros; perdeu em Japaratinga e perdeu em Porto da Folha.

Então, é preciso que se deixe a acomodação de lado. É preciso que as Lideranças esqueçam os seus interesses de ordem menor. Que sejam patriotas, que procurem as ruas, que conversem com o povo, que

estabeleçam esse diálogo, pois, sem dúvida, essa esperança de mudança não pode ser derrotada pelo medo.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, essa é a decisão que tomo e deixo aqui um apelo ao povo brasileiro: desmereçam, desqualifiquem os institutos de pesquisa, pois eles prestam um desserviço ao nosso País, prestam um desserviço à democracia, não estabelecem as condições necessárias para a legitimação dos pleitos.

Eu lamento que o Supremo Tribunal Federal tenha tomado aquela decisão de forma equivocada, considerando inconstitucional uma lei que está de acordo com um dos princípios maiores da nossa Constituição, ou seja, o de que o nosso País é uma República Federativa constituída de Estado democrático de direito. Esse é o princípio maior. E não se pode considerar inconstitucional uma lei que vem para defender a legitimidade dos pleitos e da soberania popular.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs Senadores.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a intervenção de V. Ex<sup>a</sup>.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Antero Paes de Barros.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem para me inscrever pela Liderança do P-SOL, assim que possível.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex<sup>a</sup> está automaticamente inscrita. Se desejar falar agora, terei o prazer de conceder a palavra a V. Ex<sup>a</sup>. (Pausa.)

Concedo a palavra inicialmente à Senadora Ideli Salvatti e em seguida a V. Ex<sup>a</sup>. (Pausa.)

Com a palavra a Senadora Heloísa Helena.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL. Como Líder. Sem revisão da oradora) – Srs. Senadores, eu gostaria de compartilhar e deixar registrado nos Anais da Casa, além de fazer um apelo à Mesa no sentido de que alguma providência seja tomada em relação a um caso muito grave, muito grave mesmo!

Eu estava há pouco conversando com o Senador Efraim Morais, que foi Presidente da CPI dos Bingos. E há um caso muito, muito, muito grave.

Ontem à noite, quando cheguei ao Senado, uma das principais testemunhas da CPI dos Bingos estava aos prantos, lá embaixo, na garagem do Senado, a Sr<sup>a</sup> Zildete Leite dos Reis, juntamente com sua filha, Elaine dos Reis Franco, solicitando urgentemente uma providência sobre a situação delas.

O Senador Efraim Morais, quando era presidente daquela CPI, encaminhou à Polícia Federal uma soli-

citação para que a entidade tomasse as providências necessárias no sentido de prover a proteção da integridade física da referida depoente e de seus familiares, por ela indicados.

Ela esteve no Programa Nacional de Proteção a Testemunhas e, depois, a Polícia Federal – segundo informações por ela passadas, inclusive ao Senador Efraim Morais – disse que ela não iria mais ficar no referido Programa. A mulher estava aqui embaixo ontem, aos prantos, com um carro da Polícia Federal, dizendo que ela tinha que sair para qualquer lugar, porque não poderia ser incluída no Programa de Proteção a Testemunhas.

Então, o Senador Efraim Morais encaminhou, mais uma vez, ao Sr. Paulo Fernando da Costa Lacerda uma solicitação para que ela seja incluída no Programa Nacional de Proteção a Testemunhas. De ontem para hoje, estamos pagando o hotel para ela e para sua filha, mas não sei como vai ficar essa situação.

Nesse sentido, faço à Mesa um apelo para que, juntamente com o Senador Efraim Morais e com a Polícia Federal, defina o que vai acontecer. Infelizmente, há uma verdadeira organização criminosa que mata, rouba, faz um monte de coisas no País. Daqui a pouco vão matar a mulher. Vão dizer que foi um assalto, qualquer coisa, e pronto; vamos ficar, todos nós, com peso na consciência.

Reitero que o Senador Efraim Morais já encaminhou nova solicitação à Polícia Federal, que, segundo informações, está analisando se ela será integrada ou não.

Ela havia sido incluída no programa e saiu. Ontem estava um problema grande aqui na garagem do Senado. Os policiais diziam que ela não poderia ficar dentro do carro da Polícia Federal, sendo que ela não tinha para onde ir. Ela diz que não pode voltar para Cuiabá porque, se voltar para lá, será assassinada pelo testemunho que ela deu na CPI dos Bingos. O Senador Efraim já encaminhou, mais uma vez, a solicitação, mas ninguém inclui a mulher.

Então, faço este apelo à Mesa no sentido de que se tomem algumas providências no Departamento de Polícia Federal para que a Sr<sup>a</sup> Zildete Leite dos Reis e a sua filha Elaine dos Reis Franco possam ser incluídas no Serviço de Proteção a Testemunhas da Polícia Federal, conforme já solicitou o Senador Efraim, no dia 31 de maio – e não foi feito – e agora, novamente, no dia 3 de outubro.

Infelizmente, não podemos pagar o hotel da moça pelo resto da vida. Fica até uma situação constrangedora, porque estamos pagando o hotel, mas ela está em um lugar completamente visto por todas as pes-

soas. De repente, assassinam a moça, em função do testemunho que ela deu, e não acontece nada.

Então, o apelo que faço à Mesa e à Polícia Federal é no sentido de que seja dado encaminhamento à solicitação feita pelo Senador Efraim, desde o dia 31 de maio – e nada foi feito – e novamente agora em 3 de outubro, para que essa senhora que prestou um depoimento muito grave à CPI dos Bingos possa de fato ser incluída no Programa de Proteção a Testemunhas.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti e prorrogo a sessão por mais trinta minutos.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero trazer à tribuna a continuação de alguns pronunciamentos que já tive a oportunidade de fazer ao longo desta semana por conta do segundo turno, da disputa que haverá nesse segundo turno.

Como já tive a oportunidade de dizer, essa disputa do segundo turno vai permitir que se aprofunde efetivamente – espero, pelo menos, que isso aconteça – quais são as perspectivas e o que está colocado para o País para o próximo período de quatro anos. Evidentemente, não é possível fazer o debate do que cada um dos dois candidatos propõe no seu programa de governo para os próximos quatro anos se isso não for acompanhado de uma análise bastante detalhada do que eles já realizaram ao longo de sua vida política e do que os Partidos e alianças que eles representam já realizaram, tanto à frente da Presidência da República quanto em governos estaduais importantes, como é o caso do candidato Geraldo Alckmin, que esteve, durante um bom período, à frente do Governo do Estado de São Paulo.

Para contribuir com este debate, o **Correio Brasileiro** de hoje trouxe uma matéria extremamente interessante, a começar pelo título. O jornal coloca um título que, depois, o próprio texto e o quadro comparativo desmontam. O título da matéria é: “Sutis Diferenças”, quando as diferenças não são nada sutis. As diferenças são profundas, são de fundo, diferenças de concepção, de visão do papel do Estado, de visão de classe, de visão de perspectivas em termos de crescimento, de distribuição de renda.

Quero ater-me a esse quadro que o **Correio Brasileiro** apresentou na matéria intitulada “Sutis Diferenças” – que de sutis não têm nada – com base em quatro pontos. Há algumas divergências no que está escrito, mas vou ater-me ao que consta na matéria do **Correio Brasileiro**. Com relação aos dois planos de Governo: o do Presidente Lula, para os próximos qua-

tro anos, se reeleito for pelo povo brasileiro; e o do Sr. Geraldo Alckmin.

O primeiro tema é o ajuste fiscal. A reportagem traz que o Presidente Lula “mantém o compromisso com o superávit primário de 4,25% do PIB” e que a candidatura Alckmin “também promete manter o superávit primário de 4,25%”. Até aí, há identidade. O problema é o que vem no apêndice, no anexo. No caso do Lula: “Mantém o compromisso com o superávit primário de 4,25%. Mas defende o aumento de gastos com programas assistenciais e reajustes acima da inflação para o salário mínimo, que impactam o caixa da Previdência Social”. No caso do Alckmin, ele defende o superávit primário, mas com um “forte arrocho nos gastos, inclusive nos programas assistenciais, para ampliar a capacidade do governo de investir em infra-estrutura”.

Então, só nessa questão das razões do ajuste fiscal e em que será aplicado, a diferença já é brutal, nada tem de sutil. Está muito claro o projeto do Sr. Alckmin. E não se trata só de falar, porque ele fala o que já fez, da mesma forma como, no programa do Lula, também é falado o que já fez.

No Governo Lula, o superávit primário foi elevado, mas as políticas de inclusão sociais, de recuperação de salário mínimo, de recuperação da renda, de ascensão de parcelas significativas das famílias de menor renda para classes sociais de maior renda foram feitas a partir do superávit primário. Isso foi feito com políticas públicas de inclusão, inclusive de distribuição de renda, o que permitiu que alcançássemos nada menos que o maior percentual de diminuição da pobreza nos últimos dez anos, com um superávit primário alto, mas acoplado a políticas de distribuição e de inclusão social.

Por outro lado, aquilo que o Alckmin apresenta como proposta para o ajuste fiscal é muito claro. E não é claro somente pelo que eles falam; é claro pelo que eles já fizeram, que foi o corte, o arrocho nos gastos, os cortes nos programas assistenciais. É para isso que eles estão se propondo a manter o superávit primário.

Vamos para o segundo ponto que o jornal **Correio Brasileiro** traz, que é a questão dos servidores.

O que diz o programa do Lula, segundo o jornal, para a questão dos servidores e o que diz o programa do Alckmin? O programa do Lula “acredita que o número de funcionários públicos deve ser aumentado para reforçar a presença do Estado, reduzida drasticamente no Governo FHC. As estimativas são de que o atual Governo teria contratado mais de 60 mil pessoas”. O que propõe o programa de governo do Alckmin? “Defende o Estado mínimo, com um quadro enxuto de servidores. Para ele, a eficiência da máquina pública

não está no número maior de funcionários, mas na produtividade do Estado prestador de serviços”.

Esse filme do Estado mínimo nós já vivemos. Estado mínimo significa não ampliar universidades federais, não ampliar as escolas técnicas, não ampliar os hospitais, não ampliar as equipes do Saúde na Família, não ter programas como o Saúde Bucal, não ter programas como o Samu, não ter uma série de programas que só podem ser viabilizados com servidores públicos, com funcionários públicos.

Quem precisa do Estado? Quem precisa de saúde pública? Quem precisa de segurança pública? Quem precisa de educação pública? Exatamente aqueles que não podem pagar, porque, para quem paga a saúde, quem paga a previdência, quem paga a segurança, quem paga a educação, esses serviços podem até não funcionar de forma adequada, podem ser precários, mínimos, de pior qualidade, mas, para a maioria da população, que não tem como pagar pela escola, pelo hospital, pela segurança, é preciso ter Estado, sim, é preciso ter funcionários.

Não me venham com essa história de que um número enxuto e a eficiência da máquina pública é que são parâmetros, porque, se fôssemos falar de eficiência e máquina pública funcionando, não teríamos o descalabro da insegurança no Estado de São Paulo, que vira e mexe é comandado pelo PPC, pelo crime organizado.

É importante registrar que, conforme vamos confrontando o que está dito pelos candidatos e o que já praticaram ao longo da sua vida, as sutilezas todas acabam, como já tive a oportunidade de dizer.

Vamos ao terceiro ponto abordado pelo **Correio Braziliense**: agências reguladoras. Plano de Governo do Lula: “Acredita que as políticas setoriais têm de ser definidas pelo Estado, cabendo aos órgãos reguladores apenas a fiscalização dos serviços prestados.” No programa do Geraldo Alckmin é diferente, bem diferente: “Prega agências independentes e fortes, com autonomia para regular e fiscalizar os setores aos quais estão vinculados.”

Como vamos deixar que regulem e fiscalizem? Quem regula não pode fiscalizar. Quem determina a política não pode ser o próprio órgão fiscalizador. As agências reguladoras, no nosso País, durante um bom período, infelizmente, serviram para viabilizar os interesses dos consórcios e dos grupos que assumiram a parcela do que foi privatizado, que, portanto, entraram nas agências reguladoras com forte presença, para defender, na maior parte das vezes, não o interesse do público consumidor dos serviços, seja na área de telecomunicação, seja na área de transporte, seja na

área da energia. Por isso, a diferença não tem nada de sutil.

A proposta do Presidente Lula quanto às agências reguladoras é muito clara: elas têm a finalidade – e têm que ter esta finalidade – de fiscalizar sob a ótica e o interesse do consumidor, de quem vai utilizar o serviço.

E a última questão – esta, sim, considero extremamente relevante e de uma diferença brutal – é a questão da privatização. O programa e a prática do Governo Lula é contra a venda de empresas públicas, principalmente de setores estratégicos. Com muitas ressalvas, vendeu os Bancos do Ceará e do Maranhão, que já estavam federalizados e já estavam em situação, inclusive, de impossibilidade de reversão, o que não foi o caso do Banco do Estado de Santa Catarina, federalizado. Privatizado não foi pelo compromisso do Presidente Lula e já está no quarto ano de lucro, mostrando eficiência e capacidade de contribuir para o desenvolvimento regional do nosso Estado. No caso do programa do Sr. Alckmin, ele “é privatista e, certamente, colocará na agenda a venda de empresas que ainda permanecem sob o controle do Estado, como as do setor de energia elétrica”.

É bom lembrar que, durante o Governo Fernando Henrique Cardoso, nada mais, nada menos que 76% do patrimônio público brasileiro foi privatizado de forma lamentável, como aconteceu – já tive oportunidade de citar – com a Vale do Rio Doce, que, no meu ponto de vista, é o exemplo mais descarado e escancarado de doação, de prejuízo, de lesa-pátria. A Vale do Rio Doce foi vendida, entre aspas, por nada mais, nada menos que um valor inferior ao seu lucro de um trimestre. O preço da venda, da doação foi de R\$3,2 bilhões, e o lucro do segundo trimestre deste ano foi de R\$3,4 bilhões.

Apenas para exemplificar, o colunista de economia de um dos jornais de Santa Catarina publicou artigo com o título “Aposta em Alckmin”. Ele fala a respeito de uma movimentação na bolsa de valores, Senador Eduardo Suplicy, dizendo que houve, estranhamente, um aumento do valor de ações de empresas do setor elétrico, que tiveram, momentaneamente, repentinamente, uma elevação.

Na análise que faz, menciona que as ações da Eletrobrás tiveram alta de 4,88%, que os papéis da Cesp pularam 7,68% e que até as ações da companhia de energia elétrica do meu Estado, que ainda não foi privatizada, subiram 3,65%. É interessante que, na análise, ele diz que a cotação das ações dessas empresas está subindo, que suas ações estão valendo mais porque esse setor está apostando que, se, por um acaso, o Sr. Alckmin ganhar, ele vai retomar, sim, a privatização do

setor elétrico. Inclusive, diz assim: “Ações de empresas do setor elétrico cotadas em bolsa subiram por conta de eventual retomada do processo de privatizações ao longo da possível gestão tucana”. Portanto, o que o **Correio Braziliense** afirma está comprovado, inclusive, no movimento das bolsas de valores.

**O Sr. Flexa Ribeiro** (PSDB – PA) – Senadora Ideli Salvatti, V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Pois não, Senador Flexa Ribeiro.

**O Sr. Flexa Ribeiro** (PSDB – PA) – Quero, primeiramente, congratular-me com V. Ex<sup>a</sup> pela forma cortês e calma com que V. Ex<sup>a</sup> se manteve, durante a tarde de hoje, discutindo e negociando os projetos que entraram em pauta, bem como outros, como o fez quando solicitei a V. Ex<sup>a</sup> a prorrogação do prazo limite para os Municípios apresentarem seu plano diretor até 10 de outubro, já que não tivemos a oportunidade de votá-lo, pedindo que o fizéssemos por meio de medida provisória. V. Ex<sup>a</sup> muito bem acatou e vai levar a proposição ao Governo Federal. Mas eu queria fazer alguns comentários sobre o seu pronunciamento, se V. Ex<sup>a</sup> me permitir. Quanto às agências reguladoras, V. Ex<sup>a</sup> disse que a função delas deveria ser somente de fiscalização. Então, deveríamos mudar a sua denominação. Se elas são reguladoras, elas não são somente de fiscalização. Quanto à política ser de governo, ela nunca vai deixar de ser de governo, porque seus diretores são indicados pelo Governo. Nesta Casa, nós mesmos aprovamos as indicações de inúmeros diretores das agências, todas feitas pelo Presidente da República. Nas agências reguladoras estão pessoas indicadas pelo Presidente da República, que vão fazer política de Governo. Então, elas precisam, sim, ser autônomas, reguladoras e fiscalizadoras. Evidentemente, elas vão cumprir a política do Governo que estiver no poder. A outra observação se refere às privatizações. V. Ex<sup>a</sup> tem que concordar que o programa de privatização não se restringe ao Brasil, ele é mundial. Há necessidade de o Estado ter a atenção voltada para ações em áreas em que o Governo tem necessidade de atuar, como saúde e educação. Áreas que podem ser substituídas pela economia devem ser abertas, até por falta de capacidade de investimento. Senão, vejamos: as telecomunicações. Se elas não tivessem sido privatizadas, a Nação brasileira – todos podem confirmá-lo – hoje não teria esses telefones que até podem ser adquiridos gratuitamente, quando se pagavam milhares de reais para se ter uma linha em diversos Estados brasileiros, inclusive no meu. Hoje, há linhas pagas somente com as ligações. É um sucesso a privatização. O futuro Presidente Geraldo Alckmin já disse que, em seu governo, empresas como Petrobras, Caixa Econômica Federal

e Banco do Brasil não serão objeto de privatização. V. Ex<sup>a</sup> fala da questão energética. O próprio Governo Lula executa a construção de Belo Monte de forma privatizada, com a participação do capital. Qualquer hidrelétrica que esteja sendo hoje executada está contando com a participação se não total, majoritária do capital privado. Eram essas as observações que queria registrar. Evidentemente, existem diferenças importantes entre um programa e o outro. Mas o programa do Presidente Geraldo Alckmin é para o melhor do Brasil, para o melhor da sociedade brasileira.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Flexa Ribeiro, os elogios à nossa busca de acordo em questões importantes. Contudo, discordo de várias questões que V. Ex<sup>a</sup> ponderou. Em primeiro lugar, quanto a essa conversa de que privatizaram para focar o investimento em educação e saúde, a história a desmente, porque privatizaram 76% do patrimônio público, mas não ampliaram as universidades federais públicas durante o Governo Fernando Henrique Cardoso. Ademais, tivemos que derrubar lei no Congresso Nacional para que o Governo Federal pudesse voltar a investir no ensino técnico profissionalizante. Só este ano, vamos inaugurar 40 escolas técnicas – algumas já foram inauguradas, inclusive três no meu Estado. Não foi assim que vocês fizeram, podem até falar.

Dizem que até já existe um compromisso do Alckmin de não mexer na Petrobras, no Banco do Brasil. Mas vocês venderam parcela significativa das ações da Petrobras, que estão em Nova York. Hoje, estamos submetidos ao preço internacional do petróleo porque há agora acionistas minoritários que não permitem que não cumpramos determinadas regras do mercado internacional.

Quanto a não mexer no Banco do Brasil e na Caixa Econômica, o que aconteceu agora em São Paulo? Não mexeram na venda da Nossa Caixa, durante o segundo turno?

Peço até ajuda ao Senador Suplicy, que deve estar acompanhando essa questão. O fato é que a prática de vocês desmente o discurso.

Concedo o aparte ao Senador Suplicy.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Prezada Senadora Ideli Salvatti, há cerca de 15 dias, juntamente com o Senador Aloizio Mercadante, acompanhados de inúmeros membros do Sindicato dos Bancários de São Paulo, fizemos uma caminhada no centro de São Paulo, do Largo São Bento até a sede da Nossa Caixa. Num ato simbólico, demos um abraço na Nossa Caixa, fazendo um apelo no sentido de que o Governador Cláudio Lembo não levasse adiante o leilão de privatização da Nossa Caixa, da Caixa

Econômica Estadual de São Paulo. Vemos hoje na imprensa que, ontem, o Governador eleito José Serra fez um apelo ao Governador Cláudio Lembo – que o atendeu – para suspender o leilão de privatização da Nossa Caixa. Percebeu José Serra, tal como o nosso candidato Aloizio Mercadante estava diagnosticando – tendo falado muito claramente naquele momento – que, uma vez não tendo mais o Governo do Estado de São Paulo o Banespa, que foi privatizado e hoje é de propriedade do Santander, é importante para que o Governo do Estado de São Paulo realize políticas públicas, que haja pelo menos uma instituição financeira sob controle majoritário do Governo do Estado de São Paulo, podendo, eventualmente, haver participação de outros acionistas, mas mantendo o controle. Achei deveras interessante esse passo. Não lembro, durante a campanha do Senador Aloizio Mercadante, desse tema ter vindo à tona. No debate da Rede Globo, não lembro desse assunto ter sido tratado enfaticamente por José Serra, mas achei que deu um passo positivo e coincidente com aquilo que vinha defendendo o Senador Aloizio Mercadante. Aliás, há alguns pontos de contato entre os programas de ambos os candidatos. Vou citar um outro que o Senador Aloizio Mercadante tanto enfatizou durante a sua campanha, até porque lembrava S. Ex<sup>a</sup> sempre da sua esposa Regina, professora do Colégio Santa Cruz, onde cada professora tem uma auxiliar de ensino. Recomendou-lhe sua esposa que, para a rede pública estadual, em cada escola, para cada professor, houvesse uma auxiliar de ensino para ajudar os estudantes, os alunos nas suas lições e assim por diante. Pois bem, esse também foi um ponto abertamente defendido por José Serra na sua campanha. Há alguns pontos de coincidência, e acredito até que será próprio que o José Serra estude bem as proposições do Senador Aloizio Mercadante, que teve o cuidado de estudar em profundidade o Estado de São Paulo e propôs tantas medidas. Eu gostaria de comentar o artigo que V. Ex<sup>a</sup> leu de um jornalista da área econômica de um jornal de Santa Catarina. Sabe, Senadora Ideli, acabo de telefonar para o meu amigo professor Paulo Nogueira Batista, porque me surpreendi com a reportagem do **La Nación**, da Argentina, que publicou que, no momento, o favorito é Geraldo Alckmin. Embora Lula tenha obtido mais votos no primeiro turno, a dinâmica da situação está favorecendo Alckmin, porque, segundo Paulo Nogueira Batista, ele está se vendo favorecido pelo apoio da maior parte da elite brasileira e dos meios de comunicação. A elite brasileira está mobilizada por Alckmin, a cobertura periodista é favorável a Alckmin e desfavorável a Lula, e os eleitores de Heloísa Helena tendem a votar, em sua maioria, em Lula, mas minha sensação é que agora

poderão se distribuir entre Lula, o voto nulo e Alckmin. Se o Brasil estivesse crescendo mais, Lula seria imbatível, apesar dos escândalos de corrupção, dos meios de comunicação e das elites. Em contraste, na Argentina, o Presidente Nestor Kirchner está apoiando um processo de crescimento muito forte, mas Lula adotou uma política mais conservadora, o que contribui para minar o seu apoio. Vou comentar o que o meu amigo Paulo Nogueira Batista disse.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – É o que eu queria saber. Essas declarações não são suas, não é, Senador Eduardo Suplicy? Eu já estava como o Senador Wellington Salgado de Oliveira, que certa feita perguntou a V. Ex<sup>a</sup> de que lado nós estamos.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Absolutamente. Eu estava citando o **La Nación** justamente para comentar o que eu próprio falei ao Paulo, que disse: “Veja, isso não é uma torcida; ao contrário, é a previsão de alguém que é um economista e percebe as coisas assim”. Mas vou comentar agora. O fato de a elite, em grande parte, e de os meios de comunicação favorecerem de alguma forma Geraldo Alckmin, além do fato de haver sinalizações no mercado de que esse maior equilíbrio está até aumentando o valor das ações no mercado não significa que o povo brasileiro, em sua maioria, opta pelo Presidente Lula. É a minha percepção. O Presidente Lula esteve quase a ponto de obter 50% dos votos mais um. Se todos aqueles que votaram no Presidente Lula no primeiro turno confirmarem o voto, e houver mais algum, seja dos eleitores de Heloísa Helena, de Cristovam Buarque ou outros que anularam o voto se voltarem para o Presidente Lula, ele está mais próximo de vencer as eleições. Obviamente, a situação estará equilibrada. E é importante que nós, brasileiros e brasileiras, acompanhemos com atenção o debate, que ocorrerá no horário eleitoral ou, em especial, na Rede Bandeirantes, no próximo domingo, e depois na Rede Globo. Acredito, Senadora Ideli Salvatti, tendo acompanhado o Presidente Lula em muitos dos comícios e em suas manifestações, de que ele tem convicção do acerto de tantas de suas políticas, em especial as que levaram a economia brasileira a ter um aumento do número de empregos muito significativo e em número muito maior do que nos oito anos do Governo Fernando Henrique Cardoso; e também pelo fato de o conjunto de medidas adotadas, como o Programa Bolsa-Família e outros, ter causado uma diminuição de 19,2% no número de pessoas vivendo abaixo da linha oficial de pobreza – considerado o valor de R\$121,00 **per capita**. Quer dizer, diminuiu de cerca de 50 milhões para 42 milhões, mas é ainda um número muito grande. A população brasileira quer saber, Sr. Presidente, Se-

nador Wellington Salgado de Oliveira, que candidato promoverá de forma mais eficiente o crescimento, a erradicação da pobreza e a melhoria da distribuição de renda. E acredito...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Wellington Salgado de Oliveira. PMDB – MG) – Senador Eduardo Suplicy, vou prorrogar por mais cinco minutos, já que a Senadora Ideli Salvatti não conseguiu falar mais.

Senador Eduardo Suplicy, seu candidato é o meu candidato. Concedo mais cinco minutos.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Acredito, Senadora Ideli Salvatti, que o Presidente Lula saberá expor, com muita assertividade, as razões pelas quais tanto acredito que ele sairá vencedor em 29 de outubro. Apenas citei o economista Paulo Nogueira Batista Júnior para transmitir a minha opinião e previsão de vitória do Presidente Lula.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Agradeço, Senador Eduardo Suplicy, o longo aparte, que me deixou preocupada, porque, em certo momento, não sabia qual era a opinião de V. Ex<sup>a</sup>. E lamentar se essa for a convicção do Sr. Paulo Nogueira.

Quando pedi, e V. Ex<sup>a</sup> explicitou, é porque a privatização da Nossa Caixa foi suspensa agora. Começou quando o Sr. Alckmin estava no comando do Governo do Estado. Nenhum processo de privatização de uma estrutura como é a da Nossa Caixa é recente, e não acredito que essa tenha sido a deliberação do Sr. Cláudio Lembo, o vice que assumiu agora a condição de Governador de São Paulo.

Houve a deliberação de privatizar a Nossa Caixa, a única instituição pública do Estado de São Paulo, que possuía o Banespa, que era uma potência em termos de estrutura financeira e que infelizmente foi privatizado nas condições que foi, o que é lamentável, em função de uma deliberação e um encaminhamento feito à época em que o Sr. Alckmin governava São Paulo. Portanto, não me venham com essa história de que não vão mexer no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal, porque não foi o Sr. Fernando Henrique Cardoso, mas o Sr. Geraldo Alckmin, no comando do Governo do Estado de São Paulo, que encaminhou a privatização da Nossa Caixa.

Considerarei importante trazer esses quatro pontos, com as nem um pouco sutis diferenças entre o ajuste fiscal; ou seja, o superávit primário está muito claro no jornal, mas, na prática, o ajuste fiscal defendido pelo Presidente Lula é para fazer inclusão social. Enquanto fica claro que, na proposta de Alckmin, é para cortar gastos sociais. Na questão dos servidores

é diametralmente oposta, as propostas são totalmente diferenciadas.

No caso do Presidente Lula, é para ampliar a oferta de serviço público de qualidade; para o Sr. Geraldo Alckmin, é Estado mínimo.

No que diz respeito às privatizações, nem preciso concluir, porque o exemplo da Nossa Caixa foi contundente e não é de ninguém. O Sr. Geraldo Alckmin quer se apresentar como novo, e não tem nada de novo. Tudo aquilo que o Sr. Fernando Henrique fez e que a população brasileira rechaçou – ele continua tendo um dos maiores índices de rejeição – foi praticado também pelo Sr. Geraldo Alckmin à frente do Governo do Estado.

Para completar, voltando ao meu clima "Idelizinha paz e amor", para as tratativas de assuntos importantes que temos na pauta, o Dr. Bernardo Appy me ligou, comunicando que o Ministro da Fazenda, Guido Mantega estará disponível para, na terça-feira, vir ao Senado da República tratar com as Lideranças de todos os Partidos que compõem a Casa. Dessa forma, será possível avançarmos e concluirmos as negociações quanto à Lei Geral de Micro e Pequenas Empresas. Se tivermos a capacidade de fazer a negociação e obtivermos os 41 votos no plenário, poderemos votar a Lei Geral de Micro e Pequenas Empresas, que a sociedade brasileira aguarda com ansiedade.

Sr. Presidente, peço desculpas por ultrapassar o tempo, e agradeço a gentileza de V. Ex<sup>a</sup> para comigo.

*Durante o discurso da Sr<sup>a</sup> Ideli Salvatti, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Wellington Salgado de Oliveira.*

**O SR. PRESIDENTE** (Wellington Salgado de Oliveira. PMDB – MG) – Senadora Ideli Salvatti, ouvi-la é sempre um momento de aprender. Tenho certeza de que todos aqui ficaram muito honrados em ouvi-la.

O Presidente Renan Calheiros comunica às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores que a próxima sessão deliberativa ordinária será no dia 10 de outubro, terça-feira.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Wellington Salgado de Oliveira. PMDB – MG) – Pela ordem, tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>, Senador Flexa Ribeiro.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, com essa comunicação de V. Ex<sup>a</sup> agora, de que a próxima sessão deliberativa só se dará na próxima terça-feira, aproveito para desejar a todos os paraenses um feliz Círio. No próximo domingo, dia 8, comemoraremos e



festejaremos o Círio de Nossa Senhora de Nazaré, a Santa padroeira do Pará. Com certeza, é a maior procissão religiosa, católica, do Brasil – eu diria até do mundo –, porque leva às ruas de Belém mais de 1,5 milhão de pessoas contritas, fervorosas, rezando e pedindo que Nossa Senhora ilumine todo o Brasil e todo o Pará.

Aproveito esta oportunidade que V. Ex<sup>a</sup> me concede, Presidente Wellington Salgado, para desejar um feliz Círio, um Círio abençoado no aconchego dos familiares. Que Nossa Senhora continue, como Ela sempre faz, iluminando todos os paraenses.

**O SR. PRESIDENTE** (Wellington Salgado de Oliveira. PMDB – MG) – Muito bem lembrado, Senador Flexa. Não tive oportunidade de participar dessa festa, mas espero fazê-lo um dia. Se V. Ex<sup>a</sup> me convidar, terei a maior honra de participar desse momento.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT) – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Wellington Salgado de Oliveira. PMDB – MG) – Concedo a palavra ao Senador Antero Paes de Barros, orador inscrito. V. Ex<sup>a</sup> deseja fazer uso da palavra, Senador? Temos pouco tempo antes de encerrar a sessão.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT) – Desejo. E gostaria de fazê-lo da tribuna.

**O SR. PRESIDENTE** (Wellington Salgado de Oliveira. PMDB – MG) – Pois não, Senador Antero.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, enquanto o Senador Antero se dirige à tribuna, quero dizer que V. Ex<sup>a</sup> é convidado permanente a estar conosco na nossa festa, se possível ainda no próximo domingo. Estarei aguardando V. Ex<sup>a</sup> lá.

**O SR. PRESIDENTE** (Wellington Salgado de Oliveira. PMDB – MG) – Na sua casa, com alimentação, comida, tudo com V. Ex<sup>a</sup>?

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Tudo. A sua estada lá é a convite nosso.

**O SR. PRESIDENTE** (Wellington Salgado de Oliveira. PMDB – MG) – Muito obrigado, Senador.

Prorrogo a sessão por mais dez minutos, para que faça uso da palavra o Senador Antero Paes de Barros.

Com a palavra V. Ex<sup>a</sup>, Senador Antero.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é preciso diariamente, agora, ocupar esta tribuna para demonstrar uma farsa que está sendo urdida nos bastidores da política brasileira.

O PT e os porta-vozes do governo tentam tirar dos ombros de Lula e do seu partido a responsabilidade pelo dossiê montado contra José Serra.

Não podem incriminar diretamente o PSDB, porque seria desfaçatez demais e ofensa à inteligência do eleitor colocar José Serra e Alckmin como autores da trama.

Tentam reverter o fluxo de lama, apontando para o delegado Edmilson Pereira Bruno. Prestem atenção: ontem, no seu *blog* [aquele que, de fora, continua mandando no Governo Lula], o deputado cassado Zé Dirceu, deu a senha em nota postada às 14 horas e 54 minutos, sob o título: “O herói do momento”, em que afirma:

“Nossa mídia não toma jeito. Vale tudo para derrotar Lula. Veja matéria da **Folha de S.Paulo** (para assinantes) com o herói do momento, o delegado Bruno, da Polícia Federal. Na entrevista, ele defende a ilegalidade e o crime que praticou e fica tudo bem. Uma barbaridade.”

O José Dirceu deu a senha ontem. Hoje a imprensa engajada na campanha de Lula já começa a divulgar a novíssima versão petista, como se isso mudasse a realidade dos fatos. Mas não muda nada.

O eleitor não é bobó. As digitais de Lula, de Aloizio Mercadante infelizmente, de seus assessores mais próximos estão impregnadas no dossiê contra Serra e o PSDB.

Freud Godoy, que apresentou os participantes petistas da operação dossiê, no caso, Gedimar e Valdebran Padilha, é figurinha carimbada da cozinha de Lula, pessoa da sua absoluta confiança.

Freud foi segurança pessoal de Lula por longa data. Em 99, quando o PT organizou a manifestação contra o ex-presidente FHC, logo após a sua reeleição, Freud foi indicado por Lula para coordenar, junto à Polícia de Brasília, a segurança do ato público em frente ao Congresso.

Freud Godoy é o *personal trainer* do Lula. Tinha gabinete no 3º andar do Palácio do Planalto. Mais do que assessor especial da Presidência da República, Freud é uma espécie de faz tudo para o Presidente e D. Marisa Letícia. Cuida dos imóveis da família, dá assistência ao filho do Presidente. Com esse nome, deve ser também o psicanalista da família Lula da Silva.

Se Freud está envolvido na trama do dossiê, e como está!, é claro que é porque Lula mandou. Não há dúvida quanto a isso.

Vamos lá, outro integrante: Jorge Lorenzetti, também integrante da cúpula da campanha presidencial de Lula, é outro de longa trajetória na cúpula do PT.

Foi dirigente da CUT na mesma época de Delúbio Soares, o nosso Delúbio, como costuma dizer Lula. Lorenzetti não é da cozinha, é da churrasqueira e da varanda de poder do Lula. É o churrasqueiro oficial do Palácio da Alvorada e da Granja do Torto.

**O Sr. Flexa Ribeiro** (PSDB – PA) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT) – Em um instante.

Amigo do peito, homem de confiança de Lula, designado para missões muito especiais, como, por exemplo, assessorar filhos do Presidente nos negócios em Santa Catarina.

Outro envolvido é Oswaldo Bargas, velho amigo do Presidente. Foi Secretário de Relações do Trabalho durante as gestões de Jaques Wagner, Governador eleito da Bahia, e Ricardo Berzoini no Ministério do Trabalho.

Quando Luiz Marinho assumiu a Pasta, tornou-se seu chefe de gabinete. Deixou o cargo para integrar a campanha de Lula pela reeleição, na qual era, oficialmente, o responsável pelo capítulo sobre trabalho e emprego do programa.

Oswaldo Bargas é casado com Mônica Zerbinato, secretária pessoal do Presidente Lula. Portanto, mais um da cozinha do Presidente.

Na campanha presidencial de 2002, Bargas, o Oswaldo, fazia parte do chamado *bunker* de Lula, responsável pelas operações politicamente incorretas da campanha. Esse *bunker* foi quem desmontou a campanha de Ciro Gomes – hoje aliado do Lula –, ao acusar seu Vice de 2002, o Paulinho, da Força Sindical, de desvio de verbas da Força Sindical.

Não é surpresa nem coincidência que ele, Oswaldo Bargas, agora esteja envolvido em mais uma operação suja numa campanha eleitoral de Lula – ele já fez esse papel em 2002 e o repete agora em 2006.

Segundo a revista **Época**, Bargas e Lorenzetti ofereceram um dossiê à revista contra o tucano José Serra e o ex-Ministro da Saúde Barjas Negri.

A **Época** não aceitou, mas a **IstoÉ** publicou. E o resultado dessa operação do dossiê Tabajara todos sabemos. Foi tiro no pé de Lula, de Mercadante.

E tudo que se revelou até agora sobre esse tema mostra claramente o envolvimento de pessoas muito próximas a Lula. Próximas não do ponto de vista formal e administrativo apenas. Pessoas

da intimidade, da amizade pessoal de Lula e da cúpula do PT.

Não estou aqui para defender o delegado da Polícia Federal. Mas não podemos aceitar que o PT tente que tirar o corpo da lama, inventando essa intriga mirabolante – aliás, o PT está atrás de um outro Delúbio, de alguém que possa assumir esses crimes para poder apresentar à imprensa brasileira. Já ouvi dizer que estão procurando esse outro Delúbio até no Centro-Oeste brasileiro.

Depois do caso Waldomiro Diniz – do qual Lula também não sabia – depois do mensalão de José Dirceu, do caso Palocci, depois do episódio da Caixa Econômica/GTech, das operações de Paulo Okamoto, não adianta o PT e Lula tentarem posar de bons meninos.

Em artigo publicado hoje na **Folha de S.Paulo**, o jornalista Elio Gaspari observa o seguinte:

“O calor que o senador Eduardo Suplicy tomou de Guilherme Afif Domingos mostra que se quebrou a associação da decência ao PT. Se são todos iguais, Lula é igual a Maluf e Fernando Collor. Exagero? Ouça-se Maluf: “Tenho plena consciência de que o presidente Lula é um homem limpo e correto”. E Lula: “Collor poderá, se quiser, fazer um trabalho excepcional no Senado”. Lula e o PT associaram-se a práticas indecentes. Fizeram isso porque quiseram. A mistura custou o resultado de domingo.”

Serra é o primeiro Governador eleito em primeiro turno no Estado de São Paulo e Geraldo Alckmin está no segundo turno da eleição presidencial, com enorme chance de vencê-la no dia 29 de outubro.

O PT e seu governo viraram sinônimo de corrupção. No Dicionário Aurélio, constará a definição de PT: Partido dos Trabalhadores, isso, aquilo, e também corrupção.

É uma denúncia atrás da outra. Nunca se viu tanta ilegalidade em um único governo. Nunca este pobre País foi tão aviltado, dilapidado, maltratado como neste governo Lula e seus 40 ladrões do mensalão.

Quero mencionar aqui mais um trecho do artigo de Elio Gaspari, cujo sugestivo título é “A marcha dos palhaços”, que diz o seguinte:

“Não há nenhuma prova, indício ou pista de que haja bico tucano na construção do

papelório. Há apenas um raciocínio lógico: se os tucanos foram favorecidos pelo episódio, há dedo deles na produção. Coisa assim: a invasão da Rússia por Hitler permitiu que Stalin consolidasse a sua tirania, donde, Hitler foi uma jogada de Stalin.”

No caso que estamos aqui analisando, o fato real é que o dossiê era contra o PSDB e que o dinheiro que pagaria esse dossiê estava com gente graúda do PT. Esse é o fato. Essa é a verdade.

Se o dinheiro foi fotografado ou não, se a foto foi escondida ou divulgada, se o delegado apressou ou retardou a apuração, não importa. Aliás, diga-se de passagem, a foto do dinheiro foi divulgada e as fotos com as quais tentaram incriminar José Serra foram divulgadas antes. E o PT não deu nem um pio.

Essas dúvidas são apenas acessórios, são questões decorrentes, meros detalhes, factóides de que o PT, sob o comando de José Dirceu, tenta lançar mão para se livrar dos efeitos maléficos da gigantesca operação Tabajara montada pelos homens da inteligência – e que inteligência! – do PT.

Não dá pra esconder, não dá pra fugir, não dá pra Presidente Lula dizer que não sabia, que foi traído, como já fez nos escândalos passados. A ética há muito deixou de ser exclusividade do PT. Muito pelo contrário.

Hoje, quando se descobrem lambanças, falcaturas e trambicagens, todo mundo logo pensa: “Aí tem o dedo de alguém do PT”. E sempre tem mesmo.

O dossiê é a cara do PT. Traz a marca de Lula, de Berzoini, de Bargas, dessa gente toda. O dossiê é caso de polícia, de sanatório, de internação. Todo o PT sabe. E talvez o Freud, assessor, explique – ou talvez o Freud, psicanalista, possa explicar tudo isso.

Concedo um aparte ao ilustre Senador Flexa Ribeiro, do brilhante Estado do Pará.

**O Sr. Flexa Ribeiro** (PSDB – PA) – Nobre Senador Antero Paes de Barros, seu pronunciamento é esclarecedor e mostra à sociedade brasileira tudo aquilo que o governo procura esconder, com aquelas práticas de “eu não sabia, eu não vi, eu não tenho nada com isso”. V. Ex<sup>a</sup> faz um acompanhamento dos fatos, denominando as pessoas envolvidas, todas ligadas ao Partido dos Trabalhadores e próximas ao Presidente. Hoje, o que a Nação brasileira mais quer saber é de onde veio esse dinheiro, quem foi que o entregou, como ele foi sacado e quem transferiu esse dinheiro para as pessoas que o levaram até o hotel

em São Paulo. É isso que todos hoje buscam saber. Com certeza absoluta, pelo trabalho da Polícia Federal, isso deverá vir ao conhecimento da Nação brasileira. Eu ia também, quando lhe pedi um aparte, dizer algo à eminente Senadora Ideli Salvatti, mas S. Ex<sup>a</sup> já não se encontrava no plenário. A Senadora fez referência à privatização da Vale do Rio Doce, que é hoje a terceira maior mineradora do mundo. Perguntaria a S. Ex<sup>a</sup> o que seria da Vale não privatizada tendo talvez como presidente o Sr. Delúbio.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT) – Para encerrar, gostaria de dizer o seguinte: o próprio Presidente Lula afirma que também queria saber. É tão simples o Presidente saber. É só chamar o Oswaldo Bargas, o Jorge Lorenzetti, aquele que tem nome de psicólogo, o Freud, o Berzoini, o Waldomiro, o Delúbio e pedir-lhes: “Meus amigos íntimos, digam-me o que aconteceu. Aqui não tem Polícia Federal, não tem nada”. É só chamá-los ao Palácio da Alvorada e pedir que eles contem para o Presidente como fizeram isso.

Essa história de que Lula não sabe é querer distribuir mais de cem milhões de bolas vermelhas para o povo brasileiro colocar no nariz, como se o povo brasileiro fosse uma geração de idiotas. Nós não somos Eremildos, não somos idiotas. Nós sabemos que ali estão todas, rigorosamente todas as impressões digitais de alguém que chegou à Presidência da República como Presidente operário e vai sair da Presidência da República como Presidente operário que, infelizmente, fez um governo que rouba e deixa roubar.

Eram essas as considerações, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Wellington Salgado de Oliveira. PMDB – MG) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 1.021, DE 2006**

Requeiro, nos termos do artigo 40 combinado com o artigo 13 do Regimento Interno do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução nº 37, de 1995, que seja considerada como desempenho de missão no exterior, minha participação no período de 9 a 10 de outubro do corrente na Reunião da Mesa Diretora da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul e na Reunião do Grupo Técnico de Alto Nível – GTAN, bem como do seminário “Identificando prioridades da agenda positiva do Mercosul” organizado pela Fundação Friedrich Ebert, que se realizará na cidade de

Montevideu, no Uruguai. Estarei ausente do país para participar dos referidos eventos no período de 8 a 11 de outubro de 2006.

Sala das Sessões, 4 de outubro de 2006. – Senador **Sérgio Zambiasi**.

**O SR. PRESIDENTE** (Wellington Salgado de Oliveira. PMDB – MG) –

Em votação o requerimento que acaba de ser lido.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida deliberação do Plenário.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### REQUERIMENTO Nº 1.022, DE 2006

Requeiro, nos termos dos Artigos 154, 199 e 200 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada Sessão Especial, por ocasião da abertura da Segunda Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência do Senado Federal, na manhã do dia vinte e um de novembro do ano de dois mil e seis. A garantia dos direitos individuais e coletivos das Pessoas com Deficiência é prática republicana que consta na pauta do Poder Legislativo Brasileiro, tendo o Senado Federal, com os trabalhos realizados nas esferas administrativa e política, se tornado um modelo de Acessibilidade e de Valorização das Pessoas com Deficiência para as Instituições do Poder Público Brasileiro.

Sala das Sessões, 4 de outubro de 2006.

*SENADOR RENAN CALHEIROS*

**PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL**

**O SR. PRESIDENTE** (Wellington Salgado de Oliveira. PMDB – MG) – Em votação o requerimento que acaba de ser lido.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Em votação o Requerimento nº 993, de 2006, lido em sessão anterior.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Wellington Salgado de Oliveira. PMDB – MG) – A Presidência, mais uma vez, lembra às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores que o Presidente Renan Calheiros comunicou que a próxima sessão deliberativa ordinária será no dia 10 de outubro, terça-feira.

**O SR. PRESIDENTE** (Wellington Salgado de Oliveira. PMDB – MG) – O Sr. Senador Sérgio Guerra, a Sr<sup>a</sup> Senadora Lúcia Vânia e os Srs. Senadores Juvêncio da Fonseca, Flexa Ribeiro, Marcos Guerra, Leonel Pavan, Antero Paes de Barros, Eduardo Azevedo e Arthur Virgílio enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup> serão atendidos.

**O SR SÉRGIO GUERRA** (PSDB – PE. Sem apinhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do editorial do jornal **Folha de S.Paulo** de 8 de setembro do corrente intitulado “Favorito em fuga”.

O editorial trata do comportamento do Presidente Lula de evitar os debates e sabatinas que discutem os programas e metas para o próximo governo. Para o editorial, “Tal comportamento está na contramão da moderna política republicana, que não pode dispensar a prestação de contas do governante máximo”.

O editorial destaca, ainda, que “Fechado a um debate franco e maduro com a imprensa, Luiz Inácio Lula da Silva presta um desserviço à democracia”.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que o referido artigo passe a integrar os Anais do Senado Federal.

#### **DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

# “ Editoriais

editoriais@uol.com.br

## Favorito em fuga

**Fechado a um debate franco e maduro com a imprensa, Luiz Inácio Lula da Silva presta um desserviço à democracia**

“**E** STÃO TÃO nervosos que chegam até a babar de raiva.” Este é o presidente Luiz Inácio Lula da Silva em ação, no mais recente flagrante de um comportamento que nele tem sido contumaz ao longo de três anos e meio de mandato. Funciona como um relógio: basta os ventos mudarem a seu favor, e emerge a incontinência retórica, repleta de auto-elogios e ataques a adversários.

Não é por conta disso, porém, que o balanço da loquacidade de Lula desde que assumiu a Presidência é negativo. Cada governante tem o seu estilo, as suas virtudes e as suas limitações no momento de expressar o que pensa às mais variadas platéias. O que é pernicioso é o líder petista falar apenas quando não é contestado; é não ter-se permitido, como regra, uma interlocução pública, madura e democrática, que permita o contraditório.

Contam-se nos dedos de uma mão os momentos em que o presidente da República dispôs-se a um diálogo franco com a imprensa. Já faz um mês que a última ocasião desse gênero — uma entrevista ao “Jornal Nacional” — ocorreu. Dado o desempenho sofrível do candidato do PT diante de perguntas diretas sobre assuntos sempre evitados pelo séquito presidencial, os dez minutos na TV Globo devem continuar a ser o último evento do tipo pelo menos até o fim do processo eleitoral.

À diferença de seus principais concorrentes na disputa pelo Planalto, Lula declinou do convite para participar de uma sabatina com jornalistas desta **Folha**. Não quis explicar seus motivos, mas todos sabem quais são.

O que restou do “núcleo duro” do Planalto e os marqueteiros de sempre temem pela reação do presidente. Temem pelo resultado de duas horas de exposição a promessas não-cumpridas, a desmandos gravíssimos no círculo da Presidência, a contradições do governo com o passado oposicionista do PT, a indagações sobre a que setores Lula vai desagradar se assumir, como as pesquisas hoje indicam, o segundo mandato em 1º de janeiro.

Debite-se à camarilha presidencial — que atua o quanto pode para proteger Lula do contato com quem o possa contradizer — parte do despreparo do presidente no trato com a imprensa. A outra parte deve ser lançada na conta do próprio líder petista, que não esconde o seu incômodo sempre que exposto ao debate aberto, com interlocutores que não estão ali para enaltecê-lo.

Não faz bem para as instituições democráticas essa tentativa de culto à personalidade. Lula e seu círculo de assessores enveredaram pela mitificação do líder político, transformando-o num ícone quase religioso, a quem não se pode questionar. Tal comportamento está na contramão da moderna política republicana, que não pode dispensar a prestação de contas do governante máximo.

Lula não prestará um favor à imprensa se mudar de atitude e abrir-se ao contraditório num hipotético segundo mandato. Apenas passará a cumprir uma obrigação do presidente da República para com a sociedade.

# PIB de 4% é ficção, afirmam analistas

Crescimento derrapou no 2º tri e voltou a andar no 3º tri, mas não terá fôlego para se expandir como o governo espera

## OS DADOS MACROECONÔMICOS

Os indicadores da economia brasileira

Indicador	2006	2005
<b>Inflação em queda</b>		
IPCA, taxa acumulada em 12 meses, em %	4,23	46,035
<b>Balança comercial em alta</b>		
Saldo comercial acumulado em 12 meses a cada mês, em US\$ bilhões	44.489	3,04
<b>Risco-país baixo</b>		
Índice Embi+ em pontos	17,75	14,25
<b>Juros em queda</b>		
Meta de taxa Selic fixada em cada reunião do Copom, em % ao ano	7,25	14,25

Fonte: BCB. Ministério do Desenvolvimento, São Paulo, 11/ago/06.

Na história recente do país, foram raros os trimestres em que taxas próximas a 2% foram alcançadas; a última vez foi no 2º tri de 1998

MARCELO BILLI  
DA REPORTAGEM LOCAL

O desempenho da economia no segundo trimestre sepultou as chances de o Brasil crescer os 4% esperados pelo governo. Os primeiros indicadores do terceiro trimestre, é verdade, dão sinais de que a atividade acelerou-se a partir de julho, mas não em ritmo que seja suficiente para a economia crescer mais que 3%.

"Crescer 4% me parece muito improvável", diz Luis Cezar, economista do HSBC. Cezar lembra que, para que a economia termine o ano crescendo a esse ritmo, a taxa de expansão do PIB (Produto Interno Bruto) dos próximos dois

trimestres, em relação ao trimestre imediatamente anterior, teria que girar em torno de 2%, ritmo muito superior ao parco 0,5% do segundo trimestre. "Para chegar lá [crescer 4%], teríamos que crescer muito acima da média. Dois por cento é uma taxa muito elevada [para as condições atuais da economia brasileira]", diz Giovanna Rocca, economista do Unibanco.

### Momentos raros

Na história recente da economia brasileira, foram raros os trimestres em que taxas próximas a 2% foram alcançadas. A última vez foi no segundo trimestre de 1998. Apenas em 8 dos 62 trimestres desde o primeiro de 1991 o Brasil cresceu 2% ou mais. Dois trimestres consecutivos com taxas assim, só em 1991, 1993 e 1994.

"Na verdade, para chegar ao resultado de 3%, o crescimento médio deverá ficar próximo de

1% nos próximos dois trimestres, e aí o setor externo está tendo um impacto positivo", diz Braulio Borges, da LCA Consultores. Ainda assim, a projeção de crescimento anual é de 3,5%, estimativa um pouco mais otimista do que os 3,2% que, em média, os analistas do setor privado têm previsto.

Os dados da produção industrial de julho mostram, de acordo com a LCA, sinais auspiciosos de recuperação, inclusive do investimento, que no segundo trimestre caiu 2,2% em relação ao primeiro. Nas contas da LCA, tudo indica que o investimento cresça algo em torno de 1,3% neste trimestre.

De novo, os sinais são positivos, mas não o suficiente para que o nível de atividade cresça os 4% esperados pelo governo. A economia derrapou no segundo trimestre e voltou a crescer, mas não terá fôlego para recuperar o terreno perdido entre abril e junho.

De que o impulso não será suficiente para a economia crescer 4%, como projeta o ministro Guido Mantega (Fazenda). O crescimento da produção industrial em julho, de 0,6%, também não é condizente com projeções de crescimento anual muito superiores a 3%, diz Rocca, do Unibanco. "A atividade econômica no terceiro trimestre está dando sinais relevantes de recuperação, estamos vendo; sim, uma

aceleração boa, e aí o setor externo está tendo um impacto positivo", diz Braulio Borges, da LCA Consultores. Ainda assim, a projeção de crescimento anual é de 3,5%, estimativa um pouco mais otimista do que os 3,2% que, em média, os analistas do setor privado têm previsto.

Os dados da produção industrial de julho mostram, de acordo com a LCA, sinais auspiciosos de recuperação, inclusive do investimento, que no segundo trimestre caiu 2,2% em relação ao primeiro. Nas contas da LCA, tudo indica que o investimento cresça algo em torno de 1,3% neste trimestre.

**A SRA. LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada "PIB de 4% é ficção, afirmam analistas", publicada no jornal **Folha de S. Paulo** em sua edição de 8 de setembro do corrente.

A matéria trata do pífio crescimento da economia no segundo trimestre de 2006 e informa que "O desempenho da economia no segundo trimestre sepultou as chances de o Brasil crescer os 4% esperados pelo governo".

Sr. Presidente, requiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

## DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

**O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA** (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs Senadores, ocupo a tribuna no dia de hoje para registrar a matéria intitulada “Doação da Petrobras favorece prefeituras do PT e de aliados”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo** em sua edição de 12 de setembro deste ano.

A matéria mostra que “Entre outubro do ano passado e início da campanha eleitoral, a Petrobras beneficiou prefeituras do PT e da base aliada no financiamento de R\$18,4 milhões de um total de R\$31,6 milhões em ações sociais para municípios”. Ainda se-

gundo a matéria, o Partido dos Trabalhadores, apesar de administrar apenas 7,4% das prefeituras do país, é recordista com 46 municípios privilegiados.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado Federal, solicito que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA EM SEU PRONUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

# Doação da Petrobras favorece prefeituras do PT e de aliados

Cidades administradas pelo partido ficaram com 27,5% dos R\$ 31 milhões repassados

**Piauí, também governado por petistas, foi o único Estado beneficiado; estatal diz que seleção foi feita com base em projetos sociais**

RUBENS VALENTE  
ENVIADO ESPECIAL A BRASÍLIA

Entre outubro do ano passado e início da campanha eleitoral, a Petrobras beneficiou prefeituras do PT e da base aliada no financiamento de R\$ 18,4 milhões de um total de R\$ 31,6 milhões em ações sociais para municípios. O único repasse do gênero feito a um Estado, de R\$ 1,25 milhão, também atendeu um reduto do PT, o Piauí.

A lista dos patrocinados pela Petrobras neste ano eleitoral incluiu apoiadores da campanha para reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, como a CUT (Central Única dos Trabalhadores), que receberá R\$ 8,75 milhões para um programa de alfabetização, e a UNE (União Nacional dos Estudantes), com R\$ 130 mil. Adversária da CUT, a Força Sindical recebeu apenas R\$ 250 mil para um evento do 1º de Maio.

Cerca de R\$ 700 mil foram destinados pela Petrobras a obras de melhoria de asfalto nas cidades de Maragogipe (BA) e Alagoinhas (BA), também administradas pelo PT.

Os repasses aos municípios foram feitos às prefeituras ou a conselhos municipais da infância e da adolescência. A Petrobras afirma ter feito uma seleção dos projetos sociais (leia texto nesta página).

Do total de 208 municípios beneficiados com recursos da Petrobras entre outubro de 2005 e junho último, 46 estão sob controle do PT. Os municípios administrados pelo partido obtiveram R\$ 8,6 milhões, ou 27,5% do total dos recursos (o PT administra 7,4% das prefeituras no país, segundo o resultado das eleições de 2004).

As cidades administradas por petistas e atendidas pela Petrobras têm cerca de 11 milhões de habitantes. Outros 61 municípios de partidos aliados de Lula (PMDB, PSB, PL, PP e PTB) ficaram com R\$ 9,83 milhões.

Em contrapartida, prefeituras administradas pelos dois maiores partidos de oposição, PSDB e PFL, obtiveram apenas R\$ 4,47 milhões (14%). As duas

**A PETROBRAS E O PT**

A Petrobras destinou R\$ 31,6 milhões para 208 municípios e R\$ 1,25 milhão para o governo do Piauí. No controle de apenas 7,4% das prefeituras do país, o PT é o recordista com 46 municípios privilegiados, que abocanharam R\$ 8,6 milhões.



**O DESTINO DOS REPASSES**  
De outubro de 2005 a junho de 2006

Partidos	Municípios beneficiados	Valor repassado (em R\$ milhões)	Percentual do total de prefeituras do partido*
PT	46	8,6	7,4%
PMDB	31	6,45	19,0%
PL	15	1,62	6,8%
PSB	9	1,01	3,2%
PP	6	0,75	9,9%
PFL	23	2,91	14,2%
PSDB	16	1,56	15,7%
PPS	12	1,54	5,5%
Outros**	50	7,11	

**AS CIDADES**

- capitais (Boa Vista (RR), São Luís (MA), Belém (PA), Fortaleza (CE), Recife (PE), Maceió (AL), Aracaju (SE), Salvador (BA), Rio (RJ) e Palmas (TO))

**CONVÊNIOS**

Alguns recursos da Petrobras por meio de doação direta, de janeiro de 2005 a junho de 2006

- CUT (Central Única dos Trabalhadores)** R\$ 8,7 milhões para "Programa de alfabetização de adultos"
- Força Sindical** R\$ 250 mil para "Patrocínio ao projeto 1º de Maio"
- Fundação José Sarney** R\$ 1,3 milhão para "Preservação do acervo"

base de 5.563 prefeituras em 2004

em 9 cidades as prefeituras não corretamente identificadas na base de dados da petrobras

siglas comandam 29,9% das prefeituras brasileiras.

Os recursos foram para fundos municipais chamados FIA (Fundo da Infância e da Adolescência), previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente. Segundo a empresa, foram doados, em 2001, cerca de R\$ 12 milhões, em 2002, R\$ 9 milhões, em 2003, R\$ 31 milhões, e, em 2004, cerca de R\$ 22 milhões. Os repasses são autorizados por convênios, que não seguem a lei de licitações.

Entre janeiro de 2005 e junho de 2006, o total de convênios assinados pela estatal foi de R\$ 353,61 milhões - sem contar outros braços da petroleira, como a BR Distribuidora.

Entre as capitais beneficiadas administradas pelo PT estão Recife (PE), com R\$ 380

mil, Aracaju (SE), com R\$ 440 mil, e Fortaleza (CE), com R\$ 132 mil. Diadema (SP), cujo prefeito licenciado é o atual tesoureiro da campanha de Lula, José de Filippi Júnior (PT), recebeu R\$ 339,6 mil, e Guarulhos, governada por Elói Pietá (PT), outros R\$ 233,88 mil. Nova Iguaçu (RJ), administrada por Lindbergh Farias (PT), obteve R\$ 457 mil.

O patrocínio à CUT é o quinto mais alto entre os 363 convênios assinados pela Petrobras no período 2005-2006. Acima da CUT, aparecem fundações universitárias e centros de pesquisa. Um repasse anterior da Petrobras à central sindical, de R\$ 700 mil para um evento em 2003, sofreu objeção do TCU (Tribunal de Contas da União). Em dezembro, o TCU orientou

a estatal a "verificar o retorno obtido pela companhia por meio da avaliação global de sua política de patrocínio mediante pesquisas quantitativas que ponderem o retorno e a aceitação do público em relação aos patrocínios concedidos".

A Petrobras repassou ainda R\$ 1,3 milhão à Fundação José Sarney, no Maranhão, que abriga acervo do senador e ex-presidente (1985-90), aliado de Lula no Congresso. Distribuiu cerca de R\$ 335 mil a sindicatos e organizações de jornalistas, incluindo R\$ 100 mil à Fenaj (Federação Nacional dos Jornalistas), para financiar um prêmio e um congresso nacional. E doou cerca de R\$ 692 mil a sete associações de juizes.

Colaboração ANDREA MURTA, do Redação

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Patrimônio de mensaleiro sobe 1.153%”, publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 15 de agosto do corrente.

Segundo a matéria, declarações de bens ao TSE, a evolução do patrimônio dos 11 deputados investigados no escândalo do mensalão que disputarão a reeleição mostra que dos quatro que conseguiram

umentar em mais de 100% seus bens nos últimos quatro anos, três são do PT.

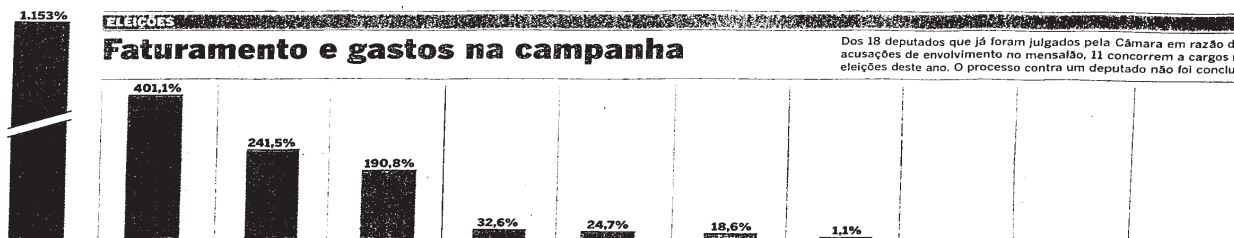
Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

# Patrimônio de mensaleiro sobe 1.153%

Declarações de bens ao TSE mostram Paulo Rocha (PT-PA) e mais dois petistas entre os 4 que mais enriqueceram



Dos 18 deputados que já foram julgados pela Câmara em razão de acusações de envolvimento no mensalão, 11 concorrem a cargos nas eleições deste ano. O processo contra um deputado não foi concluído

Paulo Rocha (PT-PA)	Vadão Gomes (PP-SP)	Professor Luizinho (PT-SP)	José Mentor (PT-SP)	Sandro Mabel (PL-GO)	João Paulo Cunha (PT-SP)	Pedro Henry (PP-MT)	Valdemar Costa Neto (PL-SP)	Romeu Queiroz (PTB-MG)	Josias Gomes (PT-BA)	João Magno (PT-MG)
2002 R\$ 11.700	2002 R\$ 140.098	2002 R\$ 233.449	2002 R\$ 489.668	2002 R\$ 52.613.203	2002 R\$ 232.812	2002 R\$ 432.611	2002 R\$ 2.987.100	2002 Não declarou o valor de seus bens.	2002 Declaração não ter bens	2002 R\$ 135.000
2006 R\$ 146.000	2006 R\$ 35.691.085	2006 R\$ 797.357	2006 R\$ 1.424.379	2006 R\$ 69.814.008	2006 R\$ 290.444	2006 R\$ 513.240	2006 R\$ 3.020.985	2006 R\$ 6.500.000	2006 R\$ 40.581	2006 R\$ 114.000
Vai gastar R\$ 1 milhão	Vai gastar R\$ 1 milhão	Vai gastar R\$ 2,5 milhões	Vai gastar R\$ 2,5 milhões	Vai gastar R\$ 3 milhões	Vai gastar R\$ 2,5 milhões	Vai gastar R\$ 1,4 milhão	Vai gastar R\$ 1,5 milhão	Vai gastar R\$ 1,5 milhão	Vai gastar R\$ 900 mil	Vai gastar R\$ 1,5 milhão

## Ricardo Brandt

A evolução do patrimônio dos 11 deputados investigados no escândalo do mensalão que disputarão a reeleição mostra que dos quatro que conseguiram aumentar em mais de 100% seus bens nos últimos quatro anos, três são do PT. Os quatro que tiveram a lista de evolução patrimonial entre 2002 e 2006 são Paulo Rocha (PT-PA), Vadão Gomes (PP-SP), Professor Luizinho (PT-SP) e José Mentor (PT-SP). Os dados constam das declarações de bens ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Rocha renunciou e os demais deputados foram absolvidos nos processos de cassação do Conselho de Ética da Câmara. Apenas Luizinho figura como um dos 40 denunciados pela Procuradoria-Geral da República por conta do mensalão.

O petista paraense lidera disparado a lista. Ele aumentou seu patrimônio em 1.153%. Em 2002, declarou à Justiça Eleitoral como único patrimônio um picape F-1000 avaliada em R\$ 11,7 mil. Novamente candidato, Rocha agora possui também um Eco Sport, consórcio para compra de uma casa e duas contas bancárias – totalizando R\$ 143 mil. O deputado foi apontado pela CPI dos Correios como beneficiário de R\$ 400 mil do valerioduto.

O segundo da lista é Gomes, acusado pelo próprio Marcos Valério, acusado de operar o mensalão, de ter recebido R\$ 3,7 milhões. Na eleição de 2002, declarou à Justiça Eleitoral paulista patrimônio de R\$ 7,1 milhões. Quatro anos depois, o patrimônio de Vadão é de R\$ 35,6 milhões, equivalente a crescimento de 401,1% em quatro anos.

Vadão tem um dos maiores frigoríficos do País, além de transportadora, rádios e propriedades rurais, entre outros bens, 74 ao todo.

O patrimônio de Luizinho saltou de R\$ 233 mil, em 2002, para R\$ 797 mil – aumento de 241,5%. Ele entrou na lista de processados pelo Conselho de Ética porque um assessor recebeu R\$ 20 mil de Valério.

O terceiro petista que mais enriqueceu no período é o ex-relator da CPI do Banestado José Mentor. Seu patrimônio foi de R\$ 489 mil em 2002 para R\$ 1,4 milhão – cresceu 190%.

Josias Gomes (PT-BA) infor-

mou não possuir bens em 2002. Hoje tem R\$ 40 mil em patrimônio – um Siena ELX 2003 e um fundo de aposentadoria. Romeu Queiroz (PTB-MG) apresentou, em 2002, 23 bens, sem especificar o valor. Na nova declaração, listou 39 bens, totalizando R\$ 6,5 milhões.

## DEFESA

Rocha disse que não há problema com seus bens e os valores declarados ao TSE não podem

ser considerados integralmente. Sustenta que ainda mora em casa alugada e pagou apenas 30 das 180 parcelas de consórcio de R\$ 42 mil para compra de uma casa. Ele afirmou que o Eco Sport de R\$ 74 mil teve a última parcela paga em junho. Disse ainda que duas contas com R\$ 18 mil hoje não teriam mais do que R\$ 3 mil.

Segundo Luizinho, os dois imóveis eram declarados pelos valores históricos (R\$ 96 mil e

R\$ 75 mil) e passaram a ser declarados pelo valor venal (R\$ 250 mil e R\$ 220 mil). Mentor sustentou que seu crescimento patrimonial é compatível com os rendimentos como parlamentar e advogado há 26 anos. Vadão disse que o aumento de seu patrimônio deve-se ao crescimento dos negócios. Gomes não foi localizado. **COLABORARAM CARLOS MENDES E EDUARDO KATTAN**

WFOGRAFICAL



**O SR MARCOS GUERRA** (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Revista envolve campanha de Lula em negociação de dossiê”, publicada pelo jornal **Folha de S.Paulo** de 20 de setembro de 2006.

A matéria destaca que petistas procuraram jornalista da revista **Época** com conhecimento do presidente do PT, Ricardo Berzoini, antes de fechar o esquema com a revista **IstoÉ**.

Sr. Presidente, solicito que a matéria citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MARCOS GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

# Revista envolve campanha de Lula em negociação de dossiê

Petistas procuraram jornalista com conhecimento do presidente do PT, diz “Época”

Coordenadores da campanha de Luiz Inácio Lula da Silva à reeleição, incluindo o presidente nacional do PT, Ricardo Berzoini, tiveram ontem seus nomes envolvidos no caso do dossiê contra tucanos elaborado pela família Vedoin, acusada de chefiar o esquema da máfia dos sanguessugas. Os petistas Oswaldo Bargas e Jorge Lorenzetti, que têm função na campanha, sondaram, com o conhecimento de Berzoini, eventual interesse da revista “Época” no material que comprometeria José Serra na fraude das ambulâncias.

Após divulgação de nota da publicação relatando o episódio, Lorenzetti comunicou em carta a Berzoini seu desligamento do cargo de analista de risco e mídia da campanha. O presidente do PT, também em nota, disse que soube do encontro dos petistas com jorna-

lista da revista, mas que desconhecia o dossiê.

Sem citar nomes, Lula defendeu em Nova York uma investigação a fundo, “doa a quem doer”, mas acusou a oposição de estar há dois anos tentando evitar sua reeleição. E emendou: “a quem interessa melar o processo eleitoral a essa altura do campeonato?”.

A Justiça de Mato Grosso negou ontem pedido de prisão do ex-assessor da Presidência Freud Godoy e determinou a soltura do petista Valdebran Padilha e do ex-agente da PF Gedimar Passos, presos com R\$ 1,7 milhão que seria usado para comprar o dossiê, e de Paulo Roberto Trévisan, detido com o material.

Ontem, o TSE abriu investigação judicial contra Lula e os petistas envolvidos para apurar se houve abusos de poder econômico e de autoridade no caso.

## A ÓRBITA DOS ENVOLVIDOS

Saiba qual é a ligação entre os petistas que até agora foram citados no caso da tentativa de compra do dossiê contra tucanos

### Freud Godoy

» Ex-assessor especial da Presidência, teria contratado Gedimar e entregue o dinheiro para a compra do dossiê. Freud nega a acusação, mas admite conhecer Gedimar. A empresa da mulher de Freud foi contratada para fazer serviço de inteligência no comitê de Lula, e Gedimar respondia pela segurança. Freud pediu demissão do cargo. O Ministério Público pediu sua prisão, que foi negada pela Justiça

O presidente Lula diz achar que o caso é uma tentativa de derrubar a sua candidatura

### Ricardo Berzoini

» O presidente do PT e coordenador-geral da campanha de Lula foi citado em nota da revista “Época”, divulgada em resposta por esta ter sido citada por Gedimar à PF. Segundo a revista, Berzoini foi citado por Bargas e Lorenzetti como sendo o único do PT que foi avisado que eles se encontraram com repórter da “Época” para passar informações. Segundo Bargas, Berzoini não sabia do conteúdo do material. Berzoini disse o mesmo

### Oswaldo Bargas

» Ex-secretário do Ministério do Trabalho e que coordenou o capítulo sobre trabalho do programa de governo de Lula, procurou a “Época” ao lado de Lorenzetti para tentar publicar “denúncias sérias” contra políticos de renome, segundo disse a revista. A “Época” os petistas disseram que o encontro nada tinha a ver com o PT nem com o governo

### Jorge Lorenzetti

» Apresentou

Gedimar a Freud Godoy; segundo disse Freud, Lorenzetti era até ontem analista de risco e mídia da campanha de Lula, e homem de confiança para cuidar da campanha em SC. Lorenzetti é diretor de Administração do Banco do Estado de Santa Catarina, e participou de jantar oferecido por Lula a Fidel Castro, no Torto, em 2.jan.2003

### Gedimar Pereira Passos

» Advogado e ex-policial.

federal, Gedimar atua na área de inteligência da campanha de Lula. Seria o contratado pelo PT para receber o dossiê e pagar por ele. Após Paulo Trevisan, tio de Luiz Vedoin, ter sido preso e revelado a operação em Cuiabá, Gedimar foi preso com Valdebran. Com eles havia R\$ 1,7 milhão, a ser entregue pelo dossiê

### Valdebran Padilha da Silva

» Filiado ao PT, seria uma espécie de facilitador da operação de venda do dossiê, dada a sua "credibilidade" com os Vedoin. Seria o encarregado de entregar o dossiê a Gedimar e receber dele o dinheiro vindo do PT, segundo disse

Gedimar.

Empreiteiro em MT, Valdebran foi coordenador financeiro do PT à Prefeitura de Cuiabá em 2004

## Publicação diz que foi sondada, mas não houve oferta de dossiê

DA REPORTAGEM LOCAL

A revista "Época" informou em nota ontem que o repórter Ricardo Mendonça foi sondado sobre o eventual interesse da publicação em analisar documentos, fotos e vídeos que comprometeriam o candidato do PSDB ao governo de São Paulo, José Serra, e o ex-ministro da Saúde Barjas Negri. Mendonça foi procurado por Oswaldo Bargas e Jorge Lorenzetti no dia 6 de setembro.

O encontro dos petistas com a "Época" foi realizado no hotel Crowne Plaza, em São Paulo. Segundo a revista, Bargas e Lorenzetti não mencionaram o nome dos Vedoin (os denun-

ciantes). Nem foi feito nenhum comentário sobre venda de dossiê. Segundo a nota, foi informado que o presidente do PT, Ricardo Berzoini, tinha conhecimento do encontro e que o candidato do PT ao governo do Estado, Aloizio Mercadante, não sabia dos documentos.

A revista afirma que decidiu prestar esclarecimentos públicos porque teve o nome mencionado em depoimento do advogado petista Gedimar Pereira Passos à Polícia Federal.

Passos foi preso num hotel em São Paulo na semana passada, juntamente com Valdebran Padilha, com R\$1,7 milhão.

➔ LEIA a nota na pag. A6

### saiba mais

## Bargas é casado com secretária do presidente

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Amigo de Luiz Inácio Lula da Silva há três décadas, Oswaldo Bargas tem acesso livre ao gabinete presidencial. Não só pela relação muito próxima com Lula, metalúrgico assim como ele, mas também pelo fato de ser casado com Monica Zerbinato, secretária pessoal de Lula.

Bargas é um dos melhores amigos de Lula. A ligação vem desde o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernar-

do, nos anos 70. Bargas foi braço direito de Lula em várias greves. Os dois foram cassados pelo regime militar.

Eleito, Lula o encaixou como secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho. Depois foi chefe de gabinete do ministério. Há 50 dias, pediu exoneração para participar da campanha. Deveria coordenar o programa de governo de Lula sobre geração de empregos, mas agora se sabe que atua na preparação de dossiês.

Em 2003, foi identificado pela "Veja" como um dos membros da campanha de Lula à Presidência em 2002 que tinha como missão obter dossiês contra adversários.

**O SR LEONEL PAVAN** (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada "Crise do dossiê derruba assessor especial de Lula", publicada no jornal **Folha de S.Paulo** de 19 de setembro de 2006.

A matéria destaca que Freud Godoy nega ter participado da compra de documentos, mas que a treze dias das eleições, o envolvimento do amigo do

presidente Lula, levou a crise para dentro do Palácio do Planalto.

Por fim, Sr Presidente, requeiro que a referida matéria passe a integrar esse pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

### DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

# Crise do dossiê derruba assessor especial de Lula

- ★ Freud Godoy nega ter participado da compra de documentos
- ★ PFL e PSDB pedem investigação sobre atuação de Lula no caso

A 13 dias das eleições, o suposto envolvimento de Freud Godoy, segurança e assessor especial do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na compra do dossiê contra José Serra e Geraldo Alckmin, levou a crise para dentro do Palácio do Planalto. Freud teve o nome citado pelo ex-policiafederal Gedimar Pereira Passos, que trabalhava com "tratamento de informações" na campanha de Lula. Ele foi preso na sexta-feira, em um hotel em São Paulo, com o petista Valdebran Padilha, ambos flagrados com R\$ 1,7 milhão para a compra do dossiê envolvendo os tucanos no escândalo dos sanguessugas. Em depoimento à Polícia Federal ontem, em São Paulo, Freud, que trabalhava com Lula

desde sua primeira campanha presidencial, negou ter intermediado a compra de dossiê preparado pela família Vedoin (donos da Planam, principal empresa do esquema). Exonerado do cargo ontem, ele disse que Lula lhe telefonou. Freud disse ter aconselhado o presidente a "dormir tranqüilo". A empresa de segurança do assessor possui vínculos comerciais com o PT. A oposição já começou a explorar o caso. A campanha de Alckmin solicitou que o TSE investigue o caso e eventualmente casse a candidatura de Lula. Em São Paulo, Mercadante pediu que o tema se afaste dos palanques.

➔ LEIA MAIS A5 a A11

DA REPORTAGEM LOCAL  
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Acusado de ter negociado um dossiê contra os tucanos José Serra e Geraldo Alckmin, Freud Godoy pediu exoneração ontem do cargo de assessor especial da Secretaria Particular da Presidência da República. A exoneração será publicada no "Diário Oficial" de hoje.

Freud foi citado no depoimento do advogado Gedimar Passos, preso na sexta-feira pela PF num hotel em São Paulo com o petista Valdebran Padilha. Os dois tinham cerca de R\$ 1,7 milhão, supostamente destinado à compra do dossiê.

No governo de Luiz Inácio Lula da Silva, Freud ocupava o chamado DAS 5, cargo de confiança cuja escala vai de um a seis. O salário é de R\$ 6.300 mais benefícios. Freud ocupava uma sala no terceiro andar do Palácio do Planalto, próxima ao gabinete de Lula.

ontem em Brasília ter "absoluta segurança" de que o ex-assessor especial da Presidência Freud Godoy, acusado de envolvimento no dossiê contra candidatas tucanos, "é uma pessoa correta".

Ontem pela manhã, Freud recebeu um telefonema de Lula, no qual foi negociada sua exoneração do cargo. A seguir, enviou sua carta de demissão ao chefe-de-gabinete do presidente, Gilberto Carvalho. O pedido foi aceito. Carvalho não comentou o caso.

Freud se apresentou espontaneamente ontem à Polícia Federal de São Paulo para negar seu envolvimento na compra do dossiê.

De acordo com o seu advogado, Augusto Arruda Botelho, Freud negou qualquer envolvimento no episódio, mas admitiu conhecer Gedimar por conta da contratação da empresa de segurança da sua mulher pelo comitê do PT em Brasília.

"As acusações feitas pelo senhor Gedimar são absolutamente inverídicas, absurdas e inverossímeis. Muito mais se assemelham a declarações de uma pessoa desesperada, que está presa, numa situação difi-

Alencar disse considerar "gravíssima" a acusação de uma pessoa tão próxima a Lula, mas [o caso], só que isso não significa que seja um fato. Significa que é uma informação, por isso temos de examinar. Eu conhe-

cil", disse Botelho.

O advogado não soube informar se o contrato intermediado por Gedimar chegou a ser assinado. Disse que Freud e o acusador se encontraram duas ou três vezes. "O último encontro do sr. Freud com o sr. Gedimar foi casual, de os dois se cumprimentarem na sede do partido, há cerca de 30 dias."

Ele não soube informar também que papel o advogado desempenhava no PT de Brasília.

"Pela informação que a gente tem, ele trabalhava no comitê. [O contato dele com Freud] foi absolutamente pontual, para tratar desses assuntos [contratação da segurança]."

Botelho disse ainda que o seu cliente e Gedimar chegaram a lência, sob o argumento de que seus advogados não tiveram acesso à investigação da PF.

**Alencar**

O presidente da República interino, José Alencar, afirmou

ço o rapaz, tenho absoluta segurança de que ele é uma pessoa correta, eu não acredito que ele tenha perfil para fazer uma coisa dessas, sinceramente", disse o vice-presidente, que ocupa o cargo de presidente



As acusações feitas pelo senhor Gedimar [Passos] são absolutamente inverídicas, absurdas e inverossímeis. Muito mais se assemelham a declarações de uma pessoa desesperada, que está presa, numa situação difícil

AUGUSTO ARRUDA BOTELHO

porque Lula está em Nova York, para uma conferência da ONU.

Na chegada aos Estados Unidos, Lula não quis comentar as suspeitas sobre seu assessor.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o editorial intitulado “Os erros do presidente”, publicado no **Jornal do Brasil** de 13 de setembro do corrente.

O editorial mostra como o presidente-candidato Luiz Inácio Lula da Silva, amparado pelas pesquisas eleitorais, está colecionando uma extensa galeria de barbaridades. Segundo o editorial, “Os equívocos não se restringem à desenvoltura com que confunde os papéis de presidente e candidato. Avançam para os

disparates retóricos e atingem a defesa sem constrangimentos de companheiros envolvidos em escândalos de corrupção”.

Sr Presidente, requeiro que o editorial do **Jornal do Brasil** de 13 de setembro do corrente seja considerado na íntegra como parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

## Editorial

ALGUNS

### Os erros do presidente

ENQUANTO SEGUE como favorito para vencer a disputa deste ano, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva coleciona uma extensa galeria de barbaridades. Os equívocos não se restringem à desenvoltura com que confunde os papéis de presidente e candidato. Avançam para os disparates retóricos, com discursos quase sempre tisnados por um preocupante saudosismo varguista, e atingem a defesa sem constrangimentos de companheiros envolvidos em escândalos de corrupção. Parece conduzido pela perigosa convicção de que não terá adversários em outubro. Só essa certeza ou a pura e simples insensatez justificam os erros do comandante petista.

No início do mês, recebeu no Palácio do Planalto o ex-presidente do PT José Genoíno. Foi um encontro balizado pelo simbolismo de quem deseja dar apoio a um companheiro de longa data. Depois de passar pela sala do ministro das Relações Institucionais, Tarso Genro, Genoíno chegou ao gabinete presidencial para uma audiência de meia hora. O privilégio significa que são águas passadas o distanciamento entre ambos, iniciado desde a descoberta de que o ex-presidente do PT assinara como avalista os empréstimos feitos por Marcos Valério ao partido. Genoíno tenta eleger-se deputado federal por São Paulo, com o principal número da legenda – 1313.

No último fim de semana, foi a vez de outro companheiro suspeitíssimo receber a benção pública do chefe. Em comício na cidade pernambucana de Caruaru, o presidente fez forte defesa do ex-ministro da Saúde, Humberto Costa. Pediu ao hoje candidato a deputado estadual que não se deixasse “perturbar” pelas acusações recebidas. Costa, sublinhe-se, está submetido a investigação por envolver-se com a máfia das ambulâncias. Apesar do acasalamento do ex-ministro com quadrilhas de sanguessugas, o presidente ofereceu-lhe salvo-conduto. “Não se preocupe”, disse-lhe Lula, “você vai ter tempo para provar a lisura do seu comportamento”.

Recados desse tipo se revelam especialmente perturbadores. Jornais informam, por exemplo, que emissários vêm mantendo contatos, também, com o ex-tesoureiro Delúbio Soares. Dão sinais de que, em caso de reeleição, um dos chefes da quadrilha do mensalão poderá voltar à cena. Outros morubixabas petistas, igualmente suspeitos, prometem recuperar o poder.

É dispensável recordar a indignação de Lula no auge dos escândalos. O presidente chegou a se declarar “traído” por companheiros. Afastou auxiliares. Prometeu rigor nas investigações (que se dependesse da vontade do Planalto nunca chegariam aonde chegaram).

Ou aquele lamento público era teatro ou o candidato não esqueceu o afeto que jamais o separou de mensaleiros. Como afirmou o senador Jefferson Peres (PDT-AM), Lula

#### Lula manteve a camaradagem com petistas envolvidos no mensalão e agora perde a prudência

manteve a camaradagem com petistas envolvidos no mensalão e, graças à pesquisa, está perdendo a prudência.

Além de abençoar suspeitos, o presidente tem excedido na apresentação de teses delirantes. Em quase todos os discursos, Lula tenta reavivar o mito do líder aclamado pelo “povo” e atacado pelas “elites”. No último fim de semana, disse que “foi humildemente ao povo brasileiro pedir uma gota do sangue brasileiro”. Recorreu mais uma vez à idéia de que sobreviveu a “infâmias e calúnias”.

Enquanto ruboriza a face dos mais sensatos, a retórica empolga os saudosos de Vargas, os arautos do populismo e as viúvas do pensamento que sonha com a “luta de classes” para continuar sobrevivendo politicamente. Trata-se de um jogo perigoso, cujos resultados, ensina a História, são desastrosos para a política, a sociedade e as instituições democráticas.

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, venho à tribuna para requerer que conste dos Anais desta Casa discurso em homenagem aos 100 anos de nascimento do deputado Paulo Pinheiro Chagas, passados no dia 1º de setembro.

Mineiro, de Oliveira, Pinheiro Chagas foi, além de figura estelar da política e ilustre representante do estado de Minas Gerais neste Congresso Nacional, notável jornalista, escritor e historiador. Isso tudo somado ao dom de ter sido intrépido orador parlamentar, honrando as bancadas mineiras no período de 1951 a 1971. Paulo Pinheiro Chagas conseguiu, como poucos, dedicar-se com devoção aos assuntos da política, do governo, do estado, do Parlamento e, simultaneamente, produzir vasta obra jornalística, literária e no campo da história.

Oliveira, no centro-oeste mineiro, sempre foi uma cidade onde se exercitou a controvérsia e o debate. A democracia local sempre mostrou lutas políticas duras e acirradas. E foi esse cenário em que nasceu Paulo Pinheiro Chagas, também herdeiro da tradição política de seus familiares.

Cedo deixou Oliveira e foi para Barbacena, onde concluiu o curso ginásial, no Colégio Militar. De lá, partiu para o Rio de Janeiro, graduando-se em Medicina pela Universidade do Brasil. Em Belo Horizonte, foi convidado a integrar a equipe do conceituado médico Pedro Nava, ao mesmo tempo em que lecionava na Faculdade de Medicina de Minas Gerais.

Assim como Juscelino Kubitschek – de quem foi amigo e colaborador – Pinheiro Chagas deixou

a medicina para se dedicar à política. Integrando a militância do antigo Partido Republicano Mineiro (PRM), participou de todos os episódios que marcaram as tumultuadas décadas de 20, 30 e 40, como a Revolução Constitucionalista de 1932.

Em 1934, Pinheiro Chagas fundou o jornal “Debate”, de ideário democrático. Diplomou-se também pela Faculdade de Direito de Minas Gerais, alavanca fundamental de sua carreira política, que perpassou os governos de Getúlio Vargas, JK e Jânio Quadros até os governos militares.

Foi deputado estadual em Minas Gerais e deputado federal na Assembléia Constituinte de 1934. Em 1951, voltou à Câmara dos Deputados, onde permaneceu por 20 anos, já como parlamentar do legendário Partido Social Democrático (PSD). Foi Secretário de Segurança Pública de Minas Gerais, entre 1956 e 1958. Foi eleito líder da Maioria no governo Jânio Quadros e reconduzido no governo João Goulart.

De sua obra literária, destacamos os livros e ensaios, dentre eles, “Esse velho vento da aventura” e “Teófilo Otoni, o ministro do povo”.

Pelo exposto, dou como lido discurso em homenagem a Paulo Pinheiro Chagas, solicitando que se torne parte integrante dos Anais do Senado.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. EDUARDO AZEREDO EM SEU PRO-  
NUNCIAMENTO**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

**Senhor Presidente**

**Senhoras Senadoras**

**Senhores Senadores**

Desta tribuna do Senado Federal incube-me o dever, hoje, de prestar uma homenagem a um grande representante do povo mineiro no **Congresso Nacional**. Resgato da minha memória o inesquecível **Deputado Paulo Pinheiro Chagas**, figura estrelar da política mineira contemporânea, cujo dia **01 de Setembro deste ano** assinala os **100 (cem) anos de seu nascimento** ocorrido na tradicional cidade de **Oliveira**.

**Prezados Senadores**

“Que maravilhas não faz a memória na preservação e guarda do passado!”, dizia PLUTARCO ao lembrar aos gregos e romanos seus mais legendários heróis da história. Assim, hoje, farei agradecer a todos, em particular aos meus pares do Senado Federal, a gentil atenção ao ouvirem a voz de Minas que, do alto desta tribuna, tributa uma homenagem a este brasileiro que foi, a um só tempo, notável jornalista, fulgurante escritor, respeitável historiador. E, a tudo a isto somado, foi ainda um intrépido orador parlamentar que honrou sobremaneira as bancadas mineiras que tiveram assento no Congresso Nacional no período de 1951 a 1971.

Ao falar deste grande mineiro, obrigo-me a lembrar cada uma dessas facetas de sua vida, em razão do relevo que ele conseguiu dar a cada uma delas. Poucos políticos, como **Paulo Pinheiro Chagas**, conseguiram dedicar-se com tamanha devoção aos assuntos da política, do governo, do Estado, aos assuntos do Parlamento Nacional e, simultaneamente, ter-se ocupado em produzir obra tão rica e vasta nos campos do jornalismo, da literatura e da história.

Assim sendo, irei ter ao seu começo de vida na veneranda cidade de **Oliveira**, berço e raiz de conceituados mineiros que se destacaram em variadas profissões e misteres no correr do século XX. A cultura projetou Oliveira e a política fez-lhe sua grandeza. Sabe-se que seus fazendeiros, figuras emblemáticas que marcaram forte presença na história mineira, pelo apego às suas propriedades, acabaram por fazer gerar

naquela cidade uma aristocracia rural, com porte de nobreza, mas sem títulos nobiliários. Uma nobreza econômica que acabaria por ter acentuada presença na política municipal. Essa aristocracia sem brasões e títulos, fundiária por origem e escravocrata por necessidade, acabou por transformar a cidade de **Oliveira** em um dos maiores centros deste comércio de todo o oeste do **Estado de Minas**. Por conseqüência, teve a cidade durante estirados anos um movimento intenso de tráfico escravocrata. Mas, quantas cidades brasileiras não tiveram nos seus primórdios, pelo determinismo histórico, seus começos semelhantes um cenário como esse? De resto, o que ficou dessa intensa atividade econômica foi a marca deixada nos jovens de repúdio às práticas contra a liberdade e de respeito à vida de todos os homens. Assim, foram se formando neste vasto **Brasil** rural, gerações de jovens talhados na pureza dos costumes, na fineza do trato, no acatamento à palavra empenhada, que era naquela época garantida "por um fio de barba". E mais a tradição hospitaleira, o temor ao arbítrio e a obsessão à liberdade. Por tudo, a geografia e a história da cidade de **Oliveira** inseriram em suas tradições um ideário de grandeza e prosperidade reservadas aos seus jovens. Como em todos os municípios do interior mineiro o povo de **Oliveira** em toda a sua história, exercitou a controvérsia e o hábito do debate. Com opiniões sempre divididas em quantas eleições nela se travavam, **Oliveira** oferecia historicamente o mais nobre espetáculo de democracia local, mostrando a todos lutas políticas duras e acirradas, dialéticas e insubmissas no plano do império da liberdade das idéias: sempre no velho estilo da política mineira. Pois foi nesse movimentado cenário, **Senhores Senadores**, sob a égide da Fé Cristã que o nosso inesquecível **Deputado Paulo Pinheiro Chagas** nasceu pré-destinado pelas raízes de seus familiares os **Chagas** e os **Pinheiro**, a trilhar seu caminho inspirado em incontáveis exemplos de republicanos históricos que eram eles e que se notabilizaram no cenário político das **Minas Gerais** e do País.

Cedo em sua vida, deixou Oliveira para trás em busca de escolas que lhe forjassem o seu caráter e lhe fornecessem o arsenal de conhecimentos para conquista de sua vida profissional. De seu curso ginásial feito, brilhantemente, no Colégio Militar de Barbacena partiu para o Rio de Janeiro onde se graduou em Medicina pela **Universidade do Brasil**. Como médico recém-formado teve sua tese de doutorado com 218 páginas integralmente publicada em livro escrito por um dos mais renomados pneumologista na época, ou seja: - o **Prof. Rocha Vaz**.

Indo clinicar em Belo Horizonte, é convidado pelo conceituado **Dr. Pedro Nava** para compor sua equipe médica ao tempo em que também começou a lecionar,

convidado pela **Faculdade de Medicina de Minas Gerais**. Tudo estava a prever para o jovem **Dr. Pinheiro Chagas** um garantido destino na carreira médica. No entanto, tomou sua vida, por coincidência, curso igual ao daquele a quem o nosso homenageado viria a ser grande amigo e colaborador de seu governo: - o **Presidente Juscelino Kubistichck**. Ambos abandonaram a medicina para servirem à carreira política. Assim, deixou o seu destino traçar-lhe *nova rota de vida, por certo atendendo aos reclamos da tradição que trazia no sangue, originário de seus familiares e antepassados, dentre tantos, Djalma e Carlos Pinheiro Chagas*, políticos de projeção no cenário mineiro. Então, de corpo e alma dedica-se à política, indo direto às fileiras da oposição ao governo **Vargas**. Entrega-se, com dinâmico idealismo, tão ao estilo da geração a que pertencia à militância nos movimentos e causas defendidos pelo antigo **Partido Republicano Mineiro – PRM**, sob a inspiração e liderança do grande estadista **Artur Bernardes**. Participa, então, de todos os *grandes episódios que marcaram aquela movimentada época da história política brasileira nas décadas de 20 a 40* como foi, por exemplo, a **Revolução Constitucionalista de 1932** e todos os seus desdobramentos futuros, cheios de turbulência e com nervosas movimentações no cenário institucional brasileiro. Neste agitado período o **Dr. Paulo Pinheiro Chagas** de tal maneira neles se envolveu que acabou por ficar preso incomunicável, por mais de 1 (um) mês, em razão de seu envolvimento ter sido considerado subversivo pelas forças governistas da época. Com o exílio dos principais líderes constitucionalistas de **Minas Gerais**, entre eles o próprio **Presidente do PRM, o Dr. Artur Bernardes**, à geração nova do Partido coube conduzi-lo. A **Paulo Pinheiro Chagas** foi conferida a responsabilidade de presidir a direção central do **PRM em Minas**. Com grande esforço e idealismo ele ajudou a manter acesa a fé constitucionalista em época tão conturbada como a que se seguiu adiante. Para conservar a tocha do ideário democrático acesa, funda e dirige em 1934 o **DEBATE**, jornal diário no qual assinava um editorial em sua primeira página, atacando com veemência a ditadura **Vargas** e seus pressupostos, em meio a uma luta sem igual travada contra a censura que se instalara dentro da própria oficina daquele jornal. Seus artigos borbulhavam-lhe da pena como a ebulição em caldeira quente. Neles, parecia que o jornalista falava, gesticulava, movimentava-se com impressionante desenvoltura. Por isso mesmo, vez em quando, confluía no texto a improvisação da prensa de quem queria, a qualquer custo, mudar o Brasil. Mesmo assim, eram fulgurantes seus textos, cheios, muitas vezes, de lampejos literários onde se misturavam os ideais com influente cultura. Sua ética profissional, enquanto jornalista, não era a da rotina nem a da repetição. A



cadência que imprimia a seus artigos não era feita para ser lida por leitores que andavam de chinelo, mas para outros que iam de café em café pelas ruas mineiras, inquietos e desejosos de contribuir para a legalização da ordem política e institucional no País. Assim foi **Paulo Pinheiro Chagas** como jornalista: - inteligente, arguto e abusado, muitas vezes.

### **Senhores Senadores.**

Daí para frente, sua vida precipitou-se de acontecimentos tal como um rio cheio de correnteza e cachoeiras. Com seu idealismo que aflorava à pele, tão de acordo com a juventude da época, e, com seu caráter amalgamado pela educação recebida e tradição herdada, nele encaixavam-se as palavras de **Victor Hugo** ao dizer que “O CARÁTER DE UM HOMEM É O SEU DESTINO”. Parte, então, **Pinheiro Chagas** para vãos mais altos no cenário político. Sabia que haveria de ter pela frente grandes batalhas a travar. E preparou-se para elas. Diplomou-se, por isto, pela **Faculdade de Direito de Minas Gerais**. A partir daí, de 1933 até seus últimos dias, percorreu uma carreira meteórica, embora cheia de altos e baixos, no cenário da política mineira e brasileira. Movimentava-se em todos os episódios que marcaram a história do nosso País durante os governos **Vargas, JK, Jânio Quadros**, até chegar aos obscuros governos militares. Nestes períodos, num breve resumo, foi **Deputado Estadual à Assembléia Legislativa de MG** e **Deputado Federal à Assembléia Nacional Constituinte** de 1934 e, após 1951, onde permaneceu 20(vinte) anos na **Câmara dos Deputados** detentor de mandatos sucessivos em 5(cinco) legislaturas. De 1956 a 1958 foi Secretário de Segurança Pública de Minas, no Governo **Bias Fortes**. Parlamentar pertencente aos quadros do **Partido Social Democrático**, o legendário **PSD Mineiro** granjeou, entre seus pares, a fama de grande orador parlamentar tendo sido por eles eleito **Líder da Maioria** em 1961, durante o **Governo JK**. Logo após, foi eleito pela coligação **PSD, PTB e PSP Líder da Minoria** durante o **Governo Jânio Quadros**. No Governo do **Presidente João Goulart**, é novamente, conduzido a **Liderança da Maioria**. Após ocupa o Ministério da Saúde.

No exercício destas funções mostrava a todos, ou, todos percebiam, que o vôo que trazia para suas asas não era o de um inseto; que seu vôo na política, no parlamento, nos comícios ou nas conferências era o de um pássaro grande querendo espaço, muito espaço para voar. Durante o **Governo JK** defendeu o Presidente que estendia seus olhos para todo um País, porque via-o inteiro como um continente e não como um arquipélago fragmentado de ilhas e ilhas. Defendia um governo carregado de ideais permanentemente

democráticos. Para defendê-lo da tribuna do Congresso, foram precisos músculos, agilidade de serpente, tudo quanto exigia acuidade, eloquência, movimentos e recursos do instinto vital porque eram muitos e barulhentos os opositores. Usava o pulo, o esgueiro, o dente forte, a mão que não poderia tremer, o coração que não poderia disparar e o peito empinado disposto a empurrar, se preciso ou transpassar com uma flecha, o âmago do adversário. E, com um sorriso que escondia sentimentos indecifráveis punha o pé sobre a vítima abatida. Assim, usava tudo para defender ou ousar combater uma idéia ou uma ação que ocorria no campo político. A luta que travava no parlamento era sobre o barranco, o mato bravo, a areia movediça ou, até, próxima do precipício. Formidável espetáculo de duelos de oratória se travavam no plenário do Congresso, à época, sob o apuro de galerias lotadas, histéricas e espasmódicas. Via-se lá, debaterem homens de aço que davam as maiores dimensões à vida política do nosso País, sem perderem de vista os valores maiores da tradição cristã do nosso povo. No centro de tudo e de todos, o foco dos debates era sempre o **Presidente JK**, motor a propulsão permanente que fazia a Pátria movimentar-se, desenvolver-se.

De que se tem notícia, **Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores**, quando **Líder de Bancada**, o **Deputado Pinheiro Chagas** impunha-se um rigor na tribuna de forma veemente quando defendia, cáustica quando retrucava e eloqüente quando concluía. Orador fascinante, lógico, de língua solta e brilhante, ascendia os debates. Armava o poder desarmado do Legislativo tão nervoso quanto insubmisso àquela época. Armava-o com a eloquência da palavra, a força da inteligência e a submissão à Constituição.

Sólido mineiro aquele que conheci quando jovem. Voz altiva, respirando sem cansaço era senhor dos seus nervos. Intacto no seu elástico vigor parlamentar de Líder, ao final de seus discursos, os deputados diziam que parecia não tivesse dispensado, mesmo com escandalosos e irônicos apartes, um átomo sequer de energia. Subia à tribuna erguido. E, erguido, ainda quando dela descia. Dele diziam: – nasceu para discursar!

**Senhor Presidente.**

Estou quase a terminar esta homenagem que esta Casa e o Estado de Minas Gerais prestam em razão dos **100 (cem) anos de nascimento** do nosso inesquecível **Deputado Paulo Pinheiro Chagas**.

Aproximo-me, por fim, de mais um cais onde a arguta inteligência deste ilustre conterrâneo foi aportar em seu curso de vida: - a sua incursão ao cenário da **literatura nacional**. Poucos brasileiros, como o nosso **Deputado Pinheiro Chagas** conseguiram dedicar-se aos assuntos da política, do Governo, do Estado e junto a essas ações ainda, legar às gerações futuras obras literárias tão ricas de beleza. Difícil imaginar, para aqueles que o conheceram ter ele conseguido tempo para produzir livros tão densos em pesquisa histórica e conhecimentos. Relendo-os, hoje, surpreendo-me e concluo que o mesmo vigor, entusiasmo e dedicação emprestados à sua vida pública, ele emprestou-os, também, à literatura. Difícil imaginar ter conseguido ir armazenando ao longo de sua vida pública tanto talento quanto se percebe ao se ler as páginas de seus livros e ensaios como, dentre tantos “**Esse velho vento da aventura**” e “**Teófilo Otoni, o Ministro do povo**”. Sobre este último, assim se referiu ao lê-lo o **ex-Governador Milton Campos**: “**A EVOCAÇÃO DAQUELA GRANDE FIGURA LIBERAL DO NOSSO PASSADO TEVE RESSONÂNCIA PROFUNDA ENTRE NÓS. ESTIMULOU O CULTO E ALIMENTOU A CHAMA. ERA A IMEDIATA CONSAGRAÇÃO DO LIVRO, AO MESMO TEMPO EM QUE, SEU AUTOR SE INSCREVE ENTRE OS NOSSOS MAIS ILUSTRES ENSAÍSTAS POLÍTICOS**”. Isto porque seus escritos conseguiam sempre surpreender e encantar seus leitores.

Termino, **Senhor Presidente**.

Em **Paulo Pinheiro Chagas** se fixou tudo o que foi de forte e inesgotável da tempera do homem mineiro, das qualidades supremas da gente da qual ele provinha: - a tenacidade e a impaciência, a incapacidade de desanimar, de não amolecer, de não ceder ao tempo, ao adiamento. De não largar dos dentes a oportunidade apanhada. Afinal, a pressa é o que se vê por fora em quem anda sempre a correr. A paciência é que está por dentro de quem sabe onde quer chegar.

Lembro –me, hoje, daquele político mineiro por que tive o prazer de conhecer já nos crepúsculos de sua vida intensa. Ele foi contemporâneo, amigo e companheiro de partido, por muitos anos, de meu pai, o também **Deputado Federal Renato Azeredo**. Tiveram, os dois, em comum, servir ao **ex-Presidente Kubistichk**. Sentou, como meu pai, ao lado de **JK** quando este governava Minas e presidia nosso País em prolongadas reuniões que resultavam em planos, ações e obras daquele que foi o maior governo que nosso País teve nos últimos tempos. Ia, o **Deputado Pinheiro Chagas**, como líder do governo, para frente da cena enfrentar no **Congresso Nacional** os tenazes opositores do

governo, daquele governo que só fazia trabalhar e realizar. Lembro-me dele como um político completo, dono de uma linguagem e oratória que nos dava o maior prazer ouvir. Neste sentido, e por ser oportuno e justo, externo hoje, também as minhas homenagens aos incontáveis políticos do inesquecível **Partido Social Democrático**. Em especial àquelas grandes figuras memoráveis deste partido em Minas Gerais. Figuras que ajudaram a escrever com lances surpreendentes a história da política do nosso Estado.

Por tudo isso, **Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores**, frente à dimensão que conseguiu dar à sua vida o nosso homenageado, o médico, o jornalista, o advogado, o escritor, o político, o líder parlamentar **Paulo Pinheiro Chagas**, solicito seja enviado por essa **Casa** às autoridades Municipais da cidade de **Oliveira – MG** bem como à Presidência da **Assembléia Legislativa de Minas Gerais** na figura do parlamentar que a preside e representa, o Deputado Estadual **Mauri Torres**, cópia desta homenagem para que possa ser também guardada nos anais da recente história política do **Estado de Minas Gerais**, Estado que tenho a honra de representar neste Senado Federal.

Era o que tinha a dizer. A todos agradeço à atenção.

  
EDUARDO AZEREDO  
SENADOR

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, em nenhuma oportunidade, dei atenção às repetidas notícias sobre uma possível internacionalização da Amazônia. Agora, no entanto, leio na **Folha de S.Paulo** informação que, ao menos, exige uma explicação.

A notícia relata suposto projeto do Governo Britânico, divulgado no final de setembro, na cidade de Monterrey, México, pelo Secretário de Meio Ambiente do Reino Unido, David Miliband. O objetivo seria a privatização da grande área da floresta amazônica e contaria com o aval do Primeiro-Ministro da Grã-Bretanha, Tony Blair.

Já não se trata, portanto, de mais uma dessas frenéticas notícias que circulam pelo mundo, principalmente na Internet. Agora, seria um projeto

de Governo, do Governo britânico – e isso exige pronta reação do Brasil.

A sinistra idéia, a ser verdadeira, representa clara intromissão na soberania brasileira. A notícia foi publicada pelo jornal **Daily Telegraph**, informando que o anúncio foi feito em evento de que teriam participado representantes “dos 20 países mais poluidores do mundo”.

Por trás de tudo isso, adianta a notícia, estaria aquele milionário sueco-inglês Johan Eliash. Há algum tempo, ele conseguiu comprar duas grandes áreas no Amazonas. E garantiu que prosseguiria na idéia amalucada de comprar toda a Amazônia, avaliando que, para isso, seriam necessários US\$50 bilhões.

De espiroquetas desse tipo estamos cansados! É hora de dar um basta!

A notícia a que me refiro foi publicada ontem. Hoje, ainda na *Folha*, saiu um desmentido, meio pálido, é verdade. Não convence. Eis o que diz o noticiário:

O Governo britânico negou ontem que tenha planos para privatizar a Amazônia e que pretenda incluir o assunto na pauta de uma reunião internacional sobre mudança climática iniciada ontem em Monterrey, México.

O fato é que, na véspera, a notícia era outra, com o anúncio feito pelo Secretário de Meio Ambiente do Reino Unido.

É bom que cessem com essas maluquices!

Que não venham, pois, com esse inaceitável plano! Que não venham, mesmo! A Amazônia tem dono e, por isso, é bom que esses tresloucados projetos sejam logo descartados. É inaceitável essa idéia de considerar a Amazônia como área da humanidade e coisas assemelhadas.

Por tudo isso, estou encaminhando à Mesa requerimento de informações ao Itamaraty, para que a nossa Chancelaria esclareça se há veracidade nesses planos.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU  
PRONUNCIAMENTO**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

**GOVERNO INGLÊS DIVULGA  
PLANO PARA PRIVATIZAR A AMAZÔNIA.**

Da Redação

O governo inglês, por meio de David Miliband, secretário de Meio Ambiente britânico, divulgou na semana passada no México um plano para transformar a floresta amazônica em uma grande área privada. O anúncio foi feito em um encontro realizado na cidade de Monterrey, segundo informou o jornal "Daily Telegraph". O evento reuniu os governos dos 20 países mais poluidores do mundo.

A proposta inglesa, que conta com o aval do primeiro-ministro Tony Blair, visa a proteger a floresta, segundo Miliband. O próprio político admitiu que a idéia está em seu estágio inicial e que será preciso discutir as questões de soberania da região com o Brasil. O plano prevê que uma grande área da Amazônia passaria a ser administrada por um consórcio internacional. Grupos ou mesmo pessoas físicas poderiam então comprar árvores da floresta.

**GOVERNO DO REINO UNIDO  
NEGA "PRIVATIZAÇÃO" DA AMAZÔNIA**

Eduardo Geraque  
Da Reportagem Local

Marco Aurélio Canônico  
De Londres

O governo britânico negou ontem que tenha planos para privatizar a Amazônia e que pretenda incluir o assunto na pauta de uma reunião internacional sobre mudança climática iniciada ontem em Monterrey, México.

A declaração havia sido dada pelo secretário do Ambiente do Reino Unido, David Miliband, ao jornal "Daily Telegraph". Segundo o jornal, Milliband propunha uma "privatização completa da Amazônia" contra emissões de gases-estufa pelo desmate e admitia que a idéia poderia levantar "questões de soberania" com o Brasil.

"Isso não está sendo discutido em Monterrey", disse à Folha Penny Fox, porta-voz do Departamento do Ambiente britânico.

O governo brasileiro atacou a idéia. "Se alguém tem essa intenção não tem muito conhecimento do que é a Amazônia. Hoje 75% da região pertence ao Estado. São áreas que não podem ser vendidas", disse Tasso Azevedo, diretor do Serviço Florestal Brasileiro. Ele afirmou que nos últimos três anos foram investidos R\$ 100 milhões na proteção da selva.

Os interessados em ajudar na proteção de uma das maiores reservas de biodiversidade do mundo, explica Azevedo, podem colaborar de várias formas. Uma delas é ajudar o fundo do Programa de Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa). "Até agora, apenas empresários brasileiros colaboraram com essa iniciativa. Recursos estrangeiros também seriam muito bem-vindos", afirmou o representante do Ministério do Meio Ambiente.

Um dos apontados como autor da idéia de comprar grandes nacos da Amazônia é o multimilionário inglês Johan Eliasch, nascido na Suécia. Recentemente, ele adquiriu uma área de 400 mil hectares de floresta no território brasileiro.

"Ele comprou uma região que está certificada para a exploração de madeira. Há áreas bem mais ameaçadas". Segundo Azevedo, o plano de combate ao desmatamento feito pelo Brasil pode ser ajudado de várias outras formas, não com a "privatização" da floresta.

**O SR. PRESIDENTE** (Wellington Salgado de Oliveira. PMDB – MG) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Wellington Salgado de Oliveira. PMDB – MG) – Está encerrada a presente sessão.

*(Levanta-se a sessão às 19 horas e 29 minutos.)*

**(OS:15409/2006)**

**DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR MARCO MACIEL NA SESSÃO DO DIA 3 DE OUTUBRO DE 2006, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.**

**O SR. MARCO MACIEL** (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, ilustre Senador Romeu Tuma, representante do Estado de São Paulo nesta Casa da Federação, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, concluímos, no dia 1º de outubro, uma etapa importante do processo eleitoral brasileiro.

Como se sabe, foram eleitos os novos representantes à Câmara dos Deputados, às Assembléias Legislativas dos Estados e à Câmara Legislativa do Distrito Federal. Bem assim, foi realizada eleição para um terço da composição do Senado Federal, porque adotamos o modelo, concebido pela primeira vez nos Estados Unidos, de renovar a representação desta Casa em períodos alternados.

Ainda está pendente de decisão a escolha do Presidente da República, visto que o candidato da coligação PSDB/PFL, Geraldo Alckmin, e o seu candidato a vice-Presidente, o Senador José Jorge, foram para o segundo turno. Conseqüentemente, as eleições presidenciais somente serão concluídas no próximo dia 29; o mesmo raciocínio pode ser aplicado a Estados que ainda não definiram a situação dos candidatos a Governador.

Sr. Presidente, é importante fazer, a partir das eleições do dia 1º, algumas observações do *day after*, do dia seguinte. Em primeiro lugar, uma demonstração de grande maturidade do povo brasileiro. Somos o segundo maior colégio eleitoral do Mundo Ocidental – só os Estados Unidos têm um eleitorado maior do que o nosso. Do ponto de vista de todo o Mundo, já que a China, cuja população é maior e, conseqüentemente, tem eleitorado maior do que os Estados Unidos, somos o terceiro maior colégio eleitoral na escala mundial.

Enfim, o Brasil, apesar de um eleitorado tão numeroso, não deixa de demonstrar que continua aprimorando a sua prática democrática. Vimos isso, mais uma vez, no dia 1º quando, habilitados perto de 125 milhões de eleitores, tivemos um comparecimento muito elevado, a abstenção e o percentual de voto nulo caíram, o que mostra o nível de politização do nosso povo.

Antes das eleições, nesta tribuna e fora dela, fiz muitos apelos no sentido de que não devíamos ter um voto que não fosse constitutivo, participativo. Ou seja, devíamos fazer como a grande maioria da sociedade brasileira o fez, votando construtivamente, escolhendo o candidato, não nos deixando levar pelo absentismo, pela omissão, enfim, tampouco recorrendo ao voto nulo. O fato é que, mais uma vez, a democracia brasileira se afirma.

Aproveito a ocasião para dizer que estamos concluindo a 52ª Legislatura e, em 1º de fevereiro de 2007, iniciaremos a 53ª Legislatura. No Brasil, as legislaturas duram quatro anos, diferentemente das dos Estados Unidos, que duram apenas dois anos. Isso já nos faz pensar um pouco o dia seguinte, o momento em que se concluir o segundo turno, o instante em que os candidatos forem diplomados pela Justiça Eleitoral, visto que há no Brasil essa exigência de prévia diplomação dos eleitos pela Justiça Eleitoral, que vem cumprindo um papel muito importante desde sua criação nos idos de 1932, com o Código Eleitoral.

Nesse caso, cabe-me fazer mais uma vez uma reflexão importante: a idéia de que a primeira função da nova legislatura seja a de discutir e votar a chamada reforma política. É um gênero de primeira necessidade.

Não podemos mais adiar a possibilidade de começar a nova legislatura sem votarmos a reforma política. Diria até que os fatos ocorridos recentemente tornam imprescindível e inafastável a necessidade da reforma política, que preferiria chamar de reforma institucional.

Se não agora, quer dizer, logo após a diplomação dos eleitos, quando? Se não nós, quem? A sociedade votou, acreditou e agora espera que cumpramos as nossas responsabilidades. Falar em reforma política significa mais do que falar em aperfeiçoamento do processo eleitoral e partidário, no qual estamos avançando, mas remete também à necessidade de aprimorarmos o sistema de Governo, removendo tensões existentes no relacionamento entre os Poderes, um dos quais é a questão da medida provisória, que retira do Congresso Nacional o comando da atividade legiferante e o transfere para o Executivo.

Falar em reforma institucional ou reforma política significa também rediscutir a questão da Federação. Somos uma República dita Federativa, mas, cada vez mais, a Federação se converte num mero dispositivo legal, numa mera letra da Lei, e não a praticamos na sua intensidade, em toda a sua extensão.

Enfim, Federação quer dizer cidadania.

Essa preocupação com a Federação não surgiu agora, mas antes mesmo da República. Sem querer exagerar, eu diria que esse já foi um debate presente no próprio processo da Independência do País. Ao recuarmos mais, vamos lembrar que esteve no ideário de Tiradentes, enfim, daqueles que participaram da Inconfidência Mineira e de tantos movimentos que se desenrolaram ao longo da nossa História, que sempre tiveram como fulcro, como núcleo, a questão da Federação, entendida como descentralização, mesmo porque um País como o nosso não pode ser gover-

nado a partir de uma instância central. Falar em Federação é falar em descentralização, é falar também na cidadania, que é, naturalmente, beneficiária direta desse processo. Daí por que, Sr. Presidente, eu diria que essa é a nossa grande tarefa.

E avançaria mais ainda, dizendo também que precisamos rediscutir as chamadas instituições republicanas. Essas também estão em risco. Precisamos fazer um processo de revigoração, de *aggiornamento*, se assim posso dizer, das instituições republicanas.

Para usar a expressão de Joaquim Murтинho, que foi Senador da República e também, por um tempo, Ministro da Fazenda de Campos Sales, precisamos “republicanizar a República”. Mas a República no sentido das virtudes, a que se referiam gregos e romanos, essenciais à boa governação, atendidos os princípios éticos que caracterizam uma sociedade democrática, e que tenha instituições adequadamente estruturadas.

Sr. Presidente, para incluir entre as propostas que não podem ficar fora da reforma política é a questão do *lobby*. O *lobby* não surgiu agora, mas no fim do século XIX nos Estados Unidos, que já têm pelo menos quatro leis regulando a matéria. Na maioria dos países, sobretudo onde há democracia, existe regulamentação para esta atividade. Não podemos deixar de aqui contemplar também o *lobby* no nosso arsenal legislativo, porque, havendo democracia, há grupos de pressão. E, entre os grupos de pressão, há aqueles que se constituem com o fim precípua de demandar junto ao Congresso Nacional.

Obviamente, isso não se passa apenas no Legislativo, mas é, sobretudo, no Legislativo onde o *lobby* se desenvolve, embora ocorra também em outras instâncias dos outros Poderes da República, quer do Executivo, quer do Judiciário – embora neste último em menor escala. Mas, no caso do Congresso, é evidente que a atividade lobística se manifesta de forma muito forte. Aliás, Alexis de Tocqueville, quando fez o seu famoso livro “A Democracia na América”, nos idos de 1835, observando o funcionamento da sociedade americana, ele disse – e vou citar uma referência contida em uma análise feita pelo **The Economist**, em 1999 – que ficou impressionado com o entusiasmo dos americanos em pertencer a organizações que ele chamava de instituições intermediárias, que cumpriam o papel de instância intermediária de interlocução entre o povo e o governo. Esses grupos de pressão, essas instituições intermediárias, depois, foram se cristalizando sob diferentes formas – hoje existem as ONGs, as instituições não-governamentais –, inclusive sob forma de uma ação direta que se realiza sobre o Parlamento brasileiro e sobre os parlamentos do mundo democrático.

Houve um jurista pernambucano, Nehemias Gueiros, pessoa muito culta que conhecia, na sua integridade, a obra de Shakespeare – inclusive foi um dos tradutores de Shakespeare para o Brasil. Ele percebeu que o *lobby* nos Estados Unidos já era observado em Estados como Wisconsin, Massachusetts e outros tantos. Depois começaram as medidas disciplinadoras, muitas delas adotadas mais recentemente.

Se não estou equivocado, o Congresso americano, entre suas últimas leis sobre *lobby*, regulou, por exemplo, o *lobby* feito por governo estrangeiro. Como os Estados Unidos se constituem como a primeira economia do mundo, se bem que a China avança a passos largos para talvez arrebatá-la, é natural que também ali – e sobretudo no seu Congresso – se alojem não somente representações de instituições privadas, mas também de Estados estrangeiros que têm interesses significativos no comércio americano e em definições de políticas que eventualmente venham a interessar a seus respectivos países.

**O Sr. Eduardo Azeredo** (PSDB – MG) – Senador...

**O SR. MARCO MACIEL** (PFL – PE) – Eu digo, portanto, que isso é fundamental para que tenhamos que pensar também na questão do *lobby* em nosso País. Tive oportunidade de apresentar em 1989, no século passado portanto, um projeto sobre o assunto que foi aprovado no Senado e se encontra desde 1990 na Câmara dos Deputados aguardando apreciação.

Ouçó, com prazer o nobre Senador Eduardo Azeredo, ex-Governador de Minas Gerais e da representação do referido Estado aqui no Senado Federal.

**O Sr. Eduardo Azeredo** (PSDB – MG) – Senador Marco Maciel, o posicionamento de V. Ex<sup>a</sup> vem exatamente analisar esta importante questão que é a reforma política. Esperamos que, realmente, seja quem for o vencedor, o Presidente Lula ou o nosso candidato, Geraldo Alckmin, possamos ter, no início do ano que vem, uma discussão efetiva sobre a reforma política. Veja que alguns pontos poderiam ser lembrados aqui também. A questão, por exemplo, dos candidatos. É democrático termos muitos candidatos, mas o que acabamos vendo é a banalização do horário eleitoral pela presença de candidatos que não têm a menor possibilidade e se tornam candidatos folclóricos. Isso acontece por quê? Porque, com a quantidade de partidos que existem hoje, não há condições de se fazer uma seleção porque sobram vagas, ao contrário de sobrar candidatos, como era na época do bipartidarismo. Não estou defendendo que tenhamos o bipartidarismo, mas com a cláusula de barreira, cláusula de desempenho, talvez possamos ter um caminho melhor, ou seja, os partidos poderão escolher os candidatos, tendo em

vista que terão mais candidatos do que vagas. Não é o que acontece hoje. Hoje é exatamente o inverso. O partido deixa de aceitar um candidato que vai para outro partido e colabora com o coeficiente eleitoral do partido adversário. Nesse caso se encontram os funcionários públicos que tiram licença e se candidatam apenas para poder ter direito a três meses de licença remunerada. Quando se verifica o número de votos que tiveram observam-se apenas 50, 60 ou 100 votos, o que mostra com clareza que eles apenas usaram o artifício para poder ter esse tempo. Além da reforma política, eu queria aproveitar também o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> para mencionar a tecnologia. V. Ex<sup>a</sup> é também uma pessoa sempre ligada a esse setor. Mais uma vez, vemos o sucesso – e já se passaram dez anos – da urna eletrônica no processo eleitoral brasileiro. É um sucesso do ponto de vista tecnológico e do ponto de vista democrático. Tivemos uma eleição cuja apuração foi divulgada com detalhamento de resultado por Município, por tipo de candidato, já na própria noite do domingo. É realmente um grande sucesso. Eu digo isso porque V. Ex<sup>a</sup> acompanhou sempre essa questão da informática no Brasil. Eu era ainda fiscal do MDB nos primeiros passos, em 1974, da totalização de eleições. Depois pude ver e ajudar, modestamente, a discussão do tema da urna eletrônica, quando tivemos no TSE o Ministro Carlos Velloso, também mineiro como eu, e o Roberto Siqueira, que era o Diretor de Tecnologia. A implantação da urna eletrônica em 1996 ou 1998 – eu não me lembro bem do ano – significou realmente um retumbante sucesso. Então é o momento também, além de pensarmos na reforma política, de nos lembrarmos sempre da tecnologia brasileira e de a festejarmos, bem como de festejarmos o trabalho do Tribunal Superior Eleitoral, que faz com que a eleição seja apurada em tempo recorde, sendo um exemplo para todo o mundo. Eu não conheço um exemplo tão bem-sucedido de automatização de eleições como o nosso, mais do que nos Estados Unidos, onde existe o sistema híbrido – há alguns locais ainda com votação feita com cartão perfurado. De maneira que é essa a intervenção que eu queria fazer, cumprimentando-o pela oportunidade da discussão da reforma política e, dentro dela, também a lembrança dos dez anos de sucesso da urna eletrônica.

**O SR. MARCO MACIEL** (PFL – PE) – Nobre Senador Eduardo Azeredo, V. Ex<sup>a</sup>, no seu rico aparte, tratou duas questões que vou comentar. Vou começar pelo segundo tema citado por V. Ex<sup>a</sup>: a utilização da urna eletrônica. Fomos gradualmente avançando e hoje somos modelo para o mundo. V. Ex<sup>a</sup> viveu esses passos todos inclusive porque é um grande especialista no assunto.

Lembro-me, nos idos da década de 80, quando V. Ex<sup>a</sup> fazia parte da SUCESU; participei de reuniões da instituição, quando ainda a informática dava os primeiros passos no Brasil. Depois, acompanhei, já no Senado, nos anos de 1983, 1984 – Tancredo Neves era Senador – e se discutia a possibilidade de usar a informática, sendo necessário para isso de uma lei adequada que não somente protegesse os interesses brasileiros, mas também permitisse o desenvolvimento desse mecanismo. Isso foi muito importante para o País e contribui para a obtenção daquilo que chamamos verdade eleitoral. Os constitucionalistas geralmente dizem que a verdade eleitoral é a que se obtém na pureza da manifestação do eleitor, isso é: sem que haja fraude, distorções no processo eleitoral porque, no Brasil, com aquelas cédulas, era muito fácil fraudar, era muito fácil distorcer um resultado eleitoral às vezes até nas próprias atas, etc.

Com a informatização isso tudo acabou. Então não somente temos um sistema ágil de apuração e que é um modelo para o mundo, insisto, como também obtemos a verdade eleitoral. Não há contestação. Quem acompanhou a apuração como acompanhamos, noite adentro do dia 1º para o dia 2 de outubro, verificou que os resultados foram oferecidos praticamente na manhã do dia 2, e ninguém os contestou. Pelo contrário, houve uma aceitação ampla, geral e irrestrita.

**O Sr. Antonio Carlos Valadares** (Bloco/PSB – SE) – V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte, Senador Marco Maciel?

**O SR. MARCO MACIEL** (PFL – PE) – Pois não, nobre Senador. Vou conceder o aparte a V. Ex<sup>a</sup>, mas gostaria de encerrar uma consideração sobre o que disse o Senador Eduardo Azeredo com relação à informática.

Isso é prova que estamos progredindo sob o ponto de vista científico e tecnológico porque, sem tal recurso, não teríamos feito um avanço tão grande nessa área sensível área da apuração do voto, o primeiro direito da cidadania.

A outra questão que o nobre Senador Eduardo Azeredo situou – aliás, a primeira – é com relação à quantidade de candidatos. Realmente, um tema que se põe à nossa discussão agora é como compatibilizar diversidade com governabilidade. Esse é um grande desafio dos tempos modernos. Essa é uma preocupação de Duverger, de Sartori, de Bobbio, desses grandes pensadores da ciência política. toda vez que se amplia a diversidade, isto é, que se amplia o número de partidos, se reduz a governabilidade. Por quê? Porque, na medida em que há maior número de partidos, as decisões se tornam mais difíceis e mais complexas. Temos que encontrar a virtude no meio para recorrer



ao ensinamento dos filósofos gregos, ou seja, como compatibilizar a governabilidade com a diversidade. Não vejo como não ser fazermos um esforço para mantermos a diversidade, a pluralidade partidária, mas contê-la sob certos limites para que não prejudique a governabilidade e o processo partidário enseje condições para que o Governo possa decidir.

No Brasil, temos maioria, minoria e “unoria”, isto é, temos uma quantidade tão grande de partidos, alguns com um único representante, tornando muito difícil o ato de deliberar, sobretudo no Congresso Nacional, de modo especial, na Câmara dos Deputados que abriga um grande número de parlamentares e, ao mesmo tempo, tem grande diversidade partidária. Graças ao empenho que tivemos – inclusive com minha participação –, avançamos nesse campo quando introduzimos a cláusula de desempenho, que alguns chamam de cláusula de barreira, adotada na maioria dos países, inclusive nos chamados países do Primeiro Mundo. A Alemanha, talvez, tenha sido a primeira nação a adotá-la e, posteriormente, a França e vários outros países da Europa e do mundo.

Espero que, com a cláusula de desempenho, os avanços que conseguimos dar no sentido da fidelidade partidária, possamos assegurar a um só tempo estas duas grandes preocupações de uma sólida democracia: diversidade de um lado, porque a democracia é a diversidade, e, de outro lado, condições para assegurar a governabilidade.

Essas são as considerações que gostaria de fazer a V. Ex<sup>a</sup>, dizendo da minha alegria em poder ouvir V. Ex<sup>a</sup> e expender considerações muito importantes sobre a questão do voto eletrônico, que deu ao Brasil esse modelo e ao mundo um exemplo.

Ouçõ o nobre Senador Valadares, que me pede também um aparte.

**O Sr. Antonio Carlos Valadares (PSB – SE)** – Senador Marco Maciel, nós todos reconhecemos, aqui no Senado, que V. Ex<sup>a</sup> é um estudioso e um analista profundo da situação dos partidos políticos, da filosofia que deve predominar na...

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. Antonio Carlos Valadares (PSB – SE)** – ...vida partidária. Aproveito o ensejo, nesta sessão, para me pronunciar sobre o resultado das eleições e sobre as conseqüências do processo eleitoral e do processo partidário, com os quais convivemos. A reforma que fizemos no Congresso Nacional foi tímida e ainda muito permissiva à prática da fraude, à compra de votos, à utilização ou à influência do poder econômico nas eleições. Certamente, esse assunto não será resolvido nesta eleição nem na

próxima, já que envolve a conscientização do eleitor. Nesta eleição, o Tribunal Superior Eleitoral teve uma grande participação na conscientização de que a compra de votos, a boca-de-urna, bem como tudo o que vicia as eleições, tudo isso é proibido por lei. Entretanto, não vamos cometer o equívoco de afirmar romanticamente que não houve compra de votos e fraude nesta eleição, apesar do esforço realizado pelas instituições que lutam pela transparência nas eleições, como a OAB, a CNBB, o Ministério Público, que atuaram. Mas eles dependem muito da denúncia, da reclamação, da prova, de uma fiscalização intensa não apenas das instituições, mas do próprio eleitor consciente do papel reservado a ele no processo eleitoral. O Congresso Nacional está devendo uma legislação mais forte quanto à punição de quem se utiliza da improbidade administrativa, dos recursos econômicos para vencer as eleições. Uma saída seria a aprovação do projeto submetido à deliberação do Senado, cujo autor foi o Senador Jorge Bornhausen, com a nossa participação. Falo do financiamento público de campanha. Seria uma saída. Quanto ao aperfeiçoamento das eleições, acho que o voto proporcional é um contra-senso, uma incoerência da democracia, uma distorção. Senador Marco Maciel, parece-me que só dois países, a Nova Zelândia e o Brasil, adotam o voto proporcional puro, que faz com que nosso adversário não esteja no outro partido. Quando se disputa uma eleição para deputado, não vislumbramos o adversário no outro lado, mas internamente, no nosso Partido. Acontecem coisas incríveis. O próprio companheiro de Partido trata de solapar a eleição do outro, mas não há uma preocupação com o adversário. Por quê? Por causa da imperfeição do voto proporcional. Temos, então, de encontrar uma fórmula para solucionar esse problema, que pode ser o voto distrital misto ou o voto de lista aberta. Afinal, o Brasil está precisando de uma legislação mais aperfeiçoada, mais realista, de uma legislação mais moderna no que diz respeito à vida dos partidos e ao aperfeiçoamento das eleições no combate à corrupção, o que ainda não aconteceu nessa eleição, infelizmente. Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> este aparte. Meus parabéns pelo seu pronunciamento.

**O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE)** – Muito obrigado, nobre Senador Antonio Carlos Valadares. V. Ex<sup>a</sup> trouxe achegas muito importantes ao pronunciamento que estou fazendo nesta tarde.

Inicialmente, devo observar que V. Ex<sup>a</sup> tem razão quando diz que ainda falta conscientização do processo político brasileiro. Um ilustre mineiro, Milton Campos, certa feita, afirmou que a democracia começa no reino das consciências. Naturalmente, isso é o

primeiro passo para que uma sociedade democrática verdadeiramente se implante no País, para, daí, virar uma consciência coletiva.

Somente vamos coibir e limitar o abuso do poder econômico, na medida em que a sociedade se conscientizar de que a democracia tem compromisso com a ética, quando dotarmos o País de uma legislação que evite condutas heterodoxas, ou seja, não conformes com uma sociedade verdadeiramente republicana.

Creio que avançamos, como V. Ex<sup>a</sup> salientou, inclusive lembrando o projeto do Senador Jorge Bornhausen. V. Ex<sup>a</sup> também trouxe contribuições em iniciativas anteriores. Ao tempo em que me encontrava na Vice-Presidência da República, V. Ex<sup>a</sup> foi um dos autores de um projeto de lei que permite a federação de partidos, que é uma forma de mitigar os efeitos da chamada cláusula de desempenho.

De alguma forma, tudo isso concorre para que tenhamos como agenda primeira na próxima legislatura a reforma institucional.

Por fim, V. Ex<sup>a</sup> toca na questão do voto proporcional por listas abertas, que não pode, a meu ver, continuar a ser praticado no País, porque não induz à formação de verdadeiros partidos, uma vez que vincula o eleitor não ao partido, mas ao candidato. Então, precisamos fazer uma alteração no sistema eleitoral, para criar condições de fortalecer os partidos políticos, peças fundamentais para a vertebração de uma sociedade democrática.

Sr. Presidente, encerro minhas palavras, agradecendo o tempo que V. Ex<sup>a</sup> me conferiu, fazendo um apelo para que a Câmara dos Deputados inclua na Ordem do Dia projeto que apresentei em 1989, encaminhado em 1990, àquela Casa e que ainda está pendente de apreciação. Por que faço este apelo? Por entender que esse projeto também concorre para o aprimoramento dos nossos hábitos políticos e cria condições para que o País continue avançando na construção de uma sociedade que seja sinônimo de uma democracia revestida dos valores que marcam o ideário republicano, ou seja, para que a República seja **res publica**, seja realmente o zelo pela coisa pública. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Marco Maciel, V. Ex<sup>a</sup> falou da importância da queda do índice do voto em branco e nulo. Queria pedir-lhe permissão para homenagear o Ministro Marco Aurélio de Mello, Presidente do TSE, pela campanha que fez pela televisão a favor do voto consciente.

**O SR. MARCO MACIEL** (PFL – PE) – V. Ex<sup>a</sup> tem razão. As intervenções de S. Ex<sup>a</sup>, o Sr. Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, foram muito oportunas, concorrendo para que, de alguma forma, avançássemos também numa pedagogia cívica sobre o sentido do voto e sua importância para a formação dos governos.

Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>

## Ata da 163ª Sessão Não Deliberativa, em 5 de outubro de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Tião Viana,  
Romeu Tuma, Roberto Cavalcanti e Mão Santa*

*(Inicia-se a sessão às 14 horas)*

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Há oradores inscritos.

Passo a palavra ao Senador Mão Santa, por vinte minutos.

Hoje, a sessão é não-deliberativa. Seria bom que V. Exª cumprisse o tempo, porque estão inscritos os Senadores Paulo Paim e Marco Maciel.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, esta é uma das mais importantes sessões deste Senado, primeiramente porque V. Exª a está presidindo e, em segundo lugar, porque está presente o Dr. Raimundo Carreiro, sem dúvida o maranhense vivo mais ilustre hoje – o Presidente Sarney está no Amapá.

Cumprimento as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores, as brasileiras e os brasileiros aqui presentes e os que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado Federal.

O Senador Paulo Paim cumprimenta o Senador Marco Maciel – são dois pólos, o Sul e o Nordeste. Senador Paulo Paim, Paulo é o nome do apóstolo, e V. Exª o carrega bem.

O Senador Marco Maciel é cristão mesmo. Senador Marco Maciel, o apóstolo Paulo teve longevidade. Cristo viveu pouco, 33 anos. Cristo não escreveu nada, mas falou bem, discursou bem. O Pai-Nosso é um discurso de Cristo. São 56 palavras, Senador Marco Maciel, e, cada vez em que as balbuciamos, em um minuto, transportamo-nos destas terras aos céus. Ele não tinha aparelho de som, televisão. Ele ia, então, às montanhas e bradava: “Bem-aventurado quem tem fome e sede de justiça; bem-aventurados os mansos, que possuirão a terra”.

Senador Paulo Paim, ele, que teve longevidade, disse assim: “Percorri meus caminhos, guardei minha fé e combati meu bom combate”.

Então, posso dizer isto para o Brasil: desde que chegamos a esta Casa, continuamos combatendo o bom combate do mesmo jeito, aqui, neste cenário, porque entendo que isto aqui é uma criação de Deus.

Ó, Senador Marco Maciel, o Líder escolhido por Deus para libertar seu povo foi Moisés, que, recebendo a missão, acreditou, não quis saber de força de faraó, de Mar Vermelho, de seca, de fome, e guiou o povo. Recebeu as Leis de Deus, para mostrar que a lei é divina.

Mas, Senador Paulo Paim, houve momentos em que Moisés quis desistir, pois o povo estava atrás do bezerro de ouro, do dinheiro, das coisas fáceis, como ocorre hoje no Brasil. Ele quis desistir, mas ouviu de Deus: “Não desista, busque os mais velhos, os mais experimentados, e eles o ajudarão a carregar o fardo do povo”. Aí, Senador Marco Maciel, nasceu a idéia de Senado, melhorada na Grécia, na Itália, na França, no mundo e no Brasil por Rui Barbosa. O Senado melhorou muito com Rui Barbosa. Então, somos isso.

Quero, primeiramente, fazer uma homenagem ao Senado do Brasil. Senador Paulo Paim, sei que tudo começou lá com Bento Gonçalves, esta República, a Guerra dos Farrroupilhas, os lanceiros negros. Eu, nessa campanha, agi como os lanceiros negros – acho que é a convivência com Paulo Paim, com sua coragem. Mas foi Bento Gonçalves, foram os gaúchos os precursores desta República.

Ó, Carreiro, V. Sª é um dos homens mais dignos na história do Maranhão. Quem diz isso é um filho de maranhense. Meu pai era maranhense. V. Sª é ímpar. O Senado está perdendo a oportunidade de indicar um dos homens mais dignos e honrados para o Tribunal de Contas da União.

Há quatro anos, ouve-se esse samba do crioulo doido, mas ninguém chega a uma conclusão. Temos errado por omissão. Nessa eleição palhaça e sem lei, fomos nós que erramos. Deveríamos ter feito a lei antes de 3 de outubro, como previa a Constituição. O

nome do Carreiro é um nome da Pátria que poderia ser utilizado. Pecamos por omissão, e adverti, quando não fizeram a reforma antes da data. Pensaram que podiam tudo, mas não puderam.

Carreiro, faço-lhe essa homenagem, porque aprendi isto quando menino: “Não chores, meu filho, a vida é luta renhida. Viver é lutar. A vida é um combate que os fracos abate e os fortes e bravos só pode exaltar”.

Este Senado é forte e bravo. Apesar de todos os percalços, de todas as coisas, impedimos que o PT levasse este País à ditadura, ao modelo de Fidel. Lutamos muito. Bradei, quando a primeira medida provisória tirou o direito dos velhinhos aposentados e a perspectiva de um homem aposentar-se.

Três coisas só fazemos uma vez na vida: nascer, morrer e votar no PT.

O Senador Paulo Paim lutou para salvar os aposentados e criou uma PEC paralela. Aqui há gente boa. Senador Paulo Paim, sem dúvida, V. Ex<sup>a</sup> é o melhor desta Casa. Sou franco, mas sei que o PT não era o seu ideal. Com todo o respeito, o PT, para mim, é hoje uma organização criminosa. Conheço o do Brasil, e o do Piauí é pior. Lá, ele se uniu com o poder econômico perverso e imoral. Aí está o resultado da eleição no Senado. Nomes históricos, com vida política e pública respeitadas, como governadores, ministros, deputados, secretários, apagaram-se diante do poder econômico perverso.

Mas o Senado escreveu a mais bela página. Senador Romeu Tuma, se não fosse Heloísa Helena e Cristovam Buarque, estava acabado o jogo, estava acabada a esperança da democracia.

Senador Romeu Tuma, está na hora de V. Ex<sup>a</sup>, que é Corregedor e que só faz punir, aplaudir: invente uma medalha na Corregedoria, para dá-la a Heloísa Helena e a Cristovam Buarque. Sei que V. Ex<sup>a</sup> é nota dez, mas crie, sim, uma motivação. Ninguém fez mais nessa campanha do que estes dois Senadores: Heloísa Helena e Cristovam Buarque.

Portanto, foi o Senado que salvou a democracia, com o PT comportando-se como organização criminosa, aliado ao mais perverso poder econômico. O poder econômico é perverso, Senador Paulo Paim.

Não sei se V. Ex<sup>a</sup>, Senador Paulo Paim, já teve vergonha de ser brasileiro; eu tive. Senador Marco Maciel, eu tive vergonha e vou contar o dia. Tive vergonha de ser brasileiro! Eu, com minha Adalgisinha, em 1986...

Senadora Heloísa Helena, estou instituindo uma comenda aos heróis: V. Ex<sup>a</sup> e Cristovam Buarque. Não sei quanto a V. Ex<sup>a</sup>, mas já tive vergonha de ser brasileiro um dia. Em 1986, eu e minha Adalgisinha fo-

mos de ônibus para a Zona Franca do Paraguai, em Assunção. Senador Paulo Paim, gosto de história e fui a um museu em 1986, há vinte anos. O Paraguai era pobre, com dificuldades. Senador Marco Maciel, V. Ex<sup>a</sup> sabe o que é cartolina e pincel atômico? Senador Paulo Paim, a história da guerra do Paraguai estava escrita em espanhol. Gosto muito de espanhol, porque, no tempo em que estudava Medicina, quase todos os livros eram em espanhol, de El Ateneu, de Buenos Aires. Então, deleitando-me, tive vergonha de ser brasileiro. É o poder econômico perverso a que o PT se entregou no Piauí, vergonhosamente, e no Brasil; entregou-se aos banqueiros.

Senadora Heloísa Helena, eles contavam: o poder econômico da Inglaterra, os grandes empresários tinham as fábricas de tecido. Meu avô era empresário, e me lembro de que ele só falava em casimira inglês, em linho inglês, em tropical inglês. Tudo era da Inglaterra, e o transporte... Aí surgiu no Paraguai uma indústria de tecido, uma concorrente. Senador Paulo Paim, os empresários industriais ingleses chamaram: ó Brasil, esse Duque de Caxias, que é português, e deram dinheiro, dinheiro, dinheiro. Chamaram os argentinos e deram dinheiro, Senador Marco Maciel. Chamaram o Uruguai e deram dinheiro. Escrevemos a mais vergonhosa guerra da história do mundo, trucidamos e acabamos.

Senador Romeu Tuma, eles tiveram de convocar garotos de 12 anos para resistir, crianças. Esse é o poder econômico que sustentou a organização criminosa que é o PT. E aí está.

Mas Heloísa Helena e Cristovam Buarque deram-nos uma esperança.

E vem a mais bela e legítima criação do homem, que foi a democracia. Senador Romeu Tuma, quem fez a democracia foi o povo. O povo, desesperado diante dos reis, Senadora Heloísa Helena, gritou nas ruas: “Liberdade, igualdade e fraternidade!”. Caíram os reis, e nasceu o governo do povo, pelo povo, para o povo.

Então, é isso. Dividiu logo um sábio o poder absoluto dos reis, e veio a alternância do poder. Vamos usá-la, Senadora Heloísa Helena.

Senadora Heloísa Helena, abra sua Bíblia, que está aí! Coloquei também, a exemplo da grande Heloísa, uma Bíblia na minha gaveta. Está lá aquela passagem que diz: “Procurai e acharás. Batei, e vos será aberta”. Eu bato no seu coração. “Pedi, e dar-se-vos-á”. Vamos utilizar a alternância do poder. O que está aí está vergonhoso, Senadora Heloísa Helena. É a alternância do poder. Eu votei no Lula, e V. Ex<sup>a</sup> também. Mas, então, vamos experimentar.

E sabem por que sou Alckmin? Vou dizer por quê. Fui Governador com Mário Covas, o homem mais digno,

mais honrado e melhor que já vi. Fernando Henrique era Presidente. Senadora Heloísa Helena, vou citar um fato. Convivi muito com ele, porque ele teve sua doença, e eu era médico, trocávamos opinião. Ele me disse que a coisa que ele mais gostava de comer era pastel. Toda vez que vejo um pastel, eu o como em sua homenagem. E eu era médico, confidente, dando-lhe força: “Rapaz, você está pegando uns quilos; ruim é quando emagrece”. Era um homem de moral.

Fernando Henrique Cardoso, V. Ex<sup>a</sup> foi Presidente, mas o maior líder deste País foi Mário Covas. Vou citar um fato. Os Governadores que faziam reunião, Senador Marco Maciel, depois que ele morreu, nunca mais se reuniram. Ele era o atrativo. Fernando Henrique Cardoso, vá rezar para ele e para a família dele, porque, se ele quisesse, ele o teria derrubado. Mas ele ouvia a mágoa, nós chorávamos no ombro dele, e jamais ele o agrediu, Marco Maciel. Ele era muito mais forte do que Fernando Henrique Cardoso. Os Governadores nunca mais – está aí o Azeredo – reuniram-se depois que ele morreu. E ele recebia as queixas, procurava solucionar.

Então, vejo em Alckmin esse filho. Deus não abandona os homens. Houve Golias, o monstro, e Davi o venceu. O povo escravo, Moisés libertou. E o Brasil lascado? Alckmin, vamos salvar a democracia! E ele tem a hierarquia do saber.

Heloísa Helena, há a hierarquia do saber. V. Ex<sup>a</sup> é professora, o que para mim é mais do que Senadora. É a única pessoa que se pode chamar de mestre. Não se chama os ricos, os empresários ou os banqueiros de professor, de mestre.

Então, vejo, Heloísa Helena, a hierarquia do saber. Foi uma pessoa que foi preparada, como Deus preparou Davi para vencer Golias. Foi Vereador; eu não o fui. Posso ser como Giscard d’Estaing, que perdeu a presidência e disse: “Vou ser vereador na minha cidade”. Alckmin foi deputado estadual, foi prefeito, foi prefeitinho, como eu chamo, foi vice-governador, governador, deputado federal; então, ele tem a hierarquia do saber.

Heloísa Helena, foi uma bênção de Deus conhecê-la, conviver com V. Ex<sup>a</sup>, que empata com Adalgisa em caráter, em luta, em força.

Mas, atentai bem, até o dia 29, vou aplicar a lei de Deus: “Pedi, e dar-se-vos-á”. Pedi o apoio a essa alternância do poder.

Mas, Senador Romeu Tuma, a admiração por V. Ex<sup>a</sup> é extraordinária. Não sei se V. Ex<sup>a</sup> leu a matéria “Essa é pior do que a do dossiê”. Brasileiras e brasileiros, depois da tempestade vem a bonança; isso está na Bíblia. Então, vamos para a bonança – o Brasil não resiste.

Essa de meter na cabeça e de dizer que não leu nenhum livro, mas que sabe mais que os que leram?! Sabe é uma ova! Isso não existe. Vamos acabar com esse tabu!

Está aí outro homem honrado do PT, outro homem que acaba de sair, o Tião Viana. Mas está envolvido nessa situação.

A matéria “Essa é pior do que a do dossiê”, de Jaime Leitão – atentai bem, brasileiros! –, vou lê-la pausadamente:

O atual Governo, de trapalhada em trapalhada, aos poucos vai sendo desmoralizado. O escândalo do dossiê, armado pela cúpula petista para derrubar Serra em São Paulo, e que Lula disse ignorar, está valendo vários pontos negativos para o Presidente nas pesquisas, porque essa justificativa de que ele não sabia de nada não colou nem poderia.

É o negócio de ser o Presidente “Jamanta”, daquela novela, Senadora Heloísa Helena. É o Jamanta! Nós não queremos Jamanta Presidente novamente.

Diz mais: “Agora, descobri uma outra jogada pior até que a do dossiê, só que não ganhou a repercussão que merecia”.

O articulista Carlos Chagas é o melhor articulista do Brasil. Morreu o nosso Carlos Castelo Branco, que era piauiense. Hoje, o melhor é o Carlos Chagas; eu dou a medalha para ele. O melhor, Senador Marco Maciel, era o piauiense Carlos Castelo Branco; hoje, é o Carlos Chagas.

Continua a matéria:

O articulista Carlos Chagas publicou em sua coluna na revista **Brasília em Dia**, na edição que saiu na primeira semana de setembro, uma revelação estarrecedora e ao mesmo tempo ridícula. Foi criada uma ONG (Organização Não-Governamental) com o nome Sociedade dos Amigos de Plutão, que tem por objetivo promover palestras no Brasil e no exterior para transformar Plutão em planeta novamente, já que, há um mês, ele foi rebaixado à condição de asteroide. E a justificativa da ONG é que essa decisão abre precedente para que a Terra no futuro também seja rebaixada e até extinta. Depois contam piada de português como se os brasileiros fossem inteligentíssimos e os portugueses burros. Esses brasileiros da ONG que nasce são todos ligados ao PT e o líder da mesma é um ex-líder sindical, filiado à CUT (Central Única dos Trabalhadores) e ao PT e, segundo Carlos Chagas, amigo íntimo do Presidente Lula.

Atentai bem, Senador Marco Maciel!

Romeu Tuma, isso é caso de polícia. Cadê sua Polícia Federal? A Polícia Federal tem de prender essa ONG logo. V. Ex<sup>a</sup> é o símbolo moral dessa Força.

E é dito mais: “O mais grave vem agora: a criação da ONG saiu no Diário Oficial, que publicou a liberação de uma verba de R\$7,5 milhões para as primeiras ações da ONG”.

Com esse dinheiro, Heloísa, ele terminava o porto do Piauí.

Diz ainda Jaime Leitão:

E tem mais: a nova ONG pretende firmar convênios de publicidade com a Petrobras, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica e os Correios. E não pára por aí: segundo Carlos Chagas [o mais verdadeiro dos cronistas políticos hoje do Brasil] foram programadas retiradas semanais de R\$20 mil para cada um dos – atenção para o número – 800 diretores da ONG. Esse é disparado o maior escândalo do governo Lula. Não entendo por que não está sendo divulgado com o destaque que este assunto tão absurdo e vergonhoso merece.

Há ONG sérias, mas muitas são só fachadas para justificar recebimento de dinheiro público, sem devolver nada em termos de benefícios para a sociedade. E eles são tão burros que nem disfarçam. Essa de ONG para salvar Plutão é de cabo de esquadra. Até para ser corrupto tem que ter o mínimo de inteligência. Não é o caso. Carlos Chagas cita uma ONG que dá proteção a gatos cegos. Se Lula for reeleito, provavelmente irão aparecer ONG como a Sociedade Protetora das Borboletas sem Asas, dos Cachorros de Três Patas, dos Unicórnios de Dois Chifres e dos Sem-Noção de Nada.

Permitir que se criem ONG com dinheiro público com o objetivo único de favorecer companheiros de partido, com ganhos extraordinários, é um crime tão grave quanto “mensalão”, “mensalinho” e máfia das sanguessugas. Quantas ONG existirão na mesma base?

A eleição está aí. Ainda é tempo de acordar e de evitar o caos.

Jaime Leitão é cronista, poeta, autor teatral e professor de Redação.

Senador Tião Viana, a democracia é bela. Todos nós vibramos por V. Ex<sup>a</sup>, a sua eleição não pertence ao Acre, não pertence à nossa Medicina. Senador Tião Viana, Deus o colocou aí. Nós temos ética, porque nós somos médicos, nós já começamos com o Juramento de Hipócrates.

Atentai bem, Senador Paim, a Medicina é a mais humana das ciências, e o médico é um benfeitor da humanidade. Nós já começamos com o Juramento de Hipócrates, que é um tratado de ética, estudamos Deontologia Médica.

Então, pela ética, pela decência, pela dignidade, vamos ser obedientes ao povo, que construiu o maior patrimônio da humanidade: a democracia. É na democracia que o povo é soberano, que o povo decide, que o povo reflete, que o povo bota e tira. E o povo botou, e vamos tirar, daremos vida à mais bela condição da democracia, que é a alternância do poder. Vamos todos juntos dar chance a esse filho do maior dos brasileiros, Mário Covas, que é Alckmin, Presidente para o Brasil decente!

*Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Sobre a mesa, projeto recebido da Câmara dos Deputados que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

“É o seguinte o projeto recebido”:

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2006**  
(Nº 1.410/2003, na Casa de Origem)  
(De Iniciativa do Presidente da República)

**Altera os arts. 67, 70, 92 e 137 e acrescenta o art. 69-A à Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1990 - Estatuto dos Militares, tratando sobre licença para acompanhar cônjuge ou companheiro(a).**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 67, 70, 82 e 137 da Lei nº 6.890, de 9 de dezembro de 1980, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 67. ....  
§ 1º .....

**e) para acompanhar cônjuge ou companheiro(a).**

.....”(NR)

“Art. 70. ....

§ 1º A interrupção da licença especial, da licença para tratar de interesse particular e da licença para acompanhar cônjuge ou companheiro(a) poderá ocorrer:

.....

§ 2º A interrupção da licença para tratar de interesse particular e da licença para acom-

panhar cônjuge ou companheiro(a) será definitiva quando o militar for reformado ou transferido, *ex-officio*, para a reserva remunerada.

..... ”(NR)

“Art. 82. ....

.....  
 III – haver ultrapassado 6 (seis) meses contínuos em licença para tratar de interesse particular ou em licença para acompanhar cônjuge ou companheiro(a);

..... ”(NR)

“Art. 137. ....

§ 4º .....

b) passado em licença para tratar de interesse particular ou para acompanhar cônjuge ou companheiro(a);

..... ”(NR)

Art. 2º A Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 69-A:

“Art. 69-A. Licença para acompanhar cônjuge ou companheiro(a) é a autorização para o afastamento total do serviço, concedida a militar com mais de 10 (dez) anos de efetivo serviço que a requeira para acompanhar cônjuge ou companheiro(a) que, sendo servidor público da União ou militar das Forças Armadas, for, *ex-officio*, exercer atividade em órgão público federal situado em outro ponto do território nacional ou no exterior, diverso da localização da organização militar do requerente.

§ 1º A licença será concedida sempre com prejuízo da remuneração e da contagem de topo de efetivo serviço, exceto, quanto a este último, para fins de indicação para a quota compulsória.

§ 2º O prazo-limite para a licença será de 36 (trinta e seis) meses, podendo ser concedido de forma contínua ou fracionada.

§ 3º Para a concessão da licença para acompanhar companheiro(a), há necessidade de que seja reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, de acordo com a legislação específica.

§ 4º Não será concedida a licença de que trata este artigo quando o militar acompanhante puder ser passado à disposição ou à situação de adido ou ser classificado/lotado em organização militar das Forças Amadas para o desempenho de funções compatíveis com o seu nível hierárquico.

§ 5º A passagem à disposição ou a situação de adido ou a classificação/lotação em organização militar, de que trata o § 4º deste artigo, será efetivada sem ônus para a União e sempre com a aquiescência das Forças Armadas envolvidas.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

**PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 1.410, DE 2003**

**Altera os arts. 67, 82, 98 e 137 do Estatuto dos Militares, de que trata a Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, sobre a licença para acompanhar cônjuge, e acrescenta o art. 70-A.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 67, 82, 98 e 137 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 67. ....

§ 1º.....

e) para acompanhar cônjuge.

..... ”(NR)

“Art. 82. ....

XV – haver ultrapassado um ano contínuo em licença para acompanhar cônjuge.

.....

§ 5º A agregação de militar, no caso do inciso XV deste artigo, é contada, a partir do primeiro dia, após decorrido o prazo de um ano, e enquanto durar a licença.”(NR)

“Art. 98. ....

.....

XVII – ultrapassar o prazo limite, contínuo ou não, em licença para acompanhar cônjuge, desde que o militar tenha mais de 10 anos de serviço.

..... ”(NR)

“Art. 137. ....

.....

§ 4º.....

f) passado em licença para acompanhar cônjuge.”(NR)

Art. 2º A Lei nº 6.880, de 1980, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 70-A:

“Art. 70-A. Licença para acompanhar cônjuge é a autorização para o afastamento total do serviço, concedida ao militar que a requer com esta finalidade.

§ 1º A licença será concedida sempre com prejuízo da remuneração e da contagem

de tempo de efetivo serviço, exceto para fins de indicação para a quota compulsória.

§ 2º O prazo limite para a licença, quando houver, será regulado em cada Força Armada.

§ 3º A licença poderá ser estendida para acompanhar companheiro ou companheira, desde que seja reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, comprovada por justificação judicial.”(NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

### MENSAGEM Nº 305, DE 2003

Senhores Membros do Congresso Nacional,  
Nos termos do art. 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Defesa, o texto do projeto de lei que “Altera os arts. 67, 82, 98 e 137 do Estatuto dos Militares, de que trata a Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, sobre a licença para acompanhar cônjuge, e acrescenta o art. 70-A”.

Brasília, 4 de julho de 2003 – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM nº 226/MD

Brasília, 8 de maio de 2003

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,  
Submeto à superior deliberação de Vossa Excelência Projeto de Lei que altera os arts. 67, 82, 98 e 137 do Estatuto dos Militares, aprovado pela Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, sobre a licença para acompanhar cônjuge, e acrescenta o art. 70-A.

2. Tal proposta encontra amparo na inexistência de dispositivos legais que normatizem a referida licença, o que tem obrigado os Comandos de Força a estabelecer critérios próprios para a concessão desse direito, em cumprimento ao art. 226 da Constituição Federal, que determina: “A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado”.

3. No entender deste Ministério, a Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, que dispõe sobre o Estatuto dos Militares, deve ser alterada, de modo a instituir esse direito para os militares das Forças Armadas, considerando-se as peculiaridades da carreira militar, nos termos do que ocorre com os servidores civis, aos quais a licença é concedida, por prazo indeterminado, com base no art. 84 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

4. Relativamente ao cumprimento do disposto na Lei nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, observa-se que a aprovação do referido Projeto de Lei não implicará em aumento da despesa.

5. São estas, Senhor Presidente, as razões pelas quais acredito que a medida ora em questão deverá ser acolhida pelo Governo de Vossa Excelência.

Respeitosamente, – **José Viegas Filho**.

### LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 6.880, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1980

### Dispõe sobre o Estatuto dos Militares.

Art. 67. Licença é a autorização para afastamento total do serviço, em caráter temporário, concedida ao militar, obedecidas às disposições legais e regulamentares.

§ 1º A licença pode ser:

a) especial; (Vide Medida Provisória nº 2.215-10, de 31-8-2001)

b) para tratar de interesse particular;

c) para tratamento de saúde de pessoa da família; e

d) para tratamento de saúde própria.

§ 2º A remuneração do militar licenciado será regulada em legislação específica.

§ 3º A concessão de licença é regulada pelos Ministros das Forças Singulares. (Vide Medida Provisória nº 2.215-10, de 31-8-2001)

Art. 69. Licença para tratar de interesse particular é a autorização para o afastamento total do serviço, concedida ao militar, com mais de 10 (dez) anos de efetivo serviço, que a requeira com aquela finalidade.

Parágrafo único. A licença de que trata este artigo será sempre concedida com prejuízo da remuneração e da contagem de tempo de efetivo serviço, exceto, quanto a este último, para fins de indicação para a quota compulsória.

Art. 70. As licenças poderão ser interrompidas a pedido ou nas condições estabelecidas neste artigo.

§ 1º A interrupção da licença especial e da licença para tratar de interesse particular poderá ocorrer: (Vide Medida Provisória nº 2.215-10, de 31-8-2001)

a) em caso de mobilização e estado de guerra;

b) em caso de decretação de estado de emergência ou de estado de sítio;

c) para cumprimento de sentença que importe em restrição da liberdade individual;



d) para cumprimento de punição disciplinar, conforme regulado pelo respectivo Ministério Militar; e (Vide Medida Provisória nº 2.215-10, de 31-8-2001)

e) em caso de denúncia ou de pronúncia em processo criminal ou indicição em inquérito militar, a juízo da autoridade que efetivou a denúncia, a pronúncia ou a indicição.

§ 2º A interrupção de licença para tratar de interesse particular será definitiva quando o militar for reformado ou transferido *ex-officio* para a reserva remunerada.

§ 3º A interrupção da licença para tratamento de saúde de pessoa da família, para cumprimento de pena disciplinar que importe em restrição da liberdade individual, será regulada em cada Força.

.....  
Art. 82. O militar será agregado quando for afastado temporariamente do serviço ativo por motivo de:

I – ter sido julgado incapaz temporariamente, após 1 (um) ano contínuo de tratamento;

II – haver ultrapassado 1 (um) ano contínuo em licença para tratamento de saúde própria;

III – haver ultrapassado 6 (seis) meses contínuos em licença para tratar de interesse particular;

IV – haver ultrapassado 6 (seis) meses contínuos em licença para tratar de saúde de pessoa da família;

V – ter sido julgado incapaz definitivamente, enquanto tramita o processo de reforma;

VI – ter sido considerado oficialmente extraviado;

VII – ter-se esgotado o prazo que caracteriza o crime de deserção previsto no Código Penal Militar, se oficial ou praça com estabilidade assegurada;

VIII – como desertor, ter-se apresentado voluntariamente, ou ter sido capturado, e reincluído a fim de se ver processar;

IX – se ver processar, após ficar exclusivamente à disposição da Justiça Comum;

X – ter sido condenado à pena restritiva de liberdade superior a 6 (seis) meses, em sentença transitada em julgado, enquanto durar a execução, excluído o período de sua suspensão condicional, se concedida esta, ou até ser declarado indigno de pertencer às Forças Armadas ou com elas incompatível;

XI – ter sido condenado à pena de suspensão do exercício do posto, graduação, cargo ou função prevista no Código Penal Militar;

XII – ter passado à disposição de Ministério Civil, de órgão do Governo Federal, de Governo Estadual, de Território ou Distrito Federal, para exercer função de natureza civil;

XIII – ter sido nomeado para qualquer cargo público civil temporário, não-eletivo, inclusive da administração indireta; e

XIV – ter-se candidatado a cargo eletivo, desde que conte 5 (cinco) ou mais anos de serviço.

§ 1º A agregação de militar nos casos dos tens I, II, III e IV é contada a partir do primeiro dia após os respectivos prazos e enquanto durar o evento.

§ 2º A agregação de militar nos casos dos itens V, VI, VII, VIII, IX, X e XI é contada a partir da data indicada no ato que tornar público o respectivo evento.

§ 3º A agregação de militar nos casos dos itens XII e XIII é contada a partir da data de posse no novo cargo até o regresso à Força Armada a que pertence ou transferência *ex officio* para a reserva.

§ 4º A agregação de militar no caso do tem XIV é contada a partir da data do registro como candidato até sua diplomação ou seu regresso à Força Armada a que pertence, se não houver sido eleito.

.....  
Art. 137. Anos de serviço é a expressão que designa o tempo de efetivo serviço a que se refere o artigo anterior, com os seguintes acréscimos:

I – tempo de serviço público federal, estadual ou municipal, prestado pelo militar anteriormente à sua incorporação, matrícula, nomeação ou reinclusão em qualquer organização militar;

II – 1 (um) ano para cada 5 (cinco) anos de tempo de efetivo serviço prestado pelo oficial do Corpo, Quadro ou Serviço de Saúde ou Veterinária que possuir curso universitário até que este acréscimo complete o total de anos de duração normal do referido curso, sem superposição a qualquer tempo de serviço militar ou público eventualmente prestado durante a realização deste mesmo curso; (Vide Medida Provisória nº 2.215-10, de 31-8-2001)

III – tempo de serviço computável durante o período matriculado como aluno de órgão de formação da reserva;

IV – tempo relativo a cada licença especial não-gozada, contado em dobro; (Vide Medida Provisória nº 2.215-10, de 31-8-2001)

V – tempo relativo a férias não-gozadas, contado em dobro; (Vide Medida Provisória nº 2.215-10, de 31-8-2001)

VI – 1/3 (um terço) para cada período consecutivo ou não de 2 (dois) anos de efetivo serviço passados pelo militar nas guarnições especiais da Categoria “A”, a partir da vigência da Lei nº 5.774, de 23 de dezembro de 1971. (Redação dada pela Lei nº 7.698, de 1988)

§ 1º Os acréscimos a que se referem os itens I, III e VI serão computados somente no momento da passagem do militar à situação de inatividade e para esse fim.

§ 2º Os acréscimos a que se referem os itens II, IV e V serão computados somente no momento da passagem do militar à situação de inatividade e, nessa situação, para todos os efeitos legais, inclusive quanto a percepção definitiva de gratificação de tempo de serviço, ressalvado o disposto no § 3º do artigo 101. (Vide Medida Provisória nº 2.215-10, de 31-8-2001)

§ 3º O disposto no item II aplicar-se-á, nas mesmas condições e na forma da legislação específica, aos possuidores de curso universitário, reconhecido oficialmente, que vierem a ser aproveitados como oficiais das Forças Armadas, desde que este curso seja requisito essencial para seu aproveitamento. (Vide Medida Provisória nº 2.215-10, de 31-8-2001)

§ 4º Não é computável para efeito algum, salvo para fins de indicação para a quota compulsória, o tempo:

a) que ultrapassar de 1 (um) ano, contínuo ou não, em licença para tratamento de saúde de pessoa da família;

b) passado em licença para tratar de interesse particular;

c) passado como desertor;

d) decorrido em cumprimento de pena de suspensão do exercício do posto, graduação, cargo ou função por sentença transitada em julgado; e

e) decorrido em cumprimento de pena restritiva da liberdade, por sentença transitada em julgado, desde que não tenha sido concedida suspensão condicional de pena, quando, então, o tempo correspondente ao período da pena será computado apenas para fins de indicação para a quota compulsória e o que dele exceder, para todos os efeitos, caso as condições estipuladas na sentença não o impeçam.

.....  
(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O Projeto que acaba de ser lido vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

São lidos os seguintes:

#### **REQUERIMENTO Nº 1.023, DE 2006**

Requeiro, nos termos do artigo 256, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada da PEC nº 70, de 2003, da qual sou o primeiro signatário.

Sala das Sessões, 5 de outubro de 2006. – **Sérgio Cabral**.

#### **REQUERIMENTO Nº 1.024, DE 2006**

Requeiro, nos termos do artigo 256, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada – para reexame e realização de audiência pública – do PLS nº 312, de 2004, de minha autoria.

Sala das Sessões, 5 de outubro de 2006. – **Marcelo Crivella**

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Presidência defere os requerimentos que acabam de ser lidos, nos termos do inciso I, do § 2º do art. 256 do Regimento Interno, com a redação dada pela Resolução nº 35, de 2006.

A **Proposta de Emenda à Constituição nº 70, de 2003**, e o **Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2004**, vão ao Arquivo.

O **Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2004**, que tramitava em conjunto com o de nº 312, de 2004, volta ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 1.025, DE 2006**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno, seja consignado, nos Anais do Senado Federal, Voto de Louvor pela passagem dos dezoito anos da promulgação da Constituição Federal de 1988, da República Federativa do Brasil.

#### **Justificação**

A Assembléia Nacional Constituinte convocada pela Mensagem Presidencial nº 330, de 28 de junho de 1985, que encaminhou ao Poder Legislativo a proposta de emenda à Constituição que resultaria na Emenda Constitucional nº 26, de 27 de novembro de 1985, foi instalada pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro José Carlos Moreira Alves, no dia 1º de fevereiro de 1987.

Nos seus vinte meses de funcionamento, a Assembléia discutiu todos os problemas brasileiros, resultando no texto que veio a se transformar na Constituição Federal vigente.

Por essa razão, quero deixar registrada, na memória da consciência política brasileira, a passagem do 18º aniversário da promulgação do Texto Constitucional em vigor.

Senado Federal, em 5 de outubro de 2006.

Senador MARCO MACIEL

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao nobre Senador Marco Maciel para encaminhar votação.

**O SR. MARCO MACIEL** (PFL – PE. Para encaminhar votação. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, ilustre Senador Tião Viana, a quem desejo antes de mais nada cumprimentar por sua recondução ao Senado Federal, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, minhas senhoras e meus senhores, o requerimento que acaba de ser lido tem o objetivo de homenagear a passagem, hoje, do 18º aniversário da Constituição de 1988, que Ulysses Guimarães denominou Constituição Cidadã.

Na verdade, no momento em que transcorre mais um aniversário da Constituição de 1988, convém que seja feita uma reflexão sobre aquilo que representou a Constituição para o País e, sobretudo, seja feita uma análise daquilo que ela abriga de positivo e do que está a exigir um adequado reexame.

Os historiadores geralmente dizem que os grandes acontecimentos são marcados pela existência de causas remotas e causas próximas. Se aceito esse entendimento, podemos dizer que a causa remota da Constituição de 1988 foi o Regime Militar que se instaurou no País em 1964. Essa talvez seja a causa que levou a uma nova Constituição, mesmo porque, como sabemos, com a instauração do Regime Militar, a Constituição de 1946 praticamente deixou de existir e, em 1967, veio uma nova Constituição sob inspiração do então Presidente Castello Branco. Essa Constituição foi discutida e votada aqui no Congresso Nacional, mas sob enormes limitações.

A causa próxima que levou à instauração da Constituinte certamente foi à crise sucessória. Essa é uma causa mais próxima da própria Constituinte. Por quê? Em 1984, o Congresso recusou a Emenda Dante de Oliveira - Parlamentar do Mato Grosso recentemente falecido - que era o seu primeiro subscritor que determinava que as eleições deveriam voltar a ser diretas – refiro-me especificamente às eleições para Governador e Presidente da República.

A Emenda Dante de Oliveira não foi acolhida, e isso provocou um grande movimento em todo o País que tinha a sua raiz no processo sucessório. Daí surgiu um grande movimento liderado por Tancredo Neves, que, com o apoio de uma dissidência do PDS – o Partido Democrático Social, que depois deu origem ao PFL, o Partido da Frente Liberal – e tendo também a seu lado o PMDB e outros partidos, objetivava dar novos rumos à sucessão brasileira.

Foi firmado um pacto e constituída a chamada Aliança Democrática. Esse pacto constitutivo tinha o nome de “Compromisso com a Nação” e definia uma série de pressupostos básicos. Esse documento foi objeto de uma grande pregação em todo o País.

Ao final, definiu-se uma chapa que teve Tancredo Neves como candidato a Presidente da República e José Sarney, nosso colega de Senado, como candidato a Vice-Presidente. Com a vitória da chapa Tancredo/Sarney no Colégio Eleitoral, que se reuniu em janeiro de 1985, foi estabelecido que, uma vez empossados, os objetivos que constavam da chamada Aliança Democrática e expressos no Compromisso com a Nação deviam ser executados pelo Governo que se instalaria no dia 15 de março de 1985.

Como todos sabemos, Tancredo Neves adoece na véspera da posse e vem a falecer no dia 21 de abril, o Vice-Presidente José Sarney assume a Presidência da República e começa a cumprir aqueles princípios básicos que constituíam o Compromisso com a Nação. É bom lembrar que entre os objetivos previstos no Compromisso com a Nação estava à necessidade de convocar uma Assembléia Nacional Constituinte para elaborar uma nova Constituição. A Constituição de 1888 passou a ser, na minha opinião, a oitava Constituição brasileira.

Como sabemos, a primeira Constituição foi à outorgada por Dom Pedro I, depois de uma crise entre o monarca e a Assembléia-Geral Constituinte, que, então, estava convocada; essa Constituição de 1824 foi a mais longa que o Brasil já conheceu, porque ela vigorou durante 65 anos, até 1889, quando foi Proclamada a República. Depois, veio a Constituição de 1891, que foi a segunda Constituição brasileira, esta discutida e votada pela Assembléia Nacional Constituinte, aliás, uma boa Constituição, inclusive, caracterizada pela sua concisão e que vertebrou as instituições republicanas, a República, a Federação, o bicameralismo e o presidencialismo, dentre outras conquistas. A Constituição de 1891 vigorou até 1934. Em 1934, como consequência da Revolução de 30, foi convocada uma Assembléia Constituinte, que aprovou uma nova Constituição Brasileira – que seria a terceira. Mas a Constituição de 1934, embora contivesse alguns avanços, durou muito pouco tempo, porque Getúlio Vargas - então Presidente da República eleito indiretamente pelos Constituintes de 1934 - em 1937, num ato autoritário, outorgou uma nova Constituição a denominada “polaca”, que vigorou até 1945, sendo, portanto, a quarta Carta Magna.

Em 1945, re robusteceu o movimento de redemocratização, como assim se chamou, e o País retornou

à democracia com a Carta de 1946 – se não me engano, em 18 de setembro de 1946 –, que viveu, como já tive oportunidade de mencionar, até 1967, quando, em consequência do regime militar e sob a liderança do então Presidente Castelo Branco foi aprovada uma nova Carta, com as limitações no campo democrático que todos já conhecemos.

Mais adiante, em razão da doença e do falecimento do então Presidente Costa e Silva, em 1969, uma junta militar que passou a governar o País baixou a chamada Emenda Constitucional nº 1 à Constituição de 1967, que valeu por uma nova Constituição tal o seu alcance. Qualquer pessoa, até um leigo, não precisa ser um especialista em Teoria Geral do Estado nem em Direito Constitucional, pode verificar facilmente que a Emenda nº 1, de 1969, foi uma nova Constituição. E sob as diretrizes dessa Constituição vivemos durante longo período. Até, pelo menos, o ano de 1978, quando o Congresso Nacional aprova a Emenda Constitucional nº 11, que representou um passo muito importante no sentido da restauração democrática. Porque ela, basicamente, restabeleceu a pluralidade partidária, estabeleceu novamente a liberdade sindical, fez com que o Brasil se reintroduzisse no Estado de Direito, na medida em que não se permitiu mais que se baixassem atos institucionais e complementares, e, com isso, começamos a retornar à prática democrática, a uma democracia sem adjetivo.

Certa feita o Presidente Geisel, que teve um papel importante na abertura política – ninguém pode deixar de reconhecer –, disse, nos idos de 1974, 1975, que vivíamos sob uma democracia relativa. E a boa democracia é aquela que não precisa de adjetivos, que é democracia, ponto final, **tout court**.

Então, Sr. Presidente, a Constituição de 1988 passou a ser, inequivocamente, a nossa oitava Constituição, a oitava e última Constituição, cujo décimo oitavo aniversário estamos agora celebrando.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Marco Maciel!

**O SR. MARCO MACIEL** (PFL – PE) – Ouço o nobre Senador Mão Santa.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Marco Maciel, eu combati a ditadura. Lá em Parnaíba havia um líder, Elias Ximenes do Prado. Com nosso apoio, vencemos em 1972, antes de Ulysses, em 1974, se lançar anticandidato. E eles fizeram os atos institucionais, mas eles davam muita força ao Poder Judiciário para resolver outras coisas. E eu fico com Ulysses Guimarães. Marco Maciel, atentai bem, e aprendei de Ulysses. Ele disse: “O cupim que corrói a democracia é a corrupção”. E eu nunca vi tanto cupim neste Brasil, tanta corrupção. E ficaria com o baiano que está

lá em cima, Rui Barbosa. Ele disse: “De tanto ver as nulidades triunfarem, campear a corrupção, rir-se das honras, vai haver o dia de ter-se vergonha de ser honesto”. Chegou o dia: o dia em que o PT está dominando o Brasil.

**O SR. MARCO MACIEL** (PFL – PE) – Nobre Senador Mão Santa, agradeço o seu aparte. V. Ex<sup>a</sup>, de fato, se reporta à crise que o Brasil vive neste momento, uma grave crise ética, mas eu acredito que a democracia tem os seus antídotos.

E a prova do que afirmo foi o episódio eleitoral do dia 1º de outubro passado. O povo brasileiro compareceu em massa às urnas, o número de votos nulos e em branco foi menor do que se esperava, o que significa dizer que o povo deu um voto construtivo, um voto afirmativo e está, por isso mesmo, tentando renovar as instituições por meio do voto. Criando condições para que tenhamos um Congresso renovado, e novos governadores e no plano nacional vamos ter segundo turno, criando condições para eleger um novo Presidente da República.

Mas, Sr. Presidente, prosseguindo minhas avaliações, eu gostaria de dizer que a Constituição de 1988 tem muitos pontos positivos.

O primeiro, no campo político, indubitavelmente, foi o retorno ao chamado Estado Democrático de Direito. E, também, foi muito importante o fato de a Constituição de 1988 abrigar dispositivos novos que permitem nos aproximar de uma democracia participativa. Ou seja, além da democracia representativa que já exercitamos, por intermédio de institutos como iniciativa popular, plebiscito e **referendum**, começamos a dar maior porosidade ao nosso processo institucional, capacitando-nos a acolher as demandas da sociedade. Muitas outras conquistas a Constituição de 1988 apresentou.

No campo social também o reconhecimento de novos direitos na área da saúde, educação, previdência. No campo cultural, assegurando maior participação das minorias. O fato de dar um papel mais importante à luta contra o terrorismo, o racismo, e também o fato de contemplar de forma destacada a busca de um desenvolvimento sustentado, ou seja, um desenvolvimento ecologicamente justo e correto, para melhorarmos a questão ambiental brasileira. Ainda no campo cultural, na medida em que se busca dar mecanismos que venham a melhorar a nossa diversidade cultural, que é uma das nossas grandes riquezas, visto que no território da cultura é que se encontram alojados os valores, que são importantes posto que ajudam a forjar a nossa identidade.

Enfim, a Constituição Brasileira vigente é o texto elaborado com maior participação em toda nossa

história, contou inclusive com dispositivos por direta iniciativa popular.

Ao lado de princípios vigentes desde Constituições anteriores, ela inovou ao acrescentar-lhes, no seu artigo 4º, a prevalência dos direitos humanos e o repúdio ao terrorismo e racismo. Ela vai além da Lei Afonso Arinos, consolida-a e amplia-se, ao declarar crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, a prática do racismo. Este rigor é estendido, chegando ao ponto de definir como insuscetíveis de graça, ou anistia, a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos.

Por aí se vê, quanto os constituintes de 1988 estavam a par dos grandes problemas da nossa época e até se adiantaram, ao inserirem na Constituição dispositivos que em outros países são legislação ordinária.

O mesmo de diga da defesa do meio ambiente, prevista em vários artigos, outra destas inovações constitucionais brasileiras em escala mundial, conforme os artigos 170 e 225.

Os direitos sociais foram também pormenorizados e acolhidos na Carta de 88, como o seguro-desemprego, o fundo de garantia por tempo de serviço, o salário mínimo, sua garantia e a do seu décimo terceiro anual, e a proteção em face da automação, acompanhando as novas realidades dos tempos, indo além da própria legislação trabalhista. A licença-paternidade chegou a despertar até alguma surpresa, quando só se cuidava da licença à gestante, ambos os direitos daí em diante assim garantidos.

Projetando-se além das fronteiras, o parágrafo único do artigo 4º determina que o Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

Nobre Senador Tião Viana, que preside a sessão, ao lado do reconhecimento dos pontos positivos da Constituição, não podemos deixar de dizer que a Constituição merece igualmente as suas críticas. E vamos fazê-las aqui e agora, **hic et nunc**, como diriam os romanos.

E por quê? Porque, em primeiro lugar, uma Carta Constitucional não pode ser um texto que não seja suscetível de atualização, ela necessita ser permanentemente atualizada e revista. Aliás, a Constituição de 1988 previu que, cinco anos após a sua promulgação, seria feita uma revisão constitucional, tal como ocorreu, mas, a meu ver, foi insuficiente para sua desejada atualização. A revisão constitucional que se deu em 1993 aprovou apenas seis emendas, a maioria das quais sem maior repercussão, as chamadas ECR – Emendas Constitucionais de Revisão.

Sabemos que uma das causas pelas quais a revisão não obteve êxito foi a crise que o Brasil viveu em 1993, inclusive aqui no Congresso. A proximidade das eleições em 1994 também contribuiu, pois dificultou as atividades de revisão, não permitindo que o Congresso avançasse nos seus trabalhos.

Outro fator que influiu para que não houvesse a fundamental revisão constitucional para o País foi, talvez, o fato de não termos experiência nessa área. Se não estou equivocado, a única Constituição brasileira que cogitou de revisão foi a de 1934, a que menor vigência teve, apenas três anos. Por isso mesmo, não chegamos a praticar anteriormente revisão constitucional. Há países – e darei o exemplo da Espanha e Portugal para citar os dois países ibéricos – que fazem revisões periódicas. E isso é bom porque vai atualizando o texto constitucional.

Mas diria também, Sr. Presidente, Senador Tião Viana, que a Constituição falhou na medida em que elevou à categoria de constitucional o que não é materialmente constitucional. Os enciclopedistas franceses diziam que só é constitucional aquilo que diz respeito à organização do Estado, à tripartição dos poderes e aos direitos e garantias individuais. Os enciclopedistas, três séculos atrás, queriam enfatizar que uma Constituição deveria conter apenas aquilo que é essencial à vertebração de um Estado nacional e que tudo o mais deveria ficar para a legislação complementar e ordinária.

Darei um exemplo constante da nossa Carta de 1824, embora outorgada, essa Carta tinha poucos dispositivos e um deles – salvo engano, o art. 178 – fazia separação entre aquilo que era materialmente constitucional, ou, para usar a expressão de Afonso Arinos, organicamente constitucional daquilo que era formalmente constitucional.

Então, talvez o defeito da nossa Constituição de 1988 seja o de termos elevado à categoria de constitucional aquilo que não era materialmente constitucional. Fizemos uma Constituição muito longa, composta de 344 artigos, se incluirmos além da parte permanente os constantes dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias.

E alguns não são tão transitórios assim. À época, talvez só a Iugoslávia tivesse uma Constituição maior, pois reunia um conjunto de cinco estados nacionais e seis nações. Com a queda do Muro de Berlim, desmembrou-se em estados nacionais que ganharam independência. Mais recentemente, há também o exemplo da Constituição da Venezuela, feita sob a égide do Presidente Chávez, denominada Constituição Bolivariana da República da Venezuela. Bolivariana porque Chávez tem em Bolívar uma figura de reconhecido

mérito na sua luta pela independência de países sul-americanos.

Outro ponto que influenciou para que a nossa Constituição não tivesse seus objetivos plenamente atingidos – assim penso - foi à falta de um pré-projeto, ou seja, de um conjunto doutrinário ou programático, ideológico, se quiserem, que ajudasse a definir aquilo que era ou não constitucional.

A Constituição de 1891, por exemplo, foi feita como consequência de um projeto prévio; a Constituição de 1934 também teve um projeto que ajudou muito na discussão e votação das matérias, mas, na Constituição de 1988, tal não aconteceu. O que é muito grave. Além disso, muitos de seus dispositivos, em que pese estar comemorando 18 anos, ainda não foram regulamentados.

A propósito do assunto, gostaria de lembrar que existe uma publicação do Ministério da Justiça, editada em 1989, intitulada: “Leis a elaborar”. Esse trabalho aponta quais as leis que ainda precisavam ser feitas, para que a Constituição tivesse a sua eficácia plena, para que fosse adequadamente regulamentada e, conseqüentemente, entrar em vigor.

Uma outra crítica que cabe fazer à Constituição de 1988 é o fato de ser presidencialista e, até certo ponto de vista, isso tem uma lógica, porque desde a Constituição de 1891, quando proclamamos a República e definimos que o Brasil era uma República Federativa e presidencialista... Se bem que a Constituição insistiu, tenha definido sua opção pelo presidencialismo, acolheu em seu bojo muitos dispositivos de caráter parlamentarista.

Há uma simbiose de mecanismos distintos: instrumentos do sistema presidencialista convivem com os do sistema parlamentarista. Recorro à palavra “simbiose”, que é de origem grega e significa vida em comum; quer dizer, convivem institutos distintos.

O exemplo que eu poderia dar como representativo da existência de mecanismos parlamentaristas na Constituição presidencialista de 1988 é a medida provisória, importada da Constituição italiana. Ora, todos sabemos que, desde a república de 1946, a Itália é uma república parlamentarista. Então, trouxemos para uma constituição presidencialista mecanismos de viés nitidamente parlamentaristas. Isso explica os conflitos que se repetem entre Executivo e Legislativo, em função da medida provisória.

E talvez seja essa a hora e o momento de se refletir sobre a necessidade de rever o mecanismo das medidas provisórias, mesmo porque elas estão praticamente paralisando o Congresso Nacional e transferindo o comando da legislação para o Poder Executivo. Tal fato compromete as atividades do Congresso Nacional,

quer por retirar da instituição o poder de legislar, quer por paralisar as atividades, pois as medidas provisórias, por exigência da Emenda à Constituição nº 32, trancam a pauta do Congresso Nacional, tanto na Câmara dos Deputados como no Senado Federal.

Precisamos reestudar esse instituto da Medida Provisória, dentro dessas reflexões que fazemos a respeito da Constituição de 1988, que está comemorando dezoito anos hoje e, portanto, merece, ao lado do elogio, também uma reflexão crítica.

A Constituição de 1988 padece também de um defeito que a meu ver precisamos corrigir, e acho que a ocasião para fazê-lo será a partir de 1º de fevereiro, quando se instalará a nova legislatura eleita no dia 1º de outubro passado, é o que diz respeito ao tratamento conferido à Federação. Nós sabemos que um país das dimensões do nosso não pode deixar de ser uma federação; nós não podemos ser governados a partir de um poder central; aliás, a luta pela federação não foi uma luta que começou agora, não começou com a República, sequer.

Eu diria que a luta pela federação, isto é a descentralização, começou antes de o Brasil obter a sua independência e foi defendida, à época, por José Bonifácio, por exemplo, que entendia que nós deveríamos dar autonomia às chamadas Províncias. Isso foi expresso pelos Deputados brasileiros que foram às Cortes de Lisboa, em 1821.

Então, a luta pela federação é uma luta muito antiga. É bom lembrar Tiradentes, também no seu ideário, estava a luta pela federação.

Eu poderia lembrar aqui Rui Barbosa, que está aí acima da Mesa que dirige os trabalhos. Rui Barbosa era, antes de um republicano, um federalista, como o foi Joaquim Nabuco, um ilustre conterrâneo meu que tanto lutou pela abolição do trabalho escravo. Embora monarquista, ele defendia também a federação.

Então, nós sabemos que um país como o nosso não pode ser dirigido a não ser por uma verdadeira federação. E nós estamos vendo que a federação define em nosso País e que os dispositivos da Constituição de 1988 não são suficientes para o exercício de um verdadeiro Estado Federal. E vou mais além: a Constituição de 1988 estabeleceu que, além dos Estados e do Distrito Federal, seriam entes federativos os Municípios. Isso pareceu que haveria mais descentralização. Mas, na prática, tal não ocorreu. E o fato é que nós temos uma federação assimétrica.

O Estado de São Paulo, por exemplo, tem 40 milhões de habitantes e um PIB maior do que o da Argentina e que é, de fato, um Estado de grande expressão econômica e social. De outro lado, temos um Estado como o Amapá, que tem pouco mais de 700

mil habitantes, se não estou equivocado. Então, veja como é assimétrica a nossa federação.

Nós não podemos tratar igualmente desiguais. Mas não é só no campo demográfico que essa questão se põe. Essa questão se põe também na diversidade cultural. É muito diferente e variado o tecido social brasileiro no que diz respeito à sua formação étnica, ao seu folclore, aos seus costumes.

Precisamos estar atentos, na construção de uma verdadeira federação, a essa heterogeneidade cultural e também às desigualdades econômicas.

O Nordeste, *vis-à-vis* o Sudeste, tem uma posição muito desvantajosa sob o ponto de vista econômico. É importante ter consciência de que há Estados muito ricos em detrimento de Estados muito pobres. E há também enormes disparidades sociais, decorrentes, muitas delas, da questão econômica. Naturalmente faz com que, cada vez mais, fique visível que não temos uma federação caracterizada por um mínimo de homogeneidade, por um mínimo de mecanismos corretores das desigualdades.

Insisto em dizer que esse aniversário da Constituição de 1988, não pode deixar de ser celebrado e refletido; precisa ser incorporado à política brasileira e as mudanças que precisamos fazer, que não podem mais ser adiadas. Daí porque a nova legislatura, nobre Senador e Presidente Renan Calheiros, que se instalará no dia 1º de fevereiro – V. Ex<sup>a</sup> haverá de concordar com isso –, certamente colocará como prioridade número um as reformas institucionais.

O Brasil quer viver o momento de *aggiornamento*, de repensar o País e suas instituições e deseja fazê-lo também com a consciência de que elas são importantes não só do ponto de vista político, mas do ponto de vista econômico e social. Quando melhoramos a governabilidade, melhoramos as políticas de desenvolvimento do País, melhoramos as políticas de correção das desigualdades, melhoramos as condições de intercâmbio com o exterior e melhoramos, também, a imagem que desfrutamos no exterior. Porque, na hora em que se melhora a governabilidade, reforça a estabilidade política, a estabilidade econômica e a cidadania, indispensável a um país como o nosso, que há de ser uma grande Nação.

Sr. Presidente, aproveito a ocasião para, antes de encerrar, fazer uma homenagem aos constituintes de 1988, muitos dos quais já não se encontram em nós, mas nem por isso devem deixar de ser lembrados. Eles deixaram, com seu idealismo, com as suas preocupações, um bom exemplo, o exemplo de que o País precisava avançar. E ninguém pode deixar de reconhecer que o Brasil avançou após a Constituição de 1988. Ela foi o coroamento de um processo de transição

para a democracia, que é, certamente, o melhor regime político. E ainda hoje, como de certa feita lembrou Churchill, não se conheceu nada melhor.

É importante também, de outra parte, dizer que, em que pese não termos avançado como queríamos, isso não deve nos impedir de lutar pelo aperfeiçoamento institucional do País, realizando as reformas institucionais, as reformas que possam oferecer ao País realização de seus sonhos.

Creio que esse sonho poderá se realizar neste século XXI. Vou mais além: sei que o nosso maior patrimônio é o povo, pois, em que pesem o sofrimento e as vicissitudes por que passam, não perde a esperança, é um povo otimista.

Juscelino dizia, com propriedade, que o otimista, com relação ao Brasil, pode errar, mas o pessimista começa errando. Acreditar no Brasil, no seu povo e na possibilidade de, por meio das instituições representativas, melhorá-lo é ter esperança em algo que certamente pode acontecer e, conseqüentemente, fazer com que venhamos a dar, neste mundo ocidental em que estamos inseridos, o testemunho de uma Nação não apenas democrática, mas também desenvolvida e justa.

Sr. Presidente, encerro minhas palavras, solicitando a V. Ex<sup>a</sup> que dê como lido partes não lidas do meu pronunciamento, para que possam constar dos Anais da Casa.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Marco Maciel, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço muito a V. Ex<sup>a</sup> e concordo inteiramente com o que V. Ex<sup>a</sup> acaba de dizer.

O aperfeiçoamento institucional para o Brasil é nosso único caminho – a ser orientado pela lucidez política que, mais uma vez, V. Ex<sup>a</sup> interpreta nesta Casa –, para a governabilidade, para a segurança jurídica para a cidadania, para a inclusão social e para a redução das desigualdades sociais. Creio que esse foi o grande equívoco que os Poderes cometeram. Houve dois anos de crise política, houve um ano em que a agenda era mais ou menos conhecida e depois não houve nada como objetivo imediato que pudesse servir de convergência para os Partidos, mesmo para os Partidos que têm alguma divergência.

Com aquiescência do Plenário, fica o registro nos Anais do Senado, e o requerimento vai ao Arquivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 1.026, DE 2006**

Requeiro, nos termos da lei, Voto de Aplauso para a Escola Pública Integrada Professora Letícia Possamai, da comunidade de Aterrado, em Pouso Redondo - SC, por ter sido uma das sete unidades de ensino do Brasil selecionadas para o Prêmio Nacional de Referência em Gestão Escolar. Concedido pelo Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação, Unesco e Fundação Roberto Marinho, o prêmio incentiva modelos de gestão democrática e participativa, e é o mais importante da categoria.

Sala das Sessões, 5 de outubro de 2006. – Senadora **Ideli Salvatti**.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência encaminhará o voto de aplauso solicitado.

O Requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Como Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional, julgo de extrema importância, neste momento, prestar minha particular solidariedade às famílias das vítimas do terrível acidente aéreo ocorrido na semana passada.

O Senado da República, num instante de extrema dor das famílias, vem, publicamente, repudiar qualquer manifestação depreciativa, nacional ou internacional, sobre essa tragédia, porque em nada ajuda no esclarecimento dos fatos. Ao contrário, pode favorecer a impunidade.

No que depender desta Casa e do seu Presidente, mobilizaremos todas as forças políticas para a rápida apuração das reais causas deste lamentável acidente aéreo, para que as autoridades brasileiras, com soberania e transparência, possam adotar todas as medidas de responsabilização daqueles que causaram danos irreparáveis a essas famílias.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência comunica ao Plenário o recebimento da Mensagem nº 115, de 2006-CN (nº 859/2006, na origem), do Presidente da República, que encami-

nha ao Congresso Nacional, nos termos do § 6º do art. 2º da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005, o Relatório de Avaliação do cumprimento da meta de superávit primário do conjunto dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e do Programa de Dispêndios Globais das empresas estatais federais não-financiadas, referente ao segundo quadrimestre de 2006.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A matéria vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 36, de 2006**, de 2 do corrente, do Ministro da Fazenda, encaminhando, nos termos do art. 41 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, o relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquela Pasta, no mês de agosto do corrente ano, a tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação da Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios.

O expediente, anexado ao Aviso nº 10, de 2006, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

Of. Pres. nº 203/2006/CMO

Brasília, 4 de outubro de 2006

Assunto: Encaminhamento de sugestões de alterações dos cronogramas de tramitação dos Projetos de Leis nºs 15/2006-CN (Orçamento/2007) e 16/2006 (Alteração PPA – 2004/2007).

Senhor Presidente,

Dirijo-me a Vossa Excelência para encaminhar, conforme cronogramas anexos, as sugestões de alterações dos calendários de tramitação dos Projetos de Leis nºs 15/2006-CN (Orçamento/2007) e 16/2006 (Alteração PPA – 2004/2007), aprovadas na Reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento nesta Comissão, realizada nesta data.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração. – Deputado **Gilmar Machado**, Presidente.





**CONGRESSO NACIONAL**  
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

## ALTERADO

# ORÇAMENTO PARA 2007

**PROJETO DE LEI Nº 15/2006-CN**

**MENSAGEM Nº 094/2006-CN**

**(Nº 737/2006, NA ORIGEM)**

**Presidente: Deputado GILMAR MACHADO (PT/MG)**

**Relator-Geral: Senador VALDIR RAUPP (PMDB/RO)**

**4 de outubro de 2006**

- |  |                       |
|--|-----------------------|
| 01. Leitura em sessão do Congresso Nacional .....  | 4/9/2006              |
| 02. Publicação e distribuição de avulsos.....  | até 9/9/2006          |
| 03. Prazo para realização de audiências públicas .....   | até 11/10/2006        |
| 04. Apresentação do Relatório Preliminar perante a Comissão .....  | até 16/10/2006        |
| 05. Apresentação de emendas ao Relatório Preliminar .....  | de 17 a 19/10/2006    |
| 06. Votação do Relatório Preliminar com Emendas pela Comissão..  | até 31/10 a 1/11/2006 |
| 07. Apresentação de emendas ao Projeto de Lei.....   | de 2 a 16/11/2006     |
| 08. Publicação e distribuição de avulsos das emendas * .....   | até 21/11/2006        |
| 09. Apresentação, publicação, distribuição e votação dos<br>Relatórios Setoriais pela Comissão .....     | até 29/11/2006        |
| 10. Apresentação, publicação, distribuição e votação na<br>Comissão do Relatório Final .....             | até 06/12/2006        |
| 11. Sistematização do Parecer sobre o Projeto e seu<br>encaminhamento à Mesa do Congresso Nacional ..... | até 11/12/2006        |
| 12. Sistematização das decisões do Plenário do Congresso Nacional<br>e geração do Autógrafo .....        | até 22/12/2006        |

**(\* ) Parágrafo 2º, art. 166 da Constituição Federal**

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO  
Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Ala C - Sala T-08 - 3216-6892/95  
Consultoria de Orçamentos (CD) - 3216-5109  
Consultoria de Orçamentos (SF) - 3311-3318



**CONGRESSO NACIONAL**

*Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização*

**ALTERADO**

**ALTERAÇÃO DO PLANO  
PLURIANUAL PARA O PERÍODO  
DE 2004/2007**

**PROJETO DE LEI Nº 16/2006-CN  
MENSAGEM Nº 0095/2006-CN  
(Nº 00738/2006, NA ORIGEM)**

**Relator : Deputado ALEX CANZIANI (PTB/PR)**

**4 de outubro de 2006**

- 1. Leitura em Sessão do Senado Federal ..... 4/9/2006**
- 2. Publicação e distribuição de avulsos ..... até 9/9/2006**
- 3. Realização de audiências públicas ..... até 1/11/2006**
- 4. Apresentação de emendas perante a Comissão.....de 2 a 16/11/2006**
- 6. Publicação e distribuição dos avulsos das emendas .....até 21/11/2006**
- 7. Apresentação, publicação, distribuição e votação do  
parecer na Comissão..... até 05/12/2006**
- 8. Encaminhamento do parecer final à Mesa do CN ..... até 11/12/2006**

**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**  
Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Ata C - Sala T-08 - 3216-6891/95  
Consultoria de Orçamentos (CD) - 3216-5109  
Consultoria de Orçamentos (SF) - 311-3318

Alteração do Plano Plurianual para o período 2004-2007 - versão 02- PLN 16-2006

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O Ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte

Of. nº 682-06-LPL

Brasília, 4 de outubro de 2006

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a V. Ex<sup>a</sup> que o Partido Liberal indica como titulares os Deputados José Carlos de Araújo (PL/BA) e José Santana de Vasconcellos (PL/MG), em substituição aos Deputados Amauri Gasques (PL/SP) e Wellington Roberto (PL/PB), e como suplentes os Deputados Luciano Castro (PL/RR), Miguel de Souza (PL/RO) e Neucimar Fraga (PL/ES), em substituição aos Deputados Coronel Alves (PL/AP), Raimundo Santos (PL/PA) e Welinton Fagundes (PL/MT), para integrarem a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **Luciano Castro**, Líder do Partido Liberal.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

Ofício nº 112/Plen

Brasília, 5 de outubro de 2006

Senhor Presidente

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim solicitar o desligamento do Deputado João Grandão – PT/MS da condição de suplente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Atenciosamente, – Deputado **Luiz Couto**, Vice-Líder do PT.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O Ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projeto que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 271, DE 2006**

**Altera o art. 108 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, para adotar valor vinculado ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), como critério**

**a determinar a necessidade de escritura pública, nos negócios jurídicos relacionados a direitos reais sobre imóveis.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 108 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 108. Não dispondo a lei em contrário, a escritura pública é essencial à validade dos negócios jurídicos que visem à constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis de valor superior a seis mil reais, o qual deve ser corrigido, anualmente, a partir da data da entrada em vigor deste Código, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou por indicador análogo, que venha a substituí-lo.(NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

#### **Justificação**

Como é cediço, a Constituição Federal (CF) veda, em seu art. 7º, IV, a vinculação do salário mínimo para qualquer fim, o que já foi corroborado, em diversas oportunidades, pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Não obstante, alguns diplomas legais posteriores à promulgação da Carta Magna insistem em afrontá-la, carreando normas que divergem, de modo ostensivo, do mencionado dispositivo constitucional.

Esse é o caso do art. 108 do Código Civil, em que se adota o valor de trinta vezes o salário mínimo como critério a determinar a necessidade de escritura pública, nos negócios jurídicos que digam respeito a direitos reais sobre imóveis.

Para dirimir esse equívoco do legislador pátrio, que, no caso, incorreu em patente inconstitucionalidade, impende-nos apresentar esta proposição.

Embora tenha natureza conetiva, a proposta busca, de todo modo, contemplar a intenção do legislador original, ao fixar, como valor a ser corrigido anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a monta de seis mil reais, que equivale exatamente a quanto correspondiam trinta salários mínimos, à época da entrada em vigor do Código Civil.

O IPCA, por seu turno, foi por nós eleito como fator de correção, por se tratar de um índice reconhecidamente relevante e confiável, que procura refletir o comportamento dos preços dos produtos e serviços consumidos por famílias que recebem entre um e quarenta salários mínimos, nas regiões metropolitanas das

principais cidades do País. E divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, com uma série histórica diuturna que aponta para a longevidade, sendo adotado pelo próprio Banco Central como parâmetro para o seu sistema de metas de inflação.

Pelas razões expendidas, cremos poder contar com amplo apoio dos ilustres Pares para a aprovação deste projeto de lei, com o que estaremos todos meramente sanando uma inconstitucionalidade crassa a macular nosso Código Civil.

Sala das Sessões, 5 de Outubro de 2006. – Senador **Valdir Raupp**.

### LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

#### Institui o Código Civil.

.....  
 Art. 108. Não dispondo a lei em contrário, a escritura pública é essencial à validade dos negócios jurídicos que visem à constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis de valor superior a trinta vezes o maior salário mínimo vigente no País.  
 .....

#### CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social;

.....  
 IV – salário mínimo fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;  
 .....

*(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O Projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à comissão competente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Paulo Paim, por permuta com o Senador Rodolpho Tourinho.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Exmo. Sr. Presidente, Renan Calheiros, que preside esta sessão, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, venho à tribuna

no dia de hoje para falar sobre o trabalho da Comissão Mista, designada por V. Ex<sup>a</sup>, para construir uma política permanente de recuperação do salário mínimo e também dos benefícios dos aposentados e pensionistas. Há 150 páginas, Sr. Presidente, nesse relatório da Comissão, que teve a Presidência do Deputado Jackson Barreto, a Vice-Presidência do Deputado Walter Barelli e da qual fui Relator.

Sr. Presidente, faço o mesmo comentário que fiz ontem, no ato da aprovação, por unanimidade, do nosso relatório.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, Martin Luther King, Senador Mão Santa, certa vez disse: “Se um homem não descobriu nada pelo qual morreria, ele não está pronto para viver”.

Não temos a pretensão – nós, desta Comissão – de nos ombrear ao Doutor King, mas, dentro das nossas possibilidades e capacidades, temos feito da nossa vida pública uma luta contínua pela defesa daqueles que não têm voz: dos idosos, dos negros, das pessoas com deficiência, dos índios, das mulheres, das crianças e dos pobres. Nem sempre vencemos, mas temos a consciência tranqüila para afirmar que nunca desistimos da luta, por mais difícil que ela fosse.

Uma de nossas bandeiras, desde meus tempos como presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas, no Rio Grande, há quase trinta anos, tem sido a luta por um salário mínimo digno para todos, que atenda às necessidades do trabalhador e de sua família. De tal forma, trabalhamos muito nesta comissão, Comissão Mista Especial do Salário Mínimo, fruto do Ato Conjunto nº 3, de 2005, editado por V. Ex<sup>a</sup>, Senador Renan Calheiros, e também pelo Presidente Aldo Rebelo.

Sabemos que o trabalho da Comissão não foi fácil. As resistências foram muitas, mesmo entre as Lideranças ditas progressistas, que sempre dizem que o salário mínimo não é um bom distribuidor de renda. Foram muitas as resistências, mas, graças ao esforço dos Parlamentares desta Casa, empenhados nesta luta pela distribuição de renda, conseguimos, com o apoio incondicional de V. Ex<sup>a</sup>, que permitiu inclusive que viajássemos por todo o País, implantar a Comissão e fazer esse trabalho que estamos apresentando. E conseguimos mais: além de estabelecer que a competência da Comissão seria estudar, debater e propor mecanismos permanentes de reajuste do salário mínimo, também V. Ex<sup>a</sup> nos pediu que debatêssemos formas de buscar uma política permanente para a recuperação dos benefícios dos aposentados e pensionistas, haja vista que, em grande medida, os reajustes do salário mínimo refletem-se, com certeza, na nossa previdência pública – a Senadora Heloísa

Helena também participou ativamente desse trabalho, em todas as viagens que fizemos.

Sr. Presidente, eu gostaria de destacar também que, passado esse momento da votação do projeto, é importante lembrarmos que os beneficiados com esse relatório são aqueles brasileiros e brasileiras que têm de conviver com um salário que mal dá para sustentar a si mesmo e à sua família. Faço essa reflexão porque entendo que ela tem de estar muito viva no momento em que esse relatório for apreciado neste plenário.

Lembro-me muito do sonho do Presidente Getúlio Vargas, que criou o salário mínimo com a intenção de que servisse de parâmetro para a distribuição de renda e para melhorar a qualidade de vida da população assalariada do nosso País. O sonho, infelizmente, não se realizou. A partir da década de 80, com os fracassos econômicos da ditadura militar, e, nos anos 90, com a política recessiva do Governo, o número de excluídos manteve-se estável.

Em 1960, havia 49,6% de excluídos neste País; em 1980, 47,3% e, em 2000, passou para 42,6%. Para efeito de comparação, podemos verificar que o índice é praticamente similar ao de quarenta anos atrás. Em suma, pouco ou nada se fez para se retirar milhões de brasileiros da miséria.

É verdade, ninguém pode negar, que o Governo Lula representou um ponto de inflexão ao estabelecer, como prioridade número um, políticas redistributivas, como o tão conhecido Bolsa-Família.

O salário mínimo, porém, é a outra forma de se distribuir renda, mesmo se considerarmos o elevado índice de informalidade existente em nosso País. Isso se deve – o salário mínimo – ao chamado “efeito farol”, ou seja, o salário mínimo funciona como um referencial para os valores pagos ao trabalhador, mesmo que este não tenha carteira de trabalho assinada.

Mais do que nunca, a fim de evitarmos os sempre desgastantes e decepcionantes reajustes discutidos a cada ano, é chegado o momento de criarmos mecanismos consistentes e legalmente estabelecidos para que o reajuste do salário mínimo seja feito por meio de parâmetros acordados pela própria sociedade. É esse, fundamentalmente, o motivo que amparou e legitimou a Comissão Mista do Salário Mínimo.

Em nossa Comissão reafirmamos, de início, algumas questões sobre as quais passo a discorrer.

O primeiro fato que queremos destacar é que não admitiremos, em hipótese alguma, a tese de defesa de alguns de que deveria haver dois salários mínimos: um para os trabalhadores da ativa e outro para os aposentados.

Outro ponto é garantirmos o que manda a Carta Magna, que hoje completa 18 anos: o salário mínimo é

unificado em nível nacional e ninguém – ninguém – deve receber valor inferior ao que manda a Constituição.

Para encontrar soluções, a longa jornada da Comissão se iniciou em 24 de janeiro de 2006, quando foi realizada a primeira de 15 audiências públicas com o Ministro do Trabalho; representantes de entidades sindicais, todas as federações, confederações e centrais sindicais; representantes de entidades patronais; representantes de entidades de aposentados e pensionistas; pesquisadores do IBGE, do IPEA e da Fundação Getúlio Vargas; servidores públicos; e com o público em geral, em diversas capitais, como Curitiba, São Paulo, Salvador, Porto Alegre e Manaus.

Com a realização desses diversos e produtivos encontros, foi possível chegar-se a algumas conclusões que entendo importantes, mas vou arrolar meia dúzia delas, somente.

A primeira é que o Brasil é um País extremamente desigual e o salário mínimo pode ser um instrumento eficaz na redução das desigualdades, pois um aumento no seu valor exerce influência direta ou indireta sobre toda a economia.

A segunda é a inexistência de um mecanismo sistemático de reajuste do salário mínimo.

A terceira diz respeito ao fato de ter havido, ao longo das últimas décadas, um processo de achatamento do salário médio, que, assim, passou a se aproximar do salário mínimo; não de um salário mínimo como gostaríamos, um salário razoável, conforme manda o texto da Constituição.

A quarta conclusão desfaz o mito de que existiria um grande déficit da Previdência, o que não é realidade, uma vez que existem fontes, no texto da Carta Magna – repito, que hoje completa 18 anos –, destinadas a suprir as despesas com a seguridade social – saúde, assistência e previdência.

A quinta refere-se a um efeito real de distribuição de rendas graças às aposentadorias rurais, vinculadas ao salário mínimo desde o início da década de 1990.

A sexta é a constatação de que quebramos, nessa Comissão, um verdadeiro tabu. Muitos diziam, como alguns economistas ainda fazem, que o aumento do salário mínimo causaria inflação e inibiria o crescimento. O que aconteceu foi exatamente o contrário. Nos últimos anos, o salário mínimo teve, em média, um aumento real acima do dobro do PIB. E o resultado qual foi?

Ora, ouvi um economista comentando, hoje, que era um absurdo assegurar-se, em uma política permanente, um reajuste igual ao dobro do PIB. No entanto, ele não deve ter acompanhado a economia nos últimos anos. Foi dado mais que o dobro do PIB e a economia reagiu da seguinte forma:

- a inflação despencou;
- a taxa de juros, que ultrapassava 26%, hoje é de 14,5%;
- foram gerados seis milhões de novos empregos, o que demonstra que isso não provoca desemprego;
- o risco Brasil, que já chegou a cerca de 700, hoje está na faixa de 200 pontos;
- o salário mínimo, em dólares, vale o dobro do que valia há quatro anos;
- o poder de compra do salário mínimo, no mesmo período, praticamente dobrou;
- nenhuma Prefeitura do País quebrou devido ao aumento do aumento do salário mínimo, como pregavam alguns que dizem ser donos da verdade;
- disseram que os trabalhadores domésticos seriam demitidos, mas o salário mínimo aumentou de R\$300,00 para R\$350,00 e isso não aconteceu, pelo que sei.

Podemos perceber que, hoje, a situação mudou para melhor com o aumento dado ao salário mínimo, que está sendo referendado por essa Comissão Mista.

Em relação às propostas e recomendações, dentre as muitas citadas pela sociedade, vou enumerar cinco.

Em primeiro lugar, a recuperação do valor do salário mínimo deve ocorrer com a implementação de políticas compensatórias e o controle da inflação.

Em segundo lugar, há a necessidade de se criarem novos mecanismos para se deixar claro que a Previdência brasileira não é deficitária. Basta que esses recursos permaneçam no campo da seguridade social, como manda a Constituição, e não só a contribuição do empregado e do empregador. Quanto a isso, apontamos, no relatório, que estamos reduzindo a contribuição sobre a folha e transferindo-a, de forma equilibrada e progressiva, para o faturamento.

Em terceiro lugar, devemos estipular um prazo adequado para efetuar a recuperação das perdas do salário mínimo.

Em quarto lugar, o reajuste de benefícios dos aposentados e pensionistas deve acompanhar o índice concedido ao salário mínimo, porque, senão, não dou mais que sete anos para que todos os aposentados deste País estejam recebendo somente um salário mínimo.

Por fim, é preciso que se pense em mecanismos e políticas públicas para incorporar, na seguridade social, o trabalhador informal. Devemos, também, garantir um princípio de previdência universal. Por que alguns podem-se aposentar com o salário integral, baseado na última contribuição, e para outros, aqueles que ga-

nam abaixo não de 10 – que é uma mentira, pois, no regime geral, ninguém ganha 10 –, mas de cinco ou seis salários mínimos, deve ser adotado o fator previdenciário, que reduz o benefício da mulher em 40% e do homem em 30%?

No relatório, ousamos dizer que vamos construir o princípio da aposentadoria universal, igual para todos, sem o fator previdenciário.

Sr. Presidente, nos trabalhos desenvolvidos pela Comissão, pudemos perceber, claramente, que os efeitos do salário mínimo sobre a economia são positivos. Um dos nossos principais objetivos é reduzir a pobreza e melhorar a distribuição de renda em nosso País. Essa é uma tarefa que se impõe a todos nós.

Como afirmamos anteriormente, o salário mínimo é uma baliza para os demais salários. Tanto é assim que o impacto do salário mínimo atinge toda a cadeia salarial e aumenta a distribuição de renda. Na realidade, o mínimo, ao aumentar a renda das camadas mais pobres da sociedade, leva ao aumento do consumo e da produção, criando, assim, um círculo vicioso que fortalece o mercado interno.

O relatório final se constitui em documento histórico, na medida em que propõe, pela primeira vez na História deste País, um mecanismo de reajuste anual e permanente para o salário mínimo.

Conforme consta do projeto de lei, assegura-se a recuperação da perda inflacionária. Essa recuperação será conforme a inflação, mais o dobro do PIB.

Para os alarmistas, quero dizer que há três anos, em média, o salário mínimo está crescendo, até mais que o dobro do PIB, e o impacto disso na economia é positivo.

Em relação aos aposentados, propõe-se a criação de um instrumento de correção previdenciária que corresponderia ao resultado da divisão entre o salário de benefício do segurado e o salário de benefício mínimo pago pelo regime geral da Previdência. Isso serviria como um freio para conter a queda relativa entre os benefícios pagos e os reajustes concedidos aos aposentados e pensionistas que recebem pensões acima do salário mínimo.

Em relação aos Municípios, recomendamos, Sr. Presidente, o que V. Ex<sup>a</sup> já fez como dever de casa, presidindo a sessão: a aprovação da PEC nº 285, de 2005, que prevê que o Fundo de Participação dos Municípios passe de 22,5% para 23,5%. Em consequência, os Municípios terão maior arrecadação e poderão sustentar a elevação do valor do salário mínimo.

Sr. Presidente, antes de conceder um aparte ao Senador Mão Santa, quero concluir o raciocínio do relatório.

Propusemos, ademais, alteração da legislação tributária para que diminua a contribuição social incidente sobre a folha de salários, transferindo-a, em parte, para a receita bruta, o que vai contribuir para a redução do emprego informal.

Destacamos, também, que o relatório acaba com o famigerado Fator Previdenciário. Esse instrumento que, para cálculo dos benefícios, usa a expectativa de vida é maquiavélico e cruel, pois reduz, como eu dizia, o benefício às mulheres em mais de 40% e aos homens em mais de 35%.

Por fim, não posso deixar de agradecer a todos aqueles que participaram da elaboração e da construção dessa Comissão Mista – o Senador Renan Calheiros, o Deputado Aldo Rebelo e todos aqueles que participaram ativamente ao longo de quase um ano de trabalho. Foram muitos os participantes, mas destaco o Presidente da Comissão, Deputado Jackson Barreto, e o vice-Presidente, Deputado Walter Barrelli. Ambos agiram de modo a garantir que os trabalhos relatados por nós transcorressem de forma muito tranqüila.

Agradeço também aos Consultores Legislativos do Senado Federal, ao sistema de cobertura desta Casa e da Câmara dos Deputados, à Agência Senado, à TV Senado, à TV Câmara, à Agência Câmara e à rádio que nos acompanharam nas audiências e nos Estados, dando total cobertura, promovendo assim a repercussão devida para este importante tema.

Todos agiram de forma muito construtiva para fazer com que este relatório se tornasse realidade. Agradeço a todos na certeza de que este relatório, com todas as recomendações aqui encaminhadas por nós, haverá de ser aprovado também no plenário do Senado da República e conseqüentemente na Câmara dos Deputados.

Senador Mão Santa, eu, naturalmente, esperava a leitura desta minha fala que apresentei também na Comissão para conceder um aparte a V. Ex<sup>a</sup>, que tantas vezes, junto com outros Senadores, participou comigo desse debate. Estou muito esperançoso de que o aprovemos.

E quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que no dia da votação, ontem, estavam lá as centrais, as confederações, os representantes de aposentados e pensionistas de todo o País. E eu lhes sugeri que encaminhassem aos dois candidatos a Presidente da República este relatório, pedindo que ambos se comprometam, seja qual for o eleito, com a aprovação do mesmo.

Senador Mão Santa.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Paulo Paim, atentamente estava ouvindo o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>, e o País todo. Mas eu fazia uma reflexão sobre estes anos da 163<sup>a</sup> Sessão Legislativa. Ninguém

teve um comportamento melhor do que V. Ex<sup>a</sup>. Atentai bem! Tenho muito feito severas críticas ao Partido de V. Ex<sup>a</sup>. Mas eu sei separar o joio do trigo. Quando começamos aqui a nossa luta pelo salário mínimo, liderados por V. Ex<sup>a</sup>, era por US\$100. O trabalhador deve essa conquista a V. Ex<sup>a</sup>, que liderou tudo. Mas neste Congresso, que teve momentos de tumulto, momentos de descrédito, V. Ex<sup>a</sup> brilhou e elevou o nome deste Congresso. E não só na luta pelo salário mínimo. A luta pelos quilombos, a bela luta lá do Quilombo Silva, da sua família, que eu acompanhei...

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – V. Ex<sup>a</sup> esteve comigo lá em Porto Alegre.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – ...serviu para que o País todo respeitasse os outros quilombos. Até no Piauí houve reflexos. O Estatuto dos Idosos, que luta bonita, que bela página! E relativamente àquela decepcionante Medida Provisória nº 268, que tirava direitos dos aposentados e dos trabalhadores, V. Ex<sup>a</sup> exigiu uma medida provisória paralela, que minimizou aqueles efeitos. Então a V. Ex<sup>a</sup> quero dizer o seguinte: hoje mesmo estivemos juntos na Comissão de Direitos Humanos que prova, neste momento em que o País passa de tumulto, que V. Ex<sup>a</sup> não arreda o pé de defender os direitos humanos. Sobretudo, quero crer que, apesar de Rui Barbosa ser baiano e V. Ex<sup>a</sup> gaúcho – porque há homens como o próprio Getúlio, o pai da Previdência, dos trabalhadores, João Goulart, Alberto Pasqualini, Pedro Simon e V. Ex<sup>a</sup> – mas ninguém interpreta mais Rui Barbosa que diz que a salvação é a primazia ao trabalho e ao trabalhador. Ele vem antes, ele é quem faz a riqueza. Esse sentimento de Rui Barbosa, V. Ex<sup>a</sup>, gaúcho, é que faz voltar e retornar a nossa Pátria. Aqui estamos na bancada da Liderança do PMDB. De fato, mereço estar aqui porque represento a história de Ulysses, que está encantado no fundo do mar, o estoicismo de Teotônio Vilela, a imolação de Tancredo e o otimismo e desenvolvimento de Juscelino. Estou falando daqui da bancada como Líder do PMDB. Não há outro e acho que estou representando bem essa história desse partido que homenageia V. Ex<sup>a</sup>. Agradeço a Deus a convivência com V. Ex<sup>a</sup>, e o País tem muito a agradecer a Paulo Paim, principalmente os trabalhadores brasileiros.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Agradeço, Senador Mão Santa pelo seu aparte. V. Ex<sup>a</sup> tem participado ativamente desse debate da recuperação do salário mínimo e dos benefícios dos aposentados e dos pensionistas.

Estou esperançoso que efetivamente o Plenário da Câmara e o do Senado...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Vou concluir nesse minuto, Sr. Presidente. Estou esperançoso que o Plenário do Senado e o da Câmara aprovem o nosso relatório que na comissão foi aprovado por unanimidade.

A comissão é composta de onze Senadores e onze Deputados de todos os partidos. Sabemos que não vai ser este ano, mas esperamos que no primeiro trimestre do ano que vem vejamos aprovada a política permanente como a que estamos propondo, o fim do fator previdenciário e uma política permanente de recuperação dos benefícios dos aposentados concedendo a eles o mesmo percentual concedido ao salário mínimo.

Era isso. Muito obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Roberto Cavalcanti.*

**O SR. PRESIDENTE** (Roberto Cavalcanti. Bloco PRB-PB) – Com a palavra o Senador José Agripino, do PFL, do Rio Grande do Norte, pela Liderança.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, Senador Mão Santa, V. Ex<sup>a</sup> sabe certamente o que é dossiê. Sabe, não sabe? (Pausa.) O Senador João Batista Motta sabe o que é um dossiê. Mas há muita gente que está nos vendo e nos ouvindo, lá no interior de Sergipe, Senador Almeida Lima, no interior do Piauí, do Espírito Santo, do Rio Grande do Sul, do Acre que não percebe o significado correto de dossiê.

Fala-se tanto num dossiê. Os jornais de televisão todos falam, todo dia, sobre o dossiê do caso das ambulâncias, que envolve aquela montanha de dinheiro, que, aí sim, as pessoas sabem o que significa. Aquela fotografia divulgada do montante de R\$1,7 milhão, isso as pessoas sabem; porém, o que as pessoas mais humildes podem não saber o que é dossiê.

Senador Almeida Lima, a nossa obrigação é debater, esclarecer, é propor e votar projetos, é melhorar a vida do povo, é esclarecer, é levar a informação precisa também ao povo para que o povo possa formar a sua consciência.

Dossiê, nós sabemos, Senador Mão Santa, que é um conjunto de informações, sejam documentos, sejam fotografias, sejam depoimentos, sejam fitas gravadas de áudio, voz, ou de vídeo, imagem. É um conjunto de informações com o objetivo de esclarecer um fato, de apontar um culpado, de denunciar algo errado, de esclarecer um fato certo. Tudo isso é dossiê. Dossiê é um conjunto de informações; é um conjunto de papéis,

de fitas, de fotografias, de material que informa, que comunica. Isso é dossiê. As pessoas que estão nos vendo e nos ouvindo talvez agora estão entendendo o que é dossiê. Porque antes entendiam que ao dossiê estava ligada uma montanha de dinheiro – R\$1,7 milhão. Que dinheiro era aquele? Para que servia aquele dinheiro?

Aí vem a minha palavra e a minha preocupação. O dossiê foi feito por alguém. Supõe-se que foi o Sr. Vedoin, o homem das ambulâncias, da Planam, que ofereceu – supõe-se – para incriminar o hoje Governador eleito do Estado de São Paulo, José Serra. Quem iria se interessar por comprar aquele dossiê? Supõe-se, há fortes indícios, há depoimentos, há quase provas de que foram petistas, uma organização petista, um grupo de petistas. Como no caso do Waldomiro, do “valerioduto”, era um grupo de petistas a serviço do crime organizado. Esse dossiê era oferecido pelo Vedoin e interessava a um grupo de petistas que arranhou um dinheiro, dinheiro grosso, em real e em dólar. Muito bem; quem vendeu? O Vedoin. Quem comprou? Os petistas. Com o quê? Com um dinheirão. De onde vem o dinheiro? Ninguém sabe ainda, mas se está no encalço.

A Polícia Federal, Senador Mão Santa, foi rápida no gatilho, por ordem de Márcio Thomaz Bastos, para operar a quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo. Rapidamente, rapidamente, Sr. Presidente, quebrou-se o sigilo bancário de Francenildo porque se esperava que ele tivesse cometido um delito. Quebraram a cara. O dinheiro que estava na conta de Francenildo tinha vindo da doação do suposto pai dele. Mas eles foram rápidos. Por determinação do Ministério da Justiça, a Polícia Federal agiu rápido, e aquelas figuras, que sabemos, do Banco Central etc., quebraram o sigilo bancário num gesto de truculência. Agora, o rastreamento daquele dinheiro está difícil, complicado. A PF está dizendo que não será possível esclarecer o fato em tempo hábil.

Eu fico me perguntando o porquê da demora se o Presidente da República, ontem ou anteontem, deu uma entrevista, que foi manchete na primeira página dos jornais, pedindo a Deus que ele estivesse vivo e que o tempo fosse curto para que ele tivesse a informação sobre o conteúdo do dossiê e quem era o responsável pela sua compra. Ele pediu a Deus.

Muito bem. Quem é que está envolvido no dossiê? O Presidente pediu a Deus, num gesto teatral. Ele é um craque. Na manifestação teatral, ele é um craque. Na comunicação, ele é um craque. Não tenho nenhuma dúvida. Pediu a Deus que ele estivesse vivo a tempo de ver quem foram os aloprados responsáveis pela compra do dossiê, a origem do dinheiro, o porquê.



Eu disse ontem: é tão fácil! No caso Waldomiro, estavam envolvidos Waldomiro, Marcos Valério, Delúbio Soares, Silvinho, Genoino, Zé Dirceu, tantos outros amigos dele, da ante-sala dele, companheiros dele, petistas como ele. Ele disse que havia sido traído, esfaqueado pelas costas. Nunca apontou culpado; nunca puniu ninguém e tentou – e como tentou – evitar que a CPI dos Bingos, que esclareceu tanta coisa, fosse feita. Mas o fato é que ele não deu nenhuma contribuição e, agora, pede a Deus tempo para que os fatos sejam esclarecidos.

Eu disse ontem e quero repetir como que para esclarecer um fato é tão fácil, mais fácil do que o Presidente pedir a Deus tempo para que fique tudo esclarecido com ele vivo – e eu espero que tudo fique esclarecido com Sua Excelência vivo –, pois as pessoas que estão envolvidas são amigos dele. Mais uma vez, como no caso Waldomiro, são amigos do peito. Quem é Ricardo Berzoini? É o homem dos velhinhos, da fila dos velhinhos; é o ex-coordenador da campanha de Lula, sob cujas ordens trabalhava o Freud Godoy, o principal incriminado, que está citado como assessor especial de Lula. Logo abaixo do coordenador da campanha, que é Berzoini, ex-Ministro, o homem da fila dos velhinhos do INSS, está o Freud Godoy, que é ex-assessor especial de Lula, foi posto para fora, suponho, mas até pouco tempo era homem da ante-sala de Lula. Quem mais? Lorenzetti. Quem é Lorenzetti? Quem danado é Lorenzetti no jogo do bicho? É o churrasqueiro de Lula; é homem de dentro da casa dele; está citado como um dos responsáveis, comandante, é chefe da segurança de Lula, sob as ordens de quem trabalhavam o Gedimar e o Valdebran, que são petistas de carteirinha, filiados no Mato Grosso e em São Paulo, e que foram apanhados com o dinheiro, que dizem que foi levado para o Hotel Ibis por um outro petista chamado Hamilton Lacerda, coordenador da campanha de Aloizio Mercadante. São todos como Osvaldo Bargas, ex-secretário do Ministério do Trabalho do Governo Lula. É toda essa turma envolvida, citada.

Para que pedir a Deus tempo se ele pode reunir essa turma? Não reuniu os Governadores agora? Reúna essa turma; é tão importante para ele. Houve uma reunião de Ministros para fazer uma avaliação dessa coisa toda, das dificuldades da campanha. Por que ele não reúne essa turma do peito e pede a eles – aí, sim, pelo amor de Deus – que esclareçam ao País quem comprou, quem foram os aloprados que quiseram prejudicá-lo?

Se está isento de tudo, ele que peça aos aloprados que contem a história toda, para que o Brasil fique sabendo, porque senão o Brasil fica imaginando que

ele não foi ao debate, do qual fugiu, porque não tinha argumentos para responder às indagações que seguramente seriam feitas a ele por Geraldo Alckmin, por Heloísa Helena, por José Maria Eymael, pelos candidatos à Presidência, que não tinham o que perguntar a uma cadeira vazia. E o povo do Brasil tem todo o direito de supor que Lula não foi porque não tinha argumento para explicar o dossiê e outras coisas mais.

Reúna, pois, essa turma! É turma do peito dele! Gente dele! Petistas como ele. Querem a desgraça dele ou querem o bem dele? Então, que colaborem com o Presidente, que digam de onde veio o dossiê, de onde veio o dinheiro. Esclareçam esse fato todo para não prejudicar Lula, senão o povo do Brasil tem todo o direito de raciocinar que Lula está dentro disso, que ele é parte disso, que ele não tem como cobrar de quem pode cobrar dele, que são esses petistas citados. O brasileiro tem o direito de pensar isso.

Muito bem. Tudo isso eu falei ontem, mas há um fato, Senador Marcos Guerra, que me faz voltar à tribuna, que é uma manchete do jornal **Valor Econômico**, que diz o seguinte: “Resultado das investigações do dossiê só sairá depois do segundo turno, diz Bastos”. Sabe quem é Bastos? Márcio Thomaz Bastos, Ministro da Justiça, comandante da Polícia Federal, o homem responsável pelas investigações. Só depois do segundo turno.

Aí quero fazer a constatação dos fatos e apresentar a minha estupefação, porque, na matéria, está dito que um dos presentes teria dito: “Não há previsão de quando vai terminar a apuração do dossiê, teria advertido o Ministro da Justiça. A investigação só acabará antes da eleição se alguém contar a verdade espontaneamente”.

Antes de fazer meu comentário final, ouço, com muito prazer, o Senador Mão Santa e o Senador Almeida Lima, em seguida.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador José Agripino, atentai bem: V. Ex<sup>a</sup> me lembrava da história de Afonso Arinos. Getúlio Vargas, que era pessoa boa – ninguém escolhe a época para governar –, para entrar, teve de fazer uma revolução. Depois, os paulistas quiseram derrubá-lo; depois, veio a Segunda Guerra Mundial. Então, um período complexo. Mas ele era um homem bom. Já li, José Agripino, todo o diário de Getúlio, dois volumes, e vi ali como ele era um homem bom, trabalhador, nacionalista e puro! Atentai bem, José Agripino. E houve aquele atentado contra Carlos Lacerda. Olha, ele estava em Minas, com Juscelino governando o Estado, e disse que aquilo era coisa de política. E Afonso Arinos veio ao Congresso e discursou como V. Ex<sup>a</sup> faz hoje. A história se repete. Será mentira o órfão? Será mentira a viúva? E, como V. Ex<sup>a</sup>, real-

mente ele chegou – Getúlio era um homem bom – e viu que sua patota, o Gregório Fortunato tinha planejado e estava envolvido em um mar de lama. E ele teve a grandeza de sair da vida para a história, porque não queria compactuar com aquilo. Mas esse PT é muito pior do que aquele mar de lama que o Gregório, por uma fidelidade canina a ele, planejou, talvez inconseqüentemente. Esse PT é uma organização criminosa. Então, o Lula não pode ficar de Jamanta – aquele da novela, que não sabe de nada. Oh, Lula, o PT é uma organização criminosa! E a democracia, Senador José Agripino... V. Ex<sup>a</sup> poderia ter sido o Vice-Presidente, mas Deus colocou V. Ex<sup>a</sup> para fazer esse pronunciamento histórico, como o de Afonso Arinos, que fez Getúlio se mancar; Getúlio viu que tinha nascido de lá, e a saída honrosa foi aquela. Então, não vamos permitir que Lula seja o Jamanta: não sabe, não viu e não sei o quê. V. Ex<sup>a</sup> está alertando: o dossiê, a imoralidade. E a Bíblia diz: “Diga-me com quem andas, e te direi quem és.” Ele só anda com essas peças ruins. E, quanto à democracia, nós estamos aqui, Senador José Agripino, para defendê-la. A democracia foi construída pelo povo. O povo, insatisfeito com os reis – que eram melhores do que esse que está aí; não se comparam D. João VI, D. Pedro I e D. Pedro II com o PT – foi à rua e gritou: “liberdade, igualdade e fraternidade”. Esse grito demorou 100 anos para chegar, mas chegou, e nasceu o governo do povo, pelo povo, para o povo, que estamos aqui para defender. Montesquieu tripartiu o poder e criou o Legislativo. Este poder serve para alertar o País; estamos aqui para dizer que a riqueza da democracia é a alternância no poder. Deus não abandona seu povo. Deus botou Davi para vencer Golias, que era menos pior que o PT; botou Moisés para libertar seu povo. E botou esse moço, Geraldo Alckmin, filho político do maior nome da história política: Mário Covas. É a alternância no poder. Acordai, Brasil! Acordai! Vamos salvar a democracia, que é uma criação do povo e que nada tem que ver com o PT, que é uma organização criminosa.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN)** – Obrigado, Senador Mão Santa. V. Ex<sup>a</sup> corrobora meus argumentos e esclarece, com suas colocações, alguns fatos a mais que me escaparam. V. Ex<sup>a</sup> os menciona com oportunidade.

Senador Almeida Lima, ouço V. Ex<sup>a</sup>, com muito prazer, com a concordância da Presidência. Em seguida, ouvirei o Senador Sibá Machado.

**O Sr. Almeida Lima (PMDB – SE)** – Senador José Agripino, congratulo-me com V. Ex<sup>a</sup> pelo pronunciamento. Mais uma vez, deve-se censurar o comportamento do Ministro da Justiça, Sr. Márcio Thomaz Bastos, nesse episódio do dossiê, sobretudo pela falta

de credibilidade e de imparcialidade da parte de S. Ex<sup>a</sup> para o acompanhamento e para o ato de presidir, no cargo de Ministro da Justiça, as investigações. Todos sabemos que se trata de uma farsa dirigida por S. Ex<sup>a</sup>. Se S. Ex<sup>a</sup> continuar à frente desse procedimento, não chegaremos a nenhuma conclusão. A esta altura, já teríamos tido condições de ter uma conclusão desse inquérito, e não tivemos.

As providências que ele tomou foram, na verdade, no sentido de punir, transferindo delegados que estavam agindo dentro do processo correto de investigação. Lamentavelmente, ele os desviou exatamente com esse objetivo, como em outras oportunidades, a exemplo da investigação do caso Waldomiro Diniz, pois os computadores que ele usava, instalados no Palácio do Planalto, só foram apreendidos muito tempo depois, tempo mais do que suficiente para que tivessem feito a limpeza adequada, a fim de não se comprovar o que, graças a Deus, chegamos a provar depois: o envolvimento de toda essa quadrilha comandada pelo próprio José Dirceu. Novamente censuro o Ministro da Justiça por esse comportamento não-digno, que confunde a Polícia Federal com um órgão do Governo Federal, quando se trata de órgão permanente do Estado brasileiro e, digo mais, cujo corpo de delegados – tive essa notícia hoje – encontra-se contrariado exatamente pela interferência do Governo em suas ações, em suas atividades.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN)** – Obrigado, Senador Almeida Lima. V. Ex<sup>a</sup> fala, com propriedade, de algo que é a minha convicção: a Polícia Federal é um patrimônio do povo brasileiro, mas esse órgão recebe ordens. Muitas vezes é obrigada a cumprir ordens, e as que vem recebendo são do seu chefe, do seu comandante, que é o Ministro Márcio Thomaz Bastos, de quem se deve, neste momento, cobrar rapidez nas investigações – rapidez que está sendo colocada às avessas na declaração de S. Ex<sup>a</sup>, que diz que o resultado das investigações do dossiê só sairá depois do segundo turno. S. Ex<sup>a</sup> não diz “daqui a vinte ou trinta dias”; com muito pouca inteligência, diz “depois do segundo turno”, ou seja, passada a eleição.

Quero ouvir o Senador Sibá Machado, o Senador Marcos Guerra, para fazer as minhas apreciações finais.

Senador Sibá Machado, com muito prazer, ouço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC)** – Senador José Agripino, em primeiro lugar, quero dizer que V. Ex<sup>a</sup> é um brilhante Líder do Partido da Frente Liberal, tem toda a nossa admiração, é pessoa de um conhecimento muito vasto e de muita habilidade com as palavras. Claro que, toda vez que fala, V. Ex<sup>a</sup> chama a atenção.

Discordo em apenas um ponto do pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>, e é somente isso que quero abordar, neste momento, no aparte. Quanto ao histórico dos dossiês, não podemos imputar o regime de uso desses institutos para uma disputa eleitoral, porque fomos vítimas disso também. Em algum momento, foram-nos oferecidos dossiês dessa natureza para disputar uma eleição, naquele momento contra o ex-Governador José Serra. Tratava-se da história de vida de José Serra, de Fernando Henrique Cardoso, de Mário Covas e de outros líderes do PSDB, e o Presidente Lula tomou uma atitude muito digna naquele momento: não aceitou, não quis nem mesmo analisar os fatos daqueles documentos. E mandou-se jogar o documento no lixo. Agora, quando volta esse absurdo, é unanimidade na Casa, para todos nós e para qualquer pessoa, que essa fórmula para se disputar uma eleição deve ser banida, imediatamente, de qualquer possibilidade, de qualquer tentativa futura. Temos harmonia quanto a isso. Quanto à origem dos recursos financeiros, todos queremos saber qual é, inclusive o Presidente Lula, para ver se conseguimos resolver essa novela de uma vez por todas. Não podemos concordar em imputar isso a um desejo do Presidente, até mesmo porque as circunstâncias não lhe permitiram. No histórico de vida do Presidente, Sua Excelência jamais concordou com esse tipo de artifício e, agora, nem tinha necessidade de fazê-lo, pois estava na iminência de ganhar a eleição no primeiro turno. É preciso que acabemos, de uma vez por todas, com qualquer iniciativa dessa natureza. Temos defendido agora, dentro do PT, que haja uma punição rigorosa. Não pode ficar dessa maneira. Não pode haver tentativa de qualquer pessoa de utilizar uma matéria como essa para uma disputa eleitoral. Quanto a Freud Godoy, a Polícia Federal não está encontrando qualquer participação dele nessa novela. Também é injusto dizer que o Ministro Márcio Thomaz Bastos não tem cumprido com seu dever de Ministro de Estado. No nosso entendimento, S. Ex<sup>a</sup> tem tido presença em todos esses momentos, deixando a Polícia Federal atuar como todos desejamos. A Polícia Federal foi, sim, utilizada no regime militar como polícia política. Neste momento, ela é uma polícia de Estado; não é uma polícia de Governo ou de qualquer pessoa. Portanto, em relação ao dever de polícia – e é apenas nesse ponto que discordo de V. Ex<sup>a</sup> –, a Polícia Federal o está cumprindo, assim como o Ministro da Justiça. E eu gostaria de defender, dentro do meu Partido, a punição imediata para esse tipo de comportamento. Isso é relembrar a excrescência política que vivemos em um tempo que não queremos que volte nunca mais.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN)** – Senador Sibá Machado, V. Ex<sup>a</sup> tem todo direito e tem a obrigação de fazer as considerações que faz, com delicadeza, com equilíbrio, que cumprimento e elogio.

Mas perduram minhas preocupações, porque veja: V. Ex<sup>a</sup> disse que, num dado momento, foi um dossiê oferecido ao PT, a Lula, e ele não aceitou. Mas agora há uma montanha de dinheiro, que é o retrato do crime. O dossiê foi oferecido, o dinheiro foi providenciado, petistas filiados foram ao hotel com uma montanha de dinheiro para comprar o dossiê que incriminava José Serra, que facilitaria, evidentemente, petistas que estavam envolvidos com a compra do dossiê.

Daí perdura uma dúvida: esse dossiê interessa ao PT, interessa a Mercadante, interessa a Berzoini, interessa a Márcio Thomaz Bastos, interessa a Lula? Só o debate ofereceria a oportunidade para que ele, Lula, que seria, teoricamente, o prejudicado nessa história, pudesse digladiar com seus opositores e esclarecer o fato. Ele não o fez. Ele não foi ao debate. O povo do Brasil fica com uma dúvida: por que ele não foi ao debate? O dossiê foi mostrado ao Brasil inteiro, foi dada a oportunidade a ele de esclarecer este e outros fatos. Por que ele não foi? Ele tem culpa no cartório?

Segundo ponto. Os alopados citados pelo Presidente Lula são pessoas da intimidade dele, são pessoas que ele pode chamar, dar um puxão de orelha e mostrar que com ele não tem convivência nem com a impunidade, nem com a improbidade. Não o fez.

Eles estão aí. Eu não sei, Senador Sibá Machado, se o Osvaldo Bargas, o Freud Godoy, o Valdebran, o Gedimar, o Jorge Lorenzetti e o Hamilton Lacerda são na verdade culpados. Eles são citados, e há denúncias fortes, consistentes, mas eu não posso afirmar que eles sejam culpados. As investigações estão em curso. O que sei é que eles são ligados ao PT e a Lula pessoalmente. Lula tinha todo o direito de chamar essa turma da pesada, esses comprometidos, teoricamente, com a prática do ilícito, esses alopados, chamá-los à responsabilidade e execrá-los publicamente se ele não teme nada. Se ele não teme nada, ele deveria ter feito isso e o povo do Brasil o estaria aplaudindo neste momento. Ao invés disso, está com uma dúvida, com uma interrogação. E porque a interrogação está ocorrendo também na cabeça das pessoas é que Lula está caindo nas pesquisas. As pessoas perderam o crédito nele, porque ele é reincidente. No caso do Waldomiro, a punição só aconteceu pelo flagra, não por iniciativa de Lula. No segundo caso, que é reincidência, o mesmo comportamento omisso, ou seja, convivência com a improbidade e com a impunidade. E o brasileiro não aceita isso.

Ouçõ agora com muito prazer o Senador Marcos Guerra antes das minhas considerações finais.

**O Sr. Marcos Guerra** (PSDB – ES) – Senador José Agripino, com essa sua conclusão, após o aparte do nobre Senador Sibá Machado, praticamente 50% do meu aparte foi manifestado por V. Ex<sup>a</sup>. Mas quero chamar a atenção para um ponto. V. Ex<sup>a</sup> começou o pronunciamento perguntando o que é um dossiê, se as pessoas sabem o que é um dossiê. É importante frisarmos que um dossiê pode ser construído de qualquer forma. E esse dossiê foi construído para prejudicar candidaturas do PSDB, inclusive a de São Paulo, do candidato José Serra. Eu só lamento uma coisa, até em cima do aparte do companheiro Sibá Machado: está na hora de parar de querer ser vítima: “Eu não sei de nada, não sabia, não quero saber”. Quer dizer, infelizmente, Senador José Agripino, o brasileiro tem pena das pessoas. Isso é ruim. Quando a pessoa se coloca como vítima, às vezes pode induzir a um caminho. Por isso, graças a Deus, vamos ter o segundo turno. É lógico que vença o melhor, mas a população terá condições realmente de saber muitas verdades que muita gente não sabe. Quero acreditar que dá para saber quem deu o dinheiro e de onde ele veio. Porque são pessoas muito próximas ao Presidente da República. Então dá para saber quem deu, de onde veio, quando foi apanhado e por que motivo as pessoas contrataram aquele dossiê. É uma explicação que o Brasil todo quer ter. Todos desejamos um Presidente da República que realmente conheça os fatos, principalmente aqueles que estão ao seu redor. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup> pelo seu pronunciamento, que veio em um bom momento. Precisamos continuar trazendo esses fatos à tribuna, a fim de deixar a população cada vez mais ansiosa para saber a verdade. Meus parabéns!

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Obrigada a V. Ex<sup>a</sup>.

Vou encerrar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Faço um apelo ao Plenário e ao nobre Senador, tendo em vista que o seu tempo era de cinco minutos e se passaram trinta minutos.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Vou encerrar. Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> a benevolência.

Sr. Presidente, do Ministro Márcio Thomaz Bastos o que se deseja é a agilidade que teve no Caso Francenildo. Somente isso. Nada mais. Não quero que ele opere milagre. Tão ágil como foi no Caso Francenildo, na quebra do sigilo e nas providências tomadas, que S. Ex<sup>a</sup> fosse na elucidação da origem do dinheiro e nas providências do dossiê. Somente isso. Ao invés disso, ele diz que o resultado das investigações do dossiê sairá somente depois do segundo turno.

Senador Mão Santa, “depois do segundo turno” enseja que o brasileiro faça a si uma pergunta: será que se alguém, espontaneamente, desse a informação precisa sobre o caso, não abreviaria as investigações? Claro que abreviaria! Quem pode obter a informação espontânea? O Presidente Lula, com as pessoas que são da sua intimidade, da sua relação pessoal. Só espontaneamente, segundo o Ministro Márcio Thomaz Bastos disse, ou o próprio Presidente disse, somente com uma declaração espontânea se poderia abreviar o processo.

Quem é que pode obter essa declaração espontânea? Quem diz que pede a Deus tempo para ver esse assunto esclarecido e não pede a quem pode esclarecer que esclareça. Nem V. Ex<sup>a</sup>, nem eu temos conhecimento ou condição de pedir nem ao Sr. Gedimar, nem a Valdebran, nem a Freud Godoy, nem a Berzoini, nem a Bargas, nem a qualquer dos citados que digam finalmente de onde veio aquele dinheiro, para quem era o dossiê e o que se pretendia com aquilo tudo. São pessoas da intimidade de Lula. É ele quem poderia pedir que espontaneamente se encerrasse aquele assunto. A não ser que o esclarecimento dos fatos traga ao Presidente Lula prejuízo maior do que o desgaste da dúvida e da interrogação, que vai se arrastar até o segundo turno das eleições. Talvez a dúvida e a interrogação, por mais desgaste que provoquem, sejam menos catastróficos do que aquilo que se supõe pretende esconder.

A elucidação dos fatos que Márcio Thomaz Bastos, na minha opinião, procrastina, em contraponto à ação rápida no Caso Francenildo, produziria uma catástrofe, talvez não atingindo Lula diretamente, mas de forma indireta. Indireta porque o brasileiro sabe que quem convive com a impunidade e a improbidade é omissor. E o brasileiro sabe que honesto é quem não rouba e não deixa roubar; que o sério é quem não comete delito e não deixa cometer delito. Talvez se esteja tentando evitar que Lula seja conivente com a improbidade e com a impunidade, e que Lula, se não rouba, deixa roubar.

**O SR. PRESIDENTE** (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Com a palavra o Senador Almeida Lima. Em seguida, falará o Senador Tião Viana.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, povo brasileiro, no dia 20 de julho passado, vimos à tribuna desta Casa para fazer uma crítica ao sistema aeroviário brasileiro. Trouxe alguns fatos para mostrar, sobretudo, a falta de capacidade operacional nos aeroportos brasileiros e, principalmente, a falta de capacidade operacional de nossas empresas aéreas, especialmente naquele

instante – embora ainda persista –, quando vivíamos a fase mais aguda da crise da empresa Varig. Mostramos também que essa falta de capacidade operacional representava, como ainda representa, um risco muito grande para a população brasileira e também para estrangeiros que aqui chegam, que aqui circulam ou que daqui saem.

Não menos de oito a dez milhões de passageiros são transportados por mês. Chegamos a comentar, inclusive, que a própria Infraero, administradora dos aeroportos, e, mais recentemente, a nova agência criada, a Anac, não estavam capacitadas para operar, para dirigir, para fiscalizar, para acompanhar os serviços aéreos em nosso País. Não trabalhavam, como não trabalham, na fiscalização às ordens de serviços que essas empresas recebem. Daí o permanente atraso, a permanente falta de organização, o permanente desrespeito ao usuário do sistema – não são poucas pessoas, são milhões de pessoas diariamente em nosso País.

Naquele momento, quando o Congresso Nacional estava em meio recesso, pois nos encontrávamos no mês de julho, cheguei a afirmar que, tão logo reiniciássemos o segundo período legislativo dessa nossa legislatura anual, eu voltaria à tribuna desta Casa para tentar sensibilizar V. Ex<sup>as</sup> e o Congresso Nacional no sentido de que o Parlamento Brasileiro trouxesse para si, avocasse para si a responsabilidade pelo levantamento das normas que regem o sistema aeroviário brasileiro e procurasse acompanhar de perto, até mesmo em uma comissão parlamentar de inquérito, as atividades dos órgãos públicos e das empresas concessionárias desse serviço público. A intenção era que a Casa do Povo, assim fazendo, pudesse respaldar a nossa população usuária desse sistema que vive passando riscos.

Lamentavelmente, tivemos um incidente de pequena monta, mais uma vez com a empresa TAM, no aeroporto em São Paulo, quando, após a aeronave ter decolado, uma de suas portas caiu. Por uma grande coincidência e por uma grande dádiva, não houve maiores danos.

Mas esse não foi o primeiro, não foi o segundo, não foi o terceiro acidente. Nós temos conhecimento de aeronaves que estão sendo utilizadas sem a necessária manutenção, aeronaves que estão sendo objeto de manutenção de forma célere, equipes de vôo trabalhando com excesso de carga horária, aeronaves que estão paralisadas nos aeroportos com o horário de decolagem vencido aguardando ainda equipes, comissários de bordo que vêm de um outro Estado, como constantemente se verifica aqui mesmo, quando os vôos ficam paralisados aguardando as

equipes que vêm, por exemplo, de Goiânia e atrasam uma hora, uma hora e meia, numa demonstração clara da falta de capacidade operacional, do excesso de horas trabalhadas.

Repito, temos necessidade, como representantes do povo brasileiro no Parlamento Nacional, na Casa do Povo, de trazeremos para nós a responsabilidade de fazer uma investigação completa, sem o estabelecimento de premissas, de responsabilidades nem de culpabilidades para quem quer que seja.

Como se trata de um serviço público não prestado condignamente ao cidadão usuário, um serviço que é objeto de concessão pública e que diz respeito ao interesse nacional, com uma enorme população nacional e internacional utilizando esse sistema, não poderemos deixar de, a partir de uma sensibilização maior de meu pares, estabelecer um procedimento de investigação.

Não faço, em relação ao acidente ocorrido recentemente com uma aeronave da Gol no espaço aéreo do Estado de Mato Grosso, nenhum pronunciamento alarmista, apenas registro o trágico acidente ocorrido, a perda de vidas preciosas que deixou enlutada a família brasileira. É preciso que se diga: embora ainda não levantados todos os dados necessários a uma conclusão desse processo investigatório, já se percebe que os órgãos deste País não estão devidamente preparados para fazer frente a eventualidades, a catástrofes lamentáveis como essa.

Sabemos, inclusive, do tratamento inadequado que dirigentes da Anac deram a esse episódio, e que o resgate é, inclusive, moroso.

É preciso que se tomem providências, que haja uma fiscalização maior e que as empresas autorizadas a transitar no espaço aéreo brasileiro sintam que há órgãos gestores e administradores preocupados, responsáveis e prontos para agir.

Lamentavelmente, temos conhecimento de que essas mesmas empresas sabem perfeitamente que elas são omissas e que a própria agência é omissa. O órgão antecessor da Anac agia da mesma forma nas pequenas e nas grandes questões, nos pequenos e nos grandes fatos. Para a simples falta de fiscalização e de punição em relação a empresas cujos vôos são atrasados por culpa própria da empresa não há uma repreensão nem a aplicação de uma multa tampouco servidores nos aeroportos que possam estabelecer a ordem. Todos os passageiros ficam à mercê dessa desorganização e dessa irresponsabilidade.

Fiz esse pronunciamento no dia 20 de julho. Obviamente, nós nem ninguém prevíamos nada que pudesse acontecer de forma tão grave como aconteceu, precedido por aquele incidente de porte menor,

da TAM, a que me referi há pouco. Mas se não temos um sistema organizado, todos estamos sujeitos a esse tipo lamentável de acidente, de incidente, de catástrofes, de desastres, como verificado recentemente com essa aeronave da Gol.

Eu concedo o aparte ao nobre Senador.

**O Sr. Marcos Guerra** (PSDB – ES) – Senador Almeida Lima, V. Ex<sup>a</sup> trouxe um assunto que chocou todo o País. Estou num hotel aqui em Brasília onde estão vários capixabas que tinham parentes naquele vôo. Conversei com vários. Hoje, a maior preocupação dessas pessoas é a investigação. Tive o desprazer de ver várias fotos, mas uma delas me chamou muito a atenção. Era uma foto tirada de uma certa altura, e a câmara pegou um raio de quase 20 quilômetros. Quando foi feito o *zoom* da foto, deu para ver várias peças sobre as copas das árvores: roupas, malas que se abriram no ar, quer dizer, objetos que caíram sobre as copas das árvores. Realmente foi chocante! No momento, a preocupação deles é com a investigação. Inclusive, um deles levantou uma dúvida até com relação à própria aeronave, já que a Gol está comprando 101 aeronaves da Boeing. É, pois, importante para o País saber onde é que está o erro, pois a aeronave se desintegrou no ar – e nós andamos de avião todos os dias, para lá e para cá. Mas um outro ponto que me chamou atenção é que a conclusão da investigação vai demorar muito. E quando digo muito, estou-me referindo a 90, 120 ou até 150 dias, e as pessoas estão muito aflitas, querendo uma explicação não só da Gol, mas da agência que controla o tráfego aéreo. Portanto, Excelência, parabéns pelo seu pronunciamento, que é muito oportuno. Nós, aqui do Senado, temos de ficar atentos e ajudar essas famílias a cobrar uma resposta o mais rápido possível. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE) – Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>. Quero dizer, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, que há necessidade de o Congresso Nacional, desta Casa, do Senado Federal, tomar uma providência não apenas em relação a esse episódio. Não podemos ser omissos; precisamos estabelecer um fórum de debate em uma comissão – permanente ou provisória – e levantarmos as condições de todo o nosso sistema aeroviário, ou seja, quais as condições operacionais das empresas, como está sendo a normatização do sistema. Enfim, o Poder Público precisa se fazer presente de forma direta, objetiva, a fim de dar ao povo brasileiro melhores condições e a tranquilidade de um serviço que traduz segurança.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ainda dentro do tempo deste meu pronunciamento, quero tratar de um segundo assunto que foi objeto de pronunciamento do nobre Senador Heráclito Fortes, de apartes que con-

cedi a S. Ex<sup>a</sup> e de um requerimento para a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito feito por S. Ex<sup>a</sup>, com o objetivo de realizar uma investigação ampla e profunda nas organizações não-governamentais deste País que estão recebendo recursos financeiros do Governo Federal.

Estamos aqui com a matéria da **Folha de S. Paulo**, do dia 22 de setembro, que noticia que “promotor pede auditoria em ONG ligada a petista”. Segundo a reportagem, o Ministério Público do Estado de São Paulo determinou a realização de uma auditoria externa para verificação das contas e dos documentos da Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (Unitrabalho), entidade que já teve como dirigente Jorge Lorenzetti, petista acusado de intermediar negociações sobre o dossiê contra José Serra e contra a campanha do candidato a Presidente da República, Geraldo Alckmin. Um dia antes da apreensão de R\$1,7 milhão em um hotel, em São Paulo, o Ministério do Trabalho liberou R\$4,1 milhão para a Unitrabalho. Durante o Governo Lula, a Unitrabalho recebeu R\$18,5 milhões da administração federal.

Portanto, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, como bem disse o Senador Heráclito Fortes, não se trata de uma comissão parlamentar de inquérito com objetivos eleitoreiros, tanto que S. Ex<sup>a</sup> afirmou que ela não deveria ser apresentada e instalada nesta legislatura atual ou até mesmo antes do processo eleitoral de primeiro e de segundo turnos, com que eu concordo, exatamente para que não traga ou não tenha esta conotação. Mas tão logo encerre o processo eleitoral, esta comissão parlamentar de inquérito precisa vingar, precisa ser objeto de tratativas no Senado Federal. Precisamos averiguar e fazer investigação profunda, porque se trata de recursos que estão sendo retirados do povo brasileiro, do Governo Federal. E aprenderam agora esta mania de retirar recursos do Orçamento da União, terceirizando serviços próprios da atividade administrativa pública, o que não condiz com a realidade nacional diante dos poucos recursos que temos para administrar as carências de nosso País.

Portanto, retornando a esta tribuna, deixo registrada para V. Ex<sup>as</sup> e para o povo brasileiro a necessidade dessa investigação. Temos milhares de entidades e de instituições dessa natureza espalhadas por todo o País que estão fazendo farra com o dinheiro público, gastando os recursos do povo em atividades que não têm gerado benefício a esse mesmo povo.

Assim, é nossa responsabilidade, é responsabilidade do Parlamento, fazer essa investigação, para que os recursos públicos sejam destinados à atividade pública, administrados pelo Poder Público, na área da segurança pública, da saúde pública, da educação, da

infra-estrutura do País, na geração de empregos e não de forma irresponsável e corrupta, como temos conhecimento de que estão sendo aplicados em vários casos relativos a inúmeras organizações não-governamentais que recebem recursos do Governo Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores.

**O SR. PRESIDENTE** (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Sobre a mesa, mensagem que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Wellington Salgado.

É lida a seguinte:

**MENSAGEM Nº 113, DE 2006-CN**  
(Nº 745/2006, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,  
Solicito a Vossas Excelências, de conformidade com a Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 4, de 2006–CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor global de R\$641.598.335,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”, enviado ao Congresso Nacional com a Mensagem nº 450, de 2006.

Brasília, 1º de setembro de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

EM Nº 161/MP

Brasília, 29 de agosto de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para propor a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 4/2006-CN, encaminhado ao Congresso Nacional por intermédio da Mensagem nº 450, de 8 de junho de 2006.

2. O crédito relativo ao Projeto de Lei nº 4/2006-CN destina-se o apoio aos entes da Federação com recursos para o Desenvolvimento do Ensino Médio, possibilitando a melhoria de sua qualidade e a ampliação de seu atendimento, de forma a tomar a Educação básica mais efetiva para a redução das desigualdades sociais e, com relação a Operações Oficiais de Crédito – Recursos sob a Supervisão do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIEES, à concessão de financiamento a mais de 100 mil alunos do Ensino Superior a partir do segundo semestre do exercício de 2006.

3. A proposta de retirada desse Projeto de Lei decorre do fato de o referido crédito ter sido incluí-

do na Medida Provisória nº 318, de 22 de agosto de 2006, publicada no **Diário Oficial da União**, de 23 de agosto de 2006.

4. Essa é a razão pela qual proponho a retirada de tramitação do aludido Projeto de Lei.

Respeitosamente, – **Paulo Bernardo Silva.**

Aviso nº 1.023-C. Civil

Brasília, 1º de setembro de 2006

Assunto: Retirada de tramitação de projeto de lei.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República solicita a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 4, de 2006-CN.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

**O SR. PRESIDENTE** (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – A Presidência, nos termos do **caput** do art. 42 do Regimento Comum, defere a solicitação, encaminha a Mensagem à publicação e determina sua juntada ao processado do **Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 4, de 2006.**

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – A Presidência informa ao Plenário que, na votação da **Medida Provisória nº 297, de 2006**, realizada ontem, as emendas a ela oferecidas foram tidas como rejeitadas, em virtude do acordo das Lideranças para aprovar tão-somente o texto original da Medida.

**O SR. PRESIDENTE** (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Concedo a palavra ao nobre Senador Tião Viana, por permuta com o Senador Romeu Tuma.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, de modo muito objetivo, subo à tribuna do Senado para expressar o mais profundo agradecimento à população do Acre pela eleição confirmada no último dia 1º de outubro, quando tivemos uma grande e extraordinária vitória no projeto político apresentado àquele Estado.

Pelo menos há 16 anos, temos construído diariamente um projeto de Estado que tem sido compreendido perfeitamente pela população e que, agora, foi acolhido com votação expressiva: dos oito Deputados Federais, tivemos a oportunidade de eleger seis; 80% dos prefeitos estão vinculados, confiando plenamente no avanço e na determinação do projeto político do

Estado para promover justiça social, para melhorar os indicadores daquela sociedade, para reduzir as contradições e para romper com as desigualdades; e, no Senado, houve a confirmação do meu nome.

De modo muito generoso, o povo do Acre me deu uma votação, posso dizer, Senador Mão Santa, no mínimo, maravilhosa, o mais importante para o trabalho político. No meio de uma imagem da política que se tem hoje no Brasil, uma imagem de desalento e de pouco reconhecimento das virtudes da atividade pública, ter tido aquela votação no Acre é motivo de muito orgulho para mim e contribui para melhorar a auto-estima do Estado inteiro. É um voto de confiança, sobretudo, pois foi aprovado o trabalho construído pelo Governo Jorge Viana de união política, que promoveu uma mudança direta dos indicadores sociais.

No meu Estado, o Acre, o PIB **per capita**, em 1998, era de R\$1,7 mil; em 2003, passou para R\$4.338,00. Não dispomos do último levantamento, mas não temos dúvida de que o PIB extrapola os R\$8 mil. Então, o Acre tem tido um crescimento vertiginoso. Nosso índice de crescimento é da ordem de 20% ao ano, o que nos traz um alento muito grande.

Além disso, temos políticas sociais decididas, procuramos horizontalizar oportunidades de inclusão social e trabalhar com o olhar voltado para as desigualdades que mais fazem uma população historicamente se sentir desamparada e não acolhida pelo Estado. Buscamos fazer uma política onde se afirme um processo de industrialização e de modernidade das estruturas produtivas do Estado.

O Acre, hoje, é outro Estado. Com muito orgulho, chamamos qualquer cidadão deste País para visitar nosso Estado – e todos sentem a diferença –, sejam integrantes de partidos políticos, sejam pessoas ligadas à atividade cultural ou à atividade empresarial. Todos têm muito respeito pelo que está acontecendo na política pública do Acre hoje.

E posso, com muita tranquilidade e com segurança, dizer ao Plenário do Senado que isso é fruto de um processo de humildade constante que resolvemos adotar como guia das nossas vidas, entendendo a formação política do Estado nos anos 70, fruto de uma composição de influência da Igreja Católica, em que as comunidades eclesiais de base geravam as chamadas células de libertação na política, na cidadania, na conscientização, no mundo, que fugiam da opressão política que o Brasil vivia naquela hora. Havia a influência do movimento sindical brasileiro, que era o movimento de resistência a um Estado autoritário, e do movimento estudantil, que gritava a liberdade no seu sentido mais pleno e mais elevado. E somos frutos disso. Procuramos compreender todo o significado

histórico em que o Brasil vivia naquela hora e constituímos uma frente de partidos que foi dando passos de aprendizagem na política.

Ganhamos a Prefeitura de Rio Branco, no primeiro momento, na qual tivemos um aprendizado enorme com Jorge Viana como Prefeito; depois, tivemos oito anos no Governo do Estado e, agora, uma aprovação para mais quatro anos. É a primeira vez que o PT consegue uma aprovação de três mandatos de Governo do Estado neste País.

Sem dúvida alguma, tivemos, nessa caminhada, nessa travessia, um acúmulo de acertos e os acidentes de alguns erros. Os erros serviram para que aprimorássemos nossas responsabilidades, nossos deveres na construção de um Estado mais justo e mais correto. Isso levou a uma aprovação muito grande da sociedade.

E a minha eleição é fruto desses fatores que tivemos a capacidade de aprender e que fizemos com que fossem edificados dentro do Estado e da capacidade de ampliar uma política de alianças.

Hoje, muitos Partidos constituíram o que chamamos de Frente Popular do Acre. Esses Partidos estenderam a mão na confiança de que o PT dirigirá um processo de afirmação política dentro do Estado. O que mais importa para nós é o direito à cidadania, o direito à dignidade de todos os que lá vivem e a afirmação de um Estado onde a política se torne, sim, um instrumento virtuoso da sociedade e um instrumento de confiança, pois, por intermédio dela, pode-se prestar um serviço à comunidade no seu sentido mais pleno e mais elevado.

Os indicadores atuais nos animam muito. O Acre é o único Estado do Brasil que tem universidade em todos os Municípios. Lá há universidade federal e universidade pública, Senador Mão Santa. Todos os Municípios dão a seus jovens o direito ao acesso à universidade. Municípios que têm 80% da sua população representadas por irmãos índios estão lá com universidade. Há Hospital da Família em todos os Municípios. Há uma luta de afirmação de um processo de desenvolvimento industrial dentro do Estado, onde existe um serviço público eficiente e austero e uma política tributária correta, justa, moderna, atual.

Então, esses fatores construíram uma sensibilidade imensa, um sentimento de confiança muito grande na população do Acre. Penso que o Estado está pronto para servir como uma oficina da política pública no Brasil. Outros Estados estão muito bem constituídos, muito bem representados, e essa troca de experiência, no futuro, vai fazer com que sejam cada vez menores os erros dos políticos que têm uma visão de Estado nos moldes que temos e daqueles que entendem que



política se faz, sobretudo, com humildade, com responsabilidade e menos com a violência das eleições.

A política das ofensas, a política do denunciamento já foi sepultada no nosso Estado. Hoje, a política que nos interessa é a política do grande debate democrático, a política das responsabilidades medidas entre aqueles que apresentam os distintos projetos e uma política que promova a união de todos, independentemente da cor partidária, que queiram defender os interesses da sociedade.

Então, isso é muito claro para nós hoje no Estado do Acre. Por isso, somos fruto de um processo de decisão que trouxe uma belíssima vitória. Tenho confirmado no Acre um sentimento de muita humildade em acolher a vitória do nosso Governador Binho Marques, que fez uma revolução na área da Educação naquele Estado. Tenho a humildade de acolher, com muita gratidão, a população do Estado pela eleição de seis dos oito Deputados Federais e a minha eleição para o Senado também, fruto de muito trabalho, de muita responsabilidade social e política, nunca abrindo mão da coerência.

Quem faz política rompendo laços com facilidade, usando a prática da falta de conteúdo para poder ganhar voto em cima do oportunismo com a sociedade, está perdendo tempo, porque há muito entendimento, há muita compreensão política por parte do eleitor brasileiro, e isso gerou uma grande e bela vitória no Estado.

Concedo um aparte ao meu amigo médico, a meu colega Senador Mão Santa.

**O Sr. Mão Santa** (PDMB – PI) – Senador Tião Viana, a eleição de V. Ex<sup>a</sup> alegre não só o Acre, mas também todo o Brasil. V. Ex<sup>a</sup> é ímpar nas suas análises e considerações. Mas me permita, por ser mais avançado na idade, dizer-lhe algo a que V. Ex<sup>a</sup> deve agradecer. V. Ex<sup>a</sup> é oriundo da ciência da saúde, da Medicina, faz dela a mais humana das ciências, do médico benfeitor. Mas V. Ex<sup>a</sup> e todos nós, oriundos da Medicina, temos um Código de Ética, o Código de Hipócrates. Por isso, há aqueles cursos de Deontologia Médica. Então, não vamos buscar o que nos afasta. Siglas partidárias, vamos derrubar esse muro. O que nos une é a bandeira da Ordem e do Progresso, a ciência médica, o Código de Ética de Hipócrates. É esta bandeira que V. Ex<sup>a</sup> tem de levantar: a da ética, contra a política sem ética, sem decência, sem honradez, sem honestidade. Eu me alegro porque o vejo continuar. V. Ex<sup>a</sup> é mais jovem. É, sem dúvida alguma, essa bandeira que o está tornando grande. Não esqueceu o mártir da democracia, que foi Juscelino, do meu Partido. E quis Deus eu estar falando aqui, da Liderança do PMDB, e o faço com toda a galhardia. Acho que

ninguém, no momento, representa esse estoicismo de Ulysses Guimarães; de Teotônio, doente, moribundo – árvore boa dá bons frutos –, cujo filho estimulamos muito a entrar na luta; de Tancredo, que se imolou; e de Juscelino também, com sua vida. Atentai bem: V. Ex<sup>a</sup> trouxe isso. Sei que isso tudo é válido. Árvore boa dá bons frutos. Eu gostaria de conhecer os pais de V. Ex<sup>a</sup>. Conheci seu irmão, rapidamente, pois, quando governei o Piauí, ele começou no Acre. Eu o conheço não tão profundamente como conheço V. Ex<sup>a</sup>, um dos mais virtuosos homens públicos, que dá aquela esperança nesse meio de tumulto, de confusão. Mas nem tudo é isso. Há Tiões Viana em quem podemos confiar. Então, a sua vitória é a vitória da democracia. Mas não se esqueça: aonde vamos, levamos nossa formação profissional. V. Ex<sup>a</sup>, sem querer, leva a ética que o nosso Pai da Medicina, Hipócrates, plantou com o Juramento de Hipócrates, que V. Ex<sup>a</sup> guarda e tão bem representa e nunca largou. V. Ex<sup>a</sup> representa com grandeza a Medicina. Como Professor, eu o acompanhei. Meus aplausos a V. Ex<sup>a</sup>, que, neste momento de desesperança, ressurgiu como a esperança do que está na Bandeira: “Ordem e Progresso”. A sua vitória é nossa; a sua eleição é nossa.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Agradeço-lhe muito, Senador Mão Santa, o gesto amigo e carinhoso de V. Ex<sup>a</sup>. De fato, é um exemplo que V. Ex<sup>a</sup> puxa para esse compromisso, que é maior para nós que somos médicos, dentro da política, da ética, da defesa da vida. Fui muito atacado por adversários em uma epidemia que a Amazônia vive hoje. V. Ex<sup>a</sup> sabe da sazonalidade da malária, e, ao invés de esquivar-me do debate, eu o enfrentei com o peito aberto, como se diz.

Dois dias após a eleição, eu estava lá, reunido com a equipe técnica e discutindo os últimos momentos de declínio efetivo da epidemia de malária que assolou a região do Vale do Juruá no nosso Estado, enquanto os adversários que atacaram um mês antes apenas viajaram e vão voltar. Nós os chamamos de políticos Copa do Mundo: voltam de quatro em quatro anos para disputar a eleição. Já fui no mesmo local onde eles atacavam, rompendo e mostrando que enfrentamos, como Governo, utilizando políticas de Estado, as adversidades com coragem, com honestidade e com transparência. Possivelmente, por esta razão interior que temos como médicos, que é a honradez e a defesa da vida acima dos interesses da vida pública e dos interesses pessoais.

Agradeço muito essa manifestação carinhosa de V. Ex<sup>a</sup>.

Senadora Fátima Cleide, Senador Maguito Vilela e meu amigo, Senador Sibá Machado.

**A Sr<sup>a</sup> Fátima Cleide** (Bloco/PT – RO) – Senador Tião Viana, é um grande prazer parabenizá-lo nesta tarde de hoje, também pela sua humildade, pela forma como se coloca. V. Ex<sup>a</sup> é uma grande pessoa, mereceu cada voto depositado. Quero também parabenizar o Governador Jorge Viana, o meu companheiro Binho. Conheço o Acre desde a minha infância, tenho para com ele uma relação afetiva e de parentesco muito forte, porque o Acre abraçou metade dos nordestinos da minha família que se dirigiram para lá, que não quiseram ficar no Estado de Rondônia. É impressionante como V. Ex<sup>a</sup> coloca a mudança, o desenvolvimento desse Estado após a eleição do Governador Jorge Viana e a sua eleição como Senador da República. V. Ex<sup>a</sup> é merecedor de cada voto, com muito carinho. Quero também parabenizar, neste momento, o nosso companheiro Eduardo Suplicy. Juntos, V. Ex<sup>a</sup> e ele se tornaram os dois campeões de voto para o Senado Federal nesta eleição. Acredito muito que tudo o que aconteceu no Estado do Acre é exemplo de ética e responsabilidade pública. Ética é, sobretudo, no meu entender, a aplicação do recurso público de forma que ele possa se transformar em benefício. Sei o que é isso porque vivo, infelizmente, uma realidade totalmente diferente. Mas nós não cruzamos os braços, continuamos na luta. Mais uma vez, meus parabéns pela administração que se tem desenvolvido no Estado do Acre, pela sua competência e coragem de enfrentar cada adversidade que se colocou neste período em que V. Ex<sup>a</sup> esteve aqui no Senado Federal, contribuindo também para que aquele Estado possa hoje ter o desenvolvimento social que tem. Quiçá, logo, logo veremos o Estado do Acre com o maior índice de desenvolvimento humano da Amazônia. Isso me causa orgulho porque, como irmã amazônida, queremos que cada um cresça para que todos possamos crescer juntos. Meu parabéns.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Agradeço muito. Fique certa de que o Acre, se continuar nesse caminho político adequado, aprovado pela população, não tenho dúvida de que em dez anos estará entre os cinco melhores Estados do Brasil, nos seus indicadores sociais. Tenho absoluta confiança nisso.

Saiba V. Ex<sup>a</sup> que o que mais queremos, como vizinhos amazônicos, é uma união com o Estado de Rondônia, onde haja uma política que sirva à sociedade, que mude os indicadores sociais e que reflita uma política elevada, com interesse da sociedade sobre os interesses da ganância e do egoísmo político. V.

Ex<sup>a</sup> é uma bela referência política para nós do Estado do Acre.

Meu amigo, Senador Maguito Vilela, um homem que marcou a minha memória política aqui no Senado na defesa do movimento de combate à fome e às desigualdades sociais em Goiás, quando destinou parte dos recursos do Fundo de Participação do Estado para que os goianos mais humildes tivessem direito à dignidade mínima. Um grande e corajoso Senador da República!

Concedo um aparte ao Senador Maguito Vilela, com muito prazer.

**O Sr. Maguito Vilela** (PMDB – GO) – Solicitei o aparte, Senador, para cumprimentá-lo pelo brilhantismo do seu pronunciamento e para dizer que o povo do Acre lhe fez justiça. V. Ex<sup>a</sup> é um dos Senadores mais brilhantes de toda a história deste País. Um homem extremamente equilibrado, competente, leal, ético ao extremo. Participou agora de uma campanha difícil e foi, proporcionalmente, o Senador mais votado do Brasil. Por isso, quero, em nome do povo goiano, cumprimentá-lo por essa façanha e por essa vitória extremamente merecida. Ninguém mais do que V. Ex<sup>a</sup> mereceu a votação que teve. Aliás, o conjunto político do Acre é extraordinário. Seu irmão, Jorge Viana, fez um grande trabalho, um trabalho reconhecido nacionalmente, e até internacionalmente. É também um grande administrador, um grande político e sempre fez política com muita ética, com muita seriedade, com muita transparência. O Acre vem-se transformando realmente. E, para mim, não será novidade que, com esse conjunto político, agora com a eleição de Binho Marques, que é também do grupo, o Acre se transforme num dos Estados mais corretos deste País sob todos os aspectos: meio ambiente, saúde, segurança pública, geração de emprego e social. Creio que cada povo tem o direito de ser feliz, de progredir e cada povo tem de saber escolher seus governantes, aqueles que comandam o Estado. E o povo acreano tem sabido, nas últimas eleições, portar-se com espírito cívico, com patriotismo, com grandeza de caráter e, por isso, o Acre está recebendo o retorno por intermédio desse conjunto político constituído por V. Ex<sup>a</sup>, por seu irmão Jorge Viana e futuramente sob a batuta de Binho Marques. Quero também anunciar a V. Ex<sup>a</sup>, com muita alegria, com muita felicidade, que em Goiás fizemos um grande acerto. Cem por cento do PMDB, incluindo o Prefeito Iris Rezende, de Goiânia, a Deputada Iris, que teve uma votação extraordinária – elegemos a maioria dos deputados federais e esta-

duais – apoiará o Presidente Lula; cem por cento do PT apoiará a minha candidatura neste segundo turno. Fizemos uma grande parceria e estamos fazendo um trabalho maravilhoso buscando a vitória. V. Ex<sup>a</sup> sabe que esse é um sonho antigo. Eu sempre tive afinidade com o PT, sempre defendi o PT, sempre quis o PT conosco. E hoje, em Goiás, realizamos esse acordo e vamos fazer uma belíssima campanha neste segundo turno; uma campanha ética, honesta, para que o povo goiano ganhe com o Presidente Lula, com a minha candidatura e com a minha eleição, se Deus quiser. Muito obrigado! Parabéns! Que V. Ex<sup>a</sup> tenha mais um mandato extremamente proveitoso no Senado da República.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Admirável Senador Maguito Vilela, desejo, com absoluta sinceridade, a vitória de V. Ex<sup>a</sup>. Saiba que a minha esposa migrou com sua família de Goiás para o Acre nos anos setenta. Ela era criança ainda. E, seguramente, eu e ela pediremos a toda a família dela, que é numerosa, voto para V. Ex<sup>a</sup>, porque é um admirável Senador e será, sem dúvida alguma, um grande Governador deste País, no Estado de Goiás. Meus agradecimentos a V. Ex<sup>a</sup>.

Concedo um aparte ao amigo Senador Sibá Machado. A seguir, ouço o Senador Suplicy, que o TSE sentenciou como o Senador com o maior número de votos da história do Brasil. Eu, proporcionalmente, também tive uma grande votação nessa eleição.

Senador Sibá Machado, ouço V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – Senador Tião Viana, não tive oportunidade de me manifestar um pouco sobre o nosso histórico e o nosso tão bonito resultado eleitoral. Fiz referências mais claras a Binho Marques. Eu estava aguardando este momento para fazê-las a Tião Viana, cuja vitória, se traz alegria para os demais, imaginem para nós lá do Estado. Digo que ter a oportunidade de estar na Presidência do PT neste momento da história é muito gratificante, assim como o é conhecer V. Ex<sup>a</sup> desde a década de noventa. V. Ex<sup>a</sup> foi colocado como o nosso candidato em 1994; e, em seguida, também para assumir a cadeira de Senador da República em 1998. Eis que agora o Estado do Acre, reconhecendo o brilhante trabalho de V. Ex<sup>a</sup>, dá à sua pessoa a mais expressiva votação de um Senador da República em termos proporcionais: quase 89% dos votos. Conte isso ontem, e algumas pessoas ficaram muito admiradas. Esse resultado é conseqüência do brilhantismo de uma pessoa que tem carinho por tudo o que faz na vida. Quando profissional da Medicina,

antes de fazer carreira política, era um dos médicos mais respeitados e procurados de nosso Estado. Agora, tudo fica dobrado, porque V. Ex<sup>a</sup> continua médico e, agora, também como Parlamentar. E as duas escolas do Estado estão hoje reproduzidas: a Escola de Administração Pública, um modelo que Jorge Viana implanta no Estado e que todas as administrações municipais procuram seguir; e a Escola de Parlamento, na qual vemos todos os Colegas aprendendo com V. Ex<sup>a</sup> como se faz um brilhante mandato parlamentar. Portanto, ficam aqui, em nome do PT e de todos os amigos nossos – não só do PT, porque ficou suprapartidário esse resultado – os nossos parabéns. Felicidades mil e que Deus conserve a sua pessoa.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Agradeço muito a V. Ex<sup>a</sup>, que é sobretudo um amigo e alguém que defende as mesmas causas minhas, por um Acre, por uma Amazônia, por um Brasil mais justo e verdadeiro e pela construção de um partido pelo qual temos muito respeito e queremos que erre cada vez menos, estando cada vez mais ao lado do povo brasileiro.

Concedo um aparte ao Senador Eduardo Suplicy, meu querido amigo, a quem chamo sempre de meu irmão mais velho.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – São muitos os motivos felizes para eu aqui externar os meus parabéns, os meus cumprimentos pelo seu brilhante desempenho, reconhecido pelo povo do Acre, devido ao seu extraordinário trabalho desde quando aqui chegou, Senador Tião Viana. Tantas vezes nós tivemos afinidades de propósitos e de ações! V. Ex<sup>a</sup> tem agido – o Senador Sibá Machado é testemunha disto –, mais do que como amigo; como um irmão, um conselheiro. Volta e meia V. Ex<sup>a</sup> diz a mim: “Olha, Eduardo, será que não seria melhor você agir de uma outra forma?”, “Tenha cuidado com isso e com aquilo”, “Na hora de apartear o Senador Mão Santa, veja bem como faz” – só porque ele estava olhando para V. Ex<sup>a</sup>. O Senador Tião Viana sempre está fazendo ponderações a mim nas mais diversas situações. Eu quero dizer que têm sido positivos os seus conselhos, as suas recomendações. Eu senti não poder estar lá no Acre, porque eu precisava estar em 645 municípios paulistas – mas não foi possível estar em todos. Eu até pergunto se V. Ex<sup>a</sup> conseguiu no Acre ir a todos. Quantos são?

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – São vinte e dois.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Vinte e dois. Ali ficou um pouco mais fácil. Eu estive em

mais de 50 municípios e também fiz questão de vir aqui pelo menos uma vez quase todas as semanas, mesmo quando não havia sessão deliberativa, porque considerava isso um dever. Com isso, não foi possível estar em todos os municípios, mas assumi a decisão de visitar, e muito, todos os municípios paulistas neste terceiro mandato. Vou ter de planejar, porque não é coisa tão fácil de se fazer. Mas é tão bom saber que o seu trabalho, o do Governador Jorge Viana, o da Senadora Marina Silva – atual Ministra do Meio Ambiente, que especialmente no Acre tem uma presença tão significativa em cooperação com o Governador Jorge Viana, com o Senador Sibá Machado, com o novo Governador Binho Marques, que era Vice-Governador e que agora assume a sucessão – conseguiram tal harmonia de afinidade com o povo! Conseguir 88% dos votos num Estado é um feito fantástico! Imagine se eu tivesse conseguido tal proeza. Consegui cerca de 48% (47,8%), um número muito grande, é claro, mas os paulistas são em maior número. Recebi 8.898.803, quase nove milhões de votos, o que aumenta muito a minha responsabilidade em fazer jus a essa extraordinária confiança. Mas também sou testemunha de que V. Ex<sup>a</sup>, além de exercer tão bem o seu mandato como Senador, como 1º Vice-Presidente desta Casa, membro presente em tantas comissões, V. Ex<sup>a</sup> procurou se esmerar como médico. Inclusive, durante este mandato, V. Ex<sup>a</sup> apresentou a defesa da sua tão bonita tese de doutoramento, à qual tive a alegria de assistir. Além disso, estou sabendo agora que V. Ex<sup>a</sup> acaba de ingressar no quadro docente da Universidade Federal do Acre. V. Ex<sup>a</sup> poderá estar na universidade nas tardes de sextas-feiras, tal como faço, ou, não sei, nas manhãs de segundas-feiras. Para V. Ex<sup>a</sup>, é um pouco mais difícil porque Brasília fica mais distante de Rio Branco. Quem sabe possam os estudantes da área de Medicina da Universidade Federal do Acre ter a satisfação de aprender com V. Ex<sup>a</sup>. Se quiser, um dia, que eu vá fazer uma palestra aos seus alunos, vou com muita alegria. Meus parabéns. Seja bem-vindo, com tanta justiça, de volta a esta Casa, para mais oito anos.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Agradeço muito a V. Ex<sup>a</sup>, que já foi ao Acre diversas vezes. Desde as primeiras disputas políticas que travamos ali, V. Ex<sup>a</sup> já nos trouxe conferências extraordinárias de temas, para nós, distintos, como a renda básica de cidadania e o debate de ética, que sempre o guia em sua vida.

Não tenho dúvida de que, em seu terceiro mandato, Senador Eduardo Suplicy, V. Ex<sup>a</sup> será um marco

definitivo de apoio, proteção e credibilidade no segundo Governo do Presidente Lula, que precisa muito de apoio e sustentação ética. Sem dúvida, V. Ex<sup>a</sup> é uma referência nesse campo dentro do nosso Partido. É alguém que, como eu, tem disposição para enfrentar todas as críticas que são feitas ao nosso Partido, discutindo da refundação a todo e qualquer desafio que o PT tenha pela frente. É alguém determinado a defender o Brasil acima dos interesses de grupos políticos.

Ouçõ o aparte dos Senadores Marcos Guerra e Romeu Tuma para encerrar, com a tolerância do nosso querido Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Peço a compreensão dos nobres Senadores, visto que já foi dado o dobro do tempo permitido ao campeoníssimo de votos, mas temos uma lista imensa de inscritos. Peço a compreensão de V. Ex<sup>as</sup>.

**O Sr. Marcos Guerra** (PSDB – ES) – Senador Tião Viana, V. Ex<sup>a</sup> é um parlamentar que merece vários apartes. Confesso que jamais imaginei esta Casa sem V. Ex<sup>a</sup>. Falar de V. Ex<sup>a</sup> é muito fácil. V. Ex<sup>a</sup> tem todas as qualidades que um bom parlamentar precisa ter neste País. Enquanto V. Ex<sup>a</sup> faz seu pronunciamento, acessei a Internet para ver os dados da eleição. Quero parabenizá-lo não apenas por ter obtido 88,76% dos votos, dos quais é merecedor, mas também porque o acreano é pé quente. Vejo aqui que Geraldo Alckmin ganhou no Acre no primeiro turno. Então, quero parabenizar o acreano pelo caminhão de votos que deu a V. Ex<sup>a</sup>, pelo grupo de parlamentares que elegeu, e agradecer, também, pelos votos concedidos ao Presidente da República Geraldo Alckmin. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>!

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, que acompanha a vida do Senado Federal como ninguém, no exercício do mandato, e que está sempre preocupado com temas da ordem econômica brasileira, com os desafios e com os ajustes da macroeconomia para prestar um serviço à sociedade brasileira.

Quanto a essa referência que faz ao candidato Geraldo Alckmin, fique certo V. Ex<sup>a</sup> de que o Presidente Lula liderava as pesquisas até dez dias antes do Primeiro Turno, mas essa onda de denúncias ocorridas em São Paulo repercutiu, sim, por meio da imprensa, na sociedade. Isso fez com que houvesse uma diferença pequena, mas temos certeza absoluta de que, agora, o Presidente Lula vencerá no Acre com pelo menos 70% dos votos, pois esse é o recado que a população nos dá todos os dias.

Com anuência do Sr. Presidente, concedo um aparte ao Senador Romeu Tuma.

**O Sr. Romeu Tuma** (PFL – SP) – Senador Tião Viana, serei rápido. O Senador Mão Santa está nos dizendo que V. Ex<sup>a</sup> tem ética porque é médico, assim como Geraldo Alckmin. Meu filho foi presidente do Conselho de Ética do Hospital Sírio-Libanês. Então, convivo com aqueles cujas mãos são abençoadas por Deus para curar as pessoas. Sinto muita afeição por V. Ex<sup>a</sup> – V. Ex<sup>a</sup> não pode dizer que isso não é verdade –; passamos, inclusive, por momentos difíceis, com algumas contradições e algumas dificuldades naturais da vida política. Não sou político, penso que não tenho qualidades para ser político. Venho de uma atividade do Poder Executivo, uma das mais difíceis, que é a de ser policial, mas me adaptei a pessoas como V. Ex<sup>a</sup>, que tem a bondade no coração, o princípio de respeito ao colega, ao semelhante, e de não faltar com a verdade nunca. Além disso, V. Ex<sup>a</sup> fala de uma região pela qual tenho amor, que é a Região Norte do País, incluindo o Acre, onde sei que há criação de carneiros. Jesus disse que o bom guia é aquele que sabe guiar os carneiros. E no seu Estado tenho um grande amigo que é especialista na criação de carneiros. Não vou falar que se come bem o carneiro, porque estaria ferindo o princípio de amor ao carneiro. Hoje alguém me dizia que é triste ver um carneiro morrer porque ele chora. V. Ex<sup>a</sup> tem todas as qualidades para representar o seu Partido sem ferir a dignidade dos outros. Quando V. Ex<sup>a</sup> era Líder – sem crítica a nenhum outro –, eu não diria nem a sua amabilidade, mas a sua qualidade de respeitar os demais Líderes fazia com que se levassem avante os projetos que eram importantes para o Governo. A sua volta é muito especial para este Congresso. Eu, pelo menos, espero poder viver mais quatro anos, se Deus quiser, ao seu lado. V. Ex<sup>a</sup> tem uma virtude pela qual o Governo deveabençoa-lo, que é a qualidade da representação que o Governo tem na sua pessoa. Esse carinho, essa dedicação e esse respeito são inigualáveis. Creio que aqui temos grandes Senadores, mas V. Ex<sup>a</sup> tem algo especial, que não sei explicar, e eu gostaria de continuar essa amizade.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Agradeço-lhe, muito sensibilizado, as palavras e concluo o discurso, respeitando a solicitação da Presidência, dizendo do respeito e do apreço que lhe tenho. V. Ex<sup>a</sup> sempre procura colocar a relação humana acima da relação política, da relação partidária. Isso nos cativa a todos, fazendo com que se estabeleça uma relação sempre muito respeitosa com V. Ex<sup>a</sup>.

Esteja certo, Senador Romeu Tuma, que, na próxima legislatura, o convívio será ainda melhor, com muito mais respeito, com a construção de mandatos que venham a defender os interesses do Brasil e dos Estados. Ressalto a lealdade e a coerência com o voto que nos foi dado pela população dos nossos Estados.

Agradeço, de maneira muito carinhosa, os apartes de respeito à vitória conquistada pelo povo acreano. O Senado está homenageando o Acre e não a minha pessoa com os apartes que me faz.

Agradeço, Sr. Presidente, de coração e com toda a humildade, o apreço e a confiança renovada do povo acreano, que nos dará a certeza de um segundo turno muito vitorioso.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – V. Ex<sup>a</sup> merece toda a consideração desta Presidência.

Concedo a palavra ao Senador Maguito Vilela, por cessão do Senador João Batista Motta.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, se o Senador Maguito Vilela me permitir fazer uma breve comunicação, por questão de emergência.

**O SR. MAGUITO VILELA** (PMDB – GO) – Pois não, Senador, com muito prazer.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Roberto Cavalcanti, há poucos instantes encerrou-se, no Conselho de Ética, presidido pelo Senador Romeu Tuma, o depoimento prestado pela Senadora Serys Slhessarenko, que foi, sobretudo, argüida pelo Senador Relator Paulo Octávio.

Sr. Presidente, a Senadora Serys Slhessarenko nos prestou um depoimento de extraordinária importância, falando de toda a sua trajetória de vida e dizendo que, por tudo aquilo que sabemos dela, de maneira alguma poderia estar envolvida em qualquer procedimento que ferisse a ética.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de requerer seja transcritos nos Anais do Senado o depoimento inicial da Senadora Serys Slhessarenko, com a devida licença do Senador Maguito, a quem agradeço pela oportunidade de me manifestar antes de sua fala.

#### **DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SENADOR EDUARDO SUPLICY EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

*Sen. E. Siqueira*  
 Agradeço, finalmente, por poder falar e por poder ser ouvida, após mais de 120 dias de cruel linchamento público que sofri.

➔ Gostaria de começar dizendo que estou aqui em respeito à sociedade e, em especial, ao Senado, que não pode carregar uma mácula dessa envergadura com 1 de seus membros.

➔ Exerço esse meu direito-dever, dizendo que é muito difícil fazer uma defesa quando não se tem uma acusação ~~clara e precisa~~...lembrando que a acusação contra mim é **sempre indireta** e em instante algum me envolve diretamente com as versões ditas neste Conselho de Ética, *no MPF, Polícia*

➔ Não vou usar do mesmo expediente daqueles que tentaram me envolver nesse escândalo: acusações sem provas; combinações prévias na surdina; ilações irresponsáveis. **Mesmo porque** todos os envolvidos são unânimes em dizer que eu não tenho nada a ver com tudo isso...claro....tudo isso depois de fazerem um estardalhaço sem tamanho e quando as investigações aprofundam, diante de tantas contradições, acabaram por admitir que eu nunca *1* estive envolvida com esse escândalo todo.

-> *Sen. Relator: Senador Paulo Otávio.*

➔ Como uma breve introdução, gostaria de ressaltar alguns pontos da minha trajetória política....

1) INICIO DA VIDA POLITICA: Comecei minha vida na Política Universitária – em todas as ocasiões, **sempre eleita** – como chefe de Departamento de Educação, e logo após Coordenadora do Centro de Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de MT; onde fui professora por 26 anos em sala de aula.

- Secretária Municipal de Educação de Cuiabá-MT, em 1986;
- Secretária Estadual de Educação em MT, em 1987-1988;
- 1º mandato de Dep.Estadual, de 1990-1994;
- 2º mandato de Dep.Estadual, de 1994-1998;
- 3º mandato de Dep.Estadual, de 1998-2002; eleita Senadora da República em 2002. Todos os mandatos pelo PT/MT.

2) Como DEPUTADA ESTADUAL:

➔ Uma atuação sempre muito difícil, por vezes única mulher, por vezes única na oposição, mas sempre acreditando nos ideais que norteiam minha prática política, voltada para os movimentos sociais que sempre participaram ativamente do meu mandato.

➔ Dependo EXCLUSIVAMENTE da minha credibilidade, construída ao longo de 16 anos de vida parlamentar, para continuar na Política....QUE ME TIREM A VIDA, MAS NÃO ME TIREM MINHA DIGNIDADE!!!

➔ Participei de muitos trabalhos na Assembléia Legislativa de MT, às vezes presidindo CPI's, da CPI/COMPRA DE VOTOS; da CPI DA TERRA; da CPI/TRABALHO ESCRAVO; da CPI/MAFIA DO FISCO; da CPI/NARCOTRÁFICO; e ~~de todas as outras~~ <sup>tantas outras ações</sup>; suportando pesadas pressões e chantagens, sem ceder um momento sequer.

➔ Comprei várias brigas políticas e nunca arredei o pé delas...não me arrependo, um instante sequer, das denúncias que fiz, ~~nas~~ <sup>nas</sup> autoridades de MT, ao Ministério Público, ou mesmo das várias ações populares que propus.

➔ MAS OS ADVERSÁRIOS E OS CRIMINOSOS nunca se cansaram em tentar promover escândalos, como se isso fosse me vergar...o absurdo é tamanho que, às vésperas da minha eleição ao Senado Federal (em 2002), fui acusada de ser mandante de tentativa de homicídio, por uma carta anônima e fita de vídeo grampeada e grosseiramente editada – sem que sequer fosse ouvida previamente – mas que um órgão de imprensa local, fez questão de reproduzir, semanas a fio....então o jogo na Política em MT é muito ~~baixo~~ <sup>pesado</sup>.



➔ Agora, às vésperas desta última eleição, na qual concorria ao Governo do Estado, aparece esse tal de LUIZ ANTONIO VEDOIN, cada hora falando uma coisa, alguns absurdos atrás de outros, e simplesmente, **do dia para a noite, me envolveram nesse lamentável episódio.** Até a eclosão desse escândalo, NUNCA TINHA OUVIDO FALAR DESSES SENHORES....NUNCA TINHA OUVIDO FALAR NO NOME PLANAN, que aliás, até hoje nem sei onde esta empresa se localiza em Cuiabá.

➔ A CPMI DAS AMBULÂNCIAS me notifica para apresentar defesa, eu a faço (juntando uma série de documentos e disponibilizando todos os meus sigilos, seja bancário, fiscal e telefônico), mas na sessão da Leitura do Relatório Parcial (10/08/2006), um de seus membros **admite expressamente que não leu a minha defesa, e me mandam para o cadafalso,** enquanto outros parlamentares eram sumariamente absolvidos, mesmo com inquéritos abertos no SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL...o que não é o meu caso, já que não tenho inquérito ~~aberto no STF~~ <sup>requerido ao STF</sup>.

*Caqui 1 parentese: Sr. presidente/Sr. relator*

➔ Meus advogados – e aqui em especial meus mais sinceros agradecimentos aos Dr.Reginaldo de Castro e Dr.Davi Machado Evangelista, <sup>Alexandre</sup> que por convicção íntima estão nesta empreitada – e já cuidaram da minha defesa técnica... quanto a isto estou totalmente tranqüila; mas gostaria de abordar algumas poucas e rápidas questões.

➔ Tudo isso começou uns 15 dias depois da deflagração exitosa e um trabalho brilhante do MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e da POLICIA FEDERAL DE MT...quando foram presos os donos da Planan e várias outras pessoas e foram apreendidos uma série de documentos da empresa....nesse período, já tinha vindo à público o envolvimento de dezenas e dezenas de parlamentares, **mas meu nome não.....**a primeira noticia que saiu contra mim, foi do jornal “O Globo” do RJ em 17/05/2006...dando conta que meu nome estaria envolvido no esquema em 2001, ressaltando o jornal que nessa época nem Senadora eu era, enfim....claro...isso caiu como uma bomba em MT...nos dias seguintes virei, para parcela da imprensa de MT, partícipe do esquema....chegaram a dizer que meu nome constava do LIVRO-CAIXA da Planan....CURIOSO é que já fiz 2 ou 3 pedidos à CPMI para que me fornecessem uma CERTIDÃO sobre o que há, se é que há, alguma prova material contra minha pessoa e até hoje, passado tanto tempo, nada me foi fornecido nesse sentido.

*Srs. e Sras.*

➔ É uma insanidade brutal...toda minha trajetória política é **INCOMPATIVEL** com o que me acusam....

➔ TEM ALGUMA RAZÃO PARA TUDO ISSO OCORRER?  
Como já disse, não vou usar do mesmo expediente dos delinquentes que me acusam sem prova...mas posso intituir algumas coisas....p.ex., depois de se comprovar que

VEDOIN negociava denúncias, é no mínimo estranho que, 4 dias depois de ser lançada oficialmente minha candidatura para o Governo do Estado de MT, VEDOIN faz a acusação contra minha pessoa....aliás...é estranho demais, pois o primeiro parlamentar que ele acusa, na quase centena de parlamentares, nominando e fazendo acusação SOU EU!...No mínimo esquisito....foram 9 dias de depoimento, 153 páginas de interrogatório de VEDOIN à Justiça Federal de MT...um depoimento em delação premiada onde as informações prestadas pelo delator e demonstradas com provas materiais poderia beneficiá-lo e, contudo, o primeiro parlamentar que ele nomina e acusa sou eu!!!, sem nenhuma prova consistente...quer dizer, logo eu sou “escolhida para estrear” o rol das acusações, enquanto vários outros parlamentares, contra os quais existe prova documental robusta, ou foram simplesmente esquecidos, ou foram relegados a segundo plano....É TUDO MUITO ESTRANHO!

➔ São coisas que não fecham, as contradições são muitas...

- É muito claro que LUIZ ANTONIO VEDOIN era muito “organizado”.... tinha um controle rígido de seu esquema...registrava todas as suas operações, anotava tudo... **mas no entanto não sabe sequer precisar o mês, às vezes o ano, que diz ter dado o dinheiro QUE ALIÁS, NEM FOI PARA MIM!!!** (tem depoimento que ele fala, SET/OUT de 2003; tem depoimento que ele fala que foi em

*diz que*

“no ano de 2004”; tem depoimento que ele fala que foi “uns 15 dias” depois de SET/OUT de 2003; seu pai já chegou a dizer que foi durante o ano de 2002)...quer dizer...é muita contradição escancarada.

- Uma hora é o filho LUIZ ANTÔNIO que teria entregue o dinheiro; outra hora é o pai, DARCI VEDOIN, que disse que entregou e depois disse que nem na cidade (Cuiabá) estava;

► Sempre a minha conduta, no trato com as emendas, foi muito clara...já alertei, inclusive, em várias ocasiões, quer seja dentro do meu gabinete, na relação com os prefeitos, enfim, em várias vezes, que não toleraria nenhuma forma de desvio ou malversação das minhas emendas, dizendo e reiterando várias vezes que <sup>se</sup> soubesse de qualquer notícia nesse sentido, mandaria apurar com rigor.

*Investigações profundas e punições a altura*

► É importante dizer que minhas emendas para Saúde, no **orçamento de 2004**, observaram rigorosamente o mínimo obrigatório (30%) do total....poderia ter, se quisesse, destinado integralmente os \$2.500.000,00...mas não o fiz...foram destinados \$750 MIL, que depois sofreu um corte de 20%....sendo liberado, portanto, \$600MIL para saúde, em 6 emendas para saúde (1 para Posto de Saúde de Campo Novo dos Parecis e 5 para aquisição de ambulâncias...destas...2 foram “vencidas” (entre aspas) pela

PLANAN....o que não quer dizer nada!!!...aliás, vários outros parlamentares também tiveram suas emendas para Saúde que beneficiaram a PLANAN e nem por isso estão envolvidos com o escândalo das ambulâncias....Não se pode colocar em jogo um mandato de Senador da República, simplesmente porque um delinqüente diz, sem prova alguma, alguém estar envolvido...aliás, LUIZ ANTONIO VEDOIN nem me acusa diretamente....ainda que se admitisse essa história maluca e cheia de contradições, LUIZ ANTONIO já disse, inclusive aqui, no seu último depoimento, que em instante algum dessa trama toda, se falou no meu nome!!!...É UMA ARMAÇÃO ABSOLUTAMENTE INSUSTENTÁVEL CONTRA MEU MANDATO E A MINHA PESSOA!!!

→ Gostaria de deixar muito claro que não tenho compromisso com ninguém que eventualmente tenha se aproveitado da minha atividade parlamentar, seja quem for...Caso se comprove qualquer participação daqueles que me cercam ou que estiveram <sup>ou não</sup> a meu serviço, que respondam integralmente por seus atos e sejam severamente responsabilizados...

**DESDE O INÍCIO DESSA LOUCURA** sempre reafirmei meu completo interesse no total esclarecimento dos fatos, disponibilizando toda a espécie de sigilo meu, seja bancário,



**O SR. PRESIDENTE** (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Nos termos do Regimento Interno, V. Ex<sup>a</sup> será atendido.

Concedo a palavra ao Senador Maguito Vilela.

**O SR. MAGUITO VILELA** (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, assomo a esta tribuna depois de um longo tempo, em função da disputa eleitoral no meu Estado. Por estar disputando o Governo de Goiás, agora já no segundo turno, tive que me ausentar deste plenário, desta tribuna.

Volto hoje, com muita honra, com muito orgulho, para tratar, inicialmente, de um tema que chocou todos nós, brasileiros, que foi o acidente ocorrido com o Boeing da Gol no dia 29 de setembro de 2006. Cento e cinquenta e cinco pessoas perderam suas vidas. Foi o maior acidente da história da aviação no nosso País.

Quero prestar minha solidariedade aos seus familiares e minhas homenagens póstumas às 155 pessoas vitimadas por aquele acidente que consternou todos nós brasileiros, que enlutou a família brasileira, que enlutou todos o País e que sensibilizou o mundo inteiro, tendo em vista que quase todos os Chefes de Estado enviaram condolências às famílias brasileiras por intermédio do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Sr. Presidente, entre as 155 pessoas vítimas daquele acidente estavam dez goianos, a quem presto, naturalmente, minha homenagem póstuma e a cujos familiares presto minha solidariedade. Do meu Estado, Goiás, dez pessoas perderam a vida: Carlos Luz, Lucas da Silva Lemos, Átila Resende, Marcelo Lopes, Clécio Moraes, Rosana Magalhães, uma médica de Goiânia, e seu filho Pedro, de apenas três anos, Pedro Peixoto, Tiago dos Santos, Salustiano Rocha, com quem estive, em Luziânia, poucos dias antes do acidente – fui recebido por ele numa loja maçônica aqui em Luziânia –, e Ronivon Miranda, também morador daqui de Luziânia, do Entorno da capital.

Dez pessoas, dez goianos que tinham o melhor relacionamento no nosso Estado, gozavam do melhor conceito, pessoas cujas famílias vêm, ao longo dos anos, ajudando a construir o Estado de Goiás.

Quero encaminhar, através do Senado da República, a todos os familiares das vítimas goianas nossos sentimentos, nossas condolências, nossa solidariedade e pedir a Deus que dê muita paz, muito conforto a todas essas famílias goianas, que passaram e passam por um momento de muita dor e muito sofrimento.

Quero, Sr. Presidente, dizer que as eleições em Goiás transcorreram em um clima de muita paz, muita tranquilidade, consolidando, assim, o processo democrático no nosso Estado. Esse clima também se apresentou no resto do País, porque as notícias veiculadas

pela grande imprensa brasileira, em todos os Estados brasileiros, são de que as eleições transcorreram de forma pacífica e democrática em todo o País.

Muitos foram os vitoriosos no primeiro turno e alguns vão disputar o segundo turno. O Presidente Lula também vai disputar o segundo turno com o candidato do PSDB, Geraldo Alckmin. Como eu já havia dito ao ilustre Senador Tião Viana, em Goiás

fizemos uma grande composição para o segundo turno, formada pelo PT, pelo PMDB, pelo PCdoB, a que também aderiu o ex-candidato Edward Júnior, do PSDC, que concorreu para Governador, para enfrentar o atual Governador de Goiás, que concorre pelo PP, apoiado pelo PSDB. De forma que agora, em Goiás, o PP e o PSDB estarão de um lado e o PT e o PMDB estarão de outro, tanto para apoiar a minha candidatura ao Governo de Goiás, quanto para apoiar a candidatura do Presidente Lula à Presidência da República.

Entendo que os goianos vão participar de uma forma efetiva dessas eleições do segundo turno. Se o povo brasileiro determinou que o Presidente disputasse o segundo turno com Geraldo Alckmin e o povo goiano determinou que Alcides Rodrigues e eu disputássemos o segundo turno, foi porque ele ainda não estava convencido das nossas propostas, das nossas idéias, do nosso plano para Goiás e para o Brasil nos próximos quatro anos.

Iremos disputar, com muita dignidade, com muita ética, com muita transparência, com muita simplicidade e com muita humildade. Aliás, minha vida pública sempre foi caracterizada pela humildade. Minha trajetória sempre foi ao lado dos menos favorecidos, dos excluídos, daqueles que mais precisam do apoio do Governo, das prefeituras, dos poderes constituídos desta Nação.

Quando Governador do Estado, procurei fazer um governo com a maior seriedade e transparência, um governo extremamente ético e voltado para as camadas mais sofridas do meu Estado. Vim para o Senado presidir a Comissão para erradicação da pobreza e da fome no Brasil. Tive o orgulho de contar, nessa Comissão, com a presença de Eduardo Suplicy, Senador brilhante; de Heloísa Helena, que disputou também a Presidência da República; e de Marina Silva, hoje Ministra. Criamos o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza no Brasil, que está sendo extremamente útil para as camadas menos favorecidas deste País.

Por isso, vou disputar o segundo turno de cabeça erguida, com a consciência tranqüila, na certeza de que farei uma campanha voltada para a ética, uma campanha simples, humilde, até porque vou enfrentar novamente a máquina econômica, o poder político. A reeleição é um desastre para aqueles que estão en-

frentando a máquina dos seus respectivos Estados. Mas vamos com muita humildade, com muita simplicidade, apresentar mais uma vez ao povo goiano as nossas idéias nas áreas de educação, da saúde, da segurança pública, do social, do meio ambiente, dos esportes, da cultura. Enfim, apresentaremos as nossas idéias em todos os setores para a administração pública nos próximos quatro anos.

Sr. Presidente, eu gostaria de abordar um tema que considero relevantíssimo com relação ao entorno de Brasília, que pertence ao Estado de Goiás. Fiquei simplesmente atordoado em ver o abandono que está o entorno do Distrito Federal. É problema de falta de esgoto sanitário, de falta de água tratada, de falta de asfalto nas ruas, de falta de linhas de ônibus, de falta de saúde. Muitos hospitais estão fechados no entorno, sem a menor assistência por parte do Governo Estadual. Ao entorno do Distrito Federal falta tudo: saúde, educação, segurança pública, saneamento básico, moradias, empregos. O Governo goiano, ultimamente, abandonou o entorno do Distrito Federal. Nos últimos oito anos, o entorno não recebeu praticamente nada e, por isso, está com uma população extremamente revoltada e com razão.

Faço um apelo para que o Governo Federal possa ajudar a resolver esses problemas do entorno. Se Deus me der o privilégio de ser eleito novamente Governador de Goiás, quero envidar todos os esforços para resolver esses problemas graves do entorno do Distrito Federal.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Senador Maguito Vilela, V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. MAGUITO VILELA** (PMDB – GO) – Concedo o aparte, com muito prazer, ao Senador Eduardo Suplicy.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Cumprimento-o pelo seu desempenho não apenas como Senador, mas pela confiança com que o povo de Goiás resolveu levá-lo para essa disputa no segundo turno. V. Ex<sup>a</sup>, inclusive, esteve à frente, muitas vezes, ao longo dessa campanha. Era o favorito.

Certamente, agora, com a possibilidade de maior equidade no horário eleitoral e com os debates que as emissoras de televisão e rádio vão promover, V. Ex<sup>a</sup> poderá mostrar sua bagagem, sua história, seu conhecimento dos problemas de Goiás e seus compromissos. Dou o testemunho de que fomos colegas na Comissão Mista Especial de Erradicação da Pobreza, por meio da qual tivemos jornadas memoráveis, como a visita que fizemos, no Rio de Janeiro, à residência do professor Celso Furtado, que estava com a saúde frágil. Colhemos um depoimento extremamente interessante, um dos mais bonitos sobre toda a experiência do professor Celso Furtado ao longo

de sua vida. Fez também recomendações sobre como devemos caminhar no sentido de combater a pobreza absoluta, para prover dignidade e liberdade real a todos os cidadãos. Coloco-me à disposição de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Maguito Vilela, para transmitir aos goianos o apoio que V. Ex<sup>a</sup> merece. É importante o entendimento que V. Ex<sup>a</sup> está tendo com o próprio Presidente Lula para dar força à sua candidatura. Serão muitas as oportunidades para nossa convivência – tenho certeza. Coloco-me à sua disposição para debater o aperfeiçoamento dos programas de transferência de renda, tais como o Bolsa Família. Conforme V. Ex<sup>a</sup> sabe, pretendemos aprovar uma lei segundo a qual o programa de transferência de renda, aos poucos, priorize os mais necessitados, como faz o Bolsa Família, chegando um dia a se transformar num direito a uma renda básica de cidadania, num direito de toda e qualquer pessoa, não importa a origem, a raça, o sexo, a idade, a condição civil ou mesmo sócio-econômica. Todos poderemos partilhar a riqueza de nossa Nação como um direito à cidadania. Meus cumprimentos a V. Ex<sup>a</sup>. Boa sorte nessa sua renhida batalha.

**O SR. MAGUITO VILELA** (PMDB – GO) – Muito obrigado.

**A Sr<sup>a</sup> Fátima Cleide** (Bloco/PT – RO) – Senador Maguito, V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O SR. MAGUITO VILELA** (PMDB – GO) – Honrame muito o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, um dos Senadores mais atuantes de toda a história do Senado da República do Brasil.

Concedo o aparte, com muito prazer, à ilustríssima e querida Senadora.

**A Sr<sup>a</sup> Fátima Cleide** (Bloco/PT – RO) – Senador Maguito, vou lamentar muito não tê-lo mais ao meu lado a partir de fevereiro de 2007. Mas, com muito prazer, parabeno-o pelo resultado da eleição. Nesse segundo turno, pode contar conosco. Tenho uma aliança muito forte com os trabalhadores em educação do Estado de Goiás e sei que todos, nesse momento, estão com V. Ex<sup>a</sup>. Faremos o que pudermos para que V. Ex<sup>a</sup> seja eleito Governador do Estado de Goiás, porque Goiás merece.

Fico muito feliz por saber que, lá em Goiás, o Partido dos Trabalhadores já definiu, 100% do Partido, estar presente nesta jornada, nesse segundo turno, abraçando a bandeira em defesa de seu nome. Lamento muito não poder mais ser sua companheira a partir de fevereiro, mas ficarei muito feliz com a sua presença no Governo do Estado de Goiás. Meus parabéns.

**O SR. MAGUITO VILELA** (PMDB – GO) – Agradeço muito a V. Ex<sup>a</sup>. Parabéns também pelo brilhantismo com que participou nas últimas eleições no seu Estado. V. Ex<sup>a</sup> é uma Senadora que tem realmente engrandecido este País e o povo brasileiro.



Concedo o aparte, com muito prazer, ao Senador Sibá Machado.

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – Senador Maguito Vilela, antes de mais nada, acredito que o papel de um Governador de Estado vai muito mais além de administrar os anseios, as necessidades e os problemas da comunidade em que vive, que é o seu Estado. Mais do que isso, um Governador deve participar ativamente das opiniões do País, a partir do ambiente em que vive, da sua jurisdição e da sua responsabilidade. Os Governadores também emitem boas e importantes opiniões para o cenário nacional. Nesse resultado eleitoral, imaginava-se que uma disputa no Estado de São Paulo, com o Senador Aloizio Mercadante, pudesse ter essa participação num futuro Governo do Presidente Lula. Hoje, o avanço coloca V. Ex<sup>a</sup>, na região Centro-Oeste, como uma dessas expectativas. Particularmente, defendo, no PT, olhando o País como um todo, que um Governador ajuda muito no debate da política, bastante. Eu vejo com clareza que V. Ex<sup>a</sup> está preparadíssimo para debater os problemas nacionais. Portanto, rogo, de público, que nossos companheiros do Estado de Goiás façam o que for possível para ajudá-lo no trabalho. Que V. Ex<sup>a</sup> se torne o Governador daquele Estado. V. Ex<sup>a</sup> já foi Governador e, com certeza, vai fazer o que há de melhor para o Estado de Goiás. Aguardamos que, nessa vitória, V. Ex<sup>a</sup> continue sendo um Governador que ajude muito no debate para o futuro segundo mandato do Presidente Lula. Parabéns por ter chegado ao segundo turno. Acredito na vitória de V. Ex<sup>a</sup> e, consecutivamente, no crescimento da democracia do País.

**O SR. MAGUITO VILELA** (PMDB – GO) – Agradeço muito a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Siba Machado, que aqui chegou de forma bastante humilde, consolidou-se, e hoje é uma grande figura deste Parlamento.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu falava sobre o Entorno do Distrito Federal, que se encontra em total abandono. É preciso que o Governo do Estado de Goiás e o Governo Federal voltem as suas atenções para o Entorno a fim de resolver os problemas de saneamento básico, água tratada, asfalto, geração de emprego e saúde. Principalmente saúde, que é um caos total no Entorno. É muito grande o abandono dessa região importantíssima, em que vivem um milhão e quinhentas mil pessoas.

Quando governamos o Estado, construímos muitas escolas e hospitais na região, pavimentamos ruas e criamos linhas de ônibus, levamos água tratada a muitas localidades e extensões de energia elétrica.

Governo nenhum fez o que nós fizemos pelo Entorno. Por isso, queremos que essa região seja a me-

nina dos olhos do nosso próximo Governo e também do Governo do Presidente Lula.

Acredito na reeleição do Presidente Lula, Senador Sibá Machado. Ele conseguiu fazer com que o Brasil alcançasse os melhores índices econômicos e sociais. Atualmente, o pobre vive muito melhor do que antes. O Presidente precisa consolidar seu projeto, e o povo brasileiro vai entender a necessidade de reelegê-lo. Espero que os goianos marchem com o Presidente Lula, a fim de que, em seu segundo governo, ele continue a fazer com que o País avance mais na área econômica, na área social, em todos os setores. Nós do Centro-Oeste brasileiro esperamos que haja uma política agrícola definida, com a política de preço mínimo, por exemplo, seguro rural, insumos genéricos e zoneamento agrícola. Enfim, tenho certeza absoluta de que teremos a política agrícola de que o Centro-Oeste e o Brasil precisam.

Confio no povo goiano, no povo brasileiro, na minha eleição e na reeleição do Presidente Lula.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Maguito Vilela, o Sr. Roberto Cavalcanti, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Maguito Vilela, quis Deus que eu estivesse na Presidência, pois eu gostaria de dar o testemunho da vida de V. Ex<sup>a</sup>, que é, sem dúvida nenhuma, um dos maiores nomes vivos do PMDB. V. Ex<sup>a</sup>, no momento mais difícil, presidiu o nosso Partido, e eu estava na posse. V. Ex<sup>a</sup> teve o melhor comportamento, de todos os pronunciamentos que ouvi, quando queria garantir ao PMDB um candidato próprio.

Todos eles! Perdemos a oportunidade de escolher vários nomes ilustres: Garotinho, Rigotto, Itamar, ex-Presidente, e o símbolo da virtude, Pedro Simon. V. Ex<sup>a</sup> e eu estivemos juntos. V. Ex<sup>a</sup> não representa apenas o passado, não, mas uma perspectiva de grandeza do nosso Partido.

Digo a V. Ex<sup>a</sup> que não vamos ficar no que nos separa. Acredito que, para o momento e para o País, o melhor candidato à Presidência da República é aquele que teria a hierarquia do saber na política, o candidato a Presidente Alckmin.

Com a palavra o orador subsequente, Senador João Batista Motta, do PSDB do Espírito Santo.

S. Ex<sup>a</sup> tem direito a usar da tribuna por vinte minutos.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PSDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, faço minhas

as palavras do Presidente Mão Santa com relação ao grande colega e Senador Maguito Vilela. Somos testemunhas de que S. Ex<sup>a</sup> foi um grande Governador do Estado de Goiás. Nossa apreciação e admiração por S. Ex<sup>a</sup> são muito grandes.

No entanto, Presidente Mão Santa, se o povo de Goiás estivesse, neste momento, sintonizado com a TV Senado e ouvisse o discurso feito pelo Senador Maguito Vilela, por certo, S. Ex<sup>a</sup> teria perdido a eleição hoje. E por que, Senador Mão Santa? Porque, em todos os Estados onde há o agronegócio, o Presidente Lula perdeu a eleição, pois não respeitou o homem do campo.

Faliram todos aqueles que produzem carne, soja, arroz, milho e por aí afora. Vamos abastecer nossos mercados, daqui para frente, com produtos do Uruguai e do Paraguai. Já estamos abastecendo nossas lojas com produtos das indústrias chinesas. Essa foi a política cambial, o tratamento que o Presidente Lula dispensou ao homem do agronegócio. Todos sabemos disso.

Lá em Mato Grosso, todas as farinhas estão paradas porque não há mais mandioca para trabalhar, não há preço para produzirem. O campo está abandonado. Nos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, que carregam o Brasil nas costas no que diz respeito ao agronegócio, o candidato Geraldo Alckmin já ganhou a eleição, a despeito de Maguito Vilela, de Roberto Requião e de tantos outros líderes que estiveram ao lado do Presidente Lula, no primeiro turno.

A nossa opinião, Sr. Presidente, Senador Mão Santa, é a de um Senador; lá na Câmara, é a de um Deputado Federal. Temos os nossos partidos, puxamos a sardinha para o nosso candidato; o outro puxa para o candidato dele.

Para todos aqueles que, neste momento, assistem à TV Senado, farei um paralelo do que aconteceu e o que tem acontecido no atual Governo. Para isso, vou ler o artigo escrito por um jornalista. Quem não conhece Arnaldo Jabor? Quem não leu **O Globo** não viu o artigo. Eu o retirei da Internet, porque também não cheguei a ler o jornal. Mas gostaria que o povo brasileiro tomasse conhecimento do artigo, principalmente aquele que não leu o jornal e não conseguiu ler o que escreveu um homem que não tem nada a ver com política; ele é um articulista, um escritor, um cineasta, um culto deste País.

O título do artigo, Sr. Presidente, Senador Mão Santa, é "A verdade está na cara, mas não se impõe".

Segue o artigo:

O que foi que nos aconteceu? No Brasil, estamos diante de acontecimentos inexplicáveis, ou melhor, 'explicáveis' demais. Toda a verdade já foi descoberta,

todos os crimes provados, todas as mentiras percebidas. Tudo já aconteceu e nada acontece. Os culpados estão catalogados, fichados, e nada rola. A verdade está na cara, mas a verdade não se impõe. Isto é uma situação inédita na História brasileira.

Claro que a mentira sempre foi a base do sistema político, infiltrada no labirinto das oligarquias, claro que não esquecemos a supressão, a proibição da verdade durante a ditadura, mas nunca a verdade foi tão límpida à nossa frente e, no entanto, tão inútil, impotente, desfigurada, broxa.

Os fatos reais: com a eleição de Lula, uma quadrilha se enfiou no governo e desviou bilhões de dinheiro público para tomar o Estado e ficar no poder 20 anos. Os culpados são todos conhecidos, tudo está decifrado, os cheques assinados, as contas no estrangeiro, os *tapes*, as provas irrefutáveis, mas o governo psicopata de Lula nega e ignora tudo. Questionado ou flagrado, o psicopata não se responsabiliza por suas ações. Sempre se acha inocente ou vítima do mundo, do qual tem de se vingar. O outro não existe para ele e não sente nem remorso nem vergonha do que faz. Mente compulsivamente, acreditando na própria mentira, para conseguir poder. Este governo é psicopata.

Seus membros riem da verdade, viram-lhe as costas, passam-lhe a mão na bunda. A verdade se encolhe, humilhada, num canto.

E o pior é que o Lula, amparado em sua imagem de 'povo', consegue transformar a Razão em vilã, as provas contra ele em acusações 'falsas', sua condição de cúmplice e comandante em 'vítima': E a população ignorante engole tudo.

Como é possível isso? Simples: o Judiciário paralítico entoca todos os crimes na fortaleza da lentidão e da impunidade. Só daqui a dois anos serão julgados os indiciados – nos comunica o STF. Os delitos são esquecidos, empacotados, prescrevem. A Lei protege os crimes e regulamenta a própria desmoralização. Jornalistas e formadores de opinião sentem-se inúteis, pois a indignação ficou supérflua. O que dizemos não se escreve, o que escrevemos não se finca, tudo quebra diante do poder da mentira desse governo.

Continua o articulista:

Está havendo uma desmoralização do pensamento. Deprimo-me: 'Denunciar para quê, se indignar com quê? Fazer o quê?'. A existência dessa estirpe de mentirosos está dissolvendo a nossa língua. Este neocinismo está a desmoralizar as palavras, os raciocínios. A língua portuguesa, os textos nos jornais, nos *blogs*, na TV, rádio, tudo fica ridículo diante da ditadura do lulo-petismo. A cada cassado perdoado, a cada negação do óbvio, a cada testemunha, muda, aumenta a sensação que as idéias não correspondem mais aos

fatos! Pior: que os fatos não são nada – só valem as versões, as manipulações.

No último ano, tivemos um único momento de verdade, louca, operística, grotesca mas maravilhosa, quando o Roberto Jefferson abriu a cortina do país e deixou-nos ver os intestinos de nossa política.

Depois surgiram dois grandes documentos históricos: o relatório da CPI dos Correios e o parecer do procurador-geral da República. São verdades cristalinas, com o sol a pino. E, no entanto, chegam a ter um sabor quase de 'gafe'. Lulo-petistas clamam: 'Como é que a Procuradoria Geral, nomeada pelo Lula, tem o desprazer de ser tão clara! Como que o Osmar Serraglio pode ser tão explícito, e como o Delcídio Amaral não mentiu em nome do PT? Como ousaram ser honestos?'

(...) Assim como o stalinismo apagava fotos, reescrevia textos para coonestar seus crimes, o governo do Lula está criando uma língua nova, uma novi-língua empobrecedora da ciência política, uma língua esquemática, dualista, maniqueísta, nos preparando para o futuro político simplista que está se consolidando no horizonte. Toda a complexidade rica do país será transformada em uma massa de palavras de ordem, de preconceitos ideológicos movidos a dualismos e oposições, como tendem a fazer o populismo e o simplismo. Lula será eleito por uma oposição mecânica entre ricos e pobres, dividindo o país em 'a favor' do povo e 'contra', recauchutando significados que não dão mais conta da circularidade do mundo atual. Teremos o 'sim' e o 'não', teremos a depressão da razão de um lado e a psicopatia política do outro, teremos a volta da oposição mundo x Brasil, nacional x internacional. A esquematização dos conceitos, o empobrecimento da linguagem visa à formação de um novo **ethos** político no país, que favoreça o voluntarismo e legitime o governo de um Lula 2 e um Garotinho depois.

Assim como vivemos (por sorte...) há três anos sem governo algum, apenas vogando ao vento da bonança financeira mundial, só espero que a consolidação da economia brasileira resista ao cerco político-ideológico de dogmas boçais e impeça a desconstrução antidemocrática. As coisas são mais democráticas que os homens.

Alguns otimistas dizem: 'Não... este maremoto de mentiras nos dará uma fome de verdades!'. Não creio [diz o articulista]. Vamos ficar viciados na mentira corrente, vamos passar a falar por antônimos. Ficaremos mais cínicos, mais egoístas, mais burros.

O Lula reeleito será a prova de que os delitos compensaram. A mentira será verdade, e a novi-língua estará consagrada.

Esse texto deve se transformar na maior corrente que a Internet já viu. Talvez assim possamos nós que não somos burros mais uma vez salvar o Brasil. Passe para quantas pessoas você puder. Se você é brasileiro e gosta do seu País faça algo por ele. Esta é a hora!

Presidente Mão Santa, isso é escrito por um homem culto; isso é escrito por um homem da imprensa; isso é escrito por um homem que não se enverga por nada, não se deixa levar pelas mentiras.

Assim, este País vai agora, no dia 29, mostrar que tem juízo, que tem responsabilidade. Não vamos aqui defender o Governo passado, do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que nos deu esta maldita reeleição. Não é por causa do Lula que eu estou falando maldita reeleição. Não! Em âmbito federal, ainda podemos entender uma reeleição. Mas quando essa ocorre num Município de dez mil, quinze mil habitantes, em que não há profissionais na política, os prefeitos são tirados do comércio, um farmacêutico, um dono de mercearia, um fazendeiro ou um funcionário público... Muitas vezes entram no poder e, se forem irresponsáveis, sentam-se na cadeira já fazendo campanha para se reeleger. E aí não tem perdão. Vai ser reeleito, evidentemente, porque não tem profissionais na sua oposição, é uma cidade do interior, é uma cidade pequena. Reelege-se, fica oito anos no poder. Em oito anos, ele dizima toda a oposição. Pega um "poste" e o coloca em seu lugar, ficando por trás manobrando com ele, ditando regras, indo muitas vezes buscar os pacotes de dinheiro, fruto da propina que aquele prefeito está concedendo por meio das obras contratadas; depois, manda se afastar da cadeira, sentando-se novamente e são mais oito anos. Isso é um absurdo. Essa reforma política tem de vir acompanhada do fim da reeleição.

Também não podemos continuar com eleições a cada dois anos. O Brasil, a cada quatro anos, perde dois anos com eleições. Não custaria nada seguirmos o caminho que o próprio Lula apontou: cinco anos de mandato, com as eleições todas no mesmo dia.

Somos um País que tem a sua eleição toda informatizada. Levando a "colinha", em meio minuto o eleitor digita os seus números e sai dali satisfeito, sem enfrentar filas. Este País merece ter uma eleição só, em que o prefeito ajude o vereador e vice-versa; que os dois ajudem o deputado; que o deputado estadual ajude o deputado federal, o governador e por aí afora, como foi em 1982, quando tivemos uma eleição linda e maravilhosa.

Precisamos adotar o voto distrital, mas o voto distrital puro. Temos de acabar com essa história de um grande empresário, um homem de dinheiro, entrar em uma campanha na última hora, jorrar dinheiro pelas ruas e sair o mais votado da eleição, em uma de-

monstração de desrespeito frontal a toda a sociedade. Isso tem de acabar.

Esta eleição tem que ser com voto distrital puro. Eleição estadual e federal tem que ser transformada em eleição idêntica às de prefeito, todas no mesmo dia. E o deputado federal tem que ser responsável pelo seu reduto eleitoral para que possa disputar eleição. Precisamos fazer uma reforma política que dê aos brasileiros a satisfação, a alegria de votar e o respeito pela democracia.

Concedo um aparte ao Senador Sibá Machado, com muito prazer.

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – Senador João Batista Motta, vou rogar a V. Ex<sup>a</sup> que transporte esse pensamento ao coletivo do PSDB, porque apresentei duas PECs com as duas propostas que V. Ex<sup>a</sup> fez, a PEC nº 20 e a de nº 41. A PEC nº 41 propõe mandato de cinco anos linear para todos – inclusive para o Senado – de vereador a presidente da República, com o fim da reeleição para os mandatos executivos. A PEC nº 20 propõe que em 2014 possamos fazer eleição em turno único, para todas as esferas do Parlamento ou do Poder Executivo, unificando então as eleições em data única e que todos tivessem mandatos por igual. Quais as vantagens disso tudo, entre as demais? Primeiro, uma drástica redução dos custos financeiros de processos eleitorais. Em 2004, as eleições custaram perto de um bilhão.

Imagine-se, a cada dois anos, uma eleição de um bilhão de reais de custos não contabilizados, custos dos partidos, mas apenas os empreendimentos levados pela Justiça Eleitoral. Teríamos, então, duas ou três a cada década, a cada dez anos. Segundo, do ponto de vista das novas alianças político-partidárias, os partidos seriam obrigados a conviver com as suas alianças não só por causa de uma eleição. O Brasil está vivendo um momento complicadíssimo. Cada partido que ganha as eleições, dois anos depois é obrigado a refazer a aliança política. Nosso País está brincando de fazer democracia. Somos obrigados a conviver com as alianças. Além disso, Senador João Batista Motta, considero muito complicado para o desejo do povo. Elegemos um candidato para uma função, e, no ano seguinte, essa pessoa muda para outra, para outra, para outra. E o eleitor não tem nem a possibilidade de ver o seu eleito atuando no cargo para o qual o elegeu. Os dois aspectos foram postos. O Relator era o Senador Tasso Jereissati, Presidente do PSDB, que recusou, na íntegra, a PEC 20 e aceitou em parte a PEC 41, aceitou o fim da reeleição e mais nada. Sugiro que retomemos a conversa, sim; isso é muito bom para o Brasil. É o que há de inovador. Agora, tem um gargalo no meio do caminho, que é decidir se se esticam

ou se encurtam mandatos entre 2008 e 2012. Sugiro que os eleitos de 2008, eleições municipais – vereadores e prefeitos – tenham mandato excepcional de seis anos para coincidir, em 2014, com os mandatos no âmbito dos Estados e da União. Portanto, teríamos essa sua vontade resolvida. Acredito que é vontade não só minha, mas de muitas pessoas. Não tivemos a oportunidade de esclarecer melhor, mas acredito que é inevitável que, seja o Lula ou mesmo o Geraldo Alckmin o Presidente do Brasil no ano que vem, haveremos de refazer a política nacional, sob pena de não termos o desenvolvimento a contento, não termos democracia a contento, e o País vai ficar rodando em círculos, infelizmente, que nem cachorro querendo morder a ponta do rabo.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PSDB – ES) – Eu agradeço o aparte do Senador Sibá Machado e digo que o nosso pensamento sempre coincidiu em tudo, tudo, tudo. Raramente divergimos em alguma coisa.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador João Batista, Cristo fez o Pai-Nosso em um minuto. V. Ex<sup>a</sup> dispõe de um minuto para encerrar.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PSDB – ES) – Muito obrigado, Senador.

Quero parabenizá-lo pela observação e pelas emendas. V. Ex<sup>a</sup> está certo. V. Ex<sup>a</sup> só está errado porque, por ser um homem do interior do Brasil, um homem de uma cidade agrícola, de um povo que vive com dificuldade, admite que o Brasil tenha de viver com o dólar a R\$2, fazendo o jogo da China; tenha de conviver com o dólar a R\$2, prejudicando, matando e quebrando todo o agronegócio brasileiro; prejudicando todos aqueles que trabalham; prejudicando, assim, todos aqueles que pretendem ver este País maior.

Por exemplo, V. Ex<sup>a</sup> viu que agora, na Inglaterra, eles estão querendo fazer a privatização da nossa Amazônia. Mas isso já aconteceu. O Governo Lula já aprovou aqui que qualquer cidadão, qualquer empresa estrangeira possa...

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex<sup>a</sup> não é igual a Cristo. V. Ex<sup>a</sup> dispõe de mais um minuto.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PSDB – ES) – Quem dera eu fosse igual. Eu sou só João Batista, o que anuncia Cristo, como estou anunciando aqui a vitória de Geraldo Alckmin.

Senador Sibá Machado, o estrangeiro vai chegar aqui e vai fazer um contrato de concessão. Já está dito na lei que aquele contrato pode ser dado em garantia de um empréstimo lá fora. O cidadão vai fazer um empréstimo grande, vai comprar avião, vai comprar mansão para viver nababescamente, e daqui a 40 anos, quando eu estiver morto, e o Presidente Lula também, ele vem

aqui e executa o contrato daquela dívida, tornando-se dono daquela área da nossa Amazônia.

Esse foi um crime cometido aqui, com a aprovação de uma medida provisória que o Presidente Lula mandou para esta Casa. Infelizmente, essa é a verdade, claro que contra o meu voto, contra o voto da Senadora Heloísa Helena, contra o voto do Senador Pedro Simon e de tantos outros Senadores que amam este País e querem vê-lo cada vez melhor.

Faço um apelo ao povo deste País para que pense, porque nós necessitamos colocar um gerente, um administrador de qualidade, alguém com muita experiência, para olhar esses fatos que acabei de relatar, para que o Brasil possa sair do marasmo em que vive, crescendo míseros 2% ao ano, enquanto qualquer País da América do Sul ou da Ásia está crescendo à taxa de 10%.

Não estamos aproveitando o embalo, a grandeza que temos em nossas mãos. Estamos nos transformando em algozes, em lesas-pátrias deste País. Espero que o povo brasileiro me ouça, que ouça o Senador Mão Santa, ouça todos nós e tenha consciência na hora de votar, para que o Brasil possa melhorar.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– Senador João Batista Motta, queremos nos congratular com V. Ex<sup>a</sup> pois esse foi um dos pronunciamentos mais lúcidos da história do Senado, com o Estado do Espírito Santo, que tem três grandes representantes: João Batista Motta, Marcos Guerra e Magno Malta. Senador João Batista, V. Ex<sup>a</sup>, que é conhecedor da Bíblia, disse que João Batista anunciou Cristo e V. Ex<sup>a</sup> anuncia o nosso próximo Presidente: Geraldo Alckmin. Quero dizer ao Paulo Hartung, a quem eu devo favores – quando eu governava o Piauí ele, como diretor do BNDES, me ajudou –, que uma de suas maiores obras foi trazer V. Ex<sup>a</sup> a esta Casa. V. Ex<sup>a</sup> é, sem dúvida nenhuma, Senador João Batista Motta, uma das melhores e mais brilhantes inteligências do Senado. V. Ex<sup>a</sup> uma vez quis me seduzir para criar asas e, como tuano, voar por aí, mas nós estamos no PMDB, aquele PMDB livre que vai seguir a sua orientação no segundo turno da eleição presidencial, votando naquele que tem a hierarquia do saber na política: Geraldo Alckmin.

Com a palavra o Senador da Paraíba, do PRB, Senador Roberto Cavalcanti. V. Ex<sup>a</sup>, de acordo com o Regimento, tem direito a vinte minutos. Esperamos que saiba usar o tempo e não abusar como o nosso João Batista.

**O SR. ROBERTO CAVALCANTI** (Bloco/PRB

– PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, hoje

o Regimento foi violado ao extremo, mas eu venho em nome da Paraíba...

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– Nós seguimos V. Ex<sup>a</sup>, que estava presidindo e foi muito tolerante. O exemplo arrasta, como dizem.

**O SR. ROBERTO CAVALCANTI** (Bloco/PRB

– PB) – Serei muito rápido e objetivo.

Hoje, 5 de outubro, nesta Casa foi lembrada a data na qual foi publicada nossa Constituição. Não se pode falar em Constituinte, não se pode falar em Constituição brasileira sem lembrar Humberto Lucena, que deu uma contribuição fantástica à Constituição que hoje o Brasil tem.

Eu evidenciaria duas emendas do saudoso Senador Humberto Lucena: uma referente ao regime presidencialista de 5 anos e outra referente ao acesso ao serviço público por concurso, fato que marcou a gestão pública brasileira. É importante lembrar Humberto Lucena, o articulador; Humberto Lucena, o conciliador; Humberto Lucena, o agregador; Humberto Lucena, a cara do PMDB da Paraíba. Ele foi deputado estadual duas vezes, deputado federal quatro vezes, senador três vezes e duas vezes presidente desta Casa.

O Brasil, a Paraíba e esta Casa perderam o Senador Humberto Lucena em 1998, apenas dez anos após a promulgação de nossa Constituição. A Paraíba sente muito a falta dele. A política da Paraíba não é a mesma após sua morte.

Aproveito este tempo, que garanto cumprir para a tranqüilidade dos demais oradores, para me referir ao meu primeiro pronunciamento nesta Casa, em que abordei um tema econômico, a prospecção de petróleo na Paraíba em duas bacias: bacia sedimentar da plataforma continental, chamada Bacia Paraíba-Paranámuco, e a bacia do Rio do Peixe, especificamente na cidade de Sousa.

Foi uma luta bastante interessante, pois se tratava da defesa de um tema que domino, que se reporta à área econômica, à estruturação do Estado, para que a Paraíba deixe de ser um Estado tão sofrido e economicamente tão desestruturado.

Repito que a luta foi muito bonita e começou na ANP, Agência Nacional de Petróleo, na qual tive excelente receptividade. Porém, existiam obstáculos estratégicos. Após os contatos com a Agência Nacional de Petróleo, estendemos o pleito e levamos a solicitação ao Sr. Ministro. S. Ex<sup>a</sup> e todo o seu gabinete nos deram a máxima atenção, mas sempre esbarrávamos em problemas burocráticos, em problemas técnicos, que inibiam a rápida inserção da Paraíba no rol dos Estados em que a produção de petróleo será iniciada.

Ontem, de manhã, estive com o Presidente Lula, que, em um ato de extrema sensibilidade política, de-

terminou que a Paraíba fosse incluída no rol dos Estados com perspectiva de produção de petróleo. Toda a Paraíba agradece essa decisão tomada pelo Presidente Lula, que na Paraíba recebeu quase 70% dos votos. A região de Sousa, cidade que tem o nome da família do Sr. Presidente neste momento, necessitava ter sua auto-estima elevada. A região necessitava de algum acontecimento econômico que marcasse o seu destino de progresso, o seu destino no futuro. Aquela região estava ancorada economicamente na cultura do algodão, que na Paraíba, no Nordeste como um todo, foi dilapidada, destruída. Hoje, quase inexistente por razões diversas, como clima, legislação trabalhista e uma série de outros fatores. Hoje, a região de Sousa, a Paraíba e o Nordeste devem ao Presidente Lula esta decisão estratégica de fazer com que fossem priorizadas a prospecção e a produção de petróleo no nosso Estado.

Sr. Presidente, era isso que eu tinha hoje a agradecer. É muito fácil vir a esta tribuna bater; é muito fácil vir a esta tribuna acusar; é muito fácil vir a esta tribuna reivindicar, mas é muito importante que se venha a esta tribuna quando se trazem resultados. Graças ao Presidente Lula, eu hoje venho a esta tribuna para agradecer, em nome do povo da Paraíba.

Meu muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– O nosso agradecimento pela capacidade sintética do grande Senador da Paraíba.

Concedo a palavra à Senadora, do PT do Estado de Rondônia. Regimentalmente, V. Ex<sup>a</sup> tem vinte minutos – eu jamais ousarei cortar sua palavra.

**A SRA. FÁTIMA CLEIDE** (Bloco/PT – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.)  
– Muito obrigada, Sr. Presidente.

Como disse o Senador que me antecedeu, Roberto Cavalcanti, é muito importante que venhamos a esta tribuna para agradecer.

Ocupo hoje esta tribuna para agradecer. Agradecer carinhosamente os mais de 185 mil eleitores de Rondônia que a mim confiaram seu voto neste pleito eleitoral.

Candidata a Governo do Estado, tive a alegria, nesta segunda campanha em que meu nome se submete à apreciação do eleitor, de ter o reconhecimento de cidadãos e cidadãs que comigo sonharam e acreditaram nas propostas da nossa coligação denominada Rondônia no Coração. São propostas sustentadas pela diretriz de promover em Rondônia o desenvolvimento responsável, o desenvolvimento que abomina o desperdício dos recursos naturais.

O desenvolvimento que agrega valor a nossos produtos, acabando com a mera condição de corredor de exportação de nossas matérias-primas.

O desenvolvimento que reconhece na ciência, na pesquisa e na tecnologia instrumentos vitais para o planejamento e o crescimento econômico do Estado de Rondônia.

O desenvolvimento que fortalece a agricultura familiar, não bastando estradas, mas também acesso ao crédito – como está fazendo o Presidente Lula em nosso Estado –, à assistência técnica, à saúde.

O desenvolvimento que potencializa na educação de nossos jovens a oportunidade para o trabalho de qualidade. Por isso, nosso programa tinha como eixo a educação técnico-profissional.

O desenvolvimento que valoriza o funcionário público, agente essencial para o funcionamento o pleno funcionamento do Estado brasileiro.

Eleitores de todas as classes sociais, trabalhadores do comércio, policiais militares, civis, trabalhadores da educação e da saúde, trabalhadores rurais, empresários, comerciantes, estudantes e donas de casa reconheceram a necessidade de mudança, apostando nessas propostas, que, indiscutivelmente, levariam Rondônia a uma nova realidade. Enfim, propúnhamos no nosso Plano de Governo mudar a realidade social do Estado, que pode ser resumida numa frase: Estado rico com povo pobre. Isso é demonstrado pela Pnad – Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar – que, em Rondônia, constatou que, em 75% dos nossos domicílios, a renda familiar está em torno de meio a dois salários mínimos no máximo. É um absurdo para um Estado que é detentor de tantas riquezas naturais e minerais, cujo valor ainda não mensuramos.

Mas quis a vontade soberana do eleitorado reeleger o atual Governador. Respeito e aceito essa decisão, mas é necessário alertar o meu querido povo de Rondônia da necessidade de fiscalizar este Governo, de cobrar políticas para geração de emprego e renda, principalmente para os nossos jovens, atendimento digno na saúde e, principalmente, o fim da violência. É impossível, Sr. Presidente, um Estado com uma população de apenas 1,5 milhão de habitantes ser detentor de marcas que estão entre as primeiras do Brasil, demonstrando que o nosso Estado é um dos mais violentos do País.

É isso que farei daqui, nas trincheiras da tribuna do Senado Federal. Serei vigilante implacável do Governo reeleito. É minha obrigação e dever, principalmente com aqueles que confiaram esta responsabilidade à minha pessoa.

Fiz uma campanha propositiva, sem ataques a meus adversários, embora tenhamos muitas coisas

a dizer. Fiz uma campanha limpa, modesta, sem uso da máquina pública. Em Rondônia, administramos diversos órgãos e instituições federais, sete municípios, entre eles a capital do Estado. Infelizmente, isso não aconteceu do outro lado. Tanto é que, próximo ao dia da eleição, a chefe da imprensa oficial do Estado foi presa, porque foi flagrado o caminhão da coligação a que pertence o Governador reeleito, retirando papel da imprensa oficial para a sede da gráfica onde era reproduzido o seu material.

Levei propostas concretas e viáveis ao povo de Rondônia, e no último debate na televisão boa parte da população pôde se certificar da qualidade de nossa campanha, de nossos propósitos, de nossa disposição em oferecer uma alternativa, um rumo político novo para Rondônia.

Continuarei defendendo os ideais de uma sociedade que respeita as diferenças. Continuarei defendendo a parceria e o diálogo, condições essenciais para um governo transparente e aberto à participação popular.

Continuarei defendendo o desenvolvimento que considere o ser humano em primeiro lugar, o desenvolvimento que faça uso de nossas imensas riquezas naturais de forma responsável e equilibrada, para melhorar a qualidade da renda do nosso povo.

Continuarei defendendo o bom uso dos recursos públicos, a administração correta e eficiente.

Continuarei defendendo as minorias, os mais necessitados e desamparados. E continuarei a defender as políticas públicas adotadas pelo Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Governo que reduziu a pobreza no País e que apresenta os melhores indicadores sociais dos últimos dez anos.

Como fez o Senador Roberto Cavalcanti, eu também faço desta tribuna questão de agradecer ao Presidente Lula, porque se existem investimentos hoje no Estado de Rondônia são, com certeza, Sr. Presidente, investimentos do Governo Federal.

Os eleitores de Rondônia, que de coração aberto depositaram suas esperanças em minha candidatura e na do Presidente Lula, podem continuar contando com o meu trabalho e com a atuação dos Deputados Eduardo Valverde e Anselmo de Jesus, reeleitos para a Câmara Federal, assim como podem contar também com o trabalho dos Deputados Neri Ferigolo, Professor Dantas e, também, do nosso companheiro Dr. Ribamar Araújo, eleitos para a Assembléia Legislativa de Rondônia. Com certeza, farão um trabalho que merecerá destaque naquela Casa.

Estamos satisfeitos e conscientes do dever cumprido, fazendo política diferente em Rondônia: prestando contas do mandato, acompanhando a execu-

ção de cada centavo das emendas dos recursos que conseguimos mobilizar do Orçamento Geral da União, atendendo às demandas dos movimentos sociais e tratando com igualdade todos os prefeitos e prefeitas do meu Estado.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, não posso deixar de parabenizar as vitórias que o meu Partido, o Partido dos Trabalhadores, obteve na eleição para governos de Estado em primeiro turno. Festejo a eleição do ex-Ministro Jaques Wagner para o Governo da Bahia, mais um passo importante naquele querido Estado.

Festejo também as vitórias de Marcelo Deda, em Sergipe; de Wellington Dias, no Piauí; e de Binho Marques, no Acre. Com reais chances de vitória, a nossa companheira Senadora Ana Júlia, no Pará; e o ex-Ministro Olívio Dutra, no Rio Grande do Sul, devem se unir aos quatro eleitos, quando poderemos passar a contar com seis Governadores.

Festejo igualmente a eleição de 83 Deputados Federais pelo Partido dos Trabalhadores, a segunda Bancada na Câmara dos Deputados, o que de modo nenhum me surpreendeu, mas certamente deixou desapontados comentaristas e analistas da artilharia pesada contra o Partido dos Trabalhadores, que anunciavam encolhimento drástico de nossa Bancada na Câmara.

Embora a Bancada feminina na Câmara não tenha crescido – continuamos com 45 Deputadas –, devo saudar o esforço de todas as mulheres que participaram dessas eleições. Saudar seu exemplo, exemplo que foca a determinação de aumentarmos a participação da mulher no processo político. Impossível aqui listar todas as mulheres da Região Amazônica que deste processo participaram. Em meu Estado parabeno a Deputada Federal Marinha Raupp, que obtém seu quarto mandato; e, no Amapá, quatro mulheres elegeram-se Deputada Federal, fenômeno sem dúvida digno das crônicas políticas desta eleição. Saúdo, especialmente, a ex-Governadora Dalva Oliveira, do PT, e Janete Capiberibe, do PSB.

Nesta eleição, lamento um *ranking* negativo, para variar, em meu Estado, Rondônia. O Estado, segundo levantamento da Polícia Federal, liderou o número de prisões no dia das eleições – foram 85 detenções de um total de 251 no País. Somente na minha cidade, Porto Velho, foram detidas 53 pessoas pelos crimes de boca de urna, distribuição de combustível e de alimentos e distribuição de material de campanha. É um indicador, infelizmente, do quanto é crônica a ilegalidade perpetrada pelo poder econômico. E isso, Srs. Senadores, mesmo com as pesquisas de intenção de votos favoráveis aos candidatos endinheirados. Mas

sei que esse tipo de coisa ganha, a cada eleição, o repúdio de maior número de eleitores.

É preciso, por outro lado, ficar atento, porque os enganadores estão em toda parte e vão, neste segundo turno, Senador Sibá, tentar tirar, com métodos escusos, a hegemonia que o Presidente Lula tem na capital do meu Estado, Porto Velho.

Aliás, quero pedir ao Governador reeleito, Ivo Cassol, do PPS, coordenador, no Estado, da campanha do candidato do PSDB, Geraldo Alckmin, que desça do palanque, que pare de atingir, com ofensas, com palavras de baixo calão, a minha pessoa, a pessoa do Senador Amir Lando, a pessoa dos seus concorrentes e principalmente a pessoa do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Tenho certeza de que os eleitores do atual Governador não o reelegeram para isso e não querem ver esse tipo de baixaria acontecer no meu Estado.

Não iremos permitir, Sr. Presidente, que isso aconteça.

Conto com os eleitores rondonienses, com a nossa militância, para termos um segundo turno vitorioso. Vitorioso, sim, para o País, que tem muito mais pobres do que ricos; para o País, que é sustentado pela agricultura familiar, e não pelos 200 homens do agronegócio.

Agradeço também, Sr. Presidente, à Direção Estadual do PT, do PCdo B, do PRTB, do PSC, que confiaram a mim esta tarefa de representá-los em tão importante disputa ao Governo Estadual.

Ouçó, com prazer, o aparte do Senador Valdir Raupp.

**O Sr. Valdir Raupp** (PMDB – RO) – Senadora, congratulo-me com V. Ex<sup>a</sup> pela brilhante campanha que fez. Foi uma campanha limpa e humilde, com pouco dinheiro, sem avião, sem helicóptero para percorrer o Estado de ponta a ponta, sem comícios, por falta de estrutura. E V. Ex<sup>a</sup> teve um desempenho fantástico, com aproximadamente 25% dos votos...

**A SRA. FÁTIMA CLEIDE** (Bloco/PT – RO) – Quase 26%; foram 25,9%.

**O Sr. Valdir Raupp** (PMDB – RO) – Com 25,9% dos votos. Era uma eleição para se levar para o segundo turno. Infelizmente, isso não aconteceu. Penso que é salutar a disputa em segundo turno, porque dá uma oportunidade a mais para os eleitores refletirem sobre os dois postulantes finais, como acontece agora no Brasil. Em Rondônia, seria muito bom que V. Ex<sup>a</sup>, que ficou em segundo ou outro candidato que tenha ficado em terceiro ou quarto lugares, pudesse ter disputado o segundo turno. Infelizmente, isso não foi possível, mas dou parabéns a V. Ex<sup>a</sup> pela campanha limpa, séria e honesta que fez, como já falei, humilde, de pé no

chão mesmo, rumo ao Governo de Rondônia. É esse tipo de campanha que engrandece a democracia brasileira e a do nosso Estado. Parabéns mais uma vez a V. Ex<sup>a</sup>. Muito obrigado.

**A SRA. FÁTIMA CLEIDE** (Bloco/PT – RO) – Eu é que agradeço, Senador Valdir Raupp, e espero que a partir deste segundo turno das eleições presidenciais, possamos construir um projeto diferente para o Estado de Rondônia, um projeto que conte com o apoio de forças que realmente desejam ver a mudança do nosso Estado, que é tão rico, mas que, infelizmente, detém, no *ranking* de pobreza, um dos primeiros lugares do País. E isso para nós é inadmissível.

Espero contar com V. Ex<sup>a</sup>, com o PMDB de Rondônia, nessa jornada, para que possamos oferecer ao cidadão e à cidadã rondoniense uma perspectiva de esperança, pelo menos.

Ouçó com prazer o Senador Sibá Machado.

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – Senadora, queria dizer o quanto nós do Estado do Acre respeitamos V. Ex<sup>a</sup> e admiramos os esforços que tem feito ao longo da sua vida pública em Rondônia, com as dificuldades que o Estado oferece, em função das distâncias, da situação geográfica, e das questões já apresentadas aqui pelo Senador Valdir Raupp. Temos tido sucesso em Porto Velho: V. Ex<sup>a</sup> aqui no Senado Federal e dois colegas nossos eleitos para representação na Câmara dos Deputados, repetindo agora essa votação. Demos um passo significativo no Estado de Rondônia. Considero esse esforço muito parecido com o que, na Biologia, é chamado de resiliência: quando um lixo da natureza é duramente agredido e que, com o passar do tempo, ele se supera com suas próprias condições e consegue se reabilitar. Ainda acho que foi correto o que aconteceu em Rondônia, quando o PT e sua aliança política e o PMDB e sua aliança política trilham independentemente porque tinham que apostar num segundo turno. Não podíamos cometer o erro de apostar numa eleição plebiscitária de ter apenas duas concorrências lá. No nosso entendimento, isso atrapalharia a possibilidade de conversar melhor com a sociedade sobre os eventos que pairaram sobre o Poder Legislativo, Executivo e Judiciário do Estado. Ficou o Estado atribulado, a sociedade meio atônita, sem saber em que porta bater para fazer até alguma reclamação. Então, acho que foi de muita coragem. Não gosto de olhar para um processo eleitoral, seja com resultado vitorioso ou não, como se aquele fosse o último dos resultados. São experimentos. São experiências. A sabedoria popular se compara aos desígnios divinos. Isso são testes e somos cobaias dessas experiências. Devemos, portanto, tratá-las com a grandeza que V. Ex<sup>a</sup> traz no pronunciamento de hoje. Continuaremos juntos,



insistindo no diálogo com a comunidade rondoniense, para que ela possa compreender que aquele Estado tem um potencial enorme de ser um dos Estados mais importantes do ponto de vista econômico e também político-social. Parabenizo V. Ex<sup>a</sup> pelo trabalho e pelos votos que os rondonienses deram à Governadora.

**A SRA. FÁTIMA CLEIDE** (Bloco/PT – RO) – Muito obrigada, Senador Sibá Machado. Devo dizer que este é o nosso sonho, o de ver o Estado de Rondônia industrializado, potencializando a agroindústria, principalmente para fortalecer a agricultura familiar. Temos potencial de riqueza, e digo que hoje Rondônia é um dos Estados mais ricos do País. Foi abençoado por Deus e tem de tudo.

Agora mesmo, somos chamados mais uma vez para oferecer uma das riquezas que a mãe natureza nos deu, que é a água, para gerar energia. Nós, no Estado, não precisamos – neste momento, temos em construção 39 pequenas centrais hidrelétricas e mais duas hidrelétricas de médio porte –, mas oferecemos o nosso recurso natural para que o Brasil não sofra possíveis apagões, caso não se construam imediatamente as hidrelétricas do Madeira. Novamente somos chamados e oferecemos o nosso recurso natural como matéria-prima para o desenvolvimento e o crescimento econômico deste País, mas, desta feita, vamos participar de uma forma diferente. Quero contar com a parceria dos Senadores e do Governo do Estado do Acre para que possamos nos colocar não de forma ajoelhada diante da Nação, mas de forma soberana, porque detemos riquezas.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Senadora, nós nos associamos ao pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>. Deus escreve certo em linhas tortas. Sei que o Senado ganhou com a convivência com V. Ex<sup>a</sup>, que representa, com muita grandeza, a mulher brasileira, a professora e a política de bons costumes.

O próximo orador inscrito é o Senador Sibá Machado. O Senador Valdir Raupp também pediu para fazer uso da palavra. Como devemos encerrar a sessão às 18 horas e 30 minutos, o Senador Sibá Machado e o Senador Valdir Raupp dispõem do tempo restante em comunhão. Assim como se divide o pão, V. Ex<sup>as</sup> dividem o tempo.

Convido para ocupar a tribuna o Senador do PT do Estado do Acre, nascido no nosso Piauí, Senador Sibá Machado.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Mão Santa, que preside a sessão, Senadora,

Senador Valdir Raupp, insisti em vir à tribuna no dia de hoje porque estamos em pleno momento de vivência do segundo turno para, no dia 29 de outubro, escolher o Presidente do Brasil a partir de janeiro próximo.

Trago aqui um artigo escrito por Emir Sader que me estimulou a provocar um debate. Eu já estava com muita vontade de fazê-lo na semana passada, mas eis que agora me chega a oportunidade.

Emir Sader escreve seu artigo fazendo uma pergunta e uma provocação:

O que está em jogo?

O que está em jogo no segundo turno não é apenas se a Petrobras vai ser privatizada – como afirma o assessor de Alckmin, Mendonça de Barros, à revista Exame – e, com ela, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, a Eletrobrás.

O que está em jogo no segundo turno não é apenas se os movimentos sociais voltarão a ser criminalizados e reprimidos pelo Governo Federal.

O que está em jogo no segundo turno não é apenas se o Brasil seguirá privilegiando sua política externa de alianças com a Argentina, a Bolívia, a Venezuela, o Uruguai, Cuba, assim como os países do sul do mundo, ao invés da subordinação à política dos EUA.

O que está em jogo no segundo turno não é apenas se retornará a política de privatária na educação.

O que está em jogo no segundo turno não é apenas se a política cultural será centrada no financiamento privado.

O que está em jogo no segundo turno não é apenas se teremos menos ou mais empregos precários, menos ou mais empregos com carteira de trabalho.

O que está em jogo no segundo turno não é apenas se haverá mais ou menos investimentos públicos em áreas como energia, comunicações, rodovias, saneamento básico, educação, saúde, cultura.

O que está em jogo no segundo turno não é apenas se seguiremos diminuindo as desigualdades no Brasil mediante políticas sociais redistributivas – microcrédito, aumento do poder aquisitivo real do salário mínimo, diminuição do preço dos produtos da cesta básica, bolsa-família, eletrificação rural, entre outros – ou se voltaremos às políticas tucano-pefelistas do governo FHC.

O que está em jogo no segundo turno é tudo isso – o que, por si só, é de uma enorme proporção e já faz diferença entre os dois candidatos. O que está sobretudo em jogo no segundo turno é a inserção internacional do Brasil, com conseqüências diretas para o destino futuro do país.

Com Lula se manterá a política que privilegia a integração regional e as alianças Sul/Sul, que se opõem à Alca em favor do Mercosul. Com Alckmin se privile-

giariam as políticas de livre comércio: Alca, assinatura de Tratado de Livre Comércio com os EUA, isolamento da Alba, debilitamento do Mercosul, da Comunidade Sul-Americana, das alianças com a África do Sul e a Índia, o Grupo dos 20.

O que está em jogo no segundo turno é a definição sobre se o Brasil vai subordinar o seu futuro com políticas de livre comércio ou se o fará em processos de integração regional. Isso faz uma diferença fundamental para o futuro do Brasil e da América Latina. Adotar o livre comércio é abrir definitivamente a economia do país para os grandes monopólios internacionais – norte-americanos em particular –, é renunciar a definir qualquer forma de regulamentação interna – de meio ambiente, de moeda, de política de cotas, etc. É condenar o Brasil definitivamente à centralidade das políticas de mercado, com a perpetuação das desigualdades que fazem do nosso o país mais injusto do mundo.

O que está em jogo no segundo turno então é se teremos um país menos injusto ou mais injusto, se teremos um país mais soberano ou mais subordinado, [de joelhos, cabisbaixo, tímido, envergonhado], se teremos um país mais democrático ou menos democrático, se teremos um país ou se nos tornaremos definitivamente em um mercado especulativo e nos consolidaremos como um país conservador dirigido pelas elites oligárquicas (como um mistura de Daslu mais Opus Dei). Se seremos um país, uma sociedade, uma nação – democrático e soberano – ou se seremos reduzidos a uma bolsa de valores, a um *shopping center* cercado de miséria por todos os lados.”

Com isso, Sr. Presidente, avaliando o modelo de administração apresentado pelo PSDB, aqui está o divisor de águas, entre os propósitos apresentados pela aliança política liderada pelo PSDB e pela aliança política liderada pelo Partido dos Trabalhadores.

Nós tivemos a retomada liberal a partir dessa aliança política. E sabemos, Sr. Presidente, que, ao longo da história, o retrato do liberalismo tem de ter limite, porque, caso contrário, ocorre uma quebra como a da Argentina, a do México, a da África do Sul e até mesmo a norte-americana, em 1929.

John Maynard Keynes – economista cujos pensamentos há três ou quatro décadas são aceitos no mundo –, depois da quebra da bolsa de valores norte-americana, em 1929, propôs o intervencionismo. Ele não é socialista, é uma pessoa de pensamento eminentemente capitalista, mas sabe que as regras do jogo têm que ter limite, entre a ambição da força do empresariado e a responsabilidade do Estado para com o conjunto da sociedade.

Estou lendo para o meu mestrado, Sr. Presidente, exatamente sobre essa área. Estou fazendo mestrado na área de desenvolvimento regional, revitalizando um pouco essas informações, e fico preocupadíssimo, porque todos os analistas liberais dizem que tudo se resolve a partir dos interesses de mercado. E quem fica com os que estão à margem do mercado? Como eles ficam? Isso tem que ser dito.

O Sr. Geraldo Alckmin não está discutindo essas questões. Está um vazio puro. Não está indo a público dizer o que pretende fazer do Brasil. Está se escondendo. Diz palavras soltas, palavras ocas, sem sentido nenhum. Fala de choque de gestão. O que é choque de gestão? Ele tem que vir a público dizer o que é choque de gestão. Choque de gestão significa o quê? Como personalidade pública – e quero aqui fazer um comentário sobre isso – o histórico de vida de Alckmin o coloca em uma situação complicada, porque, quando teve oportunidade de ser líder político, trilhou o caminho da intolerância.

Há vários artigos abordando isso. É uma pessoa que está muito mais vinculada ao fim do diálogo, que não gosta do diálogo, que prefere...

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Sibá Machado, permita-me interrompê-lo para, regimentalmente, prorrogar a sessão por quinze minutos, a fim de que V. Ex<sup>a</sup> possa concluir seu discurso e o Senador Valdir Raupp, que está pacientemente esperando, possa usar a palavra.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Sr. Presidente, faço este debate, porque, com justa razão, os que vêm à tribuna do Senado Federal ou vão a qualquer tribuna de qualquer ambiente de debate abordam a questão da ética. Muito bem! Agora, debater a questão da ética no calor do primeiro turno, quando não estava em jogo a investigação, e sim a disputa eleitoral. No segundo turno – sabiamente, o povo escolheu o segundo turno –, teremos tempo para tratar de todos os temas do País. Vamos tratar da questão da ética, assim como também da segurança pública e dos rumos do País. Vamos discutir se continuaremos no rumo da soberania nacional ou se partiremos para o entreguismo, se vamos submeter a soberania brasileira aos interesses internacionais, se vamos poder discutir nossa política internacional olho no olho ou se vamos nos submeter, se vamos nos envergonhar. Esses assuntos é que interessam ao País.

Não quero nem tratar das questões internas, das questões relativas à distribuição de renda, porque já sabemos, de antemão, que a aliança PFL/PSDB não está se importando com isso. Pegamos um País cujo endividamento, na relação dívida/PIB, estava na ordem

de 60%; o Presidente Lula conseguiu baixar esse número para 50% e ainda se propõe a, no seu próximo mandato – e o Presidente haverá de ter esse próximo mandato – fazer com que cheguemos a 2010 com o nosso País, de fato, tendo feito seu dever-de-casa para o tão sonhado desenvolvimento sustentável.

Sr. Presidente, estarei aqui todos os dias, durante o debate do segundo turno, mesmo nas sessões sendo não-deliberativas, para debatermos assunto por assunto, não apenas o assunto daqueles que fazem uma campanha... No meu entendimento, o PSDB deu a entender que nem eles queriam o seu candidato. A forma da escolha – três pessoas para escolher um candidato a Presidente da República – mostra como é a democracia interna. Apesar de todos os defeitos internos do meu Partido, ninguém é instado a ter um compromisso público, a passar por um processo eleitoral, sem passar pelas instâncias partidárias, pelo menos. A pessoa tem que ter apoio da militância, tem que participar de debates para colocar o seu nome. No PSDB, três pessoas escolhem aquele que poderá ser o mandatário da Nação! Depois, ele ficou entregue a ninguém. Agora, porque ele passou para o segundo turno, houve uma nova reorganização de pessoas.

Nós queremos, Sr. Presidente, vir a esta tribuna com toda a tranqüilidade. Se tivermos que explicar qualquer problema, nós o faremos. Afóra isso, nós viemos a esta tribuna discutir o País. Ser Presidente da República vai muito além de palavras vãs, de palavras sem sentido, de bravatas. Poderá estar enrustida, subliminarmente, nas entrelinhas desse debate malfeito pela aliança PFL/PSDB, a intenção de voltar o País à incerteza do seu sucesso econômico, voltar o País à subserviência norte-americana, voltar o País à concentração absurda de renda. Isso nós haveremos de debater todos os dias, aqui na tribuna do Senado ou em qualquer outro lugar.

Ouçõ, com atenção, o Senador João Batista Motta.

**O Sr. João Batista Motta** (PSDB – ES) – Senador Sibá Machado, o discurso é maravilhoso. Votei no Presidente Lula duas vezes. Eu também acreditei no discurso. A diferença é que V. Ex.<sup>a</sup> continua acreditando. V. Ex.<sup>a</sup> citou o articulista que fez referência às políticas desenvolvidas, mas V. Ex.<sup>a</sup> chegará à conclusão de que seu discurso não tem nada a ver com a verdade, já que o Presidente Lula privilegiou, neste País, os banqueiros. Foram eles que ganharam dinheiro, enquanto os pobres...

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Senador João Batista Motta, quem criou o Proer foi Fernando Henrique Cardoso. Ninguém salvou banqueiro como Fernando Henrique, criando o Proer. Então, não podemos dizer isso em relação a uma empresa no

sistema capitalista, cujo objetivo é o lucro. Os bancos, tradicionalmente, cresceram em todos os governos, mesmo quando a inflação era galopante.

O debate está sendo travado como se não tivéssemos conhecimento da história. A iniciativa do Proer, programa para salvar banco quebrado, falido, por irresponsabilidade seja de quem for, partiu do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

**O Sr. João Batista Motta** (PSDB – ES) – Senador Sibá Machado, salvar uma Varig, um sistema bancário ou uma Vale do Rio Doce é compreensível. Todavia, dar os lucros, dar a riqueza do povo brasileiro só para meia dúzia de empresários só o Presidente Lula fez até hoje. O Presidente Fernando Henrique Cardoso, por exemplo, privatizou a telefonia e o povo brasileiro está feliz com isso. Ele privatizou a Vale do Rio Doce – a meu ver, isso foi um engano –, mas ela está dando lucro, está exportando.

A Lei Kandir isentou a Vale do Rio Doce quando ela exportava. O Lula isentou agora, quando ela também importa. Quer dizer, são absurdos que não são compreensíveis para um Governo que teria obrigação de defender os pobres. Enquanto a Vale do Rio Doce obtêm o lucro que obtêm, as grandes empresas contabilizam os lucros que contabilizam vendendo produtos *in natura*, que não produzem emprego nem agregam valor neste País. A Senadora disse, há pouco, que, no Estado dela, os pobres ganham de meio a, no máximo, dois salários mínimos. É isso mesmo. Aí ela fala na agricultura familiar. A agricultura familiar só vai ser bem sucedida no dia em que os produtos tiverem preço, porque produzir um saco de milho para vender por R\$7,00 ou R\$9,00, produzir um saco de arroz para vender por algo entre R\$12,00 e R\$15,00, só mandando as mães das autoridades deste País para a roça plantar. O resultado vai ser comer produtos importados do vizinho, porque nós não vamos produzir daqui a uns dias. Todo o sistema está falido, esta é a verdade. Deram empréstimos, mas esses empréstimos não estão sendo nem serão pagos. V. Ex.<sup>a</sup> tem que entender que o Governo Lula se aproveita do Plano Real, se aproveita de toda a política feita pelo Governo do PSDB no passado, pratica as mesmas políticas, esta é a verdade.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – V. Ex.<sup>a</sup> me permita, porque meu tempo está se esgotando. A forma como V. Ex.<sup>a</sup> fala de novo nos trata como se não conhecêssemos nosso País, como se não conhecêssemos a nossa história. A agricultura brasileira está assim porque sempre foi uma agricultura de *plantation*, uma agricultura eminentemente voltada para exportação sob *commodities*, quando qualquer tempestade que ocorre na economia mundial tem esse problema.

O Presidente Lula recomenda tecnologias de absorção, hoje, da nossa sobra de grãos e oleaginosas para salvar o agronegócio brasileiro. Estamos criando...

**O Sr. João Batista Motta** (PSDB – ES) – Mas, mas, mas não...

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – A Petrobras está criando... Um instante...

**O Sr. João Batista Motta** (PSDB – ES) – Não tem crise, não tem tempestade...

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – A Petrobras está criando o HBio, o Presidente Lula edita a medida provisória estabelecendo o biocombustível nacional, porque vamos absorver o excedente de soja, vai-se reequilibrar a partir de um mercado interno, de uma tecnologia que o mundo não tem.

Segundo: o Presidente Fernando Henrique era Ministro de Itamar Franco. O Plano Real não é do Governo Fernando Henrique; o Plano Real é do Governo Itamar Franco, quando Fernando Henrique era Ministro da Fazenda.

**O Sr. João Batista Motta** (PSDB – ES) – Implantado pelo Ministro Fernando Henrique.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Tornou-se candidato a Presidente da República montado na carona de um projeto que ...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – ... não era do seu governo. Se tem alguém pegando carona no Plano Real, não somos nós. O Plano Real tem duas coisas importantes: retirou o fantasma da inflação galopante – isso nós reconhecemos, todos nós reconhecemos – e estabilizou novamente a moeda brasileira. Agora, quais são os pontos falhos do governo do PSDB? O governo do PSDB trouxe para o Brasil a incerteza de futuro. Foi aí que houve o endividamento, foi aí que houve a privatização. V. Ex<sup>a</sup> reconhece que algumas foram erradas, mas nós reconhecemos que todas o foram, porque algumas áreas da economia são questão de soberania nacional e não podemos privatizá-las nunca. E isso é reproduzido em outras experiências de governo, como no Estado de São Paulo, como é o caso do PED lá. Então, estamos querendo dizer para V. Ex<sup>a</sup>...

**O Sr. João Batista Motta** (PSDB – ES) – Senador Sibá Machado...

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Só um instante.

**O Sr. João Batista Motta** (PSDB – ES) – Senador Sibá Machado, o Presidente Fernando Henrique...

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Um momento, porque não estou lhe concedendo um apar-

te. Estou dizendo a V. Ex<sup>a</sup> que este é um debate muito importante. Ficaria mais tempo aqui se o Presidente me concedesse – não há problema – o tempo que fosse necessário. Estou até disposto a presidir, para que o Senador Valdir Raupp fale depois.

Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que o Sr. Geraldo Alkmin é um pote vazio, porque ele não está discutindo o País! Que ele diga aos brasileiros o que pretende fazer deste País! Choque de gestão? Que choque ele deu em São Paulo? Que choque foi esse? É uma pessoa que, quando olha para os movimentos sociais, me faz lembrar os anos de 1920, quando se dizia que o movimento social brasileiro era um caso de polícia.

**O Sr. João Batista Motta** (PSDB – ES) – Senador Sibá Machado, choque, em São Paulo...

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador João Batista Motta, o aparte deve ser concedido pelo orador.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Eu estou dizendo a V. Ex<sup>a</sup> que, sobre esse assunto, o PSDB precisa explicar o que vai fazer do País, porque estamos explicando todos os dias. O Presidente Lula está propondo ao nosso País uma nova correlação de forças políticas pensando na verdadeira independência do nosso País. Nestes próximos quatro anos, temos que cumprir o seguinte dever de casa: meta de superávit mantida em 4,25%, inflação abaixo de dois dígitos, taxa de juro nominal abaixo de um dígito.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Sibá Machado, V. Ex<sup>a</sup> já usou 20 minutos na tribuna. Vou lhe conceder um minuto, considerando a sua inteligência do Piauí.

**O Sr. João Batista Motta** (PSDB – ES) – Sr. Presidente, eu estava com a palavra, pois o Senador havia me concedido o aparte.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Aparte, só com o consentimento do orador.

**O Sr. João Batista Motta** (PSDB – ES) – V. Ex<sup>a</sup> já havia me concedido o aparte, não foi, Senador?

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Neste momento, não, porque meu tempo está acabando. Paciência. Concedo o aparte se o Presidente o permitir. Temos ainda um Senador para falar. Ficaria honrado de poder continuar a conversa, mas a sessão está acabando.

Para encerrar, Sr. Presidente, o candidato Geraldo Alkmin, que o PSDB não queria, que foi escolhido de forma atrapalhada, é um vazio, é um pote vazio, não diz a que veio, e eu não posso ficar calado diante do medo iminente de ter um Presidente da República que não diz o que vai fazer do nosso País.

**O Sr. João Batista Motta** (PSDB – ES) – Senador Sibá Machado, o Geraldo não discutiui porque o Lula não foi aos debates, foi ele quem fugiu.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Não é em debates, Senador, não é em debates que se deve dizer isso. É um candidato! Há 90 dias ele tem possibilidade de dizer por que quer presidir o País. Não é agora, num debate da Rede Globo, que vai resolver. Ele já deveria ter dito antes de ser candidato.

**O Sr. João Batista Motta** (PSDB – ES) – Ele, em São Paulo, construiu 19 hospitais.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Eu quero saber, daqui para a frente, o que é choque de gestão, porque essa é uma palavra vazia, boba e não diz absolutamente nada.

**O Sr. João Batista Motta** (PSDB – ES) – Em São Paulo, ele construiu 19 hospitais. Quantos Lula construiu?

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Sessenta e nove CPis engavetadas, privatização do Estado, um desastre para São Paulo.

**O Sr. João Batista Motta** (PSDB – ES) – Olhe, Sibá Machado, as estradas de São Paulo e se envergonhe das estradas do Governo Federal. Estão destruídas as estradas do Brasil inteiro.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – São privatizadas, e o povo paga pedágio.

**O Sr. João Batista Motta** (PSDB – ES) – O Governo Federal destruiu as estradas do Brasil.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Por que José Serra, no debate sobre o Governo do Estado, ficou com problema de colocar novos pedágios sobre o Rodonel? Por que isso não foi discutido?

Não somos idiotas. Estamos acompanhando esses assuntos.

**O Sr. João Batista Motta** (PSDB – ES) – V. Ex<sup>a</sup> disse que o PSDB, que o candidato...

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Vou encerrar e prometo que, na próxima terça-feira, estaremos aqui.

Agradeço a tolerância.

**O Sr. João Batista Motta** (PSDB – ES) – Senador Sibá Machado, o PSDB tinha três ou quatro candidatos à Presidência da República. O PT só tem Lula. Se Lula morrer, acabou o PT.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra ao grande Líder do PMDB de Rondônia, Valdir Raupp, que tem uma concessão toda especial, porque estava encerrada a sessão. Mas, considerando a grandeza da sua vida política em nosso Partido, concedo a palavra a S. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, nobre Presidente Mão Santa. Prometo ser breve, talvez sequer usando o tempo destinado ao orador que me antecedeu – e teria o mesmo direito.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs Senadores, venho a esta tribuna como Senador da República e também na qualidade de Presidente Estadual do meu Partido, o PMDB do Estado de Rondônia.

Primeiramente, agradeço o carinho e a confiança do povo de Rondônia, do eleitorado de Rondônia, que, em todas as eleições, tem dedicado uma votação expressiva ao meu Partido para alguns cargos.

Já por três vezes, o meu Partido governou o Estado de Rondônia, governa inúmeras Prefeituras do meu Estado, tem inúmeros Vereadores – parece-me que mais de uma centena de vereadores.

Agora, nessa eleição, obtivemos a maior votação para Deputado Federal. O PMDB foi o Partido que obteve o maior número de votos na legenda de Deputados Federais. Da mesma forma ocorreu para Deputado Estadual: foi o Partido que obteve o maior número de votos. A nossa Coligação elegeu cinco Deputados, dois Deputados Federais. Elegemos a Deputada Federal mais votada da história de Rondônia, a Deputada Marinha Raupp, já na quarta eleição.

Assim, agradeço de coração o carinho do povo de Rondônia em ter confiado não apenas na minha esposa, reconhecendo o trabalho que ela tem realizado nos 52 Municípios do meu Estado durante estes últimos 12 anos, como em todos os companheiros do meu Partido. É um Partido humano, um Partido aberto, como sempre o velho PMDB, um Partido democrático.

O reconhecimento veio também no voto de legenda. Todos esperavam que o Governador que foi reeleito, que teve o maior número de votos entre todos os candidatos, tivesse também o maior número de votos de legenda do seu Partido. Mas foi o contrário. O PMDB obteve também o maior número de votos de legenda, que são aqueles que votam apenas no número do Partido, que é o nº 15. Então, o nº 15 foi também o que obteve o maior número de votos de legenda.

Agradeço, de coração, mais uma vez, o carinho do povo de Rondônia, a confiança do povo de Rondônia no meu Partido, o PMDB. Vamos continuar honrando esse Partido, honrando os votos obtidos nas urnas nessas últimas eleições, trabalhando firme para o desenvolvimento do Estado, ajudando nosso País, nosso querido Brasil. Vamos aguardar os resultados das urnas no segundo turno.

Independentemente de quem seja eleito Presidente da República, estaremos nesta tribuna cobrando, tanto eu, como nossos dois Deputados Federais

– Deputada Marinha Raupp e Deputado Natan Donadon, também reeleito da nossa Bancada do PMDB –, as ações do Governo Federal no Estado de Rondônia, que não têm sido muitas, infelizmente.

Acho que o Norte do Brasil tem obtido um fraco desempenho não só do Governo Lula, mas de todos os Governos federais desde a época da ditadura. O Norte do Brasil não tem sido reconhecido pelos Governos federais como uma área de desenvolvimento, uma área de progresso, onde vivem mais de 20 milhões de brasileiros, que ocupam hoje a Amazônia. Era política no passado, do Governo militar: integrar Rondônia para não entregar. Os povos de todos os Estados brasileiros eram chamados para ocupar a Amazônia. Agora, por que não investir, não dar uma condição digna de vida a essa população, a esses guerreiros que lá chegaram no passado e que tiveram seus filhos, netos e bisnetos e até tataranetos durante todos esses anos?

Vou continuar, desta tribuna, cobrando, ainda neste final de ano e a partir do ano que vem, do novo Governo, as ações não realizadas até agora, como o gasoduto Urucu–Porto Velho, que é uma obra importante para o meu Estado, que já está com a licença ambiental aprovada, com o projeto elaborado, e que é uma obra fundamental para a nossa Capital, Porto Velho, e para todo o Estado de Rondônia, que vai deixar de queimar 1,5 milhão de litros de diesel por dia para queimar gás, uma energia mais limpa e mais barata para a população de Rondônia.

Da mesma forma, há a construção das usinas do Madeira, obras importantes para o Brasil. Haverá, sem dúvida nenhuma, a partir de 2010/2011, um racionamento, um apagão mais brutal do que aconteceu no passado se não construirmos as usinas do Madeira, de Jirau e Santo Antônio e as usinas de Belo Monte, no rio Xingu, no Pará, importantes para o Brasil.

As usinas do Madeira vão gerar em torno de 30 mil a 50 mil empregos diretos e indiretos, renda, ICMS e *royalties* para o Estado e para os Municípios de Rondônia, trazendo uma melhor qualidade de vida para aquela população.

Da mesma forma, as nossas rodovias federais, como a restauração da BR-364, que é a espinha dorsal do Estado e que leva todos os produtos para o Amazonas, para Roraima, para o Acre e para Rondônia. E também a BR-429, que vai de Presidente Médici a Costa Marques, uma BR que tem causado transtornos todos os anos, principalmente no período das chuvas, para a população de Alvorada, de São Miguel, de Seringueiras, de São Francisco e de Costa Marques.

Esse é, portanto, um ponto de honra do nosso Partido, o PMDB, e da nossa Bancada para o próximo

Governo. É o desafio e a cobrança que faremos desta tribuna, com frequência, Sr. Presidente.

Para encerrar, registro, mais uma vez, o carinho e a confiança do povo rondoniense com o meu Partido e com os Parlamentares, os cinco Deputados Estaduais e os dois Deputados Federais, eleitos no último pleito.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– Nossos cumprimentos por presidir com tanta galhardia o nosso Partido, e a solidariedade ao maior homem público do momento, no Brasil, que é o Senador Amir Lando. S. Ex<sup>a</sup> não foi eleito, como Rui Barbosa não foi, como Winston Churchill – depois de haver vencido a guerra, não conseguiu voltar ao Senado. Amir Lando é merecedor da admiração de toda a democracia do Brasil.

Quis Deus que eu encerrasse esta sessão, a 163<sup>a</sup> sessão não deliberativa, de 5 de outubro de 2006, quando comemoramos dezoito anos da Constituição Federal.

No início da sessão, o Senador Marco Maciel requereu, nos termos do art. 222 do Regimento Interno, a consignação, nos Anais do Senado Federal, de voto de louvor pela passagem de 18 anos da promulgação da Constituição Federal de 1988, da República Federativa do Brasil.

Brasileiras e brasileiros, a nossa Constituição completa a maioria. Todos nos lembramos de Ulysses Guimarães, figura maior da história do nosso Partido, encantado no fundo do mar, quando beijou esta Constituição e disse que a desobedecer seria rasgar a Bandeira do Brasil.

Faço uma homenagem aos que compunham a Mesa Diretora, para nossa satisfação, segundo informação do nosso Secretário-Geral da Mesa, o brilhante Raimundo Carreiro Silva, que presenciou e participou dos 20 meses de trabalho no Congresso Nacional por esta Constituição que nos guia: Ulysses Guimarães, Presidente; Mauro Benevides, 1<sup>o</sup> Vice-Presidente; Jorge Arbage, 2<sup>o</sup> Vice-Presidente; Marcelo Cordeiro, 1<sup>o</sup> Secretário; Mário Maia, 2<sup>o</sup> Secretário; Arnaldo Faria de Sá, 3<sup>o</sup> Secretário; Benedita da Silva, 1<sup>o</sup> Suplente de Secretário; Luiz Soyer, 2<sup>o</sup> Suplente de Secretário; Sotero Cunha, 3<sup>o</sup> Suplente de Secretário; Bernardo Cabral, Relator Geral; e Adolfo Oliveira, Relator Adjunto; e especialmente à figura do Dr. Raimundo Carreiro Silva, que exaustivamente mostrou a sua competência e o exemplo de servidor às causas do Brasil.

São essas as nossas palavras.

Agradecemos a Deus pelo País e pela Constituição que temos.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– A Presidência comunica ao Plenário que a Sessão

Especial, por ocasião da abertura da Segunda Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, promovida pelo Senado Federal, será realizada no dia 21 de novembro de 2006, às 11 horas.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Os Srs. Senadores Antero Paes de Barros, Juvêncio da Fonseca, a Sr<sup>a</sup> Senadora Lúcia Vânia, os Srs. Senadores Sérgio Guerra, Marcos Guerra, Leonel Pavan, Flexa Ribeiro, Papaléo Paes e Alvaro Dias enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup> serão atendidos.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para registrar a matéria intitulada “Fotos mostram dinheiro

do dossiê”, publicada pelo jornal **Folha de S.Paulo**, de 30 de setembro do corrente.

A matéria destaca que o PT tenta no Tribunal Superior Eleitoral, sem sucesso, impedir a divulgação das imagens pela imprensa do dinheiro, apreendido pela Polícia Federal, e que seria usado para a compra de um falso dossiê contra o candidato do PSDB ao governo de São Paulo, José Serra.

Sr. Presidente, requiro que a referida matéria seja considerada como parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

# Fotos mostram dinheiro do dossiê

PT tenta no Tribunal Superior Eleitoral, sem sucesso, impedir a divulgação das imagens pela imprensa

**PF identifica comprador de dólares achados com petistas**

Parte dos US\$ 248 mil apreendidos pela Polícia Federal com petistas que negociavam um dossiê contra tucanos foram comprados pela casa de câmbio Disk Line, informam **Andréa Michael** e **Sheila d'Amorim**.

A Disk Line pertence a Marco Antônio Cursini e tem escritórios em São Paulo e no Rio. Segundo o BC, a Disk Line adquiriu os dólares das corretoras Action e EBS. O dinheiro vinha de um lote de US\$ 15 milhões comprados pelo banco Sofisa. Pág. A6

## Assessor liga dossiê à campanha de Lula

Hamilton Lacerda, assessor parlamentar e ex-coordenador da campanha de Aloizio Mercadante (PT), disse à PF em São Paulo que o dossiê contra tucanos seria usado nas campanhas de Lula e de outros petistas.

Lacerda negou ter levado dinheiro a Gedimar Passos num hotel em SP. Segundo ele, a mala que carregava continha notebook e outros materiais — que, porém, não estavam entre os itens apreendidos pela PF. Pág. A7

Fotos do R\$ 1,7 milhão que seria utilizado para pagar um dossiê contra candidatos do PSDB foram divulgadas ontem em São Paulo.

Uma pessoa ligada ao caso e que pediu para não ser identificada distribuiu, em frente à sede da PF, a jornalistas o CD com 23 fotos.

O dinheiro foi apreendido com dois petistas no último dia 15, mas as imagens das cédulas eram mantidas em sigilo pela PF sob a alegação de que sua divulgação poderia interferir nas eleições.

Depois que as fotos já estavam na internet, a PF confirmou que elas integram o

inquérito aberto para investigar a origem do dinheiro.

O ministro Tarso Genro (Relações Institucionais) acusou o PSDB de participar do vazamento das fotos. O presidente do PSDB, Tasso Jereissati, não foi localizado.

O PT pediu ao TSE, sem sucesso, que proibisse a divulgação das fotos pela imprensa. Para Marco Aurélio Garcia, coordenador da campanha do presidente Lula, a divulgação foi “violação do segredo de justiça e, portanto, um ato ilegal”.

A PF em São Paulo abriu inquérito para investigar o vazamento das fotos. Brasil

**O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA** (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs Senadores, ocupo a tribuna, no dia de hoje, para comentar a matéria intitulada “MST freia invasões no País para favorecer campanha de Lula”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição de 12 de setembro deste ano.

A matéria mostra que o MST reduziu drasticamente as suas invasões em todo o País com o objetivo de não prejudicar a campanha do presidente-candidato Luiz Inácio Lula da Silva.

Segundo a matéria, entre janeiro e abril o movimento patrocinou 134 ocupações. Nos quatro meses

seguintes, coincidindo com o período de campanha eleitoral, houve somente 46 ações.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado Federal, solicito que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

### DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

# MST freia invasões no País para favorecer campanha de Lula

Entre janeiro e abril, movimento patrocinou 134 ocupações; de maio a agosto, houve somente 46 ações

José Maria Tomazela  
ENVIADO ESPECIAL  
TEODORO SAMPAIO

Para não correr o risco de prejudicar a campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, que lidera com folga a corrida presidencial, o Movimento dos Sem-Terra (MST) pisou no freio das invasões em todo o País. De acordo com números do próprio movimento, nos quatro primeiros meses deste ano, foram realizadas 134 ações em 21 Estados. Nos quatro meses seguintes, coincidindo com o período de campanha eleitoral, o número de invasões despencou – de maio a agosto foram apenas 46 em 11 Estados.

Antes do período eleitoral, o MST não se poupou de praticar ações de grande repercussão negativa, como a destruição do centro de pesquisas florestais da Arneruz Celulose, em Barra do Ribeiro, no Rio Grande do Sul. O mês de abril foi marcado por uma onda de invasões de prédios e fazendas, bloqueios de rodovias e ocupação de pedágios. Como bom aliado, assim que as pesquisas apontaram o favoritismo do presidente, o movimento recolheu sua massa de frente, a militância que organiza as ações. Vários líderes estão engajados na campanha do PT.

Em julho, foram registradas 12 invasões e, em agosto, apenas 7, todas elas pontuais, realizadas para atender a circunstâncias locais. Na última ação, na quarta-feira da semana passada, quando 200 sem-terra invadiram a sede do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp), em Presidente Prudente, o coordenador José Aparecido Maia pediu cuidado aos militantes: “Não quebrem, não estraguem nada.”

Indagado, disse que era uma orientação de praxe, pois se tratava de protesto pacífico e com alvo bem definido. “O Estado prometeu assentar 1.400 famílias na região e não cumpriu.” Reconheceu, porém, que o MST cuida para não incorrer em descuidos como o do Movimento de Libertação

## Em Teodoro Sampaio, no Pontal, não há nenhum conflito há 4 meses

ção dos Sem-Terra (MLST), que teria posto em risco a campanha de Lula ao promover um quebra-quebra nas dependências da Câmara, em junho.

No Pontal do Paranapanema, região de conflitos fundiários liderada pelo MST, a falta de ação desagradou ao sem-terra Antonio Silva, de 79 anos, acampado há 4 anos. “Se com luta já é difícil sair a terra, imagine tudo parado de-se feita.”

A última invasão, da Fazenda São Sebastião, em Teodoro Sampaio, ocorreu há quatro meses.

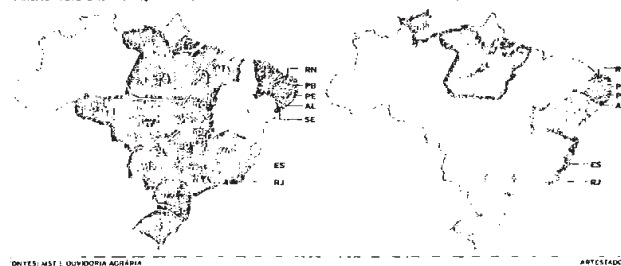
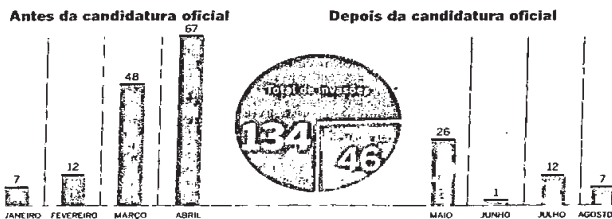
No fim de julho, o líder José Rainha Júnior chegou a formar uma frente com lideranças de outros movimentos para fazer o que chamou de “arrastão” emlatifundios da região. Com o Movimento dos Agricultores Sem-Terra (Mast), Movimento Unidos pela Terra (Uniterra) e Associação Renovadora dos Sem-Terra (ARST), o MST de Rainha prometia invadir 20 fazendas no Pontal. Com Lula à frente, nas pesquisas, o plano não saiu da intenção. “Vamos esperar o momento oportuno”, disse o líder.

Convertido em cabo eleitoral de sua mulher, Diolinda Alves de Souza, candidata a deputada estadual pelo PT, Rainha percorre acampamentos e assentamentos pedindo votos para os petistas Lula, Aloizio Mercadante (candidato no governo de São Paulo), Eduardo Suplicy (para o Senado) e o “companheiro” José Genoíno (para a Câmara). Diolinda dobra também com o deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, que foi seu advogado quando esteve presa.

Nos acampamentos, a propaganda eleitoral se confunde com as bandeiras vermelhas do MST. “Lula ficou feliz da vida com minha candidatura”, diz Diolinda, que em março comandou grupos de mulheres na invasão de cinco fazendas no Pontal. Novas ações, segundo ela, só depois das eleições. “Agora, estou em campanha.”

## As ações dos sem-terra

O PT oficializou a candidatura à reeleição do presidente Lula em convenção em junho



ONTES: MST / UNIDADE AGRÁRIA

ARTESADO

Para o presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Luiz Antonio Nabhan Garcia, a candidatura da mulher de Rainha é a prova de que o MST está engajado na campanha de Lula. “Estão quietinhos porque o candidato deles está na frente. Se fosse o Geraldo Alckmin liderando, estariam pondo fogo no moinho”, ironizou.

A coordenadora nacional do MST, Marina dos Santos, disse que a mobilização “esfriou” porque, em ano eleitoral, faltam interlocutores para as negociações. “Não é uma tregua. É que, nesse período, a reforma não avança e seria gastar fichas à toa.” A mobilização maior no início do ano, afirma, foi prevista em virtude das eleições. “Sabemos que, durante a campanha, para tudo.”

Segundo ela, o movimento não tomou partido no pleito, “mas a maioria (dos militantes) vai votar no Lula”. Será um voto “crítico”, diz, porque há muita insatisfação com o ritmo da reforma agrária. “A expectativa era de 1 milhão de famílias assentadas durante os 4 anos, mas não se chegou a 400 mil assentadas.” De acordo com a líder, o MST não impede seus militantes de lançar candidatura ou partido, par de campanhas nem o voto múltiplo, a expectativa. “O necessário tem de se articular dentro do partido e deve ser feito e ele não representa o MST.”



**A SRA. LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs Senadores, volto à tribuna, no dia de hoje, para comentar o artigo intitulado “Dez razões para não votar em Lula”, de autoria do escritor e jornalista Gilberto de Mello Kujawski, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição de 14 de setembro do corrente.

Em seu excelente artigo, o jornalista enumera dez razões pelas quais não vota no Presidente-candidato Lula. O autor lembra que Lula rebaixou os índices de crescimento do Brasil a níveis “haitianos”, que foi o governo Lula que elevou a carga tributária a cerca de 37,37% e que foi em seu governo que a corrupção alcançou limites intoleráveis.

O autor conclui: “votar em Lula significa aderir à turma do ‘me engana que eu gosto’”.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado passe a integrar esse pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada.

## DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

# Dez razões para não votar em Lula

Gilberto de Mello Kujawski

Meu pensamento circulava por outras esferas quando a leitura da declaração de voto em Lula pelo simpático professor Renato Janine Ribeiro (USP, Sorbonne, etc.) me trouxe de volta à realidade: “Voto em Lula. Acho o governo dele melhor que os anteriores. A economia está melhor, a Polícia Federal está melhor, a educação está melhor, o custo dos alimentos está mais baixo. Então, acho que a condição do povo está melhorando” (*Folha de S. Paulo*, 25/8). Panglossiano. Se fosse no tráfego, o autor dessa declaração seria multado. Nunca se viu alguém andar tão a gosto na contramão das idéias e dos fatos.

Então, indaguei-me: se me perguntassem por que não vou votar em Lula, o que eu diria? Quais as razões de minha rejeição ao presidente Luiz Inácio? Alinhei logo em seguida as dez razões pelas quais não voto em Lula. Elas:

● **Lula, ao contrário do que quer parecer, é um político de feito francamente conservador, que reproduz os piores vícios dos velhos políticos brasileiros, a saber: patrimonialismo, clientelismo, centralização, populismo, autoritarismo.**

● **Patrimonialismo** – Ao lotear o governo pelo PT, Lula traiu seu patrimonialismo, procedendo, ele e o PT, como donos absolutos dos cargos de confiança, proprietários legítimos do governo transformado em “cosa nostra”.

● **Clientelismo** – compra disfarçada de votos em troca de favores, como o Bolsa-Família, seu carro-chefe eleitoral.

● **Centralização** – O presidente é o governo e não abre. Tudo passa por suas mãos. Mul-

ta suspeita, portanto, sua alega da inocência nos casos de corrupção. Nada se faz no governo sem sua ciência, sem seu aval sem sua cumplicidade.

● **Populismo** – Ele convive mal com as instituições democráticas, o Congresso, o Judiciário, a imprensa. Quer governar acima das instituições, como o “pai dos pobres”, em ligação direta com o “povo”.

● **Autoritarismo** – Como todo populista, como todo coronel, sua auto-suficiência se traduz no mais decidido autoritarismo nas relações com os ministros, os partidos, os deputados e os subordinados.

● **Ao ser tão conservador – no mau sentido – e querendo posar de progressista, Lula revela-se uma fraude política, utilizando a mentira como sua arma principal. Dessa mentira faz parte seu tão falado “carisma”, inventado para impressionar os trouxas.**

● **Lula rebaixou os índices de crescimento do País a níveis haitianos, como se sabe. Melhorou o emprego? Balela. Quando Alckmin declarou, faz pouco, que Lula é um exterminador de empregos, muita gente falou em gafe. No dia seguinte veio o indicador do IBGE: o desemprego no País é o maior em 15 meses. Só o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, não sabia.**

● **Lula herdou a política econômica do governo anterior, mas se mostrou um mau herdeiro. O bom herdeiro amplia e aperfeiçoa a herança. Lula contentou-se em repetir e conservar a política econômica estabilizadora do seu antecessor, boa para seu tempo, sem acrescentar nada de novo. O que teria de fazer seria aproveitar a estabilidade para incentivar o crescimento. Em vez disso, marcou**

passo até agora, enquanto outros países emergentes já revolucionaram a escala do desenvolvimento. Nem mesmo foi respeitada a autonomia das agências reguladoras, uma das maiores conquistas do governo Fernando Henrique Cardoso.

● **O governo Lula elevou a carga tributária a cerca de 37,37% do PIB, um recorde histórico, travando brutalmente o desenvolvimento econômico.**

● **Ao contrário do que proclamam alguns, a educação vai mal. O número de alunos não cresce nas universidades. O ensino básico continua uma calamidade.**

● **O presidente Lula, com seu autoritarismo, espírito centralizador e excesso**

de medidas provisórias, contribuiu para desmoralizar e desprestigiar o Congresso, e o Congresso desmoralizado se tornou presa fácil da corrupção. A corrupção vem do Planalto, como assinala Alckmin: “Mensalão é a submissão de um Poder a outro. É fácil bater em deputado, e tem de bater. Mas o deputado é só correira de transmissão. Todo o dinheiro sai do Executivo e sempre tem corruptor do lado de fora” (*Estado*, 25/8).

● **A política externa do atual governo, com seu terceiro-mundismo e sua obsessão antiamericana, é a política de Brancaléone, aquele comandante do exér-**

cito de esfarrapados. Ridícula e improdutiva, capitaneada por duas figurinhas difíceis, Samuel Pinheiro Guimarães, e Talleyrand provinciano, e Marcel Aurélio Garcia, o Maquiavel encabulado. Lula adora andar em más companhias, um demagogo perigosamente antidemocrata e megatomanfaco, Hugo Chávez, e aquele ditador decadente, Fidel Castro.

● **Lula não tem perfil de estadista. O verdadeiro estadista**

## Ele pode até ser absolvido nas urnas, mas não o será pela História

dá sua marca criando o fato novo, aquele que divide a política em antes e depois dele – o Plano de Metas de JK, a recuperação da Guanabara por Carlos Lacerda, o Plano Real de FHC. Luiz Inácio não conta com nada parecido em seu currículo, após quatro anos de governo.

● **A onda de corrupção que assola e devora o País em todos os níveis pode ser ou não da responsabilidade de Lula. Seja como for, seu nome ficará historicamente vinculado à mais gigantesca seqüência de escândalos que abalaram a política brasileira nos últimos anos. Lula pode ser absolvido nas urnas, se ganhar a eleição, mas não será absolvido pela História.**

Em suma, não é possível votar para presidente da República num candidato que nunca leu um livro e se gaba da própria ignorância como se esta fosse um galardão e motivo de orgulho. Que péssimo exemplo para a juventude! Será possível levar este homem a sério quando ele fala na importância da educação?

Com perdão daquele simpático professor da USP, colega da não tão simpática Marilena Chauí, votar em Lula significa aderir à turma do “me engana que eu gosto”.

Gilberto de Mello Kujawski, escritor e jornalista, é membro do Instituto Brasileiro de Filosofia E-mail: gmkuj@terra.com.br

**O SR. SÉRGIO GUERRA** (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro da matéria intitulada “Estamos aproveitando mal o crescimento global”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição de 6 de setembro do corrente.

A referida matéria destaca a participação do ex-Presidente do Banco Central, Armínio Fraga, no seminário comemorativo dos 30 anos da Comissão de Valores Mobiliários. Em sua palestra, Fraga “lamentou

que a redução dos gastos públicos não esteja na pauta de discussão do governo”.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a matéria acima citada passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

# ‘Estamos aproveitando mal o crescimento global’

Armínio Fraga, ex-BC, lamenta que redução do gasto público não esteja na pauta do governo

Mônica Ciarelli  
R.O.

O ex-presidente do Banco Central Armínio Fraga lamentou que a redução dos gastos públicos não esteja na pauta de discussão do governo. O executivo, hoje sócio da Gávea Investimentos, admitiu que o tema não é fácil e requer medidas “antipáticas”, mesmo em ano eleitoral.

Fraga alertou, em palestra

no seminário comemorativo dos 30 anos da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que esse ponto terá um custo para o próximo governo. “O crescimento acelerado dos gastos públicos, na média, chega a 10% em termos reais. Isso acaba asfixiando boa parte da economia.”

Além da redução das despesas públicas, o ex-presidente do BC destacou a necessidade de o País promover uma reforma

previdenciária e do Estado.

“Torço para que isso aconteça no ano que vem. (...) Isso poderia ajudar na queda dos juros.” Ele classifica de “reforma do Estado” um choque de eficiência, onde se reduza o número de ministérios e de funcionários públicos.

Armínio Fraga considera difícil o governo atingir a meta de 4% de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) este ano,

pois o País precisaria ter um crescimento muito grande neste semestre. “Seria ótimo, mas não vai ser fácil”, avisou. “O Brasil precisa encontrar um caminho. Às vezes, eu acho que podemos ir mais depressa. Estamos aproveitando mal o crescimento global, sem explorar todo o nosso potencial.”

Evitando palpites sobre o desempenho da economia para este ano, Fraga alegou ser mais

importante o planejamento de longo prazo. Lembrou, por exemplo, que há 40 anos o Brasil crescia a taxas superiores à da Coreia, um dos tigres asiáticos que hoje têm média de crescimento acima de 6% ao ano. “Hoje, a renda coreana é duas vezes e meia a brasileira”, comentou, lembrando que para isso a Coreia investiu pesadamente em educação. ●

**O SR. MARCOS GUERRA** (PMDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para registrar a matéria intitulada “Vendas no varejo recuam pelo segundo mês, diz IBGE”, publicada pelo jornal **Folha de S. Paulo**, de 20 de setembro de 2006.

A matéria destaca que o movimento no mercado de varejo foi quase generalizado; supermercados e hipermercados venderam 0,61% a menos e que para o IBGE, desempenho fraco do comércio varejista indica que a capacidade de endividamento das famílias está próxima do limite.

Sr. Presidente, solicito que a matéria citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, outro assunto a que me refiro é o seguinte: a população do Espírito Santo proporcionou ao País, nas últimas eleições, um exemplo de maturidade política, ao reeleger, por ampla margem de votos, o governador Paulo Hartung. Sua consagração como o governante estadual mais votado do País, considerando-se o total de votos válidos, corresponde a uma manifestação coletiva de confiança no bem-sucedido projeto a que ele deu início em seu primeiro mandato.

Ao longo dos últimos quatro anos, a atual administração obteve expressivas vitórias, reconhecidas e aprovadas nas urnas, no domingo passado. Quando assumiu, no início de 2003, Paulo Hartung tinha à sua frente a difícil tarefa de recuperar um Estado em que se acumulavam problemas à primeira vista insolúveis: organizações criminosas infiltravam-se nas mais diversas áreas; era generalizada a descrença no poder da autoridade para resolver questões crônicas; os salários do funcionalismo estavam atrasados; e persistia há oito anos um déficit nas contas públicas, com dívidas que somavam R\$1,200 bilhão.

O resgate da credibilidade política, institucional e financeira do Espírito Santo foi uma missão que Paulo Hartung assumiu com empenho e cumpriu com êxito. Hoje, a confiança nas instituições foi restaurada. Somos um Estado com as finanças reequilibradas e a capacidade de investimento recuperada. Este ano, o governo estadual – que antes não tinha recursos em caixa sequer para pagar salários – deve investir R\$800 milhões em obras e serviços. A iniciativa privada, por sua vez, investirá 6 bilhões de reais.

Em seus próximos quatro anos de governo, o governador já anunciou que pretende fazer da educação

uma prioridade, para que o Estado se torne uma referência nacional no setor até 2010. Não é um objetivo circunstancial, imediatista. Educação de qualidade, já ficou demonstrado exaustivamente, é essencial para garantir o desenvolvimento sustentável, uma ferramenta indispensável para a inclusão social. Como diz Paulo Hartung, é hora de aproveitar o momento favorável que o Espírito Santo vive para fazer das medidas de incentivo à educação uma alternativa para combater a desigualdade.

Deve-se ainda ao Governador a incorporação do planejamento estratégico de longo prazo à estratégia de trabalho da Administração Pública. Em seu Governo, formulou-se o Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025, uma agenda que traça metas para o Estado nos próximos 20 anos – abrangendo temas como a superação dos desequilíbrios regionais, a diversificação da economia e a formação de mão-de-obra qualificada para atender às necessidades locais.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, nos quatro anos que se encerrarão no dia primeiro de janeiro de 2007, o Governador Paulo Hartung conseguiu agregar a população, as forças políticas e os setores produtivos em torno de um projeto de reconstrução e desenvolvimento que mudou a face do Espírito Santo e promete um futuro de prosperidade. Seu segundo mandato será respaldado por uma votação sem paralelo, um atestado de competência emitido por toda a sociedade capixaba.

Gostaria de aproveitar a oportunidade para saudar os novos integrantes da Bancada Federal de meu Estado, os Deputados eleitos Luiz Paulo Vellozo Lucas, Lelo Coimbra, Rita Camata, Camilo Cola, Sueli Vidigal, Carlos Machado, Rosi de Freitas, Iriny Lopes, Neucimar Fraga e Jurandy Loureiro. E o novo Senador capixaba, Renato Casagrande, que deixará a Câmara dos Deputados para assumir uma cadeira nesta Casa. A partir do próximo ano, eles se juntarão ao esforço que os atuais representantes do povo do Espírito Santo no Congresso Nacional vêm desenvolvendo em prol de seu Estado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR MARCOS GUERRA EM SEU  
PRONUNCIAMENTO**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

# Vendas no varejo recuam pelo segundo mês, diz IBGE

Movimento foi quase generalizado; super e hipermercados venderam 0,61% menos

Para instituto, desempenho fraco do comércio varejista indica que a capacidade de endividamento das famílias está próxima do limite

JANAINA LAGE  
DA SUCURSAL DORIO

As vendas do comércio varejista recuaram 0,45% em julho, segundo dados divulgados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Trata-se da segunda queda seguida em relação ao mês anterior.

A análise de longo prazo confirma os sinais de desaceleração. Na comparação com igual mês de 2005, a expansão foi de 2,30%, o menor crescimento do ano e o pior resultado para um mês de julho desde 2003.

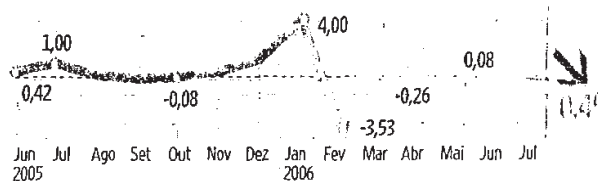
Segundo o IBGE, o resultado indica que a capacidade de endividamento das famílias está próxima do limite. O crédito foi o principal fator de expansão do comércio nos últimos dois anos, com destaque para as vendas de móveis e eletrodomésticos. Em julho, as vendas desses produtos caíram 2,65%. O movimento de queda nas vendas foi quase generalizado. As vendas de supermercados e hipermercados caíram 0,61%. Nem mesmo a queda nos preços de alguns alimentos, devido à inflação baixa, foi capaz de elevar as vendas em volume.

As vendas de combustíveis e lubrificantes caíram 0,44% devido aos preços elevados. Foi a sétima queda consecutiva na comparação com o mês anterior. As vendas de veículos, motos, partes e peças foram a úni-

## COMÉRCIO EM BAIXA

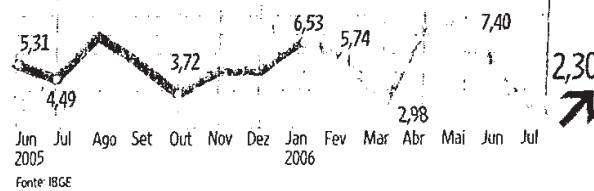
Vendas no comércio caem 0,45% em julho

Varição em comparação com o mês anterior, em %



### Expansão é a menor do ano

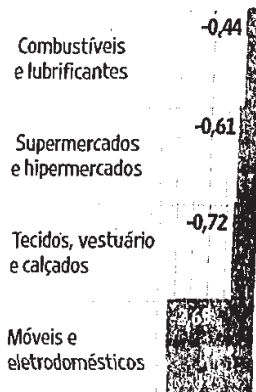
Varição, em comparação com igual mês do ano anterior, em %



Fonte: IBGE

### DESTAQUES NEGATIVOS EM JULHO

Varição em comparação com o mês anterior, em %



ca exceção na série com ajuste sazonal, com alta de 8,23% em relação a junho.

A atividade de tecidos, vestuário e calçados teve queda de 0,72% nas vendas. Segundo o IBGE, o resultado está relacionado ao fim das liquidações e ao início das vendas da coleção primavera.

### Alta de 5% no ano

Para Carlos Thadeu de Freitas, economista da CNC (Confederação Nacional do Comércio), o crescimento do setor deverá ser liderado nos próximos meses pelas vendas de bens não-duráveis, como alimentos.

“O terceiro trimestre deve continuar fraco, mas a inflação

baixa, o Natal e o 13º salário devem aquecer as vendas no fim do ano, especialmente de não-duráveis. O comércio deve fechar 2006 com alta de 5%.”

Na avaliação de Freitas, o arrefecimento das vendas está relacionado às taxas elevadas cobradas pelos bancos na concessão de empréstimos. “Quem está endividado sofre com o custo do empréstimo.”

Na avaliação de Maurício Moura, economista-chefe da consultoria Gouvêa de Souza & MD, a inadimplência em alta, o aumento do desemprego e a queda da renda real do trabalhador foram fundamentais para o desaquecimento do setor.

Em julho, a renda do traba-

lhador caiu pela primeira vez no ano, de acordo com dados da Pesquisa Mensal de Emprego, do IBGE. “Os indicadores econômicos disponíveis apontam para agosto um cenário de manutenção da conjuntura atual de estagnação e baixo crescimento das vendas reais”, disse.

Segundo o Instituto para Desenvolvimento do Varejo, os resultados indicam que já começam a regredir os segmentos do comércio que mais prontamente reagem ao estímulo das variações de renda real da população e de disponibilidade ou custo do crédito. “Sinais de que a política econômica tem espaço para maior ousadia no sentido de reaquecer a economia.”

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs Senadores, ocupo a tribuna, neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “TCU abre investigação formal sobre desvio de verba na Secom”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição de 14 de setembro do corrente.

A matéria destaca que o Tribunal de Contas da União apontou um prejuízo de R\$11,6 milhões nos contratos com agências de Duda Mendonça e Paulo de Tarso. Ainda de acordo com a reportagem, o Mi-

nistério Público vai analisar o caso e decidir se houve improbidade administrativa.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

O ESTADO DE S. PAULO



# TCU abre investigação formal sobre desvio de verba na Secom

Tribunal aponta prejuízo de R\$ 11,6 milhões nos contratos com agências de Duda Mendonça e Paulo de Tarso

Sônia Filgueiras  
Expedito Filho  
BRASÍLIA

O Tribunal de Contas da União (TCU) decidiu ontem abrir um processo formal – chamado de tomada de contas especial – para investigar supostas irregularidades em dois contratos firmados pela Secretaria de Comunicação (Secom) da Presidência em 2003, durante a gestão do ministro Luiz Gushiken. Por unanimidade, oito ministros do tribunal julgaram necessário aprofundar uma auditoria que apontou indícios de prejuízo de R\$ 11,6 milhões aos cofres públicos.

O objetivo dos contratos era a edição e distribuição de 5 milhões de revistas e folhetos com propaganda oficial – material que acabou recheado de elogios ao governo Lula e ataques à gestão Fernando Henrique. O serviço foi realizado pelas agências de dois ex-marqueteiros do presidente Luiz Inácio Lula da Silva: Duda Mendonça e Associações, de propriedade do próprio Duda, e Matisse Comunicação e Marketing, do publicitário Paulo de Tarso dos Santos.

Os técnicos do TCU avaliam que houve superfaturamento de preços. Pior: parte do serviço pode ter sido paga sem que o trabalho tenha sido efetivamente realizado. Não há evidências convincentes de que um bom lote das publicações tenha sido mesmo impresso, já que ele não passou pela administração fede-

**PÚBLICO-PRIVADO**

**Sem fronteira**

**Jardins de estrelas**  
Apesar de o Palácio da Alvorada e a Granja do Torto serem residências oficiais do presidente da República, a primeira-dama Marisa Letícia permitiu a plantação de canteiros de flores imitando a estrela do PT nas duas casas públicas

**Nas asas da FAB**  
Luiz Cláudio da Silva, filho do presidente Lula, convidou os amigos para passar férias em Brasília. Viajaram em um avião da Força Aérea (FAB) e transformaram o Palácio da Alvorada em um resort

**Kombis úteis**  
No início do governo a cadelinha Michelle do casal presidencial foi fotografada sendo transportada na Kombi dos serviços gerais do Palácio da Alvorada. Em agosto passado, na abertura da campanha eleitoral, outra Kombi foi usada para distribuir panfletos no primeiro comício do candidato Lula

**Advogado ad hoc**  
O ministro Márcio Thomaz Bastos (Justiça) participou de reunião privada e indicou o advogado Arnaldo Malheiros para defensor de Antonio Palocci no caso Francenildo. Malheiros não aceitou defender o ex-ministro

**Casello**  
Para tentar derrubar a suspeita de que Palocci frequentaria a mansão da república de Ribeirão, em Brasília, o governo mobilizou a Fazenda, a Caixa (CEF) e o Coaf para violar o sigilo bancário do caseiro Francenildo

**BB financia PT**  
O diretor de Marketing do Banco do Brasil, Henrique Pizzolato, assinou contrato no valor de R\$ 21,68 milhões para a aquisição de 5 mil computadores e 5 mil impressoras, todos eles com copiadoras, scanners e fax para informatizar todos os diretórios do PT

Exemplos do uso de recursos públicos e outros meios estatais para fins particulares

**Porção sertaneja**  
Henrique Pizzolato, diretor de Marketing do Banco do Brasil, levou o banco público a comprar R\$ 70 mil em ingressos para um show de Zezé Di Camargo & Luciano. A renda da apresentação foi revertida para o PT comprar uma nova sede em São Paulo

**Cidade de Deus**  
Em comício no bairro Cidade de Deus, no Rio de Janeiro, o governo usou o cadastro dos programas sociais para pesquisar e convidar crianças que participaram do evento eleitoral do candidato Lula

**Cartilhas**  
O governo contratou duas agências de publicidade, a Duda Mendonça e a Matisse, por R\$ 11 milhões para a confecção de 5 milhões de cartilhas. Como se o PT fosse um agente do Estado, o governo disse que pediu ao partido para distribuir 2 milhões dessas cartilhas, que eram pura propaganda do Planalto

ral. Numa justificativa que aponta para relação promíscua entre o governo e o partido do presidente, o Planalto alega que cerca de 1 milhão de exemplares foi encaminhado direta-

mente para diretórios municipais do PT, que se encarregaram da distribuição.

O tribunal aponta como responsáveis pelos possíveis danos ao erário Gushiken, seu en-

tão secretário-adjunto Marcus Flora, outros oito ex-funcionários da Secom e as duas agências de publicidade. Os responsáveis têm 15 dias para apresentar explicações ou recolher aos

cofres públicos o possível prejuízo. Gushiken foi enquadrado por ter "no mínimo falhado nos seus deveres de diligência, contribuindo para a ocorrência do possível dano".

Ao citar as empresas dos ex-marqueteiros de Lula, o tribu-

## MP vai analisar caso e decidir se houve improbidade administrativa

nal registra a possível prática de "enriquecimento sem causa". O TCU decidiu ainda remeter uma cópia do processo ao Ministério Público Federal, que vai examinar agora se o caso envolve a prática de crime ou de improbidade administrativa.

### EXPLICAÇÕES

O TCU chegou a analisar as explicações preliminares prestadas pela Matisse e pela secretária chefiada por Gushiken, além da participação do PT no caso. Os ministros não só rejeitaram as explicações; como afirmaram que elas "serviram para reforçar os indícios das graves irregularidades".

Os ministros afirmam que o envolvimento do PT provocou "confusão entre ação governamental e ação partidária com claros objetivos promocionais" do partido. Além dos indícios de superfaturamento e de não-execução de parte dos serviços, o TCU também aponta o fato de que o governo inseriu nas revistas matéria promocional de integrantes do governo, o que contraria a Constituição.

O voto sugerindo abertura do processo, que serviu de base para a decisão do TCU, partiu do ministro Ubiratan Aguiar, relator do caso. ●

## Ex-ministro estranha decisão perto das eleições

...O chefe do Núcleo de Assuntos Estratégicos do governo, Luiz Gushiken, insistiu ontem na tese de que a decisão do TCU está ligada à proximidade das eleições. "Estranho que somente agora venha a se apontar suposto conteúdo não institucional, quando à época - quase dois anos atrás - todos os deputados, senadores, governadores, prefeitos e outras autoridades receberam o material", disse ele, por nota. "Certamente, alguns setores políticos prefeririam que o governo não prestasse contas nem divulgassem realizações."

Gushiken afirmou ainda que o acórdão do TCU "estabelece que a etapa seguinte do processo permitirá a apresentação de defesa e das provas de que não existiu qualquer ilegalidade, nem prejuízo aos cofres públicos, na produção e distribuição do material informativo". Para ele, não há impedimento legal na forma como foram distribuídas as publicações. ●

## Gráficas se negam a exibir notas fiscais do serviço

Diretores das gráficas Pancrom e Kriativa (do grupo Litokromia) confirmaram ontem ter produzido pelo menos 900 mil exemplares de publicações para o governo Lula e entregue o material à Secretaria de Comunicação Institucional (Secom) "e parte para o PT". Mas

evitaram dar detalhes, mesmo sobre títulos das publicações, e recusaram-se a mostrar as notas fiscais do serviço prestado.

O diretor comercial da Kriativa, Roberto Casali, admitiu ter rodado "600 mil revistas do governo federal" e ter seguido a orientação das agências de publicidade do governo, Duda Mendonça e Matisse. "Essa ceceuma, sobre se entregou aqui ou ali, para nós, não interessa. As vezes, mandavam entregar no PT e na Secom", afirmou Casali. Ele disse não se lembrar do tipo de cartilha rodada na gráfica - que tem sede em Alphaville, Barueri (SP). "Foi em 2004. As vezes, tem título (na nota) que não é exatamente o da publicação", revelou.

O diretor-presidente da Pancrom, Homero Villela, disse ter rodado 300 mil exemplares de uma cartilha para o governo Lula a pedido da agência Matisse, que pertence ao publicitário Paulo de Tarso Santos, responsável pelas campanhas de Lula em 1989 e 1994. "Foi entregue no Brasil inteiro", afirmou Villela. "Nós comprovamos ao TCU a entrega dos 300 mil exemplares com notas fiscais e canhotos. Foi entregue conforme a orientação das agências", ressaltou, informando em seguida que não tem mais as notas fiscais do serviço. Segundo ele, a papelada foi encaminhada às agências de propaganda "no primeiro semestre" para que preparassem a defesa nos processos no TCU. Até agora não foi devolvida. "Foram encaminhadas as (notas) originais, para que tirassem cópias autenticadas", alegou.

Já o diretor comercial da Kriativa disse que tem as notas fiscais e também enviou cópias ao TCU "no ano passado", mas não as apresentou. "Está tudo no arquivo morto", garantiu. A Pancrom existe há 60 anos e, assim como a Kriativa, está voltada para o mercado publicitário. ● VANI-CE CIOCCARI

# Tasso pede divulgação de dados

Documentos podem justificar processo contra Lula, diz

Cida Fontes  
BRASÍLIA

O presidente do PSDB, senador Tasso Jereissati (CE), vai pedir ao TCU que torne pública a documentação sobre os contratos de R\$11 milhões feitos pela Secretaria de Comunicação da Presidência para a produção de cartilhas com ações do governo federal que foram distribuídas pelo PT.

"Isso é muito sério e nada está claro. Temos de abrir esta documentação, que é pública", afirmou o senador, ao repetir que o processo julgado pelo TCU pode ser base para um pedido de impeachment do presi-

dente Luiz Inácio Lula da Silva, se ficar comprovado o desvio de recursos públicos. "Seria superfaturamento direto da Secom, que é vinculada à Presidência. Não tem intermediários, não tem Marcos Valério, não tem José Dirceu nem Delúbio Soares", continuou o tucano, citando os principais nomes do escândalo do mensalão.

Mesmo sabendo que dificilmente conseguirá esclarecimentos antes das eleições, Tasso afirmou que o PSDB vai insistir nas investigações. Segundo ele, a intenção do PT agora é desviar o assunto e dizer que é uma disputa política. "Aí eles (o PT e o governo) dizem que é uma

disputa e tudo entra nessa geléia geral." Em nota, o presidente do PT, Ricardo Berzoini, estranhou que a notícia sobre o processo da Secom no TCU tenha sido divulgada em "plena campanha eleitoral" e de forma "precipitada e distorcida".

A oposição ficou ainda mais desconfiada com o fato de Berzoini ter admitido que o PT recebeu 929.940 exemplares de publicações com as realizações do governo e os teria distribuído aos diretórios e militantes. "Deve ter algo muito mais grave que o PT quer esconder. Eles preferem assumir um crime menor para esconder um maior", observou Tasso.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para registrar a matéria intitulada “Líder do MST é preso por ‘incitação ao crime’”, publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição de 22 de agosto do corrente.

Segundo a matéria, depois de falar no sepultamento de líder rural, Josias Barros Ferreira, o coordenador nacional do MST, Jaime Amorim, foi detido sob acusação de ter atacado o consulado dos EUA

em novembro de 2005, em um protesto contra o Governo Bush.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONCIAMENTO**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

TERRA SEM LEI

# Líder do MST é preso por ‘incitação ao crime’

Depois de falar no sepultamento de líder rural, Jaime Amorim é detido sob acusação de ter atacado consulado dos EUA em novembro

**Angela Lacerda**  
ENVIADA ESPECIAL  
ITAQUITINGA

O coordenador nacional do MST, Jaime Amorim, foi preso ontem à tarde, quando saía do município de Itaquitanga, a 84 quilômetros do Recife. A prisão preventiva foi decretada pelo juiz da 5ª Vara Criminal do Recife, Joaquim Pereira Lafayette Neto, por entender que em liberdade Amorim “poderá colocar em risco a paz e a segurança de cidadãos de bem”.

O líder teve a prisão requerida em processo que apura a depredação do Consulado dos Estados Unidos, no Recife, durante protesto contra o governo Bush, no dia 5 de novembro de 2005. Pedras e tinta foram jogadas no prédio e o policial militar Almir José de Barros foi atingido com uma lixeira. De acordo com o juiz, houve desobediência a ordem policial, deterioração da coisa alheia e incitação ao crime. Barros alegou ainda que há antecedentes contra Amorim, que também não teria endereço fixo.

Advogados, políticos ligados à questão agrária e a movimentos de direitos humanos se reuniram com o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Fausto Freitas, no fim da tarde, e entraram com pedido de habeas-corpus para tentar liberar Amorim.

O dirigente do MST foi preso logo depois de participar do enterro de Josias Barros Ferrei-

ra, um dos principais líderes do movimento em Pernambuco. Ele dirigia um Fiat Uno acompanhado dos dirigentes regionais Alexandre Conceição e Edilson Barbosa. Deixava a cidade em direção a Vitória de Santo Antão, para o enterro de outro líder do MST, Samuel Matias Barbosa. Josias e Samuel foram assassinados a tiros, no domingo, no Acampamento Alto da Balança, em Moreno, por disidentes do movimento.

O Uno foi interceptado na saída da cidade por dois carros, ocupados por sete policiais à paisana, segundo Conceição. “Pensamos que era um atentado”, disse. “Jaime mostrou a habilitação, os homens confirmaram sua identificação em voz alta e o prenderam.” Amorim está no Centro de Observação e Triagem Professor Everardo Luna, em Abreu e Lima.

Antes de ser preso, ele admitiu, durante o enterro, não ter controle sobre o uso de armas nos acampamentos. “Cada pessoa no seu íntimo, no seu barraco, às vezes tem uma faca, um revólver, uma espingarda. É difícil controlar”, afirmou. “Não significa que haja um processo de armamento.”

Josias e Samuel foram mortos, segundo líderes sem-terra, por serem contra a negociação de uma suposta in-

denização das terras do acampamento – por onde

passará um gasoduto. Por ordem da direção estadual do MST, as casas onde 59 famílias moravam foram incendiadas e destruídas em represália às mortes.

A polícia procura três suspeitos – entre eles um menor – dos assassinatos. ■

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, venho à tribuna no dia de hoje para registrar o editorial do jornal **Folha de S.Paulo**, de 4 de agosto do corrente publicado sob o título “Escapismos de volta”.

O editorial critica a proposta do Governo Lula de convocar uma Assembléia Constituinte para a realização de uma reforma política. O editorial destaca a “desconexão lógica que existe entre a idéia genérica de mudar algumas regras da representação popular e o objetivo de combater a corrupção na esfera pública”.

Na verdade, a proposta feita pelo Governo do Presidente Lula não passa de uma manobra política para desviar as discussões na campanha eleitoral.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que o editorial da **Folha de S.Paulo** seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

# FOLHA DE S.PAULO

**Data: 04/08/2006**

## Editoriais

editoriais@uol.com.br

### Escapismo de volta

**Idéia de constituinte para reformar a política não faz sentido; Carta de 1988 já oferece os meios para alterar as regras**

DEBATE público no Brasil está acostumado a identificar soluções idílicas sempre que problemas crônicos em nossa sociedade se manifestam com mais intensidade.

Se há crise na segurança, então é preciso chamar o Exército; se negros não chegam à universidade pública, instalem-se cotas; se há caixa dois nas campanhas, crie-se o financiamento público exclusivo; se há corrupção no Executivo e no Legislativo, proceda-se à reforma política; se as reformas não avançam, convoque-se uma miniconstituinte.

A ambição de reformar e consertar a sociedade de cima, pela força de ações fundadoras, é um tema antigo na tradição brasileira. Já camuflou interesses autoritários no passado, mas no período democrático contemporâneo se reveste mais de escapismo. Tem se manifestado, na forma geral de demagogia, quando os meios ordinários para conquistar avanços numa democracia já constituída parecem lentos ou ineficientes demais para dar uma resposta, no plano do marketing, a uma crise candente.

A digressão é necessária pois decidiu a proposta do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de chamar uma assembléia constitucional específica para realizar uma “reforma política”. Nem se questione — até porque, neste espaço, essa crítica tem sido feita com bastante frequência — a desconexão lógica que existe entre a idéia genérica de mudar algumas

regras da representação popular e o objetivo de combater a corrupção na esfera pública.

Que sentido faz convocar uma assembléia constituinte, ainda que restrita, quando todos os meios para modificar as normas, inclusive as que regulam a representação política, estão dados pela Carta de 1988? Constituintes só se justificam quando há rupturas institucionais, mudanças de regime. Do contrário, o instrumento se banaliza e, com ele, a própria democracia.

Na hipótese benigna, o objetivo de eleger pessoas sem compromisso com a lógica partidária para representar melhor os “anseios da sociedade” é uma quimera. Na realista, é um estratagemma do governo para exercer maior influência sobre os constituintes. De todo modo, as pessoas a serem eleitas serão sempre “políticos” e votarão de acordo com uma lógica resultante da pressão dos grandes partidos, do governo e dos setores influentes da opinião pública — exatamente como ocorre hoje com deputados e senadores “comuns”.

O essencial da “reforma política” se resolveria com uma lei ordinária (aprovada por maioria simples no Congresso) impedindo alguém que muda de legenda de candidatar-se pelos quatro anos seguintes. Esse dispositivo, associado à entrada em vigor — a partir da eleição de outubro — da cláusula de barreira, favoreceria a formação de dois corpos estáveis (um opositorista, outro situacionista) no Congresso Nacional. Já seria um ganho considerável, dada a balbúrdia que tem prevalecido nas duas Casas.

Que não se espere, porém, que tal plataforma venha a minimizar a corrupção federal. Isso não é o objetivo nem está ao alcance de nenhuma reforma política.



**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro da matéria intitulada “TSE descobre grampo em telefones de 3 ministros”, publicada pelo jornal **Folha de S.Paulo**, em sua edição de 18 de setembro do corrente.

A matéria destaca que o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Marco Aurélio, seu vice Cezar Peluso e Marcelo Ribeiro, tiveram conversas gravadas, segundo a empresa de segurança contratada para fazer a varredura dos telefones.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.  
Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

## Eleições 2006

# TSE descobre grampo em telefones de 3 ministros

O presidente Marco Aurélio, seu vice Cezar Peluso e Marcelo Ribeiro tiveram conversas gravadas, segundo empresa que fez varredura

**Mariângela Gallucci**  
BRASÍLIA

Três ministros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) tiveram seus telefones funcionais e pessoais grampeados. A descoberta foi feita por uma empresa contratada pelo TSE para fazer varreduras nos aparelhos instalados nos tribunais, nas casas dos ministros e nos seus telefones celulares.

Não há informações sobre quem efetuou o grampo e desde quando ele estava instalado. Entre os ministros que tiveram telefones grampeados está o presidente do TSE, Marco Aurélio Mello. Outro atingido pelos grampos é o vice do tribunal, Cezar Peluso. Tanto Marco Aurélio quanto Peluso também integram o Supremo Tribunal Federal (STF), principal corte de Justiça do País. O terceiro ministro a ter seus telefones grampeados foi Marcelo Ribeiro, um dos integrantes do TSE responsáveis por analisar reclamações contestando propagandas de candidatos à Presidência da República.

“Mais uma vez ficamos estarecidos. Se o grampo partiu de particulares, merece condenação. Se partiu do Estado, merece excomunhão maior e apenas revela a quadra que estamos vivendo”, disse o presidente Marco Aurélio. Ele pretende comu-

nicar o fato à presidente do STF, Ellen Gracie, e ao procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, para que tomem providências.

Em entrevista coletiva, às 9 horas de hoje, o diretor-geral do TSE, Athayde Fontoura Filho, deverá dar mais detalhes do episódio. Ao longo da semana, o TSE deverá julgar recursos de políticos excluídos da eleição por responderem a processos judiciais ou por serem investigados em inquéritos que estão no STF. Entre esses políticos estão os suspeitos de envolvimento com os esquemas sanguessuga e do mensalão. A expectativa é que o TSE derrube essas proibições, visto que, segundo a lei, uma pessoa só é considerada inelegível após decisão definitiva da Justiça.

No cargo desde maio deste ano, Marco Aurélio tem feito declarações polêmicas. Ao tomar posse, prometeu rigor com os políticos que cometem irregularidades e disse que o Brasil se transformou no país do “faz-de-conta”: “Faz de conta que não se produziu o maior dos escândalos nacionais, que os culpados nada sabiam”, disse então. ●

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa – PMDB – PI)

– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa – PMDB – PI)

– Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 18 horas e 54 minutos)*

## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

**Bahia**  
PFL – Rodolpho Tourinho\*<sup>S</sup>  
PFL – Antonio Carlos Magalhães \*\*  
PFL – César Borges\*\*

**Rio de Janeiro**  
BLOCO-PT – Roberto Saturnino\*  
PRB – Marcelo Crivella\*\*  
PMDB – Sérgio Cabral\*\*

**Maranhão**  
PMDB – João Alberto Souza \*  
PFL – Edison Lobão\*\*  
PFL – Roseana Sarney \*\*

**Pará**  
PMDB – Luiz Otávio\*  
BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa\*\*  
PSDB – Flexa Ribeiro\*\*<sup>S</sup>

**Pernambuco**  
PFL – José Jorge\*  
PFL – Marco Maciel\*\*  
PSDB – Sérgio Guerra\*\*

**São Paulo**  
BLOCO-PT – Eduardo Suplicy\*  
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante\*\*  
PFL – Romeu Tuma\*\*

**Minas Gerais**  
BLOCO-PL – Aelton Freitas\*<sup>S</sup>  
PSDB – Eduardo Azeredo\*\*  
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira\*\*<sup>S</sup>

**Goiás**  
PMDB – Maguito Vilela\*  
PFL – Demóstenes Torres \*\*  
PSDB – Lúcia Vânia\*\*

**Mato Grosso**  
PSDB – Antero Paes de Barros \*  
PFL – Jonas Pinheiro \*\*  
BLOCO-PT – Serys Shlessarenko\*\*

**Rio Grande do Sul**  
PMDB – Pedro Simon\*  
BLOCO-PT – Paulo Paim\*\*  
PTB – Sérgio Zambiasi\*\*

**Ceará**  
PSDB – Luiz Pontes\*  
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes\*\*  
PSDB – Tasso Jereissati\*\*

**Paraíba**  
PMDB – Ney Suassuna \*  
PFL – Efraim Morais\*\*  
PRB – Roberto Cavalcanti \*\*<sup>S</sup>

**Espírito Santo**  
PSDB – João Batista Motta\*<sup>S</sup>  
PSDB – Marcos Guerra\*\*<sup>S</sup>  
BLOCO-PL – Magno Malta\*\*

**Piauí**  
PMDB – Alberto Silva\*  
PFL – Heráclito Fortes\*\*  
PMDB – Mão Santa \*\*

**Rio Grande do Norte**  
PTB – Fernando Bezerra\*  
PMDB – Garibaldi Alves Filho\*\*  
PFL – José Agripino\*\*

**Santa Catarina**  
PFL – Jorge Bornhausen \*  
BLOCO-PT – Ideli Salvatti\*\*  
PSDB – Leonel Pavan \*\*

**Alagoas**  
P-SOL – Heloísa Helena\*  
PMDB – Renan Calheiros\*\*  
PSDB – Teotonio Vilela Filho\*\*

**Sergipe**  
PFL – Maria do Carmo Alves \*  
PMDB – Almeida Lima\*\*  
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares\*\*

**Amazonas**  
PMDB – Gilberto Mestrinho\*  
PSDB – Arthur Virgílio\*\*  
PDT – Jefferson Péres\*\*

**Paraná**  
PSDB – Alvaro Dias \*  
BLOCO-PT – Flávio Arns\*\*  
PDT – Osmar Dias\*\*

**Acre**  
BLOCO-PT – Tião Viana\*  
PMDB – Geraldo Mesquita Júnior\*\*  
BLOCO-PT – Sibá Machado\*\*<sup>S</sup>

**Mato Grosso do Sul**  
PSDB – Juvêncio da Fonseca\*  
PT – Delcídio Amaral \*\*  
PMDB – Ramez Tebet\*\*

**Distrito Federal**  
PTB – Valmir Amaral\*<sup>S</sup>  
PDT – Cristovam Buarque \*\*  
PFL – Paulo Octávio \*\*

**Tocantins**  
PSDB – Eduardo Siqueira Campos\*  
BLOCO-PL – João Ribeiro \*\*  
PC do B – Leomar Quintanilha\*\*

**Amapá**  
PMDB – José Sarney \*  
PMDB – Geovani Borges\*\*<sup>S</sup>  
PSDB – Papaléo Paes\*\*

**Rondônia**  
PMDB – Amir Lando\*  
BLOCO-PT – Fátima Cleide\*\*  
PMDB – Valdir Raupp\*\*

**Roraima**  
PTB – Mozarildo Cavalcanti\*  
PDT – Augusto Botelho\*\*  
PMDB – Romero Jucá\*\*

### Mandatos

\*: Período 1999/2007 \*\*: Período 2003/2011

## **COMISSÕES TEMPORÁRIAS**

- 1) **Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.**

**(Ato do Presidente nº 8, de 2005)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA**

**Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA**

**Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO**

<b>Ana Júlia Carepa – PT/ PA</b>
<b>Eduardo Suplicy – PT/SP</b>
<b>Fátima Cleide – PT/RO</b>
<b>Flexa Ribeiro – PSDB/PA</b>
<b>Luiz Otávio – PMDB/PA</b>
<b>Demóstenes Torres – PFL/GO</b>
<b>Serys Shessarenko – PT/MT</b>
<b>Sibá Machado – PT/AC</b>

**Prazo Final: 18.3.2005**

**Designação: 16.2.2005**

## COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

### 1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB  
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
<b>PMDB</b>	
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
<b>PDT</b>	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>	7. Serys Shhessarenko – PT

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344  
E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS  
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB**

**Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL <sup>(4)</sup>
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
<b>PMDB</b>	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) <sup>(3)</sup>
Ney Suassuna <sup>(1)</sup>	3. Serys Slhessarenko <sup>(1)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(2)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
<b>PDT</b>	

<sup>(1)</sup> Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.

<sup>(2)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

<sup>(4)</sup> O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.  
Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344  
E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT**

**Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão – PFL	2. Almeida Lima – PMDB <sup>(4)</sup>
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
<b>PMDB</b>	
Luiz Otávio	1. (vago) <sup>(3)</sup>
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(2)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) <sup>(1)</sup>
<b>PDT</b>	
(vago)	1. (vago)

<sup>(1)</sup> Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

<sup>(2)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

<sup>(4)</sup> O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A  
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS  
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL  
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB  
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL <sup>(3)</sup>
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>
<b>PDT</b>	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344  
E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)



**1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Aelton Freitas - PL**

**Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) <sup>(2)</sup>
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
<b>PMDB</b>	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
<b>PDT</b>	
(vago)	1. (vago)

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344  
E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**  
**(21 titulares e 21 suplentes)**

**Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB**  
**Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotonio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) <sup>(3)</sup>	6. Gerson Camata
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR <sup>(4)</sup>	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>	6. (vago) <sup>(5)</sup>
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(5)</sup> O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652  
E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Paulo Paim - PT  
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR <sup>(2)</sup>**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
<b>PMDB</b>	
Mão Santa	1. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Marcelo Crivella – PMR <sup>(2)</sup>	1. (vago) <sup>(3)</sup>
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. (vago)

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB**  
**Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT**  
**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
<b>PMDB</b>	
Papaléo Paes <sup>(3)</sup>	1. (vago) <sup>(2)</sup>
Mão Santa	
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(3)</sup> O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652  
E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB**

**Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) <sup>(4)</sup>	2. Demóstenes Torres – PFL
<b>PMDB</b>	
Papaléo Paes <sup>(5)</sup>	1. Mão Santa
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>	
<b>PDT</b>	
	1. Augusto Botelho

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

<sup>(4)</sup> O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652  
E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**  
(23 titulares e 23 suplentes)

**Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL**  
**Vice-Presidente: (vago) <sup>(2)</sup>**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB <sup>(4)</sup>	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido <sup>(6)</sup> (cedida pelo PSDB)
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(5)</sup> (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR <sup>(3)</sup>
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

<sup>(5)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

<sup>(6)</sup> O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo  
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315  
E – Mail: [sscomccj@senado.gov.br](mailto:sscomccj@senado.gov.br)

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR**  
(5 membros)

**3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA**  
(7 titulares e 7 suplentes)

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:**  
**Relator: Geral:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
<b>PMDB</b>	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Serys Shessarenko – PT	1. Sibá Machado – PT
(vago)	2. Fernando Bezerra – PTB
<b>PDT</b>	
(vago)	1. (vago)

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo  
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315  
E – Mail: [sscomccj@senado.gov.br](mailto:sscomccj@senado.gov.br)

**4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE**  
(27 titulares e 27 suplentes)

**Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB**  
**Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT**

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT <sup>(8)</sup> (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR <sup>(5)</sup> (cedida pelo PFL) <sup>(1)</sup>	6. Romeu Tuma – PFL
Teotonio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido <sup>(7)</sup> (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
<b>PMDB</b>	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) <sup>(4)</sup>
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(2)</sup>, PL)</b>	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) <sup>(6)</sup>
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(3)</sup>
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. (vago)

<sup>(1)</sup> Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

<sup>(2)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(3)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

<sup>(5)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(6)</sup> O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

<sup>(7)</sup> O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

<sup>(8)</sup> O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).



**4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
**(12 titulares e 12 suplentes)**

**Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB**  
**Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL**

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR <sup>(1) (5)</sup>	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido <sup>(2) (6)</sup>	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
<b>PMDB</b>	
Sérgio Cabral	1. (vago) <sup>(4)</sup>
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) <sup>(7)</sup>	4. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(3)</sup>, PL)</b>	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

<sup>(1)</sup> Vaga cedida pelo PFL

<sup>(2)</sup> Vaga cedida pelo PSDB

<sup>(3)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

<sup>(5)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(6)</sup> O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

<sup>(7)</sup> A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

**4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador Flávio Arns - PT  
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB**

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Marco Maciel – PFL	1. Reginaldo Duarte – PSDB
(vago) <sup>(3)</sup>	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) <sup>(2)</sup>
Valdir Raupp	3. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(3)</sup> O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

**4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E  
CONTROLE - CMA  
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(4)</sup>**

**Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro <sup>(2)</sup>**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL <sup>(2)</sup>	3. Roseana Sarney – PFL
Teotonio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB <sup>(3)</sup>
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(4)</sup>	5. Mão Santa
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

<sup>(4)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060  
E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT  
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB <sup>(1)</sup>**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
<b>PMDB</b>	
Valmir Amaral - PTB <sup>(1)</sup>	1. Romero Jucá
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(2)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
<b>PDT</b>	

<sup>(1)</sup> O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

<sup>(2)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060  
E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS  
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À  
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT  
Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL  
Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL <sup>(1)</sup>
<b>PMDB</b>	
(vago)	1. Luiz Otávio
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(2)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
<b>PDT</b>	
(vago)	1. (vago)

<sup>(1)</sup> O Senador João Ribeiro desfilou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

<sup>(2)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060  
E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**  
**(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT**  
**Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
(vago) <sup>(6)</sup>	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. (vago)
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Juvêncio da Fonseca – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
<b>PMDB</b>	
Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(5)</sup>	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) <sup>(7)</sup>
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) <sup>(2)</sup>
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR <sup>(4)</sup>	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(4)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(5)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

<sup>(6)</sup> O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(7)</sup> O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares  
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646  
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

**6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Paulo Paim - PT**  
**Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
<b>PMDB</b>	
Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(4)</sup>	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT <sup>(2)</sup>
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR <sup>(3)</sup>

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares  
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646  
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

**6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB**  
**Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
<b>PMDB</b>	
Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(3)</sup>	1. (vago) <sup>(2)</sup>
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(3)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares  
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646  
E – Mail: [altairgs@senado.gov.br](mailto:altairgs@senado.gov.br)



**7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE  
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT  
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) <sup>(4)</sup>
Gerson Camata	5. (vago) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(3)</sup>, PL)</b>	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR <sup>(5)</sup>
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) <sup>(6)</sup>
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(2)</sup> O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

<sup>(3)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

<sup>(5)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(6)</sup> A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.  
E – Mail: [luciamel@senado.gov.br](mailto:luciamel@senado.gov.br)

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS  
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
<b>PMDB</b>	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta <sup>(2)</sup>
Mão Santa	2. Gerson Camata
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR <sup>(3)</sup>	2. Aelton Freitas – PL
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

<sup>(3)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
E – Mail: [sscomcre@senado.gov.br](mailto:sscomcre@senado.gov.br)

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
<b>PMDB</b>	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT <sup>(3)</sup>
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
E – Mail: [sscomcre@senado.gov.br](mailto:sscomcre@senado.gov.br)

**8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**  
**(23 titulares e 23 suplentes)**

**Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL**  
**Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB <sup>(3)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,<sup>(1)</sup> PL)</b>	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) <sup>(2)</sup>
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Shessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

<sup>(3)</sup> Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcília Ramos Calhao  
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286  
E – Mail: [scomci@senado.gov.br](mailto:scomci@senado.gov.br)

**9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**  
**(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB**  
**Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) <sup>(3)</sup>
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>	5. Aelton Freitas – PL
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira  
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas  
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627  
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

**10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**  
**(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB**  
**Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(4)</sup>	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,<sup>(1)</sup> PL)</b>	
Flávio Arns – PT	1. Serys Shhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR <sup>(3)</sup>
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella  
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –  
Telefone: 3311-3506 Fax:  
E – Mail: marcello@senado.gov.br

**CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

**COMPOSIÇÃO**

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

**1ª Eleição Geral:** 19.04.1995

**4ª Eleição Geral:** 13.03.2003

**2ª Eleição Geral:** 30.06.1999

**5ª Eleição Geral:** 23.11.2005

**3ª Eleição Geral:** 27.06.2001

**Presidente: Senador João Alberto Souza<sup>1</sup>**

**Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres<sup>1</sup>**

<b>BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)</b>					
<b>Titulares</b>	<b>UF</b>	<b>Ramal</b>	<b>Suplentes</b>	<b>UF</b>	<b>Ramal</b>
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. Jonas Pinheiro <sup>2</sup> (PFL)	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. Mª do Carmo Alves (PFL)	SE	1306
Juvêncio da Fonseca <sup>2</sup> (PSDB)	MS	1128	4. Leonel Pavan <sup>2</sup> (PSDB)	SC	4041
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. Teotônio Vilela Filho <sup>3</sup> (PSDB)	AL	4093
Antero Paes de Barros (PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
<b>PMDB</b>					
Wellington Salgado de Oliveira <sup>5</sup>	MG	2244	1. Leomar Quintanilha <sup>4</sup> (PCdoB)-cessão	TO	2073
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. Geovani Borges <sup>6</sup>	AP	1712
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)</b>					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. Eduardo Suplicy (PT) <sup>7</sup>	SP	3213
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
<b>PDT</b>					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
<b>PTB</b>					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 3.10.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br); [www.senado.gov.br/etica](http://www.senado.gov.br/etica)

<sup>1</sup> Eleito em 13.12.2005, na 1ª Reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

<sup>2</sup> Eleito na Sessão do SF do dia 18.4.2006.

<sup>3</sup> Retornou em 18.8.2006, após término de licenças concedidas de acordo com Requerimentos nº 455 e 456, de 2006 (DSF de 30.8.2006).

<sup>4</sup> Passou a integrar o Conselho de Ética no lugar do Senador Gerson Camata, em vaga cedida pelo PMDB, de acordo com o Of. GLPMDB nº 318/2006, de 14.8.2006, e Ofício nº 269/2006, de 15.8.2006, aprovados na Sessão do SF de 5.9.2006.

<sup>5</sup> Passou a integrar o Conselho de Ética no lugar do Senador Ney Suassuna, de acordo com Of. GLPMDB nº 319/2006, de 14.8.2006, aprovado na Sessão do SF de 5.9.2006.

<sup>6</sup> Passou a integrar o Conselho de Ética no lugar do Senador Gilvam Borges, de acordo com Of. GLPMDB nº 319/2006, de 14.8.2006, aprovado na Sessão do SF de 5.9.2006.

<sup>7</sup> Eleito na Sessão do SF do dia 3.10.2006. Indicado de acordo com o Ofício nº 32/2006-GLDBAG-CSCOM, de 6.9.2006.

**PROCURADORIA PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

**COMPOSIÇÃO**

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

(Atualizado em 09.06.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)



**CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**  
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,  
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

**COMPOSIÇÃO**

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

**Presidente:** Senadora Serys Slhessarenko  
**Vice-Presidente:** Senador Geraldo Mesquita Júnior

<b>PMDB</b>
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
<b>PFL</b>
Senadora Roseana Sarney (MA)
<b>PT</b>
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
<b>PSDB</b>
Senadora Lúcia Vânia (GO)
<b>PDT</b>
Senador Augusto Botelho (RR)
<b>PTB</b>
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
<b>PSB</b>
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PMDB
<b>PL</b>
Senador Magno Malta (ES)
<b>PPS</b>
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)



## ÍNDICE ONOMÁSTICO

	Pág.		Pág.
ALMEIDA LIMA		jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 18 de setembro DE 2006. ....	463
Registro da irresponsabilidade do Governo Federal para com os milhares de agentes comunitários de saúde do Brasil. ....	338	ANTERO PAES DE BARROS	
Críticas à Rede Globo de Televisão pela divulgação de resultados enganosos realizados pelos institutos de pesquisas. ....	359	Elogios à Senadora Heloísa Helena, pela campanha eleitoral que fez e por não deixar morrer a idéia do socialismo democrático. Aparte à Senadora Heloísa Helena. ....	185
Demonstração de censura ao comportamento não-digno do Ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos no episódio da compra do dossiê, pela falta de credibilidade e imparcialidade demonstrada. Aparte ao Senador José Agripino. ....	416	Comentários sobre a defesa do Presidente Lula ao TSE no processo que investiga se sua campanha está ou não envolvida com a fabricação e compra de dossiês. Críticas a demora na divulgação das investigações sobre a compra de dossiê pelo PT. Mobilização no Estado de Mato Grosso para consolidação das propostas do candidato Geraldo Alckmin. ....	193
Lamento pelo acidente que vitimou 155 pessoas em avião da GOL. Lembranças do alerta feito por S.Exa. em julho de 2006, sobre a falta de capacidade operacional dos aeroportos e das empresas aéreas brasileiras. ....	418	Considerações sobre o comentário do presidente do diretório do Partido dos Trabalhadores de São Paulo a respeito dos envolvidos no episódio do dossiê. Aparte ao Senador José Agripino. ....	289
ALVARO DIAS		Parecer nº 1.104, de 2006, da Comissão Diretora, que apresenta redação final do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2006 (Medida Provisória nº 296, de 2006). ....	332
Anuncio da aprovação, em primeiro turno, na Câmara dos Deputados, do fim do voto secreto para as deliberações de grande importância. ....	210	Parecer nº 1.106, de 2006, Comissão Diretora, que apresenta redação final do Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2006. ....	350
Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2006, que altera e acrescenta artigos à Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), no que diz respeito ao processo disciplinar. ....	218	Comentário sobre tentativa do Partido dos Trabalhadores de tirar a responsabilidade dos ombros do Presidente Lula pelo dossiê montado contra o Senhor José Serra. ....	367
Admiração pela qualificação técnica do Senador Rodolpho Tourinho demonstrada durante seu mandato. Aparte ao Senador Rodolpho Tourinho.	261	Registro do editorial intitulado “Os erros do presidente”, publicado no <i>Jornal do Brasil</i> , edição de 13 de setembro de 2006. ....	378
Requerimento nº 1.016, de 2006, que requer que o Projeto de Lei da Câmara nº 511, de 2006, seja examinado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). ....	274	Registro da matéria intitulada “Fotos mostram dinheiro do dossiê”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 30 de setembro de 2006. ....	453
Agradecimento à população do Paraná pela vitória nas eleições. ....	284		
Registro da matéria intitulada “TSE descobre grupo em telefones de 3 ministros”, publicada no			

	Pág.		Pág.
<b>ANTONIO CARLOS MAGALHÃES</b>			
Considerações sobre as eleições no Brasil, e em particular na Bahia. Chamada de atenção à população brasileira para os debates do segundo turno das eleições. ....	169	Manaus-Brasília- Rio, no dia 29 de setembro de 2006. ....	265
Críticas ao Presidente Lula e aos assessores que o cercam no Palácio do Planalto, pela péssima conduta moral e administrativa. ....	169	Comentário sobre o desastre aéreo entre o avião da Gol e o Legacy ocasionando um clima de terror em Manaus. ....	266
Considerações a respeito do voto secreto para matéria disciplinar, para vetos presidenciais e eleições de Mesa. Aparte ao Senador Alvaro Dias. ...	210	Críticas ao Governo Lula pela quantidade de escândalos que marcou sua presidência e a repercussão disso no resultado das eleições. Aparte ao Senador César Borges. ....	271
Informação aos agentes de saúde presentes nas galerias que será apreciada matéria do interesse da classe. ....	276	Requerimento nº 1.014, de 2006, que solicita informações ao Senhor Ministro de Estado das Minas e Energia sobre atas das reuniões do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE. ....	273
Comentários a declarações do Presidente Lula a respeito de S.Exa. ....	276	Justificação de requerimento solicitando informações ao Ministro de Minas e Energia sobre o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico. ....	273
<b>ANTÔNIO CARLOS VALADARES</b>			
Comentário sobre a falta que a Senadora Heloísa Helena fará ao Senado Federal e ao Estado como um todo. Admiração e agradecimento pela participação que Heloísa Helena teve na campanha eleitoral de S.Exa. Aparte à Senadora Heloísa Helena. ....	187	Requerimento nº 1.015, de 2006, que solicita informações a Senhora Ministra- Chefe da Casa Civil sobre a abertura de processo administrativo contra o Sr. Freud Godoy. ....	274
Comentários sobre as eleições no Estado de Sergipe. ....	278	Requerimento nº 1.018, de 2006, que requer Voto de Reconhecimento ao pugilista brasileiro Acelino Popó de Freitas, detentos de uma das mais brilhantes trajetórias no boxe do Brasil e que no dia 4 de outubro de 2006, em Salvador, anunciou sua aposentadoria dos ringues. ....	275
Comentário sobre o problema das altas taxas de juros praticadas pelo Banco Central e pelos bancos de todo o Brasil. ....	278	Requerimento nº 1.019, de 2006, que requer Voto de Aplauso ao Doutor Carlos Eduardo Caputo Bastos, que assume, dia 5 de outubro de 2006, o cargo de Ministro Efetivo do Tribunal Superior Eleitoral – TSE. ....	276
Pronunciamento sobre o resultado das eleições de 2006 e sobre as conseqüências do processo eleitoral e do processo partidário. Aparte ao Senador Marco Maciel. ....	391	Comentários sobre as eleições no Estado do Amazonas. ....	280
<b>ARTHUR VIRGÍLIO</b>			
Testemunho público de admiração intelectual profunda e grande apego pessoal que S.Exa. tem com relação ao Senador Rodolpho Tourinho. Aparte ao Senador Rodolpho Tourinho. ....	261	Comentário sobre a conduta do Presidente Lula ao ordenar a pelo menos três de seus Ministros a esquecerem seus trabalhos ordinários e se dedicarem à campanha eleitoral de reeleição presidencial. Aparte ao Senador Alvaro Dias. ....	286
Requerimento nº 1.012, de 2006, que requer informações ao Ministro das Relações Exteriores, acerca de pretensão projeto do Governo inglês de internacionalização da Amazônia. ....	263	Voto de reconhecimento ao pugilista brasileiro Acelino Popó de Freitas. ....	287
Justificação do pedido de informações ao Ministro das Relações Exteriores acerca de pretensão projeto do governo inglês de internacionalização da Amazônia. ....	263	Considerações sobre o regime jurídico que deve amparar os agentes comunitários de saúde. ....	339
Requerimento nº 1.013, de 2006, que requer Voto de Pesar pela morte dos passageiros e tripulantes do vôo 1907, da GOL, que cumpria a rota		Comentário a respeito da votação do Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2006, do Senador Rodolpho Tourinho. ....	340
		Discussão do Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2006, que regulamenta os §§ 4º e 5º do art. 198 da Constituição, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006, e dá outras providências. ...	345
		Considerações sobre a notícia de uma possível internacionalização da Amazônia. ....	386

	Pág.		Pág.
<b>CÉSAR BORGES</b>			
Parecer nº 1.102, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 226, de 2006 (nº 836/2006, na origem), do Presidente da República, que encaminha pleito do Estado do Pará, solicitando autorização do Senado Federal para que seja contratada operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado do Pará e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor total de até US\$60.000.000,00 destinada ao financiamento parcial do Programa Pará Rural (Pará Integrated Rural Development Project). .....	229	Luiz Otávio, que acrescenta o inciso XXII ao art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para isentar do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas quaisquer rendimentos percebidos por maiores de oitenta anos de idade. ....	48
Congratulações ao Senador Rodolpho Tourinho por sair vitorioso na campanha eleitoral de 2006, com uma votação expressiva em diversas cidades da Bahia. Aparte ao Senador Rodolpho Tourinho. ....	259	Cumprimentos ao Senador Rodolpho Tourinho e lamento pelo resultado da eleição de 2006, que fez com que a Bahia perdesse um representante de qualidade no Senado. Aparte ao Senador Rodolpho Tourinho. ....	259
Comentários sobre as últimas eleições na Bahia, onde o resultado não reflete o bom governo realizado pelo Governador Paulo Souto. Expectativas com relação ao segundo turno eleitoral para presidente da República. ....	270	Transcrição nos Anais do Senado Federal do discurso de homenagem aos 100 anos de nascimento do Deputado Paulo Pinheiro Chagas, em primeiro de setembro de 2006. ....	379
<b>CRISTOVAM BUARQUE</b>			
Projeto de Lei do Senado, nº 265, de 2006, que altera os arts. 126, 129 e 130 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para instituir a hipótese de remição da pena pelo estudo. ....	33	Discussão da reforma política e lembrança dos dez anos de sucesso da urna eletrônica. Aparte ao Senador Marco Maciel. ....	389
Gratidão aos mais de 2,5 milhões de eleitores que lhe deram seus votos, abraçando como bandeira a radical mudança no quadro educacional brasileiro. Apelo aos seus eleitores no sentido de transformar a campanha eleitoral em um movimento político, social e ideológico em favor da educação. ....	57	<b>EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS</b>	
Demonstração de orgulho por ter a oportunidade de trabalhar ao lado da Senadora Heloísa Helena por vários anos no Senado Federal. Aparte à Senadora Heloísa Helena. ....	184	Requerimento nº 1.020, de 2006, que requer Voto de Pesar pelo falecimento do candidato pelo PL a Deputado Estadual no Estado do Tocantins, Gilberto Maciel da Fonseca, ocorrido no dia 4 de outubro de 2006. ....	354
<b>DEMÓSTENES TORRES</b>			
Homenagem à Senadora Heloísa Helena pela sua excelência no Senado Federal e na sua campanha eleitoral. Aparte à Senadora Heloísa Helena. ....	188	Encaminhamento do Requerimento nº 1.020, de 2006, em homenagem pelo falecimento do Senhor Gilberto Maciel da Fonseca, candidato a Deputado Estadual em Tocantins, ocorrido em quatro de outubro de 2006. ....	357
<b>EDUARDO AZEREDO</b>			
Parecer nº 1.097, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 313, de 2003, de autoria do senador		<b>EDUARDO SUP LICY</b>	
		Parecer nº 1.101, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 397, de 1999 Complementar, de autoria do Senador Edison Lobão, que dispõe sobre a elaboração dos demonstrativos dos efeitos decorrentes dos benefícios tributários, financeiros e creditícios, de que trata o art. 165, § 6º, da Constituição e dá outras providências. ....	128
		Comentário sobre o período de debates eleitorais para o segundo turno das eleições presidenciais de 2006. Aparte ao Senador José Jorge. ....	166
		Exortação ao Senador Antonio Carlos Magalhães por ofender ao invés de simplesmente criticar respeitosamente o Presidente Lula. Aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães. ....	171
		Comentário sobre os temas que devem ser o centro dos debates entre os candidatos à Presidência Geraldo Alckmin e Lula. Aparte à Senadora Ideli Salvatti. ....	176

	Pág.		Pág.
Cumprimentos à Senadora Heloísa Helena pela extraordinária jornada que a mesma teve como fundadora do P-SOL. Aparte à Senadora Heloísa Helena. ....	181	a Presidência da República, dando uma contribuição extraordinária para o País. Aparte à Senadora Heloísa Helena. ....	186
Agradecimentos aos eleitores do Estado de São Paulo e a todos que contribuíram para que S.Exa. possa continuar sua luta no Senado Federal. ....	197	<b>FÁTIMA CLEIDE</b>	
Comentário sobre a importância do Projeto de autoria do Senador Leonel Pavan que prevê a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para a compra de motocicletas a serem usadas no transporte de passageiros por mototaxistas. Aparte ao Senador Leonel Pavan. ....	199	Congratulação ao Senador Tião Viana, pela administração desenvolvida frente ao Governo do Acre. Aparte ao Senador Tião Viana. ....	424
Comentário sobre o acidente aéreo que envolveu o Boeing da Gol e o Legacy, no ano de 2006, e alerta à ANAC e demais órgãos competentes para tomarem providências no sentido de prevenir acidentes dessa ordem. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. ....	202	Demonstração de apoio à candidatura do Senhor Maguito Vilela para o Governo do Estado do Goiás. Aparte ao Senador Maguito Vilela. ....	438
Testemunho da forma tão dedicada com que o Senador Rodolpho Tourinho abraçou projetos complexos sob sua relatoria, dando uma contribuição do mais alto nível a todos nesta Casa. Aparte ao Senador Rodolpho Tourinho. ....	261	Considerações sobre as eleições no Estado de Rondônia. ....	444
Expectativa no sentido de que sejam esclarecidos todos os fatos relativos ao episódio do dossiê.	282	<b>FLEXA RIBEIRO</b>	
Considerações a respeito do Programa Bolsa-Família. ....	282	Parecer nº 1.099, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 219, de 2006 (nº 779/2006 na origem), do Presidente da República, que encaminha pleito da Prefeitura Municipal de Joinville (SC), solicitando autorização do Senado Federal para que possa contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA), no valor total de até US\$11.800.000,00 de principal, destinada ao financiamento parcial do Programa Eixo Ecológico Leste e Estruturação de Parques Ambientais – Linha Verde. ....	115
Comentário sobre a disposição do Partido dos Trabalhadores e do Governo em dar urgência na tramitação e votação do Projeto de Lei do Senador Rodolpho Tourinho que trata da questão de se colocar ou não os agentes comunitários de saúde sob o regime da CLT. ....	337	Considerações sobre a queda do PIB do agronegócio, repercutindo negativamente no PIB nacional. ....	255
Comentário sobre a reportagem argentina, publicada no <i>La Nación</i> , que indicou o candidato Geraldo Alckmin como favorito para a vitória na campanha de segundo turno. Aparte à Senadora Ideli Salvatti. ....	364	Agradecimentos aos eleitores do Pará que ajudaram na vitória do Governador Almir Gabriel, no primeiro turno. ....	255
Cumprimentos ao Senador Tião Viana pelo brilhante desempenho de suas atividades parlamentares. Aparte ao Senador Tião Viana. ....	425	Comentário a respeito do plano divulgado no México, pelo Secretário de Meio Ambiente britânico, de transformação da floresta amazônica em uma grande área privada. ....	278
Transcrição de depoimento prestado pela Senadora Serys Slhessarenko no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. ....	427	Considerações a respeito da votação do Projeto de Lei nº 68, de 2006 – Complementar, do Senador Rodolpho Tourinho, que dispõe sobre os impostos dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências para prorrogar os prazos previstos em relação à apropriação dos créditos do ICMS. ....	354
Comentário sobre a candidatura do Senador Maguito Vilela. Aparte ao Senador Maguito Vilela.	438	Comentário sobre a postura do Governo em relação ao papel fiscalizador das agências reguladoras. Aparte à Senadora Ideli Salvatti. ....	364
<b>EFRAIM MORAIS</b>			
Cumprimentos à Senadora Heloísa Helena, pela forma transparente e ética com que disputou			

	Pág.	V	Pág.
Anúncio da comemoração do Círio de Nossa Senhora de Nazaré, santa padroeira do Pará. ....	366		
Comentário sobre a questão da compra do dossiê contra o Senhor José Serra e sobre a postura do Governo em relação a isso. Aparte ao Senador Antero Paes de Barros. ....	369		
Registro da matéria intitulada “Patrimônio de mensaleiro sobre 1.153%”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 15 de agosto de 2006. ....	374		
Registro da matéria intitulada “Líder do MST é preso por ‘incitação ao crime’”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 22 de agosto de 2006. ....	461		
<b>GERALDO MESQUITA JÚNIOR</b>			
Reflexões sobre o processo eleitoral e seus resultados definitivos ou parciais. Cumprimentos à vitória do Professor Arnobio Marques e do Senador Tião Viana, que conseguiram a maioria dos votos do povo acreano. ....	72		
Registro público de amizade e de apreço pessoal para com o Senador Ney Suassuna. Aparte ao Senador Ney Suassuna. ....	168		
<b>GILBERTO MESTRINHO</b>			
Parecer nº 1.096, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2002, de autoria do Senador Moreira Mendes, que “acrescenta parágrafo ao artigo 55 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, para permitir a concessão de visto a estrangeiro portador de documento de viagem emitido por governo não reconhecido pelo Governo brasileiro.” ....	41		
<b>HELOÍSA HELENA</b>			
Considerações sobre as eleições de 2006 e a posição do PSOL. Agradecimentos ao povo brasileiro pela delicadeza e atenção com que S.Exa. foi cercada durante a campanha. ....	178		
Apelo para que alguém do Governo possa falar no plenário a respeito do regime jurídico que foi estabelecido para os agentes comunitários de saúde. ....	337		
Preocupações em relação ao regime da CLT para os trabalhadores dos Municípios e para os da Funasa. ....	339		
			361
			55
			55
			66
			70
			70
			185
			195
			200
			201
			176

	Pág.		Pág.
do Senador Rodolpho Tourinho. Aparte ao Senador Rodolpho Tourinho. ....	259	Questionamentos quanto ao dinheiro gasto na campanha do Presidente Lula. Aparte ao Senador Alvaro Dias. ....	287
Defesa de uma posição contundente das autoridades brasileiras na preservação da soberania nacional no tocante a idéia absurda de internacionalização da Amazônia. ....	264	Críticas ao Presidente Lula por afirmar não ter conhecimento de quais foram as pessoas que promoveram o escândalo do “mensalão”. Aparte ao Senador José Agripino. ....	288
Comentário sobre a Lei Kandir, que trata do repasse de recursos para os Estados. ....	267	Críticas à política de agronegócio do Presidente Lula. ....	439
Considerações a respeito do processo de votação do Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2006, do Senador Rodolpho Tourinho. ....	340	Comentários ao artigo do jornalista Arnaldo Jabor intitulado “A verdade está na cara, mas não se impõe”, sobre a corrupção no Governo Federal. ..	439
Considerações a respeito da votação do Projeto de Lei nº 68, de 2006 – Complementar, do Senador Rodolpho Tourinho, que dispõe sobre os impostos dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências para prorrogar os prazos previstos em relação à apropriação dos créditos do ICMS. ....	354	Comentário sobre as privatizações realizadas durante o governo do Senhor Fernando Henrique Cardoso. Aparte ao Senador Sibá Machado. ....	449
Comentários à matéria intitulada “Sutis diferenças” veiculada pelo jornal <i>Correio Braziliense</i> , edição de 4 de outubro de 2006. ....	362	<b>JOSÉ AGRIPINO</b>	
Considerações sobre a disputa ao cargo presidencial para o segundo turno. ....	362	Comentário sobre o que S.Exa. tem ouvido do povo do Estado do Rio Grande do Norte sobre o episódio do dossiê. ....	287
Requerimento nº 1.026, de 2006, que solicita Voto de Aplauso para a Escola Pública Integrada Professora Letícia Possamai, da comunidade de Aterrado, em Pouso Redondo – SC. ....	406	Discussão do Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2006, que regulamenta os §§ 4º e 5º do art. 198 da Constituição, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006, e dá outras providências. ...	345
<b>JEFFERSON PÉRES</b>		Questionamentos sobre o episódio do dossiê. Estupefação diante de declarações à imprensa, pelo Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, sobre a divulgação do resultado das apurações sobre o dossiê após o segundo turno das eleições. ....	414
Conselhos de conduta ao Presidente Lula e ao candidato Geraldo Alckmin. ....	175	<b>JOSÉ JORGE</b>	
Saudação à vitória do partido de S.Exa. nas eleições de 2006, que ultrapassou a cláusula de barreira. ....	175	Agradecimentos pelos votos dos eleitores, que habilitaram o candidato Geraldo Alckmin ao segundo turno. Comentários sobre o Projeto de Lei, de autoria do Senador Jorge Bornhausen, que visa a reforçar a legislação das eleições para o ano de 2006. ....	163
Críticas ao Presidente Lula por dirigir-se de maneira inaceitável a um Parlamentar individualmente com termos ofensivos e debochados. Aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães. ....	277	Cumprimentos à Senadora Heloísa Helena pela campanha competente e enérgica que fez, revelando ao Brasil uma nova liderança. Aparte à Senadora Heloísa Helena. ....	183
<b>JOÃO BATISTA MOTTA</b>		<b>JUVÊNCIO DA FONSECA</b>	
Parecer nº 1.094, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Arthur Virgílio, que acrescenta o seguinte § 5º ao art. 239 da Constituição Federal, para permitir que os recursos do Pasesp sejam aplicados diretamente pelos Estados e Municípios. ....	34	Registro da matéria intitulada “Doação da Petrobrás favorece prefeituras do PT e de aliados”, publicada no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 12 de setembro de 2006. ....	373



Pág.	Pág.	
<p>Registro da matéria intitulada “MST freia invasões no País para favorecer campanha de Lula”, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i>, edição de 12 de setembro de 2006. ....</p>	<p><i>O Estado de S. Paulo</i>, edição de 14 de setembro de 2006. ....</p>	
454	455	
LEONEL PAVAN		
<p>Registro do artigo intitulado “O mensalão das artes”, de autoria do articulista Diogo Mainardi, publicado na revista <i>Veja</i>, edição de 30 de agosto de 2006. ....</p>	<p>Parecer nº 1.100, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 397, de 1999 Complementar, de autoria do Senador Edison Lobão, que dispõe sobre a elaboração dos demonstrativos dos efeitos decorrentes dos benefícios tributários, financeiros e creditícios, de que trata o art. 165, § 6º, da Constituição e dá outras providências. ....</p>	
75	119	
<p>Comentário sobre o primeiro e segundo turno das eleições nos Estados de Santa Catarina e Mato Grosso do Sul. Aparte ao Senador Ramez Tebet.</p>	<p>Saudações ao advento da festa e da procissão do Círio de Nazaré, que é a maior manifestação de religiosidade do Estado do Pará. ....</p>	
174	206	
<p>Homenagem à Senadora Heloísa Helena pelos seus conselhos, garra e determinação como parlamentar. Aparte à Senadora Heloísa Helena.</p>	MAGUITO VILELA	
184		
<p>Defesa da candidatura de Geraldo Alckmin à Presidência da República, por fato dele está preparado para governar o Brasil. Aparte ao Senador Antero Paes de Barros. ....</p>	<p>Reconhecimento das qualidades políticas do Senador Tião Viana. Aparte ao Senador Tião Viana. ....</p>	<p>424</p>
195		
<p>Esclarecimentos sobre a apreciação do projeto de sua autoria, em tramitação na Comissão de Assuntos Econômicos, que isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) a compra de motocicletas a serem usadas no transporte de passageiros por mototaxistas. ....</p>	<p>Solidariedade aos familiares das vítimas do acidente que envolveu o avião da empresa Gol. ..</p>	<p>437</p>
199		
<p>Comentários sobre a matéria intitulada “Crise do dossiê derruba assessor especial de Lula”, publicada no jornal <i>Folha de S. Paulo</i>, edição de 19 de setembro de 2006. ....</p>	<p>Comentário sobre o abandono das cidades do entorno de Brasília, que pertencem ao Estado de Goiás. ....</p>	<p>437</p>
376		
<p>Registro da matéria intitulada “TCU abre investigação formal sobre desvio de verba na Secom”, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i>, edição de 14 de setembro de 2006. ....</p>	<p>Considerações sobre a composição partidária no Estado de Goiás que irá apoiar a candidatura de S.Exa. no segundo turno das eleições de 2006. ..</p>	<p>437</p>
459		
LÚCIA VÂNIA		MÃO SANTA
<p>Registro do artigo intitulado “Primeira promessa não cumprida”, publicada na seção Notas &amp; Informações do jornal <i>O Estado de S. Paulo</i>, edição de 29 de agosto de 2006. ....</p>	<p>Elogios ao Senador Rodolpho Tourinho, por ter feito em tão pouco tempo tanta coisa pelo Senado da República. Aparte ao Senador Rodolpho Tourinho. ....</p>	<p>260</p>
77		
<p>Registro da matéria intitulada “Para excluídos, Lula abortou projeto popular”, publicada no jornal <i>Folha de S. Paulo</i>, edição de 1º de setembro de 2006. ....</p>	<p>Aplausos às campanhas da Senadora Heloísa Helena e do Senador Cristovam Buarque à Presidência da República. Elogios ao candidato Geraldo Alckmin, considerando-o preparado para exercer o cargo pleiteado. ....</p>	<p>393</p>
203		
<p>Registro da matéria intitulada “PIB de 4% é ficção, afirmam analistas”, publicada no jornal <i>Folha de S. Paulo</i>, edição de 8 de setembro de 2006. ....</p>	<p>Comentário sobre a luta pelo salário mínimo no Congresso, liderada pelo Senador Paulo Paim. Aparte ao Senador Paulo Paim. ....</p>	<p>413</p>
372		
<p>Registro do artigo intitulado “Dez razões para não votar em Lula”, de autoria do escritor e jornalista Gilberto de Melo Kujawski, publicado no jornal</p>	<p>Críticas ao Presidente Lula e ao Partido dos Trabalhadores pelo caso da compra de dossiê contra o candidato José Serra. Aparte ao Senador José Agripino. ....</p>	<p>415</p>
<p></p>	<p>Demonstração de alegria com a reeleição do Senhor Tião Viana ao Senado Federal. Aparte ao Senador Tião Viana. ....</p>	<p>423</p>

	Pág.		Pág.
<b>MARCELO CRIVELLA</b>			
Proposta de Emenda à Constituição nº 44, de 2006, que altera o art. 45 da Constituição Federal, para instituir a representação dos brasileiros que moram no exterior na Câmara dos Deputados. ....	214	Comentário a respeito do segundo turno das eleições presidenciais e sobre a expectativa de explicação dos fatos envolvidos na compra do dossiê, para que o povo brasileiro possa votar tendo conhecimento da verdade em relação ao Presidente Lula. Aparte ao Senador José Agripino. ....	418
Projeto de Lei do Senado nº 269, de 2006, que altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da administração pública, para garantir a preservação de segredos científicos, tecnológicos, industriais ou estratégicos. ....	225	Comentário sobre a necessidade de esclarecimentos a respeito do acidente envolvendo a aeronave da Gol, em Manaus. Aparte ao Senador Almeida Lima. ....	420
Requerimento nº 1.024, de 2006, que requer a retirada – para reexame e realização de audiência pública – do PLS nº 312, de 2004, de autoria de S.Ex <sup>a</sup> . ....	400	Citação de dados da eleição no Estado do Acre que reelegeram o Senador Tião Viana. Aparte ao Senador Tião Viana. ....	426
		Saudação aos novos integrantes da bancada federal e ao novo Senador capixaba, Renato Casa Grande. ....	457
<b>MARCO MACIEL</b>			
Comentário sobre a importância e contribuição nacional da candidatura à presidência da Senadora Heloísa Helena. Aparte à Senadora Heloísa Helena. ....	189	Registro da matéria intitulada “Vendas no varejo recuam pelo segundo mês, diz IBGE”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 20 de setembro de 2006. ....	457
Requerimento nº 1.010, de 2006, que requer voto de pesar pelo falecimento do Professor Candido José Mendes de Almeida, Diretor da Universidade Candido Mendes, no dia 27 de setembro de 2006, no Rio de Janeiro. ....	190	Comentários sobre a reeleição do Governador Paulo Hartung e sua consagração como o governante estadual mais votado do País. ....	457
Observações sobre as eleições de 2006. ...	388	<b>NEY SUASSUNA</b>	
Comentário sobre a necessidade imprescindível de se discutir e se votar a chamada reforma política. ....	388	Parecer nº 1.098, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 216, de 2006 (nº 739/2000 na origem), do Presidente da República, que propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação financeira entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Nigéria no valor de US\$151.953.792,35 referente ao contrato bilateral de reestruturação de dívida, assinado em 29 de dezembro de 2005, no âmbito do Clube de Paris. ....	112
Requerimento nº 1.025, de 2006, que requer Voto de Louvor pela passagem dos dezoito anos da promulgação da Constituição Federal de 1988, da República Federativa do Brasil. ....	400	Agradecimentos à expressiva votação recebida do povo da Paraíba. Críticas à falta de preservação da impessoalidade contra sua candidatura como Senador pelo Estado da Paraíba, bem como ao massacre que sofreu por parte da imprensa. ..	166
Encaminhamento para votação do Requerimento nº 1.025, de 2006, que requer a consignação de Voto de Louvor pela passagem dos dezoito anos da promulgação da Constituição Federal de 1988, da República Federativa do Brasil. ....	401	Registro de alegria e admiração pela lisura do Senador Rodolpho Tourinho, o qual jamais deixava politizar assuntos técnicos no parlamento. Aparte ao Senador Rodolpho Tourinho. ....	261
<b>MARCOS GUERRA</b>			
Comentário sobre as dificuldades enfrentadas pelas pessoas que estão ligadas ao setor do agronegócio no Brasil. Aparte ao Senador Flexa Ribeiro. ....	256	Considerações sobre o relatório do Senador Jefferson Péres no processo contra S.Exa. no Conselho de Ética. ....	264
Registro da matéria intitulada “Revista envolve campanha de Lula em negociação de dossiê”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 20 de setembro de 2006. ....	375	<b>OSMAR DIAS</b>	
		Parecer nº 1.095, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, ao Projeto de Lei do Sena-	

	Pág.		Pág.
do nº 84, de 2006 – Complementar, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 101, de 2000, estabelecendo a obrigatoriedade da execução do orçamento, nos termos da Lei das Diretrizes Orçamentárias. ....	38	RAMEZ TEBET	
PAPALÉO PAES		Satisfação com a existência do segundo turno para a consagração do Presidente que for eleito em 29 de outubro de 2006. ....	173
Registro do editorial intitulado “Escapismos de volta”, do jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 4 de agosto de 2006. ....	462	Saudação pela aplicação da cláusula de barreira que irá auxiliar o futuro Presidente da República no seu relacionamento com o Congresso Nacional. ....	173
PAULO OCTÁVIO		Cumprimentos ao Senador Rodolpho Tourinho pela conduta como parlamentar e relator nesta Casa. Aparte ao Senador Rodolpho Tourinho. ....	261
Cumprimentos a Cristovam Buarque, por ter sido o primeiro brasileiro a candidatar-se à presidência do Brasil e por cumprido um importante papel nessa eleição. Aparte ao Senador Cristovam Buarque. ....	59	RENAN CALHEIROS	
Agradecimentos à população pelos votos que o elegeram vice-governador do Distrito Federal. Satisfação com o resultado da eleição para Presidente da República, que será decidida no segundo turno. ....	61	Requerimento nº 1.022, de 2006, que requer que seja realizada Sessão Especial, por ocasião da abertura da Segunda Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência do Senado Federal, na manhã do dia 21 de novembro do ano de 2006. ..	370
Votos de condolências e pêsames as mais de 150 famílias de passageiros da GOL envolvidas no fatídico acidente com um avião da empresa que vinha de Manaus com destino à Brasília. ....	61	ROBERTO CAVALCANTI	
PAULO PAIM		Satisfação com a inclusão do Estado da Paraíba como um dos Estados priorizados, pelo Governo Federal, para prospecção de Petróleo. ....	443
Justificação de requerimento de voto de pesar aos familiares das vítimas do acidente aéreo ocorrido no dia 26 de setembro de 2006, em Mato Grosso, com um <i>Boeing</i> da GOL. ....	156	Lembrança da participação do Senador Humberto Lucena na elaboração da Constituição Brasileira. ....	443
Requerimento nº 1.004, de 2006, solicita que seja inserido em ata, voto de pesar aos familiares pelas vítimas do vôo 1907 da Gol – Linha Aérea Inteligente. ....	157	ROBERTO SATURNINO	
Considerações sobre o processo eleitoral no Estado do Rio Grande do Sul e a expectativa do debate necessário para o segundo turno. ....	159	Comentários sobre a importância histórica das eleições de 2006, que demonstraram a consolidação da democracia no País. Expectativa com a existência de debates no segundo turno, na abordagem do tema sobre as desigualdades sócio-econômicas. ....	64
Depoimento a respeito da competência, capacidade, honestidade e seriedade do Senador Rodolpho Tourinho como parlamentar. Aparte ao Senador Rodolpho Tourinho. ....	260	Considerações sobre a distribuição justa dos frutos do trabalho de todos os brasileiros tendo em vista que isso é algo essencial para a política brasileira e para a constituição do Estado. Expectativa em torno de um grande debate nacional sobre a concentração de renda, durante a campanha para o segundo turno das eleições. ....	161
Análise sobre o trabalho da Comissão Mista designada pelo Presidente do Senado Federal para construir uma política permanente de recuperação do salário mínimo e também dos benefícios dos aposentados e pensionistas. ....	410	Considerações sobre a questão dos escândalos éticos levantados pela oposição no Governo Lula. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy. ....	284
		Pedido de esclarecimentos com relação à referência feita pelo Senador Alvaro Dias ao alto preço da campanha eleitoral do Presidente Lula. Aparte ao Senador Alvaro Dias. ....	286
		Parecer nº 1.103, de 2006, de Plenário, sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2006,	

	Pág.		Pág.
proveniente da Medida Provisória nº 296, de 8 de junho de 2006, que dispõe sobre a criação de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas no âmbito do Ministério da Educação. ....	330	SÉRGIO GUERRA	
<b>RODOLPHO TOURINHO</b>		Registro da matéria intitulada “Lula sabia sim do mensalão, afirma ex-governador tucano”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 5 de setembro de 2006. ....	76
Análise acerca das eleições no Estado da Bahia e agradecimentos aos inúmeros e incansáveis militantes e a todos que contribuíram com o seu trabalho para o partido. ....	257	Registro do artigo intitulado “A ‘mexicanização’ da economia brasileira”, publicado no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 5 de setembro de 2006. ....	205
Comentário sobre a questão de se colocar ou não os agentes comunitários de saúde sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. ....	337	Registro do editorial intitulado “Favorito em fuga”, publicado no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 8 de setembro de 2006. ....	370
Parecer nº 1.105, de 2006, de Plenário, sobre a Medida Provisória nº 297, de 2006, que regulamenta o § 5º do art. 198 da Constituição Federal, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006, e dá outras providências. ....	341	Registro da matéria intitulada “Estamos aproveitando mal o crescimento global”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 6 de setembro de 2006. ....	456
Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2006, que regulamenta os §§ 4º e 5º do art. 198 da Constituição, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006, e dá outras providências. ....	341	<b>SÉRGIO ZAMBIASI</b>	
Comentário sobre a definição do regime jurídico ao qual devem ser submetidos os agentes comunitários de saúde. ....	345	Requerimento nº 1.021, de 2006, que requer que seja considerada como desempenho de missão no exterior, a de S.Exª participação no período de 9 a 10 de outubro de 2006 na Reunião da Mesa Diretora da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul e na Reunião do Grupo Técnico de Alto Nível – GTAN, bem como do seminário “Identificando prioridades da agenda positiva do Mercosul” organizado pela Fundação Friedrich Ebert, que se realizará na cidade de Montevidéu, no Uruguai. ..	369
<b>ROMEU TUMA</b>		<b>SERYS SLHESSARENKO</b>	
Comentário sobre a legislação eleitoral e sobre a necessidade de ela ser aprimorada. Aparte ao Senador José Jorge. ....	164	Requerimento nº 1.005, de 2006, que requer a inserção em ata de voto de aplauso à Associação dos Amigos do Livro Mato-grossense – ALIMEMTO pela coordenação da Literamérica – Feira Latino Americana do Livro 2006 e pela homenagem à Escritora Nélida Piñon. ....	158
Comentário sobre a imensa falta que a Senadora Heloísa Helena fará ao plenário do Senado Federal. Aparte à Senadora Heloísa Helena. ....	184	Requerimento nº 1.006, de 2006, que requer a inserção em ata de voto de aplauso a Senhora Clarice Veras, Coordenadora do Prêmio Sebrae Mulher Empreendedora 2006 lançado no último dia 2 de Setembro, em Cuiabá, durante a 18ª Convenção da Federação das Associações de Mulheres de Negócios e Profissionais (BPW) – CONFAM. .	158
Declaração de amor e respeito pela Polícia Federal. Aparte ao Senador Antero Paes de Barros. ....	196	Requerimento nº 1.007, de 2006, que requer a inserção em ata de voto de aplauso a Pró-Reitora de Extensão e Assuntos Comunitários da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, Profª Maria Aparecida Barbosa Carneiro, pela realização do Mini-Curso “Violência contra a mulher”, no dia 4 de setembro. ....	158
Reconhecimento das qualidades políticas do Senador Tião Viana. Aparte ao Senador Tião Viana. ....	427		
<b>SÉRGIO CABRAL</b>			
Requerimento nº 1.023, de 2006, que requer a retirada da Proposta de Emenda à Constituição nº 70, de 2003, da qual S.Exa. é o primeiro signatário. ....	400		

	Pág.	XI	Pág.
Requerimento nº 1.008, de 2006, que requer a inserção em ata de voto de aplauso ao Prefeito de Salvador, Senhor João Henrique, pela criação do Fundo Municipal para o Desenvolvimento Humano e Inclusão Educacional de Mulheres Afrodescendentes (Fiema) e pelo lançamento do Programa de Combate ao Racismo Institucional (PCRI), no último dia 30 de Agosto. ....	158		
Requerimento nº 1.009, de 2006, que requer a inserção em ata de voto de aplauso a Dra. Ana Maria Gonçalves Louzada, juíza da 1º Vara de Família de Brasília, por ter concedido no último dia 31 de agosto sentença favorável para retificação do nome do autor da ação, com a conseqüente alteração de sexo no registro, de feminino para masculino. ....	159		
<b>SIBÁ MACHADO</b>			
Considerações a respeito da aprovação da Câmara dos Deputados em pôr fim ao voto secreto para toda e qualquer matéria. Aparte ao Senador Alvaro Dias. ....	211		
Homenagem e agradecimento pelo convívio com o Senador Rodolpho Tourinho nesta Casa. Aparte ao Senador Rodolpho Tourinho. ....	262		
Balanço das eleições de primeiro de outubro de 2006, atendo-se mais à Região Norte. ....	268		
Comentário sobre a tranqüilidade do Presidente Lula na organização da campanha eleitoral para o segundo turno. Aparte ao Senador César Borges. ....	272		
Requerimento nº 1.017, de 2006, que requer a tramitação em conjunto do PLS nº 44, de 2006, com o PLS nº 110, de 2006, por versarem sobre a mesma matéria. ....	275		
Registro do compromisso assumido pelo Governo com relação à definição do regime jurídico ao qual devem ser submetidos os agentes comunitários de saúde. ....	338		
Defesa do Presidente Lula e do Ministro de Estado Márcio Thomaz no que diz respeito ao episódio da compra do dossiê. Aparte ao Senador José Agripino. ....	416		
Comentário sobre a expressiva vitória eleitoral conquistada pelo Senador Tião Viana no Estado do Acre. Aparte ao Senador Tião Viana. ....	425		
Demonstração de apoio à candidatura do Senhor Maguito Vilela para o Governo do Estado de Goiás. Aparte ao Senador Maguito Vilela. ....	439		
Comentário sobre as alianças político-partidárias na democracia brasileira. Aparte ao Senador João Batista Motta. ....	442		
Considerações a respeito do processo eleitoral no Estado de Rondônia. Aparte à Senadora Fátima Cleide. ....	446		
		Comentário a respeito do segundo turno das eleições presidenciais e sobre a necessidade de o candidato Geraldo Alckmin aprofundar melhor as suas propostas, quando diz que vai fazer um “choque de gestão”. ....	447
		<b>TIÃO VIANA</b>	
		Agradecimentos à população do Acre pelos votos que reelegeram S.Exa. para o Senado Federal. ....	421
		<b>VALDIR RAUPP</b>	
		Projeto de Lei do Senado nº 267, de 2006, que acrescenta § 2º ao art. 1º da Lei nº 8.004, de 14 de março de 1990, para conceder ao cessionário de mútuo habitacional legitimidade para propor ação contra o agente financeiro. ....	221
		Projeto de Lei do Senado nº 268, de 2006, que regulamenta o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, para instituir o Plano de Gerenciamento da Floresta Amazônica. ....	222
		Projeto de Lei do Senado nº 271, de 2006, que altera o art. 108 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, para adotar valor vinculado ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), como critério a determinar a necessidade de escritura pública, nos negócios jurídicos relacionados a direitos reais sobre imóveis. ....	409
		Considerações sobre a brilhante campanha eleitoral desenvolvida pela Senadora Fátima Cleide em Rondônia. Aparte à Senadora Fátima Cleide. ....	446
		Agradecimentos ao carinho do povo do Estado de Rondônia para com o PMDB, tendo em vista a expressiva votação naquele Estado. ....	451
		<b>VALMIR AMARAL</b>	
		Controvérsias sobre a imposição do pagamento da contribuição sindical dos empregados não sindicalizados. ....	207
		<b>WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA</b>	
		Requerimento nº 1.011, de 2006, que requer que o Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2006 que, “Institui a obrigatoriedade de incluir o quesito cor/raça nas fichas de matrícula e nos dados cadastrais das instituições de educação básica e superior, públicas ou privadas, em suas diversas modalidades de ensino” seja encaminhado à Comissão de Educação para que esta se pronuncie sobre o mesmo. ....	229